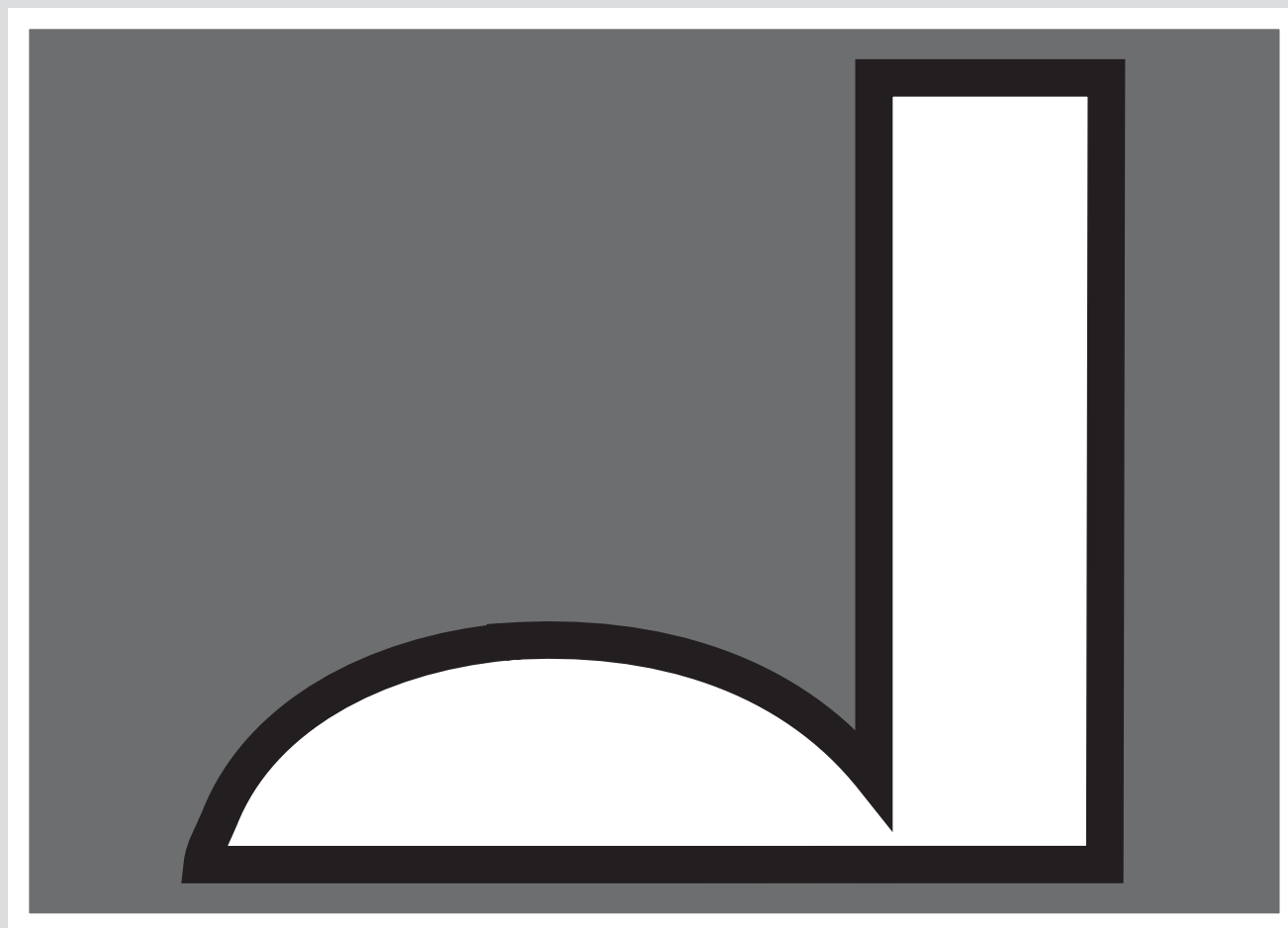




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATIVA  
RESENHA MENSAL  
(269, II DO RISF)  
(PERÍODO DE 3 A 31 DE MARÇO DE 2008)  
E  
ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES**

---

**ANO LXIII – SUP. AO Nº 37 – QUARTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2008 – BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Tião Viana - (PT-AC) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Alvaro Dias - (PSDB-PR) <b>1º SECRETÁRIO</b> Efraim Morais - (DEM-PB) <b>2º SECRETÁRIO</b> Gerson Camata - (PMDB-ES)	<b>3º SECRETÁRIO</b> César Borges - (PR-BA) (1) <b>4º SECRETÁRIO</b> Magno Malta - (PR-ES)  <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º</b> - Papaléo Paes - (PSDB-AP) <b>2º</b> - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) <b>3º</b> - João Vicente Claudino - (PTB-PI) <b>4º</b> - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
<b>Maioria</b> <b>(PMDB) - 19</b> <b>Líder</b> <b>Valdir Raupp - PMDB</b> Vice-Líder ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Valdir Raupp</b> Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</b> <b>Líder</b> <b>Ideli Salvatti - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... <b>Líder do PT - 12</b> <b>Ideli Salvatti</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns <b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b> Vice-Líder do PR Exedito Júnior <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Renato Casagrande</b> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b> <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 27</b> <b>Líder</b> <b>Demóstenes Torres - DEM</b> Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ..... <b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves <b>Líder do PSDB - 13</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
<b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Epitácio Cafeteira - PTB</b> Vice-Líder Sérgio Zambiasi ..... <b>PDT - 5</b> <b>Líder</b> <b>Jefferson Peres - PDT</b> Vice-Líder Osmar Dias	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b> Vice-Líder	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
<b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia



# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA</b>	
<b>1.1 – RESENHA MENSAL (Período de 3 a 31 de março de 2008)</b>	
<b>2 – ATAS DE COMISSÕES</b>	
<b>2.1 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS</b>	
Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 13 de fevereiro de 2008, quarta-feira, às 11 horas.....	00096
Ata da Segunda Reunião Extraordinária da Comissão De Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 27 de fevereiro de 2008, quarta-feira, às 11 horas..	00109
<b>2.2 – Comissão de Educação, Cultura E Esporte – CE, e Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música E Comunicação Social – CECTMCS</b>	
Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de fevereiro de 2008.....	00123
Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão De Educação, Cultura E Esporte e 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de fevereiro de 2008.....	00134
Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de fevereiro de 2008.....	00167
Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2008.....	00167
Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2008.....	00171
Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de fevereiro de 2008.....	00183
Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 04 de março de 2008.....	00198
Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de março de 2008.....	00217
Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura E Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de março de 2008.....	00244
Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de março de 2008.....	00259
<b>2.2.1 – Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS</b>	
Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música E Comunicação Social da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de março de 2008.....	00283
<b>2.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA</b>	
Ata da 1ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de fevereiro de 2008, às 11 horas. (Republicação) .....	00284
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2008, às 11 horas. (Republicação) .....	00294
Ata da 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 04 de março de 2008, às 11 horas.....	00299

Ata da 4ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 4ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 5 de março de 2008.....	00306	Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de março de 2008.....	00351
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de março de 2008, às 11 horas.....	00338	Ata da 4ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 5 de março de 2008.....	00365
<b>2.3.1 – Subcomissão Destinada A Fiscalizar As Agências Reguladoras – CFCAGE</b>		Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de março de 2008.....	00398
Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Destinada a Fiscalizar as Agências Reguladoras, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 28 de junho de 2005, às 10 horas. ....	00345	<b>2.5 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT</b>	
<b>2.3.2 – Subcomissão Temporária Sobre O Gerenciamento de Resíduos Sólidos – CMA-GRS</b>		Ata da 2ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro 2008. ....	00399
Ata da 1ª Reunião Da Subcomissão Temporária Sobre O Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa Do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 25 de março de 2008, após a reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. ....	00346	Ata da 3ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de fevereiro de 2008. ....	00424
<b>2.4 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA</b>		Ata da 4ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de março de 2008.....	00441
Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de fevereiro de 2008. ....	00347	Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática conjunta com a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de março de 2008. ....	00449
Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão		Ata da 6ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de março de 2008.....	00450.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**2ª Sessão Legislativa Ordinária da**  
**53ª Legislatura -2008**

**Resenha Mensal**  
**(269, II, do RISF)**  
**(Período de 1º a 31/03/2008)**

**A – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL****I – MEDIDAS PROVISÓRIAS****1. Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção**

Total.....	2
------------	---

**Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008** (Medida Provisória nº 396, de 2007), que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

**Sessão:** 11.03.2008.

**Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008** (Medida Provisória nº 398, de 2008), que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

**Sessão:** 11.03.2008.

**2. Não admitida**

Total.....	1
------------	---

**Medida Provisória nº 397, de 2007**, que revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.

(Rejeitados, em Plenário, os pressupostos constitucionais de relevância e urgência).

**Sessão:** 11.03.2008.

**II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO**

De iniciativa do Presidente da República.....	1
<b>Total.....</b>	<b>1</b>

**Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008** (nº 2.440/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os incisos II e III do caput do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

(Decisão terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

**Sessão:** 10.03.2008

## III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal .....	25
<b>Total.....</b>	<b>25</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002**, de autoria do Senador José Agripino, que altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) financie estágio remunerado em empresas e universidades, bem como curso superior de graduação (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2003);

(Decisão Terminativa das Comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esportes)

**Sessão** de 12.03.2008

**Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2004**, de autoria do Senador Papaléo Paes, que dispõe sobre a utilização de inseticidas em atividades de saúde pública;

(Decisão Terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

**Sessão: 12.02.2008**

**Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2007**, de autoria do Senador Inácio Arruda, que institui o “Selo Estatuto da Cidade”, com o objetivo de impulsionar a implementação das ações e diretrizes contidas na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”;

(Decisão Terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

**Sessão** de 12.03.2008

**Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2007**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera os arts. 61, 121, 129 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos crimes hediondos, para prever como qualificadora e circunstância que agrava a pena a hipótese de a vítima ou de o autor, ser agente do Estado, no exercício de cargo ou função pública ou em decorrência da mesma.

(Decisão Terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**Sessão: 12.03.2008**

**Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2007**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclitas profissionais.

(Decisão Terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

**Sessão: 12.03.2008**

**Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2007**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Cacoal, no Estado de Rondônia.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)

**Sessão** de 12.03.2008

**Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2007**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Vilhena, no Estado de Rondônia.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)

**Sessão** de 12.03.2008



**Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2007**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional.  
(Decisão Terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)  
**Sessão** de 12.03.2007

**Projeto de Lei do Senado nº 695, de 2007**, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-174.  
(Decisão Terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)  
**Sessão** de 14.03.2008

**Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2007**, de autoria do Senador Jayme Campos, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-080.  
(Decisão Terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)  
**Sessão: 14.03.2008**

**Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2007**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-116 ao Aeroporto do Planalto Serrano, no Município de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina.  
(Decisão Terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)  
**Sessão** de 14.03.2008

**Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da Rodovia BR-101 ao Aeroporto Regional Sul, no Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina.  
(Decisão Terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)  
**Sessão: 14.03.2008**

**Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que acrescenta parágrafo único ao art. 45 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para vedar a propositura de ação judicial, pela União, contra decisão administrativa definitiva em favor do contribuinte.**

**(Decisão Terminativa da Comissão de Constituição e Justiça).**

**Sessão: 26.03.2008**

**Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto nº 83.304, de 28 de março de 1979, para estabelecer prazos para formalização de acórdãos, intimações e interposição de recursos no âmbito do processo administrativo fiscal federal.**

**(Decisão Terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

**Sessão: 26.03.2008**

**Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio ao Estudante da Educação Básica (PROESB).**

**(Decisão Terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)**

**Sessão de 26.03.2008**

Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências, para fixar forma de reajuste da bolsa-auxílio.

**(Decisão Terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)**

Sessão: 26.03.2008

Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus.

**(Decisão Terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)**

Sessão: 26.03.2008

Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, que autoriza o Poder Executivo a transformar a Escola Agrotécnica Federal de Sousa, no Estado da Paraíba, em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

**(Decisão Terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)**

Sessão: 26.03.2008

Projeto de Lei do Senado nº 604, de 2007, de autoria do Senador Sergio Zambiasi, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir, no art. 18, § 3º, alínea c, a doação e patrocínio para a música regional.

**(Decisão Terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)**

Sessão: 26.03.2008

Projeto de Lei do Senado nº 693, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-251.

**(Decisão Terminativa da Comissão de Serviços de Infra-estrutura)**

Sessão: 26.03.2008

Projeto de Lei do Senado nº 694, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-242.

**(Decisão Terminativa da Comissão de Serviços de Infra-estrutura)**

Sessão: 26.03.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas.

**(Decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)**

Sessão: 28.03.2008.

**Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor.

(Decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

**Sessão:** 28.03.2008.

**Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2007**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

**Sessão:** 28.03.2008.

**Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2007, de autoria do do Senador Marconi Perillo, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, para determinar a manutenção preventiva das redes de drenagem pluviais.**

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

**Sessão:** 31.03.2008.

#### IV – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal .....	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados .....	11
<b>Total .....</b>	<b>12</b>

**Projeto de Resolução nº 4, de 2008**, que suspende a execução do §3º do art. 6º do Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**Sessão:** 03.03.2008.

**Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2007**, (nº 262 / 2007 na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ELDORADO DO PARANÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

**Sessão:** 19.03.2008

**Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2007**, (nº 244 / 2007 na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CORAÇÃO DE JESUS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

**Sessão:** 19.03.2008

**Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2007**, (nº 265 / 2007 na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA



DE CENTRAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

**Sessão:** 19.03.2008

**Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2007**, (nº 150 / 2007 na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CHICO FLORENTINO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

**Sessão:** 19.03.2008

**Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2007**, (nº 197 / 2007 na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV MAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

**Sessão:** 19.03.2008

**Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2007**, (nº 77 / 2007 na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga autorização a ASSOCIAÇÃO DE MÍDIA COMUNITÁRIA DE CAIEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

**Sessão:** 19.03.2008

**Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2007**, (nº 243 / 2007 na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE IBATÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

**Sessão:** 19.03.2008

**Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2007**, (nº 188 / 2007 na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO NOTÍCIAS DE AMERICANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

**Sessão:** 19.03.2008

**Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2007**, (nº 180 / 2007 na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENHOR MENINO DEUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

**Sessão:** 19.03.2008

**Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2007**, (nº 298 / 2007 na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM RÁDIO INDEPENDENTE

DE ARCOVERDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

**Sessão:** 19.03.2008

**Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2008**, (nº 28 / 2006 na Câmara dos Deputados) que Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE ALTAMIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

**Sessão:** 19.03.2008

#### V – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total .....01
---------------

**Mensagem nº 274, de 2008** (nº 985/2007 na origem), que submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor Sergio Luiz Canaes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, e, cumulativamente, com o de Embaixador do Brasil junto à República do Iêmen e no Sultanato de Omã, desde que obtido o agrément do governo daquele país.

**Sessão:** 25.03.2008

#### VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total .....03
---------------

**Parecer nº 98, de 2008**, de autoria da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 39, de 2008, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Fernando Antunes Brito Fialho para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

**Sessão:** 04.03.2008

**Parecer nº 200, de 2008**, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 2, de 2008, que comunica ao Senado Federal a indicação do Senhor Marcelo Rossi Nobre para compor o Conselho Nacional de Justiça.

**Sessão:** 25.03.2008.

**Parecer nº 201, de 2008**, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2008, que comunica ao Senado Federal a indicação do Ministro Gilmar Mendes para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, igualmente eleito para o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, para o biênio 2008/2010.

**Sessão:** 25.03.2008.

**VII – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**

Total .....	1
-------------	---

Requerimento nº 200, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que, em conformidade com o art. 145, do Regimento Interno do Senado Federal, conjugado com o art. 58, da Constituição Federal, requerem a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, composta de 7 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado, com a duração de 120 dias, estimando-se em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) os recursos necessários ao desempenho de suas atividades.

Sessão: 04.03.2008.

**VIII – REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA**

Total .....	03
-------------	----

**Requerimento nº 208, de 2008**, de autoria da Mesa Diretora do Senado Federal, que requer seja constituída comissão temporária interna, composta por cinco membros para, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentar projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

**Sessão:** 05.03.2008

**Requerimento nº 193, de 2008**, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando, nos termos do disposto nos arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Temporária Externa, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 (doze) meses, destinada a verificar, *in loco*, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “Mapa do desmatamento”.

**Sessão:** 25.03.2008

**Requerimento nº 227, de 2008**, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando, nos termos do art. 374, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal.

**Sessão:** 25.03.2008

**IX – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE**

Total .....	09
-------------	----

**Requerimento nº 177, de 2008**, de autoria do Senador Efraim Morais e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial no dia 26 de março, às 11h, destinada a homenagear o ex-Senador, ex-Presidente do Senado e patrono da Biblioteca do Senado Federal, Luiz Viana Filho.

**Sessão:** 12.03.2008

**Requerimento nº 233, de 2008**, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 50, de 2008, que a Sessão destinada a comemorar o Centenário da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, seja realizada no dia 10 de abril de 2008.

**Sessão:** 12.03.2008

**Requerimento nº 245, de 2008**, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 11 de abril de 2008, destinada a comemorar os 27 anos de atividades da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO-Brasil.

**Sessão:** 13.03.2008

**Requerimento nº 246, de 2008**, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 10 de outubro próximo, destinada a comemorar o Dia da Criança.

**Sessão:** 13.03.2008

**Requerimento nº 133, de 2008**, de autoria do Senador Antonio Carlos Junior, solicitando que o tempo destinado à Hora do Expediente da sessão do dia 25 de março de 2008, seja destinado a assinalar o transcurso do Bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que será comemorado no dia 18 de fevereiro.

**Sessão:** 18.03.2008

**Requerimento nº 257, de 2008**, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal, destinada a homenagear a Ministra Ellen Gracie Northfleet, Presidenta do Supremo Tribunal Federal.

**Sessão:** 18.03.2008

**Requerimento nº 159, de 2008**, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial no dia 17 de abril de 2008, às 10 horas, destinada a homenagear o Dia do Exército Brasileiro, comemorado no dia 19 de abril em referência à vitoriosa Batalha dos Guararapes; e, nos termos do § 1º do mesmo artigo, que sejam especialmente convidados os Senhores Ministro de Estado da Defesa e o Comandante do Exército Brasileiro.

**Sessão:** 25.03.2008

**Requerimento nº 298, de 2008**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros senhores senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 9 de abril, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia Mundial da Saúde e os 60 anos de fundação da Organização Mundial de Saúde – OMS.

**Sessão:** 27.03.2008

**Requerimento nº 326, de 2008**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Senhores Senadores, solicitando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, aditamento do Requerimento nº 249 de 2008, com a finalidade de transferir do dia 09 para o dia 10 de abril de 2008, o período de expediente da Sessão do Senado Federal a ser dedicado a homenagear o Jornal Mineiro ESTADO DE MINAS pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação, a partir do dia 07 de março de 1928.

**Sessão:** 27.03.2008.

#### **X – REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA APRECIADOS PELA MESA**

Aprovados.....	2
Rejeitados.....	2
Total.....	4

##### **1. Aprovados**

**Requerimento nº 337, de 2008**, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que tramitem em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 474 e 555, de 2007 (alteram a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991).

**(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)**

**Requerimento nº 338, de 2008**, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que tramitem em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 19 e 397, de 2005 – Complementares (vedam o contingenciamento das despesas de investimento em equipamentos das forças armadas).

**(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)**

##### **2. Rejeitados**

**Requerimento nº 335, de 2008**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando que tramitem em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 565, de 2007, e 276 e 641, de 2007 (alteram a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003 – empréstimo consignado).

**(Rejeitado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)**

**Requerimento nº 336, de 2008**, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que tramitem em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 12, de 2007, e 334, de 2006 (prevêem a compensação de Imposto de Renda a ser restituído ao contribuinte Pessoa Física com débitos tributários desse mesmo contribuinte).

**(Rejeitado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)**

#### **XI – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES APROVADOS PELA MESA**

Total.....	66
------------	----

**Requerimento nº 1327, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre as viagens realizadas por ministros de Estado em aviões da FAB, no período de 02 de janeiro de 2003 a 09 de novembro de 2007.**

**(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)**



Requerimento nº 1346, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações a senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre os resultados de auditoria interna realizada pelo IBAMA e os conseqüentes indícios de desvio de recursos e irregularidades em gastos.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 1473, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando informações ao senhor Ministro de Minas e Energia informações, relacionadas ao PLS 38, de 2007, de Autoria do Senador Osmar Dias, que propõe a extinção da cobrança do chamado "custo de disponibilidade" dos consumidores residenciais de energia elétrica, com o objetivo de colher subsídios para apresentação de Parecer ao referido Projeto de Lei. Requer, ainda, o sobrestatmento da matéria, nos termos do inciso IV do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 8, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 10, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 12, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Cultura sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 13, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro do Esporte sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro daquela Pasta, ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 14, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Previdência Social sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos 2006 e 2007.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 15, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Saúde sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos 2006 e 2007.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 16, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro do Turismo sobre gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pela Ministra do Turismo ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 17, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações do Ministério das Relações Exteriores sobre o carro colocado à disposição do senhor José Dirceu de Oliveira e Silva pela Embaixada brasileira em Madri.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 18, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Secretário ou ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 19, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pela Secretária ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 25, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando informações ao Ministro de Minas e Energia sobre o cronograma oficial e previsão de investimentos das obras do gasoduto Urucu-Porto Velho.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 55, de 2008, **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde, informações da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, acerca da falta de assistência médica às populações indígenas do Vale do Javari, no Amazonas.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 57, de 2008, **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores informações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 58, de 2008, **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro das Minas e Energia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 59, de 2008, **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações à Sra. Ministra do Meio Ambiente sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 60, de 2008, **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro do Turismo informações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 61, de 2008, **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro dos Transportes informações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 62, de 2008, **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro do Trabalho e Emprego informações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 63, de 2008, **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Secretaria Especial de Portos informações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)



**Requerimento nº 64, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Secretaria de Comunicação Social informações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 65, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos informações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 66, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 67, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 68, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 69, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Secretaria de Relações Institucionais sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 70, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 71, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Previdência sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 72, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Agricultura informações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 73, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro da Advocacia-Geral da União sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 74, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro da Educação sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 75, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 76, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro da Defesa sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 77, de 2008 de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 78, de 2008 de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 1999 a 2002.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 79, de 2008 de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações à Ministra da Secretaria Especial de Política para Mulheres sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 80, de 2008 **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 81, de 2008 **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 82, de 2008 **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Justiça sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 83, de 2008 **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Integração Nacional sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 84, de 2008 **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Fazenda sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 85, de 2008 **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro do Esporte sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 86, de 2008 **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro da Cultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 87, de 2008 **de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando , informações ao Ministro da Controladoria-Geral da União sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 88, de 2008 de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Ministro das Comunicações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 89, de 2008 de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 90, de 2008 de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro das Cidades sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 91, de 2008 de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações a Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 92, de 2008 de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 93, de 2008 de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro-Presidente do Banco Central sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 94, de 2008 de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando informações ao Sr. Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

**Requerimento nº 95, de 2008 de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando informações ao Ministério da Justiça sobre a entrada e saída em território nacional, períodos e locais de estadia dos cidadãos estrangeiros acusados pela Polícia Federal Americana, de atuar ilegalmente nos Estados Unidos**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 110, de 2008 **de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando sejam solicitadas informações à Controladoria-Geral da União da Presidência da República sobre denúncias de recebimento de Ajuda de Custo e Auxílio-Moradia irregulares do Ministro da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 121, de 2008 **de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a proposição para apreciação do Congresso Nacional o texto do acordo para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnico, e para Habilitação de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços, firmado em Brasília no dia 1º de abril de 2005, entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 122, de 2008 **de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação referente a Fundação Universidade de Brasília sobre pagamentos e / ou transferências realizadas para a Editora UnB, em 2006 e 2007.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 123, de 2008, **de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação junto a Fundação Universidade de Brasília sobre as fontes de receita e despesas do Hospital Universitário – HUB em 2005, 2006 e 2007.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 124, de 2008, **de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Educação, cópia dos processos relativos aos repasses de recursos da Editora da Universidade de Brasília para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde, CNPJ 37.159.720/0001-04, bem como a prestação de contas de cada repasse ou convênio.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 125, de 2008, **de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Educação que S. Exª providencie junto a Fundação Universidade de Brasília, no estrito prazo constitucional, informações sobre as receitas com alienação de imóveis, desde 1996, acompanhadas dos documentos comprobatórios.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 141, de 2008, **de autoria do Senador Magno Malta, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento informações sobre a provável data do pagamento dos precatórios judiciais dos Servidores Públicos Federais das Instituições de Ensino Superior.**

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)



Requerimento nº 147, de 2008, de autoria do Senador Jefferson Peres, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre os contratos, em execução, de obras viárias e portuárias no Estado do Amazonas.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 166, de 2008, de autoria do Senadora Lúcia Vânia, solicitando que sejam prestadas pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações sobre a tributação da exportação do couro, considerando que a Resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) nº 42, de 19 de dezembro de 2006, manteve, por tempo indeterminado, a incidência do Imposto de Exportação sobre o couro wet blue, à alíquota de 9%, abandonando o escalonamento até zero previsto em resoluções anteriores.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 171, de 2008, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Fazenda a respeito do contrato firmado entre o Banco do Estado do Piauí (BEP) e o Banco do Brasil com vistas à transferência do pagamento da folha de servidores do Estado para o Banco do Brasil.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 192, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando informações detalhadas ao Ministro das Comunicações sobre entendimentos relacionados com a compra da empresa aérea VarigLog pelos Correios

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

Requerimento nº 206, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, que sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, informações sobre o valor realizado ou estimado a renúncia de arrecadação de receita devido à redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida por comerciante atacadista ou varejista, com a venda dos produtos classificados nos códigos 8712 (cadeiras e outros ciclos incluindo triciclos, sem motor), 8713 (cadeiras de rodas e outros veículos para inválidos) e 8714, partes e acessórios dos veículos das posições 8711 a 8713 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados -TIPI.

(Aprovado na 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27.03.2008)

## XII – MATÉRIAS PREJUDICADAS

De iniciativa do Senado Federal .....	01
<b>Total.....</b>	<b>01</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2003**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o artigo 2º da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de graduação.

(Decisão Terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)

**Sessão:** 12.03.2008

**XIII – MATÉRIAS REJEITADAS**

De iniciativa do Senado Federal .....	01
<b>Total.....</b>	<b>01</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2005**, de autoria do Senador Leonel Pavan, que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para proibir coligações nas eleições proporcionais.

*(Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que concluiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade; nos termos do art. 101, § 1º, do Regimento Interno, a Presidência determinou o arquivamento definitivo da matéria).*

Sessão: 03.03.2008.

**XIV – MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES**

Total .....	03
-------------	----

**Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2003**, de autoria do Senador Romero Jucá, que modifica os artigos 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do artigo 142 e o § 10 do artigo 201 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

(Retirado pelo Requerimento nº 300, de 2008).

Sessão: **19.03.2008**.

**Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2008**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 143, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências.

(Retirado pelo Requerimento nº 306, de 2008).

Sessão: **19.03.2008**.

Requerimento nº 9, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, requer informações à Casa Civil da Presidência da República, sobre os custos de manutenção de veículos em Florianópolis para atender a uma filha do Presidente da República”.

(Retirado pelo Requerimento nº 339, de 2008).

Sessão: **27.03.2008**

**XV – OUTRAS DELIBERAÇÕES**

Total.....37
--------------

**Requerimento nº 194, de 2008**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer seja apresentado voto de aplauso ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Sr. José Miguel Insulza, pela disposição de promover reunião extraordinária do Conselho Permanente daquela entidade para debater e solucionar pacificamente o conflito entre Equador e Colômbia.

**Sessão:** 04.03.2008

**Requerimento nº 195, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer voto de louvor ao intelectual e escritor JÔ DE ARAÚJO, pela publicação de seu livro "Memorial de Rosamundo – Amazônia na Trilha dos Seringais".

**Sessão:** 04.03.2008

**Requerimento nº 207, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer voto de louvor ao notável esportista ZICO que, ao chegar aos 55 anos de idade, atinge seu apogeu como treinador de grande sucesso no mundo, tornando-se o primeiro orientador a levar um time da Turquia às quartas de final da Liga dos Campeões da Europa.

**Sessão:** 05.03.2008

**Requerimento nº 340, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de congratulações ao Desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen.**

**Sessão:** 27.03.2008.

**Requerimento nº 209, de 2008**, de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, que requer a inclusão em Ata de Voto de Louvor ao Dr. David Uip, no momento em que deixa a Diretoria Executiva do Instituto de Coração – INCOR.

**Sessão:** 05.03.2008

**Requerimento nº 217, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de louvor a Dom Eugênio de Araújo Sales.**

**Sessão:** 06.03.2008

**Requerimento nº 218, de 2008**, de autoria dos Senadores João Vicente Claudino e Tião Viana, solicitando voto de aplauso ao Professor Antonio Carlos Lopes.

**Sessão:** 06.03.2008

**Requerimento nº 222, de 2008**, de autoria do Senador Sérgio Guerra e outros senhores senadores, solicitando voto de lembrança a Mário Covas, pelo sétimo ano do seu falecimento.

**Sessão:** 06.03.2008

**Requerimento nº 228, de 2008**, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Ex-Senador e Ex-Governador do Paraná, Adolpho de Oliveira Franco.

**Sessão** 10.03.2008

**Requerimento nº 230, de 2008**, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vereador e ex-Deputado Estadual Antonio Facci.

**Sessão** 10.03.2008



**Requerimento nº 234, de 2008**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando voto de aplauso à Presidente da Associação Voluntariado de Apoio à Oncologia – AVAO, Sra. Ana Klautau Leite.*

**Sessão:** 11.03.2008

**Requerimento nº 235, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de louvor ao jornalista e escritor Luiz Bacellar, pelo lançamento do livro Calhau.

**Sessão:** 11.03.2008

**Requerimento nº 241, de 2008**, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Delegado-Geral de Polícia do Estado de São Paulo, Dr. Jorge Miguel

**Sessão:** 11.03.2008

**Requerimento nº 244, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo de Lábrea, no Amazonas, pelo transcurso do 122º aniversário de criação do município.

**Sessão:** 13.03.2008

**Requerimento nº 258, de 2008**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, requerendo, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do empresário Valentim dos Santos Diniz, ocorrido no dia 16 de março de 2008.

**Sessão:** 17.03.2008

**Requerimento nº 296, de 2008**, de autoria da Comissão de Educação, solicitando voto de congratulações ao Jornal do Senado, à Agencia Senado e à Tv Senado.

**Sessão:** 19.03.2008

**Requerimento nº 297, de 2008**, de autoria da Comissão de Educação, solicitando voto de congratulações ao Colégio Batista SHETARP do Rio de Janeiro.

**Sessão:** 19.03.2008

**Requerimento nº 299, de 2008**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de aplauso ao Clube Atlético Mineiro.

**Sessão:** 19.03.2008

**Requerimento nº 305, de 2008**, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, solicitando voto de aplauso ao Reitor e à Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares.

**Sessão:** 19.03.2008

**Requerimento nº 307, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jornalista e professora da Universidade Federal do Amazonas, Ivânia Vieira.

**Sessão:** 19.03.2008

**Requerimento nº 308, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Programa Manhattan Connection.

**Sessão:** 19.03.2008

**Requerimento nº 309, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança em homenagem póstuma à professora Sebastiana Braga.

**Sessão:** 19.03.2008

**Requerimento nº 309, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário Elias Abraim Caliu.

**Sessão:** 19.03.2008

**Requerimento nº 314, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista Haroldo de Andrade.

**Sessão:** 24.03.2008.

**Requerimento nº 316, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de louvor ao Corpo de Fuzileiros Navais.

**Sessão:** 24.03.2008.

**Requerimento nº 317, de 2008**, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Ignez Massad Cola.

**Sessão:** 25.03.2008.

**Requerimento nº 318, de 2008**, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Djalma Juarez Magalhães.

**Sessão:** 25.03.2008.

**Requerimento nº 319, de 2008**, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso à Fundação Assis Chateaubriand e seus patrocinadores.

**Sessão:** 25.03.2008

**Requerimento nº 327, de 2008**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso aos 37 municípios brasileiros selecionados pelo UNICEF e Ministério da Educação.

**Sessão:** 26.03.2008

**Requerimento nº 331, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Ministro Gilmar Mendes.

**Sessão:** 26.03.2008

**Requerimento nº 333, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Advogado Marcelo Rossi Nobre.

**Sessão:** 26.03.2008

**Requerimento nº 334, de 2008**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Paulo de Mesquita Neto.

**Sessão:** 26.03.2008

**Requerimento nº 340, de 2008**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de congratulações ao Desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagem.

**Sessão:** 27.03.2008

**Requerimento nº 342, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Academia Paranaense de Letras e ex-deputado Túlio Vargas.**

**Sessão:** 27.03.2008.

**Requerimento nº 344, de 2008**, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de aplauso à judoca piauiense Sarah Menezes.

**Sessão:** 27.03.2008.

**Requerimento nº 345, de 2008**, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de congratulações ao Arcebispo de Vitória Dom Luiz Mancilha Vilela, ao Arcebispo Dom Silvestre Scandian e ao Frei Bertolino Tholl.

Sessão: **27.03.2008**.

**Requerimento nº 347, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Juíza Kátia Magalhães Arruda.

Sessão: **27.03.2008**.

**(\*) XVI – REQUERIMENTOS DE LICENÇAS**

Total.....68
--------------

**1. Aprovados pelo Plenário**

Total.....2
-------------

**Requerimento nº 242, de 2008**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando autorização para ausentar-se do País.

Sessão de 12.03.2008

**Requerimento nº 324, de 2008**, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, solicitando licença para ausentar-se da Casa no período de 20 de março a 18 de julho de 2008, a fim de submeter-se a tratamento de saúde.

Sessão de 25.03.2008

**2. Deferidos pela Mesa**

Total.....66
--------------

**Requerimento nº 41, de 2008-M**, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 04 e 05/03/2008.

**Requerimento nº 42, de 2008-M**, Senador Paulo Duque – art. 13 – 04/03/2008.

**Requerimento nº 43, de 2008-M**, Senador Fernando Collor – art. 13 – 04/03/2008.

**Requerimento nº 44, de 2008-M**, Senador Demóstenes Torres – art. 43, I – 03 a 05/03/2008.

**Requerimento nº 45 de 2008-M**, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 04/03/2008.

**Requerimento nº 46 de 2008-M**, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 05/03/2008.

**Requerimento nº 47 de 2008-M**, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 06/03/2008.

**Requerimento nº 48, de 2008-M**, Senador Lobão Filho – art. 43, I – 25/02/2008 a 10/03/2008.

**Requerimento nº 49, de 2008-M**, Senador Mozarildo Cavalcanti – art. 13 – 11 a 13/03/2008.

**Requerimento nº 50, de 2008-M**, Senadora Kátia Abreu – art. 43, II – 18, 19 e 20/03/2008.

**Requerimento nº 51, de 2008-M**, Senador Jayme Campos – art. 13 – 11, 12 e 13/03/2008.

**Requerimento nº 52, de 2008-M**, Senador Antonio Carlos Júnior – art. 13 – 12 e 13/12/2008.

**Requerimento nº 53, de 2008-M**, Senador João Durval – art. 43, I – 13 a 27/03/2008.

**Requerimento nº 54, de 2008-M**, Senador Eduardo Azeredo – art. 43, I – 11, 12 e 13/03/2008.

**Requerimento nº 55, de 2008-M**, Senador César Borges – art. 43, II – 13 a 24/03/2008.

**Requerimento nº 56, de 2008-M**, Senador Demóstenes Torres – art. 43, II – 14 a 20/03/2008.

**Requerimento nº 57, de 2008-M**, Senador Renato Casagrande – art. 13 – 15 a 19/03/2008.

**Requerimento nº 58, de 2008-M**, Senador Jarbas Vasconcelos – art. 43, II – 17 a 19/03/2008.

**Requerimento nº 59, de 2008-M**, Senador Cícero Lucena – art. 13 – 13/03/2008.

**Requerimento nº 60, de 2008-M**, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 13/03/2008.

**Requerimento nº 61, de 2008-M**, Senador Efraim Morais – art. 13 – 13/03/2008.

**Requerimento nº 62, de 2008-M**, Senador Flávio Arns – art. 13 – 13/03/2008.

**Requerimento nº 63, de 2008-M**, Senador Magno Malta – art. 13 – 13/03/2008.

**Requerimento nº 64 de 2008**, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 13/03/2008.

**Requerimento nº 65, de 2008**, Senador Raimundo Colombo – art. 43, I – 15 a 24/03/2008.

**Requerimento nº 66, de 2008-M**, Senador José Sarney – art. 43, II – 18, 19, 25 e 26/03/2008.

**Requerimento nº 67, de 2008-M**, Senador Jefferson Peres – art. 13 – 18 e 19/03/2008.

**Requerimento nº 68, de 2008-M**, Senador Neuto de Conto – art. 13 – 17 a 19/03/2008.

**Requerimento nº 69, de 2008-M**, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 18 e 19/03/2008.

**Requerimento nº 70, de 2008-M**, Senador Gerson Camata – art. 13 – 18 e 19/03/2008.

**Requerimento nº 71, de 2008-M**, Senador João Tenório – art. 13 – 18 e 19/03/2008.

**Requerimento nº 72, de 2008-M**, Senador Efraim Morais – art. 13 – 18 e 19/12/2008.

**Requerimento nº 73, de 2008-M**, Senador Wellington Salgado – art. 13 – 18 e 19/03/2008.

**Requerimento nº 74, de 2008-M**, Senador Paulo Duque – art. 13 – 18 e 19/03/2008.

**Requerimento nº 75, de 2008-M**, Senadora Maria do Carmo Alves – art. 13 – 18/03/2008.

**Requerimento nº 76, de 2008-M**, Senador Tião Viana – art. 13 – 19/03/2008.

**Requerimento nº 77, de 2008-M**, Senador João Ribeiro – art. 13 – 18/03/2008.

**Requerimento nº 78, de 2008-M**, Senador João Ribeiro – art. 13 – 19/03/2008.

**Requerimento nº 79, de 2008-M**, Senador Renan Calheiros – art. 43, II – 18 e 19/03/2008.

**Requerimento nº 80, de 2008-M**, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 18/03/2008.

**Requerimento nº 81, de 2008-M**, Senador Valdir Raupp – art. 13 – 19/03/2008.

**Requerimento nº 82, de 2008-M**, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 19/03/2008.

**Requerimento nº 83, de 2008-M**, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 26/03/2008.

**Requerimento nº 84, de 2008-M**, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 28 e 29/03/2008.

**Requerimento nº 85, de 2008-M**, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 9 a 15/04/2008.

**Requerimento nº 86, de 2008-M**, Senador Cícero Lucena – art. 13 – 19/03/2008.

**Requerimento nº 87, de 2008-M**, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 19/03/2008.

**Requerimento nº 88, de 2008-M**, Senador Mário Couto – art. 13 – 25 a 27/03/2008.

**Requerimento nº 89, de 2008-M**, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 43, II – 24 e 25/03/2008.

**Requerimento nº 90, de 2008-M**, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 19/03/2008.

**Requerimento nº 91, de 2008-M**, Senadora Patrícia Saboya – art. 43, I – 18 e 19/03/2008.

**Requerimento nº 92, de 2008-M**, Senadora Roseana Sarney – art. 13 – 25 a 27/03/2008.

**Requerimento nº 93, de 2008-M**, Senador Renato Casagrande – art. 13 – 27/03/2008.

**Requerimento nº 94, de 2008-M**, Senador João Pedro – art. 13 – 26 a 29/03/2008.

**Requerimento nº 95, de 2008-M**, Senador Gilvam Borges – art. 13 – 27 a 31/03/2008.

**Requerimento nº 96, de 2008-M**, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 27/03/2008.

**Requerimento nº 97, de 2008-M**, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 27/03/2008.

**Requerimento nº 98, de 2008-M**, Senador Mozarildo Cavalcanti – art. 13 – 17 a 19/03/2008.

**Requerimento nº 99, de 2008-M**, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 27/03/2008.

**Requerimento nº 100, de 2008-M**, Senador João Durval – art. 43, I – 28/03/2008 a 11/04/2008.

**Requerimento nº 101, de 2008-M**, Senador Eptácio Cafeteira – art. 43, I – 27/03/2008.

**Requerimento nº 102, de 2008-M**, Senador Lobão Filho – art. 13 – 25 e 26/03/2008.

**Requerimento nº 103, de 2008-M**, Senador José Sarney – art. 43, II – 13/03/2008.

**Requerimento nº 104, de 2008-M**, Senador Tasso Jereissati – art. 13 – 29/03/2008 a 04/04/2008.

**Requerimento nº 105, de 2008-M**, Senador Jayme Campos – art. 13 – 1º, 2 e 3/04/2008.

**Requerimento nº 106, de 2008-M**, Senador José Maranhão – art. 43, II – 26 e 27/03/2008.

(\*) Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 43, I – tratamento de saúde.

Art. 43, II – interesse particular.



**(\*\*) XVII – REQUERIMENTOS APROVADOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO**

Total .....	18
-------------	----

**Requerimento nº 184, de 2008** – Senador João Tenório – de 03 a 07/03/2008 – Conferência Internacional sobre Energia Renovável de Washington, DC (WIREC 2008) – Washington, EUA.

**Sessão:** 04/03/2008.

**Requerimento nº 198, de 2008** – Senador Eduardo Suplicy – de 06 a 10/03/2008 – VII Congresso da USBIG – US Basic Income Guarantee Network – Boston, Massachusetts, EUA.

**Sessão:** 04/03/2008.

**Requerimento nº 225, de 2008** – Senador Magno Malta – de 10 a 12/03/2008 – Congresso sobre Tecnologia Direcionada à Educação – Porto Rico.

**Sessão:** 06/03/2008.

**Requerimento nº 231, de 2008** – Senador Adelmir Santana – de 14 a 23/03/2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado – Visita Oficial a Cingapura, Timor Leste, Indonésia e Vietnã.

**Sessão:** 12/03/2008.

**Requerimento nº 236, de 2008** – Senador Geraldo Mesquita Júnior – de 14 a 24/03/2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado – Visita Oficial a Cingapura, Timor Leste, Indonésia e Vietnã.

**Sessão:** 12/03/2008.

**Requerimento nº 237, de 2008** – Senador Heráclito Fortes – de 14 a 24/03/2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado – Visita Oficial a Cingapura, Timor Leste, Indonésia e Vietnã.

**Sessão:** 12/03/2008.

**Requerimento nº 242, de 2008** – Senador Antonio Carlos Valadares – de 14 a 24/03/2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado – Visita Oficial a Cingapura, Timor Leste, Indonésia e Vietnã.

**Sessão:** 12/03/2008.

**Requerimento nº 259, de 2008** – Senador Eduardo Azeredo – de 28/03/2008 a 02/04/2008 – Conferência de Cooperação contra Cibercrimes – Strasbourg, França.

**Sessão:** 18/03/2008.

**Requerimento nº 301, de 2008** – Senador Romeu Tuma – de 28/03/2008 a 02/04/2008 – Participação na Oitava Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevideu, Uruguai.

**Sessão:** 19/03/2008.

**Requerimento nº 302, de 2008** – Senador Sérgio Zambiasi – de 29/03/2008 a 02/04/2008 – Participação na Oitava Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevideu, Uruguai.

**Sessão:** 19/03/2008.

**Requerimento nº 303, de 2008** – Senador Alofzio Mercadante – 30/03/2008 a 1º/04/2008 – Participação na Oitava Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

**Sessão:** 19/03/2008.

**Requerimento nº 304, de 2008** – Senador Cristovam Buarque – 30/03/2008 a 1º/04/2008 – Participação na Oitava Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

**Sessão:** 19/03/2008.

**Requerimento nº 312, de 2008** – Senador Pedro Simon – 30/03/2008 a 1º/04/2008 – Participação na Oitava Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

**Sessão:** 19/03/2008.

**Requerimento nº 320, de 2008** – Senador Marconi Perillo – 26/03/2008 a 1º/04/2008 – II Encontro de Jovens Parlamentares da América Latina e Caribe – Cidade do México, México.

**Sessão:** 25/03/2008.

**Requerimento nº 323, de 2008** – Senador Geraldo Mesquita Júnior – 30/03/2008 a 1º/04/2008 – Participação na Oitava Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

**Sessão:** 25/03/2008.

**Requerimento nº 325, de 2008** – Senador Efraim Moraes – 30/03/2008 a 1º/04/2008 – Participação na Oitava Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

**Sessão:** 25/03/2008.

**Requerimento nº 328, de 2008** – Senador Inácio Arruda – 30/03/2008 a 1º/04/2008 – Participação na Oitava Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.

**Sessão:** 27/03/2008.

**Requerimento nº 343, de 2008** – Senador Wellington Salgado – 12 a 18/04/2008 – Participação no NAB Show 2008 – National Association of Broadcasters – Los Angeles, EUA.

**Sessão:** 27/03/2008.

---

(\*\*) Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior.



SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de março de 2008)	
Deliberativas Ordinárias	10
Não Deliberativas	8
Deliberativas Extraordinárias	1
Especiais	1
<b>Total</b>	<b>20</b>
Sessão não realizada	0

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL  
(1º a 31 de março de 2008)**

<b>MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A X) .....</b>	<b>124</b>
<b>I – Medidas Provisórias .....</b>	<b>2</b>
1. Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção .....	2
<b>II – Projetos aprovados e enviados à sanção .....</b>	<b>1</b>
<b>III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados .....</b>	<b>25</b>
1 – Por decisão do Plenário .....	0
2 – Em decisão terminativa .....	25
2.1 – Projetos de Lei do Senado .....	25
<b>IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação .....</b>	<b>12</b>
1 – Concessões de telecomunicações .....	11
2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais .....	1
<b>V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática .....</b>	<b>1</b>
<b>VI – Escolha de Autoridades .....</b>	<b>3</b>
<b>VII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente .....</b>	<b>9</b>
<b>VIII – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa .....</b>	<b>66</b>
<b>IX – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa .....</b>	<b>2</b>
<b>X – Requerimentos de criação de Comissão Temporária .....</b>	<b>3</b>

<b>MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XI A XV).....</b>	<b>8</b>
<b>XI – Matérias rejeitadas .....</b>	<b>1</b>
<b>XII – Matérias prejudicadas .....</b>	<b>1</b>
<b>XIII – Matérias retiradas pelos autores .....</b>	<b>3</b>
<b>XIV – Medida Provisória não admitida .....</b>	<b>1</b>
<b>XV – Requerimentos de tramitação conjunta rejeitados pela Mesa .....</b>	<b>2</b>
 <b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XV) .....</b>	 <b>132</b>
 <b>Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões .....</b>	 <b>86</b>
<b>Requerimento de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.....</b>	<b>1</b>

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE  
6 DE FEVEREIRO A 31 DE MARÇO DE 2008**

<b>SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (6 de fevereiro a 31 de março de 2008)</b>	
Deliberativas Ordinárias	19
Não Deliberativas	16
Deliberativas Extraordinárias	1
Especiais	4
<b>Total</b>	<b>40</b>
Sessão não realizada	0

<b>MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XI).....</b>	<b>292</b>
<b>I – Medidas Provisórias aprovadas .....</b>	<b>2</b>
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção.....	2
<b>II – Projetos aprovados e enviados à sanção .....</b>	<b>5</b>
<b>III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....</b>	<b>44</b>
1 – Por decisão do Plenário .....	5
1.1 – Do Senado Federal .....	1
1.2 – Da Câmara dos Deputados .....	4
2 – Em decisão terminativa .....	39
2.1 – Projetos de Lei do Senado .....	39
<b>IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação .....</b>	<b>118</b>
1 – Concessões de telecomunicações .....	108
2 – Atos Internacionais .....	4
3 – Operações de crédito.....	3
4 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais .....	2
5 – Projetos de Resolução .....	1
<b>V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática.....</b>	<b>1</b>
<b>VI – Escolha de Autoridades .....</b>	<b>5</b>
<b>VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar.....</b>	<b>2</b>
<b>VIII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente .....</b>	<b>20</b>
<b>VIII – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa .....</b>	<b>89</b>
<b>IX – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa .....</b>	<b>2</b>
<b>X – Requerimentos de criação de Comissão Temporária.....</b>	<b>3</b>
<b>XI – Requerimentos Diversos (aprovados pelo Plenário).....</b>	<b>1</b>

<b>MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XII A XVI).....</b>	<b>14</b>
<b>XII – Matérias rejeitadas.....</b>	<b>2</b>
<b>XIII – Matérias prejudicadas .....</b>	<b>4</b>
<b>XIV – Matérias retiradas pelos autores .....</b>	<b>5</b>
<b>XV – Medida Provisória não admitida .....</b>	<b>1</b>
<b>XVI – Requerimentos de tramitação conjunta rejeitados pela Mesa .....</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XVI) .....</b>	<b>306</b>
<b>Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões .....</b>	<b>127</b>
<b>Requerimento de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.....</b>	<b>1</b>

**B – SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE MARÇO DE 2008 DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE**

**REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA**

**ITEM 01**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2006**  
**TERMINATIVO**

Altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências.

Autoria: Senador ÁLVARO DIAS

Relator: Senador FRANCISCO DORNELLES

Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta.

OBS: Em 20/11/2007, foi concedida Vista ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**Resultado: A Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAE.**

**ITEM 02**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 01, DE 2007**  
**NÃO TERMINATIVO**

Fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências.

Autoria: Deputado JOSÉ ROBERTO ARRUDA

Relator: Senador EDUARDO SUPLICY

Parecer: Favorável ao Projeto.

OBS: Em 26/02/08, foi concedida Vista Coletiva.

**Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.**

**FOI APRECIADO, AINDA, O SEGUINTE REQUERIMENTO:**

**REQUERIMENTO Nº 1, DE 2008-CAE**

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados, para uma Audiência Pública, a ser realizada em 11 de março do corrente, a fim de instruir o Projeto de Lei nº 58, de 2006, que “altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências”, os Srs. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil, e Joaquim Adir Vintras, Supervisor Nacional do Programa do Imposto de Renda.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

**Resultado: REJEITADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA**

**REUNIDA A COMISSÃO, NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO DOS ITENS CONSTANTES NA PAUTA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2008 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

**ITEM ÚNICO**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**



A FIM DE “DISCUTIR A QUESTÃO DOS LIMITES LEGAIS PARA A REGULAMENTAÇÃO DA PROPAGANDA COMERCIAL”, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 32/07-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR JEFFERSON PÉRES, E Nº 17/07-CCT, DE AUTORIA DOS SENADORES WELLINGTON SALGADO E MARCELO CRIVELLA.

**CONVIDADOS:**

Sra. MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES – Gerente de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -Anvisa (Representando o Sr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Anvisa)

Sr. STALIMIR VIEIRA – Assessor da Presidência Nacional da Associação Brasileira de Agências de Publicidade – Abap (Representando o Sr. Dalton Pastore, Presidente-Nacional da Abap)

Sr. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação (Representando o Sr. João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra)

Sr. RAFAEL SAMPAIO – Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA**

**REUNIÃO TÉCNICA**

COM A PRESENÇA DO SR. EDUARDO PEREIRA NUNES, PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, A FIM DE DISCUTIR SOBRE O RETRATO DO BRASIL E SOBRE OS INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS.

**Resultado: REALIZADA**

**REQUERIMENTOS APRECIADOS:**

**01) REQUERIMENTO Nº 02/2008-CAE**, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para uma Audiência Pública, os Srs. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, e Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a fim de debater os critérios técnicos de repartição dos Royalties provenientes da atividade de exploração petrolífera.

Autoria: Senadores ALOIZIO MERCADANTE e RENATO CASAGRANDE

**RESULTADO: APROVADO**

**02) REQUERIMENTO Nº 03/2008-CAE**, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados a participar de Audiência Pública neste Órgão Técnico, o Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid, e o Procurador Geral da Fazenda Nacional, Dr. Luis Ignácio, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999, que dispõe sobre o Código de Defesa do Contribuinte.

Autoria: Senador ROMERO JUCÁ

**RESULTADO: APROVADO**

**03) REQUERIMENTO Nº 04/2008-CAE**, que requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública deste Órgão Técnico, com a presença de representantes do Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional – e do Ministério da Previdência – Secretaria de Políticas de Previdência Social, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas, e do Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003, que trata do Fator Previdenciário.

Autoria: Senador ROMERO JUCÁ

**RESULTADO: APROVADO**

**04) REQUERIMENTO Nº 05/2008-CAE**, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para uma Audiência Pública, a ser realizada em conjunto com Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, Representantes da Frente Nacional de Prefeitos – FNP e o Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, visando esclarecimentos sobre a metodologia da contagem populacional e procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

**RESULTADO: APROVADO**

**05) REQUERIMENTO Nº 06/2008-CAE**, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para uma Audiência Pública, os Srs. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, a fim de debater os critérios técnicos de repartição da contribuição financeira provenientes da atividade de exploração mineral.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO

**RESULTADO: APROVADO**

**06) REQUERIMENTO Nº 07/2008-CAE**, que requer, nos termos do art. 93, II, do RISF, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, em conjunto com a Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, com a presença do Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Dr. Eduardo Nunes, para complementar informações solicitadas no Requerimento de Informações nº 1.016 de 2007.

Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI e JOÃO TENÓRIO

**RESULTADO: APROVADO**

#### **SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA – CAE**

##### **REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008**

APRESENTAÇÃO DA VERSÃO PRELIMINAR DO RELATÓRIO DA SUBCOMISSÃO.

**RESULTADO: REUNIÃO REALIZADA.**

#### **COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS**

##### **REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**

###### **ITEM 01**

###### **NÃO TERMINATIVO**

###### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003**

“Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal”.

Autor: Senador RODOLPHO TOURINHO

Relator: Senador EXPEDITO JÚNIOR

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

OBS: 1. Em 14/09/2005, a matéria recebeu parecer favorável com duas emendas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**Resultado: Aprovado o parecer, a matéria vai a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prosseguimento de sua tramitação.**

**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2007**

“Concede, a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da União, pensão especial à dependente de Roberto Vicente da Silva”.

Autor: Externo PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Relator: Senador ROMEU TUMA

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

**Resultado: Aprovado o parecer e o requerimento de urgência, apresentado pelo relator, Senador Romeu Tuma.**

**ITEM 03****REQUERIMENTO Nº 04, DE 2008 – CAS**

“Nos termos regimentais, requeiro seja realizada nesta Comissão audiência pública para contribuir com o debate e instrução do Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, que atualiza a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências. Para tanto, solicitamos sejam convidadas as seguintes personalidades: Dr. Pedro Calmon Pepeu Garcia Viera Santana, Presidente do Conselho Federal de Economia (COFECON); Dr. Raimundo César Britto Aragão, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Dra. Maria Clara Cavalcante Bugarim, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Adm. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Federal de Administração (CFA)”.

Autores: Senadores EXPEDITO JÚNIOR e FLÁVIO ARNS

**Resultado: Aprovado.**

**ITEM 04****REQUERIMENTO Nº 05, DE 2008 – CAS**

“Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública com vistas a discutir “O salário mínimo e sua importância, bem como o seu impacto na sociedade, principalmente na renda dos aposentados.” Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as autoridades representativas dos Ministérios do Trabalho e da Previdência, das Centrais Sindicais, das Confederações dos Trabalhadores, da COBAP, dentre outras a serem definidas pela própria Comissão”.

Autor: Senador PAULO PAIM

**Resultado: Aprovado.**

**ITEM 05****REQUERIMENTO Nº 06, DE 2008 – CAS**

“Requeiro, nos termos do art. 93, incisos I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta, entre as Comissões de Assuntos Sociais – CAS e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, objetivando instruir o Senado da República sobre quais as melhores alternativas para incrementar o processo de adoção de crianças no Brasil, cuja audiência deverá contar com a participação dos seguintes convidados: Srª. Elizabete Borgianni – Conselho Federal de Serviço social; Srª. Carmem de Oliveira – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Representante da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal; Chefe da Promotoria de Defesa do Cidadão – Ministério Público; o Juiz Francisco Oliveira Neto, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB; o Dr. Ciro Darlan e os demais convidados, cujos nomes o Senhor Senador Magno Malta encaminhará a esta Comissão”.

Autores: Senadores INÁCIO ARRUDA e PAULO PAIM.

**Resultado: Aprovado.**

**ITEM 06****REQUERIMENTO Nº 07, DE 2008 – CAS**

“Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública com a finalidade de homenagear o estudante RICARDO OLIVEIRA, que ganhou a sua segunda medalha de ouro nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas, solicitando também que o comparecimento do convidado seja custeado por esta Casa Parlamentar”.

Autor: Senador EDUARDO AZEREDO

**Resultado: Aprovado.**

**ITEM 07 – REQUERIMENTO Nº 08, DE 2008 – CAS**

“Nos termos do art. 336, II, solicito urgência para o PLC 108 de 2007”.

Autor: Senador Romeu Tuma.

**Resultado: Aprovado.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2003**

“Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental”.

Autor: Deputado CLAUDIO CAJADO

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2003**

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos”.

Autor: Deputado EDUARDO JORGE

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2003**

“Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Autor: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2003**

“Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País”.

Autor: Senador PAULO PAIM

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2004**

“Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para tornar obrigatório o oferecimento de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde”.

Autor: Senador EDISON LOBÃO

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2007**

“Altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatório o teste do olhinho em todo o País”.

Autor: Senador PAULO PAIM

Relator: Senador PAPALÉO PAES

Parecer: Pelo arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2003, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 504, de 2003, nº 80, de 2004 e nº 240, de 2007, e pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2003, com acatamento da Emenda do Senador Flávio Arns, apresentada em 20 de fevereiro de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta.

OBS: – A matéria irá às Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento de sua tramitação.

**Resultado: Aprovado o parecer.**



**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, DE 2007**

“Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 08 de maio de 2003, para vedar a incidência de penalidades no recolhimento a destempo de complementação devida por contribuinte individual quando, no período próprio, o valor a ser recolhido for inferior ao valor mínimo por procedimento de arrecadação”.

Autor: Senador ARTHUR VIRGÍLIO

Relator: Senador ADELMIR SANTANA

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

**Resultado: Aprovado o parecer**

**ITEM 03****REQUERIMENTO Nº 008, DE 2008 – CAS**

“Nos termos do art. 93, incisos I, do Regimento Interno do Senado Federal, sugere-se que a Comissão de Assuntos Sociais inclua, na audiência pública que deliberou para discussão do Projeto de Lei do Senado 658/2007, a participação de representante da Ordem dos Economistas do Brasil, maior associação civil vinculada àquela profissão”.

Autores: Senadores INÁCIO ARRUDA e PAPALÉO PAES

**Resultado: Aprovado**

**ITEM 04****REQUERIMENTO Nº 009, DE 2008 – CAS**

“Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para avaliar as políticas públicas para a juventude voltadas à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho, com a participação, entre outros, de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social”.

Autores: Senadores PATRÍCIA SABOYA e PAPALÉO PAES

**Resultado: Aprovado**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA****SAÚDE (CAS)****REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2008****ITEM 01****REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008 – CASSAÚDE**

“Nos termos regimentais, requeiro seja convidado para fazer uma exposição nesta Subcomissão, o Dr. HAIK NIKOGOSIAN, Secretário Executivo da Conferência das partes da Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco, da Organização Mundial de Saúde”.

Autor: Senador PAPALÉO PAES

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02****AUDIÊNCIA PÚBLICA – CASSAÚDE**

Assunto: Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco – Organização Mundial da Saúde (OMS).



Autor do Requerimento: Senador PAPALÉO PAES

Participante: Dr. Haik Nikogolian – Secretário Executivo da Conferência das partes da Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco, da Organização Mundial de Saúde.

**RESULTADO: REALIZADA**

#### REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2008

##### ITEM 01

##### REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008 – CASSAÚDE

Autor: Senador PAPALÉO PAES

“Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE), a fim de debater a situação relativa ao controle de dengue, febre amarela e malária no Brasil.

Participarão do evento, na condição de expositores convidados, as seguintes autoridades e representantes de órgãos:

Dr. Gerson Penna, Secretário de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde;

Dr. Francisco Batista Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS);

Dr. Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS);

Dr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS);

Representante da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT).

Consolida a legislação sanitária federal”.

**Resultado: Aprovado**

##### ITEM 0

##### REQUERIMENTO Nº 03, DE 2008 – CASSAÚDE

Autor: Senador PAPALÉO PAES

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de obter subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que assegura recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde.

Solicita-se a participação das seguintes autoridades:

Dr. José Gomes Temporão, Ministro da Saúde;

Dr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda;

Dr. Francisco Batista Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Saúde;

Dr. Vitor José Faccioni, Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil;

5. Dr. Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS).

**Resultado: Aprovado**

**ITEM 03**  
**REQUERIMENTO Nº 04, DE 2008 – CASSAÚDE**

Autor: Senador PAPALÉO PAES

“Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para, com a participação dos convidados relacionados em lista anexa, debater sobre a situação atual do Programa Mais Saúde (“PAC da Saúde”) diante da restrição orçamentária com que o programa se defronta.

**JUSTIFICAÇÃO**

No final do ano de 2007, o Ministério da Saúde lançou o Programa Mais Saúde (“PAC da Saúde”), estruturado em sete eixos de intervenção: Promoção da Saúde; Atenção à Saúde; Complexo Industrial da Saúde; Força de Trabalho em Saúde; Qualificação da Gestão; Participação e Controle Social; e Cooperação Internacional.

A relevância das ações programadas e dos resultados esperados – 165 metas a serem cumpridas no prazo de quatro anos (2008 a 2011) – e a restrição orçamentária com que o programa se defronta, são indicativos da oportunidade de trazer seu debate para o âmbito do Poder Legislativo.

**CONVIDADOS:**

Dr. José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde;

Senadora Kátia Abreu, relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 89, de 2007, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências – prorrogando a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF);

Dr. Néelson Rodrigues dos Santos, Professor Colaborador da Universidade Estadual de Campinas e Presidente do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (IDISA);

Dr. Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS).

**Resultado: Aprovado**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ**

**REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA**

**ITEM 1**  
**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145,**  
**DE 2004 (PL. nº 06415, de 2005, na Câmara dos Deputados)**

**NÃO TERMINATIVO**

“Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica”.

Autoria do Substitutivo: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Autoria do PLS: Senador CÉSAR BORGES.

Relatoria: Senador EDUARDO SUPLICY.

Parecer: Pela aprovação da Ementa e dos artigos 3º, 4º, 5º e 6º do Substitutivo, pelo restabelecimento do artigo 1º do texto aprovado originalmente no Senado Federal, e pela rejeição dos artigos 1º e 2º do Substitutivo.

Obs: Em 05/03/2008, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Eduardo Suplicy.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Ementa, aos artigos 3º, 4º, 5º e 6º do Substitutivo, pelo restabelecimento do artigo 1º do texto originalmente aprovado no Senado Federal, e contrário aos artigos 1º e 2º do Substitutivo.**

**ITEM 2**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, DE 2003**  
**TERMINATIVO NA CCT**

(Tramita em conjunto com os PLS's nºs 21 e 36, de 2004).

“Colbe a utilização de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas por meio de rede eletrônica”.

Autoria: Senador HÉLIO COSTA.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

**TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2004 –  
TERMINATIVO NA CCT -**

“Disciplina o envio de mensagens eletrônicas comerciais”.

Autoria: Senador DUCIOMAR COSTA.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

**TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2004 –  
TERMINATIVO NA CCT -**

“Dispõe sobre mensagens não solicitadas no âmbito da rede mundial de computadores (Internet)”.

Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.

Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.

Parecer: Pela aprovação do PLS nº 21, de 2004, e pelo aproveitamento parcial do PLS nº 367, de 2003 e do PLS nº 36, de 2004, assim regimentalmente prejudicados, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Obs: – Em 13/02/2008, foi recebido relatório reformulado pelo Senador Eduardo Azeredo. A Presidência concede vista ao Senador Sibá Machado, nos termos regimentais;

– Em 04/03/2008, foi recebido Relatório reformulado pelo Senador Eduardo Azeredo.

- A matéria será apreciada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte; e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 21, de 2004, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e pela prejudicialidade do PLS nº 36, de 2004 e do PLS nº 367, de 2003.**

**ITEM 3**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 2007**  
**TERMINATIVO NA CAS**

“Altera dispositivos do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para regular a cobrança de anuidades pelo Conselho Federal de Contabilidade”.

Autoria: Senador NEUTO DE CONTO.

Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta.

Obs: – Em 05/03/2008, foi recebido o Relatório reformulado pela Senadora Serys Slhessarenko;

- A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ.**

**REQUERIMENTO APRECIADO**

**REQUERIMENTO Nº 2, de 2008-CCJ.**

“Requeiro, nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta comissão, com a presença da senhora Alexandra Reschke, Secretária do Patrimônio da União, um representante do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério das Cidades, do Ministério da Defesa, e outros convidados que poderão ser indicados pelos membros deste órgão técnico, com o objetivo de instruir a tramitação da PEC 53/2007, que ‘extingue o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e dispõe sobre a propriedade desses bens”.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI e Senador FLEXA RIBEIRO.

**Resultado: Aprovado.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA****ITEM 01****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2007 (PL. nº 07320, de 2006, na Câmara dos Deputados) NÃO TERMINATIVO -**

“Altera a Lei nº 11.282, de 23 de fevereiro de 2006, que anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT punidos em razão da participação em movimento grevista”.

Autoria: Deputada MARIA DO ROSÁRIO.

Relatoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

Obs: Em 13/02/2008, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A Comissão aprova o Requerimento nº 3, de 2008 – CCJ, de URGÊNCIA para a matéria.**

**ITEM 02****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 2005**

“Altera o art. 158 da Constituição Federal, para estabelecer critério de rateio aos Municípios da receita do ICMS incidente sobre operações relativas a energia elétrica gerada com a utilização de recursos hídricos”.

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.

Parecer: Pela aprovação da Proposta, com a Emenda que apresenta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ.**

**REQUERIMENTOS APRECIADOS****REQUERIMENTO Nº 3, DE 2008 – CCJ**

“Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 83, de 2007”.

Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA.

Resultado: Aprovado.

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 2, de 2008 – CCJ**

“Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja ADITADO ao requerimento de nº 02/2008, aprovado nesta Comissão, os nomes abaixo relacionados:

Srº. HELVÉCIO DUIA CASTELLO – Presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB);

Srº. PAULO ZIULKOVISKI – Presidente da CNM;

Srº. FELÍCIO PONTE JÚNIOR – Procurador da República/PA.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

**Resultado: Aprovado.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA****ITEM 1****OFÍCIO “S” Nº 6, DE 2008 (Nº 00022, de 12/03/08, na origem)****NÃO TERMINATIVO -**

“Comunica ao Senado Federal a indicação do Ministro GILMAR MENDES para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, igualmente eleito para o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, para o biênio 2008/2010”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Parecer: Votação Secreta



Obs: – Na presente Reunião, é lido o Relatório pelo Senador Tasso Jereissati, conforme disposto no Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão;

– É aprovado o Requerimento nº 4, de 2008-CCJ, de iniciativa do Relator, Senador Tasso Jereissati, referente à dispensa do interstício fixado no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, a fim de que sejam realizadas simultaneamente a primeira e a segunda etapa da avaliação do indicado;

– É procedida a arguição do indicado, em cumprimento à alínea "b" do art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

**Resultado: Aprovado, por unanimidade, o Parecer favorável à escolha do nome do Ministro Gilmar Mendes para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, com vinte e um (21) votos favoráveis.**

#### ITEM 2

**OFÍCIO “S” Nº 2, DE 2008 (Ofício nº 2112, de 11/12/07, na origem)**

##### **NÃO TERMINATIVO**

“Comunica ao Senado Federal que, em sessão realizada dia 5 de dezembro de 2007, o Plenário desta Casa elegeu o Senhor MARCELO ROSSI NOBRE para compor o Conselho Nacional de Justiça”.

Autoria: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Relatoria: Senador EPITÁCIO CAFETEIRA.

Parecer: Votação Secreta

Obs: – Em 12/03/2008, foi apresentado e discutido o Relatório do Senador Epitácio Cafeteira e concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão;

- Na presente Reunião, é procedida a arguição do indicado, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor Marcelo Rossi Nobre para compor o Conselho Nacional de Justiça, com vinte (20) votos favoráveis e um (1) voto em branco.**

#### ITEM 03

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 2007 (PL. nº 01213, de 2007, na origem)**

##### **NÃO TERMINATIVO**

“Acresce o art. 543-C à Lei nº 5.879, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça”.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Relatoria “Ad Hoc”: Senador SIBÁ MACHADO.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

Obs.: Em 13/03/2008, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

**Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de iniciativa da Relatora, e contrário às Emendas oferecidas pelo Senador Flexa Ribeiro.**

#### **REQUERIMENTOS APRECIADOS**

##### **REQUERIMENTO Nº 4, DE 2008 – CCJ**

“Dada a relevância da matéria, requeiro, com fundamento nos arts. 280 e 281 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a dispensa do interstício fixado por esta Comissão no art. 2º do Ato nº 1, de 2007, na apreciação do Ofício “S” nº 6, de 2008, do Supremo Tribunal Federal, a fim de que sejam realizadas simultaneamente a primeira e a segunda etapa da avaliação do indicado



por aquela Corte para o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Gilmar Mendes”.

Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.

**Resultado: Aprovado.**

#### **TERMO ADITIVO Nº 2 AO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2008 – CCJ**

“Requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que seja aditado ao requerimento de nº 02/2008 – CCJ, aprovado nesta Comissão, o nome do Dr. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO, Presidente da OAB Nacional”.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

**Resultado: Aprovado.**

### **REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA**

#### **ITEM 1**

##### **OFÍCIO “S” Nº 65, DE 1997 (Ofício Nº 150/P-MC, de 20/08/1997, na origem)**

##### **TERMINATIVO**

“Encaminha ao Senado Federal, cópias da Certidão de Trânsito em Julgado, bem como do Acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário 194036, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade dos artigos 2º e 3º da Lei 6747, de 21 de dezembro de 1990, do município de Santo Andre – SP”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Pelo arquivamento do Ofício.

**Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”.**

#### **ITEM 2**

##### **OFÍCIO “S” Nº 25, DE 2004 (Ofício Nº 00129, de 21/09/2004, na origem)**

##### **TERMINATIVO**

“Encaminha, para fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 255858, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º e da expressão “retroagindo os efeitos do disposto no art. 1º, a 1º de fevereiro de 1995” do art. 7º, da Lei nº 11.722, de 13 de fevereiro de 1995, do Município de São Paulo (reajuste salarial de servidores públicos do Município de São Paulo, referente ao mês de fevereiro de 1995)”.

Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Pelo arquivamento do Ofício.

**Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”.**

#### **ITEM 3**

##### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2005**

##### **TERMINATIVO**

“Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que trata e dá outras providências, objetivando responsabilizar os gestores dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais por atos de improbidade administrativa”.

Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.

Relatoria: Senador JEFFERSON PÉRES.

Parecer: Pela injuridicidade e arquivamento do Projeto e da Emenda nº 1.

Obs: – Em 05/12/2007, foi recebida a Emenda nº 1 do Senador Antonio Carlos Valadares, autor do Projeto, que recebeu Parecer contrário.

- Em 13/02/2008, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

– Em 05/03/2008, foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria.

**Resultado: Rejeitado o Projeto, restando prejudicada a Emenda nº 1, do Senador Antonio Carlos Valadares, conforme art. 301 do RISF.**

**ITEM 4****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2008 (PL. nº 0969, de 2007, na origem)****NÃO TERMINATIVO -**

“Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências”.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

Obs: – Em 12/03/2008, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

– Em 26/03/2008, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Demóstenes Torres, tendo sido retiradas em seguida.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A Comissão aprova o Requerimento nº 5, de 2008 – CCJ, de iniciativa do Senador Aloizio Mercadante, de URGÊNCIA para a matéria.**

**ITEM 5****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2007 (PL. nº 02334, de 2003, na origem)****NÃO TERMINATIVO**

“Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências”.

Autoria: PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Relatoria: Senador JOSÉ AGRIPINO.

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

Obs: Em 12/03/2008, foi concedida vista ao Senador Jefferson Péres, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A Comissão aprova o Requerimento nº 6, de 2008 – CCJ, de iniciativa do Senador Valter Pereira, de URGÊNCIA para a matéria.**

**ITEM 6****EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 1 a 5 OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007 (PL Nº 6.645, de 2006, na origem)****NÃO TERMINATIVO -**

“Altera o art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e o inciso I do caput do art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de 1ª (primeira) instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)”.

Autoria: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO.

Relatoria: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Pela aprovação da Emenda nº 5-PLEN, e pela aprovação das Emendas nº 1-PLEN a 4-PLEN, na forma das subemendas que apresenta.

**Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 5-PLEN, e favorável às Emendas nºs 1-PLEN e 2-PLEN, na forma da Subemenda-CCJ e às Emendas nºs 3-PLEN e 4-PLEN, na forma da Subemenda-CCJ.**

**REQUERIMENTOS APRECIADOS****REQUERIMENTO Nº 5, DE 2008 – CCJ**

“Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 9, de 2008”.

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

**Resultado: Aprovado.**

**REQUERIMENTO Nº 6, DE 2008 – CCJ**

“Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 122, de 2007”.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA.

**Resultado: Aprovado.**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE****REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA****ITEM 01****TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 604, DE 2007**

“ALTERA A LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, PARA INCLUIR, NO ART. 18, § 3º, ALÍNEA C, A DOAÇÃO E PATROCÍNIO PARA A MÚSICA REGIONAL.”

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

RELATORIA: SENADOR INÁCIO ARRUDA

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO O PROJETO**

**ITEM 02****TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, DE 2007**

“ALTERA A LEI Nº 6.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977, QUE DISPÕE SOBRE OS ESTÁGIOS DE ESTUDANTES DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR E ENSINO PROFISSIONALIZANTE DO 2º GRAU E SUPLETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA FIXAR FORMA DE REAJUSTE DA BOLSA-AUXÍLIO”.

AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM

RELATORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 11/12/07, 12/02/08 E 26/02/08

**RESULTADO: APROVADO O PROJETO**

**ITEM 03****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 095, DE 2007**

“DENOMINA-SE ‘SENADOR ANTÔNIO FARIAS’ O EDIFÍCIO-SEDE DA SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO SENADO FEDERAL”.

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO GUERRA

RELATORIA: SENADOR PAPALÉO PAES

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO PARECER FAVORÁVEL**

**ITEM 04****TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, DE 2007**

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PROESB)”.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

RELATORIA AD HOC: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

OBS.1: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA A EMENDA

OBS.2: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 04/12/07 E 26/02/07

**RESULTADO: APROVADO O PROJETO E A EMENDA Nº 1-CE**

**ITEM 05**

**NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 073, DE 2007**

“DENOMINA RODOVIA SYNVAL GUZZELLI O TRECHO DA RODOVIA BR-116 ENTRE AS CIDADES DE VACARIA E PORTO ALEGRE, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL”.

AUTORIA: DEPUTADO MENDES RIBEIRO FILHO

RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 12/02/08 E 26/02/08

**RESULTADO: APROVADO PARECER FAVORÁVEL**

**ITEM 06**

**TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, DE 2007**

“INSTITUI O DIA NACIONAL DA MARCHA PARA JESUS”.

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RELATORIA AD HOC: SENADOR PAULO PAIM

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

OBS.1: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA A EMENDA

OBS.2: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 04/12/07, 11/12/07 E 26/02/08

**RESULTADO: APROVADO O PROJETO E A EMENDA Nº 1-CE**

**ITEM 07**

**NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

“MODIFICA A LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, PARA PERMITIR A ADESÃO DE ESCOLAS DE NÍVEL MÉDIO, PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE CORRETAGEM DE SEGUROS E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL AO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DEVIDOS PELAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – SIMPLES NACIONAL”.

AUTORIA: SENADOR OSMAR DIAS

RELATORIA: SENADOR FRANCISCO DORNELLES

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO PARECER FAVORÁVEL**

**ITEM 08**

**TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 2007**

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE ROLIM DE MOURA, NO ESTADO DE RONDÔNIA”.

AUTORIA: SENADOR VALDIR RAUPP

RELATORIA AD HOC: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO O PROJETO**

**ITEM 09**  
**TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 563, DE 2007**

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFORMAR A ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOUSA, NO ESTADO DA PARAÍBA, EM CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (CEFET)”.

AUTORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO O PROJETO**

**EXTRA-PAUTA**

**ITEM 01**

**REQUERIMENTO Nº 05/08 – CE**

“REQUEIRO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 222 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, VOTO DE APLAUSO A SUA EMINÊNCIA, O CARDEAL DOM EUGÊNIO DE ARAÚJO SALES, ARCEBISPO EMÉRITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, PELOS SERVIÇOS PRESTADOS A HUMANIDADE NO ACOLHIMENTO AOS REFUGIADOS DURANTE A DITADURA MILITAR NAS DÉCADAS DE 60 E 70”.

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: O PAPEL E A GESTÃO DAS FUNDAÇÕES VINCULADAS ÀS INTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

**CONVIDADOS**

JOSÉ IVONILDO DO RÊGO

Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior – ANDIFES

LEONARDO AZEREDO BANDARRA

Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT

GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça das Fundações e Entidades de Interesse Social

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA**

**ITEM 01**  
**NÃO TERMINATIVO**

**REQUERIMENTO Nº 06/08 – CE**

“REQUEIRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 90, INCISOS II, V, XI COMBINADO COM O ARTIGO 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA INSERIDA NO II SIMPÓSIO E FÓRUM PÚBLICO EM EDUCAÇÃO, IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL, COM A PRESENÇA DOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MINISTROS DA EDUCAÇÃO DO BRASIL, DA ÍNDIA, DA ÁFRICA DO SUL E DA INGLATERRA, PARA DEBATER AS REFORMAS EDUCACIONAIS REALIZADAS EM SEUS RESPECTIVOS PAÍSES”.

AUTORIA: SENADORES MARIA DO CARMO ALVES E MARISA SERRANO

**RESULTADO: APROVADO**



**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 07/08 – CE**

“DE ACORDO COM O QUE PRECEITUA OS ARTS. 90, V E XI DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEREMOS A REALIZAÇÃO DE UM DEBATE, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, NA FORMA DE PAINEL, EM PARCERIA COM A FUNDAÇÃO SANTILLANA, PARA DISCUTIR O TEMA “A REFORMA EDUCACIONAL NA ESPANHA E NO BRASIL”. COMO EXPOSITORES, SUGERIMOS O NOME DOS SENHORES MARIANO ENGÜITA, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA – ESPANHA E ESPECIALISTA NA REFORMA EDUCATIVA ESPANHOLA E ANTÔNIO IBAÑEZ RUIZ, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB E MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE”.

AUTORIA: SENADORES FLÁVIO ARNS E PAULO PAIM

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 03****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 08/08 – CE**

“REQUEIRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 222 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, VOTO DE CONGRATULAÇÕES AO COLÉGIO BATISTA SHEPARD DO RIO DE JANEIRO, PELA PASSAGEM DO SEU CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO. O COLÉGIO BATISTA FOI FUNDADO NO DIA 05 DE MARÇO DE 1908 PELO IDEALISMO DE TRÊS PESSOAS: DR. A.B.DETER, SR. W.C. CANADÁ E DR. JONH J. WATSON SHEPARD, ESTE QUE O DIRIGIU INICIALMENTE. O COLÉGIO, LOCALIZADO NA RUA JOSÉ HIGINO, NA TIJUCA, CONSTITUI-SE NUM CENTRO DE EDUCAÇÃO, ESPAÇO DE ENCONTRO INTERPESSOAL QUE RELACIONA O EDUCANDO COM O SEU MEIO, TEMPO, HISTÓRIA E CULTURA. SUA FILOSOFIA EDUCACIONAL PAUTA-SE NOS PRINCÍPIOS CRISTÃOS, BUSCANDO UMA VISÃO INTEGRADA DE EDUCAÇÃO QUE PROMOVE A CRIATIVIDADE E A CONSCIÊNCIA CRÍTICA, BUSCANDO FACILITAR A INTEGRAÇÃO DO EDUCANDO NO MUNDO, COM BASE NA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA”.

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 04****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 09/08 – CE**

“NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 90, INCISOS V E XI E ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE PARA COMEMORAR OS 50 (CINQUENTA) ANOS DA CONQUISTA DA COPA DO MUNDO DE 1958”.

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 05****NÃO TERMINATIVO****ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 05/07 – SCTMC**

“EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 05/2007-SCTMC, QUE REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, PARA “DISCUTIR A ELABORAÇÃO DE UMA LEI ESPECÍFICA (GERAL) PARA O SETOR TEATRAL”, SOLICITO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE AS PRÓXIMAS AUDIÊNCIAS SEJAM REALIZADAS DE FORMA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE”.

AUTORIA: SENADORES PAULO DUQUE E PAULO PAIM

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 06****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 10/08 – CE**

“NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 90, INCISOS II, V, IX E ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, COM A PRESENÇA DO SENHOR TIMOTHY MULHOLLAND – PRESIDENTE DO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – CRUB E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB) PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE O PAPEL E A GESTÃO DAS FUNDAÇÕES VINCULADAS ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR”.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 07****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 11/08 – CE**

“REQUEIRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 222 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, VOTO DE CONGRATULAÇÕES AO JORNAL DO SENADO, À AGÊNCIA SENADO E À T.V. SENADO, PELA COMPETENTE, QUALIFICADA E AMPLA COBERTURA DADA AO CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, DESTINADO A DEBATER IDÉIAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE, REALIZADO POR ESTA COMISSÃO ENTRE OS MESES DE ABRIL E SETEMBRO, QUE CULMINOU NA EXCELENTE MATÉRIA PUBLICADA, PELO JORNAL DO SENADO, NO FORMATO DE CADERNO ESPECIAL, NO DIA 10 DE MARÇO DO CORRENTE”.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2008 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO  
PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**ITEM ÚNICO****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: PROJETO DE LEI GERAL DO TEATRO

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES ROSALBA CIARLINI, DEMÓSTENES TORRES E ROMEU TUMA

AUTORIA DO ADITAMENTO AO REQUERIMENTO: SENADORES PAULO DUQUE E PAULO PAIM

CONVIDADOS:

LUIZ ROBERTO NASCIMENTO SILVA

Advogado e Ex-Ministro de Estado da Cultura

MARLEY BISOL CAPRARA DANCKWARDT

Conselho de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

FERNANDA SIGNORINI

Produtora Teatral – SP

CELSO FRATESCHI

Presidente da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE

REGINA DUARTE

Atriz

EDUARDO BARATA

Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA****PAINEL SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA ESPANHA E NO BRASIL**

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES FLÁVIO ARNS E PAULO PAIM

1ª Apresentação: “A Reforma Espanhola – Luzes e Sombras”

Palestrante: Mariano Enguita

Professor da Universidade de Salamanca – Espanha e especialista na reforma educacional espanhola

2ª Apresentação: “Os Caminhos da Educação no Brasil”

Palestrante: Antônio Ibañez

Professor da Universidade de Brasília – UnB e Membro do Conselho Nacional de Educação – CNE

**RESULTADO: PAINEL REALIZADO**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL****REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2008****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008 – SCTMC**

“NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 90, INCISOS II, V, IX E ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, COM O PROPÓSITO DE DEBATER A CRIAÇÃO DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (TV PÚBLICA) POR MEIO DA MEDIDA PROVISÓRIA 398, COM OS SEGUINTE CONVIDADOS: FRANKLIN MARTINS, MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; DANIEL PIMENTEL SLAVIEIRO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO – ABERT; WALTER VIEIRA CENEVIVA, VICE-PRESIDENTE DO GRUPO BANDEIRANTES E ASSESSOR JURÍDICO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSORES –ABRA; MAURÍCIO AZEDO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI; CHRISTOPHER TORTO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TV POR ASSINATURA – ABTA; ETHEVALDO SIQUEIRA – COLUNISTA DO JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO”.

AUTORIA: SENADORES, RAIMUNDO COLOMBO, MARISA SERRANO E PAULO DUQUE

OBS.: EM 11/12/2007, O REQUERIMENTO FOI APROVADO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02****NÃO TERMINATIVO****ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 05, DE 2007-SCTMC.**

“EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 05/2007-SCTMC, QUE REQUER A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, PARA “DISCUTIR A ELABORAÇÃO DE UMA LEI ESPECÍFICA (GERAL) PARA O SETOR TEATRAL”, SOLICITO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE AS PRÓXIMAS AUDIÊNCIAS SEJAM REALIZADAS DE FORMA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE”.

AUTORIA: SENADORES PAULO DUQUE E PAULO PAIM

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2008 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ITEM ÚNICO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: PROJETO DE LEI GERAL DO TEATRO

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES ROSALBA CIARLINI, DEMÓSTENES TORRES E ROMEU TUMA

AUTORIA DO ADITAMENTO AO REQUERIMENTO: SENADORES PAULO DUQUE E PAULO PAIM

CONVIDADOS:

LUIZ ROBERTO NASCIMENTO SILVA

Advogado e Ex-Ministro de Estado da Cultura

MARLEY BISOL CAPRARA DANCKWARDT

Conselho de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

FERNANDA SIGNORINI

Produtora Teatral – SP

CELSO FRATESCHI

Presidente da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE

REGINA DUARTE

Atriz

EDUARDO BARATA

Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR

**RESULTADO: REALIZADA**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO

E CONTROLE – CMA.

**REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2008 – ORDINÁRIA**

**ITEM 01  
REQUERIMENTO Nº 05, DE 2008-CMA  
NÃO TERMINATIVO**

Requer, nos termos do inciso II, do art. 90, do RISF, a realização de ciclo de debates, através de audiências públicas, com temas voltados para atual realidade do controle e possíveis formas de aperfeiçoamento do modelo vigente, tendo como convidados integrantes dos Poderes Legislativos e Executivo, dos Tribunais de Contas, do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, representantes dos órgãos de classe dos Tribunais de Contas, representantes dos órgãos de classe dos Tribunais de Contas e do Controle Interno, bem como estudiosos da área.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE

**Resultado: APROVADO**

**ITEM 2  
AVISO Nº 101, DE 2007  
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.450, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes a denúncia sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 4/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb, acerca das obras civis e de fornecimento de sistemas da extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo (TC – 007.444/2001-7).

Autoria: Tribunal de Contas da União



Relator: Senador CÉSAR BORGES

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo

**Resultado: APROVADO**

### ITEM 3

#### **AVISO Nº 96, DE 2007 (Anexado ao processado do AVISO Nº 83, DE 2001)**

##### **NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 271, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, na área de franquias de agências e serviços (TC – nº 013.889/94-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO

Parecer: Pelas seguintes providências:

- a) remessa de cópia integral do Aviso e do Parecer, pela Presidência do Senado à Presidência da Câmara dos Deputados para juntada ao processado da Medida Provisória 403/2007;
- b) adoção do Parecer como orientação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle-SF em relação à referida MPV;
- c) convite ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa, ao Presidente da Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, Carlos Henrique Custódio, bem como ao Ministro Relator do Acórdão 2.128/2007, do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, para Audiência Pública sobre a matéria,;
- d) comunicação da deliberação dos convites à Presidência do Senado Federal, para as devidas providências;
- e) convite à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura-SF para oitiva das autoridades convidadas e
- f) posterior remessa da matéria à supracitada Comissão, instância competente para deliberar sobre proposições legislativas no tema que se examina.

**Resultado: APROVADO**

### ITEM 4

#### **AVISO Nº 15, DE 2007**

##### **NÃO TERMINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre do exercício de 2007.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator: Senador CÍCERO LUCENA

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo

**Resultado: APROVADO**

#### **REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2008 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**

### ITEM ÚNICO

#### **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Requerimento nº 37, de 2007 – CMA, de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Antônio Carlos Valadares e Sibá Machado, aprovado em 09.10.2007 e do Requerimento nº 24, de 2007 – CRA, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Antônio Carlos Valadares, aprovado em 30.10.2007, com o objetivo de analisar e discutir os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras, com a presença dos seguintes convidados:

SR. FERNANDO QUEIROZ SEGOVEA OLIVEIRA – Coordenador-Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal, representando o Ministério da Justiça;

SR. ROLF HACKBART – Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, representando, também, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e SR. RONALDO JORGE ARAÚJO – Consultor-Geral da Advocacia-Geral da União – AGU.

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA****ITEM 01****REQUERIMENTO Nº 06, DE 2008-CMA**

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, a constituição de uma subcomissão temporária no âmbito desta Comissão, para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a se realizar este ano, no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia em março de 2009.

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO

**Resultado: Aprovado**

**ITEM 02****REQUERIMENTO Nº 07, DE 2008-CMA**

Requer, nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão das Agências Reguladoras.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO

**Resultado: Aprovado**

**ITEM 03****REQUERIMENTO Nº 08, DE 2008-CMA**

Requer, nos termos regimentais, a criação de subcomissão para acompanhar a crise ambiental na Amazônia.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO

**Resultado: Aprovado**

**ITEM 04****REQUERIMENTO Nº 09, DE 2008-CMA**

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, com a finalidade de debater os seguintes temas: os dados preliminares sobre desmatamento na Amazônia, que detectaram tendência de crescimento do desmatamento no segundo semestre de 2007; o conjunto de ações integradas de combate ao desmatamento lançado pelo Poder Executivo; o recadastramento fundiário obrigatório de todos os imóveis rurais situados nos municípios que mais desmatam; a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia; e a resolução do Conselho Monetário Nacional que estabelece algumas condições obrigatórias à concessão de crédito para empreendimentos rurais na Amazônia, com os seguintes convidados: Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente; Bazileu Alves Margarido, Presidente do IBAMA; Luiz Fernando Corrêa, Diretor-geral da Polícia Federal; Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura e Holf Hackbart, Presidente do INCRA.

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO e JEFFERSON PÉRES

**Resultado: Aprovado**

**ITEM 05****REQUERIMENTO Nº 10, DE 2008-CMA**

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública por esta Comissão com a finalidade de debater o comportamento da fauna em ambiente de reflorestamento, com os seguintes convidados: representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do IBAMA e Ulisses Ribas, Diretor da Área Florestal da Battistella Holding.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA

**Resultado: Aprovado**

**ITEM 06****REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008-CMA**

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública por esta Comissão com a finalidade de debater acerca da viabilização de fontes alternativas de energia, em especial o biodiesel, com os seguintes convidados: representante do Ministério das



Minas e Energia; representante da ANEEL; Paulo Mayon, Presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – ANACE e Gerson Maurício Schmitt, Presidente Executivo da Battistella Holding.

Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA

**Resultado: Aprovado**

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

### REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

#### 1ª PARTE

##### ITEM 01

##### REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008 – CDH/SPDM

Assunto: “Requeiro, a alteração do nome da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher, para SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER.”

Autoria: Senadora Ideli Salvatti

**Resultado: Aprovado**

##### ITEM 02

##### REQUERIMENTO Nº 17, DE 2008 – CDH

Assunto: “Requeiro, nos termos do Artigo 90, XVIII do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize em 28 de março vindouro, no município de Belém, capital do Pará, DILIGÊNCIA com o objetivo de debater e propor medidas concretas para salvaguardar os direitos na nação Tembé sobre suas terras ancestrais, bem como, medidas efetivas para bloquear o comércio ilegal de madeira e outros ilícitos que ocorrem atualmente naquelas terras; Requeiro, ainda, que para a referida Audiência Pública sejam convidados a participar, além de representação da nação Tembé, representantes das seguintes entidades: a) Fundação Nacional do Índio, b) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, c) Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, d) Polícia Federal, e) Polícia Civil do Estado do Pará, f) Polícia Militar do Estado do Pará, g) Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, h) Justiça Federal – TRF-1, i) Ministério Público Federal, j) Conselho Missionário Indigenista/CNBB, l) Assembléia Legislativa do Estado do Pará, m) Instituto de Terras do Estado do Pará.”

Autoria: Senador José Nery

**Resultado: Aprovado na seguinte forma: A Comissão designa o Senador José Nery para realizar a diligência e participar da reunião com os representantes das entidades citadas.**

##### ITEM 03

##### REQUERIMENTO Nº 18, DE 2008 – CDH

Assunto: “Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com vistas a ouvir as autoridades brasileiras e espanholas, em face do tratamento dispensado aos brasileiros quando de ingresso na Espanha. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados o Ministro de Estado das Relações Exteriores ou representante e o Embaixador da Espanha no Brasil ou representante sem prejuízo de outro a serem indicados por esta comissão.”

Autor: Senador Paulo Paim

**Resultado: Aprovado**

##### ITEM 04

##### REQUERIMENTO Nº 19, DE 2008 – CDH

Assunto: “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, c/c o art. 142 do RISF, a realização de Diligência e reunião na cidade de Santa Cruz do Sul – RS, com a finalidade de apurar os reflexos da “CONVENÇÃO QUADROS”, na vida dos agricultores, com a definição de mudança de cultivo

nesta região. A diligência deverá ser acompanhada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Representantes de Entidades de Agricultores e por Representantes do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul”.

Autor: Senador Paulo Paim

**Resultado: Aprovado**

#### ITEM 05

##### REQUERIMENTO Nº 20, DE 2008 – CDH

Assunto: “Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das melhorias das condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos Motoristas de caminhões (Caminhoneiros), ônibus e transporte de modo geral, enfocando questões como a elevada carga horária de trabalho com reflexos na saúde pelo uso de drogas para execução de seu trabalho, bem como a segurança de trânsito. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas representantes da categoria e outros a serem indicados por esta comissão.”

Autor: Senador Paulo Paim

**Resultado: Aprovado**

#### 2ª PARTE

##### AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: “Realização de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 07, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 21/02/2008, para discutir a pertinência ou não do exame de ordem para registro na Ordem dos Advogados do Brasil (objeto do PLS nº 186, de 2006).”

Convidados que compareceram:

- Edson Gonçalves Duarte – Deputado Federal;
- Jair Bolsonaro – Deputado Federal;
- Max Rosenmann – Deputado Federal;
- Emerson Rodrigues – Coordenador Nacional do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito – MNDB/RS;
- Flávio Bolsonaro – Deputado Estadual/RJ;
- Itacir Flores – Presidente do Movimento Estadual dos Bacharéis em Direito – MEBD/RS;
- Vladimir Rossi Lourenço – Vice-Presidente da OAB – Conselho Federal, representando Raimundo Cezar Britto Aragão – Presidente da OAB – Conselho Federal;
- José Geraldo de Sousa Júnior – Vice-Presidente da Comissão Nacional de Ensino Jurídico da OAB – Conselho Federal;
- Dílson José de Oliveira Lima – Vice-Presidente da Comissão Nacional de Exame de Ordem da OAB – Conselho Federal;
- Estefânia Viveiros – Presidente da OAB/DF;
- Nelson Trad – Deputado Federal e Representante da Frente Parlamentar dos Advogados na Câmara dos Deputados;
- João Antônio Volante – Representante do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito/MNBD/RS;
- Antônio Júlio Souza Velho – Representante do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito – MNBD/RS;
- Maria Tamar – Presidente do Movimento dos Bacharéis em Direito – MNBD/DF;
- Marcus Vinícius Furtado Coelho – Presidente da Comissão de Legislação da OAB;
- Reynaldo Arantes – Presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito – MNBD/SP; e
- Pedro Oto de Quadros – Promotor de Justiça.

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA****ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 21, DE 2008 – CDH**

Assunto: “Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública, com vistas a discutir a violência contra o idoso, bem como os temas: saúde, segurança, igualdade de tratamento e de não discriminação. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas o Ministro da Educação, Ministro das Cidades, Ministro da Ciência e Tecnologia e Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e outros a serem definidas pela própria comissão.”

Autor: Senador PAULO PAIM.

**Resultado: Aprovado**

**ITEM Nº 02****ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008 – CDH**

Assunto: “Requeiro nos termos regimentais, especialmente amparado no artigo 90, V, 93, II e 102-E, III e VII do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, convite para AUDIÊNCIA PÚBLICA a promotora pública do Município de Tailândia – PA, doutora ANA MARIA CARVALHO, que teve a coragem de denunciar o esquema de fraude destinado a acobertar desmatamento da floresta naquela região e se encontra ameaçada de morte.”

Autor: Senador JOSÉ NERY.

**Resultado: Aprovado o aditamento ao requerimento nº 13, de 2008 – CDH, para que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, convide a Senhora ANA MARIA CARVALHO, Promotora de Justiça do Estado do Pará, no Município de Tailândia – PA, para participar de Audiência Pública “com vistas a tratar da extração ilegal de madeiras na Região Amazônica, Estado do Pará”.**

**EXTRAPAUTA****ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 23, DE 2008 – CDH**

Assunto: requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no dia 10 de abril de 2008, para debater o conflito entre o Consórcio Estreito Energia – CESTE e as populações atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, com o representantes do Ministério das Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Movimento Nacional dos Atingidos pelas Barragens – MAB, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Araguaia Tocantins – COIAT e Consórcio Estreito Energia – CESTE.

Autor: Senador JOSÉ NERY.

**Resultado: Aprovado**

**ITEM Nº 02****REQUERIMENTO Nº 24, DE 2008 – CDH**

Assunto: requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente.”

Autor: Senador CRISTOVAM BUARQUE

**Resultado: Aprovado**

**REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Assunto: Nos termos do Requerimento nº 64, de 2007 – CDH, de autoria do Senador Inácio Arruda, aprovado em 04/10/2007, a realização de Audiência Pública, “com o objetivo de debater sobre a luta pela paz e defesa da soberania das Nações”.

Convidado: Rubens Diniz – Diretor do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz, Filiado ao Conselho Mundial pela Paz – CEBRAPAZ, representando a Senhora Socorro Gomes, Presidente do CEBRAPAZ.

**Resultado: Audiência Pública realizada.**

**EXTRAPAUTA****ITEM ÚNICO****REQUERIMENTO Nº 24, DE 2008 – CDH**

Assunto: “Requer a “criação de uma Comissão Temporária Externa composta por 03 (três) membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), que ocorrerá em Caracas – Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008”.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Resultado: Aprovado. O Requerimento será submetido ao Plenário do Senado.

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES – CDH****REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2008****1ª PARTE****INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO****ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE**

Resultado: Instalada a Subcomissão, foram eleitas as **Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko**, respectivamente **Presidenta e Vice-Presidenta da Subcomissão**.

**2ª PARTE****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Assunto: Realizada audiência pública, nos termos do Requerimento nº 15, de 2008 – CDH, aprovado em 28/02/2008, de autoria das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, cujo tema a ser debatido é “A Mulher nos Espaços de Poder”, evento que inicia a semana de atividades do dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher.

**CONVIDADOS:**

- Nilcéa Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;
- Fátima Nancy Andrighi – Ministra do Supremo Tribunal de Justiça, representando Ellen Gracie – Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- Sandra Rosado – Deputada federal, representando Wilma Farias – Governadora do Estado do Rio Grande do Norte/RN;
- Sílvia Camurça – Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras;
- Justina Inês Cima – Representante do Fórum Itinerante Paralelo da Previdência Social;
- Tizuka Yamazaki – Cineasta;
- Hortência – esportista e
- Leci Brandão – cantora.

**RESULTADO: REALIZADA**



**EXTRA PAUTA****ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008 – CDH/SPDM**

Assunto: “Requeiro, nos termos do artigo 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a alteração do nome da Subcomissão dos Direitos da Mulher, para SUBCOMISSÃO EM DEFESA DA MULHER.”

Autora: Senadora IDELI SALVATTI.

**Resultado: APROVADO.**

**ITEM Nº 02****REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008 – CDH/SPDM**

Assunto: “Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Ciclo de Debates no âmbito da Subcomissão em Defesa da Mulher para discutir questões atinentes aos 20 anos da Constituição Cidadã sob a perspectiva da mulher. Propomos a realização de Audiência Pública para debater o tema educação.”

Autora: Senadora IDELI SALVATTI.

**Resultado: APROVADO.**

**ITEM Nº 03****REQUERIMENTO Nº 03, DE 2008 – CDH/SPDM**

Assunto: “Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Ciclo de Debates no âmbito da Subcomissão em Defesa da Mulher para discutir questões atinentes aos 20 anos da Constituição Cidadã sob a perspectiva da mulher. Propomos a realização de Audiência Pública para debater o tema direitos humanos.”

Autora: Senadora IDELI SALVATTI.

**Resultado: APROVADO.**

**ITEM Nº 04****REQUERIMENTO Nº 04, DE 2008 – CDH/SPDM**

Assunto: “Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Ciclo de Debates no âmbito da Subcomissão em Defesa da Mulher para discutir questões atinentes aos 20 anos da Constituição Cidadã sob a perspectiva da mulher. Propomos a realização de Audiência Pública para debater o tema trabalho e previdência.”

Autora: Senadora IDELI SALVATTI.

**Resultado: APROVADO.**

**ITEM Nº 05****REQUERIMENTO Nº 05, DE 2008 – CDH/SPDM**

Assunto: “Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Ciclo de Debates no âmbito da Subcomissão em Defesa da Mulher para discutir questões atinentes aos 20 anos da Constituição Cidadã sob a perspectiva da mulher. Propomos a realização de Audiência Pública para debater o tema saúde da mulher.”

Autora: Senadora IDELI SALVATTI.

**Resultado: APROVADO.**

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE****REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2007**

ACRESCENTA O INCISO XXIX AO CAPUT DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE REGULAMENTA O INCISO XXI DO CAPU DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO



FEDERAL, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (DISPENSA DE LICITAÇÕES PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DESTINADOS AOS MILITARES BRASILEIROS EM OPERAÇÕES DE PAZ NO EXTERIOR).

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO O PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO. A MATÉRIA VAI À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.**

**ITEM 02  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2005**

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIA DE CELEBRAÇÃO DA AMIZADE BRASIL-ARGENTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RELATOR: SENADOR PEDRO SIMON

PARECER: FAVORÁVEL AO PROJETO

OBS: - EM 06/12/2005 A MATÉRIA FOI APRECIADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, COM PARECER DO RELATOR SENADOR AUGUSTO BOTELHO, APROVADO PELA PREJUDICIALIDADE.

- A MATÉRIA JÁ CONSTOU DA PAUTA NOS DIAS 03/04/2007, 05/07/2007, 09/08/2007, 18/10/2007 e 21/02/2008.

- EM 31/10/2007 FOI ENCERRADA A DISCUSSÃO, A VOTAÇÃO FOI ADIADA

**RESULTADO: APROVADO O PROJETO COM 13 VOTOS SIM, NENHUM NÃO, NENHUMA ABSTENÇÃO.**

**ITEM 03  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 543, DE 2007**

ALTERA A LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980, PARA INSTITUIR A RECIPROCIDADE NA CONCESSÃO DE PRAZOS DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS NO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

RELATORA: SENADORA FÁTIMA CLEIDE

RELATOR “AD HOC”: SENADOR CESAR BORGES

PARECER: FAVORÁVEL AO PROJETO

OBS: A MATÉRIA JÁ CONSTOU DA PAUTA NO DIA 21/02/2008.

**RESULTADO: APROVADO O PROJETO COM 12 VOTOS SIM, NENHUM NÃO, NENHUMA ABSTENÇÃO.**

**ITEM 04  
NÃO TERMINATIVO**

**REQUERIMENTO (SF) Nº 1.176, DE 2007**

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao ex-Vice Presidente norte-americano ALBERT GORE JR. e ao IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o PREMIO NOBEL DA PAZ de 2007.

AUTORIA: SENADOR RENATO CASAGRANDE

RELATOR: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO O PARECER FAVORÁVEL AO REQUERIMENTO**

**ITEM 05  
NÃO TERMINATIVO  
REQUERIMENTO (SF) Nº 1.428, DE 2007**

REQUER, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 222, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, VOTO DE LOUVOR E CONGRATULAÇÕES PELA POSSE DA NOVA PRESIDENTA DA ARGENTINA, SENHORA CRISTINA FERNÁNDEZ KIRCHNER.

AUTORIA: SENADOR PEDRO SIMON

RELATOR: SENADOR ALOIZIO MERCADANTE

RELATOR “AD HOC”: SENADOR FERNANDO COLLOR

PARECER: FAVORÁVEL, COM DUAS EMENDAS DE REDAÇÃO QUE APRESENTA

**RESULTADO: APROVADO O PARECER FAVORÁVEL AO REQUERIMENTO, COM AS EMENDAS NºS DE 1 E 2-CRE.**

#### **EXTRAPAUTA**

##### **ITEM 01**

##### **NÃO TERMINATIVO**

##### **REQUERIMENTO Nº 47, DE 2007 – CRE**

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, as seguintes informações referentes a atos internacionais: 1. Relação de atos bilaterais e multilaterais atualmente em negociação, inclusive ajustes complementares; 2. Esclarecimento sobre a iniciativa de negociação, se brasileira ou de outro Estado ou Organização Internacional interessada; 3. Justificativa sobre o interesse brasileiro na negociação, bem como seu estágio atual.

AUTORIA: SENADOR FERNANDO COLLOR

**RESULTADO: APROVADO**

##### **ITEM 02**

##### **NÃO TERMINATIVO**

##### **REQUERIMENTO Nº 07, DE 2008 – CRE**

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE SEJA CONVIDADO O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS A ESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE), NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA, DIA 12 DE MARÇO, ACERCA DOS RECENTES ACONTECIMENTOS ENVOLVENDO A COLÔMBIA, O EQUADOR E A VENEZUELA E O PAPEL DESEMPENHADO PELO BRASIL NAS NEGOCIAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ACORDO VISANDO SOLUCIONAR O CONFLITO ENTRE ESTAS NAÇÕES.

AUTORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY E OUTROS

**RESULTADO: APROVADO**

##### **ITEM 03**

##### **NÃO TERMINATIVO**

##### **REQUERIMENTO Nº 08, DE 2008 – CRE**

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2007, QUE “ALTERA A LEI Nº 7064, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1982, PARA ESTENDER SUA EXPLICAÇÃO A TODOS OS TRABALHADORES CONTRATADOS NO BRASIL, OU TRANSFERIDOS PARA PRESTAR SERVIÇOS NO EXTERIOR.”, COM A PRESENÇA DOS SEGUINTE CONVIDADOS: UMA REPRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; EMBAIXADOR OTTO AGRIPINO MAIA; O SENHOR PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA, PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; E UM REPRESENTANTE DA CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA.

AUTORIA: SENADORES EDUARDO SUPLICY, EDUARDO AZEREDO E ROMEU TUMA

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA****ITEM ÚNICO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

COM O INTUITO DE PRESTAR ESCLARECIMENTOS AOS MEMBROS DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ACERCA DOS RECENTES ACONTECIMENTOS ENVOLVENDO A COLÔMBIA, O EQUADOR E A VENEZUELA, E O PAPEL DESEMPENHADO PELO BRASIL NAS NEGOCIAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ACORDO VISANDO SOLUCIONAR O CONFLITO ENTRE ESTAS NAÇÕES, EM DECORRÊNCIA DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 07, DE 2008, DE AUTORIA DO SENADOR EDUARDO SUPLICY E OUTROS, APROVADO DIA 06/03/2008.

CONVIDADO: CHANCELER CELSO AMORIM, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA****ITEM 01  
NÃO TERMINATIVO  
MENSAGEM (SF) Nº 40, DE 2008**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL, O NOME DO SENHOR VIRGILIO MORETZSOHN DE ANDRADE, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL, JUNTO AO REINO DO MARROCOS.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR JOÃO TENÓRIO

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

**RESULTADO: APRECIADA**

**ITEM 02  
NÃO TERMINATIVO  
MENSAGEM (SF) Nº 44, DE 2008**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE EL SALVADOR.

AUTORIA: RESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO

RELATOR “AD HOC”: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

**RESULTADO: APRECIADA**

**ITEM 03  
NÃO TERMINATIVO  
MENSAGEM (SF) Nº 45, DE 2008**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA POLÔNIA.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

**RESULTADO: APRECIADA**

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 01**

**NÃO TERMINATIVO**

**REQUERIMENTO Nº 10, DE 2008 – CRE**

REQUER, NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA CONVIDADO O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, NELSON JOBIM, PARA PRESTAR INFORMAÇÕES EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, SOBRE A AUTUAÇÃO DE UMA SUPOSTA ORGANIZAÇÃO RADICAL DE GUERRILHEIROS ARMADOS, DE EXTREMA ESQUERDA, DENOMINADA LIGA DOS CAMPONESES POBRES, QUE VEM PRATICANDO ATOS DE VIOLÊNCIA NA REGIÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, CONFORME MATÉRIA PUBLICADA NA REVISTA ISTO É, DE 26 DE MARÇO DESTE ANO.

AUTORIA: SENADOR JARBAS VASCONCELOS

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02**

**NÃO TERMINATIVO**

**REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008 – CRE**

EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 10, DE 2008, REQUEIRO SEJA CONVIDADO O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA NELSON JOBIM, PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, QUE ALÉM DE DISCUTIR A AUTUAÇÃO DE UMA SUPOSTA ORGANIZAÇÃO RADICAL DE GUERRILHEIROS ARMADOS, DE EXTREMA ESQUERDA, DENOMINADA LIGA DOS CAMPONESES POBRES, QUE VEM PRATICANDO ATOS DE VIOLÊNCIA NA REGIÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, CONFORME MATÉRIA PUBLICA NA REVISTA ISTO É, DE 26 DE MARÇO DESTE ANO, FALAR SOBRE A UNIÃO DOS POVOS DA AMÉRICA DO SUL.

AUTORIA: SENADOR PEDRO SIMON

**RESULTADO: APROVADO**

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI**

**REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2007 – EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 1**

**Decisão Terminativa**

**Emenda de Relator ao Projeto de Lei do Senado nº 693, de 2007**

“Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-251”.

Autores: Senadora Serys Slhessarenko e outros

Relator: Senador Eliseu Resende

Relatório: Favorável à Emenda que apresenta.

**Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CI ao PLS nº 693, de 2007.**

**ITEM 2**

**Decisão Terminativa**

**Emenda de Relator ao Projeto de Lei do Senado nº 694, de 2007**

“Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-242”.

Autores: Senadora Serys Slhessarenko e outros

Relator: Senador Eliseu Resende

Relatório: Favorável à Emenda que apresenta.

**Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CI ao PLS nº 694, de 2007.**



**EXTRA PAUTA****ITEM 01****Requerimento nº 05, de 2008–CI**

“Requer seja substituído o nome do Capitão-de-Mar-e-Guerra Milton Benevides dos Guarany's, que consta no Requerimento nº 03, de 2008-CI, pelo nome do Vice-Almirante Rodrigues de Carvalho, Diretor de Portos e Costas.

Autor: Senador Flexa Ribeiro

**Resultado: Aprovado**

**REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Com a presença dos Senhores Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo – ANP e do Engenheiro Wilson José Guerra, para debaterem acerca da situação em que se encontram os investimentos do Governo Federal nos sistemas de prospecção e produção e comercialização do gás natural no País, em especial as novas jazidas prospectadas no Norte de Minas, em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2008-CI, de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

**Resultado: Audiência pública realizada com a presença dos Senhores Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo – ANP; do Engenheiro Wilson José Guerra, da Fundação Gorceix, do ex-Deputado Federal Genival Tourinho; da Superintendente da ANP – Senhora Magda Chambriard e do Diretor da ANP – Victor Martins.**

**EXTRA PAUTA****ITEM 01****Requerimento nº 06, de 2008–CI**

“Requer seja convidado o Senhor Ministro de Estado das Cidades, Dr. Márcio Fortes de Almeida, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, sobre a situação e evolução, do estado de conservação e manutenção da via permanente e do material rodante, do trem metropolitano de Belo Horizonte, e de outras capitais do país.”

Autor: Senador Eduardo Azeredo

**Resultado: Aprovado**

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR****REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA****ITEM Nº 1****TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DA EMENDA Nº01-CDR (SUBSTITUTIVO)****OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2005**

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais

Autoria: Senador PAPALÉO PAES

Relator: Senador JAYME CAMPOS

**Resultado: Não foram apresentadas emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo foi dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.**



**ITEM Nº 2**  
**DISCUSSÃO DA EMENDA OFERECIDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI DO**  
**SENADO Nº 350, DE 2005**  
**TERMINATIVO**

Altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Relator: Senador VALTER PEREIRA

Parecer: Favorável a Emenda ao Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005.

Obs: – Em 31/05/07, foi aprovado Substitutivo; de acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria será submetida a Turno Suplementar de Discussão.

- Em 13/11/07, foi apresentada uma emenda ao Substitutivo ao Projeto de Lei, de autoria do Senhor Senador Antônio Carlos Valadares. Retornando o Projeto ao Relator, Senador Valter Pereira para oferecer parecer sobre a Emenda.

- Em 19/12/07, o Senador Valter Pereira, relator da matéria, devolveu com minuta de parecer favorável a Emenda ao Substitutivo do presente Projeto de Lei.

**Resultado: Aprovada a Emenda nº 01-CDR ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 350, de 2005.**

**ITEM Nº 3**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2004**  
**NÃO TERMINATIVO**

Altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 1991, para estabelecer que a expectativa de sobrevida para fins de cálculo dos benefícios previdenciários será calculada de forma regionalizada.

Autoria: Senador JOSÉ JORGE

Relator: Senador CÍCERO LUCENA

Parecer: Favorável ao Projeto.

**Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.**

**ITEM Nº 4**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, DE 2003**  
**NÃO TERMINATIVO**

Altera o Decreto-Lei nº 1191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e a Lei nº 9825, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional da parcela da Tarifa de Embarque Internacional, de forma a incluir nova fonte de recursos no FUNGETUR.

Autoria: Senador CÉSAR BORGES

**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO**

Revoga a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, que "dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional, e dá outras providências".

Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO

Relatora: Senadora ROSALBA CIARLINI

Relator "AD HOC": Senador ADELMIR SANTANA

Parecer: Contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 341/2006 e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 433/2003, nos termos do Substitutivo que apresenta.

**Resultado: Aprovado o parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 341/2006, e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 433/2003, nos termos do Substitutivo apresentado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.**

**ITEM Nº 5**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, DE 2007**  
**NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP

Relator: Senador JEFFERSON PÉRES

Relator “AD HOC”: Senador WELLINGTON SALGADO.

Parecer: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

**Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 01-CDR e nº 02-CDR. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.**

#### ITEM Nº 6

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, DE 2007

##### NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Açú, no Estado do Rio Grande do Norte

Autoria: Senadora ROSALBA CIARLINI

Relator: Senador JAYME CAMPOS

Parecer: Favorável ao Projeto.

**Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.**

#### REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

#### ITEM Nº 01

#### SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2006

##### NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.

Autoria do Substitutivo: CÂMARA DOS DEPUTADOS

Autoria do Projeto: Senador FLEXA RIBEIRO

Relator: Senador GIM ARGELLO

Parecer: Pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados que alteram o art. 2º do PLS nº 93, de 2006, bem como a redação dada pelo art. 1º para o caput do art. 50 da Lei nº 10.257, de 2001, e pela rejeição da emenda da Câmara dos Deputados que adita parágrafo único ao mencionado art. 50.

**Resultado: A Comissão aprova o Parecer pela aprovação das emendas que alteram o art. 2º do PLS nº 93, de 2006, bem como a redação dada pelo art. 1º para o caput do art. 50 da Lei nº 10.257, de 2001, e pela rejeição da emenda que adita parágrafo único ao mencionado art. 50, constante do art. 1º do Substitutivo. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria.**

#### ITEM Nº 02

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, DE 2007

##### NÃO TERMINATIVO

Cria a Área de Livre Comércio no município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIAZI

Relator: Senador GIM ARGELLO

Obs.: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Parecer: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06 que apresenta.

**Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06-CDR.**

#### ITEM Nº 03

#### REQUERIMENTO Nº 02/2008-CDR

“Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão formule convite aos diretores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para que, em data a ser marcada e confirmada, exponha aos Senadores – e demais interessados – dessa Comissão, os critérios e a metodologia utilizada na recente contagem da população brasileira”.

Autoria: Senadores JOÃO PEDRO, ARTHUR VIRGÍLIO e INÁCIO ARRUDA

**Resultado: APROVADO.**

#### ITEM Nº 04

##### REQUERIMENTO Nº 03/2008-CDR

“Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para realização de audiência pública visando esclarecimentos sobre a metodologia da contagem populacional e procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a recente e drástica redução dos coeficientes desse fundo; para tanto deve ser providenciada a oitiva dos representantes legais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

**Resultado: APROVADO.**

#### ITEM Nº 05

##### ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 03/2008-CDR

“Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento, de minha autoria, apresentado nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), visando a realização de audiência pública com o objetivo de “esclarecer a metodologia da contagem populacional e procedimento de fixação dos percentuais que determinam o fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a recente e drástica redução dos coeficientes desse fundo”; com o escopo de que essa audiência seja feita em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, conforme requerimento apresentado e já aprovado na CAE, além de incluir o Sr. Paulo Ziulkoski, presidente da CNM – Confederação Nacional dos Municípios, e o representante da FNP – Frente Nacional de Prefeitos.

Autoria: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

**Resultado: APROVADO.**

#### ITEM Nº 06

##### REQUERIMENTO Nº 05/2008-CDR

“Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão sobre o atual estágio de Construção da Ferrovia Transnordestina, sendo convidados o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, e representantes da Casa Civil, do Ministério dos Transportes, da Secretaria Especial de Portos, da Agência do Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), e da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN)”.

Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA

**Resultado: APROVADO.**

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

#### REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

##### ITEM 1

##### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2007 (TERMINATIVO)

Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.

AUTOR: Senador Expedito Júnior

RELATOR: Senador César Borges

RELATÓRIO: Pela Aprovação com subemenda à emenda apresentada pela Senadora Kátia Abreu.  
**RESULTADO: Rejeitado o Projeto. Fica prejudicada a Emenda de autoria da Senadora Kátia Abreu. Designado o Senador Osmar Dias, Relator do Vencido. À Secretaria-Geral da Mesa.**

**ITEM 2**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2005**  
**(NÃO TERMINATIVO)**

Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências.

AUTOR: Senador Valdir Raupp

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

RELATÓRIO: Pela aprovação.

**RESULTADO: Aprovado o Parecer favorável. À CAE, e, posteriormente, à CAS, em decisão terminativa.**

**ITEM 3**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2007**  
**(NÃO TERMINATIVO)**

Cria o Fundo de Aval para Proteção ao Crédito Rural (FAPCR).

AUTOR: Osmar Dias

RELATOR: Flexa Ribeiro

RELATÓRIO: Pela aprovação

**RESULTADO: Aprovado o Parecer favorável. O Projeto será encaminhado à CAE em decisão terminativa.**

**ITEM 4**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2006**  
**(NÃO TERMINATIVO)**

Concede anistia das multas aplicadas pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego em face de infrações à legislação trabalhista, praticadas por pequenos produtores rurais, no período compreendido entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005, cujas propriedades estejam localizadas em municípios onde tenha sido decretado estado de emergência ou de calamidade pública, devidamente reconhecidos pela União.

AUTOR: Senador Papaléo Paes

RELATOR: Senador Leomar Quintanilha

RELATOR “AD HOC”: Senador Osmar Dias

RELATÓRIO: Pela aprovação, na forma do Substitutivo que apresenta.

**RESULTADO: Rejeitado o Parecer. Designado o Senador Osmar Dias, Relator do Vencido. O Projeto será encaminhado à CCJ, e, posteriormente, à CAS em decisão terminativa.**

**EXTRA-PAUTA**  
**REQUERIMENTO Nº 4, de 2008 – CRA**

Requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública Conjunta desta Comissão – CRA, com a Comissão de Educação – CE, objetivando sessão especial em comemoração aos 10 anos do PRONERA – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária.

AUTOR: Senador João Pedro

**RESULTADO: Aprovado, com adendo da Senadora Kátia Abreu, no sentido de convidar o Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.**



**REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2008 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE  
MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**ITEM ÚNICO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em cumprimento ao Requerimento nº 37, de 2007 – CMA, de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Antônio Carlos Valadares e Sibá Machado, aprovado em 09.10.2007 e do Requerimento nº 24, de 2007 – CRA, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Antônio Carlos Valadares, aprovado em 30.10.2007, com o objetivo de analisar e discutir os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras, com a presença dos seguintes convidados: SR. FERNANDO QUEIROZ SEGOVEA OLIVEIRA – Coordenador-Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal, representando o Ministério da Justiça; SR. ROLF HACKBART – Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, representando, também, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e SR. RONALDO JORGE ARAÚJO – Consultor-Geral da Advocacia-Geral da União – AGU.

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2008 – ORDINÁRIA**

**ITEM ÚNICO  
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2008 – CRA**

Requerimento, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Gilberto Goellner, que requer seja realizada audiência pública conjunta da CRA com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, com o objetivo analisar e discutir o endividamento rural brasileiro.

**RESULTADO: Aprovado.**

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA –  
CCT**

**REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 01  
NÃO TERMINATIVO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, DE 2007**

“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ANALISTA DE SISTEMAS E SUAS CORRELATAS, CRIA O CONSELHO FEDERAL E OS CONSELHOS REGIONAIS DE INFORMÁTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AUTORIA: SENADOR EXPEDITO JÚNIOR

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.1: NA REUNIÃO DO DIA 13/02/08 FOI CONCEDIDA VISTA AO SENADOR RENATO CASAGRANDE

OBS.2: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

**RESULTADO: APROVADO PARECER FAVORÁVEL, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CCT (SUBSTITUTIVO)**

**ITEM 02  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 459, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À FM RÁDIO INDEPENDENTE DE ARCOVERDE LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE ARCOVERDE, ESTADO DE PERNAMBUCO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO



RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 03  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 405, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE CENTRAL PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CENTRAL, ESTADO DA BAHIA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 04  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 420, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO CHICO FLORENTINO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JUAZEIRO, ESTADO DA BAHIA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 05  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002, DE 2008**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE ALTAMIRA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ALTAMIRA, ESTADO DO PARÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 06  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 397, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO CORAÇÃO DE JESUS LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE QUILOMBO, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 07  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 424, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À TV MAR LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE SANTOS, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 08  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 428, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE MÍDIA COMUNITÁRIA DE CAIEIRAS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAIEIRAS, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 09  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE IBATÉ PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IBATÉ, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 10  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO NOTÍCIAS DE AMERICANA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE AMERICANA, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 11  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO ELDORADO DO PARANÁ LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, ESTADO DO PARANÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EXPEDITO JÚNIOR

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 12  
TERMINATIVO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 448, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENHOR MENINO DEUS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE AURORA, ESTADO DO CEARÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR RENATOCASAGRANDE

PARECER: FAVORÁVEL

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2008 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

**ITEM ÚNICO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A FIM DE “DISCUTIR A QUESTÃO DOS LIMITES LEGAIS PARA A REGULAMENTAÇÃO DA PROPAGANDA COMERCIAL”, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 32/07-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR JEFFERSON PÉRES, E Nº 17/07-CCT, DE AUTORIA DOS SENADORES WELLINGTON SALGADO E MARCELO CRIVELLA.

CONVIDADOS:

Sra. MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES – Gerente de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -Anvisa (Representando o Sr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Anvisa)

Sr. STALIMIR VIEIRA – Assessor da Presidência Nacional da Associação Brasileira de Agências de Publicidade – Abap (Representando o Sr. Dalton Pastore, Presidente-Nacional da Abap)

Sr. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação (Representando o Sr. João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra)

Sr. RAFAEL SAMPAIO – Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA

**RESULTADO: REALIZADA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 01  
NÃO TERMINATIVO  
REQUERIMENTO N.º 04, DE 2008 – CCT**

“NOS TERMOS LEGAIS E REGIMENTAIS REQUEIRO SEJAM CONVIDADOS OS SRS. PROFESSOR ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES, EX-PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – FINATEC, E O SR. NELSON MARTIN, EX-PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA FINATEC, PARA FINS DE PRESTAR ESCLARECIMENTOS ACERCA DO USO IRREGULAR DE RECURSOS DA FUNDAÇÃO DESTINADOS À PESQUISA.”

AUTORIA: SENADOR RÔMEU TUMA

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 02  
ADITAMENTO N.º 03 AO REQUERIMENTO N.º 17, DE 2007 – CCT**

“EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 17, DE 2007-CCT, DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O TEMA “LIMITES LEGAIS PARA A REGULAMENTAÇÃO DA PROPAGANDA COMERCIAL”, E EM VISTA DO QUE DISPÕE O § 1º DO ART. 94 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO SEJAM CONVIDADAS A DEPOR AS SEGUINTESS PESSOAS: – DR. JOSÉ GOMES TEMPORÃO, MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE; – GENERAL PAULO ROBERTO Y. M. UCHÔA, SECRETÁRIO NACIONAL ANTIDROGAS DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; – SRA. MARILENA LAZZARINI, COORDENADORA INSTITUCIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E PRESIDENTE DA CONSUMERS INTERNATIONAL. – DR. PAULO BUSS, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ.”

AUTORIA: CRISTOVAM BUARQUE

**RESULTADO: APROVADO**

**ITEM 03****ADITAMENTO N.º 04 AO REQUERIMENTO Nº 17, DE 2007–CCT**

“REQUEIRO, EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 17, DE 2007, DE MINHA AUTORIA, COM APOIO NOS ARTS. 58, § 2º, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E 90, INCISO V, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA CONVIDADO O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS – ANJ, SR. NELSON SIROTSKY, PARA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ, DISCUTIR A QUESTÃO DOS LIMITES LEGAIS PARA A REGULAMENTAÇÃO DA PROPAGANDA COMERCIAL.”

AUTORIA: SENADORES WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA E CRISTOVAM BUARQUE

**RESULTADO: APROVADO**

**EXTRA-PAUTA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 05, DE 2008 – CCT**

“NOS TERMOS DO INCISO II DO § 2º DO ART. 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O INCISO II DO ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT), PARA DEBATER O PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS) Nº 677, DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE O COMPARTILHAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA DE COLETA E PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES NO MERCADO DE CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO. DEVERÃO SER CONVIDADOS A EXPOR SEUS PONTOS DE VISTA AS AUTORIDADES E REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NOMINADAS A SEGUIR, SEM PREJUÍZO À EXPEDIÇÃO DE OUTROS CONVITES, A CRITÉRIO DOS MEMBROS DA CCT: 1 – SR. MÁRIO TORÓS, DIRETOR DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN); 2 – SR. JAIR SCALCO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE CARTÕES DE CRÉDITO E SERVIÇOS (ABECS); 3 – SR. ANTÔNIO JOSÉ DOMINGUES DE OLIVEIRA SANTOS, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC); 4 – SRª MARIA INÊS DOLCI, COORDENADORA INSTITUCIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DO CONSUMIDOR (PRO TESTE); 5 – SRª KÁSSIA CORRÊA, DIRETORA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE USUÁRIOS DE CARTÃO DE CRÉDITO (ANUCC); 6 – SR. LUIZ EDUARDO FALCO, PRESIDENTE DO GRUPO OI; 7 – SR. MARCOS VINÍCIUS VIANA BORGES, SUPERINTENDENTE-GERAL DA OPERADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO CABAL; 8 – SR. JOSÉ RENATO HOPF, DIRETOR-PRESIDENTE DA GETNET TECNOLOGIA.”

AUTORIA: FLEXA RIBEIRO

**RESULTADO: APROVADO**

**REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 542, DE 2007**

“ALTERA A LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PARA DISPOR SOBRE OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PERSONALIZADO AO CONSUMIDOR, REALIZADOS POR MEIOS ELETRÔNICOS, FAC-SÍMILE, CORREIO DE VOZ, INTERNET E OUTRAS FORMAS DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR (SACS) OU CENTRAIS DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO (CALL CENTERS).”

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RELATORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

OBS 1: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

OBS 2: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 19/03/08

**RESULTADO: APROVADO PARECER FAVORÁVEL COM A EMENDA Nº 1-CCT**

**REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**

**1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2007, QUE “REGULAMENTA AS ATIVIDADES DE PESQUISA, PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, LIBERAÇÃO NO AMBIENTE E COMERCIALIZAÇÃO DE CLONES DE MAMÍFEROS, EXCETO HUMANOS, PEIXES, ANFÍBIOS, RÉPTEIS E AVES.”

AUTORIA DO PLS 73/07: SENADORA KÁTIA ABREU

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR JOÃO TENÓRIO

RELATORIA DO PLS 73/07: SENADOR JOÃO TENÓRIO

CONVIDADOS:

RODOLFO RUMPF

Pesquisador de Recursos Genéticos e Biotecnologia da EMBRAPA-CENARGEN

FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES

Professor Veterinário da Universidade de São Paulo – USP

LUIZ ANTÔNIO JOSAHKIAN

Superintendente Técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ

JOSELITO ARAÚJO BARBOSA

Veterinário Especialista em Clonagem de Ovinos da Associação Brasileira de Santa Inês de Alagoas – ABSI/AL

**RESULTADO: REALIZADA**



C - CONGRESSO NACIONAL – 2008  
RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1 A 31 DE MARÇO

Vetos (apreciação – cédula única).....	74
Vetos (prejudicialidade).....	141
PLNs .....	02
RQN (CPMI Cartões – instalação).....	01
Total de matérias apreciadas .....	218

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Março	115/2007-CN (nº 649/2007, na origem)	PL nº 30/2007-CN	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008.	12-3-2008, às 15 horas	Lei n 11.647, de 24-3-2008 DOU 24-3-2008 – Ed. Extra
Março	116/2007-CN (nº 650/2007, na origem)	PL nº 31/2007-CN	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011.	12-3-2008, às 15 horas	Aprovadas as Erratas.
Março	-	RQN 2/2008	Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.	21-2-2008	Designação, reunião de instalação e aprovação plano de trabalho em 6 e 11-3-2008.
Março	839/99-CN (nº 967/99, na origem)	Veto Total	Aposto ao PLS nº 307/95 (nº 3.152/97, na Câmara dos Deputados), que “Altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, e dá outras providências”. <b>Total: 01</b>	27-3-2008, às 9 horas	
Março	778/2000-CN (nº 961/2000, na origem)	Veto Parcial nº 21, de 2000	Aposto ao PLC nº 23/2000 (PL nº 933/99, na Casa de Origem), que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências”. (sonegação de contribuição previdenciária) (Veto Parcial nº 21, de 2000) <b>Total: 01</b>	27-3-2008, às 9 horas	

Março	255/2001-CN (nº 424/2001, na origem)	Veto Parcial nº 15, de 2001	Aposto ao PLC nº 14/2001 (PL 61/99, na Casa de origem), que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências”. (Veto Parcial nº 15, de 2001) <b>Total: 03</b>	27-3-2008, às 9 horas	
-------	--	--------------------------------	--	--------------------------	--

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Março	42/2003-CN (nº 191/2003, na origem)	Veto Parcial nº 13, de 2003	Aposto ao PLC nº 78/2002 (PL nº 1.210/99, na Casa de origem), que “Altera dispositivos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária”. (Veto Parcial nº 13, de 2003) <b>Total: 01</b>	27-3-2008, às 9 horas	
Março	148/2002-CN (nº 639/2002, na origem)	Veto Total nº 26, de 2002	Aposto ao PLC nº 61/2002 (PL nº 4.540/2001, na Casa de Origem), que “Acréscita artigo à Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a numeração da obra artística, científica ou literária”. (Veto Total nº 26, de 2002) <b>Total: 01</b>	27-3-2008, às 9 horas	
Março	124/2002-CN (nº 546/2002, na origem)	Veto Total nº 20, de 2002	Aposto ao PLC nº 2/2002 (PL nº 2.372/2000, na Casa de origem), que “Acréscita dispositivos ao Código de Processo Civil, no capítulo relativo aos procedimentos cautelares específicos, e dá outras providências”. (Veto Total nº 20, de 2002) <b>Total: 01</b>	27-3-2008, às 9 horas	
Março	151/2003-CN (nº 582/2003, na origem)	Veto Parcial nº 33, de 2003	Aposto ao PLC nº 50/2003 (PL nº 1.233/2003, na Casa de origem), que “Altera a Lei nº 8.999, de 24 de fevereiro de 1995 que “dispõe sobre a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências” e dá outras providências”. (Veto Parcial nº 33, de 2003) <b>Total: 03</b>	27-3-2008, às 9 horas	

Março	7/2005-CN (nº 15/2005, na origem)	Veto Parcial nº 5, de 2005	Aposto ao PLV nº 60/2004 (oriundo da MP nº 214/2004) que “Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências”. (Veto Parcial nº 5, de 2005) <b>Total: 02</b>	27-3-2008, às 9 horas	
-------	---	-------------------------------	---	--------------------------	--

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Março	58/2005-CN (nº 367/2005, na origem)	Veto Parcial nº 22, de 2005	Aposto ao PLC nº 36/2004 (PL nº 2.710/92, na Casa de origem) que “Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS”. (Veto Parcial nº 22, de 2005) <b>Total: 01</b>	27-3-2008, às 9 horas	
Março	165/2004-CN (nº 555/2004, na origem)	Veto Parcial nº 23 de 2004	Aposto ao PLS nº 221/2003-Complementar (nº 188/2004-Complementar, na Câmara dos Deputados) que “Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias”. (Veto Parcial nº 23, de 2004) <b>Total: 01</b>	27-3-2008, às 9 horas	
Março	32/2005-CN (nº 198/2005, na origem)	Veto Parcial nº 12, de 2005	Aposto ao PLS nº 195/2003 (nº 2.915/2004, na Câmara dos Deputados) que “Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”. (Veto Parcial nº 12, de 2005) <b>Total: 01</b>	27-3-2008, às 9 horas	
Março	49/2005-CN (nº 300/2005, na origem)	Veto Parcial nº 20, de 2005	Aposto ao PLV nº 4/2005 (oriundo da MP nº 229/2004) que “Acrescenta parágrafos ao art. 10 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003”. (Veto Parcial nº 20, de 2005) <b>Total: 01</b>	27-3-2008, às 9 horas	

Março	99/2005-CN (nº 387/2005, na origem)	Veto Parcial nº 23, de 2005	Aposto ao PLS nº 181/2001 (nº 6.911/2002, na Câmara dos Deputados) que “Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia”. (Veto Parcial nº 23, de 2005) <b>Total: 03</b>	27-3-2008, às 9 horas	
-------	---	--------------------------------	--	--------------------------	--

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Março	8/2006-CN (nº 65/2006, na origem)	Veto Parcial nº 2, de 2006	Aposto ao PLC nº 144/2005 (PL nº 3.675/2004, na Casa de origem) que “Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. (Veto Parcial nº 2, de 2006) <b>Total: 02</b>	27-3-2008, às 9 horas	
Março	9/2006-CN (nº 78/2006, na origem)	Veto Parcial nº 3, de 2006	Aposto ao PLC nº 141/2005-Complementar (PL nº 187/97-Complementar, na Casa de origem) que “Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e dá outras providências. (Veto Parcial nº 3, de 2006) <b>Total: 17</b>	27-3-2008, às 9 horas	
Março	93/2006-CN (nº 724/2006, na origem)	Veto Parcial nº 22, de 2006	Aposto ao PLS nº 115/2002 (nº 7.134/2002, na Câmara dos Deputados) que “Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências”. (Veto Parcial nº 22, de 2006) <b>Total: 31</b>	27-3-2008, às 9 horas	

Março	36/2006-CN (nº 280/2006, na origem)	Veto Total nº 10, de 2006	Aposto ao PLS nº 148/99 (nº 5.908/2001, na Câmara dos Deputados) que “Dispõe sobre o fornecimento de transporte, alimentação e pousada pelo Sistema Único de Saúde – SUS aos pacientes cujo tratamento se realizar fora de seu domicílio, em atendimento aos preceitos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde”. (Veto Total nº 10, de 2006) <b>Total: 01</b>	27-3-2008, às 9 horas	
-------	---	------------------------------	--	--------------------------	--

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Março	156/2006-CN (nº 1.047/2006, na origem)	Veto Parcial nº 25, de 2006	Aposto ao PLC nº 51/2006 (PL nº 4.497/2004, na Casa de origem) que “Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos”. (Veto Parcial nº 25, de 2006) <b>Total: 02</b>	27-3-2008, às 9 horas	
Março	244/2004-CN (nº 675/2004, na origem)	Veto Total nº 26, de 2006	Aposto ao PLC nº 103/2002 (PL nº 5.172/2001, na Casa de origem), que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para dispor sobre o abandono justificado do lar por um dos cônjuges”. (Veto Total nº 26, de 2004) <b>Total: 01</b>	27-3-2008, às 9 horas	



Prejudicialidade de Vetos			
MÊS	Nº	EMENTA	SESSÃO
Março	Veto Parcial nº 6, de 2004	Aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2004, oriundo da Medida Provisória nº 157/2003, que “Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”.	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 17, de 2005	Aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2003, que “Dá nova redação ao <i>caput</i> e ao § 3º do art. 304 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 9, de 2006,	Aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 119, de 1999, que “Dispõe sobre a inclusão nos locais indicados de aviso alertando sobre os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 (oitenta e cinco) decibéis	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 11, de 2007	Aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2006, oriundo da Medida Provisória nº 327/2006, que “Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; revoga dispositivo da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003; e dá outras providências”.	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 8, de 2007,	Aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15, de 2006, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007”.	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 34, de 2006	Aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2006, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências”.	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 25, de 2006,	Aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2006, que “Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos”.	27-3-2008, às 9 horas

Prejudicialidade de Vetos			
MÊS	Nº	EMENTA	SESSÃO
Março	Veto Parcial nº 26, de 2003	Aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2002, que “Acréscenta incisos aos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.”	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 16, de 2005	Aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2004, que “Altera o art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores”.	27-3-2008, às 9 horas
Março	Mensagem de Veto Parcial nº 131, de 1997 - CN, ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1996	“Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.”	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 31, de 2000,	Aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999, que “Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.”	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 5, de 2004,	Aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2004, oriundo da Medida Provisória nº 161/2004, que “Acréscce os arts. 1ºA e 1ºB à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível – Cide, e dá outras providências	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 7, de 2005,	Aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 134, de 2004, que “Altera os Programas Energia Cidadã e Energia na Região Nordeste e inclui o Programa Corredor Atlântico-Pacífico no Plano Plurianual para o período 2004-2007	27-3-2008, às 9 horas

Prejudicialidade de Vetos			
Março	Veto Parcial nº 15, de 2006	Aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2006, oriundo da Medida Provisória nº 280/2006, que “Altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.964, de 10 de abril de 2000, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004”.	27-3-2008, às 9 horas

Prejudicialidade de Vetos			
MÊS	Nº	EMENTA	SESSÃO
Março	Veto Parcial nº 7, de 2004	Aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2004, oriundo da Medida Provisória nº 160/2003, que “Dispõe sobre a instituição de Gratificação Temporária para os servidores Técnico-Administrativos e Técnico-Marítimos das Instituições Federais de Ensino e dá outras providências”.	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 10, de 2004	Aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2004, oriundo da Medida Provisória nº 170/2004, que “Dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e da Gratificação Temporária de Vigilância Sanitária, e dá outras providências”.	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 19, de 2004	Aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2003, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004/2007”.	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 8, de 2005	Aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 51, de 2004, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005”.	27-3-2008, às 9 horas
Março	Veto Parcial nº 27, de 2005	Aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2005, que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências”.	27-3-2008, às 9 horas

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO  
PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 31 DE MARÇO DE 2008

Vetos	74
.....	
PLNs.....	02
.....	
Vetos	141
(prejudicialidade).....	
PRNs	- 01
.....	
RQNs	- 02
Leitura.....	
Total de matérias	219
apreciadas.....	

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
5/2008 (public. no DOU de 19-3-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 24 de março de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 404, de 11 de dezembro de 2007, que “Altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da previdência social”.
7/2008 (public. no DOU de 26-3-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de março de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 405, de 18 de dezembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 5.455.677.660,00, para os fins que especifica”.
8/2008 (public. no DOU de 26-3-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 406, de 21 de dezembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.250.733.499,00, para os fins que especifica”.

<b>9/2008</b> <b>(public. no DOU de</b> <b>28-3-2008)</b>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 407, de 26 de dezembro de 2007, que "Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura".
<b>10/2008</b> <b>(public. no DOU de</b> <b>28-3-2008)</b>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 408, de 26 de dezembro de 2007, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00, para os fins que especifica".
<b>11/2008</b> <b>(public. no DOU de</b> <b>28-3-2008)</b>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 409, de 28 de dezembro de 2007, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00, para os fins que especifica".
<b>12/2008</b> <b>(public. no DOU de</b> <b>28-3-2008)</b>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 410, de 28 de dezembro de 2007, que "Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural e prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007".
<b>13/2008</b> <b>(public. no DOU de</b> <b>28-3-2008)</b>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007, que "Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências".
<b>14/2008</b> <b>(public. no DOU de</b> <b>28-3-2008)</b>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 412, de 31 de dezembro de 2007, que "Dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004".



<b>15/2008</b> <b>(public. no DOU de</b> <b>28-3-2008</b>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008, que “Dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na produção e comercialização de álcool, altera o art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e dá outras providências”.
<b>16/2008</b> <b>(public. no DOU de</b> <b>28-3-2008</b>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 414, de 4 de janeiro de 2008, que “Constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES”.
<b>17/2008</b> <b>(public. no DOU de</b> <b>28-3-2008</b>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, que “Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais e acresce dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro”.
<b>18/2008</b> <b>(public. no DOU de</b> <b>28-3-2008</b>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 416, de 23 de janeiro de 2008, que “Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e dá outras providências”.
<b>19/2008</b> <b>(public. no DOU de</b> <b>28-3-2008</b>	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 417, de 31 de janeiro de 2008, que “Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 e dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes”.

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

<b>Nº do Ofício</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Assunto</b>
Of. nº 120/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal, o Aviso nº 1, de 2008-CN (nº 12/BCB-Prezi, de 29 de fevereiro de 2008), do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras daquele Banco, referentes ao exercício de 2007, e foi despachado à CMO.
Of. nº 123/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal, realizada em 5-3-2007, a Mensagem nº 13, de 2008-CN (nº 78/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário.

<b>Nº do Ofício</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Assunto</b>
Of. nº 12/2008-CN	Dep. Osmar Serraglio - Primeiro Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados	Encaminhando os originais dos documentos protocolizados na Secretaria da Comissão Representativa do Congresso Nacional, no período de 25-12-2007 a 5-2-2008.
Of. nº 39/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Solicitando o processado do Projeto de Lei nº 2.674, de 2007, de autoria do Dep. Eduardo Sciarra, tendo em vista requerimento apresentado por S. Ex <sup>a</sup> , dentro do prazo regimental para oferecimento de emendas, para que a referida proposição tramite sob a forma de emenda à MPV nº 417/2008, conforme disposto no § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
Of. nº 42/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Consultando nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do CN, no dia 11-3-2008, às dez horas, no Plenário do SF, para Comemoração do Dia Internacional da Mulher e agradecimento das vencedoras do Diploma da Mulher Cidadã Bertha Lutz, tendo em vista o requerimento de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Parlamentares.
Of. nº 55/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Tendo sido criada a CPMI, através do RQN nº 2/2008, que “ <i>Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos</i> ”, solicita a indicação dos membros titulares e membros suplentes, que deverão integrar a referida Comissão.

Of. nº 56/2008-CN	Sen. Arthur Virgílio – Líder do PSDB	Tendo sido criada a CPML, através do RQN nº 2/2008, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos”, solicita a indicação de 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão, de acordo com a participação desse Partido no Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB).
Of. nº 57/2008-CN	Sen. Valdir Raupp – Líder do PMDB	Tendo sido criada a CPML, através do RQN nº 2/2008, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos”, solicita a indicação de 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 58/2008-CN	Sen. José Agripino – Líder do DEM	Tendo sido criada a CPML, através do RQN nº 2/2008, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos”, solicita a indicação de 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão, de acordo com a participação desse Partido no Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB).
Of. nº 59/2008-CN	Sen. Ideli Salvatti – Líder do Bloco de Apoio ao Governo	Tendo sido criada a CPML, através do RQN nº 2/2008, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos”, solicita a indicação de 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes desse Bloco, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 60/2008-CN	Sen. Eptácio Cafeteira – Líder PTB	Tendo sido criada a CPML, através do RQN nº 2/2008, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos”, solicita a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.

Of. nº 61/2008-CN	Sen. Jefferson Peres – Líder do PDT	Tendo sido criada a CPMI, através do RQN nº 2/2008, que “ <i>Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos</i> ”, solicita a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 62/2008-CN	Sen. José Nery - Líder PSOL	Tendo sido criada a CPMI, através do RQN nº 2/2008, que “ <i>Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos</i> ”, solicita a indicação de 1 (um) membro desse Partido, que deverá integrar a referida Comissão, de acordo com a Resolução nº 2, de 2000-CN.
Of. nº 69/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Consultando sobre a realização de sessão solene do CN, no dia 13-3-2008, destinada a reverenciar a memória do Cardeal D. Aloísio Lorscheider, Ex-Arcebispo de Fortaleza e de Aparecida do Norte, tendo em vista o requerimento de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Pedro Simon.
Of. nº 102/2008-CN	Sen. José Agripino – Líder do DEM	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “ <i>Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA</i> ”, solicita a indicação dos nomes de três (3) membros titulares e igual número de suplentes, em entendimento com o PSDB, referente à participação do Bloco Parlamentar da Minoria – (DEM/PSDB), na referida Comissão.
Of. nº 103/2008-CN	Sen. Arthur Virgílio – Líder do PSDB	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “ <i>Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA</i> ”, solicita a indicação dos nomes de três (3) membros titulares e igual número de suplentes, em entendimento com o DEM, referente à participação do Bloco Parlamentar da Minoria – (DEM/PSDB), na referida Comissão.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
	Sen. Ideli Salvatti – Líder do Bloco de Apoio ao Governo	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA”, solicita a indicação dos nomes de três (3) membros titulares e igual número de suplentes desse Bloco, que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 105/2008-CN	Sen. Valdir Raupp – Líder do PMDB	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA”, solicita a indicação dos nomes de dois (2) membros titulares e igual número de suplentes desse Partido, que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 106/2008-CN	Sen. Epitácio Cafeteira – Líder PTB	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA”, solicita a indicação dos nomes de um (1) membro titular e igual número de suplente desse Partido, que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 107/2008-CN	Sen. Jefferson Peres – Líder do PDT	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA”, solicita a indicação dos nomes de um (1) membro titular e igual número de suplente desse Partido, que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 108/2008-CN	Sen. José Nery - Líder PSOL	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA”, e nos termos da Resolução nº 2, de 2000, do Congresso Nacional, solicita a indicação dos nomes de um (1) membro titular e igual número de suplente desse Partido, que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 109/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Encaminhando nos termos do disposto nos arts. 142 e 143 do Regimento Comum, os originais de quatro projetos de lei, apresentados como conclusão do Relatório nº 3, de 2007-CN, referente às Atividades de 2007 da Comissão Especial Mista criada através do Ato Conjunto nº 1, de 2007, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 13 de fevereiro de 2008, quarta-feira, às 11:00 horas.**

Às onze horas e dezesseis minutos, do dia treze de fevereiro de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, VALDIR RAUPP, DEMÓSTENES TORRES, JAYME CAMPOS, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOSÉ NERY, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ROMEU TUMA e CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, lembra aos parlamentares a existência das Subcomissões Permanentes, sendo: Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, criado pelo Requerimento nº 02, de 2005, em 24/02/2005, Presidente, o Senador Paulo Paim e, Vice-Presidente, o Senador Marcelo Crivella; Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, criada pelo Requerimento nº 09, de 2005, em 10/03/2005, Presidente, o Senador Papaléo Paes e, Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho; e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, criada pelo Requerimento nº 12, de 2005, em 16/03/2005, Presidente, Senador Eduardo Azeredo, e o Vice-Presidente é o Senador Flávio Arns. Informa, ainda, às Senhoras e Senhores Senadores que se interessem pelos assuntos das Subcomissões, que se manifestem para que esta Presidência possa fazer a designação dos respectivos membros, obedecendo a proporcionalidade partidária, para ocupar os cargos que se encontram vagos. A Presidente lembra às Senhoras e Senhores Senadores que ainda tenham interesse na realização de Audiência Pública que não tenha sido realizada ano passado, reapresentem seus requerimentos para que as Audiências Públicas possam ser marcadas. A Presidência pede que requerimentos destinados a discutir temas pertinentes às Subcomissões, sejam apresentados nas Subcomissões, de forma a fortalecê-las e prestigiá-las, além de facilitar os trabalhos administrativos. O Senador Flávio Arns faz cobrança para que seja disponibilizada câmara para os intérpretes de libras em todas as reuniões. A Se-

nadora Patrícia Saboya se compromete a pedir providências ao Presidente do Senado Federal. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007** “Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023”. **Autor:** Presidente da República. **Relator:** Senador Valdir Raupp. **Parecer:** Favorável ao Projeto de lei da Câmara nº 42, de 2007 e pelo não acatamento das emendas apresentadas. **Resultado: Aprovado o Parecer, ressaltando-se a Emenda nº 01 destacada, que foi aprovada. Aprovado Requerimento de Destaque de autoria do Senador Paulo Paim para votação em separado de emenda apresentada (Art 312. RISF).** **ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2004** “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas”. **Autora:** Senadora Lúcia Vânia. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2004** “Altera os artigos 10 e 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os medicamentos utilizados em medicação assistida entre as coberturas obrigatórias”. **Autor:** Senador Tião Viana. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2002** “Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para facultar a oferta, contratação e vigência de planos segmentados de assistência farmacêutica”. **Autor:** Senador Sebastião Rocha. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2006** “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a oferta do regime familiar de plano de assistência à saúde”. **Autor:** Senador Arthur Virgílio. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004 e dos apensados Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2002, nº 44, de 2004, e nº 113, de 2006, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Papaléo Paes.** **ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 619, DE 2007** “Consolida a legislação sanitária federal”. **Autor:** Senador Tião Viana. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto com uma correção apresentada. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame.** **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2003** “Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental”. **Autor:** Deputado Cláudio

Cajado. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2003** “Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos”. **Autor:** Deputado Eduardo Jorge. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2003** “Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente”. **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2003** “Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País”.

**Autor:** Senador Paulo Paim. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2004** “Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para tornar obrigatório o oferecimento de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde”. **Autor:** Senador Edison Lobão. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2007** “Altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatório o teste do olhinho em todo o País”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Papaléo Paes. **Parecer:** Pelo arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2003, e dos Projetos de Lei do Senado nº 237 e 504, de 2003, nº 80, de 2004, e nº 240, de 2007, e pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2003, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Flávio Arns.** Às doze horas e quatro minutos a Senadora Rosalba Ciarlini assume a Presidência. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2006** “Dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca”. **Autor:** Deputado Luiz Antônio Fleury. **Relator:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Parecer:** Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2006, com as emendas nº 01 e 02 – CRA, e com uma emenda que apresenta. **Resultado:**

**Aprovado o Parecer, com a emenda apresentada.** Às doze horas e quatorze minutos a Senadora Patrícia Saboya reassume os trabalhos. Os itens 04 e 07 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Valdir Raupp, Paulo Paim, Jayme Campos, Augusto Botelho, Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini e Antônio Carlos Valadares. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será

assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE)** – Bom dia a todas e a todos. Desejando, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, um 2008 cheio de paz, alegria e felicidade, que a nossa Comissão continue votando temas tão importantes e relevantes para o nosso País. Então, portanto, como é nossa 1ª Reunião desse ano, eu gostaria de dar boas vindas a todos os Senadores e Senadoras desta Comissão.

Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queriam permanecer como se encontram. **Aprovado.**

Antes de iniciarmos a nossa pauta, eu gostaria de lembrar a todos a existência das Subcomissões Permanentes. Só relembro. A Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência, criada pelo Requerimento nº. 02/2005, em 24 de fevereiro de 2005. O Presidente é o Senador Paulo Paim, que está aqui presente, e o Vice-Presidente é o Senador Marcelo Crivella. A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, criada pelo Requerimento nº. 09/2005, criada no dia 3 de março de 2005. O Presidente é o Senador Papaléo Paes, e o Vice-Presidente é o Senador Augusto Botelho. E a Comissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, criada pelo Requerimento nº. 12/2005, no dia 16 de março de 2005, e o Presidente é o Senador Eduardo Azeredo, e o Vice-Presidente é o Senador Flávio Arns, também aqui presente.

Seria muito importante que as Senadoras e Senadores que se interessassem pelos assuntos das Subcomissões se manifestassem para que a Presidência pudesse fazer a designação dos respectivos membros, obedecendo a proporcionalidade partidária para ocupar os cargos que se encontram vagos. São dois. Dois em cada Subcomissão, dois cargos vagos em cada... Das três Subcomissões. Então o Senador que tiver interesse em participar de uma dessas três Comissões deve apenas trazer o seu nome para que a gente possa designar.

Queria lembrar também aos Srs. Senadores que no ano passado não foi possível fazer todas as Audiências Públicas, cumprir todos os requerimentos de Audiências Públicas devido mesmo à questão de tempo.

Portanto, eu também coloco para os Srs. Senadores e Senadoras que aqueles que ainda tiverem interesse nessas Audiências Públicas, se o assunto não já for um assunto passado e houver necessidade, que reapresentem esses requerimentos para que nós possamos marcar as Audiências Públicas. E gostaria de fazer uma ponderação também à nossa Comissão, que os requerimentos que forem destinados a discutir temas das Subcomissões, pudessem ser apresentados nas Subcomissões, porque isso, além de prestigiar as Subcomissões, de fortalecer o papel das Subcomissões, também irá facilitar no trabalho administrativo desta Comissão. Portanto, eu agradeço a todos e iremos já iniciar o primeiro item da pauta, antes com a palavra o Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sr<sup>a</sup>. Presidente, a senhora acabou de mencionar que uma das Subcomissões é a Subcomissão da Pessoa com Deficiência, e todos nós, inclusive o próprio Senado, está fazendo um grande trabalho para a inclusão da pessoa com deficiência em todos os aspectos da sociedade. Agora, nós temos aqui sentadas, aqui à direita, duas intérpretes de LIBRAS. Contratadas pelo Senado Federal para fazerem a comunicação com a pessoa surda, através da linguagem de sinais. E, na própria Comissão, que tem a Subcomissão da Pessoa com Deficiência nós não temos uma outra câmera aqui no fundo que pudesse focalizar a intérprete de LIBRAS para que a comunidade surda do Brasil pudesse, na verdade, acompanhar o trabalho não só desta Comissão, mas de todas as Comissões do Plenário. Nós estaremos aprovando semana que vem, provavelmente, uma resolução em que a parte da língua de sinais, a LIBRAS, ou a legenda tenha que estar em toda a programação do Senado.

Então nós já insistimos com isso, já denunciamos, já fizemos, e é impensável. E o Senado argumenta que tem que ter uma outra câmera para focalizar a pessoa que está fazendo a linguagem de sinais. Então claro, tem que ter a outra câmera. Qual é o problema de ter outra câmera? Tem que ter outra câmera, tem que ter outra câmera.

Então, eu só queria dizer a V.Ex<sup>a</sup> que nós, como Comissão de Assuntos Sociais, tendo nesta Comissão uma Subcomissão, tendo as intérpretes de LIBRAS pagas pelo Senado Federal e que estão sentadas em prejuízo da comunidade surda. A gente tem que se insurgir contra isso, denunciar isso e dizer para o Presidente Garibaldi Alves, Senador Garibaldi Alves, que basta, tem que arrumar essa coisa de uma vez por todas não é mais possível continuar nessa situação. A gente fala, discute, tal... não, falta isso, falta aquilo. Então acho que a Comissão, todos nós como Comis-

são deveríamos nos posicionar e dizer: Olha... Quer dizer, não é para daqui alguns meses, para o ano que vem. É para hoje. Vamos acabar com isso de uma vez e fazer com que a coisa funcione nesse aspecto dentro do Senado Federal.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Eu agradeço a V.Ex<sup>a</sup>, Senador Flávio Arns, por mais uma vez insistir nessa mesma tecla, nós estamos acompanhando a luta de V.Ex<sup>a</sup> em relação a isso, realmente não tem cabimento, principalmente uma Subcomissão que trata da questão da deficiência, nós não possamos ter essa transmissão. Eu me comprometo como Presidente da Comissão de falar com o próprio Presidente Garibaldi Alves, hoje mesmo, e quem sabe nós possamos também cobrar isso no Plenário, hoje na Sessão do Plenário seria muito importante. E quem sabe que os nossos partidos, os líderes dos nossos partidos pudessem também cobrar como um dos itens da pauta da próxima reunião com o Presidente Garibaldi Alves essa decisão que, como V.Ex<sup>a</sup> disse, ela não pode mais ser protelada. É algo urgente a ser feito, e até porque isso... é constrangedor para uma Casa que iniciou um trabalho tão importante nessa área de inclusão, que nós não tenhamos nas nossas Comissões, tendo em vista que já temos as pessoas para fazer essa interpretação, e que não tenham condição por causa de uma câmera de fazer esse trabalho que deve ser feito. Então agradeço mais uma vez a V.Ex<sup>a</sup> por essa cobrança e estarei ao lado de V.Ex<sup>a</sup> cobrando do Presidente Garibaldi Alves. Pode ter certeza.

Bom, o Item 01 da pauta é uma decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº. 42/2007, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007. E estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023. O autor é o Presidente da República, e o Relator é o Senador Valdir Raupp. O projeto se não me engano estava no Plenário, mas em função das Emendas que foram sugeridas pelo Senador Paulo Paim tiveram que voltar a essa Comissão. Portanto, eu passo já imediatamente a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp... Desculpa, diretrizes para sua política de valorização de 2008 a 2023. Me perdoe. Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir o seu Relatório.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO)** – Sr<sup>a</sup>. Presidente, Senadora Patrícia, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, o PSC nº 42/2007 estabelece que o salário mínimo a partir de primeiro de abril de 2007 será de 380 reais. Tal disposição também constou da Medida Provisória nº. 362/2007. No período de 2008 a 2011 os reajustes de salário mínimo serão antecipados em um mês por ano até que a majoração ocorra em primeiro de janei-



ro. Exemplo, primeiro de março de 2008, primeiro de fevereiro de 2009, primeiro de janeiro de 2010 e aí até 2011 em primeiro de janeiro. O reajuste para preservação do poder aquisitivo do salário mínimo a partir de 2008 corresponderá à variação acumulada do INPC. A título de aumento real o salário mínimo será o acrescido de percentual idêntico ao do crescimento real do PIB, ocorrido dois anos atrás, ou seja, em 2008 além do INPC o salário mínimo receberá aumento equivalente à variação do PIB em 2006.

Portanto, Sr<sup>a</sup>. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, o salário mínimo deste ano deverá ficar em torno de 413 reais. Eu fico imaginando aqui, Senador Paulo Paim, V.Ex<sup>a</sup> e outros Parlamentares também alguns anos atrás brigavam para que o salário mínimo chegasse a cem dólares. Eu lembro muito bem dessa discussão. E hoje já está passando mais de 200 dólares. É sinal de que o nosso real está forte e que o poder aquisitivo do assalariado está melhorando. Por fim o projeto dispõe que até 31 de dezembro de 2011, o Poder Executivo da União encaminhará ao Congresso Nacional o Projeto de Lei dispondo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2012 e 2023. Inclusive. Além disso, será constituído Grupo Interministerial sob coordenação com o Ministério do Trabalho e Emprego, encarregado de definir e implementar sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo. Alteração introduzida na Câmara dispõe que a União não poderá realizar transferências voluntárias de recursos aos Estados, Distrito Federal e aos municípios, e comprovadamente descumprirem as disposições dessa preposição. O PLC nº. 42/2007 foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos exatamente como veio da Câmara. Por força da aprovação do Requerimento nº. 958/2007 determinou-se que sobre o presente projeto também fosse ouvida a Comissão de Assuntos Sociais. Foram apresentadas duas Emendas ao PLC nº. 42/2007 no âmbito da Casa. Ambas do Senador Paulo Paim. Uma delas estende o aumento dado ao salário mínimo para todos os benefícios mantidos pela Previdência Social. A outra Emenda propõe que a título de aumento real o salário mínimo receba o dobro do crescimento do PIB, e estabelece que caso não seja enviado novo projeto com regras para a valorização do salário mínimo, continuam valendo as regras aprovadas na proposição em pauta.

Da análise. No que concerne a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade não foram encontrados vícios que prejudicam o projeto. É extremamente meritório estabelecer regras para o reajuste do salário mínimo, pois assim cria-se uma política de valorização de seu valor que não dependa da conjuntura econômica

e política do momento. Como consequência resguardamos aos trabalhadores aposentados e pensionistas deste País que recebem o piso nacional. Salutar também é a antecipação da data básica do salário mínimo. A fixar-se ao reajuste em janeiro fica facilitada a discussão de seu valor no âmbito das discussões do orçamento federal.

Com relação às Emendas apresentadas no âmbito da CAS, entendemos que não cabe estender o percentual de aumento do salário mínimo a todos os beneficiários da Previdência, pois além do Brasil apresentar um vultoso déficit previdenciário, não há cálculo atuarial que defenda aumentos reais para benefícios previdenciários. Para esses o máximo que pode-se conferir é a correção monetária.

A outra Emenda propõe que a título de aumento real, o salário mínimo receba o dobro do crescimento do PIB. Acreditamos que o dobro da variação do PIB é percentual demasiadamente alto para aumento real do salário mínimo, pois pode trazer problemas no mercado de trabalho, incentivando a informalidade, e nas contas públicas, principalmente na Previdência Social, uma vez que mais de 70% dos benefícios são equivalentes ao piso nacional.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nº. 42/2007, não acatando as Emendas oferecidas. É o voto, Sr<sup>a</sup>. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE)** – Em discussão o parecer do Senador Valdir Raupp. Para discutir, Senador Paulo Paim.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Sr<sup>a</sup>. Presidente, Senadora Patrícia Saboya, Senador Valdir Raupp. Eu primeiro queria justificar minhas duas Emendas e quero fazer uma defesa muito rápida aqui pra gente poder votar e continuar avançando na pauta.

Primeiro, essas duas Emendas elas são fruto inclusive de um debate da Comissão Mista composta de 11 Senadores e 11 Deputados que durante um ano estudou a política de salário mínimo e dos aposentados e pensionistas. Estavam ali todos os partidos. E por unanimidade foi aprovado o meu Relatório que contemplava o reajuste do salário mínimo conforme o dobro do PIB, inclusive que foi dado pelo Presidente Lula durante os últimos quatro anos. Se fizermos uma análise dos cinco anos do Presidente Lula, nós mostraremos com números e dados que foi dado um reajuste real correspondente ao dobro do PIB e o resultado para a economia foi muito bom. Portanto que está aí o resultado, cerca de 10 milhões de pessoas com carteira assinada, a miséria absoluta diminuindo, enfim, a qualidade de vida melhorando, foi fonte geradora de emprego porque reativou o próprio mercado interno.

A outra Emenda, da qual eu até quero me agarrar mais, no bom sentido, devido ao desespero dos aposentados e pensionistas. Entendo que é um avanço que veio da Câmara... – Voltando à Emenda nº. 02, quando diz que pelo menos, daqui para frente, até 2023, teremos pelo menos uma política que vai garantir a inflação mais o PIB. E por isso que o salário mínimo muito bem aqui colocado pelo Senador Raupp poderá chegar a 412, até 413 reais.

Bem, voltando à Emenda nº 1 que é dos aposentados e pensionistas. Eu tenho aqui, por exemplo, um editorial do Jornal de Pernambuco. Só como exemplo. Tem um outro que é um editorial do Estado de São Paulo. Onde eles reproduzem com muita fidelidade eu diria os argumentos que aqueles que atuam nessa área dos aposentados e pensionistas, estou me referindo às entidades, inclusive, demonstrando que se não houver uma política de reajuste para os benefícios dos aposentados e para os pensionistas, nós não daremos mais do que cinco, seis anos todos os aposentados e pensionistas do País estarão recebendo somente um salário mínimo. Um salário mínimo todos nós sabemos que é pouco ainda. Mas todos reconhecem que o valor do salário mínimo é muito pequeno no nosso País, apesar dos avanços que reconheço que aconteceram no Governo Lula. Por isso que o que eu estou colocando no momento aqui, eu sei que é um outro debate que está no PL 58, que trata inclusive e que há um movimento forte na sociedade aqui no Congresso, chegou com um milhão e duzentas mil assinaturas dizendo que temos que pagar toda a perda acumulada, desde o ato da concessão do benefício aos aposentados e pensionistas que ganhavam, por exemplo, no ato da aposentadoria correspondente a 6 salários mínimos e estão ganhando 3. Quem ganhava 3 está ganhando 1. Esse PL é um outro debate. Eu nem fui tão arrojado nesse debate. Eu só coloquei o seguinte, já que estão estipulando uma política mínima para o salário mínimo até 2023, que se estenda também para o velhinho que está comprovado pela Fundação Getúlio Vargas que a inflação dele é mais alta do que a população mais jovem, pelo menos a mesma política de reajuste. Ou seja, o próximo reajuste, vamos dar um exemplo, digamos que entre inflação em PIB para quem está na ativa, o salário mínimo vai ter um reajuste correspondente... Vou dar só como exemplo de 8% ou 10%, se nós não ajustarmos o aposentado vai ganhar só cinco. E assim sucessivamente. Ou seja, o correspondente ao PIB que é o crescimento da economia, que a gente fala tanto em distribuição de renda temos que pensar na ativa e quem também está aposentado que todo mundo sabe os planos de saúde avançam cada dia mais que passa. Eu dizia ontem no Plenário e vou encerrar aqui essa

pequena justificativa, os aposentados e pensionistas estão abandonando o plano de saúde, pagaram ao longo de uma vida, mas com o arrocho dos seus vencimentos, eles não conseguem mais sustentar o plano de saúde. Então pagaram, seria digamos um benefício que eles ganharam por terem historicamente contribuído para aquele plano, de uma hora para outra tem que abandonar e ficar somente com o INSS.

Por isso que eu faria um apelo a todos os Senadores, votação simbólica, sei que esse debate vai ainda para o Plenário, que aprovássemos pelo menos a Emenda nº 1 aquela que diz que se estenderá essa mesma política de reajuste para o aposentado e pensionista. Já que eu sempre falo para o Movimento Sindical Brasileiro e pretendo entrar num outro momento com debate aqui, numa Audiência Pública, quem sabe a partir da Subcomissão e da Comissão, de nós demonstrarmos que o trabalhador que está na ativa hoje é o aposentado de amanhã. Então é um equívoco daqueles que se preocupam com o reajuste somente do salário mínimo para quem está na ativa e não se preocupa com o reajuste dos aposentados e pensionistas devido até ao fator previdenciário, ele perde no momento que se aposenta e depois os reajustes ele passa a receber ou a metade ou 1/3 daquilo que é dado ao salário mínimo.

Então o apelo que eu faço é que a gente aprovasse simbolicamente, pelo menos a Emendas nº. 01 e depois faremos um outro debate no Plenário que vai contemplar os milhões de aposentados e pensionistas. Era isso. E num reconhecimento enorme aqui o Valdir Raupp, nosso Senador, conversei um pouco com ele antes, ele disse: Faça o destaque de uma das Emendas e se a Comissão acatar o Plenário que decida. Seria isso, Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Obrigada, Senador Paulo Paim. Tenho que colocar então o Requerimento de destaque da primeira Emenda. Nos termos do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro a votação em separado para a Emenda nº. 02 de autoria do Senador Paulo Paim ao PLC nº. 42/2007. Sala das Comissões, Senador Paulo Paim. Com a palavra... Desculpa, em votação. Só ler a Emenda. O Projeto de Lei da Câmara nº. 42/2007 passará a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º. É assegurado a todos os benefícios mantidos... Desculpa, é assegurado a todos os benefícios mantidos pela Previdência Social mesmo reajuste e mesma política de valorização estipulados nesta lei.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Em votação esse destaque. O Requerimento de destaque. Se todos concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Flávio Arns... é só o Requerimento. Isso aqui foi só Requerimento de destaque da primeira Emenda. É porque o Senador Flávio Arns quer falar.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Eu pedi só rapidamente a palavra porque lá no Paraná o Senador Paulo Paim é extremamente conhecido.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – E querido, né? (risos)

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Por um conjunto de méritos, mas particularmente em relação à sua luta, devida, eu diria a favor do salário mínimo, entre outros aspectos, mas também da questão dos aposentados e pensionistas. Então quando eu vou num evento no Paraná os aposentados e pensionistas chegam para mim e dizem: Apóia o Paulo Paim. “Claro, vou apoiar o Paulo Paim porque além de ser meu amigo concordo também com os argumentos dele”. E quero dizer que concordo integralmente com a questão levantada. Porque ele levantou o dado de que o custo de vida do aposentado é um custo de vida, inclusive, maior do que o custo de vida do jovem. Nós fizemos, como V.Ex<sup>a</sup> se lembra, Audiências Públicas sobre planos de saúde. A inflação do plano de saúde não segue a inflação habitual da sociedade. Tanto que nos últimos dez anos, praticamente todo ano o plano de saúde acumulou uma alta equivalente ao dobro da inflação medida no nosso País.

Então, depois de uns quatro ou cinco anos a pessoa aposentada não pode mais ter plano de saúde, como o Senador Paulo Paim colocou. E as pessoas dizem: Me aposentei com três salários mínimos, quatro, agora estou recebendo um salário mínimo. E daqui um tempo todo mundo vai estar recebendo um salário mínimo. E o salário mínimo não deveria ser de quatrocentos, quatrocentos e pouco no Brasil. O salário mínimo tinha que ser, sei lá eu, de mil reais, mil e duzentos, mil e trezentos. Existem cálculos diferentes. Se alguém achar que as necessidades de uma família vão ser atendidas com salário mínimo de 400 reais, quer dizer, um absurdo absoluto. Apesar, como o Senador Valdir Raupp colocou, de ter havido todos nós sabemos, um avanço. Mas o grande problema que eu sempre digo é que quem decide que somos nós os tribunais e tal, nós não recebemos o salário mínimo. Porque se nós recebêssemos o salário mínimo, acho que nós já teríamos resolvido essa questão. Nós recebemos 40 salários mínimos. Nós deveríamos ter uma lei que dissesse: O homem público não pode ganhar mais do que 20 salários mínimos, por exemplo. Aí certamente o salário mínimo rapidamente chegaria nos

mil reais, nos 800 reais, nos 1200 reais. Seja por parte dos tribunais, que ganham... Não ganham 40. Os tribunais ganham 60 salários mínimos. Os Ministros dos tribunais. 60 salários mínimos.

Então, 60 salários mínimos é um escândalo. 40 salários mínimos também é... A gente vai num País desenvolvido e vai dizer qual é a diferença do salário mínimo para o salário de um Tribunal, de um Parlamentar? É uma diferença de 15, 10, 15, sei lá, mil dólares. A pessoa ganha 15 mil dólares, 10 mil dólares, 15 mil dólares. Não sei quanto, mas seria 15 a 20.

Então, no dia que nós dissermos ninguém no Brasil pode ganhar mais do que, por exemplo, 20 salários mínimos, poderíamos apresentar um projeto. Uma mudança na Constituição nesse sentido. Podemos até assinar juntos. Não se ganha do que mais que 20 salários mínimos. Aí vamos todos caprichar para que o salário mínimo chegue a mil. E dentro do argumento do Paulo Paim, que isso significa dinamização de economia, geração de emprego, imposto, vermos nessa ótica. Então, quer dizer que eu sou favorável ao destaque.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Obrigada, Senador Flávio Arns. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer favorável do projeto, ressalvado o destaque da Emenda nº. 01. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, em votação agora a Emenda nº. 01, de autoria do Senador Paulo Paim. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Parabéns ao Senador Paulo Paim. (palmas)

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT)** – Sr<sup>a</sup>. Presidente, pela ordem.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Pois não, Senador Jayme Campos.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT)** – Eu quero apenas dizer da satisfação que tenho de estar participando desse evento aqui. Cumprimentar o Senador Paulo Paim, é meritório o destaque de V.Ex<sup>a</sup>, e certamente que o senhor colocou aqui é a realidade dos fatos. Vivemos num País de desigualdade aqui. Em todos os sentidos. E os aposentados, como o senhor bem disse aqui, no longo da história, cada dia que passa perde-se o poder de compra, o seu poder até mesmo de tratar de sua saúde. De forma que projetos como esse, eu confesso aqui nessa Comissão que me sinto honrado sobremaneira de participar como Senador da República e ter essa primazia de votar. Na medida que lamentavelmente o País cresce sua economia, tem grandes avanços, mas lamentavelmente o aposenta-

do está no esquecimento. Falo isso com muita perfeição, sobretudo conhecimento de causa que eu tenho membro de minha família. Você está aqui, por exemplo, Paulo Paim, meu velho e querido pai que já foi, que Deus deu a ele um bom lugar, mas tenho minha velha mãe com 85 anos que contribuíram 35 anos e meu pai contribuiu 40 anos. No fim da sua vida, que ele tinha o direito de aposentar com salário digno, aposentou com 660 reais. Ora, contribuiu 40 anos, e no fim da vida, precisava de um dinheirinho mais para comprar um remédio para tratamento de saúde, recebia 600 reais. De forma que projetos como esses eu confesso que me sinto orgulhoso de participar e dar aqui meu voto na certeza que só assim iremos construir um País com certeza com mais justiça social. Parabéns Senador Paulo Paim.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Obrigada, Senador Jayme Campos, com a palavra o Senador Valdir Raupp.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO)** – Eu só queria pedir desculpas, eu gostaria muito de poder ficar aqui até o final da Sessão, mas tem uma reunião de líderes acontecendo, e eu vou ter que...

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Eu agradeço a presença...

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO)** – Está muito extensa a pauta do Plenário.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Com certeza. Agradeço a V.Exª a presença. Muito obrigada.

Bom, parabéns mais uma vez ao Senador Paulo Paim por essa conquista tão importante. Com a palavra V.Exª.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Srª. Presidente, me permita que o nosso Relator Valdir Raupp queria também agradecer a ele. Que ele entendeu os argumentos, não queria criar nenhum obstáculo e naturalmente a gente vai tentar dialogar com o Governo para ver se consegue manter a Emenda no Plenário.

Então, antes do Relator sair eu queria agradecer a ele e todos Senadores e Senadoras e claro, especialmente a V.Exª.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – É um prazer. Que bom. Parabéns mais uma vez.

Item nº. 02 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 277/2004, altera a Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas. Autora, Senadora Lúcia Vânia. Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 44/2004, que altera os artigos 10 e 12 da Lei nº. 9.656 de 3 de junho de 1998 que dispõe sobre os planos e seguros privados

de assistência à saúde para incluir os medicamentos utilizados em medicação assistida entre as coberturas obrigatórias. Autor, Senador Tião Viana, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 187/2002 que altera o art. 12 da Lei nº. 9.656 de 3 de julho de 1998 que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde para facultar a oferta, contratação e vigência de planos segmentados de assistência farmacêutica. Autor, Senador Sebastião Rocha. Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 113/2006. Porque são vários projetos que estão tramitando em conjunto – Que altera a Lei nº. 9.656 de 3 de junho de 98, com a redação dada pela Medida Provisória nº. 2.177/44 de 24 de agosto de 2001 para tornar obrigatória a oferta do regime familiar de plano e assistência à saúde. Autor, Senador Arthur Virgílio. Relator, Senador Augusto Botelho: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 277/2004, dos apensados Projeto de Lei nº. 187/2002, nº. 44/2004, e nº. 113/2006 da forma do substitutivo oferecido. Portanto, eu concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho para proferir o seu Relatório.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Senadora Patrícia, nós já estamos a mais ou menos um ano discutindo esse projeto com os planos de saúde, com as entidades médicas, com o Ministério da Saúde. Mas... ainda agora eu tive mais uma notícia a Frente Parlamentar de Saúde que vai pedir vistas do projeto. Então vou resumir o máximo para a gente ganhar tempo para passar para outro. Está bem? Eu acho que...

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Senador Papaléo deseja... Ele vai primeiro, o Senador Augusto Botelho ler o Relatório, e em seguida V.Exª poderá pedir vistas.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Pois não.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Obrigada.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Projeto de Lei do Senado, PLS 277/2004, autoria da Senadora Lúcia Vânia que altera a lei 9.656 de 3 de junho de 1998. Lei dos planos de saúde. Para permitir oferecimento e contratação de planos de saúde com cobertura reduzida também conhecido como planos subsegmentados. Vou ler a conclusão da análise. O projeto vai receber Emendas também do Senador Sérgio Zambiasi, esses projetos, e especialmente essa matéria da Lei 9.656/98 que prevê obrigatoriedade de cobertura durante o período de internação hospitalar dos medicamentos prescritos pelo médico assistente para segmentação ambulatorial a cobertura está prevista no 10/98. Com o proposto do substitutivo que ora apresentamos a regulamentação referente aos

medicamentos cuja administração seja supervisionada caberá à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Entes do Governo responsável pelo controle sanitário da produção dos processos e insumos e das tecnologias relacionadas a medicamentos. Quanto à constitucionalidade das proposições em análise não há o que obstar. A defesa da saúde é matéria de competência legislativa da União, Estados e Municípios. Esse é o meu Relatório, Senadora. O voto eu não posso proferir ainda, né?

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Obrigada, Senador Augusto Botelho. Com a palavra Senador Papaléo Paes.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Sr<sup>a</sup>. Presidente, eu já tinha conversado com o Senador Augusto Botelho, lido o Relatório dele, e a pedido do Senador Augusto, que é médico, eu, na minha condição de médico, e principalmente do Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, eu solicito vistas para nós discutirmos alguns detalhes do projeto.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Concedido, portanto, o pedido de vistas do Senador Papaléo Paes por até cinco dias.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Muito obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Obrigada também a V.Ex<sup>a</sup>. Vamos ao Item nº. 03. Nós estamos aguardando apenas o Senador Antônio Carlos Valadares. Não é melhor passar para outro? Senador Gim Argello que também não está presente. Vamos ao Item nº. 05, que o Senador Augusto Botelho, o Item nº. 05 V.Ex<sup>a</sup> também é Relator.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – É um item polêmico, houve uma divergência em relação ao Item nº. 05 também uma divergência do ponto de vista jurídico. Em dois... No inciso nº. 640 e 646. Eu gostaria que fosse retirado de pauta hoje e inseridos na próxima Sessão, na semana que vem.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Pois não. Atendido o pedido de V.Ex<sup>a</sup> Senador Augusto Botelho. Item 06 na pauta o Senador Papaléo Paes é que é o Relator. Que é o Projeto de Lei da Câmara nº. 52/2003, que dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental. O autor dessa matéria é o Deputado Cláudio Cajado. Está tramitando em conjunto com outras matérias. O Projeto de Lei da Câmara nº. 99/2003, do Deputado Eduardo Jorge, o Projeto de Lei do Senado nº. 237/2003 do Senador Sérgio Zambiasi, o Projeto de Lei do Senado nº. 504/2003 do Senador Paulo Paim, e o Projeto de Lei do Senado nº. 80/2004, do Senador Edison Lobão. Tramitando em conjunto com o projeto nº. 240/2007

de autoria do Senador Paulo Paim. Concedo nesse momento a palavra ao Senador Papaléo Paes, para proferir o seu Relatório.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Sr<sup>a</sup>. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup>. Senadoras, nós temos aqui um parecer que é bastante extenso que vou tentar resumir, fazendo referência principalmente a todos aqueles que discutiram...

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Pediria só um pouquinho de silêncio para que nós possamos ouvir o Senador Papaléo Paes. Obrigada.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 52/2003, Projeto de Lei nº. 3.137/97 na origem que dispõe sobre exames preventivos de equidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental. O Projeto de Lei da Câmara nº. 52/2003, Projeto de Lei nº. 3.137/90 na origem, de autoria do Deputado Cláudio Cajado foi recebido nesta Casa em 24 de julho de 2003. Sua leitura no Plenário deu-se no dia 29 de julho de 2003, e no mesmo dia foi distribuído a Comissões de Assuntos Sociais e Educação cabendo a primeira iniciativa a iniciar esta matéria. Em primeiro de agosto de 2003, a Comissão de Assuntos Sociais recebeu Emenda à proposição de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Em 16 de setembro de 2004 foi aprovado o Requerimento nº. 1.173/2004 da Senadora Patrícia Saboya Gomes, de tramitação em conjunto com a matéria Projeto de Lei, PLS nº. 504/2003, e 80/2004. No mesmo dia a proposição foi distribuída também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em 7 de julho de 2005 foi aprovado o Requerimento nº 450/2005 de autoria do Senador Papaléo Paes e tramitação conjunta com PLS 237 e 504/2003 e nº 80/2004 e PLC 52... 2003 e nº. 64/2004. Em 13 de março de 2007 foi deferido o Requerimento 188/2007 de autoria do Senador Inácio Arruda, de desapensação do PLC 64/2004 que passa a ser tramitação autônoma. Em 11 de abril de 2007 a Comissão de Assuntos Sociais aprovou parecer favorável ao PLC nº. 52/2003, e 99/2003, e dos PLSs nº. 237 e 504/2003 e 80/04, e pelo acatamento da Emenda apresentada pela Senadora Lúcia Vânia na forma de substitutivo. Em 20 de setembro de 2007, o Plenário aprovou o Requerimento nº. 1.083/2007 de autoria da Senadora Fátima Cleide de tramitação conjunta do PLS nº. 240/2007 em virtude dessa apensação as proposições retornam Comissão de Assuntos Sociais para exame.

Então, Sr<sup>a</sup>. Presidente, eu fiz questão de relatar a participação de todos os Parlamentares que se empenham no sentido de aprimorar, de dar uma visão justa a este projeto, e que logicamente eu descrevo



todo o processamento que culminou no meu voto. E já que todos os Senadores e Senadoras têm o processo em mãos, eu considero como lido o Relatório até o meu voto.

Então, o meu voto é pelo exposto, o voto é pelo arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº. 99/2003, e dos Projetos de Lei do Senado nº. 237 e 504/2003, 80/2004, 240/2007, e pela, aí sim, aprovação no mérito do Projeto de Lei da Câmara nº. 52/2003 na seguinte forma: Projeto de Lei da Câmara nº. 52, substitutivo de 2003. Dispõe sobre ações de atenção à saúde dos portadores de hemoglobinopatia, fenilcetonúria, hipotireoidismo e fibrose cística e altera as Leis nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, e 9.263 de 12 de janeiro de 1996 para tornar obrigatória a realização das ações que especifica. O Congresso Nacional decreta art. 1º os gestores do Sistema Único de Saúde federal ou estaduais municipais e do Distrito Federal promoverão programas de registro, controle e assistência integral às pessoas portadoras de fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, fibrose cística, hemoglobinopatia em especial anemia falciforme que garanta entre outras medidas. Primeiro, cobertura vacinal contra gripe, pneumonia e outras doenças de forma a prevenir agravos intercorrentes; Dois, dispensação sem interrupção da medicação necessárias aos tratamentos; Três, estruturação de uma sistema de vigilância epidemiológicas das doenças citadas no caput; Quatro. Criação e divulgação de material técnico e educativo dirigido respectivamente aos profissionais de saúde e à população; Cinco. Capacitação de profissionais de saúde. Art. 2º, é obrigatória a notificação ao órgão competente ao SUS no caso de hemoglobinopatia, fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e fibrose cística e fibrose cística. Art. 3º. A Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 passa a vigorar com as seguintes alterações. Art. 8º, § 4º. A gestante portadora de anemia falciforme receberá acompanhamento especializado inclusive na assistência ao parto. Art. 10º, § 3º. Proceder a exames visando o diagnóstico e a terapêutica de hemoglobinopatia e de anormalidades na audição e da visão e do metabolismo dos recém nascidos, bem como prestar orientação aos pais. Parágrafo Único. Os exames visando o diagnóstico de hemoglobinopatia e de anormalidades no metabolismo de que trata o inciso III devem incluir no mínimo os destinados a anemia falciforme, fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e fibrose cística. Art. 11º. § III. É obrigatória a realização de exames de acuidade visual e auditiva nos alunos matriculados nos estabelecimentos públicos de educação básica; § 4º. O Sistema Único de Saúde disponibilizará nas unidades próprias contratadas ou conveniadas exames para diagnóstico de anormalidades da visão e da audição e

respectivos tratamentos para todas as crianças de até cinco anos de idade. Art. 229 A. Deixar a autoridade competente de oferecer ações de proteção e recuperação da saúde nos termos do art. 4º, nos termos do § 4º do art. 11º. Pena: detenção de seis meses a dez anos. Parágrafo Único: Se o crime é culposo, pena, detenção de dois meses ou multa. Art. 4º. Parágrafo Único. O art. 3º da Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996 passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso. Art. 3º. § 4º. O aconselhamento genético, especialmente aos portadores de traços falciformes; Art. 5º, esta lei entra em vigor após decorridos os 365 dias de sua publicação. É esse o meu parecer, Srª. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Em discussão o parecer do Senador Papaléo Paes para discutir a Senadora Rosalba, em seguida Senador Flávio Arns.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Srª. Presidente, Srs. Senadores, Srª. Senadora, Senador Papaléo, eu quero parabenizá-lo pelo trabalho, pela Relatoria, mas aqui claro jamais iria votar contrário a uma matéria desta natureza. Mas eu gostaria só de fazer uma observação, nós médicos que é lastimável que a saúde do Brasil ela caminhe como caminha. É lastimável que o Brasil realmente nós tenhamos que fazer leis para dar direito àquilo que já é direito do cidadão. Porque a própria... Os próprios princípios da universalização do Sistema Único de Saúde já fala em saúde integral. Se ela é integral, é para separar todos em todos os sentidos, e em todas as suas modalidades, em todas as suas necessidades. Mas, infelizmente esse é um retrato o quanto a nossa saúde precisa muito avançar e melhorar. Mas o senhor está de parabéns, porque se não for assim, questão de uma importância tão grande que fala da saúde, das nossas crianças, dos nossos recém-nascidos, da competência de podermos detectar problemas que podem ter solução, que podem ser corrigidos a tempo, se não tivermos esses exames e uma série de ações importantes logo no início da vida, nós poderemos ter problemas muito mais sérios. Então fica só aqui essa observação, mas eu quero parabenizar o Senador Papaléo pelo trabalho e dizer que vamos votar favorável fazendo essa redundância. Porque a saúde, SUS, já é um sistema integral. Não haveria necessidade de uma nova lei que vai... Mais leis, vamos dizer assim, detalhando atividades, detalhando setores, detalhando ações, porque na realidade está sendo omitido do povo, principalmente os mais pobres, esse direito.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Obrigada, Senadora Rosalba. Com a palavra o Senador Flávio Arns e em seguida o Senador Cristovam Buarque.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Eu quero também em primeiro lugar cumprimentar o Senador Papaléo Paes pelo Relatório, dizer que o assunto é de extrema importância, porque trata de programas que têm por objetivo, assim, fazer um apanhado geral das crianças que nascem fazendo os testes necessários para a detecção de erros em natos de metabolismo, triagens auditivas, visuais que também têm impacto posteriormente na área da educação, a inserção dentro do Sistema Único de Saúde, de vários aspectos, como, por exemplo, o aconselhamento genético, e então eu acho bastante importante. Agora, eu teria, assim, algumas observações a fazer porque, por exemplo, mesmo no art. 1º, por exemplo, quando há especificação de fenilcetonúria, hipotireoidismo, fibrose cística, hemoglobinopatias, lá no art. 3º que cita o art. 10º, fala em anormalidades do metabolismo. Então não sei se seria mais interessante não especificarmos ou termos o item geral, porque pode eventualmente haver outros exames também na sequência que possam ser acrescidos à lista. A vigilância epidemiológica, estruturação de um sistema de vigilância epidemiológicos das doenças citadas no caput. Eu só não sei também se a expressão “vigilância epidemiológica”, porque realmente ter o estudo, levantamento dos casos é fundamental a dispensação da medicação nem sempre é necessária a medicação, por exemplo, em... Aqui no caso, por exemplo, de fenilcetonúria, a pessoa tem que ter um alimento para o resto da vida, e este alimento, e eu até considero que seja equivalente à medicação. Mas tem muitos Estados que acha que isso é alimento, e não medicação: Quer dizer, a gestante portadora de anemia falciforme receberá acompanhamento especializado. Não sei se só anemia falciforme, ou os outros aspectos também. No Parágrafo Único do art. 10º, diagnóstico de anormalidades do metabolismo. Eu prefiro, como já disse antes, essa expressão à outra. A triagem, diagnóstico de anormalidades da audição e da visão, está escrito aqui até os cinco anos de idade. Eu considero que seria importante haver cinco anos, porque aí se encerra a educação infantil e se inicia o ensino fundamental. A criança tem que completar seis anos na primeira série. Mas eu acho que até na sequência ainda exames de acuidade visual e auditiva deveriam estar feitos. Poderíamos, Senador Papaléo Paes, talvez incluir alguma coisa do teste da orelhinha e do teste do olhinho que é no recém-nascido. Não esperar que os problemas se desenvolvam. E mesmo no art. 4º no aconselhamento genético, era uma das grandes esperanças de muitas famílias no Brasil que o aconselhamento genético esteja incluído dentro do SUS.

Então, eu não sei se especialmente aos portadores do traço falciforme, mas aconselhamento gené-

tico de uma maneira geral, visando a atender isso e outras situações.

Então, a minha dúvida, eu sei que não é terminativo aqui, vai para a Comissão de Educação, mas na Comissão de Educação, vamos dizer, mais do ponto de vista da educação. E aqui mais do ponto de vista da saúde. Eu gostaria porque eu confio muito no trabalho do Senador Papaléo Paes, inclusive nosso Presidente da Subcomissão, se nós talvez não retirássemos de pauta, só para pensarmos um pouco mais nesses aspectos para voltar já na próxima reunião ou em duas reuniões, e nesse meio tempo termos a oportunidade de falarmos com a fibrose cística, com médicos que lidam nesta área para ver se a redação está bem de acordo ou não, e eventualmente, se V.Exª concordar, mas eu estou aberto aí a qualquer outra sugestão. Só para... Porque eu considero um texto assim de tão grande importância que nós poderíamos a partir desse texto fazer uma verdadeira revolução no Brasil.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Srª. Presidente, permita. Senador Flávio Arns, nós tivemos o maior cuidado de fazer o contato com todos esses especialistas ligados às áreas. Mas, eu lhe ouvi atentamente e a intenção, principalmente de V.Exª, eu acho que é deixar bem claro, especificar, detalhar mais não só para que os médicos, as pessoas da área da saúde entendam quando lê aqui entende a profundidade. Mas sim para qualquer um que possa ler interpretar a profundidade do atendimento em saúde dessa clientela.

Então, eu inclusive, se V.Exª desejar, quiser pedir vista, seria muito interessante e eu acataria as suas sugestões. Porque as suas sugestões são para aprimorar e para esclarecer, deixar bem mais claro para o público leigo na área da saúde. É assim que eu vejo. Para não deixar dúvida de interpretação.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Exato. É nesse sentido.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Tecnicamente eu acredito que se...

(falas sobrepostas)

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – A dúvida é se retiráramos de pauta ou pediríamos vista.

(troca de presidência)

**SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – O que seria mais rápido? Retirar de pauta?

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – É a mesma coisa, porque pedindo vistas volta na semana que vem. Eu peço vistas então do projeto. Mas quero dizer assim que eu tenho plena confiança, só para nós, assim, pensarmos um pouquinho mais se está tudo bem claro para eventualmente falaria antes da próxima reunião,



inclusive com o Senador Papaléo Paes, em função de uma leitura mais criteriosa do Relatório todo.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Olha, eu acho que está concedida vista, inclusive eu gostaria até de propor quem tivesse alguma sugestão, alguma avaliação a mais para fazer que encaminhasse para que nós pudéssemos na próxima reunião. Inclusive eu vou aqui como Presidente até colocar já desde já uma questão. Quando se falava na avaliação das deficiências visuais e auditivas, até os cinco anos, lembre-se que no nosso Brasil existe um número ainda muito grande de crianças que não têm acesso ao ensino infantil. Só começam a ir à escola no primeiro grau. A partir dos seis anos. Então acho que aí nós poderíamos acrescentar, daria essa sugestão, até os seis anos, porque seria avaliação no ano que ela... Seis, sete anos. Poderíamos ver isso. Sete anos é o primeiro ano que entra na escola. E com um detalhe, detectada a deficiência essa criança durante a sua vida escolar tem um acompanhamento. Porque senão detecta e ela usa o primeiro óculos e nunca mais vai ter condição de ser avaliada. Fica aqui agora... Senador Paulo Paim.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Só endossando que primeiro, o Relatório do Senador Papaléo Paes, que inclusive rejeita um projeto meu. Mas, faz um substitutivo global, se socorrendo no projeto da Câmara que é bem mais amplo. E acho que é bom então o pedido de vista que eu quero concordar inclusive nas citações da anemia falciforme. Que é fundamental. Eu não sou contra, aqui entre outros, aqui não sai, como está no relatório a questão da anemia falciforme, que pega principalmente os mais pobres e principalmente os negros. E alguém já disse nesse País que pobreza tem cor, e a cor é preta. Então quero aqui endossar o pedido de vista feito, que a gente melhore a redação, amplie, mas quero cumprimentar o Papaléo Paes, nosso médico, nosso Senador, nosso Relator, por ter mantido a questão da anemia falciforme. Só isso.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – E nosso Presidente da Subcomissão de Saúde. (risos) Vistas concedidas, vamos... Item 03. A decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº. 85/2006 que dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca. Autor, Deputado Luiz Antônio Fleury, e o Relator Senador Antônio Carlos Valadares. Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares para proferir seu Relatório.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Projeto de Lei da Câmara nº. 85/2006 é de autoria do Deputado Luiz Antônio Fleury. Obriga a adição de ferro e de ácido fólico nas farinhas de trigo,

milho e mandioca produzidas e comercializadas no território nacional. Inclusive aquelas destinadas a uso industrial, bem como informação nas embalagens das quantidades adicionadas e sobre os efeitos decorrentes de suas propriedades. Caracteriza o descumprimento dessa norma como infração à Legislação Sanitária Federal, sujeitando os infratores às penalidades prevista na legislação correspondente sem prejuízo de sanções civis e penais cabíveis, e determina que os produtos apreendidos por essa razão sejam destinados a programas federais de combate à pobreza depois dos referidos aditivos terem sido a eles acrescentados. Estabelece por fim que a lei em que o projeto vier a se transformar entre em vigor no prazo de seis meses, a contar da data da sua publicação. Encaminhada a revisão desta Casa o projeto foi distribuído à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde foi aprovado com duas Emendas do Senador Flexa Ribeiro. As Emendas suprimiram a farinha de mandioca da obrigatoriedade do enriquecimento previsto em razão da grande parte da produção dessa farinha ser feita artesanalmente, com o que dificulta tanto o processo de enriquecimento como sua fiscalização. Encaminhado ao Plenário, o projeto não chegou a ser votado. Em virtude da aprovação de Requerimento de autoria do Senador Flávio Arns, para que a matéria fosse apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais. O ácido fólico, ou, folato é uma vitamina do complexo B, cuja ingestão, dizem os especialistas, durante a gestação previne a má formação do tubo neural do feto, estrutura precursora do cérebro e da medula espinhal, prevenindo a ocorrência de deformações como a nencefalia, ausência de cérebro, espinha píftida, e meningocoele, defeitos na coluna, que podem resultar em morte, paralisia dos membros inferiores, hidrocefalia e retardo mental. A ingestão de ingestão de ferro, por sua vez, é essencial para a prevenção da anemia ferropriva. Nesse sentido, como muito bem já se manifestou a Comissão, que nos antecedeu na apreciação da matéria, a proposição tem grande mérito, uma vez que a medida permite aumentar a ingestão de ácido fólico, de ferro pela população, especialmente por crianças e mulheres em idade fértil. Razão pela qual a fortificação de farinhas, recomendada pela Organização Mundial de Saúde como estratégia adequada associado a outras ações no âmbito de programas de controle da anemia ferropriva. Também consta do Relatório da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da justificação do projeto a estimativa feita por nossas autoridades sanitárias de que cerca de 45% das crianças brasileiras com até cinco anos de idade, aproximadamente 10 milhões de pessoas, apresentam alto grau de anemia. Esta carência deve ser prevenida e tratada mesmo quando leve, porque

interfere no desenvolvimento e no desempenho intelectual da criança, além de aumentar a vulnerabilidade a infecções. Gestantes também constituem um grupo de risco para anemia carencial, pois ela pode levar o recém-nascido a ter baixo peso além dos problemas acima citados. O custo da fortificação das farinhas é baixo. Cinco centésimos de centavo de real por quilo de alimento fortificado, segundo o Ministério da Saúde. Um valor irrelevante no custo do produto. Ainda que ele venha a ser transferido para o preço final ao consumidor. Em relação às alterações propostas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no que diz respeito à obrigatoriedade de enriquecimento não alcançar a farinha de mandioca, somos favoráveis concordando com suas razões. Cremos, no entanto, que se fazem necessários alguns aprimoramentos ao projeto. Atribuir ao Poder Público, no caso ao órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde a responsabilidade para fixar e alterar os teores com que se fará o enriquecimento e as possíveis excepcionalidades à norma. E adequar os novos requisitos instituídos para rotulagem de produtos aos que já dispõe a lei sobre essa matéria.

Em relação ao primeiro aspecto, a que se prevê a possibilidade de que a autoridade sanitária possa com mais agilidade que a concedida pelo processo Legislativo, fixar e alterar os teores com que se fará o enriquecimento com base no conhecimento científico e informações de vigilância epidemiológica adequado à norma a necessidades da população e à evolução da situação de controle do dano, como por sinal já ocorre atualmente por força de norma infralegal. É preciso considerar também que poderão existir produtos em especial os industrializados na composição dos quais o ferro e o ácido possam causar interferências indesejadas. Seja do ponto de vista da saúde do consumidor, seja por limitações do processamento tecnológico. Nesses casos, a excepcionalidade do fortalecimento deverá ser determinado caso a caso, a critério da autoridade sanitária, e a lei deve prevê que isso possa acontecer.

Por fim, cremos ser necessário dar nova redação ao dispositivo que trata da rotulagem dos produtos. Em primeiro lugar informar sobre os efeitos decorrentes de suas propriedades, do ferro e do ácido fólico, não apenas uma formulação muito vaga para um texto legal. Quais os efeitos? Quais as propriedades? Como entendemos que o rótulo não é o local apropriado para isso. Em segundo lugar, rotulagem de alimentos já é objeto de regulamentos próprios em nível legal e infralegal. Nesse sentido, o melhor é exigir apenas e em adição às informações determinadas nos regulamentos vigentes que nas embalagens de farinhas seja informa-

do que elas são fortificadas. Não há óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa da proposição em comento.

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 85/2006, com as Emendas 1 e 2 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a seguinte Emenda. Ter-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara 85/2006 a seguinte redação. § 1º. O Poder Executivo fixará os teores de ferro e ácido fólico a serem adicionados às farinhas de trigo e milho, alterando com base em informação científica e de vigilância epidemiológica; § 2º, sem prejuízo do que dispõe os artigos 10 e 22 do Decreto-Lei nº. 986 de 21 de outubro de 1969, os rótulos das farinhas de trigo e milho trarão uma das seguintes expressões: Um. Fortificada com ferro e ácido fólico. Dois, enriquecida com ferro e ácido fólico. Três. Rica em ferro e ácido fólico. É o parecer, Srª. Presidente, salvo melhor juízo desta douta Comissão.

*(troca de presidência)*

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Muito obrigada, Senador Antônio Carlos Valadares, como sempre o Relatório de V.Exª minucioso em detalhes aqui para ser discutido agora por essa Comissão. Então nesse momento aqueles que desejem discutir... Senadora Rosalba, para discutir a matéria. O parecer do Senador Valadares.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Senador Valadares, parabênizo pelo seu brilhante parecer. Na realidade, só fiquei aqui uma interrogação. Gostaria de colocar. Será na farinha de trigo e de milho. Eu entendo que a farinha de trigo está na mesa de todo brasileiro. Porque está no pão. Não sei se... Se concentrássemos só na farinha de trigo...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Sim, eu sei, mas se fosse só da farinha de trigo, se seria mais fácil...

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Senadora, na verdade o cuscuz hoje já é um alimento altamente industrializado. Então, as empresas têm como fazer essa adição do ferro e do ácido fólico, de vez que essas empresas têm suporte econômico. Agora, no caso da farinha de mandioca, nós não... Nós aceitamos a sugestão da Comissão de Agricultura, e nós tiramos, porque se trata de uma cultura, de uma produção não tão industrializada. Mas, artesanal, como nós fazemos no nordeste, como V.Exª conhece. De forma que eu acho que a permanência da farinha do milho é importante, a adição, de vez que o cuscuz está sempre na mesa do nordestino. Princi-

palmente do nordestino. Até em alguns hotéis do sul do País já estão adotando o cuscuz como um meio de alimentar os seus hóspedes. E até pessoas que moram, que saíam do nordeste e estão morando no sul, eles utilizam o cuscuz como um alimento fundamental pela manhã.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)**

– Alimento fundamental, de alto teor nutritivo, fortalece muitos nordestinos e que na realidade é muito comum na mesa dos mais pobres, de ser custo realmente mais barato. Então era essa a observação que eu queria fazer, mas também dizer que com certeza isso sendo implantado através da lei que o senhor relatou tão bem, teremos um resultado muito positivo. Porque já aconteceu com o sal. Quando o sal passou a receber por força de lei a ser iodado houve... O Brasil deixou de estar naquele quadro que tínhamos no passado de bócio endêmico e cretinismo que eram dois problemas de saúde muito graves que ocorriam pela falta do iodo. Então hoje todo o sal produzido no Brasil ele obrigatoriamente é iodado. Sal refinado. E isso eu tenho a experiência, tenho forte, porque na nossa região o sal... 96% do sal do Brasil ele é produzido no Rio Grande do Norte.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Essa eu já aprendi pela lição da Senadora Rosalba.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)**

– Na famosa Costa Branca.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Fala exatamente disso.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Senadora Rosalba, V.Exª me concede um aparte?

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)**

– Pois não.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – V.Exª lembra bem, o sal além de dar gosto à comida, mas ele tem uma interferência na pressão arterial. Por isso que nós temos um Projeto de Lei atribuindo ao órgão de defesa sanitária da saúde pública no Brasil, o dever de estabelecer, de fixar o teor de sal nos produtos industriais que são vendidos nos supermercados. Porque nós sabemos que muitas vezes o sal é carregado nos alimentos, e a pessoa ingere aquele alimento sem saber das conseqüências. Por isso que no nosso projeto ele limita, mas essa limitação ela será feita através do órgão específico da saúde pública no Brasil. Esse projeto deve estar aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)**

– Esse projeto é de um grande alcance, porque muitas vezes, principalmente... Tem muitos alimentos que

você compra no supermercado, já industrializados, os temperos, que contém sal em excesso... ou até mesmo contém sal de maneira geral. E aqueles que não podem abusar do sal, não sabem, e começam a usá-los sem ter esse conhecimento, muitas vezes sendo motivo de uma manutenção de uma hipertensão e de problemas até mais graves. Isso é muito... Louvo ao senhor a iniciativa. Porque nós precisamos esclarecer sempre mais e os rótulos têm que conter essas informações importantes. Então quero só aqui Senadora Patrícia, para complementar, dizer que realmente acredito e confio e sei que é de uma importância muito grande que possamos levar o ácido fólico, o ferro, principalmente através dessa forma, através do alimento que está na mesa do brasileiro no dia-a-dia, porque isso vai prevenir inúmeras doenças, e o Senador Botelho sabe disso, quem já cuidou também de gestantes, principalmente as gestantes, o recém-nascido, a criança que são os que mais sofrem com as anemias.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Obrigada, Senadora Rosalba. Com a palavra o Senador Augusto Botelho. Em seguida a votação do projeto.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Só para lembrar que a Associação das Crianças com Deficiência foi que solicitou esse projeto. Porque nos Estados Unidos, que é um País que tem estatística bem organizada, nos casos de mielomeningocele que é uma doença que pode causar paralisia, hidrocefalia, a cabeça grande e até problema mental, era assim, antes de adicionar o ácido fólico na farinha de trigo e no milho, em cada mil criança nascida viva, uma ocorrência dessa doença aparecia. Depois que passaram a adotar o ácido fólico no alimento, a ocorrência passou assim: em cada duas mil crianças que nascia aparecia um caso. Ou seja, caiu para metade o número de criança portadora daquele problema. Então é importante que seja feito isso. Só para ressaltar a importância do projeto que estou citando essa estatística.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE)** – Muito obrigada, Senador Augusto Botelho. Em votação. O parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº. 85/2006, com as Emendas nº. 1 e 2 – CRA. E com uma Emenda que apresenta. Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto vai à Secretaria Geral da Mesa.

Srs. Senadores, não havendo mais nada a tratar está encerrada a presente Sessão. Muito obrigada a todos e a todas.

*(Sessão encerrada às 12h29.)*



**Ata da 2ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de fevereiro de 2008, quarta-feira, às 11:00 horas.**

Às onze horas e trinta minutos, do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGAD DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, GIM ARGELLO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, NEUTO DE CONTO, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA e MARISA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senadores (as) Patrícia Saboya e Rosalba Ciarlini. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senadora Rosalba Ciarlini sugere a inversão de pauta, iniciando-se pela apreciação do item 04, sugestão acatada pelos Senhores Senadores presentes. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 04 – PETIÇÃO (SF) Nº 10, DE 2004** “Encaminha o documento do Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, instando o Senado Federal a apresentar comentários e sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho”. **Autor:** Presidente Da Câmara Dos Deputados. **Relator:** Senador Flávio Arns. **Parecer:** Pela recomendação de medidas a serem tomadas e posterior arquivamento da matéria. **Resultado: Aprovado o parecer.** **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2004** “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas”. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2004** “Altera os artigos 10 e 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os medicamentos utilizados em medicação assistida entre as coberturas obrigatórias”. **Autor:** Senador Tião Viana. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2002** “Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para facultar a oferta, contratação e vigência de planos segmentados de assistência farmacêutica”. **Autor:** Senador Sebastião Rocha. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2006**

“Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a oferta do regime familiar de plano de assistência à saúde”.

**Autor:** Senador Arthur Virgílio. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004 e dos apensados Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2002, nº 44, de 2004, e nº 113, de 2006, na forma do substitutivo que apresenta.

**Resultado: Aprovado o parecer. A matéria vai a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.** **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, DE 2007** “Altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que percebam até três salários mínimos, e dá outras providências”. **Autor:** Senador Paulo Paim. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2007** “Acréscita dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado”.

**Autor:** Senador Valdir Raupp. **Relator:** Senador Gim Argello. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2007, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2007, com uma emenda que apresenta. **Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão, o projeto foi retirado de pauta, pelo relator, para reexame.** Durante a discussão da matéria, o Senador Gim Argello solicita a retirada de pauta para reexame do parecer, tendo em vista Emenda que pretende apresentar. **ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 619, DE 2007** “Consolida a legislação sanitária federal”. **Autor:** Senador Tião Viana. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e com uma correção redacional. **Resultado: Lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Flávio Arns.** **ITEM 09 – REQUERIMENTO Nº 03, DE 2008 – CAS** “Requeiro que a **Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal** realize audiência pública para debater a cobertura de atendimentos à saúde mental pelos planos de saúde. A saúde mental é um aspecto da vida humana que merece uma especial atenção por parte desta Comissão, podendo ser causa de diversos distúrbios que comprometem o desempenho das pessoas, especialmente agravados pelo ritmo de vida que a sociedade moderna impõe. A necessidade de que o setor da saúde suplementar incorpore o atendimento à saúde mental

é, portanto, uma premência da atualidade. Indico como convidados um representante da **Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS**, um representante da **Coordenação Geral de Saúde Mental do Ministério da Saúde**, um representante do **Conselho Federal de Medicina**, um representante do **Conselho Federal de Psicologia** e um representante da **Federação Nacional de Saúde Suplementar – FENASAÚDE**. Acrescento que a Audiência Pública contribuirá com a relatoria do PLS 164 de 2003, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera artigos da Lei nº 9.656, de 1998, dispondo sobre a assistência psicológica no âmbito dos planos e seguros privados de saúde, que me foi confiada por esta Comissão”. **Autor:** Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado. ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008 – CAS** “Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para avaliar o aumento dos valores do Seguro DPVAT incidente sobre motocicletas e as suas implicações sociais”. **Autoras:** Senadoras Patrícia Saboya e Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado.** Os itens 05, 06, 07, 08 e 11 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Gim Argello, José Nery, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Vice-Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – ... Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. **Aprovado.**

Proponho a inversão da pauta para iniciarmos pelo Item 4, já que o Relator Senador Flávio Arns se encontra presente. Então passo ao Senador Flávio Arns para que leia o seu relatório referente à petição de nº. 10/2004, que encaminha o documento do Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados instando o Senado Federal a apresentar comentários e sugestões para aperfeiçoamento do trabalho. Autoria da Câmara dos Deputados e o Relator é o Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Obrigado, Srª. Presidente. Como já foi mencionado, a Câmara dos Deputados encaminhou ao Senado Federal, mediante documento, o Programa de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados. O referido documento transformado no Senado Federal em petição nº. 10/2004 é composto de três projetos: Acessibilidade física, intervenções arquitetônicas, primeiro; segundo, sensibilização, capacitação, e terceiro acessibilidade digital, tecnologia. Esses então... Neste documento foram então analisadas as iniciativas a serem desenvolvidas pela Câmara dos Deputados no projeto de acessibilidade física e intervenções arquitetônicas, com vários produtos esperados, na adequação de vagas, rampas, rebaixamento de guias, calçadas, remanejamento de mobiliários, readaptação de mobiliários, enfim, um conjunto de aspectos que fazem parte desse projeto, projeto de sensibilização e capacitação que tem como objetivo instituir ações para combater o preconceito e a discriminação, além de permitir a inserção das pessoas com deficiência nos ambientes físico e virtual lá da Câmara dos Deputados, sempre com indicadores também para análise e o terceiro projeto que é o Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência, que é o projeto de acessibilidade digital e tecnologia, que tem como objetivo principal tornar os recursos de informática um instrumento de inclusão social.

Eu quero destacar, conforme o Relatório coloca, que aqui no Senado Federal também foi constituído uma Comissão Permanente de Acessibilidade. Houve aqui na Comissão de Assuntos Sociais, na Subcomissão da Pessoa com Deficiência um levantamento completo das condições físicas aqui do Senado em que foram levantados 65 pontos considerados como barreiras às pessoas com deficiência no Senado Federal. E também a partir deste levantamento a administração aqui do Senado procurou remover os obstáculos e elaborando programa assemelhado da Câmara dos Deputados. O programa aqui do Senado é um Programa de Acessibilidade, Valorização da Pessoa com Deficiência. Então iniciou-se com esse trabalho de levantamento físico das dificuldades para se expandir para outros projetos. E o programa do Senado também tem três áreas, que é a acessibilidade da infra-estrutura urbanística e predial, a segunda área, capacitação, informação, sensibilização e valorização, e a terceira área acessibilidade à informação.

Então, também foram, assim, levantados vários aspectos nessa questão da acessibilidade da infra-estrutura urbanística e predial que tem como objetivo planejar e executar ações de adequação da infra-estrutura predial e urbanística do Senado Federal, tor-



nando-a acessível para a pessoa com deficiência. Eu quero dizer que a programação existe no Senado, os grupos vêm se reunindo, e assim a discussão, quer dizer, as ações, a discussão está ocorrendo dentro do Senado Federal. Rampas, adequações, adaptações, inclusive aqui nós precisamos inclusive na Câmara também autorização do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer em função do tombamento do prédio aqui do Congresso Nacional.

Então, tudo tem que ser feito de acordo com uma programação que leve em conta esse fato do tombamento pelo patrimônio cultural, inclusive com o patrimônio cultural da humanidade. É interessante dizer-se que o Senado Federal tem também um convênio técnico com assembleias estaduais do Rio Grande do Sul, Paraíba e Amazonas, e através desse convênio experiências estão sendo compartilhadas para que haja uma ajuda mútua no sentido de se atingir os objetivos voltados para a pessoa com deficiência. Dentro do Senado tem-se procurado dar ênfase para as datas comemorativas das pessoas com deficiência, o Relatório apresenta várias delas, e também existem... Todos nós temos acompanhado campanhas promocionais do Senado com pensamentos muito significativos, como, por exemplo, “com nossas diferenças somos todos iguais”. Foi uma grande campanha aqui no Senado. A outra: “Aprendendo com nossas diferenças”. E a mais recente, “pessoas que fizeram a diferença. Pessoas que fazem a diferença e você, que diferença pode fazer?”. Quer dizer, são perguntas assim bem significativas, inclusive hoje à tarde nós temos uma audiência na Secretaria de Direitos Humanos ainda decorrente da última Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, que é a discussão do acesso das pessoas que têm Hanseníase aos benefícios previstos na legislação, que está sendo assim um problema muito sério e decorrente dessa semana de acessibilidade e valorização não é só a semana, nós acompanhamos depois os temas todos. Muitos projetos em tramitação no Senado, voltados à pessoa com deficiência, que estão listados também nesta avaliação da petição da Câmara dos Deputados, a participação dos funcionários do Senado em termos de eventos tecnológicos sendo realizados no Brasil, como foi o caso da Feira Internacional de Tecnologia e Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade, e eu quero destacar só até com mais detalhe, entre as ações programadas para 2008 enalteço a intenção de contratar para a biblioteca do Senado o serviço de higienização e pequenos reparos de livros, prestado pela APAE do Distrito Federal, que em conjunto com a biblioteca da Universidade de Brasília, UnB, capacitou pessoas com síndrome de down para a higienização de livros. Na

proposta será conveniada com a APAE com APAE do Distrito Federal a contratação terceirizada de quatro educandos da APAE e de um supervisor perfazendo o total de cinco profissionais no contrato. Quer dizer, uma coisa bem interessante que havendo boa vontade, disponibilidade, treinamento e tudo pode haver uma perfeita inclusão social pelo trabalho, quer dizer, os alunos da APAE foram treinados, a parceria com a Universidade de Brasília e eles vem aqui trabalhar na biblioteca, orientados por um supervisor através de um serviço terceirizado.

Então, nesse sentido eu quero também dizer uma questão que considero oportuna é a aproximação dos programas do Senado e da Câmara. As duas Casas, afinal, constituem o Congresso Nacional, a Câmara está fazendo um trabalho bem interessante nesse sentido de promoção, de inclusão da pessoa com deficiência, seja em que aspecto for e o Senado também. Muita coisa tem que ser feita ainda, inclusive existe um cronograma de implantação das atividades.

Então, de modo geral os cidadãos que acorrem ao Senado buscam também na Câmara Federal esse aspecto e é de bom alvitre que as equipes se aproximem e que as duas Casas passem a dialogar acerca da realização de ações conjuntas tratando de maneira unívoca a temática da acessibilidade e valorização da pessoa com deficiência no Poder Legislativo Federal. Tal medida favorecerá sobremaneira o progresso tratamento das questões atinentes à acessibilidade e valorização da pessoa com deficiência no Congresso Brasileiro.

Por fim, considerando as ações anunciadas em 2007, no mês de setembro, se a gente deve se lembrar pela Presidente da República e também pelo Supremo Tribunal Federal, relativamente às questões de acessibilidade em suas instalações, precisamos até perguntar também para o Supremo Tribunal Federal e para o Executivo quais foram as mudanças que aconteceram de setembro para cá, que convém que lhe seja dado conhecimento do programa em curso no Senado Federal, a título de incentivo e contribuição para com os esforços que aqueles poderes já vêm realizando nesse sentido.

Então, conclusão, com essas considerações, recomendo que sejam adotadas as seguintes medidas. São seis medidas: Primeiro, remeter o Programa do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados sugerindo que as coordenações dos programas de ambas as Casas estabeleçam entendimentos e cooperação relativamente ao tema, visando eventual desencadeamento de ações conjuntas; Dois. Remeter o Programa do Senado Fe-

deral de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência os setores competentes da Presidência da República e do Supremo Tribunal Federal; Três. Dar prosseguimento à realização de Audiências Públicas em datas comemorativas das pessoas com deficiência sempre em conformidade com a agenda de trabalhos desta Comissão, vide tabela 1 que são as datas todas; Quatro. Envidar esforços visando acelerar a Relatoria de matérias legislativas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência em tramitação no Senado. Os Projetos de Lei estão na tabela 2; Cinco. Agendar reunião com a participação de representantes da Secretaria Especial de Comunicação do Senado, a coordenação do programa do Senado e Senadores membros da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência dessa Comissão para identificar e eliminar as dificuldades que ainda causam obstáculo, a ampla cobertura pelos intérpretes de LIBRAS na programação da TV Senado.

Esse é um problema, Sr<sup>a</sup>. Presidente, nós temos aqui os intérpretes, a nossa direita também, e que muitas situações, também aqui na frente, e em muitas situações não vem tendo essa possibilidade de fazer a cobertura. Então vamos discutir isso. Se bem que haja o Projeto de Lei, não Projeto de Lei, mudança no regimento na Comissão de Ciência e Tecnologia para que este problema venha ser ultrapassado definitivamente. Esperamos que seja.

Autuar cópia do Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal no processado desta petição procedendo-se em seguida o seu arquivamento. Então este é o... Assim, a consideração, as considerações todas que faço em relação à petição vinda da Câmara dos Deputados. Obrigado, Sr<sup>a</sup>. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Antes de passarmos para aprovação eu gostaria só de aqui louvar, o Senador Flávio Arns, e a Comissão, por essa preocupação que tem sido com a questão da valorização e acessibilidade. Acho que a gente tem que começar pela nossa Casa. Foi assim que o Senado fez. É verdade que nem tudo está completo. Mas estamos avançando. E com relação também à Câmara, a sua proposição de fazermos uma solicitação de informações com relação ao Poder Executivo e também ao Poder Judiciário sabendo como andam as medidas tomadas naquela Casa. E que sirva também de incentivo e de estímulo para todas as Casas Legislativas, para os Poderes Legislativos, para os governos municipais essa preocupação permanente. E que eu sei que no Brasil afora muitas iniciativas têm sido merecedoras do nosso aplauso. Eu quero aqui só dizer que inclusive lá no Rio Grande do Nor-

te eu conheço de perto um trabalho que foi realizado, começou, eu estava ainda como Prefeita da cidade, e que vem continuando de dar oportunidade a essas pessoas, inclusive com cursos de capacitação, hoje os telefonistas dos Municípios eles são todos com deficiências visuais... E tantas outras oportunidades que surgem não somente àquela que já está na lei, mas dar espaço para que outros possam também assumir. Que sirva de incentivo, de estímulo para todos.

E gostaria aqui também de informar ao Senador que na Sessão passada, uma das suas justas reclamações era que a câmera muitas vezes não estava focando a pessoa que faz a língua de sinais. Mas agora quero até dizer à TV Senado, dar os parabéns porque nós estamos aqui com uma câmera exclusiva para dar essa cobertura.

Então, em votação a matéria.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Eu só quero, Sr<sup>a</sup>. Presidente, antes de votar só dizer que a alteração que nós estamos propondo na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e o Relator é o Senador Romeu Tuma, que inclusive já aceitou a sugestão de Emenda, é no sentido de que toda a programação da TV Senado, toda ela, seja no Plenário, seja nas Comissões ou o restante da programação que é uma programação eu quero dizer de alto valor, boa, bem organizada, bem formatada, que ou tenha a legenda ou tenha a janela, como se costuma dizer, para que a pessoa que faz a tradução para a LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais, tenha o seu espaço. Então isso vai democratizar bastante e vai ser algo institucionalizado. E nós temos intérpretes de LIBRAS já formados e tudo, então não há dificuldade. E a questão das Assembléias Legislativas é perfeitamente possível, como V.Ex<sup>a</sup> colocou muito bem, V.Ex<sup>a</sup> quero dizer é uma pessoa como o Senador Augusto Botelho, ou o José Nery também, mas essa integração, essa parceria com as Assembléias Legislativas...

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Com as Câmaras Municipais.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Com as Câmaras Municipais.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Já que temos outros programas já em parceria.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – O Senado está aberto. Inclusive, pessoas do Senado têm viajado para essas assembléias para dizer: pensamos assim, dá para fazer desse jeito, da outra maneira, e vamos nos unir para que a realidade do Brasil mude para melhor.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – É verdade. Porque quem tem

problema de acessibilidade caminhando pelas ruas do Brasil sofre um bocado. Mas aprovada a matéria. Está em votação. Aprovado.

Eu gostaria também aqui de fazer uma comunicação, a Senadora Patrícia que é Presidente da Comissão não pôde estar presente porque se encontra de licença médica.

Agora vamos para o Item 1, cujo Relator é o Senador Augusto Botelho. Trata-se de Projeto de Lei do Senado de nº. 277/2004. Autora, Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº. 9.656 de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas. Ele tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 44/2004, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os medicamentos utilizados em medicação assistida entre as coberturas obrigatórias. Esse Projeto de Lei nº. 44 é de autoria do Senador Tião Viana. Com a palavra o Senador... Ainda tem mais outro, Senador.

Bem, são quatro Projetos de Lei que tramitam em conjunto. Temos também o Projeto de Lei do Senado nº. 113/2006 que altera a Lei nº. 9.656 de 3 de junho de 1998 com a redação dada pela Medida Provisória nº. 2174, 44 de 24 de agosto de 2001 para tornar obrigatório a oferta do regime familiar do plano de assistência à saúde. Projeto nº. 113 é de autoria do Senador Arthur Virgílio. E o Relator é o Senador Augusto Botelho, com o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº. 277/2004 e dos apensados Projeto de Lei nº. 187/2002, nº. 44/2004, nº. 113/2006 na forma do substitutivo que apresenta. Foi concedido vista ao Senador Papaléo no dia 13 de fevereiro de 2008. O Relatório foi modificado e eu concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho para a leitura do novo Relatório.

#### **SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) –**

Bom, o Projeto de Lei do Senado PLS 277/2004 de autoria da Senadora Lúcia Vânia altera a Lei 9.656 de 3 de junho dos planos de saúde para permitir oferecimento e contratação de plano de saúde com cobertura reduzidas e também conhecidos como planos segmentados.

Vou fazer um resumo do Relatório que é ele muito grande, Senadora, são quatro projetos. Vou citar outro Projeto de Lei do Senado nº. 44/2004 de autoria do Senador Tião Viana que altera os artigos 10 e 12 da Lei dos Planos de Saúde para incluir entre outras coberturas obrigatórias os medicamentos utilizados em medicação assistida. Entendido esses como medicamento, fármaco ou substância com intenção terapêutica registrado conforme disposta na Lei 6.360 de 23 de setembro de 76, cuja administração exija um profissional de saúde ou sua supervisão direta em am-

biente hospitalar, ambulatorial ou domiciliar O Projeto de Lei do Senado 187/2002 de autoria do Senador Sebastião Rocha também altera o art. 12 da Lei de Planos de Saúde para facultar oferta à contratação e vigência de planos segmentados de assistência farmacêutica. O projeto permite que plano de saúde inclua em sua cobertura assistência farmacêutica, pacientes em tratamento ambulatorial e hospitalar. Seja pela dispensação de medicamento por unidade de farmácias do serviço de saúde que presta assistência, próprio, contratados, credenciados ou referenciados pela operadora do plano, seja por meio de reembolso nos limite das obrigações contratuais das despesas com medicamentos prescritos por profissional de saúde ou serviço de saúde próprio contratado, credenciado ou referenciado pela operadora. O Projeto de Lei do Senado nº. 113/2006 apresentado pelo Senador Arthur Virgílio e altera a Lei de Planos de Saúde para tornar obrigatória a oferta de planos no regime familiar, com contraprestação auto patrocinada. Isso significa que independentemente da modalidade de constituição da operadora todas terão que passar a oferecer planos pagos pelos titulares com cobertura para membros da família do contratante.

Ademais, a proposição atribui à Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, competência para definir em regulamento os graus de parentesco a serem cobertos, incluindo obrigatoriamente cônjuge, companheiro, companheira, pai, mãe, padrasto, madrastra, filhos, enteados, e menores sob guarda judicial ou tutela do cônjuge, companheiro, companheira do titular.

O PLS recebeu uma Emenda do Senador Sérgio Zambiasi que acrescenta nova disposição ao projeto, segundo o qual as operadoras poderão definir as bases atuariais necessárias para o oferecimento do regime de contratação familiar obrigatória. Outra do Senador José Jorge que torna facultativa e não obrigatória a oferta de planos familiares nos moldes preconizados pelo projeto original. Situação já prevista na Lei em tela.

Da análise. A proposição da Senadora Lúcia Vânia PLS 277/2004 objetiva o oferecimento de planos com coberturas reduzidas, permitindo segmentações principalmente no tocante à assistência farmacêutica exclusiva. Buscando o oferecimento de planos com coberturas menos amplas a fim de reduzir os custos. Preocupação trazida também pela propositura do Senador Sebastião Rocha, que faculta a oferta, a contratação e vigência de planos segmentados de assistência farmacêutica.

No tocante ao setor de saúde suplementar é importante destacar que o cuidado à saúde implica em mecanismos de responsabilização em face as operadoras e aos prestadores de serviços. Deve-se buscar



a garantia integral da atenção à saúde na qual não ocorre a interrupção e a segmentação do cuidado. Assim, a comercialização de um plano de assistência farmacêutica exclusiva não irá atingir as garantias mínimas necessárias à saúde do beneficiário. Cabe esclarecer que a assistência farmacêutica exclusiva não está contemplada na definição de plano privado de assistência à saúde como estabelecido no inciso I do art. 1º da Lei 9.656/98.

Todavia, a assistência à saúde inclui os medicamentos necessários à manutenção da qualidade de vida do paciente. A assistência farmacêutica se torna viável e cumpre seu papel se ofertada em combinação com as segmentações previstas no art. 12 da Lei 9.656/98, pois os beneficiários terão ampliadas as coberturas já garantidas em lei. Desta forma propomos a inclusão da assistência farmacêutica em combinação com as demais segmentações previstas na Lei dos Planos de Assistência à Saúde. O Projeto de Lei do Senado 277/2004, da Senadora Lúcia Vânia, aborda ainda a questão dos planos individuais e familiares. O tema em comento também faz parte do escopo do Projeto de Lei do Senado 113/2006 do Senador Arthur Virgílio, que objetiva tornar obrigatória a oferta de planos com regime de contratação familiar para todas as operadoras. Inicialmente acolhemos aspectos apresentados, tanto no PLS 277/2004 quanto no PLS 113/2006. Porém, há que se esclarecer que as operadoras de planos privados de assistência à saúde na modalidade de autogestão que operam por intermédio de seu Departamento de Recursos Humanos ou entes assemelhados não deve ser incluídas nessa obrigatoriedade, sob pena de inviabilizar esse benefício que é oferecido aos servidores ou empregados. O Projeto de Lei do Senado nº. 13 busca também atribuir à Agência Nacional de Saúde Suplementar a competência de definir em regulamento os graus de parentesco a serem cobertos, incluindo obrigatoriamente o cônjuge, companheiro, companheira, pai, mãe, padrasto, madrastra, filhos, enteados, e menores sob guarda judicial ou tutela do cônjuge. Companheiro ou companheira do titular.

Nesse aspecto, nos parece que a delegação proposta no referido PLS 113/2006 invade competência privativa da União conforme estabelece o art. 22, inciso I da Constituição Federal de 98. Eis que a definição de grau de parentesco é abrangida pela norma que afeta o direito civil. A proposta do Senador Tião Viana PLS 44/2004 demonstra interesse com a integralidade da assistência à saúde, eis que busca tornar obrigatória a cobertura de medicamentos utilizados sob supervisão de profissional de saúde, meta esta compartilhada por este Relator, que aposta na possibilidade de se construir uma assistência mais integral e qualificada.

Especialmente sobre esta matéria a Lei 9.656/98 prevê a obrigatoriedade de cobertura durante o período de internação hospitalar dos medicamentos prescritos pelo médico assistente. Para a segmentação ambulatorial a cobertura está prevista no CONSU nº. 10/1998, com o proposto no substitutivo que ora apresentamos a regulamentação referente aos medicamentos cuja administração seja supervisionada, caberá à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, ente do Governo Federal responsável pelo controle sanitário da produção dos processos insumos e das tecnologias relacionadas aos medicamentos.

Quanto à constitucionalidade das proposições em análise, não há o que obstar. A defesa da saúde é matéria de competência legislativa comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Voto. Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 277/2004 e dos apensados PLS 187/2002, e 44/2004, e 113/2006 na forma dos seguintes substitutivos: O art. 1º do art. 12 da Lei 9.656 de junho de 98 com a redação dada pela Medida Provisória 217744 de 24 de agosto de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação. Art. 12, C. Cobertura de medicamentos utilizados na forma de medicação assistida sobre prescrição médica administrados em ambiente ambulatorial. 8º. Quando incluir a assistência farmacêutica a cobertura de medicamentos reconhecidos por órgão oficial para tratamento laboratorial ou domiciliar prescritos pelo médico assistente. B. Reembolso nos limites das obrigações contratuais de despesas feitas pelo beneficiário com medicamentos reconhecidos por órgão oficial prescritos pelo médico assistente. Quarto... Terceiro revogado. Quarto. § 3º. Considera-se medicação assistida para efeitos desta lei o medicamento fármaco ou substância com intenção terapêutica registrado conforme o disposto na Lei 6.360 de 23/09/76 cuja administração em ambiente hospitalar, ambulatorial exija profissional de saúde ou sua supervisão direta para fins do disposto no parágrafo anterior caberá à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, definir os medicamentos cuja administração exija um profissional de saúde ou sua supervisão direta. § 6º. A segmentação a que se refere o inciso VIII deve ser ofertada em conjunto com uma das segmentações previstas nos incisos I e IV desse artigo. § 7º, a cobertura dos medicamentos de que trata o inciso VIII desse artigo poderá ser dispensada por farmácia própria ou por rede credenciada, contratada, cooperada ou referenciada. O art. 2º, o art. 16 da Lei 9.656 de 3 de junho de 98 com a redação dada pela Medida Provisória 217744 de 24 de agosto de 2001 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º renumerando-se o Parágrafo Único com o § 1º. Todo

consumidor titular de plano individual ou familiar será obrigatoriamente entregue quando de sua inscrição cópia do contrato do regulamento ou das condições gerais dos produtos de que trata o inciso I e o § 1º do art. 1º além de material explicativo que descreva em linguagem simples e precisa todas suas características direitos e obrigações. § 2º revogado. Terceiro. Vou fazer uma pequena alteração nele na redação aí. É obrigatória a oferta do regime de contratação familiar desde que o ônus integral da contraprestação da assistência à saúde seja do titular do plano, em vez de beneficiário vai passar a ser do titular do plano. É uma orientação da nossa Assessoria Parlamentar. Exclui-se... § 4º. Exclui-se da obrigatoriedade a que se refere o § 2º deste artigo as operadoras de planos privados e de assistência à saúde na modalidade de autogestão que operam por intermédio de seu Departamento de Recursos Humanos ou órgãos assemelhados. Art. 3º, a Lei entra em vigor no prazo de 180 dias a contar da data de sua publicação. É esse meu parecer.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, passamos à votação. Srs. e Srªs. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. O projeto vai à Comissão de Meio Ambiente... Aprovado. O projeto vai à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. E aproveito para parabenizar o Senador Augusto Botelho que, com certeza, teve um grande trabalho de poder analisar tantos projetos em conjunto, todos sobre uma matéria de alta relevância, importância para a população, que fala de assistência farmacêutica, mas com sua experiência como médico, com certeza, isso foi de fundamental importância para o bom resultado do seu Relatório. Parabéns.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Muito obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Passamos ao Item 2. Decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado nº. 345/2007. Altera dispositivo da Lei nº. 10.802/2003 e da Lei nº. 8.213 de 1991 para limitar em 20% da remuneração ou do benefício disponível o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que percebem até três salários mínimos e dá outras providências. O autor da matéria é o Senador Paulo Paim. Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 276/2007, “acrescenta dispositivo à Lei nº. 10.820 de 17 de dezembro de 2003 para permitir ao titular de benefício de Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignados”. O

Relator é o Senador Gim Argello, cujo parecer pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 276/2007 e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 345/2007 com Emenda que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Gim Argello para proferir o seu Relatório.

**SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF)** – Muito obrigado, Presidente. Srªs. e Srs. Senadores é uma matéria muito interessante tendo em vista que trata-se de todos os aposentados que ganham até três salários mínimos e que tem idade superior a 60 anos. Peço a autorização da Srª. Presidente para ir direto ao Relatório.

Encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais deliberação nos termos do art. 90, inciso I e C do Regimento Interno do Senado Federal os projetos de Lei nº. PLS 276/2007 de autoria do nobre Senador Valdir Raupp, e o nº. 345/2007 de autoria do Senador Paulo Paim. Que tramitam em conjunto por força da aprovação do Requerimento 1.325/2007 apresentado pelos Senadores Antônio Carlos Valadares e Inácio Arruda. O PLS nº. 276/2007 acrescenta dois novos §§, 7 e 8º ao art. 6º da Lei 10.820/2003, para permitir aos titulares do benefício de regime geral de Previdência Social bloquear a qualquer tempo a realização de descontos referentes a empréstimos como consignação em folha de pagamento, ficam ressaltados os descontos já autorizados referentes a empréstimos anteriormente contratados. O PLS 345/2007 em seu art. 1º altera a redação do inciso I do art. II do art. II da Lei 10.820/2003, de modo a limitar a 20% da remuneração disponível a soma dos descontos sob empréstimos consignados em folha de pagamento quando o tomador tiver idade superior a 60 anos e renda mensal inferior a três salários mínimos. O limite de 20% também é introduzido no inciso V do art. 6º da norma em tela para alcançar os benefícios pagos a aposentados e pensionistas com idade acima de 60 anos e renda até três salários mínimos. O art. II PLS nº. 345/2007 introduz novo parágrafo, inciso VII ao art. 6º da Lei nº. 10.820/2003 para garantir aos titulares de benefícios de aposentaria e pensão do RGPS o direito de terem suspensos os descontos de prestação de empréstimo em folha de pagamento sempre que declararem expressamente que tais empréstimos não foram realizados pela norma proposta. Caberia às instituições financeiras comprovar contratação contestada.

Por fim, o art. terceiro do PLS nº. 345/2007 modifica o inciso VI do art. 115 da Lei nº. 8.213/1991 para determinar que o desconto de pagamento de empréstimo, financiamentos e operações de arrendamento mercantil ficam limitados a 20% do benefício previdenciário no caso de tomadores com idade superior a 60 anos e renda mensal inferior a três salários mínimos.



Os demais beneficiários continuam sujeitos ao limite de 30%. Não foram oferecidas Emendas ao projeto.

Análise. Compete a essa Comissão nos termos do art. 100 do RISF apreciar os PLS nº 276/2007 e 345/2007 e encaminhá-los à Comissão de Assuntos Econômicos para decisão terminativa. A primeira proposição não apresenta problemas de natureza constitucional, legal, regimental ou de técnica legislativa. Quanto ao mérito do PLS 276/2007 acredito que os inúmeros casos de fraude contra aposentados e pensionistas sob a forma de falsos empréstimos sobre consignação e folha de pagamento justificam a criação de um mecanismo de bloqueio ou suspensão de desconto. Ocorre que a proposta contida no PLS 276/2007 está atendida de modo mais adequado no PLS 345/2007. Por esta razão entendo que somente a segunda proposição deve prosperar com a conseqüente rejeição da primeira. O PLS nº. 345/2007, porém traz um vício de constitucionalidade ao utilizar o salário mínimo como referência para renda dos tomadores de empréstimo, sob consignação. Isso fere o art. 7º, inciso IV da Constituição que veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim. Para corrigir tal deficiência, apresentamos Emendas nº. 1, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, que substitui a expressão até três salários mínimos por 1.200 reais. Em relação ao estabelecimento de limite diferenciado para desconto em folha de pagamento do empréstimo sob consignação contratados por trabalhadores e beneficiários do regime geral de Previdência Social, com mais de 60 anos de idade que recebam o equivalente até três salários mínimos conforme consta do PLS 345/2007 atende-se obrigação do Estado nos termos do art. 230 da Constituição proteger as pessoas idosas, particularmente as de mais baixa renda. A regra proposta, portanto, é pertinente e merece ser acolhida, ressalvada a questão da vinculação do salário mínimo tratada na Emenda que apresento.

Voto. Pelo exposto voto pela rejeição do PLS 276/2007 e pela aprovação do PLS 345/2007 com a seguinte Emenda, substitua-se no art. 1º e 3º a expressão “até três salários mínimos” por “até 1200 reais”. Sala das Comissões, data de hoje. Muito obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Em discussão a matéria.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA)** – Srª. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Senador Nery. Senador Flávio Arns solicitou primeiro e depois o senhor.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Não, ele pode primeiro.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA)** – Obrigado. Srª. Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, Srs. Senadores, a iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Valdir Raupp vem de encontro a uma necessidade de pôr termo a uma situação que nós convivemos com as populações mais empobrecidas do nosso País onde se encontra presente uma massa de trabalhadores aposentados e pensionistas da Previdência Social que em sua grande maioria recebem salário mínimo ou até três salários mínimos, no máximo. Indica que a necessidade de pôr termo a uma verdadeira extorsão a que vem sendo submetidos pelo sistema financeiro, o sistema bancário, porque os empréstimos consignados em folha de pagamento, e por isso talvez em geral obedeçam a uma taxa de juros menor do que as demais, porque é o tipo de empréstimo sem risco algum. Por isso que a taxa de juros é menor. Mas, não é menor o acinte, à agressão, à extorsão praticada contra essas pessoas, não apenas pelo sistema bancário, mas muitas vezes para atender a necessidade de membros da família, os aposentados e aposentadas se transformam numa fonte de financiamento dos... Para os mais variados objetivos e distantes daquilo que seria o objetivo principal da aposentadoria, que de garantir aos idosos condições dignas de vida, de sobrevivência, e que a sânia(F) da acumulação do sistema bancário, sistema financeiro, que tem muitas vezes a ajuda de membro das famílias que inadvertidamente ou propositadamente se utiliza dos empréstimos consignados para que o recurso do aposentado, dinheiro curto e pequeno, nós todos sabemos aqui acaba indo para o objetivo que não aquele de garantir a dignidade das pessoas que trabalharam, deram o seu suor para construir esse País, para produzir, e que na idade quando idoso, na melhor idade, como nós queremos que assim o seja, acabam vítimas dessa verdadeira espoliação, dessa verdadeira exploração.

Portanto, o projeto de autoria do Senador Paulo Paim e do Senador... E também do Senador Valdir Raupp, aqui relatado pelo Senador Gim Argello, tem o sentido fundamental de preservar os direitos dos aposentados e aposentadas desse País, que é a grande massa que recebe até três salários mínimos, quando os aposentados da zona rural especialmente percebem apenas um salário mínimo os pescadores e os lavradores, os agricultores familiares, em geral, portanto, é um projeto da maior relevância, tendo em vista por um termo a essa situação insustentável. Porque claro, ao mesmo tempo que o empréstimo consignado também pode servir aos interesses do próprio aposentado, e seria bom que quando concedido esses empréstimos consignados servisse à melhoria das condições do próprio aposentado, mas muitas vezes ele serve a

outros objetivos, e, portanto, coibir do ponto de vista formal e legal essa prática, esse abuso que muitas vezes é cometido com os vencimentos dos aposentados, é fundamental.

O Senado, com essa medida, oferece um instrumento fundamental para garantir que um direito assegurado constitucionalmente, que o direito à aposentadoria mesmo com parcos vencimentos, porque aposentadoria está muito longe daquilo que seria adequado para a sobrevivência desses trabalhadores e trabalhadoras aposentados, mas fico feliz de aprovarmos aqui na Comissão essa medida que garante essa salvaguarda aos aposentados brasileiros. Parabéns ao Senador Paulo Paim, e ao Relator Gim Argello que com certeza projeto esse que receberá a unanimidade, a aprovação unânime dos membros desta Comissão. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Com a palavra o Senador Flávio Arns. Senador Gim Argello, depois do Senador Tuma que também já se inscreveu.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Da minha parte eu quero... A exemplo do que o Senador José Nery também já fez, enaltecer o projeto, a autoria do projeto, Senador Paulo Paim, a Relatoria do Senador Gim Argello, eu estava conversando com o Relator a respeito da minha preocupação de colocar o valor de 1200 reais no texto da lei. Porque daqui a dois anos, três anos, quatro anos, com a inflação, nós teríamos que alterar o texto da lei para atualizar os valores. Mas o Relator, o Senador Gim Argello já me falou que já existe uma... Vamos dizer, um entendimento com a Comissão de Assuntos Econômicos onde tem o caráter definitivo de acrescentar algum índice, alguma coisa reajustado de acordo com o índice de inflação, correção de salário, o que a legislação permita para que não haja necessidade de alteração todo ano da legislação.

Agora, eu só queria repercutir um pouco mais o que o Senador José Nery falou muito apropriadamente em termos da exploração a que essas pessoas são submetidas. A gente fica imaginando alguém que faça empréstimo com desconto em folha. Qual que é o risco da instituição financeira que corre ao emprestar para alguém que vai descontar em folha? Não tem nem despesa administrativa, nada, porque está lá, está na folha, lá vou tirar 500 reais todo mês do empréstimo que está sendo feito. Não tem risco absolutamente nenhum. O que é que a gente considera agiotagem no Brasil? Antigamente se falava do agiota. O agiota era aquele que emprestava por um juro duas vezes, três vezes, quatro vezes maior. As instituições financeiras estão emprestando esse dinheiro num juro aí de 3,

4% ao mês, quando... Ao mês. Quando a inflação é de 4% ao ano. Ou seja, estão emprestando esse dinheiro dez vezes por um percentual dez vezes maior, pelo menos, do que a taxa da inflação. 30, 40% ao ano. E aí a gente olha nos jornais e vê que as instituições têm lucro de oito bilhões, sete bilhões, nunca tiveram tanto lucro na vida. E entre esse lucro, quer dizer, tem muitas coisas que dão esse lucro, mas é uma vergonha que esse lucro venha de pessoas simples, de pessoas que estão muitas vezes aí emprestando, como o José Nery colocou, emprestando dinheiro por necessidade familiar e pagando um juro de agiota. Extorsivo. De 3%, 4%. Isso é uma vergonha. Acho que tínhamos que pegar esse projeto aqui, Senador Gim, se V.Ex<sup>a</sup> concordar até, e colocarmos aqui. Porque o Executivo festeja que o juro caiu de 4 para 3 ou para 2. A gente não pode aceitar. O que seria uma coisa justa? Ser o dobro da inflação? Duas vezes a inflação? Pelos custos administrativos... Se a inflação é 0.4 ao mês.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Ou rendimento da poupança.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Aí a instituição financeira vai dizer, bom eu não empresto, porque não vou ter o lucro.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Mas o dobro do rendimento da poupança.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Mas eu acho que temos que dar um basta para essa agiotagem oficial, autorizada pelo Banco Central, pelo Executivo, e que vem na verdade fazendo com que o sistema financeiro enriqueça e o povo precisa cada vez mais pagar com o seu esforço o enriquecimento da agiotagem no nosso Brasil. Acho que muitas coisas são difíceis de serem feitas, mas essa eu acho que deveríamos, no sentido de peitar e fazer. Não pode. Acho que o Relator seria ovacionado pelo Brasil, se nós como Comissão de Assuntos Sociais preocupados com essa situação do empréstimo extorsivo, taxas extorsivas, que a gente colocasse alguma coisa. Aproveitar esse andamento do projeto e dizer: Isso vai dar repercussão. Porque verificar oito bilhões lá, vamos dizer que fique mais quinhentos bilhões em função desses empréstimos do lado de cá, do lado do povo. Não sei se a gente poderia fazer alguma coisa, Sr. Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Com a palavra o Sr. Relator.

**SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF)** – Sr<sup>a</sup>. Presidente, concordo com o Senador Flávio Arns, já apresento já uma Emenda verbal e vou anexar ela no processo ainda hoje, se for da vontade de todos os Senadores aqui presentes, dizendo que o teto de empréstimo para essa categoria até que a base da pirâmide nacional

dos aposentados que até três salários mínimos, não pode ser nada assim escorchantes como nós estamos vendo esses Bancos lucrarem bilhões e bilhões em cima dos aposentados, que como muito bem colocou o Senador José Nery e o Senador Flávio Arns que não pode significar que os mais humildes possam pagar por esse volume de juros tão grande. Então essa proposta de colocar que no máximo, no máximo, juros cobrados para a Emenda seria seguinte. O máximo juros cobrados dos aposentados que ganham até três salários mínimos seria, no máximo, três vezes o valor do rendimento da poupança para poder pagar os custos bancários. Acho que duas vezes já é excelente número. Mas se for três vezes vai ser metade do que estão pagando hoje. Eu deixo aqui... Vamos colocar duas vezes. Duas vezes. Então se é consenso duas vezes, então eu apresento a Emenda como duas vezes o valor máximo para esses empréstimos, para que seja feito empréstimo consignação que não existe risco nenhum para a instituição bancária porque é fruto de trabalho de mais de 30, 40 anos do aposentado, é direito que ele tem de ter o seu salário todo mês que os Bancos para emprestar para esse nível salarial tem que ser no máximo duas vezes o rendimento da poupança. Rendimento oficial da poupança. Incluindo as taxas.

Então, essa é a Emenda que eu apresento agora se for aceita por todos já fica apresentado e apresento fisicamente. Se não peço o processo de volta e apresento na próxima Sessão.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Passo a palavra para o Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Senador Presidente, muito obrigado. Eu, Senador Gim Argello, eu ia aqui fazer um retrospecto e quando se criou empréstimo desconto em folha aqui no Senado eu era o Primeiro Secretário. Uma das grandes preocupações era a taxa de juros que poderia ser cobrada. Tem um teto estabelecido. E todo mês os Bancos eram obrigados a dar publicidade dos juros que estavam cobrando. Então, era o teto estabelecido... Não sei como é que está hoje. Então, os Bancos eram selecionados aqui para o empréstimo aos funcionários com desconto em folha com teto de juros a ser cobrado. E todo mês eram obrigados a apresentar a taxa e as despesas correspondentes a esses empréstimos. Não havia a possibilidade de o Banco fixar o juro que quisesse. E outra coisa também que me preocupa, dentro desse projeto, e eu não li por completo, Senador Arns, Senador Gim Argello, é que quem tira empréstimo num Banco não pode tirar em outro. Porque senão ele vai ter a dificuldade muito maior. Então ele abriu a porta do empréstimo, ele fecha até pagar o outro. Para ele

não ter a possibilidade de tirar dois, três empréstimos e amanhã passar fome.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – O senhor já coloca aqui. Outra coisa, o senhor falou em agiota, eu tenho aqui uma preocupação regulamentar o factoring. Que é outra fonte em que a pessoa num desespero não poder mais tirar empréstimo consignado, o aposentado, ele pega um cheque e desconta numa factoring. Então são coisas que a gente tem que começar a regulamentar para dar uma assistência. Nós fizemos uma homenagem aos aposentados, mas não adianta falar bem do aposentado, que construíram a riqueza do País. É fazer o que os Senadores estão dizendo, é a gente ajudar numa fiscalização que às vezes no desespero eles não raciocinam. Tem alguns programas de televisão que atualmente estão explicando o que representa os juros que não é fixo 1,20, ou 1,0. Tem uma série de coisas que o Banco acrescenta. Não estou criticando o Banco, não. Eu estou falando que o problema de que a pessoa tem que saber o que vai pagar. Hoje ninguém quer mais vender a vista, Senador Gim Argello. Nada. Querem vender a prazo porque o lucro está nos juros. Não está mais na mercadoria. Então acho que se pudesse dar uma opinião a V.Ex<sup>a</sup>, retirar e a semana que vem trazer bem redigido. Trazer bem redigido, trocar idéia com... E a semana que vem o senhor troca idéia com o Senador Arns e com as Assessorias...

(falas sobrepostas)

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Redigido já com a...

**SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF)** – Sr<sup>a</sup>. Presidente...

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Uma que é do Senador Romeu Tuma, de ficar para a semana que vem essa Emenda para ser bem redigida. Até porque eu reconheço que tem detalhes que precisam ter um maior resguardo. A matéria é realmente de um mérito muito grande. Porque é importante. Ela vem beneficiar pelo menos dar condições de mais controle àqueles que menos recebem na aposentadoria e conforme os senhores colocaram e é verdade, nós sabemos, no dia-a-dia a gente encontra aposentados contando, passando por essa situação de desespero, que fez o empréstimo, fez o segundo, e quando da aposentadoria não ficar nada não tem mais nem o que comer.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Presidente, a senhora foi à missa ontem do nosso querido e saudoso colega Senador Jonas Pinheiro? O senhor foi também? A senhora viu a mensagem, a pregação



sobre o Ministro que devia muito foi perdoado a dívida, e o outro que devia para o Ministro ele mandou para a cadeia? Nós estamos nessa situação.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – É verdade.

**SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP)** – Do evangelho. Estamos na situação do evangelho. Não podemos abandonar o aposentado quando ele não tem mais condições de pagar... De ter desconto em folha. Porque ele não tem... Ele não tira do bolso para pagar e fica devendo. Não tem inadimplência nesse caso. Empréstimo é pago, agora se ele vai passar fome ou não é outra coisa que a gente...

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – O banqueiro não está querendo saber disso, não. Nós é que temos a responsabilidade social de protegê-los.

Então, gostaria de propor o seguinte: A proposição do Senador Tuma é que voltaríamos a rever essa matéria, essa Emenda já, ou então como nós temos outros itens a serem analisados e aguardar até o final quando... Se o tempo for suficiente para redigir...

**SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF)** – Sr<sup>a</sup>. Presidente, eu acho que o bom senso nos disse que é melhor então, já que todos Senadores concordam e dentro da sugestão do nobre Senador Romeu Tuma, voltar... Eu fico novamente com o projeto, e devolvo na próxima Sessão aí com Emenda bem redigida, bem construída dentro disso tudo que nós escutamos aqui até para que a nossa Comissão possa prestar um grande serviço aos aposentados do País. É uma chance ímpar que temos de realmente pegar a base da pirâmide dos aposentados e dar pelo menos a nossa contribuição já que amanhã é o Dia Nacional dos Aposentados, fizemos Sessão de homenagem, na semana que vem nós podemos fazer isso, vamos construir junto com a Assessoria Legislativa aqui do Congresso uma Emenda que não tenha outras dificuldades até nas próximas Comissões que esse projeto vai passar. No meu modo de ver é um dos projetos que agora tramita no Senado dos mais importantes que vejo tramitando nessa Casa, até porque fala fundo da base da pirâmide brasileira dos aposentados, aqueles que realmente já fizeram por onde. Porque se a senhora imaginar isso, eu escutei o Senador Flávio falando e o Senador Tuma, não existe risco algum para o sistema bancário. Esse dinheiro...

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – É só lucro.

**SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF)** – Só lucro. Então, eu peço mais uma semana que eu vou cuidar com essas idéias colocadas aqui com maior carinho, vou apresentar uma emenda na próxima semana muito

bem construída com a Assessoria Legislativa da Casa para que a gente possa realmente fazer um bem para aqueles mais humildes, aqueles que realmente precisam dos legisladores.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Se todos estão de acordo nós aprovamos. Fica retirado para reexame e na próxima reunião eu espero que já esteja realmente pronta porque essa matéria é de uma importância muito grande e é uma homenagem, encerro a discussão. Sem discussão vamos só na próxima reunião votar. É de importância muito grande e os nossos aposentados merecem esse alento, em tantas dificuldades principalmente os que menos recebem são os que passam mais angústias. Não serem explorados. Porque impressionante, Senador Flávio Arns. É impressionante. Como são... Como a oferta que chega, a forma como chegam, é de uma maneira tão sutil, inclusive deixando muitas vezes deixar bem claro, são pessoas muitas vezes que não têm muito conhecimento do sistema bancário, que não tem conhecimento, é verdade. Que têm um certo nível de alfabetização também pequena... Então são muitos... Eles chegam com uma conversa tão bonita que infelizmente eles se sentem... e faz um, faz dois, e depois estão passando as maiores angústias, as maiores dificuldades. Parabéns. Eu acho que a nossa Comissão hoje está de parabéns pelo seu Relatório, pela participação de todos por tratar de um assunto que vai, com certeza, beneficiar os nossos aposentados, aqueles que recebem menos de três salários mínimos. Então, aprovado. A decisão para que seja apresentado no próximo... Na próxima reunião.

Vamos agora ao Item 3. É uma decisão também não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 619/2007. Consolida a legislação solidária federal. Autor Senador Tião Viana, Relator Senador Augusto Botelho. O parecer favorável ao projeto com sete Emendas e uma correção redacional. Esclareço ainda que o novo parecer foi entregue hoje e está sendo distribuído aos Srs. Senadores. Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho para proferir o seu Relatório.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Sr<sup>a</sup>. Presidente, antes de iniciar esse meu Relatório gostaria de fazer uma observação em relação ao Projeto de Lei do Senado 277 que relatei anteriormente. No último parágrafo quando eu coloquei assim “exclui-se da obrigatoriedade a que se refere o art. 2º”, era para ser o art. 3º, porque o art. 2º já tinha sido revogado. Ok? Só essa reverência para poder ficar registrado em Ata.

Bom, passamos agora para o novo projeto. Esse projeto é um projeto de consolidação. Ele não faz alterações substanciais em nenhuma das leis que foram



compiladas nesse único projeto. É um projeto de autoria do Senador Tião Viana. Um trabalho muito bem feito que eu apenas trabalhei para fazer a terminação dele.

Projeto de Lei do Senado nº. 619 de consolidação de autoria do Senador Tião Viana consolida a legislação sanitária federal. Na forma do que dispõe o art. 13 da Lei Complementar nº. 95 de 26 de fevereiro de 98. Em atenção a esse normativo que confere e conforme nos informa sua justificação, o projeto reúne a legislação federal vigente até o momento de sua apresentação em matéria de saúde resultando num texto composto de nove livros, com a seguinte estrutura e origem. Livro um. Do Sistema Único de saúde, SUS, que reúne a Lei Orgânica de Saúde, a Lei 8.142/1990, e a lei que trata da extinção do Instituto Nacional da Assistência Médica e da Previdência Social; Livro dois, da saúde suplementar que contempla os conteúdos da Lei dos Planos de Saúde da lei que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar e outras que cuidam desse assunto; Livro três. Da vigilância sanitária. Que consolida dispositivos que tratam da vigilância sanitária contidos em 14 leis. Um Decreto-Lei e uma Medida Provisória. Incluindo entre eles a lei que define o sistema nacional de vigilância sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a ANVISA. O Decreto-Lei que institui normas sobre alimentos, a lei que institui a vigilância sanitária sobre medicamentos, correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos de interesse para a saúde e que dispõe sobre o controle sanitário do comércio desses produtos; Livro quatro, do sangue, componentes e derivados que reúne dispositivos das leis que regulam a doação de sangue, as atividades hemoterápicas estabelece o ordenamento institucional indispensável à sua execução e a que cria a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia; Livro cinco. Do controle de agravos e doenças que reúne as leis sobre vigilância epidemiológica e o programa nacional de imunizações, a que obriga a manutenção de programa de controle das infecções hospitalares pelos hospitais do País. A que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata. A que define as diretrizes de política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de hepatite. E as que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de HIV e doentes de Aids e portadores de diabetes; Livro seis, da atenção à saúde que consolida entre outras as leis de planejamento familiar e de transplantes e as leis que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionam o modelo assistencial em saúde mental; Livro sete, das datas, dos eventos, e dos símbolos relacionados com a saúde, que consolida as leis que institui a comemoração dos dias nacionais. Dia Nacional da

Saúde, de combate ao fumo, de prevenção e combate à hipertensão arterial, do biomédico e outras similares. E que institui o uso obrigatório do emblema distintivo das organizações nacionais de saúde; Livro oitavo. Das infrações a legislação sanitária federal, que trata das infrações a legislação sanitária federal, cuja base é a Lei de nº. 6.437 de 20 de agosto de 1977 que configura infrações a legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas para o qual foram transferidas todas as disposições referentes a tipificação e apenamento de sanções a infrações dispersas nas demais normas consolidadas e que assim deixam de ser referidas nos livros que tratam da matéria respectivas; Livro nove, disposições finais. Que trata das cláusulas de revogação e de vigência.

A matéria vem a apreciação dessa Comissão em atendimento ao que determina o art. 213 “B” do Regimento Interno do Senado Federal. Que atribui apreciação de Projeto de Lei de consolidação a Comissão que guarde maior pertinência com a matéria. Em nossa análise, deveremos nos pronunciar sobre o atendimento ao princípio de preservação do conteúdo original das normas consolidadas. Não foram oferecidas Emendas ao projeto.

Análise, Sr<sup>a</sup>. Presidente e Srs. Senadores. O presente Projeto de Lei de consolidação atende à norma legal e constitucional referida e reúne a legislação federal em vigor em matéria de saúde, ordenando de forma lógica e sistemática os dispositivos legais sobre a matéria. Como é do conhecimento de todos que labutam no setor de saúde, as leis federais que tratam de matéria de saúde constituem um conjunto enorme e desarticulado de leis, Decretos, Medidas Provisórias, disperso e de difícil acesso para quem tem necessidade de conhecer, aplicar e servir-se delas. Nesta consolidação dessa forma atende ao mandado para que as leis sejam consolidadas segundo matérias conexas ou afins e ao objetivo de facilitar o conhecimento, a interpretação, a aplicação e alteração daquele conjunto de normas. O Projeto de Lei de consolidação em apreciação respeita o princípio de preservação do conteúdo normativo original dos diversos diplomas legais consolidados, mantendo o texto original de cada um deles. As modificações introduzidas não alteram o mérito das normas consolidadas e se restringem ao permitido pela Lei Complementar nº. 95/1998 em especial a seu § 2º do art. 13. Os textos contingenciados vigentes na data de elaboração do projeto.

Por fim, mas não menos importante, é o entendimento que temos de que a existência de uma consolidação de uma legislação sanitária federal contribuirá também para o acesso do cidadão ao conhecimento da lei facilitando o exercício de seu direito à saúde. Ini-

ciada a tramitação na matéria nessa Casa recebemos sugestões para o seu aprimoramento por parte do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar e do Conselho Federal de Medicina. Algumas das sugestões referidas partiu de um entendimento equivocado das determinações constitucionais e legais que regem a consolidação das leis. Na medida em que se propunham alterações ao conteúdo normativo das mesmas. Outras, no entanto, identificaram falhas que precisam ser corrigidas. Entre as lacunas apontadas está a omissão de uma palavra em um dos dispositivos consolidados. A omissão de um dispositivo inteiro. Em outro ponto, e um erro de remissão. Um problema mais grave apontado por aquelas contribuições consistiu na não consolidação de determinado dispositivo que se encontra sub judice. Objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação ao qual foi concedida liminar. Esse dispositivo não foi consolidado em decorrência do entendimento de que não... De que a ação já tinha transitado em julgado.

Por outro lado, em decorrência de decretos revogatórios e decretos de revigoração de atos editados cumpre ressaltar dois dispositivos do projeto que deverão ser alvo de Emendas supressivas por não corresponder a realidade do ordenamento jurídico nacional conforme opina o Conselho Federal de Medicina. O mesmo raciocínio se aplica ao dispositivo... para exame de relativa revogação implícita do decreto. Por fim cumpre sob perspectiva redacional chamar atenção para redação da palavra lei constante no art. 1º do projeto que deverá ser grafada com inicial maiúscula. As sugestões das entidades citadas forneceram assim contribuições importantes para a correção dos erros que identificaram e para o aprimoramento do projeto.

Meu voto, Srª. Presidente, Srs. Senadores. Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 619/2007, consolidação com a correção redacional mencionada e com as seguintes Emendas. Emenda um da CAS: Suprima-se a expressão... São poucas. A expressão: a extinta Secretaria de Vigilância Sanitária constante no Parágrafo Único do art. 59 ficando o dispositivo acima redigido. Art. 59, Parágrafo Único. Constituída a ANS com a aplicação do seu Regimento Interno pela Diretoria colegiada ficará a autarquia automaticamente investida no exercício de suas atribuições. Emenda 2. Inclui -se a palavra cooperativas no enunciado do § 2º do art. 89 ficando o dispositivo com a seguinte redação. Incluiu-se na abrangência desse título as cooperativas que operem os produtos de que tratam o inciso I do § 1º bem as-

sim as entidades ou empresas que mantêm sistema de assistência à saúde pela modalidade de autogestão ou de administração. Emenda nº. 3. Inclua-se o art. 90 no PLS nº. 619/2007, consolidação, renumerando-se os demais e inclusive suas emissões com a seguinte redação. Estão aqui todos descritos abaixo não vou cansar os Srs. Senadores, já têm conhecimento de todos. Emenda nº. 4, dê-se ao art. 125 do PLS 619 a seguinte redação... Aqui também incluída. E Emenda nº. 9, 6 e 7 são duas Emendas supressivas. Suprima-se o inciso I do art. 640 do projeto renumerando-se os demais, Emenda 7, suprima-se o 641 do projeto, renumerando-se os seguintes. Este é o meu voto, Srª. Presidente, meu parecer.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Srª.** Presidente, eu considero o projeto importante, como se coloca, consolida a legislação sanitária federal com alterações, algumas alterações propostas, e como é um assunto da maior relevância, e que exige da gente também um debruçar sobre isso eu peço licença ao Senador Augusto Botelho, que é uma pessoa assim totalmente vinculada à questão social e um companheiro de lutas assim importante dentro desse Senado Federal para pedir vistas do projeto. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) –** Está concedida vistas. Por cinco dias, para que o senhor e os demais Senadores possam avaliar melhor o projeto. Realmente é da mais alta importância e eu quero mais uma vez, Senador Augusto Botelho, parabenizá-lo porque também como médica da área de saúde eu sei o quanto é importante que esteja tudo consolidado sobre a vigilância sanitária, mas sei também que há detalhes que são bastante trabalhosos para que a gente possa chegar ao melhor resultado.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Srª.** Presidente, realmente o trabalho quem começou foi o Tião Viana. Nós temos trabalhado juntos nessa terminação agora aqui, e é bom que seja mais analisado mesmo. Porque nós estamos consolidando o projeto. Nós não estamos alterando nada dentro da lei. Vai ficar melhor para todos os brasileiros, inclusive para as pessoas poderem se utilizar dos direitos da saúde.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) –** Então, vistas concedidas. Senador Flávio Arns. E vamos aprimorar cada vez mais o projeto.

Item 9. Requerimento do Senador Flávio Arns. Requeiro que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal realize Audiência Pública para debater a

cobertura de atendimentos à saúde mental pelos planos de saúde. A saúde mental é um aspecto da vida humana merece especial atenção por parte dessa Comissão podendo ser causa de diversos distúrbios que comprometem o desempenho das pessoas, especialmente agravados pelo ritmo de vida que a sociedade moderna impõe.

A necessidade que o setor da saúde suplementar incorpore o atendimento à saúde mental é, portanto, a premência da atualidade. Indico como convidado o representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, um representante da Coordenação-Geral de Saúde Mental do Ministério da Saúde, um representante do Conselho Federal de Medicina, um representante do Conselho Federal de Psicologia e um representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar, FENASAÚDE.

Acrescento que a Audiência Pública contribuirá com a relatoria do PLS 164/2003 da autoria da Senadora Lúcia Vânia que altera artigos da Lei nº. 9.656 de 1998, dispondo sobre a assistência psicológica no âmbito dos planos e seguros privados de saúde que me foi confiada por esta Comissão. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro... Pois não, Senador.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Presidente, quero só dizer da oportunidade da discussão desse tema. E, portanto, a iniciativa do Senador Flávio Arns merece ser acolhida para que nós possamos ter mais informações já que essa questão do atendimento à saúde mental é realmente uma questão de atualidade e não está muito claro nos planos de saúde a necessidade ou a obrigatoriedade desse atendimento.

**SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Muito bem, Sr. Senador Eduardo Azeredo, o senhor que também é Presidente da Subcomissão das Pessoas com Deficiência. Presidente. (risos) E o Senador Flávio é o vice. Realmente se fala em pessoas com deficiência, nós também temos que pensar nessa deficiência que hoje na vida moderna é muito mais comum do que imaginamos. Problemas de ordem psicológica, de ordem psiquiátrica estão presentes pode ficar certo na grande maioria, olhe, olhe se não em todas as famílias brasileiras. E essa vida hoje de muita competitividade, inclusive nós estamos cientes que na era moderna é talvez a doença que mais se propaga. E nós precisamos não somente ter a cobertura, saber como apoiar através dos convênios

suplementar, mas gostaria também de colocar uma questão. Nós precisamos saber, Senador Flávio, Senador Argello, Senador Augusto, todos os Senadores aqui presentes, é como anda a assistência psiquiátrica no nosso País. Que resultados estamos tendo das mudanças que foram feitas. Acho que é de importância muito grande. Sei que essa audiência não deverá ser em conjunto, mas em breve também vou apresentar um requerimento, já anuncio aqui já apresentando de viva-voz para que possamos discutir a assistência à saúde mental dentro do sistema SUS. Alterações aconteceram, houve uma política de desospitalização justa, por um lado, de certa forma com alguns problemas por outro, então acho que nós precisamos ver isso porque tem-nos chegado, não somente através da imprensa, recentemente, no final do ano o jornal O Globo trazia matérias que informava sobre o aumento de pessoas que estão nas ruas, pessoas com problemas mentais em função de uma política de desospitalização. Então acho que tudo isso tem que ser analisado porque são seres humanos e merecem de todos nós respeitos, e seres humanos que têm solução. Porque a grande maioria dos casos de doenças psicológicas, psiquiátricas mentais elas podem ser controladas e elas podem ser curadas. Então fica aqui já esse aviso para um segundo momento quando nós poderemos tratar.

Mas já em votação Requerimento para audiência solicitada pelo Senador Flávio Arns sobre a cobertura de atendimento a saúde mental sobre os planos de saúde suplementares. Srs. Senadores e Sr<sup>a</sup>. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 10. Requerimento de autoria da Senadora Patrícia Saboya e da Senadora Rosalba Ciarlini. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para avaliar o aumento dos valores do seguro DPVAT incidentes sobre motocicletas e as suas implicações sociais. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Em votação o Requerimento. Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Os demais itens da pauta ficam adiados para a próxima reunião por se tratar de matéria terminativa.

Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada essa Sessão.

*(Sessão encerrada às 12h58.)*



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

### Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de fevereiro de 2008.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Valter Pereira, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Gerson Camata, Maria do Carmo Alves e Raimundo Colombo. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Neste momento, a Senadora Fátima Cleide, por solicitação do Ministério da Educação, informa que, todos os Senadores membros desta Comissão, estão automaticamente inscritos como delegados na Conferência Nacional de Educação Básica – CONEB, a ser realizada nos dias 16 e 17 de abril. Prosseguindo, a Senadora Rosalba Ciarlini requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para iniciar a deliberação pelo item 11, o que é aprovado. **Item 11: Requerimento nº 01/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que requer “...com base no artigo 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, II e 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 403, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos. Para a realização da Audiência Pública deverão ser convidados: Maria do Pilar Lacerda, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC; Reynaldo Fernandes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC; Maria Auxiliadora Seabra Rezende, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED; Cleuza Rodrigues Repulho,

Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Juçara Maria Dutra Vieira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e Paulo Renato Souza, Deputado Federal”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo a Presidência retoma a pauta. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa, que “Acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o parecer é favorável na forma do substitutivo oferecido. Nesse momento, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 002/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, requer “... nos termos regimentais, a realização de uma Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, que ‘Acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância’, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Educação; Representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES e Representante de Universidades Coordenadoras de Pólos”. O Requerimento é aprovado. A tramitação da matéria fica sobrestada na Comissão até a realização da Audiência Pública. **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 075, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Gomes que, “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte. (Determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis da educação básica)”. A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável, com a emenda oferecida, é aprovado. **Item 05: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Cícero Lucena ao **Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Insere o inciso VII no art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor que as licenças periódicas dos profissionais da educação tenham a duração mínima de um ano e sejam concedidas pelos sistemas de ensino a cada sete anos de trabalho.” O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2007**, de



caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Cacoal, no Estado de Rondônia”. O relator designado ad hoc, é o Senador Paulo Duque e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Vilhena, no Estado de Rondônia”. O relator designado ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “Inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus, no Livro dos Heróis da Pátria”. A relatora designada ad hoc, é a Senadora Fátima Cleide e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01 – CE, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 067, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Pedro Fernandes, que “Denomina Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na BR-135, ligando a ilha de São Luís ao continente, no Estado do Maranhão”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer favorável é aprovado. **Item 12: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse dos Conselheiros do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a realizar-se no dia 14 de fevereiro do corrente, às 10 horas, no Auditório, Térreo do Edifício-Sede do Ministério da Educação”. **Comunicado 02:** “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do ofício nº 43/2008, de Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, com informações complementares ao Requerimento de Informação nº 971/05 – PLEN (Requerimentos nºs 27/05 – CE e 09/06 – CE) de autoria de Sua Excelência o Senador Wellington Salgado”. Nesse momento, os Senhores Senadores Cícero Lucena e Romeu Tuma requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, de Aditamento e Requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 001/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena que, requer “... nos termos regimentais, a inclusão do Ex – Senador Wilson Matos, autor do projeto, para participar de Audiência Pública, aprovada na reunião do dia 12 de fevereiro de 2008, destinada a

instruir o Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2007, que ‘Institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB)’”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 003/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma que, requer “... tendo em vista que a Escola de Samba Vai-Vai de São Paulo consagrou-se campeã do Carnaval 2008 desenvolvendo o enredo ‘Vai-Vai acorda Brasil’; que teve como tema a questão da Educação no Brasil, mostrando que milhões de crianças brasileiras, por uma extrema defasagem na Educação, fazem parte de um processo injusto de exclusão social, e, no sentido de ampliar o debate sob o ponto de vista do livro ‘Acorda Brasil’, que serviu de inspiração para o enredo desenvolvido pela escola, e de autoria do Dr. Antônio Ermírio de Moraes, e sobre o trabalho social desenvolvido junto a comunidade Vai-Vai, nos termos do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública com os Srs. Edmar Tobias da Silva, Presidente da Escola de Samba, e Dr. Antônio Erminio de Moraes, autor do livro ‘Acorda Brasil’, que serviu de inspiração para o enredo desenvolvido pela Escola, em data a ser oportunamente marcada”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2007, Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 073, de 2007 e Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 296 de 2007**. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bom dia a cada uma, bom dia a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Dou bem-vindas a todos os Senadores e Senadoras, depois do merecido período de recesso. O ano

passado não foi dos mais tranquilos, e manifesto em nome de todos da Comissão os nossos pêsames pela perda que a Senadora Marisa Serrano sofreu nessas últimas semanas com o falecimento de sua mãe. Receba nossos sentimentos, Senadora.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)**

– Sr. Presidente, com a sua permissão eu gostaria de pedir uma inversão de pauta para que fosse logo votado o Requerimento de minha autoria para... sugerindo Audiência Pública para discutirmos um Projeto de Lei que trata da questão de avaliação do magistério.

Então, por se tratar de uma questão que eu considero de mais alta importância, pode contribuir muito para a melhoria da qualidade do ensino, eu pediria ao senhor a inversão de pauta para que pudéssemos votar logo esse Requerimento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu ponho em discussão com os demais membros da Comissão, tendo em vista que outros também têm urgência. Eu quero saber se a Comissão está de acordo. A Presidência não tem nada contra.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)**

– Se também fosse possível, Sr. Presidente, eu gostaria da inversão da pauta para o Projeto de Lei da Câmara nº. 75, não terminativo, para que a gente pudesse...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senadora, é o primeiro item da pauta já que é o não terminativo, e os terminativos não temos aqui quórum. Então, já está aceita a sua sugestão. Eu...

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sr. Presidente, só também em relação ao Item 2, já que vai ser votado o Requerimento, que é um projeto terminativo, mas considera-se importante que a gente possa debater mais a questão de aulas presenciais, periódicas, cursos à distância... Porque várias dificuldades vêm surgindo pelo Brasil, inclusive no meu Estado em relação ao reconhecimento dessa modalidade de educação. Então nós estamos apresentando um Requerimento para que seja feita uma Audiência Pública em relação a esse Item 2 da pauta, para que através da audiência tenhamos subsídios, assim, para melhor apreciar o projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador quer submeter pedido de Audiência Pública no momento oportuno? Ou... Independente da pauta. Muito bem. Tá bom. Mas vamos julgar isso nessa Sessão. Porque acho bastante pertinente. Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Presidente, desculpa. Acho que hoje nós estamos aqui nos requerimentos. Se V.Exª lembra, quinta-feira passada

o Senador Suplicy prestou uma homenagem à escola Vai Vai, e pelo tema escolhido, e entre as homenagens nós pudemos prestá-la a V.Exª e ao empresário Antônio Ermírio. Suplicy nos convidou para desfilar. V.Exª disse que talvez o Presidente da Vai Vai poderia fazer um discurso melhor do que o senhor dançar na avenida. E nós nos propusemos a convidar para explicar o que é que ele sentiu e pôr como tema a importância da educação para acordar o Brasil. E eu queria saber se V.Exª concorda que a gente possa convidá-lo para que ele traga alguma coisa do que sentiu na composição do tema apresentado pela escola vencedora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Concordo plenamente. Vamos colocar em votação em breve, e... Que seria... Creio muito positivo. Para criar um clima educacionista nesse País. E não se tiveram oportunidade de assistir o desfile final dela já vitoriosa, no final carregaram uma bandeira do Brasil imensa escrita: educação é progresso. E é uma bandeira que eu ofereci à escola de samba e eles aceitaram colocar no encerramento do discurso. Grande bandeira. Bem, vamos para o final. Eu vou fazer...

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Senador Cristovam.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senadora Fátima.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Para entrarmos no clima educacionista e em defesa da educação básica, esta Comissão... Tenho a honra de ter sido indicada por V.Exª para constituir a Comissão Nacional organizadora da primeira Conferência Nacional de Educação Básica. E eu tenho um informe bem breve, depois gostaria até de ter em outro momento, um tempo maior para detalhar o que vai ser a conferência, mas essa conferência ela vai discutir todos os aspectos da educação básica, e principalmente a questão da valorização profissional dos trabalhadores em educação. E para isso claro que vai ser dada uma ênfase ao regime de colaboração. E nós temos um prazo, e por isso eu peço à Comissão neste momento que me permita informar, para o dia de hoje, como a gente teve recesso, eu tive oportunidade no outro momento, mas hoje encerra-se a inscrição para os delegados. E eu queria informar que todos os membros da Comissão de Educação do Senado Federal e da Câmara são delegados natos à conferência, que vai ocorrer de 14 a 18 de abril, aqui em Brasília no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Então o nosso gabinete está à disposição para informações, os Senadores que pretenderem, eu acho muito importante que todos nós participemos desta conferência integralmente, uma vez que ela vai se dar durante

uma semana e vai reunir mais de dois mil delegados de todo o Brasil. As conferências estaduais já tiveram seu prazo concluído, a última eu tive oportunidade de participar no Estado do Pará, também foi a conferência mais maciça, com 2.500 delegados.

Então, só para deixar aqui o informe da necessidade de que hoje seja feita, é feita por internet, inclusive, a inscrição dos delegados. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado. Quando chegar o momento oportuno vou sugerir que a Comissão se tiver Sessão nesse dia, vá em peso participar da conferência.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Com certeza. É uma semana de conferência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu sei. Então tem um dia de nossa reunião a gente faria lá.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Na terça-feira lá.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Diluídos, obviamente como delegados e não como entidade a parte. Quero votar o pedido da Senadora Rosalba. O projeto dela em primeiro lugar.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Permite só pela solidariedade do senhor com a nossa Senadora Marisa, eu queria também transmitir a preocupação e a solidariedade com o Estado de saúde dos nossos Senadores Jonas Pinheiro e Aloizio Mercadante, que se encontram internados.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – É verdade. Ontem eu liguei para saber do Senador Aloizio Mercadante, de fato ele está numa situação... Não de nenhum risco obviamente de vida, mas de um certo sofrimento para se recuperar. Senador Jonas, eu já soube tarde da noite não pude entrar em contato ainda.

Os que estiverem de acordo com a inversão da pauta permaneçam como estão. Está aprovado. Então vamos para o Item 11, que é não terminativo. É um Requerimento que a Senadora Rosalba poderia fazer a apresentação em vez de eu ter que ler isso aqui.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Certo. Sr. Presidente, antes de fazer a apresentação eu gostaria aqui também de somar a solidariedade aos nossos colegas Marisa Serrano, pela perda incalculável da sua mãe, que hoje há sete dias partiu para estar ao lado de nosso pai eterno, e também a preocupação que estamos em solicitar não somente a solidariedade nas orações de todos nós com nosso colega lá do Estado do Mato Grosso, Jonas Pinheiro, que ontem

sofreu um enfarte, e que o seu Estado é preocupante. E também ao colega Aloizio Mercadante, que também se encontra em tratamento de saúde.

Bem, o Requerimento... Passo a ler o Requerimento. Com base no art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinados com os arts. 90 II e 93, I e II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação destinado a instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 403/2007 de autoria do Senador Wilson Matos. Para realização da Audiência Pública deverão ser convidados Maria do Pilar Lacerda, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Reinaldo Fernandes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Maria Auxiliadora Seabra Resende, Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação. Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, UNDIME, Jussara Maria Dutra Vieira, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE e Paulo Renato Souza Deputado Federal.

A justificação, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o PLS nº. 403 do Senador Wilson Matos pretende destituir o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica, ENAMEB para aferir o desempenho dos docentes das instituições públicas de ensino no efetivo exercício do magistério, avaliando suas habilidades para ajustar-se as exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão. Relacionados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. A proposição prevê ainda que o ENAMEB seja desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Além disso, o exame seria acompanhado e questionado a levantar o perfil dos professores e suas condições de trabalho, o que permitiria melhor contextualização e interpretação dos resultados obtidos. Tais resultados deve-se ressaltar seriam divulgados de maneira agregada sendo o desempenho individual fornecido exclusivamente a cada professor.

A preocupação que motivou o PLS é louvável. De fato, desde meados do ano de 1990, o País avançou na construção de um abrangente sistema de avaliação da educação que contempla informações valiosas para gestores de todas as esferas do Governo.

Entretanto, esse sistema tem sido baseado em registros administrativos, e na avaliação de rendimento dos alunos, inexistindo avaliação dos conhecimentos gerais ou habilidades pedagógicas dos docentes. Não obstante, a proposta que institui mecanismo de



avaliação docente não é nova, e enfrenta considerável resistência especial nas entidades representativas do magistério. Em 2003 o Ministério da Educação pretendeu instituir o Exame Nacional de Certificação de Professores, um procedimento de avaliação individualizado destinado a promover parâmetros de formação e métodos profissionais para docentes em exercício do cargo. A medida foi intensamente contestada, e assim tem sido Sr. Presidente para medidas contestadas, e por ser um assunto que gera uma polêmica e uma preocupação muito grande dos professores, dos trabalhadores, dos educadores do nosso Brasil, que nós achamos por bem que ela seja debatida em uma Audiência Pública, possamos ouvir a todos os representantes tanto da área governamental como da área dos profissionais, e assim possamos fazer o melhor juízo que possa vir. Com certeza a nossa intenção dessa audiência é contribuir para o avanço da qualidade do ensino. Sabemos que os professores bem preparados, professores estimulados, professores... Se eles estiverem bem realmente preparados, nós vamos ter claro uma educação melhor, um ensino de melhor qualidade.

Então, é este o motivo porque estamos solicitando essa Audiência Pública, para que possamos debater mais esse assunto, contextualizá-lo melhor e conseguirmos avançar no melhor para o ensino do Brasil.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Está em discussão.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Para discutir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador com a palavra.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Presidente, pela preocupação exposta pela Senadora Rosalba, bem como pela importância do tema e até pelo autor do projeto, o Senador Wilson Matos que é um profundo conhecedor da área de educação, e conseqüentemente está propondo algo que mereça a reflexão de todos nós, eu quero me solidarizar com a Senadora Rosalba no sentido de acompanhá-la na defesa dessa Audiência Pública para que nós possamos aprofundar esse tema tão relevante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Duque. Está ligado o microfone, Senador.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Se por acaso já foi feito nesta Comissão algum tipo de reunião nesta natureza. Ou é a primeira vez?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – De Audiência Pública ou sobre esse assunto?

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Esse assunto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não. Não, sobre esse assunto, não ainda. É a primeira vez.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Então cumprimento a ilustre Senadora e estou pronto para colaborar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito bem. Obrigado, Senador. Eu ponho em discussão, os que estiverem a favor permaneçam como estão. Está aprovado. Vamos marcar a data para o Requerimento e parabenizo a Senadora pela iniciativa. Senadora Rosalba. Nós vamos...

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Só um questionamento, se permite.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Sim.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – O Senador Wilson Matos é um Senador suplente. E quando da sua presença aqui, ele apresentou esse projeto. Então, eu pergunto que além desses nomes que estarão na Audiência Pública não seria uma boa oportunidade de convidá-lo para que ele se fizesse aqui presente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito boa a sugestão. Faremos esse convite.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Concordo plenamente. Acho que a sugestão foi excelente do Senador Cícero.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Submeto ao voto. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está incluído a nome do Senador Wilson. E agradeço ao Senador Cícero a lembrança. Falta um único, para termos quórum suficiente para terminativo, eu passo ao Item 3, não terminativo, que é do Deputado Eduardo Gomes, Relatoria Senadora Marisa Serrano, parecer favorável que altera a Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 96 que estabelece diretrizes e base da educação nacional no tocante ao ensino da arte. Determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis da educação de base. Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Obrigada, Sr. Presidente. O projeto do Deputado Eduardo Gomes ele objetiva, como V.Ex<sup>a</sup> disse, alterar as leis de diretrizes e bases da educação nacional para incluir o ensino da cultura, especialmente em suas expressões regionais, na composição do currículo obrigatório dos ensinos fundamental e médio.



Eu queria fazer apenas uma pequena digressão, dizendo que na LDB o ensino da arte é obrigatório, e o que o Deputado procurou inserir é da arte da cultura nas suas manifestações regionais.

Nessa Casa nós fizemos já um debate muito grande quanto às manifestações regionais quando foi feita aqui uma Audiência Pública para discutir o audiovisual, e para discutir essa interiorização do País. Eu lembro que os Senadores que estavam presentes aqui discutiram por longas horas quão importante é nós darmos a público, a toda a sociedade, condições de trabalhar as questões locais, regionais. Mas eu queria fazer uma proposta, e apresentei uma Emenda à proposta do Deputado Eduardo Gomes, que eu achei de bom tom, porque o ensino da arte é muito mais abrangente e muito mais global do que da cultura. E queria propor aos Srs. Senadores e ao Presidente, que essa Emenda que eu estou sugerindo poderia continuar a ter o mesmo espírito do que o Deputado objetivou, mas garantindo a amplitude da discussão da arte.

Então, em vez de colocar o ensino da arte e da cultura, especialmente em suas expressões regionais, poderíamos retirar “e da cultura”, e a proposta ficaria “o ensino da arte”, o que está na LDB, “especialmente em suas expressões regionais”, nós estamos dando uma abertura para que as expressões regionais sejam incluídas mais fortemente no ensino da arte, e continua a LDB. Constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis de educação básica de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Então a única modificação que eu ia sugerir aos Srs. Senadores é a... Nós pudemos aqui retirar essa expressão “e da cultura” Porque aí nós mantemos o espírito da LDB que foi tão discutido para que a arte flua em todas as suas amplitudes não restringindo a idéia de que a arte é uma coisa, cultura é outra, e deixaria só a arte, e mantendo as expressões “regionais” que é tão importante para esse País pela diversidade e pela expressão eu falo continental que tem o nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de então apresentar essa Emenda, e a minha Emenda é a seguinte. Suprima-se a expressão “e da cultura”, constante no § 2º do art. 26 da Lei 93, 94 e 96, nos termos propostos pelo art. 1º do PLS 75/2006. Eram essas as minhas considerações e a Emenda que eu apresento ao projeto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Para encaminhamento Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Eu queria, se me permitisse, cumprimentar a Senadora Serrano pela inteligente Emenda que apresentou. Porque quem anda pelo interior do Brasil, Senador, eu tive essa

oportunidade nas missões que recebi durante o meu trabalho na segurança, a gente sente a importância da arte localizada. Principalmente no nordeste, mesmo em São Paulo, nos litorais...

Então, a arte local é uma cultura geral que tem que chegar no Brasil inteiro. Ela está inserida. A cultura está inserida na arte. Então é correto que a gente tenha que desenvolver dentro do programa da LBA a arte como matéria na busca da... Até às vezes da profissionalização de pessoas que trabalham com grandes artistas na feitura de obras regionalizadas. E tem coisas bonitas, viu Senador. A gente se encanta. Eu viajo, meu maior prazer é ir na Casa de Cultura onde tem a arte local para comprar alguma coisa que enfeite as nossas casas. E sempre tem a assinatura de alguém que às vezes não teve nem escola, mas tem a arte na própria condição de vida.

Então, eu cumprimento V.Ex<sup>a</sup>, acho brilhante a sua idéia, e vamos pedir urgência para aprovar isto aí. Eu fui... Só desculpa, Senador, estive em Pernambuco, numa região... Acho que umas duas horas longe de Recife. Não lembro agora o nome da cidade. Eles imploraram ajuda dos Senadores para que pudesse desenvolver a arte local, que é conhecida no Pernambuco inteiro. E tem os grandes artistas que trabalham com o barro.

Então, aquilo me encantou. E eu acho que a senhora vem praticamente casar aquela ansiedade que a gente tem de ajudá-los com o interesse público em obrigá-los.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)**  
– Sr. Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senadora Rosalba.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)**  
– Gostaria só de também parabenizar mais uma vez a nossa brilhante Senadora Marisa Serrano. Ela colocou, realmente fez como diz assim, ela colocou o confeito no bolo. Ela deu aquele detalhe especial. Porque na realidade eu também sou defensora, sempre fui, de que nas escolas a arte... O ensino da arte seja obrigatório. E agora quando nós reforçarmos para que seja obrigatório não somente o ensino da arte de uma maneira geral, mas valorizando os valores regionais, a nossa história, a nossa cultura, eu fico muito feliz porque pelo no nordeste, é verdade, Senador, nós nordestinos temos muito arraigando o valor das nossas raízes. Aos nossos cordéis, à nossa música, as nossas danças, à nossa história. E na minha cidade, quando Prefeita, eu pude começar um movimento que hoje é reconhecido no Estado do Rio Grande do Norte, inclusive colocando Mossoró muitas vezes assim que me deixa envaidecida como a capital cultural do Estado,

e foi todo pautado sobre as raízes da nossa terra, da nossa gente. Por exemplo, um grande espetáculo que é realizado anualmente no dia 13 de junho, quando é o dia de Santo Antônio, na rua em frente a uma igreja onde foi palco um dos pontos palco da luta entre... (soa a campainha) Da cidade, da luta da cidade, da resistência da cidade ao bando de lampião. E onde nessa luta houve a morte de Jararaca, o famoso cangaceiro, também de Colchete. Então isso são coisas que estão na história e é vivenciado e feito por alunos das escolas, com a participação das crianças do PET, com os nossos artistas, com direção de João Marcelino, que é um Diretor do nosso Estado.

Então, nós estamos trazendo a rua para dentro da escola. Hoje existe na nossa cidade, em parceria, ao município, a Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, um festival de teatro. Das escolas de ensino fundamental.

Então, isso tudo eu acho que é importantíssimo para o desenvolvimento cultural. E temos também no 30 de setembro um grande espetáculo que já foi dirigido por diretores de alto conceito nacional, como Fernando Bicudo, Gabriel Vilela, tivemos também a presença de Amir Adac(F) que foi quem começou esse trabalho contando os fatos que marcaram o grito de liberdade da escravidão, na guerra do Paraguai, a época que houve aquela questão do motim das mulheres, a questão do primeiro voto feminino que marcou... Então tudo isso é história que vai cada vez mais estando participando do processo educacional. E aí nós puxamos para valorizar o cordel, o poeta popular, a valorização das nossas músicas, das nossas danças, do nosso folclore.

Então acho que a Senadora Marisa está de parabéns e obrigada a todos os colegas, Senadores e Senadoras, Sr. Presidente, por nos ter dado esse espaço tão generoso para que pudesse aqui colocar o quanto é importante arte como obrigatório nas escolas, como obrigatório na vida desde os pequenininhos para fazer crescer o ensino e a cultura nacional.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Antes de passar a palavra ao Senador Cícero, gostaria de pedir mais atenção dos nossos membros da Comissão, estamos discutindo um assunto muito importante. É uma mudança que parece simples, mas é substancial um Projeto de Lei que veio da Câmara. Se mudarmos o projeto volta para a Câmara. Atrasa a promoção. Se não mudarmos ele pode ficar de maneira imperfeita. Então eu queria pedir mais atenção de todos os Senadores e Senadoras.

Com a palavra o Senador Cícero. Além disso, temos que apressar a votação para contar com o quórum

que temos para os terminativos. Se saírem dois Senadores já perdemos o quórum. Senador Cícero.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Senador, serei bastante breve só para dar o meu testemunho e reconhecimento da importância de nós inserirmos a arte como matéria obrigatória nas nossas escolas. Segunda-feira, Presidente Cristovam Buarque, quando eu me deslocava de João Pessoa aqui para Brasília, e nesse período o voo é às quatro horas da manhã, eu tive o prazer de encontrar um grupo jovem na minha cidade, da cidade de João Pessoa que acerca de cinco anos atrás nós os colocamos numa parceria com o balé Bolshoi, de Joinville, alunos da rede municipal de João Pessoa para... Fizeram o teste a nível nacional e foram selecionados para estudar no balé Bolshoi. Ele esse grupo ele teve o mérito não só de ter conseguido espaço no balé Bolshoi, mas de servir de exemplo para a rede municipal de ensino na cidade de João Pessoa para novas crianças que também desejavam aprender a dança como uma forma de expressão, mas também de aprendizado. E pra mim é motivo de muita alegria, porque para o senhor ter idéia, entre esses alunos que hoje são destaques no balé Bolshoi em Joinville, tem um jovem que morava conosco numa casa que nós tínhamos na cidade de João Pessoa chamada Morada do Betinho, para abrigar crianças com o risco de não ir para a rua. E esse jovem hoje é destaque no balé Bolshoi. Ele é filho de presidiário e a mãe deficiente mental. E esse jovem hoje, graças a Deus, a esse trabalho que nós alugamos uma casa em Joinville, levamos uma educadora para lá que funciona como uma mãe de todas essas crianças, e vi essas crianças sendo transformadas em adolescentes e encaminhadas num projeto de vida porque lá não só aprende dança como aprende música, como aprende línguas, e como fazem o ensino fundamental. Então acho que esse passo que estamos dando aqui é fundamental.

E quanto ao aspecto de retirar mesmo fazendo a mudança, eu me considero... A minha opinião é favorável, porque é melhor aperfeiçoar agora e adotar uma posição futura mais correta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bem, eu passo à votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado com a Emenda oferecida pela Senadora Marisa Serrano.

Eu passo agora ao Item terminativo, que é o Item nº. 07, porque como ele já esteve aqui quatro Sessões, eu posso pedir ao Senador Duque para ser o Relator ad hoc. É o Item nº. 07, Projeto de Lei do Senado 408/2007 que autoriza o Poder Executivo a criar a escola Técnica Federal de Cacoal, Estado de Rondônia. Autoria Senador Valdir Raupp, Relatoria do Senador

Gilvam Borges. O Relatório é favorável. E eu passo a palavra ao Senador Hélio Duque... Paulo Duque. (risos) Hélio Duque foi um grande amigo meu que eu tive que morou 40 anos em Cuba. Foi jovem para lá e ficou definitivamente. Foi bem antes da revolução de Fidel Castro. E ficou. Senador Paulo.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Sr. Presidente, eu estou sendo autorizado a relatar um projeto que já tem um parecer bem definido aqui. Da lavra do Senador Gilvam Borges. Não sei se S.Ex<sup>a</sup> está presente hoje aí. Gilvam Borges. Ele já relatou. Está aqui o Relatório. Autoria desse projeto, dessa proposição é o Senador Valdir Raupp. De maneira eu pediria um pouquinho de paciência só para pegar o espírito da coisa. Tem que pegar o espírito da coisa. Fica difícil. Eu sei como V.Ex<sup>a</sup> é sutil nessa questão. Ele faz a seguinte análise, o Gilvam. Ele se baseia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, veja que é uma lei de 1996. A educação profissional deve orientar no sentido de permanente desenvolvimento de aptidões para exigência no mundo do trabalho. Todo nós concordamos com isso. Integrando-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, ciência e tecnologia. A preocupação com essa modalidade em si não vem a satisfazer as exigências do mercado necessitado cada vez mais de mão-de-obra com conhecimento qualificado. É essencial que a educação profissional seja entendida como estratégia para o País. Realmente é verdade isso. Agora mesmo está se anunciando a implantação de grandes indústrias ligadas ao ramo da extração de petróleo, especialmente no meu Estado. E anuncia-se a implantação também de grandes estabelecimentos de ensino especializados na matéria.

Encontra-se esse projeto de criação de uma escola técnica para atender as demandas de formação e qualificação de profissionais para atuar nos setores agropecuários e de manejo florestal no Município de Cacoal do Estado de Rondônia. Tratando-se de um antigo território transformado em Estado, com êxito, eu entendo logo que deva se dar todo o prestígio para que se consiga implantar lá uma escola dessa natureza. O mais difícil já foi feito, foi passar pela Comissão de Justiça. Isso que é o mais difícil. Porque tem o caráter de, aqui, de sugestão. É como na Assembléia Legislativa da Guanabara, havia uma indicação legislativa que era discutida. Aqui é uma sugestão. Tanto é que ele reconhece quanto aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa.

Então, Presidente já deu o voto favorável, e eu creio, mestre, que o meu parecer não poderia bulir em nada aqui. Não poderia bulir. Eu peço até vontade, eu

peço até licença, se pudesse, de subscrever o parecer. Está bem feito, está inteligente. E honra o povo de Roraima. De Rondônia. Honra o povo de Rondônia. Era o que eu tinha a dizer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Agradeço, Senador Paulo Duque. E passo a palavra aos que queiram discutir. Senadora Fátima Cleide.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Muito rapidamente, Sr. Presidente, apenas para parabenizar o nosso Relator ad hoc, Senador Paulo Duque, e agradecer em nome do Estado de Rondônia pelas palavras carinhosas, e parabenizar também a iniciativa do Senador Valdir Raupp em indicar ao Governo a necessidade de se criar, se implantar uma unidade de escola técnica federal no Município de Cacoal. No Estado de Rondônia nós já contamos com... No plano de expansão das escolas técnicas, com a Escola Técnica de Porto Velho, que será construída este ano de 2008, e a Escola Técnica de Ji-Paraná e Vilhena.

Então, é sempre uma iniciativa muito bem vinda, até porque a cidade de Cacoal é um dos centros, dos maiores centros do Estado de Rondônia, tanto na indústria quanto no comércio e como bem dizia o Senador Paulo Duque hoje com este problema da carne o Município de Cacoal é um dos que concentram maior número de frigoríficos no Estado de Rondônia, por exemplo, portanto, precisa de uma mão-de-obra técnica altamente especializada para que a gente possa garantir cada vez mais a qualidade do produto que nós oferecemos.

Então, apenas para fazer esse registro e parabenizar o autor e parabenizar o Relator dessa matéria, Sr. Presidente. Parabenizar principalmente toda a população do Município de Cacoal e do Estado de Rondônia pela brilhante iniciativa do Senador Valdir Raupp.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado à Senadora. Senador Tuma. Um minuto, Senador.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Um minutinho. Desculpa, Presidente é porque nós temos discutido muito aqui o aspecto do terceiro setor. O terceiro setor são ONGs que são definidas como preparatórias de mão-de-obra, especialização de mãos-de-obra. E muitas delas estão sob suspeita do emprego correto do dinheiro. Então é muito mais inteligente ao Governo criar escolas profissionalizantes nas regiões e especializada na tendência de produção que tem aquele local, como V.Ex<sup>a</sup> com a sua tranquilidade e simpatia expôs aqui o Relatório proposta do Valdir Raupp, eu acho que é o caminho correto, Senador. A gente evitar que as ONGs que não tem correspondido à expectativa na melhora da profissionalização da mão-de-obra,



e o Brasil tem falta disso, as escolas profissionalizam-se. Só isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bem, eu passo à votação. Senador Flávio Arns, como vota?

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Sim, Sr. Presidente. Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senadora Fátima Cleide. Já manifestou seu voto.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Sim, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Sérgio Zambiasi. Senador Mão Santa, Senador Paulo Duque já fez o Relatório. É sim. Senador Marco Maciel. Senadora Marisa Serrano. Senador Papaléo Paes.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Flexa Ribeiro. Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Romeu Tuma. Senador Cícero Lucena. Senador Eduardo Azeredo. Creio que não esqueci nenhum. Está aprovado o projeto.

Podemos passar imediatamente para outro projeto. O Item nº. 09, também terminativo, da Senadora Serys, do Senador Inácio Arruda, mas que já tivemos uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, essa é a oitava Sessão. Então tem o direito a Mesa indicar um Relator. Trata-se do Projeto de Lei do Senado 236/2007 que inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus no livro dos heróis da pátria. Eu peço à Senadora Fátima Cleide que faça a leitura do Relatório, com suas considerações pessoais que quiser.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Obrigada, Sr. Presidente pela deferência. Muito me honra, inclusive, relatar esse projeto. Projeto em análise tem como objetivo a inscrição no dia 21 de agosto de 2008 do nome de Maria Quitéria de Jesus no livro dos heróis. E conforme outro projeto também da Senadora Serys que encontra-se inclusive na pauta no dia de hoje no Item 06, a Senadora propõe que o livro dos heróis da pátria, a denominação seja alterada para livro dos heróis e heroínas. Eu espero que brevemente nós possamos aprovar esse projeto também para modificar a denominação e então anotar no livro dos heróis e heroínas na pátria o nome de Maria Quitéria de Jesus. Segundo a autora, a data marca do 155º aniversário de sua morte. A homenageada heroína da independência integrou o batalhão de voluntários do

príncipe Dom Pedro onde se destacou na luta contra as tropas portuguesas nos conflitos que sucederam a independência. Em decorrência do Decreto de 28 de junho de 1996, a homenageada tornou-se patrona do quadro complementar de oficiais do Exército Brasileiro. O Relator, Senador Inácio Arruda, registra ainda que o Exército Brasileiro reconheceu sua bravura ao instituir a medalha Maria Quitéria a ser concedida a civis e militares que tenham em qualquer parte do território nacional contribuído ativamente para o brilhantismo e a repercussão das homenagens cívicas prestadas a gloriosa cadete da independência. Desse modo são inegáveis os fatos heróicos dessa grande brasileira suficientes para a concessão da merecida homenagem. Diante do exposto, votamos favoravelmente pela aprovação da matéria, Sr. Presidente.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Está em discussão. Senador Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Eu gostaria de sugerir para a Senadora Fátima Cleide, que está trabalhando como Relatora ad hoc, que inclusive altere o art. 1º. Será inscrito nome de Maria Quitéria de Jesus, heroína da independência no livro dos heróis e heroínas da pátria. Depositado no panteão da liberdade. Não ficaria muito melhor?

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Se não houver nenhum problema regimental, acatado pela Relatoria ad hoc, até porque como existe outro projeto que altera ainda a denominação e que não foi aprovado, eu considero que não há problema algum. Acredito que também essa Comissão não será, não rejeitará essa proposição que consta do Item 06, que é da autoria também da Senadora Serys, de alterar a denominação do livro de heróis da pátria para heróis e heroínas. Se não houver nenhum problema regimental eu acato a sugestão de Emenda.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Inclusive na Ementa também. Não só no art. 1º, mas inscreve o nome de Maria Quitérias de Jesus no livro dos heróis e heroínas da pátria da Ementa além do art. 1º. Mas é sugestão acatada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Na verdade deveríamos ter votado o seis anos. Na verdade, esse assunto nem deveria ter existido. Desde o começo deveria ter sido heróis e heroínas.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Com certeza.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mas então, podemos votar e vo-



tamos depois desse. Está bem? Eu ponho em votação o parecer da Senadora Fátima, e depois votaremos o Item 06. Temos um problema da Relatora e da autora, não estão. Ausentes. Mas vamos votar sem prejuízo. E mudando a Emenda, provavelmente como diz o Senador Flávio Arns para já colocar lá em cima heróis e heroínas.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Com certeza. Encaminho posteriormente a Emenda.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Flávio Arns, Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Sim, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Fátima Cleide, parecer já leu. Sérgio Zambiasi. Senador Mão Santa. Senador Paulo Duque.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Sim, senhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Marco Maciel. Senador Marco Maciel teve que se retirar um minuto. Senadora Marisa. Senador Papaléo Paes, Senador Flexa Ribeiro, Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Romeu Tuma, Senador Cícero Lucena, Eduardo Azeredo... Sim. Creio que não esqueci de nenhum. Então está aprovado.

Passamos agora... Votamos então a Emenda do Senador Flávio Arns para mudar a... Está bem? Alguém quer fazer algum pronunciamento? Não.

Então, temos que votar nominalmente ou não? Nominalmente. Sim, apenas se confirma o voto. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está confirmado.

Vamos para o Item número... Item 6 temos que esperar a presença do... Qual é o próximo?

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sr. Presidente, só um adendo. Eu tenho a impressão que a Senadora Fátima Cleide poderia, com o acatamento da sugestão e aprovação, só alterar na própria, na própria... No próprio voto no Relatório e na Ementa posterior também, para adequar o texto à terminologia heróis e heroínas. Que eu acho que...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – É assim que a gente vai fazer.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Só para ficar de acordo depois.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu passo ao Item nº. 8 que também já teve duas votações. Senador Romero Jucá não está, Senador Valdir Raupp não está, que é o Projeto de Lei 410/2007 que autoriza o Poder Executivo a criar

Escola Técnica Federal de Vilhena, no Estado de Rondônia. Eu peço ao Senador Tuma, pode ser? Para ler o Relatório. É o Item nº. 8.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – É do Senador Romero Jucá. A Relatoria... Assinatura irreconhecível. Relator é o Romero Jucá. Autor é o Valdir Raupp. Está nas mesmas condições da leitura feita pelo Senador Paulo sobre Cacoal. É o mesmo desejo do Senador Romero Jucá criar a Escola Técnica Federal de Vilhena, no Estado de Roraima, para que houvesse formação profissional nas áreas de manejo florestal e agropecuária. Portanto, ela está dentro do quadro descrito pelo Senador Paulo, no outro projeto, com a mesma objetividade. Então, a proposta é pela aprovação do PLS 410.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Terminado. Ponho em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, passo à votação. Senador Flávio Arns, Senador Augusto Botelho... Teve que sair. Senadora Fátima Cleide.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Pelas mesmas razões que Cacoal, sim, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito bem. Senador Sérgio Zambiasi... Não vai ter quórum. Senador Mão Santa, Senador Paulo Duque, Senador... Senadora Marisa Serrano, Senador Papaléo Paes, Senador Flexa Ribeiro, Senador Antônio Carlos Valadares, Senador Romeu Tuma, que leu, Senador Cícero Lucena, Senador Eduardo Azeredo, Senador Valadares, sim. Senador Botelho, que está lá dentro manifestou seu voto. Então, está aprovado.

Passamos então ao Item 5, que é apenas a leitura... é o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 433, turno suplementar. Altera o art. 67 da Lei 9.394/96 que fixa as diretrizes e base da educação. A autoria do substitutivo do Senador Cícero Lucena, autoria do PLS 433 foi do Presidente dessa Mesa, a Relatoria do Senador Cícero Lucena. Foi favorável. Observação a ser lida. Não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão segundo o que preceitua o art. 282 combinado com o art. 92 do regimento interno do Senado Federal. Observação 2. O parecer ao PLS 433/2007 de autoria do Senador Cícero Lucena, favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 11/02/07. Então está aprovado. E é adotado pela Comissão.

Passamos agora... Não terminativo. Temos um projeto não terminativo do Deputado Pedro Fernandes, Relatora Senadora Fátima Cleide. Projeto de Lei da Câmara nº 067/07 que denomina Governador Ponte Ivar Figueiredo Saldanha, a segunda ponte sobre

o Estreito dos Mosquitos, na BR-135 ligando a ilha de São Luís ao continente no Estado do Maranhão. Senadora Fátima Cleide com a palavra.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Sr. Presidente, a proposição visa homenagear Ivar Figueiredo Saldanha mediante a atribuição de seu nome à segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos atualmente em fase de conclusão. Na Câmara dos Deputados o projeto foi apreciado e aprovado nas Comissões de Viação e Transporte, de Educação, Cultura e Desporto, de Comissão e Justiça e... de redação. No Senado Federal onde foi distribuído com exclusividade para a Comissão de Educação o projeto não recebeu Emendas. Natural de Rosário, Maranhão, Ivar Figueiredo Saldanha foi Governador, Deputado Federal, Deputado Estadual por mais de 23 anos e Prefeito de São Luís. Registramos parecer favorável uma vez que Ivar Figueiredo foi figura importante na história recente do Maranhão. A proposição encontra amparo na Lei 6.672 de 27 de agosto de 89 que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, a qual estabelece que mediante lei especial uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter supletivamente a terminologia oficial a designação de um fato histórico ou nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade.

Finalmente é pertinente no que tange ao mérito uma vez que este homenageado, como já disse antes, foi uma figura importante na história recente do Maranhão. Por isso, Sr. Presidente, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 67/07.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu ponho em discussão. Alguém quer se pronunciar? Não havendo eu ponho em votação. Os que tiverem a favor permaneçam como estão. Esta aprovado.

Nós temos apenas dois outros, mas são terminativos. Mas no que se refere ao terminativo nº. 2 Projeto de Lei do Senado 118/2004, não estão presentes o Senador Hélio Costa nem o Senador Lobão, dois Ministros, esse projeto deu sorte. Mas há um Requerimento de Audiência Pública nos seguintes termos. Senador Flávio Arns, a sua assinatura é muito característica. Requer nos termos... Eu passo para ele. Senador, o senhor poderia fazer a leitura do seu Requerimento. Apresentar o seu Requerimento?

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – O Projeto de Lei trata de um assunto fundamental que é o ensino a distância. E aí, inclusive, existe muito debate, muita discussão, muitos problemas, e nós devemos nos debruçar sobre isso porque o ensino a distância é uma modalidade, uma possibilidade que vai aumentar da-

qui para frente, inclusive, de maneira significativa em nosso País. Então esse debate merece ser feito e isto vai subsidiar sem sombra de dúvida o relatório final do Item 2 da nossa pauta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu aceito... A Presidência já se manifesta muito favorável. Realmente merece uma audiência, esse é um assunto muito polêmico e de consequências muito graves. Se for tomada uma ou outra decisão. Por isso eu ponho em votação o Requerimento do Senador Flávio Arns de termos uma Audiência Pública sobre esse assunto. Da necessidade de aulas presenciais em ensino a distância. Os que estiverem a favor permaneçam como estão. Aprovado. O projeto então fica sobrestado até que haja uma Audiência Pública.

Bem, tem só um único mais Item. Essa Sessão foi extremamente rápida, que é mais um Requerimento do Senador Romeu Tuma. O Senador Romeu Tuma, eu passo a palavra para que ele apresente o seu Requerimento que tem a minha simpatia, já digo de antemão.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – A idéia praticamente nasceu de V.Ex<sup>a</sup>, pelo seu pronunciamento durante a Sessão, se não me engano, de quinta-feira passada quando o senhor homenageava a escola de samba Vai Vai: Acorda Brasil, aonde eu apresentei um Requerimento nesse sentido. O Senador Eduardo Suplicy fez um pronunciamento por ter desfilado num carro alegórico dentro da própria escola. E V.Ex<sup>a</sup> foi convidado para desfilar também com a escola vencedora. E foi muito simpático ao dizer que provavelmente o Presidente da escola poderia fazer um discurso melhor que o senhor na Tribuna do que o senhor sambar na avenida. Aí nós trocamos idéia em Plenário achando que seria importante o Edmar Tobias da Silva, presidente da escola aqui comparecesse para explicar qual é o trabalho comunitário que fazem e o que ele sentiu para ter como tema a peça escrita pelo empresário Antônio Ermírio, Vai Vai: Acorda Brasil, objetivando principalmente a educação como a peça mais importante para o desenvolvimento do País, que é o lema de V.Ex<sup>a</sup>.

Então eu gostaria de contar com a simpatia que V.Ex<sup>a</sup> eu tenho certeza, Suplicy também não está presente, mas concordou e acredito que os demais também farão. Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Romeu Tuma, eu pessoalmente sou entusiasta dessa idéia porque isso trará para a imaginação de uma população que está um pouco alienada do assunto da educação, vai trazer para a sua imaginação o assunto educacional. Agora, eu gostaria

de acrescentar, apesar de saber das dificuldades que hoje ele tem, o convite ao empresário Antônio Ermírio de Moraes também está inscrito ou não? Para que ele esteja presente. Ele foi o inspirador, a expressão “acorda Brasil” é uma expressão que ele usou.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Acho que é importante e pela razão de que ele já apresentou a peça. É um batalhador nesse sentido, estimulou a escola, provavelmente ele poderá nos trazer um quadro, apesar como V.Ex<sup>a</sup> disse tem algumas condições físicas um pouco... Tenho certeza que ele não recusará o convite feito por V.Ex<sup>a</sup>. Vou acrescentar aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Ponho em discussão o Requerimento, a sugestão do Senador Romeu Tuma acrescentar o empresário Antônio Ermírio de Moraes. Os que tiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Tenho apenas dois comunicados a fazer antes de encerrar. Comunicado aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento do convite do Exm<sup>o</sup>. Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad para solenidade de posse dos conselheiros do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da CAPES, que será no dia 14 de fevereiro do corrente, às dez horas, no auditório do térreo do edifício sede do Ministério da Educação.

E outro comunicado também do Sr. Ministro Fernando Haddad com informações complementares ao requerimento de informações de nº 971/05 de autoria do Senador Wellington Salgado. Senadores que desejarem ter acesso à cópia do documento enviado pelo Ministro a pedido do Senador Wellington Salgado pode pedir na nossa Secretaria. A matéria vai a arquivo. O documento será enviado ao Senador e está à disposição de todos os demais Senadores.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Eu queria referir aos nomes das pessoas que vão ser... Que vão tomar posse desses Conselhos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Ele não mandou ainda os nomes. Seria interessante ter os nomes e a origem, né?

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Acho que V.Ex<sup>a</sup> poderia requerer para completar a documentação e que fosse atendido o pedido do Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – O que eu posso ler aqui e seria interessante são os dados do Requerimento feito pelo Senador Wellington Salgado. Ele pediu razões para o não cumprimento pela SESUP/MEC, pelo CETEC/MEC, dos prazos estabelecidos pela Portaria 3.643. Razões suporte legal para existência de comissões verificado-

ras para autorização(F) de cursos das instituições superiores. Demonstrativo da tramitação dos processos relativo à transferência e manutenção dos cursos, instituições de uma para outra entidade interior. No caso dos processos referentes a transferência de manutenção de cursos ou instituições qual foi a base legal utilizada? Fundamento legal e razões para o não acatamento pela SESUP, decisões judiciais e Mandado de Segurança impetrado por instituições. Quadro comparativo entre as vagas aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e a publicação oficial (ininteligível). Cursos cadastrados no sistema Sap com período de autorização nos últimos 12 meses. Curso autorizado pelo Conselho Nacional de Educação nos 12 meses com suas respectivas vagas. Cursos com Portarias publicadas nos últimos 12 meses com a respectiva vaga. Entidades que pediram após aprovação pelo CNE redução de vagas através de ofício. E cursos já avaliados pelo INEP e não publicados pela SESUP.

Ele mandou uma mensagem, o Ministro, que o Senador Wellington não se deu por satisfeito e ele está enviando, mas essa informação. Está à disposição dos senhores... é outra coisa. Do Senador eu vou ligar pedindo os nomes. É dia 14 de fevereiro, temos alguns dias e farei chegar a cada um dos Srs. Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação.

Bem, eu agradeço a presença de todos. Como 1ª Sessão do ano a gente já ter quórum é um feito muito grande que mostra o empenho dos membros da Comissão, continuando o empenho que foi dado no ano passado. Muito obrigado pela presença de todos.

*(Sessão encerrada às 12h35.)*

## **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Ata da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de fevereiro de 2008.**

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA**

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo,



Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Sibá Machado, Pedro Simon, Valter Pereira, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Maria do Carmo Alves e Marco Maciel. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 05/07 – CE (Raimundo Colombo e Marisa Serrano), 07/05 – SCTC (Sérgio Zambiasi e Roberto Saturnino), 20/07-CE e 04/07 – SCTMC (Sérgio Zambiasi, Marconi Perillo e Marisa Serrano) e Aditamento nº 01-CE ao Requerimento nºs 20/07 –CE e 04/07 – SCTMC, que tem como objetivo **debater a criação da Empresa Brasil de Comunicação (TV Pública)**. Comparecem à Audiência Pública, a Senhora Tereza Cruvinel, Diretora-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; Senhor Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; Senhor Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo da TV Bandeirantes e Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; Senhor Flávio Cavalcanti Jr., Diretor Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT e Senhor Oscar Maurício de Lima Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI. Antes de dar início a reunião, a Presidência registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), Deputado Cezar Schirmer (PMDB/RS); Senhor Orlando Senna, Diretor Executivo da TV Brasil; da Senhora Malu Baldoni, Coordenadora de Comunicação Social da TV Brasil; Senhor Paulo Carneiro, Gerente de Comunicação da TV Brasil; Senhor Antônio Achilis, Presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC; Senhora Tizuca Yamazaki, Cineasta; Senhor Paulo Rufino, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema – CBC; Senhora Edna Fujii, Presidente da União Nacional de Infra-Estrutura do Audiovisual – UNINFRA; Senhor Marco Altberg, Conselheiro da Associação Brasileira de Produtores Independentes de TV; Senhora Solange Lima, Presidente da Associação Brasileira de Documentaristas e Curta Metragistas e da Senhora Lúcia Stumpf, Presidente da União Na-

cional dos Estudantes – UNE. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Raimundo Colombo, autor do Requerimento, Romeu Tuma, Flávio Arns, Pedro Simon, João Pedro, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, Inácio Arruda, Sibá Machado e Eduardo Suplicy não Membro da Comissão, que pede que se registre em Ata documentos assinado pelas 54 (cinquenta e quatro) entidades que compõe o Congresso Brasileiro de Cinema – CBC, apoiando a aprovação da Medida Provisória nº 398/2007 que “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências”. Prosseguindo, o Senhor Senador Inácio Arruda sugere que seja feito um requerimento para que se constitua uma comissão de cinco senadores em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com o objetivo de averiguar as questões veiculadas pela mídia sobre a utilização da TV Pública no Paraná para fins de propaganda governamental, bem como as ações tomadas pela Justiça Federal. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, solicita que o Senhor Senador Inácio Arruda formalize, junto a secretaria da Comissão a apresentação do Requerimento. A Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e aprovação das mesmas. Os Senadores e Senadoras que esti-



verem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Lembro que a presente reunião atende a Requerimento nº. 058 da Comissão de Educação de 2007 e 001 da Subcomissão de Teatro, Cinema, Música de 2008 aprovados de autoria dos Senadores Raimundo Colombo e Marisa Serrano para realização desta audiência destinada a debater a criação da Empresa Brasil de Comunicação, a TV Pública.

Dando início à audiência eu solicito ao Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados para que tomem assento à Mesa.

Quero dizer a todos que estão nos assistindo aqui, e os que estão assistindo pela televisão que o objetivo dessa audiência que foi convocada por iniciativa da Senadora Marisa Serrano e do Senador Colombo, Raimundo Colombo, é termos o máximo de esclarecimento sobre a criação dessa nova instituição de comunicação no Brasil que é a TV Pública. Como veio por Medida Provisória, quanto mais audiências melhor para tomarmos conhecimento, votarmos corretamente e inclusive oferecermos as contribuições que sejam consideradas necessárias para aprimorar o projeto que tem a intenção, eu creio, de fazer com que haja um veículo de caráter público para atender a demanda de informações que tem o público e a população do Brasil.

É com esse intuito que eu agradeço a presença da Tereza Cruvinel, do Alexandre Annenberg, do Walter Vieira Ceneviva, do Flávio Cavalcanti Júnior, do Oscar Maurício de Lima Azedo. Agradeço também a presença de um grupo significativo no número e na qualidade de pessoas que aqui estão, o Orlando Senna, Diretor Executivo da TV Brasil, Malu Baldoni, Coordenador de Comunicação Social da TV Brasil, Paulo Carneiro, Gerente de Comunicação da TV Brasil, Antônio Achilles, Presidente da ABEPEC, Marco Antônio Coelho Filho, Gerente-Executivo da ABPEC, Tizuka Yamazaki, nosso cineasta, Paulo Rufino, Presidente do Conselho de Cinema Brasileiro, Elia Nafugi, empresária, Marco Altberg, Conselheiro da Associação Brasileira de Produtores da (ininteligível) TV.

Pela ordem que aqui está, a palavra inicialmente vai a Sr<sup>a</sup>. Tereza Cruvinel, que é Diretora-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação. EBC. Segundo lugar, o acordo vai ser o Sr. Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo da TV Bandeirantes, e Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores. Em terceiro lugar, o Alexandre Annenberg, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de TV por assinatura. Em quarto, Flávio Cavalcanti Júnior, Diretor-Geral Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão, ABERT, e quinto, Oscar Maurício

de Lima Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Eu passo a palavra com muito prazer a nossa querida amiga de todos nós Tereza Cruvinel.

**SRA. TEREZA CRUVINEL** – Bom dia a todos, Senador Cristovam Buarque, Presidente dessa Comissão que nos dá essa oportunidade de continuando o esforço que temos feito na Câmara, aprofundar o debate sobre a Medida Provisória, Sr. Alexandre Annenberg, representante da ABTA, Sr. Walter Ceneviva, Sr. Flávio Cavalcanti Júnior, Sr. Maurício Azeda da ABI, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup>. Senadoras... Sr<sup>a</sup>. Senadora, representante das entidades de jornalismo e de todo o segmento audiovisual brasileiro que desde ontem estão na Câmara fazendo o esforço de defesa da Medida Provisória e de esclarecimento sobre a origem da proposta de TV Pública na sociedade e não apenas no Governo como proposta através da Medida Provisória. E meus colegas da Diretoria da EBC aqui presentes, Orlando Senna, Malu Baldoni, Paulo Carneiro, os demais que não estou vendo... está ali, José Roberto Garcez, Zoroastro, em suma, estamos todos aqui da EBC também para demonstrar nosso empenho em suprir as deficiências do debate por Medida Provisória através da nossa disposição permanente que já temos demonstrado lá na Câmara, de prestar os esclarecimentos, entendemos como nossa obrigação suprir o curto prazo que uma Medida Provisória impõe ao debate com a disposição permanente de prestar esclarecimentos e estar disponíveis para o debate.

Eu quero apresentar rapidamente por power point algumas questões relacionadas à Medida Provisória. Fico aqui mesmo, Presidente, faço daqui mesmo? Pode voltar, então? Uma primeira... Um primeiro esclarecimento é o seguinte, fala-se muito aqui no Congresso em MP da TV Pública. Na verdade, a MP está propondo a criação de um sistema público de comunicação. Que tem a TV Pública, sim, digamos, como mídia mais importante, ou mais visível que atrai mais discussão, mais polêmica nesse momento. Mas, na verdade, a MP procura responder uma demanda da Constituição Brasileira que nunca foi respondida que é a implantação do sistema público de comunicação de forma complementar o sistema privado e o sistema estatal. Vocês dão licença, eu prefiro falar de pé porque eu vou monitorar aquilo ali. Quem está passando? Você. Por favor. Pode ser que não dê problema.

Então, eu dizia que o sistema público de comunicação é uma demanda da própria Constituição Brasileira que naquele momento acolheu importantes manifestações que eu tive oportunidade, como jornalista, de acompanhar e cobrir durante a constituinte, durante a elaboração da nossa Constituição, e que foram objetos

de embates, de muitas discussões ali, naquele corredor, ali no auditório Nereu Ramos da Câmara, onde se escreveu o capítulo relacionado com a radiodifusão brasileira. Retrocedo um pouco para apresentar algumas bases constitucionais do que está na Medida Provisória, começando pelo art. 5º quando é assegurada a livre expressão da atividade intelectual artística, científica e de comunicação independentemente de censura ou licença, e a garantia de acesso de todos à informação, resguardado o sigilo da fonte.

No art. 221 está expresso que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem atender a requisitos como: preferência para as finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, promoção da cultura nacional e regional, estímulo à produção independente, regionalização da produção cultural artística e jornalística, e respeito aos valores éticos sociais da pessoa e da família. Ora, todas as... Muitos argumentam, todas as televisões, todas as emissoras, todas as mídias deveriam observar esses pressupostos cabendo ao Estado não criar um veículo de natureza pública, mas fiscalizar para que isso fosse observado. Nós sabemos que a mídia comercial, financiada pela publicidade comercial ela tem especificidades, tem uma lógica de produção que nem sempre permite a plena observância desses pressupostos aí estabelecidos. Mas vamos ao art. 223. Este, que nunca foi implementado desde a promulgação da Constituição, diz que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar as permissões, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público, privado e estatal. Obrigada, Senador.

Então, esta complementaridade dos sistemas público, privado e estatal é que nunca aconteceu no Brasil, nunca foi devidamente implantada desde que foi promulgada a Constituição. Quando... Por ocasião da promulgação da Constituição o que nós tínhamos? Um sistema privado de comunicação por concessão do Estado e uma constelação de emissoras estatais, seja de rádio ou de televisão, e geridas de forma governamental. Ou seja, por controle, iniciativa exclusiva do Estado, seja... E aí estou falando tanto de emissoras federais, como estaduais, e eventualmente municipais. O sistema público de que se fala e que foi o objeto daquele embate na constituinte é aquele que não esteja sob controle exclusivo do Estado, do poder político, e nem esteja submetido à lógica comercial como as emissoras privadas. Ou concedida a entes privados. Mas, sistema público aquele em que a sociedade tem oportunidade de influir, de participar, de orientar a programação através, como demonstra toda a experiência internacional, de organismos de representação

da sociedade civil com efetivos poderes para influir nesse sistema. Seja numa rádio, numa televisão. Isso é um canal público, aquele em que a sociedade tem efetiva oportunidade de participar diferentemente do que ocorre num canal governamental, onde o Governo manda, decide o que passa, isso que se dizem tanto, da para fazer um canal chapa branca, a serviço do interesse político de quem o controla, e não também submetido à lógica de mercado que rege uma emissora de rádio ou de televisão comercial que tem audiência com o objetivo precípuo e para obter audiência e em decorrência à publicidade nem sempre ela fará a programação que atende ali ao outro art., 221 ela vai ter, ela vai praticar uma política de programação que objetiva principalmente a audiência. Não estou aqui a dizer que as televisões comerciais não tenham, não persigam uma programação que tenha natureza artística, cultural, informativa, etc. Mas, esta não é, digamos, a única preocupação de uma emissora comercial que tem que se financiar com publicidade e para se financiar com publicidade ela precisa fazer concessões na programação. A TV Pública não precisa fazer concessões, audiência, porque ela não vai depender da publicidade comercial.

Então eu queria, digamos assim, estabelecido esse parâmetro do fundamento constitucional do que está na Medida Provisória, construir o sistema público de comunicação. É isso que diz na sua Ementa. A Medida Provisória cria a Empresa Brasileira de Comunicação para ser gestora dos canais hoje sob controle da União, sob forma de gestão pública.

Hoje nós temos um sistema de radiodifusão em que no sistema privado nós temos propriedade cruzada e temos ainda alto controle familiar, temos nos Estados ainda muita influência de grupos políticos, temos grande concentração da produção nos eixos Rio/São Paulo com exclusão da diversidade regional e cultural, temos TVs e rádios estatais sob estrito controle governamental, seja da União, Estados e Municípios, e temos, portanto, a inexistência do sistema público que resulta em ausência de complementaridade, ao contrário do que pede a Constituição e em restrição da pluralidade na oferta de canais à cidadania. Por favor. Temos um País, um compra domínio imenso, indiscutível da televisão como veículo de comunicação, como veículo de informação, 2/3 da população não lêem jornais e revistas habitualmente, 90% dos domicílios no Brasil tem aparelho de televisão, mais de 90 hoje. 88% possuem aparelhos de rádio.

Queria remeter um pouco às origens da televisão no Brasil para chegar ao momento de hoje. Nós, ao contrário do que ocorreu na Europa, tivemos uma televisão que nasceu por delegação, por concessão do

Estado ao setor privado, e isso dificultou, ao contrário do que ocorreu na Europa, por exemplo, o surgimento dos canais públicos. Os canais surgiram na Europa, as primeiras televisões surgiram na Europa como TVs estatais, e na medida em que no pós-guerra aquelas sociedades se democratizaram, a cidadania se fortaleceu, a cidadania começou a dizer: “eu quero influir nessa televisão. Essa televisão é do Estado, mas nós sociedade não estamos participando”. E aí surgiram os conselhos curadores da maioria das televisões públicas européias. Ou seja, elas transmigraram de TVs estatais para TVs públicas. No regime militar brasileiro, com a expansão do setor de telecomunicações, surgiram muitas televisões estatais. Foi aí criada a RADIOBRÁS, como é uma empresa federal e uma televisão federal, e foram aí criadas dezenas de televisões, inicialmente chamadas de educativas, hoje nem todas têm essa nomenclatura, mas sob controle dos governos estaduais. Essa discussão sobre o sistema público já existia mesmo na ditadura, mesmo antes da democratização, mas ela ganha muita expressão naquele momento da constituinte, quando se consegue instituir o art. 223 com essa previsão. Esse debate continua, porém, interditado, e ganha um grande impulso no ano passado, no Governo Lula, quando o Ministro Gilberto Gil, no âmbito do Ministério da Cultura, e aqui temos o Orlando Senna que foi um personagem importante desse movimento juntamente com as entidades aqui representadas, como temos aqui o Achilles, Presidente da ABEPEC, várias outras entidades, não vou citar todas aqui presentes participaram do fórum da TV Pública organizada no âmbito do Ministério da Cultura, sob liderança do Ministro Gil, onde o debate sobre a importância do sistema público de comunicação, da TV Pública se torna um emblema mais visível, mais falado, mas na verdade, quer dizer, o que se discute é o sistema público de comunicação tendo a TV Pública, digamos assim, carro chefe dessa aspiração antiga da sociedade. Dali surge uma carta reivindicando ao Presidente Lula a implantação da TV Pública, e esta carta de Brasília levada ao Presidente no momento em que ele assume esse compromisso de implantar a TV Pública, quando meses depois o Ministro Franklin Martins assume a Secretaria de Comunicação Social, recebe ele a tarefa do Presidente da República de formatar, conceber e implantar esse projeto. E dele resulta que estamos aqui hoje discutindo a Medida Provisória 398. Por favor.

Falamos de TV Pública, assim, embora essa conceituação seja muito comum às pessoas que sempre do mundo acadêmico ou das instituições militantes pela democratização da comunicação, embora esse conceito seja muito comum, ele ainda é... Tudo bem,

Senadora? Ele é ainda muito desconhecido, e isso tem criado também grandes dificuldades nesse debate, a confusão em TV Pública, TV Estatal, TV Governamental. Temos então, hoje, um esforço... Estamos fazendo um esforço muito grande para firmar esse conceito de TV Pública como aquela que tem independência em relação ao poder político, aos governos, sejam eles federais, estaduais e municipais e também independência em relação ao mercado e toda lógica de financiamento que rege toda televisão comercial. Entende-se TV Pública em toda experiência internacional também como aquela que tem um controle direto da sociedade civil sobre a sua programação, sobre as suas diretrizes através de um organismo de representação da sociedade que tenha efetivos poderes sobre essa emissora. O caso do Conselho curador, Conselho esse que perpassa toda experiência de outros países, com outros nomes, às vezes, com outras formas de composição, mas sempre representando aqui a sociedade influenciando sobre essa televisão, ajudando a controlá-la. E que tenha essa televisão pública uma programação diferenciada onde aqueles objetivos lá do art. 221 sejam fielmente cumpridos. Ou seja, uma programação com finalidades artísticas, culturais, informativas, científica, buscando o fortalecimento da cidadania e da identidade cultural. Podemos dizer, as televisões comerciais também contribuem para uma programação desse jeito. É verdade, nós temos uma televisão comercial bem sucedida em algumas áreas, bem sucedida mundialmente. Mas só uma TV Pública com as especificidades de financiamento e de gestão sobre os quais vamos falar mais adiante, ela pode cumprir plenamente, ser dedicada exclusivamente a isso, despreocupada da escravidão da audiência e da publicidade.

O que propõe a Medida 398, exatamente, para implantar a TV Pública e o sistema público de comunicação? Ela cria uma empresa pública, a EBC, como empresa encarregada de gerir e implantar esse sistema. Esse sistema é composto da TV Brasil como TV Pública. Ou seja, regida, gerida como TV Pública de uma agência de notícias já existente, a Agência Brasil, e o sistema público de rádio que é composto por oito emissoras federais, oito emissoras da União. Já foram muito mais as emissoras da União. Foram privatizadas em sua maioria tempos atrás. Pronto.

A EBC, esta empresa que a MP cria, pela MP de 10 de outubro de 2007, ela é uma empresa pública por ações(F), é uma sociedade anônima sob controle da União, ela é vinculada a SECOM, tem sede e foro no Rio de Janeiro. O Relator está propondo sede em Brasília. Ela teve na MP original escritório central em Brasília. É prevista a possibilidade de participação acionária de Estados e Municípios, isso especialmen-



te se um Estado falar: eu entrego a minha televisão e me torno sócio da EBC. Uma salvaguarda de futuro para ter uma possibilidade de composição com as TVs estaduais.

O que a EBC efetivamente vai explorar? Tem se falado muito: Criando canais novos para fazer uma TV chapa branca, uma TV governamental. Primeiro, não está criando canal novo algum. E sobre a segunda parte eu vou falar mais sobre ser uma TV chapa branca, governamental, e tal. O que ela vai efetivamente explorar? Em TV aberta, a TVE do Rio de Janeiro, uma televisão que já existe há 38 anos, a TVE do Maranhão que era uma emissora estadual que em algum momento foi federalizada, a TV Nacional de BRASÍLIA, mais conhecida como RADIOBRÁS e um canal em São Paulo que já está sendo posto no ar, esse sim é um canal que o Governo Federal se reservou, mas lá atrás há muito tempo ele já está reservado para ser um canal Federal. Agora ele é entregue para gerirmos como canal público. Ela vai gerir, a EBC para o Governo Federal através de contrato o canal NBR. Esse sim é um canal do Governo Federal para ele divulgar os seus atos. É aquele canal onde o Governo faz: Café com o Presidente; Bom dia Ministro; Transmissão de atos do Ministro; Viagem com o Presidente, etc. É um canal a cabo. A EBC também é gestora do Canal Integración, que é uma parceria entre os três poderes voltado para a América Latina buscando mais a integração continental em parceria com televisões de outros países aqui de nosso continente. É um canal por satélite muito pouco visível hoje. Se tudo der certo nesse projeto ele será o embrião de uma futura TV Brasil internacional. Onde há sistema público, há também um canal em que o País fala para fora. E temos as oito emissoras de rádio, que já mencionei, inclusive algumas históricas como a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Rádio Nacional da Amazônia, uma emissora que presta importantíssimos serviços às populações daquela região do Brasil ainda com tantas carências de comunicação, e a Agência Brasil, agência de notícias na internet que também já existe. Pode passar.

Vamos falar rapidamente aqui da experiência de TV Pública no mundo. Como eu estava dizendo, lá nas origens da televisão na Europa, ela surge estatais, elas evoluem para TVs públicas e só depois vem a TV privada na Europa. Essas TVs públicas elas têm diferentes modelos de gestão, mas elas todas têm em comum o fato de que contemplam a participação da sociedade através de um organismo de representação com poder efetivo. No caso, o Conselho Curador. Esse Conselho, zela pela observância daqueles princípios como deve ser a programação. Para que serve uma TV Pública. E os conselheiros geralmente têm manda-

tos fixos, geralmente são nomeados pelo Presidente, pelo monarca, pelo Primeiro-Ministro, em suma, pelo governante com maior ou menor participação dos parlamentos segundo diferentes experiências que observamos. Pronto. Obrigada.

A Grã-Bretanha que tem a TV Pública mais prestigiosa do mundo, a BBC, ela tem, por exemplo, uma diretoria executiva nomeada pelo Conselho que é composto por 12 pessoas, e esse Conselho é nomeado pela rainha. Dizem que é o Primeiro Ministro que dá os nomes para rainha. Em suma é uma Diretoria de nomeação governamental. Vou passar bem rápido porque eu peguei vários países para não tomar muito o tempo da minha exposição.

Os Estados Unidos têm uma importante rede de TV Pública, a PBS, tem uma direção executiva de 11 membros, é presidida por um Conselho Diretor composto por representantes das várias emissoras independentes que são 354 que compõem essa rede.

A França todo mundo sabe tem uma importante televisão estatal, ela é uma televisão, eu diria que é ela mais estatal do que pública, ela tem ali uma participação do Parlamento, da Presidência da República, das duas Casas do Parlamento, e ela é administrada por um Conselho que tem, sobretudo, Estado. Nem tem sociedade na experiência francesa.

A Alemanha tem duas televisões públicas. E elas têm um Conselho formado por 77 membros e ali a composição é Governo Federal e governos regionais, partidos, organizações diversas, e tem até decisões ali que chegam à Suprema Corte. É um modelo muito federativo lá. São as emissoras dos Estados que também elegem membros para o Conselho, é um modelo que expressa muito a natureza federativa da Alemanha.

O Canadá tem uma televisão pública importante também, a CVC, com Conselho Curador de 12 integrantes, nomeado pelo Governador Geral, sendo vedada pessoas relacionadas à radiodifusão, e eles... As atividades da corporação são prestadas, isso maior prestação de contas ao Parlamento pelo equivalente ao Ministério da Cultura que é o gestor executivo da televisão.

No Brasil. O que temos de experiência de TV Pública? Olha, a TVE do Rio de Janeiro, a TVE do Maranhão e TV Nacional, emissoras federais jamais foram públicas. Todas têm seu controle, sua diretoria, sua programação, suas diretrizes estabelecidas de forma governamental. A TVE do Rio de Janeiro até então ela tem um Conselho, mas no Conselho a Governo tem maioria. Então não é um Conselho da sociedade. A RADIOBRÁS é uma estatal, a TVE do Maranhão também é uma emissora federal gerida por uma organização social. Nos Estados das muitas televisões estaduais



também há vários formatos jurídicos, fundação estatal, etc, mas também controladas pelos governos estaduais, assim como os Reitores controlam as TVs universitárias em sua maioria. A TV Cultura de São Paulo é a experiência brasileira mais próxima de uma TV Pública, com gestão pública, ela tem um Conselho que elege um Presidente, mas ela fica também na prática sujeita a pressões do Governo Estadual. A TV Cultura de São Paulo uma experiência muito importante para o sistema público de comunicação no Brasil. Mas ela vive experiências de maior ou menor independência. Já viveu de acordo com a ocupante ali do Palácio dos Bandeirantes.

Em suma nunca houve no Brasil um modelo de gestão que garantisse a independência da TV Pública. Diria eu de um sistema. A proposta da EBC que está na Medida Provisória como disse natureza da empresa, e as suas tarefas que são gerir esse conjunto de canais, essa empresa, como é a gestão então desse sistema? Há uma empresa que tem uma Diretoria. Essa empresa tem uma Diretoria Executiva, são sete diretores, incluindo Diretor e Presidente, tem um Conselho de Administração, que é composto pelo Ministro da Comunicação Social, pelo Ministro representante da Fazenda e do Planejamento, do Tesouro e dos eventuais acionistas. Mas esse é um Conselho, digamos, da fiscalização da gestão administrativo-financeira da empresa. Não da gestão da programação, da televisão propriamente dita, ou das rádios. E tem o Conselho Fiscal de fiscalização financeira. Isso, digamos assim é a gestão do cotidiano. Quem toca ali a Diretoria Executiva vai tocar a televisão, as rádios, agências de notícias, e tal, prestando conta ao Conselho Fiscal, Conselho de administração do ponto de vista da gestão administrativo-financeira. O Conselho Curador representativo, dotado de efetiva influência sobre a programação a este a Diretoria Executiva se subordina do ponto de vista da gestão da televisão, da sua condução, da sua programação, do seu plano de trabalho, de seus investimentos em infra-estrutura. Em suma, digamos, a Diretoria Executiva da EBC responde a dois senhores. O que cuida do conteúdo e o que cuida da gestão propriamente dita. Pode passar.

A EBC tem um Diretor Presidente, um Diretor Geral, Orlando Senna, no caso eu hoje, e diretorias de programação e conteúdo, jornalismo, relacionamento e rede, administrativo financeiro, serviços e suporte e tecnologia. A EBC vai incorporar plenamente a RÁDIOBRÁS, inclusive seus 1.067 diretores seletistas. A ACERB(F) é uma organização social criada no governo passado para gerir as TVs do Rio de Janeiro e do Maranhão, as TVEs. 1.126 funcionários na ACERB(F) do Rio de Janeiro e 219 no Maranhão. Uma parte ali

são estatutários que estão naquele quadro chamado quadro em extinção do Ministério do Planejamento. Ou seja, aqueles servidores estatutários de órgãos que foram extintos. No caso aqui o órgão que foi extinto no governo passado foi a Fundação Roquete Pinto. O que diz a MP sobre pessoal? Ela permite a contratação excepcional por interesse público para contratos temporário de até 90 dias. E a contratação por análise de currículo, no caso de necessidades prementes de especialistas. Aquilo que eu conversava na sala com alguns Senadores não é possível fazer concurso público para um âncora. Então, essas são exceções para permitir, por exemplo, a contratação de casos muito específicos de gestão de uma televisão.

O Conselho Curador com efetivos poderes ele é composto por 20 membros na proposta original do Governo, na Medida Provisória. Na proposta original ele tem 15 representantes da sociedade civil, quatro do Governo, são quatro Ministros relacionados a conteúdo. Educação, SECOM, Ciência e Tecnologia e Cultura. E um representante dos empregados. Conselheiros nomeados pelo Presidente da República. A MP previu que os próximos conselheiros serão escolhidos mediante consultas públicas, através de mecanismo a serem estabelecidos. O Relator avançou nisso estabelecendo alguns critérios de consulta pública para a renovação do Conselho. Os mandatos são de quatro anos, nesse primeiro momento alguns terão mandato de dois anos para evitar renovação sem rodízio. Renovação completa. O Conselho Procurador tem poderes e atribuições para aprovar toda a linha editorial, o plano de trabalho e as diretrizes gerais da programação apresentados pela Diretoria Executiva, de propor mudanças, acompanhar e fiscalizar as diretrizes aprovadas, e em suma, até mesmo pedir mudanças na programação, e até mesmo emitir o voto de desconfiança sobre toda a Diretoria, contra toda a Diretoria ou contra um Diretor específico. Suponhamos o conselho diga: Esse jornalismo está governista, chapa branca. Um voto de censura. No segundo voto de censura aquele Diretor é automaticamente afastado. As recomendações do Conselho Curador, diz a MP, são de acolhimento obrigatório pela Diretoria Executiva. O Conselho Curador é presidido pelo (soa a campainha) Economista Luiz Gonzaga Belluzzo, que todos conhecem, pessoa de muito trânsito e respeitabilidade na sociedade brasileira já fez três reuniões extraordinárias, já baixou algumas recomendações nessas últimas reuniões. Pode passar, por favor.

Quais são os critérios que a MP menciona? Que os conselheiros devem ser personalidades de elevada representatividade, credibilidade, diferentes formações profissionais e que expressem a pluralidade da socie-

dade brasileira. Optou-se por uma representação não corporativa, aquela que fosse sindicatos, entidades, etc, por entendermos que um Conselho que tem uma tarefa tão executiva, porque esse Conselho não é só de aconselhamento. Ele tem uma ação efetiva e permanente sobre a programação. Esse Conselho primeiro ele seria enorme se nós formos contemplar todos os segmentos corporativos que tem relação com comunicação. E o segundo a gente receia muito que lutas políticas e disputas se expressem dentro do Conselho prejudicando a sua finalidade. Assim é que o Conselho é composto por personalidades, mas observada essa pluralidade, observada a variedade regional brasileira, a diversidade até étnica. Como os senhores sabem, no nosso Conselho temos, o Gonzaga Belluzzo que é o Presidente, mas temos o Cláudio Lembo, que é um liberal conservador, um político de expressão nacional, mas de tendência assim, e temos lá, por exemplo, um músico jovem que representa a juventude e representa negros como o MV Bill, Maria da Penha, uma cientista como Lúcia Braga, uma ambientalista como Ima Correia, Presidente do Instituto Goeldi, temos, por exemplo, um homem de televisão, um profissional de televisão de maior respeito como o Boni temos, em suma, uma ampla representação naquele Conselho nos 15 membros que hoje estão nomeados. O Relator propôs mudanças na Câmara. O que ele propôs? Muitos apelos ali da sociedade civil, das organizações, das entidades para que o Conselho tivesse essa natureza cadeira das centrais sindicais, cadeira disso ou daquilo. O Relator também manteve o entendimento de que devemos evitar a representação corporativa. Ele propôs mais duas cadeiras de conselheiros indicados pelo Congresso Nacional, uma pela Câmara, uma pelo Senado, mas não de Parlamentares, sim de pessoas que as duas Casas do Congresso considerem importantes, relevantes para integrarem o Conselho. Nós achamos legítimo e correto. Isso já vai ser votado hoje como os senhores sabem, na Câmara. Por favor.

Um pouquinho de como são financiadas as TVs públicas no mundo. Há financiamentos diversos. E eu destaco o da Grã-Bretanha, onde a BBC cobra uma taxa dos cidadãos para se financiar. E com isso ela não precisa de dinheiro do orçamento. Mas na prática é dinheiro público do mesmo jeito, só que carimbado para a TV Pública. A TV BBC ela desfruta de muita autonomia, mas a origem do dinheiro que a financia também é a sociedade inglesa. O Canadá, por exemplo, tem 75% de receita pública, e complementa essa receita. Quase todas as TVs públicas do mundo têm um aporte de dinheiro público do orçamento e uma complementação de receitas que ela deve buscar e ela deve buscar bastante, ela não deve encostar no

colchão do Governo, porque quanto mais dependente do Governo maior também a sua independência editorial. Por favor.

Da mesma forma na Alemanha, a receita é parcialmente pública, na França é totalmente pública. Pode passar. Em suma, todos os modelos, exceto aí a inglesa (soa a campainha) Eles têm esse mix. Dinheiro orçamentário e busca de receitas próprias. No grupo de estudos que preparou a formatação dessa proposta estudou-se como são... Como é o custeio das TVs privadas brasileiras, e chegou-se a números muito díspares, que começam na cifra astronômica da TV Globo, maior TV privada, e passamos ali, escolheu-se, fixou-se no valor de 350 milhões por entender que é o orçamento que na época foi estimado, a Bandeirantes...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SRA. TEREZA CRUVINEL** – É. (risos) Estimou-se ali que aquele orçamento que corresponde ao da Band era alguma coisa razoável para uma TV nascente. Não é o menor, também não é o maior, também não poderia ser o menor... Então pode passar, foi proposta essa receita orçamentária para a TV Pública descartada cobrança de taxas extras. O financiamento da TV Pública combinará diversas fontes: Então, recursos orçamentários, recursos da prestação de serviço, uma Diretoria que eu mencionei lá atrás, está aqui o Garcez que é o titular dela, uma Diretoria que busca fazer negócios. Como? Alguém quer... Uma empresa quer preparar um DVD para distribuir de brindes a seus clientes no fim do ano, ela pode contratar uma produtora privada, e se ele quiser ela pode contratar a EBC, ter nota fiscal, pagar, tudo direitinho o preço de mercado e tal. Essa Diretoria pode também prestar serviços a entes públicos, por exemplo, é através dela que atendemos ao MEC em alguns problemas como é que faz, Senador Cristovam, como TV Escola. É uma prestação de serviço ao Governo, mas remunerada. Olha, contrato, valor de mercado, etc. E recursos dos patrocínios culturais da publicidade institucional, eventualmente doações, não temos essa tradição. O Relator inova na Câmara, e a nosso ver renova de forma muito positiva quando ele cria contribuição de fomento à TV Pública destinando a essa contribuição uma parcela mínima pequena dos recursos de um fundo já existente, o FISTEL, Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Isso não gera nenhuma carga, nenhum centavo de carga tributária a mais para ninguém. Ele apenas vincula uma parcela do FISTEL à TV Pública. Isso está também para ser votado na Câmara achamos da maior importância porque está será uma receita permanente. Se amanhã um Governo que não gosta da idéia de sistema público de comunicação apesar da nossa Constituição, quiser

reduzir o orçamento bastante para asfixiar a TV Pública essa fonte perene aqui do FISTEL estará garantida. Achamos da maior importância.

Então, pode passar isso aí também... Nós pretendemos construir uma rede, a partir desses quatro canais federais estamos em processo de uma construção de uma rede pública de televisão com as demais televisões do campo público. Estamos falando de universitárias, de comunitárias, e principalmente das TVs educativas estaduais que um grande número delas já estão operando conosco, no nosso jornalismo e contribuindo para a programação numa rede de natureza, digamos, de mão dupla em que apenas a TV Brasil não apenas forneça conteúdo, mas ela troque conteúdo com essas televisões dos Estados, propiciando assim a expressão da nossa diversidade, a presença desses diferentes Brasis, sotaques, culturas, problemas na programação da TV Brasil. Esse processo está em construção. Pretendemos que essas televisões, claro, continuem fazendo produção própria, elas continuem redestinando uma parte do horário de sua grade àquilo que é reflexão da realidade local. O Senador Cristovam me pede para acelerar e vamos acelerar então. Vou falar pouco sobre rede, vou passar essa parte que era um é detalhe sobre a construção dessa rede.

Como estamos nesse momento? Em 2 de dezembro realizamos a fusão da programação dessas quatro emissoras federais. Em 3 de dezembro iniciamos a veiculação do telejornal repórter Brasil em duas edições, que é a experiência de jornalismo que está no ar, que as pessoas podem acompanhar e verificar que não se trata de fazer jornalismo chapa branca nem de divulgação governamental. Aí aproveito para dizer o seguinte. Se um Governo quiser fazer TV a seu serviço como instrumento político, basta ele não fazer nada e deixar tudo como está. É muito mais fácil. Coloca uma Diretoria, servil, e que faça o serviço. O Governo já tem os canais. Para quem criar Conselho Curador, uma nova empresa com uma diretoria profissional. Não precisava nada disso. Não é verdade? E 14 de dezembro foi instalado o Conselho Curador... Em 22 de dezembro demos início à formação da rede com as emissoras do campo público em diferentes Estados, estamos nesse momento realizando reuniões de comitês para ampliação da rede com essas diferentes televisões, e último slide, por favor. Esse é o último? Sim. Estamos nesse momento também elaborando planos para mudança, renovação da grade, preparação da licitação para identidade visual da televisão, elaborando programas de investimento da infra-estrutura que está péssima, sucateada, dando continuidade à articulação da rede, e nos dedicando muito ao debate com o Parlamento e com a sociedade com vistas à aprovação da Medida

Provisória 398 é para isso que nós estamos aqui hoje, agradeço a paciência, desculpa que me alonguei muito, mas que tem muitos detalhes, me coloco à disposição dos senhores. Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – De fato houve um alongamento, mas eu me penitencio por não ter informado o tempo de cada um e também porque creio que a Presidente tinha direito sim e era importante para esse debate que ela pudesse falar mais longamente. Quero agora pedir que haja uma contensão, se for possível, a campanha toca depois de 15 minutos, ainda darei um certo tempo, mas é importante que os Senadores participem. E a partir de 12h30 uma 13h começa cada um a ter outras atividades.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS)** – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Simon.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS)** – Com todo respeito, embora eu lamento que a Presidente Tereza tenha corrido, porque a exposição dela era muito importante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mas ela precisava.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS)** – Eu sei, mas eu faria já uma pergunta de saída a V.Ex<sup>a</sup>. Vamos esgotar a Sessão de hoje com eles falando e vamos marcar uma outra para o debate. Senão não vai dar certo. Deixe eles falarem hoje até uma da tarde, falam, e já marcamos uma segunda reunião com eles para a gente fazer a discussão. Aí a coisa vai perfeita. A corrida deles e uma corrida nossa. Com toda sinceridade eu faria...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Acho que é uma boa idéia, mas vamos ainda ter a esperança de que seja possível no tempo curto, mas se for possível continuamos.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS)** – Não vai ser. Com toda sinceridade. Deixa eles falarem... a uma hora quando tiver que suspender, marca uma outra reunião pra gente conversar. Aí a coisa fica mais...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Perfeito. Amanhã inclusive haverá outra audiência. Mas não com os mesmos. Eu passo a palavra agora ao Sr. Walter Vieira Ceneviva.

**SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA** – Obrigada, Sr. Presidente. Boa tarde Srs. Senadores, colegas de Mesa, é uma honra para a ABRA, Associação Brasileira de Radiodifusores receber esse convite e poder contribuir para o debate da TV Pública no Brasil. Nós a despeito da ponderação do Senador Pedro Simon, procuraremos manter a exposição tão curta quanto



possível justo para assegurar. Se possível o debate. E com essa objetividade e com esse compromisso da economia de tempo, queremos lembrar que a existência da televisão pública e da complementaridade entre o sistema público, privado e estatal de televisão é uma previsão constitucional que reclamava, regulamentação que reclamava uma interferência do Poder Legislativo como agora nós assistimos provocada é verdade por uma Medida Provisória do Poder Executivo. Mas enfim, a TV Pública é constitucional. O que implica que a acate, que a respeite, que a estabeleça. É preciso pôr ênfase na complementaridade de que falou a nossa colega de Mesa, a Presidente da EBC Tereza Cruvinel e entender o que é que ela significa. Ou seja, explicitar, afirmar com toda clareza que a televisão pública não compete com a televisão privada e vice-versa. A televisão privada não compete com a televisão pública. Quando a Constituição foi aprovada em 1988, nós tínhamos o sistema brasileiro de radiodifusão sólido, cobrindo 100% do território nacional, entregando para os brasileiros de todos os cantos, de todos os recantos do País, não me refiro aos cafundós porque me pronunciando aqui nessa Comissão tempos atrás fui censurado por um eleitor que assistia o programa aqui através da TV Senado, então as rádios e as televisões atingem a todos os recantos do Brasil e cumprem essa missão e já cumpriam em 1988 quando aprovada a Constituição. E a distinção que se estabelece, essencialmente, não exclusiva, mas essencialmente ligada à forma de financiamento. É evidente que as missões com de ambas as formas de televisão são completamente diferentes e disso trata de certa maneira o art. 2º da Medida Provisória e também o art. 2º na proposta do Relator... no projeto tramitando na Câmara.

Mas o que é crucial que se atenha nesse momento é a diferença entre formas de financiamento. A televisão privada, essa televisão ao que eu me referia e que em 1988 já cobria todos os recantos do País é financiada pela publicidade. Ela é gratuita. Ela tem qualidade, uma qualidade que é reconhecida internacionalmente, nacionalmente com mais vigor ainda, e que é entregue gratuitamente para cada brasileiro. Para que ela se mantenha sólida e com a qualidade que ela encontra hoje e que não apenas isso, para que ela possa progredir, para que enfrente com coragem e com qualidade o desafio da digitalização, por exemplo, digitalização sobre a qual já falamos também aqui nessa Comissão, é necessário que se garanta o acesso dos recursos do mercado publicitário ao sistema privado de televisão e que se exclua, portanto, com ênfase que se exclua com clareza, que se exclua de maneira definitiva a possibilidade da TV Pública concorrer com as televisões privadas na busca das verbas publicitárias.

Os Advogados, e sou Advogado por formação sempre terão jeito cada qual achando que o seu jeito será melhor de explicitar, mas independentemente do texto é preciso que se diga, a televisão pública não pode ser financiada pelas verbas do mercado publicitário porque isso implica em atribuir para ela uma televisão tão importante e que tem o privilégio de ser próxima do Poder Público, uma condição, uma vantagem competitiva na busca da receita publicitária que trucidaria o sistema privado de televisão. Se não fosse o desafio da televisão digital isso já seria grave o suficiente. Diante do desafio da televisão digital que representa um volume enorme, um volume monstruoso de investimento, esse risco é ainda maior e é preciso que fique claro que a televisão pública não possa concorrer no mercado publicitário com o sistema privado de radiodifusão. Como dito, os princípios que estão contemplados no art. 2º da Medida Provisória, além de serem constitucionais são de grande adequação para descrever a importância e situar a missão da empresa brasileira de comunicação, e eu tenho certeza que V.Ex<sup>as</sup> saberão dar conta de temas que são preocupação de todos nós brasileiros, como eleitores que somos, com relação ao tamanho dessa nova corporação que se estabelece para cumprir essa missão importante que é a de oferecer a televisão pública, que diz respeito a gestão e sobre isso já ouvimos a Dr<sup>a</sup>. Tereza Cruvinel com explicações muito importantes e com relação a qualidade dessa televisão. Mas enfim, que se cumpra o preceito constitucional com estabelecimento da TV Pública de uma maneira constitucional. Ou seja, preservando o convívio de ambas e a preservação não se resume atribuir missões diferentes, mas consiste fundamentalmente em garantir formas de financiamento que não compitam uma com as outras. Eram essas as palavras que nós temos a apresentar a V.Ex<sup>as</sup>, e agradeço mais uma vez a honra de poder representar a ABRA perante V.Ex<sup>as</sup>. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Agradeço ao Dr. Walter, sobretudo a concisão com que falou e passo a palavra ao nosso amigo Alexandre Annenberg.

**SR. ALEXANDRE ANNENBERG** – Prezados Senador Cristovam Buarque, prezada Sr<sup>a</sup>. Tereza Cruvinel, Presidente da EBC, caros companheiros de Mesa, prezados Senadores. A MP 398 ela propõe um debate da maior importância. É a primeira vez em muitíssimos anos que um projeto dessa profundidade é debatido no Congresso, e, portanto, nós não podemos perder essa oportunidade. Ela exige uma ampla participação de todos nós. E a participação é justamente no sentido de propor eventuais aperfeiçoamentos na MP, eventuais correções ou eventuais alterações na MP para garan-



tir a aderência aos objetivos finais da criação da TV Pública. E é nesse sentido que nós, representando o setor de televisão por assinatura, estamos profundamente preocupados com um dos artigos da MP, que é o art. 29. Esse art. 29 ele simplesmente impõe o confisco de dois canais, da capacidade de transmissão de dois canais de toda e qualquer sistema de televisão por assinatura. Isso incorpore num grave erro técnico, num grave erro econômico, num grave erro inclusive de lógica e de bom senso. Há formas muito mais eficazes e muito mais adequadas para garantir a distribuição do sinal da TV Pública do que o confisco desses dois canais. Eu vou falar rapidamente sobre isso, para que depois a gente possa abrir a discussão, mas para que os senhores possam avaliar o que isso significa de impacto no modelo da TV paga brasileira. Eu não vou comentar, por exemplo, a impossibilidade física de confiscar dois canais de quem tem apenas um. E isso está explícito e dito com essas letras no art. 29. Infelizmente ele foi mal redigido porque ele confisca também da modalidade TVA. É uma modalidade de TV por assinatura de um único canal e, no entanto, o art. 29 confisca dois canais de todas as modalidades. Não vou também me deter muito em dizer o que significa confiscar dois canais na modalidade MMDS.

A modalidade MMDS, como os senhores sabem, é uma modalidade que pode ter de 15, 16 ou no máximo 31 canais. É esse o espectro que a modalidade MMDS oferece como televisão por assinatura. Portanto, confiscar dois canais nesse... Desse tipo de modalidade é uma violência, obviamente, inaceitável. Não faz o menor sentido. Claramente é um erro do art. 29.

Vamos discutir mais profundamente a questão do cabo. Acho que todos conhecem o modelo de televisão a cabo. No modelo de televisão a cabo são construídas redes de cabo, de cabos coaxiais e de fibras óticas que variam de localidade para localidade. Dependendo da localidade são redes mais possantes, redes tendo mais de 750 megahertz, para localidades de menor poder aquisitivo, localidades menores são construídas redes menores. 350 megahertz, por exemplo. Uma rede de 750 megahertz ela pode carregar cerca de 100, 115 canais analógicos. Uma rede de 350 megahertz ela carrega cerca de 50 canais analógicos. Há uma diferença muito grande. E os investimentos são feitos dependendo evidentemente da localidade a ser atendida. Cada projeto de rede de uma rede de TV a cabo prevê exatamente o retorno desses investimentos pela utilização da capacidade instalada. A capacidade de transmissão instalada. E é aí que conceitualmente o art. 29 da MP cria um grave problema. Porque ele confisca exatamente capacidade instalada de transmissão e que não é uma capacidade que é propriedade

do Estado. Diferentemente de uma TV aberta onde a frequência de transmissão é propriedade do Estado, sim, a frequência de transmissão faz parte do espectro eletromagnético que é um bem da União. Na verdade, a transmissão dentro de um cabo não consome absolutamente nenhum elemento que seja propriedade do Estado. Ele é fruto apenas do investimento que foi feito naquela rede. Aquela rede permite transmitir tantos canais e isso resultou num custo que deve ser depois recuperado na exploração de um serviço que é a televisão por assinatura é um serviço pago em regime privado. Então houve aí alguma confusão na redação da MP e que parece absolutamente desnecessária. Quer dizer, é uma confusão que só cria um problema e em vez de resolvê-lo. Na verdade, qual é a intenção do legislador? A intenção do legislador é claro, é oferecer a maior visibilidade possível à TV Pública. Estamos todos de acordo com isso. Mas não é a TV a cabo que vai oferecer essa visibilidade. Não vamos esquecer que a TV a cabo, a TV por assinatura como um todo atinge cerca de cinco milhões de residências. A TV a cabo atinge dois milhões e pouco de residências. Quase três milhões hoje de residências. Três milhões de residências são uma gota d'água na necessidade da TV Pública estar disponível para a população de forma gratuita, de forma livre. E há sistemas muito mais eficazes para isso. Vamos tomar, por exemplo, a banda C que existe no satélite como o Brasil Sat. O Brasil Sat é um satélite que hoje oferece cerca de 50 canais diferentes recebidos livre e gratuitamente por todas as 20 milhões de antenas parabólicas existentes no Brasil inteiro. Esse é um instrumento eficaz de distribuição. As antenas parabólicas. A TV a cabo ela tem por obrigação, inclusive, carregar sim todas as geradoras locais de uma determinada localidade. Além, claro, dos canais que nós já conhecemos. O canal da TV Câmara, o canal da TV Senado, canal das Assembleias Legislativas, canal educativo, canal universitário, canal comunitário, todos esses canais estão previstos na lei do cabo e são obrigatoriamente carregados pelo cabo. Mas, para isso, foram feitos os investimentos lá atrás que viabilizaram que esses canais fossem carregados pelas redes de TV a cabo. A idéia de que se pode inserir cada vez mais canais é uma idéia equivocada. Especialmente agora que a TV por assinatura, a TV a cabo ela está às voltas com o grande projeto da digitalização. Com o projeto da digitalização as redes de TV a cabo estão absolutamente congestionadas. Por quê? Porque ao mesmo tempo em que elas transmitem toda a sua quantidade de canais analógicos e vão continuar transmitindo até 2016, elas são obrigadas a transmitir também, elas pretendem, elas querem, desejam, precisam transmitir também a

TV Digital. E isso faz com que simultaneamente toda a programação da TV a cabo esteja sendo replicada de analógico em digital. E com isso a capacidade operacional das redes atualmente existentes está num limite praticamente total.

Então, é por isso daí a nossa preocupação e o nosso alerta. E de fato já houve várias Emendas supressivas do art. 29, tanto no Senado como na Câmara há Emendas que devem ser analisadas evidentemente pelos senhores e que a gente possa discutir isso, não no bojo da discussão da MP 398. Ela é importante demais para se fixar num ponto absolutamente secundário. Então a nossa proposta é justamente na supressão do art. 29 e vamos discutir em seguida as formas mais eficazes de distribuição do sinal da TV Pública.

Há, inclusive, outras Emendas no próprio Senado e na Câmara propondo, por exemplo, uma adequada compensação financeira para que não seja um confisco puro e simples, que haja uma adequada compensação financeira. Ok. É uma fórmula. Na verdade é uma fórmula na qual se serve inclusive a própria TV aberta. A TV aberta apesar de ser gratuita, apesar de ser uma concessão de caráter público, de uma exploração em caráter público, todos os conteúdos políticos, eleitorais, etc, eles são ressarcidos para a TV aberta na forma de vantagens fiscais. Não há um pagamento direto, mas há vantagens fiscais que equilibram os custos relativos ao espaço que é utilizado pelos programas eleitorais, pelos programas políticos, etc. Ora, se isso se faz na televisão aberta que é pública e que é gratuita, com muito mais razão se deveria fazer numa televisão paga que é fechada e que é privada.

Então, há Emendas aqui no Congresso no sentido de se destinar ou se criar compensações adequadas ou vantagens fiscais adequadas para compensar essa variação econômica forte.

Em síntese, a TV por assinatura o que ela oferece à população? E há uma camada, convenhamos, reduzida da população. Uma camada que tem poder aquisitivo. Ela fornece a alternativa de uma multiplicidade de canais. Quanto mais canais melhor. Porque a TV por assinatura ela não compete com a televisão aberta. Ela complementa a televisão aberta no sentido de que no momento em que eu não estou interessado mais em ver a novela, ou eu não quero ver o jogo de futebol, ou eu não quero ver o Big Brother, eu posso ligar a TV paga e ter uma centena de canais que tem outros conteúdos. Esse é o mérito, é esse o produto da televisão paga. E é esse que nós devemos explorar, devemos incentivar porque ele é que abre os horizontes dos telespectadores para outros conteúdos que não são apenas aqueles da televisão aberta.

Então, para concluir, Srs. Senadores, eu chamo atenção para o cuidado que se deve ter em relação a essa pedra no sapato que eu considero o art. 29, que eu repito, é o menos importante da MP e que, no entanto, pode criar um estrago muito significativo. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mais uma vez agradeço a concisão e passo a palavra agora ao Sr. Flávio Cavalcanti Júnior.

**SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR** – Bom dia prezado Senador Cristovam Buarque, demais Senadores aqui presentes, meus respeitos. Enfim, a vantagem de falar em terceiro lugar é que já sobra menos espaço para dizer bobagem. Então eu gostaria de só fazer algumas... Dizer algumas frases curtas. A ABERT é totalmente favorável ao preceito constitucional e à implementação da TV Pública. Acharmos altamente saudável, salutar, satisfatório, enriquecedor para a cultura brasileira que outros instrumentos de comunicação entrem e venham participar, mandar suas imagens, seus sinais, seus pensamentos, suas idéias, produções, para o maior número possível da população brasileira. Portanto, nós não temos sequer uma restrição a falar sobre a criação da TV Pública. Que ela seja bem-vinda a esse meio de malucos, que é a televisão, a máquina de fazer doido que o Stanislaw, inesquecível Sérgio Porto, dizia, já dizia em 1958, você imagina que visão que ele já tinha do que é que era o nosso negócio.

Muito bem. A nossa restrição, nossa grande preocupação, nosso companheiro Walter Ceneviva já falou que era o problema da exploração publicitária dos negócios publicitários que são a única fonte de receita da TV aberta. Tanto a Medida Provisória quanto o Relatório apresentado satisfaz faz totalmente a radiodifusão. Acharmos que da maneira com que está colocado está protegido esse negócio que é a publicidade.

Então, nós estamos absolutamente satisfeitos com esses aspectos. De todo o projeto que nós analisamos, resta uma preocupação sobre a qual nós não temos nem interesse de pura e simplesmente eliminar de pronto. Mas gostaríamos de abrir uma discussão, e se o Senador Pedro Simon tiver razão e não der pra gente discutir hoje, pelo amor de Deus, não vamos resolver isso e não vamos de pronto aprovar o art. 30 do projeto 30 do projeto que foi incluído pelo Relator, não veio de origem, não é de origem do Governo Brasileiro ao encaminhar a Medida Provisória, que é o que obriga, que é uma coisa aparentemente óbvia e patriótica que seja todos os eventos esportivos. Isso está na Emenda, está no Relatório, no substitutivo, perdão, desculpe, eu não sei usar a expressão correta. Mas está aqui um

papel na minha mão, que o art. 30 diz o seguinte. Dois pontos: “Eu lerei. Deverão ser colocados à disposição da EBC para transmissão ao público em geral os sinais de televisão gerados a partir de eventos esportivos dos quais participem equipes, times, seleções, e atletas brasileiros representando oficialmente o Brasil. Realizados no Brasil ou no exterior. E que tenham sido objeto de contrato de exclusividade entre entidade esportiva e a emissora de radiodifusão que decida não transmitir em televisão aberta”. Se a gente parar um segundo para pensar nisso, é ótimo. Quer dizer, nós vamos comprar a copa do mundo e não vamos transmitir o jogo do Brasil. Aconteceu algum caso... Enfim, isso nunca aconteceu. Quer dizer, você comprar um evento, você compra Libertadores da América e não transmite o jogo do Corinthians. Mas enfim, de qualquer maneira pode acontecer aqui ou acolá um problema. E temos que analisar a melhor forma de resolver o problema. Me ocorre, por exemplo, uma transmissão de Olimpíada, que uma emissora compra com exclusividade os direitos das olimpíadas e num determinado momento você tem uma competição de natação e um jogo de basquete. E a emissora vai transmitir um evento. Aí pela lei, por esse artigo o outro evento deve ser cedido à TV Pública. Vamos pensar nisso e vamos discutir um pouco mais isso. Não é injusto de pleno, mas a pergunta que se faz é a seguinte: quem paga por essa transmissão? E os custos que envolvem os direitos de contrato pela exclusividade do evento que você não compra isoladamente por esporte, no caso claro de uma Olimpíada, e o custo da transmissão e o custo satélite, e o custo de recepção, e o custo de geração daquele sinal? Então, nós não queremos descartar esse assunto, enterrar e dizer assim: não vamos tratar dessa questão. Nós queremos dizer, primeiro, eu acho que nenhum dos Srs. Senadores e população brasileira têm restrições ou queixas de que alguém comprou um evento onde o Brasil jogava e esse evento não foi transmitido. O que é pura e simplesmente burrice. (risos) E nós podemos ser acusados de muitas coisas, mas talvez não de burrice. Então transmitimos eventos com a participação dos jogos do Brasil. Mas pode ter um caso pontual aqui ou acolá de várias partidas, simultâneas. Acho que esse assunto tem que ser discutido com mais vagar, tem que ser chamado aqui especialistas em direitos de contratos de exclusividade, que são Advogados, que sabem como isso opera, as entidades que vendem esses serviços devem estar sentadas aqui para dizer quais são os mecanismos de contratos que existem para que a gente não deixe de atender a sociedade e jamais empurre apenas para as TVs pagas transmissões de eventos de interesse da sociedade geral, acho que isso deve ser de alguma

forma preservado, mas também temos que estudar a melhor maneira de se fazer. Pura e simplesmente dizer o seguinte, que nas Olimpíadas desse ano um torneio de natação vai ser transmitido de graça por uma emissora pública porque naquele momento a emissora está transmitindo um jogo de futebol, eu não sei se essa solução é a melhor para o País. Tem que prever o seguinte: Quem vai arcar com esse ônus? O custo de transmissão, os senhores podem imaginar de um evento que vem lá de Pequim, é uma fortuna. E a TV que vai pagar por isso? Será que é justo? Será que esse é o negócio?

Então, nós gostaríamos muito que essa questão fosse mais aprofundada e mais estudada. Quanto às demais questões, nós não temos resistência nenhuma, pelo contrário, estamos torcendo para que a TV Pública cresça e apareça e seja forte e relevante. O Conselho que foi criado para essa TV Pública é de dar orgulho. Eu gostaria muito que as emissoras privadas roubassem um pouco dessas cabeças. Você reunir um Boni, um Belluzzo, você tem o melhor da cabeça pensante. Dez. Vamos incentivar, vamos apoiar, vamos prestigiar. Tomara que essa TV Pública, as pessoas falam muito: Não, o objetivo da TV Pública não é dar audiência. Claro que não é dar audiência. Mas meu Deus do céu, dêem alguma audiência, pelo amor de Deus. Porque senão ela se torna irrelevante. Fazer uma TV Pública para ninguém ver, meu Deus do céu, será que interessa a nós, à sociedade brasileira gastar aí 400, 500 milhões de reais que precisam ser gastos, e que é pouco dinheiro, televisão custa muito mais que isso, enfim, tomara que essa TV Pública tenha audiência relevante na sociedade para que repercuta. Um desperdício de gente, de talento, da Tereza que a gente fica com saudade dela lá nas colunas dela, e para ninguém ver? Não. Tem que ver sim. Lutem para que ela seja vista, pelo amor de Deus. Não tenha medo de audiência. Persiga a audiência sem abrir mão, obviamente, dos princípios básicos que justificam a instalação de uma TV Pública como está se tratando.

Era o que eu gostaria de dizer aos senhores, enfim, eu não... Eu não tenho certeza de muita coisa mais, mas tenho certeza que esse capítulo da cessão dos direitos de eventos esportivos precisa ser melhor analisado. Não precisa ser descartado de uma discussão. Ele precisa ser discutido. Mas, nós estamos tratando de uma Medida Provisória que tem uma urgência, um rito muito urgente e ela não será suficientemente discutido infelizmente nesse momento. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Agradeço ao Flávio Cavalcanti



Júnior e passo a palavra ao Oscar Maurício de Lima Azedo, que aqui representa a gloriosa ABI.

**SR. OSCAR MAURÍCIO DE LIMA AZEDO** – Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores, dignos companheiros de Mesa. Como recomendado e proposto pelo Senador Pedro Simon, a quem a gente rende as homenagens pela sua fecunda trajetória na vida pública, eu vou ser sucinto e fixar alguns pontos que a ABI, Associação Brasileira de Imprensa considera relevante na criação da TV Pública no Brasil.

A ABI festeja essa iniciativa do Governo Federal porque, como sublinhado pela nossa companheira Tereza Cruvinel, ela vai viabilizar o cumprimento das disposições da Constituição que no dia-a-dia da TV brasileira, da TV aberta são ignorados ou colocados no segundo plano. Como a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da TV, a promoção da cultura nacional e regional em estímulo à produção independente, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, e os respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Nós entendemos que a criação da TV Pública vai oferecer uma forte contribuição para que essas disposições da Constituição da República e estabelecidas há quase 20 anos sejam afinal transformadas em lei. E a ABI recebe essa iniciativa da TV Pública com especial alegria e satisfação porque foram jornalistas que desenvolveram um trabalho precursor no campo da televisão no Brasil, o introdutor da televisão no Brasil foi uma eminente jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, criador e Diretor dos diários associados e membros do Senado Federal que teve o pioneirismo de trazer esse sistema de comunicação para o Brasil nos anos 50 e a idéia de uma televisão associada ao interesse público e destituída de qualquer vinculação comercial foi defendida e perseguida também com o pioneirismo por um eminente educador e jornalista do Rio de Janeiro, Gilson Amado, Prof. Gilson Amado que criou a TV educativa do Rio de Janeiro. E a ABI considera relevante, dá ênfase a esses aspectos do art. 221 que a TV Pública vai ressaltar, principalmente em relação a algumas manifestações culturais do País. Como, por exemplo, assinalado aqui pela Tereza Cruvinel, a utilização de canais de rádio como os da Rádio Ministério da Educação no Rio de Janeiro, como instrumento de difusão da cultura. Tanto a cultura da música erudita como a cultura da música popular, e também o apoio que a TV Pública pode emprestar ao cinema brasileiro. Que no dizer de um eminente crítico e estudioso de São Paulo, Paulo Emílio Sales Gomes, tem mais interesse para nós e para a nossa cultura do que o maior clássico do cinema estrangeiro. Nós assistimos na TV aberta um cerco pelos cen-

tros de produção cinematográfica norte-americanos, a participação do cinema brasileiro é infinitesimal na TV aberta e a TV Pública pode oferecer a possibilidade não só de exibição, mas como de produção de um cinema como o nosso voltado para o interesse do País e para o nosso povo.

Feitas essas declarações, nós queremos manifestar o apoio à colocação feita, a exposição feita pelo companheiro Annenberg acerca da necessidade de uma discussão mais detida do art. 29 do substitutivo do Relator Walter Pinheiro, bem como o art. 30 mencionado pelo Flávio Cavalcanti Júnior. E queremos manifestar com extrema ênfase aqui, isso foi objeto inclusive de manifestação de todas as entidades culturais e jornalistas do Rio de Janeiro, ao Presidente da República e ao Ministro da Comunicação Social no sentido de que seja mantida a idéia de que a sede da TV Pública do Brasil seja no Rio de Janeiro. E isto porque a tradição do Rio de Janeiro nesse campo da televisão, vou concluir, Sr. Senador, a tradição do Rio de Janeiro nesse campo, a importância que o Rio de Janeiro e São Paulo têm como centros de produção de comunicação no País, e o fato também de que o Rio de Janeiro, hoje, graças principalmente à atuação da emissora que lidera a audiência e a programação no País ser o principal centro de produção televisiva do País. Que pode oferecer uma contribuição muito grande à TV Pública na medida em que ela estiver instalada no Rio de Janeiro como proposto na Medida Provisória apresentada pelo Sr. Presidente da República. São essas, ilustre Senador Cristovam Buarque, as contribuições que a ABI pode oferecer a este oportuno debate.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Agradeço ao Sr. Oscar Maurício de Lima Azedo, e digo que os demais debatedores compensaram o tempo que a nossa diretora Presidente utilizou. E acho que ela utilizou corretamente porque ela que é a principal figura dessa nossa Sessão.

Nós vamos abrir a fala para os que fizeram Requerimento. A Senadora Marisa Serrano teve de presidir uma outra Comissão, então eu passo a palavra ao Senador Raimundo Colombo, lembrando que estão inscritos Senadora Ideli Salvatti, Senador Romeu Tuma, Senador Flávio Arns, Senador Pedro Simon, Senador João Pedro. Senador Raimundo Colombo, a palavra está com o senhor.

**SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, senhores expositores, primeiro meus cumprimentos pela exposição, pela participação, ela enriquece, atinge os objetivos, traz informações para nós. Eu queria fazer rapidamente a base do Requerimento que eu sou co-autor. Evidente que como conceito a TV Pública ela tem que ser aceita.



Existem experiências no mundo que comprovam a sua eficácia, a sua eficiência, a sua prestação de serviço à sociedade. É claro que são realidades diferentes. Os países que aqui foram mostrados construíram ao longo do tempo uma organização social, um instrumento de fiscalização que lhe permite essa segurança. A realidade brasileira é diferente. Não há como negar que a criação dos cartões corporativos foi uma coisa boa. Operacionalmente ela se mostrou completamente contrário aos objetivos. Quer dizer, uma coisa boa que se transformou na prática numa situação ruim. A situação das ONGs é a mesma coisa. Você tem um instrumento que tem todos os elementos para dar certo, mas na prática muitos se desvirtuam.

Então, existe um problema de ordem prática. Eu fui Prefeito do Município de Lages e quando assumi existia lá uma TV Pública. O Prefeito não cuidava de saúde, de educação, de infra-estrutura. Ele tinha mais preocupação em trabalhar com a televisão pública. E eu evidentemente que desse conceito eu a fechei imediatamente. E fui tratar de educação, de saúde, que é esse o papel. Que é essa exatamente a função. Uma primeira pergunta significa o seguinte, será que não estamos criando uma onda para todos os Estados e todos os Municípios criarem também a sua TV? E a pergunta que cabe é a seguinte: Quanto é que custa isso? Nós que estamos num País com a maior carga tributária no mundo todo, é um absurdo o que se paga de imposto, e com um Estado que ao longo do tempo se mostra cartorial, ineficiente e pior, está de costas para o povo. Então nós que temos um sistema elevado, conceituado, qualificado, aceito e aprovado pela sociedade privada, será que nós estamos criando um elemento e isso não vai virar uma moda para se espalhar por todo o Brasil? Que elemento de controle se tem? Então essa é uma questão básica. O custo do Estado Brasileiro é inaceitável para a realidade e absolutamente criminoso com a sociedade mais pobre. Esse modelo está de costas para as pessoas. E nós estamos aumentando o seu custo. Se for a nível federal e com os cuidados que está se tomando, se parar aí, até tudo bem. Agora, isso não vai criar uma moda para que todo mundo tenha a sua televisãozinha para levar a cada lugar? A TV Legislativa a nível de Câmara ela foi criada em todas as assembleias e praticamente todos os Municípios têm. “Ah, mas ela leva informação, é debate contraditório das idéias, organiza a sociedade”. Tudo bem. Mas e seu custo? Tem cidades pequeninhas que tem uma Sessão de Câmara de Vereadores por semana, está lá uma equipe contratada, uma baita de uma despesa, e aí a saúde do povo vai ficar lá esperando. Outra coisa para essa transparência ser necessária, por que se fazer por Medida Provisória?

Passa Governo, mudam-se os partidos, se alternam as coligações e por isso que a classe política está tão desmoralizada. Medida Provisória nesse caso é inaceitável no meu conceito. Por que não submeter ao Senado a aprovação de seus membros, já que eles não serão membros do Governo, e da sociedade. Por que não fazer isso? Na verdade quase que homologatório, todos são aprovados. Por que não fazer? Uma outra idéia que poderia se evoluir. Por que não fazer como se faz na Voz do Brasil um espaço de tempo na televisão Senado e na TV Câmara para que o Executivo divulgue sem mais custo, sem tirar dinheiro da saúde, da educação? Não seria uma alternativa? São discussões que podem ser aprofundados, mas que através da urgência da Medida Provisória, do rolo compressor que se forma em torno dela nós empobrecemos o processo. As outras questões estão basicamente respondidas, e aprofundadas. Mas essa é em suma os pontos mais principais que me preocupa. Nós estamos aumentando a despesa pública, isso não vai melhorar a vida das pessoas, estamos criando uma moda, para que lá na ponta da linha, lá nos Municípios tudo isso seja desvirtuado e mais uma vez vamos nos desmoralizar com os resultados que damos à sociedade, sobretudo os mais pobres do País.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu ao mesmo tempo que peço silêncio para que possamos ouvir melhor, quero dizer que não seria até um bom exemplo porque temos aqui a presença da Presidente da UNE, Lúcia Stumpf que nos prestigia na sua presença, e vamos dar um exemplo de que estamos nos comportando de uma maneira bem tranqüila para levar adiante o debate. Eu consulto aos Senadores se valeria a pena ouvir três Senadores antes de passar a palavra à Mesa. Ou se ouvimos todos os Senadores. Porque se for um a um, não terminaremos. Três ou todos? Todos.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Todos não, assim perde o sentido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Perde-se... Ninguém se lembra do primeiro.

(falas sobrepostas)

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – São dois blocos de três. O primeiro bloco é a Senadora Ideli... Não está. O segundo é o Senador Romeu Tuma, o terceiro é o Senador Flávio Arns e aí eu passo ao Senador Pedro Simon, como o terceiro. A Senadora Ideli iria para o segundo bloco. Então o Senador Romeu Tuma. Com a palavra.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Presidente, eu agradeço. Vou ser rápido como V.Ex<sup>a</sup> pediu. Mas para nós é uma honra ter a Tereza Cruvinel numa outra

posição aqui. Sendo entrevistada, e não nos entrevistando com a capacidade e competência que sempre demonstrou, pelo menos durante esses 14 anos que estou nesta Casa.

Então, o Governo, ao nomeá-la Presidente, eu acredito que soube selecionar bem alguém que possa, realmente como profissional, levar avante a tese da TV Nacional. Eu tenho aqui o nosso Walter Ceneviva que é meu guia jurídico nos artigos que escreve a respeito desse assunto e de outros também. A competência, a objetividade, e a certeza de que está conduzindo bem a idéia. Eu acho que o pronunciamento rápido que ele fez nos dá uma orientação de comportamento da discussão do projeto. Infelizmente eu vi uma parte do expositor sobre TV a cabo, me assustei com o art. 29, não sei o que é seqüestrar canal, talvez depois a Tereza Cruvinel possa nos dizer se houve no Relator da Câmara alguma medida a respeito disso, porque os canais já não existem mais canais? Isso que eu pergunto. Para poder seqüestrar outros ou... Ou não poderia ser criado um novo canal? Em vez de seqüestrar? É uma questão técnica. Eu acho que eu não teria competência para discutir. E algumas outras coisas que eu anotei da constitucionalidade que eu achei importante a exposição da Tereza que foi muito objetiva, com vários itens praticamente esgotando toda a Medida Provisória naqueles pontos em que nós poderíamos realmente algumas dúvidas, e aqui a sua citação na Rádio Nacional da Amazônia, Dr<sup>a</sup>. Tereza, eu achei uma coisa... Eu me lembrei do passado. Antigamente na Amazônia só se ouvia a Rádio da Albânia, num período difícil. A Amazônia não tinha uma comunicação de forma alguma. Só recebia a rádio...

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Senador, eu ouvia muito a Rádio Moscou.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – A Rádio Moscou e a Rádio da Albânia em português. Quando a Hora do Brasil ameaçaram tirar houve uma reclamação forte dos moradores da Região Amazônica que era o único noticiário que chegava. E essa incorporação, me parece que é incorporação, né D<sup>a</sup>. Tereza? Presidente. Incorporação do sistema de rádio comunicação da nova empresa, então eu acho que isso tem uma importância vital que a gente vincule o passado, presente que vai nos dar um futuro alguma coisa consistente. (soa a campainha) Já tocou o sino, então eu queria cumprimentar os expositores e achar que algumas dúvidas que surgiram, principalmente a indicação de mais duas cadeiras de pessoas apontadas pelo Senado e pela Câmara são importantes, mas que não sei se poderia discutir que poderiam ser membros da Comissão de Educação das duas Casas. Isso é uma coisa que eu me proponho a discutir no futuro se seria mais correto

a indicação de um membro da Comissão de Educação do Senado ou... E outro da Comissão de Educação da Câmara Municipal, para que pudéssemos permanente recebermos informações do andamento do Conselho que tem pessoas altamente de competência, como o Belluzzo, como o Paulo Lembo e tantos outros que como digo eu, foram escolhidos a dedo. Eu agradeço e cumprimento os expositores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Agradeço Senador Tuma. Quero dizer que passou por aqui, não tive tempo de cumprimentar o Deputado Ibsen Pinheiro, essa grande figura nacional e o Deputado Cezar Schirmer. Dois nobres representantes do Estado do Rio Grande do Sul. Eu passo a palavra agora ao Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sr. Presidente, expositores, Tereza Cruvinel, um prazer, uma alegria tê-los aqui no Senado participando dessa Audiência Pública. E quero em primeiro lugar enaltecer a forma como o assunto foi abordado, e as preocupações que foram trazidas. Eu gostaria de primeiro lugar destacar, do meu ponto de vista, a importância como já foi feito pelos expositores e pela Tereza Cruvinel no sentido da importância da TV Pública no País. É constitucional, é legal, é necessário, é importante, e termos normas bem claras, reguladoras. Isso vai trazer a tranquilidade, segurança para os meios de comunicação, para a população, regras bem definidas nessa direção. Eu gostaria de fazer algumas perguntas. Só perguntando para a Tereza Cruvinel se a questão do Rio de Janeiro já foi ultrapassada no Relatório que está lá na Câmara, porque eu não vejo razão também para que uma parte da TV Pública esteja no Rio de Janeiro e a outra em Brasília. Na verdade, eu diria que os dois contextos deveriam estar localizados em Brasília.

Você mencionou também a questão dos fundos, e particularmente o recurso que viria da FISTEL. Já fizemos uma Audiência Pública em outro momento aqui na Comissão de Educação e também na Comissão de Ciência e Tecnologia, e o orçamento da FISTEL é de mais de dois bilhões de reais. E a própria ANATEL vem solicitando os recursos somente de 600 a 700 milhões para o seu funcionamento.

Então, na verdade, existe uma possibilidade de mais de um bilhão e meio de reais que não vêm sendo utilizados na arrecadação que acontece com os objetivos do FISTEL. Inclusive com os problemas que a gente observa nos meios de comunicação, inclusive no contato de aeronaves com aeroportos e interferência de rádios piratas, onde esse dinheiro seria muito bem aplicado nesse sentido de fiscalização, de acompanhamento de uma estrutura melhor. Então gostaria

so que... Quanto que seria esse percentual. Porque o recurso é muito significativo, e tende a aumentar.

Eu gostaria também, me permita, eu até tinha chamado de você, mas se a senhora pudesse também responder a questão da publicidade. É algo que me preocupa, que foi levantado. Quer dizer, como é que uma TV Pública vai atender o aspecto de publicidade (soa a campainha) comercial como fonte de recursos. E, ao mesmo tempo, como é que a senhora se posiciona em relação ao que o Dr. Annenberg colocou, chamando no confisco de dois canais e como é que a senhora vê essa situação. E além dos eventos esportivos, que foi... O aspecto que foi levantado pelo Flávio Cavalcanti Júnior. Aliás, é uma alegria vê-lo aqui, todos nós que acompanhamos o seu pai na televisão, é uma alegria imensa tê-lo aqui participando desta Audiência Pública. E dizer nesse sentido que realmente já aconteceram muitos episódios no Brasil em que eventos esportivos são contratados, não talvez internacionalmente, mas não são veiculados pela rede que adquiriu o evento esportivo. Mas não como um atestado de burrice, sim como um atestado que eu diria de muita esperteza. Porque na verdade se você tem num determinado momento a concorrência de um evento esportivo, naturalmente cai a audiência, cai o pagamento, cai a publicidade da sua programação naquele determinado momento. Se pode vender por um preço muito melhor a sua programação.

Então, isso já aconteceu. Nós achamos, como sociedade, um absurdo. E, na verdade, isso tem que ser de alguma maneira discutido, como foi sugerido inclusive pelo senhor, melhor discutido.

Eu só quero também para encerrar então dizer, porque meu tempo já está encerrado, inclusive, mas dizer que é importante na apresentação da Tereza, que foi dito assim de se criar todos os mecanismos de participação da sociedade. Agora, eu gostaria, assim, que pudesse ainda aprofundar um pouco mais na sua visão, na sua preocupação, de que de fato como é que isso poderia ainda assegurar o fato de não ser uma televisão chapa branca. A exemplo do que acontece no Paraná, com a TV Educativa. Onde se utiliza a TV Educativa para afrontar, para injuriar, para difamar os opositores políticos, inclusive. Inclusive a Justiça Federal, com toda razão, determinou que não se utilizasse o espaço de uma TV Educativa para denegrir a imagem de outras pessoas. Quando se pode perfeitamente ter uma programação bastante adequada, de cunho cultural, educacional, como aconteceu na própria TV Educativa em programas lá do Paraná em que se discutiu, por exemplo, com especialistas a questão da febre amarela. E com boa audiência cerca de um mês e meio atrás. Então essa situação tem que ser pensada

porque isso é bem diferente do público e do estatal no Paraná se determina, por exemplo: não, a televisão sai do ar hoje. E é a decisão de uma pessoa em repúdio à decisão da Justiça Federal. Então vou tirar a televisão do ar hoje. E a televisão sai do ar durante 24 horas como decisão pessoal no nosso Estado.

Então isso, como é que a senhora veria essa questão realmente de uma situação em que a sociedade, além do Conselho Curador, que foi feito, quais são as suas preocupações de que isto de fato se transforme em realidade? Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu que agradeço e passo a palavra ao último desse bloco, que é o Senador Pedro Simon.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS)** – Sr. Presidente, na pessoa da ilustre Presidente Tereza Cruvinel, eu cumprimento toda a Mesa. Eu estou emocionado com essa reunião. Nós já fizemos aqui nessa Comissão um longo debate e uma Comissão Especial exatamente para discutir a televisão brasileira. O livro foi publicado, foi amplamente discutido, e já naquela ocasião se falava na perspectiva de uma TV brasileira de cunho oficial. Eu sou um apaixonado por essa matéria. Eu tenho dito que não se resolverá o problema da ética, o problema da sociedade, o problema da educação, o problema da cultura se isso não for feito via televisão. Nós não vamos levar lá para o interior do Amazonas, onde é um dia de rio para chegar até a cidade, até a escola. Nós não vamos levar... Dias. Dias de rio. Nós não vamos levar para esse conceito(F) da sociedade se não é via televisão. E hoje com essa modernidade de ensino a distância, com essa capacidade espetacular que se tem que a televisão chegue em todos os cantos. O futuro do Brasil, a formação do povo brasileiro, da cultura, da sociedade, da ética, da moral, da família, está na televisão.

Então, de um lado acho que se deve discutir e está se discutindo o debate em torno da televisão, e temos programas espetaculares, de primeiríssima grandeza. Tem agora através dos canais fechados possibilidade de grandes programas... Mas, uma emissora, e meu sonho é olhar tipo BBC, claro que adaptado ao Brasil, ele é altamente favorável. Não nego que o Governo foi muito competente botando a Tereza Cruvinel à frente disso. Que se não é a Tereza que está ali e inventasse um outro cara estaria dando uma briga de nada. Mas ela é uma unanimidade e ele foi muito esperto ao colocar a Tereza porque é uma Abre-te Sésamo. Mas na verdade, com todo carinho, eu não acho que isso é matéria de Medida Provisória. Isso não é matéria de uma Medida Provisória. Isso é matéria de um projeto. Onde o Governo antecipadamente já fizesse um am-



plo debate com a sociedade, como é o melhor, como é que vai ser... E depois o Congresso participando também num amplo debate discutindo essa matéria. Como trazer televisões que já existem, vamos trazer a universidade, vamos trazer a sociedade, vamos debater essa matéria e fazer da melhor maneira possível. É uma matéria que há anos se espera. É uma discussão que vem de longo tempo. O Governo teve a iniciativa de propor sensacional. O Governo criou sensacional. Nota dez. Mas poderia esperar mais um ano. Podia fazer esse debate olhando, analisando, podia uma designar uma Comissão presidida pela Tereza para preparar a presença da televisão. E não esse esforço dramático que está sendo feito de pegar, e aí tem as instruções internas, e aí como é que fica a TV de cultura do Rio, a de São Paulo, do Paraná, (soa a campainha) não sei aonde, não sei mais aonde. Agora nós estamos nessa realidade. Votar contra a Emenda, a Medida Provisória, é difícil. Mas nós devíamos fazer alguma coisa no sentido de que ainda que a posteriori, nós temos que estudar uma fórmula, eu falo com toda sinceridade, de salvar a TV Pública. No momento que o Governo... Quer dizer, o Lula é muito bacana, mas não é dono da verdade, eu acho que os nomes que ele escolheu, sinceramente, acho ótimos. O Conselho eu acho ótimo. O que tem de ruim é a origem. É que é o Lula que indicou. É o Governo que indicou. Então como é que vai dizer que a empresa não é oficial se todos nomes foram indicados pelo Lula? Ele teve competência? Na minha opinião teve. Escolheu bem? Na minha opinião, escolheu. Eu não vejo pragmatismo de um lado, do outro. Eu acho que foi... Mas tem o vício da origem. O vício da origem. Aí se diz que a TV é uma TV chapa branca. E aí começa de uma maneira que me parece menos produtiva, por outro lado começar devagarzinho como está começando. E acho que a Tereza está fazendo milagre. Eu acho totalmente favorável, mas se nós tivéssemos esperado, nós podíamos começar primeiro lugar com grande entendimento com a TV particular. Em segundo lugar ela na posição dela, de uma grande emissora. Eu vou ser sincero. O que menos me preocupa é que a TV vai fazer, vai divulgar o Governo. Tem que divulgar. Eu não tenho nada contra. Não é aí que é o meu problema. Meu problema é afora isso o resto da divulgação, o resto do programa, o resto da programação. Como é que vamos encarar o problema da criança? Se nós reconhecemos, me perdoem a sinceridade que as novelas hoje tem uma influência negativa em relação a formação de consciência e costumes familiares, de educação, onde lá na novela das nove a sociedade termina orientando a maneira de ser. Não é mais nem a igreja, não é mais nem a escola, não é a família que diz como é que vai ser. Vai ser a novela que

já disse que mudar um, outro, dois, três casamentos é normal. Ficar é interessante. Como é que nós vamos fazer, analisar, dizer onde tem que mudar ou que não tem que mudar. Como é que vamos conceituar e fazer isso? Isso é delicado, é difícil. E pra mim nós estamos vivendo... Olha, um momento... Pra mim Pedro Simon é um dos momentos mais importantes da sociedade brasileira é a criação dessa televisão. Eu jogo a minha alma nisso porque eu acho que é uma perspectiva que o Brasil tem e não pode botar fora. Não pode botar fora. Começou errado vai errado. Por isso eu acho que nós temos que debater, analisar, aprofundar, fazer alguma coisa. Repito, se dependesse de mim não era Medida Provisória. Acho talvez a Medida Provisória mais importante que o Presidente Lula fez sim, mas mais errada porque tinha que mandar um projeto, debater, analisar e nós votarmos com unanimidade. Como fazer, Sr. Presidente, não sei. Mas acho que V.Ex<sup>a</sup> e cai muito bem com a sua responsabilidade, com a sua paixão, a sua dedicação, o carinho que V.Ex<sup>a</sup> tem debatido essa matéria da educação, da cultura. Temos que encontrar uma forma. Talvez até ir lá no Lula conversar com o Presidente, para não é problema de medida, ou sem medida. O que nós podemos fazer para nós sairmos com o pé direito. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu e todos que estão assistindo agradecem, Senador, e vou passar a palavra para que os da Mesa respondam o mais rápido possível para ganharmos tempo. Eu vou inverter, deixar a nossa diretora Presidente por último dessa vez até para que ela possa incluir as falas dos outros. Eu passo em primeiro lugar na mesma ordem de antes, ao Walter Vieira Ceneviva.

**SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, procurando então manter a objetividade, gostaria de lembrar o seguinte: O Senador Franco Montoro quando dava aulas de direito em São Paulo, insistia com seus alunos de que o Brasil precisava de uma só lei nova, mais nenhuma lei nova, com dois artigos. O primeiro, com Projetos de Lei em vigor, e segundo, revogam as disposições em contrário. E eu lembro dessa aula do Senador Franco Montoro, porque duas das sugestões que estão contempladas no Relatório do Deputado Walter Pinheiro em relação à televisão pública, parecem refletir a preocupação de quem não teve aula com o Senador Franco Montoro. Ou seja, a intenção, ou a convicção de que a redação de um artigo de lei possa resolver um problema de conduta ilegal, de conduta às vezes até criminosa. Do que eu falo especificamente? Falo dos artigos 29 e 30 da proposta do Deputado Walter Pinheiro em relação ao que se chama no jargão do setor de must-carry, ou



seja, a obrigação de carregar o canal nas televisões pagas e falo também da preocupação com a exclusividade dos eventos esportivos. As preocupações que parecem estar por trás desses dois dispositivos são preocupações importantes. Ou seja, garantir que a televisão pública seja assistida pelos telespectadores que são assinantes do serviço de televisão paga e garantir que os brasileiros tenham acesso a eventos esportivos e que esse acesso não seja impedido pelo exercício do direito de propriedade de uma televisão que tenha comprado esses direitos com exclusividade. E eu lembrando então a lição do Senador Franco Montoro queria propor a V.Ex<sup>as</sup> o seguinte: Não é escrevendo um novo texto de lei que nós vamos obter o cumprimento de uma lei que já existe que é a Lei 8.884, a chamada lei do CADE. Ou seja, as condutas anticompetitivas que se constituam em proibir o acesso de um produtor de conteúdo numa plataforma de televisão paga, impedir que a televisão pública ou outra televisão privada possa ser distribuída nas plataformas de distribuição de televisão paga é uma conduta ilegal, é uma conduta criminosa e assim é tratada pelas Leis 8.884 e 8.137. Não precisa uma lei nova. Muito embora na nossa visão garantir o must-carry, sujeito evidentemente como nos ensinou o nosso colega Annenberg, sujeito a possibilidade técnica, a possibilidade das leis da física, mas enfim, garantir a distribuição é providência importante e impedi-la pode ser e muitas vezes tem sido impune, é verdade, mas tem sido um ilícito administrativo e criminal. E da mesma maneira em relação ao exercício que preocupava especialmente a V.Ex<sup>a</sup> Senador Arns o exercício do direito de comprar um evento esportivo e não exibir, comprar um evento com exclusividade e não exibir, ele também é criminalizado e é tornado ilícito por essas duas leis. O que nós precisaríamos, portanto, (soa a campainha) é menos o próprio artigo, como está colocado e sim efetivamente o cumprimento da Lei 8.884 que proíbe expressamente que alguém açambarque um bem e os direitos esportivos são bens para esse efeito para efeito de excluir o acesso de todos a esse mesmo bem.

Quero agradecer a menção do Senador Romeu Tuma, todavia propondo uma pequena correção. O Walter Ceneviva articulista é o verdadeiro Walter Ceneviva meu pai e eu sou aluno dele e hoje, aliás tenho alegria de comemorar os 80 anos dele.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Ninguém nega origem. Eu falei de V.Ex<sup>a</sup> mesmo. Seu pai é oconcur.

**SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA** – Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Passo a palavra ao Alexandre

Annenberg para fazer os comentários que achar procedentes.

**SR. ALEXANDRE ANNENBERG** – Obrigado, Senador. Realmente não me cabe estender mais. Porque nós esgotamos de uma certa forma a matéria, os argumentos estão aí para apreciação dos Senadores, para apreciação da própria Tereza Cruvinel porque realmente esses dois artigos, o art. 29 da medida original e o art. 30 inserido depois pelo Relator são artigos que provocam uma polêmica absolutamente desnecessária, que não tem nada a ver com a televisão pública.

Então, a nossa recomendação realmente muito firme é no sentido de que sejam suprimidos esses dois artigos e vamos dar tempo ao tempo e discutir as fórmulas mais adequadas para atender a essas necessidades que são necessidades concretas. A necessidade da transmissão de programas esportivos em determinadas condições, e a necessidade de garantir uma plataforma de distribuição para a televisão pública que seja a mais ampla possível. Tendo em vista essas duas necessidades, não vai ser difícil elaborar um projeto específico que garanta isso. O que nós não devemos no meu ver aceitar é que isso caminhe dentro de uma Medida Provisória com essas características. Não tem porque me estender mais sobre o assunto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Agradeço e passo a palavra ao Flávio Cavalcanti Júnior.

**SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR** – Eu vou acompanhar meus companheiros Walter Ceneviva e Annenberg, realmente eu acho que a questão está colocada muito claramente. Eu quero lhe dizer, Senador Flávio Arns, por gentileza, o projeto do Walter Pinheiro só trata de participação do Brasil em eventos onde a seleção Brasileira ou times que representam o Brasil, único e exclusivamente, não trata de outros esportes, não trata de campeonatos regionais, não trata de clube. Trata de campeonatos onde o Brasil esteja representado. Casos típicos de Copa do Mundo, Olimpíadas, torneios internacionais de basquete e vôlei, copas mundiais, etc e tal. E volto a dizer que não há um caso sequer de uma compra de um evento desse e que a emissora que comprou não transmite o jogo do Brasil. Porque aí que eu digo que é burrice. Quer dizer, se fosse o campeonato brasileiro, começa as questões, qual é o time que vai transmitir. Mas nesse particular, eu lhe garanto que não há um caso da emissora que comprou não transmitir a participação do Brasil. Porque nós achamos que esse artigo é absolutamente dispensável. E achamos que o problema da distribuição de exclusividade, de eventos, deve ser discutido. Mas através de uma lei própria e através de

uma discussão própria com especialistas, e entre os quais eu infelizmente não me incluo. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bem, eu vou passar a palavra à Diretora Presidente Tereza Cruvinel, pedindo o máximo de atenção dos que nos visitam. Porque eu estou vendo que agora os Senadores estão muito bem comportados. Lá atrás é que tem muita gente conversando, sobretudo na porta. Então eu peço um pouco de atenção. Ah, faltou o Presidente da ABI. O Azedo. Por favor, desculpe.

**SR. OSCAR MAURÍCIO DE LIMA AZEDO** – Pois não, Senador Cristovam Buarque. Com as nossas homenagens aos Senadores Raimundo Colombo, Romeu Tuma e Flávio Arns, nós queremos nos concentrar na intervenção do Senador Pedro Simon que feriu um aspecto fundamental do papel que a televisão tem a desempenhar no País. Papel esse que será exercido com mais eficácia por uma televisão de caráter público, uma televisão mantida pelo Poder Público que está mais afinada com os interesses nacionais sem nenhuma dependência e subordinação a interesses comerciais. Nós queremos, nesse ponto, salientar a atuação do nosso Senador Cristovam Buarque nessa campanha, nessa cruzada nacional que ele empreende pela educação, honrando, aliás, a trajetória do Presidente do seu partido, o Governador Leonel Brizola que desempenhou um papel fundamental na educação no Rio Grande do Sul e no Estado do Rio de Janeiro através da criação e implantação do programa especial de educação pública, materializado nos 508 CIEPs que o Senador Darcy Ribeiro quando Secretário de Estado da Educação implantou no nosso Estado. Queremos chamar atenção para a importância do papel que a televisão pública pode ter tanto na educação como nesse outro aspecto mencionado pelo Senador Pedro Simon. Que é a defesa da nossa cultura. A afirmação da nossa identidade nacional através de manifestações valorosas e valiosas da criação do nosso povo como o cinema brasileiro e a música popular brasileira. Então nós entendemos que a TV Pública deve ter uma atuação destacada nesse campo e como sublinhou o Senador Pedro Simon, nesse ponto a iniciativa do Governo é de uma importância extraordinária.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado. Com a palavra Tereza Cruvinel.

**SRA. TEREZA CRUVINEL** – Bom, não vou poder ser tão breve porque tem muitas questões acumadas aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mas eu pediria que não fosse tam-

bém porque temos mais quatro Senadores e daqui a pouco eles começam a ir a outras atividades.

**SRA. TEREZA CRUVINEL** – Tentarei ser mais breve, até agrupando as perguntas, mas quero rapidamente agradecer todas as referências profissionais vindas do Senador Tuma, do Senador Flávio Arns, do Senador Pedro Simon... E dizer rapidamente que eu passei 24 anos na Casa, convivi com todos, pode me chamar de você, você sabe, Senador, acho que a informalidade que eu também às vezes cometo aqui, V.Ex<sup>as</sup>, decorre dessa longa convivência. Mas quero agradecer dizendo que ter Estado profissionalmente nessa Casa ao longo desse quase quarto de século foi uma das experiências mais extraordinárias, talvez a experiência mais extraordinária da minha vida. E foi, assim, digamos, a base da minha constituição profissional que em algum momento achei que poderia ser empregada a serviço do meu País, ajudando a construir algo que eu considero importante e que deva ser perene. Eu sou passageira, mas espero como todos outros meus colegas de Diretoria, nós queremos, nosso compromisso, estamos aqui, acho que toda a Diretoria tivesse aqui, nós queremos constituir as bases e com os melhores fundamentos possíveis para a perenidade desse sistema que como disse no começo é constitucional. Está previsto na Constituição.

Tomando rapidamente algumas questões, começo aqui pelo Senador Colombo, quando falou da questão da MP, retomada lá adiante pelo Senador Pedro Simon. É claro que nós também gostaríamos de passar um ano discutindo um Projeto de Lei. Mas eu gostaria de até apontar alguns atenuantes para o caso do uso da MP.

Primeiro. A TV Brasil está sendo constituída a partir da fusão, incorporação de diferentes estruturas. TVE do Rio de Janeiro, TVE do Maranhão, RADIOBRÁS de Brasília, são estruturas antigas, diferentes, com culturas diferentes, Srs. Senadores e todos os demais aqui sabem como é delicado o processo de fusão de instituições. E um processo desses ao longo de um ano, geraria uma incerteza muito maior do que a que estamos enfrentando. E ela existe. As pessoas têm insegurança sobre... Vamos ser demitidos? A televisão vai continuar existindo? A sede vai ser aqui, vai ser lá? Tudo isso cria incerteza e insegurança prejudicial ao sistema. E segundo, queria dizer que a TV Pública foi discutida o ano inteiro o ano passado. É verdade que o Parlamento não escuta nem tudo que passa na rua, embora seja a caixa de ressonância mais sensível da sociedade brasileira. Mas o fórum da TV Pública durou meses. Durante quanto tempo se discutiu a TV Pública?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SRA. TEREZA CRUVINEL** – Então. E no ano passado de forma mais intensa. Talvez a gente devesse ter aproveitado aquele momento e trazido (soa a campainha) mais aquela discussão para o Congresso. Eu acho que houve talvez uma falta de sintonia. Mas nós estamos suprimindo isso, como bem lembrava ontem alguns Deputados, porque tem estado com todos os meus companheiros permanentemente na Câmara discutindo e suprimindo. Estamos procurando suprir a curto prazo a urgência de debate, a pressa com uma intensidade maior no debate.

Queria dizer, Senador Colombo aponta a questão de custos. Senador, queria dizer para o senhor o seguinte. Primeiro, televisão é serviço público. Prestar serviço público de informação e de contribuição cidadania através de uma programação boa, qualificada, diferenciada, como disse o Sr. Annenberg, o cidadão que pode pagar cabo, quando ele não quer ver tal programa na TV aberta de baixa qualidade, ele corre para o cabo. Os mais pobres não podem correr para o cabo, mas eles poderão eventualmente correr para a TV Pública se ela se consolidar como uma boa alternativa de programação.

E quanto a custos, lembrava o Orlando, o Governo já gasta com suas TVs estatais, a RADIOBRÁS, a outra do Rio, a outra do Maranhão. E para fazer TV chapa branca o melhor era deixar assim. Bota uns capachos lá e pronto. E faz. Aí faz como no Paraná, ou em outras experiências por aí em que a TV é governamental. E não pública. Não se trata, Senador, e aí eu digo ao Senador Simon a mesma coisa, não se trata de divulgar atos do Governo Federal. Como o senhor propôs. Então vamos dar um espaço na TV Câmara e na TV Senado para o Governo se divulgar. Pelo contrário. O senhor não vai achar nada de divulgação no Governo na programação da TV Brasil.

**SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS)** – Me desculpe. Mas eu digo que não tenho nenhuma preocupação com a TV divulgar ou não divulgar. Eu estou pensando é no resto. Isso aí eu não faço pose e nem tenho medo do que vai acontecer.

**SRA. TEREZA CRUVINEL** – É verdade. O senhor disse assim, esse não é o meu problema. Já o Senador Colombo disse: Se questão do Governo se divulgar, vamos dar espaço para a TV Câmara e TV Senado. Não. O Governo tem canal a cabo. NBR. Ali sim, ele divulga, doura pílula, faz essas coisas mostra o Presidente, Café com o Presidente, Bom Dia Ministro, transmite atos do Governo Federal. O NEBR é um canal operado pela EBC mediante pagamento. A TV Brasil essa é da sociedade. Essa não é para ser do

Governo. Não é para o Governo fazer. O nosso jornalismo todos os senhores puderem observar nós temos dois jornais repórter Brasil 21h00, muitos da oposição já estiveram lá discutindo o nosso pluralismo, o nosso equilíbrio, e a busca de um jornalismo onde todo País, todos Estados participem. Não ser um jornalismo que reflita a nossa amplitude, pluralidade, diversidade.

Mas passamos ao Senador... Senador Tuma, vou fazer uma explicação técnica que acho que muitos estão querendo. Desculpa, Annenberg, não sou a pessoa mais indicada, é o senhor. Mas o que chamou de seqüestrar canais trata-se do seguinte. Existe a TV aberta. A lei do cabo obriga que toda TV a cabo carregue uma TV aberta. Então quando vai lá na Net que é uma TV a cabo, lá tem Bandeirantes, lá tem Globo, SBT, etc. Todas. Mas isso é cabo. Uma tecnologia. Existem outras TVs por assinatura. MMDS, comunicação por microondas, outros nomes aí que o Annenberg sabe explicar melhor. E a MP diz que além do cabo, essas outras TVs por assinatura, aquela que usa a anteninha, a DTH, elas também seriam obrigadas a nos carregar. A TV Brasil. E é disso que ele reclama. Que fala que nós estamos obrigando. O cabo é uma tecnologia ilimitada, cabe muitos, dá para carregar todo mundo. E essas outras tecnologias não, elas são limitadas. Nós compreendemos, o Sr. Annenberg, Senadores que abordaram o assunto, que é preciso discutir isso lá na Câmara porque eu não gostaria que isso chegasse aqui no Senado para os Srs. Senadores mudarem a Medida Provisória ela ter que voltar para Câmara na véspera da expiração do prazo.

Então acho que essa discussão ela é proposta, veio sim original da MP e o Relator agregou ainda a TV Senado, TV Câmara e TV justiça. O que tornou as coisas mais complicadas. Essa é uma discussão que dever ser travada nas próximas horas na Câmara antes da votação. Eu acho que reencaminhar para um Projeto de Lei como o senhor sugere para se discutir isso é também uma solução razoável. Podia se negociar isso lá na Câmara. Acho que tem que resolver lá antes de chegar aqui. É isso que se trata de seqüestrar canais. Não são canais abertos, é colocar a gente na TV, é colocar a TV Brasil... Não se trata disso.

Senador Arns, rapidamente, Rio de Janeiro o Relator trocou e colocou a sede em Brasília. Vamos ver como a Câmara decide. FISTEL, apenas 2% do FISTEL estão sendo destinados ao fundo de fomento TV Pública o que dá cerca de 112 milhões anuais como o senhor lembrou bem de um fundo que tem dois bilhões e gasta pouco mais de 1/4 disso na fiscalização. E não cria nenhuma carga tributária para ninguém. Seria uma receita permanente da TV Pública.



Publicidade. Não sei se o senhor viu quando apresentei ali na apresentação, explicitei isso. Está bem encaro a questão fundamental que os senhores representantes da ABERT da ABRA levantaram da publicidade. TV Pública aqui como em outros lugares do mundo ela não tem publicidade comercial de vendas de produtos, geladeira, copo, essas coisas. Ela pode fazer publicidade institucional. Empresa tal protege o meio ambiente, por exemplo. Isso é publicidade institucional, mas é uma fração muito insignificante da natureza da publicidade. Não venderemos produtos, não disputaremos receitas publicitária com as emissoras privadas, eu acho que estamos de bom acordo a redação lá como eles mesmos disseram está bastante satisfatória. Quando eu digo assim, a TV Pública aqui como em outros lugares não pode ser escrava da audiência para buscar publicidade. Nós queremos audiência, sim. Queremos ser vistos senão não cumprimos nossa finalidade. Agora, sem ter que fazer concessões a natureza da programação para obter publicidade. Por isso a forma de financiamento é diferente, por isso tem recurso público e receitas complementares que não são da publicidade.

A questão do esporte, o Senador Flávio Arns abordou, é a questão levantada por ABERT e ABA, também tem que ser resolvida logo na Câmara antes de chegar no Senado para não ter que voltar à outra Casa. É uma proposta do Relator, admitimos que é polêmica, reconhecemos que outros países há uma prática semelhante se a TV privada comprou e não exibiu e diz respeito a nacionalidade, é a seleção lá, a Argentina pratica isso. Mas também acho que a remessa para um Projeto de Lei para uma discussão mais tranqüila seria conveniente. Mas é uma proposta do Relator e que enfrentará Emenda supressivas na Câmara. Então teremos resposta nas próximas horas. Teremos sim, Senador Arns, outras formas de participação na sociedade através de interatividade, internet, recursos diversos, 0800 – que ainda não temos nesse momento porque não tem MP, não tem orçamento, não tem dinheiro. Está muito difícil essa situação de não ter MP aprovada. Nos dificulta muito. E sim, sobre chapa branca, aí eu falo de outra... Para TV, essa TV... Se o Governo quisesse um instrumento político, deixasse como está. E bota um preposto em cada canal e faça no como no Paraná. Uma TV governamental a serviço de um projeto político. Aí não precisava de criar Conselho Curador, nada disso. O que eu lembro aos Srs. Senadores e tenho dito aos Deputados é: Se a MP eventualmente é rejeitada, eu acho que isso é um retrocesso. Ficamos o País com esse sistema que vem da ditadura. TVs pulverizadas, sem projeto, sem participação da sociedade, e geridas como cada Governador quer no

Estado e como cada Governo Federal deseja pela sua passagem pelo Planalto. Acho que é a oportunidade que se cria de mexer nessa coisa que está aí, nesse sistema que não atende à Constituição e nem atende ao interesse da sociedade. Mas se fosse para fazer chapa branca deixa como está. E colocava lá.

Por fim, Senador Simon, eu também fiquei emocionada com o senhor. Senador Simon, nós nos conhecemos há... Acho que até não devo falar. Certa vez confessei numa coluna que eu tinha ido a um lugar que tinha... onde eu não ia há uns X anos. Uma coisa relativa a ditadura, lembranças e tal. E logo cedo Senador Simon com todas as suas atribuições e tal me ligou de manhã e disse assim: Não faça isso, não confesse a sua idade você dizer que não ia lá há 30 anos. (risos)

Então, não vou confessar, Senador, mas assim, eu acho... Eu também fico emocionada de ver sua intervenção porque sei, conheço inclusive a experiência a TV Educativa no Rio Grande do Sul na sua gestão, sei do apreço que o senhor tem pela comunicação pública, da compreensão clara que o senhor tem dessa questão, e, no entanto, a questão de ter sido MP nos dificulta, digamos assim, a convergência. Agradeço muito suas referências. Mas acho que podemos, sim, Senador, suprir esse tempo curto imposto por tantas outras questões com um debate mais intenso. Estou aqui para quantas vezes for necessário, eu e todos os meus diretores, companheiros da Diretoria, para a gente melhorar esse debate. Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado. E eu passo ao segundo bloco que começa com o Senador João Pedro, depois Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, Inácio Arruda e Sibá Machado. Fazemos três... Fazemos quatro e sobra um. Então Senador João Pedro. Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Sr. Presidente, senhores dirigentes que compõem a Mesa do debate, Srs. Senadores, eu quero iniciar Sr. Presidente registrando aqui a presença do Paulo Rufino que é o Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, está aqui, a Tizuka Yamazaki, o Marco Altberg que é da Associação Brasileira de Produtores Independentes que estão participando desta audiência.

Esse debate eu penso que ele está muito ligado à história recente do nosso País. Eu quero refletir rapidamente. Mas a malha que tem no Brasil de concessões, de rádio e televisão está muito ligado aos 21 anos de ditadura militar. Que cumpriu uma estratégia de interiorizar, de fazer política, de beneficiar quem sustentou esse período da ditadura, de 21 anos.

Quando eu ouço aqui, e eu não quero... Quando eu ouço o Senador Tuma dizer que naquele período



lá na Amazônia se ouvia a Tirana, a Rádio Tirana, é porque o Brasil era chapa branca mesmo. Porque não tinha liberdade de imprensa. Ou nós vamos negar isso? Isso pra mim compromete esse período. Tinha que ouvir... a Rádio Moscou... Enfim, é porque não tinha liberdade. Então esse momento, e aí eu quero destacar a iniciativa do Governo do Presidente Lula, de apresentar uma proposta, e eu espero que a sociedade civil... Porque isso está ligado à questão pública, eu penso que mesmo sendo Medida Provisória nós temos um tempo, e vamos fazer a hora. E vamos fazer esse tempo. A Medida Provisória é ruim porque a nossa Presidente Tereza Cruvinel já está apelando. “Senadores, tem proposta, corre lá na Câmara”. Isso é ruim. Por causa dos prazos que são prazos... é um prazo fatal. Mas enfim, eu quero contribuir. Eu quero chamar atenção é da sociedade civil. Está aqui a Presidente da União Nacional dos Estudantes. Porque não a sociedade civil se apoderar desse instrumento que é muito importante para a sociedade brasileira? Então nós precisamos construir esse ambiente, fazendo esse corte com a história recente do Brasil, das concessões que sustentaram o regime militar. Então tem algumas questões. Esse caráter público pra mim, isso é o inovador. O caráter público. Por que associar esse debate com interesses menores ou com interesses particular do projeto que tem o Presidente Lula como condutor? Nós estamos discutindo aqui uma TV Pública que vai perpassar vários governos. (soa a campainha) Eu gostaria de perguntar à Tereza Cruvinel acerca desse detalhe. Porque eu quero detalhar como é que está na cabeça que eu olhei rápido e não encontrei o detalhamento da produção independente e aí com destaque audiovisual que... Como é que está isso na lei, como é que está isso na Medida Provisória, em termos assim percentuais. Tem um corte aí de quatro horas do Programa Nacional e quatro horas para o regional. Mas detalhar mais essa produção independente. Eu penso que isso garante à sociedade civil, garante conteúdo. Eu quero dizer Presidente Tereza Cruvinel, eu sou da Amazônia, eu sou do Amazonas, como é importante uma rádio como a rádio que está lá em Tabatinga na divisa com o Peru e com a Colômbia. Como é importante para nós brasileiros. Mas como é importante para a Amazônia, para a Pan Amazônia, uma rádio com conteúdo reafirmando não só a questão da soberania, mas o compromisso dos povos da Amazônia. O Brasil precisa ter uma televisão pública para garantir a diversidade cultural. Para garantir a história dos povos indígenas. Uma população expressiva aqui no Brasil que está excluído do modelo atual. Então eu penso que a televisão, esse projeto é o inovador. É novo nessa caminhada de nós consoli-

darmos a democracia no nosso País. Respeitando a diversidade. Principalmente a Amazônia, e eu concluo, tem na composição da administração do Conselho da Administração, tem a presença de amazônidas compondo essa administração? Penso que é importante. Eu não quero aqui ter um olhar piegas, regional, mas acho importante que o conteúdo da rádio e da televisão pública contemple essa riqueza cultural das nossas regiões, principalmente da Amazônia, da nossa Amazônia. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu passo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>. Presidente da TV Pública, Tereza Cruvinel, senhores componentes da Mesa. Eu queria reafirmar as posições de um dos autores do Requerimento das nossas preocupações com relação ao tamanho do Estado Brasileiro, como bem colocou a Tereza Cruvinel, da existência de uma série de equipamentos que já pertencem ao Governo Federal, e agora com mais essa junção, essa fusão desses instrumentos criando a organização nova. E aí entra a preocupação externada pelo Senador Colombo do custo disso. E vem a minha primeira pergunta, apesar da Tereza Cruvinel ter falado que não tem orçamento, não tem MP... O que já se gastou até agora nesse processo de instalação da TV Pública? É a primeira pergunta.

Uma outra questão que me chama atenção e aí muito mais como representante do Distrito Federal, eu e você, Cristovam, nós aqui do Distrito Federal, e já tive oportunidade de colocar isso em uma Audiência Pública na Câmara, com a Tereza Cruvinel, com relação à questão da sede. E agora eu já sinto... Me sinto mais confortável. Porque vi aqui o posicionamento do Senador Flávio Arns, o próprio pronunciamento do Relator, que altera essa questão da sede, mas veja ao mesmo tempo, Presidente da ABL, Dr. Oscar, defender incisivamente a questão do Rio de Janeiro por questões técnicas, questão de um centro de produção de TV. Todos nós sabemos que com a evolução tecnológica essas ilhas de produção, essas fontes de produção elas podem estar em qualquer local, em qualquer parte do mundo. O que nós queremos, e o que nós reafirmamos é que Brasília é a capital do País. E estamos vendo no próprio Relator, a Relatoria mostra a existência do volume de funcionários existentes na RADIOBRÁS em Brasília, existente no Rio de Janeiro, no Maranhão, enfim. E para ter apenas reafirmar essa questão da capital do País, todos nós sabemos que o Rio de Janeiro até hoje, depois de mais de 40 anos de inauguração da capital em Brasília tem mais servidores públicos federais do que a capital do País.

Nós como representantes de Brasília reivindicamos isso. Que a sede dessa instituição fique na sede do poder. Fique em Brasília. E eu já estou mais animado porque vi posicionamento aqui do representante do Paraná e do próprio Relator nessa direção, reafirmado pela Presidente Tereza Cruvinel.

Eu queria também me reportar às posições colocadas pelo Senador Pedro Simon. A importância de... Eu vejo quase que a unanimidade (soa a campainha) aqui a necessidade da criação da TV Pública, da instituição que discutimos. A origem foi muito contestada, através de Medida Provisória, mas ao mesmo tempo contornado por esse processo de discussão que vem de longo tempo. Achamos importante a existência disso para alterar as questões culturais, para se difundir a questão educacional no Brasil, coisas básicas que a população de baixa renda às vezes não tem acesso e como disse muito bem o Senador Simon, são influenciadas pela programação da TV... A TV não pública, a TV particular ou a TV privada. E influi efetivamente na formação da moda, da cidadania, de princípios educacionais, familiares, e aí entra certamente uma televisão pública para difundir os princípios culturais, familiares, que nós nação brasileira temos o desejo de perdurar, o desejo de difundir.

Então, Tereza, a minha preocupação, a minha interferência, nós já estamos aqui, Senador Presidente, nós dos Democratas, extrapolando nosso tempo aqui, está havendo uma reunião da nossa bancada, eu peço... não vou ouvir a resposta de viva-voz, mas vou tê-las com certeza, e foram questionamentos que já fizemos em outra oportunidade. A nossa preocupação é com relação à sede, com relação ao custo e a pergunta é: Quanto é que já se gastou até agora, se é que já se gastou alguma coisa para a montagem da TV Pública.

Peço escusa por ter que me retirar porque realmente estou atrasado para a nossa reunião de bancada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu agradeço e fique tranquilo que pelo menos um dos pontos eu farei a cobrança também aqui, se a Presidente não responder que é a sede ser em Brasília. Ou então sorteemos em qual outro Estado.

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – O que me parece o menos democrático da coisa. Vamos insistir e mostrar com argumentos a necessidade...

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – O local mais aquecido é o Ceará.

(risos)

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – Há inclusive Senador Cristovam, uma preocupação do Go-

verno local em que tudo que for possível e necessário com relação à questão imobiliária, a questão de local, de ampliação de espaço o nosso Governador assume o compromisso inclusive de fazer cessões.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – E eu fico contente porque com isso os Democratas estão apoiando a TV Pública.

(risos)

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – É porque eu vejo... na verdade, na verdade...

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – A única condicionante foi a sede em Brasília.

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – Na verdade eu me reportei às posições do Relator, assinou o Relatório do Requerimento mostrando que é um custo elevado para o País. É mais um instrumento público, uma ampliação do Estado Brasileiro. Não fujo das colocações e ratifico as colocações do Colombo como Democrata.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado, Senador. Eu passo a palavra para a Senadora Rosalba Ciarlini.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de em primeiro lugar cumprimentar os expositores, agradecer a presença de todos, até porque como Democrata, e aqui falaram os democratas, e vocês colocavam os democratas não estão contra. Contra nós não estamos àquilo que venha para o benefício do nosso País. Nós queremos, sim, é que seja... (soa a campainha) que possamos unir...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Vou pedir um momento para que todos prestem atenção à Senadora Rosalba. Tem muito a falar, sobretudo tenho certeza pela visão que ela tem da importância da TV na Educação.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Exatamente, Sr. Presidente. Eu digo que nós não somos contra. O que nós queremos é construir algo que realmente traga benefícios e não seja, de forma nenhuma, um instrumento de promoção de Governo A, de Governo B, de candidato... De Presidente A ou Presidente B. Porque acho que é como a Sr<sup>a</sup>. Tereza Cruvinel, a Diretora Presidente colocou, nós passamos, nós queremos algo que fique e que dê bons resultados. Se é constitucional, e quando nós olhamos e vemos as pessoas com adesivo “TV Pública eu aprovo”, escuto dizer que faltou sintonia com a Casa que é do povo, porque o Senado e a Câmara é exatamente a expressão do povo de todo esse Brasil, e que para termos uma discussão dessa foi solicitado por nós. O que eu quero colocar é que nós não queremos ser apenas instrumento para dizer amém. Nós queremos trazer

contribuições. Nós queremos dizer que a TV Pública, dentro do seu sentido de fazer com que esse Brasil possa ser mostrado nas suas mais diversas expressões, culturais, artísticas, educacionais, o Brasil que nós queremos valorizar cada recanto mais distante, desde o meu seco nordeste até regiões mais ricas. O que nós queremos é que exista paridade para de repente não termos uma TV Pública que em detrimento das regiões mais ricas, onde com certeza se concentram a produção maior, nós sejamos esquecidos como somos muitas e muitas vezes nessas desigualdades existentes nas nossas regiões. Nós queremos que ela valorize porque tem muito o que mostrar do norte, do nordeste, do centro-oeste, que precisa o Brasil saber e como instrumento de educação eu não tenho dúvida que toda TV, seja pública, (soa a campainha) seja TV Brasil, claro, todas são públicas porque é concessão pública, mas sejam elas órgãos privados ou não, ela tem que ter essa responsabilidade e é de uma importância muito grande. Porque a minha experiência, o Senador aí falava porque tive a experiência de... Aí vem um pouco, não só, Senador, a presença da Prefeitura do interior, a presença da pediatra que está em constante... Ligada com a infância e com a adolescência, mas também da mãe. A gente sabe que a televisão ensina num segundo o que muitas vezes um professor passa horas e horas para fazer chegar.

Então, eu quero mais que fique uma preocupação. Por que é que a gente tem essa preocupação de dizer, são os custos. Tem que ter uma sede só, não pode ser dividida em várias estruturas. Porque o custo é maior. Tem a questão, e aí defendo também que seja Brasília, porque é a nossa capital, e daqui tem que emanar para todo Brasil. Tem a questão dos custos que nós nos preocupamos. Porque já existem tantas estruturas públicas custeadas com o dinheiro do povo, como fazer mais uma e uma grande que vai, claro, associar várias, mas para que esses custos não sejam... Não vão se multiplicando, multiplicando, e ficando cada vez mais pesado para o bolso dos pobres, dos brasileiros que pagam seus impostos. Mas, uma coisa que eu gostaria de colocar. Talvez até por desconhecimento, porque não tive... Não detalhei ainda, não estudei profundamente a MP, mas pelo que eu vi, os conselhos eles são conselhos indicados, nomeados pelo Presidente. Indicados na sua grande maioria, majoritariamente pelos órgãos que são governamentais. O Ministério vai indicar uma pessoa pra fazer parte do Conselho Administrativo. Um exemplo aqui.

Então, claro, se é o Ministério que indica, o Ministro... Foi assim que eu estou... Na leitura entendemos. Por que é que cada um, como a exemplo do que acontece na indicação para as agências reguladoras, para

os Embaixadores, não passam a ser... A indicação não é analisada, não é debatida, não é sabatinada aqui no Senado e aprovada feito como fazemos com vários... Os Embaixadores e as indicações das diretorias e das MP? Fica aqui essa colocação para que possamos ter uma integração maior, conhecimento maior, porque essa TV Pública ela também tem que ter o máximo de transparência, o máximo de conhecimento de toda a sociedade. E nós temos essa responsabilidade de levar para a sociedade e tirar as dúvidas que chegam e gostaria aqui também para finalizar que também vou pedir desculpas porque vou ter que me ausentar, em função da reunião que está acontecendo, dizer que como ficará, por exemplo, numa determinada cidade do mais distante recanto deste País. Como chegar à TV Pública brasileira aonde não existe TV Educativa, não existe TV... Fazer chegar, por exemplo, uma grande manifestação cultural, algo que possa trazer, seja da Amazônia, seja do nordeste para que essa TV dê cobertura e faça a sua divulgação? Como chegar a isso? Como vai ser também essa questão da... Ela não é comercial. Mas ela também, de certa forma, vai ter que sobreviver, além das verbas públicas ela vai ter esse espaço. No caso das propagandas governamentais, institucionais não só Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, divulgação... prestação de contas de seus serviços? Isso será gratuito? Isso vai ser cobrado como é cobrado pelas outras TVs? Então tudo isso ficam essas dúvidas, esse questionamento, mas gostaria aqui também de aproveitar e dizer que estamos querendo ser ouvidos, o Senado... Dar as nossas sugestões, discutir mais porque a MP realmente quando ela chega já parece até que a gente tem que baixar a cabeça e dizer amém. Isso nós não concordamos pela importância, a representatividade que temos aqui trazendo de nosso Estado. E parabenizar a mulher Tereza Cruvinel que está ocupando esse espaço tão importante e que está levando, com certeza... Com competência, com a persistência que é própria da mulher, a insistência, eu espero que seja, Tereza, que você consiga superar tantos e tantos obstáculos, e com certeza tem nessa caminhada, e fazer o que seja melhor para o nosso Brasil. Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado, Senadora Rosalba. Eu passo a palavra ao Senador Inácio Arruda e logo depois darei continuidade aos outros dois inscritos, Sibá Machado e Eduardo Suplicy.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não acompanhei tanto como o Senador Pedro Simon a trajetória de Tereza Cruvinel, apenas por 12 anos na Câmara dos Deputados, não só os permanentes diálogo que



ela realizava ali no cafezinho, no Salão Verde, depois vim aqui para o Senado muito bem articulada, e sempre escrevendo com muita precisão sobre a realidade brasileira. Quer dizer, escrevendo em um órgão privado, mas sempre com caráter muito público. Então acho que essa é uma virtude muito positiva, e talvez um dos pontos mais importantes para a tua escolha para dirigir essa importante empresa brasileira. Segundo, Sr. Presidente, eu proponho que formemos uma Comissão de Senadores para ir ao Paraná. Porque o Paraná é dirigido por um ex-Senador da República que tinha sido Governador do Estado e sempre esteve muito ligado às causas da liberdade e da democracia. E alguma coisa está errada. Há algo estranho acontecendo. Na dúvida, eu fico com o ex-Senador Requião. Na dúvida. Mas como existe a dúvida, então quem sabe a Comissão de Educação não possa partir na frente e fazer uma visita ao Paraná para saber o que está acontecendo porque muitas vezes a interferência da justiça não é a favor da democracia e da liberdade no nosso País não. Muitas vezes é para contrariar o direito à democracia e à liberdade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador, desculpe interromper. Mas se isso for um Requerimento formal eu terei o maior prazer em submeter a essa Comissão.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Estou requerendo, vou formalizar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Hoje não vamos poder votar porque não é deliberativo, mas amanhã poderemos. Uma boa idéia de vossa parte.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Eu ainda fico muito satisfeito de ter a companhia de V.Ex<sup>a</sup> nesse requerimento. Em seguida, eu pergunto assim, mas por que uma TV Pública? Por que uma instituição pública? Ora, todas as concessões já não são públicas? Já não é um serviço público? Todos não operam concessões públicas? Em todas as áreas da radio-difusão, de som e imagem, quer dizer, na difusão de som e imagens é concessão pública. Todos os canais, todo o espectro ele é público. E ele é concedido e as empresas passam a ter o direito de explorar por tempo determinado aqueles canais.

Então, por que é que tornou-se tão necessário uma TV Pública? Porque, na nossa modesta opinião, e vale ressaltar o aspecto levantado pelo (soa a campanha) Senador João Pedro, teve uma época que só se podia ouvir na Amazônia e em muitos cantos do País era a Rádio Tirana mesmo. Ou a Rádio Moscou. Porque não tinha outra alternativa. Porque todas as concessões públicas, sem TV Pública eram chapa branca. Então. Não eram chapa branca? Mas não

eram públicas. Efetivamente não eram públicas. Mas elas passaram a ter um papel de chapa branca. Não só lá na ditadura, não. Agora mais recente. Quando se discutiu no Brasil o programa de privatizações e o projeto neoliberal no Brasil, houve quase que uma atitude uníssona nesses meios. Não eram chapa branca? Mas não eram públicas. Mas eram chapa brancas. Então não é o problema. A chapa branca não é problema de ser pública ou privada. Tem muita privada chapa branca que inclusive funciona às custas do erário, e às vezes tem muitas públicas que não são chapa branca. Que podem não exercer o papel de chapa branca. Então acho que pra gente ver por que é que passou a ter essa necessidade de você ter uma instituição efetivamente pública. Com esse caráter que a Tereza levantou aqui, acho que ele é muito significativo. O Governo tem uma empresa. Uma empresa que divulga os atos do Governo. Onde ele pode dourar pílula, onde ele pode fazer... Maquiar, digamos assim, a informação. Quer dizer, você tem o fato e depois você pode maquiar do jeito que você quiser. Agora, há uma organização pública que é a TV Pública para poder permitir esse pluralismo de idéias. O pluralismo cultural deste vasto território que tem a região nordeste, que tem o bioma que só existe no nordeste brasileiro. Que é a caatinga. Não tem outro. Não tem outro semi-árido com esse bioma. Que possa discutir os grandes projetos públicos e privados. A Transnordestina não é um projeto, digamos assim, desenvolvido pelo Governo. É por uma empresa privada. Mas ele tem um caráter público excepcional. Então tem que ser debatido, discutido numa TV Pública num outro patamar muito mais elevado. Eu falo da norte-sul. Então, um grande empreendimento que está sendo realizado no Brasil. Acho que são esses aspectos que a TV Pública tem que priorizar que uma TV comercial por mais que faça e faz, muitas têm realizado grandes trabalhos sobre a Amazônia, sobre o nordeste, o sul do País... Quer dizer, tem grandes programas que tem sido realizados no nosso País por todas, sem exceção, mas você tem aqui a possibilidade de um debate muito mais vivo, muito mais acesso com as diferentes opiniões, idéias, partidos diferentes... Cada um tem um espaço muito mais significativo numa TV Pública do que numa TV que tem uma concessão pública, mas que tem um outro caráter do ponto de vista da exploração. Porque o negócio exige que o tempo de fala não pode ser aquele, tem que ser mais curto, porque tem o comercial, eu tenho que ganhar dinheiro, porque é um negócio. Não é só informar. Você precisa ganhar. Você precisa ter recursos. Tem que ter dinheiro. E promover determinados produtos que num determinado momento ele não tem assim grande interesse público, (soa a campanha), mas tem grande interesse comercial.



Então você precisa vender. Então a natureza é completamente diferente. Por isso que tem a exigência da TV Pública para dar esse pluralismo para a sociedade brasileira. Acho que veio em boa hora. Acho que devia ser tudo por Projeto de Lei. Não devia nem ter Projeto de Lei com aquele caráter de urgência urgentíssima que o Governo sempre pode recorrer. Devia ser tudo por Projeto de Lei. Mas há um fato concreto. É que desde a Constituição que tem Medida Provisória, e não tomei conhecimento de nenhum que abrisse mão das Medidas Provisórias.

Então, objetivamente tem uma Medida Provisória. Ela tem um tempo para discussão, para debate, acho que abre um espaço, se realiza Audiências Públicas como essa, antecipadamente o Senado está discutindo algo que está na Câmara. Nós já estamos discutindo aqui. Já foi discutido antes, o Orlando Senna levantou aqui. Três anos de debate de discussão, um ano acesso que foi o ano de 2007, e agora estamos em 2008, já no calor, digamos assim, da Medida Provisória.

Então vejo esse caráter da TV Pública. Ela tem uma outra dimensão, quer dizer, ela tem um espaço muitíssimo maior do que uma mera exploração comercial com todo zelo e com cuidado que devemos ter o papel que as instituições comerciais têm jogado no Brasil. E mais, uma articulação que acho que pode abrir espaço que é para um... Eu participo aqui, vários Senadores e vários Deputados Federais, o Senador Cristovam que preside a Comissão, participa do Parlamento do Mercosul. Espaço extraordinário. Acho que a TV brasileira já devia entrar nesse espaço para discutir as relações com nossos vizinhos, o que é a cultura do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, uma nação Guaraní, da Bolívia, uma nação com duas grandes etnias fortíssimas, uma ocupando hoje o posto de governa o País, o Chile, a Argentina, quer dizer, a Venezuela. Quer dizer, abre-se um paço novo que uma TV Pública pode ser, digamos assim, a que entra primeiro. Porque não é negócio. Em seguida você vem com outras empresas, com outras instituições que, aliás algumas já estão nesses espaços explorando do ponto de vista da área de difusão de som e imagem.

E por último, eu sou a favor do Ceará para sede. Porque tem muito mais calor no Ceará. Não tenho dúvida disso. Sou a favor do Ceará. Agora o que eu acho que deve ser examinado, porque a empresa está, digamos assim, constituída e como apareceu essa polêmica de ser Rio de Janeiro ou Brasília, eu considero que nós devemos examinar o seguinte: O que é o custo disso? Ali nós já tínhamos a antiga Fundação Roquette Pinto. Uma empresa já bem estruturada, bem organizada, com pessoal, sempre vi como qualidade tecnológica e de pessoal. De Recursos Humanos. En-

tão é considerar esses aspectos. Quer dizer, a estrutura que já existe, o problema de tecnologia, porque tem muitas instituições que são de caráter nacional e federal, mas que se mantêm ou no Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados. Se tiver muita polêmica, Tereza, por favor, Ceará.

**SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM)** – Se tiver muita polêmica tem o Amazonas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Vou passar a palavra ao Senador Sibá, mas eu lamentavelmente tenho que sair correndo para uma viagem ao Rio de Janeiro. Eu gostaria de chamar o Senador Mão Santa para presidir.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Tereza, aproveita e manda fazer a entrevista com o Senador lá.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Quero deixar claro da minha satisfação de estar presidindo essa Sessão que eu considero histórica porque a TV Pública é uma instituição histórica que vai fazer história, e que daqui, Tereza, falando (interrupção no áudio) como você disse, eu espero que saiam algumas contribuições que possam melhorar. E sei que o Governo e toda a direção está aberta a isso. Entre as minhas contribuições será o maior uso possível dentro do possível, claro, para programas educacionais, especialmente aqueles que as TVs privadas não fazem. Porque não têm mercado que é para as crianças na primeira infância. Aquelas que ainda não pedem para comprar as coisas. E a outra de fato é o processo de democratização que a gente possa fazer para que acabe essa idéia de que é uma instituição chapa branca. E até mesmo que é uma instituição estatal. Que seja uma instituição de fato pública. Mas essa Comissão vai procurar dar as contribuições, e não opor-se a um projeto que tenho certeza trará vantagens para o Brasil. Peço licença por estar saindo, mas continuo aqui de coração. Senador Mão Santa.

**SRA. TEREZA CRUVINEL** – Agradeço muito Senador Cristovam pela oportunidade de aprofundarmos esse debate, e o que nós queremos é isso mesmo, a MP está sendo aperfeiçoada na Câmara e certamente o Senado também dará importante contribuição. Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu deixo na mão desta Presidência... Deixo na Presidência quem vai pedir a sede para Teresina ou para Parnaíba.

*(troca de presidência)*

**SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Convidamos para usar da palavra o

piauiense emprestado ao Acre. Senador Sibá Machado.

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Obrigado, Senador Mão Santa, agradecer aqui aos convidados dessa importante reunião de Audiência Pública, a todas as pessoas que tanto se interessaram também pelo tema, seja pela TV ou Rádio Senado como os que compareceram até esta Comissão. E em nome dos convidados, saúdo aqui nossa colega e companheira Tereza Cruvinel. Eu fui provocado pelo Senador Romeu Tuma, porque na minha época de trabalhador rural no Estado do Pará três coisas eu fazia no final do dia de segunda a sexta. Número um, tomar meu banho, número dois jantar e número três pegar meu moto-rádio e sintonizar sempre alguma dessas rádios. Ou a Central de Moscou, ou a BBC, ou a Rádio Vaticano, a Alemã, e é claro, tinha uma importante emissora também norte-americana e o grande debate daquele momento que me chamava muita atenção era a Nicarágua. E os moscovitas tinham um programa que era: Tirem as mãos da Nicarágua. E os americanos também tinham uma programação carregada e ali que eu pude sentir o que era o apogeu da guerra fria. Claro que não entendia direito, mas achava interessante aquele debate. E aquilo foi formando também opinião não só em mim, mas todos os vizinhos nossos gostavam de ter essas programações. Era o que nós tínhamos. Mas algum Senador aqui lembrou que também não tínhamos os rádios de alcance local. Nós tivemos a Rádio Nacional e eu nunca vi pessoalmente Delson Moura, mas por tanto que essa pessoa era popularizada na Amazônia e eu nunca o vi na minha frente. Mas eu não sei se ele sabe do tanto que ele era respeitado ali. Não só ele, estou simbolizando mais todo aquele elenco de pessoas que faziam que fazia a programação da Rádio Nacional da Amazônia. Então era muito potente isso. Nós tínhamos horários que podia pegar. Podia dizer que durante o dia nossas rádios todas, nossos aparelhos estavam sintonizados na Rádio Nacional, e durante à noite estávamos sintonizados em alguma dessas outras rádios.

A questão que eu pude absorver até agora do debate, nossa amiga Tereza, acho que as duas perguntas que não param de ser feitas é se de fato que a estatal não é uma alienação também, da opinião de um Governo, se não vai apenas ser reprodutora da opinião do Governo vigente, com esse instrumento, e a outra que acho que é muito perguntada se nas empresas que são privadas, que executa o serviço que é público também, concordo com o Senador Inácio Arruda, que é uma concessão pública, mas se não vai abrir algum tipo de competição.

Então baseado nesses dois eu quero lembrar aqui a frase de Winston Churchill, que ele dizia na época da segunda guerra mundial que duvidava da opinião pública. E reafirmava que a opinião é publicada, e que, portanto, toda opinião ao ser emitida ela está carregada de um interesse daquele que a profere. Neste caso, qual é o ponto de equilíbrio, garantir nosso ponto de equilíbrio que essa TV não vai... Não tem uso da máquina política de quem está com o poder naquele momento. (soa a campainha)

A outra é: Eu também concordo de que ela possa abranger e hoje com o Programa Luz para Todos sou testemunha de que nos rincões amazônicos está chegando tanta antena parabólica que fiquei muito impressionado. É o segundo produto mais comprado na lista de quem recebe energia elétrica em casa é a antena parabólica. E claro que a TV Senado eu numa vi os nossos rostos tão publicados e um dos mais mencionados e o do Senador Mão Santa é neste momento. E as TVs, seja daqui do Congresso, a Câmara e Senado, como muitas Assembléias Legislativas pela força das circunstâncias me chama a atenção de dizer que aqui não vale a idéia de que quem está na Presidência do Senado ou da Câmara ou coisa parecida determina a programação dessas TVs. Acho que a TV tem sido isenta da guerra política que se faz nessas Casas Legislativas. E, portanto, eu quero acreditar que esse é o mesmo espírito, que este Conselho Curador vai ter em relação à TV Pública brasileira.

Quanto à programação, sei que já pode ter feito este comentário e peguei aqui de relance no final, quais são as programações que o brasileiro tanto gosta, que aí faço um pequeno parêntese, conversei com pessoas que gostam muito de estudar, são sérios estudiosos, e qual é o momento de lazer, o relâmpago de lazer? Alguns gostam inclusive do “besteirol”. Gosta de ver o Chaves, gosto da revistinha do Tio Patinhas, do Chico Bento, e até da música do Mamonas Assassinas, e tal... como é o momento do seu relax, do seu momento de relaxamento. E o que é que nós podemos oferecer para o Brasil uma programação que não pode ser um purgante, ela tem que ser competitiva na sua qualidade, transferir a questão do conhecimento, da integração cultural do País e tudo mais, de maneira muito agradável e neste momento que ela vai ter uma programação muito agradável como evitar também fazer uma competição com aquelas que tem que suar frio para ter as suas finanças em dia. Então estou entendendo que a TV Pública não vai vender serviços como se fosse uma TV privada, mas também não pode ficar à reboque oferecendo programação absurda para também não ter audiência nenhuma.

Então com isso eu só encerro dizendo também de que fiquei muito feliz de ser você que está cuidando deste trabalho neste momento e uma pessoa que eu conhecia seu pai também pela televisão, aqui Flávio Cavalcanti Júnior que encerro dizendo um dia num cartório uma pessoa me falando, o chefe do cartório, dos nomes mais aberrantes que apareceram para se registrar um filho. E ele citou que um pai e uma mãe chegou lá querendo registrar o seu filho com o nome Flávio Cavalcanti, o rei da televisão brasileira. (risos) Então... (risos) Então encerro com este comentário e aguardo as respostas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Concedemos a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Desnecessário pedir síntese, que lhe é peculiar.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)** – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Flávio Cavalcanti Júnior, Walter Ceneviva, Oscar Maurício Azedo, Alexandre Annenberg, e quero cumprimentar a Presidenta Tereza Cruvinel pela responsabilidade e condução dos trabalhos até agora. Gostaria também como Senador Pedro Simon e outros assinalaram que pudéssemos ter tido a discussão deste projeto através de Projeto de Lei, mas aqui estou compreendendo as razões de emergência que levaram o Governo do Presidente Lula a apresentar o projeto através de Medida Provisória.

Ainda não conheço prezada Tereza, a TV Brasil. Até estava perguntando aqui ao Mário, afinal, quais são os canais para nós podermos ver melhor? Eu vi por coincidência a TV Brasil, por exemplo, ontem à noite, ao assistir o Programa Roda Vida com o Ministro Jorge Hage estava escrito TV Brasil, no que antes era a TV Cultura. Então falei: Bom, já estou assistindo a TV Brasil. Então estava perguntando até transmitir porque as pessoas não sabem ainda, em Brasília o canal 2, a NET 16, São Paulo 68 digital, 69 ambos UHF, Rio canal 2. Mas uma das perguntas que eu tenho é quando é que poderemos assistir a TV Brasil a esta nova televisão em canal aberto, como digamos, as demais emissoras de canal aberto e se isso vai acontecer em toda a região... Em todo o Brasil, ou se será por etapas gradualmente para que possamos acompanhar?

Quero também assinalar e requerer, Sr. Presidente, a manifestação das inúmeras entidades como o Congresso Brasileiro de cinema que... Assinado pelo Presidente Paulo Rufino, aqui presente, mas com 54 entidades que conclamam a todos nós Senadores e Deputados para estar examinando os méritos e o interesse maior que representará a TV Brasil para todos, inclusive no mesmo sentido o documento da APACI, Associação Paulista de Cineasta, inclusive com muitos aqui presentes, como a própria Tizuka Yamazaki

e outros que estão aqui presentes e também a manifestação de inúmeras entidades (soa a campainha) representativas de trabalhadores que aqui afirmam TV Pública uma necessidade democrática e... Mas gostaria, sobretudo de pedir à Sr<sup>a</sup>. Tereza Cruvinel que possa nos explicar a respeito de uma preocupação natural. Grande parte dos cineastas, dos produtores de cinema, inclusive de dramaturgos, produtores de teatro, produtores de documentários dos mais... Seja dos pequenos, dos longos e assim por diante, vêm na TV Brasil uma oportunidade muito significativa de abertura de oportunidades. As emissoras privadas de televisão hoje têm aberto espaços gradualmente maiores para o cinema brasileiro, para as produções brasileiras. Mas, sentem estes produtores, diretores, artistas e assim por diante que gostariam que houvesse muito maior oportunidade. Uma das preocupações é: Em que medida a Empresa Brasil de Comunicação, a TV Brasil vai possibilitar uma ampliação das oportunidades destas produções serem transmitidas? Que diretrizes há até o momento de que isto venha a ocorrer? Em que medidas será a própria Empresa Brasil de Comunicação que vai produzir? É esta a intenção de se ter ali uma outra produtora ou se vai aproveitar a possibilidade de todos estes produtores efetivamente terem na TV Brasil um canal maior? E, sobretudo, pelo que a própria Tereza Cruvinel aqui nos expôs, isso poderá nos representar uma ampliação da oportunidade de todos os brasileiros conhecerem melhor a nós próprios. Nós conhecermos melhor a produção cultural do Piauí, do Ceará, do Acre, e nós de São Paulo e vice-versa. E assim por diante, de todas as regiões. Mas, meus cumprimentos. É isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Agradecemos a brevidade espontânea do Senador Suplicy, e o nosso eficiente Secretário-Executivo Dr. Júlio Linhares que está aqui presente e nos honra, a Sr<sup>a</sup>. Solange Lima que é Presidente da Associação Brasileira de Documentaristas e Curta-Metragem.

Então, dando seqüência, nós passaríamos a palavra aos que dirigiram esse debate, os ilustres convidados.

Então, vamos deixar por último a mulher, né? E essa Mesa só aceitei porque olhei aqui e tinha uma mulher. Porque se tivesse só homem eu fugia.

Então, cada um usa da palavra. Primeiro, o tempo que achar conveniente e se puder expor qualquer assunto está disponível. Convidamos o Sr. Alexandre Annenberg. Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura.

**SR. ALEXANDRE ANNENBERG** – Bom, para sintetizar e para encerrar esse debate, essa participa-



ção, que obviamente é da maior importância, isso ficou claro no interesse de todos os Senadores, na troca de idéias, etc, me parece fundamental que a gente não pode poluir esse debate dessa importância com questões menores. E a questão que nós fomos obrigados a levantar aqui do art. 29, do confisco de ativos, de empresas que militam na área de TV por assinatura não é uma questão menor em termos conceituais. Vamos entender bem que é uma questão da maior relevância conceitual. Mas não há porque nós deixarmos que esse episódio ou que esse detalhe polua um projeto de tal importância como é a Medida Provisória.

Portanto, sob todos os pontos de vista é absolutamente recomendável suprimir o art. 29, assim como o art. 30 do nobre Relator e deixarmos esse debate ali para frente, com Projeto de Lei melhor estruturado para atender as exigências técnicas e econômicas desse setor que não pode ser simplesmente utilizado de uma forma indevida. E com tudo isso que nós devemos fazer do nosso objetivo comum é a maior plataforma disponível para a difusão da TV Pública. Eu acho que essa é uma obrigação e um trabalho que todos nós temos que assumir. E isso não será difícil. Não precisamos desses penduricalhos na Medida Provisória para garantir isso. E fica aqui, portanto, essa recomendação aos Srs. Senadores. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Agradecemos a participação e convidamos para usar a palavra para seus comentários finais o Sr. Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo da TV Bandeirantes, Consultor Jurídico da Associação Brasileira da Radiodifusão.

**SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA** – Obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez, Srs. Senadores, agradecer em nome da ABRA a honra e a oportunidade de poder contribuir para o processo de discussão da TV Pública.

Tendo ouvido as ponderações e os comentários e os depoimentos de S.Ex<sup>as</sup>., Senadores que participaram desse debate, parece oportuno insistir na importância do conceito do significado concreto do que significa, perdão, ser complementar. Que a televisão pública seja complementar. Ouvindo o depoimento do Senador Sibá a respeito de ouvir a Rádio da Nicarágua, a Rádio Moscou, me ocorreram a leitura de dois livros interessantes e muito enriquecedores para ilustrar a importância da televisão e dos meios de comunicação na relação entre os países e no processo político interno de cada qual dos países, um chamado: Radio free Europe, que é um livro que descreve como os Estados Unidos construiu uma rede de emissoras de rádio para, digamos assim, invadir o éter dos países da cortina de ferro, e outro chamado Manufacturing

Consent(F). Esse conhecido escritor demonstra como a cobertura da grande imprensa pode muitas vezes ser enviesada para um determinado... Para uma determinada orientação política. O fato de que só se pode encontrar um ambiente democrático onde as opiniões e as informações circulem com liberdade implica em que se conviva, como já está imposto pela Constituição do Brasil, com o conceito da complementaridade entre a televisão pública e a televisão privada. E esse convívio tem que ser um convívio de simbiose e não de parasitismo. Essas são então as nossas palavras finais. Que se conceba a televisão pública de maneira simbiótica, em termos de missão, e em termos de financiamento. Que se conceba a televisão pública em relação a televisão privada como tendo missões complementares distintas parcialmente, (soa a campainha) mas complementares, e que o financiamento de uma e de outra não implique na inviabilidade nem de uma nem de outra. Muito obrigado mais uma vez.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Convidamos para usar da palavra para as suas considerações finais e despedida o Sr. Flávio Cavalcanti Júnior, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras, Rádio e Televisão e o maior título dele mesmo é ser filho do Flávio Cavalcanti.

**SR. FLÁVIO CAVALCANTI JÚNIOR** – Certo. O senhor tem toda razão. Bom, enfim, eu acho que... O que eu pensava relevante já falei. Eu gostaria só de botar um pitaco nessa questão de Rio ou Brasília. É uma questão que realmente não muda definitivamente a vida da radiodifusão nem da ABERT. Portanto não preciso nem opinar. Mas, como... Enfim, como cario-ca, eu gostaria de dizer que talvez, talvez apenas, os senhores devem refletir, imaginar que os centros de produção estão muito mais no Rio de Janeiro e em São Paulo. Quer dizer, as câmeras, os estúdios, o profissional, o iluminador, o aparelho de som, o cenógrafo, está tudo no Rio ou em São Paulo. Como num País enorme como Estados Unidos estão divididos em Nova York e Los Angeles. São os grandes lugares de produção artística de programas e tal. Então talvez por isso deslocar essa gente para cá ou formar esse pessoal aqui seja um esforço desnecessário, quer dizer, deixa a produção lá em São Paulo ou no Rio de Janeiro, que é o caso, a TV Educativa está lá há 30 anos fazendo isso, com as suas estruturas, seus estúdios estão prontos, a iluminação está lá, os profissionais... é muito mais fácil produzir lá do que produzir aqui e certamente muito mais barato.

Então, eu quero dizer que não é uma questão da ABERT. A ABERT não está defendendo isso. Mas acho que vale a pena os senhores considerarem que não é, não é... Na questão não é... Ah, porque aqui Brasília



é a capital. Então traz a PETROBRÁS para cá ontem. Aquele prédio enorme lá no Rio de Janeiro... Devem ter razões sólidas para que uma grande empresa fique lá no Rio de Janeiro. E talvez seja o caso da TV. Eu gostaria que os senhores refletissem sobre isso. No mais estamos realmente de acordo (soa a campanha) com o encaminhamento da TV Pública, e enfim, não temos nada contra. Respeitamos a Tereza Cruvinel como uma profissional completamente equipada para tocar esse projeto, o Conselho que foi criado é um Conselho da maior qualidade, do maior nível, esse Conselho poderia participar e ser consultivo de qualquer rede de televisão relevante nesse País oferecendo suas contribuições. Então não temos nada contra, acho que o aspecto da publicidade está muito bem colocado, esperamos que seja mantido, e gostaríamos muito que essa questão do art. 30 que é a questão da utilização dos eventos com a participação do Brasil fosse discutido em outro fórum e não aqui porque está sendo discutido de afogadilho e nós teremos grandes problemas. Agora nas Olimpíadas saber o seguinte, quem vai transmitir o que, por exemplo, com eventos simultâneos onde o Brasil participa de 12, 10, 15 atividades diárias. Ah, não, então você não está transmitindo o tiro ao alvo. E quem paga a transmissão do tiro ao alvo? Quem vai pagar o satélite? Essa discussão precisa haver, mas talvez não nessa Medida Provisória. Muito obrigado pela atenção e foi uma honra estar aqui debatendo com os senhores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Convidamos para usar da palavra o Sr. Oscar Maurício de Lima Azedo para suas considerações finais. Ele é o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa. ABL.

**SR. OSCAR MAURÍCIO DE LIMA AZEDO** – Ilustre Presidente Senador Mão Santa. Inicialmente, Sr. Presidente, eu quero felicitar essa Comissão e o Senado Federal pela iniciativa deste debate, que inundou com riqueza de informações e de avaliações uma questão tão importante para o País como é a criação de uma TV Pública que cumpra aqueles objetivos fixados no art. 221 da Constituição do País com uma eficácia que até agora, nesses 20 anos decorridos desde a promulgação da Constituição, não se registrou.

Quero também felicitar a nossa companheira jornalista Tereza Cruvinel pelo brilho da sua exposição, pela competência com que ela e sua Assessoria montaram os dados oferecidos à apreciação dos Srs. Senadores e do público que assiste a esta Audiência Pública pela TV Senado, e desejar a S.Sª e a seus companheiros que continuem nessa rota, nessa caminhada que aponta na direção do sucesso e na efetivação dos

altos propósitos com que o Governo da União propôs na criação da TV Pública.

Com os meus respeitos ao ilustre Senador Inácio Arruda, e ao ilustre Senador Mão Santa, eu quero dizer que divirjo da idéia de se instalar a sede da TV Pública no calor do Ceará, ou no delta do Parnaíba...(soa a campanha)

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – No Ceará tem uma vantagem de custo, a luz é natural.

**SR. OSCAR MAURÍCIO DE LIMA AZEDO** – Idéias que em outras circunstâncias mereceriam ser consideradas e quero ficar com a exposição muito convincente do nosso companheiro Flávio Cavalcanti Júnior que mostrou a necessidade e a conveniência e o interesse público de a sede da TV Pública ser instalada no Rio de Janeiro, que é o principal e o mais criativo centro de produção televisiva do País em todos os campos, em todos os setores. Desde as novelas aos noticiários jornalísticos e a outras formas de entretenimento. É detentora a cidade do Rio de Janeiro também do maior *know-how* em relação à questão da produção de televisão e é também aquela área do País onde pode ser mais produtiva e pedagógica a existência da sede da TV Pública do País. E devo dizer também, tal como fez o companheiro Flávio Cavalcanti Júnior que observou que essa não é uma questão específica do interesse da ABERT. Devo dizer também que não é do interesse específico da ABL que é uma entidade nacional que completará agora em 7 de abril 100 anos de existência, de luta pela liberdade, mas que se jacta de ser uma expressão da alma nacional, um ponto do território nacional para o qual convergem os brasileiros de todas as latitudes. É isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Nós agradecemos. O nosso Secretário é tão eficiente, o Dr. Júlio Linhares, o nome eu troquei, Azedo, por Azevedo. Mas foi o divino Espírito Santo. Então deveria mudar o nome de V.Exª para Oscar Maurício de Lima Doce. (risos) Agora passamos a palavra...

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Presidente, enquanto V.Exª chama nossa colega Tereza fazer suas considerações, só para lembrar que 7 de abril, vamos propor aqui aos que ficaram nessa Comissão assinar coletivamente o Requerimento para que tenhamos o momento do dia 7 com uma Sessão Especial de Homenagem à ABL, pelo seu 100º aniversário.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Nesse caso será subscrever porque o Requerimento já foi apresentado. Mas V.Exª será muito bem vindo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – E já vai endereçado ao Oscar Maurício de Lima Doce. Tá bom. Convidamos a Srª. Tereza Cru-

vinel, Diretora-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação e jornalista brilhante desse País.

**SRA. TEREZA CRUVINEL** – Obrigada, Senador. Vou aproveitar aqui os momentos finais para tentar muito rapidamente responder algumas questões que não foram abordadas ao longo das outras respostas da exposição como a questão levantada pelo Senador João Pedro sobre produção independente. Sim, Senador, a TV Pública é da sua característica dar uma... Abrigar, digamos assim, com mais generosidade a produção independente. Primeiro, porque razões de que... De diversidade. A produção independente, digamos, ela congrega olhares variados sobre a realidade e torna a televisão mais pluralista, e até mesmo por razões de custos também não se tornar uma... Não há vocação da televisão pública de se tornar uma mega produtora. Mas ela compõem o seu negócio muito na associação com a produção independente. O Relator Walter Pinheiro estabeleceu uma cota mínima de 20% para a produção independente. Nós pretendemos chegar a mais, até 40 talvez ampliar essa participação da produção independente e contemplar também a produção regional na rede. Há um programa que estamos terminando a formatação para ser lançado, é coordenado pelo nosso Diretor Mário Borgnet(F), de relacionamento, que acabou de sair para alguma entrevista, e é o Programa Imagens do Brasil. É um programa a ser... é um fundo a ser constituído com laço na Lei Rouanet para fomentar a produção independente a ser exibida pela TV Pública. Ele vai dar uma dinamizada importante na produção independente contribuindo também para que a nossa grade seja mais pluralista, diversificada e cumpra essa finalidade.

O senhor perguntou também se há um amazônia no Conselho Curador. Eu não mencionei o nome de todos, foram amplamente divulgados pela mídia (soa a campainha), mas temos um índio da nação oxaninca(F) que é membro do Conselho, lá no Acre, e temos a Dr<sup>a</sup>. Ima Correia, do Instituto Goeldi. Acho que são dois importantes representantes da Amazônia.

Senador Adelmir Santana falou em cursos. É complicada essa equação falar disso agora. Queria lembrar o seguinte. A EBC não tem nem orçamento próprio até agora. De que ela vive? A televisão do Rio de Janeiro está sendo gerida basicamente pela ACERBI que é uma organização social sucessora da antiga Fundação Roquette Pinto que tem um contrato de gestão com a União. A RADIOBRÁS continua em funcionamento e através dessas duas instituições é que, afora as nossas contratações da Diretoria e pequeno número de Assessores de Diretoria são com essas duas estruturas que estamos tocando a televisão só que unificamos a programação. Então, eu quero procurar o Senador

Adelmir para ter uma conversa direta com ele, dar algumas explicações para ele. Mas basicamente isso. A EBC não tem orçamento próprio, então ela não gastou seu orçamento.

A Senadora Rosalba... a Senadora teve que sair, ela falou muito sobre a questão de chapa branca. Acho que já falamos exaustivamente sobre isso. E falo sobre sede porque muitos falaram, realmente o Relator está colocando Brasília, mas o maior núcleo de produção é a TVE do Rio de Janeiro. Porém, o núcleo mais vocacionado para o jornalismo foi desenvolvido na RADIOBRÁS, está aqui a nossa diretora de jornalismo Helena Chagas também, como eu, digamos, egrégio de grande convívio nessa Casa e que esse Departamento de Jornalismo é centralizado em Brasília como é natural nas televisões por ser Brasília uma grande fonte de produção embora o jornalismo não se restrinja ao quadrilátero aqui de Brasília. Hoje é assim. O Rio tem lá uma central de produção, do não jornalismo e o jornalismo está coordenado por Brasília. Nós achamos essa questão irrelevante. Porque o Relator está propondo Brasília, veio do Governo Rio... A televisão nunca será unificada... As emissoras de televisão, as privadas sabem disso, não é como um Ministério, ou uma instituição pública que é... Você vai ter vocações, todas as televisões privadas hoje têm núcleos. Uma tem em São Paulo, tem uma perna importante numa área em São Paulo, a outra no Rio, e o jornalismo forte em Brasília. Todas têm.

Senador Sibá, o Senador Sibá... Deixa eu ver se faltou alguma coisa aqui... Senador Sibá... Pois é, hoje temos não só a Rádio Nacional da Amazônia como as ondas curtas do Médio Solimões, outra emissora muito importante. Felizmente aquele tempo passou, que o senhor precisava ouvir a Tirana. O senhor falou também sobre chapa branca, sobre não ser oficialista, nós já explicamos bastante que natureza televisão a sua vocação é para ser uma televisão pública, e eu repito isso, para fazer uso político o Governo não mexia nisso, ficava com suas emissoras e fazia uso delas como quisesse. As parabólicas sim. São instrumentos importantes. Quinze milhões de brasileiro, no mínimo, vêem televisão pelas parabólicas hoje.

O Senador Suplicy pergunta muito apropriadamente, onde está a TV Brasil? Então, vou repetir assim. A TV Brasil, Senador, tem só quatro canais próprios. E a lei de radiodifusão brasileira permite a uma mesma empresa só ter no máximo cinco. Mesmo as TVs comerciais grandes estão aqui representadas pela ABRA e a ABERT, elas têm cinco canais próprios no máximo. As outras são associadas e repetidoras. Nós temos quatro. Brasília, canal 2. Rio de Janeiro canal 2, São Paulo canal 68 e 69 que estão operando precaria-

mente por falta de transmissores potentes que ainda não chegaram e a TVE do Maranhão canal 2 também em TV aberta. NET estamos colocando no canal 16, as outras TVs por assinatura estamos com problema aqui levantado pelo Dr. Annenberg, problema que está sendo encaminhado lá na Câmara. A NET tem nos carregado só e também em alguns lugares. Estamos em negociação para que ela cumpra plenamente o que manda a lei do cabo. Mas há dificuldades técnicas também da nossa parte. Então os nossos canais são esses. Como vamos chegar a uma rede? Pactuando uma associação de repetidoras com as outras TVs do campo público, que nós chamamos as TVs educativas estaduais, as TVs universitárias, comunitárias. Estive lá nesse fim de semana no seu Estado, Senador João Pedro, exatamente conversando com a TV Cultura do Amazonas para que ela venha a compor, ela já está participando do Comitê de Jornalismo, compor esta rede que terá uma função importante. Primeiro, expressar o Brasil com a sua diversidade e seus sotaques. E segundo, resgatar esse importante patrimônio, essas 25 emissoras que estão aí sendo sucateadas, caminhando para a obsolescência. A TV Brasil é uma oportunidade também de construir uma rede e resgatar essas emissoras que chegaram a um estado lastimável, outras estão melhores, mas a infraestrutura está em sua grande maioria sucateadas e acho que a EBC quando constrói uma gestão pública para televisão, quando cria a TV Brasil como TV Pública, ela também estimula que essas TVs estaduais, e de outras naturezas também passam a adotar modelo de gestão pública, e virem TVs públicas. Esse é o objetivo. Que todas essas TVs hoje em sua maioria governamentais, virem TVs públicas. O Governador de Sergipe Marcelo Deda foi o primeiro a dar exemplo quando mandou um projeto ao firmar um acordo de associação conosco mandou um Projeto de Lei à assembleia dizendo: “Estou abrindo mão de ser o dono dessa televisão. Agora vai ter Conselho Curador, vai ter Ouvidor e ela vai ser uma TV Pública”. Esperamos que outros Estados façam a mesma coisa e possamos construir a rede pública de televisão. O Senador Suplicy também falou de produção independente, mas eu acho que já está respondido.

Então, agradeço muitíssimo a iniciativa da Comissão...

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Presidente Tereza...

**SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Não tem mais porque... Tem que encerrar.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Só para confirmar esse debate. No 40% que está tramitando na Câmara e a gente pode sair daqui com uma proposta mais concreta. Concordamos com...

**SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – A reunião vai ser encerrada às 14h00. Termine a palavra, Tereza Cruvinel.

**SRA. TEREZA CRUVINEL** – Eu acho que está bem proposto lá. Acho que votar em lei é muito ingestante(F), nós temos e estamos construindo um programa para chegarmos até mais de 40% de produção independente. Acho que lá no Relatório está bem daquele jeito. Posso agradecer, Senador?

**SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Um minuto.

**SRA. TEREZA CRUVINEL** – Então agradeço muitíssimo a iniciativa dessa Comissão, a sua direção, os companheiros de Mesa e todos os Senadores, todos as entidades que aqui compareceram também na nossa, digamos, ação solidária para aprovar MP da TV Pública, os companheiros da diretoria da EBC. Acho que foi uma oportunidade que vamos repeti-la amanhã na outra Comissão e estamos à disposição de todos para esclarecer mais qualquer aspecto da proposta. Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Agradecemos aos convidados, a todos os Parlamentares e os que estiveram presentes e jornalistas. Sibá, nós nos orgulhamos do Piauí, porque V.Exª falava no Amazonas. Nos anos... Eu criança já tinha rádio lá na minha cidade Parnaíba do Piauí, a Rádio Educadora e o locutor Neo Chaves dizia, falando para o mundo, de Parnaíba. E mais ainda, lá também a civilização do Piauí. Aqui fica o ensinamento do maior jornalista que pode agradecer essa TV Federal, Carlos Castelo Branco, que tinha coragem e buscava a verdade. E qualquer órgão de comunicação só vale pelo exemplo de Carlos Castelo Branco. Mas, temos que recordar que eu criança, eu ouvia a Globo lá no Piauí, Raul Brunine, e Amaral Neto chamando Carlos Lacerda. O Brasil parava. Então essa é a história de grandeza da comunicação.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta Sessão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

*(Sessão encerrada às 14h00.)*



**Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de fevereiro de 2008.**

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marconi Perillo, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Adelmir, Santana, Romeu Tuma e Cícero Lucena reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Geraldo Mesquita, Gerson Camata, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência, informa a Comissão, que o Item único previsto para deliberação será adiado em virtude do falecimento do Senhor Senador Jonas Pinheiro, membro desta Comissão. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, faz um pronunciamento elogiando a trajetória do eminente Senador Jonas Pinheiro, registrando a presença do Senhor Mário Diamante, Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE e do Senhor Manoel Rangel, Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE e do Sérgio Henrique Sá Leitão, que teria seu nome submetido a apreciação da Comissão no dia de hoje. Antes de encerrar a sessão a presidência comunica que com a maior brevidade será agendada nova sessão para a indicação da Agência Nacional do Cinema – ANCINE. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-PF)** – Bom dia a cada uma, a cada um. Eu abro a sessão da Comissão de Educação, e ao mesmo tempo sou obrigado, com tristeza a encerrar

os seus trabalhos tendo em vista o falecimento de um colega, companheiro, o Senador Jonas Pinheiro, que ontem faleceu depois de duas semanas quase de resistir nos hospitais a problema de saúde.

Eu lamento profundamente, porque era um profissional agrônomo, que através do seu trabalho profissional, técnico, construiu uma carreira política que, pode se dizer, deixa seu estado orgulhoso.

Fica encerrada a Sessão e adiado para a primeira Sessão que tivermos, a realização da pauta que tínhamos para hoje que era a apreciação do Senado Federal do nome do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo Diretor da Agência Nacional de Cinema, ANCINE, na vaga do senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho. Agradeço a presença que está do próprio Sérgio Henrique Sá Leitão Filho e de todos os demais que vieram juntos com ele.

Um abraço, pêsames e a nossa aprofunda simpatia a família do nosso colega Jonas Pinheiro.

*(Sessão encerrada às 10h54.)*

**Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2008.**

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, João Pedro, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Magno Malta, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Eduardo Azere-do, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini e Papaléo Paes. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. Item 08: Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Bonifácio de Andrada, que “Inscreve o nome do



**Marechal Osorio no Livro dos Heróis da Pátria**". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer favorável é aprovado. Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 088, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Selma Schons, que "Acrescenta parágrafo único ao art. 79 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (Veda a propaganda comercial em livros didáticos)". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o parecer pela rejeição é aprovado. Nesse momento, o Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte requer oralmente a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 004/08 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, requer "... nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II, V, IX e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o propósito de debater o papel e a gestão das Fundações vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior, com os seguintes convidados: 1-Timothy Mulholland – Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB e Reitor da Universidade de Brasília (UnB); 2-Arquimedes Diógenes – Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior – ANDIFES e 3-Leonardo Bandarra – Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios". O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 02: Comunicados da Presidência: Comunicado 01: **Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência das entidades ligadas à Educação, ADIFES, CNTE, CONCEFET, CONCED, CONTEE, FASUBRA, PROIFES, UBES, UNE e UNDIME. "Nota Pública solicitando o apoio para mobilizar os Parlamentares quanto a importância de se manter os recursos para a educação no Orçamento 2008"**. Comunicado 02: **Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do ofício nº 25/2008, do Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, com informações solicitadas pelo Requerimento de Informação nº 689/07 – PLEN (Requerimento nº 26/07 -CE) de autoria de Sua Excelência o Senador Wellington Salgado** Comunicado 03: **"Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodri-**

**gues, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo TC 006.555/2006-2, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, decorrente do monitoramento e verificação da implementação do programa Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização Solidária"**. Fica adiada por falta de quórum a seguinte matéria: Item nº 06: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2007, Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2007, Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 204 de 2007, Projeto de Lei da Câmara nº 073, de 2007, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007, Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2007, Item 08: Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2007, Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2007 e Item 11: Ofício "S" nº 46, de 2005. **O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.** – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Havendo número regimental declarado aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a sua aprovação. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Hoje é um dia de grande dificuldade para quórum em todas as Comissões do Senado. Nós vamos, portanto, iniciar pela leitura de comunicados, logo depois a gente vai para os não terminativos, e iniciando pelo 8, cujo Relator Senador Papaléo Paes está presente, depois tentaremos outros não terminativos.

Primeiro comunicado. Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de correspondência às entidades ligadas à educação, ANDIFES, CNTE, CEFET, CONSED, CONTEE, FASUBRA, PROIF(F), SUB(F), SUNE(F) e UNDIME, nota pública solicitando o apoio para mobilizar os parlamentares quanto à importância de se manter os recursos para educação no orçamento 2008. Os Senadores que desejarem cópia... Vamos enviar cópia a todos os Senadores.

Comunico aos Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup>. Senadoras recebimento de Ofício nº 25/2008 do Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad com informações solicitadas pelo Requerimento de informação nº 68907 de autoria de S. Ex<sup>a</sup>. o Senador Wellington Salgado. Esses sim Senadores que desejarem cópia da resposta deverão dirigir-se à Secretaria dessa Comissão.

Comunico também as Sr<sup>as</sup>. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos atos do processo TC 006555/2006-2, bem como do relatório do voto que fundamentará aquela deliberação decorrente do monitoramento e verificação da implementação do Programa de Educação Jovens e Adultos, Alfabetização Solidária. Os Senadoras e Senadores que desejarem cópia deverão se dirigir à Secretaria dessa Comissão.

Passamos à agenda. A pauta. Item nº. 08, não terminativo. Projeto de Lei da Câmara 110/2007 que inscreve o nome do Marechal Osório no livro dos Heróis da Pátria. O projeto é de autoria do Deputado Bonifácio de Andrada e o Senador Papaléo Paes é o Relator com o parecer favorável. Passo a palavra ao nobre Senador.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. Senadoras, Srs. Senadores. A Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 110/2007, PL nº. 1.140/2007 na origem que inscreve o nome do Marechal Osório no livro dos Heróis da Pátria.

Relatório. Projeto de Lei da Câmara nº. 110/2007, PL 1.140/2007 na origem, de autoria do Deputado Bonifácio de Andrada tem como propósito determinar a inscrição do nome do Marechal Osório no livro dos Heróis da Pátria. Em sua justificativa o autor alega que o Marechal Osório, de 1808 a 1879 é considerado o mais valoroso herói da guerra do Paraguai por sua liderança e coragem. Com inscrição do nome do militar no livro dos heróis da pátria estar-se-á valorizando as tradições cívicas e contribuindo para a preservação da memória histórica brasileira. Na Câmara dos Deputados a proposição mereceu aprovação das Comissões de Educação e Cultura, e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No Senado foi distribuído à Comissão de Educação sem que tenha recebido Emendas. A instituição do livro, isto na análise, dos Heróis da Pátria tem permitido uma série de iniciativas para resgatar a memória de brasileiros ilustres, ali constam, entre outras homenagens ao Marechal Deodoro da Fonseca, ao Duque de Caxias, ao Marques de Tamandaré e ao Almirante Barroso. Desse ponto de vista o nome do Marechal Osório merece

figurar ao lado de tão célebres militares. Sua trajetória não pode ser avaliada de maneira diferente, a não ser como heróica. De vocação militar, ingressou aos 14 anos no Exército. Por seu empenho já era auferes aos 17 anos, reconhecidos os seus méritos militares, tornou-se General aos 48 anos. Entre 1825, Batalha de Sarandi e 1868, Batalha do Havaí, esteve envolvido em todos os conflitos militares ocorridos no sul do Brasil. Destacam-se ainda atuações como Senador e Ministro do Império.

Sr. Presidente, todos esses elementos nos levam a opinar favoravelmente à aprovação da proposição. Meu voto, diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 110/2007, PL 1.140/2007 na origem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Está em discussão o projeto. Não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação. Os que forem a favor permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos ao... Lamentavelmente ainda há outro Requerimento. Porque os Relatores não estão presentes ainda. Eu submeto a submissão aqui de um Requerimento Extrapauta. Eu leio o Requerimento primeiro para que saibam se aprovam ou não.

Então, está aprovado só a inclusão Extrapauta aproveitando o tempo. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Requerimento nos termos do disposto art. 58, § 2º, inciso II e V da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso II, V e IX, art. 93, do inciso II do Regimento Interno, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte com o propósito de debater o papel e a gestão das fundações vinculadas a instituições federais de ensino superior. Convidando as seguintes pessoas. O reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland que é também Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, ANDIFES, o Prof. Arquimedes Diógenes que é Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior, e o Procurador Leonardo Bandarra, Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e territórios que tem estudado o assunto. Eu tomei a iniciativa de fazer esse Requerimento. Eu creio que as últimas notícias que estão saindo sobre... Não só a UnB, mas outras fundações faz com que essa Comissão precise pelo menos ouvir o que eles têm a dizer. Submeto a discussão o Requerimento. Não havendo... Senador Papaléo.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Quero parabenizar V.Ex<sup>a</sup>, que é um homem sempre atento à

questão da educação, que tem ampla experiência na área da educação, visto que já exerceu cargos derivativos além do contato direto com o corpo discente, eu parabeno V.Ex<sup>a</sup> principalmente pelo desencadeamento desse rol de denúncias que vem acompanhando a questão relacionada às universidades no País e outras instituições de ensino. Então quero cumprimentar V.Ex<sup>a</sup> porque nós temos que ter mesmo muito cuidado com essas instituições não-governamentais, que essas instituições que eu faço questão de citar aqui, têm muitas fundamentais porque quando se instituiu as ONGs, foi com a intenção pura e simplesmente de tornar mais eficiente principalmente o serviço público devido a sua burocracia. E de repente algumas delas ou muitas delas tomaram direcionamento que veio realmente a decepcionar a todos nós que pensarmos pelo lado bom.

Então a iniciativa quanto à questão de avaliação das fundações, é uma iniciativa muito brilhante de V.Ex<sup>a</sup>, muito feliz, e eu fiz questão que pouco faço esse tipo de intervenção, mas faço questão de registrar a minha felicidade pela sua iniciativa. Parabéns a V.Ex<sup>a</sup>.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado, Senador Papaléo. Eu realmente considero que esse é um assunto que já deveríamos ter trazido aqui há mais tempo. Eu fico à vontade porque quando fui reitor não havia isso de fundações desse tipo. Havia fundação como instituição inteira. Mas a universidade era uma fundação. Mas ela não tinha dentro dela fundações. Eu reconheço o papel importante das fundações, na dinâmica nas universidades. Para quebrar burocracia que às vezes entravam o funcionamento de pesquisas. O Instituto Oswaldo Cruz, esse símbolo brasileiro, tem há anos um projeto com recurso e não consegue executar plenamente por amarras que estão sofrendo pela 8.666 e por outros diversos mecanismos. Entretanto a gente sabe que muitas vezes além de dar mais dinâmica pode dar uma liberdade que transforma-se em liberalidade. Então está na hora de a gente analisar e numa audiência permite levar pela televisão a toda a Nação o debate entre as vantagens e os riscos que as fundações trazem. Então nós trazemos os dois grandes responsáveis que é o Presidente do Conselho de Reitores, o Presidente da ANDIFES, e um Procurador que vem estudando o assunto. Eu ponho em votação. Não havendo ninguém... Todos que estão a favor permaneçam como estão. Não havendo ninguém contra está aprovado.

Passamos agora ao Item nº. 3, cuja Relatoria da Senadora Ideli Salvatti. A autoria da Deputada Selma Schons. O Projeto de Lei da Câmara nº. 88/2006 acrescenta Parágrafo Único ao art. 79 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Crian-

ça e do Adolescente e dá outras providências. Veda, esse é o objetivo, a propaganda comercial em livros didáticos. O parecer da Senadora é pela rejeição. Eu passo a palavra à Senadora Ideli.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Muito obrigada, Sr. Presidente. Então como V.Ex<sup>a</sup> mesmo já colocou, o projeto é de autoria da Deputada Selma Schons, é um projeto que acrescenta um Parágrafo Único ao art. 79 que é o Estatuto da Criança e Adolescente, e em resumo o projeto da Deputada Selma Schons tem como objetivo central vedar de forma peremptória a propaganda comercial em livros didáticos. E nós entendemos que deveríamos apresentar um parecer pela rejeição do projeto, e utilizamos para isto o posicionamento dos Departamentos de Políticas de Educação Infantil, ensino fundamental e de políticas do ensino médio, do próprio Ministério da Educação e Cultura. Que tem um entendimento que esta proibição peremptória da propaganda comercial é iniciativa excessivamente rigorosa, uma vez que medidas legais de precaução e salvaguardas podem converter o livro didático em espaço seguro para esse tipo de mensagem sem quaisquer riscos para os jovens estudantes. Portanto, há medidas que podem ser adotadas, vem sendo adotadas para preservar, o livro didático da contaminação de propaganda que não precisaríamos ter um diploma legal para isto. O uso de imagens comerciais identificadas no livro didático pode ser aceito desde que entre outros pontos faça parte de um contexto pedagógico mais amplo e que conduza o aluno à apropriação crítica das múltiplas formas de linguagem presentes em nossa sociedade.

No Relatório nº. 15/2000, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, acerca da pertinência de uso de imagens comercial em livros didáticos, estabelecendo critérios de admissibilidade da propaganda como, por exemplo, a não lucratividade. Então o Conselho Nacional de Educação já se debruçou sobre este assunto, estabeleceu regras, tem um relatório extremamente consistente a respeito da forma de poder fazer a obstrução para excessos a serem cometidos. Atendendo também a recomendações desse parecer, a Secretaria de Educação Básica passou a incluir nos editais de convocação para inscrição de obras didáticas nos programas do livro didático como critérios de exclusão a observância aos preceitos legais e jurídicos considerando sumariamente eliminadas as obras que não observarem entre outros o critério da não utilização do material escolar como veículo de publicidade e difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais. A inclusão desse critério válido para todas as áreas de conhecimento dá para os especialistas responsáveis, pela avaliação pedagógica do livro, o



respaldo legal que permite a exclusão sumária de uma obra que apresente imagens comerciais identificadas voltadas diretamente para a finalidade comercial propriamente dita.

Entretanto, a presença de imagens comerciais, desde que contextualizada e com pertinência pedagógica ao conteúdo trabalhado na obra não fere o parecer da Comissão de Educação Brasileira, nº. 15, do Conselho Nacional de Educação. Portanto, nós somos pela rejeição da matéria.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – A matéria está em discussão. Não havendo qualquer Senador ou Senadora que queira discutir, passo à votação. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o parecer, que é pela rejeição. Ou seja, que permite continuar o uso de publicidade em material didático.

Estamos... Continuamos sem quórum para terminativos, e sem a presença de Relatores dos projetos não terminativos. Sem os Relatores e nenhum que permita escolher um Relator ad hoc. Eu passo a um... Sou obrigado a encerrar essa Sessão e imediatamente abrir outra, com a finalidade de analisar a mensagem nº. 255/2007 que submete à apreciação do Senado Federal o nome de Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema, ANCINE, na vaga do Sr. Leopoldo Nunes da Silva Filho, eu lembro que isso é uma proposta que está sendo protelada há muito tempo, não podemos adiar, eu proponho, portanto, que façamos de imediato o convite. Falta cumprir aqui... Eu vou precisar dar um pequeno recesso até a chegada do Relator, para... O Senador já foi chamado, já está a caminho, e eu peço... O Senador Dornelles já está a caminho.

*(Sessão encerrada às 11h37.)*

**Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2008.**

Às onze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, João

Pedro, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Magno Malta, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Wellington Salgado, Gilvam Borges e Marco Maciel. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelo item único. **Item Único: Mensagem do Senado Federal nº 255, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho”. O relator designado é o Senador Francisco Dornelles e o parecer conclui pela aprovação. Dando prosseguimento a reunião, a presidência passa a palavra ao indicado, Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para uma breve exposição. Finda a exposição do indicado, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque franqueia a palavra aos Senhores Senadores para que se dê início à sabatina. Usam da palavra os Senhores Senadores Rosalba Ciarlini, Paulo Duque, Cícero Lucena e Francisco Dornelles, relator da matéria. Terminada a sabatina, a presidência determina a realização da votação por escrutínio secreto, designando os Senhores Senadores Paulo Duque e Francisco Dornelles para servirem como escrutinadores. Encerrada a votação e apuração dos votos, a Presidência declara aprovado por vinte e cinco (25) votos favoráveis, o Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Havendo número regimental declarado aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.



Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa de leitura de Ata e aprovação da Ata da reunião anterior. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada.

Sr<sup>as</sup>. Senadoras e os Srs. Senadores que... Leitura do item único da pauta. Trata-se de Mensagem nº. 255/2007 que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Sérgio Henrique de Sá Leitão para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema, ANCINE, na vaga do Sr. Leopoldo Nunes da Silva Filho. Autoria é obviamente da Presidência da República, a Relatoria do Senador Francisco Dornelles. Nós vamos... o indicado já se encontra na sala da Secretaria, solicito que seja conduzido a esse Plenário, pelo Secretário.

Lembro que a votação terá que ser não apenas nominal, mas por cédulas. As cédulas já estão preparadas. A Sessão consiste na leitura pelo Relator da mensagem, depois, fim da leitura, passarei a palavra ao Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para uma breve exposição, encerrada a exposição passamos à arguição pelos Srs. Senadores e Senadoras, o que obedecerá a ordem de inscrição, tendo cada Senador três minutos para pergunta e igual tempo para respostas do indicado. Comunico ao Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup>. Senadoras que se encontra sobre a Mesa, como eu já disse, as cédulas de votação e que poderão ser utilizadas pelos membros da Comissão. Eu passo então a palavra ao Relator da mensagem, Senador Francisco Dornelles.

#### **SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)**

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, trata-se da Mensagem 255/2007, mediante o qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema na vaga do Sr. Leopoldo Nunes da Silva Filho.

O Sr. Sérgio Henrique de Sá Leitão é jornalista, cineasta e fotógrafo. Graduiu-se pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui curso de pós-graduação em políticas públicas e marketing. Foi Diretor da Distribuidora Vereda Filmes e atuou como Diretor especializado em audiovisual e entretenimento na IBM, Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio de Janeiro, TV Minas, BMA, AVON COMÉRCIOS e BRASIL TELECOM. Assessorou também a Presidência do BNDES, ocasião em que coordenou a criação do Departamento de Economia e Cultura e do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Audiovisual naquele órgão. De 2003 a 2006 chefiou a representação do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro, e ocupou a função de chefe de gabinete coordenador das Assessorias do Ministro da Cultura, além de ter sido Secretário de Políticas Culturais da-

quele Ministério. Publicou sete livros e catálogos, com destaque o premiado Futebol arte: a cultura e o jeito brasileiro de jogo jogar, editado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC. Coordena o Módulo de Desenvolvimento e Ação Estratégica e ministra e disciplina a economia da cultura no programa de pós-graduação e gestão cultural da Universidade Cândido Mendes e é membro do Conselho de Projetos de Exportação de Artes Visuais da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos. Desde outubro de 2007 assessora a Diretoria da ANCINE. Destacados os dados biográficos do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho esta Comissão apreciação e julgamento do seu nome conforme a Mensagem Presidencial 255 antes mencionada. A minha posição, Sr. Presidente, é pela aprovação do nome desse ilustre membro... Do ilustre novo Diretor da ANCINE porque ele preenche todas as requisitas condições para ocupar o cargo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Agradeço ao Senador Dornelles. E conforme o ritual, passo a palavra ao Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho.

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO** – Muito obrigado, Sr. Senador Presidente Cristovam Buarque, muito obrigado Senadores e Senadoras aqui presentes, amigos e amigas, bom dia a todos.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal por me concederem esta oportunidade. Pretendo aproveitar o tempo de que disponho brevemente para apresentar algumas reflexões sobre o desenvolvimento da indústria do cinema e do audiovisual no Brasil, e o papel da ANCINE. Antes, porém, faço um agradecimento especial ao Senador Francisco Dornelles, Relator do processo que tem por objeto a indicação do meu nome para a Diretoria da ANCINE. Sinto-me honrado em saber que o Senador Dornelles, um conhecedor e um entusiasta do cinema e do audiovisual brasileiro considerou-me apto a exercer esta função. Faço questão ainda de agradecer ao Governador do meu Estado, o Sérgio Cabral, ex-membro desta Comissão e aos demais Senadores do meu Estado, Paulo Duque e Marcela Crivella pelo apoio carinhoso que me deram nesse processo. Gostaria também de agradecer, claro, ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva e ao Ministro Gilberto Gil, responsáveis pelo envio da mensagem, e às entidades e profissionais do setor que manifestaram publicamente seu apoio. Agradeço ao Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, Paulo Rufino, que se encontra aqui entre nós e que representa o conjunto dessas entidades e associações do setor. Menciono em particular empresários da produção de cinema e televisão, da infra-estrutura, da distribuição e

da exibição, assim como criadores, técnicos e artistas das cinco regiões do País. Me leva a perceber que esta indicação representa não apenas o reconhecimento do Governo, mas, sobretudo, a vontade do setor. Dos homens e das mulheres que fazem o cinema brasileiro. Quero ser na ANCINE um representante de todos os que compreendem o sentido estratégico da indústria do cinema e do audiovisual e almejam a expansão sustentável do mercado.

Essa Sessão coincide com o momento feliz para o setor. O filme brasileiro, *Tropa de Elite*, acaba de conquistar o prêmio principal do festival de Berlim que é um dos três mais importantes do mundo. É a segunda em mais de 30 edições do festival que um filme feito no Brasil conquista esse prêmio. *Tropa de Elite*, assim repete dez anos depois o feito de *Central do Brasil*, de Walter Sales.

O segundo longa de Zé Padilha espelha a maturidade da indústria do audiovisual e do cinema no Brasil. Em termos técnicos, não deve nada aos melhores filmes norte-americanos e europeus. Em termos criativos, demonstra uma vitalidade que poucos filmes da Europa e dos Estados Unidos conseguem atingir ao despeito da tradição e do vigor econômico dos seus mercados. *Tropa de Elite*, não só *Tropa de Elite*, mas especialmente o fato de que o Brasil foi representado nessa edição do festival de Berlim por nove filmes. Isso tudo revela que o Brasil pode ser realmente competitivo na economia global do cinema e do audiovisual, disputando mercado externo e interno com chances reais de vitória. E vitória nesse contexto significa geração de renda, geração de empregos e divisas, em proporção superior à média da economia, pois a cadeia do audiovisual tem alta carga de valor adicionado. *Tropa de Elite* não constitui um fenômeno isolado, como talvez tenha sido há dez anos a obra-prima de Walter Sales. Naquele momento o cinema brasileiro começava a se organizar, tanto em termos econômicos quanto institucionais após o fim da era EMBRAFILME e a consequente mudança de paradigma. Com advento de leis de incentivo à cultura, especial da Lei Rouanet e Lei do Audiovisual criou-se um novo modelo, que deu origem à chamada retomada do cinema brasileiro. Além das leis de incentivo tivemos a introdução dos cinemas multiplex, tivemos o crescimento e a qualificação do segmento de infra-estrutura graças aos mercados de filme publicitário e de produção independente de televisão, e tivemos também a substituição do VHS pelo DVD que deu um novo impulso ao mercado de vídeo doméstico.

Desde o prêmio do *Central do Brasil* em Berlim há dez anos o cinema brasileiro melhora a cada ano tornando-se mais competitivo, e o conjunto da indústria

do audiovisual no Brasil considerando os diversos elos da cadeia de valor, seus vários segmentos e agendas seguem a mesma tendência.

O momento chave neste processo foi a criação em 2001 da ANCINE, através da MP 2228 com o objetivo de fomentar, regular, fiscalizar, e promover o cinema Brasileiro. A construção da ANCINE deu novo fôlego à retomada. O setor passou a contar com autarquia estruturada com grande capacidade de ação e, sobretudo, com visão de mercado. A ANCINE tem sido de fato uma gestora eficiente das leis de incentivo, e para além do fomento tem sido uma indutora do mercado ajudando a criar ambiente favorável ao seu crescimento. Há pouco a retomada passou a viver a sua terceira etapa graças à prorrogação da Lei do Audiovisual, iniciativa do Senador Dornelles, e aprovação da lei 11.437/2006 que cria o Fundo Setorial do Audiovisual, incentivo à parceria entre cinema e televisão e estimula os Fundos de Investimento da Indústria Cinematográfica, os FUNCINES, entre outras medidas de grande impacto. Que, aliás, só foi possível graças ao empenho dessa Comissão.

Tais iniciativas, assim como a criação pelo BNDES do seu Departamento de Cultura e Serviços e do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Audiovisual, iniciativas das quais eu tive a honra de poder participar e colaborar quando estava no BNDES, podem induzir um novo ciclo de crescimento, pois leva o setor a se tornar mais competitivo e principalmente menos dependente do Estado. O sucesso de *Tropa de Elite*, portanto, reflete na verdade o contexto positivo do mercado. Demonstra o potencial de expansão existente e anuncia o princípio de um novo patamar no processo da retomada. Antes, quando se queria ser generoso com o cinema brasileiro, falava-se de um ou outro filme. Agora nosso mercado recebe a cada ano uma média de 70 títulos nacionais, entre os quais ao menos 20 capazes de realmente competir na bilheteria, nos festivais e na crítica. O mesmo vale para a produção independente de televisão. Ou seja, o difícil agora não é mais encontrar um exemplo de sucesso, mas escolher entre tantos os que vamos mencionar. Tais produtos em sua quantidade e qualidade são indícios de que atingimos um certo estágio de desenvolvimento e de que há base para crescer e melhorar ainda mais. Demonstram, por exemplo, que o Brasil tem um segmento de infra-estrutura de produção e pós-produção capaz de rivalizar com os países desenvolvidos. E nenhum segmento, nenhuma indústria se desenvolve sem infra-estrutura.

Mas as boas notícias não se resumem ao sucesso de *Tropa de Elite* na Alemanha. Também no mercado interno há feitos a serem comemorados, a começar pelo

próprio desempenho de Tropa de Elite nos cinemas do Brasil, a despeito da cruel competição da pirataria. Nas seis semanas iniciais de 2008 os filmes brasileiros levaram cerca de 2.4 milhões de pessoas aos cinemas, contra 1.4 milhão em 2007. Nada menos do que um milhão de ingressos a mais para filmes brasileiros foram vendidos no início desse ano.

Depois de quatro anos de estabilidade no mercado em que a fatia no Cinema Brasileiro no bolo da exibição ficou em torno de 11 a 12% temos agora uma safra capaz de ampliar o horizonte interno. As perspectivas são igualmente positivas no mercado de DVD, TV por assinatura e TV aberta, nos quais se verifica uma tendência de expansão da fatia de mercado do conteúdo nacional. A queda geral do mercado de DVD deve ser compensada em breve pelo crescimento das novas janelas de comercialização, como IPTV, locação via internet, TV, *video on the mend*, no celular, e outros.

No que diz respeito a salas de cinema também vivemos momento de crescimento. A previsão é de que cerca de 150 novas salas sejam abertas em todo País ao longo de 2008. No que se refere ao mercado internacional, jamais houve um número tão elevado de co-produções entre empresas brasileiras e estrangeiras, em especial alemãs, canadenses e espanholas. E a receita com vendas internacionais já é tão significativa para o cinema quanto a de televisão e a de DVD. Segundo o IBGE, a indústria de cinema e do audiovisual no Brasil foi diretamente responsável em 2003 pela geração de cerca de 120 mil novos empregos. E nada menos do que 17.7 mil empresas. O salário médio mensal do setor de acordo com a mesma pesquisa supera e muito a média das atividades econômicas do País, que era de 3,3 salários mínimos em 2003. As empresas de cinema e vídeo pagavam em 2003 em média 4.8 mínimos, para média de 3.3. E as de televisão 9.8 mínimos. Entre 1995 e 2006 foram lançados no mercado de salas de exibição nada menos do que 375 filmes brasileiros de longa-metragem, sendo 292 de ficção e animação, e 83 documentários. Esses filmes foram produzidos por 200 empresas produtoras, dirigidos por 244 diretores. A distribuição foi feita por 29 empresas entre nacionais e multinacionais. A renda bruta geral desses filmes foi de 577 milhões em valores nominais, com o público total, nesse período, entre 95 e 2006, de 98 milhões de espectadores, na verdade no ano passado nós já rompemos essa barreira, a marca dos 100 milhões de espectadores para filmes brasileiros.

No que diz respeito ao fomento, nós podemos dizer que seis anos após a sua criação formal e cerca de cinco anos depois do início de seus trabalhos, a ANCINE encontra-se organizada e em pleno funcionamento. Entre suas ações, podemos destacar algumas: Medidas

de regulação, de fiscalização, e, sobretudo, de gestão de informação. Fomento indireto através das leis de incentivo, fomento direto, através de iniciativas como o fundo setorial, editais de produção e finalização, prêmio adicional de renda, etc, e, sobretudo, a promoção do setor. Deve-se dizer, no entanto, que o setor enfrenta obstáculos e compete à ANCINE ajudar a enfrentá-los. Gostaria de mencionar alguns antes de encerrar a minha fala, que são na minha opinião os desafios que a ANCINE vai enfrentar no próximo período.

Apesar do crescimento da economia brasileira, nós observamos um fenômeno que é um endividamento dos consumidores e a concorrência de bens duráveis. Isso significa que uma boa parte do consumo que aumentou está sendo destinado ao setor de bens duráveis. O que tem afetado o desempenho do setor de entretenimento como um todo, e é preciso que o setor de entretenimento saiba competir com esta... Enfim, com a concorrência do mercado de bens duráveis. Nós também temos dentro do setor de entretenimento uma situação que não existia nos anos 70 que é de hiper concorrência entre as diversas formas de entretenimento e de acesso à cultura. Temos o fenômeno da pirataria física e agora no mercado brasileiro também da pirataria digital. Temos a questão da Segurança Pública, que é um problema, como todos nós sabemos nos grandes centros, especialmente, e que afeta naturalmente o consumo das diversões públicas, e das ofertas de acesso à cultura, que são públicas como os cinemas. Temos a questão da meia entrada que é uma questão que nós precisamos encarar de forma séria e responsável, porque tem significado de fato uma perda econômica para o setor. Temos uma queda no mercado de DVD, temos uma virtual ausência de empresas brasileiras de distribuição consolidadas, e a distribuição é o elo chave da cadeia de valor do cinema. Temos ainda um baixo grau de internacionalização das nossas empresas e dos nossos conteúdos e há um mercado global a ser disputado e explorado em igualdade de competição. Temos ainda uma excessiva dependência do Estado e temos que apontar para progressivamente uma redução da dependência do Estado nesse setor. E temos ainda um baixo grau de parceria com a TV pública e privada, o que na verdade tem se reduzido, ou melhor, essa parceria tem aumentado a cada ano.

Mas o contexto também apresenta fatores extremamente positivos, o que faz com que nós possamos ser extremamente otimistas em relação ao potencial de desenvolvimento desse setor. O crescimento da banda larga exponencial que vai fazer com que a oferta de conteúdos audiovisuais através da internet se multiplique. A criação da TV Digital. A criação da TV



Pública, a criação de novos serviços de *video on the mend*, de TV por IP e de TV no celular. O cinema digital e o cinema de 3D. O novo padrão de vídeo digital, HD-DVD. Uma melhoria substancial na infra-estrutura, uma melhoria substancial na capacitação, o crescimento do País e também a globalização. A continuidade e o aperfeiçoamento das políticas públicas e o aumento do investimento público. Por isso eu acho que nós podemos projetar para os próximos anos um cenário de expansão da exibição do cinema, de expansão da produção de cinema e televisão, de expansão da presença do conteúdo brasileiro no mercado internacional, de crescimento da TV paga, de diversificação e capacitação das empresas brasileiras que atuam no setor, o aumento do número de filmes produzidos e lançados, o aumento de co-produções e vendas internacionais, o aumento do consumo de conteúdos nacionais no mercado interno, o aumento da geração de empregos, e o aumento da geração de renda. Vale a pena mencionar uma pesquisa recente da Price Waterhouse Coopers, que aponta que a economia do cinema e do audiovisual no mundo movimenta algo em torno de 1.3 trilhão de dólares, o que significa um PIB equivalente ao do Brasil. Fazendo uma pequena analogia, nós podemos dizer que a economia do audiovisual poderia estar entre as dez maiores economias do mundo como a economia brasileira se encontra. Por que se trata, então, de um setor, como eu disse, estratégico? Porque é um setor que apresenta altos índices de geração de renda e emprego, geração de valor nas suas cadeias produtivas, geração de imagem positiva para o País e para as nossas empresas, para os nossos produtos, a gente sabe que o cinema americano é um grande veículo de difusão internacional de produtos de outros setores da indústria americana, geração de estímulo intelectual porque o cinema estimula o intelecto, estimula a sensibilidade das pessoas, geração de impacto sobre outras atividades econômicas, as pessoas compram eletroeletrônicos para ter acesso a conteúdos culturais em última instância, para ver filmes, para ver programas de televisão, para ouvir música. Geração de identidade que é um aspecto fundamental, geração de... Aumento da capacitação do capital humano da sociedade brasileira, e, finalmente, um alto grau de difusão de saber e de informação. Não existe outro veículo tão poderoso quanto o audiovisual para a difusão de saber e de informação.

Para ficar apenas nas vantagens econômicas, antes de encerrar, que no fim ao cabo são a minha especialidade, deve-se destacar que a venda de produtos e serviços audiovisuais movimentou cerca de 342 bilhões de euros em 2005. Este valor representa o dobro das vendas mundiais do setor de eletroele-

trônicos. Ou seja, a venda de conteúdos representa o dobro da venda de aparelhos de eletroeletrônicos. E 30% a mais do que as vendas de computadores e de periféricos de computação no mundo. O volume de vendas no setor cresce desde 2000 a uma taxa média de 5.6%. No Brasil o valor atingido em 2005 foi de 5.42 bilhões. A ANCINE, do meu ponto de vista, deve promover a competição, deve contribuir para a ampliação da oferta, deve garantir a diversidade de fontes e temas, e assegurar a autonomia do mercado brasileiro. Penso que a questão central do processo de expansão da economia do cinema e do audiovisual no Brasil é que precisamos ajustar no passo com o futuro ao mesmo tempo que superamos entraves do passado. Eu afirmo a vocês nesse momento o compromisso de uma vez na ANCINE dedicar-me de corpo e alma à causa do desenvolvimento da indústria do cinema e do audiovisual no Brasil. Em outras palavras, a tarefa de ajudar esse setor a cumprir sua vocação, seu destino histórico que é fazer do Brasil uma das potências audiovisuais do mundo globalizado. A esta causa pretendo dedicar a experiência e o conhecimento que adquiri em 25 anos de trabalho, em 25 anos de vida profissional na iniciativa privada, na universidade e no Governo. Trata-se de um setor da economia e da vida social do Brasil que apresenta um elevado potencial ainda não realizado, mas plenamente realizável de crescimento. Podemos e devemos fazer, consumir e exportar mais filmes, mais séries de TV, mais documentários, mais desenho animados, mais novelas e outros conteúdos audiovisuais para todas as mídias. Em outras palavras, mais e ainda melhores Tropas de Elite e Centrais do Brasil.

Trata-se ainda de um setor cujo crescimento pode impactar decisivamente o desenvolvimento do conjunto do País. E aqui reside, caros Senadores e Senadoras, o que chamei antes de sentido estratégico. O Brasil apresenta hoje as condições necessárias para multiplicação da capacidade de geração de renda e emprego e divisas, e inclusão social e cultural da sua indústria do cinema e do audiovisual. Poucos países em desenvolvimento atualmente podem aspirar a ser primordialmente produtores/exportadores de conteúdos audiovisuais. E provedores de serviços da indústria de audiovisual. Pelo tamanho de seu mercado interno, e por seu vasto, diversificado e sempre renovado estoque de talento e de criatividade, o Brasil reúne as condições para ser o sócio nº. 1 deste clube. Mas, não basta constatar o potencial. É preciso empreender o esforço necessário para maximizar e realizar este potencial. Eis em uma linha o que pra mim constitui o papel primordial da ANCINE. Estimular o mercado brasileiro para que ele maximize e realize o



seu potencial de crescimento e em consequência de contribuição para o desenvolvimento do Brasil. Cabe ao setor aproveitar ou não esta oportunidade, e cabe ao Poder Público oferecer ou não os meios para que isto aconteça. Quero fazer o possível para que a AN-CINE ajude o setor a aproveitar a oportunidade que a convergência digital propicia e que a globalização amplifica. Para isso peço o apoio dos Senadores e Senadoras dessa Comissão. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Quero cumprimentar dizendo da minha satisfação ao ouvir a lucidez, ao ouvir todas as colocações feitas. Vou ter uma pergunta no final que eu gostaria muito de debater, mas de imediato eu passo a palavra, depois de encerrada a exposição, à Senadora Rosalba, que terá três minutos para as perguntas. Depois três minutos para a resposta.

Quero informar aos Sr. Senadores e Senadoras que já se encontra sobre a Mesa de votação a cédula de votação para aqueles que quiserem.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)** – Obrigada, Sr. Presidente. Na realidade, não serão nem perguntas. Eu gostaria, Dr. Sérgio Henrique, dizer que estou muito otimista de que o senhor conduzirá realmente a ANCINE de forma a que venha promover mais desenvolvimento ao nosso País. Analisei o seu currículo, sei que o senhor é um homem de experiência, é um homem que tem sensibilidade para a cultura brasileira, que sabe, inclusive, analisar fatos que outros poderiam pensar... Não, o que tem isso com a cultura? O nosso futebol tem com a nossa cultura. E você fez um livro sobre isso. Dizer que realmente o Brasil está num momento em que estamos mostrando a nossa capacidade. Existe a capacidade, existe o potencial, as vocações naturais, para que essa atividade possa cada vez mais gerar mais emprego, renda, e divulgar o Brasil bom, o Brasil de luta, o Brasil justo, o Brasil que nós queremos que o mundo lá fora venha conhecer. O Brasil bonito.

Então gostaria só aqui de fazer uma colocação. Já que o senhor vai estar à frente, com certeza, vai utilizar de todos os seus... De toda a sua inteligência, toda a sua dedicação para promover cada vez mais o cinema, o áudio, chegando de todas as formas não somente aos lares brasileiros, mas ao mundo. Como eu sou nordestina e sei que uma das fontes, sei que o nordeste ele tem uma riqueza cultural imensa. Não é só o nordeste, mas o norte, e as outras regiões. Mas a minha região tem uma riqueza muito grande. É uma região que tem hoje, vislumbra através do turismo oportunidades para gerar mais oportunidades de emprego, para se desenvolver mais, para diminuir mais essa desigualdade tão grande no norte e sul. Eu só

queria deixar aqui um apelo, é que valorize muito o nordeste, mas não é só o nordeste só Bahia, não. É o nordeste que vem lá do Piauí, Maranhão. Passa pelo Rio Grande do Norte, Ceará. Nós sabemos de grandes valores que existem nessa região, nós sabemos desse potencial cultural, das belezas. Porque meu Deus do céu, isso lá fora... Eu lembro, e aqui uma coisa da infância, o sonho que eu tive toda minha juventude de conhecer alguns países porque em alguns filmes eu vi imagens que eu queria conhecer de perto. Na Europa, ou em outra parte do mundo. Então isso é muito importante. Pode ser um detalhe, mas tenha sempre essa preocupação, de conseguir cada vez mais agregar parceiros da iniciativa privada para fortalecer o nosso cinema, os nossos áudios, mas que também não esqueça de levar ao mundo essa beleza que tem o Brasil e os brasileiros. Para que a gente não seja só visto por algo que está... Estamos vivenciando de violência, de problemas sociais, mas ver também o outro lado que eles precisam vir aqui, ter vontade, sonhar de conhecer as nossas praias, as coisas belas que tem o nordeste e o Brasil como um todo.

Era só essa colocação que eu queria fazer, pedindo ao senhor que faça esse esforço de lembrar. Porque muitas vezes eu sei que o sul, é natural, por mais desenvolvido, lá que se concentram aqueles que já estão tratando dessas questões, e muitas vezes um grupo do nordeste ele tem muita dificuldade de chegar, de conseguir o apoio. Mas se o senhor der esse apoio, eu tenho certeza que os parceiros poderão se somar e a gente fazer muito mais pela nossa região. Muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado, Senadora. Passo a palavra ao Sr. Sérgio Henrique.

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO** – Senadora Rosalba, muito obrigado, em primeiro lugar, pelas palavras gentis e generosas. Eu gostaria de assumir aqui o compromisso de prosseguir em algo que eu sempre coloquei como prioridade desde que passei a trabalhar na vida pública, ser um servidor público de lutar pelo processo de ampliação do acesso, não só a fruição, não só ao consumo, mas, sobretudo, à produção. À capacidade de produção do Brasil inteiro. E aí eu estou falando não só dessa questão sob o viés regional, mas mesmo no Rio de Janeiro, e mesmo em São Paulo, nós temos fenômeno de exclusão. Na verdade a produção cultural ela se concentra nas áreas mais ricas, mais nobres desses Estados, deixando, fazendo com que muitas vezes as periferias, os Municípios do interior não tenham o mesmo grau de acesso e não apenas ao consumo, não apenas à fruição, mas também à capacidade de produção. Eu fui

durante quatro anos membro do Conselho do Programa PETROBRAS Cultural e acho que podemos fazer no âmbito da PETROBRAS, pelo menos, um movimento de abertura à expressão regional, que fez com que nós tivéssemos se comparado com os resultados anteriores dos editais de seleção de projetos da PETROBRAS, um aumento de mais de 100% dos projetos de outras regiões que não o sudeste, que foram contemplados no âmbito desse programa. Isso sem dúvida já significou, eu acho, uma expansão muito grande da capacidade dos Estados do sul, do centro-oeste, do norte, e, sobretudo, do nordeste de terem... Fazerem com que seus produtores culturais tivessem acesso aos meios para produzir filmes, programas independentes de televisão, outros conteúdos audiovisuais que refletissem a riqueza e a diversidade dos seus Estados.

**SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)**

– Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu quero também mais uma vez dizer ao Dr. Sérgio Henrique que estou confiante no seu conhecimento, a começar pela PETROBRAS porque sou de uma cidade onde a PETROBRAS está presente. Presente na exploração de petróleo. Não vou dizer aqui que nunca contribuiu com o Município em algumas parcerias. Contribuiu. Mas na área cultural onde fiz um investimento imenso, com alto da liberdade, contando a história da invasão de Lampião lá na cidade, a única cidade nordestina que resistiu ao bando de Lampião, foi muito difícil. Nós fizemos sempre sem a parceria da PETROBRAS. Então quero dizer que onde existir a fonte, faça chegar aos Estados menores, aos Municípios. Porque existe uma movimentação imensa. Cada vez que eu vou ao meu Estado eu vou numa cidade onde existe uma movimentação cultural, com apresentações de rua, com apresentações envolvendo tanto a parte religiosa como a parte de histórias, é muita coisa. Então acho que o senhor tem também essa responsabilidade e eu confio que vamos conseguir.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu passo a palavra ao Senador Paulo Duque. Que é um homem de fortes ligações com a cultura.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Presidente, Cristovam Buarque, sem dúvida é o grande intelectual da Casa todo mundo sabe disso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito obrigado.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Mas eu já tive a oportunidade de conversar pessoalmente, nós dois só, eu e o Sérgio Henrique a respeito do assunto cinema, responsabilidade... Estou apreciando e admirando a colocação generosa sábia da nossa querida Deputada. E já conhecia, já estava pronto a

vir para cá com firme determinação de votar e aprovar essa mensagem do Presidente da República. E é claro que ele fez uma brilhante exposição, esgotou o assunto, praticamente. Mas é de uma geração mais nova do que a minha. Não poderia perguntar a ele, por exemplo, sobre a espetacular estréia do filme “E o vento levou”, nos idos de 1950, nos anos dourados. O que era o cinema antigamente no Rio de Janeiro e São Paulo quando os encontros eram marcados antes ou depois da sessão da cinco, ou da sessão das oito no Metro, no Roxy, etc, etc. Tudo isso o Sérgio Henrique deve ter lido nos livros que consultou que ele é um intelectual, sem dúvida alguma.

Então eu vou me resumir a poucas indagações. Primeiro, só para me instruir melhor. Na ANCINE são três diretores. O Presidente... Quatro diretores. Um Presidente, que é V.S.<sup>a</sup>...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Bom, mas desde já estou torcendo já por V.S.<sup>a</sup>. E mais três. Quais são os outros três?

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO** – Mário Diamante, Nilson Rodrigues e há uma vaga aberta que é justamente a vaga para qual fui indicado.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Sua vaga. E de onde são, quais são os Estados de origem desses três que o senhor citou agora? Se souber.

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO** – Manoel Rangel São Paulo... Não, Manoel Rangel nasceu na Bahia, não é isso?

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Um baiano.

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO** – Nilson Rodrigues do Mato Grosso do Sul, mas aqui de Brasília, Mário Diamante eu confesso que não sei.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Não sabe não. E é natural. Aos poucos vai haver entrosamento da Diretoria, etc. A sede da ANCINE vai continuar sendo o Rio de Janeiro?

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO** – Senador, ao que eu saiba, esse assunto não foi colocado em...

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Ainda.

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO** – Em questão.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Mas funciona lá no momento.

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO** – A ANCINE funciona no Rio de Janeiro. O que eu diria que no caso da Agência Nacional de Cinema faz todo sentido na medida em que o Rio de Janeiro é sem dú-

vida um dos pólos nacionais dessa indústria. Como o propósito da ANCINE é justamente de atuar junto ao mercado, de atuar junto à indústria do audiovisual, então me parece mais adequado que ela esteja lá. Mas enfim, acho que é uma discussão a ser travada. Mas até onde eu sei o plano é que a ANCINE continue tendo como sede do Rio de Janeiro, tendo um escritório aqui em Brasília.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Quero dizer a V.S<sup>a</sup> que hoje a grande dificuldade de ir ao cinema é exatamente você chegar no cinema e deixar o seu automóvel em segurança. Em geral as pessoas vão de automóvel. Acabou aquele negócio do cinema de... E em geral os cinemas ficam dentro de shoppings. Que você não tem mais condições de estacionar na rua.

Então, são dificuldades que vocês não têm nada com isso. É da administração pública. Mas existe. Essa é um tipo de dificuldade. Outro tipo, não é de restrição, não é de falsa hipocrisia, nada disso. Eu sou absolutamente contra a exibição de filmes pornográficos em nossas televisões pela madrugada, ou de tarde, o que seja. Não é falso moralismo, não. É uma coisa que não combina com a alma, com o sentimento, com o passado, com o heroísmo do brasileiro. Sei que nessa altura do jogo os acontecimentos dificilmente isso poderia ser travado. Mas, pelo menos controlado. Não é censura. Mas pelo menos deveria ser dimensionado de outra maneira, em outros horários... Porque é uma deseducação terrível isso. Nem sei qual é a sua opinião a respeito.

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO** – Senador, se o senhor me permite eu gostaria de dizer que eu concordo totalmente, e acho que embora esta preocupação não seja da alçada regimental da ANCINE, e sim do Ministério da Justiça, mas acho que a ANCINE deve se colocar à disposição do Ministério da Justiça para auxiliá-lo, para opinar especialmente no que diz respeito à TV por assinatura. Nós temos visto que o sistema de classificação etária não tem sido suficiente para que haja uma restrição na programação. E nós temos visto sendo exibidos pela manhã, à tarde, horário em que as crianças tem total acesso à televisão conteúdos absolutamente inadequados a isso. Eu acho que realmente...

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – E não vamos confundir educação sexual com filmes pornográficos.

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO** – Claro. Acho que realmente é um fator que nós devemos estar atentos porque isso pode ter uma influência negativa na formação das crianças. Senador, gostaria só de dar um exemplo, recentemente eu levei... eu tenho

um filho de dois anos, e levei meu filho ao cinema para assistir um filme adequado à idade dele, censura livre, e antes da exibição desse filme, foram exibidos trailers de filmes adultos. E eu fiz questão imediatamente de... enfim, encaminhar a minha reclamação e depois ligar para um dos diretores dessa rede para alertá-lo para que isso não aconteça mais, a exibição de trailers de filmes adultos em sessões de filmes infantis. Mas, enfim, de qualquer maneira como eu disse isso é uma atribuição do Ministério da Justiça, mas acho que a ANCINE deve estar atenta e à disposição para colaborar em todas as discussões e debates.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – E finalmente, onde funciona a ANCINE? Local lá no Rio?

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO** – A ANCINE funciona num edifício na Avenida Graça Aranha, no centro da cidade, que fica justamente em frente a um dos maiores tesouros da arquitetura brasileira, que eu sei que o senhor aprecia, que é o Palácio Gustavo Capanema.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Eu e o Presidente. Eu tenho um projeto, quero dizer a V.Ex<sup>a</sup>, em que estou pedindo, já que a capital agora é aqui, já que agora tem um Ministério da Educação, uma sede funcionando aqui, porque aquele Palácio Gustavo Capanema seja transferido para o Estado do Rio de Janeiro a fim de ser montado ali a Secretaria de Educação e Cultura. E quem sabe lá a ANCINE. Presidente, posso votar?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Pode votar, Sr. Senador. Eu passo a palavra ao Senador Cícero Lucena, agradecendo as palavras e as perguntas do Senador Paulo Duque.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – A minha participação, Sr. Presidente, será bastante breve. Só no sentido de registrar a importância fundamental da preocupação da ANCINE na questão da regionalização da produção. Acho que é algo muito importante, fundamental para a preservação cultural de um País tão rico como o nosso. E faço isso porque falo também em nome do povo paraibano que já deu a sua contribuição a esse setor. Nós brincamos até em dizer que a Hollywood brasileira é na cidade de Cabaceiras, cidade vizinha a Campina Grande, que entre as suas produções, entre tantas belas produções, nós temos a produção do Auto da Compadecida que foi feito em Cabaceiras, no Estado da Paraíba, além de outras locações, em outros Municípios do Estado da Paraíba.

Então, conhecendo o seu currículo, já conhecendo a ANCINE, tive a oportunidade também de relatar a indicação de um dos seus diretores, eu renovo esse apelo a todos, em seu nome, a todos que fazem a ANCINE para que cada vez mais possa incentivar e



estimular a produção regional como forma de preservação cultural. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Passo a palavra, se quiser fazer algum comentário.

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO**

– Senador esse é um compromisso, e acho que não apenas meu que estou indo para a ANCINE, mas também dos atuais diretores de atuar fortemente para que essa indústria seja capaz de cobrir o País inteiro, de retratar o País inteiro. Estava conversando agora com um ilustre cineasta do seu Estado, o Vladimir Carvalho, que é sem dúvida nenhuma, um dos grandes nomes do cinema brasileiro, e gostaria de dizer ao senhor que sou um apreciador do ciclo do cinema paraibano, (risos) que gerou não só grandes nomes como o Vladimir, mas grandes filmes que enriqueceu sobremaneira a nossa cinematografia. Acho que o Brasil vai ser um País maior na medida em que ele puder se beneficiar da sua riqueza e da sua diversidade. E acho que a ANCINE deve estar como sendo... Como tendo, enfim, como uma de suas prioridades isso. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Antes de passar a palavra ao Senador Dornelles, se ele quiser fazer algum comentário, eu quero fazer uma consideração e uma pergunta. Três pontos da sua apresentação me chamaram bastante atenção. Um é o momento que a gente vive de uma revolução tecnológica dos audiovisuais, que é um momento novo. Desde que o cinema foi inventado e entrou num ritmo, cem anos atrás, agora está havendo a primeira grande revolução. Passado o preto e branco para o colorido, não foi grande coisa. Passada a tela de 16 mm para a grande não foi grande mudança. Passado o cinema mudo ao cinema falado, não foi grande coisa. Grande coisa está sendo a revolução digital das imagens. Fazendo com que pessoa com pequenas câmeras terminem virando um cineasta, embora ainda seja uma indústria muito cara no momento da produção.

Então esse ponto me chamou muita atenção. É momento fundamental para a gente aproveitar essa revolução tecnológica. A gente não tinha condições de concorrer com os grandes países no cinema tradicional. Porque era caríssimo. Nós agora temos condições, porque é uma tecnologia que é razoavelmente acessível. Segundo ponto, é o Brasil se transformar numa grande potência. Eu acho que graças a estarmos chegando juntos, o Brasil como uma nação madura, no instante em que surge essas novas tecnologias nos permitem sermos uma potência, tanto quanto os outros países. É diferente daquele que você chega atrasado. Dificilmente a gente vai ser uma grande potência na pesquisa espacial, na exploração espacial, a não ser se houver

uma revolução tecnológica na maneira como são feitas as viagens. E terceiro ponto é a idéia de aumentar o mercado. O Brasil ainda é um País com mercado restrito na área do cinema. E o Senador Dornelles sabe disso e se bate por essas coisas da cultura e também obviamente por termos um grande mercado. Não é possível um País do nosso tamanho ter um público tão restrito indo ao cinema. Apesar de estar aumentando na medida que o cinema vai às casas. E aí é que eu queria fazer uma pergunta que achei sinceramente que faltou no conjunto da sua apresentação. Que pra mim a maneira correta de aumentar o mercado, além do problema do estacionamento, que são os detalhes importantes como o senhor falou, além da violência que é um problema que afasta, além do preço no País de pobres, mas pra mim, o grande entrave a um mercado dinâmico na área do cinema é colocar o cinema na cabeça das crianças desde pequenas. E eu tenho a impressão que não é a gente levando criança ao cinema que a gente vai fazer o grande mercado, porque quem leva a criança no cinema já está no mercado. Então é a simples repetição do mesmo mercado. Não é o mercado novo. O mercado novo virá de a gente levar o cinema à escola. De a gente fazer com que as crianças frequentem o cinema. Mas todas elas. Não apenas as crianças filhas daqueles que já vão ao cinema. Isso aí que eu queria ver o ANCINE na luta para dinamizar o mercado se envolver. Como fazer com que o cinema passe a ser parte do currículo das escolas? E aí o benefício não vai ser apenas para a cinema. Não vai ser apenas para incrementar o gosto cultural do povo brasileiro através das crianças. O fundamental é que o cinema hoje é mais atraente a uma criança do que a velha e tradicional aula do giz e cuspe, como se diz, que a minha geração de professor usou. O audiovisual tem que ser incorporado à educação. O quadro negro de hoje é o computador e a televisão. Não é mais o quadro negro ou verde, como a gente aprendeu. Ou com o lápis chamado pincel atômico. Tudo isso foi uma evolução natural. Não foi uma revolução. A revolução é o computador transmitindo a aula de algum professor. Porque computador não dá aula. Computador é burro. Computador não tem inteligência. A inteligência vem de quem usa o computador. O cinema, além de ser atraente e fazer com que a criança fique na escola, porque hoje elas não ficam, e quando ficam não se comportam, todo mundo estranha o mau comportamento hoje dentro das salas de aula, até mesmo a violência dentro das salas de aula, é porque a sala de aula ficou chata. Ela não fala a linguagem da criança. Ela fala a linguagem da gente. Talvez o que menos mudou no Brasil nesses últimos 20 anos tenha sido a escola. Alguém que tivesse dormido 20 anos atrás e



acordasse agora e fosse ao shopping center não reconheceria. Se fosse a um supermercado, não reconheceria. Se fosse a loteria, compare o jogo do bicho com as máquinas da loteria. Se fosse a um Banco não, reconheceria. Mas se fosse à escola reconhece. O cinema pode ser o canal para ajudar a mudar a cara da escola. Ao mesmo tempo para avançar o nível cultural das nossas crianças. Além disso, se a gente concentra no Cinema Brasileiro, para avançar o respeito à cultura brasileira nos filmes. E, além disso, que o que interessa mais talvez à ANCINE especificamente, aumentar o mercado. Ao aumentar o mercado, aumentar a receita dos filmes. A grande razão pela qual os nossos cineastas são dependentes de financiamentos públicos, de estatais e de empresas privadas é porque o mercado é pequeno. Se a gente tivesse um mercado dinâmico, com milhões indo ao cinema, com dezenas de milhares de cinemas, casas, a gente não ia precisar de bancar a PETROBRAS, bancar o Banco do Brasil, não precisava nem da Lei Rouanet para o cinema. Não tem Lei Rouanet para comprar sapato. Não tem. Mas tem para cinema. Porque a gente não tem uma grande demanda.

Então a minha pergunta é: Como a ANCINE pode ajudar a levar o cinema às escolas, se é isso que isso está de acordo com a sua concepção do que a gente precisa.

#### **SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO**

– Senador, gostaria de dizer que a omissão desse assunto foi deliberada porque eu imaginei que o senhor fosse trazer esse assunto à tona, à baila, e eu não queria, enfim, me antecipar a isso. Porque sem dúvida se trata de uma das questões mais importantes e é absolutamente pertinente a atuação da ANCINE.

Me parece que nós temos aí dois assuntos chaves no que diz respeito ao tema cinema e educação. O primeiro é que como os conteúdos audiovisuais são portadores de saber, de conhecimento, de estímulo à inteligência e sensibilidade, eles são sem dúvida nenhuma em si conteúdos educativos. Ainda que não tenham sido feitos com este propósito em primeiro lugar.

Portanto, a idéia de levar o cinema, a produção independente de televisão para as escolas é também fundamentalmente uma ação educativa.

E o segundo ponto é que as imagens elas são hoje tão ou mais presentes na formação das nossas crianças, de nós mesmos, do que os textos. E uma boa parte do nosso ensino no ensino fundamental é baseado na idéia de desenvolvimento da consciência crítica a partir da interpretação de textos. E nós temos que trazer a idéia de interpretação, de codificação de imagens para o ensino, especialmente para o ensino fundamental.

Então eu diria que são duas linhas. A primeira é cinema na escola. Nós precisamos fazer e acho que a Comissão de Educação, acho que o senhor, Senador Cristovam, tem que ser talvez até os líderes disso e a ANCINE estar junto com vocês para que nós possamos ter uma política nacional de cinema na escola que assegure que pelo menos um filme nacional, um conteúdo independente nacional seja exibido numa escola brasileira e, portanto, em todas as escolas brasileiras uma vez por mês. E que nós tenhamos não apenas a exibição para que não seja apenas uma experiência de diversão, de entretenimento, mas temos que junto com isso assessorar os professores para que os professores possam usar a experiência de ver aquele filme como reforço dos seus conteúdos tradicionais. Isso é perfeitamente possível. Eu coordenei alguns anos um projeto que foi feito em Nova Iguaçu que atingiu todas as escolas estaduais e municipais no Município de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, onde nós fizemos mais de mil sessões de cinema em praças e em escolas, todas as escolas foram cobertas, como eu disse, e foram exibidos oito filmes nas escolas, e aos professores foi fornecido uma apostila que mostrava a eles a adequação dos conteúdos do filme à grade curricular para que eles pudessem usar o conteúdo daquele filme nas aulas de matemática, de ciência, de português, e enfim, e quando você vai ver é perfeitamente possível isso. É perfeitamente possível. Então você exhibe o cinema, o filme na escola e os professores usam aquilo em sala de aula e isso funciona perfeitamente.

E a outra questão, aí eu acho que é uma questão de suscitar uma questão sobre a necessidade de tornar o nosso currículo escolar mais contemporâneo que é introduzir a idéia de que é necessário levar aos alunos a perspectiva de construção da consciência crítica também a partir da leitura e da codificação de imagens para que eles possam... Porque vivemos num mundo que é cada vez mais um mundo de imagens, e é preciso que as crianças tenham repertório para lidar com isso de forma crítica, saberem que uma câmera de cima para baixo quer dizer uma coisa e uma câmera de baixo para cima quer dizer outra completamente diferente, e que há um sentido por trás do modo como as imagens são registradas, e do modo que elas são inclusive montadas e isso me parece absolutamente fundamental. Eu diria que a ANCINE muito provavelmente já se encontra e quando eu estiver lá certamente ela estará na linha de frente da idéia de uma política de cinema nas escolas, tanto no que diz respeito a exibição de filmes quanto a idéia de incorporar ao conteúdo a idéia de leitura crítica da imagem ou como é que a gente venha chamar essa disciplina que me parece absolutamente fundamental no mundo de hoje.

Para encerrar, eu gostaria apenas de dizer que o senhor tocou num ponto que é absolutamente fundamental. Cada vez que há... Eu tinha eliminado também essa parte da minha fala, mas acho que a sua colocação torna-a novamente oportuna. Cada vez que há um salto tecnológico na história da oportunidade, uma nova oportunidade se abre para países emergentes se colocarem em posição de destaque, adaptando-se com mais dinamismo a ordem econômica nova que se cria. A convergência digital é um salto tecnológico absolutamente significativo tão importante quanto foi a revolução industrial, tão importante quanto foi a revolução naval que permitiu as grandes navegações ou a criação da imprensa que permitiu, inclusive a própria constituição, a gente sabe hoje, dos Estados nacionais na Europa.

Eu acho que isso pode ser a nossa grande chance de mudar o patamar da indústria do cinema e do audiovisual no Brasil. Deixar de ser como ela ainda é hoje de certa maneira e vem tentando deixar de ser, mas uma indústria subdesenvolvida para uma indústria plenamente desenvolvida. E isso também passa certamente pela questão do acesso aos conteúdos nacionais pelas nossas crianças. E, sobretudo, conteúdos nacionais, como disse o senhor, que são os conteúdos nacionais que carregam os nossos valores e a nossa cultura.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Agradeço bastante a sua colocação e passo a palavra ao Relator, como último a falar antes de passarmos à votação e apuração.

**SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)** – Sr. Presidente, eu queria inicialmente agradecer a V.Ex<sup>a</sup> a confiança que me depositou me designando como Relator dessa mensagem relacionado com a aprovação do nome do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para a ANCINE. É um honra muito grande e agradeço a V.Ex<sup>a</sup> a confiança depositada. Queria dizer, Sr. Presidente, eu nos últimos 25 anos tenho acompanhado muito de perto o problema relacionado com o cinema brasileiro. Já vi períodos de euforia, períodos de depressão, tentando corrigir... Eu acho que a indústria cinematográfica é aquela onde o Brasil que tem maior potencial de crescimento e a minha preocupação é exatamente essa levantada pelo Presidente Cristovam Buarque, nós solucionamos ou conseguimos... O problema da indústria do cinema. Mas a comercialização, a divulgação está o problemático. Por exemplo, eu verifico que os filmes nacionais não chegam, não estão conseguindo chegar ao interior do País. E eu vou dizer uma coisa seguinte que eu queria perguntar. Meses atrás eu estive numa cidade do interior e perguntei: Quais são as dificuldades que vocês têm que

não vejo filmes nacionais nessa cidade. O problema é que dependemos do distribuir. E o distribuidor nos manda um pacote. E nesse pacote não vem o filme nacional e quando vem, vem por um período curto. De modo que eu pergunto, existem dificuldades sobre a distribuição de filmes nacionais para ir para o interior do País? Quais são os problemas que existem na comercialização? Porque nesses pacotes, como é feito? Eles botam para um cinema do interior ter um filme bom, tem que comprar três pastelões, ou quatro pastelões importados. E ele não tem outra alternativa.

De modo que eu pergunto, essa minha preocupação é válida? Existe realmente dificuldade de distribuição de filmes brasileiros a cidades do interior? Ou mesmo nas capitais, existem algumas dificuldades de comercialização? Quais são os interesses contrários à distribuição de filmes brasileiros?

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO**

– Senador, sem dúvida que esse, no que diz respeito a indústria do cinema, constitui o grande nó na sua cadeia de valor. Nós temos em primeiro lugar um parque de cinemas ainda muito aquém do tamanho do País, e isso se deve ao fato de que nós ainda não podemos desenvolver esse mercado. E nós temos que fazer isso. Temos que ter uma política de desenvolvimento do setor de exibição para que nós possamos ter mais salas e mais lugares. Portanto, mais janelas de exibição. Mas isso apenas não basta. Porque justamente o setor de distribuição no Brasil, hoje, ele ainda é um setor onde há uma hegemonia clara do cinema estrangeiro, dos produtos estrangeiros. E das empresas estrangeiras. E para vencer essa barreira, o que nós precisamos? Nós precisamos contribuir para a consolidação de empresas brasileiras de distribuição que operem principalmente com conteúdos brasileiros. E que possam quando se trata, por exemplo, de um cinema do interior, tenham em sua carteira produtos suficientes para oferecer uma alternativa a esse exibidor e dizer a ele: Exibidor, não se torne dependente, não fique, você não precisa ser dependente da distribuidora internacional, porque nós aqui temos produtos que capazes de gerar a mesma rentabilidade para o seu negócio. Então precisamos dessas empresas e precisamos também ter eu diria mais filmes brasileiros realmente competitivos no sentido de que realmente são capazes de atrair o nosso público. Porque não adianta apenas a gente ter como nós temos uma política de cotas em que nós abrimos a janela para o produto nacional. É preciso que esse produto nacional seja atraente o bastante para que o público prefira vê-lo a ver o produto estrangeiro.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO**

– Existe. Ele tem sido, inclusive, de certa maneira um instrumento que os pequenos exibidores têm para, enfim, se contrapor à imposição de títulos...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO**

– Sim. Uma das atribuições da ANCINE é fiscalizar. E a fiscalização é rigorosa quando se verifica que não há o cumprimento, enfim, há aplicação de advertências, de multas, etc, nós inclusive conseguimos recentemente uma vitória na justiça que houve uma ação judicial que se contrapôs a isso. Alegando inconstitucionalidade, etc, mas a ANCINE venceu essa ação e enfim, conseguimos reafirmar a capacidade de fiscalização da ANCINE. Mas eu diria que a fiscalização e a cota de tela não basta. Nós precisamos ter... O que nós tivemos nos últimos anos e talvez tenha sido muito importante foi uma concentração da política pública e também dos mecanismos de fomento na produção. Porque era necessário assegurar que se chegasse a um determinado volume de produção para que você pudesse ter uma indústria de infra-estrutura, pudesse ter uma indústria de produção, etc. Agora temos que nos concentrar nos demais elos da cadeia produtiva para construir um equilíbrio, para que na verdade você consiga não apenas produzir, mas desaguar esses produtos para que eles cheguem ao seu público, para que eles sejam consumidos que é a razão de ser de toda e qualquer cadeia de consumo. Qualquer cadeia de valor. Portanto, é preciso atacar a questão de exibição, tenha mais salas, e de novo a questão da convergência digital nos oferece uma possibilidade na medida que nós estamos migrando de um cenário de exibição de cópias físicas de filmes que sempre acarreta um problema de logística e etc, e custos mais elevados para sistema de projeção digital em que a transmissão é feita digitalmente e que o filme é um arquivo que barateia incrivelmente e facilita muito que o filme chegue ao interior. Porque antes se fazia um investimento num determinado número de cópias, os filmes eram exibidos primeiramente nos cinemas das capitais e depois eram exibidos nos cinemas do interior. Com o sistema digital os cinemas do interior passarão a ter acesso simultâneo aos filmes quando são efetivamente lançados e nos dará também uma oportunidade de competição maior. Então precisamos de mais filmes, precisamos de mais cinemas digitais, precisamos de mais empresas nacionais de distribuição operando com conteúdos brasileiros e precisamos de mais filmes realmente competitivos. Porque está provado que quando há filmes brasileiros competitivos, o cinema brasileiro ganha do cinema estrangeiro. Todos

os dados nos apontam isso. Portanto nós precisamos reforçar isso e essa eu tenho a impressão que tem que ser no que diz respeito ao cinema a preocupação chave de uma política industrial voltada para o desenvolvimento desse mercado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**

– Agradeço. E encerrada a arguição, eu solicito ao Sr. Sérgio Henrique que, por favor, aguarde na sala da Secretaria enquanto vamos proceder a votação. Os Srs. Senadores que ainda não votaram, como eu, que o façam para que a gente possa encerrar o processo de votação. Eu já convido, enquanto vou votar, o Senador Paulo Duque, Senadora acaba de chegar, mas Senador Dornelles como Relator, convido os dois para virem ser escrutinadores. A Senadora quer votar? Ah, já votou. Muito bem, obrigado. Enquanto se faz a apuração eu quero dizer que fico feliz de ter visto que tivemos um bom quórum. Ultrapassamos o quórum numa proporção que para os dias de hoje é inesperado. Fico muito feliz e agradeço ao trabalho do Secretário Júlio Linhares e todos os seus colaboradores e colaboradoras pelo trabalho de lembrar cada Senador, trazer os membros mesmo no meio de outras Comissões para que pudessem votar. Também devo dizer que foi uma arguição extremamente, criativa... produtiva. A defesa feita pelo Sérgio Henrique foi extremamente rica, nos permitiu ter um sentimento muito especial dos problemas e das potencialidades do cinema brasileiro, creio que a participação dos Senadores nos permitiu trazer problemas que espero que ele junto com os outros três diretores eles possam trazer um avanço para essa arte que a gente tem todas as condições de dar um grande salto e colocar o Brasil na frente.

E aproveito para dizer ao Senador... Senador Cícero saiu, mas aproveito para dizer a ele que Vladimir não é só paraibano, ele é também brasileiro. E nós temos muito orgulho de que na Universidade de Brasília, como professor, que ele desenvolveu quase a totalidade de seus brilhantes trabalhos. O Vladimir é um dos patrimônios que Brasília tem. Embora devemos sempre reconhecer que ele nasceu na Paraíba.

Os dois escrutinadores comunicam que houve 25 votos a favor, e solicita à Secretaria que convide o indicado para retomar o assento à Mesa para a proclamação do resultado. Foram 25 votos e é preciso dizer, nenhuma abstenção e nenhum não. Foi uma votação por unanimidade. Como disse o Senador Dornelles, a gente gostaria como candidato, de vez em quando, chegar perto disso. (risos) Não à unanimidade que não faria sentido, mas pelo menos chegar perto disso.

Fim da apuração dos votos foi verificado o seguinte resultado para indicação do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho. Sim 25, não zero. Abstenção zero. A



Comissão, portanto, aprova a indicação do Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema, desejando muito boa sorte para ele porque o Brasil precisa muito desse trabalho. Muito obrigado e parabéns.

**SR. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO**

– Muito obrigado, Senador.

*(Sessão encerrada às 12h55.)*

**Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de fevereiro de 2008.**

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senador Sérgio Zambiasi, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Romeu Tuma e Cícero Lucena reúne-se a Comissão de Educação, Cultura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Renato Casagrande, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 46/07 – CE, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000, que “Acrescenta artigos à Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas”. Comparecem à Audiência Pública, a Senhora Susana Grillo, Coordenadora da Coordenação Escolar Indígena do Ministério da Educação; Senhora Deborah Macedo Duprat de Britto, Sub-Procuradora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal; Senhor Gersm José dos Santos Luciano Baniwa, Assessor Técnico da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB e Senhor Carlos Henrique de Oliveira, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional. O Presidente da FUNAI, Fundação Nacional do Índio,

convidado para ser um dos expositores da Audiência, encaminha expediente, justificando a ausência. O representante do Ministério do Trabalho convidado, não justifica a ausência. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Fátima Cleide, autora do Requerimento e Romeu Tuma, que propõe a elaboração de publicação, desta Comissão, com a íntegra dos debates realizados no dia de hoje para serem distribuídos aos membros da Comissão, com o que todos concordam. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência Eventual encerra a reunião às doze horas e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A presente reunião atende a Requerimento nº. 46 da Comissão de Educação de 2007, aprovada, de autoria da Senadora Fátima Cleide para realização desta Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 155/2000 que acrescenta artigos à Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973, o estatuto do índio, dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Secretário Júlio Ricardo Linhares, que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa.

Antes de ouvirmos os convidados eu quero registrar um Ofício da Chefe de Gabinete da FUNAI, Maria Salete Pompeu Miranda, a respeito do Ofício relativo à Audiência Pública marcada para hoje sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas, diz a Srª Maria Salete no seu Ofício que o fito é informar da impossibilidade do Sr. Presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI,



comparecer a Audiência Pública em pauta em razão de compromissos inadiáveis surgidos de última hora. Entretanto, considerando a alta relevância do referido evento, a Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça na pessoa do servidor Frederico Vieira Campos aqui presente, está presente e para anotações e posterior encaminhamento a este gabinete. Ok, então está feito o registro, agradecemos a Sr<sup>a</sup>. Maria Salete que é Chefe de Gabinete da FUNAI.

Justifico a ausência na abertura dos trabalhos do Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, tendo em vista compromisso inadiável fora do Congresso, mas temos a expectativa de que dentro de aproximadamente 40 minutos ele já estará aqui para conduzir a sequência destes trabalhos.

E vamos então já imediatamente passar a palavra à primeira convidada do encontro, repetindo, esta Audiência Pública visa instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 155/2000 que acrescenta artigos à Lei 6001 de 19 de dezembro de 73, o estatuto do índio, dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas. Autora do Requerimento é a Senadora Fátima Cleide, o autor do projeto Senador Mozarildo Cavalcanti, a relatoria do projeto Senador Augusto Botelho, passo imediatamente a palavra a Sr<sup>a</sup>. Susana Grillo, Coordenadora da Coordenação Escolar Indígena do Ministério da Educação. Cada convidado dispõe de 10 minutos para falar, discorrer sobre o tema.

**SRA. SUSANA GRILLO** – Bom dia a todos e todas presentes aqui. Nós agradecemos o convite para estarmos presentes nessa discussão de um Projeto de Lei, e em primeiro lugar eu gostaria de salientar o mérito de uma proposta que tem como intenção proporcionar condições de equidade nas oportunidades que existem no Estado Brasileiro para diferentes segmentos da população brasileira. Mas, eu queria trazer aqui à discussão quatro aspectos para a reflexão, e aperfeiçoamento dessa proposta.

Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de trazer aqui para reflexão alguns pontos, algumas perspectivas com relação à educação escolar implementada nas aldeias indígenas que são trazidas ao Ministério da Educação e aos sistemas de ensino.

Então, representantes indígenas, quando procuram os sistemas de ensino, seja na órbita da União, na órbita estadual, na órbita municipal, eles apresentam suas demandas, mas que têm sentidos próprios. Os povos indígenas têm objetivos e sentidos, atribuem sentidos peculiares específicos à educação escolar.

Então, o que marca muito a demanda por oferta de educação escolar nas comunidades indígenas, o que marca a especificidade dessa demanda é que

deve-se tratar de uma educação escolar que respeita patrimônio cultural e lingüístico e a organização social de cada comunidade, de cada povo.

Então, não é qualquer educação escolar, é uma educação que nós, no léxico que nós usamos dentro disso é o que nós chamamos de uma educação intercultural. É uma educação que deve trazer tanto instrumentos e preparo para uma interação justa, uma interação com a sociedade envolvente, mas uma educação escolar que valoriza o patrimônio cultural, lingüístico dessas comunidades. O que seria uma educação intercultural. Escolar intercultural. Um segundo aspecto dessa demanda é que é uma educação escolar que deve contribuir para os projetos societários dessas comunidades, para os projetos de continuidade sócio-ambiental, continuidade lingüística, cultural dessas comunidades. Então é um modelo de educação que está ligado fortemente ao suporte, ao apoio, à perspectiva de presente, de futuro dessas comunidades no âmbito da continuidade sócio-ambiental, de uma continuidade lingüística de afirmação das identidades étnicas. Outro aspecto que chama atenção também é que uma perspectiva educacional que promova a inserção dos jovens, a afirmação dessa identidade étnica e uma inserção dos jovens na organização e na gestão desses projetos de etnodesenvolvimento. Então o que se procura hoje é uma educação escolar que fortaleça as identidades e promova essa inserção dos jovens para uma atuação no próprio território indígena. A perspectiva é que essa escola trabalhe para isso. Afirme as identidades, mas com uma educação escolar com relevância cultural, com relevância política, proporcionando que esses jovens tenham uma inserção na organização, na gestão de seus projetos, mas no interior dos próprios territórios.

Então, isso vem implicando numa criação de novas categorias profissionais, como os agentes agroflorestais, os professores para docência intercultural, os agentes indígenas de saúde para um serviço de saúde intercultural, operadores de direitos indígenas nesse contexto de diversidade sociocultural...

Então, essa perspectiva de uma formação que esteja tanto ligada ao patrimônio cultural lingüístico, quanto esteja proporcionando conhecimentos a respeito da estrutura, do funcionamento da sociedade majoritária, ela cria novos... E o interesse na gestão de projetos e desenvolvimento sustentável, ela cria novas categorias profissionais.

Então, nos últimos anos vêm se adensando muito essa perspectiva de uma busca de formação para intervenção no campo do desenvolvimento sustentável nos próprios territórios. Então o meu questionamento é com relação... Nós temos aí uma problematização,

uma dicotomia entre necessidades do mercado de trabalho, e necessidades indígenas das comunidades quanto a sustentabilidade.

Então, a minha reflexão é em que medida o Projeto de Lei se distancia dessa realidade das necessidades indígenas nos seus territórios quando aponta a inserção no mercado de trabalho descolado dessas perspectivas indígenas.

Então, eu acho que é um ponto que nós devemos nos dedicar e refletir, em que medida esse Projeto de Lei quando aponta a inserção de pessoas indígenas no mercado de trabalho global, em órgãos do Estado Brasileiro, em que medida isso distancia uma maior intervenção legislativa no sentido de proporcionar que pessoas indígenas sejam contratadas para organizar trabalhos, gerir problemas nos seus próprios territórios. Nós queremos também trazer uma informação que, hoje, as áreas da saúde e educação, elas são responsáveis pela contratação de um número significativo de pessoas indígenas para trabalhar nos territórios.

Então, hoje nós temos mais de 10 mil professores atuantes nas escolas indígenas, em quase duas mil e trezentas escolas indígenas que existem no Brasil hoje, elas têm mais de 10 mil professores em atuação. Desses 10 mil professores, 95% são indígenas. Além da área da educação, a área da saúde também vem proporcionando a contratação de pessoas da própria comunidade para a organização dos serviços de saúde.

Então, nós temos hoje um grande número de agentes indígenas de saúde, agentes indígenas de saneamento atuantes nos próprios territórios. Então a primeira reflexão que eu trago é essa. Nós temos que analisar quais são as perspectivas indígenas com relação aos seus projetos societários, que implicam em formar jovens para gerir projetos nos próprios territórios, e isso é trabalho, isso é uma ocupação, isso um emprego que deve ser remunerado e reconhecido pelo Estado Brasileiro. Em que medida isso, em que medida o projeto se distancia dessa realidade.

Um outro aspecto que eu gostaria de trazer para a reflexão é com relação a algumas concepções presentes no encaminhamento. Então, o requerimento usa uma palavra que ela já foi usada para descrever o processo de interação dos povos indígenas com a sociedade envolvente, com o Estado Brasileiro, e essa palavra é a palavra *aculturação*, *aculturamento*.

Então, acho que a gente tem que promover também um debate sobre determinadas concepções que estão presentes no projeto que merece uma revisão conceitual, o que a gente está realmente dizendo que para o processo de *aculturamento* dos povos indígenas nós temos que aprovar esse Projeto de Lei. O termo

*aculturamento* é um termo muito usado pela antropologia no Século 19, no Século 20, que foi em (soa a campainha) decorrência de vários conhecimentos que foram se acumulando, é um termo que foi abandonado e em função dos direitos humanos, dos direitos étnicos, então hoje nós não falamos nessa interação, nessa articulação interétnica entre o Estado Brasileiro e a sociedade nacional com os povos indígenas, nós não falamos em *aculturação*. Nós usamos outros conceitos para dar conta dessa realidade de contato interétnico. Então acho que vale a pena a gente se debruçar sobre alguns conceitos que preside o requerimento para elucidar como estamos entendendo as diferenças culturais, como estamos entendendo essa interação. *Aculturação* ela sempre trazia na tela na medida que os índios se relacionavam com a sociedade, com o Estado Brasileiro, eles perdiam seus atributos identitários. A palavra *aculturação* ela tem esse significado. À medida que o índio mantém contatos mais diretos com a sociedade nacional, ele perde sua identidade própria, ele perde seus atributos identitários.

Então, tem alguns conceitos nesse campo do indigenismo, nesse campo de relacionamento interétnico que nós temos que refletir sobre eles para saber exatamente o que eles dizem com relação às diferenças culturais. Como entendemos o patrimônio cultural dos povos indígenas, como entendemos as diferenças culturais.

Um outro aspecto que eu queria trazer para a reflexão é que hoje no Brasil nós temos muitos cenários, diferentes cenários de interação entre povos indígenas e sociedade brasileira, Estado nacional. Nós temos o cenário dos territórios indígenas, mais de 12% do território nacional são terras indígenas. Esse é um cenário. São povos que estão no seu território, têm seus projetos de continuidade sócio-ambiental e querem a efetivação de seus direitos com relação a isso. Isso é uma realidade. Uma outra realidade é de um número bastante significativo de pessoas indígenas nos centros urbanos com vínculos ou não com as suas comunidades originárias. Então nós temos que pensar num Projeto de Lei como é que esses cenários diferentes estão sendo encarados, porque as necessidades são diferentes. As necessidades dos povos indígenas em seus territórios é uma, as necessidades de pessoas indígenas muitas vivem em coletividades, como na capital de São Paulo você tem a coletividade dos Panchararu, como em Campo Grande você tem a coletividade dos Terena dentro do Município de Campo Grande, então nós temos diferentes cenários de convivência interétnica, nos territórios e nos outros espaços urbanos ou rurais com vínculos com essas comunidades originárias, com os territórios originais, ou sem víncu-

los. Então esses diferentes cenários eu acho que têm que ser contemplados nos Projetos de Lei porque as necessidades são outras. As necessidades nos territórios são outras, as necessidades em coletividades urbanas são outras, ou indivíduos indígenas em realidades urbanas são outras. Um terceiro aspecto que eu quero trazer aqui para a reflexão é com relação a agregar a proposta à Lei 6.001/1973. Eu quero trazer uma reflexão que esse texto legal ele hoje, ele apresenta muitas defasagens face aos direitos indígenas como ficaram na Constituição de 1988.

Então, eu trago aqui para a reflexão que nós teríamos que rever o que, por exemplo, a Constituição de 88, ou mesmo a Convenção 169 da OIT do qual o Brasil é signatário, o que eles alteram modificam drasticamente na Lei 6.001 que a lei que se quer incluir novos artigos. Na questão da educação, que é a questão a qual nós estamos diretamente vinculados, na questão da educação os termos em que a educação está definida na 6.001 foram drasticamente alterados a partir da Constituição de 88 e da convenção 169. Então a Lei 6.001 ele tem um forte viés integracionista próprios da época, 1971 que foram já superados com muita Legislação subsequente, principalmente a Constituição de 88 e... Que trouxe direitos lingüísticos e direitos educacionais aos povos indígenas mudados drasticamente na versão inicial da Lei 6.001.

Bom, então tanto a Constituição de 88 quanto a Convenção 169, por quê? Porque a Lei 6.001 ela foi fortemente influenciada por outra convenção da OIT que é 107/1957. E ambos os documentos têm um forte viés integracionista. Esse paradigma muda com a Constituição de 88, com a Convenção 169, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com o Plano Nacional de Educação, e isso citando explicitamente a questão dos direitos lingüísticos e educacionais.

Então outro aspecto que eu... Na verdade a gente está trazendo quatro aspectos a serem pensados. As demandas dos povos indígenas em seus territórios, por educação, aponta que eles querem uma formação para intervenção no seu próprio território. Um segundo aspecto, as concepções de diversidade cultural presentes no requerimento, presentes no Projeto de Lei, a questão da 6.001, agregar novos artigos a uma Lei que já tem diversos artigos superados pela Constituição de 88, que trouxe novos direitos lingüísticos e educacionais aos povos indígenas e as diferentes realidades que nós temos hoje com relação às relações interétnicas no Brasil. Nós temos relações interétnicas nos territórios indígenas e necessidades próprias desses povos, direitos específicos e necessidades específicas, e temos também direitos específicos e outras necessidades em coletividades indígenas ou pessoas

indígenas que estão nos outros cenários, nos centros urbanos em outros cenários. Então, a contribuição que o Ministério da Educação tinha a fazer para satisfação é essa. Muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS)** – Obrigado à Susana Grillo que nos traz aqui uma visão do Ministério da Educação com relação ao tema em pauta. Lembrando que cada convidado tem 10 minutos, com alguns minutos de tolerância após os 10 para que possa concluir o seu pensamento.

Eu passo imediatamente à palavra à Dr<sup>a</sup>. Déborah Macedo Drupat de Britto Sub-Procuradora da 6<sup>a</sup> Câmara do Ministério Público Federal.

**SRA. DÉBORAH MACEDO DRUPAT DE BRITTO** – Bom dia a todos os presentes, agradeço o convite dessa Comissão, e rapidamente passando ao assunto, eu acho que o pressuposto que nós temos que anunciar aqui na discussão dessa questão é aquele de que a Constituição de 1988, tal como a Susana disse há pouco, é uma Constituição que passa a tratar da sociedade nacional como sendo uma sociedade plural em vários aspectos, inclusive no aspecto étnico cultural.

Então, esse é o pressuposto que está por trás de toda essa discussão. E pode parecer curioso a vários dos senhores que nós estejamos aqui, primeiro, a tratar de um tema concurso público para índios. Porque a percepção comum é que se nós estamos... Temos uma Constituição que confere territórios para índios, por que é que eles não estão lá nos seus territórios e estão vindo para cá fazer os nossos concursos? Essa é a primeira perplexidade quando se entra em discussão temas desse tipo. Ocorre que numa sociedade plural, como é a nossa, ela... A marca dela é que as diferenças elas não se isolam em guetos. Ao contrário. Na sociedade plural as diferenças elas se encontram no espaço público e dialogam entre si. É próprio da sociedade plural que os vários grupos étnicos, sociais, culturais, eles estejam o tempo todo em relações de troca, de contato entre si. A sociedade hegemônica, que era aquela do modelo atual, não só do direito brasileiro, mas de outros, essa sim, essa era uma sociedade que trabalhava com a idéia de guetos. Ou seja, enquanto você é diferente você fica isolado. Nós não precisamos ir muito longe. Nós lembramos as áreas de confinamento que eram dadas para os povos indígenas, nós lembramos as instituições próprias para as pessoas portadoras de necessidades especiais... A escola, por exemplo, não era um local para diferença. Os diferentes tinham uma instituição própria. Os loucos... Enfim, todos esses não apareciam no espaço social. Eles só ingressavam no espaço social quando a sua diferença era eliminada. Então os índios quando eles eram tidos como absolutamente aculturados. Ou seja,



aptos a seguir o modelo da sociedade de grande formato. Os loucos, quando ficassem bons, enfim. Mas, essa sim era... Você só vinha para o espaço público quando a diferença estava desfeita. Esse era o modelo da sociedade hegemônica.

Com relação às cotas, que é o objeto desse projeto, é também preciso fazer algumas diferenças. Quando se pensa em cotas, em ações afirmativas, nós geralmente pensamos no modelo norte-americano, que é um modelo que tem em conta a dívida do passado. É um modelo que tem o olhar voltado para o passado. Ele diz: Errei, e agora vou corrigir o erro mediante as ações afirmativas. Esse modelo ele tem um grande problema, porque ele, para nós, na atualidade, porque ele é um modelo típico da sociedade hegemônica também. É um modelo típico da sociedade que não existe mais entre nós. Por quê? Porque ele é um modelo que ele garante o acesso, mas o acesso àquelas instituições de grande formato, que não mudam pelo ingresso do diferente. Ou seja, o diferente ele é assimilado ao ingressar naquele modelo.

Então, vamos pegar o exemplo que é da universidade. Da educação. Abre-se o espaço das cotas. Então temos as cotas para as mulheres, para os negros, para os índios. Mas ele entra num espaço da universidade que não foi pensado para mulheres, negros, índios, pessoas portadoras de necessidades especiais. E que continuam a reproduzir o modelo hegemônico, o modelo que até então a orientou, que é o modelo, enfim, de um determinado grupo que deu norte para todas as instituições públicas. Quando essas pessoas entram, apesar da cota, elas entram num ambiente que não permite o exercício da diferença.

Então, ele é... Ela só consegue permanecer naquele espaço se elas se integram e também abandonam as suas diferenças. O modelo de ação afirmativa que uma sociedade plural demanda é diferente. É um modelo em que certamente o primeiro ponto é você abrir o espaço para que a diferença ingresse. Então as ações afirmativas nesse ponto se identificam com o modelo norte-americano. Primeiro é preciso criar esse espaço de ingresso. Mas é preciso também criar condições de permanência e essa permanência só é possível, permanência garantidas as identidades de cada qual, se essas instituições de grande formato elas também mudam. Elas passam a ser instituições plurais, instituições que sejam expressão das diferenças existentes na sociedade nacional. Então o ponto, eu acho que são as concepções prévias à avaliação de todo esse projeto. Primeira característica que foi muito bem apontada pela Susana com relação a esse projeto, é que ele ainda está orientado pela lógica anterior, pela lógica da assimilação da integração, e faz isso...

Deixa isso muito claro quando faz uso da expressão, aculturação, aculturamento, que é uma expressão que hoje em dia ela não tem mais espaço numa sociedade plural. A sociedade... A aculturação ela primeiro ela só existe numa sociedade hegemônica, em que a cultura hegemônica é a cultura valiosa, é aquela que deve ser seguida pelos demais. Então a aculturação é a aproximação da cultura ideal, do modelo típico de cultura, do modelo ideal de cultura. Numa sociedade em que as culturas são várias, se comunicam entre si todas de idêntico valor não há um padrão cultural que oriente ou que seja o ideal a ser alcançado por todas elas. Depois, porque o projeto ele insiste muito na igualdade formal. Ou seja, os índios entram em igualdade de condições com os demais candidatos. Não haverá nenhuma diferença no... Na prova para o ingresso desses índios. E aí vamos também pensar a partir de algumas situações muito concretas. Se nós fazemos um concurso para magistério indígena, pegar esse exemplo, ora, a norma é que o concurso público ele é acessível a todos os brasileiros. Se nós imaginamos que estabelecemos uma regra... para Magistério. Não quero falar em magistério indígena, não. Para magistério. Então, nós estabelecemos regras iguais para todos os candidatos. E aí eu pergunto para os senhores: Quem serão os candidatos habilitados a ensinar numa escola Xavante? Quem serão os candidatos habilitados a ensinar numa escola Pankararu, numa escola Yanomami? Porque se o concurso trata todos igualmente, não vamos ter nenhuma especificidade em relação a esses grupos. Agora, uma educação que seja... Não seja a expressão da cultura vivida pelo grupo, daquilo que é forte para a geração presente e para aquilo que é transmitido para as gerações futuras, essa educação ela passa a ser colonizadora porque ela elimina diferença e passa a ser a expressão daquilo que o professor quer dizer.

Então, o projeto na forma como ele se apresenta, ele tem esse problema de ser... ainda estar orientado pelo viés assimilacionista, e ao tratar a todos igualmente, ele não cede espaço às expressões de diferença. Só dar um exemplo de como funcionou entre nós mulheres. A questão da mulher trabalhadora. Enquanto nós estávamos orientados pelo princípio da igualdade formal, o fato de sermos mãe, de amamentarmos, não era um dado que poderia ser levado em consideração.

Então, a igualdade formal ela sempre trouxe um prejuízo para nós. Porque se nós entramos no mercado de trabalho sem que a nossa diferença seja levada em consideração, nós já estamos em desvantagem em relação aos trabalhadores masculinos.



Então, é isso que eu quero dizer. Se as instituições elas também não mudam. Desculpa, gente, não tem condições... se elas também não mudam para serem palco da diferença a reserva de vagas ela em si nada vai mudar em termos de alcançarmos e fortalecermos essa sociedade plural de que trata a Constituição. Obrigada e desculpem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Obrigado, Dr<sup>a</sup>. Déborah Macedo, inclusive pelo seu esforço, mas agora com alguns minutos de descanso nas cordas vocais poderá retornar logo- logo para a sequência do debate. Porque os próximos dez minutos estão reservados para que possamos também acompanhar o ponto de vista das organizações indígenas. Está presente a esta Audiência Pública, mais uma vez informamos aos nossos, aos ouvintes, aos espectadores, essa Audiência Pública visa instruir o Projeto de Lei do Senado nº 155/2000 que acrescenta artigos à Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973, estatuto do índio, dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas. Requerimento da Senadora Fátima Cleide, autor do projeto, Senador Mozarildo Cavalcanti, e Relatoria do Senador Augusto Botelho. Com a palavra, então... Apenas esclarecendo, antes do Gersem se manifestar, que o representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Diretor da Secretaria de Políticas e Públicas e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, Marcelo Aguiar dos Santos Sá, foi convidado, confirmou a presença, mas infelizmente ainda não conseguiu chegar aqui à Comissão.

Então nós passamos imediatamente a palavra ao Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, Assessor Técnico da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

**SR. GERSEM JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO BANIWA** – Bom dia a todos, cumprimentar os membros da Mesa, todos os participantes, agradecer pelo convite, por essa oportunidade de dar nossa opinião. O esforço é tentar expressar um pouco do que pensamos os índios, ou pelo menos um grupo de índios com quais trabalhamos no dia-a-dia, na COIAB, na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

Bom, acho que o tema é bem interessante e relevante para o contexto das experiências que estamos vivendo no Brasil, e especificamente com relação ao propósito do projeto que é cota para indígenas em concursos públicos. Acho que a Dr<sup>a</sup>. Déborah Duprat citou, acho que a nossa referência para esse debate hoje são as cotas nas universidades. Que embora todas as controvérsias no debate acadêmico e político, acredito que existe uma certa... Um certo consenso entre os índios com relação a estas experiências. E

que pode ser traduzidos para esse propósito do Projeto de Lei. Em primeiro lugar, as cotas na linha das ações afirmativas, de qualquer modo, têm sido muito positivas. Porque primeiro são efetivamente oportunidades. Existe uma idéia muito clara, e eu trabalho muito isso no campo da educação com as comunidades, as escolas indígenas, é de que a experiência histórica com a educação escolar formal, pelo menos a nível de Brasil, é de que por mais que o processo educacional tenha sido como foi o processo de colonização bastante violento, principalmente do ponto de vista cultural, mas as experiências, as ofertas de educação escolar, por qualquer método, pedagogia, por mais estranho que fosse aos índios e violento em alguns momentos, sempre foi oportunidade revertido de forma positiva, eu diria para a politização e uma linguagem que os movimentos sociais ultimamente utilizam muito para o empoderamento das comunidades, dos indivíduos indígenas na luta e defesa dos seus direitos. De modo que essas oportunidades por mais contraditórias e muitas vezes os riscos que apresentam, principalmente para as autonomias indígenas do ponto de vista cultural de seus territórios, sempre resultam em alguma ação apropriada pelos índios, pelos indígenas, pelas comunidades em favor de seus direitos e de alguma maneira seu interesse.

Por outro lado, nós percebemos que sempre são possibilidades de ampliar ou de alguma maneira consolidar um processo de participação e interação cada vez maior com a sociedade nacional. Você imaginar no campo do trabalho não apenas o trabalhador, não apenas o empregado, o funcionário, mas, se tratam de cidadãos, se tratam de indivíduos, muitas vezes de técnico, na maioria das vezes de técnicos, de gestores que de todo modo são responsáveis muitas vezes pela execução de políticas, de ações para o cidadão brasileiro de uma maneira geral, muitas vezes para os cidadãos específicos como são os indígenas. Portanto, acho que sempre podem permitir construção de novas políticas. Naturalmente, acho que esses olhares aqui são os olhares que podem ser mais positivos, mais afirmativos. Pelo menos em tese. Agora, nosso pensamento, nossa idéia é de que essas medidas, e isso vale então para as experiências de cotas em ações afirmativas para o ensino superior, é de que essas políticas, essas idéias, iniciativas, não podem ser tratadas como um fim em si. Como soluções para os problemas que as comunidades indígenas enfrentam. Nossa opinião é de que esses instrumentos, essas medidas devem ser tratadas como meio, como instrumento de cidadania para ampliar inclusive essa interação que eu acho que é tão desejado, posso garantir isso inclusive pelos indígenas. Quer dizer, não na linha

que aqui... Acho que a última década foi amplamente discutido no Brasil, tanto pelos gestores de Governo, do Estado, mas sobretudo pelos indígenas, conceitos ultrapassados que já foram aqui tratados pela Susana e a Dr<sup>a</sup>. Duprat que é essa idéia da aculturação. Não é nesse sentido que estou falando, estou falando da interação que tem avançado muito nessa linha. Quer dizer, me lembra agora recentemente a ONU adotou a declaração dos direitos dos povos indígenas recentemente inclusive nós fizemos um seminário aqui no Brasil, e que várias terminologias, conceitos definitivamente foram superadas.

Então, quer dizer, acho que é nessa perspectiva que estou me referindo. Agora, eu acho que de fato, lamentavelmente a forma como está escrita, o propósito nos deixa sem dúvida nenhuma possíveis interpretações diferentes. Principalmente quando que já foi tratado, mas acho interessante repetir e aqui a partir de mais um olhar indígena, essa idéia da aculturação. Acho que isso é muito perigoso se a gente pensar os avanços jurídicos em termos de direitos, mas dos próprios conceitos hoje em vigor no mundo. E no Brasil. E aqui me refiro os enormes avanços da Convenção 169, já ratificado pelo Governo Brasileiro, e a declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas, também dos quais o Brasil é um signatário. Em que definitivamente risca qualquer possibilidade do uso dessas terminologias e daquilo que está por trás dessa idéia de aculturação, integração, de não autonomia, de não auto Governo... Tudo que certa maneira tem essa perspectiva ainda de extinção dos índios. Porque a extinção não se dá apenas como aconteceu no processo colonial de massacres físicos, de guerras, mas se extermina, se extingue povos por simples aculturação. Obrigar que essas culturas, que essas sociedades deixam de ser o que são. Deixando de falar a língua, deixando de praticar a cultura e assim por diante. Acho que esse é um período que a gente não deve correr, e aí precisa nessa perspectiva uma mudança conceitual sem dúvida nenhuma no propósito. E aí, se a gente tiver alguma intenção de olhar o lado negativo do propósito, poderíamos até julgar que de novo estabelecer cotas em concurso público poderia ser uma outra forma de avançar no fim das culturas, das tradições porque você incorpora um cidadão diferente no modelo hegemônico, único, exatamente para esvaziar cada vez mais as terras, as culturas, as tradições. Vamos tornar os índios todos agora empregados do Estado, empregados do Governo e ponto final. Um avanço nesse processo. Então acho que é um risco que precisamos avaliar com muita calma, já que me parece não é essa a política tanto universal, dos países e aí basta olhar os signatários da declaração da

ONU, e os próprios signatários da Convenção 169 que se tornou lei normativa no País.

Bom, aí eu acho que algumas perspectivas precisam estar mais claras nesse debate. Primeiro, de novo, não só a nossa Constituição de 1988, mas a Convenção 169 e a recente declaração da ONU, (soa a campainha) superou alguns entraves no Brasil há 10 anos atrás e eu sou dessa geração, que eram difícil. Trabalhar principalmente essa idéia da autonomia dos povos indígenas. Um conceito forte tanto na Constituição quanto na Convenção, quanto na declaração, mas que acho que ainda a nossa sociedade brasileira vê isso com olhos ainda não convencidos de que isso seja uma perspectiva possível. Nesse sentido, quer dizer, trabalhar os índios na linha de gestores, de funcionários, de técnicos, de formação, de capacidade técnica, tem que estar voltado a isso. E aí eu vejo duas possibilidades que não são incompatíveis, e aí sim, nada impede que um cidadão indígena, um profissional indígena, de fato, tenha o direito de concorrer em pé de igualdade no contexto universal da sociedade brasileira. Do Estado Brasileiro. Acho que isso é uma coisa óbvia, uma coisa que deve ser garantida. Por outro lado tem que garantir também que no fundo esse esforço seja para qualificar e tornar, formar habilidades capazes da própria gestão dos territórios indígenas e das sociedades indígenas. Quer dizer, por um lado o direito universal de participar da vida nacional, inclusive como gestor, como funcionário, como técnico, como trabalhador, mas também e fortemente voltado para o próprio, como diz a declaração e a Convenção 169, auto Governo. Não só de seus territórios, mas, sobretudo, de suas vidas, do exercício da vida étnica, cultural, no seio desses territórios. Acho que isso é uma coisa que pelo menos para nós acompanhando esse debate e institucionalização dessas idéias em vários instrumentos de direito, acho que são fundamentais. E aí eu acho que... Há um desafio que a gente precisa encarar isso nesse debate. Os últimos anos têm mostrado, e eu sou um desses que participam dessa interação cotidiana, ao longo dos anos, principalmente no campo acadêmico, os índios têm uma enorme facilidade para interagir em qualquer espaço da sociedade nacional. Nos espaços das universidades. Com todas as dificuldades que vêm não pela sua capacidade biológica, ou coisa parecida ou cultural. Mas pelo processo histórico. A qualidade das nossas escolas é ruim, que não permitem a gente ter igualdade de condição, de competição, de concorrência com alunos de centros urbanos que é onde têm escolas de qualidade no nosso País. A diferença única é essa. E não porque capacidades são diferenciadas como possibilidades. E aí eu acho que é preciso a gente avançar nisso. Quer dizer, se os índios têm mostrado facilidade

para interagir com a sociedade nacional, o contrário me parece não tem sido fácil. A sociedade nacional, a sociedade majoritária me parece que tem enorme dificuldade para lidar com esses povos. De entender, de compreender e de conviver. Eu costumo dizer que ainda estamos num Brasil numa fase considerando a diversidade étnica numa fase de convivência de tolerância. A gente até tolera, mas não pise no meu pé. Quer dizer, não chega perto. No seu cantinho a gente até tolera que continuem as suas vidas, mas que não mexa com as nossas estruturas, que não mexa com os aspectos da nossa vida cotidiana. E isso ainda não é o conceito de interculturalidade, da convivência, de certa maneira multicultural e assim por diante. Ainda não somos uma sociedade pluriétnica como enseja a nossa Constituição.

Por fim, eu queria concluir dizendo que acho que isso é um passo significativo. Quer dizer, dizendo que iniciativa desse gênero, cotas, seja para o ensino superior, seja como é o caso desse projeto para... Em concurso público, podem ser bem-vindas, podem ser interessantes, se a perspectiva, se o olhar for esse. De ao mesmo tempo garantir a cidadania universal aos índios, por outro lado que isso não signifique de forma alguma uma negação da diferença, uma negação da especificidade, mas principalmente não tornar que essa política universalizante que os índios tenham acesso, direitos iguais não se transforme como uma política pública, em detrimento as políticas que devem ser específicas para garantir a especificidade de vida dessas sociedades, desses povos em seus territórios. Aí mais uma vez, quer dizer, isso só pode ser interessante se for complementado por políticas que garantam essa outra perspectiva que é outra especificidade. Portanto, formar, capacitar, inclusive contratar seja por concurso público específico para que possamos ter técnicos, gestores, funcionários, para gerir os territórios indígenas. E é bom lembrar que os territórios indígenas no Brasil representam um número quantitativo em termos inclusive geográficos. Só na Amazônia são 23%, e é importante que se qualifique pessoas indígenas, os índios para a gestão desses territórios, em nome, evidentemente, da sociedade nacional. Isso é extremamente importante, acho que os índios brasileiros têm mostrado historicamente seu papel relevante inclusive na construção da sociedade brasileira que inclui as fronteiras. Os índios, em muitas regiões na Amazônia ainda são praticamente os únicos segmentos sociais que guardam, que defendem essas fronteiras. Ao contrário do que às vezes o senso comum ou má intenções apresentam na mídia como ameaça a soberania nacional. É o contrário, nesses cinco séculos e um pouco mais foram essas sociedades que

garantiram essas fronteiras, e hoje com maior consciência de cidadania, disso não tenho a menor dúvida. Então quero agradecer mais uma vez a oportunidade e bom dia a todos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Obrigado ao Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, ele é Assessor Técnico da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira que trouxe o seu ponto de vista, ponto de vista das entidades as quais ele representa no debate a respeito deste Projeto de Lei que tramita aqui nesta Casa desde ano 2001 e agora vem para uma Audiência Pública.

Nós estamos então com o nosso último convidado aqui para que possa trazer também o ponto de vista de parte da Central Única dos Trabalhadores, Carlos Henrique de Oliveira que é o Diretor Executivo da CUT Nacional a quem passamos a palavra pelo tempo de dez minutos.

**SR. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA** – Muito bom dia a todos e a todas presentes. Em particular, meus companheiros de Mesa, Sr<sup>a</sup>. Susana Grillo, Coordenadora da Coordenação Escolar Indígena do Ministério da Educação, Sr<sup>a</sup>. Déborah Macedo Duprat, Sub-Procuradora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, Sr. Gersem José dos Santos, Assessor Técnico da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e coordenador dessa Mesa, Senador Sérgio Zambiasi.

Bom, a Central Única dos Trabalhadores, e eu acredito que esse deva ser o motivo do convite, tem procurado formular uma proposta de sociedade, uma proposta ampla que evidentemente é uma proposta com o olhar da classe trabalhadora, mas também é um olhar que procura assimilar todas as diferenças culturais que existem e as suas contribuições para a construção de uma outra sociedade, uma sociedade mais fraterna, uma sociedade mais justa, uma sociedade sem diferenças ou desigualdades sociais tão gritantes. E abordar esse tema para nós passa obrigatoriamente por um marco inicial, que é um olhar da história desse País. Evidentemente que não é aquele olhar de arrependimento, que a minha companheira, me permita chamá-la assim, Déborah Duprat, expôs aqui, com toda coerência, não é um olhar de arrependimento que conseqüentemente levaria a uma compensação por aquilo que determinado segmento social impôs à comunidade indígena, à população negra no nosso País. Mas é um olhar de compreensão de que de alguma forma no passado foram impostas diferenciações, e diferenciações no acesso à educação, à saúde, e acesso também à própria cultura. Eu me recordo no banco escolar quando estudava história,



uma das compreensões que os professores faziam, tinham todo o esforço de reproduzir era de que a resistência do índio era entendida como trabalhadores preguiçosos, o que viria inclusive a justificar o tráfico de negros da África para o Brasil na medida em que a comunidade indígena não era... Não se dedicava ao trabalho. E em verdade, era toda uma resistência. Uma resistência que deve ser saudada. E, infelizmente, naquele meu tempo de banco escolar eu não tinha toda a percepção e consciência para poder fazer uma crítica mais severa a quem me induzia a esse pensamento. De qualquer forma, esse é um comportamento social que nós temos e que precisa ser interrompido. Precisa ser interrompido porque essa consolidação de um processo histórico onde se estimula a exclusão social, ela evidentemente tem uma contradição com um desejo que nós militamos que é o desejo de uma sociedade justa, fraterna, solidária e sem exclusões. Esse tema ele é um tema que trará resistências principalmente daqueles que têm um pensamento conservador em relação à sociedade. Daqueles que ocupam um determinado status e reproduzem de uma forma ou de outra um pensamento que como eu faço questão de afirmar, nós temos que superar inclusive para que a gente tenha um País diferente. A política de cotas, para nós, não é um mero e simples instrumento para garantir acesso de uma determinada comunidade ao ensino superior. É uma forma de nós mudarmos a cultura, o hábito de toda uma geração que se pretende um Brasil, um País completamente diferente daquele que nós vivemos até bem pouco tempo atrás. Portanto, esse conceito de cotas, que no caso específico aqui está sendo debatido a partir do olhar e da conveniência da extensão dessa política de cotas para a comunidade indígena, ela tem um significado muito maior do que a sua compreensão estrita. Para nós da Central Única dos Trabalhadores, que somos favoráveis, é bom que se diga, que se tenha uma posição clara e objetiva aqui, nós somos favoráveis a essa política de reserva de vagas. Mas, entendemos isso como um item dentro de uma política que tem uma equação a ser resolvida. Uma equação que de um lado tem que entender o respeito às diferenças culturais, e do outro lado à necessidade da inclusão social. E essa política, evidentemente, ela precisa partir... Talvez esse possa ser o marco inicial, mas ela de alguma forma essa política precisa permitir uma ampla discussão nacional envolvendo diversos atores, e ao final dela nós posamos ter instrumentos legal atuais, que respondam às necessidades dessa comunidade específica, mas também respondam a uma imperiosa necessidade de um País diferente, um País fraterno, um País solidário,

um País que resolva as suas desigualdades sociais, culturais e regionais.

Para encerrar, nós gostaríamos de agradecer o convite e parabenizar a Senadora Fátima Cleide pela iniciativa e os Senadores presentes a esse debate. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS)** – Agradeço a manifestação do Carlos de Henrique Oliveira que é Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores, a CUT Nacional. E cumprimentar realmente a Senadora Fátima Cleide, porque permite que se traga a público nesta audiência que é pública o debate de um tema extremamente interessante, que muitas vezes fica excluído, relegado a um segundo plano que é exatamente o debate em relação à inclusão da vida da comunidade indígena, como disse o Gersem, dentro do conceito de sociedade nacional. Nós percebemos nas manifestações aqui a própria Mesa tem posições antagônicas com relação ao projeto. Eu não quero defender o autor aqui que é meu colega, companheiro partidário Mozarildo Cavalcanti, mas eu vi que teve uma expressão utilizada como do projeto, e que ganhou relevância, tanto na manifestação da Dr<sup>a</sup>. Susana quanto na manifestação da Dr<sup>a</sup>. Déborah, que é a expressão de aculturação. Na realidade, a expressão não está no projeto. Foi utilizada uma vez e talvez até à época de 2000, as coisas vão avançando, já tem oito anos de tramitação e os próprios conceitos vão mudando nesse processo e felizmente avançando de forma muito rápida nos últimos anos. E as próprias expressões começam a adequar-se a essa nova visão nacional, mas o projeto propriamente dito não tem essa expressão que recebeu essa observação nas respectivas manifestações.

Eu vou passar imediatamente a palavra, então, agora à autora do Requerimento, a Senadora Fátima Cleide que deve iniciar então o debate, se é essa a expressão adequada, digamos assim, para essa discussão. Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero em primeiro lugar cumprimentar e agradecer a presença aqui da Sr<sup>a</sup>. Susana Grillo, a Dr<sup>a</sup>. Déborah Duprat, companheiro Gersem, do Carlos Henrique que tão respeitosa e carinhosamente compareceram atendendo nosso convite. Eu quero fazer minhas as suas palavras, Presidente, porque essa questão da... O tema sobre índios, embora tenha polêmicas, discordâncias, é um tema que só chama atenção quando trata da criminalização dos indígenas, quando trata de questões que dizem respeito à estrutura, terra, mineração... Infelizmente. E acho relevante à iniciativa do Senador Mozarildo. Vejo que é uma iniciativa interessante, porque ela suscita o debate. Suscita o debate



e acredito que todos aqui foram muito... Fizemos exposições que são muito importantes para que a gente formule também uma posição a respeito do projeto. Eu pessoalmente, embora considere relevante a iniciativa, mas tenho também as minhas preocupações e como disse o Gersem, acredito que não é tratando pontualmente as questões que dizem respeito a essa população tão importante para a construção da nossa sociedade que nós vamos resolver os problemas dos direitos humanos dos indígenas. Eu acredito que o Congresso está devendo para esta população, e muito, e sinceramente sou muito pessimista, acredito que não é nessa legislatura que conseguiremos aprovar o estatuto dos povos indígenas. Acho que essa questão com relação à saúde, à educação, ao usufruto da terra, deve estar tudo dentro do estatuto.

Então, eu acredito que essa Audiência Pública ela nos instrumentaliza para aperfeiçoar a nossa prática legislativa, e também para nos dar mais subsídio do quanto distante nós estamos de atender efetivamente às demandas oriundas dos povos indígenas. Eu fico muito preocupada, e a Dr<sup>a</sup>. Déborah coloca com muita propriedade com relação a essa questão do concurso, porque agora mesmo estive em Roraima conversando com os Yanomamis, e uma preocupação lá que estão vivendo hoje, e espero que o Ministro da Saúde os receba de hoje para amanhã, com relação à saúde. Teve um problema acerca de 60, 90 dias, não me lembro a data precisa, e houve o afastamento de todos os dirigentes, tem lá uma intervenção na FUNASA e com essa mudança toda afastaram-se também os agentes de saúde da área indígena. E eles estão lá com todas as doenças tropicais instaladas e crescentes nesse período, e com uma situação para resolver. Quem é que vai amanhã atender os Yanomamis na área da saúde? E aí a complexidade é muito grande. Nós vamos deslocar enfermeiros, agentes de saúde do Distrito Federal, que não têm conhecimento, ou do Rio de Janeiro que não têm conhecimento sobre doenças tropicais para lá única e exclusivamente porque são concursados, ou seria mais interessante nós capacitarmos (soa a campanha) os indígenas que estão lá, que conhecem a sua população, que têm pelo menos a facilidade primeira que é a da língua. Como é que fica isso? Não podemos porque tem que contratar. Acho que é uma situação que merece sim, e nesse sentido eu parabenizo o Senador Mozarildo, merece uma reflexão nossa porque nós não podemos tratar igual as diferenças. Acho que as diferenças elas têm que ser relevadas, elas tem que vir à tona para que a gente possa encontrar um caminho de tratá-las, e não fazer como disse a Dr<sup>a</sup>. Déborah, tratar de forma igual quando... impondo aquilo que a nossa sociedade majoritária entende deve ser o ideal.

Acho que o ideal é buscar lá as respostas que a gente precisa para dar o atendimento necessário e urgente para essa população, respeitando seus direitos. Acho que o Gersem fez uma colocação que até anotei aqui, que essa convivência hoje está na fase da tolerância, e eu acrescentaria, Gersem, que no que diz respeito à estrutura a nossa sociedade majoritária é extremamente desrespeitosa. É desrespeitosa com relação aos direitos dos povos indígenas. Haja vista toda a discussão que se trata neste Congresso Nacional com relação à mineração em terras indígenas. Quando é no meu quintal a propriedade é minha porque eu sou branca. Quando é no quintal do índio, a propriedade é de todos, é de toda a sociedade e nós devemos dizer como é que deve ser usada. Então isso tem que ser tratado com urgência, mas sobre a ótica da interação e não do acultramento.

Então, meus parabéns aos expositores, eu saio daqui com muitas pulgas atrás da orelha, porque realmente é uma situação muito complexa, a iniciativa, torno a dizer, é louvável. Porém, ela tem que... Ela merece acho muito mais debate ainda. Eu ainda não estou convencida de que é o melhor caminho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Obrigado, Senadora Fátima Cleide. Acho que o positivo do processo é podermos trazer essas pessoas que estão aqui à Mesa, a Dr<sup>a</sup>. Déborah, Carlos Henrique, a Susana, o Gersem, que possam já começar trabalhar esses pontos de vista e fazer com que a sociedade reflita sobre essas questões. Porque Fátima, existem realmente enormes diferenças conceituais em nível de Brasil, inclusive. Eu fiquei olhando para o meu Estado, para o Rio Grande do Sul, onde as maiores comunidades são os caingangues e os guaranis. São...

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Eu tenho um caingangue como Assessor excelente. É funcionário público contratado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – E cujas culturas são muito diferentes. Então eu começo a imaginar essas diferenças que o Brasil por sua dimensão provoca exatamente dentro das próprias comunidades. Mas acho que é um tema riquíssimo para ser debatido e que bom que nós estamos tendo essa oportunidade de colocar em nível de Brasil, talvez a própria TV Senado esse tema. Tem toda essa riqueza cultural. O Senador Romeu Tuma está inscrito também para essa discussão.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Presidente, Sérgio Zambiasi, gaúcho de boa cepa, coordenando esse... Não diria um debate, pra mim é mais uma aula. Eu sou aqui aluno de algumas facetas que a gente conhece da atividade profissional, que se

aprimoram com as exposições que aqui foram feitas. Cumprimentar a Senadora Fátima Cleide pela escolha correta daqueles que poderiam trazer subsídios para a discussão e prosseguimento desse projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti. Mas, realmente há uma coisa que vem preocupando, Senadora Fátima Cleide, senhores expositores, é a questão das cotas que estão se difundindo com muita rapidez. É cota para isso, cota para aquilo. A universalização dos direitos me parece que está ficando afastada por uma indicação muito forte de selecionar os grupos que têm esse direito ou não têm esse direito.

Então, eu não estou contra. Não é um problema de ser contra as cotas. Mas eu sou pela universalização dar direito para todo mundo. Então, cada vez que a cota surge, é porque há incapacidade do Governo de oferecer mais aberto. Nós temos agora a formatura de uma Faculdade de Direito em São Paulo que o Presidente Lula aceitou ser o patrono, da comunidade afrodescendente, que abriram uma faculdade especialmente para uma comunidade afrodescendente em São Paulo. E a formatura de direito é este ano, acredito eu nesses próximos dias. É importante, não se discute, eu conheço o Reitor, e quando se fala aculturação, é a expressão que está na minha consciência, no subconsciente ainda. Porque quando eu andava na Polícia Federal, você ia a algumas regiões, era aculturado, índio aculturado que estava fazendo a escola. Junto com a sociedade local.

Então, eles eram aculturados, era a expressão que se usava. Então, muita gente provavelmente a evolução que dá uma universalização maior tirou essa palavra aculturação, mas ela ficou no passado daqueles que... Na memória daqueles que viveram aquele tempo. Eu tive várias vezes na Região Amazônica, e está aqui o representante da organização, esse aqui é mais do que aculturado, é professor. Porque deu uma aula aqui... E usou expressões em português que é invejável.

Então, é bom para a própria sociedade que está vendo na televisão conhecer que há vários problemas em várias comunidades que a sociedade desconhece. O problema do índio, eu não duvido que uma porcentagem razoável da população tenha conhecimento. Não tem não.

Então, quando eu fui à Região Amazônica, a gente lutava muito... Tinha até o Romero Jucá, era um dos diretores da FUNAI e o Ministro da Justiça era o... O hoje... Infelizmente aposentou, um grande Advogado, Saulo Ramos. E eles estavam estudando a criação de ilhas de isolamento das comunidades indígenas. Por quê? Por causa dos garimpos. Historicamente a coisa tem... (soa a campainha) E o Ministério Público,

a gente, o Judiciário também, o Juiz aqui em Brasília que era praticamente especializado em decidir as questões que surgiam durante esse debate. E a evolução vem vindo. Vagarosamente, mas subindo degrau. Acho que nós não estamos andando para trás. E essa demonstração da exposição que aqui foi feita é caminhada para frente.

Na Amazônia, Senador, os soldados convocados que prestam serviço ao Exército, foram respeitadas as línguas originárias das comunidades de cada um. Me parece que são dez. E cada um se apresentava quando estávamos presentes, e mesmo quando o delegado de polícia e depois Senador, na sua língua. É ordem unida, tudo feito na língua indígena. Eu participei aqui de uma Comissão que a Senadora lembrou da FUNASA, que nos trouxe uma amargura muito grande em Mato Grosso com a morte rápida de crianças que não tinham a assistência correta. E agora enterrar vivo a criança por um costume indígena, segundo as explicações que surgem nos jornais, que é claro que a comunidade se choca. Que uma criança de uma origem... não dentro dos costumes indígenas daquela comunidade tem que ser enterrada viva. Então essa coisa choca profundamente.

Então, são coisas que têm que evoluir. Acho que a Senadora tem razão, nós temos que verificar tudo isso. Agora, a FUNASA, tem denúncia contra a FUNASA de uma ONG que recebe muito dinheiro para ajudar a FUNASA e a FUNASA teria desviado. Não estou acusando apenas, estou levantando a premissa por isso que deu a razão do afastamento.

Então, a FUNASA ela tem uma função legal de atendimento da saúde das comunidades indígenas.

Então, o índio não pode ter, por exemplo, doenças que não são erradicadas e permanentemente tem notícias de óbito. É falta de assistência correta ou falta de convencimento das comunidades de aceitar o tipo de tratamento que poderia salvar essas comunidades? Então, essas coisas realmente nos deixam... Eu aprendi um pouco com Sidney Consuelo que a senhora me lembrou o nome, que era um... Sei até que ele era meio fora de órbita porque ele separou, ele era casado, separou-se... desculpa Senador, separou-se da esposa porque ficou três anos atrás de índios isolados. Então ele andou pela selva durante três anos para ter contato com essas comunidades isoladas. Quando ele voltou, a mulher falou: você fica com seus índios que eu fico sozinha aqui que não dá mais. Mas ele era super dedicado. Nós tivemos um problema grave com a polícia na Barra do Corda, aonde tem uma comunidade. Então eles seqüestraram os delegados e mais alguns agentes em razão de lá ter um plantio de maconha. Então o delegado decidiu fazer uma ação interna para

erradicar a maconha e talvez tentar prender a chefia da comunidade indígena, o capitão, é chamado de capitão lá se não me engano. E ficar lá e o maluco do delegado infelizmente ele faleceu, matou o cachorro do índio. Aí a revolta foi total. Matou o cachorro. O cachorro era mais sagrado que uma vida ali. Então eles ficaram seqüestrados e nós fomos para o Maranhão, Barra do Corda. Eu falei... O Sidney falou, “deixa que eu vou lá resolver”. Eu falei: “Eu vou com você, porque senão parece covardia”. “Não, deixa que vou resolver, se der eu te chamo”. Falei: “Não, vou com você”. Aí ele foi me orientando como me comportar perante o índio revoltado. Porque você sentado ali quietinho, duro, não podia se mexer, com flecha no seu rosto, todo pintado para guerra. E fomos conversando, ele falava um pouco a língua da comunidade, ia me traduzindo, depois deixaram eu falar. Aí nós acomodamos e resolvemos o problema. Mas é uma coisa que o índio acessível a uma boa conversa. Ele não é bem acessível à ação violenta. Então essas legislações que se discute ela têm que ser inserida na consciência de quem vai trabalhar nas comunidades indígenas. Então os direitos do cidadão são direitos dos índios também. Não há isolamento do índio tem esse direito, não tem aquele, o branco tem esse, não tem aquele. Eu acho que a universalização dos direitos tem que comportar uma media razoável e respeitando os costumes e as origens das comunidades indígenas. Como tem os imigrantes que aqui chegam, que o árabe tem um costume, o ortodoxo tem um costume, o muçulmano tem outro costume que são respeitados. Não interfere na vida do cidadão que não pertence a essa atividade. Então as comunidades indígenas também têm que ter o mesmo respeito que têm as religiões que são centenas e milhares que a Constituição Brasileira passou a garantir o exercício da religião com liberdade. Então eu acho que tem que inserir na universalização de todos os direitos. A senhora sabe mais do que eu porque está lidando no dia-a-dia, não só com o papel, mas também com o ouvido e com a consciência. Eu só peço desculpas de ter demorado, mas são coisas históricas que mexem com a alma da gente. Dá saudades de saber que tem ainda gente sofrendo porque as autoridades desconhecem o direito daqueles que precisam sobreviver dentro dos usos e costumes, mas com os direitos que todos nós temos. Obrigado e cumprimento os senhores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Obrigado, Senador Romeu Tuma. É importante ouvir essas experiências que trazem aqui para esta Casa e para aqueles que nos acompanham a realidade vivida pessoalmente, experiências vividas pessoalmente.

Bom, eu vou deixar agora o microfone a disposição de todos os convidados, iniciando para a Dr<sup>a</sup>. Déborah para as considerações finais então dessa nossa Audiência Pública.

**SRA. DÉBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO**

– Vou ser muito breve até para não ter o risco de voltar. Mas primeiro, a exemplo do que fez o Carlos Henrique, eu também gostaria de dizer que eu pessoalmente a minha instituição Ministério Público Federal tem uma orientação favorável às cotas. Então também deixar isso claro que não haja dúvidas a respeito. Agora, o que nós entendemos é que as cotas elas são o primeiro passo. Se elas não são suficientes a mudar as instituições públicas, nós vamos ter um quadro permanente de exclusão. Porque as instituições públicas elas foram feitas, elas existem contemplando uma sociedade de caráter hegemônico.

Então, é preciso que haja também mudanças na administração pública. Não é possível pensar só o concurso sem as mudanças na administração pública. Então, a exemplo do Carlos Henrique, as cotas elas são o primeiro passo. É preciso também se pensar, e eu também não tenho a resposta, se os índios entram, os índios e negros, em todas as diferenças, elas entram em condições exatamente iguais às dos outros concorrentes nos concursos públicos. E aí lembrando mais uma vez, as mulheres elas entram nos cargos públicos já cientes de que terão direito à licença maternidade, e esse é um instrumento importantíssimo para que elas tenham igualdade de direitos.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Dr<sup>a</sup>. Dé-

borah, desculpe, eu não sou contra as cotas. Eu não sou contra as cotas, eu quis apenas referir que a gente tem que raciocinar de como será feita a cota dentro do que a senhora está falando. Agora, a mulher, a senhora falou da maternidade, os homens ficaram com inveja e conseguiram aprovar um projeto que também tem a licença maternidade.

**SRA. DÉBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO**

– Os cinco dias dele. Justíssimo. Eu fiz questão de fazer referência às cotas porque o Carlos Henrique lembrou aqui que era preciso institucionalmente nós dizermos o que pensamos a respeito. Então não é esse o problema do projeto.

Então, lembrando que as pessoas portadoras de necessidades especiais elas têm não só o concurso adaptado às suas necessidades especiais, mas também o exercício do cargo adaptado às suas necessidades especiais. Então é preciso pensar isso. Agora, outra coisa que acho interessante nesse debate também se pensar é uma administração pública que também reflita essa pluralidade. Será que não é possível se pensar em cargos que sejam privativos de índios? Isso é do



interesse do movimento indígena? É coisa que tem que ser pensado. O magistério indígena, por exemplo. Os agentes de saúde, os agentes indígenas de saúde... Lembro que a SEPPIR criada, é importantíssimo. É uma referência para o movimento negro e é importante que ela seja provida com pessoas representativas pela luta do movimento negro. Então é lembrando que é importante no âmbito da administração pública criar espaços que reflitam esses vários olhares, essas várias visões de mundo. É só uma reflexão. Sem nenhuma convicção. Mais uma vez renovando aqui o meu agradecimento pelo convite e parabenizando essa Casa por tão importante reflexão. Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Obrigado, Dr<sup>a</sup>. Déborah. Passo a palavra ao Carlos Henrique é que da Central Única dos Trabalhadores, a CUT Nacional.

**SR. CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA** – Então, eu acredito que esse debate é um debate antes de tudo, provocativo. Porque se nós olharmos especificamente aquilo que nós somos convidados a falar aqui, é um debate bastante simples. E posicionamento como eu o fiz, também de forma bastante simples. Ou você é a favor ou você é contra. Só que ele provoca um outro debate, ele descortina toda uma realidade da qual não só os agentes públicos, mas toda a sociedade na sua amplitude tem que dar uma resposta. Aí o tema ele começa a ganhar uma determinada complexidade. Isso é positivo. Isso não cria nenhum demérito ou qualquer problema para quem deseja efetivamente ver uma solução no horizonte.

Eu só queria, para encerrar, não sei se isso ficou muito explícito, mas é a nossa convicção, a convicção da Central Única dos Trabalhadores que a política de cotas ela traz todo um debate que é bem-vindo, que a sociedade precisa entender esse debate. E não sei... Quero confessar que tenho dúvida se a gente precisa necessariamente desmontar toda a complexidade que existe nele. É suficiente talvez assimilar a complexidade, mas de qualquer forma é um debate que precisa ser feito. As necessidades dos povos indígenas têm uma amplitude muito maior do que única e exclusivamente a sua inserção através de cotas nos concursos públicos. Isso é evidente. De qualquer forma, acho que está feita uma provocação, a nossa... O nosso desejo é que essa Casa da mesma forma que teve a sensibilidade para fazer essa audiência, continue mantendo essa sensibilidade e procure através dos meios disponíveis ampliar esse debate convidando outros agentes, outros formuladores e nós tenhamos enfim um grande debate que possa, ao final, criar condições para que essa população não continue passando pelo que passa. Esse

é o desejo da Central Única dos Trabalhadores. Mais uma vez obrigado pelo convite.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Passo a palavra à Coordenadora da Coordenação Escolar Indígena do Ministério da Educação, Susana Grillo.

**SRA. SUSANA GRILLO** – Bom, explicitando claramente que nós também somos favoráveis a essa questão de cotas. As cotas elas estão sendo o mecanismo recentemente de superar situações de desigualdade social arraigadas na nossa sociedade, no nosso processo histórico. Nós sabemos que muitos cidadãos indígenas estão ingressando nas universidades a partir dessas possibilidades abertas por políticas de ação afirmativa.

Então, nós somos favoráveis como instrumento, realmente, de superar, reverter desigualdades muito arraigadas. Mas como disse o Senador Tuma, nós temos que nos preocupar com a universalização desses direitos.

Então, existem direitos dos povos indígenas hoje, tanto já definidos na legislação nacional quanto em legislações internacionais das quais o Brasil é signatário.

Então, tem que haver um olhar claro com relação ao que é que esses direitos étnicos, o que os direitos dos povos indígenas já consolidados hoje apontam para as políticas públicas. Para a inovação nas políticas públicas.

Então, com relação, por exemplo, ao Projeto de Lei colocado aqui, nós temos uma menção clara e à lei de referência ao projeto fala em mercado nacional. Mercado de trabalho nacional. Então nós temos que nos debruçar também quais são as necessidades dessas populações que estão nos seus territórios, como disse o Gersem, tem necessidade de formação, de qualificação para gestão territorial, para seus projetos de continuidade sócio ambiental de intervenções positivas no âmbito do etnodesenvolvimento com relação aos seus territórios. Então existem necessidades peculiares que esses projetos que qualquer iniciativa seja do Executivo, do Legislativo, tem que estar atento.

Então, atentar as adversidades, valorizar, afirmar as diferenças culturais implica em projetos inovadores. E inovadores que vão exatamente atender ao que o Senador Tuma colocou e que é a realidade na nossa sociedade de um profundo desconhecimento que temos com relação aos povos indígenas no Brasil.

Então, é verdade mesmo. A mentalidade do acultramento, da aculturação, essa mentalidade é uma mentalidade que vem permanecendo porque foi esse o foco das relações entre o Estado Brasileiro e os povos indígenas. A partir do momento que eles iam intera-



gindo, criando mecanismos de interação iam eles iam abandonando seus atributos identitários. Então essa mentalidade ela tem que ser superada nas escolas, nas políticas públicas, nos programas de Governo, ela tem que ser discutida e superada. Hoje ainda é comum a gente lidar com estudantes das escolas públicas, das escolas privadas, das universidades que vêm com projetos de pesquisa, ou projetos que as professoras, que os professores das escolas colocam como é que o índio se organiza. Qual é a religião do índio. O que o índio come? Como é que ele mora? Numa mentalidade homogeneizante sobre essas realidades, nós não falamos dos migrantes, nós falamos dos árabes, dos japoneses, dos italianos. Com relação aos povos indígenas falamos os índios. Temos que nos familiarizar, nos habituarmos a citar as demandas dos Yanomamis é uma, as demandas do Guajajara é outra, os Carajás são diferente dos Caingangues, os guaranis têm demandas específicas que não são as mesmas do Kamaiurá e nós nos apropriarmos com mais conceito, com mais aprofundamento dessa diversidade indígena, que é pouquíssimo conhecido no Brasil e isso nos leva a muitos equívocos, seja de análise, seja de avaliação, seja de proposição também. Então, agradeço o convite...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Desculpa, queimarem um índio por ser índio aqui em Brasília, e um deles filho de um Juiz que deu vários mandados para gente cumprir em defesa das comunidades indígenas. Então é esse desconhecimento. Depois do encerramento vou fazer uma proposta a V.Ex<sup>a</sup> se permitir.

**SRA. SUSANA GRILLO** – Nós agradecemos o convite e estamos à disposição para problematizar, para aprofundar esse debate que é um debate muito relacionado à democratização da nossa sociedade, à democratização das políticas públicas no País.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Passo a palavra agora ao Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, que é Assessor Técnico...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – O senhor é de que comunidade indígena?

**SR. GERSEM JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO BANIWA** – Baniwa, do Alto Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Estive lá várias vezes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – E a própria experiência de vida do Gersem.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Aquele hotel ainda está lá?

**SR. GERSEM JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO BANIWA** – Está sim. Da ilha.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Dormir de janela aberta ouvindo aquele ruído das árvores é um negócio.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – É romântico.

**SR. GERSEM JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO BANIWA** – Assim eu choro aqui, Senador.

(risos)

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Eu já quase fui lá. Desculpa interromper.

**SR. GERSEM JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO BANIWA** – Bom, acho que a COIAB é publicamente conhecida pela sua defesa às políticas de cota, sem dúvida nenhuma, e têm parcerias inclusive com universidades, com instituições públicas em favor dessas cotas. Então acho que não preciso nem reafirmar isso. O que eu quis pontuar na minha fala é de que embora a gente batalha por isso e nós temos hoje conquistas super importantes que no futuro próximo, imagine que os resultados positivos venham, é impressionante essa mudança, eu diria quase radical dos últimos anos na política brasileira em função disso. Quer dizer, hoje nós estimamos, Susana, não uma estimativa, não tem dados precisos, de cinco mil índios no ensino superior. Fico imaginando daqui a mais três, quatro anos quando esse exército de cinco mil índios, de jovens, formados em universidade, o que podem contribuir para mudar efetivamente a realidade de suas comunidades, de seus povos, mas principalmente nessa relação com a sociedade e com o Estado. Porque muda completamente o patamar, inclusive o nível de debate, discussão de proposição, de formulação e de intervenção em política no sentido bem positivo. Acho que sem dúvida nenhuma. Agora, acho que também não dá para a gente pontuar essa necessidade de pensar para dentro das comunidades indígenas. Talvez seja essa o principal desafio por conta desse desconhecimento que aqui já o Senador várias vezes reiterou. Porque isso. Por exemplo-se aqui foi tocada a questão da saúde indígena. Saúde indígena. Um dos caminhos como é que se vai manter trabalhando hoje não sei quantos mil agentes indígenas de saúde? Sem concurso? Por isso que tem feito, buscado arranjos institucionais para poder manter, não sei, sete mil agentes indígenas de saúde, são aqueles que praticamente atuam na atenção puramente básica de saúde que é aquela do dia-a-dia das comunidades, das doenças, e tal. Quer dizer, me parece não há ainda um modelo institucional para isso. Que precisa ser perseguido e para esse tipo de concurso que eu acho que é um outro viés extremamente relevante e importante a ser procurado.

Então,... Mas eu acho assim, que esse é momento muito rico para esse tipo de debate e eu acho que superando essas dificuldades mais adicionais, é extremamente positivo que se construam novos mecanismos para isso.

Então, acho que a nossa geração de índios hoje já é resultado dessas tentativas. Sem dúvida nenhuma. E dessas políticas que inovam de alguma maneira essa relação e essas políticas. De fato acho que a mudança de conceito, de aceitação dos conceitos é mais rápida do que a prática. Não tenho a menor dúvida. Quando eu digo Dr<sup>a</sup>. Duprat que essa coisa da tolerância, a Senadora Fátima Cleide falou da tolerância, e é verdade. Eu acho que a cabeça conceitualmente evolui mais rápido. Eu me lembro aqui uma década atrás na discussão do estatuto do índio era absolutamente impossível falar de povos indígenas. Foi um embate que os índios perderam na discussão da proposta do estatuto que está tramitando nessa Casa de que não era possível escrever povos indígenas, porque a sociedade não aceitava. Mas, anos depois isso foi superado na Convenção 169, ratificada três anos atrás e agora de novo aceito na declaração da ONU. Quer dizer, uma mudança simples, mas substancial, mas que muda totalmente a relação e se pensando em políticas. Não tenho a menor dúvida. Agora, mais uma década talvez essa mudança mental conceitual começa se tornar realidade na prática das nossas políticas das nossas ações, (soa a campainha) da relação efetiva da convivência dia-a-dia. Era isso. Quero agradecer, parabenizar a organização e tomara que a gente continua tendo outros momentos, outros espaços para essas conversas. Porque eu acho que as dificuldades históricas com certeza cada vez mais serão resolvidas em base a diálogo, ao debate que no fundo é exercício da diversidade de uma sociedade pluriétnica.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Pela ordem, Sr. Presidente. O senhor permitiria? Eu pediria primeiro desculpa pela emoção porque a gente vai o tempo e a idade, vai transformando a gente num sentimentalista. Porque começa a se discutir um assunto parece que um filme passa pela cabeça da nossa vida na interação do que está sendo discutido. Mas, eu queria cumprimentar V.Ex<sup>a</sup> com todo respeito e admiração, porque dá uma demonstração clara, doutora, da importância do Senado Federal para a população. Porque quando se fala que político nada faz, nós estamos fazendo alguma coisa nesse minuto, nesse instante.

Então, eu proporia se V.Ex<sup>a</sup> concordasse, nesse debate que fosse editado um pequeno livreto ou uma publicação com tudo que foi falado aqui para ser distribuído às entidades, OAB, todos os que representam grupos coletivos e para os Senadores. Para que se

tome conhecimento da realidade dessa evolução da discussão dos povos indígenas. Então eu faço essa proposta a V.Ex<sup>a</sup>. Se o senhor não puder, minha cota está à disposição.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Já está resolvido o problema, porque... (risos) Parece que o grande problema aqui é a cota. Agora o Senador Cristovam Buarque ele tem um boletim da Comissão. Se não houver condições de publicar, fazer uma publicação exclusiva, mas quem sabe uma das próximas edições. Mas nos vamos levar a Presidente da Casa, Senador Garibaldi...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – É. Encadernado.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – (pronunciamento fora do microfone)... No Ministério Público, no Judiciário... E que sem dúvida nenhuma terão a força. Cinco mil estudantes de universidades pra mim é uma surpresa. Agradável. Agradável e gostosa. Porque quando eu estive lá na Barra do Corda, a noite eu fui com vários que estavam na reunião ali ameaçadores, estavam indo para escola. Escola pública da cidade. Colegas de... Não sei se fala branco, índio... São seres humanos que a gente não dá para fazer distinção de raça ou de cor. A comunidade indígena se fala por causa dos usos e costumes. Mas não por causa da pele, de nada. E não tem nada de... Ninguém nasceu na Índia, nasceram no Brasil, são brasileiros. Mas eu acho que é uma importância vital porque estavam fazendo o primeiro e segundo grau. Hoje ele já traz a notícia que tem cinco mil índios nas universidades brasileiras... Que facilmente poderá dobrar.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Eu vejo a exposição que ele faz... Português que ele usa. Por isso que eu pedi para editar para eu ler e ver direitinho. (risos) Obrigado, Presidente. Parabéns.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Agradeço a importante contribuição, agradeço a presença de todos os convidados e convidadas, e realmente foi acho que uma aula para todos nós de uma informação extremamente importante neste debate absolutamente cidadão com relação a este tema que é ainda muito controverso questão de cotas, mas acho que ele tem que estar aqui nessa Casa, com a representação múltipla que traz das diversas comunidades.

Então nós agradecemos aos convidados, aos trabalhadores da Comissão e a todos que nos presti-

giaram nesta manhã de trabalho. Muito obrigado. Está encerrada a presente Sessão.

*(Sessão encerrada às 12h07.)*

**Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 04 de março de 2008.**

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia quatro de março de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Magno Malta, João Vicente Claudino, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Paulo Duque e Maria do Carmo Alves. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. Item 06: Projeto de Lei da Câmara nº 073, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Mendes Ribeiro Filho, que “Denomina Rodovia Synval Guazzelli o trecho da Rodovia BR-116 entre as cidades de Vacaria e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. Item 16: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda que, requer “...nos termos do art. 90, Incisos IX, XI e XIII, do Regimento Interno, seja constituída uma comissão de cinco Senadores, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de averiguar as questões veiculadas pela mídia sobre a utilização da TV Pública no Paraná para fins de Propaganda Governamental, bem como as ações tomadas pela Justiça Federal”. O Requerimento é retirado de pauta atendendo a solicitação do autor.

**Prosseguindo, a presidência retoma a ordem da pauta.** Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 604, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir, no art. 18, § 3º, alínea C, a doação e patrocínio para a música regional”. O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 20 (vinte) votos favoráveis. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de Ensino Superior e Ensino Profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências, para fixar forma de reajuste da Bolsa-Auxílio”. O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis. Item 03: Projeto de Resolução do Senado nº 095, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que “Denomina-se ‘Senador Antônio Farias’ o edifício-sede da Secretaria de Telecomunicações do Senado Federal”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer favorável é aprovado. Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo que, “Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta atendendo solicitação do autor, com a concordância do relator. Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, “Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio ao Estudante da Educação Básica (PRO-ESB)”. O relator designado ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis. Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que, “Institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus”. O relator designado ad hoc é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE aprovado por 13 (treze) votos favoráveis com o voto contrário do Senador Mão Santa. Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2007 – Complementar, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar



Dias que, “Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão de escolas de nível médio, pessoas jurídicas prestadoras de serviços de corretagem de seguros e representação comercial ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional”. O relator designado é o Senador Francisco Dornelles e o parecer favorável é aprovado. Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia”. O relator designado ad hoc, é o Senador Flávio Arns (em virtude do relator designado, Senador Neuto De Conto, ter informado a Secretaria, no dia de hoje, que declina da relatoria) e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena que, “Autoriza o Poder Executivo a transformar a Escola Agrotécnica Federal de Sousa, no Estado da Paraíba, em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET)”. O relator designado ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo (em virtude do relator designado, Senador Marconi Perillo, ter informado a Secretaria, no dia de hoje, que declina da relatoria) e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Item 17: Comunicado da Presidência: Comunicado 01: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse do professor Roberto Ramos Santos, no cargo de Reitor da Universidade Federal de Roraima, a realizar-se no dia 04 de março do corrente, às 17 horas, na sala de Atos, no 9º andar do Edifício-Sede do Ministério da Educação” Neste momento o Senhor Senador Marcelo Crivella, requer, oralmente, a inclusão Extra Pauta, de Requerimento o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 05/08 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer “....nos termos do disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso a Sua Eminência, o Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo Emérito da cidade do Rio de Janeiro, pelos serviços prestados a humanidade no acolhimento aos refugiados durante a ditadura militar nas décadas de 60 e 70”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007, Item 10: Pro-

jeto de Lei do Senado nº 294, de 2007, Item 11: Ofício “S” nº 046 de 2005, Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2007 e Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2007. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e um minuto. A Presidência reabre a sessão as treze horas e um minuto. Neste momento o Senador Marconi Perillo, solicita a palavra para manifestar o seu apoio ao Item nº 03: Projeto de Resolução do Senado nº 095, de 2007, que “Denomina-se ‘Senador Antônio Farias’ o edifício-sede da Secretaria de Telecomunicações do Senado Federal” e ao Item nº 05: Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2007 que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio ao Estudante da Educação Básica (PROESB), cujo relatório é de sua autoria. O Senador Flexa Ribeiro também faz uso da palavra e justifica sua ausência parabenizando o Senador Cristovam Buarque e os trabalhos desta Comissão em prol da Educação no Brasil. A Presidência encerra a reunião às treze horas e oito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**O SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Nós vamos iniciar nosso... Nossa Pauta pelos itens não terminativos em função do *quorum* qualificado, que não temos ainda. E, a partir daqueles Projetos que têm presente o Relator. Por isso eu vou ao item 06, cujo Relator é o Senador Paulo Paim. É o Projeto de Lei da Câmara nº. 073/07, que “denomina Rodovia Sinval Guazzelli o trecho da rodovia BR-116 entre as cidades de Vacaria e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul”. O Projeto é de autoria do Deputado Mendes Ribeiro Filho. Relatoria, Senador Paulo Paim, com o Relatório favorável. Eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim.



**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, a figura de Sinval Guazzelli está marcada na história do Rio Grande e na história do Brasil. Eu quero fazer essa introdução porque Sinval Guazzelli, o Senador Zambiasi está aqui também, poderia dizer que era nosso amigo. Foi Governador, foi Deputado Federal, um homem pelo qual nós tínhamos um carinho especial. Infelizmente, foi... Teve uma doença que o levou à morte ainda muito jovem. E eu passo, fazendo essa rápida consideração, a fazer a leitura do Relatório sobre a rodovia Sinval Guazzelli, trecho BR-116, entre as cidades de Vacaria e Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, já que era filho, como a gente diz, das Vacarias. Relatório, de autoria do nobre Deputado Mendes Ribeiro Filho, o Projeto de Lei da Câmara nº. 73/07 destina-se a denominar rodovia Sinval Guazzelli o trecho da rodovia BR-116, entre as cidades de Vacaria e a capital do Estado do Rio Grande, Porto Alegre. Ao relatar a extensa e profícua via pública de Sinval Guazzelli que, entre muitos outros cargos relevantes, foi Governador do Estado. O autor, Senador Mendes Ribeiro, destaca suas qualidades, que considera exemplar de homem público, propenso ao diálogo e à concórdia, para concluir que a iniciativa constitui apenas um dos muitos gestos de reconhecimento que o homenageado merece. Examinado em três Comissões da Câmara dos Deputados, de Viação e Transportes, de Educação e Cultura, de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto mereceu de todos unânime aprovação. A matéria veio, então, ao Senado no dia 13 de setembro, tendo sido distribuída exclusivamente a essa nossa Comissão, a Comissão de Educação. Análise: Sinval Guazzelli nasceu em 24 de janeiro de 1930, na cidade de Vacaria. Sinval Sebastião Duarte Guazzelli formou-se em Direito, aos 23 anos, pela Pontifícia Universidade Católica, PUC, em Porto Alegre. Logo depois, elegeu-se Vice-Prefeito de Vacaria, primeiro passo de uma notável trajetória política. Aos 28 anos, foi eleito Deputado Estadual. Reeleito em 62, assume, dois anos depois, o cargo de Secretário de Obras Públicas no Governo do Estado. Foi ainda Deputado Federal em três Legislaturas e Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Tive a alegria, Senador Cristovam, de estar com ele na Câmara dos Deputados e não tenho nenhuma dúvida, era um grande homem público.

Ao lado de ter exercido tantos e tão relevantes cargos eletivos, Sinval Guazzelli foi ainda Presidente da Caixa Econômica Estadual, do Banco Meridional S/A, quando a instituição ainda pertencia ao patrimônio público e foi ainda Ministro da Agricultura, em 1994. Antes, havia exercido a vice-governança do Estado, entre 97 e 90, na gestão do então Governador, Senador

Pedro Simon, o qual assim se manifestou, em 28 de dezembro de 2000, por ocasião da indicação do nome de Sinval Guazzelli para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e pela Federação das Associações Empresariais do Rio Grande, a FEDERASUL, ao prêmio “Líderes e Vencedores”.

Se eu tivesse que destacar um traço da personalidade de Sinval Guazzelli, eu diria que, acima de tudo, o que o distingue é a simplicidade. Apesar de ter ocupado tantos cargos elevados, jamais deixou de ser o mesmo homem cordial, afável, caloroso, trata a todos com fidalguia. Pela sua integridade, pela sua dedicação ao serviço público, por uma vida toda dedicada ao trabalho pelo Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli merece esse e muitos outros prêmios”. Isso aqui foi destacado de uma fala do nosso querido Senador Pedro Simon. Em 12 de abril de 2001, seis meses após essa homenagem, Sinval Guazzelli faleceu. Sua vida legou ao Rio Grande do Sul e ao Brasil o exemplo de seu permanente compromisso com a superação das divergências políticas como caminho para a construção do bem comum. Plenamente justificado, no mérito, o Projeto *sub examine* encontra abrigo constitucional cumulativamente nos arts. 2211, no tocante à reserva de competência Legislativa da União e nos arts. 48 e 61 da Lei Maior, relativamente ao âmbito da iniciativa parlamentar para a proposição de leis. De mesmo modo, guarda consonância com a exigência da lei nº. 6.682, de 27 de agosto de 79, para a denominação de vias do Plano Nacional de Viação, que admite expressamente a possibilidade de que, ao lado da nomenclatura oficial PNV, trecho de via pode ter a designação supletiva de nome de pessoa falecida, que haja prestado relevante serviço à Nação. Voto: Não vislumbro inconstitucionalidade ou injuridicidade(F) na proposição em Pauta. Disposto em boa técnica Legislativa, no mérito, adoto os argumentos do autor e me associo a esta justa homenagem proposta. Voto, assim, Sr. Presidente, com muita satisfação, pela aprovação do PLC nº. 73/07, esta pequena homenagem ao grande, ao gigante homem que foi o nosso querido Deputado Federal, líder de Vacaria e também, naturalmente, Governador do nosso Estado, já falecido Sinval Guazzelli.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – O assunto está em discussão.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Quero cumprimentar o Senador Paim pelo Relatório e cumprimentar o Deputado Mendes Ribeiro pela autoria da proposta. Nós, gaúchos, efetivamente somos órfãos

de um grande ser humano, acima de tudo. Deputado Estadual, Deputado Federal, vice-Governador, Governador, mas um homem do bem, acima de tudo. Um homem do diálogo, um homem da paz, uma pessoa corajosa, que soube enfrentar também a doença com muita coragem realmente. Não se entregou. Não se entregou. Eu, como Presidente da Assembléia, tive o privilégio de participar de uma homenagem a ele, já com dificuldade de comunicar-se, chegando lá apoiado por companheiros. Mas, manteve-se, em sua altivez, de acordo com a sua própria dignidade, tão grande e tão honrada. Então, é uma forma do Brasil também reconhecer a caminhada de um grande homem público, uma pessoa pública, como foi Sinval Guazzelli, uma pessoa que fez todas as travessias da vida política com muita dignidade e com muita honradez. E hoje, é bom saber, que teremos um trecho de uma rodovia importante para o desenvolvimento do Estado, que leva o seu nome, ele que foi um dos grandes lutadores pelo desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Parabéns, Paim, pelo Relatório e parabéns ao Deputado Mendes Ribeiro pela proposta que está sendo votada...

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Senador Zambiasi, me permita um aparte, V.Exa. tocou num ponto que eu achei que falhou, digamos, na minha aqui exposição. Ele, quando... Como Deputado Federal, de cadeira de rodas, ele conseguia articular algumas palavras. Mas fazia uma força tão grande para estar no Plenário votando e defendendo o seu ponto de vista, que é, de fato, exemplar. Por isso cumprimento esse aparte de V.Exa., no conjunto de seu pronunciamento, mas quando destacou a fibra, a raça, ele ficou até os últimos dias de sua vida no Plenário da Câmara dos Deputados. Cumprimentos a V. Exa.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – É verdadeiro. Obrigado, Paulo Paim. Parabéns, então. Acho que a Casa também, ao resgatar a memória de um grande homem público, cumpre a sua obrigação de oferecer ao Brasil essa história bonita de um cidadão do Rio Grande do Sul.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Continua em discussão. Não havendo mais nenhum inscrito, eu passo à votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Está aprovado. Passo ao Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Tenho um compromisso, sou Relator do item 04, mas não quero atrapalhar a seqüência que V.Exa. tenha determinado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – O item 04, Senador, não teria nenhum problema. Mas é terminativo e não teríamos *quorum* qualificado.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Tudo bem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Vamos direto ao item 16, não terminativo, cujo autor está presente, Senador Inácio Arruda. É um Requerimento, nos termos do art. 90, incisos IX, XI, e XIII do Regimento Interno, onde requer que seja constituída uma Comissão de cinco Senadores, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de averiguar as questões veiculadas pela mídia sobre a utilização da TV pública no Paraná para fins de propaganda governamental, bem como as ações tomadas pela Justiça Federal sobre o assunto. Eu passo a palavra ao Senador Inácio Arruda para se pronunciar.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Sr. Presidente, essa Comissão, com o zelo que é peculiar a V.Exa., tem buscado debater um dos temas mais cruciais da vida pública brasileira, que é exatamente as concessões de rádio e televisão, e um debate muito expressivo realizado acerca da TV pública brasileira. Neste debate, se deu como exemplo de dificuldades, exemplo negativo, a TV pública do Paraná. Como todos nós conhecemos bem o Senador Requião, foi colega nosso, atuou aqui conosco, sempre se posicionou muito positivamente a respeito da democratização dos meios de comunicação, das posições mais avançadas do ponto de vista político, eu considere que não poderíamos ficar, numa Comissão como essa, manifestando uma posição sistemática em relação ao Paraná, sem que nós pudéssemos averiguar *in loco* essa situação, ouvindo as pessoas lá. Por isso requeri a formação dessa Comissão e peço o apoio de todos os colegas Senadores para aprovarmos. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – O tema está em discussão. Senador Camata.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES)** – Presidente, embora os... Todo o mérito do Requerimento, eu vejo dois aspectos que eu queria, com a permissão de V.Exa. e dos demais companheiros ressaltar. Primeiro, trata-se de uma TV pública do Estado do Paraná. Eu não sei até onde nós poderíamos intervir para nos imiscuirmos no assunto interno que, no meu entender, é de competência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Dois: Como diz aqui, a Justiça Federal do Paraná já tomou as suas providências. E a Justiça Eleitoral do Paraná também tomou as suas providências. Acho que nós vamos nos imiscuir num problema que já teve uma decisão judicial a respeito dele. Talvez não seria prudente. Pudessem, no nosso caso, e se dependesse de um estudo nosso, requerer

as sentenças que foram exaradas, requerer o trabalho que foi feito em cima, os pronunciamentos feitos pela Assembléia Legislativa do Paraná, e estudarmos aqui para iluminar as posições que nós tomaremos com relação à TV pública brasileira. Entretanto, enfiar o dedo na ferida, enfiar o dedo em decisões judiciais já tomadas, colocar a Comissão se imiscuindo em assuntos internos do Estado do Paraná, ferindo o princípio federativo, talvez não seja o momento adequado para se fazer isso. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Está (falha no áudio) a proposta do Senador Inácio e a posição do Senador Camata. Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Eu acredito que o Senador Camata tem razão porque é um assunto que está em debate na Justiça do Paraná. Provavelmente haja recurso em Tribunal Superior. Então, é nós imiscuirmos numa recorrência que já foi feita ao Poder Judiciário. Senador Camata, se eu entendi bem, queria concordar com V.Exa., já há discussão no Poder Judiciário a respeito do uso do Governador, da TV Paraná. Então, ela está numa decisão, Senador, eu... Senador Inácio, para entender, não é porque o Lula falou “cada um meta o nariz onde quer”, porque acho que ele saiu um pouco da linha, mas acho que já está em discussão para decisão se pode ou não usar a TV educativa em campanha pessoal do Governador.

Então, a Justiça já teve uma primeira decisão, há uma briga interna entre a Justiça e o Governador, provavelmente suba ao Tribunal Superior. Não sei se é hora de a gente entrar numa luta político-partidária que está havendo, no Paraná, com a participação da Justiça do Estado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu quero chamar atenção dos Senadores que tudo aqui que a gente vota é importante, mas esse item é extremamente importante. Nós estamos dando um passo que, se dermos, pode parecer intervenção; se não dermos, pode parecer omissão. Então, gostaria de chamar atenção para essa discussão.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Mas, agora, V.Exa., como Presidente, poderia, por delegação do Plenário, requisitar todos os fatos que estão acontecendo e as decisões para, aí, a gente poder ter uma decisão mais coerente com que está acontecendo porque a gente lê pelo jornal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu prefiro que nós decidamos aqui o Requerimento. Se algum...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – V.Exa. tem predominância pela sua inteligência e lucidez.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito obrigado. Quero debater ao máximo para tomarmos a decisão certa. Senador Inácio Arruda, quer falar?

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Quero falar do Requerimento porque o Requerimento é para designar uma Comissão para nós examinamos a realidade do uso da TV pública porque a TV pública não é um programa que é do Paraná, nem do Ceará, nem de São Paulo, nem do Rio de Janeiro. É uma concessão pública que está na órbita da atribuição da União. São concessões da União ao Estado do Paraná para que ele explore aquele canal de televisão, com um fim determinado, digamos assim.

O problema da peleja entre Justiça e Governo do Paraná é outro problema. Nós não vamos entrar em problema de Justiça. Mas vamos entrar no problema de examinar como é que uma concessão pública, como é que uma TV pública, ela exerce adequadamente o seu papel. Eu considero que, salvo raríssimas exceções, as TVs públicas têm se saído bem. Como há uma controvérsia em relação ao Estado do Paraná, eu considero que o Requerimento tem um sentido positivo. Nós não estamos querendo, e nem é meu objetivo, entrar num confronto com a Justiça. Acho que a gente tem que entrar na hora necessária, quando precisa. Porque a Justiça tem coisas certas e coisas erradas. Então, tem que entrar hora certa. Aqui não se trata disso. Nós queremos examinar, acho que é correto trazer os papéis, as sentenças etc., mas não há razão para que se impeça que uma Comissão de Senadores possa também visitar o Estado do Paraná, as pessoas, ouvir Promotores, ouvir o Governador; o Governador foi nosso colega aqui no Congresso Nacional e acho que tem todas as condições de contribuir para que a gente possa elidir o debate sobre TVs públicas que nós estamos promovendo aqui na Comissão de Educação, e é nossa obrigação e dever. Por isso que apelei aos Srs. Senadores que nós aprovássemos (falha no áudio), sem prejuízo das posições do Senador Camata, que eu tenho plena concordância, e do Senador Tuma que eu tenho plena concordância também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – (falha no áudio) quero comunicar que nós temos *quorum* para os Projetos terminativos. Então, não deveríamos demorar muito tempo. Fiz questão de não usar o verbo perder, não deveríamos demorar muito nesse assunto, mas devemos votar conscientemente. Vamos convidar um Governador, o que não é comum, o Senador Gerson Camata fez questão de dizer, inclusive, ou recusar também, o que não é tão comum. A Senadora quer fazer uso da palavra, Senadora Marisa?



**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)**

– Rapidinho, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Peço a atenção dos Senadores. Peço atenção—

(soa a campainha).

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)**

– Embora eu já esteja de acordo com todo tipo de Requerimento que possa esclarecer melhor as matérias que estamos discutindo nessa Comissão, eu gostaria de fazer uma objeção ao termo do Requerimento. O Senador Inácio Arruda teve muita boa perspicácia em colocá-lo, mas eu acho que, neste momento, nós estamos discutindo a TV pública, um sistema nacional de televisão e as concessões também entram nessa discussão, de alguma forma ou de outra, indiretamente entram, porque, se é concedido ao Governo do Paraná, é concedido também a particulares de outra, com outra roupagem mas também é uma concessão pública às TVs que pululam neste país e às redes de televisão que estão aí. Portanto, eu tenho um pouco de receio. Acho que tínhamos que focar aqui a questão da TV pública e não diluirmos a nossa preocupação, que é uma preocupação atual, e agora, nesse momento, diluirmos para outros tipos de discussões. Acho que o foco tem que ser da TV pública colocada pelo Governo e o sistema nacional que está sendo colocado agora. Esse tem que ser nosso voto.

Eu não gostaria que cinco Senadores, quer dizer, no meu entendimento, se preocupassem com a questão específica do Paraná, sendo que, nesse momento, nós temos que votar e discutir uma questão que está pujante e latente, que é o caso da TV pública. Acho que seria, mais ou menos, tergiversar em termos de um assunto que é muito candente para nós. Esse é o meu pensamento. Agora, é claro e evidente que eu sou a favor de todos os requerimentos. Mas acho que, nesse momento, eu acho que o foco tinha que ser um outro e não outros porque aí nós podemos abrir outras frentes e não é isso que nós devíamos fazer nesse momento. Só isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Inácio—

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Presidente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – O senhor aceitaria adiarmos para uma nova Reunião?

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Claro. Nós... Teve uma intervenção do Senador Tuma, ele examinou o poder de delegação de V.Exa., de poder requerer documentação, informações, tanto ao Governo como à Justiça. E não só o poder de requisitar

esses documentos, mas V.Exa. também pode, de ofício, delegar não à Comissão, mas a um Senador ou outro, se desejar. Se tiver uma situação que, examinados os documentos, V.Exa. possa considerar que é necessário encaminhar uma visita de Senadores até o Estado do Paraná.

Por essa razão, eu retiro, peço a V.Exa. que retire da Pauta o Requerimento para que, numa outra oportunidade, se tiver a necessidade, se expressar que é necessário, nós, então, faremos a requisição.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito bem. Agradeço muito, porque isso vai nos fazer... Concordou, eu vou conversar depois com o próprio Senador Inácio para ver como é que fazemos isso.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Mão Santa, o senhor—

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa....

(falas sobrepostas).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – ...Ou vamos direto aos Projetos terminativos?

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Sr. Presidente, eu pediria ao Senador Mão Santa e a V.Exa., eu sou Relator da CPI das ONGs. Nossos convidados para oitivas já estão presentes. E tem o item 01 da Pauta, que é terminativo, e eu sou o Relator. Eu pediria se...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Nós temos três pedidos de inversão de Pauta: Do Senador Tuma, do Senador Dornelles e do Senador Inácio.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Se puder o item 08 também, para o Senador Magno Malta, que está...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Dornelles, aceitaria que o seu Projeto ficasse para depois do Senador Inácio, do Senador Tuma?

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – E depois o 08...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Depois do oito, viria o seu e depois entraria na Pauta, está bem? Senador Inácio, qual é o número? Não, o item 01. Exatamente. Senador, eu vou, então, vamos entrar no item 01. Não é nenhuma inversão. É o Projeto de Lei do Senado 604/07, que “altera a lei n.º 8313, de 22 de dezembro de 1921, para incluir no art. 18, § 3º, alínea “c”, a doação e patrocínio para a música regional. Autoria do Senador Sér-



gio Zambiasi e Relatoria do Senador Inácio Arruda, a quem passo a palavra.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Sr. Presidente, este é um Projeto daqueles de iniciativa de Parlamentares que estão atentos para a realidade brasileira, para a sua diversidade, sua imensa diversidade. Quer dizer, o Pantanal é uma expressão da vida nacional absolutamente distinta do que nós temos no nordeste, que é o bioma caatinga. No sul do nosso país, nós temos os pampas, com toda a sua diversidade e suas diferenciações com o restante do Brasil. Temos a Mata Atlântica no Rio, São Paulo, Espírito Santo, uma outra realidade. Voltamos para o centro-oeste, no cerrado, voltamos para a Amazônia, com as planícies, com florestas enormes e exuberantes do nosso país. Não só a extração natural se diferencia, mas a cultura dessas regiões também é diferenciada – (soa a campanha).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Peço atenção. Tem orador na Tribuna.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – Por isso eu considero a iniciativa do Senador Zambiasi muito pertinente. Considero que nós deveríamos aprová-la. Esse é meu voto. O meu voto é pela aprovação da iniciativa do Senador Zambiasi e pediria que a gente pudesse, de imediato, aprovar o Projeto que agora é apresentado pelo Senador Zambiasi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – (falha no áudio) o Projeto do Senador Sérgio Zambiasi está em discussão...

**SENADO CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Para discutir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Tuma e, depois, Senador Cícero.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – (pronunciamento fora do microfone) apoiar o Projeto do Senador Zambiasi, mas pergunto se há o indicativo de valor da doação porque vai descontar no Imposto de Renda. É exatamente...

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Acompanha a lei Rouanet.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)** – É apenas para incluir na Lei Rouanet a música regional.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Cumprimento o Senador.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Sr. Presidente, para discutir.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Cícero.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** –

Parabenizar o autor, Senador Sérgio Zambiasi, bem como o Relator Inácio Arruda, eu que sou de um Estado que tem a musicalidade tão expressiva, como a nossa Paraíba, nossos eternos Jackson do Pandeiro e tantos outros, quero parabenizar essa iniciativa, que sem dúvida vai estimular cada vez mais algo que é tão importante para uma nação que quer ser uma nação grande. Então, parabéns e o meu voto é favorável.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Crivella.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)**

– Rapidamente, Sr. Presidente. É apenas para parabenizar o Senador Zambiasi, a arrecadação anual da Lei Rouanet, Sr. Presidente, chega próximo a um bilhão de reais. 900 milhões... Entre 900 bilhões e um bilhão. A maior parte disso das estatais, sobretudo o grupo PETROBRAS. Hoje, Sr. Presidente, 70% desses recursos estão financiando peças de teatro, em Rio, São Paulo e Belo Horizonte. Portanto, é importantíssimo que se abram esses investimentos para espetáculos que possam ser feitos nos distantes rincões desse país.

Lembro que fiz aqui uma Emenda, Sr. Presidente, para que os recursos da Lei Rouanet fossem também direcionados à recuperação de templos históricos. Há igrejas que estão caindo. Não evangélicas, católicas, que são seculares. Evangélicas são recentes. Então, Sr. Presidente, muitas delas, são milhares, precisam de recursos para reformar. É claro que um doador que se sente motivado para reformar uma Igreja não é o mesmo que vai doar para uma peça teatral, num grande centro, com interesse da sua propaganda, do seu produto, da sua vinculação, da sua marketing. Não há, portanto, conflito de interesses, como também agora, Sr. Presidente, no Projeto do Senador Zambiasi, que pretende distribuir melhor 900 milhões de reais e os brasileiros que gostam, por exemplo, do forró em Campina Grande ou da farra do boi, seja lá o que for, possam ter também doadores e recursos para isso.

De tal maneira, Sr. Presidente, que eu voto favorável, deixando aqui assinalado para que todos ouçam questionamentos importantes sobre a Lei Rouanet e o destino dos fundos ali depositados anualmente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Creio que, não havendo mais nenhum inscrito–

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Só corrigindo, que o Senador Crivella falou que é o Rio, São Paulo e Belo Horizonte. Belo Horizonte, não. Belo Horizonte também recebe um pouquinho só. Então, eu também sou favorável.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)**

– É verdade, Sr. Presidente. Tem toda razão. A maior parte se concentra em Rio e São Paulo.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) –**

(pronunciamento fora do microfone).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** É verdade. Muito bem. Então, vamos passar à votação. Senador Paim.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Inácio Arruda.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) –** Sim, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador, o autor, Sérgio Zambiasi voto conhecido. Senador Mão Santa.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Valdir Raupp. Senador Gerson Camata.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) –** Sim, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Marco Maciel.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) –** Sim, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senadora Marisa Serrano.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Antônio Carlos Valadares.

**SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Francisco Dornelles.

**SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Marcelo Crivella.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) –** Com o Relator, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Magno Malta. Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Cícero Lucena.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senadora Ideli.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Está aprovado por unanimidade. Passamos ao item 02, cujo Relator é o Senador Marcelo Crivella. Projeto de Lei do Senado nº. 346/07, que altera a lei 6494, de 07 de dezembro de 1997, que “dispõe sobre os estágios de estudantes em estabelecimentos de ensino superior e ensino profissionalizante, segundo grau e supletivo e dá outras providências para fixar formas de reajuste da bolsa auxílio”. Peço atenção aos Srs. Senadores, assessores e visitantes, por favor... (soa a campainha).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Por favor, Srs. visitantes, Srs. assessores, o autor do Projeto é o Senador Paulo Paim, a Relatoria do Senador Marcelo Crivella, a quem passo a palavra.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO –** Senador Marcelo Crivella vai desligar o telefone para relatar aí agora.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) –** Sr. Presidente, me perdoe, estava atendendo aqui a nossa ex-jornalista Teresa Curvinel—

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Crivella, aqui o senhor, como pastor, tem mais autoridade para perdoar do que...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) –** Presidente, pela ordem aqui, se me permitir só um segundinho, o Senador Casagrande... Senador Colombo pediu para retirar o item 04, que ele quer fazer uma reapreciação e eu concordei, se V.Exa. concordar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Perfeitamente.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) –** Sr. Presidente, o Senador Paulo Paim quer acrescentar parágrafo único à lei 6494/77, 07 de dezembro de 77, para incluir previsão de reajuste mínimo da bolsa auxílio, de acordo com a atualização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Sr. Presidente, nada mais justo. Recentemente recebemos aqui uma Comissão de médicos residentes que, depois de seis anos de

um ensino duro, dias, meses, anos de um labor infundável, se tornam bolsistas na residência, ganhando, Sr. Presidente, 1500 reais. Aos 29, aos 30 anos. Uma especialização importantíssima para o país e a nós todos, estratégica. Essa bolsa, Sr. Presidente, estava sem correção há anos e o Ministro da Saúde, ano passado, sensibilizado com o movimento deles, fez a correção. Mas, mesmo assim, precisaria estar previsto no orçamento seguinte. Então, se esperou muito tempo, chegaram a fazer até movimento grevista em hospitais que já hoje não têm... Onde faltam equipamentos, remédios, médicos e sobram donas de casa, pais desesperados, com uma filha doente ou um filho doente no colo.

De tal maneira, Sr. Presidente, que o Senador Paim, em boa hora, traz à avaliação dessa Comissão o reajuste da bolsa auxílio, que não causará, Sr. Presidente, nem no Governo nem na iniciativa privada qualquer impacto porque é apenas para corrigir a inflação pelo índice, pelo INPC. De tal maneira, Sr. Presidente, que, em vista do exposto, o voto é pela aprovação e peço também aos meus companheiros que votem favoravelmente.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Sr. Presidente, o mérito é evidente que nós temos que votar favorável. Quero só alertar que a indexação generalizada matou... Foi o remédio que matou o paciente. Nós tivemos no Brasil uma indexação generalizada, correção monetária permanente, que acabou sendo um remédio muito amargo. Então, nesse caso, está ok, não tem problema, mas não vamos entrar numa regra de reindexar tudo não. Se formos reindexar tudo no Brasil outra vez, nós correremos o risco de volta da inflação.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)**

– Sr. Presidente, apenas para complementar, há controvérsias. Nós deixamos de indexar, quero assinalar aqui, até no Governo anterior, os preços controlados. Ora, se nós deixamos indexados os preços controlados para dar um pseudo-equilíbrio econômico-financeiro a contratos de privatizações, muitos deles, inclusive já, eu diria... Eu diria, questionados pela Justiça, Sr. Presidente, nós não podemos negar um INPC para bolsa de estudantes, Sr. Presidente. É esse apelo que faço aos meus companheiros. Há controvérsias...

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Senador, eu não estou negando. Eu estou votando favorável.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)**

– Eu sei. Só para dizer também o seguinte: Há um pensamento econômico que diz que inflação é resultado de déficit do Tesouro. Veja, Sr. Presidente, que nós acreditávamos que precisávamos sempre ter o remédio de juros altos; baixamos de 24 para 11 e a inflação está na meta. De tal maneira, Sr. Presidente, que eu sei a posição do Senador Eduardo Azeredo, extremamente consciente, mas precisamos aprovar esse Projeto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu ponho em discussão. Senador Paim, quer se pronunciar?

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Só uma frase. Eu prefiro votar. Só uma frase. É bom lembrar que, também nesse Governo, o salário mínimo está indexado até 2023. A inflação é mais o PIB. Aqui a gente está propondo só inflação para esse pessoal que ganha uma mixaria.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – A gente fica dando muito palpite aí, mas o estágio é uma coisa importantíssima na vida profissional do recém-formado, principalmente, e do estudante que está às vésperas de sua formação. V.Exa., como um grande especialista e que levanta a bandeira da educação, provavelmente tem uma consciência mais aprimorada que a nossa, não como a do Paim, que fica sempre lutando para melhorar a situação das minorias, mas é importante. Eu sei que, às vezes, têm grandes empresas que pagam 300, 400 reais para um estagiário formado numa universidade. E, às vezes, é o ganho que ele não pode ter outro. Então, eu acho que é um Projeto que vem em boa hora porque não impõe nada; apenas acompanha a evolução da inflação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Vamos votar, então. Senador... A discussão está encerrada, Senador Paulo Paim, como vota? É verdade, é o autor. Voto conhecido. Senador... Ideli está aí ainda? Senador Inácio... Também não está. Senador Casagrande. Senador Sérgio Zambiasi. Senador Zambiasi, como vota? Senador Mão Santa. Senador... Raupp não está. Senador Gerson Camata. Senador Marco Maciel. Senadora Marisa Serrano. Senador Francisco Dornelles. Senador Marcelo Crivella foi o Relator, voto conhecido. Senador Magno Malta...

**SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES)** – Sr. Presidente, com os residentes do meu Estado e do Brasil, com o coração de Paim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Romeu Tuma. Senador Cícero Lucena.



**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) –**

Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Está aprovado por unanimidade. Nós... Insisto que, por favor, continuem, para termos o *quorum*, que está por um fio de navalha. Item 03. Relator está ausente. Item 04 foi retirado. Passo ao item 05. Projeto de Lei nº. 204/07, que “autoriza o Poder Executivo a criar o programa de apoio ao estudante da educação básica”. O autor é o Presidente da Mesa. O Senador Marconi Perillo é o Relator, mas já teve duas ausência de Relatoria, eu peço ao Senador Gerson Camata que faça a leitura do Relatório de forma *ad hoc*.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) –** Sr. Presidente, com muita satisfação, até com muito prazer, quero relatar esse Projeto, não só por ser de sua autoria, por ter o Senador Marconi Perillo como Relator, mas pelos méritos do Projeto. Eu vou resumir aqui. Na verdade, a instituição da bolsa de apoio que V.Exa. chama Programa de Apoio ao Estudante de Educação Básica, já existe para o curso superior. Em alguns Estados brasileiros já para o ensino fundamental básico, como no caso do Estado do Espírito Santo, que já tem 10 mil bolsistas que freqüentam escolas particulares e que têm uma parte da sua mensalidade paga pelo Governo do Estado. Motivo: Às vezes, não tem uma escola pública nas proximidades onde mora o estudante. Às vezes, não há um transporte de boa qualidade, seguro, para transportar o estudante até a escola pública. E, às vezes, a escola pública já preencheu as matrículas, já não cabe mais aquele aluno. O Espírito Santo já tem isso. Então, V.Exa. está fazendo o que deveria ter sido feito no início, a preferência deveria ter sido para o ensino fundamental, para a educação básica e depois para o curso superior. Mas, como no Brasil os menores não podem fazer passeata, não têm Diretório central de estudantes, ali estão muito mal representados, eles não fecham trânsito na rua, eles não fazem muito barulho, quase sempre a gente se esquece da imensa maioria, embora, claro, haja méritos de se fazer em favor dos estudantes de ensino superior. Com louvor e, representando o Senador Marconi Perillo, repito seu voto pela aprovação da lei nº. 204/07, proposta por V.Exa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Está em discussão–

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) –** Desculpe-me...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –**

Eu gostaria apenas de, como autor do Projeto, agradecer ao Senador Gerson, que conseguiu explicar melhor do que eu talvez explicaria. Trata-se de um Projeto que permite, aonde não houver escola pública, o Estado financiar a mensalidade para alunos realmente carentes.

Eu quero aqui reafirmar meu compromisso com a escola pública. Sou um defensor radical e não há outro caminho. Mas, quando ela não está presente, se o Governo paga, mesmo havendo um dono, ela é pública. A publicidade não depende de ter o dono da propriedade, depende do uso e da gratuidade. Então, essa é a idéia que eu espero que não precise usar, mas autoriza o Governo Federal a criar, do jeito que tem o PROUNI, o que está sendo chamado aqui de PROESB. Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) –** Presidente, eu não poderia talvez transmitir como o Senador Camata a virtude desse Projeto. Apenas queria dizer o pedido que veio hoje de uma senhora doméstica, trabalha, e a filha não tem escola próxima à sua casa. E ela não tem condições de pagar o transporte. E não há vaga mais nas escolas que são próximas à casa dela. Está aqui um pedido para eu falar com o Secretário de Educação. Outra coisa, o que trouxe o programa domingo, Fantástico, do jovem campeão de matemática, que é levado à escola num carrinho de pedreiro, Senador. É uma coisa tão amarga saber que o menino, com atrofia, dentro da estrutura com que nasceu, o pai é obrigado a andar mais de um quilômetro com ele no carrinho de pedreiro para chegar à escola. Então, a virtude da proposta de V.Exa. tem que ter todos os elogios do mundo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –**

Muito obrigado. Eu quero comunicar à Comissão que ontem eu tomei um tempo, em nome da Comissão, para ligar para esse rapaz, Ricardo, lá no Ceará. E confesso que fiquei impressionadíssimo. O Senador Crivella falou dele na Comissão de Direitos Humanos, lembra?

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)**

– Presidente, também fiquei extremamente impressionado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Eu liguei, falei com ele e é um exemplo que a gente precisa mostrar–

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) –** Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Entrou na escola já muito tarde, foi alfabetizado pela mãe, que não tem mais do que seis anos de escolaridade, a mãe alfabetizou, o levava no



carrinho de mão, hoje é um campeão na matemática. Bem, alguém...

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Sr. Presidente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Cícero.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Sr. Presidente, para colaborar também, Presidente, dizer que ele nos deu não só o exemplo de conhecedor de matemática, mas o exemplo de vida, nos ensinando que, por maiores que possam parecer os obstáculos, sempre com vontade, com determinação e com fé se vencem esses obstáculos. Então, foi uma bela lição que ele nos deu, não só por ser escolhido como exemplo em matemática.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Sr. Presidente, apenas para emoldurar esse momento tão bonito na Comissão, eu estive nessa solenidade em que ele recebeu o prêmio. A frase dele, ao agradecer, foi: “Hoje todos me ajudam, amanhã espero poder ajudar o Brasil”. É um menino que, entre 17 milhões de jovens inscritos na olimpíada da matemática, ficou entre 300. É um bandeirante. Assim como os Raposos, os Garcias, os Fernão Bueno, os Bartolomeu Dias, rasgaram essas matas com golpes de tenacidade e bravura, esse menino fez a mesma coisa na vida e fez de maneira brilhante. É um exemplo para nós todos. Toma aula na melhor posição, Sr. Presidente, que é no chão. A casa ainda é muito humilde. E os professores vão agora até a sua casa, porque viram nele a índole, a vocação de um grande cérebro, de um futuro pesquisador, de um homem que Deus dotou, como sempre faz em casos desse tipo, com uma contrapartida, com a compensação da mão de Deus na vida, na inteligência desse rapaz. Lembro até aquele pesquisador inglês, britânico, Stephen, né? Que também descobriu aí grandes avanços na astronomia e tem um problema de paralisia grave. É extraordinário, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado, Senador. Eu ponho em votação, então. Senador Paim.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Sérgio Zambiasi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Mão Santa.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Gerson Camata.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Valdir Raupp.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Marco Maciel.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE)** – Sim, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senadora Marisa Serrano.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Papaléo Paes.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Flexa... Senador Antônio... Senador Francisco Dornelles.

**SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Marcelo Crivella.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Com todo louvor, Sr. Presidente, e muito orgulho, sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito obrigado. Senador Magno Malta.

**SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Com louvor, sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Cícero Lucena.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Flávio Arns. Está aprovado por unanimidade. Passamos agora ao item nº. 08, também terminativo, aproveitando o *quorum* excelente que temos, apesar de tantas atividades. Tivemos duas ausências, portanto, podemos pedir um Relator *ad hoc*. O Projeto de Lei do Senado 376/07, que “institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus”. O autor é o Senador Marcelo Crivella, presente. E, por sugestão do próprio Senador Magno Malta, eu peço ao Senador Paulo Paim que faça a leitura, como Relator *ad hoc*.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Sr. Presidente, o Relatório feito de forma brilhante pelo Senador

Magno Malta ao importantíssimo Projeto do Senador Crivella, é um Relatório pequeno. Eu farei aqui a leitura bem rápida: “O Projeto de Lei do Senado 376/07, de autoria do Senador Marcelo Crivella, institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus, a ser comemorado anualmente, 60 dias após o Domingo de Páscoa. Segundo o autor, a marcha para Jesus é um evento que teve origem na cidade de Londres e hoje ocorre em diversos países, como uma tradição já consolidada, inclusive no Brasil. Somente no ano de 2007, mais de 13 milhões de pessoas participaram dessa manifestação na cidade de São Paulo. Seu caráter é amplo, abrigando todos cristãos, independentemente de serem evangélicos ou não. A criação de um Dia Nacional viria a convalidar uma expressão já existente na sociedade. Encaminhado para a decisão terminativa nessa Comissão, o Projeto não recebeu Emendas. Para análise: De acordo com o 102 do Regimento interno do Senado, compete à Comissão de Educação apreciar essa matéria, que agora vai a exame. No que diz respeito à constitucionalidade, Sr. Presidente, cabe ao Congresso Nacional a iniciativa de leis dessa natureza, sendo que a matéria não contraria qualquer das cláusulas pétreas. Igualmente, quanto à juridicidade, a matéria inova o ordenamento jurídico. Sua natureza é genérica, e o Projeto se vale do meio adequado, isto é, a edição de um Projeto de Lei. Quanto ao mérito, não há reparos à proposição, pois, não obstante o caráter laico do Estado brasileiro, nada impede que o Congresso Nacional aprove a proposição sobre um dia dedicado a uma manifestação tão importante da parcela expressiva da nossa população. Entretanto, adequar os preceitos da Lei Complementar nº. 95/98, faz-se necessária uma Emenda para tornar a proposição adequada, do ponto de vista da técnica Legislativa. Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senador Crivella, relatado pelo Senador Magno Malta, nº. 376/2007, nos termos da seguinte Emenda: É uma Emenda de somente de adequação, Sr. Presidente. É instituído o Dia Nacional da Marcha para Jesus, a ser comemorado anualmente, 60 dias após o Domingo de Páscoa”. Sr. Presidente, eu fiz questão de relatar o Projeto porque entende que ele atende a todos, aqui ele é a expressão máxima da chamada liberdade religiosa porque não há uma religião que não tenha sua referência maior em Jesus. Conseqüentemente, Sr. Presidente, eu entendo que foram muito felizes o Senador Marcelo Crivella e o Senador Magno Malta e eu tive a alegria de ser o Relator *ad hoc*, pela aprovação...

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) –** Para discutir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Está em discussão. A palavra está com o Senador Gerson Camata.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES) –** Sr. Presidente, quero ser bem rápido. Cumprimento o autor, cumprimento os dois Relatores, o Relator *ad hoc* e o Relator, o Senador Magno Malta, do Espírito Santo. Queria fazer uma sugestão, talvez até uma consulta ao autor Senador Marcelo Crivella e ao Relator *ad hoc*, Senador Paulo Paim. Porque transcorre o Dia Nacional da Marcha para Jesus, sou favorável ao Projeto, 60 dias após o Domingo da Páscoa. Mas, se esses 60 dias após o Domingo da Páscoa não caírem também num domingo, em muitos lugares, as pessoas não vão poder ir à marcha. Então, seria assim: “No primeiro domingo a transcorrer 60 dias após o Domingo da Páscoa, que aí as pessoas vão poder ir porque é um dia de Domingo. Se cai numa quinta-feira, muitas pessoas vão estar trabalhando, estar cansadas, não vão, porque não é um feriado. Talvez, se houvesse essa adaptação, dava mais volume a essa marcha, que merece toda a importância necessária porque é uma marcha importante. Não sei se os autores aceitam a sugestão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** O Relator... O Senador Marcelo Crivella, que é autor do Projeto.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) –** Sr. Presidente, eu estava exatamente pensando nisso. Só acho que devíamos marcar para o sábado porque o domingo é o dia da atividade eclesial; o sábado, normalmente é o dia em que ocorrem as marchas. Então, sábado seria muito bom. Mas V.Exa. lembrou muito bem. O primeiro após 60 dias da Páscoa.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) –** A Relatoria, Sr. Presidente, como há entendimento do autor, Senador Gerson, que fez a proposição, eu acato a Emenda.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** A Mesa, então, põe em votação, esperando a Emenda... Formaliza... O Relator formaliza a Emenda. Então, vou pôr em votação o Projeto, depois a Emenda. Senador Flávio Arns. Senador Paulo Paim foi o Relator. Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) –** Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Mão Santa.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) –** Sim. Domingo é o dia ideal. A tese do...

(falas sobrepostas).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Senador Valdir Raupp.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) –** Sim, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Gerson Camata já fez o pronunciamento, sugeri a Emenda. Senador Marco Maciel.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE)** – Sim, com o Relator, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Papaléo Paes.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Sim, com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Francisco Dornelles.

**SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)** – (pronunciamento fora do microfone).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Marcelo Crivella é o autor, voto conhecido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Cícero Lucena.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Está aprovada por unanimidade.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Consulto agora se mantenho...

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Sr. Presidente, eu peço uma palavrinha. (interrupção no áudio).

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – ...Eu res-salvo aí, Domingo é dia da marcha.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não, agora é a Emenda, não o dia da Marcha.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Ah, a Emenda? Eu permaneço Domingo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Então, eu consulto se aprovamos a Emenda, primeiro sábado, depois de 60 dias da Páscoa. Então, está aprovado com a ressalva do voto contrário do Senador Mão Santa, que indicou o domingo.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – (ininteligível). Aí, ele está dando um atestado de leviano. Eu fui com ele...

(risos).

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES)** – Sr. Presidente, eu quero esclarecer. Eu sugeri ao autor que seria melhor que caísse num dia em que as pessoas pudessem participar. Sugeri o domingo, mas o autor, com melhor conhecimento de causa que eu, sugeri o sábado, de modo que abri mão da minha posição do Domingo para o Sábado, de modo que eu peço ao Senador Mão Santa que me acompanhe.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Não, abro não. Eu aderi. Quando eu tomo uma posição, é de consciência. O Domingo é melhor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Fica registrado o voto do Senador Mão Santa.

(falas sobrepostas).

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Vou fazer minha marcha no domingo. A minha própria – (risos).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito bem. Eu peço... Eu quero pedir atenção porque no item nº. 05 havia uma Emenda e nós não votamos. Eu consulto se mantém o voto que deram ao Projeto para a Emenda. Os que estão, permaneçam como estão. Está aprovado. Vamos ao item nº. 9.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Sr. Presidente, me permita, em menos de um minuto, Sr. Presidente, apenas –

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Claro, com todo o direito.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – ...Prestar aqui uma homenagem ao grande rio-grandense do norte, a um grande brasileiro, que hoje, para a felicidade de todos nós do Estado do Rio de Janeiro vive no Rio de Janeiro e já há muito tempo. Chama-se Dom Eugênio Sales que, com a modéstia que caracteriza pessoas do seu nível espiritual, só agora viemos a sabe do trabalho relevante, extraordinário que fez, na época da revolução, abrigando refugiados de países vizinhos que viviam momentos difíceis. Dom Eugênio Sales é um grande brasileiro e tenho certeza que ele ficaria muito satisfeito se estivesse aqui, sabendo que a Comissão, por unanimidade, aprovou esse movimento que lembra a católicos, a evangélicos, a todos nós, o nosso senhor Jesus Cristo e nosso salvador. Então, fica aqui uma homenagem singela, Sr. Presidente, a Dom Eugênio Sales.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu passo a palavra ao item nº. 9, não terminativo, Projeto de Lei do Senado 242/07, complementar... Por que é que a gente não faz os terminativos? Senador Dornelles, o senhor aceitaria que



a gente pudesse votar dois terminativos, para garantir e liberar de certa maneira?

**SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)** – Claro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito bem. Fico muito grato, Senador Dornelles. Vamos, então, ao item 15. O item 15 tem como Relator Senador Marconi Perillo, que declinou, na Relatoria, o Projeto de Lei nº. 563/07 do Senado, que “autoriza o Poder Executivo a transformar a Escola Agrotécnica Federal de Sousa, no estado da Paraíba, em Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET”. O Projeto é de autoria do Senador Cícero Lucena. O Senador Marconi Perillo abriu mão da Relatoria e eu peço ao Senador Eduardo Azeredo que, como Relator *ad hoc*, nos apresente a Relatoria que foi favorável.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Sr. Presidente, o Projeto de autoria do Senador Cícero Lucena, como já foi colocado, ele busca fazer a conversão da Escola Técnica de Sousa, na Paraíba, em Centro Federal de Educação Tecnológica. E, conforme essa demanda de formação de profissionais capacitados, atualmente de cerca de nove milhões de estudantes brasileiros matriculados em escolas de ensino médio regular, somente 700 mil freqüentam escolas técnicas. Esse número deve ser expandido para que o jovem brasileiro adquira melhor capacitação para ingresso no mercado de trabalho. De maneira que o voto é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Para discutir, Senador Gerson Camata.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES)** – Eu voto favorável ao Projeto, mas queria dizer seguinte: Que o atual Ministro da Educação, Ministro Fernando Haddad, e o próprio Presidente da República têm dado muito destaque ao ensino técnico, acertadamente. No Espírito Santo, por exemplo, nós tínhamos uma escola técnica, fundada em 1919, por Nilo Peçanha. O Governo Lula está colocando seis escolas técnicas no Estado, de uma vez só. E a educação técnica é primordial, fundamental nesse estágio de desenvolvimento que o Brasil está, graças a Deus, entrando nele. E dizer que tem uma proposta minha, tramitando na Casa e deve chegar à Comissão nesses dias, que cria, determina que o ano de 2009 seja o ano nacional do ensino técnico. Para dar... Colocar na vitrine esse desejo dos brasileiros, dos jovens brasileiros, de se aperfeiçoarem tecnicamente, de melhorarem a sua qualidade técnica para conseguirem melhor colocação na vida.

Então, esse meu Projeto chega aqui, vai em cima dessa vontade do Presidente da República e do Mi-

nistro e também em cima dessa vocação dos jovens brasileiros por uma educação técnica que, muitas vezes, proporciona aos mesmos um salário melhor do que o salário de um curso superior. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu ponho... Um pronunciamento...

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Sr. Presidente, queria só dizer da minha alegria dessa proposição do Senador Gerson Camata, que vem mais uma vez fortalecer o ensino técnico. Nós aqui, que já temos uma frente parlamentar em defesa do ensino técnico, esse ano vai ser, digamos, uma coroação dessa importante caminhada do ensino profissional para nossa juventude, nosso povo, nossa gente. Parabéns ao autor.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE)** – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador... Senador Marco Maciel.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE)** – Sr. Presidente, tenho uma Reunião de bancada agora, começou às 12 horas, estou um pouco atrasado, não sei se poderia logo expender meu voto?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Ah, começar pelo seu voto logo? Sem problema nenhum.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE)** – Se pudesse logo manifestar o meu voto...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Sem problema nenhum. Senador Marco Maciel, começamos pelo senhor.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE)** – Com o Relator, Sr. Presidente. Agradeço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Com o Relator. Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Paulo Paim.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Mão Santa. Como vota, Senador Mão Santa? Atentai, Mão Santa.

(risos).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Valdir.

(risos).



**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Com todo o carinho que ele sabe que tenho por ele. Eu é que aprendi com o senhor a dizer isso. Senador Valdir Raupp. Senador Gerson Camata. Senador Papaléo Paes.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Sr. Presidente, agradecer a V.Exa., que vingou a todos nós, quando pediu para o Senador Mão Santa prestar atenção na votação. Com o Relator, Sr. Presidente.

(risos).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Francisco Dornelles. Senador Marcelo Crivella. Senador Magno Malta...

(risos).

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Deixa eu só votar, Sr. Presidente. Eu estou atento. Não, eu estou atento, mas hoje aqui se consagrou aquele adágio popular: “Pau que dá em Chico, dá em Francisco”, que, aliás, é o nome do nosso Mão Santa.

(risos).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mas eu tenho credibilidade para fazer isso porque ontem eu cobre dele que se lançasse candidato... A pré-candidato a Presidente pelo PMDB. Ontem, eu lancei.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Bom, então, foi esperteza que V.Exa. repetiu. Olha, V.Exa. está longe de imaginar essa força de docência e decência que V.Exa. traduz. Olha, o Piauí todo se alvorçou e o Paim dizendo que o Rio Grande do Sul. Eu digo o que vai acontecer é que vai ganhar a correção lá do PT e a do PMDB.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Mão Santa, eu peço desculpas por ter falado isso no meio da votação. Senador Magno Malta, Senador Romeu Tuma, Senador Cícero Lucena, Senador Eduardo Azeredo, que fez o Relatório. Está aprovado. Último item terminativo, que eu gostaria de pedir atenção porque é muito rápido também porque o Senador Neuto de Conto abriu mão também. É o Projeto de Lei do Senado 406, que “autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rolim de Moura, na cidade de Goiânia”. Autor é o Senador Valdir Raupp e eu passo a palavra, a quem eu peço, como *ad hoc*, que apresente o Relatório.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO)** – Eu voto com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Exatamente. O autor é o Senador Valdir Raupp, o Relator é o Senador Neuto de Conto, e eu estou apresentando como Relator *ad hoc*. A Escola Técnica de Rolim de Moura

oferecerá cursos de educação profissional, técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender às necessidades regionais de desenvolvimento da agropecuária e manejo florestal.

O Senador Valdir Raupp sublinha que Rolim de Moura, com seus 50 mil habitantes, conta com 12 Municípios em seus arredores, sendo o mais dinâmico Município da Zona da Mata Rondoniense. E, pelas mesmas razões já elencadas no Projeto que acabamos de votar, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 252/07.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Presidente, uma palavrinha. Posso fazer uma palavrinha sobre o Projeto?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Eu queria elogiar V.Exa. pela Pauta que constantemente tem indicado aos membros desta Comissão. Eu, Senador Camata, V.Exa. tem feito um elogio correto por ter sido Governador e tem muita experiência. Eu só queria, se possível, fazer uma advertência ou um pedido ao Governo. Quando se fala em escola técnica, nós estamos afastando a possibilidade de ONG receber dinheiro para a preparação do trabalhador e gastar em outra coisa, em haver desvio de dinheiro. E não generalizado, mas em muitas que dão uma CPI aí. Se fizer a escola técnica, não vai mais precisar dar para nenhuma organização não-governamental porque o aluno terá a formação profissional corretamente estabelecida.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito bem lembrado, Senador Romeu Tuma. Eu passo à votação. Senador...

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sr. Presidente, só uma correção, que estava escrito errado. A aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 406/07, não 252. Só eu li o número errado, em função do que estava escrito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Está anotada a correção. Senador Flávio Arns já votou, como Relator. Senador Paulo Paim.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Mão Santa.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Valdir Raupp, é autor.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO)** – Sr. Presidente, agradecendo a V.Exa., o Relator Neuto de Conto, que está presidindo a Comissão de Agricultura, e o Relator *ad hoc*, em especial, ao Senador Marco Maciel, que esperou para votar nesse Projeto também. E agradecer a todos Srs. e Sras. Senadoras.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito bem. Senador Gerson Camata, Senador Marco Maciel, a quem agradeço a presença. Senador Papaléo Paes.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Francisco Dornelles.

**SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)** – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Marcelo Crivella.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Magno Malta, Senador Romeu Tuma, Senador Cícero Lucena, Senador Eduardo Azeredo. Passamos ao Projeto agora, nº. 9, cujo Relator é o Senador Francisco Dornelles, a quem agradeço muito ter deixado que nós invertêssemos a ordem para votarmos primeiro os terminativos. É o Projeto de Lei do Senado 242/07, que modifica a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 96 para permitir a adesão de escola de nível médio pessoa jurídica, prestadores de serviços de corretagem de seguros e representação comercial ao regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas, empresas de pequeno porte, simples, nacional. O autor é o Senador Osmar Dias. Eu passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

**SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós estamos examinando o Projeto do Senador Osmar Dias, que pretende abrir caminho para inclusão no SIMPLES de estabelecimentos que ministrem ensino médio, incluir empresas de representação comercial de corretagem. O Projeto deve seguir depois a Comissão de Assuntos Econômicos para decisão em caráter terminativo. Nenhuma Emenda foi oferecida. Sr. Presidente, o SUPERSIMPLES foi uma das grandes iniciativas do Governo do Presidente Lula. A experiência tem mostrado que a arrecadação tem crescido muito com a adoção do SUPERSIMPLES. De modo que sou totalmente favorável que as escolas de... Que estabelecimentos que ministram ensino médio e que mesmo as representações comerciais de corretagem possam ser incluídas no SUPERSIMPLES porque isso vai reduzir

custo, diminuir a burocracia, diminuir a informalidade, sem que exista qualquer perda de receita. Meu parecer é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito obrigado, Senador Dornelles. Está em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação. Os que estiverem a favor permaneçam como estão. Está aprovado. Passo, então, ao Projeto não terminativo nº. 03.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Cícero Lucena.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Só agradecer também, Sr. Presidente, já que não é terminativo, vou continuar, mas dizer que não o fiz quando da aprovação do CEFET do Município de Souza, agradecer a todos os Senadores, em particular o Senador Eduardo Azeredo, que foi Relator *ad hoc*, dizer da importância, já que essa escola vem prestando enorme serviço àquela comunidade, principalmente agora que começa a funcionar o perímetro de irrigação na várzea de Souza. Registrar meu sincero agradecimento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado. Senador Dornelles.

**SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)** – Sr. Presidente, por favor, um minuto. Somente para fazer minhas as palavras do Senador Marcelo Crivella em relação a Dom Eugênio Sales.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu agradeço que o senhor tenha se lembrado disso e eu também faço minhas... Meu apoio a essa manifestação do Senador Crivella. Realmente nosso cardeal demonstra agora como com tranquilidade, como com humildade, ele teve um papel importante na vida do Brasil. Eu vou pôr em votação e depois continuamos isso. Aqueles que estiverem de...

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Atenção V.Exa. Agora eu quero aderir à mensagem do Senador Crivella em homenagem a Dom Eugênio. Dessa vez nós estamos...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Vamos para o item 03, que já havia sido votado. Eu quero aqui aproveitar a fala do Senador Dornelles e propor ao Senador Crivella que o senhor formalizasse a sua recomendação e que nós aprovássemos pela Comissão e mandássemos um documento para ele.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Farei isso com o maior gosto, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Está bem?

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)**

– Com o maior gosto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Projeto de resolução do Senado nº. 095, “denomina-se Senador Antônio Farias o edifício sede da Secretaria de Telecomunicações do Senado Federal”. O autor é o Senador Sérgio Guerra, e a Relatoria é do Senador Papaléo Paes, a quem eu passo a palavra.

**SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP)** – Sr. Presidente, o Projeto de resolução do Senado nº. 95/07, apresentado pelo nobre Senador Sérgio Guerra, tem por objetivo denominar Senador Antônio Farias o edifício sede da Secretaria de Telecomunicações do Senado Federal. Em sua justificativa, o autor elenca os inúmeros feitos do Parlamentar, que atuou nesta Casa, com destaque, durante a Assembléia Nacional Constituinte, em 1977. Como forma de reconhecimento, o Senado Federal deveria lhe prestar essa homenagem. As formas oferecidas Emendas as proposições. Ou melhor, não foram oferecidas Emendas à proposição. Análise. Nos termos regimentais, cabe a esta Comissão examinar os aspectos técnicos da proposição que trata de homenagens cívicas, art. 102, § 2º. Além do pronunciamento da Comissão de Educação, deve pronunciar-se também a Comissão diretora, art. 98, inciso IV. Tem sido uma tradição de o Senado Federal homenagear seus ex-integrantes com denominação de edifícios, auditórios e alas. Assim sendo, o Projeto de resolução objeto desse parecer está amplamente respaldado na tradição.

No que diz respeito ao homenageado, pode-se observar que o Senador Antônio Farias, pela brilhante atuação que teve durante a Assembléia Nacional Constituinte, deixou um marco no Congresso Nacional e não apenas no Senado Federal. Assim sendo, a denominação de um edifício com seu nome é um reconhecimento mais que justo. Voto: Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº. 95/07, de autoria do Senador Sérgio Guerra.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Pode ser oral, não pode?

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Posso fazer oral, Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Depois formalizaria. Então...

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Então, Presidente, eu apresento, faço um Requerimento oral para apresentar ao Cardeal Dom Eugênio Sales um voto de louvor dessa Comissão pelo extraordinário serviço prestado à humanidade por ocasião

da sua gestão de acolhimento aos refugiados das ditaduras que varreram as sociedades sul-americanas, sobretudo na década de 60 do século passado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Alguém quer se pronunciar? Senador Mão Santa.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Antes de tecer elogios a Dom Eugênio, eu queria fazer homenagem ao momento que nós vivemos hoje nesse país. Professor Cristovam Buarque, ainda hoje, tenho um complexo, não falo inglês. E, quando eu era menino, eu freqüentava uma escola Batista. A minha mãe era a terceira franciscana, exigindo a Igreja que eu saísse. E eu vi, eu vi, já mais avançado um pouco, uma procissão. Eu sou... Para eu dizer aquele negócio de domingo e sábado. E isso foi nos anos, mais ou menos, na década de 50 e pouco. Aí, eu vi um líder religioso, a casa de esquina que ia passar era de um pastor protestante, ele parar e mandar jogar pedra. E hoje nós encontramos esse bom entendimento Cristão. Todo mundo unido. Está aí o Crivella, um evangélico, cristão autêntico, rendendo homenagem àquele que, sem dúvida nenhuma, foi um símbolo maior da igreja católica. Então, esse é um momento de grandeza e que eu apago, daí a evolução que está havendo no nosso país. Então, eu hoje não sei inglês porque eram muito intransigentes. Hoje nós vemos aqui o líder evangélico, Senador Crivella, vamos dizer, passando até na frente de nós católicos, prestando um reconhecimento em homenagem a esse líder católico, cristão, que trabalhou com solidariedade e amor pelo Brasil.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Sr. Presidente, eu quero registrar realmente o grande trabalho que Dom Eugênio sempre realizou e especialmente nessa questão ligada aos direitos fundamentais da pessoa humana. E, ao mesmo tempo, registrar realmente a grandeza do Senador Crivella, em que mostra, como bem disse o Senador Mão Santa, o momento de convivência, de respeito entre as religiões, e o Senador Crivella também está de parabéns pela iniciativa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não havendo mais nenhum posicionamento, eu queria apenas dizer, Senador Mão Santa, inspirado um pouco pelo que o senhor falou, que do jeito que tivemos também uma operação Condor, tivemos também uma operação candura pelo cardeal. Então, a Mesa põe em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado e nós faremos esse documento, pedindo a assinatura



de cada membro da Comissão, não apenas minha, como Presidente.

Tem mais... Tem um Requerimento que eu quero lembrar que amanhã está prevista aqui na Comissão, por um Requerimento que eu fiz e foi aprovado, a vinda do Presidente do Conselho de Reitores, que é o reitor Timothy Mulholland, como Presidente do Conselho de Reitores, e o Presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino, professor Arquimedes Diógenes, e o Procurador Leonardo Bandarra, que é Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal, para discutirmos aqui, não com a ênfase de investigação, como a CPI tinha obrigações de fazer, mas, como Comissão de Educação, discutirmos o papel e o funcionamento das fundações, das instituições de ensino federais, que estão chamando atenção de tanta gente.

O professor Arquimedes me disse hoje que a vinda dele aqui coincide com a convocação dele à CPI. Por isso eu estou pedindo que ele envie um representante. Eu quero... Seria muito interessante a presença dos Srs. Senadores da Comissão. Lamento não ter falado isso no começo, quando o *quorum* estava maior, para podermos entender melhor as fundações e tomarmos posição.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Presidente, só sobre esse assunto, fazer uma observação. Na verdade, acho que pelo meu vício de analista de sistemas, eu fico sempre buscando a origem dos problemas. Essa questão toda das fundações acontece por causa da rigidez excessiva que se criou na Administração Pública.

Então, o que acontece? A burocracia não permite que as universidades contratem com a agilidade necessária. A burocracia não permite que se compre com a necessidade que as coisas exigem. E, então, esse excesso de controles, esse excesso de, eu diria, de dúvida, de desconfiança em relação a todo mundo, faz o Brasil virar um país em que todo mundo desconfie de todo mundo, isso faz com que a solução seja a criação de uma fundação porque a fundação tem essa flexibilidade que a universidade não tem. Aí, o que acontece na fundação? Ela não tem os controles, e aí acabam tendo acontecimentos como esses que foram noticiados e alguns excessos, que acabam acontecendo. A origem não está na fundação, a origem está na nossa lei de licitações, a origem está na nossa dificuldade de contratação, concursos públicos que demoram um ano. Isso é que é a origem de todo o problema.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu quero dizer também que, totalmente de acordo, Senador, se não fossem as fundações, muitas das pesquisas estariam interrompidas

e as universidades paralisadas. A única coisa que eu acrescento e acho que V.Exa. está de acordo, é que, por um lado, livramos o funcionamento das universidades das amarras burocráticas, mas demos uma independência exagerada em relação à própria instituição universitária, fazendo com que as fundações ajam como se não tivesse ninguém a quem prestar contas. A minha posição é muito clara: Elas têm o papel correto, mas devem estar subordinadas ao Conselho Universitário, à instituição universitária.

E eu creio que é por aí que vamos encontrar. Se cada Projeto, de cada fundação, fosse submetido ao conjunto dos professores no Conselho, dificilmente haveria desvio de finalidades no uso do dinheiro porque os professores, com o espírito acadêmico, eles fariam a fiscalização. Hoje virou uma coisa de gerentes sem amarras. Nem amarrados à burocracia, nem soltos da instituição universitária.

Eu tenho um comunicado a fazer, antes de encerrar, eu comunico aos senhores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para solenidade de posse do professor Roberto Ramos Santos no cargo de Reitor da Universidade Federal de Roraima, a realizar-se no dia 04 de março do corrente, às 17 horas, na sala de atos, no nono andar do edifício-sede do Ministério da Educação.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Eu tenho uma palavra aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – A palavra.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Professor (falha no áudio) chamar a atenção e pelo “atai”, mas é porque era um Projeto do Paim, que eu sei que só é coisa boa, quando vem dele e de V.Exa. em educação, mas eu estava atento. Deus escreve certo por linhas tortas. Um professor, Patrick (ininteligível), professor da Universidade de Paris (ininteligível), e eu consegui, por recomendações intelectuais esse livro, Patrick (ininteligível), “Discurso político”. E quis Deus, eu quero apresentá-lo. Por isso eu estava correndo aqui lendo, porque eu vou ter que correr muito e ler muito para, daqui uns 100 anos, ter a cultura de V.Exa. Então, eu queria lhe oferecer e só para lhe estimular, como ele termina, eu estava no final refletindo o que V.Exa. simboliza, de uma ética da participação, de um lado, um dever de dizer, de outro, o dever de saber. V.Exa., ontem, eu chamei, que o outro Cristovam, o Cristovam Colombo, descobriu terras; você descobria saber, mentes, inteligência no nosso Brasil. Aqui e um dever de agir. Então, eu tomo o direito de ação entregar a V.Exa. esse livro douto intelectual, do nível de V.Exa. “Discurso Político”.



**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Agradeço muito e essa referência que ele fez é uma dedicatória a um texto que eu recomendo que todos leiam. Peço a ele cópia. Bem pequenininho, coleção de frases e pensamentos do próprio Senador Mão Santa, que devo dizer que levei para casa e é muito interessante, Senador.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Pois é. Na quinta edição, que uma editora está me convidando, está aqui—

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Em vez de publicar discursos, publicou pequenas frases.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Não. Foi um Secretário de Comunicação, um intelectual, professor Herculano Moraes, pinçou frases que a gente solta em pronunciamentos, durante os Governos de Estado que fizemos. E ele fez o primeiro, e o outro copiou, modificou, botou foto, quarto, e uma editora quer divulgar. E eu, então, quero a ajuda de V.Exa., daí eu ter pedido. E eu vou fazer 5ª edição, colocando algumas citações que aprendi aqui. E, sem dúvida nenhuma, V.Exa. foi o melhor professor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito obrigado, Senador.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RO)** – Sr. Presidente, falou no Reitor (interrupção no áudio)...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Augusto Botelho, o senhor podia nos representar amanhã na posse do Reitor.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – É dia 05, a posse?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Dia 05, desculpe. É amanhã.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Com todo prazer, Senador. Eu digo que com muita honra representarei, dizer que Reitor Roberto tem trabalhado pelas universidades com bastante afinco e tudo, inclusive, com a inclusão dos indígenas nos cursos da universidade. Nós estamos agora, já, inclusive, tentando fazer uma Faculdade de Engenharia Elétrica lá. Mas temos cursos de várias áreas, das áreas humanas, das áreas técnicas e que a nossa universidade é nova, mas que tem feito bastante trabalho e nossos alunos estão já muitos fazendo doutorado e mestrado nesse Brasil afora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado, Senador Augusto Botelho. Só uma correção. É hoje a posse. É hoje à tarde.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Sei que V.Exa. está muito solicitado, mas tem um convite do ensino avançado, modernizado, que eu nem entendo essas universidades por televisão, por internet. Então,

V.Exa. recebeu uma homenagem e eu fui apenas portador. E eu quero cumprir essa missão, que o povo do Piauí lhe quer muito bem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado, Senador. E está encerrada a Sessão. Agradecendo aos Senadores que deram *quorum* nessa Comissão, como eu não tenho visto em muitas outras por aí. Muito obrigado a todos.

**SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)**

– Sr. Presidente, eu peço a palavra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu tinha encerrado, mas eu reabro e lhe dou a palavra. Está reaberta a Sessão. Para reabrir a Sessão? Senador Marconi.

**SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)**

– Sr. Presidente Cristovam, eu gostaria apenas de cumprimentar ao Senador Sérgio Guerra, a V. Exa., ao Plenário dessa Comissão, pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº. 95, que denomina Senador Antônio Farias o edifício-sede da Secretaria de Telecomunicações do Senado Federal. Senador Antônio Farias foi um grande homem público, Prefeito em Recife, foi Senador, faleceu ainda como Senador da República, no exercício do mandato, aliás—

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Logo no começo do mandato.

**SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)**

– Um grande Senador, um grande cidadão brasileiro, um grande empresário do Nordeste do país, e eu fiz muita questão de vir aqui para trazer o meu voto, o meu apoio e a minha satisfação, até emoção, de ver este Projeto sendo aprovado aqui na Comissão de Educação.

E, por último, Sr. Presidente, eu gostaria também de dizer que, apesar de não ter podido comparecer para relatar o Projeto de autoria de V.Exa., Projeto de Lei do Senado nº. 204, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio ao Estudante de Educação Básica, o PROESB, eu fiz o relatório com muito carinho e muito respeito ao Projeto de V.Exa., procurei dar um parecer à altura do Projeto. Eu não pude vir porque estava numa audiência junto ao DNIT. De qualquer maneira, soube que já foi relatado aqui, o senhor designou um Relator *ad hoc*, gostaria de manifestar aqui o meu apoio ao Projeto e que relatei com prazer esse Projeto designado por V.Exa. Eram essas as minhas colocações.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu agradeço e sei que foi realmente com carinho porque tem um pouco de inspiração sua, no seu trabalho como Governador de Goiás, com o Bolsa Universidade—

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Também não pude estar presente à discussão e à votação da matéria, estava relatando um Projeto na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e quero aqui parabenizá-lo por mais esse feito em prol da educação do nosso país. E parabenizar também o Senador Marconi Perillo pelo brilhante parecer que apresentou e, como ele mesmo disse, não teve a oportunidade de fazer a leitura porque estava num compromisso fora, mas são Projetos como esse que eu acho que alimentam a chama de V.Exa. para que nós possamos chegar um dia a ter a Educação realmente como uma prioridade do Governo, de política de Governo, e possamos, através dela, fazer as mudanças que esse país precisa ter com a base sólida que, só através da Educação, nós vamos poder conseguir alcançar os patamares que todos nós almejamos. Lamentavelmente, o que se vê em todo o país e especialmente no meu estado, é a falta de atenção, a falta de atendimento, apesar de... De as vagas existirem, mas se esquecem daquilo que V.Exa. fala a todo o tempo, que é com relação à qualidade da educação. Eu mesmo estou relatando um Projeto que estou me assessorando com V. Exa., a questão do... Sobre a questão da aprovação sem... Com a condição de ficar devendo matérias do ano anterior. O que se tem verificado é que alunos chegam à quarta série do ensino básico sem saberem ler, sem saberem escrever, em função dessa deficiência que se verifica. Parabenizo e que faço constar, se V.Exa. assim o permitir, o voto favorável e os parabéns a V.Exa. e ao Senador Marconi Perillo pelo parecer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito obrigada, Senador Flexa, porque o senhor percebe uma coisa que talvez não tenham percebido outros, esse não é apenas um Projeto para a Educação, esse é um Projeto que tenta quebrar a visão de que público é sinônimo de estatal. Existem entidades estatais que foram apropriadas pelo interesse privado. Existem instituições privadas que servem ao interesse público. Dou como exemplo as escolas do Bradesco. A propriedade é privada, mas o serviço é público. Então, o que a gente tenta aqui é criar a possibilidade de que escolas que tenham donos sejam públicas, na medida em que são gratuitas, para aqueles que precisam. Eu sou defensor da escola pública, não necessariamente da escola estatal. Então esse Projeto visa abrir essa brecha. Eu creio que agora posso, com os dois últimos pronunciamentos, mas eu agradeço, não sabia que, ao reabrir a Sessão, eu

iria ouvir duas referências a um Projeto que hoje eu tive aprovado aqui. Muito obrigado, Senadores. E está encerra, pela segunda vez, essa Sessão.

*( Sessão encerrada às 13h08.)*

**Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de março de 2008.**

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia cinco de março de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Gilvam Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Antônio Carlos Valadares, Neuto De Conto, Kátia Abreu, Romeu Tuma e Cícero Lucena reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro e Rosalba Ciarlini que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimentos nº 04/08 – CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que tem como objetivo **Debater o papel e a gestão das Fundações vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior**. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor José Ivonildo do Rêgo, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior – ANDIFES; Senhor Leonardo Azeredo Bandarra, Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT. O terceiro convidado, Senhor Timothy Mulholland, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB e Reitor da Universidade de Brasília – UnB justificou, em um telefonema ao Presidente da Comissão, a ausência. Antes de dar início a reunião, a presidência, recebe um apelo do Procurador Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, Senhor Leonardo Azeredo Bandarra para que o Senhor Gladaniel Palmeira de Carvalho, Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça das Fundações

e Entidades de Interesse Social, possa fazer parte da Mesa de expositores (uma vez que o mesmo é o responsável pelas investigações e acompanhamento das questões relacionadas às Fundações). Em virtude do exposto, a Presidência submete ao Plenário o Requerimento incluindo o expositor supracitado, esclarecendo a excepcionalidade, uma vez que a solicitação vai contra os dispositivos regimentais. O Requerimento é aprovado por unanimidade. A Presidência registra a presença, para acompanhar a sessão, do Senhor Nelson Faraco de Freitas, Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Fundações e Entidades de Interesse Social, Senhor Edward Madureira Brasil, Reitor da Universidade Federal de Goiás, Senhor Amaro Henrique Pessoa Lins, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco e Senhor Gustavo Henrique de Sousa Balduino, Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, autor do Requerimento, Marconi Perillo, Romeu Tuma, Paulo Duque, Mão Santa e Antônio Carlos Valadares. O Senador Marconi Perillo sugere que seja discutido o modelo de gestão das Fundações Universitárias e a Universidade hoje. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, solicita que o Senhor Senador Marconi Perillo formalize, junto a secretaria da Comissão a apresentação de Requerimento. A Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Um bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. A presente Reunião atende a requerimento nº. 04 da Comissão de Educação para a realização desta audiência pública, destinada a debater o papel

e a gestão das Fundações vinculadas às instituições Federais de Ensino Superior.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa.

Esta Comissão tem tido dezenas de audiências, eu posso dizer, mas essa, para mim, é uma das mais importantes para o Senado formar uma opinião clara sobre o papel das Fundações das Universidades porque essas Fundações têm trazido uma dinâmica, a meu ver, e, ao mesmo tempo, tem trazido uma liberalidade, como a gente tem visto pelas últimas notícias. Era o momento de a gente saber aqui como fazer com que essa instituição possa se comportar apenas com suas qualidades, sem os riscos que elas vêm correndo.

Lamentavelmente, nós estamos num momento em que os Senadores estão quase todos envolvidos em muitas atividades. A CPI que, obviamente, cria um fascínio muito grande pela maior parte dos nossos colegas Senadores, e que é algo extremamente importante, a CPI das ONGs, que está nesse momento ocorrendo, os trabalhos normais que nós temos... Então, por isso, lamentavelmente nós vamos ter aqui um público de Senadores restrito ao Senador Perillo e ao Senador Hélio Duque, embora, ao longo dos trabalhos, certamente virão outros. Paulo Duque... Hélio Duque, eu sempre digo, é um grande amigo meu, tem uma história que eu vou lhe contar, que vai gostar quando eu o chamo com o nome dele. O Senador Paulo Duque, o Senador Perillo, e eu lamento que não tenhamos mais gente, mas virão outros Senadores.

Ao mesmo tempo, aqui também o Senador Mão Santa, ao mesmo tempo, eu lamento que o Reitor Timothy me telefonou ontem, no fim da tarde, para dizer da dificuldade dele estar aqui, por razões pessoais, e o Reitor Arquimedes, que é o Presidente, deu a explicação claríssima, ele está hoje na CPI. E a CPI, obviamente, tem absoluta prioridade, correta, sobre qualquer Comissão.

Então, é uma pena que os dois convidados não estejam aqui, mas o professor José Ivanildo do Rego tem todas as condições de substituir o professor Arquimedes, Presidente da ANDIFES, da Associação das Instituições Federais. O Presidente do CRUB, que foi nessa qualidade que o Reitor Timothy foi convidado, ele disse que o vice não teria condições de estar presente porque ele só percebeu que não poderia vir já no fim da tarde de ontem e não haveria tempo de trazê-lo do Paraná, de onde é o vice do Presidente do CRUB.

E eu confesso que cheguei a pensar se valeria a pena levar adiante essa audiência, mas eu creio que a gente não pode perder a chance de debater esse assunto. O Senador Paulo Duque balançou a cabeça,



mostrando que está de acordo. E temos a presença aqui do Procurador Leonardo Bandarra, que tem estudado o assunto. E temos a presença do professor José Ivanildo, que é parte integrante da comunidade e, portanto, nós podemos ter um bom debate. Se o número de Senadores não crescer muito, mas hoje, agora, já está maior do que em muitas Comissões, nós vamos ter esse debate transmitido pela televisão, gravado pela televisão, certamente divulgado pela rádio e vamos tentar tirar dele um relatório a partir das notas taquigráficas.

Por isso eu fico satisfeito, apesar dessas dificuldades, de levarmos para toda a opinião pública brasileira essa audiência, o papel e a gestão das Fundações vinculadas às instituições federais de Ensino Superior. E a palavra, inicialmente, eu passo ao professor José Ivanildo do Rego, que é vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Professor, aqui a gente costuma dar um tempo, 15 minutos, mas não se preocupe, pode ficar livre para falar, porque um assunto desses a gente não pode ficar restringindo o tempo. Obviamente, para que haja o debate, se for possível a gente concentrar melhor... E eu quero citar a presença do Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Fundações e Entidades de Interesse Social, Dr. Nelson Faraco de Freitas; do Reitor da Universidade Federal de Goiás, Edward Madureira Brasil; do Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, professor Amaro Henrique Pessoa Lins, e do Secretário Executivo da ANDIFES, doutor... Engenheiro Gustavo Henrique de Souza Balduino. Professor, com a palavra.

**SR. JOSÉ IVANILDO DO REGO** – Obrigado. Nós gostaríamos de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque e, ao cumprimentá-lo, quero parabenizar a Comissão de Educação pela feliz escolha do tema, hoje a ser debatido aqui. Quero cumprimentar os Senadores Paulo Duque, Marconi Perillo e Mão Santa, que estão prestigiando aqui, os colegas Reitores e os Procuradores que estão aqui participando desse debate, e aos demais interessados nessa importante temática.

A questão das Fundações, ela nos remete para algo que é vital para as nossas Universidades Federais e que está... E que é... Que está na essência de qualquer instituição universitária do mundo todo, que é a questão da autonomia. Na realidade, e essa é uma questão reconhecida pela nossa Constituição, quando, no art. 207, deixou prevista claramente a autonomia para a instituição universitária, seja do ponto de vista didático-pedagógico, seja da questão da gestão. E essa é uma questão que não... Que ela, de fato, remonta à

própria origem da Universidade, quer dizer, nós precisamos dar autonomia de fato para o exercício das nossas atividades acadêmicas, quer dizer, de forma que nós possamos cumprir a nossa missão de formação e produção de conhecimento, ou seja, nós precisamos da autonomia para cumprir a nossa missão.

No entanto, o que nós temos observado é que hoje as Universidades Federais, que é bom ressaltar, nós constituímos certamente o segmento... Um segmento expressivo do sistema universitário brasileiro e que não temos autonomia, apesar do que prevê o art. 207. Na realidade, nós temos menos autonomia do que tínhamos antes da Constituição de 88. No entanto, o segmento privado, acho que ele é um segmento importante, que tem autonomia, e as Universidades Estaduais Paulistas, que se constituem também um outro componente importante do sistema universitário brasileiro, já têm autonomia já de algum tempo.

A questão... A ausência de autonomia nos atinge mais fortemente na parte da gestão administrativa e financeira e patrimonial. Eu acho que isso termina sendo, talvez, o ponto... E, por sua vez, isso, de fato, termina tendo como consequência grandes dificuldades para que as Universidades possam cumprir com a sua missão. As Universidades Federais, elas estão presentes em todo o país, todo estado tem, pelo menos, uma Universidade Federal, e ela, em algumas regiões, como a região Norte e Nordeste, ela representa majoritariamente as possibilidades de formação e de produção de conhecimento. E tem ancorado nela, certamente, a mais importante... Nelas, a mais importante rede hospitalar do nosso país.

Então, a Universidade é uma instituição complexa. Ela forma as pessoas, produz conhecimento, tem hospitais, televisão, museus e, certamente, para você fazer isso funcionar bem, você precisa ter as condições para tal. O Senador Cristovam Buarque, ele foi Reitor da UNB e conhece como ninguém a realidade das nossas instituições. O que eu posso dizer e posso garantir, Senador, é que hoje nós temos menos autonomia nas nossas instituições do que quando o Senador foi Reitor. Isso tem implicações de toda a ordem; algumas questões de ordem prática que nós podemos estar falando. Por exemplo, a questão da autonomia financeira. É impossível... É impossível fazer a gestão das Universidades da forma atual. Quer dizer, o Reitor que conseguir economizar recursos em passagem, ele não pode estar utilizando de forma livre para adquirir equipamentos para laboratórios.

A questão das contratações. Se o conjunto de médicos de uma UTI de um hospital pedir demissão, nós não temos como substituí-los; temos que esperar, durante dois ou três anos, de uma autorização de con-



curso. Quer dizer, isso... E é bom ressaltar, Senador Cristovam Buarque, que até 94, no Governo ainda do Itamar Franco, as Universidades, quando um professor ou um servidor técnico pedia demissão, as Universidades poderiam substituir imediatamente, ou seja, ele tinha liberdade de trabalhar dentro do seu quadro autorizado. Então, essa é uma outra questão que nós consideramos extremamente importante.

Eu citaria também a questão do... Ainda também na questão da gestão orçamentária, a questão do orçamento de final de ano. É normal a Universidade receber inúmeros convênios em 29 de dezembro, 30 de dezembro. E até também 94, 95, isso não era um problema. A instituição poderia incorporar... Incorporaria esse orçamento ao orçamento do ano seguinte e faria uma gestão sem maior, quer dizer, planejada. Então, as instituições estão obrigadas a tentar gastar o máximo que puderem e isso, certamente, na pressa, pode gerar dificuldades e, naquela parte em que ele não conseguir, ela não tem alternativa. Ou ela... E aí, ou seja, ou ela devolve para o Tesouro Nacional, ou, quer dizer, ela tem que encontrar outros mecanismos de garantir esses recursos, que são recursos vitais para as instituições.

Bom, então, esse é o primeiro ponto que nós gostaríamos de enfatizar. A questão da discussão das Fundações, ela nos remete fortemente para falta de autonomia das nossas instituições. E, aí, entrou... Entram as Fundações nesse processo, quer dizer, as Fundações, quer dizer, têm uma Legislação própria, que rege, é muito mais antiga. Mas, em 94, o Governo resolveu disciplinar a relação das Universidades com as Fundações. E, em 2004, em 2004, esse decreto... Um decreto que regulamenta, que regulamenta a lei 8.958 de 1994, este decreto, ele avança no sentido de sistematizar melhor a relação das Fundações com as Universidades Federais.

Acho que, colocando elementos que eu creio que está avançando no controle e depurando, obviamente, porque existem Fundações e Fundações, quer dizer, eu acho que o que nós não podemos é fazer generalidades de entender que as situações são iguais. Na realidade, a grande maioria das nossas Universidades possui uma única Fundação, a que tem um controle efetivo da instituição; em algumas, nós chegamos a ter uma parte, duas Fundações, porque em algumas existe uma Fundação destinada a cuidar dos hospitais e, ou seja, e essas Fundações, elas seguem os procedimentos normais de controle, seja dos seus colegiados deliberativos, seja da própria instituição que ela tem que estar credenciada, tem que fazer credenciamento anual junto ao Tribunal de Contas, junto ao Ministério da Educação e, para esse credenciamento, ela tem

que estar aprovando seus relatórios junto ao conselho universitário, mas é uma Legislação muito própria e que prevê toda... As relações das Universidades Federais com suas Fundações de Apoio.

No final do ano passado, numa ação conjunta... E eu diria que tanto a lei de 1994, como o decreto de 2004, contaram, foi... Ela surge, tanto a lei como o decreto, a partir de uma forte mobilização das Universidades Federais, no sentido mesmo de disciplinar essas relações e de clarear essas relações. E nós temos buscado avançar nesse processo. No final do ano passado, nós promovemos conjuntamente com o Tribunal de Contas, na sede do Tribunal de Contas da União, um seminário com a participação de Ministério Público, do Executivo, do Legislativo, aonde o ponto principal diz respeito à autonomia das Universidades, mas se o grande foco desse seminário foi a questão da relação das Universidades Federais com as Fundações, na busca exatamente de clarear os problemas que nós temos e de fazer... E de fazer um uso transparente desse instrumento, que ele tem um papel, mas é preciso... Esse papel, ele tem dimensões diferentes, ele teria, certamente, no dia em que as Universidades Federais conseguirem a sua autonomia, esse papel precisa ser repensado e a gente tem que repensar exatamente o papel das Fundações, à luz da conquista, do tipo de autonomia que as Universidades Federais venham a ter. Mas, se efetivamente, como eu comecei relatando a questão da autonomia, uma série de convênios nossos com as Fundações, embora eles sejam feitos todos amparados na lei e no decreto que regulamenta as relações, eles se tornariam desnecessários se nós, de fato, tivéssemos um grau de autonomia maior para as nossas instituições.

Aí a gente cita a questão de recursos de final de ano, uma... Quer dizer, uma autonomia no que diz respeito à política de pessoal, fatalmente, quer dizer, ou seja, isso exonerava as nossas Fundações de uma série de convênios que as Universidades mantêm com as Fundações, mas, claramente dentro dos objetos do que prevê a lei, que é para o apoio à pesquisa, ao ensino, à extensão e ao desenvolvimento institucional.

Eu creio que esse debate aqui hoje, ele tem um papel extremamente importante no sentido mesmo de elucidar e encontrar formas de dar as condições para que as Universidades possam cumprir melhor ainda com a sua missão para este país. Quer dizer, todos os Senadores que estão aqui conhecem, certamente, de perto as suas Universidades Federais nos seus Estados e sabem o quanto elas são importantes e o quanto elas podem fazer muito mais. Agora, a situação em que as instituições são submetidas para cumprir com sua missão, eu acho que representa um sacri-

fício desnecessário e um custo muito grande para o país; certamente, com os mesmos recursos que nós temos, nós conseguiríamos fazer uma gestão melhor e ter melhores resultados a partir de um processo de autonomia que, repito, a autonomia não significa fugir ao controle social, fugir ao controle dos órgãos... Dos órgãos reguladores e dos órgãos de controle.

Na realidade eu gostaria de dizer que... Eu acho que todos têm essa percepção, que nenhuma instituição nesse país é tão fiscalizada quanto as Universidades Federais. O que elas têm, o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União, a CGU, todos os órgãos de Controle Externo, e ela tem também, o Senador conhece muito bem, ela tem também o próprio processo de controle interno, através dos seus colegiados superiores, através de uma instituição que o próprio ambiente propicia uma fiscalização forte na gestão dos recursos públicos que são dirigidos para aquelas instituições. O professor, o estudante, o servidor técnico, numa instituição universitária, ele, pela própria natureza da instituição e tem que ser assim, quer dizer, uma instituição que tem na crítica, quer dizer, que cultiva a crítica como algo... Como essencial e que nutre a própria alma da instituição, então, as pessoas têm plena liberdade de denunciar, de fiscalizar e de acompanhar. Os processos, quando um professor compra um equipamento no laboratório, ele é o maior fiscalizador, desde o primeiro... Seja da especificação do equipamento, seja na hora de definir as escolhas. E, eventualmente, se em alguma instituição, algum setor tem algum desvio aqui ou acolá, mas, certamente... Aí isso merece o tratamento, como merece em qualquer outra instituição.

No entanto, eu creio que o tipo... A natureza da instituição, associada aos mecanismos de controle externo e interno faz com que as Universidades, de fato, sejam, sem dúvida nenhuma, as Universidades Federais, as instituições mais fiscalizadas desse país. E é esse, é algo extremamente importante. Por isso que é perfeitamente necessário e viável se trabalhar na perspectiva de perseguirmos... De perseguirmos a conquista da autonomia para nossas instituições, conforme prevê o art. 207 da nossa Constituição.

E é uma luta antiga da nossa associação. Nós temos um Projeto de Lei Orgânica das Universidades, desde 2007, esse Projeto de Lei virou... Essa proposta virou Projeto de Lei de um Deputado desse Congresso e que está tramitando no Congresso Nacional, que nós buscamos exatamente trabalhar junto com o Congresso a definição clara do que deve ser... O que deve ser a questão da autonomia das Universidades Federais.

Certamente, com a autonomização(F) das nossas Universidades, a questão das Fundações teria uma

discussão mais restrita e mais específica, ou seja, ficaria mais fácil de nós estarmos discutindo o papel das nossas Fundações.

Eram essas as nossas manifestações iniciais e, ao longo do debate, nós estamos à disposição por entender que esse é um tema extremamente caro para o conjunto das nossas instituições. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu passo a palavra ao Dr. Bandarra, informando aos Senadores que ele vai ceder um pouco do tempo dele para o Dr. Gladaniel, que fará algumas complementações.

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – É... Senhor Senador Cristovam Buarque, Senador Paulo Duque, Perillo, Mão Santa, Senador Romeu Tuma, antes de mais nada, é uma satisfação para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios fazer parte desta Audiência Pública, que, neste momento em que o Senado se vê envolvido com questões de Fundações, tem o objetivo justamente de olhar o porvir, de discutir o papel dessas Fundações, o modelo de gestão, para que ele venha a ser melhorado, a ser adaptado, que ele possa ser melhor tratado, com objetivo de poder cumprir fielmente as destinações estipuladas pela Legislação.

Nesse aspecto, olhando o futuro, há de se registrar que o Ministério Público, nessa questão, atua no velamento das Fundações. O que é se atuar no velamento das Fundações? Ele cuida que essas Fundações ajam dentro dos estritos limites, dos objetivos criados no seu Estatuto para desenvolvimento das suas funções e, para isso, ele atua fiscalizando os gestores da Fundação, fiscalizando os contratos realizados. Isso é importante que se diga por que a atuação do Ministério Público não é buscando o interesse pessoal, o interesse institucional, o interesse de parte, ele atua como verdadeiro fiscal.

Portanto, todas as atuações que nós fazemos, interferências que nós fazemos nessas questões, visam o interesse público, o interesse privado da Fundação, que é um patrimônio destinado a uma finalidade específica, e não interesses de quaisquer das partes envolvidas.

Colocada essa questão da atuação do Ministério Público como fiscal da lei, como distante das partes envolvidas no processo, dos contratantes, Fundação e contratada, aquele prestador de serviço, há que se levar em mente que a lei 8.958, quando criou a possibilidade da criação dessas Fundações de apoio, ela teve um objetivo. Qual foi o objetivo? Você contratar, trazer dinheiros privados da sociedade em geral para o meio da Universidade, com uma destinação específica, que é o fomento das pesquisas, extensão e ensino.

Então, essa situação que nós vemos hoje ela foge um pouco disso, que seria qual? A contratação de recursos não privados, mas de recursos públicos, e trazendo esses recursos públicos para o meio universitário.

Ouvi atentamente as palavras do Dr. José Ivanildo e partilho da angústia do administrador em ter que resolver certas situações de forma emergencial e imediata e os obstáculos que a Legislação, ela impõe ao administrador. Eu também sou administrador público e sofro desses mesmos impactos. Mas nós temos que ter em mente também que nós tratamos de recursos públicos. E, como recursos públicos, no caso das Universidades, há que se ter toda uma... Um regramento na distribuição desses... No uso desses recursos para que os eventuais desvios primeiro não ocorram e, se ocorrerem, sejam rastreáveis, porque nós temos que dar conta desse dinheiro.

E as questões apresentadas pelo Magnífico Reitor, elas evidentemente demonstram uma necessidade de atualização da Legislação no que diz respeito às Fundações, que poderiam... A autonomia é um caminho desses e ser melhor gerenciadas. Agora, o que não pode acontecer é, diante deste quadro de burocracia, de burocracia sufocante que passam as Universidades, nós usarmos Fundações para... Não burlar, mas para buscar aquele necessário desaguadouro das nossas principais emergências, utilizarmos isso como um meio de você suplantando essas dificuldades criadas pela Legislação.

Então, eu acho que, focando essa atividade da Fundação, elas têm como exercerem o seu papel. Evidentemente que, no quadro atual, e é por isso que eu pedi, Senador Cristovam, a parcimônia da Comissão para trazer o Dr. Gladaniel, que é um especialista na matéria, não só na fiscalização dessas entidades aqui no Distrito Federal, mas participa de um Movimento Nacional do Ministério Público, que são os Promotores envolvidos nessa matéria, que fazem encontros e que estudam. Dr. Gladaniel, inclusive, foi responsável por esse seminário, que é justamente sobre esse tema que nós falamos; foi um seminário ocorrido em 2004, aqui no Ministério Público, as Fundações de Apoio e as Instituições de Ensino Superior, situação a tal e perspectivas, que depois eu vou passar às suas mãos para os anais desse seminário e depois, até encaminhar para os Srs. Senadores que tiverem interesse, esses mesmos anais, onde reúnem várias discussões acerca disso.

Então, eu gostaria de, se possível, passar a palavra para o Dr. Gladaniel, para ele complementar essa análise.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu falei para os Senadores e creio que todos estão de acordo que a gente possa fazer essa mudança no protocolo que estava previsto. Então, eu passo a palavra ao Dr. Gladaniel.

**SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO** – Eminentíssimo Senador Cristovam Buarque, Professor José Ivanildo do Rego, Procurador-Geral Leonardo Bandarra, Srs. Senadores aqui presentes, colegas do Ministério Público, minhas senhoras e meus senhores, agradeço a gentileza do Senador de ter permitido eu poder me manifestar aqui nesta Casa, mas, sendo objetivo, até mesmo por razão do tempo e complementando aqui o que o Procurador-Geral do Distrito Federal e Territórios afirmou, a nossa atuação no âmbito de nossa promotoria, ela tem em mente as Fundações privadas e entidades de interesse social, mas, no caso, das Fundações, nós temos uma preocupação, sem dúvida, bem maior, por quê? Porque as Fundações, elas são Pessoas Jurídicas que têm um caráter muito especial; são Fundações que as suas origens nós vamos encontrar na Grécia Antiga, em Roma, e sempre o espírito dessas Fundações foi o quê? Foi o altruísmo, a filantropia, a vontade e o desejo de atingir o próximo, né?

Vejam os senhores, a Fundação Nobel, lá na Suécia, um país de Fundações, quantos prêmios até hoje, depois da morte, que foi por testamento, instituída esta Fundação, quanta coisa esta Fundação, ela tem contribuído para pesquisa, para revelar coisas muito importantes para a Ciência. E este é apenas um dos aspectos das Fundações, a cultura... Hoje nós temos já um problema mais grave, a questão do meio ambiente. Então, dentro desse espírito, é importante que nós tenhamos que sempre o interesse da sociedade é que tem que estar presente. Lamentavelmente, o nosso Código Civil, ele é muito lacônico com relação às questões da atuação das Fundações. Mas, o Código Civil de Portugal, ele, por exemplo, ele já é mais objetivo, ele diz claramente, as Fundações privadas, elas têm que estar voltadas para o interesse social. Então, é este o aspecto que permite que nós, do Ministério Público, estejamos hoje aqui nesta Casa e que possamos trazer uma contribuição. Agora, no que concerne às Fundações de Apoio, que são Fundações privadas, autorizadas pelo Ministério Público e credenciadas junto ao Ministério da Educação e Ciência e Tecnologia, por força da lei 8.958, efetivamente, nós temos observado, ao longo destes anos, por experiência com as Fundações que fiscalizamos aqui no Distrito Federal, através de debates, através de acompanhamentos, de acórdãos do TCU, lamentavelmente, várias, várias e



várias irregularidades, nessa relação entre Fundações de Apoio e as Universidades.

Então, nós precisamos rever este modelo, esse sistema. Eu, ontem, estive na CPI das ONGs, fui convidado e eu dizia, com o devido respeito, mas eu entendo que esse sistema de Fundações de Apoio é um modelo que eu acredito pessoalmente, e isso falo em meu nome, não posso falar em nome do Ministério Público, mas nós gozamos de autonomia funcional, assegurada pela Constituição, eu entendo que é um modelo superado. Não se justifica essas Fundações de Apoio continuarem atuando junto às Universidades. E o primeiro aspecto que eu diria é o quê? É a nossa observação de que a captação de recursos, ela... O que essas Fundações de Apoio realizam, ela não é suficiente para a pesquisa, para o ensino, para atingir seus fins; elas captam muito recurso e pouco destinam à atividade acadêmica, pouco destinam à Universidade. E também eu diria aos senhores, a prática, ela nos... Ela nos permite dizer que, na verdade, as Fundações de Apoio, elas são, ao contrário, elas são... As Universidades é que apóiam as Fundações de Apoio e não as Fundações de Apoio às Universidades. Por quê? Se houver uma... Um corte no recurso público, essas Fundações, elas literalmente, elas perdem a sua capacidade de atuação; elas vivem essencialmente na expectativa do recurso público.

Então, senhores, o que é que nós, neste contexto, o que é que nós teríamos a dizer? Complementando, inclusive, o que o Procurador-Geral afirmou. O objetivo da lei 8.958 é captar recursos privados, recursos extra-orçamentários para as Universidades e não o que ocorre. Hoje a grande prática, o que nós observamos é que se busque captação de recurso via dispensa de licitação. E ocorrem situações, eu trouxe aqui, para os senhores terem uma idéia, um acórdão recente do Tribunal de Contas da União que exatamente mostra essas distorções que ocorrem com essas entidades. É uma Fundação de apoio do Rio Grande do Sul... É vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e foi uma contratação fundamentada no art. 24, inciso XIII. E vejam os senhores o que aconteceu. Foi realizado um convênio entre a Universidade Federal e uma Fundação de apoio. E, imediatamente, essa Fundação de apoio, ela subcontratou uma outra empresa. Então, aí os senhores... Fora outras distorções que falam aqui, porque estava envolvido um servidor público. O servidor público tinha relação a ver com a empresa. Então, são essas distorções que nós precisamos corrigir.

Por exemplo, professores das Universidades, eles não devem integrar os quadros dessas Fundações; a experiência tem nos mostrado que isto tem sido um

malefício, tanto para as Fundações, como para as Universidades porque ocorre uma outra situação drástica: Muitas das vezes, a atuação desses professores envolve remuneração com dinheiro público e isso não é permitido. O servidor público, a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ela veda expressamente, veja bem, a 8.958, ela permite esporadicamente, esporadicamente, a remuneração, esporadicamente. Mas a prática não é essa. A prática que nós temos observado é que professores ficam à frente de Projetos, esse projeto se encerra, ele continua à frente desse projeto e assim sucessivamente. Então, isso é uma distorção gravíssima que ocorre nessas Fundações, na relação com as Universidades.

Um outro aspecto também, que é importante nós frisarmos, é que essas Fundações, e eu também afirmarei isso categoricamente na CPI das ONGs, elas começaram a desenvolver um processo de atuação de forma empresarial, ou seja, é outra coisa grave. Por quê? Porque essas Fundações, elas gozam de benefício fiscal, elas estão, ainda tem uma outra situação também, que eu considero grave, muitas das vezes, elas estão dentro do ambiente universitário. Então, não é justo que o empresário, aquele que paga todos os tributos, venha a sofrer uma concorrência dessas Universidades que, por via da dispensa dessas Fundações, que por via da dispensa de licitação, vêm fazer sub-contratações que, muitas das vezes, não guardam qualquer relação de pertinência com os fins da entidade.

E... Eu queria... Eu queria também dizer que é preciso nós pensarmos uma alteração na lei 8.958 em vários, em alguns aspectos. Eu, por exemplo, eu defendo que essa contratação que a lei assegura, por via da dispensa, eu acho que ela deve não mais prevalecer. O ideal é que nós tivéssemos uma relação de convênio; o convênio, eu entendo que é a pessoa jurídica, é o instrumento jurídico mais adequado nesta relação. Por quê? Porque nós temos que entender o seguinte: Se existe um interesse mútuo entre a Universidade e a Fundação, óbvio que o convênio é o instrumento adequado para realizar aquele Projeto, evidentemente, que nós sabemos que não irá permitir qualquer remuneração àquelas pessoas, ao servidor público, vamos ser claros, ao servidor público que venha atuar naquele projeto; é uma situação que também precisa ser refletida.

Um outro aspecto também que eu entendo importante, professor da Universidade, professor da Universidade... Professor da Universidade...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – (pronunciamento fora do microfone).

**SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO** – É... É porque, na verdade, Senador, o que ocorre é



que, na verdade, quem está à frente dos órgãos, de um modo geral, são os professores; eles estão no Conselho Curador, eles estão na Diretoria Executiva e estão no Conselho Fiscal dessas entidades, entendeu?

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Também faz o uso do poder para levar vantagem; como ele é um professor e ele tem o poder de decisão, provavelmente ele, quando não tem a linha de conduta, ele quer trazer para si uma vantagem pecuniária...

**SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO**  
– Às vezes, Senador, o que ocorre–

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Isso não é uma generalização.

**SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO**  
– Sim, sim. Não, o que ocorre também, nós temos que entender...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Desculpa...

**SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO**  
– Não, às vezes, o que ocorre é que o professor, ele detém, a gente tem que colocar essa questão, ele detém o conhecimento, ele entende aquela pesquisa, só que, lamentavelmente, é aquilo que o professor falou, são amarras que existem, mas que nós não podemos jogar para uma entidade privada. E este é um fenômeno também, eu estudo, além de ser brasileiro, ter nacionalidade brasileira, também tenho nacionalidade portuguesa, então, eu me preocupo muito; em Portugal eles enfrentam este mesmo problema com as Fundações de Apoio que, inclusive, lá, ultrapassam... Elas envolvem também Câmaras de Vereadores, outras situações e é uma situação de muita semelhança porque muitos doutrinadores chegaram a uma conclusão, que também nós chegamos aqui no Brasil, que essas Fundações, elas servem para fugir ao regime do Direito Administrativo; é uma forma de contornar, lamentavelmente, nós enfrentamos em Portugal também esse tipo de problema. Mas, então...

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – Nessa questão também, dos professores, há que se salientar que a pesquisa realizada por ele pode ser viabilizada pela Fundação; o que não pode haver é a remuneração, porque a remuneração desse serviço, ela está sendo feita pela Universidade, ele já está recebendo... Agora, o laboratório, auxílio, está dentro dessa destinação da Fundação.

**SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO**  
– Não, e também tem um outro aspecto. Eu não acredito que não existam pessoas capazes, fora do âmbito, claro, a Universidade, a gente tem que entender, a Universidade, ela é o centro, a gente, desde a escola, a gente aprende o papel da Universidade, o que ela representa para o mundo, mas nós também temos que

admitir, principalmente no mundo que a gente vive, que outras... Existem pesquisadores fora dos muros da Universidade e que podem também contribuir neste contexto.

Mas um outro aspecto que eu queria trazer também com a relação à lei 8.958, é a questão do credenciamento das Universidades... Das Fundações de apoio. E é um procedimento que precisa ser revisto porque o que é que ocorre, qual é a, na prática, a nós, do Ministério Público, a dificuldade? Muitas das vezes, a Fundação, ela começa a agir totalmente fora de suas finalidades, distorções gravíssimas e nós não conseguimos descredenciar essa Fundação porque o aspecto do descredenciamento é que essa Fundação, ela não vai poder mais obter, utilizar as prerrogativas que o Legislador assegurou. Então, nós temos que criar um mecanismo de agilidade para, inicialmente, descredenciar essa Fundação, com base numa posição do Ministério Público porque nós temos legitimidade para tal. Somos nós que criamos, que autorizamos a criação, somos nós que fazemos o velamento e somos nós que, se for o caso, iremos buscar a extinção dessa entidade. Então, nós não pediríamos um descredenciamento de uma entidade de uma forma... Agindo de má-fé, jamais porque, anualmente, a entidade, ela presta contas ao Ministério Público e nós observamos se ela está agindo ou não dentro da sua... Das suas finalidades.

Agora, voltando, nós já tivemos até conversado sobre essa questão agora que envolve as Universidades, eu entendo que nós poderemos pensar num modelo... As Universidades, elas são autarquias, segundo a doutrina do Supremo Tribunal Federal, as Fundações Universidade, como é o caso da FUB. Então, eu estou estudando, eu tenho refletido em que essas entidades, essas Universidades, elas sejam transformadas em agências executivas, seria uma forma e nós já temos aqui no Brasil o caso dessas autarquias que foram criadas recentemente, SUDAM, SUDENE, que foram extintas e agora voltaram sob esse formato, que são autarquias, porque, veja bem, a grande dificuldade, e o professor muito bem apontou, é a questão da autonomia, mas essa autonomia, ela está presa ao ordenamento jurídico, ela está presa à Lei de Licitações. Então, isto, realmente, eu entendo que possa... Que é uma dificuldade. É uma dificuldade, há muitas situações complexas nisso. E eu penso que se poderia pensar em transformar essas Universidades em agências executivas e, com isso, através de um contrato de gestão, elas poderiam obter a necessária flexibilização, inclusive, quanto à dispensa de licitação–  
(soa a campanha).

**SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO –**

...Na forma do art. 37, § 8º da Constituição Federal.

Então, esta é uma contribuição que eu penso que pode, deve merecer uma reflexão.

O outro aspecto, volto à questão, impedir, tem que impedir realmente a participação dos docentes e servidores públicos, viu, Senador? Na direção dos órgãos de Fundação, a exemplo do que ocorre, nós já temos no nosso ordenamento, com a lei de OSCIPs, que, no seu art. 8º, ela não permite que esses servidores sejam integrantes do quadro de uma entidade. E criar controles mais rigorosos e que dêem maior transferências, maiores transparências aos procedimentos de qualificação e desqualificação porque, na verdade, esse aspecto, principalmente da qualificação, apesar da Fundação, ela ser criada e autorizado seu funcionamento pelo Ministério Público, ela tem que ver se ela pode efetivamente atuar como Fundação de Apoio e esse credenciamento foge à nossa atribuição, isso fica no âmbito do Ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia. Então, é preciso haver um maior controle para ver se efetivamente esta entidade tem condições porque, com isso, seria também uma forma de nós acabarmos com essa questão da subcontratação. A entidade, efetivamente, ela tem condições, pelo seu patrimônio, pelo seu quadro técnico, de exercer, de fazer aquela... Ter aquela atuação de pesquisa, de ensino, de extensão, na forma da lei. É isso que nós precisamos refletir.

Então, Srs. Senadores, demais aqui presentes, seriam essas as minhas contribuições, é esta a minha contribuição que eu quero trazer a esta Casa. E fico feliz em contribuir e espero que possamos se não agora, mas, no futuro, ver as nossas Universidades num rumo que consiga levar a nação brasileira a uma posição de destaque no cenário mundial porque nós, no Brasil, temos um potencial muito grande, temos... Somos um povo de alta inteligência. O povo brasileiro é um povo de confiança, mas nós precisamos da Universidade e, principalmente, da Universidade Pública, num país em que a pobreza lamentavelmente ainda é a maior parte. A Universidade Pública é uma forma de proteger os pobres, é uma forma de proteger aqueles que não têm acesso ao ensino particular. É esta a minha contribuição. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Eu que agradeço. Eu, como autor do requerimento, tenho a prerrogativa de começar, mas vou evitar tomar o tempo porque eu sei que os Senadores têm outras atividades. Eu só queria dizer duas palavras, professor e os Senadores também, até na qualidade de ex-Reitor e de ex-Ministro da Educação. Primeiro, no meu tempo de Reitor não havia Fundação,

mas a UNB tinha uma certa autonomia como Fundação Universidade de Brasília, mas não havia esse tipo de Fundação. Segundo: Eu sei o que é o sofrimento com a máquina burocrática para fazer funcionar as instituições universitárias. É claro, naquela época, ainda era pior: mudava a moeda, tinha inflação, caía a inflação, congelamento de preços teve no meio. Mas o fato é que, sem essas Fundações, seria difícil que as Universidades funcionassem plenamente.

Ao mesmo tempo, elas estão trabalhando com tal autonomia, que, pelo que a gente tem visto, parte do dinheiro vai para outras atividades, isso é um verdadeiro absurdo, até um crime nas prioridades e na moralidade. Além disso, o serviço público brasileiro tem usado as Fundações para ele próprio se livrar das amarras. Quando eu assumi o Ministério, havia acordos com Universidades, havia convênios com finalidade de contratar pessoal, porque a máquina estava amarrada, não se podia contratar nada; a solução era fazer um convênio com a Universidade para contratar gente. Ou fazer um convênio com uma empresa privada ou com o PNUD ou com a UNESCO, e era usado normalmente. Eu, sinceramente, mantive esses convênios até por uma razão positiva, em vez de pagar uma empresa privada, melhor que o dinheiro vá para a Universidade. Pelo menos, a parte que era de remuneração da instituição ficava na atividade-fim do Ministério. Eu fui defensor disso e continuou depois, até que saiu uma lei que, se não me engano, proibiu de vez. Então, esses convênios que já existiam, continuaram.

Eu fui, como Ministro, contratei serviço de Fundação de Universidade. E hoje os Ministérios funcionam graças a um Projeto desenvolvido em um desses convênios. Lembro até que Reitor... Ministro não precisa assinar convênio, quem assina é o Secretário Executivo. Teve um que eu disse: “Esse é tão bom que eu quero deixar minha marca”, e pedi para ser testemunha do convênio. Está lá.

Então, o que a gente tem é que tirar os lados negativos. E, nesse sentido, que eu vou ler apenas as perguntas, depois vamos ouvir os Senadores, se for o caso, até as minhas ficam por último, mas só para que possa até ajudar um pouco na análise das coisas.

A primeira pergunta, e eu vou concentrar minhas perguntas na ANDIFES. Primeira é: Qual é o envolvimento do conselho universitário na decisão das Fundações? Porque eu acho que... Não há problema... Porque eu acho que o grande... Tem que pedir desculpas ao Senador Osmar.

(risos).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Porque, para mim, um dos grandes problemas é o descontrole da instituição Funda-

ção em relação à comunidade universitária. Segundo, o que é que pode ser mostrado, para que todo mundo veja, das coisas positivas que foram feitas graças às Fundações. Quantas pesquisas, quantos professores foram contratados graças às Fundações. Segundo, qual o papel do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão na direção dessas Fundações e na definição de suas prioridades.

Agora, há uma coisa que o Brasil inteiro quer saber. Como é que explica, se o senhor se sentir à vontade, como é que explica que foi possível acontecer esse caso extremo de uso de recursos elevados no financiamento de um apartamento funcional e no seu mobiliamento? Como é que isso pôde acontecer, na visão de quem é de fora da UNB?

A outra que a mim me preocupa, como professor universitário, é qual foi o prejuízo que trouxe esse assunto do apartamento funcional da Universidade de Brasília. Se vocês, das outras Universidades, estão se ressentindo de um prejuízo do ponto de vista moral e de credibilidade. Eu acho que essa Comissão de Educação tem o direito de saber disso. A outra é como corrigir os estragos que foram cometidos por causa disso, porque esses fatos vinham acontecendo. Acontecia um de tal gravidade e saiu na imprensa, que gerou esse tsunami moral na opinião pública.

Agora, duas perguntas sobre o que foi falado pelos Procuradores. Qual é a opinião da ANDIFES de não colocar professor na direção das Fundações? Porque eu imaginava o contrário, devia botar todos os professores controlando, mas qual é a opinião da ANDIFES? E, segundo, qual é a opinião sobre complementação de salários, que foi criticado aqui. Então, essas são as perguntas que eu faço, mas não quero respostas agora porque eu quero que os demais Senadores possam falar, possam se pronunciar, fazer as perguntas, até porque talvez eles tenham outras atividades. Eu só consulto os Senadores se faço um a um ou em bloco. Em bloco? Em bloco de dois ou os quatro? Todos. Então, vamos em frente. O primeiro inscrito é Senador Marconi Perillo, depois, o Senador Paulo Duque, depois, o Senador Romeu Tuma. E o Senador Mão Santa fica por último. Senador Perillo.

**SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) –**

Sr. Presidente, Srs. expositores, meus agradecimentos ao Senador Paulo Duque por ter feito a permuta comigo. Eu gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentá-lo por mais esta iniciativa feliz, absolutamente pertinente. O senhor traz aqui duas das principais e mais respeitadas instituições desse país. Eu apóio o Ministério Público, no meu Estado, há muitos anos, desde o tempo em que eu ainda era Deputado Estadual. Depois, como Deputado Federal. Como Governador, por duas vezes,

eu fui provado, testado e provado, porque uma coisa é você apoiar uma instituição como o Ministério Público, estando no Legislativo; outra coisa é você manter um bom nível de relacionamento, estando no Poder Executivo. Então, o meu apreço à instituição Ministério Público é histórico e eu gostaria de cumprimentá-lo por ter trazido aqui dois Procuradores do mais alto nível, Procuradores e Promotores do mais alto nível.

Eu tive a oportunidade ontem de assistir a exposição do Dr. Gladaniel na CPI das ONGs, acabei não fazendo nenhuma intervenção porque tinham muitos oradores, mas acho que as colocações dele foram muito pertinentes. Dr. Leonardo, jovem Procurador-Geral de Justiça, centrado nas suas convicções, nas suas opiniões e, especialmente, na defesa do interesse público. Ouvi atentamente também a exposição do Dr. José Ivanildo, que representa aqui a ANDIFES e uma outra instituição que eu tenho... Pela qual eu tenho profundo respeito, que é a universidade. Nós temos aqui atrás alguns Reitores, dentre os quais o Reitor da nossa Universidade Federal de Goiás, professor Edvar, um Reitor, por sinal, extremamente ético e competente...

Ditas essas primeiras... Feitas essas primeiras considerações, diria que não vou fazer perguntas, fazer apenas rápidas considerações em relação ao que eu vi, em relação à minha experiência. O professor Ivanildo foi direto ao ponto, ou seja, à medida que nós aprofundarmos o debate em relação à autonomia universitária, certamente, professor Cristovam, nós poderemos dispensar, que as Universidades poderão dispensar a necessidade de se terem Fundações que, via de regra, agilizam os procedimentos internos nessas instituições. Portanto, a questão central, na minha opinião, é ampliarmos, aprofundarmos o debate sobre autonomia.

Os Promotores, os representantes do Ministério Público colocam aqui algo que a gente sabe que existe, que é a preocupação em relação aos desvios, desvios de finalidades, as distorções, ao desvirtuamento e até mesmo, lamentavelmente, o aparelhamento de algumas instituições por políticos ou instituições inescrupulosas. Então, isso é fato. Eu pude acompanhar de perto isso como Governador do meu Estado e ao longo de três mandatos parlamentares.

A Universidade Federal de Goiás trabalha com muita seriedade. Eu sou testemunha disso, fizemos inúmeros convênios. Mas, a verdade é que há sempre um alto risco em relação à utilização dessas Fundações e o Ministério Público, através da sua curadoria de Fundações, cumpre com o seu dever Constitucional, legal, de exigir o cumprimento da Legislação e, sobretudo, resguardar o interesse público...



(soa a campanha).

**SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)**

– ...Aqui foi colocada a questão da utilização das Fundações como um artifício para se fugir do domínio do Direito Administrativo. Foi colocada também a preocupação do Ministério Público em relação à mudança do caráter das próprias Universidades, do caráter administrativo e do ordenamento jurídico que regula as Universidades para um ordenamento que seja o mais flexível, sobretudo em relação à lei de licitações. Eu tive uma experiência, eu fiz uma experiência em Goiás, que foi a transformação de praticamente todas as empresas e Fundações do Estado em autarquias; elas realmente são muito mais ágeis, são muito mais eficientes e possibilitam que efetivamente se tenha, se utilize de um tempo menor na tramitação dos processos burocráticos.

Acho que esse debate equilibrado, Presidente, quer dizer, esse clima daqui não é o mesmo clima de ontem. O clima de uma CPI é um clima muito mais acirrado, muito mais duro, muito mais tenso. E acaba que, na minha opinião, acaba que a gente perde oportunidades, assim, muito significativas, com o debate um pouco mais radical contra a possibilidade que teríamos num ambiente como aquele de efetivamente estabelecermos um debate produtivo, que signifique consenso e que signifique avanços em relação ao que nós queremos. Nós queremos que as Universidades sejam ágeis, que as Universidades cumpram suas funções, mas não queremos que a utilização de Fundações possa desvirtuar o espírito que os Reitores e o corpo docente das Universidades têm em relação à facilitação dos seus procedimentos.

De modo que eu queria sugerir ao vice-Presidente da ANDIFES, sugerir ao Presidente Cristovam, que ampliem essa discussão, talvez, através de um seminário, para ver se a gente chega a um denominador comum em relação ao que seja ideal, em termos de autonomia universitária, que modelo jurídico para que as Universidades tenham mais agilidade, e eu acho sinceramente que a participação do Ministério Público é indispensável para que a gente possa chegar a um consenso em relação à utilização de algum mecanismo que possa substituir as Fundações. As Fundações... Muitas Fundações são benéficas? São. Colaboraram? Colaboraram muito. E V.Exa. já deu o seu testemunho. Eu também tenho o meu testemunho em relação às parcerias que fiz em Goiás. Mas acho q... Também concordo que é um modelo já saturado e já é hora, na minha opinião, de buscarmos uma alternativa que possa efetivamente dar condições às Universidades de prosseguirem a pesquisa, o desenvolvimento científico, tecnológico, inovação etc., sem correr riscos. Qual é

o Reitor que quer correr riscos? Ninguém quer correr riscos. Nenhum quadro da Universidade quer correr riscos. Infelizmente, às vezes, correm risco por conta de alguns aproveitadores, por conta de alguns fraudadores que se utilizam desses mecanismos para enriquecimento ilícito, para aparelhamento político.

De modo, Sr. Presidente, que eu encerro, cumprimentando V.Exa. pela iniciativa feliz, num momento em que se discute aqui a questão das Fundações, a má utilização das Fundações, no âmbito de uma CPI, e o senhor traz aqui, à luz da Comissão de Educação, um debate, na minha opinião, muito produtivo, talvez, um dos mais produtivos desse ano. Muito obrigado pela atenção.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**

– Eu posso entender sua proposta e a apoio, se for isso, de a gente fazer para a Universidade o que a gente fez com a educação de base. Um ciclo até, for o se caso, um debate sobre qual a Universidade a gente quer, não é isso? Eu creio que é uma excelente sugestão–

**SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)**

– Em todos os aspectos, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**

– Em todos os aspectos, exatamente. Até porque eu confesso aqui que, quando eu vi esse documento, reforma universitária, algum tempo atrás, desculpem os Reitores, eu vi como um documento de reforma da administração; aqui não tem a reforma da estrutura universitária para ajustá-la ao século 21. Como a gente faz com a educação continuada, como a gente faz com a estrutura departamental ou não, como a gente faz com ensino à distância, como talvez até a parte mais importante, aqui não tem as novas carreiras que surgem a cada dia; a Universidade hoje é amarrada aos departamentos. Eu, sinceramente, acho que isso é um documento, pelo índice a gente vê, de reforma administrativa.

Então, se os demais Senadores estiverem de acordo, nós vamos organizar um ciclo de debates sobre a reforma da Universidade brasileira.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**

– Ah é? Muito bem.

**SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)**

– Eu vou protocolar, inclusive, um requerimento, Sr. Presidente, propondo a realização desse ciclo de debates.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**

– Ótimo. E, tendo em vista que alguns Senadores podem sair, Senador Perillo, eu quero submeter aqui um requerimento para refazer o convite



ao Senador Timothy, como Presidente do CRUB; ele não pôde vir hoje, mas eu acho importante que a gente ouça, não só a ANDIFES, mas também o órgão que representa as demais instituições universitárias. Se os Senadores estiverem de acordo, eu vou refazer o convite ao professor Timothy para o momento em que ele possa vir, já que não veio da outra vez. E, se o professor Arquimedes quiser, aí não precisa convidá-lo, o professor José Ivanildo o representa, ele poderá ir também. Eu passo a palavra ao Senador Paulo Duque.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Presidente, o Senador Romeu Tuma tem um compromisso urgente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Ah, tá bem.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Lá na CAT(F), eu sou Relator lá e já me chamaram...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Tudo bem, perfeitamente. Então, a palavra com o Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – O Senador Paulo sempre, na gentileza...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – É um Duque, não é?

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – É. Não, ele já deveria ser príncipe. Mas e que ele é sempre simpático, sempre com uma palavra amiga, agora ele se ofereceu sem eu pedir, viu minha aflição; a secretária veio três vezes. Eu falei: “Eu não vou sair daqui enquanto pelo menos cumprimentar o Dr. Bandarra, o outro Promotor, que trouxeram.” Eu, infelizmente, não ouvi o Reitor, mas vou ler a ANDIFES porque, Senador Bandarra... Senador... Presidente, eu acho que o Perillo fez uma boa proposta aqui, eu já tinha mexido. Inclusive, a minha preocupação em solicitar a V.Exa. o convite ao Ministro da Educação, até porque há um estrangulamento hoje com diminuição de curso, intervenção direta nas Universidades; não estou discutindo se é correto ou não, é aquela... Disse amarra na formação de novos cursos, na busca de como é que o Ministério da Educação vê as Fundações dentro das Universidades, se tem algum departamento especializado ou não nesse segmento.

Eu, é claro que acompanhei de perto, conheço um pouco do trabalho do Ministério Público, principalmente responsável pelas Fundações, por quê? Porque eu acompanhei de perto, doutor, a Fundação Zerbini, desde a sua Fundação, eu acho que é um grande exemplo de trabalho que o Ministério Público tem, de acompanhamento, porque, durante todo esse período, tem mais de 15 ou 20 anos, o Ministério Público aponta imediatamente coisas que trarão, sem dúvida

nenhuma, preocupação futura, tendo o caso que foi parar na Polícia.

Então, são coisas sérias. As Fundações hoje, a Fundação Zerbini, eu estou dando como exemplo porque ela tinha em caixa um bom valor pelos convênios que assinava junto com algumas empresas que sempre quiseram ajudar, tanto é que o Ministério Público interveio um período para ter porta dupla, para não ter o segmento que só tem nesse conveniado, deixando para trás aqueles mais necessitados. Então, o Ministério Público fez um acordo para que pudesse realmente aquela parte social que V. Sa. se referiu, fosse atendida e fiscalizada. Havia um fundo de caixa muito bom na Fundação Zerbini. O Governador à época precisava construir um prédio novo porque já não dava mais capacidade do INCOR e usou o dinheiro da Fundação e, em nome da Fundação, tirou um grande empréstimo do BNDES, explodiu o caixa e não tem dinheiro para pagar o BNDES. E o que acontece? Há uma... Foi criado... Eu não sei se eu posso continuar nesse... Se não atrapalha o pensamento do senhor, mas a Fundação criou o INCOR de Brasília, que demorou muito tempo para ele ser instalado, por quê? Porque usaram uma parte do dinheiro para reformar a entrada do prédio que era do HFA, Hospital das Forças Armadas, e depois começou a funcionar e já não há mais meios para manter o custo operacional porque a Fundação não tem como responder. Tanto é que há uma discussão se vai ficar com o Governo do Estado, se vai ficar com o Governo Federal, através das Forças Armadas, porque o Governador já disse que não dá mais nenhum tostão para custear. E a Fundação, a gente fica aflito porque ela tinha—

(soa a campainha).

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – ...Uma dose de independência muito grande. E o Ministério Público, era quase que diária a permanência dele. Por quê? Porque havia alguns contratos terceirizados com empresas privadas, como hoje algumas Universidades têm feito; do Rio Grande do Sul se oferecendo para fazer trabalho, por exemplo, para biblioteca do Senado. Quando era 1º Secretário, eu tinha um pavor porque eu sei que se um professor, ele tem um conhecimento técnico para colaborar com o Senado, com quem quer que seja, eu acho que é correto contratar com a Fundação da Universidade porque vai sair um serviço, acredito, perfeito. Mas, se você fizer o contrato com a Fundação, e ele terceirizar com outro setor, eu não sei se nós estamos pagando muito mais do que deveríamos pagar.

Então, eu acho que essa discussão que V.Exa. traz me dá uma alegria profunda, Senador, porque são preocupações que, há muitos anos, geram, na minha

cabeça, por essas questões, principalmente o que o nosso Promotor se referiu ao aspecto social e à importância da Universidade... Chega uma entidade, como aconteceu aqui em Brasília, e V.Exa., com a experiência que tem, fez a crítica correta, sem atacar ninguém, foi moralmente perfeito, aonde Fundação para pesquisa investe na construção de um apartamento.

Eu verifico lá no INCOR, às vezes, setores desesperados para poder investir em pesquisa e alguns médicos têm que pôr dinheiro do bolso. Por quê? Porque não tem mais aquela capacidade que a Fundação tinha.

Então, essa discussão, o Perillo, eu acho que V.Exa. captou bem a idéia dele, tem que ser uma discussão urgente, com a participação do Ministério Público, voltado para a responsabilidade junto às Fundações, para nós termos realmente um projeto correto, que venha a sanar todas essas dificuldades. Eu acredito que algumas Universidades passam dificuldades porque, uma coisa que me preocupa, Senador, é ver um Reitor, um professor de um departamento vir pedir emenda de orçamento, uma Universidade Federal, uma Universidade Estadual, vem aqui bater à porta, pedindo, pelo amor de Deus, para arrumar uma emenda individual ou de bancada para poder sanar as dificuldades que têm para atender à população. Eu não sei se é correto isso ou não. Eu sei que, nos Estados Unidos, as Universidades, aqueles que se formam doam valores enormes para a sua Universidade. Eles consideram a formação da vida deles a Universidade. Aqui não tem isso. Poderia se criar um clima favorável a isto. Mas, dedicado única e exclusivamente ao funcionamento da Universidade, principalmente para pesquisa, senão nós vamos perdendo o terreno, numa velocidade enorme.

Eu peço desculpa a V.Exa., mais um desabafo do que propriamente... Fiquei encantado com a tranquilidade e a serenidade do depoimento do Promotor das Fundações, e o Dr. Bandarra é uma pessoa que eu conheci e considero um bom amigo, até pela gentileza com que me tratou nos momentos em que eu precisei do auxílio do Ministério Público do Distrito Federal. Então, muito obrigado, e cumprimento V.Exa. pela iniciativa. E obrigado, Dr. Paulo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado, Senador. Eu quero passar a palavra ao Senador Paulo Duque, ao mesmo tempo em que cumprimento o Reitor da Universidade—

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – ...Ao mesmo tempo em que cumprimento o Reitor da Universidade Federal do Rio Grande

do Sul, professor José Carlos Ferraz Hennemann, que também nos dá a honra de sua presença aqui.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Presidente, eu queria informar a V.Exa. que é a primeira vez que eu ouço falar de fatos nesta associação. Eu não tinha ouvido falar nisso. No antigo Distrito Federal, de onde eu sou oriundo, Rio de Janeiro, havia a Universidade do Brasil, depois a UEG, do tempo do Governador Lacerda. Eu acho que isso tudo que eu estou falando não é do tempo de ninguém aqui. E havia aquela Faculdade de Medicina da Ilha do Governador, que nunca ninguém conseguiu terminar; foi preciso haver uma revolução armada para o Presidente Castello Branco, quero até fazer justiça a ele, mandasse terminar aquela Faculdade de Medicina. Não sei se V.Exa., talvez, se lembre disso. Mas, esta... Queria primeiro me esclarecer sobre esse assunto aqui. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, ANDIFES. Foi criado quando isso? Quando é que foi criada essa associação, mais ou menos? Mais ou menos?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – O senhor fala a ANDIFES?

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – É.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – 1989.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – 1889?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não, 1989, com outro nome, depois...

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – 1800...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não, 1989. 20 anos.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Recente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Acho que, no Brasil, 20 anos já é um bom tempo.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – É, mas, relativamente, para quem vem daquela Universidade que eu estou falando agora, é recente. E eu pergunto, quantas entidades possui essa associação? Mais ou menos também?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Todas as instituições Federais fazem parte, sem nenhuma exceção.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Quantas são, mais ou menos?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – 56 Universidades.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – 56. E, em todo o país e, naturalmente, cada qual tem o seu... É claro que o Rio de Janeiro... Quem é o Presidente, lá, do Rio de Janeiro?

**SR. JOSÉ IVANILDO DO REGO** – A ANDIFES é a Associação dos Dirigentes de todas as Universidades Federais no país, instituições Federais do Ensino Superior, então, no Rio de Janeiro, nós temos os Reitores das quatro Universidades Federais e mais o CEFET, que participam desse fórum.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – CEFET também?

**SR. JOSÉ IVANILDO DO REGO** – Exatamente...

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – É um órgão da maior significação para a educação.

**SR. JOSÉ IVANILDO DO REGO** – Que o Senador Cristovam Buarque, quando era Reitor, exatamente ajudou, foi ele um dos fomentadores de criação da nossa associação... Foi fundador.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Ah, é o fundador? Ah, bom. Então, eu tô falando com o fundador, viu, Mão Santa? Fundador. Agora, Presidente, nesses 20 anos, nesses 20 anos, nada mudou ou muito mudou ou precisa muito mudar. É a pergunta que eu vou fazer a V.Exa. Muita coisa mudou? Foi útil?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Sem dúvida alguma, eu acho que é uma instituição sem a qual dificilmente essas instituições hoje teriam a capacidade de interlocução com o Ministério, com a força que têm, sem dúvida alguma.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Mas precisa ser aperfeiçoada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito. Eu acho que precisa ser aperfeiçoada e, com todo respeito, precisa sair da visão hoje de cada Reitor, de serem basicamente gerentes e se transformarem em líderes—

(soa a campanha).

...De uma nova Universidade. Eu acho que hoje a estrutura termina amarrando a Universidade, em vez de soltá-la, do ponto de vista de idéias e concepção, ainda que as Fundações liberem, do ponto de vista gerencial, talvez até demais.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Mas cada Universidade dessas, sem ser o Ministério Público, não possui um conselho fiscal, uma fiscalização, um curador? Cada Universidade dessas não tem uma fiscalização própria?

**SR. JOSÉ IVANILDO DO REGO** – Cada instituição tem seus conselhos, tem o Conselho de Administração, o Conselho Curador, o Conselho Universitário, que são conselhos compostos pela representação da

comunidade: de professores, de funcionários, de estudantes e de dirigentes.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Isso é importante, importantíssimo, sobretudo uma classe estudantil na área.

**SR. JOSÉ IVANILDO DO REGO** – Sem dúvida.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Sem dúvida alguma. Agora eu estou bem esclarecido. É uma instituição nova, que veio trazer muitos benefícios para a educação e para a cultura.

E eu vou até aproveitar aqui, viu, Senador Mão Santa? Aliás, Francisco de Assis de Moraes, é o nome dele, Francisco de Assis. Porque eu estou vendo que saiu aqui numa... No jornal de hoje, uma crítica a mim, por quê? Quando é que a capital saiu do Rio de Janeiro e veio para cá? Há quase meio século. Quase meio século, 1961. Construiu aqui o seu Ministério da Guerra, da Marinha, da Aeronáutica, da Educação, da Saúde, todos os Ministérios. E o que se vai fazer com aqueles Ministérios, com aqueles edifícios que estão lá ainda, a não ser destiná-los ao novo Estado do Rio de Janeiro? Imagine, V.Exa., vou até pedir o apoio de vocês que estão aqui, são pessoas ligadas à educação.

Eu fiz um Projeto, doando ao novo Estado do Rio de Janeiro o prédio onde funcionou o Ministério da Educação, lá no Rio, Palácio Capanema, 27 mil metros quadrados, 16 andares, com obras de arte dos grandes artistas nacionais, Guin há(F)... Todos eles, Portinari, Celso Antônio, escultores, “O jardim de Burle Marx” está lá o prédio Gustavo Capanema, todos os senhores aqui conhecem, todos. Tem o melhor auditório do país, da América do Sul. O que é que eu estou querendo? Que aquele prédio, que hoje está semivazio, subutilizado passe a ser do Estado, do novo Estado do Rio de Janeiro, que é obrigado a estar alugando imóvel para instalar os seus serviços essenciais.

Pois é, tem um prédio aqui do Ministério da Educação, precisa de outro lá? Para quê? Só para meia dúzia de capoeira, não sei o quê. Não adianta. Isso é que eu quero aproveitar, já que é importante essa associação, importantíssima, para que também... Dar uma mãozinha aqui ao Paulo Duque, que hoje já veio uma crítica contra aqui, querem ficar lá para não fazer nada, para não fazer nada.

Já que muita coisa foi dita aqui, me é permitido, Presidente, também aproveitar e dizer isso aqui. Não se faz nada lá, não se guarda aquilo que é fundamental para a nossa cultura, não se conserva, está lá. De maneira que, em vez de fazer pergunta, mas consciente da importância do seminário proposto e da Reunião que se faz aqui hoje, das pessoas que estão aqui, para que apoiem isso e deixem que a Guanabara, antiga



Guanabara, antiga capital, berço da cultura mesmo, que foi, até hoje é ainda, pelos museus que têm, pelo Teatro Municipal, pelo aterro do Flamengo, pelo Pão de Açúcar, por tudo isso, permita que o Ministério, a Delegacia do Ministério da Educação, que é aquele prédio, seja a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, é o apelo que eu vou fazer aqui, deixando para o meu colega, Mão Santa, a oportunidade de fazer outras perguntas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu, Senador Paulo Duque, já lhe disse que apoio totalmente. Eu tenho uma razão muito especial, como Senador de Brasília. Eu temo que, no dia em que a gente tiver um Ministro da Educação com aquele prédio, com aquela vista, ele passe a despachar de lá e esqueça de Brasília. Eu sou um defensor porque é um prédio que tem um belo gabinete para o Ministro que, obviamente, não tem tempo de ir lá. Então, eu sou um defensor desse Projeto, seria uma doação que traria muitas vantagens, não só para o Rio de Janeiro, mas por tudo aquilo que, a partir do Rio de Janeiro, poderia sair de lá. Senador Mão Santa.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Convidados, professor, não é? Cristovam. É melhor do que Senador. Professor Cristovam, eu tenho uma idéia muito tranqüila. E eu fiquei pensando, V.Exa. me lançou candidato a Presidente da República. E eu disse: “Se o Jarbas...” O meu candidato é o Jarbas. Ele é mais forte que eu, tem melhor história; Pernambuco é mais forte que o Piauí, principalmente porque o Piauí está arrasado pelo PT. Então, ele está mais, se não for aceito... Isso aí eu tenho a ensinar. Eu tenho a ensinar até V.Exa., eu sou mais velho, mais sofrido; V.Exa. é mais novo do que eu. Mas até no Exército tem essa promoção por idade, que, por mérito, você ganharia todos. Mas, por tempo de serviço.

Então, quero dizer, eu tenho uma idéia, fui prefeitinho, fui Governador, então, olha, eu acredito em Governo, eu acredito. Aquele livro de Ted... David Osborne, “Reinventando o Governo”, o cabra diz assim. Bom, mau, o Shakespeare diz, o que vale é interpretação, mas, se for um mal, é um mal necessário. Eu acredito em Governo, eu não acredito nessas ONGs. Eu tenho muitas experiências. Mas é muita. Eu não acredito, desde prefeitinho. Eu as conheço. Pode ter uma ou outra que presta, mas nos milhares de podridão que estão aí... Vou citar só um fato, eu era prefeitinho. V.Exa. não foi prefeitinho, foi?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – (pronunciamento fora do microfone).

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Não, você foi Governador e brilhante e extraordinário e vou ser

firme com V.Exa. Então, eu era prefeitinho, aí, um padre estrangeiro, quando eu vi invadir, eu deixei eles lá tudinho, não tinha nada, milhares, aquele negócio e tal, uma ilha, a ilha onde nasceu Evandro Lins e Silva, Alberto Silva também lá, ele tinha sido Governador. Então, esse Alberto Silva deu para uma dessas ONGs aí uma unidade, vamos dizer, de pesca, frigorífico, barco, jari(F), prédio bonito e tudo. Eu era Prefeito da cidade, ele tinha sido Governador, ele nasceu na mesma cidade, o Senador Alberto Silva. Falidos. E o Dr. Alberto, ele, a turma diz: “Ele pensa grande mesmo”. Era barco, era não sei o quê, aí eu entrei, gente, padre estrangeiro, aquela confusão, o Lula ainda não tinha assumido, a gente pensava que ele (ininteligível) as coisas, e eu ali, rápido, às vezes dá certo, médico-cirurgião, o Juscelino foi um deles, eu ali vendo aquela confusão, a Igreja, meu nome é Francisco Cristão, eu não queria brigar, e o povo lá, e o cabra do Banco do Brasil, até gente boa, meu amigo, mas banco. Aí, o banco lá, cheio de dinheiro na dívida, queria passar o contrato para mim e pagar, aquele negócio de banco, né? Uma pressão doida, banco, associação, um monte de pescador, não sei o quê, padre, gente na praça. Eu ali. Olha, se o Alberto Silva deu tudo do bom e do melhor, era motor, era barco, era fábrica de gelo, essas coisas, que o Governo bota, tudo acabado, arrasado, só tinha as dívidas lá e a pressão aqui em cima do Prefeito. Aí, eu vendo ali, é aquele negócio, a ignorância é audaciosa. Padre, confusão doida, aí, eu raciocinei rápido: Tudo de bom o Alberto botou lá, está falido, está falido... Não é? Existe negócio de competência, de saber, o Sócrates dizia: “Só tem um grande bem, o saber”. Aí, eu olhei: “Telefona aí”. Tinha uma companhia privada lá de um Município pobre—

(soa a campainha).

Eu conhecia, manda me chamar lá. Aí, até falei para Luiz Correia, não deu meia hora, o cara lá Prefeito, rapaz bonito como você, novo: “Senta aqui, o que é que o senhor é?” Olha, ele deu um currículo melhor do que o de nós dois juntos, Cristovam. O homem era engenheiro de pesca, era não sei o quê, conhecia economia, PHD, e eu ali... “Quanto é que o senhor ganha?” Ora, o ordenado dele, eu acho que dava o ano todo o meu de Prefeito, dessas multinacionais”. “Padre, vocês viram a diferença? É esse aqui, a diferença está aqui, na competência, no saber, é privada, está bem”. Porque se sabe, um caboclo aí dessas ONGs, está entendendo? Ignorante, não sei o quê, ele queria que eu botasse o dinheiro lá e por que é que o meu dinheiro seria melhor do que do Governador Alberto Silva? Aí, eu, rápido cirurgião: “Eu dou isso tudinho, eu pago esse negócio do banco tudinho, mas eu que boto o gerente”, o Dr. Gil Borges, economista, tinha



trabalhado até com o Marco Maciel, estudado no Pernambuco. Eles não quiseram não. E tem... Então, isso daí, eu quero lhe dizer, V.Exa., qual foi para V.Exa. o melhor Ministro da Educação?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu prefiro não dizer.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Não, diga.

(risos).

...No Senado, tem que se dizer a verdade ou o senhor quer que eu vá buscar aquela máquina do Silvio Santos, da verdade—

(risos).

...Diga, é só contar a história—

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não, se quer dizer como aquele deixou a maior marca, foi Gustavo Capanema.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Gustavo Capanema, muito bem. Eu sei, assim, de literatura. V.Exa. passou pouco tempo, não é? Quanto tempo?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Poucos meses, 12 meses.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – 12 meses, então, eu vou citar para, a meu ver, o melhor Ministro foi esse Paulo Renato. Não sou do partido dele não. Ele nem está sabendo, não preciso nem puxar o saco dele. Eu acho que eu sou forte, mais, politicamente, hoje, do que ele. Pode fazer as pesquisas. V.Exa., ontem mesmo, citou duas vezes, sei lá. Você não está me negando, como Pedro negou Cristo não. Mas deixa eu dizer por que do outro partido, eu era Governador do Estado do Piauí. Eu acredito em Governo. Eu acredito em Reitor, eu tive, eu sou formado, aliás, tenho medicina, sou pós-graduado, esses negócios de residência, fiz, depois, na Fundação Getúlio Vargas, essa gestão pública, tal. Então, por que é que é Paulo Renato? Vou dizer o seguinte, eu vi, eu sou testemunha, ele nem sabe, sabe por quê? Esse negócio tem que ter um dinheirinho para administrar, tirar o dinheiro do Governo e dar para estranhos, que não têm responsabilidade, qual é o compromisso que eles têm? Compromisso tem um prefeitinho, tem um Governador, tem um Reitor, que passou numa hierarquia igual a ser Papa, estudante, livre docente, docente, não sei o quê, não é verdade?

Então, é isto, esse Paulo Renato, ele nem sabe, estou analisando aqui para ver qual foi o melhor, sabe por quê? Eu fui com esse Barja Negrís, esse Barja Negrís, ele era da... Ele era... Não é? Assessor dele implantou, atentai bem, presta atenção: Você imagina quantas escolas têm espalhadas nos Estados? Imagine uma diretora de uma escola, sem nenhum tostão, vem o inverno, a goteira fica, como é que ela vai? Papel hi-

giênico faltou, faltou mesmo. Queimou fuzil(F), queimou fuzil(F). Como é que isso podia ser administrado sem nenhum tostão? O dinheiro tem que estar na mão do Governo. Todos nós temos que ser responsáveis, somos honestos, e a maioria é. Vocês são do Ministério Público, mas a maioria é. Esse negócio de os “prefeitinhas” e a grande maioria é bom. Isso é como avião: avião é, para mim, é a melhor invenção, é avião. E tanto é verdade, que passa uma mulher bonita, o povo diz: “Ô, avião!” Não diz: “Ô, computador!”. Não, é avião.

E é isto, mas, professor Cristovam, quando cai um, é um Deus nos acuda. Assim é como Prefeito, tem um, um... Um Ministério Público desses, pega no bicho, aí é: “Pô!”. É não, a maioria é gente boa, administra a mãe, a filha, tudo, foi escolhido na cidade, essa é uma observação. É como avião: quando cai, é uma confusão. É como Prefeito, aí, esses Ministérios Públicos generalizam. Mas, aí, sabe o que é que ele fez, o Paulo Renato? Deu o dinheiro para todas as diretoras, eu sou testemunha, eu fui o primeiro porque eles escolheram o Piauí, Barja Negrís, que eu conheço muito pouco; conheci porque eu andei duas noites com ele nas estradas esburacadas do Piauí; o programa era deles e eu, acompanhando, como Governador, ele era, não era Ministro. Depois, ele foi Ministro da Saúde. O Serra sabia que ele era bom, mas, naquele... O meu Secretário de Educação, professor Ubiracy, um grande... Levou nos lugares mais remotos, e eu, acompanhando e vendo a satisfação, a responsabilidade, como tem que ter um dinheirinho, tem que ter um dinheirinho.

Então, eu sou pela autonomia desde baixo, avalio dos Reitores, esse dinheiro tinha que estar na mão dos Reitores. Eu acredito, eu fui, estudei. Reitor é bicho bom. Pode ter um ou outro, na história; Reitor é o pai do saber. Bem aí na Europa, Reitor é muito mais do que Presidente da República, a hierarquia do saber, não é? É essa que é, é que dá. O meu Reitor foi um tal de professor marquinhos, uma figura. É que, se tivesse ele ou se não tiver, nós não estamos não. Desacreditar aquelas figuras, isso é a imagem que eu tenho desde o Aristóteles, da primeira academia.

Então, tem que estar é com eles. Agora, é difícil, e eu é que tenho a maior experiência. Eu fiz o maior crescimento universitário desse país, do mundo, talvez. 400 faculdades, 36 campi. O Piauí, fundaram uma Faculdade de Direito, passou 64 anos sem ter. Só na minha cidade, eu botei duas; 10, no Estado. Então, eu conheço, mas precisa ter dinheiro porque falta mesmo, a burocracia emperra. E eu estou aqui, eu não sei, de vez em quando me chamam para fazer de pai, mas pode notar, eu não roubei. Mas eu tirava, faltou, porque tem é rápido, o jogo é rápido. Você está na medicina,

falta oxigênio num hospital, como é que tu vai ter uma Faculdade de Medicina sem hospital? O estudante: “Rapaz, onde é que tem?” “Tira e dá lá pro...”. Pode ver, eu não fiquei com dinheiro, entenderam? Mas tem que ter, eles têm que ter dinheiro. Se a profissão... Como melhorou, eu quero dar esse testemunho: O melhor Ministro da Educação foi Paulo Renato porque ele pegou o dinheiro e deu. E eu tenho uma experiência muito grande. Eu acho que eu queria estar aí mesmo, mas eu sou o melhor candidato, você lançou, repito aí q... É o seguinte: Eu me lembro que eu tomei do Governo Federal, quando eu era prefeitinho, o hospital federal estava inacabado. Eu digo: “Acabo, mas se passar para...” “Ah, como é que nós vamos...” “Ô, moço, vem cá, o Governo Federal não é um pai, familiar?” “Por que é que você administra?” Aí, eu: “Venha cá, olha ali, aquele é um posto Federal do INPS, do INAMPS. Aquela ambulância está com o pneu furado, está há mais de seis meses ali, parada, e é Federal. Daqui que o Ministro da Saúde mande dinheiro para reemendar isso e eu tenho um pronto-socorrozinho bem pequeno”. Sete horas da noite, sete e dez, faltou o plantonista, o povo está lá em casa: “Faltou o plantonista”. Eu, como até Prefeito, fui lá para quebrar o galho.

Então, essa administração tem que estar descentralizada e acabei conseguindo o hospital federal para terminar, por isso que eu administro, não é que eu sou melhor que o Ministro não. Eu estou aqui, daí eu falar em prefeitinho. Isso tem que ter, se eu sou pela autonomia lá da diretoria, e eu vou te dizer, é tão bom... Padre Antônio Vieira: “Um bem não vem só”. Do Ministro, é nas escolas fundamentais. Aí, eu peguei todas as secundárias e dei dinheiro, como ele dava. Eu, Governador do Estado, arrumei e melhorou muito. E você chamou para responsabilidade aquelas milhares e milhares de diretoras e diretores.

Agora, houve uns dois que sumiram o dinheiro, eu ouvi falar, mais de milhares e milhares, aí é que entra o Promotor para essa minoria. Entendeu? Então, eu sou é pela autonomia e o dinheiro do Governo tem que ser entregue para o Reitor porque é rápido, é rápido. As necessidades, V.Exa. sabe melhor do que eu.

Então, eu sou pela autonomia, ele ter o dinheiro. Onde é que tem dinheiro do DETRAN? Tirou esse diabo e entrega isso, achava que era uma emergência. Então, essa é a autonomia. Eu fico com Ted Gaebler, David Osborne, recrutado por Bill Clinton, para fazer o livro “Reinventando o Governo”. Ele disse: “O Governo pode ser um mal, mas é um mal necessário”. Eu acredito é no Governo, na responsabilidade do Governo; esses negócios paralelos eu não acredito, você pode acreditar. Eu tenho... Eu dava para escrever um livro,

eu só contei um caso, mas são muitos. Essas são as minhas palavras.

Agora, V.Exa. passou um ano; o Paulo Renato passou oito anos, mas, V.Exa. eu lhe dou ainda mesmo com esse tempo curto, medalha de prata de Ministro. (risos).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu acho que a gente deveria medir a competência do Ministro, pela capacidade dele sobreviver no cargo. Eu acho que, aí, eu seria o pior de todos porque eu acho que quem ficou menos tempo fui eu; depois de mim, o pior seria o Darcy Ribeiro, que ficou um pouquinho mais só do que eu.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Não quer dizer nada. É pequeno o seu tempo, mas como um perfume francês, cheio de fragrância. (risos).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado... Bem, eu passo a palavra ao professor José Ivanildo.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Opal! Desculpe, Senador.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Antes de passar a palavra aos palestrantes, V.Exa. poderia me dar um espaço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu não tinha prestado atenção que o senhor estava querendo falar, com todo o prazer, Senador Valadares.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Não poderia deixar de... Muito embora não tenha, desde o início participado e ouvido as palestras que aqui certamente foram feitas com muito brilhantismo, em virtude das Comissões, dia de quarta-feira, ocuparem o nosso tempo, eu não poderia deixar de estar aqui, até para reconhecer o mérito, o trabalho e eficiência do Ensino Superior, através de suas Fundações, que têm uma pauta de trabalhos, que têm um reconhecimento da sociedade brasileira.

Evidente que hoje há uma contestação e, na mobilidade administrativa das Fundações, que... Onde muitas delas procuram se desvencilhar, do ponto de vista administrativo, da obrigatoriedade em atender às exigências da Lei de Licitação, a 6699, sob alegação da flexibilidade e de que, em determinados casos, como, por exemplo, a transferência de recursos das próprias Fundações, que são recursos públicos, para outras Fundações que têm caráter filantrópico privado, não pressupõe a obrigatoriedade da observância estrita às regras da lei 6699. Isso foi discutido ontem na CPI das ONGs. Desde há muito tempo que, na Administração

Pública brasileira, houve uma luta intestina na política e na Administração, entre órgãos da Administração Direta e Indireta, por isso que, principalmente na época do regime discricionário, no Regime Militar, foram criadas muitas entidades sob a capa de Administração Indireta, sociedade de economia mista, empresas públicas, Fundações, para que se desse um caráter de autonomia financeira administrativa.

Agora, eu não entendo, a não ser no caso das sociedades de economia mista, como é que entidades tipo autarquias, Fundações da Administração Indireta possam ter autonomia financeira e administrativa e sejam apenas órgãos vinculados e obtendo recursos diretos da União dos Estados ou Municípios, sejam entidades à parte, que podem agir a seu bel-prazer.

Hoje existe uma fiscalização intensa sobre os órgãos da Administração Direta e que é acentuada pela criação de órgãos com esse objetivo, uma CGU, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Estadual—

(soa a campanha).

Uma... Um conjunto de órgãos que tenham o objetivo de evitar desvios, de evitar abusos, de irregularidades e conseqüências administrativas. Por isso, eu perguntaria: O senhor é um representante do Ministério Público, representante das Universidades, como, de um modo geral, todos que aqui estão participando dessa audiência, qual a diferença, por exemplo, em ser um órgão fundacional, vinculado ao Ministério da Educação, ou um órgão tipo, por exemplo, e a Universidade fosse como antigamente existia, um órgão administrado por uma Reitoria, com autonomia, mas que não fosse uma Fundação, fosse um órgão diretamente vinculado ao Ministério da Educação. Qual a diferença, então? Fundação ou um órgão diretamente vinculado a... Porque essa vinculação, não é, Presidente? É indireta. Não é tão direta quanto um órgão, eu não diria, eu não falo num departamento, porque aí nós tiraríamos aquele conceito da autonomia universitária que, a meu ver, essa autonomia universitária, ela está muito prejudicada, prejudicada primeiro porque as Universidades estão aí cambaleando; os laboratórios envelhecidos, precisando de reforma, precisando de aparelhagem, de atualização; as greves de professores, eu acho que elas não nascem única e exclusivamente em função dos interesses de aumentar salário, também em função dos interesses em melhorar a qualidade da prestação do serviço educacional. Então, até que ponto esta “autonomia universitária”, já que a Universidade não tem a capacidade de gerir as suas próprias necessidades, em razão das condições financeiras que são precárias, frágeis, e aqui uma Fundação também se pressupõe o seguinte, pressupõe, numa Fundação,

uma arrecadação, suponhamos, através de convênios internacionais e de entidades privadas que resolvam investir no Ensino Superior. Aqui no Brasil não existe essa cultura de uma Universidade se vincular ao ensino público, à educação e dizer: “Olha, vamos assumir em parte o financiamento da educação pública superior”. Não existe dessa cultura. Então, quem é que... Qual é a entidade que contabiliza uma maior participação financeira? É a União, é o Estado, ou se algum Município tiver Universidade.

Então, até que ponto, eu pergunto, há mesmo autonomia universitária nesse país? E se a Fundação realmente hoje já não é motivo de se criar um outro mecanismo, que torne a Universidade capaz de responder aos anseios da sociedade, prestando um ensino de melhor qualidade, atendendo melhor os professores, enfim, contribuindo para aperfeiçoar o ensino profissionalizante, onde o estudante possa sair da Universidade e sair tranquilamente para o emprego, sabendo o que vai fazer no emprego? Estas as indagações que eu faço aos nobres convidados.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado, Senador. E eu passo a palavra ao professor José Ivanildo.

**SR. JOSÉ IVANILDO DO REGO** – Eu creio que nós tivemos manifestações extremamente importantes por parte dos Senadores e do Ministério Público. Eu acho que o que se busca mesmo é entender e aprofundar o problema e construir consensos com relação a essa questão, como bem se referiu o Senador Perillo.

Agora eu vou me ater aqui à sequência de perguntas do Senador Cristovam, até porque eu acho que, a partir delas, nós podemos também ajudar a colocar informações sobre uma série de questões trabalhadas nessa discussão hoje aqui. Qual o envolvimento do conselho universitário nas Fundações? Isso muda de uma Universidade para outra, Senador, mas a minha Universidade é uma Universidade de porte médio, pode-se dizer; uma Universidade com 60 cursos de graduação e 62 de Mestrado e Doutorado e 30 mil alunos. Nós temos uma única Fundação. A Fundação, anualmente, ela presta contas ao Conselho de Administração e, eventualmente, quando o Conselho pesquisa, outros conselhos têm necessidade de esclarecer assuntos, a Fundação se reporta. Agora, a Fundação, curiosamente, ela tem mais de 30 anos, ela foi instituída pelo conselho universitário. Naquele tempo, exatamente, era permitido fazer isso. E o Conselho deliberativo da Fundação tem uma composição de um representante de cada Centro Acadêmico, indicado por aquela comunidade, um representante estudantil e mais um superintendente da Fundação, que



é indicado pelo Reitor. Que, aí, depois eu vou entrar exatamente na outra questão.

Eu não tenho dúvida de que quanto mais envolvida com a Universidade estiver a Fundação, mais ela entra no processo de fiscalização daquele ambiente que eu me referi anteriormente, que é típico da instituição universitária, e isso ajuda muito. Neste sentido, a questão de ter... De os dirigentes das Fundações pertencerem à Universidade, eu acho extremamente importante, mas pertencerem... Não basta pertencer porque você tem muitas Fundações instituídas até por grupos de professores das Universidades, que não têm o controle da instituição. É uma situação diferente de quando o Reitor da Universidade indica, indica o seu superintendente, quer dizer, indica os seus dirigentes, e é uma situação diferente de quando o Conselho da Fundação tem seus nomes indicados também pela comunidade universitária. Então, esse controle é desejável. Normalmente, as Fundações em que têm servidores da instituição na direção, mas servidores que se organizaram por fora, isso cria uma outra situação, nós precisamos separar essas duas situações. Por isso eu tenho a mesma opinião sua, Senador, eu acho extremamente desejável de que os quadros de dirigentes da Fundação sejam indicados pela Universidade, dado exatamente o poder de fiscalização que a Universidade tem e o ambiente que a Universidade tem, que facilita enormemente esse processo.

O que pode ser mostrado, graças a... Pode ser mostrado positivo, graças ao trabalho das Fundações nesse período? Eu acho que eu passaria a tarde toda falando aqui, mas vou citar algumas questões de grande relevância para esse país. Por exemplo, a contribuição que as Universidades têm dado na área de petróleo, inclusive, com a questão de prospecção em águas profundas, onde o Rio de Janeiro teve um papel importante, a liderança disso é uma Fundação, é a COOPERTEC, ligada exatamente à COPPE. Eu citaria a minha própria Universidade; o ano passado nós, somente em convênios que a Fundação fez com a PETROBRAS, em Projetos de pesquisa e desenvolvimento, nós recebemos recursos de quase 30 milhões de reais para investimentos, instalações físicas e laboratórios. Nós temos da ordem de 350 alunos envolvidos em projetos de pesquisa e mais de 100 professores na área de petróleo e gás. Pela dimensão que essa área tem, que envolve meio ambiente, envolve engenharia, envolve biologia, então, isso criou uma forte capacitação no Estado, nós temos...

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – O senhor me permite aqui um contraponto?

**SR. JOSÉ IVANILDO DO REGO** – Pois não.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Pois é. É isso que eu acho. Porque é que ele não dá isso direto? Aí... Eu sou o Governo, eu posso estar errado, mas eu tenho as minhas convicções—

**SR. JOSÉ IVANILDO DO REGO** – Quer dizer que deveria ser empresa privada?

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Ou, então, pôr eles para buscarem na empresa privada, porque isso é com o Governo. Como é que o Governo não acredita no Governo?

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Presidente, pela ordem. Quando eu citei a lei de licitações, eu citei o número errado; o número da lei de licitações é 8666. Eu citei 8689, não foi? Desculpem, foi um erro, que eu estou corrigindo agora. Agradeço a V.Exas.

**SR. JOSÉ IVANILDO DO REGO** – ...Então, só voltando à questão da área de petróleo, por exemplo, os projetos de pesquisa que nós temos contratado nessa área, criaram uma competência que está ajudando a Universidade a resolver outros problemas no Estado do Rio Grande do Norte, como o grupo de materiais, que é um Doutorado de nível 6, excelente avaliação; estão trabalhando a questão da cerâmica vermelha do Estado. E eu poderia ir citando, caso a caso, quer dizer, nós trabalhamos em pesquisas que estão solucionando problemas importantes da área de petróleo e gás e, ao mesmo tempo, isso permitiu criar uma grande competência na própria instituição.

Eu posso citar convênios com outras empresas privadas que captam recursos para parte de pesquisa dentro da própria Legislação. O patrimônio da Fundação, inclusive, pela sua criação, se ela for extinta, se reverte totalmente para a Universidade. E os recursos que a Fundação capta, eles aplicam em projetos, se aplicam em projetos da Universidade.

Na realidade, eu discordo que as Universidades estão... Acho que o Ministério Público tem razão numa série de coisas com as quais nós concordamos, mas eu discordo de que as Universidades é que estão apoiando as Fundações. Na minha Fundação, 60% dos recursos são recursos conveniados, que nós repassamos, por força até mesmo de final de ano, que diz respeito ao ensino, à pesquisa, por exemplo, no final do ano, o Ministério da Educação repassou 15 milhões para nós construirmos o Instituto Internacional de Neurociências, em Natal, isso em 29 de dezembro.

Então, a construção de um instituto de pesquisa, fizemos um convênio com a Fundação, agora, esses recursos a Fundação administra sem receber um centavo de taxas; as taxas que a Fundação tem direito de cobrar são os convênios, muito específico, de iniciativa privada. Então, esse tipo de... Ou seja, a Fundação está



apoando a Universidade nesses convênios porque isso tem um custo operacional muito alto e não é permitido pagar taxas de administração. Como o Ministério da Educação repassou, no final do ano, 250 milhões para o projeto de expansão das Universidades. As Universidades não têm outra opção. Mas isso está permitido na lei, é um projeto de apoio ao ensino. Agora, o que nós gostaríamos é que os recursos ficassem na própria Universidade.

Então, nós fazemos convênio com as Fundações; no convênio, nós fazemos a previsão que a Universidade faz a licitação porque tira o encargo também da Fundação, já que ela não tem uma taxa de administração. Então, eu diria, por exemplo, que as Fundações, quer dizer, a situação, na grande maioria, é, de fato, de que elas têm um papel extremamente importante para as Universidades.

Eu citaria, por exemplo, programas de formação de professores da educação básica. No meu Estado, em um convênio com prefeituras e Governo do Estado, que nós fazemos via Fundação, pela questão também dos recursos de final de ano, você recebe os recursos do Estado, que tem que passar de um ano para outro, então, a Fundação agiliza esse processo, nós já formamos, licenciados 2400 professores e temos mais de mil outros professores sendo licenciados, e esta é uma situação que se reproduz em todas as Universidades.

Bom, formação de mão-de-obra qualificada. Os hospitais universitários, com todo o papel que ele tem no país todo, pela falta de autonomia das Universidades, nós não temos outra alternativa; esses hospitais não estariam prestando importante serviço que eles prestam à população carente. Na realidade, os hospitais universitários, na grande maioria dos Estados, são a sustentação do sistema de saúde pública. Eu tenho quatro hospitais no meu Estado. Se fechassem esses hospitais, certamente nós teríamos, certamente, uma situação muito mais caótica na questão da saúde.

Eu lembraria, por exemplo, na área... Nos vários convênios que a gente tem na área da agricultura, por exemplo, na questão da cana-de-açúcar, as inúmeras pesquisas nessa área, que melhorou a produtividade de forma imensa. Tudo isso foram convênios, de fato, mediados pelas nossas Fundações. Eu poderia, realmente, continuar falando, apenas para citar alguns exemplos.

Então, na realidade, nós temos, se há situações... A questão que o Senador Mão Santa coloca, quer dizer, fazer generalização por algumas situações específicas, e se há situações que, de fato, fogem do controle, nós temos os mecanismos para isso, Tribunal de Contas, Ministério Público, elas têm que ser enquadradas.

Agora, pela flexibilidade que ela está dando, enquanto não vem autonomia, tirar essa flexibilidade, eu acho que é melhor corrigir, com algumas preocupações.

(soa a campainha).

Levantadas aqui: Uma subordinação maior à Universidade; um controle... Quanto maior controle da instituição, sem dúvida nenhuma, esses recursos vão ser mais fiscalizados e melhor aplicados.

Senador, sobre a questão da UNB, eu acho que é uma situação que incomoda, deixa desconfortável o conjunto dos Reitores das Universidades Federais. Houve uma inversão de prioridades, mas é uma situação particular e tem que ser tratada dessa forma; não cabem generalizações, quer dizer, eu acho que esse é o perigo. Agora, como corrigir essa questão? Isso que nós estamos fazendo aqui. Eu acho que quanto mais nós discutirmos e quanto mais... Como fizemos com o Tribunal de Contas, ano passado, junto com o Ministério Público, com o Congresso Nacional, com o Poder Executivo, quanto mais nós discutirmos e quanto mais nós aperfeiçoarmos o processo de gestão das nossas Universidades, que eu repito que, certamente, num contexto de autonomia, nós teríamos uma discussão diferenciada sobre as Fundações, quer dizer, a falta de autonomia das Universidades, por parte das Universidades Federais, leva a uma discussão complicada no que diz respeito às Fundações. Nós teríamos um outro contexto. E essa falta de autonomia, o Senador tem razão, esse documento aqui dos Reitores, ele tem um foco muito grande na questão administrativa porque a gente precisa limpar isso para dar fôlego aos Reitores, para vir para o Congresso para estar discutindo exatamente o papel de um conjunto de 56 Universidades Federais, que tem um papel estratégico para o desenvolvimento desse país; uma construção de políticas públicas na área de Ciência e Tecnologia, na área de Educação, na área de Meio Ambiente e, para isso, a Universidade precisa, de fato, se modificar, mas a gente precisa sair de algo, por exemplo, que todo o tempo fica... O Reitor termina levando 90% do seu tempo, tentando vencer dificuldades para fazer a instituição funcionar, exatamente pela ausência de um processo de autonomia que dê flexibilidade à gestão da instituição e que se adeque ao papel que tem uma instituição universitária, que é uma instituição que trabalha com pesquisa, com hospital, tem televisão, museu, forma as pessoas e produz conhecimento. Então, não é uma repartição pública qualquer, não há desprezo com relação... Mas você não conhece nenhuma repartição pública que reúna nela todo esse conjunto de... Todo esse conjunto de atividades que faz dela uma missão diferenciada.

Muito bem. Eu acho que o caminho é esse. Eu acho que quanto mais clarificar essa questão, eu acho que melhor a gente vai conseguir os consensos. Aí, acho que o Ministério Público, o Congresso Nacional, porque isso interessa ao conjunto da sociedade de que as Universidades cumpram bem com a sua missão porque, de fato, a falta de autonomia gera um custo muito alto para as Universidades Federais, gera um custo financeiro mesmo, gera um custo de ineficiência, de ineficiência, tanto do ponto de vista da gestão financeira, patrimonial, como do ponto de vista do tempo e da energia dos seus dirigentes, que deveriam estar envolvidos nas grandes questões desse país e repensar mesmo a reestruturação da Universidade, de repensar o papel dessa instituição. Mas a gente não consegue sair dessa coisa, enquanto, pelo menos, não tivermos um fôlego para pensar sobre isso.

Sobre a questão dos professores na direção da Fundação, eu acho que nós já abordamos. E sobre a questão dos salários, sobre a questão salarial. A nossa percepção, pelo menos, da lógica do que eu conheço da maioria das Fundações, da nossa, não há desvio nisso. Há autorização legal, quer dizer, primeiro o seguinte, as Fundações têm um papel importante porque, na medida em que ela contrata projetos de pesquisa, ela traz os laboratórios, ela traz os recursos, ela traz bolsa para os estudantes, ela permite o desenvolvimento da pesquisa e ela faz com isso, faz com que, apesar dos baixos salários que nós temos nas nossas Universidades, nós possamos, de fato, manter uma boa competência na instituição. Com os salários que nós temos, se nós não tivermos formas de, claramente, de complementar salário, nós não temos os melhores nomes nas nossas Universidades, e não é possível que as Universidades, que as instituições que são responsáveis pela maior produção científica do país, pela formação dos quadros altamente qualificados, não tenham, quer dizer, um salário, pelo menos digno, mas um professor universitário, com nível de Doutorado, ganhando cinco mil reais por mês, é algo inadmissível. Como é que nós vamos manter essas pessoas nas nossas instituições?

Então, nos projetos de pesquisa que eles trabalham, tem previsão de bolsa, que a lei ampara, a lei diz claramente, a lei que criou as Fundações, ela diz: “A participação dos servidores das instituições federais contratadas nas atividades previstas nesta lei, autorizadas nos termos desse artigo, não criam vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo as Fundações contratadas, para sua execução, concederem bolsas de ensino, pesquisa e extensão”.

Recentemente, o Congresso Nacional aprovou a chamada Lei da Inovação, que é uma lei de 2005, que é

uma lei recente. Também na Lei de Inovação, que trata exatamente da questão, lá está bem explícita também a relação, o papel das Fundações de Apoio, que têm nessa questão da inovação e da pesquisa, também lá está previsto para qualquer servidor público federal, não só, inclusive, os professores universitários. Então, nós fazemos na lei, o convênio que nós fazemos, há uma previsão de bolsas para aluno, uma remuneração para os professores, para que eles possam, de fato, se dedicar de tempo integral porque, muito bem, podia estar pagando os cinco mil reais a um professor, apenas para ele dar aula; se ele não faz a pesquisa, ele iria estar fazendo a sua pesquisa fora, numa instituição privada; a Universidade perdia com isso, de não reunir nela as condições e o ambiente importante também para formação dos alunos que estão lá e, ou seja, de um ambiente público, de fato, de produção de conhecimento.

Então, o pagamento, a remuneração dos professores, ela está prevista na lei, nós fazemos segundo a Legislação. Se existem desvios, os desvios têm que ser apurados como em qualquer outra instituição ou como dentro da própria Universidade; na própria atuação da instituição, na parte que não diz respeito às Fundações, quer dizer, na sua atuação interna, ela tem que estar sempre, ela está subordinada a isso e desvios têm que ser apurados como tal e isso acontece através dos órgãos reguladores, do Ministério Público.

Quer dizer, eu disse, as instituições, as Universidades são as instituições mais fiscalizadas. Então, a remuneração, ela é necessária sob este aspecto. Não sei se precisa da Fundação para isso, o próprio convênio que venha ser feito com, por exemplo, com qualquer empresa, que garanta o pagamento de bolsa, que há uma previsão, isso convém à própria Universidade, que também poderia estar fazendo. Talvez ela não faça isso pela própria falta de autonomia.

Agora, de fato, retirar isso é matar a condição mínima que a Universidade tem de manter grandes pesquisadores trabalhando nos seus laboratórios. Nós estamos agora sendo implantado um Instituto Internacional de Neurociências em Natal, que é coordenado por Miguel Nicolelis, que é um pesquisador respeitável, candidato a Prêmio Nobel e tudo, a Universidade vai contratar 12 professores, fazer um convênio com o Instituto, montar um Departamento de Neurociências lá dentro e, para viabilizar isso, o Instituto, no convênio, vai... Nós vamos trazer grandes nomes da ciência mundial, inclusive, o instituto vai também complementar a remuneração desses professores, quer dizer, ou seja, isso envolve também, é um projeto de pesquisa importante. Mas, o que eu quero dizer é o seguinte, que esses... Alguns artifícios, se alguém aproveita dos

mecanismos de flexibilidade que se tem, a gente não deve matar a flexibilidade; a gente tem que corrigir esses desvios; aonde tiver os desvios, tem que ser corrigidos e punidos, da forma que tem que ser feita.

Agora, é essa flexibilidade que tem feito com que, de fato, as Universidades Federais sejam responsáveis por quase 60% de toda a formação de mestres e doutores no país, e em regiões—

(soa a campanha).

...Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com 90 a 95% de toda a pesquisa científica e formação de mestres e doutores que são desenvolvidas nessas instituições.

Então, eu acho que a discussão, quer dizer, eu termino a minha manifestação, voltando ao que nós nos referimos no início, de fato, o que nós precisamos é de autonomia para as Universidades. A discussão das Fundações, elas acontecem com uma relevância maior pela falta de autonomia das nossas Universidades. Vamos discutir a autonomia das Universidades e, num segundo momento, é mais fácil de delinear e delimitar claramente o papel dessas instituições, que elas têm um papel, mas é muito mais fácil de delimitar esse papel.

Agora, enquanto não tiver autonomia nas Universidades, eu acho que a gente tem... A gente pode também estar avançando em formas que melhorem, de fato, o processo de relação das Fundações com as Universidades no sentido de dar maior transparência, mas sem a perda da flexibilidade. É a flexibilidade que dá, exatamente, as condições e que produz resultados extremamente importantes que eu, infelizmente, eu não... Dada a questão da limitação de tempo, eu não vou me alongar, mas eu poderia detalhar com muito mais, com muito mais precisão, a importância que as Universidades Federais têm e que as Fundações representam para essas instituições, do ponto de vista da flexibilidade.

Agora, desvio é outra coisa, temos que tratar como se trata desvio em qualquer outra Administração, qualquer outro setor da Administração Pública. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu passo a palavra ao Dr. Bandarra.

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – Sr. Presidente, nós estamos evidentemente tratando dessa questão num nível teórico e com a visão de futuro. Então, eu vou fazer algumas colocações, me referindo primeiro ao que o Dr. Ivanildo falou, porque já está mais recente na minha fala, mas, de modo algum, se refere à Universidade dele, que ele cedeu como exemplo, mas, falando da questão teórica. Aponta-se, mais uma vez, a necessidade de correção da Legislação

pertinente à Universidade brasileira. Essa autonomia, esses... Essa liberalidade, essas facilidades que ele tanto acalenta, devem ser feitas, mas devem ser feitas de acordo com a legislação. No nosso sentir, existem problemas, evidentemente que a remuneração do doutor, de um professor, não é condizente com o encargo que ele tem. Isso há que ser corrigido. Agora, a forma de corrigir isso deve ser feita pela legislação e não é através de uma complementação salarial permanente. E eu leio o parágrafo seguinte, aquele que o professor leu, da mesma lei, ele leu o § 1º da lei 8958, art. 4º, dizendo da participação dos servidores, mas o § 2º diz o seguinte: “É vedada aos servidores públicos federais a participação nas atividades referidas no *caput*, durante a jornada de trabalho a que estão sujeitos”, e aí o problema da dedicação exclusiva, “excetuada a colaboração esporádica”, e a colaboração esporádica não pressupõe uma complementação salarial porque ela tem determinada atividade específica, “com duração determinada pela legislação, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade, de acordo com as normas referidas no *caput*”.

Então, mais uma vez, há necessidade de se buscar uma fórmula jurídica, administrativa, que vá aumentar o salário do professor e dar a ele um tratamento condigno, mas não através de uma Fundação privada. E, aí, eu respondo ao Senador que fez um... Buscou a diferenciação da Universidade de uma Fundação. As Fundações, no caso da Universidade de Brasília, é uma Fundação pública, instituída por lei e rege o serviço público... O serviço e a Legislação Federal, no que concerne ao serviço público fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União etc. As Fundações de Apoio são diferentes, elas não são entidades públicas; elas são entidades privadas. Elas não se confundem com a Universidade. E aqui é bom que se diga, quando se fala em Universidade, se fala na Administração Pública, Direta ou Descentralizada; quando se fala em Fundação de Apoio, é Fundação privada, ela só tem uma característica de ser credenciada junto ao Ministério da Educação, o que não muda a natureza dela. Como se fosse qualquer um de nós criarmos uma Fundação, de qualquer interesse outro, e buscarmos esse credenciamento, que pode acontecer também lá no Ministério da Educação.

Então, nós não estamos falando das Universidades. Quando se apontam esses erros, esses desvios, não podem ser considerados como desvios da própria Universidade. Então, aí como se trata de uma entidade privada, os órgãos de fiscalização, eles devem ser os mais variados. O Dr. Gladaniel aqui citou a necessidade de o Ministério Público aprovar a instrução, a realização dessa... A formulação dessa Fundação e a



necessidade de o Ministério Público, verificando que essa Fundação não atingiu a sua finalidade ou não está atingindo a sua finalidade, ela possa ser descredenciada pelo Ministério da Educação. Isso pode ser um caminho, é um caminho. Por quê? Digo o exemplo, de um caso aqui de Brasília também, que foi do Instituto Candango de Solidariedade. Apesar de não ser uma Fundação, uma entidade de interesse social, onde, após as investigações do Ministério Público, nós recomendamos ao Governo o descredenciamento e o Governador descredenciou. Com isso, o Instituto Candango ficou impossibilitado de exercer suas atividades, fazendo com que os grandes desvios deixassem de acontecer. Então, há necessidade de vários órgãos fazerem essa fiscalização e o credenciamento, como é feito pelo Ministério da Educação, acredito que compete ao Ministério da Educação também aperfeiçoar esses mecanismos para que ele possa fiscalizar a gestão da Fundação no que diz respeito à finalidade da sua criação.

Então, esse aperfeiçoamento de controle finalístico, acredito que não precisa ficar só na mão do Ministério Público. O Ministério Público é um dos órgãos que têm essa atribuição, através das suas promotorias especializadas, mas, quanto mais gente vier fiscalizando, vai ser melhor para detectar os erros, corrigir os erros e, quando eles não são corrigíveis, fazer a extinção daquela Fundação que age dessa maneira.

Eu acho que são essas as considerações importantes, que devem ser colocadas e, nesse trabalho de aperfeiçoamento, de discussão, não só o nosso Ministério Público, mas eu tenho certeza e a convicção de que todos os Promotores do Brasil envolvidos nessa matéria tenham o maior interesse em que a gente possa colaborar com essas discussões. O interesse do Ministério Público é um interesse que tem uma única vinculação, a vinculação do interesse público, a vinculação de que todas possam exercer as suas atividades dentro das finalidades que foram criadas. O que não se pode é buscar um mecanismo que não é o mecanismo correto, o mecanismo ideal para exercer certas atividades e fazer com que isso distorça a realização de uma Fundação, um instituto de uma Fundação privada. E, nesse particular, o que o Senador Mão Santa colocou, de um choque de Estado nessas questões, é importante nós frisarmos isso. Não pode ser entrave para a execução de qualquer atividade o fato de ser estatal. Pelo contrário, nós devemos buscar, e aí, na regulamentação Legislativa, é um meio de o Estado ser eficaz. Agora, o Estado, ele tem que desenvolver as suas atividades, suas atividades fins e educação é uma atividade-fim de natureza estatal primária; o Estado tem que prover isso, até por força

da nossa norma constitucional, e deve fazer isso de uma forma direta.

Ele citou um exemplo aqui de uma atuação da PETROBRAS com uma Fundação privada. Eu acredito que essa... Não vou entrar no mérito dessa questão específica, mas é um órgão público, que buscou uma entidade privada para manter um outro, um benefício para outro órgão público. Talvez, aí, se nós tivéssemos esses mecanismos que devem ser criados de autonomia e de melhor gerenciamento dos recursos, poderia ser um bom exemplo de tirarmos essa triangulação e passarmos a fazer o convênio diretamente. É isso que não pode acontecer; para se evitar uma contratação direta ou uma... Um convênio direto, se buscar uma entidade privada com interesses, sem fins lucrativos, mas interesses privados, para a realização dessa consecução. Nós temos que tirar esse intermediário, evidentemente que isso, dentro de uma responsabilidade que não vá tornar inviável a administração de uma Universidade. Nós temos uma situação de fato, que ela é criada e, para sair dessa situação de fato para uma situação de posterior, legal, que seria o ideal, nós temos uma fase de transição e essa fase de transição tem que ser bem estudada e tem que se buscar os mecanismos para que isso aconteça sem traumas e sem inviabilizar o trabalho das Universidades. É isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – O Professor... O Dr. Gladaniel quer fazer uso da palavra? Eu pediria que fosse muito curto porque, daqui a pouco, a gente já tem que estar chegando...

**SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO** – Eu serei. Eu diria o seguinte: Com relação a... Antes de adentrar nessa questão, rapidamente, da remuneração dos professores, uma grande confusão que ocorre é com relação à falta de compreensão da pessoa jurídica Fundação. Ela é um ente autônomo. Ela é um ente que ela não nasceu, ela não veio ao mundo jurídico para servir de intermediário. Ela tem um objetivo a ser realizado.

Então, esse objetivo, ele tem que ser respeitado pelos dirigentes, que só vão cumprir aquilo que o instituidor assim determinou, e essa é uma das razões dos choques, é um dos choques gravíssimos que ocorrem nessa relação entre as Fundações de Apoio e as Universidades. Por quê? As Universidades entendem, e aí vamos chegar na questão dos professores, que elas devem emanar as orientações para a Fundação de Apoio. Não. O que tem que haver é uma compatibilização, é um ajuste de interesses. Mas a Fundação privada, ela tem autonomia e tem que ser respeitada.

E aí, professor, Senador Cristovam, essa questão da participação dos docentes nos órgãos das Univer-



sidades, o primeiro aspecto, isso aí eu digo com base, eu estava ouvindo V.Exas., com base em acórdãos do TCU, que já vêm, há muito tempo, apontando essa gravíssima irregularidade. Professores com dedicação exclusiva estão sendo dirigentes dessas Fundações. O próprio TCU aponta: Ou o professor está na sala de aula, está na pesquisa ou está dentro da Fundação. E a prática, o que é que nós temos observado? O TCU aponta que esses dirigentes, eles estão permanentemente, os mesmos dirigentes, estão permanentemente nesses órgãos e isto também gera uma outra perplexidade. Qual a razão, por quê? Quando nós... E nós estamos enfrentando isso na prática, que não estamos com uma ação de afastamento de dirigente de uma Fundação aqui em Brasília, e nós estamos vendo as dificuldades que nós temos para afastá-los. A Fundação contrata escritórios de advocacia caríssimos, que isso é outra coisa que nós também estamos observando, uma entidade sem fins lucrativos utilizar recursos para isso, para lutar, para manter esses professores, que todos são professores universitários, nesses quadros.

Então, o que ocorre? O TCU vem recomendando que professores não estejam nos quadros, principalmente, de direção, porque eu posso até admitir que, no Conselho Curador, por ser um órgão pensante da Fundação, esses professores podem dar orientação, mas, na parte da execução, não pode. Nós, servidores públicos, nós não podemos o quê? Ser dirigentes de sociedades, sociedade simples ou empresarial. Nós não podemos. Nós estamos proibidos por lei. E, no caso das Fundações de Apoio, o mais grave é esse aspecto porque a própria lei 8958, ela fala em contrato entre a Universidade, essas Fundações, com dispensa de licitação, ou seja, uma prerrogativa do Estado para que essa Fundação venha efetivamente a atuar sob o âmbito da pesquisa, do ensino, da extensão. E evidentemente que aí existe uma transferência de recurso público. Servidor público não deve... Numa entidade privada, para ficar bem claro, não deve estar envolvido com o dinheiro público. Nessa situação, é uma situação que nós temos que ter essa... Fazer essa distinção para que não ocorram essas distorções que nós estamos observando.

Eu concordo com o professor, o Reitor da Universidade do Rio Grande do Norte, com relação a alguns aspectos que as Fundações de Apoio, elas podem contribuir efetivamente com as Universidades. Mas, o que nós estamos observando, e isso é com esteio, principalmente nas decisões reiteradas do TCU, são essas irregularidades. Outra coisa, os professores, lamentavelmente, eles, aí já entra para o campo da ilicitude, eles acabam se remunerando das formas mais

diversas, inclusive, professor, com a má utilização de bolsas de estudo porque o dirigente, ele não pode, veja bem, a entidade, ela isenta, ela goza da isenção porque os dirigentes não são remunerados, mas aí vem a remuneração indireta, vem o uso dos mais diversos subterfúgios e nós sabemos casos gravíssimos, de haver mesmo uma remuneração pertinente; pertinente que eu digo, no entendimento deles, que ocorrem entre eles, os professores, dentro do âmbito da Fundação.

Então, é uma situação que realmente precisa ser reformulada e que eu entendo só uma proibição. Agora, por via da lei, de uma forma, digamos assim, mais específica, porque, como eu falei, a LDO não permite, mas nós precisamos de uma lei específica com relação aos dirigentes de entidades sem fins lucrativos.

E eu queria me reportar por último, Senador, era com relação a essa questão que eu entendo também lamentável, que é o apartamento do Reitor. Essa questão, ela foi levantada por nós do Ministério Público, no contexto da nossa apuração. A imprensa deu uma dimensão e isto... Nós, não era o nosso objetivo, mas isso está dentro de uma ação que está em juízo, dentro de uma ação de afastamento, e que foi detectada essa distorção grave, aí vamos entrar, a própria Universidade de Brasília, através do seu Conselho Diretor, e eu estou aqui, inclusive, com a Ata, uma situação até complicada, ontem eu vi a situação do Reitor, a Ata em que ocorreu essa autorização, no momento em que ocorreu isto, para que pudesse esse apartamento ser mobiliado, é bom que os senhores saibam, realmente ele se afastou. Mas, no final, ele voltou e assinou a Ata. A Ata, ele tinha pleno conhecimento do que estava ocorrendo, está aqui a assinatura dele. Então, uma situação lamentável de desvio. Veja bem, olha só, o que a Universidade vai mandar uma Fundação que ela está ligada à pesquisa, ensino, extensão, atuar numa questão que envolve uma questão muito particular, que não guarda qualquer relação de pertinência nem com os fins da Universidade e nem com os fins também da Fundação, por quê? Isso foi muito bem questionado ontem pelo Senador Álvaro Dias, se a Universidade e o Reitor falaram “muito bem”, nós temos um problema de escassez de verba. E o Senador muito bem perguntou: “Bem, escassez de verba, mas, para gastar 470 mil que, na verdade, é muito mais do que 470 mil, na decoração de um apartamento”. Então, isto é uma grave distorção, quer dizer, uma falta de sensibilidade com o emprego da coisa pública e que certamente será objeto, não de discussões, como... Mas será alvo certamente de responsabilização porque essa hipótese recomenda responsabilidade pelo uso indevido do dinheiro público, assim como exige

não só essa responsabilidade, mas o ressarcimento ao Erário. E é isso que é o papel do Ministério Público. É o que eu tinha a dizer, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu passo... O professor José Ivanildo pediu para fazer um comentário, depois eu encerro a Sessão.

**SR. JOSÉ IVANILDO DO REGO** – Ainda sobre os dirigentes, eu acho que, nas instituições em que os dirigentes são indicados pelo Reitor, os dirigentes mudam com a mudança do Reitor. Quer dizer, isso eu acho que tem um outro aspecto importante. E eu reforço que esse controle tem que acontecer.

Agora, do ponto de vista da remuneração dos professores, nós temos já um sistema de bolsa para o pesquisador no CNPq, que, através de projetos, um professor da dedicação exclusiva pode ter bolsa. Na Lei de Inovação, há uma previsão clara, a lei de 2004 de concessão de bolsas ou de remuneração do servidor para prestação de serviços, mas sem falar mais em caráter provisório. A Lei de Inovação avança mais. Ela prevê que a Universidade pode ceder o professor para fazer um processo de inovação numa empresa por um certo tempo, inclusive, garantindo a remuneração do professor ou para ele montar, por exemplo, uma nova empresa.

Agora, o próprio decreto que regulamentou a lei, ele fala claramente, no seu art. 6º, define claramente o que são essas bolsas, e cada uma das bolsas de ensino, de pesquisa, de extensão. Nós temos uma outra Legislação do Congresso que permite pagar bolsas para os professores que atuam na área de educação à distância, mesmo com regime de dedicação exclusiva. E os convênios que garantem uma bolsa para cada professor, eles se constituem convênios que têm um período, o caráter provisório é nesse período. Se, depois, o professor renova em outro convênio, não vejo nenhum problema, porque um pesquisador, por exemplo, que tem bolsa de pesquisa do CNPq, ele fica 10, 15, 20 anos, ele também renova os projetos dele e a aprovação dele.

Então, acho que nós precisamos, eu estou de acordo com o Ministério Público, nós precisamos continuar discutindo mais isso e clarear, porque a bolsa é um instrumento importante porque ele premia o professor em cima da capacidade dele e da condição de trabalho dele. O prejuízo seria maior para a Universidade se não tiver uma forma de premiar certos professores que estão envolvidos em atividade de pesquisa porque ele pode passar a fazer só atividade de ensino, ganhando, quer dizer, apenas para vir dar as aulas e desobrigando, muitas vezes, de atividade de pesquisa; atividade de pesquisa é uma atividade que ela tem que ser es-

timulada, o professor, para esse exercício, e ela tem uma grande repercussão na vida da instituição.

E, por último, o envolvimento da Fundação com a Universidade é fundamental. Por exemplo, na nossa instituição, nós regulamos como deveriam ser concedidas as bolsas, através do Conselho da Instituição, definimos exatamente os tipos de bolsas, baseado exatamente no que está previsto na Legislação e no decreto, os tipos de bolsas que a Universidade pode conceder e as faixas remuneratórias porque, aí, o Ministério Público tem razão, se não houver, de fato, alguma clareza por parte da instituição, de definições claras com relação a isso, corre o perigo de abusos, corre o perigo de abusos. Eu acho que, no entanto, claramente, as questões de bolsa, eu considero importante, e eu acho que é importante que ela se mantenha assim porque ela é uma diferenciação para os professores, do ponto de vista daqueles que têm uma forte produção científica e que tenham uma grande capacidade, não só de produzir em pesquisa, mas de formação de pessoal.

Em linhas gerais, era isso, e obrigado ao Senador pela paciência e obrigado a cada um de vocês, mais uma vez, e também obrigado e parabéns ao Ministério Público, que eu acho que, sem dúvida nenhuma, ele se constitui uma parte importante dessa discussão, quer dizer, eu creio que, juntando os diferentes entendimentos e as diferentes concepções, eu creio que todos nós estamos querendo o quê? Que essas instituições cumpram com a sua missão para com o nosso país. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu queria fazer uma pergunta ao professor, ao doutor. Essa Ata é da FUB, da Fundação Universidade de Brasília, mas não era... O apartamento não foi financiado pela FINATEC?

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – Pois é, Excelência, o que é que ocorre? Nessa... A distorção começa a partir dessa Ata, que autorizou a FINATEC, que autorizou, que permitiu que a FINATEC...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Aqui não fala em FINATEC.

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – Não, Excelência, a decisão de... A autorização para que fossem feitas essas, vamos dizer, essas melhorias, no apartamento, elas partiram nesta Reunião e, a partir daí, quem implementou foi a FINATEC. Só que aí é que está o desvio, se a FINATEC, os seus fins são pesquisa e ensino, como é vai se voltar para essa questão, e tem essa questão, tem a questão de um veículo também, dentre outros aspectos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Ou seja, por aqui é mais grave

do que eu imaginava, porque a própria FUB, está envolvida no assunto.

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – Sim, exatamente.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone).

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – Não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não. É a Fundação Universidade de Brasília que, no fundo, é a Universidade de Brasília. A FINATEC é uma instituição que foi criada por ela. A FINATEC é quem...

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – (pronunciamento fora do microfone).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Já estava lá...

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – (pronunciamento fora do microfone).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mas aqui foi a própria...

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Quando assumiu, ela já estava lá (pronunciamento fora do microfone).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Aqui foi a própria Fundação de Brasília e eu...

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – Essa verba, Senador Cristovam, ela diz respeito, essa que foi empregada aí, diz respeito aos recursos oriundos da contribuição do FAEFUB(F), que é um fundo que a UNB criou, que, na verdade, esse fundo é questionável, porque ele acaba incentivando as Fundações a terem uma visão empresarial, ou seja, o correto é a Fundação de Apoio atuar junto a Universidade. Não. Eles atuam junto ao Governo do Piauí, junto à Prefeitura. Entendeu?

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – (pronunciamento fora do microfone).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bem, eu antes de encerrar, embora, talvez, o que eu falasse deveria ser antes, para haver o debate. Eu creio que a gente precisa discutir algo, que é o próprio conceito de dedicação exclusiva, porque eu insisti muito, ao longo do tempo que eu estive envolvido na Universidade, fala-se em dedicação exclusiva vinculada à fonte de remuneração. Quando eu acho que dedicação exclusiva quer dizer dedicar-se exclusivamente à atividade, mesmo que haja outra remuneração. A Universidade brasileira...

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Professor Cristovam, Universidade é um negócio puro, puro—

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Deixa só eu concluir—

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Sempre foi puro, desde lá, o Aristóteles, que fez a primeira... Do Platão, aquele negócio, do Platão e do Aristóteles, é pura. (ininteligível) aí a minha preocupação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Isso, mas deixa eu...

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Toda a Universidade tem o meu respeito, é célebre, é sacra. Heidelberg, duas guerras na Alemanha, e o povo não bombardeou—

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mas a maneira como—

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – ...Universidade, agora, essas instituições se acoplarem para fazer malandragem...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não vou nem falar nas instituições, agora, a Universidade vincular a dedicação exclusiva ao salário traz algumas distorções. O Brasil, se uma pessoa rica morre e diz: "Eu quero deixar um fundo de 10 milhões de reais para dar um reajuste salário aos professores que pesquisam na área tal, tal, tal", não podem. Nos Estados Unidos, as Universidades vivem dessas doações. Então, isso não seria aceito porque seria considerado um salário além daquele que ele recebe. Não pode ser assim...

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Agora, professor Cristovam, com licença, um minuto, o senhor já leu Tocqueville, ele diz que isso é cultura. Na França, país em que nasceu a democracia, eles não têm cultura dessas instituições; nos Estados Unidos, tem. E aqui no Brasil, esse é que não tem mesmo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mas precisa criar aqui.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Nós temos a cultura foi da corrupção, que se aproveitou dessas instituições sacras, que são Universidades.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu vou sugerir como criar aqui, como eles criaram. Tem uma maneira de criar aqui. É a transparência. Não tem pecado ao ar livre. Pecado ao ar livre é condenado no mesmo instante, que todo mundo vê. É colocar o Conselho Universitário, analisando cada caso, 50, 60 professores. Na hora que vai aumentar de um professor e os outros têm que aprovar, ou não aprova, ou é porque aquele merece realmente fazer isso. Essa transparência que a gente precisa, até porque, durante anos, se governava impunemente e com desfaçatez. Agora não. Agora o administrador público, ele é um homem em pânico permanente; o Reitor deve saber, só que continua a impunidade por—



que vocês fazem todo o trabalho de vocês, matam o cara de vergonha, mas ele continua solto. Eu tenho sido muito criticado porque eu tenho dito que o pior para mim é que muitas das coisas imorais terminam sendo legais.

E eu queria saber, com base nas informações que o senhor tem, vai ser possível, de fato, condenar criminalmente quem decidiu por isso? Ou, no fim das contas, a gente vai, de fato, dizer que eles cometeram uma indecência, uma imoralidade, uma irresponsabilidade, um crime contra as prioridades, mas que tudo isso estaria acobertado na lei?

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – Senador, o que ocorre é o seguinte, veja bem, seria, no momento, uma situação ainda um tanto quanto prematura. Nós estamos ainda avaliando e eu mesmo, até por uma postura, assim, que eu sempre adotei do Ministério Público, eu já não gosto de adiantar os meus passos em termos de ações porque são situações graves. Eu não posso acusar um indivíduo, oferecer uma denúncia contra o indivíduo se eu não tiver convicção; se eu não tenho convicção, eu vou pedir arquivamento daquela peça. Entendeu? Eu prefiro dormir com a consciência tranqüila a expor o indivíduo a uma Ação Penal que, na minha ótica, na minha cultura de família e tudo, é uma coisa muito grave o indivíduo responder a uma Ação Penal e correr o risco de vir a ser condenado.

Então, Excelência, nós estamos, isto aí, nós estamos ainda dentro de um processo de apuração. E tem mais uma outra coisa, as questões que envolvem a Universidade de Brasília, elas fogem à nossa atribuição do Ministério Público do Distrito Federal. O nosso foco, sim, são as Fundações de Apoio, as Fundações privadas, ali nós vamos ter condições de responsabilizar dirigentes, nós vamos ter condições de ir para o campo criminal. Agora, o que envolve a UNB, aí, diz respeito ao Ministério Público Federal. Então, serão eles que irão apoiar, verificar essas condutas. Evidentemente que nós já podemos vislumbrar indícios com a má aplicação de dinheiro público.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mas, veja, eu não quero tomar mais tempo, porque eu também preciso sair, mas veja que tem dois pontos de vista. Eu me sinto absolutamente à vontade de dizer que aquela decisão dessas instâncias da UNB foi equivocada, não foi decente, do ponto de vista das prioridades, foi um crime contra a imagem. Eu me sinto, independente de suas conclusões, porque as suas conclusões serão do ponto de vista legal. Essas, o senhor ainda não tem elementos para dizer.

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – Não teria, não teria, Excelência, não teria porque, como eu te falei, nós estamos ainda numa fase, isso é apenas,

vamos dizer assim, é um pedaço do iceberg, a ponta do iceberg é grande.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mesmo sendo a ponta, mesmo sabendo que tem água embaixo desse iceberg, não tem ainda instrumentos para dizer se será ou não, no final das contas, apesar de criminoso, do ponto de vista das prioridades e da moralidade pública, não dá para dizer se será ilegal. O que me preocupa nisso...

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – A tipificação da conduta, ela envolve apreciação do todo, porque daí essa conduta, ela pode ser mais ou menos grave. O que o Dr. Gladaniel está querendo dizer é que, para essa análise, nós não poderíamos fazer agora, dizendo que é uma coisa e aí tem uma visão, uma responsabilidade institucional de nós tipificarmos a conduta...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não, mas eu estou respeitando isso...

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – E, amanhã ou depois, nós fazemos uma outra tipificação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu sei. Mas eu tô respeitando. Eu só quero mostrar é que eu já me sinto à vontade de condenar, do ponto de vista da moralidade, do meu foro íntimo—

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Entendeu? E aí o que eu quero dizer...

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Cristovam...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador, eu agora preciso concluir, porque já foram muitas vezes que eu tentei concluir. Eu quero ouvir o Elliot Nelson...

(falas sobrepostas).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Está bom. Mas, de fato, lamentavelmente, hoje em dia foram criadas tantas artimanhas jurídicas, que a maior parte dos crimes de prioridade nesse país são tolerados. Eu vejo porque, aqui no orçamento, todos os dias chegam pedindo para eu aprovar emendas para construir prédios de luxo para órgãos públicos. Não apenas, não apenas apartamentos institucionais, mas também, o que eu digo, escritórios funcionais. Eu tenho até dito por aí que ninguém foi atrás, mas eu duvido que essa loja que vendeu aquela lixeira imoral só tenha vendido uma no Distrito Federal. Deve ter mais gente que comprou aquela lixeira. E as



peessoas precisam ir atrás disso também. A imprensa não foi saber.

Então, eu creio que, lamentavelmente, é capaz de, no final, ninguém poder colocar as pessoas que cometem as imoralidades na cadeia; elas terminam soltas e não presas porque cometeram imoralidade que, no Brasil, não significa crime. Basta lembrar que, durante 400 anos quase, ter escravo não era crime nesse país. Bater em escravo era permitido pela Lei do Açoite até, que, aí, por 1850, se proibiu. Eu acho que a gente continua mais ou menos nessa situação e que a moralidade não está casando com a criminalidade, com a legalidade, digamos.

**SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA** – Senador o que ocorre é uma questão, inclusive, que o Senador Santa levantou, de cultura. O nosso sistema jurídico, que é adotado no nosso país, que, inclusive, veio de Portugal, é o chamado sistema do *Civil Law*, enquanto que, por exemplo, nos países anglicanos, nos Estados Unidos e na Inglaterra, é o do *Common Law*, a cultura, ela exige, eles não estão apoiados em códigos, em precedentes, então, os julgamentos são sumários e rigorosos. A gente vê, no corredor da morte, quantas pessoas têm, em vários Estados nos Estados Unidos, aquela situação lá aflitiva. Mas é a cultura de um povo, a nossa cultura, aí já é uma questão que foge a essa situação porque, veja bem, o Ministério Público, ele procura cumprir o seu papel de órgão quando for o caso, o órgão de acusação e procura perseguir as provas, procura mostrar a sua verdade. Mas nós dependemos de um outro poder, que é o Poder Judiciário. Então, cabe aos Juízes decidirem... Outra coisa também, efetivamente a Legislação brasileira, principalmente no ângulo penal, ela ainda permite prescrições, permite situações e de extremos favorecimentos à figura do réu. E isso acaba, o senhor tem razão, acaba prescrevendo, e os julgamentos não ocorrendo, como deveria ser. E aquilo, principalmente com relação à Administração Pública, muitas das vezes, ocorre de não se chegar a um objetivo comum, a uma situação de efetivo cumprimento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bem, eu quero agradecer aos que compareceram, a todos os Senadores, especialmente ao Senador Mão Santa, lembrando que aqui decidimos convidar outra vez o Senador Timothy, decidimos fazer uma série de debates sobre a Reforma Universitária, como fizemos sobre a reforma da educação de base. Agradeço aos Procuradores e ao Reitor, que estiveram presentes.

(Sessão encerrada às 13h31.)

**Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de março de 2008.**

Às onze horas e trinta minutos do dia onze de março de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Gilvam Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Neuto De Conto, José Agripino, Kátia Abreu e Romeu Tuma, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini e Marisa Serrano que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião dos Estudantes de Direito da União Educacional de Cascavel – UNIVEL e inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. Item 08: Ofício “S” Nº 46, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que “Encaminha ao Senado Federal, cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no âmbito daquela Câmara Legislativa, destinada a apurar “eventuais irregularidades no sistema de arrecadação, distribuição e tabela de taxas utilizadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), em Mato Grosso do Sul, relativamente a direitos autorais”. O relator designado ad hoc, é o Senador Valter Pereira e o projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator, para reexame do parecer. Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste de Goiás (UFSG), com sede no município de Catalão, no Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Heráclito Fortes. O relatório foi lido, debatido e a discussão encerrada. A votação da matéria foi adiada em virtude da falta de quórum.

Proseguindo, a Presidência retoma a ordem da Pauta. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo que, “Altera os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas com alimentação escolar”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação do relator para reexame do parecer. Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, no Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Mão Santa. O relatório foi lido, debatido e a discussão encerrada. A votação da matéria foi adiada em virtude da falta de quórum. Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Nery que, “Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, bem como da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”. O relator designado é o Senador Paulo Paim. O relatório foi lido, debatido e a discussão encerrada. A votação da matéria foi adiada em virtude da falta de quórum. Item 13: Comunicados da Presidência: Não foram feitos Comunicados. Neste momento os Senhores Senadores Maria do Carmo Alves, Flávio Arns, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Sérgio Zambiasi, Paulo Duque, Romeu Tuma e Cristovam Buarque requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão Extra Pauta de Requerimento e Aditamento a Requerimento, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 06/08 – CE, de caráter não terminativo, de autoria das Senadoras Maria do Carmo Alves e Marisa Serrano, que requer “.... nos termos do artigo 90, incisos II, V, XI combinado com o artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública inserida no II Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Ministros da Educação do Brasil, da Índia, da África do Sul e da Inglaterra, para debater as Reformas Educacionais realizadas em seus respectivos países”. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 07/08 – CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Paulo Paim, que requer “....de acordo com o que preceitua os arts. 90, V e XI do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um debate, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na forma de Painel, em parceria

com a Fundação Santillana, para discutir o tema ‘A Reforma Educacional na Espanha e no Brasil’. Como expositores, sugerimos o nome dos Senhores Mariano Engüita, Professor da Universidade de Salamanca – Espanha e Especialista na Reforma Educativa Espanhola e Antônio Ibañez Ruiz, Professor da Universidade de Brasília – UnB e Membro do Conselho Nacional de Educação – CNE”. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 08/08 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer “....nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao Colégio Batista Shepard do Rio de Janeiro, pela passagem do centenário de Fundação. O Colégio Batista, foi fundado no dia 05 de março de 1908 pelo idealismo de três pessoas: Dr. A.B. Deter, Sr. W.C. Canadá e Dr. Jonh J. Watson Shepard, este que o dirigiu inicialmente. O colégio, localizado na Rua José Higino, na Tijuca, constitui-se num Centro de educação, espaço de encontro interpessoal que relaciona o educando com o seu meio, tempo, história e cultura. Sua filosofia educacional, pauta-se nos princípios Cristãos, buscando uma visão integrada de educação que promove a criatividade e a consciência crítica, buscando facilitar a integração do educando no mundo, com base na dignidade da pessoa humana”. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 04: Requerimento nº 09/08 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que requer “....nos termos do disposto no art. art. 90, incisos V e XI e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para comemorar os 50 (cinquenta) anos da conquista da Copa do Mundo de 1958”. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 05: Requerimento nº 10/08 – CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini, Demóstenes Torres e Romeu Tuma, que requer “....nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para discutir a elaboração de uma Lei Específica (Geral) para o Setor Teatral”. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 06: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 05/07 – SCTMC e nº 10/08 – CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Duque e Paulo Paim, que requer “....em aditamento ao Requerimento nº 05/07 – SCTMC, que requer a realização de Audiências

**Públicas no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para ‘Discutir a elaboração de uma Lei Específica (Geral) para o Setor Teatral’, solicito, nos termos regimentais, que as próximas Audiências sejam realizadas de forma conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte’.** O Aditamento é aprovado. Extra-Pauta, Item 07: Requerimento nº 11/08 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “....nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II, V, IX e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a presença do Senhor Timothy Mulholland – Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB e Reitor da Universidade de Brasília (UNB) para prestar esclarecimentos sobre o papel e a gestão das Fundações vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior”. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 08: Requerimento nº 12/08 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “....nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao Jornal do Senado, à Agência Senado e à T.V. Senado, pela competente, qualificada e ampla cobertura dada ao Ciclo de Audiências Públicas, destinado a debater Idéias e Propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, realizado por esta Comissão entre os meses de abril e setembro, que culminou na excelente matéria publicada, pelo Jornal do Senado, no formato de Caderno Especial, no dia 10 de março do corrente”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores e de quórum, as seguintes matérias: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 304 de 2006, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 063, de 2007, Item 04: Projeto de lei do Senado nº 561, de 2007, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2007, Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2007, Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2007, Item 09: 452, de 2007 e Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007. **O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e um minuto, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após**

**lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.** – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Pela ordem, Senador Mão Santa.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Deus quis aqui... Deus escreve certo por linhas tortas, na Comissão que V.Exa. preside, Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Hoje, 11 de março, passou a ser um dia muito significativo na história do Brasil. 13 de março é o dia que os piauienses enfrentaram os portugueses, expulsando-os do solo brasileiro, daí a unidade do país. Mas, 11 de março, hoje, Paulo Paim, esse herói que representa a tradição gaúcha, a guerra dos farroupilhos, lanceiros negros, Bento Gonçalves, Getúlio, João Goulart e tudo, conseguiram hoje uma grande vitória. Ele, como Presidente da CAE, não tinha número, mas ele, com a presença dele, conseguiu a palavra. E o Presidente Mercadante é um homem de palavra, que vai mandar para o Plenário o fator previdenciário, aquele fator que causava a injustiça dela. E o Projeto de Lei dele, nº 58. Então, isso foi um passo, um grande avanço e a comunicação, quis Deus, nessa Comissão que V.Exa. preside, e V.Exa., que simboliza também as conquistas, porque nós só teremos justiça se tivermos Educação.

Então, V.Exa., eu queria, em primeira mão, que V.Exa. sentisse o significado disso e traduzisse para o Brasil. A esperança. Porque, sem esperança, nada mais tem. Ernest Hemingway diz: “A maior estupidez é perdermos a esperança”. E nossos velhinhos aposentados estavam a perder a esperança. Mas hoje ela renasceu, graças à ação convincente, histórica e firme e obstinada de Paulo Paim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Agradeço ao Senador Mão Santa a lembrança. Creio que realmente é um marco essa decisão e essa determinação do Governo, finalmente, depois da longa, longa, longa luta; todos nós, mas sob a liderança do Paulo Paim.



**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Agora, eu pediria o apoio de V.Exa. O Paim, eu sei que o Governo não tem interesse, por isso, assim, ele já tinha transformado-as em lei. Então, V.Exa... O Paim, eu sei como são essas coisas. O partido vai tentar pressioná-lo, mas o Paim é gaúcho, ele é neto dos lanceiros negros. Mas que V.Exa. também esteja ao lado nosso, seja ele ao Marechal do movimento e o nomeio General desse movimento em defesa dos velhinhos e aposentados.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Senador Cristovam, me permita? Antes que V.Exa....

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Claro, Paim.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – O Senador Cristovam esteve no Rio Grande do Sul esta semana e foi recebido, Senador Mão Santa em todas as cidades, me lembro aqui, Santa Vitória do Palmares, mais de 800 pessoas; Camacuan, mais de 400 pessoas, mostrando o carinho do povo gaúcho com o Senador Cristovam e, pelas informações que recebi lá, ele não falou só de Educação; falou de Previdência, falou da redistribuição de renda e foi aplaudido durante todo o tempo. Então, não tenho nenhuma dúvida da história e do compromisso do Senador Cristovam com a Previdência pública e com os aposentados.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – E eu queria acertar o dele, que V.Exa. vai ser homenageado pela Educação moderna, a Universidade aí da internet, professor Heráclito, o professor Cristovam vai receber uma homenagem e eu estarei lá. E eu gostaria que V.Exa., que representa a grandeza do Piauí, também estivesse nessa festividade, que o Piauí reconhece a liderança de V.Exa., professor Cristovam.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito obrigado, Senador.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Não, eu até me desculpo, que eu estava atendendo também a alunos do curso de Direito da Universidade de Cascavel, que estão visitando Brasília e visitaram já os Tribunais Superiores; hoje à tarde estarão também no STJ, Superior Tribunal de Justiça; hoje cedo estiveram aqui no Senado, na Câmara, e fizeram a gentileza, inclusive, de cumprimentar V.Exa. pela importância da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas é assim muito interessante observar a impressão dos alunos sobre as atividades... Dos acadêmicos, em função das atividades do Congresso. Estavam primeiranistas, como quintanistas do curso de Direito, e é uma experiência

bastante interessante, útil, e foi muito bom eles terem passado... Quero, através dessa minha fala, inclusive, prestar minha homenagem à UNIVEL, a Universidade de Cascavel, e ao esforço dos acadêmicos que estiveram aqui para conhecer de perto os tribunais, o Judiciário, o Executivo e o Legislativo.

Mas quero também saudar o Senador Paulo Paim e dizer, inclusive, que vários Senadores do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos, nós nos manifestamos totalmente a favor da alteração do estado de coisas, do estado da arte, das necessidades em relação ao aposentado. Porque a gente sabe que nós precisamos ter uma política melhor definida, que há uma reclamação justa, no geral, quando a pessoa se aposenta com três mil reais, de imediato, já ganha, já percebe menos do que dois mil. Há um desânimo, um desalento, quando se diz que o salário mínimo vai ser reajustado em tantos por cento e, para o aposentado, na metade disso, ou menos, porque a gente sabe, principalmente porque a inflação do aposentado é uma inflação alta também. Não é... Às vezes até mais alta, em muitos aspectos, do que quem está na ativa.

Então, eu só quero dizer que nós temos o compromisso de, através de uma ação orquestrada, tentarmos alterar esse estado de coisas. Mesmo... Foi sugerido, na semana passada e retrasada, no Plenário, que haja até uma mobilização no sentido de não se votar outras coisas se nós não tivermos esses Projetos apreciados. E eu sempre levo comigo, porque assumi esse compromisso no Plenário, ou quando os aposentados deram uma rosa para todos nós, Senadores e Senadoras, que a mensagem que veio junto, dizendo assim que eles contam na aprovação de Projetos. 5803296/03; o PLC 42, a Emenda 07/2007, é a derrubada do veto dos aposentados. E sempre com o pensamento do Cartola: “Devias vir...” “Devias vir para ver os meus olhos tristonhos. E quem sabe sonhavas meus sonhos, por fim”. Do cartola, e reflete bem a realidade do aposentado. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Nós temos 12 itens, dos quais dois são não terminativos. Então, nós vamos ter que esperar, ao que tudo indica que vamos conseguir, o quorum, tudo indica. Enquanto isso, a gente pode discutir já um dos itens não terminativos. É o único que a gente pode votar, mesmo sem a presença do Relator porque já constou da Pauta em duas Reuniões.

E eu vou pedir ao Senador Valter Pereira que seja o Relator ad hoc. Pode ser, Senador? Eu vou lendo aqui. É o item nº. 08, Ofício S nº. 46/2005: “Encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no âmbito daquela Câmara Legislativa, destinada a apurar “eventuais ir-



regularidades no sistema de arrecadação, distribuição e tabela de taxas utilizadas pelo escritório central de arrecadação e distribuição (ECAD), em Mato Grosso do Sul, relativamente a direitos autorais”. A autoria é o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. O Relator é o Senador Demóstenes Torres. O parecer é pelo arquivamento.

Eu consulto ao Senador Valter, como sendo representante desse especial estado brasileiro, se está de acordo com o parecer, para pedir que faça a leitura do relatório. Se não está, não vou constrangê-lo, a não ser que peça vista...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer V.Exa. pelo “especial”. Efetivamente–

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Merecido.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – ...O Estado do Mato Grosso do Sul, que represento aqui, é um Estado muito especial... Estado que mostra a sua pujança a todo o instante. E é um pequeno valente, que enfrenta as crises e que sobrevive, crescendo. E V.Exa. esteve lá, há poucos dias atrás, e saiu de lá endividado, porque, em sua visita, eu tomei conhecimento pelos jornais e acabei lhe fazendo uma cobrança posteriormente, de que, da próxima vez, se V.Exa. não me contactar, vai ter um rompimento na nossa sólida amizade aqui, já que eu gostaria de exibir, de mostrar a V.Exa., pessoalmente, belezas que, tenho certeza, que não teve tempo suficiente para conhecer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador, me permite só, primeiro uma explicação, porque não o procurei... É que eu tinha que escolher entre um político do seu calibre e um poeta do calibre de Manoel de Barros...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – É verdade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu fiquei com o poeta. E não dava tempo para visitar aos dois.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – E tenho certeza que fez uma bela opção porque o poeta Manoel de Barros, indiscutivelmente, é o ícone de toda a intelectualidade de Mato Grosso do Sul. V.Exa. prestou uma homenagem...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu venho caminhando, por esse Brasil afora...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – ...A quem efetivamente merecia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – ...Nos últimos meses, e confesso que um dos encontros mais gratificantes que eu tive de

todos foi na casa do poeta Manoel de Barros, às sete horas da manhã, ele recebeu a mim e mais um grupo, e a maneira como ele está firme, como ele lembra de tudo, inclusive, de sua visita a Recife, minha cidade, anos atrás. Foi um momento muito emocionante para mim, ter estado com ele. Além disso...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Em função da razão, V.Exa. não está mais endividado, já concedo a moratória de sua dívida–  
(risos).

Mas, Sr. Presidente, existe aqui um parecer certamente respeitável, prolatado pelo Senador Demóstenes Torres. Eu não posso, de forma alguma, deixar de conhecer esse parecer e de conhecer melhor esse assunto. Se fizesse a simples leitura e pedisse a aprovação desse parecer, estaria conspirando contra uma precaução que sempre orientou minha vida, que é de assinar aquilo que produzi ou que conheci na inteireza. Como ainda desconheço o texto e como não tenho a convicção de que estou de acordo com ele, eu prefiro um prazo para relatá-lo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Perfeito. O senhor gostaria desse prazo ainda nessa Sessão ou prefere pedir vista?

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Não, Excelência. Prefiro que V.Exa. me conceda vistas; na próxima Sessão, provavelmente devolvo o processo, com o parecer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Está concedido.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Sr. Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Com o maior prazer, Senador Heráclito.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Já há número para a deliberação?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Faltam poucos. Mas temos requerimentos para votar ainda aqui.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Não, eu apenas pediria a V.Exa., com a concordância dos demais companheiros, estou participando da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, se concordasse, da concordância da inversão da Pauta, se V. Exa também concordasse, para o item 10, que sou Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Nós... É claro que eu autorizo, com muito prazer, atendo. Mas, depois de submeter. Não podemos porque não temos quorum ainda. Estamos chegando. Se puder esperar um pouco...

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –**

Não chegou? Faltavam dois...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO –** (pronunciamento fora do microfone).

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –** Ok. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Mas vamos chegar lá. E eu creio que todos os Senadores estão de acordo com essa inversão. Então, nós faremos a inversão.

Eu vou ler dois requerimentos que temos na Mesa. Um Requerimento assinado pela Senadora Marisa Serrano e pela Senadora Maria do Carmo Alves, que diz: “Requeiro, nos termos do art. 90, incisos II, V e IX, c/c com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública, inserindo o Segundo Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social, que vai acontecer com a presença dos Exmos. Srs. Ministros da Educação do Brasil, da Índia, da África do Sul e da Inglaterra, para debater as reformas educacionais realizadas em seus respectivos países.

Esse Segundo Simpósio, o primeiro foi em Londres, esse Segundo Simpósio busca ver a relação entre Educação e luta pela erradicação da pobreza. Eu quero parabenizar as duas Senadoras pela apresentação. O seminário vai acontecer em Brasília, mas, se pudermos colocar... A proposta deles é que coloquemos dentro dessa Comissão. Eu acho que engrandeceria bastante a Comissão. Eu ponho em votação. Senadora, quer se pronunciar? Não. Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

O outro Requerimento é assinado pelos Senadores Flávio Arns e Paulo Paim, que requerem a realização de um debate no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na forma de painel, em parceria com a Fundação Santillana para discutir o tema: “Reforma Educacional na Espanha e no Brasil”. Como expositores, são sugeridos os nomes do Sr. Mariano Enguita, que é professor da Universidade de Salamanca, e que é um especialista na reforma educativa espanhola. Ele acompanhou toda a reforma que fez com que a Espanha que, 30, 40 anos atrás, estava no mesmo nível do Brasil, Senador Paulo Duque, hoje esteja completamente distanciada. E o professor Antônio Ibañez Ruiz, que é professor da UnB, foi Reitor da UnB, é membro do Conselho Nacional de Educação e estudou bastante a reforma espanhola, até porque, embora ele seja brasileiro, nasceu na Espanha, alguns anos atrás. Eu ponho em votação o Requerimento. Não havendo nenhum que se oponha, está aprovado o Requerimento.

Agora temos que começar a discussão dos terminativos. Eu consulto a Mesa se está disposta que a gente comece pelo item 10, enquanto chegam outros Senadores, que eu acredito que chegarão logo. Então, Senadores que estiverem de acordo com a inversão de Pauta, fiquem como estão. Está aprovado.

Eu passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. Se não tivermos número na hora da votação, nós deixaremos para a outra. Mas eu creio que vamos ter, além do debate que esse assunto, provavelmente, vai provocar. “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudeste de Goiás (UFSG), com sede no Município de Catalão, no estado de Goiás”. Queria avisar aos Senadores que essa Comissão aprovou, anos atrás, um Projeto muito parecido, do Senador Maguito. O Senador Maguito propunha o desmembramento do campus avançado da Universidade Federal de Goiás, em Catalão. O Senador Marconi propõe criar uma Universidade Federal do Sudeste do Goiás. Ou seja, não é a mesma coisa. São muito parecidos. Um Projeto propõe criar um campus, desmembrando-se da Universidade Federal do Goiás. Um, propõe criar a Universidade; o outro propõe que o campus avançado da Universidade Federal de Goiás se transforme em Universidade. São diferentes, apesar de muito parecidos. Se aprovado o do Senador Marconi, continua o campus avançado. Então, Senador Heráclito, o senhor está com a palavra. É diferente.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –** Meu questionamento a V.Exa., que é um Reitor conhecido e respeitado no país inteiro, a criação da Universidade não é uma ampliação do campus ou incorporação ou transformação do campus numa Universidade?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Não necessariamente. É o seguinte, a Universidade Federal de Goiás, que fica em Goiânia, obviamente, abriu um campus avançado dela própria. Então, continua sendo a Universidade Federal de Goiás. O que o Senador Maguito propôs, esse campus se transforma numa nova Universidade. O que o Senador Marconi propõe é cria-se uma Universidade e mantém-se o campus avançado da Universidade Federal. Os dois propõem criar a Universidade.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –** Simplesmente o Projeto do Senador Marconi não se refere ao campus.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Não se refere ao campus. Pode ser também.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –** Mas acho que a lógica da administração, a economia processual, já se subentende, Presidente, e é exatamente a transformação do campus.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – É o natural. Agora, essa transformação coincide com o Projeto já aprovado aqui, do Senador Maguito, em 2003.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Tem um lado positivo. Mostra que é um anseio do povo de Goiás, já que tem dois Senadores desejando a mesma coisa, apenas de maneira diferente, e facilita um pouco o entendimento dessa Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – É verdade.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Bom, o Projeto de Lei do Senado nº. 494/07, de autoria do Senador Marconi Perillo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar nova Universidade Pública no estado goiano de Catalão, da Universidade Federal do Estado do Goiás. A proposição dispõe que a criação da UFSG visa democratizar o acesso ao ensino de qualidade do país, a partir do aumento de oferta de vagas para o ensino superior, no Município de Catalão, uma região do sudeste do Estado de Goiás. O Projeto em exame vem interiorizar o ensino público de nível superior em Goiás, unidade federativa que, malgrado a sua importância para o Estado Brasileiro, conta com a única Universidade pública, localizada em Goiânia. No que tange aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que diz respeito à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar 95/1998.

Senador Cristovam, eu indago a V.Exa. se essa Comissão achar conveniente, nós poderíamos acrescentar aqui que a Universidade criada absorveria o campus. Poderíamos criar... Eu pediria, então, ao Secretário da Comissão que providenciasse esse acréscimo, que já há concordância, Srs. Senadores. É apenas para evitar uma dúvida lá na frente. O campus atual, que é da Universidade Federal, será absorvido pela Universidade a ser criada. Ok?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Pode ser.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Pronto. Quanto...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Como uma Emenda.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – É. Como uma Emenda. A assessoria prepararia...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – O que V.Exa. propõe é que campus fique com a nova Universidade?

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – É. Não, porque o Senador Cristovam, aí, ele um fato que é importante. Havia um Projeto anterior, de autoria do

Senador Maguito Vilela, que propunha transformar o campus...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Transformar o campus em Universidade.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Que hoje tem a possibilidade de extensão do campus...

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Exatamente. Então, para evitar qualquer dúvida burocrática no futuro, fica estabelecido, então.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Perfeito.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Quanto ao seu conteúdo, a medida parece-nos fundamental, uma vez que visa uniformizar as oportunidades do cidadão do interior e que, em regra conta com menos oportunidade de ensino, e os brasileiros citadinos, habitantes das capitais dos Estados. O Projeto é meritório e digno da acolhida dessa Comissão. Portanto, diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 494/07. Sala das Comissões, Heráclito Fortes, Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu quero lembrar, Senador, que esse... Senador Paulo Duque.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – (pronunciamento fora do microfone) entendi aqui que o Estado de Goiás só possui uma Universidade Federal. Uma... Todo o Estado. Mesmo com a capital sendo transferida para cá, etc. etc. Só possui uma. V.Exa. foi o Reitor da Universidade Federal de Brasília, não é isso?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – É isso.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Brasília está... Encontra-se dentro do território de Goiás. Logo, são pelo menos duas. Duas... Eu não sei bem qual é a população do Estado de Goiás. Mas, queria a opinião de V.Exa., essas duas Universidades atendem às exigências populares?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mesmo com as duas, não entende toda a demanda, tanto que há muitas Universidades particulares, em todo o Estado. Então, há uma necessidade de mais Universidades—

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Pelo menos mais uma.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Pelo menos mais uma, que é o que os Senadores... Dois Senadores diferentes propõem. E há um indício dessa necessidade porque já existe um campus avançado lá, com alguns cursos, provavel-



mente. A minha pergunta é como a gente vai aprovar um Projeto que é igual a outro já aprovado.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –** A observação do Presidente Cristovam, ela é pertinente. E essa correção feita aqui resolve o problema. Será incorporado pelo... Pelo existente. Porque não vejo como esse funcionamento...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Mas isso identifica ainda mais os dois Projetos. Identifica totalmente.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –** Exatamente. Na realidade, você junta um ao outro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** São iguais.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –** São iguais. Você otimiza a intenção do...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Eu não sei se é irregular, do ponto de vista do Regimento, se a gente pode estar votando um Projeto igual a outro, que já foi aprovado alguns anos atrás.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) –** Esse Projeto é, Presidente, ele é autorizativo?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Ele é autorizativo.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) –** O Governo pode fazer ou não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Pode fazer ou não.  
(risos).

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) –** É uma mera autorização que o Governo já tem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** É uma pressão sobre o Governo para criar essa Universidade. Como as escolas técnicas que nós aprovamos aqui.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) –** Todos são autorizativos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Mas o Presidente tem feito muita propaganda, que já criou, se não me engano, 10 Universidades federais.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –** Diante da ponderação de V.Exa., então, eu volto atrás e sugiro que seja aprovado do jeito que está e caberia ao Executivo tomar a providência que achar conveniente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Eu acho que é a posição muito correta porque, aí, estamos aprovando um Projeto diferente, mantendo o campus avançado da Universidade Federal de Goiás, e criando a nova Universidade do Sudoeste Goiano.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –** Estão mantidos separados.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) –** O que o senhor está propondo é que não desative o campus para não diminuir a capacidade de criar uma nova escola e dar mais oportunidades aos novos alunos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Isso. É isso. E, na hora de implantar o Governo negocia, discute, vê como é que faz. Com isso, nós temos dois Projetos diferentes. E um que não se opõe...

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –** Mas um não está na Pauta. V.Exa. apenas está citando um Projeto que já tem anos—

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Já tem cinco anos.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –** Nós estamos aqui com... Votando um Projeto de autoria do Senador Marconi Perillo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Exatamente. Senador Hélio, quer...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) –** A gente pode votar, não é, Presidente?

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) –** Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Diga.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) –** Eu estou satisfeito com as informações. Pelo menos fico conhecendo alguma coisa a mais sobre o Estado de Goiás. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Carentes de dois Senadores para obter o *quorum*.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) –** O item 02. Tem o item 02. Eu queria fazer uma proposta, se V.Exa. permitisse. É o item 02. Eu sou Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Claro. Então, vamos (interrupção no áudio). Está encerrada a discussão desse item. Em suspenso a votação. Passamos a discutir, o Senador Tuma propõe, o item 02. Senadores que estiverem de acordo com a inversão, fiquem como estão. Está aprovado. Estamos esperando três Senadores em breve.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) –** Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) –** Sendo o Projeto de Lei do Senado nº. 363/07, que “Altera os arts. 70 e 71 da lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para considerar como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas



com alimentação escolar”. Autoria do Senador Raimundo Colombo, o Senador Romeu Tuma é o Relator.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Presidente, eu vi com simpatia esse Projeto, mas eu fui alertado pelo Ministério da Educação, tem o Plano Nacional de Alimentação Escolar. E, objetivamente, todas as propostas que V.Exa. tem feito, em Plenário ou aqui, é investimento total na formação, na Educação. Então, eu pediria que retirasse esse Projeto de Pauta para uma nova análise, tendo em vista a conversa que tive com os membros do MEC, que o objetivo é direcionar toda a verba para a Educação. Alguns Governadores têm inserido como despesa para Educação outros tipos de atividade, o que tem sido rejeitado na prestação de contas pelo Fundo. Então, é uma cautela que pretendo tomar, se V.Exa. concordar, retirar de Pauta para o reexame.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador, eu não só concordo. Eu o parabeno por isso. Porque, com esse artigo, se esse Projeto e gostaria de conversar com o Senador Raimundo Colombo se for aprovado, já se tira dinheiro pela DRU. Vai tirar agora para alimentação. Claro que vai alimentar as crianças, mas vai ser feito com o dinheiro da Educação.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Nós temos que forçar o Governo a ter a verba para a alimentação e Educação...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Ou seja, hoje os 18% que a Constituição–

(falas sobrepostas).

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – ...Eu acho que Raimundo Colombo teve uma boa idéia, acho que foi cheia de razão, de sentimento, provavelmente com alguns problemas que tem no seu Estado, mas eu acho que temos que raciocinar um pouquinho mais, baseados nos ensinamentos de V.Exa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Por exemplo, hoje, os 18% que a Constituição obriga não incluem os gastos com merenda. Então, vai ficar mais fácil cumprir esse artigo. E vai-se tirar muito. Porque hoje o que se gasta com merenda é muito pouco. O Governo vai tirar isso tirando dinheiro da atividade, diretamente, pedagógica.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Eu recebi um documento bem explicativo e, se o senhor permitir, retiro de Pauta para reconsiderar e...

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Sr. Presidente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – O Senador Heráclito pediu a palavra.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Sr. Presidente, eu quero apenas lembrar que esse Projeto, ele não cria despesa; é um Projeto autorizativo. Agora, quero fazer uma reclamação a V.Exa. V.Exa. ao parabenizar o Senador Romeu Tuma, me deixou numa posição mal. Porque, se V.Exa. tivesse me dito que esse Projeto não era bom para o país...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Estamos falando de outro Projeto, Senador Heráclito.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Não é o seu.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Há, bom. Então desculpe–

(falas sobrepostas)

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não, Senador, de jeito nenhum. Não, deixa eu explicar, Senador. É que eu suspendi a votação... Suspendi a votação, Senador, não fiz... Encerramos a discussão do seu Projeto–

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Ah, porque não há número...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – ...Esperando *quorum*, passei para outro.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Então, eu peço desculpas a V.Exa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não, não, de maneira alguma. Teria toda razão de cobrar duramente.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Eu penso que ele ia meter o pau em mim e eu fiquei tremendo aqui.

(risos).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Estou falando, Senador, do item 02 que autorizaria que o gasto com alimentação entraria como parte do gasto de manutenção da Educação. Quando na verdade a alimentação é fundamental. Sem ela não tem Educação. Mas gastar... Tirar dinheiro da Educação para pagar a merenda vai enfraquecer o processo educacional. Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – É exatamente nesse sentido que eu quero também enaltecer a iniciativa do Senador Romeu Tuma, de retirar o item de Pauta para um reexame, porque, atualmente, o dinheiro da alimentação vem da seguridade ou do próprio Orçamento. E este valor da merenda, vamos dizer, da alimentação, que é fundamental, como V.Exa. coloca, representa cerca de um bilhão e 300 milhões de reais. O recurso da União, que são os 18%, representa 15 bilhões de reais.

Então, se tirássemos, na sequência, naturalmente que tudo isso seria retirado do recurso da Educação, estaríamos retirando praticamente 10% dos recursos da Educação para a merenda.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Dos recursos federais.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Dos recursos federais. Então, na verdade, nós temos que enfatizar o fato de que esses um bilhão e 300 milhões vêm de outras fontes, o que, na verdade, reforça um orçamento a favor da criança, a favor do adolescente... É uma preocupação da seguridade, é uma preocupação do Orçamento para que os 18% da União sejam destinados diretamente... Deveriam ser mais até, porque 15 bilhões, para tudo, eu diria que é muito pouco. Mas, pelo menos, reforçar que sejam destinados para coisas específicas da Educação. E reforçar o orçamento da seguridade, do próprio Orçamento, para que haja mais recursos para a alimentação escolar. Obrigado, Sr. Presidente.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Obrigado, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Continua em discussão o assunto. O pedido de vista do Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Retirada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Ah, ele é o próprio Relator.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Estou pedindo para corrigir algumas distorções...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Só estou colocando em discussão porque aí pode agregar...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Perfeito. Estou gostando porque estou pegando subsídios. Essa discussão está ajudando aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Paulo Duque, com a palavra.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – V.Exa. está falando em 18%. Quando foi votada, em 1988, destinava 25. E eu pergunto, só para...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não, aqui são 18% do Governo Federal; 25 dos governos estaduais e municipais.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – E municipais, quer dizer, pode-se considerar que esta... Esse Projeto, tendo, como tem, um cunho só de autorização, não foi isso? Está autorizando. O Governo faz ou não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mas nós estamos autorizando uma coisa que é negativa para a Educação.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Exatamente. Sugerindo uma coisa que é... Autorizando e sugerindo. Seria até um teste, mas—

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – V. Exa. me permite um aparte?

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Eu concordo, seria até um teste para o Governo. Mas eu concordo com o parecer do Senador Flávio Arns, com a opinião dele. Vejo que também é a opinião do Senador Romeu Tuma. Estou sentindo um clima de retirada como uma solução razoável para esse Projeto aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito obrigado.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sr. Presidente—

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu quero lembrar...

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Eu só quero esclarecer, a título de esclarecimento mesmo, que o Projeto não é autorizativo só. Quer dizer, acrescenta-se uma possibilidade de gastos com recursos da Educação, o acréscimo da alimentação escolar, que é um gasto importante, mas que pode vir de outras fontes, como foi enfatizado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Mas o Senador Paulo Duque tem razão também porque ele muda a lei. Mas o Governo, se quiser, pode colocar mais recursos. Então, na verdade, ele é determinante, mas o Governo não fica impedido de colocar mais recursos. De certa maneira, autoriza, entendeu? O Projeto é determinante, mas não obriga o Governo a tirar dinheiro da Educação para a alimentação. Permite. Agora, ao permitir, certamente, Senador Papaléo, vai acontecer isso.

Nós temos, na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto que elimina a DRU na Educação. Enquanto não for aprovado, a gente teria uma situação muito difícil.

Bem, está concedida vista. Eu vou pedir ao Senador Mão Santa que apresente o relatório do item nº. 05, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, no Estado de Rondônia. É de autoria do Senador Valdir Raupp. Eu peço ao Senador Mão Santa que faça a apresentação do seu relatório favorável.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Da Comissão de Educação e decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado, PLS 409/2007. que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, no Estado de Rondônia. Relatório: O

Projeto de Lei PLS nº. 409/2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ariquemes, no Estado de Rondônia.

Em seu art. 2º, o Projeto em exame estabelece que a nova instituição de ensino rondoniense visa a atender as necessidades regionais do desenvolvimento da agropecuária e do manejo florestal. Segundo justificção do PLS nº. 409, serão beneficiados com a iniciativa tanto o Município de Ariquemes, com população de 75 mil habitantes, quanto os nove outros Municípios à sua volta.

Encaminhado a essa Comissão para decisão em caráter terminativo, o Projeto não recebeu Emendas no prazo regimental. Análise: A Educação profissional tem por meta, entre outras, tornar o setor produtivo, mais competitivo e mais capacitado, a gerar empregos de qualidade para a juventude brasileira. Por outro lado, segundo estabelece o art. 39 da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394, de 1996, essa modalidade de ensino integra-se às diferentes formas de Educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

A proposta de criação de uma escola técnica em Ariquemes para atender à demanda de formação de profissionais, nas áreas do manejo florestal e agropecuária, está em absoluta sintonia com as potencialidades econômicas de Rondônia. A medida apresenta inegável relevância no aspecto social, ao fomentar a inserção produtiva da juventude em empregos qualificados e, na área econômica, ao estimular o desenvolvimento estadual em bases sustentáveis.

No que se refere aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº. 95/1998. Voto. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 409/07, Senador Francisco de Assis de Moraes Souza, Mão Santa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Antes mesmo de pôr em discussão, eu não quero segurar os Senadores aqui, com tantas atividades, Sessão solene em homenagem às mulheres, CPIs e outras comissões. Há um Senador chegando e, ainda assim, faltará um para o *quorum*. Eu consulto aos Senadores se continuamos como estamos. Ótimo, fico feliz com essa decisão.

Bem, está em discussão o parecer do Senador Mão Santa. Não havendo... Vamos suspender, portanto, adiar a votação para quando tenha *quorum*. Precisamos de um Relator. Então, está encerrada a votação. A discussão, aliás, e a votação, faremos depois.

Vamos passar para o item nº. 11. Matéria que constou na Pauta de nº... 11 também. 12, que tem a

presença do Senador Paulo Paim. Projeto de Lei do Senado 571, que “dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, bem como a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”. O Projeto é do Senador José Nery, a Relatoria do Senador Paulo Paim.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Sr. Presidente, eu vou fazer a leitura do Relatório, se chegar o *quorum*, eu faço uma síntese porque é matéria que tenho total conhecimento. Vou lendo o Relatório. “Chega ao exame dessa Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado 571/2007, de autoria do Senador José Nery, que propõe a instituição do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, a ser comemorado, ou a ser lembrado no dia 28 de janeiro de cada ano. E a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que inclui a referida data.

Ao justificar o Projeto, o autor menciona a persistência do trabalho escravo no Brasil, mesmo após 120 anos da sua abolição oficial. E afirma que diversas empresas, infelizmente, mantêm um número estimado entre 25 mil a 40 mil trabalhadores em condição de vida e de trabalho degradante, análogas à escravidão. Defende que a instituição de um dia e de uma semana para a reflexão acerca desse problema poderia despertar mais debates e soluções para essa chaga, que envergonha o país. A data escolhida, vale dizer, busca homenagear os fiscais do trabalho, João Batista Soares Lages, Erastóteles(F) de Almeida Gonçalves e Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, assassinados quando apuravam uma denúncia de trabalho escravo na zona rural de Unai, em 28 de janeiro de 2004. Não foram apresentadas Emendas no prazo regimental.

Análise. Não há incompatibilidade entre o teor da proposição e o texto constitucional. A espécie normativa é adequada ao fim proposto e os dispositivos regimentais pertinentes à matéria foram observados. Quanto à técnica Legislativa, ressalvo apenas que a referência contida no art. 3º ao artigo anterior é desaconselhada pela Lei Complementar nº. 95/98, que prescreve a remissão ao número do artigo citado.

No mérito, é impossível destacar suficientemente a importância de erradicar o trabalho escravo. Além de representar uma vergonha para a nossa sociedade, esse crime atroz é uma tragédia de magnitude imponderável para as suas vítimas diretas e provoca extrema repulsa em quem tenha o mínimo de senso de humanidade. As escolas nos ensinam que a escravidão foi abolida há quase 120 anos. Isso aplaca um pouco a revolta contra esse mal, que estaria confinado ao passado, mas a realidade é outra. Apesar da abolição oficial, a escravidão jamais foi completamente



extirpada e, ainda hoje, há dezenas de milhares de pessoas sujeitas à condição análoga à de escravo. Tanto brasileiros, nossos compatriotas, como pessoas de outras origens são tangidos pela miséria e atraídas pela promessa enganosa. Isso não pode continuar. Aí, ficam submetidos ao trabalho escravo.

O primeiro passo à abolição oficial já foi dado há muito tempo. O segundo passo, a erradicação completa desse mal, não pode ser dado sem que a sociedade desperte para a existência do problema, que muitos ainda procuram ignorar. A conscientização é imprescindível e a dedicação de um dia, de uma semana ao esclarecimento desse tema pode trazer bons frutos, a partir dos debates, das campanhas, do engajamento de mais pessoas nessa luta. Podemos encontrar boas soluções para que não mais tenhamos que lidar com a escravidão no tempo presente e possamos dar algum alento às vítimas diretas do trabalho escravo e aos que lutam pela erradicação desse problema.

O voto, por essas razões, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 571/2007, com a seguinte Emenda de redação, que eu já comentava na análise. Dar-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº. 571/2007: “Fica instituída a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que incluirá a data estabelecida no art. 2º”; a data que estabelece o art. 2º é a data de 28 de janeiro, como Dia Nacional do Trabalho Escravo. É esse o relatório, Sr. Presidente. Acho que é uma iniciativa importantíssima do nobre Senador José Nery. Eu, junto com V.Exa. e outros Senadores, apresentamos um Requerimento para que tenhamos, no mês de maio, um longo debate sobre a questão da escravidão no Brasil e esse tema, infelizmente, vem acompanhar esse debate porque é uma realidade. Nós temos, lá na Comissão de Direitos Humanos, que V.Exa. foi Presidente, uma Subcomissão do Trabalho Escravo, presidida pelo Senador José Nery, que tem constatado, infelizmente, a realidade no nosso Brasil em relação ainda ao chamado trabalho escravo ou trabalho análogo ao trabalho escravo.

Acho que esse dia e essa semana vão ser de muito debate, de muita reflexão, de campanhas em nível nacional, de podermos apontar caminhos para que não se cometa mais esse crime hediondo. Quero lembrar que agora teremos, inclusive, lá no Nereu Ramos, um debate, Sr. Presidente sobre... Amanhã, dia 12, sobre a importância do fim do trabalho escravo no Brasil, inclusive, pela aprovação de uma PEC, que é do ex-Senador Ademir Andrade, que diz que, naquelas terras onde for comprovado o trabalho escravo, a terra seria desapropriada para fim de Reforma Agrária. Então, está havendo um movimento, no Brasil e no mundo,

para o combate ao trabalho escravo e essa proposta do Senador José Nery vem contemplar essa visão que, naturalmente, está embutida nas políticas humanitárias que, com certeza, todos nós defendemos.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Pela ordem, o Senador Tuma e, depois, o Senador Paulo Duque.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Se o Paulo quiser ir na frente, não tem problema.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Sr. Presidente—

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Pois não.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Eu queria pedir a permissão dele, eu vou ter que me retirar, já vi que não vai dar número, mas eu queria pedir sua permissão, Sr. Presidente, para dar um aviso da minha Comissão, da qual V.Exa. é membro e tem vários aqui e que se interessam pela matéria. Ficou acertado hoje, às 15h30, nós vamos receber, ou no meu gabinete, dependendo da quantidade de Senadores que se interessem pelo assunto, ou na Comissão de Relações Exteriores, a visita do Embaixador da Espanha, o Sr. Ricardo Peidró, para que nós possamos discutir um pouco essa questão envolvendo migração de brasileiros e espanhóis. Foi um gesto positivo do Embaixador e simpático em ter nos colocados a possibilidade desse diálogo e, acima de tudo, vir ao Senado. De forma que eu queria poder incluir V.Exa., a presença, às 15h30; aos que são membros da Comissão, é o aviso que eu queria dar. Agradeço a V.Exa.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Senador Heráclito Fortes, se me permitir, é que eu estarei lá, em nome da Comissão de Direitos Humanos; por decisão tomada, nós íamos aprovar o Requerimento lá, mas resolvemos não aprovar e nos somarmos à sua iniciativa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu, primeiro, felicito o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, a qual eu tenho muita satisfação de fazer parte, pelo convite e por esse encontro. E creio que a Comissão de Educação deva estar lá porque, entre outros que foram devolvidos, são professores, pós-graduados, estudantes que iam estudar ou até fazer palestra. Seja na Espanha, ou seja em Portugal, que eu li no jornal, uma ia para Portugal e foi impedida.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – A estudante foi convidada pela Comissão, V.Exa. não estava, já tinha saído, foi convidada pela Comissão para



vir ao Senado dar explicações sobre o que aconteceu com ela.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – O grande problema é a decisão da União Européia responsabilizar cada país pela entrada de clandestinos. Então, a coisa ficou quase que uma violência, de rejeição e, principalmente, de sul-americanos. Então, há uma decisão na União Européia para punir o Estado que permitir a entrada de estrangeiro que vá para se... Trabalho ilegal e tudo isso. Então, é uma coisa séria que, realmente, o Governo Brasileiro tem que ter uma discussão mais séria sobre isso. Então, acho que é importante—

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)**  
– Sr. Presidente, pela ordem.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – O Senador...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Vamos voltar, então. Tem o Senador Romeu Tuma, que ia falar e o Senador Paulo Duque depois, e o Senador Crivella depois. Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Senador Paim.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Paulo Duque.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – É pela ordem. É só porque o Senador Heráclito Fortes está saindo, Sr. Presidente, e ele pediu, então, para dizer que, devido ao interesse da Comissão de Direitos Humanos, e importante, Educação e Relações Exteriores, que a Reunião vai acontecer na Comissão de Relações Exteriores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – É rápido. Senador Paim, queria cumprimentá-lo pelo Relatório. Pergunto se o art. 3º não poderia ser extinto e ficar só o art. 2º completo, com a data. Aí é uma questão de ordem, mas, Senador, eu trabalhei muito contra o trabalho escravo desde que era Diretor na Polícia de São Paulo. Porque é um período sazonal, de colheita nas fazendas, aonde os gatos contratam trabalhadores sem nenhuma perspectiva de um tratamento digno. E, num período intenso, de luta quase que armada nessa fase de colheita, onde confrontos existiram com tiros, com queima de ônibus, foi estabelecendo algumas regras de comportamento, Senador Paim, para dar um atendimento melhor. Inclusive, não ir mais na carroceria de caminhão, não estarem em locais que não possam ascender à cidade. Tudo isso foi discutido e hoje a lei não permite que aconteça.

Então, a Polícia Rodoviária Federal tem trabalhado intensamente, principalmente no Norte e no Nordeste, contra esse tipo de atividade. Eu não sei se essa semana seria bom a gente fazer um simpósio, uma Reunião, para trazer membro do Ministério Público do Trabalho e Juiz do Trabalho para a definição de alguns conceitos sobre trabalho escravo ou assemelhado. E eu alertaria, Senador Paim... Senador Paim, se me permitisse, eu alertaria que, no caso do plantio de drogas proibidas, há a desapropriação para Reforma Agrária. Mas nenhum Juiz ainda deu favorável porque todas as terras são alugadas. Alugadas por terceiros e o proprietário disse: “Eu não sabia que ele ia fazer isso”. Então, fica uma posição defensiva muito fácil.

Então, o Projeto tem que se acautelar e, seja de quem for a terra, ela poderá ser desapropriada porque o proprietário vai ter a responsabilidade de fiscalizar a atividade que vai ser exercida naquilo que é sua propriedade. Então, voto a favor do Projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Paulo Duque.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Esse Projeto tem sido... O sentimento desse Projeto tem sido objeto de muita discussão, sobretudo no Rio de Janeiro, nas grandes cidades. Eu noto que é muito diferente esse problema que ocorre também nas grandes cidades, do que aquele... Do que o mesmo problema que ocorre no sertão, nas savanas, nos campos, nas fazendas, nos sítios, nos lugares ermos. Há uma diferença fundamental. É que é muito mais fácil a fiscalização do trabalho dito escravo numa grande cidade, como São Paulo, Rio, as capitais, do que nos locais ermos, isolados... Sem dúvida alguma. Esse é um ponto que eu gostaria muito de ver debatido, de ver definido o trabalho escravo, daquele homem do interior, que vive longe da autoridade, que vive distante das autoridades trabalhistas, que não tem nem autoridade trabalhista nenhuma por perto dele do que o trabalho escravo que existe na grande cidade. Esse que é o ponto que eu acho que é o mais difícil, essa linha de transição entre um aspecto e o outro, que eu ainda não vi, honestamente não vi uma discussão, um debate sobre esse pontinho que parece pouco importante. Mas é muito importante. O trabalho escravo do interior e o trabalho escravo da grande cidade. E existe. Os dois existem.

Gostaria de, oportunamente, ouvir a opinião dos autores dos Projetos sobre esse aspecto, que não tem definição, que não existe uma clareza, e que é preciso que haja.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado, Senador.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Zambiasi, está querendo o seu Requerimento, não é?

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Então, eu vou encerrar a discussão do item e voltaremos a votar quando tivermos *quorum*. Se nós tivéssemos ficado todos aqui, teríamos um a mais do *quorum*. Lamentavelmente, saíram dois dos que estavam e chegou... Chegaram alguns... Mas falta um ainda para o *quorum*, não? Estão faltando quantos?

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Sr. Presidente, está encerrada a discussão?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Não, não. Quero só dizer que está ficando difícil continuar, como eu disse há pouco, tomando o tempo dos Srs. Senadores, não tem senhoras hoje, e sem *quorum*.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – É terminativo, não é, Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – E está difícil trazer. E, quando a gente trouxe, saíram dois—

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Sr. Presidente, se o senhor for encerrar, e tenho um requerimento que—

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu vou colocar, então, em votação. O Senador Crivella tinha pedido a palavra antes.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Pedi, Presidente. Pedi sim, apenas para elogiar e enaltecer o Senador Paulo Paim e dizer a ele que tem um Projeto para transformar o trabalho escravo em crime hediondo, acho que é uma coisa que o Brasil tem que superar, e pedir a V.Exa. para incluir extrapauta um Requerimento de minha autoria, fazendo um voto, quer dizer, propondo aqui à Comissão um voto de congratulação aos 100 anos... 100 anos não é todo dia que se faz. 100 anos do Colégio Batista Shepard do Rio de Janeiro. Um trabalho extraordinário, prestado por esses missionários, que deixaram para a nossa cidade uma escola de ensino primorosa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Consulto se os Senadores aceitam colocar extrapauta. Os que estiverem de acordo fiquem como estão. Está aprovado. Coloco imediatamente em votação o Requerimento.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Só um esclarecimento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Paulo Duque.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Eu queria saber se o Senador Crivella está se referindo ao colégio Batista da Tijuca.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Ele mesmo, Senador.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Da Rua Conde Bonfim?

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Quase esquina com a Rua Uruguai.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Conheço o colégio e acho bem oportuno.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Muito obrigado, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito bem. Senador Mão Santa.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Porque... Devido o nosso país ter uma forte tendência ao catolicismo, então, é impregnado que a educação foram os jesuítas e tal. Mas os evangélicos, por exemplo, a escola de Mackenzie, que, no seu jornal, V.Exa. diz aqui, em 1870, foram justamente esses evangélicos que criaram o Mackenzie, em São Paulo. Então, a força dos evangélicos também sempre foi muito forte na Educação. Não só aqueles cristãos, católicos, como Marista, os jesuítas, salesianos e tudo. Houve uma intromissão muito pujante e forte dos evangélicos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bem, está em discussão. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado, Senador Crivella. Agora, o Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Presidente Cristovam Buarque, também a solicitação de inclusão extrapauta de um pedido de Audiência Pública, uma sugestão de Audiência Pública porque 2008 tem uma feliz coincidência para Brasília, tem os 50 anos de Brasília e os 50 anos da Copa do Mundo de 1958. E a sugestão é uma Audiência Pública em comemoração, em homenagem aos 50 anos dessa conquista. E, quem sabe, até dê para se fazer das duas conquistas. Mas seria interessante que a Comissão, que inclui aqui o esporte como uma Subcomissão, possa trazer aqui para uma Audiência Pública este fato marcante para o Brasil, especialmente, mas para o mundo inteiro, que foi a conquista da Copa do Mundo de 58. 50 anos dessa conquista.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Parabenizo pelo Requerimento. Mas eu coloco em votação, se colocamos a discussão extrapauta. Todos estão de acordo? Então, está aberta a discussão. Alguém quer fazer um pronunciamento sobre esse assunto? A proposta do Senador Zambiasi...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Queria falar ao Senador Paim que retiro a consulta sobre os artigos 2º e 3º, que a própria Legislação em vigor exige que os dois artigos componham o Projeto. Então, eu peço desculpas pela interferência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Só quero dizer que vamos pôr em votação o Requerimento do Senador Zambiasi, que eu considero extremamente oportuno, sobretudo para aqueles que já passaram dos 60, como eu, e que se lembram bem daquela primeira Copa que o Brasil ganhou e que a gente ouvia pelo rádio, não é isso Senador Tuma, Senador Paulo Duque e Senador Mão Santa?

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Até pelo Galena.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Esses jovens não sabem disso.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Até o rádio Galena.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – 58, 50 anos... Eu ponho—

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Vicente Feola.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Vicente Feola. Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se estão. Aprovado, Senador Zambiasi. Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Sr. Presidente, quero só fazer um aditamento ao Requerimento 2005/2007, para requerer a realização de uma Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para discutir a elaboração de uma lei específica, geral, para o setor teatral. “Solicito, nos termos regimentais, que as próximas audiências sejam realizadas de forma conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte”. É esse o Requerimento, Sr. Presidente. Só um aditamento para que haja uma Reunião conjunta com a Subcomissão e dessa Comissão para discutir uma lei específica sobre o setor teatral.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Presidente, o Requerimento da Subcomissão, vai ler agora, do cinema, é esse que... Esse que o Senador acrescentou? Foi no...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Tuma, o Senador... Senador Paulo Duque, eu queria que colocasse o som. Porque os outros não estão escutando o som.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Não, eu só estou dizendo se esse Requerimento do Senador

Paim, agora, é referente ao Requerimento da Subcomissão de Cinema, Teatro... Que vai ser lido agora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – É outro, Senador.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Esse Requerimento vai ser lido com outros Senadores para que tenhamos uma Audiência Pública com o objetivo de discutir... Efetivamente uma lei na área do teatro. Assinam aí oito Senadores.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Só sobre o teatro. Exclusivamente.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – (pronunciamento fora do microfone ).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Então, eu ponho em discussão. Os estiverem de acordo, permaneçam como se estão. Está aprovado. Senador Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Poderia me dar cópia, por favor? Por isso, Paim, esse Requerimento é sobre... Então, pensei que o senhor tivesse fundido. Pedido... É um Requerimento, expondo, nos incisos II, IV, IX e XI do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para discutir a elaboração de uma lei específica, geral, para o setor teatral.

Então, ela define aqui esse Requerimento do Senador Paim. É o mesmo, nobre Senador? Então, se já está sendo aprovado... É para fazer conjunto. Então, tem aqui a justificativa, principalmente destinada ao Ministério da Cultura e, especificamente à FUNARTE, entre outras questões relevantes, tratadas por este colegiado, que é a Subcomissão.

Então, o Requerimento é pela aprovação. Acredito eu que seria... Está assinado por vários Senadores, e acredito que os outros poderão assinar também. Acho que é importante que haja essa discussão.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Exclusivamente sobre teatro, Presidente. Que não vai entrar televisão, não vai haver cinema, não vai haver nada. Só teatro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Só teatro. Essa é a idéia.

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Esse é o espírito do Requerimento. É exatamente isso que eu quero que fique bem claro. Bem claro. Que não haja televisão aqui e atores, que não sei o que. É teatro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Isso. É o teatro. Bem...

**SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ)** – Aí eu aprovo.



**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aqui tem... Eu quero colocar um Requerimento meu, tendo em vista que, na última Sessão, Senador Tuma, o Reitor da UnB não pôde comparecer. Eu gostaria de convidá-lo uma vez mais. Então, eu reapresento o Requerimento da realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a presença do Sr. Timothy Mulholland, Presidente do Conselho Diretor das Universidades Brasileiras, para prestar esclarecimentos sobre o papel e a gestão das fundações vinculadas a instituições federais de ensino superior.

Eu consulto se os Senadores estão de acordo. Então, está aprovado. Eu peço desculpas, que não consegui segurar todos os Senadores todo tempo, e, quando a gente... Chegavam alguns, outros já tinham saído. Mas, de qualquer maneira...

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Professor Cristovam, pediria permissão. Primeiro, para prestar homenagem aos que fizeram esse jornal especial do Senado. E V.Exa., sem dúvida nenhuma, é o ícone. Mas, de todo, eu resumi que devemos gravar, nós, Senadores, primeiro, que foi o Manoel Nóbrega que começou a Educação, depois os Jesuítas etc. Em 1808, a primeira Faculdade de Medicina, lá na Bahia. Depois, surgiu a de Direito. Mas, o importante, o que eu quero dizer é o seguinte: Getúlio Vargas traduz, que foi o grande estadista dessa pátria. Atentai bem para o que Getúlio disse sobre a Educação, aqui memorado por esse jornal aqui dessa Comissão de Educação, tão bem dirigida pelo professor. Getúlio Vargas, em 1934. Constituição sobre Getúlio Vargas dispõe que a Educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, pela família e pelos poderes. Mais adiante, ponto alto disso aqui. Instituto Rio Branco... Está aí uma homenagem... O Arthur Virgílio... Mas, mais importante, nós temos que destacar, o ponto mais negro que eu acho, em 1992, as disciplinas OSPB e EPB deixam de ser obrigatórias. Aí que começou a desgraceira, a má Educação, a falta de disciplina. Todas outras Constituições tinham aquela inspiração Getuliana. E aqui, em 1992, começamos a enterrar a Educação e vivermos a barbárie dos dias de hoje. As disciplinas OSPB e EPB deixam de ser obrigatórias. Elas têm que voltar.

E enaltecer, durante tudo isso, nós temos que prestar a homenagem àquilo que, sem dúvida nenhuma, ficou na história da Educação. Quando o Governador Cristóvam Buarque cria, no Distrito Federal, o “Bolsa-escola”, que ele continue a merecer o seu respeito e a inspiração do grande mestre, professor Cristóvam

Buarque. Então, esses são os fatos mais importantes de toda a história da nossa Educação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Obrigado, Senador. Eu quero dizer aos Senadores que eu acabo de receber esse jornal e quero, talvez, que saia dessa Comissão, Senador Paulo Paim, o voto de... Até felicitações ao setor do Senado que fez esse jornal especial, e um agradecimento ao Senador Garibaldi. Eu creio que foi uma iniciativa deles, que deixou a Comissão em muito boa situação. Então, vou fazer um documento com a aprovação dos Senadores. Está bem? Todos assinariam.

Bem, eu agradeço a todos e pediria que aqueles que são da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, que fiquem aqui ainda um pouco, para uma Reunião da Subcomissão. Quais são os Senadores que fazem parte? São os que estão aqui.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Exatamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu passo a palavra ao Presidente. Bem, está encerrada a Sessão e passo a Presidência... Não, agora começa uma nova Sessão da Subcomissão e o Presidente, Senador Flávio Arns, assume.

*(Sessão encerrada às 12h41.)*

## **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de março de 2008.**

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA**

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia dezoito de março de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Mão Santa, Marco Maciel, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellingtona Salgado, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Paulo Duque, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves e Rosalba Ciarlini. Justificam a ausência os Senhores Senadores Flávio Arns, Raimundo Colombo e Marisa Serrano. O Senhor



Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 05/07 – SCTMC e 10/08 – CE de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini, Demóstenes Torres e Romeu Tuma e Aditamento nº 01/08 aos Requerimentos nºs 05/07 – SCTMC e 10/08 – CE, de autoria dos Senadores Paulo Duque e Paulo Paim, que tem como objetivo **debater o Projeto de Lei Geral do Teatro**, fruto de um trabalho conjunto da Subcomissão e da Comissão e o setor teatral nos últimos 4 (quatro) anos. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Luiz Roberto Nascimento Silva, Advogado e Ex Ministro de Estado da Cultura; Senhora Marley Bisol Caprara Danckwardt, Conselho de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul; Senhora Fernanda Signorini, Produtora Teatral – SP; Senhor Celso Frateschi, Presidente da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE; Senhora Regina Duarte, Atriz e Senhor Eduardo Barata, Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR. Antes de dar início a reunião, a Presidência registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, da Deputada Solange Amaral (DEM/RJ), Deputada Marinha Raupp (PMDB/RO); da atriz Beatriz Segall, do ator Odilon Wagner, Produtor de São Paulo – SP; Senhor Carlos Mamberti, Produtor de São Paulo; Senhor Mário Martini, Produtor de São Paulo; Ana Luiza Lima, Produtora da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR; Senhor Roberto Nascimento, Secretário de Fomento do Ministério da Cultura; Senhor Ney Piacentini, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro; Senhor Sérgio Mamberti, Secretário da Identidade e Adversidade Cultural do Ministério da Cultura e Tatiana Rubin, Sócia-Diretora da Rubim Produções Culturais e Eventos Ltda e Produtora Independente. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, não membro da Comissão, Eduardo Azeredo, Ideli Salvatti, Paulo Paim, autor do Aditamento, Marconi Perillo e Mão Santa. A Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social** lavrasse a presente Ata,

que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bom-dia a cada uma e a cada um, havendo número regimental declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto a apreciação pela dispensa de leitura das às Atas das Reuniões anteriores e aprovação das mesmas, os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram, está aprovado. A presente Reunião atende a Requerimento nº 005 da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social de 2007, aprovado de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini, Demóstenes Torres, Paulo Paim e Paulo Duque, respectivamente. Para realização dessa Audiência Pública destinado a discutir o Projeto de Lei geral do teatro. Dando início a audiência pública, solicito que o Secretário, Júlio Linhares acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa. E convido todos a sentarem na Mesa, porque o lugar do debate será aqui. Por favor. Que bom ter você aqui, viu? Eu quero lembrar a todos que essa é uma das audiências que nós vamos fazer sobre o assunto, teremos mais duas audiências nas quais todos os grupos terão oportunidades de manifestar a opinião que tem. Todos. Eu fico muito feliz de estar aqui levando adiante, essa audiência que visa algo o que Brasil já deveria ter feito há muito tempo. Há muito tempo já deveríamos ter uma Lei, um sistema que promova nesse país aquilo que é um lugar aonde nasce e se desenvolve a alma de um povo, que é o teatro. E adiamos tanto tempo, ao mesmo tempo não é possível fazer uma Lei como essa sem uma boa discussão. Estão envolvidos assuntos fundamentais como a promoção, como a liberdade, como respeito a todos os grupos, todas as escolas, todas as falas e isso exige um cuidado muito especial. Por essa razão, que convocamos essa audiência e vamos convocar outras tantas quanto sejam necessárias para que no final, depois de esperar tanto tempo sem uma Lei que atenda a todos os interesses, todas as possibilidades, todos os gostos e que sejam um instrumento de promoção e não de entrave à atividade teatral. Quero dizer que fico satisfeito de ter os 3 Senadores no momento em que é difícil reunir Senadores em qualquer Comissão, aqui há pouco foi suspensa uma de Assuntos Econômicos, coisa tão importante e o Teatro conseguiu reunir Senadores, mas o fundamental para nós é que aqui está a TV Senado, o rádio

Senado levando para todo Brasil esse debate que depois eles repetem sistematicamente. Por isso, no final eu tenho certeza que esse debate terá um papel muito importante. Nós temos 6 convidados nesta audiência, na próxima talvez sejam 6, talvez sejam 4 conforme a necessidade, o Sr. Luiz Roberto Nascimento Silva, nosso ex-Ministro da Cultura; Sr<sup>a</sup> Marley Bisol que é do Conselho de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, a Sr<sup>a</sup> Fernanda Signorini que é produtora teatral, o Sr. Celso Frateschi Presidente da Fundação Nacional de Artes, a atriz Sr<sup>a</sup> Regina Duarte e o Sr. Eduardo Barata Presidente da Associação dos Produtores e Teatro do Rio de Janeiro. Ou seja, um grupo bastante amplo onde estão produtores, artistas e o Estado. Mesmo assim, ainda não representa a totalidade que a gente vai conseguir ter em outras audiências. Eu vou passar a palavra na ordem que eu li. Passando a palavra em primeiro lugar ao Dr. Luiz Roberto Nascimento Silva. Nós vamos limitar o tempo, mas eu não sou daqueles que gostam de cortar o tempo de ninguém, então, se alguém se estender um pouco ele está alongando a Reunião, porque a gente não vai cortar de ninguém. Seria bom que não adiasse muito. Nós vamos dar 10 minutos a cada um, mas obviamente se for preciso um pouco mais não vamos cortar. E depois haverá tempo para as perguntas dos Senadores e para as respostas. Então eu passo a Dr. Luiz Roberto Nascimento Silva agradecendo a sua presença.

**DR. LUIZ ROBERTO NASCIMENTO SILVA** – Eu que agradeço. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão, nós agradecemos pessoalmente essa oportunidade, Sr. Senadores presentes, agradecê-los também numa semana difícil a presença dos Srs. Inicialmente eu gostaria de agradecer a APTR, a Associação dos Produtores Teatrais do Rio de Janeiro, o convite profissional que me fez para como advogado pudesse auxiliá-la na elaboração de um novo marco legal para o teatro brasileiro. Nós sabemos que a Associação, isso irá depois bem dito explicitado pelo Eduardo Barata, desde 2005 como parece essa Comissão visando desenvolver e ajudar as questões em torno do teatro. Esse movimento, inclusive, permitiu um arranjo importante por ocasião da Lei do esporte. As dificuldades do teatro são conhecidas por todos e pertence a um conjunto que não é só do teatro, é da sociedade brasileira. Mas isso não nos furta de pretender dar uma colaboração nossa. E é nesse sentido que nós estamos aqui, a idéia do nosso Projeto é, realmente colaborar com o MinC, colaborar com a FUNARTE e trazer uma contribuição efetiva, objetiva para a superação das dificuldades que hoje nós encontramos. Nós representamos, na realidade, um movimento apartidário(F), nenhum de nós aqui tem uma vincu-

lação política, nenhum de nós representa um credo específico, apenas de um único partido, que é o partido do teatro brasileiro. Isso que nos une. E tenho certeza que essa será a compreensão do próprio Ministério da Cultura na medida que nós estamos aqui para ajudar, para colaborar com o Ministério da Cultura, para caminhar junto com ele e não fazer alguma coisa em oposição a ele. Esse Projeto, que é ainda um esboço que será enriquecido com a Comissão, certamente poderá ser bastante útil para que o Ministério o aproveite e se possível incorpore à sua praxe e seu momento. Uma coisa importante nós salientarmos é certamente o esgotamento da Lei Rouanet, a Lei Rouanet foi fundamental durante muitos anos para atividade cultural e temos que fazer essa referência a ela, mas na verdade, nesse momento ela não atinge, ela não alcança mais a totalidade da demanda do setor teatral. E a razão é muito simples, ela cuida de patrimônio, de música, de dança, de livro, ou seja, um conjunto múltiplo de atividades do conhecimento e da expressão artística que a torna impossível de ter um espaço específico para área teatral. E nós acreditamos que esse momento de maturidade do teatro existe, que a semelhança do que ocorreu com o cinema, o teatro tem o direito, o momento e oportunidade de criar o seu marco, o seu espaço demarcatório dentro de uma construção de novos parâmetros. As funções das Leis, nós temos que entender nesse sentido, é que as Leis sejam científicas, sejam jurídicas, elas cumprem uma determinada função e o seu esgotamento não é algo de ruim, é assim que a sociedade avança. Durante muitos anos se criou e se acreditou piamente que a Terra era o centro do Universo, foram necessários dois cientistas importantes reverterem isso e o mundo ao contrário só ficou melhor com essa descoberta. Da mesma maneira as Leis jurídicas, eu diria que a Lei Rouanet nesse momento ela tem eficácia e validade. A validade sim, porque ela está plenamente em vigor e eficácia relativa, porque não consegue mais atender as demandas objetivas do setor. Uma outra questão importante antes de passar diretamente para a Lei, é uma questão que eu acho que é obrigatório que nós possamos ter uma reflexão. É uma confusão entre recursos orçamentários e incentivos fiscais, há uma idéia generalizada de que haveria uma hierarquia superior dos recursos orçamentários e que os recursos fiscais seriam, por assim dizer, os recursos incentivados que derivariam de uma subtração de alguma parcela da riqueza da sociedade, e que representaria um movimento distributivista(F) mais injusto, isso não é verdade. Sejam recursos orçamentários, sejam recursos de renúncia fiscal, esses recursos saem da sociedade brasileira. Um real que sai de um orçamento é igual a

um real que sai de renúncia fiscal. Portanto, o que é importante eu acho que é isso, esse é o caminho do Ministério é equilibrar a relação de recursos orçamentários para aqueles Projetos que tem menos apoio mercadológico, que tem menos capacidade de captação de recursos. Mas deixar que as Leis de incentivo possam funcionar ajudando esse segmento. Rapidamente em relação à Lei. A idéia da Lei é bem simples, de um lado no Art. 1º, é criar um espaço específico para o teatro. Ou seja, dentro do organograma do Ministério, criar uma Secretaria Nacional do Teatro, Secretaria essa que não terá quadros expressivos, não se pense em nenhuma estrutura administrativa nova, nós sabemos as dificuldades orçamentárias do Ministério, mas o que nós pretendemos é que os próprios quadros que conhecem o teatro, da FUNARTE possam fazer uma interlocução qualificada com a classe teatral, portanto, estando próxima à classe teatral e entendendo as demandas que são inerentes. O Art. 2º, se alguém pudesse talvez passar eu acho que facilitaria, apesar de ter, o Art. 2º é um Artigo que disciplina, portanto, a figura do patrocínio. A figura do patrocínio, tal e qual... Senador, obrigado pela sua presença. Tal e qual ele hoje funciona na Lei Rouanet. Portanto, 4% de imposto da pessoa jurídica e 6% da pessoa física, ressalte-se: Não há nenhum aumento do limite hoje vigente na legislação em vigor. Portanto, em termos absolutos, essa legislação não trará aumento da renúncia fiscal. O Art. 3º disciplina a figura do investimento. Nessa figura do investimento, a semelhança do que ocorre com a Lei do audiovisual, além da dedução com despesa, além da dedução do imposto, o eventual investidor poderá participar também dos resultados auferidos da produção teatral caso ela venha a ser superavitária. Nesse sentido nós traríamos um dinamismo à atividade teatral que precisa ir além do simples patrocínio que pode encontrar no investimento algo semelhante como ocorreu com o cinema. Há atividades que são complementares, atividade da produção, tanto do patrocínio quanto do investimento, estão elencadas tanto no Art. 2º quanto no Art. 3º. O Art. 4º, mais na frente é uma definição do que seja produtor teatral, o Art. 5º deixa claro que o produtor teatral pode optar por fazer só o patrocínio, fazer só o investimento ou fazer conjugadamente as duas coisas dentro de um escritório de total liberdade. O Art. 6º é um Art. redundante em si mesmo, mas importante do seu sentido ético. Porque demonstra que os incentivos dessa Lei não podem ser usados em matéria publicitária nem ação de marca de empresas patrocinadoras. O Art. 7º e o Art. 8º, o Art. 7º por sua vez disciplina as situações em que o Projeto começa a ser captado e não chega ao fim. Nesse caso para o patrocínio, a um tratamento

e para investimento a outro. Mas esses recursos sempre reverterão para a atividade teatral que é o único objetivo dessa Lei. O Art. 8º mostra uma convivência contínua na atual Lei Rouanet e que permite, que o produtor possa apresentar o seu Projeto dentro desse Projeto de Lei, caso ele caminhe, caso venha a ter acolhida nessa Casa e no Congresso Nacional, e ao lado disso possa em harmonia com a Secretaria de Fomento, (soa a campainha) permitir também a integração de ambos. Sr. Presidente, estou no fim, mas acho que é importante, porque, enfim, isso já está construído acho que a gente passa a discutir a partir de um marco importante, contra ou favor, pelo menos algo que já está construído. O Art. 8º, ele enfim, disciplina a convivência com a Lei Rouanet, o Art. 9º e o Art. 10º são regras muito duras pelo não cumprimento dos incentivos fiscais. Regras, portanto, que existem tanto na Lei Rouanet quanto na Lei do audiovisual, no sentido daquele produtor cultural que por acaso usa a Lei de uma forma fraudulenta, de uma forma geral, enfim, em desacordo dos seus objetivos maiores, portanto, são regras de proteção à Receita Federal, à Fazenda Nacional que esses incentivos serão usados com seriedade, o Art. 11º é uma norma ligada ao Poder Executivo, sobre a execução da Lei, o Art. 12º novamente cria novas sanções, aí sim as empresas patrocinadoras que venham a utilizar os mecanismos da Lei de forma igualmente fraudulenta e o Art. 13º cria uma janela que nos parece fundamental que a possibilidade de no futuro, após a evolução desse debate, caso ele venha a ter êxito e com a compreensão dos Srs. Senadores, com a compreensão do Ministério da Cultura nós possamos criar uma Agência Nacional, ANCENA, uma Agência que nós sabemos que nesse momento é prematuro, não é o caso nesse momento, o importante agora é solidificar o momento que o teatro vem passando, é fazer uma Lei quase que de socorro no sentido da melhor captação de recursos, mas que o natural é que o teatro é a semelhança do cinema possa ter uma Agência reguladora que possa, aí sim, disciplinar de forma autônoma, soberana para além da periodicidade de cada governo, de forma permanente essa atividade tão importante que constitui o imaginário de todos nós e representa o mais profundo da identidade nacional que é o teatro brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu que agradeço e antes de passar a palavra para a Srª Marley Bisol eu quero lembrar que nos honra muito a presença aqui de uma pessoa com a dimensão artística da Beatriz Segall que está aqui presente, do Odilon Wagner, que é ator, do Carlos Mambert, do Mário Martini, a Ana Luiza Lima, Ro-



berto Nascimento, Ney Piacentini, Sérgio Mambert e a Deputada Solange Amaral que saiu há pouco. Ainda temos a Tatiana Rubem e outros que eu espero que cheguem para nos honrar e participar desse debate. Eu passo a palavra a Marley Bisol.

**SRª MARLEY BISOL** – Srªs e Srs. um bom-dia a todos os amigos do teatro. Porque se não fôssemos amigos do teatro não estaríamos aqui hoje reunidos para tratar deste assunto. Há quase 8 meses atrás nós estivemos aqui com muitos dos quais aqui hoje estão, tanto na platéia quanto na Mesa, para defender junto a este Plenário a criação de uma Lei específica para o teatro nacional. Falamos do estado de sombras em que se encontrava o nosso teatro e da urgência em se criar mecanismos de fomento especiais para o setor. Como acessos a créditos, subsídios, legislação e regulamentação específica. Sentimos a necessidade da formulação de políticas públicas para o teatro. Lançamos propostas, reunimos as idéias de vários segmentos do teatro e juntamos todas numa proposta. As idéias amadureceram, foram discutidas e parece que temos, enfim, uma minuta de Lei para ser discutida para o teatro brasileiro. Finalmente a proposta de um marco regulatório para o setor. Embora saibamos que não seja uma minuta de consenso nacional, pois alguns segmentos do teatro não apóiam de pleno esta minuta, pensamos que é bastante abrangente e serve de ponto de partida para uma proposta final. Acreditamos na forma americana de subsídios à cultura onde o Estado participa, mas não é o principal agente, não é o patrocinador específico, é o agente que criando mecanismos de fomento através do Setor Privado e da participação individual. Não estamos excluindo o Estado de sua responsabilidade, muito pelo contrário. Sua participação é fundamental com uma política voltada para o desenvolvimento e crescimento de mercado. O primeiro passo dessa Lei é a criação de uma criação de uma Secretaria Nacional do Teatro responsável pela regulamentação, fomento, fiscalização e formulação das políticas públicas para o setor. Uma Secretaria, Senhores, que sejam um órgão de Estado e não de governo, que garanta o cumprimento dessa Lei para o teatro brasileiro, que promova a cultura nacional mediante o estímulo ao desenvolvimento do teatro profissional, associativo e da inclusão do teatro nas escolas de 1º e 2º grau. Que garanta através dos mecanismos de fomento a presença de espetáculos teatrais e nacionais nos diversos segmentos do mercado. Que garanta o direito autoral sobre as obras teatrais nacionais e estrangeiras. O que de fato queremos com essa Lei é incrementar este setor da economia criativa, da economia da cultura, gerador de emprego e renda e inclusão social com comprovada participação no PIB

brasileiro. A exemplo do cinema, que criou a sua Secretaria, suas Leis e sua Agência Nacional queremos construir este processo a médio e longo prazo para o setor teatral especificamente para que tenhamos a partir das necessidades do setor a regulação do mercado em todos os elos da cadeia produtiva através de uma Agência Nacional de Teatro ou um Conselho Nacional de Teatro. Queremos que a regulamentação da Lei seja um processo democrático e que os Estados se façam representar, os grupos, as ideologias, pois queremos somar e não dividir. E queremos justamente tirar partido da nossa diversidade, enquanto atuantes na especificidade de teatro, para fortificar esta Lei e tornara abrangente, nacional para grandes, pequenas e médias produções, para pesquisa e manutenção de grupos. Queremos que a regulamentação da Lei estabeleça um programa de apoio ao desenvolvimento do teatro nacional que contemple todo o país, considerando carências regionais, as fontes de receitas, os aspectos culturais, os índices de IDH, as demandas, a descentralização com garantia de verba e realização anual. Queremos a criação de um Cadastro Nacional de Teatro, queremos a ampliação da rede nacional de teatro com pelo menos a construção de um teatro federal em cada capital brasileira. Enfim, queremos a aprovação deste marco regulatório como início de um processo de desenvolvimento e fortalecimento do setor teatral em todas as suas manifestações. E por fim convocamos a todos os fazedores de teatro, de todos os segmentos dessa cadeia produtiva para fazer frente à aprovação dessa Lei com a contribuição de todos, que a contribuição de todos pode ficar ainda melhor, mais abrangente, mais positiva e provocar os benefícios que o movimento desta envergadura tem o poder de transformar. Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito obrigado, e eu passo a palavra à produtora teatral Fernanda Signorini.

**SRª FERNANDA SIGNORINI** – Muito obrigada. Na verdade eu vou dar complemento ao que a Marley falou, no sentido que essa é uma proposta, uma primeira proposta de uma necessidade que a gente já vem discutindo há um bom tempo. Particularmente, com a APTR, com um grupo de produtores de São Paulo, a gente tem encontrado a FUNARTE, o Ministério para já conversar há um bom tempo. E são bastante claras as dificuldades e os problemas do setor. Então, nós resolvemos... A gente vive disso, a gente precisa tomar um rumo, a gente não pode passar pelo estresse absoluto que todos nós passamos no final do ano, todo o final do ano. Então, estava na hora da gente tomar uma atitude. É impossível ter um consenso imediato em nenhum momento à gente teve a petulância, a



prepotência, o que quer que seja a palavra de representar o teatro do país inteiro. O teatro sim mobiliza todo mundo. Todos os tipos de pessoas, desde o teatro de rua até o teatro, os municipais, as óperas, tudo, mobiliza grupo, companhia, produtor, ator, equipe de criação. Então, e é... oi? Tá. É um setor que encontra muitas dificuldades. Pior de tudo no meu ponto de vista hoje é que ele não é um setor auto-sustentável. A gente não sobrevive ainda das próprias pernas por várias questões, muitas interferências externas que estão sendo discutidas na Comissão, foi já levantado com o MinC, com a FUNARTE, a gente tem essas discussões desde interferências na nossa economia, na nossa, no nosso dia-a-dia, questão de formação de platéia, questão de meia entrada, de subsídios, enfim... temos inúmeros problemas. A gente precisa buscar uma saída para uma auto-sustentação. A gente tem um problema grave de postura com a sociedade, quando se fala em incentivo parece que a gente está sempre tirando de alguém. A gente não está tirando de ninguém, pelo contrário, a gente gira uma economia de formação de empregos, formação de cidadão, informação, cultura, o teatro tem esse poder de levar textos maravilhosos, possibilidades de linguagens maravilhosas, é um espaço de experimentação, grupos e companhias, particularmente a minha cidade de São Paulo, proliferam grupos e companhias, hoje tem programas que incentivam essas companhias a poder sobreviver e ter possibilidade de mostrar o trabalho. De maneira alguma essa Lei vai contra isso, pelo contrário, essa proposta da gente buscar uma saída, de profissionalização maior, industrialização do setor e, com a criação de uma Secretaria que cuide especificamente do setor, é um setor amplo demais, é um setor que tem muitas carências, diferentíssimas. Então, essa Secretaria gerenciará e administrará, criariam essas políticas para abranger todo mundo e a gente chegar num nível de auto-sustentação para não precisar mais ficar sempre a mercê de um mercado que está aquém do Setor Público, do Estado Maior. A gente busca com essa proposta a criação de um setor que a gente possa falar independente de quem vem, quem vai e que esse, essa Secretaria cuide especificamente de todas as diferenças que o teatro acopla e que todas estão precisando, ninguém quer dividir nada, a gente precisa somar a briga do teatro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito obrigado e eu passo a palavra agora ao Celso Frateschi.

**SR. CELSO FRATESCHI** – Muito bom dia, eu agradeço o honrado convite de estar aqui presente, cumprimento os meus companheiros de palco, os meus companheiros de Ministério, aos Presidentes de As-

sociações, ao Ney, ao Marcelo que acabou de chegar da Rede Moinho que representa também grande parte dos grupos, dos coletivos de teatro do Brasil afora. Gostaria de dizer que antes de mais nada, eu queria dizer que estou representando aqui o Ministro Gil e o Ministério que vê nessa iniciativa uma grande importância tanto que estamos aqui presentes, eu como Presidente da FUNARTE, o Beto como Presidente da Secretaria de Fomento e o Sérgio Mambert com o Presidente da SID, Secretaria de Identidade e Diversidade, numa clara demonstração da importância que nós damos à discussão de Leis que colaborem com políticas públicas para a área da cultura. Nós queremos louvar, portanto, a disposição de se legislar a favor do desenvolvimento das artes e da cultura, nós contamos hoje com o arcabouço legal, realmente muito frágil que ainda não dá conta da riqueza e da diversidade da atividade cultural em nosso país. Não há dúvida que o nosso desenvolvimento artístico e cultural ganhará fôlego com uma legislação que proporcione mecanismos de fomento e financiamentos adequados a nossa realidade. Hoje, ao contrário do que alguns afirmam, existe uma legislação, existe uma Lei muito forte que é a nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 que é a chamada Lei Rouanet, e esses Projetos, vários Projetos de Lei em tramitação aqui no Congresso. Temos a Lei na área de cênicas do circo, uma Lei muito importante que garantiria a regulamentação dessa atividade ancestral que infelizmente, cada vez que um circo pára numa cidade, nem sempre ter certeza de apresentar e necessita de um apoio legal para poder trabalhar, até a PEC nº 150 que estabelece responsabilidades do Estado, dos municípios e da União em relação a verbas fixas para a área da cultura e também passando por um Projeto de Lei, por um anti-Projeto na verdade, de Lei já em tramitação por aqui de teatro que foi produzido em 2006 pelas câmaras setoriais e que está rolando já aqui também e que poderia atender uma boa parte das demandas culturais que mereceria também o debate. Ou seja, a gente tem várias tentativas nesse sentido. Contudo, nós acreditamos que não podemos propor um novo, acreditamos nessa máxima, que não podemos propor o novo sem antes, sem entender o velho sob o risco do novo já nascer bastante envelhecido. Ao se trabalhar sobre uma Lei de financiamento a um segmento artístico via renúncia fiscal, que aperfeiçoe os mecanismos atuais, nós sugerimos que se analise a eficácia e a eficiência desses mecanismos vigentes, que tem problemas conjunturais e também problemas estruturais que depois se o debate se os Senadores tiverem necessidade nós estamos aqui dispostos a fazer esse nosso diagnóstico a respeito desses problemas estruturais e conjunturais pelos

quais o Ministério passa. Nós acreditamos, legislador cria as Leis para o aperfeiçoamento da nossa cidadania e esse é o principal objetivo das Leis do nosso país, garantir aos nossos cidadãos o pleno exercício da nossa cidadania. O principal objetivo da Lei nº 8.313 também é esse, é de estimular a atividade teatral e sua economia proporcionando aos cidadãos brasileiros o acesso ao teatro produzido no nosso país. Contudo, um primeiro olhar sobre a atividade teatral no momento lá trás, anterior a promulgação da Lei nº 8.313 nós percebemos em que a maior parte dos espetáculos realizavam em suas temporadas de 6 a 8 sessões semanais, 6 a 8 sessões semanais depois de quase 20 anos de Lei nós estamos realizando de 2 a 3 sessões semanais. Muitos dizem que a principal razão dessa diminuição é o problema das TVs de proibirem seus atores de trabalharem durante a semana em teatro, é uma resposta, mas que nos parece bastante frágil uma vez que o teatro nunca se reduziu a um subproduto da televisão e nem vive apenas de atores que fazem televisão, outra resposta que não existe mais público para as temporadas tão longas. Nós aí entramos numa zona perigosa, e poderemos começar a questionar a eficácia e a eficiência das formas de financiamento em vigor e à própria atividade. Parece-nos que a idéia de uma nova Lei surge por esse motivo, pela ineficiência, talvez pela insatisfação com as formas de financiamento atual, uma insatisfação que atravessa quase todos os segmentos teatrais, inclusive o próprio governo se bem que por motivos bastante diferentes. Cabe registrar que a atividade teatral, segundo dados do IBGE é realizada em 2.220 municípios do país. Ela atinge quase a metade dos nossos municípios, tem grupos de teatro e ação do Estado, às vezes, para esses grupos de teatro. Quase a metade dos municípios brasileiros. Em todos esses anos da Lei Rouanet, só conseguiu atender a uma dezena deles. 80.3% dos municípios atendidos pela Lei Rouanet estão, dos recursos da Lei Rouanet, estão na região sudeste. Existe uma grande concentração. Percebemos também que essas produções movimentam uma quantidade de recursos sempre crescentes e apesar de atingir um número cada vez menor de público. E que apesar dos espetáculos serem subsidiados, os preços dos ingressos é cada vez mais caro, chegando a valer pasmem um salário mínimo. E aí nós chegamos no limite de um espetáculo, financiado com renúncia fiscal, ou seja, com dinheiro público, com dinheiro do cidadão, ter o ingresso mais caro do que o salário de quem o subsidia. Contudo, cabe insistir na pergunta do, porque a atividade cultural, a atividade teatral especificamente continua carente de Leis e programas para se sustentar como atividade num processo crescente e perma-

nente de busca de recursos financeiros. Pode-se dizer que a atividade, que é uma atividade que não se auto-sustenta economicamente e que sempre necessitará de subsídios e patrocínios. Contudo, se estudarmos algumas experiências, Senadores, nós vamos perceber que não é bem isso que acontece. Citamos um caso real de um proponente que captou em 5 anos mais de 40 milhões de reais. 40 milhões de reais, a primeira captação ele conseguiu X, a segunda 2 X, depois 4 X, uma progressão geométrica. A captação sempre era relativa à produção e a manutenção da temporada. Ou seja, ele ganhava o dinheiro para não ter risco durante a temporada. Pela prestação de conta desses espetáculos, que foram sucessos retumbantes e gerou lucros significativos, mas não obstante, na próxima montagem essa mesma companhia, esses mesmos proponentes, sempre necessitavam de mais recursos incentivados. O último pedido, esse negado pelo Conselho Nacional de Incentivo Cultural, chegava 27 milhões de reais para fazer uma única montagem. A análise desse caso sugere que o teatro não apenas dá lucro como o seu lucro deve estar sendo aplicado em outra atividade econômica, uma vez que não re-aplicada em novas produções. Recentemente um empresário carioca, dono de várias salas de espetáculo afirmou no jornal o Globo de que “teatro é um ótimo negócio”. Essa semana passada. Portanto, pelo menos para alguns o teatro como atividade econômica, portanto, pelo menos para alguns não é inviável, o teatro não é inviável economicamente. Agora se pensarmos o teatro como atividade econômica, ele só terá sentido como economia se auto-sustentável economicamente, mas o teatro não é apenas uma atividade econômica. É antes de tudo, desde a sua origem uma forma de expressão e de construção de conhecimento que engrandece o cidadão na sua humanidade e sociabilidade, é uma arte pública e possui na sua própria essência o ato político da cidadania. É arte, e como tal é direito de cidadania. Para garantir o direito cidadão existem as Leis como as que hoje estamos discutindo aqui, nessa Audiência Pública. (soa a campainha) Mas não podemos, posso continuar? Não podemos propor um novo sem entender o velho sob o risco do novo já nascer envelhecido. Ainda não conseguimos esclarecer, porque a legislação em vigor que tem objetivo de desenvolver também o teatro, apesar do aumento do número de produções, não conseguiu e acreditemos que até mesmo agravou a economia do teatro, apesar de ter gerado uma nova categoria de profissionais como captadores e produtores de novo tipo, muito bem remunerados que se desenvolveu rapidamente no cenário da economia teatral nos últimos anos, muito embora não tenha surgido a partir daí nenhuma compa-

nhia estável como tínhamos antigamente. Pelo contrário, as companhias estáveis desapareceram de uma vez por todas. Os recursos aprovados pela Lei nº 8.313 para o teatro cresceram ano a ano. E notamos que a quase totalidade desses recursos são dirigidos para a produção do espetáculo, da montagem do espetáculo e para manutenção de uma curtíssima temporada cada vez menor. Por quê? Não seria, porque o empresário que obviamente visa o lucro e é legítimo que assim seja, ele é um empresário e sua arte está em aumentar o seu capital. Por quê? Senão será, porque ele está induzido a produzir cada vez mais montagens? Um número cada vez maior de espetáculos? Realizando uma temporada cada vez mais curta? Isso por quê? Percebe-se que o lucro da atividade teatral hoje em dia não está mais na bilheteria. Ela vem embutida no processo de montagem do espetáculo. A atividade do teatro não depende mais da bilheteria e sim do patrocinador, não mais do público e nessa audiência o que nos importa é o público, o cidadão. Hoje a Lei nº 8.313 é responsável pela maior parte da produção cultural brasileira. E se estamos convencidos que a legislação precisa ser aprimorada estamos também convencidos que essa deve acontecer sem rupturas. E sim com cuidado necessário para não causar ainda mais danos à já tão sofrida área cultural. É preciso aprimorar a nossa legislação e é por isso que estamos aqui com propósito de com trabalho, com o nosso trabalho colocarmos algumas questões. Por que criar um órgão novo, uma nova estrutura se já existe uma Secretaria no MinC responsável pelo fomento e pela aplicação das Leis de incentivo fiscal e existe uma fundação vinculada para tratar as políticas públicas para a área de teatro? Por que criar uma nova Lei com os mesmos mecanismos de renúncia fiscal e não reformar a já existente potencializando a sua eficiência e a sua eficácia? Tem alguns dados que seria muito importante à gente perceber. Para termos uma pequena noção do tamanho da distorção que o mecanismo de incentivo fiscal pode causar basta olharmos os 50 maiores captores e iremos perceber que 80% deles são organizações sem fins lucrativos e entre eles são os Estados da federação, os municípios que conseguem esses recursos via Associações de Amigos, OSs, OSCIPs. Temos entre os beneficiários das Leis orquestras sinfônicas públicas, TVs públicas, TVs públicas são financiadas com o dinheiro de renúncia fiscal da Lei Rouanet. Fundações, institutos ligados a instituições bancárias e financeiras. Participantes do sistema AS, o SESI capta muito dinheiro, o que torna e até mesmo a própria FUNARTE capta via Lei Rouanet. Por quê? Porque a política de ausência de governos anteriores colocou na Lei Rouanet o único instrumento de finan-

ciamento. O que fez, e tirou dinheiro público, tirou dinheiro orçamentário. Os Estados e a própria União criou mecanismos de criar Associações que captam o dinheiro público para desenvolver atividades públicas que seriam a sua missão, nós vivemos hoje numa esquizofrenia completa nessa questão da Lei, porque voltar a criar uma nova Lei que reforça os vícios e distorções que levaram à hipertrofia da produção das montagens em detrimento da bilheteria e do público, em prejuízo o desenvolvimento da atividade econômica. Porque voltar a criar no MinC estruturas paralelas com atribuições semelhantes, gerando duplicidade e redundância ineficiência e desperdícios de recursos que caracterizaram o MinC da década de 90 e o princípio dos anos 2000? A primeira reforma administrativa que o Ministro Gil fez foi tentar limpar a área e colocar uma única estrutura para resolver o problema e não criar duplicidade de comando que é o que a gente tinha anteriormente. Com a Lei, com uma nova Secretaria a tendência é a criação de duplicidade de comando. Porque não nos ocupamos com a efetiva descentralização, dos recursos hoje concentrados no sudeste do país, 80% dos recursos são do sudeste do país. Porque não ampliar a nossa escuta para todos os segmentos da área teatral do país, para construirmos um edifício legal, sólido, deixando de lado os puxadinhos legais que se por um lado pode atender a uma demanda específica, descaracteriza e prejudica soluções mais sistêmicas? Porque não concentrarmos os nossos esforços de todos os esforços, dos segmentos de teatro, do MinC, do Congresso e de nossos conselhos públicos em especial o Conselho Nacional de Políticas Culturais, recém instalado com ampla participação na sociedade civil e que prevê a utilização de câmaras setoriais e enfrentarmos de forma mais contundente a fragilidade e a precariedade das nossas Leis de fomento às artes. O sistema MinC vem aqui reafirmar a concordância com esse diagnóstico que está sendo feito pela classe teatral e por outros segmentos da área cultural. E registrar aqui o nosso alinhamento irrestrito na construção desse debate junto com o Senado. Toda a nossa disponibilidade, todos os nossos esforços para a gente construir um arcabouço legal mais interessante para o país. A Lei nº 8.313 já tem maturidade e precisa ser reformulada para cumprir o seu papel de estímulo a atividade teatral e não apenas teatral, mas relativo a todas as artes e a cultura, é preciso criar um arcabouço legal não é depositar todas as expectativas numa única Lei. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu quero agradecer, mas apenas lembrando que até hoje não chegou uma proposta do governo de reforma da Lei Rouanet ainda no Con-



gresso. Daí a iniciativa de muitos para fazer uma Lei enquanto essa reforma não vem, eu passo agora a palavra à atriz Regina Duarte.

**SRª REGINA DUARTE** – Senador Cristovam Buarque, muito obrigada pelo convite, muito honrada de estar aqui, com os colegas nessa festa de Reunião da nossa categoria, da nossa classe. Srs. Senadores, queridos colegas, bom, tinha preparado algumas coisas, mas realmente a fala do Celso Frateschi foi muito impressionante, porque coloca uma situação, uma proposta de discussão da Lei Rouanet que realmente como disse o Senador Cristovam Buarque ainda não estava na Pauta e isso eu acho que é um dos grandes méritos dessa proposta de Projeto de Lei na medida em que traz o teatro de volta à discussão no país, por todos os segmentos da sociedade. Essa proposta de rediscutir a Lei Rouanet, acho que é importantíssima, realmente ouvi coisas aqui muito impressionantes, embora tenha um Projeto de teatro de um espetáculo da Maria Adelaide Amaral desde setembro parado, sem solução. Então, me lembrei, enquanto ele falava de uma situação que está acontecendo pessoalmente comigo, porque eu acho que como dizia Fellini, “o universo começa na nossa aldeia”. O universal parte do individual e aí que ele se torna humano, aí que ele vem carregado de humanidade, mas... me dei conta de que eu tenho um filho que está saindo de casa essa semana. E ele está bem e eu perguntei: Porque você quer sair de casa se aqui você tem toda a liberdade, se aqui você tem todo o conforto, todo o amor possível e não existe casamento em vista, não existe nenhuma coisa que possa dizer: Ah, eu quero, ele mesmo não tem um argumento maior para estar saindo de casa. Mas numa conversa nossa essa semana ele me disse o seguinte: Mãe eu estou saindo, porque aqui eu estou misturado com a conta da luz, com que vai se comer no almoço, com as suas preocupações gerais com a sua casa e eu quero ter a minha individual e quero ter um espaço na sua vida reservado para mim e não misturado com todas as outras funções de funcionamento da sua casa. Eu quero te visitar, marcar hora e dizer assim eu vou estar com você uma hora dez na quarta-feira às 9 da noite e depois disso você volta a fazer suas coisas e eu vou fazer as minhas. Eu sinto que essa Lei intuitivamente me ocorreu enquanto ele falava, é um pouco isso, é sair da casa do pai, da mãe, digamos e morar sozinho para poder ter até um espaço de interlocução com esse pai, com essa mãe aberto, sem interferência de outros, de outras coisas que não tem nada a ver com a nossa relação. A relação do teatro com o MinC. É o patrimônio histórico, cada hora papai e mamãe estão ocupados com o museu, com a música, com a dança, e o teatro fica ali perdido

esperando uma vaga. Então, depoimento pessoal eu estou com uma, um Projeto de teatro esperando um telefonema, não se atende os telefones, porque eu quero que eles me liguem, porque eu ligo, ligo, ligo e a minha produção liga e ninguém atende ao telefone no MinC. Então, isso dá um abandono e dá vontade de sair de casa e morar numa casa para restabelecer a saúde da minha relação com o Ministério, que em nenhum momento a proposta dessa Lei, da Secretaria, do marco regulatório, da Agência Reguladora, absoluto. Não quer dizer que estamos rompendo ou não nos solidarizando com todo o trabalho realizado até hoje pelo Ministério da Cultura. Inclusive, nos solidarizamos também com o pleito do mínimo de 1% para o orçamento do Ministério que é uma luta grande que eu sei que vem sendo travada no sentido de que todos os Ministérios teriam direito, né, de acordo com a Constituição a 1% do orçamento para poder desenvolver as suas atividades. O teatro é fundamental para a valorização e identidade do ser social, da cultura do país, leva à reflexão, ao pensamento, a um sentido de auto-estima, está muito difícil captar recursos hoje em dia e eu sinto que essa Lei é mais uma abertura para que nós possamos ter a nossa casa, a casa do teatro dentro da cultura brasileira.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Quero dizer a atriz Regina Duarte que de vez em quando eu sinto isso aqui dentro do Senado, está tudo misturado e eu não consigo ter vida própria. (risos) e aí diminui a nossa produção. Eu passo a palavra ao Eduardo Barata que é Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro. Nosso velho amigo.

**SR. EDUARDO BARATA** – Bom-dia a todos, queria agradecer a presença dos Senadores, da Comissão de Educação e Cultura e queria falar que nós, esse Projeto de Lei, na verdade nós estamos atendendo uma solicitação da Comissão de Educação e Cultura que há mais de 5 anos nós entendemos essa Comissão como uma interlocução, entendemos que o poder legislativo é lá onde a sociedade civil se fortalece quando no Executivo não é escutado. Então, por isso abrimos e fomos muito bem recebidos e esse Projeto é resultado dessa interlocução e desse encaminhamento todo que houve aqui na Comissão de Educação e Cultura. Não surgiu das nossas cabeças, surgiu aqui. Também queria lembrar que nós não somos burguesinhos que ficamos tomando uísques nos nossos escritórios e que ganhamos 40 milhões para produzir um espetáculo, eu nem conheço essas pessoas. Se existe há de ter distorções sim, se ganham 40 milhões e cobram um salário mínimo está errado, o MinC tem que ir em cima. Mas nós não somos assim, somos trabalhadores, operários



do teatro. Empregamos e pagamos nossos impostos. Queria que isso ficasse bem claro, estou aqui de terno e gravata, mas não uso nunca está aqui apertando o meu pescoço, não estou acostumado sou trabalhador, produtor de teatro, emprego pessoas, pago os meus impostos, queria dizer isso, agora eu vou ler o textinho que eu escrevi, tá? Vou começar fazer um pequeno histórico de como chegamos na elaboração da Lei do teatro. Há mais de 4 anos com o Secretário Executivo Zul(F) Linhares desenvolvemos uma relação bastante eficaz na Comissão de Educação e Cultura do Senado, participamos de uma Audiência Pública em outubro de 2005 com vários representantes segmentos teatrais e elaboramos um documento com 118 assinaturas de entidades de vários Estados do país solicitando uma emenda parlamentar para o Prêmio Miriam Muniz, um prêmio que partiu do Poder Executivo e nós que solicitamos a Emenda parlamentar. Também na Comissão solicitamos o enquadramento das empresas produtoras teatrais no simples nacional e discutimos soluções para o problema da meia entrada, nós não cobramos às vezes ingressos que quando a gente vem para Brasília custam 50, 60, 70, 80 não é, porque a gente quer não, porque a Lei da meia entrada nos obriga a isso, nós temos a nossa bilheteria 90 a 99% da nossa bilheteria é comprometida com meia entrada, quando a gente pensa no nosso ingresso, eu vou cobrar 50 reais, é 50, porque eu preciso de 25, eu vou cobrar 60, porque eu preciso de 30. Mesmo esse fim de semana eu com o espetáculo em Niterói com 300 pagantes eu tinha 10 de inteira e o teatro lotado eram 300 lugares. Desde aquela ocasião, a Comissão de Educação e Cultura abordava a importância da criação de uma Lei específica para o teatro, todas as solicitações que nós fizemos foram atendidas e tiveram andamento. A Emenda parlamentar foi liberada em 2006 no valor de 15 milhões e contemplou mais de 100 produções teatrais em todo o país, gerando cerca de 3 mil empregos. As produtoras teatrais foram enquadradas no super simples, a meia entrada está sendo discutida em audiências públicas e agora atendendo a solicitação da Comissão de Educação e Cultura apresentamos a Lei do Teatro Brasileiro. Não queremos ficar dependentes do orçamento do governo, pois este a cada ano é modificado e contingenciado. Precisamos de um marco regulatório de Estado, há 6 anos apoiamos incondicionalmente a luta do Ministro Gil e todo o Ministério para que o orçamento do MinC aumente até para mais de 1%. A Lei Rouanet desenvolveu a economia teatral, porém com várias distorções como o Celso falou e com problemas de gestão, isso que a Regina falou é verdade, qualquer um de vocês ligar agora para o Ministério da Cultura, para a Secretaria de Fomento

não vai conseguir ser atendido, a gente se sente até humilhado com isso, nós ligamos, ligamos, ligamos e os proponentes não são atendidos. Deve haver uma ordem para não atender os proponentes, porque nós não conseguimos nem falar no telefone. Então, somos maltratados desde o início, a gente consegue informação, o site do MinC não é atualizado, sempre está desatualizado, uma reivindicação que a gente faz uma solicitação de demora, 8, 10, 1 ano, o espetáculo às vezes nem acontece por causa de tanta demora, a gente tem que rever antes da captação há todo um trâmite burocrático que está engessando na nossa produção teatral. Por isso, a gente pede a criação de uma Secretaria que atenda as nossas solicitações. Bom, segundo o MinC o setor teatral cresce desde 2.002 entendemos que precisamos de um olhar específico para um setor com tanta diversidade, hoje no país são cerca de 350 peças em cartaz, sendo que somente no eixo Rio-São Paulo aproximadamente 200 espetáculos em temporada. Atualmente só existe uma única política pública para o teatro, que é a Lei Rouanet, através do mecenato, o produtor vai em busca do patrocínio no mercado com os empresários do setor público e privado. Infelizmente poucas empresas adotam mecanismo do edital de seleção pública, sendo produtor o responsável por levar um incentivo ao conhecimento do empresariado. Além da captação está muito difícil, hoje o mais difícil é o produtor conseguir a aprovação na Rouanet. Com a Portaria que foi lançada há umas três semanas ficou mais inacessível, se nós produtores estabelecidos no Rio e São Paulo temos dificuldades em conseguir a Rouanet imagina os pequenos produtores do resto do país, imagina o produtor do Piauí, do Acre, coitados esses não tem acesso, a cada semana a Rouanet apresenta mudanças de regras, burocratizando, engessando o setor que está completamente sufocado. Outro mecanismo da Rouanet é o Fundo Nacional de Cultura que esse ano tem um orçamento aproximado em 100 milhões. É com esta verba que o MinC deve aplicar e fazer políticas públicas. Aliás, faz sim para todos os setores, menos o teatro. Em nada ou em muito pouco o teatro é contemplado com a FNC, o Fundo Nacional. A verba do Fundo é praticamente uma Lei de fomento para as artes, mas não há transparência no uso desta verba. Precisamos de editais de baixo custo como há no cinema. Precisamos de um órgão que olhe especificamente para os nossos vários modos de produção, profissional, teatro de rua, teatros de grupo, companhias, grandes musicais, teatros de pesquisa e outros assim como há no cinema. Precisamos de um marco, uma legislação específica de fomento feita por pessoas que entendam as várias formas do fazer e realizar teatral. Tivemos a preocupação

básica de sugerir a criação da Secretaria Nacional do Teatro, o objetivo é ter uma equipe especializada para analisar os nossos Projetos e as demandas da área e quem sabe num futuro próximo formular, debater e fomentar o segmento teatral. A idéia da Lei do teatro não é esvaziar a Rouanet que poderá continuar a ser utilizada pelos produtores teatrais, pois o teto da renúncia fiscal continua o mesmo e assim não onera em nada os cofres públicos. Com a sugestão da criação da Secretaria do Teatro, poderemos agilizar e muito o andamento dos processos e ainda propor melhorias e suportes para o desenvolvimento econômico da nossa área. Com a nova Lei desejamos incrementar as políticas públicas direcionadas ao teatro, atrair patrocinadores e investidores que se sentirão mais confiantes a partir do respaldo da CVM, criar um canal mais próximo entre a classe teatral e o Ministério tornando mais transparente e acessível o incentivo fiscal para o teatro. Exatamente como aconteceu com o cinema em que a Lei do audiovisual proporcionou o desenvolvimento do setor cinematográfico. Se o cinema tem, porque o teatro que é a matéria-prima para o audiovisual não pode ter? Queremos que a Lei seja fomentadora, não apenas da própria cultura e do acesso à mesma, mas também propulsora de empregos diretos e indiretos, tornando-se um marco para a economia teatral brasileira, para o desenvolvimento e profissionalização ainda maior da prática teatral do Brasil, obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu quero dizer que eu fico muito feliz com essa audiência, raramente tivemos audiências com posições tão claras, tão nítidas, tão bem apresentadas e ao mesmo tempo antagônicas o que é importante, faz e justifica as audiências. O Celso quer falar, mas eu vou pedir para ouvir primeiro os Senadores, depois na hora de passar para cada um ele fará esclarecimentos em relação ao que foi comentado aqui em relação a FUNARTE. Eu passo a palavra, alguns dados foram equivocados. Eu passo a palavra em primeiro lugar ao autor é Paulo Paim seria o primeiro, mas cede a vez ao Suplicy. O Azeredo também é autor. Não, não, mas pediu, se inscreveu antes. Então, Paulo Paim passando para o Suplicy fica para depois do Azeredo.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Senador Cristovam se eles estão com dificuldade de falar eu recém cheguei, mas já estou louquinha para falar aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu passo a palavra para o Suplicy depois o Senador Azeredo depois o Senador Paim.

**SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP)** – Senador Cristovam eu estava procurando a Senadora Ideli Salvatti, porque é o aniversário dela eu queria mandar um beijo para ela de aniversário. (palmas) Se

fosse o meu desligou, porque eu, não sabia que estava chegando aqui. Eu quero, Presidente Cristovam Buarque, primeiro cumprimentá-lo pela iniciativa de acolher aqui as mais diversas visões sobre teatro. Eu não sou membro da Comissão, mas o Secretário me chamou e eu fiquei contente de estar testemunhando as vozes das pessoas como Luiz Nascimento, Celso Frateschi, Fernanda Signorini, Eduardo Barata, Marley, por acaso é parente do novo Senador Bisol, é filha dele não? Prima. Obrigado e da atriz Regina Duarte que, para nós sempre uma luz importante e eu, e de todos que estão aqui, permita eu dizer da Beatriz Segall representando todos aqui para não tomar tanto tempo. Mas são colegas, amigos meus e eu primeiro quero dizer que para mim o teatro desde a minha adolescência, e muitos sabem aqui, porque eu convivo com tantos que estão aqui presentes, para mim foi uma extensão da minha formação. Eu desde quando, digamos estar com 16, 17, 18 anos estudando no Colégio São Luís depois na Fundação Getúlio Vargas daí para frente, sempre, em São Paulo era, para mim ir ao teatro de Arena ao teatro Oficina, ao TBC, ao teatro Nidia Alicia, Procópio Ferreira, todos... Era como se eu prosseguisse a minha formação eu até fui diretor cultural do Centro Acadêmico da GV. Instituí uma sistemática pela qual nós alugávamos, reservávamos uma peça de teatro naquele dia e daí para todos os alunos e professores e os funcionários nós conseguíamos obter pela metade do preço, todos iam e após o espetáculo fazíamos o debate entre os alunos os professores e os artistas ou os diretores e ainda eventualmente intelectuais e isso fizemos, por exemplo, nos “Pequenos Burgueses”, a “Engrenagem do Sartre”, “Um Bonde Chamado Desejo”, dentre outros, vocês vão se lembrar de tantos. Então, eu compreendo, pelas palavras de todos vocês, do Celso, da Regina, mas de como o teatro constitui uma formação adicional e eu avalio que é parte da cultura que constitui um direito do cidadão. Então, é importante nós criarmos as condições para o que teatro chegue ao povo. E não apenas em São Paulo, no Rio de Janeiro, mas ali nas cidades pequenas do Piauí, do Acre e de Recife e do Brasil, de ponta a ponta. Então, quanto mais conseguirmos isso melhor. A experiência, a vida e seja da Lei que existia antes e depois da Lei Rouanet e tudo, acho que possibilita hoje, ainda mais por haver no Ministério da Cultura pessoas como Gil, Sérgio Mambert, o Celso Frateschi e outros que sabem tão bem, (soa a campainha) porque conviveram a história do teatro permitem que se faça uma análise bem feita. Eu não tenho esta vivência daquilo que nós estamos hoje ouvindo, eu até acho importante, caro Celso que diante das palavras da Regina, Eduardo Barata eu até, passei aqui um bilhete, uma cartinha

para os caros Sérgio há alguma dificuldade especial para que o MinC dialogue com a Regina Duarte? Falaram um não, então, nada melhor do o que Celso que está querendo a palavra para esclarecer. Não é nada pessoal, porque todos nós sabemos, querida Regina, do seu posicionamento político em favor de outro candidato quando houve suas frases ficaram famosas, a questão do...

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Senador Suplicy a menção disso já mostra um certo preconceito foi há 5 anos atrás.

**SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP)** – Imagine se preconceito é que eu quero justamente colocar, porque, sobretudo, o Senado Federal muitas vezes é o teatro da vida real, né, então, que nós possamos aqui no mais alto sentido da palavra e que possamos aqui até porque quando eu falo isso a minha preocupação é a seguinte: É muito importante no teatro e na vida brasileira preservar a liberdade de expressão. Então, se um dia Regina Duarte expressou preferência, digamos pelo candidato do PSDB, isso de maneira alguma, eu, por isso que eu fiz a pergunta. Deveria estar se refletindo sobre eventual dificuldade dela de dialogar com o Ministério da Cultura, essa é a razão da pergunta. Agora, se for uma outra dificuldade de natureza burocrática e até digamos que pessoas que tenham manifestado abertamente, eu sei de tantas, o apoio ao Presidente Lula e a mim em tantas ocasiões se por acaso para eles está havendo acesso, mas se por acaso para eles está havendo dificuldade de diálogo é oportunidade de esclarecer, se for uma dificuldade nada melhor do que a sua palavra agora para dizer, eu também, prezado Presidente Cristovam Buarque recebi do Ney Piacentini que é Presidente da Cooperativa de Paulista de Teatro, que pediu-me que encaminhasse à V.Ex<sup>a</sup> como Presidente da Comissão também o Projeto de Lei federal do prêmio do teatro brasileiro que eu acredito, possa ser objeto de reflexão também por esta Comissão e não em contraposição ao que se está debatendo, mas também como uma sugestão. Refere-se aqui à criação de um prêmio do teatro brasileiro que eu até imagino que o Celso Frateschi conhece isso, quem sabe na sua palavra possa, se tiver conhecimento também, opinar sobre essa proposta alternativa que eu peço a secretaria da Mesa que encaminhe ao Presidente o Ney Piacentini que como outros aqui está presente, se houver necessidade até se disporia a falar, mas não quero interferir na Ordem. Então, principalmente, Presidente, eu quero é saudar a iniciativa do debate e acho que o melhor será que os convidados possam responder as reflexões de quem vive o teatro, eu só quero apoiá-lo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Agradeço Senador Suplicy, não tenha dúvida que nós vamos convidar o Piacentini para sentar nessa Mesa em uma próxima audiência e apresentar o seu Projeto e todos os outros que possam melhorar que a gente precisa fazer. Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Sr. Presidente, Sr. Senadores, nossos convidados, primeiro eu quero dar uma notícia sobre a questão da Lei da meia entrada eu sou um dos autores junto com o Senador Flávio Arns, ela já tem um parecer da Senadora Marisa Serrano, é um parecer também favorável, acredito que nós poderemos ter com o Presidente Cristovam já na pauta seguinte quando tivermos quorum, poderemos já votar acho que já existe um bom consenso em relação a ela, existe apenas uma alteração em vez de 30% está se prevendo 40% de percentual máximo de meia entrada que é o relatório dela. Agora, aqui no, na exposição ficou na verdade, assim, não existe o Celso fala em alinhamento, mas ao mesmo tempo existe uma discordância de posições aí. Quer dizer, nós podemos ter uma nova Lei, podemos ter uma alteração da Lei Rouanet se for o caso, não é uma questão também de falar, foi só *an passant*, mas governos anteriores não colocaram recursos, vamos esquecer isso, vamos pensar para frente, porque governos anteriores fizeram a Lei Sarney, fizeram a Lei Rouanet, foi o Presidente Sarney, a Presidente Collor. Lá em Minas, eu como Governador tem a Lei Estadual de Incentivo a Cultura, a Lei o ICMS cultural. Então eu acho que a gente não pode ficar nessa coisa, aumentou tanto o orçamento do Ministério cultura nesses 5 anos? Eu não tenho qual é o percentual, não tenho conhecimento. Até gostaria de saber qual é esse aumento tão significativo. O fato é que nós temos que pensar alguma Lei para frente agora, vamos pensar no aprimoramento do processo de financiamento do teatro, do financiamento da cultura como um todo. Quer dizer, houve alguma mudança depois que nós aprovamos aqui o incentivo também ao esporte dentro do mesmo bloco? Houve alguma alteração isso é um dado importante para nós sabermos se dá para conviver dentro do mesmo percentual dos 6% ou não quando se incluiu o esporte dentro dos 6%. A questão de o sudeste concentrar 80%, Minas Gerais está no sudeste, mas na verdade a gente tem uma participação muito pequenina nisso aí. Me parece que é muito a questão da burocracia mesmo, é questão de gestão que dificulta muito, eu vejo lá alguns grupos mineiros que às vezes querem se credenciar e tem dificuldade, porque tem que às vezes contratar um escritório especializado, tem que vir a Brasília, gasta várias viagens,



me parece é um pouco por aí que a gente tem que trabalhar. Então, a questão, portanto, de discutirmos aqui é muito oportuna e que nós possamos ter a definição do melhor caminho. De início eu me posicionei favor de uma nova Lei se pudermos fazer dentro da Lei Rouanet, a alteração da Lei Rouanet eu não tenho também nada contra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – O Senador Paim saiu? As inscrições estão abertas aos Senadores, não sei se o Senador Mão Santa quer falar, desculpe a Senadora Ideli já estava inscrita. E que por aí afora tem gente que não trabalha no dia do aniversário Senadora Ideli. (risos)

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Muito grata Senador Cristovam queria cumprimentar todos os nossos convidados, pedir desculpa que eu não pude assistir a exposição de cada um e estou aqui com um telefone que não pára de tocar, mas eu queria colocar algumas questões. Em primeiro lugar eu queria parabenizar a iniciativa de, da apresentação do Projeto. E toda a atividade que nós já tivemos a oportunidade, inclusive de participar com a vinda e a nossa ida ao Presidente do Senado e o OK de que vai andar, né, de que vai andar. Que o Projeto vai andar. Então, eu acho que nós fizemos já um trabalho precursor para o Projeto que é muito animador. Em segundo lugar, eu queria fazer algumas observações. Quando a gente fala de teatro e de ter, primeiro, num Ministério uma estrutura específica para tratar do teatro, quando a gente coloca num Projeto um mecanismo para que o financiamento possa se dar valorizando a classe artística, os produtores, toda a estrutura que envolve o teatro se manter não só como atividade cultural imprescindível para a soberania de qualquer país. Mas também como, como fato gerador de emprego, de renda, de oportunidade, de acesso à população de maneira geral a este importante, importante maneira da humanidade se expressar, né, há tantos séculos como é a questão do teatro. Agora, tem algo que nós precisaríamos ver, eu estava inclusive aqui lendo o Projeto, relendo o Projeto com um pouquinho mais de detalhamento, por que nós deveríamos encontrar. Eu não sei se é nesse Projeto que está apresentado ou se a gente deve encontrar outros mecanismos, porque é o seguinte: Da mesma forma como o esporte tem na sua vinculação com a escola, uma das maneiras de massificar, de popularizar, de valorizar, nós deveríamos pensar algo semelhante de interligar efetivamente o teatro com a educação. Isto é algo imprescindível, Cristovam, porque é exatamente nas atividades curriculares, nas nossas atividades escolares, que nós temos condição de efetivamente fazer este celeiro da mesma forma como no esporte é, é no esporte escolar que nós temos o nosso prin-

cipal celeiro das nossas, dos nossos atletas, daquilo tudo que a gente consegue, né, fortificar em termos de esporte. E eu acho que não deve ser diferente na área cultural e o teatro é algo tão impressionante que é uma pena, né que os nossos professores não utilizem a perspectiva teatral, inclusive, como forma de fazer com que não só os nossos conteúdos curriculares possam ser ministrados de forma mais criativa, mais absorvente, mais animadora para as nossas crianças como também como forma de gerar os nossos futuros artistas. Então, eu não sei se isso caberia neste Projeto, ou se nós deveríamos trabalhar de uma outra forma, mas esta vinculação, educação e teatro da mesma forma como nós já temos no Ministério dos Esportes, (soa a campainha) nós temos o primeiro tempo, nós temos várias modalidades, nós deveríamos trabalhar, primeiro tempo não, segundo tempo, nós deveríamos trabalhar com esta interligação. Valorizar sim, porque aí a gente pensa o Projeto aqui ele está muito voltado como não poderia deixar de ser, para o teatro numa visão empresarial mesmo, numa visão de setor produtivo. Mas nós precisaríamos pensar nesta outra, nesta outra vertente, neste outro viés de interligação da questão cultural com a questão educacional. Então, era isso apenas que eu quero deixar aqui como desafio para a Comissão de Educação de nós pensarmos algumas coisas nesta linha de aproveitar esta capilaridade que nós temos das nossas escolas estaduais, federais, municipais, particulares para a gente poder ter neste vínculo educação e teatro como algo propulsor do setor e da educação. (palmas).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senadora Ideli, eu quero agradecer muito essa sua participação e creio que é o caminho. E eu coloquei um Projeto de Lei que obriga levar cinema às escolas e não coloquei teatro. Quero dizer aqui o reconhecimento.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Até, porque o teatro não precisa levar para a escola. Os alunos fazem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – É isso mesmo.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Não precisa levar, está lá, pulsante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Como eu fiz foi a mais simples cinema é que leva, teatro lá que tem que surgir temos que descobrir uma maneira de colocar nessa Lei a idéia que todos os membros da Comissão de Educação assine a Lei. A gente quer que seja uma Lei coletiva que fique difícil até escolher quem não vai assinar para ser o Relator, porque quem assinar não pode relatar. Mas eu tenho a impressão que à parte de educação deve



ter, no dia que toda a criança tiver cinema, teatro e música na escola e tiver escola não vai nem precisar de Rouanet, vai haver demanda natural para que as pessoas vão ao cinema, vão ao teatro e façam dessas atividades algo rentável. Pelo menos é o que a gente pode esperar. Eu passo a palavra ao Senador Paim que é o autor do pedido de audiência para fazer o seu comentário.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)** – Eu peço inclusive desculpas de não ter usado a palavra antes, eu tive que sair Senador Cristovam, porque estou imprimindo o livro da Comissão de Direitos Humanos e há uma série de problemas na gráfica, então, eu tive que ir à gráfica do Senado para poder acertar. Mas eu queria rapidamente, muito mais que fazer um depoimento, demonstrar as minhas preocupações. A fala aqui do Presidente da FUNARTE, companheiro Celso, se contrapôs a essa iniciativa que em tese é dessa Comissão, que é da criação de uma Secretaria Especial exclusiva para o teatro. E percebo que a contradição está instalada na Mesa. Eu acho que a primeira preliminar que nós Senadores precisaríamos ter, nesse momento aqui, é se é possível no entendimento, se vamos alterar a Lei existente ou se vamos criar uma Secretaria Especial. Eu conversava um pouco aqui com a minha colega do Rio Grande, a Marley e ela me dizia o seguinte: Paim, lembra, no debate que para o cinema já existe uma Secretaria Especial que trata e que foi fundamental para o cinema no Brasil e inclusive no Rio Grande do Sul. E a pergunta que fica é essa? Se para o cinema foi possível, porque o teatro também não pode ser possível? Essa é a pergunta de fundo que fica, até, porque eu sou um apaixonado pelo teatro, me desculpem todos, não sou um estudioso, mas para mim o teatro é o, como é que chama? É a transparência ao vivo. Eu vi ao teatro no tempo do teatro de rua lá em Caxias do Sul, no interior. O teatro é o espaço onde, no meu entendimento, ali sim não tem censura. Ali é ao vivo, enfim, cada apresentação eu que falo tanto aqui nesse livro, a luta de todos nós em defesa dos negros, dos brancos, dos pobres, dos idosos, das crianças, dos indígenas, das pessoas com deficiência, das mulheres, da livre orientação sexual, enfim, de todos os seres humanos. E aqui na contracapa e por isso eu não podia mesmo não falar eu coloquei uma frase do Martin Luther King que diz: “O que mais preocupa não é nem o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos e dos sem caráter, dos sem ética, o que mais preocupa é o silêncio dos bons”. Eu não podia ficar em silêncio e por isso faço esse depoimento entendendo que é fundamental que a gente caminhe para essa mudança e tenhamos um espaço qualificado para o teatro do nosso país. (palmas).

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Vou passar a palavra de volta aos que estão se apresentando na Mesa, na mesma ordem anterior. Em primeiro lugar o ex-Ministro Nascimento Silva.

**DR. LUIZ ROBERTO NASCIMENTO SILVA** – Senadora Ideli Salvatti, Senadora Ideli Salvatti. Agradeço muito a intervenção da Sr<sup>a</sup> e fico muito a vontade com esse aspecto, porque na primeira minuta do nosso Projeto havia um Artigo específico que dizia literalmente o seguinte: O Ministério da Cultura e o Ministério da Educação envidarão esforços para que o teatro possa ingressar no ensino fundamental e no ensino médio como matéria optativa. Eu pessoalmente sou contra a imposição de uma matéria obrigatória. Esse Artigo nós retiramos depois, por uma questão prática no sentido...

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Nós vamos colocar rapidinho de volta.

**DR. LUIZ ROBERTO NASCIMENTO SILVA** – Com seu apoio vai ficar mais fácil. Mas a idéia que teria que haver uma interlocução com o Ministério da Educação que impediria, mas na minuta que todos conhecem havia, realmente essa redação. Agradeço a presença do Senador Mão Santa, do Senador Marco Maciel, enfim, que fazem com que essa Sessão fique mais rica e mais importante. Senador Paulo Paim eu acho que de certa forma sintetizou também um pouco o nosso sentimento. Eu ouvi com grande alegria, com a grande atenção toda a fala inicial do Presidente da FUNARTE, Dr. Celso e toda a parte inicial é uma parte exatamente de compreensão de que havia uma convergência em relação ao diagnóstico comum das dificuldades em torno do teatro. Isso que fez eu me sentir extremamente à vontade eu achei, inclusive, que pelo menos até o início do segundo tempo nós estávamos caminhando juntos e para minha surpresa depois iniciou-se uma visão, assim, crítica, evidente, é natural, que eu acho que também não avança. Eu lembro uma coisa curiosa que se há desvios dentro da legislação, eu acho que tem que ser punidos pelo mecanismo da legislação. Mas nós não podemos esquecer que foi em nome de desvios como esse que se acabou no Governo Collor com a Lei Sarney em nome de uma pretensa moralidade pública para depois ter que restaurar a Lei Sarney que nada mais faz do que restabelecer a estrutura da Lei, a Lei Rouanet que nada mais faz do que estabelecer a estrutura da Lei Sarney anterior. Tanto assim é que na Ementa da Lei Rouanet está dito, restabelece princípios da Lei nº 7.505 basta ler a Lei e ali está, portanto nós temos que ter muito cuidado nisso se exageros existem, exageros devem ser punidos através da estrutura que o próprio

Ministério tem. Agora é claro que nós estamos aqui, é claro que a Comissão fez esse esforço, é claro que a APTR fez esforço, porque nós não conseguimos, a Associação não conseguiu nesses anos um canal natural. Nós ouvimos a idéia de uma reforma da Lei Rouanet desde 2003. Desde 2003 há um anúncio de uma grande reforma na Lei Rouanet. Esperamos ela ansiosamente, efetivamente ela não veio. Então, o que eu queria dizer é que o sentido desse Projeto é de colaboração com o senhor, é colaboração com o Celso, colaboração com a Secretaria de Fomento, é trazer uma alternativa. Pode não ser a melhor, provavelmente ela não é, mas é uma alternativa que tem começo, meio e fim. Tem Artigos, tem lógica, não aumenta a renúncia fiscal, os Artigos que estão disciplinados representam a mesma renúncia fiscal das Leis em vigor, mas vamos dar o quê? Um mecanismo mais ágil. Então, eu me pergunto por que não absorver essa mudança com naturalidade essa é um pouco a função das Leis. (soa a campainha) Terminando eu me lembro muito do prefácio inicial do livro do Lord Kane(F) que dizia, “o problema da humanidade não é tanto as idéias novas, mas o apego às idéias antigas”.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu passo a palavra ao Marley Bisol. Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**  
– Se o governo for propor alguma coisa que não seja através de Medida Provisória. (risos)

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – O problema Senador que nós estamos tão viciados em Medida Provisória que de repente vai ter que recorrer à Medida Provisória. Eu sinto o caso do piso salarial do professor, está para votar na Câmara um Projeto que saiu daqui, criar o piso nacional do professor, mas está tão emperrado pelas Medidas Provisórias que daqui a pouco a única saída para não deixar os professores esperando é fazer uma Medida Provisória. Essa é uma das brechas mais dramáticas da Democracia Brasileira, as Medida Provisória além de outras, claro. Eu passo a palavra então, à Marley Bisol. Pela Ordem o Frateschi é o quarto. Agora, ele pediu, se ele quer falar, vamos seguir a Ordem até, porque ele terá mais assuntos para falar quando chegar à vez dele.

**SR<sup>a</sup> MARLEY BISOL** – Eu quero agradecer ao Senador Paim, eu quero agradecer ao Senador Paim pelas palavras importantíssimas que pronunciou e essa, esse posicionamento não só de um conterrâneo, mas de um Senador é muito importante para nós nessa trajetória que nós estamos empreendendo já há muito tempo. Então, obrigada, Senador. Eu fui lá fora lhe chamar, porque eu achei que o senhor estava indo

embora, mas obrigada. (risos). Voltando a questão da Lei o teatro é considerado pelo Ministério do Trabalho uma categoria diferenciada. Então, nada mais justo que tenhamos uma Secretaria diferenciada, nós somos diferenciados. Nós estamos, nós somos considerados pelo Ministério do Trabalho lá na CLT categoria diferenciada. Então, porque não termos uma Secretaria diferenciada. A história que a Regina nos colocou da saída do seu filho eu acho que é brilhante, é um paralelo que nos esclarece de uma forma doméstica, né, o que nós queremos, é isso mesmo, nós queremos é ser vistos, ser notados e queremos uma atenção especial para uma manifestação cultural de extrema importância na vida do cidadão que está na sombra. Não podemos dizer desaparecida, mas está na sombra. E a sombra pode se tornar muito forte até a negritude total e não conseguirmos mais, produzir mais nada. Nós também estamos aguardando a reforma da Lei Rouanet ansiosamente há muitos anos, sabemos que a Lei tem problemas, estamos aguardando ansiosamente, como essa reforma não aparece não podemos ficar parados, o trem anda, estamos trabalhando há muito tempo nessas reivindicações do setor. Eu trabalhei com as câmaras setoriais durante 2 anos, 2 anos e meio, ajudei a construir esta proposta do prêmio de fomento ao teatro que depois chamamos de programa de fomento ao teatro, que inclusive na minha fala anterior eu menciono que ela seja incluída nessa Lei sob alguma, de alguma forma que ela, que a Lei do teatro ela incluía dentro da regulamentação o programa de fomento ao teatro nacional, aí citei se os senhores prestaram um mínimo de atenção, citei uma série de questões que nós levamos 2 ou 3 anos para construir dentro das câmaras setoriais, juntamente com o trabalho da Rede Moinho, da Cooperativa Paulista de Teatro, da arte contra a barbárie, isso nós trabalhamos em conjunto durante 2 ou 3 anos, não são coisas excludentes, absolutamente, são complementares, e acho que no decorrer do nosso caminho, talvez não sei sob que forma, talvez sob a regulamentação da Lei nós possamos adicionar por completo, acho que a gente tem que chegar a discussão mais profunda e mais ampla dessa proposta, Ney, mas nós possamos incluir na Lei específica para o teatro a criação do Programa Nacional de Fomento que é importantíssimo, é importantíssimo. É uma, é uma, difícil falar em Brasília, essa segura, é uma reivindicação do Brasil em todos os seus Estados com representação de todos os seus Estados então, é muito legítimo. Eu peço a atenção dos senhores deste pleno para esta manifestação que o Ney deixou por aqui, eu conheço bastante esse documento. É importantíssimo ele ser anexado ao que nós estamos pleiteando. (soa

a campanha) São documentos complementares e não excludentes. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Passo a palavra à Fernanda Signorini.

**SRª FERNANDA SIGNORINI** – Presidente, Senador Cristovam acho que teriam muitos assuntos que vieram à tona que merecem atenção, uma coisa importante do que o Celso falou é de que teatro dá lucro, onde está o lucro? Teatro pode dar lucro sim, eu acho que se não acreditasse na economia do que a gente faz, a gente também não estaria aqui. Não estaria tentando propor um mecanismo que entra na CVM, então, a gente acredita sim, eu sou, enfim eu faço teatro há muitos anos, o Celso sabe bastante disso, num tempo que a gente conseguiu fazer uma planilha de previsão de bilheteria. E hoje isso está cada vez mais complicado, hoje é impossível, por isso que eu acho que a gente virou escravo da captação, tem um erro grave sim que gira sim em torno da Rouanet e nós nunca deixamos de dizer isso e nem de propor conversa. Já sentamos sim, várias vezes com o Ministério, com FUNARTE, acho que “n” motivos dificulta a comunicação. Por exemplo, que a gente passou no final do ano passado que fomos um grupo de produtores Rio-São Paulo com uma lista de Projetos de Minas Gerais também, desculpa, grupos de vários Estados e que estávamos com problemas gravíssimos de operância da Lei Rouanet, de aprovação de Projetos, de liberação dos prazos, o Roberto Nascimento Domingues estava, o Celso, Pedro Brás. Eu lembro que eu falei, já tinha dito isso ao Celso por telefone, eu falei que achava muito triste, eu uma produtora, ter que conversar com o Presidente da FUNARTE para assinar um PRONAC, uma liberação. Que ele tem muito mais o que fazer pelo meu setor, pelo setor cultural do país inteiro. Então, eu acho que a gente tem aqui uma junção de problemas, a gente tem sim um Celso falou, o MinC já admitiu “n” vezes que a gente tem um problema de estrutura de gestão ali de como trabalhar, a gente é sim humilhado no telefone à gente tem um problema. O Ministério e a FUNARTE nunca também esconderam que isso existe, só que a gente não está achando uma solução. Claro que como o Ministério e a FUNARTE talvez tenham todos os setores para cuidar, não dá para atender todo mundo. O Celso vai mostrar, ele me mostrou aqui que esse, essa gestão do ano passado aprovou muito mais Projeto do que os outros. Ainda tem muitos parados, eu tenho Projeto há 2 anos lá parado, enfim. Tem muita confusão. Então, a gente precisa, acho que o entendimento tem que ser necessário, tem que ser necessário e talvez aqui a gente consiga isso. Acho que a gente tem e não deve te perder a interlocução que a gente já tem

particularmente. Mas aqui acho que foi uma maneira da gente dizer pelo amor de Deus, a gente está sendo prejudicado o tempo que o Ministério está precisando, que a FUNARTE está precisando não está conseguindo atender o que a gente está precisando. Tem muito produtor com Projeto parado, tem muita divergência do que fazer com essas dificuldades da Lei Rouanet tem muita dificuldade de mercado que a gente precisa resolver. A captação, jogada a responsabilidade por esse captador que eu acho que não, o captador não é uma figura que o produtor adora, jamais. Porque ele só criou um vício de mercado, então, a gente tem muita questão para ser resolvida operacionalmente. Por isso a intenção de que essa Secretaria, porque criar uma Lei que mantém uma Lei nova, porque é o que temos hoje. A gente pensou em passo-a-passo. Vamos tentar uma Secretaria que fale só de teatro, (soa a campanha) que muito assunto, muita gente, muita diferença para ser discutida. E uma coisa interfere na outra, se eu não tenho estudante na formação de plateia eu não tenho receita, aí eu corto o número de apresentação. Ninguém quer isso, eu tenho certeza que o setor teatral não quer fazer duas apresentações. O fator da televisão é possível? É, mas a gente sempre deu um jeito, se é uma coisa que o produtor, o ator, o criador de teatro é, é persistente, senão nenhum de nós estava aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Antes de passar a palavra ao Celso Frateschi eu quero insistir que a idéia de lucro não pode se limitar a lucro financeiro, uma peça teatral por mais prejuízo financeiros que traga, traz um lucro para o país sobre a forma de criação da consciência, sobre a forma do prazer de quem foi lá assistir, sobre a forma da construção de uma consciência nesse país, teatro e outras atividades também. Então dá lucro sim do ponto de vista social, cultural. Não necessariamente do ponto de vista financeiro, algumas podem dar e devem dar, ótimo. Mas não deve ser o objetivo central do conjunto da atividade embora deva ser de cada produtor em si ter lucro também financeiro. Eu passo a palavra ao Celso Frateschi para fazer sua fala e como eu imagino que tenha muita coisa, se tocar a campanha não precisa parar de repente.

**SR. CELSO FRATESCHI** – Alô, vou tentar ser bastante objetivo nas respostas. Primeiro a informação para o Senador Azeredo, o orçamento pulou de 450 milhões em 2003, ou seja, orçamento ainda eleito... Aprovado pelo antigo governo para 1 bilhão 170 esse ano. Gostaria de dizer ao Senador Paim que existe, pode existir uma contraposição de forma de como encarar o problema, mas acho que existe um grande interesse comum em resolver o problema. Esse é



nesse sentido o meu alinhamento e o alinhamento do Ministério. Nós não estamos de olhos fechados, não achamos que estamos vivendo as mil maravilhas, não achamos que estão nadando de braçada com relação às Leis de fomento e financiamento público da área cultural e geral em específico no teatro. Agora a primeira forma de a gente entrar em acordo é a gente atender as diferenças, entender que existem atores diferentes e níveis diferentes, atores públicos na discussão que está defendendo o interesse do cidadão, nós temos delegação para isso e obrigação de fazer isso assim como Srs. Senadores, temos os artistas, temos os produtores, dentro dos artistas e produtores nós temos produtores de muitos tipos. Como eu disse aqui são 2.220 municípios que tem atividade teatral, não é Rio e São Paulo e Belo Horizonte e Rio Grande do Sul e Curitiba. São 2.220 são quase metade dos nossos municípios, grupos de teatro trabalhando regularmente, existe esse olhar que a gente precisa ver que são atores importantes. Existe a outra questão que é a questão do teatro como forma pedagógica, como forma de educação, é a grande preocupação da FUNARTE. Nós estamos lançando esse ano, são 16 volumes e Projetos de formação e capacitação em todas as nossas regionais tentando implantar isso no Rio de Janeiro também. Porque a gente quer, como o Senador Cristovam coloca que não vai se resolver o problema estrutural se não se resolver à questão da educação. Nós estamos alinhados com esse pensamento, acho que só que é o seguinte, a Lei proposta não tem essa natureza. Assim como não tem a natureza da Lei de fomento proposta pela Câmara setorial, são de natureza diametralmente opostas, uma se baseia em recursos públicos diretos de orçamentários, outras se colocam em questão de incentivo fiscal e o problema do incentivo fiscal é que tem que ser analisado com o olhar científico, claro, acima de dados. Senador Azeredo coloca aqui a questão da burocracia que concentra os valores em Rio e São Paulo. Não é verdade. O que concentra os valores em Rio e São Paulo é que as empresas que tem maior capital aplicam em suas cidades onde tem mais consumidores. Então, deixa de ser um papel do Estado dirigir políticas e passa a ser papel dos diretores de marketing. Nós entregamos de bandeja para os diretores de marketing aonde aplicar o dinheiro, isso tem que ser público, eu não acho que a tem que ser governamental. Mas acho que tem que ser público, tem que ter participação da sociedade civil, mas o governo tem que ter assento e tem que assumir a sua responsabilidade na condução de políticas públicas. Eu não acho que a gente pode, tem o direito de abrir mão disso, o que a gente tem feito é isso, e isso que dá essa concentração absurda no eixo Rio-São

Paulo. Acho que existe, na Mesa, apesar de estar ser colocado como uma contraposição, existem muitas diferenças de opinião aqui, nunca existiu ausência de canais, pelo contrário, nunca teve tantos canais públicos e informais para a participação da sociedade civil como nessa gestão do Ministro Gil. Nós estamos institucionalizando e tem agora o Conselho Nacional de Políticas Culturais com ampla representação nacional, nós estimulamos a construção de Conselhos em todos os municípios e Estados do Brasil, nós estamos propondo o sistema nacional de cultura que estabelece responsabilidades diferenciadas para os entes federativos, (soa a campainha) ou seja, existe uma criação de conselhos e uma política de participação e de canais de participação legítimos, legítimos, representativos em todo, que permeia todo o Ministério. A nossa reformulação da FUNARTE é para constituir um conselho público de gestão dentro da FUNARTE que até hoje é muito restrito. Então, eu acho que tem muita, é preciso entender as diferenças. E é preciso entender que o problema da Lei apresentada que a gente quer colocar em discussão, porque nós queremos resolver o problema e o resolver o problema se concluirmos que essa Lei nós vamos enfrentar essa Lei e vamos discutir essa Lei, só que nós estamos colocando que existe um problema de origem. A Lei do jeito que é formulada se baseia nos mesmos padrões do que a Lei Rouanet, e a Lei Rouanet pode ser que não tenha sido ela e fazemos outros estudos, mas pelos estudos que a gente tem, resultou numa diminuição da atividade teatral no país. Se a gente não olhar isso com clareza nós vamos construir o mesmo problema, a Lei Rouanet diminuiu o número de espetáculos, diminuiu o número de público, porque nós não vamos. Não sei se foi ela durante o período da vigência da Lei, os indicadores que a gente está começando a buscar que nunca teve, mas que a gente está começando a buscar, está indicando que a Lei tem uma grande responsabilidade nisso exatamente, porque ela é um modelo concentrador. Temos que mudar? Temos que mudar, porque a Lei não mudou o Senador tem todo o dever de estar criticando o governo, porque ainda não apresentou a Lei. Porque não é uma operação tão simples aí nós tivemos dificuldades, tivemos e temos dificuldades. É preciso que essa Lei seja acordada com a sociedade. Assim como essa aqui, o Senado está propondo nós também estamos propondo e é motivo de discussão no Conselho Nacional de Políticas Culturais, é motivo de discussão em todos os nossos fóruns para a gente tentar avançar nessa discussão. Eu disse de cara e não gostaria de me abster em colocar os problemas estruturais e conjunturais que nós enfrentamos no governo que é muito diferente dos colocados aqui. Infelizmente,



não é agradável ter agressões. Vou deixar de lado essas agressões. O trâmite não é o trâmite burocrático que emperra a Lei, não é o trâmite burocrático...

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Só um momento, o Sr. se sentiu agredido por alguém aqui?

**SR. CELSO FRATESCHI** – Pelo empresário Barata eu me senti agredido. Eu vou explicar daqui a pouco nós tivemos efetivamente o ano passado um ano muito atípico, nós tivemos não se os senhores sabem, na FUNARTE 110 dias de greve, aonde o Presidente da FUNARTE chegava a ser impedido de entrar, 110 dias, um terço do ano tivemos que enxugar, como eu entrei de março para abril eu trabalhei exatamente 3 meses o ano passado, mesmo assim, nós conseguimos aprovar muito mais Projetos que em 2006. Em 2005, em 2006, nós aprovamos um total de 578 milhões de reais para a área de teatro, em 2006 nós aprovamos 616 milhões. Contudo, foi captado menos pelo teatro, foi captado 124, em 2006 124 milhões, em 2007 107 milhões. Portanto a idéia de que a produção não pode ficar a mercê de orçamento público. Será uma solução ficar a mercê do orçamento da empresa privada? A Eletrobrás, por exemplo, tirou o recurso do teatro que foi a grande razão da queda daqui. Então não teve diminuição de valor aprovado. Isso é dado que pode ser consultado. Teve diminuição de valor captado, o que significa, as empresas deixaram de investir em teatro. Isso pode acontecer com muito mais facilidade e muito menos controle do que o orçamento público. Porque no orçamento público nós temos os Senadores para nos defender, nós temos os Deputados para nos defender e nós temos o espaço público para dizer não pode diminuir o orçamento público, da empresa não temos a possibilidade. Se a empresa fala: Eu não quero mais aplicar em teatro, não aplica e, é o que aconteceu em 2006 e que vocês de uma maneira completamente equivocada estão colocando a culpa na burocracia. A burocracia aprovou mais Projetos. Nós tivemos dificuldades, tivemos muitas dificuldades. Por quê? Porque esse é um problema conjuntural, mas temos um problema estrutural. A Lei julga perto de mais de, do total da Lei, 2.000 e tantos Projetos que aprovamos na FUNARTE, 2.000 e tantos Projetos que analisam na FUNARTE não chega a 200 os aprovados, os captados. Ou seja, 90% do trabalho dos funcionários da FUNARTE é enxugar gelo. Se o senhor quiser fazer um Projeto para Lei Rouanet o senhor pode fazer hoje amanhã o senhor aplica, esse tem Projeto tem tanta importância quanto da Regina Duarte. Para o público tem, então o que acontece? Nós precisamos limpar esse mecanismo é enxugar gelo o tempo inteiro, nós temos uma equipe frágil de pareceristas, muito frágil,

muito mais frágil do que precisaríamos, mas mesmo que tivéssemos equipe muito forte nós não resolveríamos esse problema estrutural que é 90% do nosso trabalho é inútil, inútil. Nós jogamos dinheiro público fora ao analisar Projetos que não serão captados. Então, o que eu gostaria de deixar claro quando que se coloca uma discussão, pode se discordar pode-se discordar da política pública de teatro que o governo tem, agora não dá para falar que não tem política pública de teatro. Não dá para falar. Está clara, nós estamos agindo, estamos fazendo uma política voltada para a educação como o trabalho de ponta, nós estamos com Prêmio Miriam Muniz que premia quase tanto quanto a Lei Rouanet, com orçamento direto via Petrobras, mas é orçamento direto, agora pela primeira vez impondo recursos da FUNARTE, nós temos um Projeto de apoio a teatros públicos do Brasil inteiro, nós temos uma série de ações, só que é o seguinte: Nós também defendemos no Governo Federal e no MinC o Sistema Nacional de Cultura para responsabilizar Estados e municípios para defender as suas, para desenvolver ações públicas. Nós temos no Rio Grande do Sul, por exemplo, você vem aqui Marley, nós sabemos o que é administração da cultura do governo estadual agora lá. Nós sabemos o que o tipo de programa que é feito de apoio de fomento. Nós sabemos que tipo de Projeto que está sendo proposto. Tinha que estar responsabilizado e tinha que estar acordado no Sistema Nacional de Cultura. Tínhamos que ter um acordo entre os entes federativos para criar uma política republicana e federativa. Porque que tem que estar toda a responsabilidade no fomento, na Lei de teatro. Eu fui Secretário de Cultura, primeiro de Educação em Santo André e depois de Cultura na cidade de São Paulo, nós criamos a Lei de fomento ao teatro. E temos lá a Lei Mendonça que é de renúncia fiscal. Simplesmente, não temos possibilidade dos Estados e dos municípios colaborarem com o sistema de financiamento público? Isso tem que ficar restrito? Porque o, então, por que não, por que não, por que jogar na responsabilidade, e nós queremos que no Sistema Nacional de Cultura, transferir essa responsabilidade, inclusive recursos, porque, evidentemente, que o Estado do Acre sabe o que é melhor para o Estado do Acre do que Brasília ou de que São Paulo. O Estado do Acre, o nordeste recebe, o norte recebe 0,4, 0,4% do orçamento da Lei Federal vai para o norte, para todos os 9 Estados lá. 0,4% enquanto a região sudeste, como o senhor bem disse, principalmente Rio-São Paulo recebe 80,5% dos recursos. Ou seja, ou se cria, a gente enfrenta a questão de frente resolvendo os problemas, aceitando as diferenças, aceitando que vai ter que ter soluções diferenciadas para cumprir um programa de fomento público à área

de cultura e eu acredito que, o que apontou aqui o Senado hoje, essa Comissão que é centrar fogo de como envolver área de educação nesse processo, nós não vamos continuar construindo puxadinhos e quando a gente precisa de uma obra do Niemeyer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu agradeço só queria fazer uma lembrança que nada a tem a ver e nenhuma referência do Ministério da Cultura. É que no Brasil ninguém agüentaria 110 horas greves de um banco. Mas toleramos 110 dias de greves nas universidades, no Ministério da Cultura. Isso é prova da falta de caso que a gente faz em alguns setores. Segundo, sobre ouvir a sociedade, aí também não é a crítica ao Ministério, mas ao conjunto da maneira como o governo é feito hoje. O lugar de ouvir é aqui no Congresso. O governo propõe o seu Projeto de Lei, pode até ouvir aqueles que o apóiam, aqui é que a gente tem o tempo para ouvir e chegar a um consenso e mudar a Lei, mas para isso é preciso que não venha por Medida Provisória. O governo inverteu tido ele ouve, ouve, ouve, e depois faz uma Medida Provisória. Em vez de colocar a sua política, a sua concepção e deixar o Congresso ser a Casa que ouve o povo com o tempo que é necessário. Eu passo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Presidente só um instantinho, eu queria só insistir que as informações que nós temos é que existe burocracia sim, existe problema, evidente que eu sei, não nasci ontem, eu sei que existe a concentração econômica que favorece a aplicação do Rio-São Paulo, é evidente que nós sabemos disso, mas a burocracia tem um peso relevante. Então, eu não falei mentira, eu falei uma verdade que a burocracia tem uma participação relevante nas dificuldades.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu creio que ele citou isso quando falou enxugar o gelo, no fundo é a burocracia. Mas eu acho que se é para enxugar a gelo a gente dividindo o gelo em 2 fica mais fácil enxugar. (risos) Colocando o gelinho do teatro separado dos gelos do resto pode ficar mais fácil.

**SR. CELSO FRATESCHI** – Senador, perdão, mas o que garante, por exemplo, a Lei citada como exemplo em que existe uma grande inspiração que é a Lei do audiovisual e a Agência, está passando por transformações, porque não funcionou. Está passando por transformações radicais agora, não é tão simples assim e a cultura pública, a cultura da burocracia ela permeia a FUNARTE que vai tratar das artes todas, permeia a SEFIC que vai tratar do financiamento e permeia as Secretarias que são mais individualizadas, setorializadas, o problema não está em setorial ou

geral, evidente que para abordar de uma forma mais profunda, nós temos que ter um olhar setorial. Isso a gente não está negando. Só que necessariamente não precisa desmembrar e criar paralelismos na Administração Pública.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Antes de passar a palavra para a Regina Duarte você pediu. Eu vou passar antes, só queria dizer... Antes eu queria apenas dizer que há pessoas que dão valor à cultura. Raramente essa casa recebe Deputados e hoje recebemos duas Deputadas, a Deputada Solange Amaral e a Deputada Mariinha Raupp que está aqui nos honrando com sua presença. Eu passo a palavra à Marley.

**SRª MARLEY BISOL** – Serei rápida, só porque o colega citou o Conselho de cultura onde eu represento já estou no meu segundo mandato.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – É, porque aqui quando nós somos agredidos uns pelos outros a gente Art. 14º. Art. 14º.

**SRª MARLEY BISOL** – Nós não, a intenção não agredir ninguém, só complementar algumas informações, nós também trabalhamos enxugando gelo no Conselho Estadual de Cultura e isso faz parte do nosso trabalho, porque todo o cidadão tem o direito de apresentar os seus Projetos erradamente, com problemas, equivocadamente, com alguns subterfúgios. Isso é um direito do cidadão. A honestidade é um direito do cidadão e a não honestidade também é um direito do cidadão. O que acontece no nosso conselho é que temos também o nosso pleno é de 24 conselheiros, todos eles, desculpa, 2/3 eleitos pelas entidades culturais do Estado, 1/3 é indicado pelo governo e nós analisamos os Projetos, selecionamos, aprovamos e reprovamos. É assim que é. Esse é o *métier* dos Projetos que pleiteiam dinheiro público. O que nós temos tentado lá e com bastante eficácia que é bem diferente de eficiência, nós temos tentado que os municípios criem os seus conselhos municipais de cultura e as suas LICCs municipais. Inclusive, eu fiz parte do Conselho que projetou a LICC para Porto Alegre, que está em andamento agora daqui a pouco nós teremos a votação de LICC municipal para quê? Para desafogar justamente o Estado dessa demanda toda que enorme, e estamos falando lá não só de teatro, estamos falando de cultura das 7 representações, das manifestações culturais. Então, esse é um, esse é o *métier*. É isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Muito bem a Regina Duarte.

**SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP)** – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Senador Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)** – Gostaria de pedir ao Celso Frateschi, como houve a observação da dificuldade de conversar com a área de teatro, quando, digamos, a Regina Duarte telefona ou o produtor sem questões pessoais, mas que e como toda a questão relativa à criação da Secretaria que aqui está sendo proposta tem a ver com, se houver um melhor funcionamento eu agradeceria se puder explicar isso, acho que por uma atenção até, porque foi aqui mencionado e como é que pode a estrutura presente preencher bem aquilo que se espera que seja de atores, atrizes, não sei se, Odilon Wagner ou outros aqui teriam também eventual dificuldade como foi mencionado, ou a Beatriz Segall, assim por diante, se é algo que está havendo de dificuldade junto ao MinC, ou se haverá, ou se há uma disposição, se aqui foi apontada essa dificuldade, então vamos melhorar com tais procedimentos. Eu agradeço se puder dizer isso. Responder essa questão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Pode, mas rápido.

**SR. CELSO FRATESCHI** – O que nós colocamos desse problema estrutural que hoje tem sido feito algumas ações que tem gerado uma grita também. A SEFIC, por exemplo, está colocando e criando o cadastro geral de proponentes, isso já eliminaria muitas pessoas desses 90%. Agora, isso gera atrasos, gera complicações. É uma Lei que está se caminhando para estabelecer alguns prazos. Para estabelecer alguns tetos para não ter essas distorções. Porque não existe irregularidade em quem pede 27 milhões, não tem limite de pedida, é a única Lei Federal, o único subsídio que não tem teto. Então são uma série de ações que estão sendo feitas e que vai, e que está gerando grita. Por que não tem a ver a questão de ser setorial ou não? É claro que a análise tem que ser, para você aprofundar vai ter que verticalizar, vai ter que setorializar e vai ter que ver os problemas específicos da área, mas a gerência disso não carece de uma outra Secretaria. Isso quando, no Governo Fernando Henrique existia essa duplicidade, existia a FUNARTE, existia a Secretaria não era de fomento, de artes cênicas e música e existia a área de financiamento. O que acontece? Passava a ter duplo comando nas áreas ou um grande reforço de gastos desnecessários e uma inação completa. Uma inação completa, porque a política era feita pela Lei Rouanet. Quando eu digo que não necessariamente não tem necessidade de uma Secretaria nova é, porque isso só vai aumentar a burocracia e não vai diminuir a burocracia. A não ser que se elimine o governo e aí a gente vai fazer, acho que o impulso do filho da Re-

gina é extremamente saudável, se ele não voltar para mamar, né. Se ele for ter a vida dele, se ele não continuar sendo subsidiado pela própria, pelos próprios pais. Se ele continuar andando pelas próprias pernas. Porque se ele voltar e a mesada continuar gorda não vai ter nenhuma mudança de qualidade ele só não vai se preocupar com os problemas da mãe, mas não vai ter mudança estrutural nenhuma. Então, eu acho que a gente precisa pensar qual é o melhor, e a gente tem que abrir essa discussão não vir com posições fechadas, nós não estamos com posições fechadas. Temos uma experiência, essa experiência precisa ser analisada e precisamos sair com soluções a partir da experiência realizada não é inventar nenhuma roda, porque eu acho que a gente já inventou muitas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bem, o filho é da Regina, mas eu quero dizer que se saiu, testou, tentou, se ficar em casa não testa, não tenta, não avança. É melhor voltar testando, tentando se aventurando do que ficar acomodado, sujeito às regras tradicionais que a gente vem tendo, eu acho que vale para o filho e vale para o teatro. Eu passo a palavra à Regina.

**SRª REGINA DUARTE** – Eu acho que realmente você tem razão, Celso, não tem cabimento ficar patrocinando. Mas o que existe é uma Lei que nos protege, que está aí para nos ajudar. Então, essa ligação, digamos, maternal de “teta”, vai existir sempre se você considerar que uma Lei é uma “teta” onde a gente pode desenvolver a nossa atividade. Essa Lei existe para todos, são recursos que devem ser usados democraticamente, e dentro de uma regulamentação. O que a gente está sentindo é que essa regulamentação não está clara. Ela está inoperante, você mesmo, digamos, já admitiu a fragilidade no setor de pareceristas o que faz com que hoje no Rio de Janeiro quatro teatros estejam sem solicitação de uso, de ocupação. Quatro teatros fechados por quê? A classe, o setor do teatro não consegue ter Projeto aprovado para encenar espetáculos. Então, a notícia que a gente tem é que quatro teatros estariam sem programação por falta de Projetos aprovados ou por falta também de Projetos captados, entendeu? De investimento. Eu acho que o mais importante desse Projeto de Lei que ele está despertando essa discussão, e a partir daqui muita coisa que está ineficiente que está ainda precisando de aperfeiçoamento, que está criando mal entendidos entre a classe, na relação com a platéia, na relação com o público. Eu acho que esse é o momento, quer dizer, a Lei está criando a possibilidade de se partir para essa discussão. Se aperfeiçoar a Lei Rouanet, de se criar a casa do teatro, quer dizer, o teto do teatro, onde as pessoas que vão estar ali são da, do meio,



são pessoas que conhecem o teatro e que vendo o teatro para participar, entendeu? De um organismo que vai devolver para o teatro uma agilidade, uma atenção diferenciada como se diz, somos categorias diferenciadas na CLT, era importante termos um espaço de atuação ou de diálogo, um espaço de convívio político onde a gente pudesse se expressar, e se comunicar com gente do meio, com gente que faz teatro, com gente que vem do teatro. Então, eu acho que é muito importante isso que está acontecendo, eu vendo assim como, a partir de agora, a gente volta a ser uma categoria com auto-estima, com possibilidades e estímulos para reunião para troca de informações, de idéias, o que não tem acontecido, quer dizer, o teatro tem ficado à margem do processo, do desenvolvimento, a meia entrada, as dificuldades todas enfrentadas. O pouco estímulo para o investidor entendeu, no sentido de que poderíamos ter uma cultura de estimular e de mostrar o quanto é importante para o empresário participar da cultura do seu país, isso já existe em todos os países, em muitos países no mundo e eu sinto que no Brasil essa discussão que possa estimular esse empresário a participar da cultura do país, ainda é muito fraca. (soa a campainha) Então, eu acho que é isso mesmo, estou feliz de sentir que o teatro volta à Pauta, o teatro volta a ser discussão importante na política e na sociedade brasileira.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – O próximo orador é o Eduardo Barata, mas o Senador Perillo pediu para falar. Quer esperar que ele termine ou prefere falar antes? Como o Senador o Senhor tem...

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – A não ser que se aplique a Lei Rouanet.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – (risos) Senador Perillo.

**SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO)** – Sr. Presidente, eu desejo, inicialmente saudar a iniciativa dessa Comissão em realizar essa Audiência Pública para discutir, democraticamente, com todos os envolvidos esse Projeto autorizativo(F) que cria a Secretaria Nacional de Teatro. Mas eu ouvi aqui, um trecho da exposição do Dr. Celso Frateschi e fugindo um pouco aqui da questão de foco da Audiência Pública, ele citou aqui a necessidade de se modificar radicalmente a Lei de Incentivos Audiovisuais. Eu queria que ele fosse mais claro em relação aos pontos que ele acha que precisam ser modificados, na medida em que nos últimos anos, especialmente depois da entrada em vigor da Lei de audiovisual o cinema brasileiro produziu mais do que nos últimos 50 anos, tivemos uma produção muito intensa à medida que nós tivemos, foram criadas regras mais claras para esse mercado.

Hoje, nós temos, efetivamente, uma indústria do cinema, ou seja, uma indústria cinematográfica muito viva, muito forte, nós temos acompanhado aí uma série de indicações, de produções brasileiras para o Oscar. A gestão é feita por pessoas que são do setor, pessoas que entendem do assunto, que conhecem o assunto, a identidade brasileira está sendo cada vez mais inserida no mercado cinematográfico mundial. Então, eu fiquei um pouco preocupado com a colocação do Dr. Celso fez no sentido de que, por exemplo, a Lei de Incentivos Audiovisuais será radicalmente mudada e é necessário. Eu queria saber a opinião dele em relação à Lei existente e, porque ele considera importante e pertinente que ele haja esse tipo de modificação. Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu vou dar espaço depois para que o Celso responda. Passando a palavra agora ao Eduardo Barata.

**SR. EDUARDO BARATA** – Primeiro eu queria dizer que em nenhum momento eu pensei em ser agressivo com o Celso que eu tenho o maior respeito pela trajetória artística do Celso, e não acho agressivo a gente falar do cotidiano, do fazer teatral de quem vive diariamente do realizar e da produção teatral. Também quero dizer que eu sou empresário sim, sou empresário e produtor teatral como a maioria dos atores e produtores, como o próprio Celso é empresário teatral, porque a própria legislação muitas vezes nos obriga a ser pessoa jurídica, que não é pejorativo ser empresário é com orgulho que eu sou empresário e produtor teatral. Também queria falar que o fato do Sistema Nacional de Cultura em nada impede a existência dessa Lei, são coisas completamente paralelas. Como eu tenho um monte de coisa aqui para ir falando. Eu queria falar que o Projeto de inclusão do teatro na educação já está aqui na Pauta, né, Senador, da Comissão de Educação e Cultura está na agenda já algum tempo, inclusive a gente já participou de Audiência Pública discutindo isso e é um dos nossos pleitos, a gente acredita que a formação de platéia acontece aí. Eu queria lembrar do Fundo Nacional de Cultura, Fundo Nacional de Cultura, que é um Fundo que deve estar, como a gente não sabe direito qual é o valor dele, mas aproximadamente 100 milhões da Lei Rouanet. O Fundo Nacional é o sistema da Lei Rouanet, é um mecanismo, instrumento da Lei Rouanet que o Ministério pode usar essa verba nas políticas públicas dele. Então, tem 100 milhões que não precisam fazer prestação de contas nem nada, tem 100 milhões esse ano e a cada ano isso vai modificando. Eu queria também dizer, que 80%, que o Celso falou que 80% da Lei vai para o sudeste, mas que a análise do MinC está um



pouco defasada, quando fala 80% vai para a sudeste, vai para a sudeste, mas a gente viaja o Brasil inteiro com o dinheiro que a gente ganha para a nossa montagem. Então, eles, estão no Rio de Janeiro, captei um Projeto, ganhei 200 mil reais, montei o meu espetáculo, fiz o meu espetáculo e apresentei em outros Estados, na hora da análise da Lei Rouanet não computa isso, está equivocado deve ter algum diferencial aí, tem que analisar isso de uma melhor forma. Também queria lembrar para a gente viajar tem um custo enorme e a gente sempre o fez, anos viajamos com nossos espetáculos, independente de ter apoio de avião, apoio de transporte, cenário de hotel, de mídia e alimentação. Desde que o Ministro Gil assumiu há 6 anos, né, ele logo falou dessas distorções, as distorções foram logo detectadas e foram prometidas as mudanças. Foi prometido que o avião, as mudanças seriam feitas com avião voando, só o que avião está oscilando demais, o avião está emperrando. E, porém essas únicas mudanças que foram feitas, todas foram prejudiciais aos proponentes, engessando mais, burocratizando cada dia mais. Quero dizer que nós estamos dispostos a colaborar sim como sempre colaboramos desde o início do governo, gostaria de lembrar que a maioria da classe artística votou nesse governo. Então, nós sempre colaboramos, porém que a colaboração tem que ser de mão dupla não pode ser de via única. São tantos papéis. Também queria entender aproveitar a presença do Roberto Nascimento, secretário de fomento eu queria entender, porque nós não conseguimos ser atendidos ao telefone na SEFIC muitas vezes temos que vir para Brasília, gastando passagem, gastando alimentação, porque um problema pequeno, que pode ser resolvido pelo telefone, e a maioria dos funcionários dizem que são proibidos de atender os proponentes, é o que se diz na SEFIC, os funcionários não podem assumir isso, porque eles têm medo, mas a maioria dos funcionários diz que são proibidos de atender os proponentes pelo telefone. Então gostaria de entender por que isso acontece, né? Isso aqui está aqui. Também queria lembrar que no final de 2006, Senadora Ideli estava presente, o Senador Cristovam na questão da Lei do Esporte, o Presidente Lula assinou a Medida Provisória criando a Lei do Esporte, tirando o Inciso da Lei Rouanet, com um teto de 285 milhões e que esse ano o teto para o esporte ultrapassou (soa a campanha) 1 bilhão. Em um ano de 285 milhões o teto para Lei do Esporte ultrapassou 1 bilhão. Outra coisa que eu queria entender que já foi dito aqui, é que nesses 6 anos essas distorções todas foram ditas, porque não houve nenhum Projeto de Lei encaminhado para o poder legislativo consertando essas distorções? Porque tudo é feito através de Portaria, tudo é feito, a gente

descobre a cada semana tem uma novidade, a gente descobre através do site, porque não há uma discussão maior com o segmento teatral, porque não usa aqui o poder legislativo para fazer essas discussões, para fazer essas mudanças. Também queria falar que a gente sabe que 90% é enxugar gelo, a gente entende a dificuldade, a gente acha parece que a FUNARTE já tem um Projeto para capacitar agentes e proponentes culturais no Brasil inteiro. Mas isso, até hoje eu recebo telefonemas do Acre, do Piauí, de todos lugares perguntando se eu faço esse trabalho de inscrever os projetos na Lei Rouanet, porque a maioria dos produtores fora Rio-São Paulo, fora a região sudeste e sul não sabem, porque não tem tanto acesso à informação ou quando tem no site, não conseguem alguém para esclarecer as dificuldades de inscrever na Lei Rouanet. Então, a democratização tem que começar aí na informação de todos os produtores terem acesso à Lei Rouanet. Bom, é isso, obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Bem, nós terminamos todas as falas, mas o Celso pediu e eu creio que a fala dele pode acrescentar sim e depois o ex-Ministro Nascimento Silva pediu também para falar.

**CELSO FRATESCHI** – Só gostaria de dizer, Senador, que eu não tenho maiores informações a respeito da Lei, das mudanças da Lei do audiovisual, o que eu a é a informação que ela está sendo, agora, o foco de uma transformação bastante, bastante significativa. Eu não tenho nem competência e nem informação para colaborar com o senhor aqui agora, mas está mudando a Lei de audiovisual. Gostaria de esclarecer, acho que essa foi talvez à coisa que mais me ofendeu Barata quando você fala do PRONAC e do Fundo Nacional de Cultura. Do Fundo Nacional de Cultura uma vez que esse processo talvez o mais transparente que a gente desenvolve com ampla informação, os critérios são extremamente definidos, são 6 critérios, 6 de cada 6 do Ministério, 6 de cada vinculada que analisa isso de uma maneira muito rigorosa, o grande problema do Fundo Nacional de Cultura é que isso sobrou muito pouco dinheiro para ele, né. Enquanto o PRONAC tem 1 bilhão a gente tem 6 milhões. É muito desigual, e as opções são claras, são para atender Projetos que não tem a menor capacidade de captar via renúncia fiscal. Então, isso é muito, muito transparente da parte da--

**SR. EDUARDO BARATA** – No site do MinC, essa informação de onde é aplicado o dinheiro da FNC. A gente, inclusive, já solicitou aqui pela Comissão.

**SR. CELSO FRATESCHI** – O que eu estou te falando é o seguinte: No site tem informações das Reuniões.

**SR. EDUARDO BARATA** – Mas não tem onde o dinheiro é aplicado?

**SR. CELSO FRATESCHI** – Tem a relação dos contemplados.

**SR. EDUARDO BARATA** – Não é um dinheiro público? Dos anos passados.

**SR. CELSO FRATESCHI** – O que eu estou falando. Eu participei diretamente desse processo de discussão da Lei do Fundo Nacional de Cultura. Extremamente discutida, embates violentos, foi demorado para caramba, muito mais demorado que uma Reunião da CNIC(F), onde a gente discutiu ponto por ponto e foi publicado todos os grupos que foi contemplado e os critérios que eles foram. Não tem nenhuma obscuridade nenhuma obstrução de informação.

**SR. EDUARDO BARATA** – O único veículo a gente tem de informação é o site, no site não há isso. Do Fundo.

**SR. CELSO FRATESCHI** – Do Fundo Nacional, entendeu? Então é, acho que seria.

**SR. EDUARDO BARATA** – Poderia facilitar colocando no site do MinC, facilitaria muito.

**SR. CELSO FRATESCHI** – Eu gostaria de aproveitar aqui só e agradecer os Senadores do empenho na aprovação de uma Emenda para cultura que foi esse ano, se aprovou 400 milhões, mas sobraram 10 milhões que nós vamos tentar com esses 10 milhões colocar uma cunha que é exatamente na área de educação, Presidente. Que é a, para a área de formação, na área de música e artes em geral, foram aprovados 400 milhões, como Emenda constitucional da Comissão no Senado, do Senado e agora sobraram esses 10 que a gente vai pedir o esforço de vocês para a pressão para o Tesouro poder estar liberando isso para a gente aplicar e com esses 10 milhões o que a gente tem é que criar uma cunha na área de formação artística de professores, principalmente para sensibilizar os professores para a gente poder estar ampliando esse trabalho junto com a educação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Ministro Nascimento Silva.

**DR. LUIZ ROBERTO NASCIMENTO SILVA** – Rápidas considerações, uma faço referência, Senador Marconi Perillo, a intervenção de V.Ex<sup>a</sup> que vai de encontro, realmente com o nosso sentimento. Realmente o salto dado no audiovisual foi fundamental, eu me sinto, inclusive, pessoalmente comprometido com isso, porque eu tive a oportunidade de no governo Itamar Franco de ajudar a criação da Lei do audiovisual. Acho interessante, inclusive que se coloque duas questões, uma macroeconômica e uma microeconômica. A macroeconômica é que a grande novidade, a grande descoberta do governo do Presidente Lula foi exata-

mente conjugar atendimento a políticas públicas mais com liberdade de mercado. Essa foi uma novidade que surpreendeu grande parte da sociedade brasileira. Ou seja, ter essa atenção prioritária (soa a campainha) o segmento dos assistidos, mas ao mesmo tempo ter liberdade de mercado no setor econômico. E em várias posições, Dr. Celso, eu não entendi muito se é o desejo é que haja só financiamento público à cultura. Eu acho que se isso for, isso...

**SR. CELSO FRATESCHI** – Estou defendendo a mudança da Lei Rouanet é a informação de que o cinema não aumentou o público.

**DR. LUIZ ROBERTO NASCIMENTO SILVA** – A meu ver será um retrocesso. Porque eu acredito sim que nós temos que conjugar os dois investimentos. O investimento público deve seguir para os Projetos, sem tanto apelo, sem capacidade de organização, sua estrutura jurídica mais frágil, esses sim deve ser financiados a fundo perdido e essa é uma das funções da política pública. Agora de outro lado o setor do mecenato, o setor da captação de recursos do setor privado vem funcionando muito bom. Acho que outra questão importante nós não temos que enfrentar uma falácia, a produção cultural em todo o lugar do mundo se dá muito concentradamente nas grandes capitais. Isso não é nenhuma perversão, isso não é nenhuma enturpação(F), é um modelo natural. É assim na França, é assim na Itália é assim nos Estados Unidos. Portanto que haja uma concentração de produções no Rio e São Paulo é natural, importante é que as viagens, que elas possam atingir os Estados que elas possam atingir os municípios. Mas sem uma hoje, cidade, pretender que nós possamos modificar os equipamentos culturais, a tradição dos produtores culturais, a fixação dos atores por decreto. A segunda questão é que há uma ameaça de que a criação de uma secretaria, criaria um órgão de duplicidade dentro do Ministério. Mas olha, essa duplicidade existe na área de cinema, nós temos a ANCINE e a Secretaria do Audiovisual, e o cinema anda muito bem. Então, portanto não será a Secretaria Nacional de Teatro que criará um entrave ao Ministério da Cultura, nem a FUNARTE, nem é isso o nosso desejo. Por último, de certa forma, as palavras do Dr. Celso reafirmam, inclusive, a necessidade da Lei. Se eu tinha certeza da Lei eu saí hoje ainda mais convencido. Quando V.Ex<sup>a</sup> disse que o valor aprovado é mínimo em relação ao valor captado, o senhor, na verdade deu o atestado objetivo verdadeiro que essa Lei precisa ser modificada. Ou seja, a sociedade está fazendo um esforço de colocar esses recursos no orçamento, a sociedade está fazendo um esforço, fazer a renúncia fiscal e esses recursos não estão chegando aos seus destinatários. Portanto, acho que essa idéia

talvez seja inclusive uma idéia que vá de encontro até os interesses certamente do Ministério de aproximar o valor aprovado e o valor captado. Porque o desejável é que o máximo possível do que foi aprovado seja captado na medida que o esforço da sociedade já está transferido para dentro do orçamento. Quanto à redução dos investimentos da Lei Rouanet em relação ao norte, nordeste eles derivam de uma razão de natureza fiscal, como são Estados que possuem incentivo fiscal com a SUDAM e SUDENE, o percentual de Imposto de Renda é reduzido nesse Estado. Então, novamente não há perversão da Lei, é apenas a sobreposição de incentivos setoriais desses (soa a campainha) Estados que se sobrepõe ao incentivo à cultura.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu quero agradecer a todos os participantes, Senadores, artistas, Senador Mão Santa, 1 minuto? Senão eu dou uma de Romero aqui.

**SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI)** – Primeiro homenagem a eles que na última Reunião nós chegamos à conclusão que a primeira da sétima arte, a primeira era o teatro. Então, está feita a homenagem. Mas eu gosto tanto que eu assisti O Fantasma da Ópera em Nova Iorque, Londres e em São Paulo. Quando eu viajo, eu não tenho cartão corporativo nem mensalão, eu fico em hotel, de 2 estrelas, 3 estrelas tire retrato na porta, (ininteligível), com a Adalgiza. Está aí, teatro, eu gosto, quando eu criança eu tinha uma diretora lá no Piauí que era diretora artística e me botava naqueles papéis. Então, a minha biografia é melhor do que a sua eu fui artista de teatro, você foi de boxe, eu sou do teatro. Eu fui infantil, muitas peças, Maria Goretti, e tinha novela em rádio, né, voz infantil: “Papai...” o meu porrete está melhor. Mas o que eu queria dizer é o seguinte: 1950 o Brasil perdia a Copa. Naquele tempo eu torcia pelo Fluminense, olha. Não tem torcida não, só eu e o Chico Buarque, Castilho, Pinda Pinheiro, Jair, Edson Bigode, Telê, Didi, (ininteligível)... mas é o seguinte: Porque o Brasil tem futebol? Porque fez o Maracanã e tem que ter teatro. Olha, o governo passado foi muito bom, vocês podem ter raiva, eu sou do PMDB nunca votei em Fernando Henrique Cardoso. Nunca votei, eu votei no Quêrcia que eu sou do PMDB e na outra eu não (ininteligível) Eu sou de Parnaíba, ele de Sobral. Mas o governo foi muito bom. Eu governando o Piauí, eu fui ao Francisco Belforte(F), um homem muito culto, tantos livros, intelectuais, também eu sei ler, sobre Monteskie(F), ele tem um livro. Eu fui lá e tal e disse eu não tenho dinheiro não, não sei como funciona, o senhor é que sabe que foi Ministro. Vai lá no Correio no Sérgio Motta, aí a burocracia, tem razão quem falou. Oh, homem prático. Eu não sou do lado dele, vocês podem não gostar, mas eu vou dizer, eu

nunca vi um negócio tão fácil. Ele viu lá, era um teatro tinha mais de 100 anos em Teresina. Um negócio velho de 100 anos para recuperar. Foi na perna, o homem era ligeiro, eu não sei onde ele está, mas ele é ligeiro. Sobrou tanto dinheiro que eu comprei o teatro do fundo, o Clube Diário, e consertamos a praça está lá. Então, tem que ser ágil, mas hoje floresceu artistas extraordinários. Está entendendo? Tem uma arte boa. Mas tem que ter o Maracanã para jogar. Pelo menos, esse, o nosso cantor aí tem que ver como está. Porque foi um salto enorme, eu presenciei os artistas que apareceram depois, né. Tem que ter um lugar para jogar, então o governo foi rápido. No mais, os nossos aplausos, agora eu quer dizer a minha observação. Eu gosto tanto que eu lá em São José do Rio Preto, uma filha minha tinha feito um concurso foi para lá, foi lá um fim de semana estava o Juca Chaves, meu amigo. E eu fui ao teatrozinho(F) lá, entrei aí me impressionou uma frase que ele disse: Que o Brasil não dá apoio não. Eu lá ouvindo, sou amigo pessoal dele, da governadora, ele nem sabia que eu estava assistindo, depois que nós fomos conversar. Aí ele disse: O Chile, atentai bem, o que eu estou dizendo, é a maior civilização das Américas. Depois eu fui, assisti lá uma ópera, “O Cisne...”, “O Lago do Cisne”, oh coisa linda, já impressionado. O Chile é a primeira civilização. No Brasil está é ruim para artista, eu fui observando. Eu gosto muito de Buenos Aires, é a minha Paris, eu não tenho Mensalão, eu não tenho cartão. Então, é mais barato, o dinheiro rende. Em Buenos Aires tem um mundo artístico doido, tem a La Casa Corriente(F) que tem 40 teatros e o dinheiro rende, mas o que eu tenho observado é o seguinte, para Srª Regina, que nosso também é mais fraco aqui do que lá. Atentai, a grandeza do mundo, eu gosto, eu não sou crítico. Eu vou com a Adalgiza, mas o mundo, o cenário da exposição, olha, é 4 vezes, 6 vezes maior. O que eu estou vendo o nosso Brasil talvez seja é muito monólogo, eu vou, porque eu gosto, eu vim do teatro da Gávea. Eu gosto, então, eu acho, eu estou dando não é nem como Senador, é um depoimento de que gosto, eu gostava de circo Garcia, esse Waldick Soriano, eu conheci ele cantando em circo. Eu não sou cachorro não. Então eu sempre gostei, mas que nós estamos fraco, o nosso espetáculo, eu tenho ido no Rio em São Paulo, em relação bem aí o Buenos Aires, nós estamos fracos. A causa eu não sei, eu quero que melhore. São bons artistas, né, eu não sei se foi concorrência de cinema. Agora temos uma experiência com o Governador, o povo não vai é porque não tem dinheiro mesmo e esse foi o diabo. Lá tinha os programas do Luiz Inácio, tinha o cinemão, aí botaram o nome de mão. Os programas era tudo assim: Sopa na mão, Luiz Santo, Spa



Santo, (ininteligível). Então, tinha o cinemão que era o serviço social e o (ininteligível) dirigia, sábado. Para as crianças pobres, olha a felicidade, eu fui uma vez, eles não vão é, porque não tem o dinheiro. Eu estou aqui para ensinar. Eu fui o primeiro que fiz restaurante popular, esse negócio não foi ele não, fui eu, o Garotinho foi comer no meu e o Mário Covas. Então, cinemão, houve esse programa, o homem botava a mão. Você sabe. Foi o cinemão, Luiz Santa, Mão Santa, eu tentei até de entrar na mão contramão, porque aí me cassa aqui no Senado, (ininteligível). Mas eu vi, eles não vão, porque não tem dinheiro, são pobres mesmo, você está vendo. Então, o governo tem que entrar, não é só Governo Federal, fazer recuperar os governos do Estado, municipais. E os meus aplausos, eu gosto de teatro. Os meus parabéns.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)** – Eu quero agradecer a todos, dizer que a Lei que o Senador Suplicy encaminhou nós vamos levar em conta e que vamos fazer outras audiências e queremos que outras visões sejam trazidas aqui. Muito obrigado a todos e boa-tarde.

*(Sessão encerrada às 13h09.)*

#### **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Ata da 02ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 2ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 11 de março de 2008.**

Às doze horas e quarenta e quatro minutos do dia onze de março de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Duque, Paulo Paim, Marco Maciel, Valter Pereira, Cristovam Buarque e Mão Santa (não membro da Subcomissão) reúne-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Wellington Salgado, Sérgio Zambiasi, Francisco Dornelles e Marisa Serrano que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual Senador Flávio Arns, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Requerimento nº 001/08-SCTMC e 58/07 – CE**, de

caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Raimundo Colombo, Marisa Serrano e Paulo Duque, que requer “..., nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II, V, IX e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o propósito de debater a criação da Empresa Brasil de Comunicação (TV Pública) por meio da Medida Provisória 398, com os seguintes convidados: Franklin Martins, Ministro-Chefe da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República; Daniel Pimentel Slavieiro, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente do Grupo Bandeirantes e Assessor Jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; Maurício Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI; Christopher Torto, Presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; Ethevaldo Siqueira – Colunista do Jornal Estado de São Paulo”. O Requerimento é aprovado. **Item 02: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 005/07-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Duque e Paulo Paim, que “em Aditamento ao Requerimento nº 05/2007-SCTMC, que requer a realização de Audiências Públicas no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para **‘Discutir a elaboração de uma Lei Específica (Geral) para o Setor Teatral’**, solicito, nos termos regimentais, que as próximas Audiências sejam realizadas de forma conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte”. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns**, Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.



**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA  
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO  
E CONTROLE – CMA**

**REPUBLICAÇÃO**

**Ata da 1ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de fevereiro de 2008, às 11:30 horas.**

Às doze horas e doze minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GERALDO MESQUITA, ADELMIR SANTANA, LÚCIA VÂNIA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta pelo item 3. **Item 03) AVISO Nº 161, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 585, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre denúncia de eventuais irregularidades praticadas pelo Banco do Brasil S.A., no Estado do Ceará, em processo de cessão de crédito para Companhia Agroindustrial Vale do Curu, e por sonegação das informações solicitadas sob alegação de sigilo bancário (TC – 009.538/2001-4)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **ADELMIR SANTANA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado.** Após, o item 4 é retirado de pauta a pedido do relator. **Item 04) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO** que “dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras”. **Autoria:** Deputado **FERNANDO GABEIRA**. **Relator:** Senador **ADELMIR SANTANA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator.** Passa-se, então, à deliberação dos itens 2, 1 e 5, nesta ordem. **Item 02) AVISO Nº 26, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha recomendações pro-

feridas por aquela Corte de Contas, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – exercício de 2005, referentes à reversão dos efeitos da desvinculação de receitas da União (DRU) sobre o orçamento da seguridade social, bem como solicitando prioridade para apreciação dos projetos de lei resultantes das propostas consubstanciadas no Relatório Final da CPMI dos Correios”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **AUGUSTO BOTELHO**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **Resultado: Aprovado. Item 01) AVISO Nº 99, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.233/2007, proferido nos autos do processo TC 004.468/2006-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram sobre Auditoria Operacional realizada no Programa Morar Melhor, gerido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, e executado pela Caixa Econômica Federal”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator “ad hoc”:** Senador **ADELMIR SANTANA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 538, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes”. **Autoria:** Senador **ADELMIR SANTANA**. **Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Aprovado.** Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente comunica que os demais itens da pauta ficam adiados para uma próxima reunião. **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário”. **Autoria:** Senador **GERSON CAMATA**. **Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas”. **Autoria:** Senador **RENATO CASAGRANDE**. **Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto.

**Resultado: Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça”. **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA**. **Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências”. **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que “revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato”. **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. **Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. EXTRA-PAUTA** é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008-CMA** que “requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição da República e do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Senhores Ministros da Agricultura, **REINHOLDS STEPHANES**, e do Meio Ambiente, **MARINA SILVA**, acompanhada do Presidente do IBAMA, **BAZILEU**

**ALVES MARGARIDO NETO**, para que prestem esclarecimentos à esta Comissão acerca de suposto conjunto de medidas ora em estudo nos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as quais, segundo reportagens publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo dos últimos dias 10 e 11 de fevereiro, incluiriam a concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pela derrubada ilegal de florestas, legalizando 220 mil quilômetros quadrados já devastados na Amazônia”. **Autoria:** Senador **HERÁCLITO FORTES** e outros. **Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **ADELMIR SANTANA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, CÍCERO LUCENA, EXPEDITO JÚNIOR e FLÁVIO ARNS**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior permaneçam como se encontram. **Aprovado.**

Nós iniciaremos os trabalhos de hoje pelo Item 3, cujo Relator se encontra presente.

Item 3. Encaminha ao Senado Federal cópia da decisão nº. 585/2001, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam sobre denúncia de eventuais irregularidades praticadas pelo Banco do Brasil no Estado do Ceará em processo de cessão de crédito para Companhia Agroindustrial Vale do Curu e por sonegação das informações solicitadas sob alegação de sigilo bancário. Esse aviso é de autoria do Tribunal de Contas da União, e tem como Relator eminente Senador Adelmir Santana, a quem concedo a palavra.

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vou me ater aqui apenas à análise para não tomar muito tempo. O TCU encaminhou ao Senado Federal para conhecimento da cópia de decisão de supra mencionadas acerca de eventuais irregularidades praticadas pelo Banco do Brasil no Estado do Ceará, em processo de cessão de crédito segundo os quais o Banco do Brasil credor da importância de 12 milhões, 380 mil, 421 reais e 20

centavos da empresa Agrovale. Em liquidação por autotalência resolveu ceder esse crédito a Avelino Forte Filho pela importância de um milhão e quatrocentos e trinta e sete mil reais. O Tribunal pleno, diante das razões expostas pelo Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues decidiu fixar ao Sr. Eduardo Guimarães, Presidente do Banco do Brasil, o prazo improrrogável de 15 dias para que apresentasse ou determinasse a apresentação de cópia do processo administrativo de aprovação do contrato de ação e pagamento de cessão de crédito acima referido.

O voto, portanto, tendo em conta o exposto, nós opinamos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Em discussão o Relatório do Senador Adelmir Santana.

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – Aliás, só para... O processo do TCU já foi inclusive encerrado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Consulto o eminente Senador Adelmir Santana, já que o Item 4 também é de sua Relatoria, se poderia, na seqüência, já fazê-lo. Projeto de Lei da Câmara nº. 19/2005...

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – Só queria antes da leitura, nós fomos procurados esses dias pela Fundação Chico Mendes, pessoal ligado a esse setor, eu pediria a retirada de pauta para fazermos uma análise mais apurada do nosso Relatório.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – V.Ex<sup>a</sup> será atendido. Retirado de pauta então o Item 4. Voltamos ao Item 2.

Item 2. Aviso 26/2006. Encaminha recomendações proferidas por aquela Corte de Contas quando da elaboração do Relatório e pareceres prévios sobre as contas do Governo da República, exercício de 2005 referentes à reversão dos efeitos da desvinculação de receitas da União, DRU, sobre o orçamento da seguridade social, bem como solicitando prioridade para a apreciação dos Projetos de Lei resultante das propostas consubstanciadas no Relatório final da CPMI dos Correios. É de autoria o aviso nº. 26/2006, do Tribunal de Contas da União. Tem como Relator o eminente Senador Augusto Botelho, com parecer pelo conhecimento da matéria e remessa do processo da Comissão Mista de Planos e Orçamento Público e Fiscalização. Tem V.Ex<sup>a</sup> a palavra.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Sr. Presidente, o aviso nº. 26/2006 encaminhado pelo Presidente do TCU, comunica o Presidente do Senado Federal que na Sessão Extraordinária do Plenário de 1º de junho de 2006 quando da elaboração do Relatório e pareceres prévios sobre as contas do Governo da República no exercício de 2005 em decorrência de ressalvas e informações evidenciadas no processo TC 008.422/2006-5, o TCU proferiu as seguintes recomendações contidas nos itens 1 e 3. A Presidência da República, essa Presidência do Senado Federal e Câmara dos Deputados e ao Ministério Público da União que adotem medidas cabíveis no âmbito das respectivas competências institucionais para reverter os efeitos da desvinculação das receitas da União, DRU, instituída pela Emenda Constitucional nº. 27/2000, e alterada pela Emenda Constitucional 42/2003, sob o orçamento da seguridade social. As Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que envidem esforços no sentido de dar prioridade à apreciação dos Projetos de Lei resultante das propostas substanciadas no Relatório Final da CPMI dos Correios. Avisos nº. 26/2006 foi submetido à Comissão de Assuntos Econômicos e que tomou conhecimento da matéria e pronunciou-se pelo seu encaminhamento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização. Arquivando-se ao final.

Conforme art. 49 da Constituição Federal compete-se exclusivamente ao Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo. A Carta Magna também estabelece que para o controle externo o Congresso Nacional conta com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e no art. 71, I, confere ao Tribunal competência de apreciar contas prestadas anualmente ao Presidente da República mediante prévio parecer.

Sendo assim, as duas recomendações do Tribunal de Contas da União ora encaminhadas por meio do aviso 26/2006 decorrem do exercício dessa atribuição no que diz respeito ao exame das contas do Presidente da República em 2005. A primeira recomendação enseja reverter os efeitos da Emenda Constitucional 27/2000, alterado pela Emenda Constitucional 42/2003 que respectivamente instituiu a DRU, Desvinculação das Receitas da União e prorrogou a sua vigência, e a segunda, recomenda aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados prioridade aos projetos decorrentes da CPI dos Correios. Em ambas trata-se de matéria incluída na competência legislativa do Congresso Nacional e das duas Casas.



No âmbito regimental, a tramitação do aviso nº. 26/2006 está de acordo com o art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece que os documentos recebidos pelo Senado pode ser despachados às Comissões competentes ou arquivados. O aviso também se conforma ao art. 410 do Regimento Interno do Senado Federal. Pois está datado e assinado e não contém termos desrespeitosos. Finalmente, ao atender o art. 411 que deverá ser encaminhado à Câmara ou a outro órgão do Poder Público. Por conseguinte conclui-se pela pertinência do envio do aviso nº. 26/2006 do Tribunal de Contas da União ao Presidente do Senado Federal, à Comissão de Meio Ambiente, à Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para conhecimento.

Diante do exposto, após ciência dessa Comissão e em conformidade com a Comissão de Assuntos Econômicos, recomendamos o encaminhamento do aviso nº. 26 do Tribunal de Contas da União à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, Sr. Presidente. Este é o parecer.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Em discussão o Relatório do eminente Senador Augusto Botelho. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

Voltamos ao Item 1. Aviso nº. 99/2007, encaminhada ao Senado Federal cópia do acórdão 2.233/2007, proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas 4.468/06, bem como do Relatório do voto que o fundamentaram sobre a auditoria operacional realizada no Programa Morar Melhor, gerido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, e executado pela Caixa Econômica Federal. É de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como Relator o eminente Senador Cícero Lucena. O parecer é pelo conhecimento da matéria e remessa do processo ao arquivo. Eu consulto o Senador Adelmir Santana se poderia funcionar como Relator ad hoc desta matéria.

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – Solicito ao senhor que nomeie um ad hoc também pro Item 5 que é de meu interesse.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Tem V.Exª a palavra para o Relatório do Item.

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – O aviso de nº. 99, do Tribunal de Contas da União encaminhada ao Senado Federal cópia de acórdão. Nos termos mencionados no acórdão adotado na Sessão Ordinária do Plenário de 24 de outubro de 2007 o Ministro do TCU decidiu arquivar o processo bem como dar ciência dessa decisão a diversas autoridades do Poder Legislativo e Executivo, entre eles o Presidente

do Senado Federal. Nós termos do Relatório e voto que fundamentaram o acórdão, verifica-se que além do cumprimento integral das determinações, mais de 90% das recomendações emanadas do órgão fiscalizador ao longo dos procedimentos de auditoria operacional foram seguidos. Tal constatação ensejou o voto do Relator Ministro Marcos Vinícios Vilaça, o registro de elogios ao empenho demonstrado pela Secretaria Nacional de Habitação e pela Caixa, respectivamente gestor e executor do Programa Morar Melhor.

Em face de todo o exposto, concluo no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento da matéria procedendo em seguida o arquivamento no processo. Esse é o voto do Relator Cícero Lucena.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Em discussão o relatório do Senador Cícero Lucena, relatado pelo Senador Adelmir Santana. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – Eu havia pedido, Sr. Presidente, a nomeação do Relator ad hoc, mas acaba de chegar o Relator do Item 5, Senador Heráclito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Passamos então ao Item 5. Projeto de Lei do Senado nº. 538/2007, que dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes. Autoria Senador Adelmir Santana e tem como Relator o eminente Senador Heráclito Fortes, parecer pela aprovação do projeto. Tem V.Exª a palavra.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Agradeço a V.Exª, Sr. Presidente. Sr. Presidente, o Relatório é o seguinte. Nos termos do art. 102 A, caput e inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, vem à consideração da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o PLS 538/2007 de autoria do Senador Adelmir Santana cuja Emenda é reproduzida acima. A proposição se compõe de seis artigos. O art. 1º estipula:

Art. 1º. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a contratar operações de crédito e a prestar serviço aos clientes devem fornecer as informações cadastrais de adimplemento ou de inadimplemento por meio de sistemas eletrônicos que possibilitem ao cadastro de forma gratuita a consulta de seu histórico;

Art. 2º. Limita a cinco anos do vencimento da obrigação o período pelo qual essas informações poderão constar o cadastro;



Art. 3. Determina que as informações de adimplemento devem ser mantidas pelas instituições por no mínimo cinco anos da data de vencimento da obrigação;

Art. 4º Especifica o conteúdo do cadastro dado ao cliente histórico de operação, valor, data, vencimento, pagamento efetuado com saldo médio, mensal e da conta corrente e aplicações financeiras. Pergunto a V.Exª se se faz necessário ler todos os artigos já que se encontra publicado o senhor poderia passar para considerações...

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Fique V.Exª a vontade.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Vou continuar. Art. 5º. Sujeito ou infrator da lei normas de defesa do consumidor. Por fim, o art. 6º, estabelece que a lei entrará em vigor 90 dias após a sua publicação.

A matéria foi distribuída a todas as Comissões e como, por exemplo, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e a Comissão de Assuntos Econômicos a qual caberá decisão terminativa. Na CCT foi aprovada parecer favorável do Senador Antônio Carlos Junior com duas Emendas: a primeira delas remete ao Banco Central do Brasil a regulamentação do disposto do art. 1º do PLS, a segunda Emenda obriga os Bancos a darem publicidade ao cadastro ora instituído.

Análise. Em face do conteúdo da proposição, cabe a esta Comissão emitir parecer sobre o que nela é atinente a defesa do consumidor, particularmente no intuito de aperfeiçoar o instrumento legislativo, reguladores, contratuais e penais referentes ao direito dos consumidores e fornecedores com especial ênfase às condições e limites de uso de informações responsabilidade civil, respeito a privacidade, direitos autorais, patentes e similares. As instituições de cadastro positivo é uma ferramenta auxiliar no processo de diminuição dos riscos de crédito da economia como um todo. Eles permitem além do sistema mais conhecido tais como SERASA e SPC que prevê tão somente informações desabonadoras a respeito dos candidatos ao empréstimo. Para o consumidor, é mais do que justo poder ter acesso às informações sobre sua vida financeira contida nesse tipo de cadastro. E isso permite que ele tome decisões informadas e se proteja diante de um sistema financeiro altamente organizado. A rigor, o Banco Central já dispõe de um cadastro desse tipo. O sistema de informações de crédito, alimentado mensalmente pelas instituições financeiras com dados de clientes com créditos totais superiores a cinco mil. O SCR cumpre funções de supervisão bancária e de

política monetária por parte das autoridades, além de permitir o intercâmbio das informações entre os Bancos, desde que autorizado pelo cliente. O consumidor final tem acesso a seus próprios dados através da internet. Com efeito, quando da sua implantação questionou-se uma possível ilegalidade do cadastro do BACEN, que, portanto, violaria o sigilo bancário. Todavia a Lei Complementar 105 de janeiro de 2001 que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, dita não consistir violação do dever do sigilo a troca de informações entre as instituições financeiras para fins cadastrais. Inclusive por intermédio de centrais de risco. Observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Art. 1º, § 3º e 1º. Nesse diapasão o Conselho Monetário Nacional tomou o cuidado de franquear o acesso às informações contidas somente no SCR somente mediante autorização específica do cliente para essa finalidade conforme reza o art. 3º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº. 2.724 de 31 de maio de 2000 que dispõe sobre a prestação de informações para o sistema central de risco de crédito. O problema é que poucos consumidores têm conhecimento e real acesso ao sistema do BACEN, cuja divulgação é demasiadamente restrito.

Nesse sentido, a proposição que ora se analisa vem complementar a iniciativa governamental com a vontade de tornar automática a disponibilização ao cliente de suas informações cadastrais no Banco do seu relacionamento, tornando a relação imediatamente mais equilibrada do ponto de vista econômico.

Sr. Presidente, antes de declarar meu voto pela aprovação, claro, eu quero louvar a iniciativa do Senador Adelmir Santana, pela sensibilidade que teve em fazer com que a partir de agora o cadastro não seja apenas um instrumento de punição. Mas também instrumento de reconhecimento para aqueles que cumprem os seus deveres. Quero crer, meu caro Senador, que esse projeto com certeza irá inclusive servir para baixar custos bancários, principalmente no que diz respeito a juros uma vez que nós sabemos que os Bancos embutem nas suas taxas exatamente um percentual para risco dessa natureza. Acho positivo, louvo a iniciativa de V.Exª e encaminho meu voto pela aprovação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Em discussão o Relatório do Senador Heráclito Fortes.

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – Para discutir, Sr. Presidente. Mas para agradecer o Relatório.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Senador Adelmir Santana, tem V.Exª a palavra.

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) –**

Não para discutir, mas para agradecer o Relatório e dizer que, na verdade, isso é uma coisa que é de propriedade do próprio correntista. Ele vai... Não abre a possibilidade de quebra, como foi aventado em determinado momento, de sigilo bancário, que é um extrato do seu comportamento como cliente nos últimos cinco anos. E que já existe, mas na verdade como bem coloca o Relator, é de desconhecimento do povo de uma forma geral. Então vai tirar seu próprio extrato ao negociar a abertura de uma conta em uma outra instituição, vai mostrar que é um cliente adimplente, que é um cliente que teve todas as operações naqueles cinco anos relatado naquele próprio Relatório e, certamente, vai conseguir algumas vantagens no que diz respeito aos *spreads*, às cobrança de taxas, pela qualidade do cliente que se apresenta naquela nova instituição. Então creio que vamos democratizar e apenas vamos premiar aqueles que são bons pagadores ao invés de nos preocupar apenas em castigar os mal pagadores e os que pagam bem também fazem parte desse castigo, como bem colocou o Relator, que nos *spreads* bancários já estão incluídos esses custos do risco da inadimplência que nem sempre é praticada por todos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) –** Tem V.Ex<sup>a</sup> razão quando diz que esse extrato vai facilitar o relacionamento dos clientes com as instituições financeiras. Continua em discussão o projeto. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado. Queremos registrar a presença, honrosa presença nesta reunião do Prefeito Paulo Mourão, da nossa querida cidade de Porto Nacional. Deputado membro do Congresso Nacional por vários mandatos e que nos honra hoje aqui com sua presença. Nossos cumprimentos ao Prefeito Paulo Mourão.

Sobre a Mesa Requerimento de autoria do eminente Senador Jefferson Peres, subscrito também pelo eminente Senador Heráclito Fortes, que versa sobre a seguinte matéria. Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, inciso V da Constituição da República, do art. 9º, inciso V do regimento interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, acompanhada do Presidente do IBAMA, Basileu Alves Margarido Neto, para que preste esclarecimentos a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, acerca de suposto conjunto de medidas ora em estudo no Ministério do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as quais, segundo reportagem publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, no último

dia 10 e 11 de fevereiro incluíram a concessão anistia aos proprietários de terra responsáveis pela derrubada ilegal de florestas legalizando 220 mil quilômetros quadrados já devastados na Amazônia. A Mesa propõe a inclusão deste Requerimento Extrapauta à aprovação dos eminentes Srs. Senadores. Srs. Senadores que estão de acordo com a apresentação Extrapauta desse Requerimento permaneçam como estão. Aprovado. E a Mesa submete agora à aprovação do Requerimento proposto. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado o Requerimento apresentado pelo Senador Jefferson Peres, e pelo Senador Heráclito Fortes.

As demais matérias... Seria importante esclarecer que a matéria relacionada ao Item 5, de autoria do Senador Adelmir Santana tem caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos. As demais matérias da pauta de hoje tem caráter terminativo e visivelmente não temos quórum suficiente para sobre elas discutirmos.

A Comissão, a Mesa, sobretudo, gostaria de se solidarizar com os nossos Senadores Aloizio Mercadante e Jonas Pinheiro, que estão hospitalizados, cuidando da recuperação de suas saúdes.

Senador Flexa Ribeiro. V.Ex<sup>a</sup> deseja se manifestar? E nós encerramos aqui os assuntos da pauta. Tem V.Ex<sup>a</sup> a palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) –** Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores. Nós temos assistido nas últimas semanas, e especialmente nos últimos dias, um contraditório de notícias com relação à questão do desmatamento na Amazônia, e principalmente com relação a um projeto que eu apresentei, projeto de nº. 6.424/2005, que trata da utilização das áreas antropizadas no nosso País. Esse projeto, ele foi aprovado por unanimidade no Senado Federal, foi enriquecido aqui na Comissão de Meio Ambiente pelo Senador Gerson Camata, que o ampliou para espécies exóticas ou nativas, e foi encaminhado à Câmara Federal. Lá, lamentavelmente foi obstaculizado durante dois anos por uma ação do Ministério do Meio Ambiente, que se mostrava contrário à tramitação do projeto, inclusive com uma possível negociação.

Ao final do ano de 2007, já... Melhor dizendo, em meados de 2007 o Ministério do Meio Ambiente se mostrou aberto a negociar o projeto e fizemos inúmeras reuniões com o Relator, Deputado Jorge Khoury, da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, com o Ministério do Meio Ambiente, com a Ministra, com o Secretário-Executivo, Dr. Capobianco, com as Organizações Não-Governamentais, com a Confederação Nacional da Agricultura, com a Confederação

Nacional da Indústria, no sentido de se encontrar um texto que pudesse atender o objetivo do projeto. E a imprensa vem, através de declarações várias, inclusive do Greenpeace, dizendo que o projeto de minha autoria é de floresta zero que pretendem devastar a Amazônia.

Eu queria, Sr. Presidente, primeiro esclarecer a toda a sociedade brasileira que o projeto de minha autoria vem exatamente no sentido de preservar não só a Amazônia, mas o Brasil como um todo, já que ele é um projeto que abrange o nosso País. Ele não altera o Código Florestal com relação às reservas legais. Ele mantém, no caso da Amazônia, a reserva legal de 80% como diz o Código Florestal hoje. Ele apenas permite que se utilize as áreas já alteradas que estão abandonadas, muitas delas abertas em décadas passadas por indução do próprio Governo quando lançou um programa de integrar a Amazônia para não entregar a Amazônia e que levou a um nível de desmatamento que hoje se encontra essas áreas já sem uso.

Então, o projeto vem no sentido de... De forma inteligente, utilizar essas áreas já alteradas, que ao longo das últimas décadas o Código Florestal determina que elas sejam reflorestadas, e que não foram e não o serão porque não há retorno econômico no reflorestamento exigido pelo Código Florestal, e o projeto vem exatamente sanar essa questão, permitindo que se use essas áreas já alteradas intensivamente, e se faça a reserva em outra área, na mesma bacia hidrográfica, ou seja, no mesmo ecossistema, no limite dentro do mesmo Estado. Dentro do mesmo Estado. Isso vai fazer com que não haja mais necessidade de se derrubar uma única árvore na Amazônia. E nem no Brasil. Porque você vai poder já utilizar... A Amazônia tem hoje 207... 700 mil quilômetros quadrados de áreas alteradas. O meu Estado, o Estado do Pará, tem 207 mil quilômetros quadrados. São 20 milhões de hectares de áreas abertas que face à tecnologia existente, hoje, elas estão subutilizadas. E com o uso intensivo dessas áreas, nós não vamos precisar desmatar mais nenhum metro quadrado na Amazônia.

O meu projeto, que foi enriquecido tanto no Senado e depois na tramitação da Câmara, lamentavelmente ele estava para ser aprovado nesse texto consensado com o Ministério do Meio Ambiente quando a bancada ruralista da Câmara pediu para que o projeto tramitasse na Comissão de Agricultura. O que foi feito no final do exercício passado. E na Comissão de Agricultura foram introduzidas alterações profundas naquilo que foi proposto por mim, aquilo que foi consensado nas reuniões amplas no Ministério do Meio Ambiente, e que realmente aí deturparam completamente o projeto permitindo, reduzindo a reserva legal, permitindo com-

penção em qualquer Estado Brasileiro, ou seja, uma área alterada para ser utilizada em São Paulo poderia ser compensada no Acre. O que vai contra qualquer equilíbrio dos ecossistemas.

Então, eu gostaria de trazer essa discussão para a Comissão de Meio Ambiente, o projeto vai retornar à Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, fazer uma reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente do Senado com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, para que nós pudéssemos esclarecer a sociedade, Senador Cícero Lucena, Senadora Marisa Serrano, os pontos importantes desse projeto que estão sendo deturpados, eu diria, talvez até por falta de informação, e estão levando o projeto como sendo um projeto que leve ao desmatamento. Quando é exatamente o contrário. É um projeto que visa à preservação da floresta com a utilização das áreas já alteradas.

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Capobianco, deu uma declaração em que ele se referia à anistia àqueles que já tinham feito a derrubada além da Amazônia legal. Não há anistia. Eu acho que ele utilizou um termo e que trouxe essa polêmica toda a nível da imprensa, porque o projeto proposto por mim não anistia ninguém. O projeto proposto por mim não altera a reserva legal. Mantém a reserva legal de 80%. Ele apenas abre a possibilidade para que essas áreas já alteradas sejam reflorestadas novamente. Reflorestadas com o uso econômico. Com espécies nativas ou exóticas. E a reserva legal de 80% será feita numa área ainda preservada através de compra, tanto de áreas de Governo, que agora vai licitar concessões, quanto de áreas privadas.

E aí, Presidente Leomar Quintanilha, é importante que se possa reafirmar aqui e esclarecer de uma vez por todas que o Código Florestal, da forma como está, não tem cumprido a sua função no sentido de reflorestar essas áreas. E da forma como está previsto no projeto, essas áreas serão sim reflorestadas. E o zoneamento econômico ecológico, que acho que esta Comissão deveria assumir isto como uma bandeira para que fosse uma obrigação do Governo Federal fazer o zoneamento econômico ecológico de todos os Estados brasileiros, porque aí definiria de uma vez por todas quais são as áreas de contemplação, quais são as áreas de uso intensivo, quais são as áreas de manejo, quais são as áreas de uso semi-intensivo. O Estado do Pará fez o seu... Aprovou o seu zoneamento econômico ecológico há três anos, por unanimidade na Assembléia, mas não conseguiu implementá-lo porque precisa de detalhar. E esse detalhamento é de custo altíssimo.



**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)**

– V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Com

o maior prazer, Senadora Marisa.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** –

Sr. Presidente, Senador Flexa, Senador Cícero Lucena, eu quero aqui confirmar as palavras de V.Ex<sup>a</sup> dizendo que se o País quiser crescer com desenvolvimento sustentável, garantindo boa qualidade de vida para a sua população, não há como numa época de hoje em que o mundo todo se volta especificamente para garantir um ambiente mais saudável para toda a população da terra, que o Brasil, que é um País continental, não se preocupe com macro zoneamento econômico ambiental. E se possível social, todo o mapeamento que a gente possa fazer. Mas o econômico e o ambiental é fundamental. E quero lhe dizer que essa foi uma proposta que o Governador do meu Estado, que é do PMDB, o André Puccinelli, e eu como candidato ao Senado fizemos em todo o Mato Grosso do Sul. E tivemos o apoio da Fundação Klabin e das universidades do meu Estado. E Mato Grosso do Sul está terminando o seu macro zoneamento econômico ecológico, o que para nós é fundamental, porque só para se ter uma idéia, nós tínhamos sete usinas de álcool até o ano passado, o ano retrasado, e do ano passado para cá são 39 usinas de álcool sendo implantadas no Mato Grosso do Sul. Além disso temos o aquífero Guarani fundamental passando por baixo de nossas técnicas é terras. Nós temos o Pantanal maravilhoso e nós temos também a preocupação com uma fronteira vastíssima com a Bolívia e o Paraguai.

Portanto, eu acredito e quero confirmar a V.Ex<sup>a</sup>, para nós é fundamental. Nós temos que brigar por isso. Nós temos rios de água doce, só do meu Estado de um lado nós temos o Paraná que é divisa do meu Estado com São Paulo, Minas e Goiás, e do outro lado temos o Paraguai. São dois grandes rios do País dividindo o Mato Grosso do Sul. E eu não acredito, não acredito em nenhum planejamento sustentável para o País num estágio que nós estamos hoje que não seja através de um macro zoneamento.

Quando a gente fala em desmatamento da Amazônia, desmatamento, como é que nós vamos fazer se o País não tem um planejamento específico para a área? Se não diz o que é que pode e o que não pode? Se não tem uma lei específica que nós pudéssemos votar aqui, mas que garantisse. Só que o macro zoneamento, principalmente para a Amazônia que é uma região tão importante para o País e para o mundo, tinha que ter todo o respaldo da União para que isso se faça. E se não tiver esse respaldo da União não vai ser o Estado do Pará ou do Amazonas que vai ter

condições, Roraima e Acre de fazê-lo. Se o governo estiver tão interessado assim em que a Amazônia não seja desmatada, se o mundo estiver interessado que as grandes ONGs mundiais, que os grandes institutos mundiais apoiem a Amazônia para que se faça o macro zoneamento. Acho que essa tem que ser a nossa linha de luta e V.Ex<sup>a</sup> me tem aqui como uma guerreira ao seu lado.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Agradeço, Senadora Marisa Serrano. E Senadora... Permito, já, Senador Cícero Lucena. Senadora Marisa Serrano, ela confirma exatamente aquilo que eu estava me referindo, Presidente Leomar Quintanilha. Se o Governo tivesse realmente vontade política para resolver essa questão, regulamentar essa questão de desmatamento, ele investiria pesadamente no zoneamento econômico ecológico. Com isso ele iria coibir inclusive a questão das grilagens de terra. Porque as terras só são griladas porque tem expectativa econômica à frente. Se você está numa área de reserva definida pelo zoneamento econômico ecológico e ali não tem negócio, não há grilagem. Porque ele não vai poder fazer negócio futuro.

Então, é importante que a gente faça essa reunião eu diria conjunta, pra gente possa, inclusive com a presença do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento, vamos discutir. Vamos discutir para ver de que forma nós posamos resolver essa questão que é fundamental para o País. Não estamos preocupados com as pressões de fora. A preocupação nossa é aqui, é interna. Nós aqui vivemos, os nossos descendentes vão aqui viver, então temos que cuidar do futuro do Brasil. Permitir o Senador Cícero Lucena.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Presidente, Senador Flexa, demais companheiros e companheiras, Senadores e Senadoras. Eu quero dizer que a oportunidade do projeto do Senador Flexa no sentido, não só pelo seu mérito, na sua essência, mas principalmente por provocar esse debate, essa discussão a nível nacional. Eu acho que ele pode até sofrer modificações, pode ser aprimorado se for o caso, mas fundamentalmente é a necessidade que esse tema tem que pautar os nossos debates, as nossas discussões, não apenas nessa Comissão, mas no Congresso como um todo, com a participação efetiva da sociedade. Não com chavões ecológicos, não com distorções de propostas, mas com o aprofundamento da essência daquilo que está sendo proposto e que eventualmente possa vir ser aprimorado como eu disse anteriormente, destacando como o Senador Flexa colocou e a Senadora Marisa, a necessidade urgente, urgentíssima de fazermos o mapeamento econômico ecológico do nosso País. O



Brasil, para os brasileiros, tem a prioridade nº. 1. Mas, não podemos também descartar de que o Brasil merece atenção e está tendo atenção a nível internacional, até porque nós vamos ter, Senador Flexa, na próxima semana aqui no Congresso brasileiro, entre o dia 18 e 21, o encontro do G8 mais 5 sobre a questão do aquecimento global. Dos Parlamentares. Nós vamos fazer aqui no Brasil a exemplo do que foi feito na Alemanha o ano passado em julho, que teve a presença de alguns Parlamentares brasileiros, a exemplo da minha presença, a coordenadora, Senadora Serys Slhessa-renko, do Senador Casagrande, do Deputado Palocci, do Deputado Augusto Carvalho, nós teremos aqui no Brasil já a partir do dia 18 esse debate também a nível internacional da questão do aquecimento global, que é uma preocupação de todos nós por estarmos vivendo, presenciando, acompanhando os desastres ambientais que nós estamos vivendo.

Então acho que é fundamental a oportunidade desse projeto do Senador Flexa Ribeiro por além de seu mérito, ele poder proporcionar o debate a nível nacional de um tema tão relevante para todos nós.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Senador Flexa Ribeiro, a Presidência gostaria de louvar o esforço de V.Exª com vista a recuperação das áreas alteradas neste País, sobretudo, no Estado que V.Exª com raro brilho representa nesta Casa.

Uma parte dessa área eu tive a oportunidade de ver com V.Exª quando visitamos a indústria Agropalma. A Agropalma. Por sinal um belo exemplo de inclusão social. Um belo exemplo de aproveitamento do potencial econômico do Estado do Pará, com inclusão social. Foi realmente um belo exemplo. Mas para alcançar a Agropalma nós sobrevoamos lamentavelmente uma vasta extensão de terra no Estado do Pará totalmente alterada e desaproveitada. Por culpa inclusive nossa, porque há um *vacatio legis* aqui. A legislação hoje não permite que se recupere essa área degradada exatamente por causa da permissão de aproveitar só 20% da área naquela região, na região amazônica. É importante que o projeto a que V.Exª se refira possa contribuir para que nós possamos corrigir essa falha na legislação brasileira e possamos trabalhar ativamente na recuperação das áreas degradadas, das áreas alteradas no nosso território. E é claro, a solução apontada por diversos eminentes Srs. Senadores, inclusive o Senador Lucena, Senadora Marisa Serrano, a definição, a decisão sobre a realização do zoneamento econômico e ecológico de cada Estado. Certamente vai facilitar esse trabalho. Estado de V.Exª, eu tenho conhecimento, já tem esse zoneamento. Eu espero que nós possamos obter dos demais Estados

brasileiros que ainda não tomaram essa providência que cuidem de preparar essa legislação como forma de contribuir para o aproveitamento desse extraordinário potencial econômico que nós temos com o uso adequado do solo.

Seria importante informar aos Senadores que chegaram agora que foi aprovado Extrapauta Requerimento de autoria dos Senadores Jefferson Peres e Heráclito Fortes um convite à Ministra Marina Silva e ao Ministro Reinhold Stephanes para debater e discutir a respeito de ações discutidas no âmbito dos seus Ministérios, envolvendo inclusive a possibilidade da anistia, a possibilidade da concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pela derrubada ilegal de florestas, legalizando 220 mil quilômetros quadrados já devastados na Amazônia. Senador Expedito, tem V.Exª a palavra.

**SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO)** – Sr. Presidente, eu gostaria na mesma linha de V.Exª também de, primeiro, dizer que Rondônia nós temos... Nós fizemos também o nosso zoneamento, e que não é barato. Na época o Governo do Estado gastou em torno de 20 milhões para fazer o zoneamento sócio-ecológico e econômico do Estado de Rondônia. Aproveito para desmistificar essa informação trazida pela Ministra Marina Silva de que Rondônia era um dos Estados que contribuía mais para o desmatamento da Região Amazônica. Nós estamos condenados pelo Governo Federal a ser o lixeiro do mundo. Disse que nós somos o pulmão do mundo, mas nós somos condenados a ser o lixeiro do mundo. E ninguém quer pagar por isso. Esquece que lá nós temos seres humanos, lá nós temos pessoas que sobrevivem, lá nós temos pessoas que dependem do dia-a-dia para sustentar sua família. E na visão de alguns ecologistas, uma ave hoje vale mais do que um ser humano. E isso é inaceitável. Eu entendo que nós temos que achar um meio termo nessa questão entre o ser humano, entre mantermos a nossa floresta e discordar da Ministra Marina Silva. Lá não houve crescimento do plantio de soja, lá não houve crescimento do plantio de cana-de-açúcar. A informação que trouxeram para a Ministra Marina Silva é informação errada. Haja vista que a Ministra Marina Silva tem alguma coisa declarada contra já o nosso Estado, contra Rondônia, há uma política do Ministério do Meio Ambiente voltada ela contra os interesses do nosso Estado, os madeireiros de Rondônia são tratados como bandidos. Isso não é possível mais que nós possamos permitir que isso aconteça.

Eu fui eleito Senador da República defendendo... Não que eu quero defender que se derrube, que se desmate. Não é isso. Até porque o madeireiro que hoje é penalizado, na verdade o madeireiro deveria ter tra-

tado dignamente. Porque na verdade o madeireiro ele não entra na mata derrubando tudo não, quem derruba hoje é as pastagens. Quem está formando pasto. Na verdade é quem... é os grandes plantios. Porque o madeireiro ele escolhe uma árvore. Ele escolhe a árvore madura para tirar. Ele vai lá e tira uma árvore madura e a árvore madura que vai gerar a economia do município, vai gerar o sustento de muitas pessoas hoje empregadas, principalmente em vários Municípios do Estado de Rondônia ele é quem sustenta o Município são as madeiras legalizadas. Lá no nosso Estado hoje nós fizemos um entendimento com a classe madeireira do nosso Estado aonde nós estamos tentando buscar essa convivência que seja harmoniosa.

Então, Sr. Presidente, eu até gostaria de assinar junto aí com os Senadores que estão convocando a Ministra Marina Silva e o Ministro Reinhold Stephanes até porque houve uma divergência dos dois Ministros. A Ministra saiu acusando que o desmatamento na Região Amazônica foi por causa do crescimento do plantio de soja e de cana-de-açúcar e o Ministro Reinhold Stephanes disse que não era verdadeiro. Que essa informação que passaram à Ministra não era as mesmas informações que ele como Ministro da Agricultura tinha. Então é importante que se faça isso e esse zoneamento que se aqui discute hoje, que se pleiteia aqui hoje aos demais Estados é bom. Mas é importante também que o Governo Federal financie isso. Que o Governo Federal ajude porque o dos maiores beneficiados é o Governo Federal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Presença aqui dos Ministros do Meio Ambiente e da Agricultura propiciará um rico debate e certamente esclarecedor sobre a questão levantada.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Tem V.Ex<sup>a</sup> a palavra. Senador Arns. Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Desejando a V.Ex<sup>a</sup> e ao Senador Flexa Ribeiro, com quem não tinha tido ocasião ainda de conversar hoje, o Senador Expedito também que seja um bom ano com muita saúde, muito trabalho. Mas, eu só gostaria também de concordar com a presença dos dois Ministros nesta Comissão para que esse debate sobre o desmatamento possa também ser esclarecido aqui nesta Comissão. Seja em termos da ocupação pela pecuária, pela agricultura, por movimentos sociais, para que as informações sejam amplamente debatidas.

Agora, no Requerimento consta inclusive a solicitação da presença dos Ministros até para, em fun-

ção da existência de uma iniciativa para anistia dos desmatadores. Quer dizer, eu diria que isto seria o fim da picada para o Brasil. Quer dizer, a pessoa cometer o crime, 200 mil quilômetros quadrados, e depois as pessoas serem anistiadas. Quer dizer, isso realmente seria um exemplo péssimo para a sociedade, a mesma coisa que se dizer: Cometa o crime e depois vai ser anistiado. Mas o Senador Sibá Machado, ontem ocupou a Tribuna do Senado, leu nota divulgada pela Ministra, quer dizer, um documento escrito da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, negando qualquer proposta de anistia para desmatadores ilegais.

Então, que tem que deixar muito claro que existe uma nota oficial dos dois Ministérios, e seria um exemplo péssimo para o Brasil qualquer iniciativa que dissesse: “Olha, desmate e depois vai ser anistiado”. Nós temos que pensar: “Desmate, vai ser punido exemplarmente”. Porque este é um patrimônio que é do Brasil, é da humanidade, é necessário que se pense sobre isso, e não anistiado.

Então, nesse sentido a nota já foi lida. Mas eu considero fundamental. Quer dizer, independentemente da nota ter sido lida, por isso que eu comecei a minha fala inclusive para dizer que é importante a presença dos dois Ministros para que esses esclarecimentos sejam dados. Agora, só para que a sociedade saiba também de que não existe qualquer iniciativa, qualquer projeto do Governo Federal para conceder anistia a fazendeiros que tenham derrubadas ilegais de árvores na Floresta Amazônica. É importante que se ressalte isso. Não concordamos, não desejamos. São atividades criminosas, e como criminosos, têm que ser combatidos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>. Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, só para confirmar aquilo que o Senador acabou de dizer, Flávio Arns, que em nenhum momento o projeto... A polêmica toda gira em torno do projeto que eu apresentei há três anos, no Senado. Em nenhum momento se fala em anistia. Nunca se propôs anistiar aqueles que desmataram além da reserva legal. Nunca se propôs mexer na reserva legal. Diminuir de 80% na Amazônia. A carta que o Senador Flávio Arns se refere, inclusive indo de encontro ao que o Secretário-Executivo, Dr. Capobianco, tinha declarado à imprensa, ela faz referência ao meu projeto. No trecho final da carta ela diz: “Flexibilizar o Código Florestal, como prevê o PL 6.424/2005”. Sim. O projeto é para flexibilizar o Código Florestal, mas não mexe na reserva legal. Aprovado... Aqui é que vem a distorção.

Aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados em dezembro passado. O que foi aprovado na Comissão de Agricultura não é o projeto que foi por mim apresentado. Não é o projeto que foi negociado com o Ministério do Meio Ambiente, não é o projeto que foi... Tem o parecer do Deputado Jorge Khoury na Comissão de Meio Ambiente na Câmara Federal. Foi totalmente alterado na Comissão de Agricultura. E nós não compactuamos com aquilo que foi feito na Comissão de Agricultura.

Então, o projeto tem... Vai retornar à Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, ele tem que retornar o parecer do Deputado Jorge Khoury, que é o parecer que atende exatamente à idéia e os princípios originais do projeto, e não como ela, a Ministra, os Ministros dizem ao final, que o projeto na forma como foi aprovado na Comissão de Agricultura não levará a diminuição do desmatamento e sim à legalização do passivo ambiental e ao estímulo a novos desmatamentos. Ela tem razão. Ela tem razão quando se refere ao que foi aprovado na Comissão de Agricultura. Na Câmara. Mas, o que nós temos que fazer agora é, quando ele retornar à Comissão de Meio Ambiente da Câmara, que é terminativo lá, é voltar ao parecer que foi negociado com o Ministério do Meio Ambiente, repito, com as Organizações Não-Governamentais, com o setor produtivo, para que ele seja então aprovado na forma do parecer da Comissão de Meio Ambiente. Que aí sim ele é... Vem em benefício da manutenção da floresta. Ele vem em benefício do uso das áreas já antropizadas, mantendo a reserva legal de 80%. E vai permitir que se faça o reflorestamento dessas áreas com espécies nativas ou exóticas, mas com o retorno econômico desse reflorestamento, que o Código Florestal de hoje não permite, e em função disso as áreas, como V.Ex<sup>a</sup> bem fez referência, estão lá abandonadas e sem nenhum uso por parte.

Com relação ao desmatamento, é importante que se diga, é que um dos fatores de desmatamento no Brasil, e é preciso que o Governo reconheça isso, é a forma de assentamento utilizada pelo INCRA. O INCRA quando assenta os sem terra nas suas áreas, ele leva aquelas famílias sem nenhuma forma de sustento, de forma digna, faça a derrubada. Aí sim, Senador Flávio Arns, eles derrubam aquele lote que para eles foram concedidos e... Para fazer a agricultura de subsistência.

Então, se você somar milhares de lotes desse, você vai ter ao final um volume de desmatamento muito importante. E que é preciso que o Governo reconheça isso, reveja a política do INCRA, faça aquilo que V.Ex<sup>a</sup> fez referência à experiência que o Governo do Pará fez na utilização de lotes totalmente abandonados de um

assentamento do INCRA e que hoje as famílias que lá trabalham tiram uma renda da ordem de dois mil reais por mês. Por mês. Por assentado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Srs. Senadores, os demais itens da nossa pauta são de caráter terminativo. Não havendo quórum suficiente, agradeço a presença de todos os Senadores e está encerrada a Sessão.

*(Sessão encerrada às 12h59.)*

## REPUBLICAÇÃO

**Ata da 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2008, às 11:30 horas.**

Às doze horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, JEFFERSON PÉRES, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GERALDO MESQUITA, RAIMUNDO COLOMBO, LÚCIA VÂNIA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, é incluída, EXTRA-PAUTA, com aquiescência da Comissão, os seguintes Requerimentos: **REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008-CMA** que “requer, nos termos regimentais, a prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses dos trabalhos da subcomissão temporária para a discussão sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, no âmbito desta Comissão, destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados ‘lixões’ e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios”. **Autores:** Senadores **CÍCERO LUCENA e FLEXA RIBEIRO**. **Resultado: Aprovado.** **REQUERIMENTO Nº 03, DE 2008-CMA** que “requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2007, que dispõe sobre ‘fixação de



preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista', em reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com os seguintes convidados: 1. Representante do Banco Central do Brasil; 2. Representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, do Ministério da Fazenda; 3. Representante da Secretaria de Direito Econômico – SDE, do Ministério da Justiça; 4. Representante da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; 5. Representante da Associação Nacional dos Usuários de Cartões de Créditos – ANUCC e 6. Representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC". **Autores:** Senadores **JEFFERSON PÉRES, SIBÁ MACHADO e LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado. REQUERIMENTO Nº 04, DE 2008-CMA** que "requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações a Excelentíssima Governadora do Estado do Pará, Sra. Ana Júlia Carepa, através do Ministério da Saúde, referentes ao Hospital Regional do Oeste do Pará: 1. Cópia dos Processos licitatórios de compra de material e serviços dos anos 2007/2008; 2. Cópia dos contratos de compra de material, serviços e pagamentos efetivados em 2007/2008; 3. Relação dos funcionários contratados em 2007/2008, com data de admissão, critério de seleção, função desempenhada, experiência e qualificação na função; 4. Relatório mensal de atendimento com nome, data de internação e procedimento médico hospitalar dos anos 2007/2008; 5. Informação sobre contratos e relatórios de serviços prestados pela OSCIP Centro Integrado e Apoio Profissional (CIAP/PR), que atualmente presta serviços ao HROP, com os respectivos custos; e 6. Custo mensal de manutenção do HROP nos anos 2007/2008". **Autores:** Senadores **CÍCERO LUCENA e FLEXA RIBEIRO. Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **CÍCERO LUCENA e FLEXA RIBEIRO.** Dando prosseguimento a reunião, o Senhor Presidente comunica que os demais itens da pauta ficam adiados para uma próxima reunião. **Item 01) AVISO Nº 101, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO (1ª autuação)** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.450, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes a denúncia sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 4/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb, acerca das obras civis e de fornecimento de sistemas da extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo

do a Novo Hamburgo (TC – 007.444/2001-7)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União **Relator:** Senador **CÉSAR BORGES. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Adiado. Item 02) AVISO Nº 102, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO (1ª autuação)** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora:** Senadora **FÁTIMA CLEIDE. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Adiado. Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário". **Autoria:** Senador **GERSON CAMATA. Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas". **Autoria:** Senador **RENATO CASAGRANDE. Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA. Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de



forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências”. **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. **Resultado:** **Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que “revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato”. **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. **Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** **Adiado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista”. **Autoria:** Senador **ALDEMIR SANTANA**. **Relator:** Senador **JEFFERSON PÉRES**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 01-CAE. **Resultado:** **Adiado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Sr. Presidente, Questão de Ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Tem V.Exª a palavra.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Se encontra na Mesa dois requerimentos e nós pediríamos que se fosse possível ser colocado Extrapauta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Submeto à consideração do Plenário a inclusão Extrapauta de três requerimentos que se encontram sobre a Mesa. Srs. Senadores que queiram discutir... Encerrada a discussão. Senadores que... Em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada a inclusão Extrapauta dos três requerimentos sobre a Mesa que passamos a ler. O primeiro Requerimento.

Requer nos termos regimentais a prorrogação pelo prazo de 12 meses dos trabalhos da Subcomissão Temporária para a discussão sobre gerenciamento de resíduos sólidos no âmbito dessa Comissão destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados lixões e apresentar propostas para solução destes problemas propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos Municípios. É de autoria do eminente Senador Cícero Lucena, a quem concedo a palavra.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Presidente, na condição de Presidente dessa Subcomissão e acho que é de conhecimento de todos os Senadores, como o Brasil como um todo, que cada vez mais se agrava essa questão de resíduos sólidos. Esse ano que nós passamos fizemos algumas viagens internacionais também a nível de Brasil, fizemos Audiência Pública, mas consideramos que ainda não foi suficiente as informações devido à evolução que existe na questão da reciclagem do lixo, bem como no volume de informação que está nos chegando de legislações, quer seja nacionais, internacionais, que possam ser adaptadas à realidade brasileira. É um problema que cada vez mais se torna presente no dia-a-dia do cidadão, até porque ele tem uma contribuição ambiental muito forte nesse instante em que o mundo todo demonstra preocupação em relação ao aquecimento global. Daí a necessidade para que a gente possa concluir esse trabalho e fazer a proposta coletando todas as informações necessárias que a gente aprofunde cada vez mais essa discussão e esse debate. Esta é a razão do pedido da prorrogação da Subcomissão de Resíduos Sólidos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Em discussão o Requerimento do Senador Cícero Lucena.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Para discutir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Senador Flexa, tem V.Ex<sup>a</sup> a palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, eu sou plenamente favorável à dilatação do prazo da Subcomissão de Resíduos Sólidos por mais 12 meses pelo trabalho que o nobre Senador Cícero Lucena na Presidência vem desenvolvendo de forma competente, discutindo um dos assuntos de maior gravidade hoje a nível dos Municípios brasileiros. Hoje o tratamento de lixo sólido no Brasil é feito por um número que eu diria sem significação nenhuma em relação aos mais de cinco mil municípios brasileiros. Então é preciso que haja uma política pública, uma política de Governo, Senador Cícero Lucena, que é isso que a Subcomissão está buscando com experiências de outros países para que possamos propor, através da Comissão de Meio Ambiente, para que uma ação do Executivo possibilite os Municípios a terem um tratamento adequado para os seus resíduos sólidos. Nós já numa viagem que fizemos para visitar instalação de geração de energia na Alemanha, e chegamos surpresos porque mais de 5% da energia gerada na Alemanha provém da queima de resíduos sólidos. E mais do que isso, Senador Presidente Leomar Quintanilha, a Alemanha importa lixo dos países da União Européia, como a Itália. A Itália exporta lixo para ser queimado na Alemanha, porque aquelas regiões da Itália próximas, que não têm um tratamento adequado, não sabem o que fazer também com aquele resíduo sólido. Então para eles é uma solução exportar para a Alemanha e a Alemanha é também uma solução pela queima, a geração da energia. Então eu quero, se o Senador Presidente aceitar, também subscrever o Requerimento no sentido de que seja prorrogada os trabalhos da Subcomissão de Resíduos Sólidos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – A Mesa considera importante, adequado e necessário o pleito formulado pelo Senador Cícero Lucena de prorrogar o prazo de discussão de um tema tão candente e tão significativo para o nosso País que ainda não encontrou a fórmula adequada que retrata como V.Ex<sup>a</sup>, Senador Flexa Ribeiro menciona, um grave problema com conseqüências extremamente danosas para o meio ambiente e para a saúde das populações que não... Cujos Municípios ainda não têm a condição adequada de tratamento de nossos resíduos sólidos. Também tive a oportunidade como V.Ex<sup>a</sup> de verificar outras experiências em outros países onde o problema que existe no Brasil lá é transformado

em negócio, em oportunidade de negócio. E essa discussão por essa razão torna-se importante, inadiável para que nós também possamos acompanhar os bons exemplos que países desenvolvidos têm adotado na questão do tratamento do resíduo sólido. Portanto, nós encerramos a discussão. Submetemos... Encaminhamos ao Senador Flexa que quer subscrever também o Requerimento, fizemos a discussão, passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O segundo Requerimento de autoria dos ilustres Senadores Jefferson Peres e Sibá Machado, e também por nós subscrito, diz respeito à realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 213/2007 que dispõe sobre fixação no preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço a vista. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista autoridades e representantes das entidades denominadas a seguir sem prejuízo a exposição de outros convites a critério dos membros da Casa. Representante do Banco Central do Brasil, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça, da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Créditos e Serviços, Associação Nacional dos Usuários de Cartões de Crédito, e representantes da Confederação Nacional do Comércio. Em discussão o Requerimento.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Sr. Presidente, considero muito importante...

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Senador Cícero Lucena, tem V.Ex<sup>a</sup> a palavra.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Obrigado. Considero muito importante a proposta para que nós possamos discutir um tema que cada dia se faz mais presente do consumidor brasileiro em função do grande crescimento do uso do cartão de crédito, e sem dúvida essa preocupação merece dessa Casa atenção especial e gostaria de sugerir de que estarei apresentando na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor para que seja feita audiência em conjunto com esta Comissão para que nós possamos então inteirar cada vez mais um número maior de Senador e possamos tomar a decisão correta sobre o assunto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Em discussão.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Para discutir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Senador Flexa Ribeiro, tem V.Ex<sup>a</sup> a palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, Senador Leomar Quintanilha, eu quero aqui me associar às palavras do nobre Senador Cícero Lucena, e parabenizar o Senador Adelmir Santana, que é autor do projeto, pela sua preocupação de defender o usuário... Ele tem um projeto que eu fui Relator exatamente nesse sentido. Que está em pauta. Fui Relator noutra Comissão.

Então... e houve um mal entendido quando nós relatamos favoravelmente ao projeto do Senador Adelmir Santana pela mídia. Porque achavam que nós pretendíamos, ao ter um preço, um valor diferenciado pelas compras com cartão de crédito e compra a vista, que nós estávamos querendo aumentar o valor dos usuários do cartão de crédito. Era exatamente o objetivo do projeto do Adelmir Santana, do Senador Adelmir Santana e do meu parecer era exatamente no sentido contrário. Nós queríamos proteger o usuário brasileiro, o consumidor brasileiro. Por quê? Porque se você compra com um cartão de crédito, com uma mercadoria para pagar de 12 vezes em 12 prestações por um preço X, se você é obrigado a comprar esta mesma mercadoria se quiser pagar a vista, em dinheiro vivo, pelo mesmo preço dos 12 meses. Então alguma coisa, Senador Cícero Lucena, está errada aí. Os juros evidentemente cobrados no alongamento do pagamento pela financeira da bandeira do cartão de crédito têm que ser extraído do valor para o pagamento à vista.

Então, o usuário, o consumidor tem que ter ao tomar a decisão de comprar de uma única vez com o preço a vista, tem que ter o direito de ver expurgado do preço pago em 12 parcelas pelo cartão os custos financeiros ali embutidos. Então nós estamos pretendendo proteger o consumidor brasileiro. Que ele tenha um preço menor para pagamento à vista do que o preço pago em cartão parcelado em 10, 12, quantas vezes forem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Encerrada a discussão, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O terceiro e último Requerimento trata-se de solicitação de informações ao Governo do Estado do Pará que deverá ser, uma vez aprovado nesta Comissão, deverá ser ouvida a Mesa e submetido ao Plenário, trata-se de pedido de informações ao Governo do Estado do Pará referentes ao hospital regional do oeste do Pará. E faz referência a processo licitatório de compra de material e serviços praticados pelo referido hospital. Faz referência ao Relatório mensal de aten-

dimento com nome, data internação e procedimento médico hospitalar dos anos 2007 e 2008. E por último, propõe conhecer sobre contratos e relatório de serviços prestados pela OSCIP, Centro Integrado de Apoio Profissional que atualmente presta serviço ao referido hospital e com seus respectivos custos também com relação ao custo de manutenção do respectivo hospital. Esse Requerimento é de autoria dos eminentes Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro. Em discussão o Requerimento.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Para discutir Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Senador Cícero Lucena tem V.Ex<sup>a</sup> a palavra.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Presidente Leomar Quintanilha, eu gostaria de fazer o registro de que nós retornamos hoje dessa viagem da Comissão que foi externa aqui da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização. Eu gostaria de dizer a V.Ex<sup>a</sup> de que foi muito importante essa visita dessa Comissão suprapartidária para nós identificarmos no Município de Santarém um projeto que na verdade vem sendo executado pelo Governo do Pará, que começou em administração passada no sentido de descentralizar o atendimento de média e alta complexidade na área de saúde. Foram construídos cinco unidades de grande e médio porte no interior do Pará, na região metropolitana e também no interior do Pará, e nós pudemos ontem durante todo o dia na companhia de Senadores de vários partidos identificar o clamor da população no sentido de que essa prática de descentralização possa ocorrer de uma forma mais rápida possível e com a plenitude do seu atendimento. Identificamos, visitamos todo o hospital, verificamos os equipamentos, e essas informações que aí estão sendo solicitadas inicialmente por mim e pelo Senador Flexa Ribeiro, mas que com certeza logo mais com a chegada dos demais Senadores eles também estarão assinando porque nós chegamos hoje de manhã da cidade de Belém, nós vamos poder então já que tivemos além da visita do hospital tivemos contato com o Conselho Municipal de Saúde, tivemos contato com o Secretário de Saúde do Estado do Pará, tivemos contato com a Prefeita do Município de Santarém, tivemos contato com o Ministério Público daquele Estado, tivemos contato também com a Câmara de Vereadores, todos imbuídos em um único objetivo, colocar a unidade para funcionar, para atender não apenas à cidade de Santarém, mas toda uma região que é carente desse atendimento, às vezes tendo que deslocar os seus pacientes para cerca de 800 quilômetros de distância quer seja Belém ou até mesmo o Estado vizinho, Manaus, já que Santarém



fica entre as duas cidades distante aproximadamente de 800 quilômetros. Então essas informações só irão nos ajudar no sentido de que o Senado cumpra seu papel de colaborar com a saúde pública do Estado do Pará e dentro desse objetivo nós acreditamos que poderemos ajudar após essas informações que serão esclarecedoras para essa Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Agradeço a V.Ex<sup>a</sup> as ponderações sobre o Requerimento apresentado. Em discussão.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Para discutir, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Serei bastante rápido, até porque o nobre Senador Cícero Lucena já foi... Fez um relato da ida da Comissão Externa, da Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente, apenas para agradecer. Agradecer ao Presidente, Senador Leomar Quintanilha, o apoio que deu da possibilidade desta Comissão Externa da Comissão de Meio Ambiente ir até o meu Estado, o Estado do Pará, e a cidade de Santarém, fomos seis Senadores de vários partidos políticos, como bem disse o Senador Cícero Lucena, a solicitação de informações é no sentido de podermos ajudar o Estado do Pará, ajudar a Governadora do Estado, a Secretária de Saúde no sentido de no menor espaço de tempo dar condições de uso adequado àquela unidade de média e alta complexidade que está há 14 meses com... Subutilizada e sem atender aos paraenses daquela região do nosso Estado. E vidas humanas estão sendo perdidas desnecessariamente.

Então, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle têm o nosso agradecimento no sentido de que vai, com certeza possível, ajudar o Estado do Pará a viabilizar o pleno atendimento a saúde dos paraenses daquela região.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Encerrado a discussão. Nós estamos transferindo os demais itens da pauta para... Ah, encerrada a discussão em votação o Requerimento apresentado. Srs. Senadores que aprovam permanecem como estão. Aprovado.

Nós estamos transferindo os demais itens dessa pauta para a próxima reunião, saudando a nossa ilustre Vice-Presidente. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão.

*(Sessão encerrada às 13h00.)*

**Ata da 3ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 04 de março de 2008, às 11:30 horas.**

Às doze horas e vinte e sete minutos do dia quatro de março de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **SIBÁ MACHADO**, **CÉSAR BORGES**, **HERÁCLITO FORTES**, **GILBERTO GOELLNER**, **CÍCERO LUCENA**, **MARISA SERRANO**, **MARCONI PERILLO**, **FLÁVIO ARNS**, **AUGUSTO BOTELHO**, **SERYS SLHESSARENKO**, **INÁCIO ARRUDA**, **EXPEDITO JÚNIOR** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº 05, DE 2008-CMA – NÃO TERMINATIVO** que “requer, nos termos do inciso II, do art. 90, do RISF, a realização de ciclo de debates, através de audiências públicas, com temas voltados para atual realidade do controle e possíveis formas de aperfeiçoamento do modelo vigente, tendo como convidados integrantes dos Poderes Legislativos e Executivo, dos Tribunais de Contas, do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, representantes dos órgãos de classe dos Tribunais de Contas, representantes dos órgãos de classe dos Tribunais de Contas e do Controle Interno, bem como estudiosos da área”. **Autoria:** Senador **RENATO CASAGRANDE**. **Resultado: Aprovado.** A Presidência passa a dar conhecimento aos membros da Comissão que recebeu, do Tribunal de Contas da União, os Avisos de números 1963, 1855 de 2007 e 75 do corrente ano e, da Controladoria-Geral da União, os ofícios de números 5447, 43410 de 2007 e 1175 do corrente ano. Na seqüência, são deliberados os itens 2, 3 e 4. **Item 02) AVISO Nº 101, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO (1ª autuação)** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.450, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes a denúncia sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 4/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensuburb, acerca das obras civis e de fornecimento de sistemas da extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo (TC – 007.444/2001-7)”. **Autoria:** Tri-



bunal de Contas da União **Relator:** Senador **CÉSAR BORGES**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 03) AVISO Nº 96, DE 2007 (anexado ao processado do AVISO Nº 83, DE 2001) – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 271, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, na área de franquias de agências e serviços (TC – nº 013.889/94-0)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Parecer:** Pelas seguintes providências: a) remessa de cópia integral do Aviso e do Parecer, pela Presidência do Senado à Presidência da Câmara dos Deputados para juntada ao processado da Medida Provisória 403/2007; b) adoção do Parecer como orientação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle-SF em relação à referida MPV; c) convite ao Ministro das Comunicações, Hélio Costa, ao Presidente da Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, Carlos Henrique Custódio, bem como ao Ministro Relator do Acórdão 2.128/2007, do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar, para Audiência Pública sobre a matéria; d) comunicação da deliberação dos convites à Presidência do Senado Federal, para as devidas providências; e) convite à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura-SF para oitiva das autoridades convidadas e f) posterior remessa da matéria à supracitada Comissão, instância competente para deliberar sobre proposições legislativas no tema que se examina. **Resultado: Aprovado.** O Senhor Presidente, Senador Leomar Quintanilha, passa a presidência dos trabalhos à Senhora Vice-Presidente da Comissão, Senadora Marisa Serrano que dá prosseguimento à pauta. **Item 04) AVISO Nº 15, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre do exercício de 2007”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado.** Em seguida, a Senhora Presidente em exercício informa que é adiada a deliberação dos demais itens da pauta. **Item 05) AVISO Nº 102, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO (1ª autuação)** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8)”. **Au-**

**toria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora:** Senadora **FÁTIMA CLEIDE**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Adiado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário”. **Autoria:** Senador **GERSON CAMATA**. **Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas”. **Autoria:** Senador **RENATO CASAGRANDE**. **Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça”. **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA**. **Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências”. **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que “revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento

de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato”.

**Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. **Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **Adiado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”.

**Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** **Adiado**. Usam da palavra os Senhores Senadores **RENATO CASABRANDE e FLEXA RIBEIRO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que dispensam a leitura da Ata da sessão anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós já estamos sentindo a sua ausência, Senadora Marisa Serrano. Está bem, estamos contando com o seu retorno breve.

Passamos ao item 1: Requerimento. Requer, nos termos do inciso II do art. 90 do Regulamento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de debates através de Audiências Públicas, com temas voltados para a atual realidade do controle e possíveis formas de aperfeiçoamento do modelo vigente, tendo como convidados integrantes dos Poderes Legislativo e Executivo, dos Tribunais de Contas, Ministério Público, junto aos Tribunais de Contas, representantes dos órgãos de classe dos Tribunais de Contas, representante dos órgãos de classe dos Tribunais de Contas de Controle Interno, bem como estudiosos da área. O Requerimento de autoria do eminente Senador Renato Casagrande, a quem conferimos a palavra para tecer considerações a respeito de seu Requerimento. Tem V.Exª a palavra.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Muito obrigado. (Interrupção no áudio). Presidente,

na verdade, esse Requerimento julgo tratar de um assunto muito importante, porque nós estamos num grande debate nacional envolvendo todos os entes da Federação sobre a questão do controle. A questão do controle interno é uma questão fundamental. Nós estamos verificando agora uma crise que se abateu sobre o Governo, tratando dos cartões corporativos. Essa crise ela veio... Ela advém de um ponto positivo do Governo, da publicação e da publicidade dos atos do Governo. Na hora em que o Governo publicou, no Portal Transparência, coordenado pela Controladoria-Geral da União, que é o órgão responsável pelo controle interno, publicou os dados dos gastos com os cartões corporativos, isso possibilitou que a imprensa, que entidades, que outros órgãos pudessem também avaliar esses gastos. Então, demonstra a necessidade do aperfeiçoamento do controle. Ontem o Senado começou a publicar os gastos dos Senadores. Está aqui o nosso primeiro suplente, o José João Batista Estival, primeiro suplente do Senador João Ribeiro, seu amigo. O Senado começou a fazer essa publicação ontem, que eu acho que é um passo importante, porque é a publicidade dos atos. É o principal e o mais importante caminho para que a gente possa combater a corrupção. Então, isso demonstra claramente que nós temos que avançar no controle interno, o controle interno e a publicidade dos atos. Especialmente dentro do controle da publicidade, é uma prática importante, tem um projeto do ex-Senador João Capiberibe, que é um projeto que tramita na Câmara já votado no Senado, de que todos os órgãos da administração pública deveriam publicar. Aí não é só o Governo Federal, os governos estaduais, os governos municipais, a Assembléia, Câmara de Vereadores. Todo mundo hoje tem acesso à tecnologia. Toda casa, toda Câmara hoje tem internet. Todas elas. Acho que raras as que não tem. Então a publicidade dos atos é fundamental. Então esse é um debate importante do controle interno e do controle externo, que é feito especialmente pelo Tribunal de Contas da União. Tem o debate de uma proposta que eu apresentei de um Conselho Nacional dos Tribunais de Contas. O Tribunal de Contas assumiu um papel muito importante nos últimos anos de controle externo, e tem pouco controle sobre o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas da União (ininteligível), mas os Tribunais de Contas dos Estados, não sei como é o Estado de V.Exª, mas a composição é uma composição política. Com a única variável que se observa na composição é a variável política. E, portanto, ter um controle externo dos Tribunais de Contas eu acho que é fundamental, assim como debater um pouco sobre o provimento. Como uma pessoa chega a Ministro do Tribunal de Contas da União, à Constituinte do Tribunal

de Contas do Estado? Por que tem que ser só esse tipo de indicação? E outras questões, têm diversas reclamações da burocracia do Tribunal de Contas, da extensão além do limite constitucional dos poderes. Então, acho que um ciclo de Audiências Públicas aqui na nossa Comissão de Controle sobre o controle externo e o controle interno, eu acho que é uma medida adequada para que a gente possa seguir 2008 debatendo o tema de forma propositiva, e não ficarmos só no processo de investigação. Já passamos 2008, só no processo de investigação, o senhor que é Presidente do Conselho de Ética sabe o que foi 2008, passamos 2007 e estamos começando 2008 também com duas CPIs importantes que têm que dar resultado, mas nós não podemos só tratar disso. Temos que tratar também das questões que estruturam as instituições brasileiras, e esse debate que eu estou propondo é para que a gente possa, a partir desse Requerimento, organizarmos algumas Audiências Públicas tratando deste tema. É por isso que estou apresentando para a V.Ex<sup>a</sup> esse Requerimento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – A Mesa quer cumprimentar V.Ex<sup>a</sup> pela oportunidade da propositura apresentada. Ela vem ao encontro dos anseios, dos reclamos da população brasileira, que quer efetivamente a transparência dos atos públicos. E efetivamente o país está avançando. A partir do instante que nós estamos, quer no Poder Executivo, quer no Poder Legislativo, começando agora no Senado já começa com relativo atraso, mas a publicidade dos gastos, da forma como são feitos para que a população tenha efetivo conhecimento de como eles são feitos só traz... só leva à seriedade que se requer, que se precisa no trato das coisas públicas. Então o Requerimento de V.Ex<sup>a</sup> seguramente vai propor um debate amplo, que seguramente vai resultar em subsídios, em sugestões e idéias que contribuirão para aprimorar a burocracia, para aprimorar o trato da coisa pública. Então quero reiterar os cumprimentos a V.Ex<sup>a</sup> pela iniciativa.

Em discussão o Requerimento do Senador Renato Casagrande. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

A Presidência passa a dar conhecimento aos membros desta Comissão sobre os seguintes oriundos do TCU e que se referem às solicitações feitas por esta Comissão.

Aviso 1963, referente a Relatório das Atividades do terceiro trimestre de 2007. Aviso 1855, referente a contratos celebrados entre a CERON, Guascor e Eletrogoes, em cumprimento ao Parecer 1.225/01, da

então CFC, que investiga o processo de aquisição do controle acionário de empresas estaduais pela Eletrobrás. Aviso 75, referente ao RMA 24/07, sobre a criação da reserva de Cassurubá, pelo Ibama. Recebemos ainda, da Controladoria-Geral da União, ofício 1.175, referente a relatório de fiscalização nas unidades da Federação sorteadas na 6ª etapa de sorteios públicos; ofício 5.447, referente a relatório de fiscalização nas unidades municipais sorteadas na 21ª etapa dos sorteios públicos; ofício 43.410, referente a relatórios de fiscalização nas unidades municipais sorteadas, na 23ª etapa de sorteios públicos. Tais documentos encontram-se na secretaria desta Comissão à disposição dos Srs. Senadores.

Passamos ao item 2. Aviso 101/2007. Encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão 2.450/07 do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referentes a denúncias sobre possíveis irregularidades na concorrência n. 4/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A., TRENSURB, acerca das obras civis e de fornecimento de sistemas de extensão norte da linha 1, do metrô da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo. É o aviso de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como relator o eminente Senador César Borges, a quem passamos a palavra.

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA)** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos termos do mencionado acórdão, adotado na Sessão Ordinária de Plenário, de 21 de novembro de 2007, os Ministros do TCU deliberaram, no sentido de acatar os embargos de declaração opostos pelo Consórcio Nova Via, vencedor da licitação sobre análise contra o acórdão n. 1.704/07, proferido três meses antes, bem como dar ciência dessa decisão a diversas autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo, entre elas o Presidente do Senado Federal. No mérito, a decisão agora adotada dá nova redação ao acórdão 1.704/07, que havia determinado a TRENSURB a adoção dos procedimentos necessários à anulação da concorrência 4/01, por infringência aos arts. 6º, inciso IX, § 7º, e assim por diante. Na redação reformulada, o TCU passa a determinar a TRENSURB que dê prosseguimento à licitação objeto do edital de concorrência n. 4/01, após proceder ao seu saneamento, em caráter excepcional, conforme assumido na proposta de negociação com o Consórcio Nova Via; documento que, sua vez, passou a fazer parte do novo acórdão.

Em síntese, a TRENSURB e o consórcio vencedor deverão, no prazo improrrogável de 30 dias a contar da notificação do acórdão, adequar o orçamento-base da mencionada concorrência, no sentido de assegurar a



realização de diversos serviços, sem acréscimo de valor, assim como no de promover a expressiva redução de determinados custos e do próprio BDI, originalmente proposto. As medidas acordadas ensejarão a economia de 28,9 milhões, em relação à proposta original, cujo valor total será reduzido para 323,9 milhões.

Ao lado dessas decisões, o TCU determina a TRENURB a adoção de diversas medidas de aprimoramento a serem adotadas nos próximos procedimentos licitatórios, assim como sugere ao Congresso Nacional que aprove, na revisão legislativa da norma de regência das licitações públicas, dispositivo no sentido de exigir a prévia elaboração de projeto executivo, e não apenas de projeto básico, como atualmente se requer para a contratação de obras de maior vulto, sem reduzir para as demais obras as exigências já presentes na lei 8.666, de 21 de junho de 1993, quanto ao projeto básico. Em face do exposto, concluo no sentido de propor que essa Comissão tome conhecimento da matéria, procedendo-se, em seguida, ao arquivamento do processado. Entretanto, Sr. Presidente, esse é o nosso relato, mas quero aqui reafirmar essas orientações dadas pelo TCU, que eu acho extremamente oportunas, já que nós estamos no momento apreciando um projeto que modifica substancialmente a lei 8.666, de 21 de junho de 1993. É muito difícil aceitar que se faça licitação de obras vultosas sem um projeto executivo, baseado no projeto básico, que há uma diferença muito grande entre projeto básico e projeto executivo. E se você entrega a execução do projeto executivo à própria empresa, que vai executar a obra, é claro que haverá uma divergência e discrepâncias muito grandes. Então eu, como engenheiro civil, sempre entendi que a necessidade de um projeto Executivo detalhado, preciso, objetivo e bom, e de boa qualidade é fundamental para que o órgão contratante saiba o que ele está contratando. Você não pode comprar uma mercadoria sem saber exatamente o que você está comprando. E que se faça o orçamento que seja a base para o processo licitatório. Porque se você não sabe quanto é que você pode pagar por uma mercadoria, como é que você vai comprar? Então pode vir um preço inenunciável, pode vir um super preço. Isso pode demorar, pode burocratizar, mas, se não for assim, dificilmente nós vamos resolver esses graves problemas existentes na execução de obras, problemas que lesam essencialmente o erário nacional. Era isso aí, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – V.Ex.<sup>a</sup> tem razão. Só o projeto Executivo vai ao detalhamento que permite a identificação dos insumos e de seus preços, sem os quais não há como você ter um acompanhamento adequado.

Em discussão. Senador Flexa Ribeiro. Tem V.Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, Senador Leomar Quintanilha, eu quero parabenizar o Senador César Borges pelo Parecer. Ele foi direto à causa. O efeito a sociedade brasileira toma conhecimento pela mídia permanentemente pelos desvios de recursos públicos que ocorrem. A causa é exatamente a licitação sem que haja o projeto executivo definido, ou seja, sem que o contratante diga à sociedade o que quer contratar, o que quer receber, de forma clara, definida, sem dúvidas. Nós estamos discutindo a revisão da lei de licitações, a 8.666, e um dos pontos em debate é exatamente isso: não se permitir que haja o processo licitatório sem que o projeto executivo esteja feito de forma clara e completo. Com isso nós vamos, com certeza absoluta, diminuir e muito os desvios que ocorrem e que lamentavelmente só são reconhecidos pelo TCU, na sua fiscalização, após as obras estarem ou completas ou em fase adiantada de execução. Parabéns ao Senador César Borges. Acompanho o voto do relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Continua em discussão. Não havendo quem mais queira discutir, encerrada a discussão. Passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao item 3. Aviso 96/07. Encaminha ao Senado Federal cópia da decisão 271/01 do TCU, bem como dos respectivos relatório e votos que o fundamentam, sobre auditoria operacional realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na área de franquia de agências de serviços. É de autoria do Tribunal de Contas e tem como relator o eminente Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente Senador Leomar Quintanilha e Srs. Senadores. Esse projeto também é de grande importância, porque essa área de franquia da Empresa de Correios e Telégrafos é uma área que está lamentavelmente também na mídia por incorreções. O Tribunal de Contas da União, TCU, encaminhou à Presidência do Senado Federal, por meio do aviso n. 1.532 (ininteligível), TCU, de 17/10/07, cópia do acórdão n. 2.182/07, TCU Plenário, bem como do relatório e voto que o fundamentaram, relativos à auditoria operacional realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ECT, com o objetivo de avaliar a atuação do Ministério das Comunicações e da ECT na terceirização do atendimento do serviço postal por meio das agências de correios franqueadas. TC 013.309/2006-9. O acórdão em tela tem por conteúdo o resultado de auditoria operacional realizada na ECT entre agosto e novembro de 2006. Em síntese,



foram relatadas as seguintes constatações na mencionada fiscalização. 1. O modelo de terceirização postal adotado pela ECT a partir de 1992 não foi precedido de estudos e formulação de estratégias consistentes nos aspectos regulatório, comercial e de custos, nem tais providências foram adotadas ao longo de sua implantação e operação. 2. O órgão formulador de política postal, Subsecretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações, não desempenha plenamente suas funções de planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos serviços postais. 3. Existe um grande vácuo regulatório. 4. Os contratos de franquia celebrados pela ECT com a rede privada franqueada padecem de graves lacunas que prejudicam consideravelmente a empresa em seus interesses econômico-financeiros e a gestão do serviço postal como um serviço público. 5. Não foram implantados mecanismos para evitar concorrência entre as agências próprias e as franqueadas, tendo ocorrido ainda favorecimento das franqueadas em detrimento da rede própria na distribuição de contratos com clientes de grande porte. 6. Os sistemas de custos utilizados para definir a remuneração das franqueadas, comissionamento, não estão estruturados tecnicamente. 7. A atuação comercial de um número considerado de franqueada desviou-se do perfil alegadamente pretendido pela ECT para concentrar-se na disputa pelo mercado atacadista de melhores margens em concorrência direta com rede da própria ECT. 8. Existe concentração espacial das agências franqueadas em região de alta lucratividade, sem interferência da ECT no sentido de obter expansão da rede, exatamente pela implantação de franquias em áreas carentes, contrariando a alegada finalidade do modelo de franquias. 9. A administração central da ECT não dispõe dos dados mínimos relativos à exploração do negócio de franquia a nível nacional. 10. Os mecanismos de fiscalização e controle sobre as agências franqueadas mostram-se insuficientes para impedir a evasão de receitas. 11. A política adotada pela ECT de fornecer gratuitamente máquinas de franquear digitais, as ACFs, implicou custos consideráveis à empresa. Como resultado do trabalho, o Tribunal: 1. Propõe a redação, pelo Poder Executivo, de um Projeto de Lei destinado a suprir deficiências e lacunas nos dispositivos regulatórios relativos ao setor postal. 2. Determina que o Ministério das Comunicações assuma o papel a ser atribuído pela lei de formulador e supervisor da política pública relativa ao setor postal. 3. Determina à ECT uma larga série de providências no sentido de desenvolver estratégias, critérios e instrumento de gestão de um futuro modelo de franquias a ser licitado, além de implantar imediatamente procedimentos de organização de informações e de fiscalização sobre

a rede de atendimento. É imperativo considerar que, sobre a matéria, foi baixada pelo Poder Executivo a Medida Provisória 403, de 26 de novembro de 2007, que: “dispõe sobre o exercício de atividade de franquia postal e dá outras providências”. A referida medida não teve apreciação por parte da Comissão Especial criada ao efeito e encontra-se atualmente sobre a apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados, tendo sido a ela apresentadas 236 emendas. A supracitada Medida Provisória limita-se a autorizar a franquia postal como atividade econômica, atribuindo à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a competência de delimitar os contornos concretos de tal atividade. Fixa, ainda, as cláusulas essenciais do contrato de franquia postal e enuncia, em caráter genérico, os objetivos de celebração de contratos de franquia postal.

Análise da matéria, Sr. Presidente. Encontra-se esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em situação privilegiada, para o cumprimento de sua missão regimental de fiscalização dos atos da administração pública. Evidenciam-se fatos da máxima gravidade quando o Órgão de Apoio ao Controle Externo revela minudentemente a ocorrência de erros, omissões e prejuízos à correta prestação de um serviço essencial à sociedade como é o da comunicação postal. Constata-se a urgente necessidade de providências de duas ordens. Primeiro, a elaboração de um marco regulatório abrangente e consistente para a atividade de franquia no âmbito do serviço postal. Tarefa esta que compete primordialmente ao próprio Poder Legislativo. Além disso, cabe o acompanhamento das providências de gestão desse modelo sobre as regras atuais para minimizar-lhe os inconvenientes, e em futura regra permanente o que de igual modo compete ao Poder Legislativo em sua função de controle. Desde logo, a tramitação da Medida Provisória 403 impõe que os responsáveis pela sua apreciação tenham conhecimento das constatações aqui veiculadas. Não se está propondo, claro fique, que a referida medida represente a superação do vácuo regulatório aqui apontado. Seus dispositivos são sumários e não abordam, senão com a máxima superficialidade, as questões regulatórias pertinentes, tais como as suscitadas pelo Tribunal de Contas. Ao contrário, uma Medida Provisória poderá, no máximo, atender a problemas emergenciais advindos da operação atual do sistema de franquias, não possuindo, por incompatível com a sua própria natureza constitucional, a virtualidade de fixar marco regulatório permanente e durável para coisa alguma. Destarte, há de encaminhar cópia integral do aviso recebido acompanhado deste Parecer à Presidência da Câmara dos Deputados, solicitando sejam esses elementos juntados ao processa-

do da tramitação da Medida Provisória 403, de 26 de dezembro de 2007, por conter informações de absoluta relevância para a apreciação daquela matéria.

Vamos ao voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, considerando que o aviso em exame traz a necessidade de urgência nas providências de variada natureza no âmbito Legislativo voto por que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, no exercício das atribuições fixadas pelo art. 112-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, delibere, no sentido de que: A) Seja extraída a cópia integral do aviso recebido acompanhado deste Parecer, encaminhando-se tais elementos à mesa para que seja remetido por despacho da Presidência nos termos do art. 131, inciso II, do Regimento do Senado Federal à Presidência da Câmara dos Deputados, com fim de que seja juntado ao processado da tramitação da Medida Provisória 403, de 26 de novembro de 2007, por conter informações de absoluta relevância para a realização daquela matéria. B) seja adotada orientação desta Comissão nos termos dos arts. 102-A, inciso I, alínea “a”, e art. 133, inciso V, alínea “d” do Regimento Interno, encaminhada à Câmara dos Deputados nos mesmos termos da alínea A deste voto, no sentido de considerar os dispositivos da referida Medida Provisória 403, de 26 de novembro de 2007, independentemente de seu mérito intrínseco, como inteiramente insuficiente para configurarem o marco regulatório completo, estável e definitivo do setor de franquia postal, sendo recomendável que tal circunstância conste da norma legal resultante da sua tramitação. C) Seja convidado, nos termos do art. 50, § 2º, inciso III da Constituição Federal, e do art. 90, inciso III do Regimento Interno, e em data a ser oportunamente fixada pelo Presidente da Comissão, o Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Dr. Hélio Costa, e o Presidente da Empresa de Correios e Telégrafos, Sr. Carlos Henrique Custódio, para prestação de informações relativas aos resultados da auditoria trazida ao conhecimento do Senado Federal por meio do aviso 96/07 em exame, acórdão TCU 2.128/07 Plenário, e as providências deles decorrentes, convidando-se também para tal ocasião o Excelentíssimo Sr. Ministro Ubiratan Aguiar, relator do mencionado acórdão do Tribunal de Contas da União. D) Tendo em vista a deliberação do convite do mencionado Ministro de Estado, seja comunicado tal circunstância ao Presidente do Senado Federal, encarecendo-lhe as providências cabíveis no termo do art. 138, inciso II, § 1º do Regimento Interno. E) Seja desde logo convidada a Comissão de Serviços de Infra-estrutura do Senado Federal para compartilhar com esta Comissão a realização da mencionada oitiva das autoridades convidadas nos termos do art. 102-A,

§ único, inciso II, 102-D, § 1º, e 138, inciso I, do Regimento Interno. F) Instruir a matéria com os resultados que surgirem das reuniões e oitivas realizadas, seja matéria remetida à Comissão de Serviço de Infra-estrutura do Senado Federal, instância competente para deliberar sobre proposições legislativas no tema que se examina, art. 104, inciso I do Regimento Interno, nos termos dos arts. 95 e 102-C, inciso IV do mesmo Regimento. Este é o voto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar a discussão e a votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Nós transferimos a Presidência da Sessão para a eminente Senadora Marisa Serrano.

*(troca de presidência)*

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Obrigada, Sr. Presidente.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sra. Presidente, pela ordem. Só pensando no número de pessoas presentes, senadores presentes, para efeitos de decisões terminativas, eu indagaria de V.Exª se seria possível apreciarmos o item 9 da pauta.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Ainda não temos número regimental ainda, mas temos a notícia de que dois Senadores estão vindo para cá. Então aí passaremos aos terminativos.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Está perfeito. Obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Eu quero aqui ler uma...

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Eu pensa-va que fosse sete.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Amanhã eu queria fazer um aviso aqui, a pauta de amanhã nós temos uma Audiência Pública conjunta de autoria do Senador Renato Casagrande... Dos Senadores Renato Casagrande, Antônio Carlos Valadares e Sibá Machado, aprovado em 9/10/2007, e do Requerimento da autoria dos Senadores também Casagrande e Valadares da Agricultura, Meio Ambiente e... Agricultura? Isso, e Reforma Agrária. Para... Com o objetivo de analisar e discutir os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras com a presença dos seguintes convidados: o Sr. Tarso Genro, Ministro de Estado de Justiça, Guilherme Cassel, nosso Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário, José Antônio Dias Toffoli,

advogado-geral da União, e o Presidente do INCRA, Rolf Hachbart. Amanhã às 10 horas todos estão convidados. Acho que vai ser muito interessante essa Audiência Pública. E gostaria aqui de colocar como o item 4 da pauta o aviso n. 15, não terminativo, cuja autoria é o Tribunal de Contas da União, e o relator, o Senador Cícero Lucena, que tem a palavra.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Sra. Presidente, Srs. Senadores. Eu, como já foi distribuído anteriormente, sou pelo conhecimento da matéria e remessa do processo ao arquivo. Esse é o voto, Sra. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Eu agradeço a manifestação do relator e coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Existe ainda um... A Senadora Fátima Cleide não está presente. Não estando presente a relatora do item n. 5, e os outros projetos sendo terminativo, e não tendo quorum suficiente, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigada.

**Ata da 4ª Reunião (Conjunta) da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 4ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 5 de março de 2008.**

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia cinco de março de dois mil e oito, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO** e da Senadora **MARISA SERRANO**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos seguintes senadores(as) – **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, CÉSAR BORGES, VALTER PEREIRA, MARCONI PERILLO E SÉRGIO ZAMBIASI**. Deixam de comparecer os demais Senadores(as). Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 24, de 2007 – CRA**, de autoria dos Senadores Renato Casagrande

e Antônio Carlos Valadares, aprovado em 30.10.2007 e do **Requerimento nº 37, de 2007 – CMA**, de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Antônio Carlos Valadares e Sibá Machado, aprovado em 9.10.2007, com o objetivo de analisar e discutir os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Rolf Hackbart** – Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e também representante do MDA; **Sr. Fernando Queiroz Segovea Oliveira** – Coordenador – Geral de Defesa Institucional Polícia Federal, representando o Ministério da Justiça – MJ/PF; **Sr. Ronaldo Jorge Araújo** – Consultor-Geral da Advocacia-Geral da União – AGU. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as) – Marisa Serrano, Renato Casagrande, Antônio Carlos Valadares, Osmar Dias, Sérgio Zambiasi, Gilberto Goellner, Valter Pereira, João Pedro, Flexa Ribeiro e Kátia Abreu. **RESULTADO – AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando nós, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em exercício da CMA e pelo Senhor Presidente da CRA e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Marisa Serrano**, Presidente, em exercício, DA CMA – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da CRA.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário, declaro... é dada como aprovado. Aprovado.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº. 24/2007, da CRA, de autoria do eminente Senador Renato Casagrande e Antonio Carlos Valadares, aprovado em 30 de outubro de 2007, e do Requerimento nº. 37/2007, da CMA, de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Antonio Carlos Valadares e Sibá Machado, aprovado em 9 de outubro de 2007, com o objetivo de analisar e discutir os investimentos de



grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras com a presença das seguintes autoridades: Dr. Rolf Hackbart, Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, Coordenador-Geral da Defesa do Instituto de Departamento de Polícia Federal, representando o Ministério da Justiça. Dr. Renato José Araújo, Consultor Geral da Advocacia-Geral da União.

Em razão de termos um compromisso inadiável nesse momento, nós passamos a Presidência à eminente Senadora Marisa Serrano, que irá presidir a Sessão conjunta desta reunião.

*(troca de presidência)*

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria parabenizar os Senadores que propuseram essa Audiência Pública, e as autoridades que aceitaram o convite.

É muito importante essa questão e essa Audiência Pública, principalmente quem leu os jornais de hoje viu a quantidade de informações e de artigos que saíram sobre esse assunto. Inclusive, na Folha de São Paulo há um artigo sobre projeto, sobre redução de faixa de fronteira divide Congresso. Discutindo um projeto do Senador Zambiasi, colega nosso dessa Casa que propõe a redução da faixa de fronteira de 150 quilômetros para 50 quilômetros. Essa preocupação é uma preocupação acredito de todos os brasileiros, mas principalmente daqueles brasileiros que moram na região de fronteira. Como eu venho de Mato Grosso do Sul e nasci em Bela Vista que é fronteira com o Paraguai, cidade limite com Beira Vista do outro lado, eu acredito e tenho acompanhado extremamente essa questão principalmente para discutir a transparência, a fiscalização e um processo claro de legalização dessas terras de faixa de fronteira. Portanto, eu quis fazer essa introdução para dizer da importância que é a questão que foi levantada aqui pelo Senador... Pelos Senadores Casagrande e Valadares.

Portanto, sem mais delonga quero passar a palavra ao Dr. Rolf Hackbart, Presidente do INCRA, que representa aqui também o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministro Guilherme Cassel. Portanto V.Ex<sup>a</sup> tem a palavra por 20 minutos. É isso? 20 minutos é o suficiente? Então, 20 minutos nós vamos dar a todos os palestrantes nossos aqui. Seja bem-vindo.

**SR. ROLF HACKBART** – Obrigado Senadora, obrigado Senadores colegas aqui da Mesa. A minha intervenção inicial ela vai se basear numa exposição que eu pediria licença para apresentar aqui na frente.

Bom, o objetivo aqui é distribuir esse material, tentar esclarecer o assunto do nosso ponto de vista do INCRA. Esse material já está gravado aqui à disposição dos Senadores.

Então, uma breve contextualização. A Lei 5.709/1971 estabelece restrições e regula as aquisições de imóvel rural por estrangeiros residentes no País e pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil. Até 95 a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil era controlada pelo INCRA em território nacional. 95 a Emenda constitucional nº. 06 revogou o art. 171 da Constituição que permitia a distinção entre pessoa jurídica de capital nacional e capital estrangeiro. Conseqüentemente revogou o § 1º do art. 1º da Lei 5.709/1971. Essa situação admite a ocupação desenfreada ou não de terras estrangeiros em nível nacional, em especial na Amazônia Legal, mas não só, por empresas brasileiras com capital estrangeiro. É importante dizer também que a natureza do cadastro do INCRA que controla o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais é declaratório, porém alguns dados devem ser comprovados na apresentação declaração de cadastro para imóveis rurais, mas ele ainda é declaratório. Face o desenvolvimento do sistema de controle de aquisição de imóveis por estrangeiros, o INCRA tem realizado ações de fiscalização cadastral junto aos cartórios, constando que alguns deles não cumpre o que determina a lei, inclusive quanto à manutenção do livro auxiliar. O entendimento de pessoa jurídica brasileira... Eu estou indo mais rápido porque acho que o importante é o debate, mas vou deixar esse material. E importante que o meu colega Consultor-Geral da União depois vai entrar mais nos detalhes jurídicos. Eu quero só... Inclusive pedir correção se houver argumento erro aqui. Atualmente orienta aquisição de imóveis rurais por estrangeiros o parecer Geraldo do Quintão, 181/1998 que reexaminou o parecer da AGU de 94 da Consultoria-Geral da União. Esse assunto o consultor com certeza vai tratar depois. Pessoa jurídica brasileira cujo capital societário mesmo que participe pessoa estrangeira com qualquer percentual, seja física ou jurídica, não necessita requerer autorização para adquirir imóveis rurais no território nacional. Esse pra mim é o ponto do ponto de vista do INCRA. Essa situação permite a ocupação de terras em nível nacional por estrangeiro, muitas vezes mascaradas legalmente com a justificativa de serem adquiridas por empresas brasileiras. Esse parecer está sendo revisto pela AGU depois será tratado esse assunto. A base legal então ela está toda aí, é uma tentativa de resumo, pode ter falha aqui faltando alguma, mas as leis, Decreto-Lei, Decreto, norma, a lei determina que os cartórios de registro de imóveis mantenham cadastro especial. Muita



gente não sabe disso, mas os cartórios precisam ter isso mediante um livro auxiliar da aquisição de imóveis rurais por pessoas estrangeiras físicas e jurídicas e informem trimestralmente ao imposto INCRA. Na verdade ninguém informa. Ou poucos informam.

A Lei 10.267/2001 prevê que os serviços de registros de imóvel informe mensalmente as modificações ocorridas nas matrículas imobiliárias decorrentes de mudança de titularidade, parcelamento, desmembramento, loteamento, remembramento, retificação de área, reserva legal e particular do patrimônio natural e outras limitações e restrições de caráter ambiental. Esta lei foi muito importante. Requisitos para aquisição. Hoje resumidamente residir no Brasil se pessoa física. Carteira de identidade estrangeira e se jurídica autorização para funcionar no País. Imóvel registrado no cartório de registro de imóveis e cadastrado no sistema do INCRA. Sem imóvel em área de segurança nacional, ter o assentimento prévio do Conselho Nacional de Defesa. Que é a faixa dos 150. Área igual ou inferior a três módulos de exploração indefinida, que é o conceito meio, não precisa de autorização do INCRA. Exceto sendo a segunda aquisição ou imóvel em área de segurança nacional. Vale lembrar que o conceito de segurança nacional é antigo. Se não me engano eu estudei isso um pouco os 150 quilômetros na época era o alcance de um tiro de canhão. Esse é o critério dos 150 quilômetros, basicamente. Área rural pertencente à pessoa física ou jurídica estrangeira não pode ultrapassar 1/4 da área do Município onde o imóvel se situa. Pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias em cada Município de mais de 40% do limite fixado. 1/4 da área do Município. E área de três a cinquenta MEI requer a autorização do INCRA. O que é o MEI? É uma unidade de medida expressa em hectares definida para cada imóvel rural, inexplorado ou com exploração não definida em função da zona típica do módulo de Município de atuação do imóvel. Varia de 5 a 100 hectares. Então um MEI pode ser cinco hectares ou cem. Zona típica de módulo, regiões ilimitadas pelo INCRA com características ecológicas e econômicas homogêneas, baseada na visão microrregional do IBGE. Estrangeiro, pessoa física aquisição ou arrendamento. Então a pessoa física estrangeira tem que residir no País, não pode exceder a 50 módulos de exploração indefinida, o imóvel não superior a três módulos de exploração indefinida não depende de autorização ou licença, exceto se for uma segunda aquisição ou área de segurança nacional. Não se aplica à transmissão causa mortes, e o assentimento do Conselho de Segurança Nacional dentro dos 150 quilômetros sendo nula de pleno direito e sujeita a responder civil e criminalmen-

te. Isso é o que determina a lei. Aqui são só... é um carecido resumo. As restrições quantitativas. Então até três MEI, aquisição livre, exceto segurança nacional. Esse MEI, Módulo de Variação Indefinida ele varia de Município para Município. De três a vinte MEI, autorização sem projeto. Precisa de autorização. Mais de 20 MEI, autorização e projeto de exploração. Acima de 50, pessoa física, autorização especial do Congresso Nacional. Seguidamente os senhores e as senhoras aprovam aqui aquisição. Não é tão seguido, mas eu já vi muita aprovação. Acima de cem MEI, pessoa jurídica precisa de autorização especial do Congresso Nacional. O que é que o INCRA fez? E o MDA até agora? Um grupo de trabalho envolvendo MDA, INCRA, GSI, AGU, Casa Civil, MAPA, buscando alternativas legais para restringir o capital estrangeiro ao acesso a terra como mecanismo estratégico de defesa da soberania nacional. Um ofício para as corregedorias regionais de justiça solicitando informações a respeito de aquisição de imóveis por estrangeiros, Sistema Nacional de Aquisição por terras estrangeiras em desenvolvimento, nós estamos desenvolvendo isso lá no INCRA, levantamento de informações nas Superintendências Regionais e nos cartórios, e determinação a Superintendências Regionais do INCRA para checagem, filtragem de dados junto ao Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais, chamando proprietários para informarem nacionalidade, continuação do levantamento dos dados cartoriais e atuação junto às corregedorias gerais de justiça. O que está sendo debatido em nível de Governo? Revisão do parecer Geraldo Quintão, mudanças na legislação vigente com base no art. 172 da Constituição nacional. A sugestão é: a lei disciplinará com base no interesse nacional os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros. Permitir acesso de consulta on-line aos cartórios e órgãos de terra ao Sistema Nacional de Cadastro do INCRA. Parceria com as Corregedorias Gerais de Justiças Estaduais, Junta Comercial, Instituto de Brasil, e Associação de Notários e Registradores, ANOREG. E além de seminários regionais com cartórios visando uniformizar os procedimentos legais e aquisição de móveis por estrangeiros. Ainda um projeto de cadastro de terras e regularização fundiária em fase final que vai permitir a atualização do cadastro, coleta, atualização on-line, um sistema móvel, o programa nós estamos desenvolvendo, e outros mecanismos aí que tem por finalidade agilizar os trabalhos de vistoria de cadastramentos acelerando o processo de titulação de imóveis rurais.

Total de... Os detentores estrangeiros e área cadastrada no INCRA. Esse é o que está no cadastro do INCRA. Eu gostaria de deixar claro aqui na minha

opinião ninguém sabe exatamente, mas é o que está registrado no INCRA, eu trouxe aqui como informação. Então tem 33.228 imóveis, o que corresponde a 0,64% do total de imóveis cadastrados no INCRA. Áreas cadastradas, imóveis e detenção por estrangeiros, e cerca de... Ou número que consta lá, exato, 5.579.783 hectares, o que corresponde a 0,97% do total de área cadastrada no INCRA. Sempre lembrando cadastro é declaratório. Nem sempre o que é a realidade está no cadastro. Em forma de gráfico, aqui é a área cadastrada fora da Amazônia Legal. Por estrangeiros é 2,6 milhões de hectares. Na Amazônia Legal, 3.1 milhões de hectares. Área cadastradas em nome de estrangeiros físicos e jurídicos na Amazônia Legal. Lá é a Amazônia Legal e aqui é fora. Esse é o total do cadastro do INCRA. Na verdade, no INCRA são 5,5 milhões de hectares, dos quais 3.1 na Amazônia Legal e 2,6 arredondando fora da Amazônia Legal. Aqui tem uma série de iniciativas, a Portaria 5.589/99 que foi muito importante, cancelou mais... Se não me engano, 80 milhões de hectares que o INCRA tirou do cadastro à época. Portaria nº 596/2001 inibindo cadastro com área compreendida entre cinco mil a menor que dez mil condicionada desinibição com a comprovação de dominalidade. Portaria de 2006... Estou me segurando aqui no tempo para depois atender as perguntas. Instrução Normativa, que trata da legitimação de posse com áreas de cem, com emissão de títulos e concessão de uso. Agora até 500 hectares título definitivo. Instrução Normativa 32 trata da regularização fundiária acima de 100 até 500, Instrução Normativa 41/2007 trata da regularização fundiária por meio de licitação de áreas de 500 a... De 500 hectares até 15 módulos fiscais. É isso.

Por fim, só registrar que do ponto de vista do INCRA, a opinião do Ministro do Desenvolvimento Agrário o ponto central para discussão desse tema para nós é soberania nacional. Não é xenofobismo. É o País saber e o INCRA deve cumprir a legislação, qual é o destino do seu território e quais são as regras e condições. Esse para nós é o ponto fundamental. Acho, essa é uma opinião minha, o confeito de faixa de fronteira e outros pontos devem ser atualizados. Também como se fala muito, as informações que os servidores do INCRA, Superintendências Regionais têm é de que a procura por parte de estrangeiros através de empresas nacionais no Brasil cresceu muito em algumas regiões. Os negócios. A pergunta é: Como vamos regular essa situação. Há o interesse enorme, construção de uma nova matriz energética no mundo, no País, o Brasil tem muita terra, fotossíntese fantástica, biodiversidade, muita água, um território enorme, e nós estamos tentando capacitar o INCRA, melhorar o nosso cadas-

tro, ter esse controle. Então esse é o nosso objetivo, e dentro do prazo eu me coloco à disposição depois para perguntas. Obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS)** – Nós que agradecemos a sua explanação e passamos a palavra ao Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, Coordenador-Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal representando o Ministério da Justiça. A palavra é sua, 20 minutos se forem suficientes.

**SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA** – Obrigado, Senadora. Cumprimento os demais membros aqui da Mesa. Essa questão, na realidade, da aquisição de terras por estrangeiros no território nacional, como foi muito bem colocado aqui pelo Dr. Rolf Hackbart, Presidente do INCRA, o problema hoje dentro do Ministério da Justiça e do Departamento de Polícia Federal é justamente a questão de falta de legislação, até para uma atuação, vamos dizer assim, mais forte em determinados pontos aonde a gente vê questões como a Amazônia brasileira e outras áreas inclusive fora da Amazônia onde está havendo até um certo tipo de especulação quanto à compra de determinadas áreas e a aplicação, vamos dizer assim, desses recursos em determinados locais do País. O Departamento de Polícia Federal próprio do Ministério da Justiça receberam inclusive algumas... Pedidos, até carreados aqui do próprio Congresso Nacional, um deles até da Câmara dos Deputados, aqui da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, à época com o Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda para a investigação de várias, vamos dizer assim, entidades, inclusive algumas Organizações Não-Governamentais que estariam tentando adquirir terras na Amazônia promovendo a preservação ambiental, segundo alguns estão prolatando mundo afora, inclusive em sites, e que há hoje uma preocupação muito grande pela Polícia Federal uma investigação em curso não só das Organizações Não-Governamentais como também inclusive de algumas empresas que estão querendo adquirir áreas nessas localidades. Há um acompanhamento, só que hoje, por falta de instrumentos legais há então a dúvida inclusive da atuação nossa em determinadas áreas para verificação se há ou não algum tipo de crime. O que a gente tem coberto, e feito em alguns Estados são justamente Organizações Não-Governamentais que fizeram parcerias inclusive com governos estaduais e que hoje são alvo inclusive de investigações e inquéritos onde há denúncias de crime de estelionato, há denúncias de evasão de dinheiro público, há também indícios de apropriação indébita e evasão fiscal. Então hoje há investigações em várias áreas do Brasil, e posso destacar aqui Es-

tado de Rondônia, Mato Grosso do Sul e no próprio Amazonas onde há inquéritos já instaurados correndo contra essas entidades que estão, vamos dizer assim, usando até dinheiro público para desenvolvimento de áreas nessas regiões.

Outra preocupação freqüente do Departamento de Polícia Federal e do próprio Ministério da Justiça é justamente a dificuldade, vamos dizer assim, da definição, como foi muito bem lembrado aqui, da questão da segurança nacional. Essa questão da segurança nacional hoje inclusive ela está sendo rediscutida a nível do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, aonde estão sendo definidos agora as novas áreas que seriam indispensáveis à segurança nacional. Essas áreas indispensáveis à segurança nacional deve haver inclusive uma manifestação do próprio gabinete de segurança institucional, futuramente, quando esse Grupo de Trabalho terminar vamos dizer assim a avaliação, porque haja até uma redefinição e talvez até propostas para modificações legislativas se assim entender o grupo. Mas essa questão principal que hoje o Ministério da Justiça e a Polícia Federal encontram é justamente a falta de uma regra clara de normas claras para uma atuação mais firme quanto ao controle dessa comercialização dessas terras e até para caracterizar se for o caso algum tipo de crime nesses locais. O Departamento de Polícia Federal então neste contexto para atuar com a função de atribuição da polícia judiciária da União na investigação de crimes principalmente contra o sistema financeiro nacional contra a administração pública, contra a segurança nacional nos crimes de estelionato, apropriação indébita inclusive biopirataria, bem como a intensificação do controle das atividades desempenhadas por estrangeiros dentro do território nacional, ficam na realidade um pouco carentes de normas mais rígidas ou normas mais claras para uma atuação mais precisa da nossa ação. O que hoje a gente consegue fazer nas investigações nessas áreas são justamente encontrar crimes que são muito mais relacionados à aplicação de recursos de maneira diversa à legalmente constituída, normalmente nos recursos públicos, crimes de sonegação fiscal, apropriação indébita, então há realmente, Senadora, uma certa dificuldade da nossa ação. Inclusive, por todos... Vamos dizer assim, sistema legal hoje nacional, os pareceres que foram dados que foram muito bem explicados aí pelo Dr. Rolf, então na realidade hoje a gente se sente dentro do Ministério da Justiça e o próprio Departamento de Polícia Federal ansioso até que o Congresso Nacional nos dê uma, vamos dizer assim, uma direção mais correta para que a gente possa agir nesse tipo de questão. E seria basicamente isso. Agradeço e aguardo as perguntas.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS)** – Nós queremos agradecer aqui a participação efetiva do Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, da Polícia Federal, e eu espero realmente que vamos fazer, e essa é a razão também dessa Audiência Pública para que a gente comece a discutir essas questões e possamos realmente ajudar todos aqueles que trabalham, principalmente na faixa de fronteira a ter uma legislação mais clara. Passo a palavra ao Dr. Ronaldo Jorge Araújo, Consultor-Geral da Advocacia-Geral da União. Seja bem-vindo.

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Obrigado Senadora. Queria agradecer inicialmente o convite das Comissões, justificar a ausência do Advogado Geral da União por conta da defesa hoje no Supremo Tribunal Federal daquela questão relevante das células tronco, Advogado Geral encaminha os agradecimentos pelo convite feito à Advocacia-Geral da União. E eu queria pessoalmente registrar a minha satisfação e honra de estar presente aqui porque eu sou Consultor Legislativo de carreira do Senado Federal cedido à Advocacia-Geral da União muito me traz honra e alegria de estar presente aqui poder auxiliar nos debates dessas Comissões.

Inicialmente eu queria primeiro contextualizar a participação da Advocacia-Geral da União nessa discussão. Como os senhores sabem, a Advocacia-Geral da União que tem sede constitucional ela atua tanto na defesa judicial e extrajudicial da União, como no assessoramento jurídico do Poder Executivo. No âmbito do assessoramento jurídico ao Poder Executivo há um sistema em que a Advocacia-Geral é o órgão central do sistema e as consultorias jurídicas dos Ministérios seriam os órgãos de execução. Na lei orgânica da Advocacia-Geral da União que é a Lei Complementar 73/1993 há previsão de havendo controversa jurídica, havendo dúvidas quanto à fixação da interpretação das normas, da lei, da própria Constituição, essas dúvidas submetidas à Advocacia-Geral da União ela tem o papel de tentar equacionar e dirimir essas dúvidas.

Então, no exercício dessa competência institucional, legal e constitucional, a Advocacia-Geral da União recebeu ainda em 1994 uma consulta formulada pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Então estamos no ano de 1994, em que o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária consultava a Advocacia-Geral da União sobre a interpretação se o § 1º do art. 1º da Lei 5.709/1971 que o Dr. Rolf trouxe ao nosso conhecimento que é a lei que disciplina a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil, se esse dispositivo teria sido recepcionado pela Constituição de 1988. Se não seria incompatível com a Constituição de 88. Esse dispositivo, esse § 1º estende as empresas brasileiras



com controle societário na mão de estrangeiros não residentes no Brasil, no caso pessoas físicas, ou no caso de pessoas jurídicas com sede no exterior, então estende as restrições, todas aquelas restrições que o Dr. Rolf explanou com relação à limitação de terras de aquisição, etc, estende essas limitações às empresas brasileiras com controle acionário de estrangeiros. Essa dúvida veio porque essa legislação, como eu disse, é uma legislação de 1971. Que foi editada à época da Constituição de 67, Emenda Constitucional de 1969. Nessa época a Constituição, tanto a Constituição de 67 como a Emenda nº. 01/69 elas não disciplinavam no texto da Constituição o conceito de empresa brasileira. Não havia no texto da Constituição Brasileira o conceito de empresa brasileira. E, portanto, as distinções, as restrições eram admitidas, eram feitas no nível da legislação infraconstitucional. Então foi isso que foi feito pela Lei 5.709. Acontece que o texto original da Constituição de 1988, no art. 171 traz o conceito de empresa brasileira no inciso I e traz o conceito de empresa brasileira de capital nacional no inciso II. E como esse dispositivo da Lei 5.709 trazia na interpretação do Ministério da Agricultura dúvidas, se está criando distinções entre empresas brasileiras, se essa interpretação, se essa norma era possível de ser recepcionada e entendida como vigente no ordenamento constitucional brasileiro. O parecer da Advocacia-Geral da União. É o parecer GQ 22, essas letras iniciais elas são as iniciais do nome do Advogado-Geral da União, na época era o Dr. Geraldo Quintão, então o parecer GQ nº. 22 de 1994 chega à conclusão que esse § 1º do art. 1º da Lei 5.709 não tinha sido recepcionado pela Constituição Brasileira, sobre o seguinte argumento. A distinção que o texto constitucional fazia entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, segundo os próprios incisos e parágrafos do art. 171, era no sentido de criar estímulos temporários àquelas empresas brasileiras de capital nacional. E de forma alguma criar restrições às empresas brasileiras. Lembro que o conceito de empresas brasileiras do art. 171, inciso I eram aquelas empresas que tinham sido constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no Brasil. Esse era o conceito de empresa brasileira que estava colocado no inciso I. Então defendia o Dr. Geraldo Quintão nesse parecer de 94 que quando a Constituição Brasileira quis fazer ressalvas quanto à participação de capital estrangeiro, o fez expressamente. Então ele cita como a restrição à exploração de mineração, o § 1º do art. 176, a participação de capital estrangeiro na saúde, a participação de capital estrangeiro nos meios de comunicação, entre outros que a Constituição traz. Como não havia restrição na interpretação à época à participação do capital

estrangeiro na aquisição... Desculpa, na participação de empresas brasileiras com controle estrangeiro na aquisição de terras, não poderia ser criado infraconstitucionalmente essa restrição. Esse foi o entendimento, e esse entendimento declarou a não recepção do § 1º. Em face desse entendimento, qual é o efeito concreto desse entendimento? O INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, os órgãos competentes não mais poderiam impor as restrições da lei àquelas empresas brasileiras com controle societário estrangeiro.

Em 1995 houve a promulgação da Emenda Constitucional nº. 06 que eliminou do texto constitucional o conceito de empresa brasileira de capital nacional e o conceito de empresa brasileira. Como houve a desconstitucionalização da matéria e o argumento central do parecer inicial da AGU era que como a matéria estava constitucionalizada a lei não poderia criar restrições onde a Constituição não criava, com a desconstitucionalização do conceito de empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, o então Advogado Geral da União, ainda o Dr. Geraldo Quintão solicita que a Consultoria Geral da União, órgão da Advocacia-Geral da União procedesse a uma revisão daquele parecer para saber se aquele entendimento permanecia.

Então, tentando fazer um raciocínio esquemático bastante claro, era uma norma não recepcionada por um dispositivo constitucional, esse dispositivo constitucional com uma revogação posterior, se teria o condão, se teria a força de fazer renascer no ordenamento jurídico aquele § 1º da Lei 5.709 que tinha sido considerado não recepcionado. E a manifestação da Advocacia-Geral da União, num novo parecer, esse de 97, parecer GQ 1997 sustentou que não havia possibilidade de fazer ressuscitar e nos termos técnicos não havia a possibilidade de haver a repristinação daquele § 1º do art. 1º da Lei 5.709 que tinha sido considerado incompatível com o texto constitucional e, portanto, por ele revogado.

Então, o parecer... Esse parecer da AGU de 97 sustentava que não poderia ser aplicado para as empresas brasileiras com controle estrangeiro qualquer tipo de restrição, qualquer tipo de tentativa de extensão das restrições aplicadas às empresas estrangeiras por força da Lei 5.709 no que diz respeito à aquisição e por força da Lei 8.629/1993 no que diz respeito ao arrendamento.

Em face de toda a alteração do cenário econômico, etc, todas essas informações que o Dr. Rolf nos traz, a questão do biocombustível, o desenvolvimento, o interesse no cultivo nas áreas rurais brasileiras, a movimentação, a falta de controle sobre as aquisições por parte de estrangeiros, empresas nacionais com controle de estrangeiros, o Governo começou a



se preocupar com essa questão. Essa preocupação vem de muito tempo, há manifestações, há seminários promovidos pelo GSI que datam de 2004, enfim, várias manifestações, várias discussões no âmbito do Governo e que no ano passado, no âmbito de um Grupo de Trabalho que envolve uma série de órgãos, Casa Civil, INCRA, GSI, a própria Advocacia-Geral da União, solicita-se a intervenção da Advocacia-Geral da União para que reveja esse parecer para ver se o entendimento que foi fixado em 1994, ratificado em 1997 continua sendo o entendimento da Advocacia-Geral da União. Só para fazer um parêntese, quando esse parecer da Advocacia-Geral da União, que fixa entendimento, dirime controvérsia, ele é aprovado pelo Advogado Geral, aprovado pelo Presidente da República e publicado no Diário Oficial da União, ele adquire para a administração pública federal força vinculante e não pode ser desrespeitado por nenhum órgão jurídico ou nenhum órgão finalístico de Governo. Então é muito importante esse parecer da Advocacia-Geral da União de 1997 quando diz que não se estende as empresas brasileiras com controle societário de estrangeiros residentes no exterior ou de pessoas jurídicas sediadas no exterior quando não se estende a essas empresas as restrições da legislação brasileira.

Bom, então por provocação desse grupo de trabalho nós iniciamos então uma análise, ainda no segundo semestre de 2007, uma análise nesse parecer, uma matéria muito complexa, esse entendimento do Governo vem sedimentado há 14 anos, desde 1994, e por força dessas reuniões houve as matérias, no final de setembro de 2007 várias matérias dos jornais dizendo que havia essa movimentação e que a Advocacia-Geral da União estaria analisando, e de fato está analisando, nós ainda não concluímos o texto final, mas eu por autorização do Advogado-Geral da União trago aos senhores algumas linhas de reflexão que vem sendo desenvolvidas na Advocacia-Geral da União nessa atual gestão que se iniciou em 2007 e 2008 sobre essa questão.

Bom, o primeiro aspecto que eu quero trazer aos senhores é que o foco dessa intervenção da Advocacia-Geral da União é, sem dúvida, a recepção ou não do § 1º do art. 1º da Lei 5.709 pela Constituição Federal. Esse é o eixo central de toda essa análise. Foi a interpretação de que não havia tido a recepção que gerou essa posição que permanece até hoje na administração pública federal. E nós com todas as vênias possíveis àqueles que entendem de forma diversa, inclusive manifestação da própria Advocacia-Geral da União, entendemos que esse parecer merece sim ser revisto. E há alguns elementos que fazem com que nós cheguemos a essa convicção ainda que o parecer

não esteja concluído. Mais uma vez faço essa ressalva aos senhores.

Primeiro, quando nós nos valem de recursos de hermenêutica, recursos de interpretação constitucional, especialmente os princípios da máxima efetividade da norma constitucional, o princípio da unidade da Constituição Federal, que impõe uma análise sistêmica de todos os dispositivos, nos leva a analisar que está colocado no capítulo da ordem econômica, especialmente o art. 170 que trata dos princípios gerais, 170 inciso I quando fala da soberania nacional, que é um corolário, que é uma consequência do princípio da soberania política que está lá no art. 1º, esse dispositivo cotejado com o dispositivo presente no art. 172 que não foi revogado pela Emenda 06 de 1995, que prevê a atuação do Estado Brasileiro na disciplina do investimento do capital estrangeiro em áreas estratégicas em áreas de interesse nacional. O conceito de capital brasileiro também... De capitais estrangeiros é um conceito que está numa norma antiga, uma norma, se não me falha a memória, 4.131 de 64, diz capitais estrangeiros aqueles que são oriundos de pessoas residentes fora do País, pessoas jurídicas sediadas fora do País.

Então, o art. 172 combinado com o art. 170, inciso I que fala da soberania, o 172 que prevê a possibilidade do Estado Brasileiro fixar em lei e aí a participação fundamental do Congresso Nacional nessa discussão, daquelas áreas estratégicas em que há investimento do capital estrangeiro pode ser disciplinar. O art. 190 da Constituição que fala das restrições a aquisição de imóveis rurais por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, então, a análise cotejada desses dispositivos, buscando a máxima efetividade dessas normas no âmbito da ordem econômica da Constituição Federal brasileira nos leva a compreender que a interpretação literal do art. 190 da Constituição que fala das restrições para as empresas, para as pessoas físicas e pessoas jurídicas estrangeiras, é uma interpretação que deve ser ampliada tendo em vista o que está colocado no art. 170, inciso I, o que está colocado no art. 172 da Constituição Federal. E mais, quer dizer, a pessoa jurídica e a pessoa física estrangeira, o controle que ela exerce, a aquisição que ela faz pode-se dar diretamente como pode-se dar por interposta empresa no controle indireto. Esse é o primeiro fecho de argumentos que têm sido utilizados nessa análise atual da Advocacia-Geral da União.

O art. 172, e aí já é um detalhamento dessa interpretação, o art. 172, como eu disse aos senhores, prevê a disciplina do investimento do capital estrangeiro, o conceito de capital estrangeiro posto da Lei 4.131/1962 diz que é aquele que pertence ou que reside em em-

presas sediadas no exterior, o que demonstra uma compatibilidade com a regra que está colocada lá no § 1º do art. 1º da lei que disciplina aquisição. Fica claro nessa lei que aquisição não só de empresas estrangeiras como aquelas empresas brasileiras de controle acionário de estrangeiros. Há uma juridicidade, há uma organicidade nesses diplomas legais.

E por fim também detalhando o que tinha falado inicialmente o art. 190 ao falar, ainda que ao falar de pessoa jurídica e pessoa física estrangeira, o art. 190 como um capítulo da política agrária e de Reforma Agrária, Política Agrícola Agrária na Reforma Agrária no título da ordem econômica se submete aos princípios que estão colocados na parte inicial do capítulo em que é mencionada a soberania nacional e em que é mencionadas a necessidade do Estado Brasileiro disciplinar consoante seus conceitos de oportunidade e conveniência uma combinação de manifestações do Poder Executivo e do Poder Legislativo do que é estratégico e qual o grau de limite e disciplina que deve ser imposto. Isso não significa, e aí concordo do Dr. Rolf quando ele fala que não é xenofobia, isso significa dotar o Estado Brasileiro de um instrumental legal a ser fixado pelo Estado Brasileiro pelo seu Poder Legislativo e Poder Executivo do que é estratégico e do que merece uma disciplina e um regramento.

Então, para concluir Senadora Presidente, eu peço desculpas aí pela extensão na argumentação, há na verdade pelo menos três situações aí a serem enfrentadas: Uma situação que seria a aquisição ou arrendamento de terras rurais de imóveis rurais por empresas estrangeiras ou por estrangeiros não residentes no País. Essa seria a primeira hipótese, e essa hipótese ela tem todo o regramento fixado pela Lei 5.709, pela Lei 8.623 parece que não há nenhuma dúvida com relação a essa legislação. Uma segunda situação seria as empresas brasileiras, e aí o conceito de empresa brasileira se extrai de forma indireta do texto constitucional, não está mais previsto, não está mais constitucionalizado esse conceito a partir da Emenda Constitucional nº. 06, essas empresas brasileiras controladas pelo capital estrangeiro, capital estrangeiro de não residentes, e de empresas não sediadas, com base no parecer da AGU não estaria submetida a esse mesmo tipo de controles e restrições. Parecer da AGU, ressalta-se parecer da AGU de 1994, reforçado pelo parecer de 1997 que agora nós estamos analisando. Então com bases nesse parecer essas aquisições de empresas brasileiras, controladas por empresas estrangeiras não teriam (soa a campainha) a possibilidade de controle pelos órgãos do Estado Brasileiro. Houvesse como nós pretendemos que haja e a manifestação final da Advocacia-Geral da União

é que vai dizer isso, havendo a revisão desse parecer da Advocacia-Geral da União, essa situação também fica contemplada. Admitida a recepção desse § 1º em face do texto constitucional essas empresas brasileiras com controle societário estrangeiro também estariam disciplinadas pela legislação que foi citada.

E uma terceira hipótese que me vem à mente nessa questão seriam as empresas brasileiras que tivesse ou não participação de capital estrangeiro e tendo participação de capital estrangeiro esse capital estrangeiro não detivesse o controle acionário. Uma participação minoritária de capital estrangeiro ou então inexistência de participação do capital estrangeiro, e aí o fenômeno dos laranjas, entre aspas, citado pelo Dr. Segóvia, citado pelo Dr. Rolf que seriam áreas, essa terceira hipótese da inexistência do controle acionário do capital estrangeiro e do capital... da inexistência do controle acionário e da inexistência do capital estrangeiro essas hipóteses não estariam contempladas pela legislação nem que o parecer da Advocacia-Geral da União seja revisto. Essa matéria é uma matéria que tem que ser disciplinada. Há uma iniciativa parece no âmbito da Câmara dos Deputados, não sei se aqui no Senado não consegui levantar aqui no Senado, mas na Câmara dos Deputados há uma iniciativa legislativa, se não me falha a memória Parlamentar do Estado do Pará e que busca disciplinar. Aí eu digo aos senhores que como o conceito de empresa brasileira não está mais no âmbito da Constituição Federal, é possível sim que no âmbito da legislação infraconstitucional essa discussão, essa ponderação, essas restrições sejam feitas sem nenhuma agressão ao texto constitucional. Na nossa interpretação, salvo com todo respeito interpretações em sentido contrário, é possível sim que tanto o Congresso Nacional como o Poder Executivo no encaminhamento dessas propostas disciplinem o investimento de capital estrangeiro na aquisição dessas terras no Brasil.

Peço desculpas pela extensão da manifestação e aguardo as perguntas, se houver, para que nós possamos aprofundar o debate. Muito obrigado, Senadora.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS)** – Nós que agradecemos e acho que foi muito esclarecedor a sua fala e aí a gente vê o quanto é importante Senador Renato Casagrande essa Audiência Pública, principalmente quando a gente discute aí e vê quanto que o Congresso tem que avançar nessa questão, principalmente discutindo o que significa para nós e para nossa legislação a soberania nacional e os interesses estratégicos de desenvolvimento do País, tendo em vista que no mundo globalizado se nós pensarmos a União Européia que todos os países fazendo limites se cada um colocar sua

fronteira 150 quilômetros não tem União Européia que agüente nem Mercosul que agüente. E aí haja o Rio Grande do Sul com a Argentina e Uruguai próximos. Mas aí são questões que terão que ser extremamente debatidas e eu fico muito contente com esse debate. Portanto, a palavra está com o Senador Renato Casagrande, um dos signatários da solicitação dessa Audiência Pública.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Obrigado, Senadora Marisa Serrano. Senadora Kátia Abreu, Senadores presentes. Agradeço primeiramente a presença do Presidente do INCRA, Sr. Rolf, o Ronaldo, e do Fernando. Muito obrigado pelas contribuições de vocês. As contribuições na minha avaliação foram muito esclarecedoras. Porque o tema é um tema que começou a surgir e a ser debatido com mais intensidade pela opinião pública brasileira nos últimos meses, nos últimos anos, até pela demanda e pela procura de áreas de terra por pessoas estrangeiras, pela valorização das nossas terras. Pelo uso das nossas terras. Eu acho que ter o controle do nosso território, eu tenho a mesma avaliação. É uma questão de soberania. Assim como a gente quer ter controle dos nossos meios de comunicações, a gente quer ter controle do nosso minério, a gente quer ter controle das companhias aéreas, a gente quer ter controle do mar, 200 milhas do mar territorial nosso... Nós regulamentarmos efetivamente a participação estrangeira, Presidente, Senadora Marisa Serrano, eu acho que é fundamental. E aqui tanto o Presidente Rolf como o Ronaldo, o Ronaldo principalmente nessa última parte, o Ronaldo fez um resumo do que a gente tem de avanço, só vou repetir para ver se é isso mesmo, estrangeiros pessoas físicas e estrangeiros pessoas jurídicas, têm toda uma regulamentação e um critério aquisição de risco, não é problema. Tiramos isso de problema. O nosso problema está nas empresas brasileiras com capital estrangeiro. Este é o problema principal nosso.

Então, o primeiro questionamento que a gente tem é se isso vai se resolver, vocês estão trabalhando num novo... Na revisão do parecer. Por que é que o Governo não trabalha um Projeto de Lei? Ao invés de uma revisão no parecer? Por que o Governo encaminha para cá um Projeto de Lei sobre este tema, sobre este assunto? Segundo questionamento, você citou, e eu estou com ele aqui, você já tem avaliação do projeto do Beto Faro(F), não sei bem como se pronuncia, o Deputado que apresentou o projeto lá na Câmara. Talvez se esse projeto for um projeto que interessa, o Governo precisa mandar o projeto para atender até a demanda do Osmar Dias que já tem um projeto bom aqui no Congresso tramitando que o Governo possa dar uma atenção para este projeto.

Terceiro questionamento. As empresas brasileiras podem ser vendidas para as empresas estrangeiras. Empresas do agronegócio brasileiras, por exemplo, podem ser vendidas para empresas estrangeiras. Qualquer parecer e qualquer legislação deve prever isso. Porque alguém pode adquirir uma empresa e essa empresa se tornar uma empresa brasileira com capital de controle estrangeiro. Externo. Nós estamos com alguns problemas, assim, agora aqui, não sei qual é a visão do Governo com relação à proposta do Senador Zambiasi. Acho que ele vai perguntar sobre isso. Mas, isso é um debate na imprensa nesses últimos dias para cá. A outra questão, a empresa como tem se comportado, qual é a avaliação de vocês? Uma grande empresa lá atuando no Rio Grande do Sul, na área de reflorestamento, fará um grande investimento lá, acho que é Enzo...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– COOL EARTH. Isso. Essa empresa está se valendo desse vácuo e nessa lacuna legal? A outra questão. Você tem na internet esse tipo aqui de oferta, de uma entidade externa oferecendo terras para estrangeiros, COOL EARTH, oferecendo terra para estrangeiros. Compraram no Mato Grosso. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul... Isso é uma entidade estrangeira oferecendo terreno via internet para estrangeiros.

Então, acho que nós temos, assim, acho que temos uma lacuna, acho que devemos tentar resolver essa lacuna o mais rápido possível para que nós de fato possamos manter um controle e até o controle. Hoje nós não temos todas as informações. Até o controle... Até termos informações é uma questão essencial para nós. Porque sem informações ficamos com dificuldade de trabalhar. Como o cadastro do INCRA, como o Presidente disse, é um cadastro declaratório nós não temos decisivamente um controle, não temos essas informações sobre controle. Até isso é fundamental para nós, a legislação tem que estabelecer. A minha avaliação preliminar, estou entrando no debate agora, não tenho uma concepção formada, mas a minha avaliação preliminar é que de fato a gente vê avançar no Congresso Nacional, se fosse iniciativa do Poder Executivo melhor, para que a gente pudesse fechar essa lacuna legal que nós temos na legislação brasileira. Obrigado, Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Eu agradeço ao Senador Renato Casagrande. Gostaria de perguntar ao outro proponente, Senador Antônio Carlos Valadares se gostaria de fazer uso da palavra.



**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Sr<sup>a</sup>. Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup>. Senadoras, eu inicialmente eu quero pedir desculpas pelo fato de não ter comparecido logo no início dessa Sessão em virtude ter sido autor também na Comissão de Justiça de uma outra proposta que exigia a minha presença, sem a qual ela não teria segmento. Ou seja, não teria tramitação normal e deixaria para outra Sessão. Então a minha presença foi fundamental de vez que a proposta foi aprovada pela Comissão, essa é a razão porque não estive presente logo no início. Pedindo desculpas aos eminentes convidados.

A atual Constituição Federal estabelece em seu art. 190 que a lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos em que dependerão de autorização do Congresso Nacional. Primeiro eu quero saber se o Senador Casagrande fez uma pergunta igual ou semelhante. Caso tenha feito, eu já vou desistir da pergunta.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS)** – Eu sugeriria que V.Ex<sup>a</sup> colocasse suas perguntas, mesmo se tiver semelhante não há problema.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Por sua vez, a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, mais conhecida como a Lei Agrária delimita em seu art. 23 que o estrangeiro residente no País e a pessoa jurídica autorizada a funcionar no Brasil só poderão arrendar imóvel rural na forma da Lei nº. 5.709 de 7 de outubro de 1971. Com base nessas informações formulo então dois questionamentos ao Advogado Geral da União. No caso, que é o Consultor Geral, Dr. Ronaldo.

Primeiramente. A harmonia do art. 190 da Constituição com as disposições da Lei nº. 5.709 de 1971 representa evidências suficiente da recepção dessa lei pelo texto constitucional. Ou em razão da revogação explícita do art. 171 da Constituição pela Emenda nº. 6/1995 é razoável falar em vácuo legal em relação à aquisição de imóveis rurais por grupos estrangeiros?

Segunda questão. V.Ex<sup>a</sup> já percebeu a pergunta. A segunda questão. Em se admitindo a legalidade da restrição ao arrendamento de imóveis rurais presente na Lei nº. 8.629/1993, como afastar restrição à venda indiscriminada desses imóveis a grupos estrangeiros, qual a estimativa do INCRA sobre o impacto que as recentes aquisições de propriedades rurais realizadas por grupos estrangeiros terão na concentração fundiária na cada País. Há estudos atualizados a esse respeito? Que ações o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem realizado para amenizar os impactos atu-

aís e futuros da concentração fundiária decorrente da aquisição de imóveis rurais por grupos estrangeiros, sobretudo, nas regiões norte e nordeste? Pelos dados que dispõe o Ministério, a aquisição desses imóveis por grupos estrangeiros tem efetivamente contribuído para a melhoria das condições de vida do trabalhador do campo? E quanto ao meio ambiente, que melhorias os novos investimentos têm acrescentado ao processo de produção?

Por último, no que tange ao princípio da soberania nacional, a que se refere o inciso I do art. 170 da Constituição Federal como o Ministério da Justiça avalia os investimentos estrangeiros em grandes áreas rurais da Amazônia? Há registro de investimentos estrangeiros nas áreas da fronteira entre o Brasil e outros países? Sr<sup>a</sup>. Presidente, eu encaminho à Mesa estas perguntas para facilitar as respostas dos senhores convidados.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS)** – Obrigada, Sr. Senador. Eu queria fazer uma proposta à nossa Comissão. Se todos concordarem nós poderíamos fazer o bloco de três em três, depois a resposta agora aos nossos dois proponentes, aí então nós abriríamos de três em três. Se todos concordarem... Então vou passar a palavra para responder aos nossos dois proponentes e aí então os outros Senadores e Senadoras poderão fazer os seus questionamentos.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Pela ordem. Eu gostaria de enfatizar o seguinte. Que este Requerimento na verdade foi inspirado pelo meu líder, meu eminente líder Senador Casagrande. Eu apenas o subscrevi, mas tive o cuidado de fazer um estudo para atender as pretensões do nobre Senador Casagrande, do Espírito Santo, Líder do PSDB.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS)** – Tenho certeza que V.Ex<sup>a</sup> enriqueceu a idéia e a proposta do Senador Casagrande. Com a palavra o Dr. Fernando Queiroz... Não, não. Dr. Ronaldo Jorge Araújo para resposta de seus questionamentos e depois o Dr. Rolf.

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Início pela manifestação do Senador Casagrande. Primeiro, de ressaltar a felicidade de ver a interpretação, a reflexão que o Senador faz com relação ao princípio da soberania, princípio específico da ordem econômica 170, inciso I e aí faço já uma ponte com a manifestação do Senador Valadares. Parece que concordamos que o princípio que norteia a ação do Estado Brasileiro no que diz respeito à disciplina do investimento capital estrangeiro na aquisição ou arrendamento de terras rurais, ele baseia sim no princípio da soberania, espe-



cífico, que está colocado na ordem econômica como corolário do princípio da soberania política maior que está colocado no art. 1º da Constituição Federal.

De fato, Senador Casagrande, há uma lacuna, há um vácuo e o senhor está corretíssimo na sua avaliação no que diz respeito àquela terceira hipótese que eu falava. No caso de empresas brasileiras cujo controle acionário não seja de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras não residentes ou com sede no exterior, desde que esse controle acionário não seja majoritário, uma participação minoritária de capital estrangeiro ou uma empresa brasileira, ou a inexistência de participação direta do capital estrangeiro com fórmulas de simulação, de burla à legislação brasileira, essas hipóteses não há de fato disciplina na legislação brasileira. Ainda que o parecer da Advocacia-Geral da União seja revisto, essa dimensão não está contemplada. Não alcança. E esse projeto do Deputado Beto Faro, do PT do Pará, ele faz uma tentativa de disciplinar essas hipóteses, de empresas brasileiras ainda que não possuam capital estrangeiro, ele cria aqui uma série de hipóteses em que ele busca e acho que é uma tentativa válida e essa tentativa que deve ser feita de uma forma consertada imagino entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional para se buscar a disciplina do que está colocado no art. 190, do que está colocado no art. 172 no sentido de fechar essas brechas e essas lacunas que de fato existem na legislação brasileira.

Quando o senhor menciona a hipótese da empresa brasileira que é adquirida por uma empresa estrangeira, quer dizer, se for direta essa aquisição e essa empresa passar a ser da titularidade dessa empresa estrangeira, eu sempre tento fazer esse raciocínio esquemático de colocar nessas hipóteses que eu estava tentando inicialmente formular. Se for uma aquisição e uma empresa estrangeira, sediada no Brasil, ela se submete às restrições que estão colocadas na Lei 5.709, no que diz respeito à aquisição e se submete ao que está colocado na Lei 8.623 no que diz respeito a arrendamento. Não há dúvida. Se houver uma participação no controle acionário por parte dessa empresa estrangeira, o que vige hoje na administração pública é o entendimento de que não haveria controle nenhum. Revisto o parecer da Advocacia-Geral da União, o controle acionário sim estaria contemplado e se submeteria às restrições que estão colocadas na lei. Só não teria e aí cairia naquela lacuna, naquele vácuo que o senhor mencionou inicialmente, se essa participação acionária fosse minoritária ou eventualmente não houvesse participação direta e aí os órgãos competentes teriam que avaliar se teria havido simulação, se teria havido burla à legislação brasileira, enfim. Mas a tentativa que nós fazemos, não é de hoje, é tentar buscar,

enquadrar nesse esquema, nessas várias hipóteses para ver se há ou não disciplina legal. Mas eu ressalto e como o senhor faz sua intervenção essa manifestação de fato há um projeto, o projeto 2007 em que há uma tentativa de se disciplinar, de se estabelecer restrições de acordo com os conceitos de oportunidade, conveniência, interesse nacional do que seriam áreas estratégicas que mereceriam um olhar mais detido do Estado Brasileiro.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– O que vocês concluem a revisão do parecer... Desculpa, Srª. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS)** – (pronunciamento fora do microfone) mas como o senhor não tinha dado, mais três minutos para o senhor encerrar.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Quando a Advocacia consegue concluir a revisão do parecer?

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Senador, é previsível. Estamos na parte final. Acho que mais uns 45 dias, 30 dias, 45, no máximo, a gente fecha essa análise. Enfim, acho que são essas questões que cabiam na manifestação do Senador Casagrande.

Na manifestação do Senador Valadares, muito me orgulha ver que o encaminhamento que o Senador faz no que diz respeito à fundamentação constitucional e jurídica ela é absolutamente convergente com o pensamento da Consultoria-Geral da União inicialmente que vai ser submetido ao Advogado Geral da União no que diz respeito à prevalência do princípio da soberania, no que diz respeito à recepção do § 1º, do art. 1º da Lei 5.709 que estende às empresas brasileiras com controle acionário estrangeiro as restrições que são aplicadas às empresas estrangeiras. E também caracterizar que há sim uma lacuna, um vácuo no que diz respeito às empresas brasileiras cuja participação acionária seja minoritária de grupos estrangeiros não residentes no País. Participação, controle acionário de empresas brasileiras por empresas estrangeiras, revisto o parecer da Advocacia-Geral da União, essas empresas se submeteria a essas restrições.

Então, quer dizer, a lacuna, o vácuo, como eu tinha dito anteriormente ao Senador Casagrande, ficaria no que diz respeito a essa participação minoritária de empresas estrangeiras e empresas brasileiras. Então concordamos que há o princípio da soberania, e eu tinha mencionado, Senador, na apresentação inicial o recurso ao princípio da máxima efetividade da norma constitucional e o conceito da unidade da Constituição. Então se no título da ordem econômica há princípios que velam pela soberania, que admitem o controle do Estado Brasileiro no investimento do capital estran-

geiro naquelas áreas que ele considera estratégica e há previsão expressa de restrição a aquisição de estrangeiros todos esses conceitos convergem para a necessidade, sim, de uma disciplina mais rigorosa nessas questões.

(soa a campainha)

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS)** – Obrigada, Dr. Ronaldo. Passo a palavra ao Dr. Rolf e depois ao Dr. Fernando que quer fazer uma intervenção.

**SR. ROLF HACKBART** – Vou tentar ser breve a pedido da Mesa. Primeiro, dizer que assim, cabe ao INCRA cumprir o que a lei determine as normas, então para nós é muito importante que a AGU se posicione logo. Na minha opinião, para o INCRA seria muito importante normatizar através de uma lei. Um novo parecer da AGU para nós é muito importante no curto prazo, mas eu não tenho dúvida nenhuma, gente, a agricultura brasileira mudou muito nos últimos anos. Os interesses por nossos imóveis rurais no País, mudou muito. Uma lei bem elaborada, atualizada, nos ajudaria muito também.

Segundo, eu não... Eu canso de receber grandes, médios produtores rurais no meu gabinete pedindo pelo amor de Deus que o Governo atue, que mude a legislação que eles não conseguem mais competir com investimento em imóveis rurais de investimentos estrangeiros no Brasil. Eles dizem isso. Grandes e médios produtores rurais brasileiros, grandes empresas. E vão no meu gabinete e dizem: Pelo amor de Deus, não dá. Na minha região eu quero ampliar o meu negócio, o meu empreendimento e os estrangeiros vêm e compram, cash e titulam. Muita gente.

Então, nós precisamos de uma regulamentação. Acho que o que puxa isso na verdade é a nova matriz energética, o preço das commodities, reserva de valor, a economia brasileira se o País receber agora o *investment grade* pela situação econômica brasileira sempre os grandes Fundo de Pensão vão tirar uma parcela para investir em imóveis rurais também no Brasil.

Outro aspecto, redução de faixa de fronteira. Nós do INCRA nós precisamos dar regulamentação. O que nós temos que aplicar é a lei que está funcionando hoje. Eu acho, já declarei isso aqui uma vez no Senado, a revisão dos 150 quilômetros eu acho que é cabível. Agora quanto vai ser? Nós do INCRA estamos esperando qual é a lei, a nova lei. E aplicar a lei e cuidar para que não aconteçam irregularidades. Sobre a concentração fundiária, em algumas regiões ela efetivamente acontece, Senador Valadares. O oeste da Bahia, Mato Grosso do Sul, sul do Pará, várias regiões... Compra de empresas brasileiras com capital estrangeiro cresce e tende a ter uma concentração

fundiária. Os dados do censo agropecuário que vão sair agora em julho, agosto desse ano eles podem evidenciar isso ou não.

Sobre o impacto do meio ambiente, nós não temos estudos sobre isso, mas como um site aqui foi citado, o que a gente vê do ponto de vista do INCRA é aquisição de terras por estrangeiros desde aquele... Sei lá, o europeu rico que não sabe o que fazer com o dinheiro e compra 900 mil hectares no Pará ou tenta comprar para preservação ambiental e não tocar. Até aqueles que querem adquirir e querem explorar florestas, por exemplo, através da lei de florestas públicas. Então o interesse apareceu. O que eu faço um pedido aqui que vocês ajudem esse país, é que todas as relações que vocês têm e eu tenho dito isso para os INCRA regionais, para os proprietários, para a CNA que está aqui presente, antes de adquirir um imóvel rural que as pessoas procurem o INCRA e perguntem, façam só uma pergunta: Em nome de quem está matriculada essa imóvel, área? É a matrícula que vale. Não o registro. Eu posso registrar em 15 cartórios. A matrícula está em nome de quem? E esse País precisa se encontrar na fiscalização fundiária. Eu fiquei muito feliz a semana retrasada quando o estoque de reservas do País supera o total de endividamento. O meu sonho é na regularização fundiária. Desde 1500 até hoje, o País precisa se encontrar. Esse recadastramento que estamos fazendo agora em 36 Municípios (soa a campainha) ele é o início de um trabalho que nós vamos dar segmento na Amazônia Legal, mas não só. É preciso dizer se a terra é pública, se é privada, se ela é pública estadual, se ela é pública federal, e dar um destino a essas terras. Para quê? Para dar legitimidade e titularidade a quem efetivamente ocupa essas áreas. Quer produzir, quer proteger o meio ambiente. Eu diria o futuro chegou. O futuro chegou. Tudo que os ambientalistas diziam, o futuro do Brasil em termos de agricultura... Ele está aqui. E nós precisamos da ajuda dessa Casa, do Congresso Nacional, para que órgãos como o INCRA, independente do gestor de plantão aplique uma lei adequada ao tipo de desenvolvimento que o País quer. Esse pra mim é o ponto central. Obrigada.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS)** – Obrigada, Dr. Rolf. Passo a palavra ao Dr. Fernando Queiroz.

**SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA** – Obrigada, Senadora. Eu gostaria de atender aqui até a solicitação do Senador Renato Casagrande justamente até para, vamos dizer assim, colocar em termos práticos uma investigação que em razão até da demanda da questão da COOL EARTH que foi inclusive da Câmara dos Deputados foi encaminha-

do um documento pedindo ao então Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda que investigasse essa Organização Não-Governamental em relação à aquisição de terras e possível venda dessas terras para pessoas no exterior. Na realidade, essa ONG COOL EARTH, no dia 5 de junho de 2007, dia mundial do meio ambiente, ela lançou oficialmente seu programa de proteção às florestas tropicais no seu sítio COOL EARTH.ORG seu mote principal de atuação anunciou a venda de cotas de patrocínio para a preservação de florestas tropicais situadas no Brasil, nos Estados do Amazonas e Mato Grosso, além do Equador na região costeira no Estado de Esmeraldas. Informações disponibilizadas no site, no sítio da ONG afirmam que as florestas tropicais são feitas de carbono vivo, e que em um acre de floresta tropical estariam armazenadas mais de 260 toneladas carbono. No período de um ano, segundo informações disponibilizadas, a destruição de florestas tropicais ao redor do mundo liberaria mais carbono na atmosfera contribuindo para o aquecimento global do que todos os Estados Unidos da América. Ainda conforme a COOL EARTH, 1/4 das emissões mundiais de carbono são originárias do desmatamento. Dessa forma, ajudar a COOL EARTH a combater o desmatamento seria o primeiro passo para resolver a questão do aquecimento global. O sítio ainda possui uma estrutura dividida em três partes principais. A primeira parte detalhada como funciona a iniciativa da COOL EARTH. Essa primeira chamada HOW IT WORKS, está dividida em três seções distintas: A seção de THE RESOURCE, detalhando a questão dos recursos florestais e a sua importância para o planeta; na seção THE PROBLEM é tratado o problema do aquecimento global ligando o desmatamento; e na seção THE SOLUTION é dada a solução para o problema apresentando as propostas da ONG para o desmatamento das florestas tropicais.

Tal solução seria de contribuir financeiramente com a ONG para que ela possa manter a floresta em pé, apoiando as comunidades locais. Em apoio às comunidades locais seria feito no sentido de fortalecer essas comunidades garantindo seu bem estar social empregando comunitários locais na proteção das florestas, construindo centros de saúde e educação.

Em 2007 havia durante o recebimento do patrocínio, se totalizaram aquisição de 32.112 acres na Amazônia. Em março 2006 os principais veículos de comunicação nacionais e estrangeiros deram destaque a proposta a compra maciça de terras na Amazônia por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. A campanha foi promovida pelo bilionário sueco, radicado no Reino Unido, John Eliasch. (soa a campanha) De acordo com o jornal inglês Sunday Times, ele tem um patrimônio

de 355 milhões de libras esterlinas ou cerca de um bilhão e quatrocentos milhões de reais. Ele acha e tem afirmado publicamente que aquisição de todas as terras na Amazônia demandaria um volume de recursos estrangeiros na ordem de 50 bilhões de dólares.

Segundo fontes do Ministério do Meio Ambiente, é provável que Eliasch tenha adquirido as terras da madeireira GETHAL, aproximadamente 60 mil hectares, localizados nas duas margens do Rio Madeira, no Município amazonense de Manicoré. Com base nas informações obtidas nessas e nas outras fontes a hipótese que até o momento se sustenta para explicar é que a transação fundiária é que Eliasch teria adquirido controle acionário de uma das empresas controladoras da GETHAL Amazonas já que o próprio empresário sueco declarou a imprensa ter desativado uma madeireira que funcionava em suas terras recém adquiridas na Amazônia. É importante acrescentar que a GETHAL que se encontra com suas atividades paralisadas desde o final do ano de 2006, tendo inclusive demitido mais de 700 empregados é atualmente controlado pela Brazil Forest Fund(F) Investment. Fundo de investimentos que adquiriu o controle da empresa em 2000 e é administrado pela empresa americana GMO, Renewable Resouces. É uma empresa especializada na compra e exploração de florestas em todo o mundo. Controlava cerca de 5.709 quilômetros quadrados em 2004, e hoje sendo 1.075 quilômetros quadrados de Amazônia brasileira. É uma divisão da GMO, LCC, Holding internacional de investimentos que administra mais de cem bilhões de dólares está sediada em Boston, Massachusetts, Estados Unidos.

Portanto é possível que Eliasch tenha na verdade adquiridos a maioria das cotas de participação acionária no mencionado Fundos de Investimentos da GMO-RR por meio de operações financeiras no exterior. E segundo a própria GETHAL, caso Eliasch tenha feito um negócio envolvendo a empresa, a transação se deu através da GMO no exterior, hipótese que explicaria a ausência de registros de transações fundiárias nos órgãos de fiscalização brasileira. É importante acrescentar também que segundo o representante do Banco Central do Brasil, em se tratando de aplicações no Brasil de fundos estrangeiros de investimento, é necessário o registro das mesmas, junto a autoridade fiscalizadora. No caso o próprio BACEN via registro declaratório eletrônico do sistema BACEN, ou junto à Comissão de Valores Imobiliários. Porém, no caso de investimento direto e não de aplicações do mercado financeiro, o que seria o caso do BFFI, pois esse último, conforme declarações da CVM não possui registro naquela instituição. Não é necessária a declaração da composição acionária do fundo, situação em que im-



pediria o estabelecimento de uma possível vinculação direta entre Eliasch e o BFFI.

Isso é justamente para dar uma idéia de como a entrada de capital estrangeiro ela é até facilmente burlada pela falta de legislação que controlasse esses investimentos vindo diretamente através da aquisição de algumas empresas através de capital estrangeiro feito inclusive no exterior aonde não se passa por nenhum registro federal a compra dessas terras.

Temos alguns dados aqui inclusive quanto ao John Eliasch e aos outros, vamos dizer assim, membros da COOL EARTH que é onde vocês vão ver que na realidade toda a base de formação deles são em economia. E na realidade não teria muito direcionamento talvez nem vinculação à questão do meio ambiente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS)** – V.S<sup>a</sup> poderia nos deixar uma cópia desses documentos? Ou depois nós poderíamos solicitar? A gente poderia solicitar oficialmente porque acho que é importante para todas as nossas Comissões.

Portanto, agora vamos passar então à fala e a discussão dos Srs. Senadores. Primeiro o Senador Gilberto Goellner, depois o Senador Sérgio Zambiasi e depois o Senador Valter Pereira. E na segunda leva, Senador João Paulo, Osmar Dias e Flexa Ribeiro. Portanto, Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT)** – Obrigado, Presidente, Senadora Marisa, componentes da Mesa que tão bem explanaram esse assunto. Eu gostaria de dar minha contribuição iniciando por caracterizar o motivo que tem levado alguns produtores brasileiros a até se desfazer dos imóveis para grandes grupos ou de produtores locais, ou até para investimentos estrangeiros que estão acontecendo aqui e que realmente, por trás disso aí, desse capital, existe interesse em fundos de investimento em outras bolsas mundiais e que estão vendo na agricultura brasileira uma grande oportunidade de negócio. De resultados econômicos. Por quê? Porque as bolsas cada vez com o decréscimo que existe dos negócios internacionais em todo mundo, estão vendo na possibilidade da agricultura brasileira uma oportunidade de negócio, de resultados.

Então, isso aí é um movimento muito intenso, muito intenso, grande grupos nacionais já se colocaram em bolsas do exterior, na bolsa brasileira também, a BMF, e estão tendo oportunidade agora de ter sócios de fundos que aqui vem para aplicar recurso, mas são fundos compostos pela... Como o senhor realmente colocou, não se sabe o tamanho do investidor. Desde a velhinha viúva, ou o velho lá dos Estados Unidos que sobram profissional liberal, todo mundo é acionista. E

na Europa também e na Ásia. Hoje tem interesse do mundo inteiro do agronegócio brasileiro, principalmente olhando do lado do suprimento de alimentos que o Brasil terá ainda para o futuro, uma responsabilidade grande de fornecer alimento para o mundo, mas também no suprimento da bioenergia.

Então, em vista disso, já existem empresas que foram colocadas na bolsa. Já foram... Já têm sócios estrangeiros.

Então, não é uma especulação direta em ter um imóvel, em aumentar as propriedades, em se localizar uma pessoa física do exterior que está vindo para cá. São fundos de investimento, esses sim, estão vindo com muita vontade, que estão vendo que a transformação das pessoas físicas em pessoas jurídicas aqui no Brasil, o produtor que fazia tudo em nome dele, dos filhos, ele agora passa a constituir uma empresa jurídica. Pra quê? Para poder inclusive receber parceiros. Mas, o grande questionamento que eu faço e isso aí então eu acho que o parecer da AGU vai ser importante porque esse capital é um capital aberto, acho que o Brasil não pode ter restrição principalmente porque já aconteceu o que nós já temos para não atingir a imagem do País quanto ao direito privado.

Agora, o grande questionamento é o seguinte: Por que não se coloca as mesmas condições desse capital estrangeiro que está vindo aqui para auxiliar a agricultura brasileira possivelmente com condições de recursos financeiros disponíveis em outros países e que aqui são aplicados, e o produtor daqui está se valendo dessa oportunidade para sair fora da situação em que ele se encontra. Ele se encontra normalmente endividado, e é por isso que ele está cedendo esses imóveis, ele se encontra endividado pela situação que ocorreram nos últimos anos, por decréscimo de renda, por ter investido, aumentado áreas de plantio, não vamos falar em desmatamento, não foi em desmatamento, são áreas de pastagem que foram às vezes incorporadas, a pecuária não está dando bom resultado, a agricultura passa a dar um resultado melhor.

Então, são oportunidades que estão acontecendo de capital, de entrada de capital melhor do que é oferecido internamente. Que os custos financeiros aqui do País, o custo financeiro é muito alto, e a agricultura se encontra numa situação delicada. Então esse movimento vai acontecer muito daqui para frente, e eu vejo que não é um movimento especulativo de compra de terra, e sim de negócio composto por negócio de bioenergia, por agroindustrialização, é um conjunto de... é um componente conjunto. Uma parte do etanol, na parte da industrialização, e na parte também de reflorestamento com aproveitamento da madeira para fins energéticos.



Então, eu vejo que é muito oportuno esse momento aqui para que realmente o parecer da AGU tenha esse parecer de 97 realmente tenha uma consolidação final, e esse assunto deve ser debatido, sim. Acho que é muito importante o momento e vamos ver o que podemos contribuir aqui no Senado Federal.

*(troca de presidência)*

**SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – O próximo Senador a usar da palavra é o Senador Sérgio Zambiasi, que aliás é autor da PEC que propõe a redução da faixa de fronteira de 150 para 50 quilômetros, que é um assunto de extrema importância. Lembrando que o Presidente do INCRA esteve aqui no dia 15 de maio do ano passado quando esse assunto foi discutido e por um requerimento de minha autoria houve aqui um compromisso do Presidente do INCRA de solucionar ou pelo menos encaminhar solução para o problema de faixa de fronteira, que marcaria uma reunião da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e nada disso até hoje aconteceu, talvez fosse oportuno a gente tratar desse assunto também. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Obrigado, Presidente Osmar Dias. Cumprimento os componentes da Mesa, Dr. Fernando Rolf que para nossa alegria é gaúcho, portanto tem uma experiência grande na área, não por ser gaúcho, mas por ter trabalhado intensamente na área que hoje preside e Dr. Ronaldo da AGU. E efetivamente a PEC de minha autoria de 2006. E está havendo inicialmente, assim para deixar claro, uma grande confusão com relação à própria PEC. A PEC não está preocupada em discutir plantação de eucalipto ou presença ou não de estrangeiros. A PEC ela está muito mais voltada com uma questão de integração. O Dr. Segóvia sabe que dentro de mais alguns dias a Polícia Federal mais o Ministério da Justiça já deverá estar distribuindo o primeiro documento que começa a identificar o cidadão mercosulino, que é a carteira de fronteiriço. Parece que agora em abril saem as primeiras carteirinhas que estabelecem essa relação histórica que já existe nas fronteiras. Especialmente do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, os povos ali da Argentina e do Uruguai, especialmente.

Então, nós estamos tratando acima de tudo de uma relação de pensamento mercosulino, sul-americano, uma visão, um conceito de cidadania continental, regional que acho que nós vemos os europeus, não importa do País, se apresentarem como europeus. São europeus. Podem ser italianos, portugueses, ingleses, austríacos, mas são europeus. Os asiáticos também. São asiáticos. E nós não somos sul-americanos. Nós

somos brasileiros. Nós não temos uma visão latina. Sul-americana. Isso é muito dessa relação de conflito com o conceito de fronteira. O primeiro conceito de fronteira nasceu com a lei das terras do império em 1850. Quando o império estabeleceu uma faixa de 10 léguas, ou do tiro do canhão, que dá uns 66 quilômetros. Estabeleceu um limite necessário para a época, inclusive, uma visão de proteção das nossas margens. Acho que a época, a lei realmente chegou numa hora boa. Posteriormente, em 1934, em 1937, foram na realidade os dois últimos movimentos efetivos que se tratou de faixa de fronteira. Em 1934 a faixa foi ampliada para 100 quilômetros e em 37 a Constituição... Foi a Polaca, se não me engano a 37, que ampliou para 150 quilômetros. De lá pra cá surgiram umas leis, mas o conceito de faixa permaneceu nos 150 quilômetros. E a PEC finalmente traz, Senador Osmar, essa discussão para o Congresso Nacional porque esta é a nossa obrigação, trabalhar na questão da legislação que no próprio conceito do Presidente do INCRA, Rolf, está já ultrapassada. E, portanto, nós temos que de alguma maneira rever. Eu considero que há muito preconceito com relação às fronteiras. Que eu considero muito bem estabelecidos e guardados nas fronteiras mais habitadas, a nossa Polícia Federal faz o seu papel plenamente. Está lá vigilante, presente, e fazendo o seu trabalho, apesar... O nosso problema é o tamanho da fronteira que são 17 mil quilômetros. É muito fronteira. Portanto guarnece-la é realmente bastante difícil. Especialmente nos dias de hoje, não sei se o Osmar já fez a viagem que o Exército eventualmente proporciona a Parlamentares para conhecer a Amazônia. E a questão de guarnição de fronteira é uma coisa tão fragilizada que eu lembro do depoimento do General, o comandante é lá o quarto Exército da Amazônia, não me lembro agora o nome. General Augusto Heleno. É o atual, mas foi o anterior. Ele ao fazer a primeira palestra, nos acolher lá em Manaus, ele dizia o seguinte: Olha, provavelmente tudo que nós estejamos falando nesse momento alguém esteja ouvindo. Porque os sistemas de escuta hoje através dos satélites já não permitem mais muitos segredos. Realmente aquilo ficou muito marcado em mim. Então é para mostrar que realmente mudou tudo. Mercosul trata já de uma carteira de cidadão fronteiriço que dá condições ao brasileiro que more a 25 anos no Uruguai possa no Uruguai ter os direitos de um cidadão uruguaio. O brasileiro que more há 25 anos na Argentina tenha na Argentina, o protocolo já foi assinado não está em vigor ainda, mas já existe. Tem essa mesma condição, vem com o Paraguai, vem com a Venezuela, tão logo ela for membro pleno com direito a voz e voto no Mercosul, espero que logo

aconteça, independente da presença do Chávez. Nós precisamos ampliar o conceito de Mercosul.

Mas o problema mais grave que eu considero Presidente, Presidente Rolf, é esta confusão que se estabelece quando nós estamos buscando mudar o conceito de faixa de fronteira e imediatamente se mistura com a questão da aquisição de terras por estrangeiros. Aliás, essa questão da aquisição de terras por estrangeiros, o próprio Presidente Rolf pode explicar aqui ao Plenário o quanto essa situação é complexa a medida em que tem um detalhezinho na lei que passa muitas vezes despercebido que chama-se de pesquisa de cadeia dominial. O Presidente Rolf poderia dizer aqui ao público até onde vai esta pesquisa. Até onde ela pode chegar retroagindo em séculos uma pesquisa dessas para o estrangeiro ser proprietário. Então a própria exigência dessa pesquisa (soa a campainha) ela protege muito bem a questão da propriedade brasileira. E nesta mesma linha de discussão eu percebo que enquanto nós estamos restringindo investimentos de fronteira, nós olhamos para o litoral do nordeste brasileiro, dou apenas um exemplo aqui, lá a cem quilômetros de Recife, Praia do Porto, não conheço, onde uma empresa estrangeira adquiriu 500 hectares, vai construir quatro mil casas que vão ser vendidas para europeus.

(soa a campainha)

**SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Senador Zambiasi, como há vários inscritos, eu peço a V.Exª que parta para a conclusão.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Estou concluindo, Presidente. Então eu queria só deixar... é mais uma questão de informação, Senador Osmar Dias. Eu quero completar, a pergunta eu já fiz para o Rolf. Quantos Municípios estão na faixa de fronteira no Brasil? 598. No nosso querido Paraná, 139. No Rio Grande do Sul, 198. No Mato Grosso, da nossa Senadora Marisa Serrano, Mato Grosso do Sul, 44. Mato Grosso, 28. Santa Catarina 82. Amapá 8, Pará 5, Roraima 15, Amazonas 21, Acre 22, Rondônia 27. A lei prevê prioridades de investimento. Na Amazônia, esse elemento básico, prioridade dois, urbanização, prioridade 2 urbanização, prioridade 3 demais setores. Nas demais regiões do País, nos Municípios de fronteira a União deveria... Ela dá como prioridade de investimentos Municípios de interesse de segurança nacional nas faixas de fronteira. Quais são? Municípios mais novos ou mais carentes? Quais são? Municípios fronteiriços, o que é Município fronteiriço, e demais Municípios na faixa de fronteira. Então ela estabelece uma espécie de discriminação com relação a Municípios que encontram-se em faixa de fronteira já criando enormes dificuldades. E é bom sempre saber que a

faixa de fronteira ela não é só... Vou repetir, eucalipto. Ela é investimento em carvão. Que exige dos estrangeiros. Ela é investimento em energia eólica, que exige sócio-estrangeiro, ela é investimento em energia hídrica, que exige sócio-estrangeiro, nós ficamos concentrados apenas na propriedade da terra quando essa questão é muito maior. Acho que o debate é muito rico e necessário, até para que se esclareça se tire esse véu sobre estes conceitos de faixa de fronteira que como disse muito bem a Marisa Serrano, se a Europa fosse preocupar-se com faixa de fronteira não haveria, não existiria a União Européia. E nós estamos aqui defendendo a União sul-americana que seja através do Mercosul, ou de um outro instrumento que possa nos aproximar mais, inclusive para evitar conflitos como este que nós estamos vendo ali junto à Colômbia, o Equador e a Venezuela, e cuja participação no sentido de minimizar esse tensionamento, o Brasil tem participação fundamental. É isso, Presidente.

(troca de presidência)

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Primeiramente quero agradecer Senador Osmar Dias, que esteve aqui conduzindo, a Senadora Marisa Serrano, e vamos de imediato passar a palavra ao Senador Valter Pereira.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Sr. Presidente, senhores convidados, eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer algumas indagações pontuais, e obter as respostas também pontuais. Não estou perturbando V.Exª, Sr. Presidente? Então, Sr. Presidente, o que eu suscitei aqui é o seguinte, é que eu gostaria de fazer algumas indagações pontuais e gostaria que fosse respondido no momento imediato. A primeira indagação eu vou me reportar ao Dr. Rolf, foge um pouco a essa temática que foi desenvolvida durante essa primeira parte aqui desta Audiência Pública. Nós não poderíamos deixar de abordar a questão da Reforma Agrária quando a gente está aqui em companhia da mais alta autoridade sobre o assunto que é o Presidente do INCRA. E é a ele que vou fazer a primeira indagação. Quanto que o INCRA investiu no ano passado e quanto que pretende investir neste ano em assentamentos, incluindo não só indenizações por desapropriação, como compras de terras, e também na manutenção dos assentamentos. Se V.Exª tem essa informação. É o que eu propus para fazer um pinga fogo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Eu pedi antes que faria um bloco de três, o senhor é o terceiro que está falando e depois terão a resposta de tudo que se foi feito com os de-

mais porque falta a resposta dos Senadores anteriores ainda.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Por isso que eu suscitei aquela Questão de Ordem no início para que me fosse autorizado fazer esse tipo de abordagem, que é o mais adequado para fazer um diálogo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Então o senhor conclua todas as perguntas e depois já lhe dar as respostas, que é o ideal.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – A segunda indagação que eu gostaria de fazer é se o Governo tem feito assim um acompanhamento in loco da situação dos assentamentos, como estão os assentados, e se pode informar, por exemplo, o resultado desses assentamentos, dessa política de assentamentos, de Reforma Agrária que têm sido implantada em nosso País. Inclusive, apontando um índice mesmo que não seja acabado, mas um percentual assim das emancipações desses assentados se o INCRA tem conhecimento que nesses assentamentos está havendo muita transação, o assentado que entra e vende, o assentado que entra e depois abandona, se tem esses números também.

O INCRA tem dois métodos, duas modalidades para adquirir a terra. Uma delas é a desapropriação e a outra é a compra. Eu gostaria de saber se o comando central do INCRA tem orientado as Superintendências quanto aos critérios que devem ser observados para escolher a compra ou a desapropriação. Se existe esse critério por parte do INCRA e se ele tem repassado para as Superintendências.

O INCRA, quando vai fazer uma desapropriação, ou fazer uma compra, tem que observar, pelo menos aqui no caso das compras, na desapropriação não vai ser diferente, o que dispõe o art. 3º do Decreto 433, que diz o seguinte: Não serão adquiridos imóveis rurais inadequados para a implantação de projeto de assentamento ou que por suas características e peculiaridades não devam ser utilizados em atividades agropecuárias. Segundo o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Renováveis. A resolução diz ainda no art. 5º, na letra A o seguinte. O Diretor de Recursos Fundiários do INCRA constituirá a Comissão composta lá nos termos do art. 7º desse Decreto para proceder vistoria e avaliação do imóvel ofertado. Aí vem lá aspectos da vistoria. A utilidade do imóvel para o fim de Reforma Agrária, suas características agronômicas, topográficas, climáticas, hídricas e viárias. E a letra B. A existência na região de situação do imóvel de infraestrutura do serviço de saúde, educação, transporte, armazenamento, eletrificação e comunicação.

Então, qual é o peso que tem o laudo no momento em que se escolhe uma área para ser desapropriada ou para ser adquirida por compra? Se o senhor tem conhecimento de que essas regras estão sendo desobedecidas em algumas Superintendências, ou talvez na totalidade delas. Se o senhor tem conhecimento, por exemplo, que em Mato Grosso do Sul a Superintendência tem desobedecido essas regras e promovido tanto uma modalidade como outra de compra ou a de desapropriação de terras completamente estéreis, impróprias para a agricultura. E se isso não coloca em risco o investimento que está se fazendo, já que é sobejo por todos nós que uma terra estéril, uma terra imprestável para a agricultura exige investimentos, exige tecnologias para as quais os lavradores, os sem-terra não têm condições financeiras de bancar. Se o INCRA tem conhecimento que lá no Estado têm várias propriedades em péssimas condições que estão sendo adquiridas e que estão entrando num processo de assentamento, e deixando os lavradores em condições deploráveis, frustrando expectativas, frustrando sonhos, esperanças desses lavradores.

Outra indagação. Nos assentamentos que têm sido implantados em Mato Grosso do Sul, observa-se claramente a intenção de engordar as estatísticas de assentados. E para isso o que se faz é o seguinte. Onde se implantava parcelas de 18, 20, 22 hectares, hoje estão se implantando parcelas de 10 hectares, de oito hectares até. E pior, estão fazendo esse parcelamento em terras completamente imprestáveis para a atividade agrícola. Se o INCRA não entende que ao agir assim não está jogando dinheiro fora, não está colocando em risco os resultados da Reforma Agrária. Porque no nosso entendimento, a Reforma Agrária não pode cingir-se apenas a... distribuir a terra, mas sim a tornar, aquele que é lavrador sem terra em produtor rural. Ele se não conseguir a emancipação, ou seja, se ele não transformar, se ele não mudar a vida dele e passar a ser alguém que realmente deixa de ser um párea, deixa de ser um excluído e passa a ser um integrante, a Reforma Agrária perde completamente o sentido e o objetivo: Se o INCRA tem tomado conhecimento que nesses assentamentos há uma inobservância também das normas ambientais. Eu tenho aqui, Dr. Rolf, uma notícia de uma multa que foi aplicada pelo IBAMA ao INCRA de dois milhões de reais em Mato Grosso do Sul. Dois milhões de reais. Por quê? Porque no Estado as normas ambientais estão sendo transgredidas. E essas transgressões estão se dando com a leniência do próprio INCRA... com a leniência do INCRA que assiste a tudo e cria a condição para que isso aconteça. Eu vou aqui dar um exemplo para o senhor. Fazenda Teijin. Na fazenda Teijin, o INCRA colocou os lavradores



antes do parcelamento, e isso também é uma prática muito comum lá no Estado, quando se faz a desapropriação, ou se adquire a propriedade, o INCRA já emite os lavradores na terra. Sem fazer o parcelamento, sem criar as condições. Por quê? Porque no momento que ele emite ele já começa a contabilizar que aqueles lavradores já passam a compor aquele número que é o que busca, que tem procurado buscar o INCRA. Aí, o que é que acontece? Os lavradores entram sem as mínimas condições, sem recursos, e começam a derrubar, fazer derrubadas. E lá fizeram derrubadas. E mais grave que isso, Sr. Presidente, instalaram dentro do assentamento, esse isso não é culpa dos lavradores, o sujeito está dentro do assentamento em condições de absoluta precariedade e sem recursos, instalaram lá carvoarias. Então dentro dos assentamentos, a exploração que se faz...

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Valter Pereira, me permite é quem estava presidindo antes, a Marisa Serrano, deu cinco minutos. Porque a quantidade de Senadores inscritos faz com que... Até porque daqui a pouco começa outra Sessão de Plenário. Gostaria que V.Ex<sup>a</sup> entendesse e pudesse encerrar ou completar.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Já vou encerrar. Então, se o INCRA tem conhecimento que estão sendo instaladas carvoarias, que estão sendo transgredidas essas normas ambientais que resultaram inclusive nessa multa. Eu acho que essas daqui são as principais indagações que eu gostaria de fazer.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Eu gostaria de colocar... Como o Senador Osmar Dias, ele me perdoe, que eu confundo com o irmão dele toda vez, embora que a amizade com ele é tão grande e maior até. Aqui foi colocado dois grupos para a Mesa dar resposta. Eu colocaria que fizesse num grupo só.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – A proposta era essa, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado. E que nós ouvíssemos os outros três Senadores, quatro, e depois os debatedores dão a resposta.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – V.Ex<sup>a</sup> adivinhou o que eu iria pedir pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Muito obrigado. Foi transmissão de pensamento do eminente Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Sr. Presidente, senhores que estão compondo a Mesa desta

Audiência Pública, e de um debate tão importante, eu quero aqui começar registrando a atenção dos três Senadores que propuseram esse debate, e ele é um debate importante porque chama atenção do Senado da República, acho que essa matéria, nós devemos desdobrar em outras discussões, com todo carinho que eu tenho pelo Senador Valter Pereira, mas eu acho que nós precisamos retomar esse debate sobre a questão fundiária no Brasil, a questão fundiária no Brasil. Interessante que no que diz respeito à faixa de fronteira, a década de 30 ela foi duríssima. E lá foi um Presidente Getúlio, hoje nós temos um Senador gaúcho propondo uma outra faixa de fronteira e o Presidente do INCRA também gaúcho. Veja só. Então o que eu quero chamar atenção? É um debate importante. Acho que nós temos novos paradigmas, novos componentes para tratar esse tema. O tema do estrangeiro tendo acesso às terras. Que terras? Terras públicas? Terras privadas? Aonde? Na área rural? Urbana? Acho que nós precisamos detalhar melhor isso, e não tratar isso de forma linear. Eu quero chamar atenção no que diz respeito a faixa de fronteiras. Tem uma PEC sendo discutida aqui, há 15 dias atrás eu acompanhei pelo rádio o debate, iniciativa do nosso colega Senador Zambiasi, e já é um avanço, mas para o Brasil de hoje, para a economia de hoje, para a sociedade de hoje ela ainda é tímida. Eu quero chamar atenção para isso. Propor 50 quilômetros e ele deixa a Amazônia com 150. Eu vou entrar nesse debate e vou propor a diminuição. Vou fazer uma PEC diminuindo. Eu tenho um outro conceito. Primeiro vamos entender isso. Quando o Brasil começa, quando os europeus chegaram aqui no Brasil nós já tínhamos uma faixa. Tratado de Tordesilhas. E sempre vêm grandes faixas, grandes concentrações. A concepção dos anos 30, veja só, a faixa de fronteira de 150, estou me atendo a essa questão, é a concepção da geopolítica, das relações econômicas, culturais, dos anos 30. O Brasil começava o seu parque industrial, o Brasil começava a ir para o interior do Brasil.

Então, nós precisamos romper com isso. E ter um número levando em consideração a nova realidade. Nós temos uma nova realidade. Então, veja só, agora, o estrangeiro... Qual é o contexto hoje dos estrangeiros em ter terras na Amazônia? Eu sou lá do Amazonas. Do maior Estado da federação, com aquela floresta imensa, com fronteiras, tem 20 Municípios que compõem a fronteira com Colômbia, com a Venezuela... (soa a campainha) Eu quero dizer o seguinte, nós precisamos ter rigor. Essa relação, por exemplo, informação dos cartórios, o padrão dos cartórios é de uma fragilidade, Presidente. Informa, não informa... Como é que é isso? Os cartórios, a política, a relação com o proprietário do cartório, o dono do cartório é muito



frágil. Precisamos mudar isso. Na Amazônia, em terras públicas, nós precisamos aumentar o rigor do acesso a terras públicas a estrangeiros. Nós precisamos mudar isso. Por quê? A questão também não é mais a terra. Tem um setor que trabalha... Não é nem mais a terra. É a floresta, é madeira. É madeira. Não é a terra. Engana-se quem pensa que a discussão é só terra. Não é terra. É madeira.

Então, o nosso olhar do ponto de vista da relação dos estrangeiros com a territorialidade, nós temos que colocar o componente cultural, biológico, genético... Acho que são esses... E isso é novo. Como é que é? O estrangeiro vai ter 300 mil hectares de terra com potencial, com espécies ali que nós nem estudamos ainda. E fica por isso mesmo? Nós vamos ser bobinhos nesse debate? O componente ambiental tem que estar presente. Não tem jeito, Presidente Rolf, que é um grande gestor do INCRA. O INCRA continua como instituição tendo um papel estratégico no Brasil. Estratégico. Principalmente na Amazônia. Principalmente na Amazônia brasileira. O INCRA joga um papel importante. Agora, não é só INCRA, não. Eu levantei anteriormente os cartórios. A gente precisa ter uma legislação nova. Nós precisamos. Todos nós. E eu penso que o Senado está chamado a enfrentar esse debate e nós disciplinarmos. Faixa de fronteira, tem que ser um outro número, tem que ser uma outra, porque a realidade é outra, econômica, social, geográfica, política... é outra. E terras estrangeiras com esse componente ambiental, genético, e de respeito também de reconhecimento que a sociedade brasileira não olhava para as populações tradicionais, até hoje olha com muita má vontade, o Estado Brasileiro, estou falando do Estado Brasileiro com má vontade às populações tradicionais, os povos indígenas, os ribeirinhos, o castanheiro, o seringueiro... Então nós temos que ter uma legislação fundiária levando em consideração esses elementos que compõem a nossa nação, e ter sim um padrão de rigor, de fiscalização, de critérios do ponto de vista do estrangeiro ter acesso às nossas terras. Porque não tem só terra. Não é só terra, não. É madeira. É vida. É riqueza. Nós precisamos fazer esse debate. Essa é a minha contribuição, a minha manifestação. Parabenizar o Senador Zambiasi pela sua proposta e todos Senadores que estão fazendo essa discussão. Nós temos divergência, eu sei que tem divergência com a nossa Senadora representante aqui ardorosa do agronegócio, mas vamos construir de forma democrática porque acho que é possível compatibilizar o agronegócio com a economia familiar. Acho que é possível compatibilizar isso, mas o tema é terra, acesso dos estrangeiros com às terras, e eu quero chamar atenção que não é só terra, tem riquezas, têm lagos, rios, tem florestas, têm

as tradições, tem a cultura, e as grandes quantidades de terra, principalmente na Amazônia, nós precisamos ter muito cuidado do ponto de vista estratégico com esse território. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado João Pedro.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Presidente Neuto, uma Questão de Ordem só para esclarecer. A proposta de 50 quilômetros e de 150 quilômetros, para deixar bem claro, por que 50 quilômetros? Só tem só mais dois países da América do Sul com faixa de fronteira. Bolívia e Peru. São os únicos dois países. A exceção do Brasil que possuem faixa de fronteira. 50 quilômetros o Peru, 50 a Bolívia. É por isso que a Bolívia está usando está lei de faixa de fronteira para expulsar os brasileiros que estão lá. Esse é o conflito do nosso agricultor na Bolívia é este. A faixa de fronteira boliviana está expulsando os brasileiros que lá estão. O Peru tem 50, o Brasil 150. A proposta de preservar a Amazônia com 150 quilômetros foi um debate feito com o Exército, com Ministério da Justiça, Ministro Tarso Genro com quem eu falei, com o Ministro Jobim da Defesa, mas obviamente qualquer contribuição para melhorar será realmente bem-vinda. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Tá bom, Senador Zambiasi. Senador Osmar Dias.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Sr. Presidente, senhores convidados, eu tomei aqui a justificção do Requerimento assinado pelos Senadores Valadares e Casagrande, em que citam uma entrevista concedida pelo Presidente do INCRA, a Vinícius Mansur da Rádio Agência NP no dia 8/8/2007, e eu fiquei assustado com que eu li aqui. Diz o Presidente do INCRA. Em entrevista concedida a Vinícius Mansur, ele lista três conseqüências da aquisição de terras por estrangeiros. A primeira: "Tende a aumentar o preço da terra e dificulta o INCRA a fazer Reforma Agrária". A decisão que se tira disso é que o INCRA quer que as terras no Brasil se desvalorize e que o patrimônio dos brasileiros se desvalorize. Porque se essa é uma conseqüência que ele indica como negativa, eu tenho o direito de concluir isso, que o Presidente de INCRA deseja que as terras, que o patrimônio nacional seja desvalorizado. Segundo. "Tende a concentrar a propriedade da terra". Aí eu concordo. Terceiro, "tende a não preservar o meio ambiente porque a tendência é a monocultura, e a monocultura tem se mostrado um grande incentivador de destruição do meio ambiente". E aí tem uma manchete da Folha de São Paulo, jornal emprestado aqui pelo Senador Flexa Ribeiro, de 4 de março de 2008. "Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará". A frase do Presidente do INCRA é

completamente contraditória ao que está escrito na Folha de São Paulo, dia 4 de março. E o Presidente do INCRA, talvez não tenha olhado os números da balança comercial, os números que o agronegócio tem proporcionado ao País, e até quando o Presidente do INCRA cita as reservas, talvez ele não tenha se dado conta que em função exatamente do agronegócio e da balança comercial... Então há muita contradição nesse discurso, nessa retórica toda, mas eu fiquei preocupado mesmo com essas afirmações aqui porque acho que elas precisam começar a ser melhor discutidas, debatidas, principalmente por quem tem responsabilidade de ocupar um cargo público como é ser Presidente do INCRA. E por falar em responsabilidade o Presidente do INCRA esteve aqui em 15 de maio de 2007 e assumiu um compromisso público perante a nação brasileira, transmitido pela TV Senado de que faria uma reunião na Federação de Agricultura do Estado do Paraná ou na CNA para a regularização, para a ratificação dos títulos daqueles proprietários que haviam feito todo o trabalho e esse trabalho, Presidente, custou dinheiro. Proprietários, pequenos proprietários no Paraná. Lá no Paraná são 139 Municípios, como disse o Senador Zambiasi, e 43 mil propriedades que estão na faixa de fronteira. Esses proprietários eles foram convocados pelo INCRA que exigiu deles que se fizesse todo trabalho de buscar cadeia dominial, eles fizeram esse trabalho buscando lá no começo do século passado, de onde veio essa origem, a origem do documento de propriedade que eles têm, muitos andaram por sete, oito, nove comarcas requisitando documentos, pequenos proprietários gastaram 10, 12 mil reais para fazer essa juntada de documentos, tudo pronto desde o ano 99, 2000. Nós estamos em 2008. O INCRA não fez a ratificação, exigiu que os proprietários fizessem essa documentação, mas não fez a ratificação.

Então, a pergunta que eu quero deixar, primeiro louvando aqui a proposta do Senador Zambiasi, que eu acho, e vou fazer a pergunta também ao senhor, que é a seguinte. Por que existe essa faixa de fronteira? Nós não estamos num... No Mercosul falando em integração dos países do Mercosul? Porque por que é que é necessária talvez até para polícia federal essa faixa de fronteira? Não seria interessante que o Governo Brasileiro se preocupasse em manter estruturas na fronteira e desconsiderar essa faixa de fronteira que pra mim não tem mais nenhuma razão de existir, porque quem está mais oferecendo segurança nessa faixa de fronteira são os proprietários dessas áreas que estão ocupando essas áreas. Eles estão lá garantindo a segurança da fronteira. E a Polícia Federal evidentemente com o Exército, eu penso até que a PEC do Zambiasi é melhor do que existe hoje, mas eu acho

que não deveria mais existir é a faixa de fronteira. Eu não vejo mais justificativa para a existência da faixa de fronteira. Eu deixo essa pergunta para o Presidente do INCRA e pergunto: Por que não foram ratificados ainda os títulos de propriedade da faixa de fronteira e se eles serão ratificados e quando serão ratificados ou se todo esse trabalho dos produtores será perdido?

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado, Senador Osmar Dias. Passamos de imediato ao próximo orador inscrito que é o Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, Senador Neuto De Conto, Sr<sup>as</sup>. Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Convidados. Eu acredito, Presidente, que nós... E eu vou propor isso, nós precisamos fazer uma audiência, ou uma Comissão Especial para tratarmos exclusivamente da questão INCRA e Reforma Agrária. Porque nós estamos tratando aqui nessa Audiência Pública da questão de terras adquiridas por estrangeiros, e tenho certeza que o Senador Valter Pereira não perguntou 20% do que ele gostaria de questionar a respeito da ação do INCRA no Mato Grosso do Sul. Eu digo, Presidente Neuto De Conto, que com relação ao Pará, que é o Estado que tem o maior número de assentamentos do INCRA na federação brasileira, eu iria ocupar três vezes o tempo que o Senador Valter Pereira ocuparia.

Então eu quero propor desde já que nós façamos, acredito que não uma Audiência Pública, eu vou conversar com o Senador Valter Pereira, vou conversar com os outros Senadores, Senador Romeu Tuma propôs isso no Plenário semana passada, criar uma Comissão Especial, que não chegue a uma CPI. Já temos muitas CPIs já para serem administradas, mas uma Comissão Especial que a gente trate especificamente, Senador Valter Pereira, da questão INCRA-Reforma Agrária. Porque eu tenho algumas questões a fazer e vou fazê-las, com relação à questão de aquisição por estrangeiros de terras na Amazônia, mas o Senador Osmar Dias já fez um questionamento que eu também faria porque está no Requerimento desta audiência, as afirmativas do Dr. Rolf a um repórter numa entrevista. E aí tem a Folha de São Paulo, no caso do Município de Tailândia, que está na mídia, o Município de Tailândia é um Município que fica a 220 quilômetros de Belém. Ele hoje está sendo ocupado pela Força Nacional, pelo Exército, pela Polícia Federal, pela Polícia Militar e pela Polícia Civil. É uma terra sitiada. É como se tivesse em estado de guerra. A população ordeira, trabalhadora daquele Município, tem medo até de sair à rua. Quanto mais de trabalhar. E aí vem a Folha de São Paulo e diz que toda essa ação que está sendo feita lá é em função de desmatamentos irregulares.

E que ninguém concorda com isso. Não tem nenhum brasileiro que possa levantar a voz para defender o desmatamento ilegal. Agora, também nós não podemos penalizar uma população por omissão do Governo. Porque o Governo, e agora o Governo do meu Estado do Pará, porque ao final de 2006 a responsabilidade da aprovação dos projetos de manejo foi transferido do IBAMA para as Secretarias de Meio Ambiente, tem lá novecentos e tantos projetos parados na Secretaria de Meio Ambiente que não são aprovados. E não se diz porque é que não são aprovados. Isso já era com o IBAMA, já havia essa intenção deliberada do IBAMA, eu mesmo tive em várias audiências com o Presidente do IBAMA, com o Dr. Rolf, com a Ministra de Meio Ambiente, inclusive uma no Palácio do Planalto com o Subchefe da Casa Civil. E nada foi feito, e nada vai ser feito. Porque há uma intenção deliberada de não se atender a questão do manejo florestal, a questão do uso consciente, racional, tecnicamente sustentável das riquezas florestais.

Então eu perguntaria, teria esse questionamento a fazer ao Dr. Rolf, que está provado, está provado que um dos agentes devastadores da floresta é, sem sombra de dúvida, a questão do assentamento. O assentado, por uma questão de sobrevivência, porque ele não é assentado, ele é abandonado à própria sorte. E não é deste Governo, não. Isso já vem de muito tempo.

Então, ele para sobreviver ele começa logo a vender a madeira, derrubar a madeira, e está aqui 150 mil hectares em Tailândia, exatamente onde está o conflito agora. Se formos para Santarém, aí vamos para um problema mais grave. O Superintendente, eu queria saber de V.S<sup>a</sup>, Dr. Rolf, tem conhecimento disso, de assentamentos fantasmas em Santarém. Inclusive o Superintendente do INCRA lá está respondendo a processo com relação a isso. Comprovado na estatística do Superintendente de Santarém de assentamentos inexistentes. E colocados como assentados para efeito de estatística. Nós não queremos saber, Senador Valter Pereira, qual foi o Governo que mais assentou. Nós queremos que dê dignidade àqueles assentados, que eles tenham sim o direito à terra, mas que eles tenham sim as condições de terem acompanhamento técnico e extensão rural, para que eles possam ter sobrevivência. Estradas para escoar os seus produtos. E o que nós vemos, lamentavelmente, é o uso eleitoreiro dos recursos no INCRA, no meu Estado do Pará. Não sei se nos outros Estados, mas no Estado do Pará é uso eleitoreiro. Vou repetir aqui o português bem claro das ações do INCRA no Estado do Pará.

Agora, com relação à questão das terras adquiridas por estrangeiros, e eu vou já deixar a proposta, vou fazer o requerimento para que se faça... Vou ver

regimentalmente, Audiência Pública não resolve. Nós temos que criar uma Comissão para aprofundar a questão INCRA-Reforma Agrária. E não vai ser numa reunião, numa Audiência Pública somente. Aí eu perguntaria aos nossos convidados que considerando que pessoas jurídicas estrangeiras só podem adquirir imóveis rurais quando consta nos seus estudos objetivos vinculados a implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais ou de colonização, art. 5º da Lei 5.709/1971, como é feita a verificação pelo Executivo da vinculação do empreendimento aos objetivos estatutários da empresa. Ou seja, você faz a alienação para a empresa estrangeira ou para o cidadão estrangeiro vinculado a um projeto. Quero saber se o Executivo acompanha a implantação do projeto, se ele verifica se o projeto foi implantado ou se fica só na letra morta. Você está com a terra para outros objetivos que não aquele que ele foi autorizado a adquirir.

Qual a estrutura física, pessoal e financeira de que dispõe o INCRA para o exercício de suas atribuições no tocante à autorização para aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira?

Terceira pergunta: Existe estatística relacionada ao número de pedidos de autorização para a compra de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira? Em caso afirmativo, ela está disponível? Como acessá-la? Como tomar conhecimento dessa estatística?

E a última, a imprensa, o Estado de São Paulo de 10 de junho de 2007 divulgou a intenção do INCRA de sugerir modificações na lei que dispõe sobre venda de terras objetivando maior controle sobre as negociações feitas por empresas estrangeiras. A matéria indicou ainda a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para analisar o assunto e apresentar proposta ao Congresso nesse sentido. Assim sendo, indago: Procede a informação? Em caso afirmativo, como anda os trabalhos do GT, do Grupo de Trabalho? Eram os questionamentos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. E como último Senador inscrito, é a Senadora Kátia Abreu.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Obrigada, Sr. Presidente. A última Senadora. Muito obrigada. Eu gostaria, Sr. Presidente, de em primeiro lugar agradecer a presença dos nossos convidados, que é uma oportunidade para o debate é sempre importante.

Com relação a essa questão da faixa de fronteira, e das propriedades que possam ser adquiridas por estrangeiros, nós temos que discutir muito a respeito disso. Eu me pergunto às vezes de onde tiram os números? De onde tiram os percentuais? 20 de reserva, noutro lugar 35, no outro 80. Baseado em quê? 60 de faixa



de fronteira, depois é 100, depois 150. Aí é o índice que esse hoje é outro. Então assim uma variedade de estatística e de números que baseado não sei aonde, no que. Eu gosto muito da ciência, eu gosto muito da academia. Eu acredito muito que essas coisas têm que ter explicação. Explicação lógica. Se o assunto é produção, tem que ser agrônomo. Se o assunto é economia, tem que ser Economista. Então essa faixa de fronteira, na realidade eu me preocupo com as nossas divisas, acho que a questão de segurança nacional é importante, mas na atual circunstância, eu não sei se vejo importância na faixa de fronteira. Exigir um percentual, uma quilometragem de faixa de fronteira. Até sugiro ao Senador Osmar Dias, que tem um projeto que foi retirado anteriormente por um acordo, que onde ele coloca 10 quilômetros. Eu sou a favor de zero. Eu sou a favor de zero. Você tem que fiscalizar as entradas do País, a Polícia Federal, fiscalizar as fronteiras, mas essa faixa e quem está nessa faixa é diferente, por quê? Baseado no que é que o produtor rural que planta soja a cem quilômetros da divisa é tratado diferente do que está fora da divisa? Outra coisa que eu gostaria de deixar aqui para reflexão é que o capital estrangeiro quando vem para o Brasil ele não é tributado. É zero. Agora, se um estrangeiro quiser vir ao Brasil, morar aqui, trazer sua família, investir, construir, aí é ruim para nós. Então eu acho que essas discussões, esses temas e esses preconceitos, esses paradigmas retrógrados eu gostaria muito de discutir a respeito disso.

Mas eu gostaria diretamente de falar com o Dr. Ronaldo. O senhor é Advogado. Claro. A função do órgão de V.Ex<sup>a</sup>, que é a Advocacia-Geral da União, é defender a União, e de preferência evitar que ela precise ser defendida. Eu pressuponho, se estiver errada me corrija posteriormente. Eu pergunto a V.Ex<sup>a</sup> se ultimamente os Decretos e Instruções Normativas do INCRA têm passado por V.Ex<sup>a</sup> ou pelo seu superior que é o Dr. Toffoli? Porque as informações que tenho pessoalmente do Dr. Toffoli são as melhores possíveis. De que é um Advogado bastante inteligente. E quando eu o vejo, não sou Advogada, sou psicóloga de formação, mas nós temos Assessoria de Advogados, de grandes constitucionalistas que nos orientam no dia-a-dia. Eu pergunto se V.Ex<sup>a</sup> viu o Decreto Quilombola antes de ser publicado, eu gostaria que V.Ex<sup>a</sup> respondesse se a Advocacia-Geral da União, além do Decreto Quilombola se ela viu e avaliou e deu algum parecer na Instrução Normativa 27 A, de faixa de fronteira. Eu gostaria que V.Ex<sup>a</sup> me respondesse se a Advocacia-Geral da União deu algum parecer à Casa Civil sobre o Decreto 6.321 das 36 fazendas da Amazônia. Porque no nosso entendimento, Dr. Ronaldo, nós temos ações do Supremo Tribunal contra todas essas ações,

esses Decretos e essas instruções normativas. Porque na realidade, o INCRA no Brasil, na Presidência do Dr. Rolf, (soa a campainha) ele não respeita o Estado de Direito e nem respeita o direito de propriedade. E eu posso provar isso diante desses Decretos e Instruções Normativas que todos os dias ele nos impõe ferindo a Constituição Federal. Eu recomendaria ao senhor, Dr. Rolf, se o senhor não quiser comprar posso lhe enviar de presente um livro que chama a era da turbulência, de Alan Greenspan. Eu tenho a impressão que o senhor não deve detestar tanto Alan Greenspan porque ele é um monetarista assim como Henrique Meirelles que preside o Banco Central do Brasil do seu Governo. E eu recomendaria a V.Ex<sup>a</sup> o art. 12 desse livro, 12º capítulo que o senhor vai ali entender o que é que um dos homens mais brilhantes do mundo que administrou o Banco Central americano por 20 anos o que ele tem a dizer sobre o direito de propriedade. Aliás, quase que todo o livro o senhor vai se deparar com essa expressão do primeiro capítulo ao último, aonde ele coloca que o fator fundamental e preponderante para que um País possa crescer fortalecido de verdade, com consistência e com sustentabilidade em primeiríssimo lugar é a preservação do direito de propriedade. Quando eu digo direito de propriedade, Dr. Rolf, não estou dizendo apenas dos produtores rurais. Eu estou dizendo os contratos, dos marcos regulatórios, das propriedades urbanas e das propriedades rurais. Na opinião deste cidadão que é respeitado no mundo inteiro, ele afirma, atesta como prioridade máxima esse direito preservado para que um País possa crescer.

Eu também gostaria, Dr. Ronaldo, que essa avaliação como disse o Senador Osmar Dias que está na faixa de fronteira, eu graças a Deus estou no centro do País, mas sou brasileira além de tocantinense também sou brasileira e me preocupo com os assuntos de todo o meu País. Essa faixa de fronteira, essa Instrução Normativa 27-A, o Presidente do INCRA Rolf Hackbart, ele coloca e impõe aos produtores da faixa de fronteira índices de GUT e GE antes da ratificação. O senhor me perdoe, Presidente, mas essa não ratificação e imposição de GUT e GEE, antes da ratificação. O senhor me perdoe Presidente, mas essa não ratificação e imposição de GUT e GEE, de índice de produtividade nessas áreas é desonesto com os produtores que estão nesse local. A lei é muito clara ao afirmar, a 1.414, é muito clara ao afirmar que apenas 50% de utilização nem precisa morar no local. É suficiente para que ele possa ser ratificado. Aí sim, depois da ratificação, honestamente o senhor pode mandar seus fiscais do INCRA ver se tem GUT e GEE, mas antes disso, o senhor me desculpa, mas é uma desonestidade sem medida e tamanho.



Quero ainda dizer a V.Exª que o senhor já tem em suas mãos 76% da Amazônia. Talvez não 76% porque nós temos áreas que são áreas indígenas, unidades de conservação que estão a cargo da Ministra Marina Silva, mas com certeza 50% são terras devolutas, arrecadadas pelo INCRA que estão sob a sua responsabilidade, sob a sua fiscalização, sobre a sua proteção esse patrimônio da União e da nossa biodiversidade. E me admira muito, Presidente Rolf, que seu grande sonho seja a regularização fundiária. Eu quero lhe pedir desculpas, mas dizer que não acredito no seu sonho. Eu não acredito porque já tivemos vários encontros em várias oportunidades para falar sobre titulação de terras nos Estados, aonde V.Exª poderia muito bem fazer convênios com os institutos de terras estaduais para essas titulações. No meu Estado do Tocantins, o meu Instituto de Terra do meu Governo já titulou muito mais do que o INCRA que V.Sª preside. O INCRA Tocantins tem mais de 2.500 processos empilhados esperando que seu sonho seja realizado e que titule as terras desses produtores porque também o sonho deles é compartilhado por V.Exª. No Estado do Pará deve chegar de 15 a 20 mil processos esperando que o sonho de V.Exª seja realizado e que essas pessoas possam ser tituladas de verdade.

Então, quando V.Sª impõe aos produtores da faixa de fronteira uma irregularidade, uma contrariedade de lei, quando o senhor não permite que esses processos da região norte especialmente sejam titulados, quando V.Exª não caminha nessa direção, é que o senhor coloca em dúvida este grande sonho que V.Exª diz ter tanto.

Então eu quero dizer que a sua posição, do seu órgão INCRA tem sido uma posição retrógrada que recupera modelo socialista já vencido, Presidente. Um modelo socialista já vencido que nós não queremos mais discutir. E apenas para fortalecer o que disse aqui o Senador Osmar Dias, essa dívida que não foi paga, claro, mas que temos reservas que suportam essa dívida externa, o senhor tem que lembrar que 30 a 40% das exportações brasileiras, 1/3 das exportações brasileiras vêm do agronegócio brasileiro. E também não acredito que os médios e os grandes produtores, muitos, muitos, vão ao INCRA reclamar da produção da faixa de fronteira das empresas estrangeiras. Eu não acredito nisso. O INCRA não é o lugar dos médios e grandes produtores. Lá é o lugar aonde eles se sentem mais desprotegidos no Brasil. Aonde V.Exª todos os dias com a caneta na mão invade e agride o direito dessas pessoas, agride o art. 5º da nossa Constituição Federal.

Então eu gostaria muito de ter as respostas do Advogado Geral da União sobre esses Decretos e

Instruções Normativas que nós estamos vivendo todo dia sobressaltado. Todo dia. Porque quando passa um Projeto de Lei nessa Casa, eu sou democrática, ganhou, ganhou, perdeu, perdeu, mas na caneta, na calada da noite, sem discutir nessa Casa regulamentar artigo de Constituição e Instrução Normativa mudando legislação aprovada nessa Casa, eu não acredito que a Advocacia-Geral da União possa ter visto esse material, possa ter visto isso antes mesmo dele ter sido publicado.

Então eu gostaria de ter muitíssimo essa resposta e reitero a pergunta do Senador Osmar Dias sobre faixa de fronteira. Quero que o Presidente do INCRA possa me responder a respeito deste assunto. Muito obrigada, Sr. Presidente. Por enquanto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Com o encerramento da lista dos inscritos, Senadores e Senadoras inscritos, nós passamos então a palavra inicialmente ao Dr. Ronaldo, que também além das respostas, fizesse o encerramento da sua participação. Muito obrigado.

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria iniciar exatamente pela fala da Senadora Kátia Abreu, que diz respeito ao papel da Advocacia-Geral da União no Governo Federal. São diversos órgãos federais, são diversos Ministérios, são diversas autarquias. Hoje a Advocacia-Geral da União conta com cerca de 11 a 15 mil profissionais, não saberia precisar exatamente.

No que diz respeito a representação judicial, a Advocacia-Geral da União defende não só o Poder Legislativo como o Poder Legislativo e o Poder Judiciário em juízo e extrajudicialmente. Então o art. 131 da Constituição Federal impõe a Advocacia-Geral da União a defesa judicial e extrajudicial da União. Todos os seus poderes. E o Assessoramento jurídico, o aconselhamento jurídico ao Poder Executivo. Essa distinção é muito clara no texto do art. 131. Então no que diz respeito à consultoria, no que diz respeito ao assessoramento jurídico, cabe só ao Poder Executivo. No que diz respeito à defesa judicial e extrajudicial, a AGU atua na defesa não só do Poder Executivo como dos atos do Poder Legislativo como do Poder Judiciário.

No que diz respeito ao assessoramento jurídico que é o órgão ao qual eu pertencço e sou o principal gestor que é a Consultoria-Geral da União, todas as consultorias dos Ministérios elas integram como órgãos de execução um sistema de consultoria. É um sistema. Há um órgão central, e há os órgãos setoriais que estão nos Ministérios. E há também órgãos nos Estados que prestam assessoramento jurídico aos órgãos federais que estão descentralizados.

Então, Superintendência da Polícia Federal, Delegacia Regional do Trabalho, por exemplo, no Estado de V.Ex<sup>a</sup>, todos eles são assessorados juridicamente por um núcleo que é o núcleo de assessoramento jurídico que pertence também à estrutura da Consultoria-Geral da União.

A Lei Complementar, a Lei orgânica da Advocacia-Geral da União diz o seguinte, Senadora, que nos casos de controvérsia, de dúvida contra a fixação da interpretação da legislação, da constituição, das Leis Complementares, dos Decretos, das Instruções Normativas, Portarias, o Advogado-Geral da União pode ser provocado pelo Presidente da República, por provocação de Ministros de Estado para que fixe a interpretação daquela norma, para que dirima aquela controvérsia. O assessoramento jurídico cotidiano dos Ministérios é feito pelas consultorias jurídicas. O assessoramento jurídico cotidiano nas autarquias, nas fundações é feito pelas procuradorias especializadas. Só chega ao órgão central da Advocacia-Geral da União, e tem que ser assim que se não fosse assim simplesmente haveria um acúmulo, um gargalo monumental no equacionamento das questões jurídicas do Governo Federal, só chega quando há uma provocação, quando há uma controvérsia, quando há dúvidas, divergências de entendimento no que diz respeito à constitucionalidade e juridicidade. A Advocacia-Geral da União não se manifesta quanto ao mérito. O mérito cabe, de acordo com a Lei 10.683, que distribui as competências pelos órgãos do Governo Federal aqueles órgãos aos quais as competências foram distribuídas.

Então, alguns dos Decretos que a senhora menciona, eu sinceramente não tenho de cabeça, alguns eu tenho e vou tentar dar a resposta direta para a senhora, alguns desses Decretos não tendo sido suscitada no âmbito da Administração Federal qualquer tipo de dúvida, qualquer controvérsia, consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente tem uma interpretação diversa da consultoria jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário que por sua vez se contradiz com o que está colocado pelo Ministério da Agricultura, essa questão não chega à Advocacia-Geral da União. Só chega ao órgão central da Advocacia-Geral da União se houver a provocação constada uma controvérsia. Caso contrário, os órgãos seguem cumprindo suas competências e as consultorias jurídicas e as procuradorias tem toda autonomia para no âmbito das suas competências fixar os entendimentos. A Advocacia-Geral da União vai ser acionada quando há o questionamento judicial, as ações, as diversas ações que os Democratas têm proposto, o PSDB, o PSOL, todos os partidos no exercício legítimo da provocação do Poder Judiciário para fixação da interpretação

das normas, a Advocacia-Geral da União se posiciona. Judicialmente ou administrativamente quando há essa controvérsia.

Com relação ao Decreto 4.887 que a senhora mencionou que é o Decreto dos Quilombolas que disciplina o regulamento disposto no art. 68 do ADCT, esse Decreto de 2003 foi construído após um amplo processo de consulta, um amplo processo de debate envolvendo diversos órgãos de Governo, diversas entidades especializadas, e fixa uma política pública de Governo. 2003, quando foi editado o Decreto 4.887, havia 15 anos da promulgação do texto constitucional e ali havia um direito assegurado aos remanescentes das comunidades de Quilombo de ter a titulação das suas terras. A interpretação que os órgãos jurídicos do Governo fizeram à época, em 2003, era de que não era necessário a mediação legislativa. Havia ali um direito auto-aplicável no art. 168 dos atos dos dispositivos constitucionais transitório da Constituição Federal que, portanto, cabia ao Poder Executivo meramente regulamentar essa política pública fixada no art. 68. Por Decreto.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – A Constituição Federal. Artigo da Constituição Federal.

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Por Decreto. Artigo da Constituição por Decreto, essa tese foi questionada pelo PFL inicialmente agora convertido para os Democratas, a Advocacia-Geral da União fez a defesa, fez a sustentação dessa tese do Governo de que era possível sim a disciplina direta do art. 168 porque era um dispositivo auto-aplicável na Constituição Federal. A Procuradoria-Geral da República se manifestou nos autos nessa ação direta de inconstitucionalidade defendendo a posição do Governo Federal, posição essa que tinha sido defendida anteriormente pela Advocacia-Geral da União. Essa matéria está concluída ao Ministro Relator, se não me falha a memória Ministro César Peluso com as informações prestadas pelo Presidente da República, por intermédio da Advocacia-Geral da União, e também já tem nos autos o parecer da Procuradoria Geral da República dizendo de que é sim constitucional o Decreto 4.887. A Advocacia-Geral da União nesse ano teve uma incumbência no meio do ano passado, uma incumbência direta pelo Sr. Presidente da República de coordenar um grupo de trabalho que visava disciplinar, eliminar supostas controvérsias na implementação desse Decreto 4.887. Há uma Instrução Normativa 20/2005 do INCRA que disciplina o Decreto 4.887. Então por provocação do Ministro de Estado, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional o Presidente da República determinou que o Advogado Geral da União coordenasse o Grupo de Trabalho envolvendo todos os órgãos que são afetos

a essa matéria para que supostas contradições, controvérsias fossem equacionadas. Esse grupo foi coordenado por mim, de julho a setembro, em dois ou três meses, julho a outubro, não me lembro agora, esse grupo concluiu uma aposta de alteração da Instrução Normativa do INCRA, e aqui louvo a posição do INCRA em ter participado ativamente e aceito essa coordenação por parte da Advocacia-Geral da União. Esse grupo de trabalho contou com a participação do Gabinete de Segurança Institucional, Ministério da Defesa, IBAMA, Instituto Chico Mendes, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil da Presidência da República, Advocacia-Geral da União. Cerca de 20 órgãos trabalharam por cerca de três meses para promover os ajustes que entendemos necessários na implementação da política de demarcação de territórios de remanescentes de quilombos. Chegamos numa posição consensual no âmbito do Governo. Não houve uma deliberação sequer e digo para V.Exª que no início dos trabalhos as posições eram bastante díspares. Conseguimos ao final desse trabalho sem qualquer deliberação, sem qualquer votação apenas na base do convencimento, do consenso, do debate amplo, a construção de um texto, de uma proposta de uma nova Instrução Normativa do INCRA, que entendemos adequada a disciplina do Decreto 4.887. Apresentamos ao Sr. Presidente da República e aos Ministros de Estado, Sr. Presidente da República e os Ministros de Estado aprovaram a proposta elaborada pelo grupo técnico, e agora estamos na fase de fazer consultas às comunidades quilombolas por determinação da Convenção 169 da OIT da qual o Brasil é signatário e que foi internalizada não me lembro exatamente o número do Decreto que internalizou. Então temos que fazer essa consulta.

Então estamos na fase, Senadora, de concluir essa consulta pública e temos certeza absoluta que a publicação dessa nova Instrução Normativa pela INCRA fruto desse grupo de trabalho, minimizará com certeza as divergências, as disputas que existem no que diz respeito a demarcação de terras de quilombos. Essas outras questões que V.Exª traz...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Por gentileza, Sr. Presidente, apenas um aparte. Com relação a essa Instrução Normativa, ela é pública? Se está em consulta pública, nós temos acesso?

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Não. A Convenção 169 da OIT determina que o Governo consulte as comunidades envolvidas, as comunidades quilombolas envolvidas. Esse é o texto da convenção 169. Só por esse motivo que o Governo ainda não publicou a Instrução Normativa fruto desse Grupo de Trabalho. Nós somos obrigados pela Convenção 169 da OIT a

consultar as comunidades que vão ser afetadas por uma nova regulamentação. Seja por medidas legislativas, seja por atos administrativos do Governo.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – E a convenção é a convenção expõe que são os quilombolas que tem que ser... As afetadas?

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – É. A Convenção 169 trata dos índios, trata de minorias, trata de povos tradicionais, então nesse caso essas comunidades que vão ser consultadas.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Produtor rural, não? Donos das terras não?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Há interpretação, divergindo na interpretação do Assessor de V.Exª de que essa conversão ela não poderia fazer menção, é uma convenção internacional da OIT, ela não poderia fazer menção aos quilombolas que é uma tradição...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Que ela é clara em dizer que é apenas indígenas e tribais, né?

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Não. É uma convenção internacional que deve ser ajustada à realidade nacional.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Ela está escrito claramente que ela trata a 169 da OIT para comunidades indígenas e tribais.

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Sim, mas a Convenção 169...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Não quilombola. A não ser que mude a Convenção 169.

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – A Convenção 169 da OIT jamais poderia fazer menção expressa a um tipo de minoria, a um tipo de etnia de determinado País. São mais de 150 países signatários com realidades absolutamente distintas. É um entendimento que a Advocacia-Geral da União tem com relação a isso, que essa convenção se aplica sim ao caso. É entendimento que é partilhado também com a Procuradoria Geral da República, que sim é uma consulta que deve ser feita e o Governo está tentando minimizar os riscos de essa Instrução Normativa do INCRA publicada sem a devida consulta às comunidades seja objeto de questionamento em juízo. Temos certeza, Senadora, que essa Instrução Normativa corrige uma série de imprecisões da regulamentação anterior e trará com certeza com a sua publicação um grau de pacificação essa demarcação muito maior do que existe hoje.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Fico bastante contente e esperançosa com essas mudanças e gostaria que V.Exª pudesse também ter uma preocupação com relação à Convenção da 29 da OIT



para que ela também pudesse ter a mesma praticabilidade no País já que somos signatários, não só para alguns temas, nós somos signatários da OIT em tudo. Inclusive na 29. Gostaria que V.Ex<sup>a</sup> pudesse reparar a Convenção 29 que não está sendo praticada no Brasil que trata da definição do trabalho degradante, o trabalho escravo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Dando continuidade às respostas, ouviremos agora o Dr. Rolf. Por favor.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Sr. Presidente. Pela ordem. Eu gostaria que o Presidente Rolf do INCRA que vai falar agora, estou intervindo, ele procurasse abordar a fala anterior da... Não da Senadora, mas a fala anterior à fala da Senadora Kátia Abreu no que diz respeito a responsabilizar, chegou a quase criminalizar, mas responsabilizar, os projetos de assentamentos por queimadas lá na Amazônia. Gostaria que o Presidente do INCRA abordasse isso, porque desmatamento, queimada e ilegalidade na Amazônia nós não podemos colocar na costa dos pequenos trabalhadores assentados.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Pela ordem, Sr. Presidente. O nobre Senador João Pedro está se referindo ao questionamento que eu fiz? Então, cite nominalmente.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Responda com clareza, Sr. Presidente, o Senador Flexa Ribeiro. Responsabilizar os assentamentos. Ele falou de Tailândia. Foi assentado que fez isso em Tailândia. Pelo amor de Deus, Senador.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Folha de São Paulo, terça-feira, 4 de março. Ontem. Vou encaminhar a V.Ex<sup>a</sup>.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Por favor, Srs. Senadores. Vamos ouvir as respostas do eminente Presidente do INCRA, Dr. Rolf.

**SR. ROLF HACKBART** – Eu vou tentar num esforço aqui tentar ser objetivo dentro do tempo estabelecido e agradecer de pronto a todas as perguntas e questionamentos que sempre contribuem para o debate. Ajudam a gente na gestão, e aumentam a responsabilidade de quem está nesses cargos, bem como do Poder Legislativo.

Eu acho que o Senador Zambiasi ele atirou no que viu e acertou no que não viu. Ao propor o projeto dele, de redução da faixa de fronteira, na época eu acompanhei, conheço o trabalho dele, o tema de aquisição de terras por estrangeiros em faixa de fronteira não estava tão em evidência, mas é importante que esse projeto, na minha opinião, com todo respeito

a essa Casa, seja debatido, analisado e aprimorado. Acho que é um bom trabalho feito.

Segundo, Senador Zambiasi, um dos assuntos mais delicados e que envolve o caso do Rio Grande do Sul, mas não só, é chegarmos a efetivamente o destaque desses imóveis do patrimônio público na história brasileira. É isso que eu chamo de regularização fundiária e é isso que nós precisamos acertar. Mesmo no Rio Grande do Sul, no caso da faixa de fronteira, uma das grandes dificuldades no Rio Grande do Sul para quem não conhece é chegar ao efetivo destaque do patrimônio público. Quando foi feito muitas vezes nas sesmarias, outras vezes são títulos paroquiais, outras vezes não existe mais documento. E a sociedade brasileira precisa se encontrar nesse ponto, e nós do INCRA precisamos ter a legislação para cumpri-la.

Quero aqui de imediato tratar de um assunto. Precisa de faixa de fronteira? Eu penso duas coisas: Uma. Quem define conceito de segurança nacional não é o INCRA. Não é o MDA. Então tem que ter uma posição de Governo, o que é segurança nacional e se precisa da faixa de fronteira. Às vezes se pensa: não, não precisa mais nada. É que a sociedade brasileira no fundo precisa dizer o que quer com o seu território, como ocupá-lo e para que, com que projeto e para que. Esse é o ponto. Não cabe ao INCRA aqui dizer se precisa ou não precisa de faixa de fronteira. Eu acho também, a segunda parte, já falei várias vezes, 150 quilômetros na verdade para o trabalho do INCRA ele atrapalha. Na regularização fundiária, na obtenção de imóveis rurais na faixa de fronteira. Agora, se tem um tema de segurança nacional, não cabe ao INCRA se posicionar sobre esse tema. Cabe sim é um debate com o Poder Executivo e o Legislativo apresentar suas propostas.

Senador Valter Pereira, eu de imediato convido o senhor para uma conversa sobre Reforma Agrária, um despacho sobre Reforma Agrária envolvendo não só o Mato Grosso do Sul, mas o País inteiro. Eu não tenho dúvida nenhuma, eu não tenho os números aqui, mas alguns números nós poderemos citar que o trabalho do INCRA nesses últimos anos tem muitos resultados positivos e muitos desafios pela frente. A Reforma Agrária não é uma Disneylândia. Não é um presépio, todo mundo com a casinha, o crédito, a energia, tá tudo bonitinho. Não é. Evidente que não é. Os desafios são enormes. Ambientais... O tipo de pessoas, a característica dessas pessoas, como organizar a produção, como obter renda... Agora, eu não tenho dúvida que os conflitos têm diminuído, a paz no campo tem aumentado, as mortes têm diminuído... O trabalho no Mato Grosso do Sul é excelente o trabalho lá feito nessa última gestão. A sociedade toda...



**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Se é excelente de Mato Grosso do Sul, eu vou dizer sinceramente a V.Ex<sup>a</sup>, eu faço idéia do que está passando fora de Mato Grosso do Sul. Se lá é excelente... Eu queria saber onde é que é ruim.

**SR. ROLF HACKBART** – Não é o que o povo do Mato Grosso do Sul diz.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Eu sou do Mato Grosso do Sul.

**SR. ROLF HACKBART** – Não é o que o Governo do Estado diz. Não é o que os trabalhadores rurais dizem.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Eu vou fazer uma pergunta. V.Ex<sup>a</sup> foi em algum assentamento lá no Estado?

**SR. ROLF HACKBART** – Fui em vários, conheço.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Em qual o que V.Ex<sup>a</sup> foi? Fala para mim?

**SR. ROLF HACKBART** – Eu fui na Itamarati, eu fui lá em...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Na Itamarati. Tem uma parte que é favela. Tem uma parte que é favela rural. O que está fazendo no Mato Grosso do Sul não é assentamento, é favela rural.

**SR. ROLF HACKBART** – Pergunte ao povo do Mato Grosso do Sul. O povo do Mato Grosso do Sul.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador...  
(falas sobrepostas)

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Qual o instrumento que o senhor usou para consultar o povo do Mato Grosso do Sul?

(falas sobrepostas)

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Quem representa o povo aqui somos nós, Presidente.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Senadora Kátia, ele fez o convite. Eu aceito o convite.

**SR. ROLF HACKBART** – Ótimo.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – E eu vou trazer os representantes dos assentamentos para que V.Ex<sup>a</sup> saiba o que é que está acontecendo nos assentamentos. Para ver se eu estou faltando com a verdade no momento em que eu falo que lá no Estado o que está acontecendo é um processo de favelização do campo. É essa a realidade.

**SR. ROLF HACKBART** – Não é verdade.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – V.Ex<sup>a</sup> está muito mal informado.

**SR. ROLF HACKBART** – Estou bem informado.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – E nós vamos fazer aqui... Aqui fica a proposta, aqui já foi feita anteriormente para o colega, vou fazer uma

Sessão aqui e aqui já foi sugerida pelo Presidente do INCRA para trazer aqui os interessados. Aí nós vamos saber o que é que está se fazendo nos Estados.

**SR. ROLF HACKBART** – Exatamente. Eu acho que é um bom momento para debater, ver os dados, e eu falei aqui que os desafios são enormes. Na área ambiental é um. O que nós fizemos na Teijin é intervenção junto com a Polícia Federal para acabar com as carvoarias. Dois carros do INCRA foram queimados. É esse o desafio nosso. Esse desafio está em todo o País. E os conflitos diminuíram. Não só no Mato Grosso do Sul, em vários. O INCRA tem gasto o orçamento inicial em 2003, 950 milhões de reais o orçamento geral do INCRA. No último ano chegamos a quase quatro bi, geral. Incluindo tudo. Esses dados estão no CIAF. Então quem acompanha o orçamento...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Aproveitando, Presidente, por falar em orçamento, desses valores, quanto foi repassado em convênios para as ONGs?

**SR. ROLF HACKBART** – Muitos.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Quantos milhões, Presidente?

**SR. ROLF HACKBART** – Não tenho os dados aqui, mas muitos. E nós precisamos da parceria, assim como todos os Ministérios, baseado em leis, em normas do Tesouro Nacional, antigas. Nós fizemos parcerias com Prefeituras, governos estaduais, ONGs, sindicatos para executar o nosso trabalho lá na ponta. Onde tiver erro, tem que corrigir. Como vários. E eu sei que a senhora está com a matéria do IFAS, nós que cancelamos em novembro o convênio. Nós fizemos a tomada de conta especial para corrigir ...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Não, Sr. Presidente. O senhor está faltando com a verdade. Quem interrompeu esse convênio foi o Ministério Público Federal que denunciou e a Justiça Federal mandou suspender o convênio de seis milhões de reais. V.Ex<sup>a</sup> aceitou um convênio, assinou o convênio em 2006, e em dezembro, e aceitou receber o plano de trabalho em outubro de 2007. Nós estamos com todo o trabalho em Ata, as atas dessa instituição, dessa ONG de Goiânia que foi fundada pelo Sr. Delúbio Soares, o IFAS e a FETRAF-Brasil aonde o senhor repassou recursos sem plano de trabalho para uma ONG nova, que não tem tradição na qualificação profissional e o senhor conhece muito bem quais são os órgãos destes Países e estou aqui reiterando essa matéria da época porque nós precisamos sim de qualificação profissional para os trabalhadores do Brasil, para os assentados da Reforma Agrária, mas qualificação profissional que chegue de verdade. E não apenas para abastecer as ONGs do partido de V.Ex<sup>a</sup> que V.Ex<sup>a</sup> apóia. Isso aqui é

um absurdo. Eu gostaria que com o mesmo rigor com que o senhor fiscaliza as propriedades rurais do Brasil, com o mesmo rigor que o senhor avalia os índices de produtividade, eu gostaria que com esse mesmo rigor V.Exª pudesse verificar as ONGs que repassam dinheiro nosso, do nosso povo, desse povo que o senhor tanto falou agora pouco. Esses recursos repassados através de ONGs é que V.Exª também tem que estar com o olho bem aberto. Mais do que atrás dos índices de produtividade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Eu gostaria de solicitar às Srªs. e Srs. Senadores que vamos ouvir as respostas. Porque o nosso tempo está se esgotando, nós temos Plenário daqui a pouco e ele tem bastantes respostas para nos dar. E depois procurar contestar as respostas. Muito obrigado.

**SR. ROLF HACKBART** – Vamos fazer uma Comissão Especial. Acho que é importante. Vamos trazer o povo e ver a verdade. Ver os dados gerais do País.

Então, o orçamento, Senador, para a obtenção de terras no último ano foi de um bi e quatrocentos. Para obtenção de imóveis rurais. E não são duas formas de obtenção de imóveis para a Reforma Agrária destinar terra. Uma é a desapropriação, outra é a compra e a terceira é arrecadação de terras públicas ocupadas. Nós já arrecadamos na Amazônia Legal cerca de 25 milhões de hectares e damos destino a essas áreas. Todas seguem critérios técnicos, as normas, todo nosso trabalho é acompanhado pelo TCU, Ministério Público, todas elas são...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Gostaria que V.Exª explicasse quais são os critérios que define, por exemplo, desapropriação e compra. Qual a orientação que o INCRA dá nesse sentido? Por exemplo, tem circunstância que o INCRA fala, aqui nesse caso vai ser compra, que é melhor. No outro caso vai ser desapropriação. Qual o critério que o INCRA se vale para fazer essa opção?

**SR. ROLF HACKBART** – Nós utilizamos todas as normas, todos os critérios para obtenção de imóveis rurais dentro da lei e dentro da norma. Nós iniciamos com processo de desapropriação, muitas vezes quando a área é produtiva, é melhor a compra. Essa é a forma mais eficaz de obtenção de imóveis rurais, nós vamos seguir sempre dentro da lei, dentro da norma. Com Audiência Pública e tudo.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Eu não sei se eu escutei certo. V.Exª falou em desapropriação de terra produtiva?

**SR. ROLF HACKBART** – Não, não.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Compra.

**SR. ROLF HACKBART** – Quando ela for produtiva... na compra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Não. Iniciamos a desapropriação de terras produtivas e...

**SR. ROLF HACKBART** – Não, a forma de obtenção... Por isso que eu acho que vale a pena uma reunião mais longa. A forma de obtenção é através de uma vistoria, ou de uma oferta de um prioritário, como muitos fazem, o INCRA avalia, vistoria, se ela cumpre o GUT, o GEE ou não, se é passível de desapropriação. Não sendo passível de desapropriação, o outro instrumento é a compra. O importante nisso que tudo está sendo acompanhado, fiscalizado; Dois, para obtenção rápida geralmente mesmo via desapropriação ou a compra, há sempre a busca é de um entendimento e de um acordo com o proprietário. O processo é mais rápido para ambas as partes. Trata-se de interesse público versus interesse privado. A viabilidade da área a partir de um estudo agrônomo, a partir dos biomas, da viabilidade. Qual é o outro lado? A pressão por aquisição de imóveis rurais dos movimentos sociais é muito grande. Outro aspecto importante, via de regra os imóveis que o INCRA obtém para Reforma Agrária estão degradados ambientalmente. E os assentados não estavam lá degradando. Via de regra, os imóveis que o INCRA obtém, são imóveis ruins. Não conseguem obter imóveis muito bons. Então existe um passivo ambiental, existe uma necessidade de recuperação de solos, a nossa tarefa junto com governos estaduais, municipais e entidades é viabilizar aquele assentamento que é um trabalho difícil, e longo. E esse conceito que o senhor usa de emancipação ele é antigo, nós estamos revendo esse conceito, em tese acho que ele é correto, o sentido dele é que a partir de um determinado momento aquele assentamento não necessita mais do apoio efetivo do Estado. Está emancipado. Nem os grandes produtores rurais desse País estão emancipados nesse sentido. Dependem de recursos, do Tesouro Nacional, do crédito, da EMBRAPA... Então isso estamos dispostos a discutir. Eu quero dizer o seguinte, eu não tenho a pressa, o INCRA... vamos emancipar. Emancipar pra quê? Há venda de lotes nos assentamentos. Claro que há. Ninguém está escondendo isso. A nossa estimativa a nível nacional nós fizemos em 2006 não chega a 10%. Por várias razões. Inaptidão, o Estado não consegue cumprir a sua parte, assentamentos antigos muitos, são 7.542 assentamentos hoje no País.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Estou me referindo a assentamentos novos. Assentamentos novos que estão sendo abandonado. O cara não consegue nem vender.

**SR. ROLF HACKBART** – Por várias razões. Isso existe, Senador.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Se o senhor tem a mínima intimidade com a terra, e se for no assentamento chamado Avaré lá nas imediações do município de Santa Rita do Pardo, V.Exª vai ver o seguinte, que está havendo um abandono. São 150 quilômetros de distância da Prefeitura, não tem estrada trafegável, a estrada...

**SR. ROLF HACKBART** – São problemas que nós enfrentamos, sim.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Mas enfrenta, por quê? Porque não há tem critério.

**SR. ROLF HACKBART** – Claro que tem critério.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Não tem. Se V.Exª tem a mínima intimidade com a terra e for lá, V.Exª vai entender o que estou falando. Vai saber que a terra é imprestável. E o pior que vou fazer uma revelação aqui, o INCRA, o Departamento Técnico dá um laudo que a terra é imprestável e mesmo assim o Superintendente promove a aquisição da área. Quer dizer, são essas coisas que...

**SR. ROLF HACKBART** – Esses casos nós vamos averiguar.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – São esses casos que eu quero dizer. E geralmente são terras que o agricultor ao entrar vai sofrer uma decepção e vai abandonar.

**SR. ROLF HACKBART** – Eu acredito, Senador, depende muito mais de assistência técnica, de novas tecnologias... Hoje a tecnologia existente ela ajuda muito mais a tornar uma área produtiva, há uma pressão social por obtenção de imóveis rurais.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Mas se o senhor perceber... Das terras, V.Exª não conhece a realidade do Estado. Sinceramente V.Exª não conhece. Se V.Exª comparecer numa dessas áreas que estou falando, assentamento Mutum, se V.Exª fizer uma vistoria, designar uma equipe de agrônomos que conhece terra e mandar fazer uma vistoria nessas áreas, fazenda Itapeva, esse assentamento Avaré, V.Exª vai entender que o que o INCRA está fazendo é jogando o dinheiro fora, o dinheiro do contribuinte fora. Porque lá não dá nem calango. Nem calango não dá. É terra imprestável para qualquer tipo de agricultura e para qualquer tipo de criação.

**SR. ROLF HACKBART** – Então vamos debater, vamos conhecer. Espero também que o senhor colabore para o senhor para resolver...

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Eu gostaria que os Senadores pudessem cooperar, que nós estamos a 20 minutos para

encerrar a Sessão. São duas horas. Daqui a pouco temos Sessão no Plenário e precisamos ouvir as respostas das indagações até aqui.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, só que o... Eu também gostaria de ouvir a resposta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Então temos que dar oportunidade que ele as dê.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Mas o Presidente Rolf no seu pronunciamento acabou de dizer que as terras que o INCRA desapropria são terras esgotadas... Eu vou usar uma palavra que o Senador Valter Pereira usou, imprestáveis. Agora, ele diz que tem que ter tecnologia, tem que ter... mas, como? Cadê a assistência para o pobre do brasileiro que é lá jogado? Se a aquisição dessa tecnologia não vai chegar nem perto do assentado do INCRA. Nem perto. Eu estou com o Senador Valter Pereira. Acho que tem que criar uma produção de calango lá para ver se sustenta.

**SR. ROLF HACKBART** – Nós estamos recuperando a capacidade operacional do Estado, nós temos um programa de assistência técnica, nós temos parceria com a EMBRAPA, em vários Estados, os desafios são muito grandes. Evidente que não é uma Disneylândia...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Que País o senhor está se referindo?

**SR. ROLF HACKBART** – Brasil. Eu convido o senhor em vários assentamentos...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – O Brasil? Então Mato Grosso do Sul não tem.

(falas sobrepostas)

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Os assentamentos estão abandonados. Quando eu perguntei da emancipação, é porque o INCRA emancipou os assentamentos todos lá. Não emancipou formalmente, mas na verdade os abandonou. E no momento que os abandonou há uma desesperança, há uma situação de perplexidade lá com todos os assentamentos. Quando eu pedi mudanças lá no INCRA foi alicerçado exatamente nas informações que eu tenho porque eu ando. Eu conheço os assentamentos. Eu não estou me baseando em informação de nenhum órgão, de nenhum técnico, eu vou lá nos assentamentos e eu os conheço.

**SR. ROLF HACKBART** – Bom, então estamos dispostos a continuar o debate, os desafios são enormes, nós precisamos resolver e promover o sustentável e conto com a colaboração do senhor. O Senador João Pedro tem razão de...

(falas sobrepostas)



**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) –** (pronunciamento fora do microfone)

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) –** Senador Valter, eu entendo V.Ex<sup>a</sup>, mas deixa ele terminar as respostas, porque se não... Todos Senadores estão esperando respostas. Nós vamos encerrar a Sessão sem os Senadores terem as respostas. Eu quero que entenda e compreenda e V.Ex<sup>a</sup> vai ter as respostas. Esperamos...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO –** (pronunciamento fora do microfone)

**SR. ROLF HACKBART –** Posso ter o direito de comentar. Mas eu posso comentar?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO –** (pronunciamento fora do microfone)

**SR. ROLF HACKBART –** Não só a terra está sendo disputada como a riqueza, a biodiversidade, não só na Amazônia Legal, mas no País inteiro. Acho que o Senador João Pedro pela experiência que tem, pelo conhecimento pode contribuir muito no debate de faixa de fronteira, aquisição por estrangeiros e terras no Brasil.

Senador Osmar Dias. Primeiro, peço desculpas por não ter cumprido o compromisso que assumi aqui. Qual é a razão? Eu fiquei na mão da Procuradoria do INCRA. Finalmente agora está saindo uma normativa de como fazer a regularização no Paraná. São cerca de 33 mil pequenos agricultores, pequenas propriedades que precisam ser regularizadas. O INCRA do Paraná tem acordo com isso, eu tenho acordo, o que finalmente agora estou cobrando, esse é um desafio nosso, é um problema do INCRA, eu assumo ele aqui, é verdade, o parecer normativo da Procuradoria-Geral para que de imediato, do INCRA, Procuradoria do INCRA, para que de imediato se faça essa regularização em grande escala. Qual é meu compromisso, mais uma vez? É reunir lá na FAEP, convidar...

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) –** Vamos marcar a reunião, Presidente.

**SR. ROLF HACKBART –** Podemos marcar.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) –** Porque a outra vez eu assumi esse compromisso lá e fiquei com o pincel na mão. E eu fiquei mal.

**SR. ROLF HACKBART –** Nós estamos hoje... Mês de abril, com certeza. Até 30 de abril. A gente acerta a data até lá.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) –** Eu fico aguardando a marcação da reunião, porque da outra vez o senhor prometeu não fez e quem ficou mal fui eu.

**SR. ROLF HACKBART –** E eu fiquei na mão da procuradoria. Eu reconheço isso.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) –** Agora, não adianta só fazer a reunião também. Se a gente

chegar lá e falar que não vai fazer aí fica pior pra mim. Tem que levar a solução.

**SR. ROLF HACKBART –** A determinação nossa é chegar com o parecer normativo discutir para fazer a regularização. E são milhares de processos, não só no Paraná.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) –** Eu vou comunicar ao Presidente da Federação para ele entrar em contato com o senhor e ele marca com o senhor a reunião.

**SR. ROLF HACKBART –** Eu agradeço. Senador Flexa Ribeiro... Ah, Senador Osmar Dias, minha preocupação, meu comentário... pediria que o senhor não ficasse assustado, nem eu estou assustado, mas a pergunta que me foi feita no jornal à época é se em algumas regiões do País pelo fato de algumas empresas estrangeiras estarem comprando terras, oferecendo em recursos, na verdade compete às vezes com o INCRA quando o INCRA quer obter o imóvel para fins de Reforma Agrária. Porque geralmente esses grupos internacionais pagam em dinheiro à vista. O INCRA entra com toda avaliação, benfeitoria... é um outro processo. Então realmente encarece para fins de Reforma Agrária.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) –** Mas o senhor não é contra que as terras valorize, não.

**SR. ROLF HACKBART –** Não!

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) –** Ainda bem. Estava assustado com isso.

**SR. ROLF HACKBART –** Não se assuste tanto, Senador. Por favor. Senador Flexa Ribeiro, também já no debate aqui propondo nossas conversas sobre Reforma Agrária e INCRA, acho que já está encaminhado, nós estamos aguardando a datada, local, acho também que uma reunião não basta. Porque são muitos números, muitos dados. Acho também Senador que é bom às vezes lá na região debater, não só aqui. A gente pode fazer lá e aqui. Um desafio grande é o licenciamento ambiental. Nós do INCRA hoje estamos numa sinuca de bico muito grande. O TCU tem acórdão proibindo a criação de assentamentos que não tiveram licenciamento ambiental. Nós encaminhamos os projetos e agora em Santarém nós estamos encaminhando 85 projetos e agora em Santarém nós estamos encaminhando 58 projetos para a Secretaria Estadual. Diz que não tem condições. Ah, então tá. Vamos no IBAMA? Não, não é nossa competência. Isso é um nó enorme. Enorme. Não só para os assentamentos, acho que para vários setores da agricultura. Assentado desmata? Claro que desmata. Eu nunca disse o contrário. Ocorre que 80% do desmatamento levantado pelo INPE é de médios e grandes produtores. Na verdade, nem produtores, são os grandes grileiros, e todo mundo conhece.



**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. ROLF HACKBART** – Também. Nós estamos até baixando normas no INCRA. Todo desmate fora da lei, o assentado que fizer isso vai ser punido e na minha opinião tirado o assentamento. Evidente, o que puxa o desmatamento é o preço das commodities... Os senhores sabem disso. Isso é o ponto. Falta de assistência técnica, de infra-estrutura... Nesses assentamentos.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Presidente, pela ordem. Estou tentando me comportar para poder atender V.Exª que é um Presidente tão extraordinário que temos aqui, mas eu não posso ouvir uma coisa dessa e ficar calada, Presidente. Que preço de commodity que ajuda o desmatamento na Amazônia, amigo?

**SR. ROLF HACKBART** – Da madeira, do gado, da soja.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Cadê as suas terras que você não dá conta de cuidar? Que tá cheia de madeira irregular? Que você não consegue proteger?

**SR. ROLF HACKBART** – Nós estamos fazendo regularização, Senadora.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Cadê as suas madeiras nas suas terras que você deveria cuidar e não cuida?

**SR. ROLF HACKBART** – Nós estamos. Fechamos madeiras.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – E não venha responsabilizar as commodities. Estão em toda imprensa nacional. É o senhor sozinho falando sobre esse assunto.

**SR. ROLF HACKBART** – Mas é ler sobre esse assunto.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – O senhor e Marina Silva que nem fala mais. Que nem fala mais. É só o... Em todos os jornais. Os grandes responsáveis pela destruição da Amazônia são os madeireiros. Que preço de commodity amigo? Não diga isso que o senhor está sendo irresponsável, prejudicando o setor mais importante do País. Tira o agronegócio da balança comercial que o senhor vai ver o que vai dar.

**SR. ROLF HACKBART** – Isso é uma falsa discussão de agronegócio e agricultura familiar.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Sem protestar. Eu não aceito. O senhor pode dizer o que quiser que aqui é uma Casa democrática. Mas silenciosa eu não fico. O senhor não pode responsabilizar de forma irresponsável o agronegócio no desmatamento da Amazônia.

**SR. ROLF HACKBART** – Não estou falando isso. Estou falando do preço das commodities.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Isso não é verdade. Isso é porque o senhor é um mau cuidador, um mau zelador das terras públicas.

**SR. ROLF HACKBART** – Nós estamos combatendo a grilagem, regularizando. Agora nesses 36 municípios são 80 milhões de hectares, estamos retomando terra pública, nós vamos titular, fazer a regularização desses imóveis rurais, em todos esses 36 Municípios e muitos outros.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente Rolf, eu preciso... O senhor fala meia verdade...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – (pronunciamento fora do microfone)

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – V.Exª deixa a Senadora Kátia mais braba do que ela já é...

**SR. ROLF HACKBART** – Já estou acostumado, já.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – E aí ela acaba extrapolando a defesa. Todos nós concordamos com ela. Não são as commodities, não são... é a questão da ausência do Estado. Lamentavelmente é isso. O Estado é omissor. E aí V.Exª fala nos 36 Municípios. Quero dizer a V.Exª que entre os 36 Municípios, melhor dizendo, na 23ª posição está o Município de Paragominas, como entre os mais devastados. Quero dizer a V.Exª que dos setecentos e poucos hectares indicados pelo INPE como tendo sido devastados, seiscentos e tantos foram oficialmente autorizados a derrubada, porque é um projeto da Companhia Vale do Rio Doce.

Então, são essas estatísticas, essas afirmações, essa pirotecnia do Governo quando quer acusar, quando quer arranjar desculpa pela inoperância, pela falta de ação, pela falta de competência é que cria essas dificuldades todas. E transforma uma Audiência Pública numa Sessão de debate, e não de esclarecimento.

Então V.Exª retire pelo menos Paragominas porque da forma como ele foi incluído, é uma injustiça. Porque hoje o Município de Paragominas é sem sombra de dúvida o Município que tem a maior área reflorestada no Estado do Pará.

**SR. ROLF HACKBART** – Quem colocou, Senador, esses Municípios foi o IBAMA. Não foi o INCRA.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Colocou erradamente. V.Exª sabe o meu conceito sobre o IBAMA.

**SR. ROLF HACKBART** – O trabalho do INCRA é regularização fundiária. Recadastramento.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Tenho exposto publicamente meu conceito sobre o IBAMA.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Flexa Ribeiro, temos só dez minutos ainda. Temos ainda que ouvir o nosso Dr. Fernando para suas considerações finais e vou dar cinco minutos. Desses dez minutos, para o Dr. Rolf e cinco minutos para o encerramento. Termina a Sessão, sou obrigado a encerrá-la pelo regimento.

**SR. ROLF HACKBART** – Onde eu estava?

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – V.Ex<sup>a</sup> tem que sair de Paragominas. Saia e...

**SR. ROLF HACKBART** – O senhor perguntou sobre Santarém. Não existe assentamento fantasma. Nós destinamos terras públicas, nós criamos assentamentos nas portarias, fizemos acordo com o Ministério Público, não colocar as pessoas enquanto não tivesse licenciamento ambiental. Tem erros lá, Senador? Tem. Nós estamos corrigindo. Nós estamos com força tarefa, nós trocamos o Superintendente. E não vamos deixar de destinar. Se tiver que cancelar alguma Portaria de criação de assentamento nós vamos cancelar. Acho que vai acontecer isso em alguns casos. Agora, para cuidar do patrimônio da União, tendo terra pública, nós vamos e o Ministério Público está acompanhando *pari passu* todo o nosso trabalho em Santarém.

Senadora Kátia, gostaria de ter dito para ela, que fique gravado. Eu li o livro do Greenspan, sou Economista também. Não concordo com muita coisa do livro. Acho que o Greenspan é um excelente Economista, não cabe a mim opinar sobre ele, também tenho certeza de que o que o Greenspan fez com a taxa de juros dos Estados Unidos e do mundo gerou muito desemprego e morte no mundo inteiro.

Quanto ao conceito de propriedade privada, nossa Constituição é clara. É garantido o direito de propriedade privada desde que cumpra a função social. Não é o direito por si. Tem que ler a Constituição como um todo. O sonho da regularização fundiária não é meu, é da sociedade brasileira. E é a titulação, é a regulação fundiária dos ribeirinhos. Vamos avançar muito nesse trabalho. Aliás, os 36 municípios agora nós já estamos recepcionando a documentação dos proprietários e poceiros dessas áreas. No geral...

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – V.Ex<sup>a</sup> confirma a declaração que deu à imprensa que em 30 dias vai fazer a regularização, demarcação desses 36 Municípios?

**SR. ROLF HACKBART** – Não. Às vezes a imprensa escreve. Nós vamos recepcionar. A Instrução Normativa é muito clara, Senador. São 30 dias para receber...

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Recadastramento.

**SR. ROLF HACKBART** – Isso. Para receber a documentação. Já existem produtores que já entregaram e já foram recadastrados. É um processo.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Aqui diz, o Presidente do INCRA, Sr. Rolf Hackbart disse em Cuiabá que o órgão cumprirá o prazo do Governo para recadastramento das médias e grandes propriedades ...

**SR. ROLF HACKBART** – Então está mal escrito. Está escrito no jornal.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – ...desmatamento da Amazônia. Recepcionar é muito fácil.

**SR. ROLF HACKBART** – Não, nós vamos recepcionar e analisar, e depois vai ter o processo de...

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Resolver é que é o problema.

**SR. ROLF HACKBART** – Evidente. Eu quero ver os grileiros parecer lá e entregar a documentação. Não vão. Nós vamos atrás das áreas, é um processo de retomada... Como um grande número de produtores já entregaram e já foram recadastrados. O certificado já foi validado. Nesses 36 municípios. Esse é um processo que vai continuar.

Estrutura física e pessoal do INCRA. Hoje à tarde nós vamos fechar um acordo com servidores, Ministério do Planejamento e INCRA para 2008, 2009 e 2010. Nós já contratamos e quando digo já quem está na máquina pública sabe a dificuldade com a nova chamada agora de 371 servidores novos, da nossa gestão, cerca de 1.700 servidores novos. Muitos computadores, GPSs, melhoramos as condições salariais. Essa estrutura ainda é pouco para que o País precisa, mas mais importante que a estrutura do próprio INCRA é fortalecer os institutos de terra que nós temos parcerias com os governos estaduais. O Governo do Mato Grosso é um exemplo, Governo do Pará é outro exemplo. Vários governos, que a colaboração dos institutos de terra ela é fundamental para a regularização fundiária e desenvolvimento dos assentamentos.

No geral, me coloco à disposição e convido os senhores, a forma melhor de fazer esse debate apresentar todos os dados do INCRA, mas não só o que o INCRA fez, mas o que vai fazer em 2008, 2009 e 2010, e faço um pedido último, que esta Casa aprove imediatamente o quanto antes o orçamento da União. É uma necessidade enorme para desenvolver os Municípios, recuperar os nossos assentamentos, desenvolver novos assentamentos, promover o desenvolvimento sustentável nesse País. Na minha opinião, o médio, o grande produtor nunca esteve tão tranquilo nesse País como nos últimos anos... Em termos de garantia dos seus direitos. Políticas públicas, renegociações de dívidas, novos créditos, assistência técnica, pesquisa, o setor

se desenvolveu muito nesses últimos anos. E é um grande futuro para o País. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado, Dr. Rolf. Passamos então a palavra para suas considerações ao Dr. Fernando.

**SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA** – Obrigado, Presidente, Senador Neuto De Conto, que em nome de quem eu agradeço o nome do Departamento de Polícia Federal e do Ministério da Justiça, a oportunidade de comparecer aqui nessa Comissão para prestar os esclarecimentos que foram na realidade solicitados ao Ministério da Justiça. Acredito que o Ministério da Justiça continua o trabalho justamente tentando buscar qualquer dúvida relacionado a qualquer empresa estrangeira ou pessoa física que venha a adquirir imóveis no território nacional que haja qualquer dúvida sobre a... Inclusive a origem desse dinheiro ou a sua utilização. A Polícia Federal e o Ministério da Justiça estarão a disposição para esse tipo de investigação ou esclarecimento, e a gente espera apoiar qualquer pedido da Comissão aqui de Agricultura e... Polícia Federal está à disposição. E acho até louvável a questão da discussão da questão da faixa de fronteira, e da questão também da segurança nacional. Que são pontos importantes a serem talvez re-discutidos no Brasil a partir de agora. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Eu pediria aos nossos convidados que se fosse possível, por escrito, encaminhasse a respostas aos questionamentos que eu fiz a respeito da estatística sobre os pedidos de autorização de compra de imóvel, pessoa jurídica estrangeira, aquelas perguntas que eu fiz a questão da... Encaminhasse já que não foi possível a resposta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Colocaria para possibilidade de colocar por escrito.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – E por último parabenizar o Senador João Pedro. Pela sua competência, pela sua coragem, pela sua eu diria solidariedade, porque foi o único Senador do PT, pelo menos enquanto eu estive aqui, presente a esta Audiência Pública. Da forma partidária como tem que ser, eu quero louvar aqui e registrar... Ah, chegou o Senador Suplicy. Desculpe, Senador, é que V.Exª acabou de chegar.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP)** – Achei de chegar porque... Se me permite Senador Flexa Ribeiro, eu estava em outras Comissões.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Eu então, de acordo com o horário, nós encerramos a Sessão, cumprimento a todos os Senadores que aqui se manifestaram, dizer aos nossos convidados, Dr. Ronaldo, Dr. Rolf, Dr. Fernando que esta é uma Casa política, democrática e aqui se discute os problemas do Brasil. Esperamos que a contribuição que nos deram seja de extrema valia para a nossa Comissão e para o próprio País. Por isso deixo nossos agradecimentos e encerro a presente Sessão.

*(Sessão encerrada às 13h55.)*

**Ata da 5ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de março de 2008, às 11:30 horas.**

Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, GILBEERTO GOELNNER, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PÉRES, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GILVAM BORGES, ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta pelos itens 01 e 03. **Item 01) AVISO Nº 102, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora:** Senadora **FÁTIMA CLEIDE**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** Concedido pedido de vista ao Senador **FLEXA RIBEIRO**. **Item 03) REQUERIMENTO Nº 06, DE 2008-CMA – NÃO TERMINATIVO** que “requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, a constituição de uma sub-



comissão temporária no âmbito desta Comissão, para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a se realizar este ano, no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia em março de 2009”. **Autoria:** Senador **SIBÁ MACHADO. Resultado: Aprovado.** Na sequência, são incluídos EXTRA-PAUTA, com aquiescência da Comissão, os seguintes Requerimentos: **REQUERIMENTO Nº 07, DE 2008-CMA – NÃO TERMINATIVO** que “requer, nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão das Agências Reguladoras”. **Autoria:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Resultado: Aprovado. REQUERIMENTO Nº 08, DE 2008-CMA – NÃO TERMINATIVO** que “requer, nos termos regimentais, a criação de Subcomissão para acompanhar a crise ambiental na Amazônia”. **Autoria:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Resultado: Aprovado. REQUERIMENTO Nº 09, DE 2008-CMA – NÃO TERMINATIVO** que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, com a finalidade de debater os seguintes temas: os dados preliminares sobre desmatamento na Amazônia, que detectaram tendência de crescimento do desmatamento no segundo semestre de 2007; o conjunto de ações integradas de combate ao desmatamento lançado pelo Poder Executivo; o recadastramento fundiário obrigatório de todos os imóveis rurais situados nos municípios que mais desmatam; a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia; e a resolução do Conselho Monetário Nacional que estabelece algumas condições obrigatórias à concessão de crédito para empreendimentos rurais na Amazônia, com os seguintes convidados: Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente; Bazileu Alves Margarido, Presidente do IBAMA; Luiz Fernando Corrêa, Diretor-geral da Polícia Federal; Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura e Holf Hackbart, Presidente do INCRA”. **Autoria:** Senadores **SIBÁ MACHADO e JEFFERSON PÉRES. Resultado: Aprovado. REQUERIMENTO Nº 10, DE 2008-CMA – NÃO TERMINATIVO** que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública por esta Comissão com a finalidade de debater o comportamento da fauna em ambiente de reflorestamento, com os seguintes convidados: representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do IBAMA e Ulisses Ribas, Diretor da Área Florestal da Battistella Holding”. **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado. REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008-CMA-NÃO TERMINATIVO** que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública por esta Comissão com a finali-

dade de debater acerca da viabilização de fontes alternativas de energia, em especial o biodiesel, com os seguintes convidados: representante do Ministério das Minas e Energia; representante da ANEEL; Paulo Mayon, Presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – ANACE e Gerson Maurício Schmitt, Presidente Executivo da Battistella Holding. **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Resultado: Aprovado.** Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente coloca o item 02 em pauta. **Item 02) AVISO Nº 05, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, CD da 6ª Etapa de Sorteios de Unidades da Federação do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos”. **Autoria:** Ministério de Estado do Controle e da Transparência. **Relator “ad hoc”:** Senador **CÉSAR BORGES. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria; comunicação aos Senadores integrantes das Bancadas dos Estados fiscalizados sobre o recebimento deste Aviso, disponibilizando a consulta dos dados contidos no CD que o acompanha, pelo prazo de trinta dias; e vencido este prazo e não havendo nenhum requerimento de providências ou informações adicionais, seja o processado enviado ao arquivo. **Resultado:** Concedido pedido de vista ao Senador **CÍCERO LUCENA.** Após, a Presidência informa que é adiada a deliberação dos demais itens da pauta. **Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário”. **Autoria:** Senador **GERSON CAMATA. Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas”. **Autoria:** Senador **RENATO CASAGRANDE. Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprova-



dos previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça”. **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA**. **Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, reenumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências”. **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que “revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato”. **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. **Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, DE 2007 – TERMINATIVO** que “altera o Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a rescisão dos contratos de adesão pelo consumidor”. **Autoria:** Senador **JOÃO DURVAL**. **Relator:** Senador **MARCONI PERILLO**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Adiado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO, SIBÁ MACHADO, FÁTIMA CLEIDE e CÍCERO LUCENA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Senhores senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 1, Aviso nº 102 de 2007 que encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão 2458 de 2007 do TCU bem como dos respectivos relatórios e o voto que o fundamentaram sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, o Programa Nacional de Controle da Dengue. É de origem do Tribunal de Contas da União esse aviso e tem como Relator a eminente Senadora Fátima Cleide, a quem concedemos a palavra.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Sr. Presidente, cabe ressaltar que sobre o acórdão de nº 2458/2007 ora em apreciação nesse colegiado, encaminhado por intermédio do aviso nº 102/2007, não há providências a serem adotadas por esta Comissão, pois a sua finalidade é dar ciência a este colegiado acerca das providências adotadas sobre o processo fiscalizatório em importante programa alusivo a área de Saúde e do bom e regular emprego dos recursos públicos; desse modo, o nosso voto é no sentido de que esta Comissão conheça da decisão e delibere pela remessa do processo ao arquivo. É o voto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Senador Flexa Ribeiro. Tem V.Exa a palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Senadora Fátima Cleide, tão bem fundamentada, trata de um assunto que hoje preocupa a todos os brasileiros que é o Programa Nacional de Controle da Dengue. Um relatório do TCU sobre uma auditoria da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde que trata exatamente do programa de recursos nas diversas unidades da federação no Programa Nacional de Controle da Dengue, o que nós temos visto aí, lamentavelmente, Senador Sibá Machado, agora nesse final de semana, os jornais televisivos eles mostraram no Rio de Janeiro um surto e uma epidemia de dengue. Apesar de todo o esforço desenvolvido pelos 3 níveis de Governo que se vê que são mortes acontecendo e agora montando tendas de formas emergenciais para que pudessem ser atendidas as pessoas para tomarem soro, somente para serem hidratadas. Então eu gostaria de pedir vista deste processo para poder examinar com mais cautela

a aplicação desses recursos por parte das unidades da federação e do Governo Federal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – A Mesa atende o pedido de V.Exa, encerra a discussão e concede a V.Exa o pedido de vista. Passamos ao Item 3. Requerimento. Requer nos termos do artigo 73 do Regimento Interno, a constituição de uma Subcomissão Temporária, no âmbito desta Comissão, para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a se realizar este ano no Brasil e do 5º Fórum Mundial da Água que acontecerá em Istambul, Turquia em março de 2009. Tal requerimento é de autoria do eminente Senador Sibá Machado a quem concedo a palavra.

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Sr. Presidente, o requerimento tem a finalidade de que esta Comissão possa ter uma atividade mais permanente de acompanhamento desse debate, que o mundo inteiro começa a dar uma atenção especial, que foi também o chamado relatório do IPCC, sobre o aquecimento global, a possibilidade do mundo vir a ter grande, fortes impactos ambientais e agora a situação da crise da água. O mundo inteiro começa a se debruçar sobre este assunto, especialmente aqui o Brasil, que é um dos países que mais concentra água doce do planeta, e achei de muito importante que a gente pudesse nesta Comissão tirar uma Subcomissão que, ela é temporária, acompanharia esses debates até a realização do Fórum Mundial que ocorrerá em Istambul no próximo ano. Então, se V.Exa e os demais senadores concordarem com esta proposição pedirei então aprovação deste requerimento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Em discussão.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente Leomar Quintanilha, só para parabenizar o Senador Sibá Machado, autor do requerimento para criar essa Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas que é importantíssimo. Nós temos certeza absoluta que no futuro, não muito distante, a água será, sem sombra de dúvidas, um dos elementos mais cobiçados do mundo. E nós temos que estar atentos, porque temos a maior reserva de água, como disse o Senador Sibá, maior reserva de água potável, água doce do mundo. Então, nada mais correto do que o Senado Federal e a Comissão de Meio Ambiente através de uma Subcomissão acompanhar as atividades do fórum e que atividade essas que serão preparatórias para o 5º Fórum Mundial da Água que acontecerá em Istambul em março de 2009. Parabéns ao Senador Sibá Machado e à V.Exa com grande competência dirige a Comissão de Meio Ambiente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – A Mesa se associa à manifestação de V.Exa, registrando também os nossos cumprimentos pela oportunidade do requerimento apresentado pelo Senador Sibá Machado, por reconhecer a oportunidade e a importância do acompanhamento de tudo que diz respeito aos cuidados que o mundo deve ter com a água. Requerimento, encerrada a discussão. Em votação. Em votação, Senhores Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Tem V.Exa a palavra pela ordem.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Pediria a V.Exa que incluísse dois Requerimentos de minha autoria, extrapauta, por favor.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Na verdade nós temos 5 Requerimentos apresentados extrapauta e eu queria submeter a apreciação do Plenário a sua aprovação. Aprovação de 5 Requerimentos extrapauta, a inclusão na pauta de hoje.

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Eu queria até solicitar de V.Exa se o novo Requerimento assinado por mim e pelo Senador Jefferson Peres, se já se encontra também sobre apreciação, Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Eles integram esse elenco de 5 Requerimentos que estão apresentados que serão apreciados agora, extrapauta, desde que o Plenário assim o aprove. O primeiro Requerimento é de autoria do Senador Flexa Ribeiro que propõe a extinção da Subcomissão das Agências Reguladoras. Também de autoria do Senador Flexa Ribeiro... acho que nós vamos discutir, primeiro nós temos que discutir a aprovação extrapauta dos 5 Requerimentos. Então, o primeiro do Senador Flexa Ribeiro que propõe a extinção da Subcomissão das Agências Reguladoras. Tem V.Exa. a palavra para dar sustentação ao requerimento apresentado.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, é sabido por todos que as Comissões só podem ter funcionando, se não me falha a memória, 3 ou 4, 3 Subcomissões, 4 Subcomissões, esta Subcomissão das Agências Reguladoras ela foi aprovada, não estou instalada e vem desde a legislatura passada. Então eu pediria a extinção dessa Subcomissão aprovada para que nós pudéssemos abrir espaço para criação de uma outra Subcomissão da maior importância que V.Exa. vai ler o requerimento em seguida que, para

que nós acompanhamos através da Comissão de Meio Ambiente, a crise ambiental na Amazônia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Primeiro eu gostaria de colher a aprovação dos eminentes dos senadores do acolhimento da extrapauta dos 5 requerimentos apresentados. Não havendo quem queira discutir, aprovado. Vamos discutir em discussão agora o Requerimento apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro de extinção da Subcomissão das Agências Reguladoras. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhores Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado o primeiro requerimento.

O segundo requerimento, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro que requer, nos termos regimentais, a criação de uma Subcomissão no âmbito desta Comissão para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, sugere ainda como membro dessa Subcomissão 5 titulares e 5 suplentes, Senador Flexa Ribeiro tem V.Exa a palavra para a sustentação do requerimento.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, nós acompanhamos de forma bastante preocupada a ação do Ministério do Meio Ambiente na Amazônia. Não que sejamos, nenhum de nós, pela devastação, defendamos a devastação da nossa floresta, muito pelo contrário, nós defendemos sim, a exploração sustentável da floresta, das riquezas da floresta. E há, agora, uma ação bastante intensiva, repressiva, do Ministério do Meio Ambiente com o apoio da Polícia Federal, do Exército Brasileiro, da força nacional em todos os Estados da Amazônia em cima de um Programa que o governo denominou de Arco de Fogo e de Guardiões da Floresta. Então, eu acho, e o meu Requerimento vem nessa, nesse sentido, de que a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, ela pode e deve, através de uma Subcomissão que proponho a criação nesse momento, acompanhar esta ação de Governo em todos os Estados da região amazônica no sentido de que se possa aqui do Senado contribuir para que se encontrem as soluções, de tal forma, que possa haver a exploração sustentável da floresta e possa dar atendimento a dezenas de milhares de empregos que foram perdidos por esta ação no meu Estado, no Estado de Rondônia, do Acre, quase todos os Estados, Mato Grosso, da Amazônia. Então, esta Subcomissão vai poder, em conjunto com o Ministério de Meio Ambiente, discutir, aprofundar e propor alternativas pela legalização da exploração florestal. Ou seja, aprovação dos planos de manejo, implantação dos zoneamentos econômicos e ecológicos, que eu acho que, através desse caminho, nós vamos poder sim, dividir a nossa Amazônia que não é uma Amazônia só, são várias Amazônia, vários ecossistemas

dentro da Amazônia brasileira e definir qual aquela área que deva ser de contemplação, qual a área de uso intensivo, as áreas já antropizadas, já alteradas, e qual a área que possa ter a utilização através de manejo, uma utilização parcial. Então, esta Comissão será de grande valia para acompanhar essa ação do Governo Federal e mais do que isso, mais do que acompanhar, estar presente em todos os estados brasileiros, aonde essa ação se desenvolve para tomar conhecimento e propor soluções que levem ao desenvolvimento sustentável da nossa região.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro. Senador Sibá Machado tem V.Exa. a palavra.

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Acho importante a solicitação feita pelo Senador Flexa, Sr. Presidente, e acrescentar que eu acho que todo o programa que está sendo levado como alternativa ao desmatamento, podendo ser foco também da observação desta Subcomissão. Então, tem um conjunto de atividades que estão sendo desempenhadas na região e que seria muito importante que a Comissão analisasse também estas atividades que estão sendo colocadas, então, concordando totalmente com o requerimento e acrescentando também esta prerrogativa da Subcomissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão. Submetemos à votação no Plenário o requerimento do Senador Flexa Ribeiro. Senhores senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. O outro requerimento da lavra do Senador Sibá Machado e do Senador Jefferson Peres: Requerem a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Reforma Agrária e Agricultura com a finalidade de debater os seguintes temas: Os dados preliminares sobre desmatamento na Amazônia que detectaram tendência de crescimento de desmatamento no segundo semestre de 2007. O conjunto de ações integradas de combate ao desmatamento avançado pelo Poder Executivo, o recadastramento fundiário obrigatório de todos os imóveis rurais, situados nos municípios que mais desmatam, a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia e a resolução do Conselho Monetário Nacional que estabelece algumas condições obrigatórias à concessão de créditos para empreendimentos rurais na Amazônia. Solicitam também que sejam convidados, na qualidade de debatedores, a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, o Presidente do IBAMA Bazileu Alves Margarido, o Diretor Geral da Polícia Federal Luiz Fernando Corrêa e o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes. O



Senador Sibá Machado como autor do requerimento tem V.Exa a palavra.

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Não foi colocado. Sr. Presidente, devido às notícias do início do ano sobre a questão do desmatamento, relatório do INP, que houve uma acréscimo de desmatamento, esta Comissão sentiu-se na obrigação de convidar algumas autoridades para vim comentar sobre o assunto e claro, apresentar sugestões de correção do problema. Como o tempo passou e muitas atividades já foram apresentadas, então a solicitação é de apenas de inversão do objeto do requerimento sem prejuízo do seu interesse comum que é desta Comissão de acompanhar as ações que o Governo Federal estaria desempenhando. Portanto, eu conversei com um dos autores do requerimento anterior, Senador Jefferson Peres, concorda plenamente, então eu proponho que este novo requerimento substitua o anterior para que os convidados venham a tratar sobre os sucessos obtidos a partir daquele momento até aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Em discussão. Senadora Fátima Cleide, tem V.Exa a palavra.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Eu quero parabenizar o Senador Sibá Machado pela apresentação deste Requerimento. Acho que de grande e fundamental importância para esclarecer as ações integradas de combate ao desmatamento que estão sendo realizadas pelo Poder Executivo. E ao mesmo tempo, acredito, Sr. Presidente, como sugestão, que já poderíamos indicar para a Subcomissão que acabamos de criar, que essa seja a primeira audiência de trabalho dessa Subcomissão que aí a Subcomissão começa a trabalhar a partir de uma análise dos dados e poderia apontar o trabalho subsequente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Obrigado Senadora Fátima Cleide, Senador Flexa Ribeiro tem V.Exa a palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Para discutir, Sr. Presidente. Eu concordo com o requerimento do nobre Senador Sibá Machado eu só gostaria, se ele permitisse aditar aqui o Presidente do INCRA, vamos tratar de cadastramento fundiário, o INCRA é presença indispensável nessa audiência.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Nós consultamos o autor do Requerimento se concorda com a indicação com a sugestão. A sinalização com a afirmativa com a cabeça quer dizer que V.Exa. concorda?

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Concorde. (Risos)

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Era o que nós estávamos

compreendendo. A instalação da Subcomissão Senadora Fátima Cleide, requer primeiro uma reunião para a eleição dos seus membros e do Presidente.

**SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO)** – Sim, eu acho que nada obsta que nós indiquemos para a Subcomissão que esta audiência seja a primeira atividade dela.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Perfeitamente. Em discussão, não havendo mais quem queira discutir em votação, senhores Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado, com a sugestão da inclusão do representante do INCRA. Requerimento de nossa autoria que propõe a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater o comportamento da fauna em ambiente de reflorestamento. Em razão exatamente da multiplicação das áreas reflorestadas no Brasil é importante que nós conheçamos com os estudiosos, com os técnicos, com os responsáveis o comportamento da fauna em ambiente de reflorestamento. E a sugestão é de que esta audiência seria realizada com representantes do Ministério do Meio Ambiente, representante do IBAMA e o doutor Ulisses Ribas Diretor da Área Florestal na Battistella Holding. Em discussão, o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. O outro requerimento também de nossa autoria, que propõe a realização de Audiência Pública com o propósito de debater acerca da viabilização de fontes alternativas de energia, em especial o biodiesel com os seguintes convidados: representantes do Ministério das Minas e Energia; representante da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL; Dr. Paulo Mayon, Presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia, ANACE; Gerson Maurício Schmitt, Presidente Executivo da Battistella Holding. Esse, essa proposta desse Requerimento, tem também as razões óbvias por entendermos, particularmente, que a energia alternativa encontra no país, no Brasil, o ambiente adequado para a sua para o seu aproveitamento, para o seu crescimento, sobretudo as regiões norte e nordeste onde o Presidente Lula entendeu que o biodiesel deveria merecer uma atenção especial e observa-se que a ELETRONORTE tem um consumo muito elevado de diesel, importa inclusive, diesel para o abastecimento das térmicas existentes na região amazônica. Creio que essa discussão é muito oportuna para conhecermos a realidade dessa situação e quem sabe até estarmos obtendo sugestões para o encaminhamento que permita a ampliação deste programa de produção de energia alternativa, sobretudo com relação ao aproveitamento, a produção do biodiesel. Em discussão.



Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhores Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Nós temos ainda um Item, o Item 2, não terminativo, que eu gostaria de solicitar aos Senador César Borges que funcionasse como Relator *ad hoc*, uma vez que o Senador Geraldo Mesquita não se encontra que é o aviso nº 5 do Item 2 que é o aviso nº 5 que encaminha ao Senado Federal um CD da sexta etapa de sorteios de unidades da federação do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos. O aviso é de autoria do Ministério de Estado do Controle da Transparência e tem como Relator o Senador Geraldo Mesquita que dá parecer pelo conhecimento da matéria, para comunicação aos senadores integrantes da bancadas dos Estados fiscalizados sobre o recebimento deste aviso, disponibilizando a consulta dos dados contidos no CD que o acompanha, pelo prazo de 30 dias. Vencido esse prazo, não havendo nenhum requerimento de providência ou informações adicionais, seja o processado enviado ao arquivo. Solicitamos então o eminente Senador César Borges que funcione como Relator *ad hoc* dessa matéria, a quem concedemos a palavra.

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA)** – Pois não, Sr. Presidente, V.Exa já adiantou um pouco do relato do voto do Senador Geraldo Mesquita, o ilustre Senador Relator, que eu substituo com muita honra nesse momento. Então, apenas eu complemento fazendo a análise na matéria de que as informações constantes do aviso nº 5 foi enviado ao Senado Federal apenas para conhecimento de fatos, dados contidos no CD que acompanha o aviso não demandam em princípio nenhuma providência desta casa. Por outro lado observa-se que as informações levantadas na fiscalização realizada pelo Ministério de Estado do Controle da Transparência já foram disponibilizados para todas as instituições federais e estaduais e municipais competentes para a adoção de eventos e providências que se façam necessárias em face dos indícios de irregularidades apurados. Não obstante, as informações enviadas podem ser úteis para os parlamentares integrantes da bancada dos Estados fiscalizados para que eles tomem conhecimento de eventuais irregularidades praticadas e possam adotar, nos limites de suas atribuições, medidas tendentes a necessária correção das práticas em que nada de irregulares. Além disso, as informações constantes dos relatórios podem envolver alguns casos ações executadas por força de emendas parlamentares, de bancadas individuais, de interesse direto do parlamentar. Por isso, opinamos que essa Comissão informe aos seus membros e aos senadores dos Estados fiscalizados sobre o recebimento do

presente aviso, disponibilizando a consulta dos dados contidos no CD que o acompanha, pelo prazo de 30 dias. Vencido esse prazo, sem o requerimento de providência e informações adicionais recomenda-se que o processado seja enviado ao arquivo.

O voto é que diante do exposto, a CMA tome conhecimento da matéria, seja expedida a comunicação aos senadores integrantes das bancadas dos Estados fiscalizados sobre o recebimento do aviso nº 5, disponibilizando a consulta dos dados contidos no CD pelo prazo de 30 dias, e, vencido o prazo no que se refere o Item anterior e não havendo nenhum requerimento de providência e informações adicionais, seja processado e enviado ao arquivo. Esse é o relato, Sr. Presidente.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Sr. Presidente .

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Em discussão. Senador Cícero Lucena, tem V.Exa a palavra.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Não só para discutir, mas eu gostaria de pedir vista neste processo, porque o próprio Senador César Borges, já teve a oportunidade de ouvi-lo, sobre a preocupação dos critérios da fiscalização, e eu acho que isso também tenho tido reclamações no meu Estado de alguns prefeitos considerando-se que estão sendo perseguidos, porque coincidentemente só pega Prefeito de oposição. Então, eu pediria que, eu tivesse a oportunidade de aprofundar isso, em função das reclamações que eu tenho recebido no meu Estado, e, conseqüentemente, eu estarei devolvendo já na próxima sessão mais rápido possível.

**SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)** – Vista concedida a V.Exa. A Presidência informa aos membros da Comissão que a Audiência Pública marcada para amanhã foi adiada em razão da aprovação do requerimento hoje apresentado e aprovado pelo Senador Sibá Machado. Vamos ajustar a agenda dos convidados para marcarmos a data da nova Audiência Pública. Ao encerramento desta reunião haverá imediatamente uma reunião da Subcomissão de Resíduos Sólidos para eleição do seu vice-presidente. Como os demais Itens desta pauta são de caráter terminativo, não tendo quorum suficiente para a apresentação, agradecendo a presença dos eminentes senadores, declaro encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 12h20.)

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**Ata da 1ª Reunião da Subcomissão destinada a fiscalizar as agências reguladoras, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 28 de junho de 2005, às 10:00 horas.**

Às treze horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e oito de junho dois mil e cinco, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora ANA JÚLIA CAREPA, reúne-se a Subcomissão destinada a Fiscalizar as Agências Reguladoras, com a presença dos Senadores NEZINHO ALENCAR E FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Aberta a reunião a Senhora Presidente coloca em votação a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Senhora Presidente informa que a presente reunião destina-se à deliberação de Item Único: Requerimento de nº 01/2005-CFCAGE que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para Audiência Pública, nesta Subcomissão, o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Exmo. Sr. Cláudio Maierovitch P. Henriques, o Presidente da Associação Federal de Farmacêuticos Magistrais – ANFARMAG, Exmo. Sr. Hugo Guedes de Souza, e o Presidente do Conselho Nacional de Farmácias – CFF, Exmo Sr. Jaldo Souza Santos, com o objetivo de discutir a proposta de “Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos para Uso Humano em farmácias”. **Autoria: Senadora ANA JÚLIA CAREPA. Resultado: APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.** – Senadora Ana Júlia Carepa, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião desta legislatura da Subcomissão Permanente destinada a fiscalizar as agências reguladoras da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Como é a primeira reunião, temos que aprovar a última ata. Proponho a dispensa da leitura da ata. As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com a

aprovação da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Esta reunião tem como pauta um único item, para o qual eu queria pedir a aprovação dos Srs. Senadores aqui presentes. Como esta é uma Subcomissão Permanente das agências reguladoras, temos um requerimento na pauta que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, que sejam convidados para uma audiência pública nesta Comissão o Diretor-Presidente da Anvisa, Sr. Cláudio Maierovitch Henriques, o Presidente da Associação Federal de Farmacêuticos Magistrais – Anfarmag, Sr. Hugo Guedes de Souza, e o Presidente do Conselho Nacional de Farmácias, Sr. Jaldo Souza Santos, com o objetivo de discutir a proposta de regulamento técnico sobre boas práticas de manipulação de medicamentos para uso humano em farmácias.

Como foi ampliado esse tempo de consulta pública para as novas regras de funcionamento das farmácias de manipulação, achamos por bem – por termos recebido solicitações de várias pessoas que não só possuem farmácias, mas também delas são usuárias – que fizéssemos essa discussão de forma democrática, até porque o objetivo nosso é chegar a um ponto comum de que é justo que a Anvisa queira fiscalizar para que não aconteçam excessos – sei que saiu na imprensa uma informação de um caso grave de uma morte –, mas é justo também fazermos ajustes que não inviabilizem as farmácias de manipulação, porque em muitas situações elas são a alternativa da população, porque os remédios, como eles podem ser feitos, têm até um custo menor. Então, a idéia é de que possamos discutir isso de forma democrática e chegarmos a um ponto comum, como tem sido a nossa prática não só nesta Comissão, como em outras do Senado, uma Casa que tenta sempre procurar um caminho comum. Digo sempre que é do debate de idéias diferentes que surgem as melhores idéias.

Coloco em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (Pausa.)

Aprovado o requerimento para que possamos realizar a audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a Comissão às 13h57min.)*

## **SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

**Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de março de 2008, após a reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.**

Às doze horas e vinte minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandro Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a presença dos Senhores Senadores **CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se a deliberação da pauta destinada à eleição do Vice-Presidente da Subcomissão. O Plenário da Subcomissão aprova, por aclamação, o Senador **FLEXA RIBEIRO**. Usam da palavra os Senhores Senadores **CÉSAR BORGES, AUGUSTO BOTELHO, ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Cícero Lucena**, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Havendo número regimental declaro aberta a 1ª reunião da Subcomissão Temporária para a discussão sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se com objetivo maior da eleição do vice-Presidente dessa Comissão, cargo que se encontra vago pela saída do ex-vice-Presidente, Senador João Ribeiro, que se ausentou dos trabalhos desta Comissão. Então, até o presente, apresentou-se como candidato à vice-Presidente dessa Comissão o

Senador Flexa Ribeiro. Já que somente ele apresentou, eu consulto aos Srs. Senadores, que não é um casamento, mas quem tiver algo contra que se pronuncie ou se cale, considerando a eleição do Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA)** – Sr. Presidente, eu quero me pronunciar, mas não contra, muito pelo contrário.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Fique a vontade Senador César Borges.

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA)** – A favor, achando que o Senador Flexa Ribeiro é a pessoa mais indicada para poder auxiliar V.Exa nesse trabalho de conduzir essa Comissão tão importante de Resíduos Sólidos da Comissão de Meio Ambiente. Portanto, eu acho que por aclamação eu posso aqui falar em nome dos colegas, mas faço em meu nome próprio, acho que o Senador Flexa Ribeiro tem total e integral apoio. Eu recebo aqui dos colegas também de que ele por aclamação é o vice-Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Ótimo, continua em discussão.

Você não vai nem pedir voto, Senador Flexa? Está muito convencido.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Eu quero a palavra justamente para dizer ao nosso amigo Flexa, eu espero que não tenha tomado água de chocalho, por isso...

**SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – É verdade.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Claro que tem o nosso apoio todo.

**SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)** – Então a minha manifestação também é de apoio, acho que é uma boa escolha de todos nós e principalmente levando em conta que ele se apresenta como candidato para auxiliar a V.Exa. Parabéns ao Flexa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Eleito por aclamação, o Senador Flexa Ribeiro, espero que a partir de agora possa também reciclar a flecha. Com a palavra, o vice-Presidente eleito.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, Senador Cícero Lucena, Srs. Senadores. Eu quero agradecer o voto de confiança dos senadores que compõem essa Subcomissão de Resíduos Sólidos da Comissão de Meio Ambiente, na certeza de que farei todos os esforços possíveis para ajudar o Presidente Cícero Lucena a dar continuidade ao trabalho magnífico que ele tem feito para acompanhar e trazer soluções e tecnologia para um dos grandes problemas que afligem a questão no mundo inteiro. Que é o que



fazer com os resíduos sólidos, qual o destino que se deve dar e o que se verifica é que hoje o resíduo sólido deixou de ser, em alguns países, um problema para se tornar uma atividade econômica, gerando emprego e gerando renda. Então, lamentavelmente, no Brasil nós estamos muito atrasados nessa questão. Poucos são os municípios brasileiros que detêm tecnologia e fazem o recolhimento e o uso adequado destes resíduos sólidos. Poucos. Eu diria que, lamentavelmente, não chegamos a 100 municípios dos 5 mil e tantos municípios brasileiros. Então, é preciso expandir isso, é preciso que se tenha como o Senador Cícero Lucena, e os membros da subcomissão têm visto que se tenha uma política incentivada pelo Governo Federal, porque se isso não for... se não encontrarmos o caminho adequado, a tecnologia adequada nós estamos ter um problema de saúde em seguida a ser acrescido ao problema já grande da saúde em nosso país. Então, eu quero agradecer a confiança e me colocar à disposição como ajudante do nosso Presidente Senador Cícero Lucena.

**SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Eu que agradeço aos Srs. Senadores, ao Senador Flexa Ribeiro por ter aceito essa missão, e dizer que esse ano, com certeza, essa Comissão terá uma tarefa maior ainda, porque já se encontra na Câmara Federal a discussão sobre esse assunto, uma mensagem enviada pelo governo e será muito oportuno que nós já possamos acompanhar esse debate na Câmara para quando aqui no Senado, com as informações que nós temos, nós pudermos fazer a revisão desse projeto que sem dúvida nenhuma será muito importante para a população hoje, mas mais ainda um legado e uma herança que nós temos que deixar para o futuro. Então, não tendo mais nada a discutir, considero encerrada a presente sessão, agradecendo a presença dos senadores.

*(Sessão encerrada às 12h26.)*

#### **COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**

**Ata da 2ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de fevereiro de 2008.**

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as) – **SIBÁ MACHADO, EXPEDITO JÚNIOR, KÁTIA ABREU, CÍCERO LU-**

**CENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, AUGUSTO BOTELHO, VALDIR RAUPP E JOÃO TENÓRIO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon e Heráclito Fortes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências. **AUTOR** – Deputado Nilson Pinto. **RELATORA “AD HOC”**: Senadora Marisa Serrano. **RELATÓRIO** – Pela Rejeição. **OBS**: Em reunião realizada em 26/9/2007, foi lido o relatório pela Senadora Marisa Serrano, Relatora “Ad Hoc”, pela rejeição, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro, o qual apresentou voto em separado, pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. **RESULTADO** – **Adiado. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2007. (TERMINATIVO). EMENTA** – Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária. **AUTOR** – Senador Expedito Júnior. **RELATOR** – Senador César Borges. **RELATÓRIO** – Pela Aprovação com subemenda à emenda apresentada pela Senadora Kátia Abreu. **RESULTADO** – **Adiado. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2005. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências. **AUTOR** – Senador Valdir Raupp. **RELATOR** – Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. **RESULTADO** – **Adiado. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite. **AUTOR** – Senador Álvaro Dias. **RELATOR** – Senador Expedito Júnior. **RELATÓRIO** – Pela aprovação com três emendas que apresenta. **RESULTADO** – **Adiado. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Cria o Fundo de Aval para Proteção ao Crédito Rural (FAPCR). **AUTOR** – Osmar Dias. **RELATOR** – Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. **RESULTADO** – **Adiado. ITEM**



**6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 597, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Isenta o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de energia da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide-combustíveis). **AUTOR** – Senador Marconi Perillo. **RELATOR** – Senador Expedito Júnior. **RELATÓRIO** – Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **RESULTADO** – **Adiado.**

**ITEM 7: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 389, DE 2005. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, inclusive as usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio e a hidrovía do Rio Madeira. **AUTOR** – Senador Valdir Raupp. **RELATOR** – Senador Jonas Pinheiro. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. **RESULTADO** – **Adiado.**

**EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 3, DE 2008 – CRA – ASSUNTO** – Requer nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a participação de Rolf Hackbart, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a fim de debater a implementação do trabalho de cadastramento de imóveis rurais localizados no Bioma Amazônia, conforme previsto no Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007. **AUTORA** – Senadora Kátia Abreu. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, as seguintes Senhoras Senadoras: Kátia Abreu e Marisa Serrano. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO** – **Aprovado.**

**Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Havendo número regimental declarado aberta a 2ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário, a declaro aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Ofício, sem número, datado de 21 de fevereiro do corrente,

subscrito pelo Sr. Ambrósio Alves de Mello Franco, responsável pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Institucionais da Delegacia da Comissão Européia no Brasil da qual farei a leitura.

Exmº. Sr. Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, Brasília, Distrito Federal. Exmº. Sr. Presidente, no contexto do intercâmbio de missões parlamentares vinculadas ao aprimoramento das relações políticas entre a União Européia e o Brasil, tenho a honra de comunicar a V.Exª em representação do Embaixador João Pacheco, Chefe da Delegação da Comissão Européia a visita ao País da comitiva da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, presidida pelo Sr. Deputado Nei (ininteligível) a realizar-se no período de 27 de abril a primeiro de maio de 2008. A realização dessa missão parlamentar, objetiva permitir aos parlamentares europeus aprofundar o debate com as autoridades governamentais e parlamentares representantes do setor empresarial sobre temas relativos ao comércio agrícola bilateral, utilizando de energias renováveis, biocombustíveis e iniciativa de sustentabilidade ambiental a elas vinculadas no âmbito das relações bilaterais. Por ocasião da sua estadia no Brasil em 28 de abril de 2008, a Missão Parlamentar Européia sentir-se-ia extremamente honrada em visitar-se com V.Exªs, e membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para discussão de temas vinculados ao segmento agropecuário e agroenergia, e sua projeção no intercâmbio comercial econômico, tecnológico entre as unidades européia e brasileira.

Nesse sentido, visando assegurar a compatibilidade da agenda das autoridades parlamentares européias e brasileiras, solicito a V.Exª o obséquio de verificação de possibilidade de agendamento da pretendida Audiência Parlamentar no período vespertino em 28 de abril de 2008 em horário de sua possibilidade permitindo sua inclusão no programa visita oficial da missão Parlamentar Européia em delineamento por essa missão diplomática.

Na expectativa de contar com a gentileza do entendimento dessa solicitação, mantenho-me ao inteiro dispor de V.Exª para quaisquer esclarecimento adicionais.

Era o expediente que recebemos da Comissão da Agricultura Européia, representada na pessoa do Embaixador João Pacheco, e que para nós, neste momento em que a carne brasileira foi embargada, que esse País deixa de exportar cinco milhões de reais por dia, que é o prejuízo do setor, e nesse momento em que o Brasil precisa reatar, achamos de bom alvitre que essa matéria chega em nossas mãos no mo-

mento tão delicado e poderemos dar uma contribuição grande para encontrar um caminho de retornarmos à exportação para o Mercado Comum Europeu. Então é mais uma comunicação, a data já está definida, só depende do nosso horário e que a Comissão deverá se fazer presente.

Em razão do baixo quórum, e como os Relatores ainda não chegaram, nós temos um requerimento de Extrapauta que vamos lê-lo para colocá-lo em discussão e em votação.

Requerimento. Requer nos termos do inciso II, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão com a participação de Rolf Hackbart, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, a fim de debater a implantação do trabalho de recadastramento de imóveis rurais localizado no bioma amazônico, conforme previsto no Decreto 6.321 de 21 de dezembro de 2007. Sala das Sessões, Senadora Kátia Abreu. Colocamos em discussão. Com a palavra a autora do Requerimento.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma justificativa, porque esse Decreto, o 6.321, que seria um Decreto que trata a respeito da polêmica do desmatamento ampliado na Amazônia, aonde pune 36 Municípios estabelecidos pelo Governo como os campeões de desmatamento, mas na realidade esse Decreto que deveria ter um veio ambiental, ele torna-se uma questão fundiária grave, gravíssima, e por isso convocamos aqui, convidamos para vir até aqui o Presidente do INCRA para que nós possamos debater a efetivação desse Decreto que ao nosso ver, não só meu pessoalmente, mas da Confederação Nacional da Agricultura e várias entidades ele está todo “veiado” de inconstitucionalidade. Nós sabemos da importância que o bioma amazônico tem para o Brasil e para o mundo. E nós brasileiros queremos demonstrar ao mundo que sabemos cuidar da nossa Amazônia e demonstrar a todo Brasil, tirando a preocupação de todos os brasileiros que a Amazônia possa ser bem cuidada. Mas, nós precisamos registrar, Sr. Presidente, que de toda a Amazônia Legal a população brasileira precisa entender que 76% de todo o território da Amazônia Legal é da União. Isso dividido em terras indígenas, unidades de conservação ambiental, os parques nacionais, e terras devolutas arrecadadas pelo INCRA. Então esse grande proprietário rural de 76% das terras da Amazônia Legal, que é o Governo Federal, que tem sido um péssimo zelador de suas terras. Que tem permitido a instalação nessas áreas de serrarias clandestinas, retirando madeiras dessas áreas preciosas para o Brasil, e o que é pior, podemos acompanhar toda a imprensa nacional, in-

felizmente a Ministra Marina Silva culpando as commodities, culpando a expansão dos preços da soja e da pecuária no mercado internacional pela aplicação do desmatamento. A Ministra Marina Silva que tenho aqui maior respeito pela suas história, ela conhece bem a maioria dos assuntos diversos do Brasil, mas, com relação à questão de produção do agronegócio precisa ficar bem esclarecido à Ministra que esse período aonde se identificou o grande desmatamento na Amazônia não é período de desmate para a produção agrícola. É um período de fortes chuvas e que não é usual simplesmente por ser inexequível o desmatamento nessas áreas neste período.

Enfim, Sr. Presidente, ainda hoje no Estado de São Paulo, no editorial principal do Estadão, e ontem ou anteontem também no Estadão através de um artigo do Secretário de Meio Ambiente Xico Graziano, que foi nosso colega Deputado, e hoje no editorial do Estadão demonstrando quem são os verdadeiros culpados dessa devastação que são os madeireiros irregulares porque também temos madeireiros que trabalham dentro da lei e queremos aqui fazer justiça a eles, e também às carvoarias irregulares porque também nós temos os produtores de carvão para ferro-gusa que trabalham também dentro da legalidade, assim como a grande maioria dos produtores rurais.

Então eu gostaria muito, Sr. Presidente, de ver inclusive a Ministra Marina Silva se retratando diante dessa realidade aonde ela culpa apenas o agronegócio brasileiro que acho que para sua irritação maior é responsável pelos três indicadores maiores da economia deste País, que é 1/3 do emprego, 1/3 de exportação, e 1/3 do PIB. Eu acho que nós merecemos um pouco mais de respeito e somos parceiros. Todos nós, Senadores da República, independente de partido, as entidades de classe desse País somos contra qualquer atividade irregular na Amazônia ou em qualquer território brasileiro. Quer seja madeireiro, quer seja carvoeiro e mesmo produtores rurais. Nós temos hoje na Amazônia, Sr. Presidente, apenas 24% do território de toda a Amazônia legal está em poder dos produtores rurais dividido entre inúmeras fazendas espalhadas pela Amazônia. E desses 24%, nós podemos desmatar apenas 20. O que no passado foi permitido 50% de área a ser desmatada e tornada produtiva, hoje apenas 20%. Então isso também é motivo de controvérsias na região, com relação ao direito adquirido, direito de propriedade, enfim, e esse Decreto vem então penalizar 36 Municípios da região na questão fundiária afetando principalmente a questão fundiária e o direito de propriedade que nós gostaríamos que o Sr. Hackbart, Presidente do INCRA, pudesse vir aqui esclarecer. Gostaríamos até que ele pudesse esclarecer outras coisas que temos visto pela

imprensa nos últimos dias com relação a recursos do INCRA. Mas nós queremos nos ater a esse Decreto porque ele é de vital importância. Hoje são 36 Municípios espalhados no Mato Grosso, em Rondônia, no Pará e no Amazonas. Mas o Decreto é muito claro, que a cada ano esses Municípios serão ampliados por todo o Brasil. E amanhã poderá ser atingido todos os Estados brasileiros. Nós queremos aqui discutir esse assunto e nós precisamos não só de proibição, de multa e de coerção, nós produtores rurais somos fundamentais na proteção da Amazônia. Nós queremos participar desse processo, nós queremos ser e somos co-responsáveis pela preservação ambiental. Não queremos ser acusados e tratados pela Ministra do Ministério mais importante dessa área que é o Ministério do Meio Ambiente, acusar os seus principais parceiros de vilania.

Então, Sr. Presidente, eu peço aos colegas o apoio, à Senadora Marisa Serrano, ao Presidente, aos colegas que possa apoiar esse Requerimento e possa marcar o mais rápido possível a vinda do Sr. Presidente do INCRA, Rolf Hackbart aqui na Comissão e poderíamos inclusive incluir outras entidades, como a Confederação Nacional da Agricultura, se assim todos concordarem, ou outras entidade afins também da questão ambiental. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Continua em discussão. Com a palavra a eminente Senadora Marisa Serrano.

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Queria cumprimentar a Senadora Kátia Abreu por esse Requerimento, e discutir inclusive a participação de outras entidades. Eu acredito, Sr. Presidente, se a autora do Requerimento aceitar, que devia-se restringir ao INCRA. Devia-se restringir a essa questão do recadastramento dos imóveis rurais.

Ontem eu tive a oportunidade de fazer um aparte no Plenário dessa Casa falando do que estava acontecendo no Pará, principalmente, quando a Governadora do Pará, ela colocou que mesmo sendo ilegais várias madeiras da região, ela não podia ir contra porque ela precisava e o Pará precisava dos recursos advindos dessas madeiras que ilegalmente era 7% do PIB do Pará. E que o Pará não podia prescindir disso. Isso é muito preocupante quando uma autoridade convive com o ilegal, e coloca que a ilegalidade tem que fazer parte das necessidades de um Estado, de um País. Quando a gente fala em educação do povo, informação do povo brasileiro, não pode se transigir com que é ilegal, com que é criminoso nesse País, seja de onde vier, e seja de que tipo de economia isso pode propiciar. É a mesma coisa, Sr. Presidente, que eu que venho de Mato Grosso do Sul possa achar

que a passagem de droga, de cocaína, de maconha pelas fronteiras de Mato Grosso do Sul advindas do Paraguai como isso possa significar economia para o País e para o Estado, nós possamos aceitar isso como passível de convivência com a sociedade brasileira. Não é possível que isso aconteça. Nenhuma autoridade brasileira, seja o Presidente da República, seja o mais ínfimo servidor público, e qualquer pessoa possa aceitar o ilícito como algo passível de ser adaptado à sociedade brasileira.

Além disso, eu quero ainda confirmar e aqui aumentar a lista que a Senadora Kátia Abreu colocou, que é necessário, sim, organizar a Amazônia a tal ponto que não é só as minas e siderurgias, não é só a expansão da área agrícola, não são só os madeiros, mas temos que discutir também o problema das reservas indígenas, das reservas florestais, da expansão urbana... Tudo isso faz parte de uma necessidade de discutir a Amazônia em bases mais sólidas. E não pontualmente quando estoura algum problema na Amazônia.

E também gostaria de fazer uma colocação que nós temos que acabar com essa pirotecnia da questão da Amazônia para o consumo externo, porque eu me lembrei que o Presidente Lula foi à ONU o ano passado e comemorou com o seu discurso na ONU à questão do nível de desmatamento na Amazônia, comemorou que isso estava diminuindo e que o Governo dele estava conseguindo segurar o desmatamento na Amazônia. E o que nós vemos hoje? É justo o contrário. Então alguma coisa está errada. Ou se faz aí um grande, vamos dizer, colocando como uma grande necessidade ou fatalidade, ou seja, lá o que for, mas não pode um Presidente de um País não saber o que se passa dentro do seu próprio País. Isso é muito ruim, porque num ano ele fala isso e no outro ano ele tem que ir lá desmentir o que ele falou.

Então quero parabenizar a Senadora Kátia Abreu e dizer que é necessário sim a gente discutir a Amazônia para que a gente não veja o aparato da segurança nacional ser colocada na Amazônia para pontualmente ver uma questão só, sendo que é necessário uma política geral, sólida, para a Região Amazônica. Eram só essas as minhas palavras.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Sr. Presidente, eu gostaria de concordar com a Senadora Marisa Serrano. Acho que nós podemos ampliar essa discussão se nós tivermos já as entidades aqui selecionadas ou os nomes, mas se nós deixássemos o Requerimento em aberto pela aprovação, se os colegas assim entenderem e nós com calma poderíamos incluir posteriormente mais alguns nomes e entidades que pudessem ampliar esse debate. Ela está coberta de razão, não só na questão da produção, mas ma-



deira, mais carvão, mais a expansão dos municípios, enfim, todas as atividades industriais, de modo geral, que são importantes na Amazônia e que nós pudéssemos então ampliar esse debate e eu concordaria como autora do Requerimento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Continua em discussão. Realmente, Senadora Kátia Abreu, essa preocupação é muito importante, relevante, e o País tem que criar normas definitivas para a nossa Amazônia. Embora que esse nosso País tenha 26% das matas nativas ainda de pé. Do mundo. Mas, assim mesmo, temos que protegê-las, temos que dar legislação e obedecer a legislação para suas execuções. Eu coloco... Encerro a discussão e coloco em votação. Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. O Requerimento está aprovado e aguarda das requerentes a inclusão de nomes necessários para marcarmos a data. Aprovado.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Osmar Dias.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Eu sou autor do Projeto de Lei do Senado 303 do Item 05. Como estou com relatoria para fazer na Comissão de Justiça ainda, eu pergunto se há possibilidade de inversão de pauta, se bem que não estou vendo aqui a presença do Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Lamentavelmente, Senador Osmar Dias, nós temos sete itens na pauta. Nenhum Relator está presente. E não temos nenhuma decisão se não encerrarmos a Sessão e abriremos outra na próxima quarta-feira, para podermos apreciar todas essas matérias. Não tendo, portanto, os Relatores presentes, nós encerramos a presente Sessão. Você quer falar?

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Eu queria fazer uma sugestão. Que antes de encerrar...

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Antes de encerrar. Ótimo.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – É que como toda quarta-feira esse drama de muitas Comissões ao mesmo tempo reunidas, eu pediria a V.Ex<sup>a</sup> que solicitasse à Secretaria da Mesa que fizesse um esforço junto aos Relatores para que nós combinássemos na quarta-feira estarmos todos aqui presentes, inclusive os Relatores, para que a gente possa desentulhar a pauta da Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Realmente, todos eles foram comunicados no dia de ontem. Nós temos reunião de líderes de várias Comissões e conseqüentemente nós nos vimos prosseguidos a encerrar a presente Sessão.

*(Sessão encerrada às 10h57.)*

**Ata da 3ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 4 de março de 2008.**

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia quatro de março de dois mil e oito, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as) – **SIBÁ MACHADO, DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, HERÁCLITO FORTES, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, CÉSAR BORGES, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ NERY E VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – Leomar Quintanilha, Pedro Simon e Cícero Lucena. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências. **AUTOR** – Deputado Nilson Pinto. **RELATORA “AD HOC”**: Senadora Marisa Serrano. **RELATÓRIO** – Pela Rejeição. **OBS**: Em reunião realizada em 26/9/2007, foi lido o relatório pela Senadora Marisa Serrano, Relatora “Ad Hoc”, pela rejeição, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro, o qual apresentou voto em separado, pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. **RESULTADO** – Retirado de Pauta. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2007. (TERMINATIVO). EMENTA** – Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária. **AUTOR** – Senador Expedito Júnior. **RELATOR** – Senador César Borges. **RELATÓRIO** – Pela Aprovação com subemenda à emenda apresentada pela Senadora Kátia Abreu. **RESULTADO** – Rejeitado o Projeto. Fica prejudicada a Emenda de autoria da Senadora Kátia Abreu. Designado o Senador Osmar Dias, Relator do Vencido. À Secretaria-Geral da Mesa. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2005. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego à pessoa física que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção e reparos de embarcações e petrechos, na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas, no seu processamento, e à que contribui diretamente para o exercício da pesca, e dá outras providências. **AUTOR**



– Senador Valdir Raupp. **RELATOR** – Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. Iniciada a fase de discussão da matéria faz uso da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Na fase de votação, a matéria foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO** – **Aprovado o Parecer favorável. À CAE, e, posteriormente, à CAS, em decisão terminativa. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite. **AUTOR** – Senador Álvaro Dias. **RELATOR** – Senador Expedito Júnior. **RELATÓRIO** – Pela aprovação com três emendas que apresenta. **RESULTADO** – **Retirado de Pauta, a pedido do Relator. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Cria o Fundo de Aval para Proteção ao Crédito Rural (FAP-CR). **AUTOR** – Osmar Dias. **RELATOR** – Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. Iniciada a fase de discussão da matéria fazem uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Osmar Dias e Sibá Machado. Na fase de votação, a matéria foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO** – **Aprovado o Parecer favorável. O Projeto será encaminhado à CAE em decisão terminativa. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 597, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Isenta o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de energia da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide-combustíveis). **AUTOR** – Senador Marconi Perillo. **RELATOR** – Senador Expedito Júnior. **RELATÓRIO** – Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **RESULTADO** – **Foi lido o relatório e concedido vista ao Senador Delcídio Amaral, nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2006. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Concede anistia das multas aplicadas pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego em face de infrações à legislação trabalhista, praticadas por pequenos produtores rurais, no período compreendido entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005, cujas propriedades estejam localizadas em municípios onde tenha sido decretado estado de emergência ou de calamidade pública, devidamente reconhecidos pela União. **AUTOR** – Senador Papaléo Paes. **RELATOR** – Senador Leomar Quintanilha. **RELATOR “AD HOC”**: Senador Osmar Dias. **RELATÓRIO** – Pela aprovação, na forma do Substitutivo que apresenta. **RESULTADO** – **Rejeitado o Parecer. Designado o Senador Osmar**

**Dias, Relator do Vencido. O Projeto será encaminhado à CCJ, e, posteriormente, à CAS, em decisão terminativa. ITEM 8: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA** – Acrescenta § 2º ao artigo 928 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração de posse). **AUTORA** – Senadora Serys Slhessarenko. **RELATOR** – Senador Paulo Paim. **RELATOR “AD HOC”**: Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO** – Pela aprovação. **RESULTADO** – **Retirado de Pauta, a pedido do Relator “AD DOC”. EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 4, de 2008 – CRA. ASSUNTO** – Requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública Conjunta desta Comissão – CRA, com a Comissão de Educação – CE, objetivando sessão especial em comemoração aos 10 anos do PRONERA – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária. **AUTOR** – Senador João Pedro. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as) – João Pedro e Kátia Abreu. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO** – **Aprovado, com adendo da Senadora Kátia Abreu, no sentido de convidar o Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Havendo número regimental declarado aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

Comunico à Comissão que em resposta ao expediente da Comissão da delegação da União Européia, lido na reunião anterior, esta Presidência encaminhará confirmação de audiência na CRA para o dia 28 de abril do corrente ano, segunda-feira às 15h. A presente reunião se destina à apreciação de matérias. Item 1.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Sr. Presidente, quero primeiro parabenizá-lo pela sua competência à frente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, uma das mais importantes sem dúvida nenhuma desta Casa, e na reunião da semana passada foi feito o registro aqui com relação à ausência dos Relatores. Eu tenho dois projetos a relatar e um voto em separado, e estava na reunião da Mesa dirigente do Senado que coincidiu com o horário da Comissão aqui de agricultura e Reforma Agrária. Hoje também tenho uma incumbência de participar do colégio de líderes, como líder do bloco da minoria, então pediria a V.Ex<sup>a</sup> que se pudéssemos fazer inversão de pauta para que pudesse relatar os Itens 3 e 5 e em seguida o voto em separado, ou do Item 1. É um voto em separado pela... Do projeto do Deputado Nilson Pinto, que teve como Relator ad hoc a Senadora Marisa Serrano e que foi pela rejeição.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Atendendo o pedido do eminente Senador Flexa Ribeiro, essa Presidência inverte a pauta e inicia-se então com o Item 3º.

Projeto de Lei do Senado nº. 238/05, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego de pessoas físicas que, trabalhando na pesca artesanal, exerce sua atividade na confecção de reparos de embarcações e trechos da cultura ou coleta de caranguejo, marisco ou algas, no seu processamento no que contribui diretamente para o exercício da pesca e dá outras providências. Com a palavra o Senador Relator Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, Senador Neuto De Conto, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores. O projeto do nobre Senador Valdir Raupp ele corrige ao incluir no programa de concessão de benefício de seguro desemprego alguns setores da maior importância que estavam desamparados porque estão sujeitos também ao interstício do defeso da pesca. Então o pescador na época do defeso já é atendido pelo programa do seguro desemprego. Só que o Senador Valdir Raupp propõe também a inclusão nesse programa dos trabalhadores na atividade de confecção e reparo de embarcações e petrechos como também aqueles trabalhadores que na captura ou coleta de caranguejos, mariscos ou algas no seu processamento. Isso vai trazer um benefício para que se faça a preservação da espécie. No meu Estado, que é um Estado que eu diria até... Exporta tudo, Presidente. Inclusive caranguejo, para o nordeste. E o que se verifica lá é que se não houver um benefício desse tipo para os catadores de caranguejo, principalmente, eles não respeitam a época de desova, não respeitam o defeso, e pegam

espécies ainda em tamanho não... Diria assim, no tamanho que ainda não seria comerciável.

Então, o Senador Valdir Raupp ele corrige dando a essas pessoas a oportunidade de preservarem a espécie e tendo também a sua condição de ter o seguro desemprego garantido a sua sustentabilidade.

Então, eu quero parabenizar o Senador Valdir Raupp pelo projeto, e o voto, Sr. Presidente, o voto pelo que já aqui expus, é pela aprovação do projeto do Senado de nº. 238/05.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – O Relator, Senador Flexa Ribeiro conclui pela aprovação. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos então para o Item 5 da pauta, Projeto de Lei nº. 303/07 de autoria do Senador Osmar Dias que cria o fundo de aval para a proteção de crédito rural. Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, Senador Neuto De Conto, Srs. Senadores. A proposição em análise de autoria do Senador Osmar Dias, um dos Senadores como V.Ex<sup>a</sup>, preocupado sempre com a questão da produção rural, que é um dos pilares da economia brasileira, ele cria o fundo de aval para a proteção do crédito rural. FAPCE. O art. 1º dispõe sobre a criação do fundo e determina a sua finalidade, será a de prover recurso para garantir os riscos da operação de crédito rural. O art. 2º determina que o fundo de aval para a proteção do crédito rural poderá ser contratado por produtores rurais ou por suas cooperativas no momento da contratação da operação de crédito rural mediante pagamento da comissão de concessão de aval. O art. 3º define que serão recursos do fundo de aval para a proteção do crédito rural a receita decorrente da cobrança da concessão de aval o resultado da aplicação financeira dos recursos do fundo, a recuperação de crédito de operações cobertas com o aval do fundo, a reversão de saldos não aplicados e outros recursos que lhe sejam destinados. O Parágrafo único determina que o saldo apurado em cada exercício financeiro seja transferido para o exercício seguinte. O art. 4º estabelece que em caso de inadimplência das operações de crédito rural em que houve contratação de aval do fundo de aval para a proteção do crédito rural o fundo quitará as parcelas vencidas incluindo os encargos contratuais no prazo de 30 dias após o vencimento simultaneamente. Será aberta operação de crédito do fundo com o mutuário no valor da quitação. O prazo de pagamento das operações com fundo é de 20 meses e taxa de juros aplicada será a variação da Taxa Selic. O art. 5º

determina que as instituições financeiras participarão do risco das operações para as quais está previsto o aval do fundo. O art. 6º estabelece os dispositivos que deverão estar presentes na regulamentação do fundo. O art. 67º estabelece a cláusula de vigência. Não foram apresentadas Emendas.

Análise, Sr. Presidente. Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos apreciar em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado 303/07 de autoria do Senador Osmar Dias. A matéria em série é da competência privativa da União para legislar sobre política de crédito conforme o que dispõe o art. 22, inciso VII da Constituição Federal não há restrições quanto à juridicidade da proposta.

Quanto ao mérito, PLS 303/07 cria o fundo de aval que constitui mecanismo de extrema importância para o fortalecimento do crédito rural, uma vez que toda operação de crédito depende do oferecimento de garantias por parte do tomador do empréstimo. No caso produtor rural as garantias do usuário são o penhor da safra e as garantias reais como a hipoteca de bens imóveis. O aval concedido pelo fundo seria mais uma opção de garantia ao produtor rural.

Vamos ao voto, Sr. Presidente. Diante do exposto voto pela aprovação do PLS nº. 303/07.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – O Relator, Senador Flexa Ribeiro concluiu pela aprovação da matéria. Em discussão. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Presidente, eu estava em outra Comissão e o Senador Flexa Ribeiro acaba de relatar o projeto de minha autoria que propõe o fundo de aval para a agricultura. É muito importante esse projeto, Presidente, parece que é simples, mas não é. Ocorre que os pequenos agricultores, especialmente agricultores familiares, eles têm já uma política agrícola consistente, através do PRONAF, mas os médios produtores eles precisam ter pouco mais de facilidade de acesso ao crédito. Como os pequenos, os agricultores familiares têm o PRONAF, eles praticamente estão contemplados ou boa parte dos produtores familiares, mas os médios produtores eles têm dificuldade por não apresentar garantias aos seus empréstimos, muitas vezes eles não podem financiar e plantar ou fazer a modernização das suas propriedades em função dessa dificuldade.

O fundo de aval funciona em vários Estados, inclusive no Estado de V.Exª, o próprio Governo do Estado implantou no Paraná nós implantamos também quando era Secretário de Agricultura, hoje ele sofreu algumas alterações, mas existe no Paraná o fundo de aval, mas é preciso transformar isso em política agrícola nacional, em lei, para que os agricultores possam ter o

respaldo do Poder Público exatamente para poder ter esse acesso ao financiamento que tem sido dificultado pelos Bancos. Então esse é um projeto que merece o apoio dos Senadores e eu peço aprovação dele para que nós possamos ter em todos os Estados do Brasil um fundo de aval que dê suporte aos financiamentos dos agricultores, em especial daqueles que não têm hoje a garantia para os seus empréstimos, e que poderão ter assegurado essa garantia através do fundo de aval do próprio Poder Público.

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Para discutir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Com a palavra o Senador Sibá Machado, para a discussão.

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – O Relator se ausentou um pouco, mas estamos com o autor do projeto, e observando que ocorreu um tempo atrás, o SEBRAE lançou um programa com a Caixa Econômica de um fundo de aval custeando até 50% dos riscos e o Governo do Estado entrou com mais 30%, se não me falha a memória. A pergunta que eu faço ao Senador Osmar Dias é: A previsão de fontes que venha assegurar e a previsão de volume dos riscos que o projeto se propõe a avaliar.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – O fundo de aval que está sendo proposto ele tem como prisão de fontes a própria fonte do crédito rural. Nós temos todo o sistema de crédito rural baseado em recursos do Banco do Brasil, do BNDES, que financia principalmente os investimentos. E essa seria a fonte de recursos. Agora, em relação a quantificar, eu realmente não teria como fazê-lo neste momento exatamente porque a demanda de crédito é que vai determinar a demanda pelo aval. E principalmente as frustrações e safras que ocorrerão.

Então, é impossível você quantificar nesse momento o quanto será necessário dentro desse fundo de aval. Mas acredito que o próprio Governo entendendo a importância desse projeto vai... Inclusive tem aqui no art. 3º. Constituir recursos do fundo de aval. A receita decorrente da cobrança de comissão de concessão de aval, o resultado da aplicação financeira dos recursos do fundo, a recuperação de crédito de operações cobertas com o aval a reversão de saldos não aplicados e outros recursos que sejam destinados. Isso é o... que constituiu a fonte. Então são os próprios recursos do crédito que vão constituir a fonte. Agora, quanto à quantificação disso aí fica realmente muito difícil porque vai depender da demanda do crédito e a demanda que sai se fazer necessário para o fundo de aval.

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Só para completar. Eu voto a favor do projeto porque na essên-



cia ele é muito interessante, mas como ele é não terminativo aqui, eu queria até propor, digamos assim, uma espécie de mensuração mínima para quem sabe até no meu entendimento arredondaria o projeto. Embora que V.Ex<sup>a</sup> lembra muito bem que depende do volume, mas talvez se nós pudéssemos avançar sobre um patamar ficaria até muito bom para o gestor e o tomador do empréstimo ter essa quantificação. Eu não sei qual foi o método que foi utilizado no Acre, não para questão rural, mas foi usado muito para empreendimentos urbanos, e foi usado uma quantificação do risco possível do empreendimento o SEBRAE entrou com 50% deste risco. E o Governo do Estado assumiu mais 30. Então foi para 80. E facilitou a vida de muitos tomadores. Então vou pegar o que foi que aconteceu lá, se for algo que possa, digamos assim, possa ser aplicado à idéia eu pergunto se o autor e o Relator aceitariam uma sugestão de Emenda não para cá, mas para próximo relatório na próxima Comissão.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Acredito Presidente que a proposta do Senador Sibá Machado é... Tem como se justificar, tem consistência, e eu concordo que tem que haver uma... Pelo menos uma quantificação mínima daquilo que será colocado no fundo, porque ele tem que começar. O fundo tem que começar. Então qual seria o valor que começaria esse fundo para depois girar, e girar com os recursos propostos nas fontes do art. 3º. Concordo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão e colocamos em votação. Sr<sup>as</sup>. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, em discussão terminativa.

O próximo item da pauta, passamos para o item 1. Projeto de Lei da Câmara nº. 56/07, de autoria do Deputado Nilson Pinto que incluiu a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências. Comunico a Comissão que em reunião realizada no dia 26 de setembro de 2007 foi lido o relatório pela Senadora Marisa Serrano. Relatora ad hoc pela rejeição. Ocasão em que foi concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro, o qual apresentou voto em separado pela aprovação da matéria e uma Emenda que apresenta. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir. Em votação. Nós damos a palavra então ao Senador Flexa Ribeiro para apresentar o voto em separado.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, Senador Neuto De Conto, Sr<sup>as</sup>. Senadoras, Srs. Senadores. Vem a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara PLC nº. 56/07 de autoria do Deputado

Nilson Pinto que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências. O art. 1º do PLC equipara os produtores rurais aos produtores de peixes, crustáceos e demais organismos de água doce ou salgada, pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam à produção ou industrialização de pescados cultivados. O Art. 2º estabelece a cláusula de vigência. No Senado Federal o projeto foi distribuído à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para emissão de parecer.

No tocante à constitucionalidade estão respeitadas os requisitos referentes à competência legislativa da União, as atribuições do Congresso Nacional e a iniciativa. Não havendo assim ressalvas a fazer quanto a esse aspecto ao PLC nº. 56/07.

Considero bastante pertinente observação do Relator, Senador hoje nosso Presidente Garibaldi Alves Filho. Com relação à técnica legislativa. Realmente a Ementa do PLC 56/07 descreve medida diferente da adotada no corpo do projeto. No caso a Ementa informa que o projeto inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural. No entanto, o art. 1º da proposição equipara aos produtores rurais os produtores de pescado cultivados. Pesca industrial e cultivo de peixe e de outros organismos aquáticos são matérias diferentes. O próprio Relator mencionou que tal imprecisão poderia ser corrigida por meio de Emenda de redação.

No entanto, face à mudança com a assunção dele à Presidência da Casa, ele não apresentou tal Emenda. Eu conversei com ele e ele não mostrou nenhuma objeção em que eu apresentasse a Ementa, este voto em separado com essa Emenda de redação que corrige a falha técnica legislativa apontada. Com todo respeito ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, discordo do entendimento de S.Ex<sup>a</sup> com relação à juridicidade do projeto. Compreendo que não há sobreposição entre a equiparação pretendida pelo projeto sob análise e a Lei Agrícola. A Lei Agrícola equipara a produção, o processamento e a comercialização de produtos agropecuários, pesqueiros e florestais à atividade agrícola. O PLS nº. 56/07 por sua vez equipara os produtores de peixes e crustáceos e demais organismos de água doce ou salgada ao produtor rural. Ou seja, a Lei Agrícola refere-se à atividade agrícola, e enquanto a proposição sob análise refere-se ao produtor rural. Com relação ao mérito deve-se esclarecer que aquicultura pode ser definida como processo de produção em cativeiro de organismo de habitat aquático, tais como peixes, camarões, rãs entre outras espécies. Considera absolutamente pertinente a equiparação dos produtores de peixe e crustáceos e afins aos produtores rurais. Esses aquicultores devem ser considerados como produtores



rurais para que tenha acesso às políticas agrícolas e ao crédito rural.

Vamos ao voto, Sr. Presidente. Em face do exposto voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 56/07 com a Emenda de redação a seguir. Emenda nº. 01. Dê-se à Ementa do PLC nº. 56/07 a redação a seguir. Equipara os produtores rurais dos produtores de peixes e crustáceos e demais organismos de água doce ou salgada, pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam à produção ou industrialização de pescados cultivados. Esse é o voto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão. Em votação. As Sr<sup>as</sup>. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam o relatório da Senadora Marisa Serrano pela rejeição permaneçam como se encontram. Pela rejeição. O relatório. Ele e a Ementa. Esse relatório foi lido ainda no ano passado, quando a Senadora Marisa Serrano deu um voto contrário, o Senador Flexa Ribeiro pediu vistas e devolveu o projeto com um voto em separado pela aprovação.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Presidente, eu entendi. Nós vamos votar se mantém o relatório da rejeição da Senadora Marisa Serrano. Vou dar o voto, sim, justificando porque. Acredito eu que considerar a pesca industrial como atividade rural eu acho que é um desvirtuamento da descrição na Lei Agrícola do que é o produtor rural. A Lei Agrícola define o que é o produtor rural e no meu entendimento eu acredito ser contrário àquilo que está disposto na Lei Agrícola você incluir uma atividade como uma pesca industrial. Por isso meu voto é pela rejeição.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Sr. Presidente para discutir.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senadora Kátia Abreu.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Gostaria apenas de tranquilizar ao Senador Flexa que a Lei 8.171 de 1991 já enquadra a atividade agrícola como produção, processamento e comercialização de produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos pesqueiros entre outros. Então isso já está muito bem definido na Lei Agrícola. Agora, se o que disse o Senador Osmar Dias, vai desvirtuar exatamente a definição de produtor rural que está na Lei Agrícola. E esse projeto sequer se refere a essa lei. Então nós estamos criando um conceito paralelo a uma lei já existente que nem menção e referência a ela faz para essa mudança, Senador.

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Para discutir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Pela ordem Senador Sibá Machado.

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Para complementar também, acho que as preocupações já feitas pelo Senador Osmar Dias e Kátia Abreu, eu também concordo com elas, mas acrescento aqui ao Senador Flexa Ribeiro que talvez o que falta é uma regulamentação melhor, melhor clarividência sobre alguns criadores de camarão, que não estão bem nítidos nesse enquadramento. Acho que isso está capenga mesmo e nesse ponto ele tem razão, Presidente. Eu acho que poderíamos então sentirmos aqui provocados nos emanarmos nessa causa e encontrar então uma solução para esta demanda, mas mexer no projeto como está eu sou obrigado a votar com a Senadora Marisa Serrano.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, a Senadora Marisa Serrano ela foi Relatora ad hoc. O parecer é do Senador Garibaldi Alves Filho. O próprio Senador Garibaldi Alves Filho, em conversa que tive com ele, ele reconhece que quando fez o seu relatório, como foi dito aqui, ele poderia ter feito essa Ementa de redação e com isso fazer o parecer pela aprovação. Então eu pediria a meus pares, esse processo... Projeto não é terminativo aqui na Comissão de Agricultura. Ele é não terminativo. Que nós pudéssemos aprová-lo aqui e vamos discutir com relação a essas correções que precisam ser feitas. Porque esse setor é da maior importância para a economia brasileira. E nós faríamos a discussão do mérito, pediria à Senadora Kátia Abreu, Senador Osmar Dias, Senador Sibá Machado que nós fizéssemos a discussão do mérito até numa reunião de aprimoramento e de aperfeiçoamento do projeto do Deputado Nilson Pinto por ocasião da tramitação terminativa que eu não sei qual seria a Comissão de Assuntos Econômicos, será terminativo em que Comissão? Vai para o Plenário?

Então eu pediria se os meus pares concordassem, eu pediria que nós retirássemos de pauta para fazer uma reunião, inclusive com o autor do projeto, o Deputado Nilson Pinto para que a gente possa fazer um entendimento e não prejudicar esse setor da maior importância para o... Eu retiro o voto em separado, peço para retirar o projeto de pauta e nós retornamos numa próxima Sessão, numa próxima Sessão da Comissão para discutir já feito a reunião com o setor rural e o setor pesqueiro.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Pela ordem, o Senador Osmar Dias.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Eu até concordo com a proposta do Senador Flexa Ribeiro de retirar de pauta. Mas, eu mantenho a minha posição pelas razões que eu expus, porque é distorcer demais a descrição do que é um produtor rural. E nós não estamos com isso prejudicando esse setor. O que prejudica esse setor não é o fato de nós não aprovarmos essa lei. Se há um problema, então que se arrume uma solução para o problema. E essa lei aqui não é nenhuma solução. Porque é que essa lei... Se considerar o pescador industrial como produtor rural vai resolver o problema do criador de camarão, do pescador de camarão? Não vejo nenhum caminho para isso. Então concordo com a retirada de pauta, mas eu mantenho a minha posição.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Flexa Ribeiro mantém a posição para retirar de pauta.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Eu mantenho o pedido de retirar de pauta e desde já convido os nobres Senadores que votaram contrário para que nós possamos fazer uma reunião junto com o autor do projeto, o Deputado Nilson Pinto, que era até agora Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, e é um Deputado do PSDB do Pará para que a gente possa discutir o mérito do seu projeto.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Pela ordem, Senador Antônio Carlos Valadares.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Senador Presidente, Neuto De Conto, eu gostaria de sugerir a V.Ex<sup>a</sup>, tendo em vista o lamentável falecimento do nosso Senador Jonas Pinheiro, que é Relator de uma matéria das mais importantes que estão em tramitação nesta Comissão, o Estatuto do Produtor Rural, que V.Ex<sup>a</sup> designe um outro Relator para dar parecer sobre assunto tão importante que não pode ficar para segundo plano, já que S.Ex<sup>a</sup> é de saudosa memória, já tinha um parecer favorável. Entretanto, devido a uma solicitação da Senadora Kátia Abreu, que ficou de apresentar algumas sugestões que eu considero que serão substanciais e importantes à complementação desse relatório, eu gostaria que V.Ex<sup>a</sup> designasse o quanto antes um Relator para dar prosseguimento ao andamento da matéria. Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Valadares, em função do

passamento do nosso querido companheiro Jonas Pinheiro, obedecendo a legislação e nosso regimento, nós tivemos por força do regimento fomos redistribuídos e a Senadora Kátia Abreu é que nós pedimos que ela tivesse a responsabilidade e a satisfação de relatar essa tão importante matéria. E com a Senadora Kátia Abreu então a palavra.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Obrigada, Presidente. Eu gostaria de agradecer a confiança e parabenizar mais uma vez o Senador Valadares por essa atitude. Já disse a ele que fico com muita inveja de não ter sido a autora dessa grande idéia, mas quero colaborar com ele. Ainda ontem, Senador, fizemos uma reunião com o grupo técnico, já fizemos uma revisão no estatuto, estamos aproveitando e aglutinando nele, aproveitando a idéia extraordinária do Senador e aglutinando toda a legislação do agronegócio nesse mesmo estatuto como sonhava tanto o Senador Jonas Pinheiro.

Então, prontamente nós estaremos já com ele em finalização, inclusive para discutir com o Senador autor da proposta, para solicitar a V.Ex<sup>a</sup> que coloque em votação esse importante projeto para o agronegócio brasileiro. Muito obrigado, Presidente.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Senador Presidente, apenas para elogiar a escolha de V.Ex<sup>a</sup>. Porque o projeto já estava nas mãos justamente da pessoa que V.Ex<sup>a</sup> escolheu como Relatora. Uma pessoa dedicada à agricultura, conhecedora profunda da questão agropecuária e do agronegócio no País, então a pessoa que se identifica, sem dúvida alguma com uma proposta como essa. Fiquei muito feliz e satisfeito que a escolha recaiu sobre uma pessoa que merece a nossa confiança, nosso respeito e a nossa admiração, por tudo que ela representa aqui no Senado e também nas suas atividades da agropecuária brasileira.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Nós então colocamos em votação a retirada de pauta do Projeto de Lei 56. Então está retirado de pauta. Passamos agora ao Item 8º. Em razão da falta de Senadores Relatores, nós estamos fazendo os que estão presente, e com a palavra... Aqui.

O Projeto de Lei do Senado nº. 318/03, de autoria da Senadora Serys, que acrescenta os § 2º, art. 928 da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973 que institui o Código de Processo Civil, dispõe sobre a expedição de mandato de liminar de manutenção ou de reintegração de posse. Com a palavra o Relator, Senador Paulo Paim. Nós consultamos ao Senador Delcídio se poderia fazer em *ad hoc* o relatório.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS)** – Sr. Presidente, trata-se de um projeto que tem como Relator

o Senador Paulo Paim, apresentado aqui à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para exame. Trata-se de uma iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko, e acrescenta o § 2º da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 73 que institui o Código de Processo Civil. A proposição consiste conforme seu art. 1º em acrescentar o § 2º art. 928 da Lei 5.869 que institui o Código de Processo Civil renumerando-se o atual Parágrafo Único para § 1º, objetivando estabelecer que antes da decisão sobre pedido liminar de manutenção ou reintegração de posse relativamente a imóvel rural objeto de invasão coletiva, pleiteando a Reforma Agrária o Juiz sempre que possível ouvirá previamente no prazo que assinalar o órgão governamental competente para tratar da questão fundiária tanto no âmbito da União quanto dos Estados. A matéria foi distribuída às comissões... Das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Agricultura e Reforma Agrária cabendo a primeira decisão terminativa. Fim do prazo regimental, não foram apresentadas Emendas ao PLS. 380/03. Sr. Presidente, resumidamente é que em caso de invasão, antes do Juiz exarar alguma sentença ele precisaria quando possível consultar o INCRA. Então é dentro desse escopo que o Relator Paim afirma que é favorável à aprovação desse Projeto de Lei. Agora, como ele está aqui em caráter terminativo... Ah, na CCJ. Portanto esse é o parecer, Sr. Presidente, do Senador Paim, favoravelmente ao projeto da Senadora Serys Slhessarenko.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado, Senador. Com a palavra Senadora Kátia para discussão.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Sr. Presidente, eu gostaria de discutir já manifestar meu voto contrário à proposta, com todo respeito à autora do projeto, a Senadora Serys Slhessarenko, competente como sempre, determinada, e o Relator Senador Paulo Paim. Sr. Presidente, nós não podemos, na minha opinião, embora não seja jurista, mas criar condições para que a Constituição seja cumprida caso assim um Juiz de Direito entender. Eu estou condicionando se possível ou mesmo se não for possível a que ele tome depoimentos e que ele possa ouvir uma instituição que seja o INCRA, que seja qualquer órgão do Governo, Ministério da Agricultura, isso é simplesmente inadmissível, Sr. Presidente, que nós possamos impor em lei mesmo que sempre que possível, possível já é. Se um Juiz entender que tem que ouvir qualquer Ministério, qualquer entidade, qualquer instituição ou o próprio INCRA, o Juiz tem o livre arbítrio de o fazer. Nós não precisamos colocar isso em lei porque nós sabemos que no Brasil todas as leis que são alteradas podem causar dúvidas e normalmente nós estamos com uma fila enorme de processos no Supremo Tribunal Fede-

ral esperando julgamento de inconstitucionalidade de leis mal interpretadas. Então nós precisamos, Sr. Presidente, de ter as coisas bastante claras. Nós temos uma Constituição que garante direito à propriedade e reintegração de posse. É essa a autonomia do Judiciário, assim como tem autonomia, repito, de tomar informações e consultas a quem quer que senha. Meu voto é contrário ao projeto. E ao relatório.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Continua em discussão. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – O Alvaro Dias é bem mais velho do que eu, Sr. Presidente. Ele se cuida mais, mas é ele é mais velho. (risos)

Presidente, eu... Basta ler o artigo. Presidente, é aqui. Vou ler o artigo. Art. 2º. “Antes de decisão sobre o pedido de liminar de manutenção ou reintegração de posse relativamente a imóvel rural, objeto de invasão coletiva pleiteando a Reforma Agrária, o Juiz, sempre que possível, sempre que possível, ouvirá previamente no prazo que assinalar, ouvirá previamente no prazo que assinalar o órgão governamental competente para tratar da questão fundiária tanto no âmbito da União quanto dos Estados”. Então a pergunta que eu faço é o seguinte: Precisa estar na lei? Se o Juiz quiser antes de tomar a decisão ele não vai ouvir o órgão governamental? E ainda coloca: “Sempre que possível...”

Então, quem vai decidir se é possível ou não ouvir é o Juiz, né? Se é possível ouvir. Ele vai decidir se é possível ouvir, e ele vai decidir o prazo que ele vai ouvir. Imagine se ele quiser, por exemplo, num caso de reintegração de posse postergar indefinidamente a decisão. Vai dizer que ainda não ouviu a parte governamental.

Então, Presidente, eu até ia pedir vista, mas vou votar contra mesmo o projeto porque acho que não tem consistência e não tem justificativa de ser.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Continua em discussão o Projeto de Lei. Projeto de Lei da Senadora Serys. Chegou a autora. Gostaria de saber se a autora quer usar da palavra. Não. Então nós encerramos a discussão e colocamos em votação.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS)** – Sr. Presidente, é uma coisa meio inusitada, eu como eu gostaria de conversar com a minha companheira Serys Slhessarenko, de bancada, e eu gostaria de mesmo tendo relatado, é um fato meio estranho, não sei se admissível isso, eu gostaria de retirar de pauta para fazer uma discussão com a Senadora Serys sobre esse assunto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Então... Nós, atendendo ao pedido



do eminente Senador, nós retiramos de pauta então o Item 8 da pauta. Quem é que relata? Projeto de Item 7º da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 91/06 de autoria do Senador Papaléo Paes que concede anistia das multas aplicadas para fiscalização do Ministério do Trabalho e do Emprego, em face da informação e legislação trabalhista praticadas por pequenos produtores rurais no período compreendido entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005, cujas propriedades estejam localizadas nos Municípios onde tenha sido decretado estado de emergência ou de calamidade pública, devidamente reconhecida pela União. Com a palavra o Relator, Senador Leomar Quintanilha, que não está presente. Vamos passar ao Senador Álvaro Dias, se nos gostaria de dar o prazer... Osmar Dias. Eu estou com o Álvaro. Desculpe, Senador. Osmar Dias. Se puder fazer a leitura do relatório.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Presidente, esse relatório aqui está até difícil de ler, viu?

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Enquanto ele encontra vou fazer um comentário aqui que se o Relator permitir. Ele trata de conceder anistia das multas aplicadas pela fiscalização do Ministério de Trabalho e Emprego em face de infrações a legislação trabalhista praticadas por pequenos produtores rurais no período compreendido entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005, cujas propriedades estejam localizadas em Municípios onde tenha sido decretado estado de emergência ou de calamidade pública devidamente reconhecido pela União. Se a calamidade pública atrapalhou os pequenos, deve ter atrapalhado os médios e grandes, né Presidente? Calamidade pública é calamidade pública. É para rico, para pobres, para pequeno, médio, grande... Gostaria que o Relator levasse em consideração.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Tem um relatório apresentado e eu fui designado para ler o relatório. O relatório é do Senador Leomar Quintanilha. E ele diz o seguinte: Que o Projeto de Lei do Senado nº. 91/06 de autoria do Senador Papaléo tem por finalidade conceder anistia aos produtores rurais das multas aplicadas pela fiscalização do trabalho decorrentes de infrações a legislação trabalhista. Na verdade, aqui está concedendo anistia aos produtores rurais das multas aplicadas pela fiscalização do trabalho decorrentes de infrações a legislação trabalhista no período compreendido entre janeiro de 2004 e dezembro de 2005, cujas propriedades estejam situadas em municípios onde tenha sido decretado estado de emergência ou calamidade pública devidamente reconhecido pela União. Eu até sugiro à Senadora Kátia Abreu enquanto eu leio o relatório, se ela quiser fazer uma Emenda, eu já posso dar o parecer sobre a Emenda também. Ao jus-

tificar sua iniciativa, o autor da proposição alega que a medida é necessária diante da grande dificuldade econômica enfrentada pelos produtores rurais decorrente de eventos climáticos imprevisíveis. Em razão disso, as infrações cometidas não teriam resultado da vontade dos empregadores rurais, mas a sua capacidade material de honrar seus compromissos trabalhistas.

Então, aqui não se trata de dívida de crédito rural. É que houve naquele período, nas regiões onde a calamidade pública foi decretada, produtores que não cumpriram com alguns aspectos da legislação trabalhista. E o que o Senador Papaléo está propondo é que se os pequenos produtores não cumpriram, que eles sejam anistiados das multas impostas pelo Ministério do Trabalho, pela fiscalização do trabalho. Multas decorrentes de infrações à legislação trabalhista.

Bom, então quem não cumpriu pequeno produtor, o médio produtor e o grande produtor. No caso, é considerado incapaz de cumprir as infrações apenas o pequeno produtor.

Então, eu também fico em dúvida se essa calamidade não impediu que os médios produtores, por exemplo, não cumprissem também esses aspectos da legislação trabalhista. Como é bastante simples de entender, eu vou encurtar a conversa e ler o voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 91. Esse é um Projeto de Lei simples que está propondo uma coisa simples de entender, mas complicada no sentido de que a gente não sabe se aqueles que estavam lá como médios produtores, grandes produtores tiveram problemas que também o impediram de cumprir a legislação trabalhista, se é justo para um, pode ser injusto não atendendo a todos. Ou pode ser injusto até atendendo a qualquer um mesmo. Porque a legislação trabalhista ela deve ser cumprida no meu entendimento... Sr. Presidente, agora eu saio do parecer exarado pela Senadora... A Senadora não, pelo Senador Leomar Quintanilha para fazer o meu comentário.

No meu entendimento, o parecer e o projeto não estão de acordo com o que eu penso. Eu entendo que a legislação trabalhista tem que ser cumprida em qualquer circunstância. A legislação trabalhista tem que ser cumprida em qualquer situação. Se nós abrímos um precedente para que a legislação trabalhista deixe de ser cumprida porque houve um problema climático ou qualquer outra coisa, aí nós vamos estar dando razão para aqueles que acham que tudo que ocorre é trabalho escravo. Nós precisamos separar bem o que é legislação trabalhista e ela tem que ser cumprida mesmo. Em qualquer circunstância. Por isso o parecer do Senador Leomar Quintanilha é a favor, mas meu voto vai ser contra.



**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Sr. Presidente, para discutir.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Já temos o parecer do Relator e também já a discussão do projeto e o primeiro a discutir foi o Senador Osmar Dias, e agora passamos então a discussão para a Senadora Kátia Abreu.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Sr. Presidente, eu quero aqui concordar com o Senador Osmar Dias, e também deixar registrado que acho que não existe nenhuma dúvida em todo Brasil da nossa defesa em prol do agronegócio, do produtor rural, do pequeno, médio e grande. Mas, sinceramente, misturarmos a legislação trabalhista, o descumprimento de legislação trabalhista que é uma luta ferrenha para o cumprimento dela, a legislação trabalhista já é hoje, já tem o conhecimento de quase toda a população brasileira, podemos até pensar em parcelamento, em prorrogação, mas isenção de legislação... De descumprimento de legislação trabalhista que seja pequeno, médio ou grande, eu também gostaria de votar ao contrário. É a mesma argumentação dele. Se fosse isentar, tinha que isentar todos pela calamidade, mas eu também fico com o Relator no sentido de não aprovar essa matéria e não confundir descumprimento de legislação trabalhista com calamidade pública que o Governo tem obrigação através de seus Ministérios de suprir esses produtores rurais e também trabalhadores urbanos em caso de calamidade, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Continua em discussão.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Presidente, vamos deixar claro o seguinte. É que o projeto está propondo pura e simplesmente a dispensa do pagamento de multas e o perdão das infrações, vamos falar a palavra correta, no caso de descumprimento da legislação trabalhista. Tanto a Senadora Kátia quanto eu temos um entendimento em relação a dívidas contraídas de crédito rural, isso é outra história que nós estamos...

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Só trabalhista.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – É para ficar bem claro é que nós não concordamos que se perdoe essas infrações cometidas contra a legislação trabalhista por conta de qualquer calamidade porque isso abre um precedente que não dá para segurar depois. Nós queremos que seja obedecida a legislação trabalhista, mas também queremos que seja respeitado quem obedece a legislação trabalhista.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Delcídio Amaral para a discussão.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS)** – Eu gostaria, Presidente, primeiro registrar que estou de acordo com os pontos de vista da Senadora Kátia Abreu e do Senador Osmar Dias. Acho que se abre um precedente perigoso, e hoje o Senador Sibá votou com a Senadora Kátia Abreu, e agora a Senadora Kátia Abreu vota com o Governo também. (risos) E eu também sou contra esse projeto pelas razões muito bem expostas pela Senadora Kátia Abreu e pelo Senador Osmar Dias.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senadora Serys para a discussão.

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)** – Ser bastante breve. É uma situação complexa, eu diria que com relação às multas para os pequenos, de repente é até interessante, mas perdão de infração é muito complicado. É muito difícil. É... ou a gente pede vistas para rever isso aí ou então vota contra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Então... Encerrada a discussão. Em votação. Senhoras e senhores que votaram contra permaneçam como estão. Ao parecer. Rejeitado o projeto.

Nós vamos... O Item 2 da pauta, que é o Projeto de Lei do Senador... Do Senado nº. 260/07 de autoria do Senador Expedito Júnior, que institui a política nacional de integração lavoura-pecuária. Informo a Comissão que em 26 de setembro de 2007 foi realizada Audiência Pública para instruir o projeto. Com a palavra o Relator, Senador César Borges.

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA)** – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>. Senadora, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº. 260/07, de autoria do Senador Expedito Júnior, que foi apresentado em 21 de maio de 2007, distribuído à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para decisão terminativa já teve seu prazo decorrido e não foram oferecidas Emendas à proposição. O art. 1º estabelece os objetivos da Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária. O Art. 2º fixa os princípios e o art. 3º as competências do Poder Público. O art. 4º orienta para a utilização dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, instituído pela Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 e do sistema nacional de crédito rural nos termos da Lei 4.595 de 31 de dezembro de 64, e número 4.829 de 5 de novembro de 1965. Por fim o art. 5º estabelece o prazo de 180 dias para a entrada em vigor da Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária. Em cumprimento ao Requerimento 14/07 foi realizado nessa Comissão em 26 de setembro de 2007 Audiência Pública com a finalidade de debater e instruir a matéria. Participaram da Audiência Pública os Srs. José Roberto Rodrigues Perez, Gerente-Geral da EMBRAPA, e Luis Carlos Balbino,

Gerente de planejamento e negócio da mesma empresa. Foi apresentado perante a Comissão Emenda de autoria da Senadora Kátia Abreu, que modifica o inciso I do art. 1º do projeto. De forma a estabelecer que um dos objetivos da integração lavoura-pecuária é adequar de forma sustentável a lotação pecuária e a produtividade da agricultura visando a reduzir os impactos na degradação do meio ambiente, aumentar a qualidade dos produtos e proporcionar rentabilidade à agropecuária.

O PLS em análise atende aos ditames da Lei Complementar 95 de 26 de fevereiro de 98 com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº. 107/01 garantindo ao projeto assim todos os atributos exigidos pela boa técnica legislativa.

No tocante à constitucionalidade entendemos que obedece aos requisitos constitucionais relativos à competência legislativa do Congresso Nacional e à iniciativa, ademais do PLS 260/07 não fere a ordem jurídica vigente, e sua tramitação está em conformidade com todas as demais regras regimentais.

Quanto ao mérito, o princípio da Integração Lavoura-Pecuária, ILP, já vem sendo estimulado através de diversas ações governamentais, como estratégia para a recuperação de áreas degradadas, sobretudo, pastagens e de alcance da sustentabilidade ecológica e socioeconômica da produção agropecuária. O Departamento de Sistema de Produção e Sustentabilidade, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e cooperativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, coordena um programa de incentivo à integração lavoura pecuária em convênio com a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior. Em associação com o princípio do plantio direto na palha, há ações desse programa envolvendo diversas instituições na Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Tocantins para a formação de comitês estaduais e de associação de produtores. Estudo científico vem sendo desenvolvido, sobretudo, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA. Há ainda o Programa de Integração Lavoura-Pecuária, PROLAPEC, com o financiamento através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES. Que propicia empréstimo de até 345 mil reais. A integração lavoura pecuária configura, portanto, uma tendência irreversível de busca do desenvolvimento sustentável embasada por estudos científicos, programas governamentais e linhas de financiamento. Por essa razão o PLS nº. 260/07 soma-se a essas iniciativas instituindo uma política nacional que orienta e estimula as atividades agropecuárias sem se descuidar da preservação

dos recursos naturais indispensáveis à sobrevivência das futuras gerações.

Acatamos por fim a Emenda da Senadora Kátia Abreu na forma de Subemenda que aprimora a proposição no tocante à técnica legislativa. A Emenda é importante por priorizar a preservação do meio ambiente e a rentabilidade do produtor rural entre os objetivos da Integração Lavoura-Pecuária.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 260/07 e da Emenda nº. 01, na forma da seguinte subemenda. Subemenda: Dê-se ao inciso I, do art. 1º do PLS 260/07 a seguinte redação. Adequar de forma sustentável a lotação pecuária e a produtividade da agricultura, no sistema misto de exploração da lavoura e da pecuária em áreas já desmatadas, visando a reduzir os impactos na degradação do meio ambiente, aumentar a qualidade dos produtos e a proporcionar rentabilidade aos produtores rurais. É esse o parecer e o voto, Sr. Presidente. Pela aprovação incorporação da subemenda da Senadora Kátia.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – O relatório conclui pela aprovação do projeto com subemenda à Emenda apresentada pela Senadora Kátia Abreu. Colocamos em discussão.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS)** – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Em discussão, Senador Delcídio Amaral.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS)** – Sr. Presidente, é um projeto... Eu estava conversando com o Senador Osmar Dias, esse projeto parece aquelas campanhas de Governador. Promover a inclusão social, estimular o desenvolvimento e melhorar a eficiência do agronegócio... São coisas vagas. Esse é um projeto que não... é um projeto de sonho, é uma coisa... São idéias maravilhosas e a realidade é muito diferente. Portanto, Sr. Presidente, eu sei que nós não temos quórum para votar, mas é um projeto... Uma coisa maravilhosa, uma coisa belíssima... é uma coisa... Nunca domingo, assim, ao pôr do sol... é uma coisa sem nenhuma... Sem nenhuma utilidade, do meu ponto de vista. Com todo respeito que eu tenho ao autor do projeto, e que incansavelmente dedicadamente o Senador César Borges acabou de relatar porque é um homem obediente, disciplinado, rigoroso, e mais do que nunca, companheiro de todos nós.

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA)** – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Com a palavra o Senador César Borges.

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA)** – Sr. Presidente, sou apenas o Relator. O autor é o nobre Senador Expedito Júnior que merece toda a nossa atenção, respeito, e tenho certeza que ele está imbuído dos melhores propósitos a fazer esse projeto. Acho que o Senador Delcídio está um pouco desiludido, ele poderia ser mais esperançoso com a legislação brasileira, um pouco mais otimista, afinal de contas sonhar, já foi dito aqui, é muito importante. Porque o sonho é o primeiro passo para as realizações. Então não tem porque essa desesperança. Seja no projeto do Senador Expedito, seja na própria execução e nos bons propósitos. Claro que muitas vezes nós pensamos grande, pensamos alto, mas se não pensarmos assim, mesmo que a execução seja diminuta, que os objetivos e as metas sejam pequenas, Sr. Presidente, eu acredito que o Senador Delcídio deve estar sofrendo algum motivo, talvez, de uma preocupação, decepção, não sei bem em que área pública, etc, na base talvez do setor agropecuário, mas aqui há um intuito de direcionar as ações do Governo para que eles possam mitigar essas dificuldades que lamentavelmente assolam a agricultura e a pecuária brasileira. Inclusive com relação ao problema de desmatamento e meio ambiente. Portanto, eu quero ressaltar aqui a importância e ressaltar também a importância do projeto e o intuito do Senador Expedito Júnior, e eu como Relator, claro Sr. Presidente, é do meu coração todas boas intenções têm que ser acatadas. Eu não deixaria de acatar uma boa intenção, principalmente de um colega Senador desta Casa. E ainda foi aprimorado pela Senadora Kátia Abreu. Aprimorou, fez uma Emenda que aprimorou o projeto. Aprimorou o projeto, melhorando, mostrando que a Senadora Kátia também é uma pessoa dedicada à questão da lavoura e da pecuária como todos nós sabemos.

Portanto, Sr. Presidente, eu sei que o Senador Delcídio vai refletir e vai votar favoravelmente ao projeto e esperança que ele tem que as coisas que são iniciada através de boas intenções se transformem numa realidade num futuro próximo. Muito obrigado, Sr. Presidente, queria fazer essa defesa do projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Continua em discussão. Encerrada a discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, exigindo quórum de votação nominal. Em votação o projeto com o relatório favorável.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Osmar Dias.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Não sei se estou enganado, mas não tem quórum, né?

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Tem não.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Quer dizer que vamos ter que votar mesmo isso aí? Presidente, eu concordo com tudo que o Senador César Borges falou, mas vou votar contra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Vou fazer uma chamada nominal. Senador Delcídio Amaral.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS)** – Eu, com todo respeito e admiração que tenho pelo Senador Expedito, e com o Relator Senador César Borges, que está numa fase contemplativa, é uma coisa admirável, Senador César Borges. Depois que ele foi Governador duas vezes da Bahia, entrou numa fase de reflexão, de contemplação... Eu voto contra, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Antônio Carlos Valadares.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Sr. Presidente, não é para dourar a pilula, mas reconheço as qualidades que já foram aqui evidenciadas pelo Senador Delcídio a respeito do Senador Relator dessa matéria, César Borges. Eu voto contra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador César Borges. Voto conhecido. Senador Augusto Botelho.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Dentro do espírito de conhecer as qualidades do Senador César Borges, inclusive que sei que ele vai assumir uma grande liderança na Bahia, ele era amigo do Antônio Carlos Magalhães, mas nessa ação aqui vou ter que ficar de acordo com o pessoal da agricultura. Voto contra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador José Nery.

**SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA)** – Voto contra, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senadora Kátia Abreu.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Presidente, que dia memorável esse aqui na Comissão de Agricultura. A oposição e a base não votamos nada diferente hoje. Todo mundo votando igual. Sr. Presidente, na realidade, tirando as brincadeiras para amenizar a tensão, mas o inconveniente, Senador César Borges, é que os nossos amigos na base, os nossos produtores rurais quando lêem no Jornal do Senado ou na TV Senado que foi aprovado um tipo de projeto desse, entende que na mesma hora isso aqui é uma



verdade, que isso realmente vai acontecer. Que era o que deveria acontecer. O que virasse lei no Brasil deveria acontecer. Então isso cria uma expectativa que infelizmente, infelizmente mesmo, se esse pra gente pudesse ser verdadeiro nós todos ficaríamos muito felizes. Eu voto contra, Sr. Presidente, porque na realidade isso não pode ser implementado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Flexa Ribeiro. Como vota?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, eu quero aqui dizer que estou ao lado do Senador César Borges com relação à esperança. A esperança de que nós vamos alcançar dias melhores para o povo brasileiro. Entendo a frustração do nobre Senador Delcídio Amaral porque essa esperança que tão bem o Senador César Borges colocou ao defender o seu parecer, e que foi contestada pelo Senador Delcídio, mas isso é em função da evolução que o Senador Delcídio está tendo ao longo do seu mandato, competente em defesa do Mato Grosso do Sul, e ele vai chegar ao ponto que todos nós desejamos que é fazer parte do bloco de oposição vindo para o PSDB porque ele já teve vários convites a esse respeito. E eu diria, Senador César Borges, Senador Delcídio, o slogan do Governo quando ele ganhou a primeira eleição, que a esperança venceu o medo, mas lamentavelmente não venceu a competência.

Então, com tudo isso, reconhecendo que o Senador César Borges tem toda razão em fazer um parecer para trazer esperança na unificação dos produtores... A integração da pecuária com a agricultura, mas pelo conhecimento dos Senadores... Do Senador Osmar Dias e da Senadora Kátia Abreu, como lideranças do setor ruralista, eu vou acompanhar os votos dos mesmos, ficando contrário ao parecer do Senador César Borges.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – (pronunciamento fora do microfone) Senadora Marisa Serrano?

**SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Contra, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Como vota o Senador Osmar Dias? Contra. Oito votos não e um sim. O projeto está rejeitado.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS)** – Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer o registro, é impressionante como na Comissão de Agricultura como é que o Governo e a oposição estão votando juntos aqui, acho que esse exemplo tem que ser seguido em outras Comissões e no Plenário do Senado Federal.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Sr. Presidente, o agronegócio é suprapartidário. O interesse é do País e não dos partidos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Delcídio Amaral. Aqui nós defendemos o agronegócio. Realmente acho que é importante. Senador João Pedro que pediu... Não. Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Só para justificar o Senador Delcídio. É que a oposição está se chegando, a base do Governo está se chegando à oposição. Em breve seremos todos coesos em defesa da sociedade brasileira, contra o Governo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Com a reprovação do projeto a Emenda da Senadora Kátia Abreu fica prejudicada. Senador Sérgio.

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA)** – Como o autor do projeto está presente, eu acho que ele deveria dar uma palavra.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA)** – Unanimidade não. Não foi unanimidade, não. O Relator foi favorável ao projeto. O projeto é cheio de boas intenções. Acho que houve um equívoco na análise do projeto na Comissão. Eu respeito, mas eu votei favorável e meu relato foi favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Passamos ao Item 4 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 4/07 de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados, IPI, na aquisição de insumos de equipamentos especificados utilizados na produção de leite. Com a palavra o Relator, Senador Expedito Júnior.

**SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO)** – Sr. Presidente, antes porém, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário aqui sobre o Projeto Lavoura-Pecuária que tivemos aqui só o voto do Relator e me parece que principalmente o Senador Delcídio Amaral foi quem mais debateu contra o projeto. Na verdade, o projeto nosso...

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS)** – Não debati contra o projeto. Não falei isso. Falei que era uma peça. Isso está claro, está gravado. É uma peça que todo mundo está trabalhando para isso. Por exemplo, dão sede, o cara tem que beber água. Tá com fome, o cara tem que comer. Todo mundo persegue isso, mas isso está implícito, está nos corações e mentes de toda a agricultura, de toda a pecuária, de todos os produtores, pequenos, médios e grandes.



**SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO)** – Eu só acho que nós perdemos uma grande oportunidade de recuperar aí grande parte de áreas hoje que não se aproveitam. Que não se faz nada com essas áreas. De repente era a oportunidade que nós tínhamos, inclusive fizemos uma Audiência Pública nessa Casa, teve aqui a EMBRAPA, inclusive, defendendo o nosso projeto, e essa recuperação dessas áreas degradadas, principalmente nesse momento aonde se fala tanto sobre o desmatamento na região amazônica, eu acho que seria uma oportunidade de começarmos o debate sobre essa recuperação dessas áreas degradadas, mas eu entendo o posicionamento, acho que se prevalece aqui... Acho não. Prevaleceu aqui a maioria, e prevaleceu aqui o voto da maioria. Então eu entendo e já vou fazer o relatório do Item 4, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Item 4 da pauta.

**SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO)** – Sr. Presidente, como Relator eu gostaria de fazer um pedido. Gostaria de retirar esse projeto da pauta e gostaria de apresentar na próxima reunião. Eu fiz um relatório aonde eu acatei praticamente só os insumos do leite. E acho que nós podemos melhorar aí o nosso relatório.

Então eu gostaria de pedir a retirada para que eu pudesse dar uma analisada e reapresentá-lo na próxima reunião.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – O Projeto de Lei nº. 4 atendendo ao pedido do Senador Expedito Júnior será retirado de pauta.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Sr. Presidente, pela ordem. A Senadora Marisa Serrano tem um Projeto de Lei que deverá passar nessa Casa proximamente com relação a essa questão dessas isenções que o Senador Expedito pretende ampliar, nela já vem um Projeto de Lei ampliado dessas isenções. Apenas para deixar registrado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Está retirado de pauta. Último Item da pauta, Item 6. Projeto de Lei do Senado 597/07 de autoria do Senador Marconi Perillo que isenta o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de energia de... Da contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados. O álcool etílico combustível (cide-combustíveis). Com a palavra o Senador Relator Expedito Júnior.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS)** – Sr. Presidente, eu só gostaria de registrar que a pedido da liderança do Governo nós vamos pedir vistas des-

se processo. Eu quero dizer que eu apresentei como sugestão na Subcomissão dos Marcos Regulatórios essa proposta, portanto, eu acho que ela é muito importante, principalmente para o segmento do agro-negócio, mas em função das ponderações que foram aqui apresentadas pela Receita Federal eu vou solicitar vistas desse projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Gostaríamos, Senador, que antes de lermos o relatório para depois atender V.Ex<sup>a</sup>. Com a palavra o Relator.

**SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO)** – Sr. Presidente, é submetida a esta Comissão o Projeto 597/07, de Ementa em epígrafe de autoria do nobre Senador Marconi Perillo a proposição será posteriormente apreciadas pelas Comissões de Infra-Estrutura ainda e de Assuntos Econômicos do Senado. O nosso parecer é favorável com Emenda, mas parece que já há o pedido de vista, há orientação da liderança.

Então, Sr. Presidente, nosso voto é... O parecer é favorável, e regimentalmente há possibilidade de pedido de vista. Então, esse é nosso voto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado, Senador Expedito Júnior. Concedemos a vista ao Senador Delcídio Amaral do Projeto de Lei do Item 6º da pauta.

Sobre a Mesa Requerimento do Senador João Pedro, PT do Amazonas, que requer que ele nos termos do regimento que esta Comissão em conjunto com a Comissão de Educação, CE, realize Sessão especial em comemoração aos dez anos do PRONERA, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Justificativa. O PRONERA, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é uma política de educação no campo desenvolvido em áreas de Reforma Agrária, executada pelo Governo Brasileiro. Seu objetivo é fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as dimensões econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas. O PRONERA nasceu em 1998 a partir da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social, desde então milhares de jovens e adultos trabalhadoras e trabalhadores na área de Reforma Agrária têm garantido o direito de alfabetizar-se e de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino. Esta ação promove a justiça social no campo por meio da locatização das ações, a educação na alfabetização, escolarização de jovens e adultos na formação de educadores para escolas de assentamentos e acampamentos, e na reforma técnica profissional de nível médio e superior. Sala das Sessões, 4 de março de 2008. Com a palavra o autor do Requerimento, Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup>. Senadoras, penso que esse projeto que digo é da sociedade brasileira, e que os governos nesses últimos anos vêm implementando, é muito importante para os trabalhadores rurais, principalmente para as famílias, para a agricultura familiar, para os trabalhadores que estão nos projetos, nos assentamentos, nos projetos do Governo Federal. E faz dez anos essa experiência. E é momento para nós refletirmos acerca da Reforma Agrária, da educação no campo, e nós evidentemente que poderíamos inclusive convidar educadores, pessoas que estão comprometidas com a educação no campo, a estratégia do PRONERA é justamente trabalhar com as pessoas que vivem nos assentamentos.

Então, há um projeto muito importante que vem acontecendo por esse interior do Brasil, eu trabalhei próximo com educadores, com filhos de assentados, com jovens assentados, então são dez anos desse programa de educação no campo. O PRONERA. O Requerimento é no sentido de nós fazermos junto com a Comissão de Educação nesse dez anos agora no mês de abril uma Sessão onde nós possamos refletir, discutir, analisar, fortalecer um projeto de educação tão importante para a Reforma Agrária, para o campo, mas fundamentalmente para a juventude e para os adultos que carecem do ensinamento básico, do ensino fundamental. O PRONERA inclusive hoje tem o terceiro grau, o nível superior. São conquistas que estão acontecendo lá no campo brasileiro, principalmente nos projetos de assentamentos. Então esse... São dez anos de PRONERA, esse é o Requerimento.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Sr. Presidente,.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Eu gostaria de sugerir, se o Senador João Pedro concordasse, de convidar para essa Audiência Pública também um representante do SENAR Nacional que é o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural ...

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – De acordo.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – ...para que possamos debater esse assunto da maior importância que ele propõe aqui no dia de hoje. Muito obrigada, Senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Em votação o requerimento. Aprovado. Com o adendo da Senadora Kátia Abreu.

Antes de encerrar, comunico à Comissão que amanhã, dia 5 de março do corrente, às 10h, essa Comissão em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente

e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realizarão Audiência Pública para tratar dos investimentos dos grupos estrangeiros em terras brasileiras.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

*(Sessão encerrada às 12h48.)*

**Ata da 4ª Reunião (Conjunta) da Comissão De Agricultura e Reforma Agrária e 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa Do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 5 de março de 2008.**

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia cinco de março de dois mil e oito, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO** e da Senadora **MARISA SERRANO**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos seguintes senadores(as) – **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, CÉSAR BORGES, VALTER PEREIRA, MARCONI PERILLO E SÉRGIO ZAMBIASI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – Sibá Machado, Leomar Quintanilha, Pedro Simon e Heráclito Fortes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 24, de 2007 – CRA**, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Antônio Carlos Valadares, aprovado em 30.10.2007 e do **Requerimento nº 37, de 2007 – CMA**, de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Antônio Carlos Valadares e Sibá Machado, aprovado em 9.10.2007, com o objetivo de analisar e discutir os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras, com a presença dos seguintes convidados: **SR. Rolf Hackbart** – Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; e representante do MDA; **SR. Fernando Queiroz Segovea Oliveira** – Coordenador – Geral de Defesa Institucional Polícia Federal, representando o Ministério da Justiça – MJ/PF; **SR. Ronaldo Jorge Araújo** – Consultor-Geral da Advocacia-Geral da União – AGU. **RESULTADO – AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA**. Após a exposição

dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as) – Marisa Serrano, Renato Casagrande, Antônio Carlos Valadares, Osmar Dias, Sérgio Zambiasi, Gilberto Goellner, Valter Pereira, João Pedro, Flexa Ribeiro e Kátia Abreu. **RESULTADO – AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando nós, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e da CMA, que será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da CRA – Senadora **Marisa Serrano**, Presidente, em exercício, da CMA.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário, declaro... é dada como aprovado. Aprovado.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº. 24/2007, da CRA, de autoria do eminente Senador Renato Casagrande e Antonio Carlos Valadares, aprovado em 30 de outubro de 2007, e do Requerimento nº. 37/2007, da CMA, de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Antonio Carlos Valadares e Sibá Machado, aprovado em 9 de outubro de 2007, com o objetivo de analisar e discutir os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras com a presença das seguintes autoridades: Dr. Rolf Hackbart, Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, Coordenador-Geral da Defesa do Instituto de Departamento de Polícia Federal, representando o Ministério da Justiça. Dr. Renato José Araújo, Consultor Geral da Advocacia-Geral da União.

Em razão de termos um compromisso inadiável nesse momento, nós passamos a Presidência à eminente Senadora Marisa Serrano, que irá presidir a Sessão conjunta desta reunião.

*(troca de presidência)*

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria parabenizar os Senadores que propuseram essa Audiência Pública, e as autoridades que aceitaram o convite.

É muito importante essa questão e essa Audiência Pública, principalmente quem leu os jornais de hoje viu a quantidade de informações e de artigos que saíram sobre esse assunto. Inclusive, na Folha de São Paulo há um artigo sobre projeto, sobre redução de faixa de fronteira divide Congresso. Discutindo um projeto do Senador Zambiasi, colega nosso dessa Casa que propõe a redução da faixa de fronteira de 150 quilômetros para 50 quilômetros. Essa preocupação é uma preocupação acredito de todos os brasileiros, mas principalmente daqueles brasileiros que moram na região de fronteira. Como eu venho de Mato Grosso do Sul e nasci em Bela Vista que é fronteira com o Paraguai, cidade limite com Beira Vista do outro lado, eu acredito e tenho acompanhado extremamente essa questão principalmente para discutir a transparência, a fiscalização e um processo claro de legalização dessas terras de faixa de fronteira. Portanto, eu quis fazer essa introdução para dizer da importância que é a questão que foi levantada aqui pelo Senador... Pelos Senadores Casagrande e Valadares.

Portanto, sem mais delonga quero passar a palavra ao Dr. Rolf Hackbart, Presidente do INCRA, que representa aqui também o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministro Guilherme Cassel. Portanto V.Exª tem a palavra por 20 minutos. É isso? 20 minutos é o suficiente? Então, 20 minutos nós vamos dar a todos os palestrantes nossos aqui. Seja bem-vindo.

**SR. ROLF HACKBART** – Obrigado Senadora, obrigado Senadores colegas aqui da Mesa. A minha intervenção inicial ela vai se basear numa exposição que eu pediria licença para apresentar aqui na frente.

Bom, o objetivo aqui é distribuir esse material, tentar esclarecer o assunto do nosso ponto de vista do INCRA. Esse material já está gravado aqui à disposição dos Senadores.

Então, uma breve contextualização. A Lei 5.709/1971 estabelece restrições e regula as aquisições de imóvel rural por estrangeiros residentes no País e pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil. Até 95 a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil era controlada pelo INCRA em território nacional. 95 a Emenda constitucional nº. 06 revogou o art. 171 da Constituição que permitia a distinção entre pessoa jurídica de capital nacional e capital estrangeiro. Conseqüentemente revogou o § 1º do art. 1º da Lei 5.709/1971. Essa situação admite a ocupação desenfreada ou não de terras estrangeiros em nível



nacional, em especial na Amazônia Legal, mas não só, por empresas brasileiras com capital estrangeiro. É importante dizer também que a natureza do cadastro do INCRA que controla o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais é declaratório, porém alguns dados devem ser comprovados na apresentação declaração de cadastro para imóveis rurais, mas ele ainda é declaratório. Face o desenvolvimento do sistema de controle de aquisição de imóveis por estrangeiros, o INCRA tem realizado ações de fiscalização cadastral junto aos cartórios, constando que alguns deles não cumpre o que determina a lei, inclusive quanto à manutenção do livro auxiliar. O entendimento de pessoa jurídica brasileira... Eu estou indo mais rápido porque acho que o importante é o debate, mas vou deixar esse material. É importante que o meu colega Consultor-Geral da União depois vai entrar mais nos detalhes jurídicos. Eu quero só... Inclusive pedir correção se houver argumento erro aqui. Atualmente orienta aquisição de imóveis rurais por estrangeiros o parecer Geraldo do Quintão, 181/1998 que reexaminou o parecer da AGU de 94 da Consultoria-Geral da União. Esse assunto o consultor com certeza vai tratar depois. Pessoa jurídica brasileira cujo capital societário mesmo que participe pessoa estrangeira com qualquer percentual, seja física ou jurídica, não necessita requerer autorização para adquirir imóveis rurais no território nacional. Esse pra mim é o ponto do ponto de vista do INCRA. Essa situação permite a ocupação de terras em nível nacional por estrangeiro, muitas vezes mascaradas legalmente com a justificativa de serem adquiridas por empresas brasileiras. Esse parecer está sendo revisto pela AGU depois será tratado esse assunto. A base legal então ela está toda aí, é uma tentativa de resumo, pode ter falha aqui faltando alguma, mas as leis, Decreto-Lei, Decreto, norma, a lei determina que os cartórios de registro de imóveis mantenham cadastro especial. Muita gente não sabe disso, mas os cartórios precisam ter isso mediante um livro auxiliar da aquisição de imóveis rurais por pessoas estrangeiras físicas e jurídicas e informem trimestralmente ao imposto INCRA. Na verdade ninguém informa. Ou poucos informam.

A Lei 10.267/2001 prevê que os serviços de registros de imóvel informe mensalmente as modificações ocorridas nas matrículas imobiliárias decorrentes de mudança de titularidade, parcelamento, desmembramento, loteamento, remembramento, retificação de área, reserva legal e particular do patrimônio natural e outras limitações e restrições de caráter ambiental. Esta lei foi muito importante. Requisitos para aquisição. Hoje resumidamente residir no Brasil se pessoa física. Carteira de identidade estrangeira e se jurídica autorização para funcionar no País. Imóvel registrado

no cartório de registro de imóveis e cadastrado no sistema do INCRA. Sem imóvel em área de segurança nacional, ter o assentimento prévio do Conselho Nacional de Defesa. Que é a faixa dos 150. Área igual ou inferior a três módulos de exploração indefinida, que é o conceito meio, não precisa de autorização do INCRA. Exceto sendo a segunda aquisição ou imóvel em área de segurança nacional. Vale lembrar que o conceito de segurança nacional é antigo. Se não me engano eu estudei isso um pouco os 150 quilômetros na época era o alcance de um tiro de canhão. Esse é o critério dos 150 quilômetros, basicamente. Área rural pertencente à pessoa física ou jurídica estrangeira não pode ultrapassar 1/4 da área do Município onde o imóvel se situa. Pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias em cada Município de mais de 40% do limite fixado. 1/4 da área do Município. E área de três a cinquenta MEI requer a autorização do INCRA. O que é o MEI? É uma unidade de medida expressa em hectares definida para cada imóvel rural, inexplorado ou com exploração não definida em função da zona típica do módulo de Município de atuação do imóvel. Varia de 5 a 100 hectares. Então um MEI pode ser cinco hectares ou cem. Zona típica de módulo, regiões ilimitadas pelo INCRA com características ecológicas e econômicas homogêneas, baseada na visão microrregional do IBGE. Estrangeiro, pessoa física aquisição ou arrendamento. Então a pessoa física estrangeira tem que residir no País, não pode exceder a 50 módulos de exploração indefinida, o imóvel não superior a três módulos de exploração indefinida não depende de autorização ou licença, exceto se for uma segunda aquisição ou área de segurança nacional. Não se aplica à transmissão causa mortes, e o assentimento do Conselho de Segurança Nacional dentro dos 150 quilômetros sendo nula de pleno direito e sujeita a responder civil e criminalmente. Isso é o que determina a lei. Aqui são só... é um carecido resumo. As restrições quantitativas. Então até três MEI, aquisição livre, exceto segurança nacional. Esse MEI, Módulo de Variação Indefinida ele varia de Município para Município. De três a vinte MEI, autorização sem projeto. Precisa de autorização. Mais de 20 MEI, autorização e projeto de exploração. Acima de 50, pessoa física, autorização especial do Congresso Nacional. Seguidamente os senhores e as senhoras aprovam aqui aquisição. Não é tão seguido, mas eu já vi muita aprovação. Acima de cem MEI, pessoa jurídica precisa de autorização especial do Congresso Nacional. O que é que o INCRA fez? E o MDA até agora? Um grupo de trabalho envolvendo MDA, INCRA, GSI, AGU, Casa Civil, MAPA, buscando alternativas legais para restringir o capital estrangeiro ao acesso a terra



como mecanismo estratégico de defesa da soberania nacional. Um ofício para as corregedorias regionais de justiça solicitando informações a respeito de aquisição de imóveis por estrangeiros, Sistema Nacional de Aquisição por terras estrangeiras em desenvolvimento, nós estamos desenvolvendo isso lá no INCRA, levantamento de informações nas Superintendências Regionais e nos cartórios, e determinação a Superintendências Regionais do INCRA para checagem, filtragem de dados junto ao Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais, chamando proprietários para informarem nacionalidade, continuação do levantamento dos dados cartoriais e atuação junto às corregedorias gerais de justiça. O que está sendo debatido em nível de Governo? Revisão do parecer Geraldo Quintão, mudanças na legislação vigente com base no art. 172 da Constituição nacional. A sugestão é: a lei disciplinará com base no interesse nacional os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros. Permitir acesso de consulta on-line aos cartórios e órgãos de terra ao Sistema Nacional de Cadastro do INCRA. Parceria com as Corregedorias Gerais de Justiças Estaduais, Junta Comercial, Instituto de Brasil, e Associação de Notários e Registradores, ANOREG. E além de seminários regionais com cartórios visando uniformizar os procedimentos legais e aquisição de móveis por estrangeiros. Ainda um projeto de cadastro de terras e regularização fundiária em fase final que vai permitir a atualização do cadastro, coleta, atualização on-line, um sistema móvel, o programa nós estamos desenvolvendo, e outros mecanismos aí que tem por finalidade agilizar os trabalhos de vistoria de cadastramentos acelerando o processo de titulação de imóveis rurais.

Total de... Os detentores estrangeiros e área cadastrada no INCRA. Esse é o que está no cadastro do INCRA. Eu gostaria de deixar claro aqui na minha opinião ninguém sabe exatamente, mas é o que está registrado no INCRA, eu trouxe aqui como informação. Então tem 33.228 imóveis, o que corresponde a 0,64% do total de imóveis cadastrados no INCRA. Áreas cadastradas, imóveis e detenção por estrangeiros, e cerca de... Ou número que consta lá, exato, 5.579.783 hectares, o que corresponde a 0,97% do total de área cadastrada no INCRA. Sempre lembrando cadastro é declaratório. Nem sempre o que é a realidade está no cadastro. Em forma de gráfico, aqui é a área cadastrada fora da Amazônia Legal. Por estrangeiros é 2,6 milhões de hectares. Na Amazônia Legal, 3.1 milhões de hectares. Área cadastradas em nome de estrangeiros físicos e jurídicos na Amazônia Legal. Lá é a Amazônia Legal e aqui é fora. Esse é o total do cadastro do INCRA. Na verdade, no INCRA são 5,5 milhões

de hectares, dos quais 3.1 na Amazônia Legal e 2,6 arredondando fora da Amazônia Legal. Aqui tem uma série de iniciativas, a Portaria 5.589/99 que foi muito importante, cancelou mais... Se não me engano, 80 milhões de hectares que o INCRA tirou do cadastro à época. Portaria nº 596/2001 inibindo cadastro com área compreendida entre cinco mil a menor que dez mil condicionada desinibição com a comprovação de dominalidade. Portaria de 2006... Estou me segurando aqui no tempo para depois atender as perguntas. Instrução Normativa, que trata da legitimação de posse com áreas de cem, com emissão de títulos e concessão de uso. Agora até 500 hectares título definitivo. Instrução Normativa 32 trata da regularização fundiária acima de 100 até 500, Instrução Normativa 41/2007 trata da regularização fundiária por meio de licitação de áreas de 500 a... De 500 hectares até 15 módulos fiscais. É isso.

Por fim, só registrar que do ponto de vista do INCRA, a opinião do Ministro do Desenvolvimento Agrário o ponto central para discussão desse tema para nós é soberania nacional. Não é xenofobismo. É o País saber e o INCRA deve cumprir a legislação, qual é o destino do seu território e quais são as regras e condições. Esse para nós é o ponto fundamental. Acho, essa é uma opinião minha, o confeito de faixa de fronteira e outros pontos devem ser atualizados. Também como se fala muito, as informações que os servidores do INCRA, Superintendências Regionais têm é de que a procura por parte de estrangeiros através de empresas nacionais no Brasil cresceu muito em algumas regiões. Os negócios. A pergunta é: Como vamos regular essa situação. Há o interesse enorme, construção de uma nova matriz energética no mundo, no País, o Brasil tem muita terra, fotossíntese fantástica, biodiversidade, muita água, um território enorme, e nós estamos tentando capacitar o INCRA, melhorar o nosso cadastro, ter esse controle. Então esse é o nosso objetivo, e dentro do prazo eu me coloco à disposição depois para perguntas. Obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS)** – Nós que agradecemos a sua explanação e passamos a palavra ao Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, Coordenador-Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal representando o Ministério da Justiça. A palavra é sua, 20 minutos se forem suficientes.

**SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA** – Obrigado, Senadora. Cumprimento os demais membros aqui da Mesa. Essa questão, na realidade, da aquisição de terras por estrangeiros no território nacional, como foi muito bem colocado aqui pelo Dr. Rolf Hackbart, Presidente do INCRA, o problema hoje

dentro do Ministério da Justiça e do Departamento de Polícia Federal é justamente a questão de falta de legislação, até para uma atuação, vamos dizer assim, mais forte em determinados pontos aonde a gente vê questões como a Amazônia brasileira e outras áreas inclusive fora da Amazônia onde está havendo até um certo tipo de especulação quanto à compra de determinadas áreas e a aplicação, vamos dizer assim, desses recursos em determinados locais do País. O Departamento de Polícia Federal próprio do Ministério da Justiça receberam inclusive algumas... Pedidos, até carreados aqui do próprio Congresso Nacional, um deles até da Câmara dos Deputados, aqui da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, à época com o Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda para a investigação de várias, vamos dizer assim, entidades, inclusive algumas Organizações Não-Governamentais que estariam tentando adquirir terras na Amazônia promovendo a preservação ambiental, segundo alguns estão prolatando mundo afora, inclusive em sites, e que há hoje uma preocupação muito grande pela Polícia Federal uma investigação em curso não só das Organizações Não-Governamentais como também inclusive de algumas empresas que estão querendo adquirir áreas nessas localidades. Há um acompanhamento, só que hoje, por falta de instrumentos legais há então a dúvida inclusive da atuação nossa em determinadas áreas para verificação se há ou não algum tipo de crime. O que a gente tem coberto, e feito em alguns Estados são justamente Organizações Não-Governamentais que fizeram parcerias inclusive com governos estaduais e que hoje são alvo inclusive de investigações e inquéritos onde há denúncias de crime de estelionato, há denúncias de evasão de dinheiro público, há também indícios de apropriação indébita e evasão fiscal. Então hoje há investigações em várias áreas do Brasil, e posso destacar aqui Estado de Rondônia, Mato Grosso do Sul e no próprio Amazonas onde há inquéritos já instaurados correndo contra essas entidades que estão, vamos dizer assim, usando até dinheiro público para desenvolvimento de áreas nessas regiões.

Outra preocupação freqüente do Departamento de Polícia Federal e do próprio Ministério da Justiça é justamente a dificuldade, vamos dizer assim, da definição, como foi muito bem lembrado aqui, da questão da segurança nacional. Essa questão da segurança nacional hoje inclusive ela está sendo rediscutida a nível do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, aonde estão sendo definidos agora as novas áreas que seriam indispensáveis à segurança nacional. Essas áreas indispensáveis à segurança nacional deve haver inclusive uma mani-

festação do próprio gabinete de segurança institucional, futuramente, quando esse Grupo de Trabalho terminar vamos dizer assim a avaliação, porque haja até uma redefinição e talvez até propostas para modificações legislativas se assim entender o grupo. Mas essa questão principal que hoje o Ministério da Justiça e a Polícia Federal encontram é justamente a falta de uma regra clara de normas claras para uma atuação mais firme quanto ao controle dessa comercialização dessas terras e até para caracterizar se for o caso algum tipo de crime nesses locais. O Departamento de Polícia Federal então neste contexto para atuar com a função de atribuição da polícia judiciária da União na investigação de crimes principalmente contra o sistema financeiro nacional contra a administração pública, contra a segurança nacional nos crimes de estelionato, apropriação indébita inclusive biopirataria, bem como a intensificação do controle das atividades desempenhadas por estrangeiros dentro do território nacional, ficam na realidade um pouco carentes de normas mais rígidas ou normas mais claras para uma atuação mais precisa da nossa ação. O que hoje a gente consegue fazer nas investigações nessas áreas são justamente encontrar crimes que são muito mais relacionados à aplicação de recursos de maneira diversa à legalmente constituída, normalmente nos recursos públicos, crimes de sonegação fiscal, apropriação indébita, então há realmente, Senadora, uma certa dificuldade da nossa ação. Inclusive, por todos... Vamos dizer assim, sistema legal hoje nacional, os pareceres que foram dados que foram muito bem explicados aí pelo Dr. Rolf, então na realidade hoje a gente se sente dentro do Ministério da Justiça e o próprio Departamento de Polícia Federal ansioso até que o Congresso Nacional nos dê uma, vamos dizer assim, uma direção mais correta para que a gente possa agir nesse tipo de questão. E seria basicamente isso. Agradeço e aguardo as perguntas.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS)** – Nós queremos agradecer aqui a participação efetiva do Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, da Polícia Federal, e eu espero realmente que vamos fazer, e essa é a razão também dessa Audiência Pública para que a gente comece a discutir essas questões e possamos realmente ajudar todos aqueles que trabalham, principalmente na faixa de fronteira a ter uma legislação mais clara. Passo a palavra ao Dr. Ronaldo Jorge Araújo, Consultor-Geral da Advocacia-Geral da União. Seja bem-vindo.

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Obrigado Senadora. Queria agradecer inicialmente o convite das Comissões, justificar a ausência do Advogado Geral da União por conta da defesa hoje no Supremo Tribunal Federal daquela questão relevante das células tronco,

Advogado Geral encaminha os agradecimentos pelo convite feito à Advocacia-Geral da União. E eu queria pessoalmente registrar a minha satisfação e honra de estar presente aqui porque eu sou Consultor Legislativo de carreira do Senado Federal cedido à Advocacia-Geral da União muito me traz honra e alegria de estar presente aqui poder auxiliar nos debates dessas Comissões.

Inicialmente eu queria primeiro contextualizar a participação da Advocacia-Geral da União nessa discussão. Como os senhores sabem, a Advocacia-Geral da União que tem sede constitucional ela atua tanto na defesa judicial e extrajudicial da União, como no assessoramento jurídico do Poder Executivo. No âmbito do assessoramento jurídico ao Poder Executivo há um sistema em que a Advocacia-Geral é o órgão central do sistema e as consultorias jurídicas dos Ministérios seriam os órgãos de execução. Na lei orgânica da Advocacia-Geral da União que é a Lei Complementar 73/1993 há previsão de havendo controversa jurídica, havendo dúvidas quanto à fixação da interpretação das normas, da lei, da própria Constituição, essas dúvidas submetidas à Advocacia-Geral da União ela tem o papel de tentar equacionar e dirimir essas dúvidas.

Então, no exercício dessa competência institucional, legal e constitucional, a Advocacia-Geral da União recebeu ainda em 1994 uma consulta formulada pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Então estamos no ano de 1994, em que o Ministro da Agricultura e Reforma Agrária consultava a Advocacia-Geral da União sobre a interpretação se o § 1º do art. 1º da Lei 5.709/1971 que o Dr. Rolf trouxe ao nosso conhecimento que é a lei que disciplina a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil, se esse dispositivo teria sido recepcionado pela Constituição de 1988. Se não seria incompatível com a Constituição de 88. Esse dispositivo, esse § 1º estende as empresas brasileiras com controle societário na mão de estrangeiros não residentes no Brasil, no caso pessoas físicas, ou no caso de pessoas jurídicas com sede no exterior, então estende as restrições, todas aquelas restrições que o Dr. Rolf explanou com relação à limitação de terras de aquisição, etc, estende essas limitações às empresas brasileiras com controle acionário de estrangeiros. Essa dúvida veio porque essa legislação, como eu disse, é uma legislação de 1971. Que foi editada à época da Constituição de 67, Emenda Constitucional de 1969. Nessa época a Constituição, tanto a Constituição de 67 como a Emenda nº. 01/69 elas não disciplinavam no texto da Constituição o conceito de empresa brasileira. Não havia no texto da Constituição Brasileira o conceito de empresa brasileira. E, portanto, as distinções, as restrições eram admitidas, eram feitas no nível

da legislação infraconstitucional. Então foi isso que foi feito pela Lei 5.709. Acontece que o texto original da Constituição de 1988, no art. 171 traz o conceito de empresa brasileira no inciso I e traz o conceito de empresa brasileira de capital nacional no inciso II. E como esse dispositivo da Lei 5.709 trazia na interpretação do Ministério da Agricultura dúvidas, se está criando distinções entre empresas brasileiras, se essa interpretação, se essa norma era possível de ser recepcionada e entendida como vigente no ordenamento constitucional brasileiro. O parecer da Advocacia-Geral da União. É o parecer GQ 22, essas letras iniciais elas são as iniciais do nome do Advogado-Geral da União, na época era o Dr. Geraldo Quintão, então o parecer GQ nº. 22 de 1994 chega à conclusão que esse § 1º do art. 1º da Lei 5.709 não tinha sido recepcionado pela Constituição Brasileira, sobre o seguinte argumento. A distinção que o texto constitucional fazia entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, segundo os próprios incisos e parágrafos do art. 171, era no sentido de criar estímulos temporários àquelas empresas brasileiras de capital nacional. E de forma alguma criar restrições às empresas brasileiras. Lembro que o conceito de empresas brasileiras do art. 171, inciso I eram aquelas empresas que tinham sido constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no Brasil. Esse era o conceito de empresa brasileira que estava colocado no inciso I. Então defendia o Dr. Geraldo Quintão nesse parecer de 94 que quando a Constituição Brasileira quis fazer ressalvas quanto à participação de capital estrangeiro, o fez expressamente. Então ele cita como a restrição à exploração de mineração, o § 1º do art. 176, a participação de capital estrangeiro na saúde, a participação de capital estrangeiro nos meios de comunicação, entre outros que a Constituição traz. Como não havia restrição na interpretação à época à participação do capital estrangeiro na aquisição... Desculpa, na participação de empresas brasileiras com controle estrangeiro na aquisição de terras, não poderia ser criado infraconstitucionalmente essa restrição. Esse foi o entendimento, e esse entendimento declarou a não recepção do § 1º. Em face desse entendimento, qual é o efeito concreto desse entendimento? O INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, os órgãos competentes não mais poderiam impor as restrições da lei àquelas empresas brasileiras com controle societário estrangeiro.

Em 1995 houve a promulgação da Emenda Constitucional nº. 06 que eliminou do texto constitucional o conceito de empresa brasileira de capital nacional e o conceito de empresa brasileira. Como houve a desconstitucionalização da matéria e o argumento central do parecer inicial da AGU era que como a matéria estava



constitucionalizada a lei não poderia criar restrições onde a Constituição não criava, com a desconstitucionalização do conceito de empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, o então Advogado Geral da União, ainda o Dr. Geraldo Quintão solicita que a Consultoria Geral da União, órgão da Advocacia-Geral da União procedesse a uma revisão daquele parecer para saber se aquele entendimento permanecia.

Então, tentando fazer um raciocínio esquemático bastante claro, era uma norma não recepcionada por um dispositivo constitucional, esse dispositivo constitucional com uma revogação posterior, se teria o condão, se teria a força de fazer renascer no ordenamento jurídico aquele § 1º da Lei 5.709 que tinha sido considerado não recepcionado. E a manifestação da Advocacia-Geral da União, num novo parecer, esse de 97, parecer GQ 1997 sustentou que não havia possibilidade de fazer ressuscitar e nos termos técnicos não havia a possibilidade de haver a repristinação daquele § 1º do art. 1º da Lei 5.709 que tinha sido considerado incompatível com o texto constitucional e, portanto, por ele revogado.

Então, o parecer... Esse parecer da AGU de 97 sustentava que não poderia ser aplicado para as empresas brasileiras com controle estrangeiro qualquer tipo de restrição, qualquer tipo de tentativa de extensão das restrições aplicadas às empresas estrangeiras por força da Lei 5.709 no que diz respeito à aquisição e por força da Lei 8.629/1993 no que diz respeito ao arrendamento.

Em face de toda a alteração do cenário econômico, etc, todas essas informações que o Dr. Rolf nos traz, a questão do biocombustível, o desenvolvimento, o interesse no cultivo nas áreas rurais brasileiras, a movimentação, a falta de controle sobre as aquisições por parte de estrangeiros, empresas nacionais com controle de estrangeiros, o Governo começou a se preocupar com essa questão. Essa preocupação vem de muito tempo, há manifestações, há seminários promovidos pelo GSI que datam de 2004, enfim, várias manifestações, várias discussões no âmbito do Governo e que no ano passado, no âmbito de um Grupo de Trabalho que envolve uma série de órgãos, Casa Civil, INCRA, GSI, a própria Advocacia-Geral da União, solicita-se a intervenção da Advocacia-Geral da União para que reveja esse parecer para ver se o entendimento que foi fixado em 1994, ratificado em 1997 continua sendo o entendimento da Advocacia-Geral da União. Só para fazer um parêntese, quando esse parecer da Advocacia-Geral da União, que fixa entendimento, dirime controvérsia, ele é aprovado pelo Advogado Geral, aprovado pelo Presidente da República e publicado no Diário Oficial da União, ele adquire

para a administração pública federal força vinculante e não pode ser desrespeitado por nenhum órgão jurídico ou nenhum órgão finalístico de Governo. Então é muito importante esse parecer da Advocacia-Geral da União de 1997 quando diz que não se estende as empresas brasileiras com controle societário de estrangeiros residentes no exterior ou de pessoas jurídicas sediadas no exterior quando não se estende a essas empresas as restrições da legislação brasileira.

Bom, então por provocação desse grupo de trabalho nós iniciamos então uma análise, ainda no segundo semestre de 2007, uma análise nesse parecer, uma matéria muito complexa, esse entendimento do Governo vem sedimentado há 14 anos, desde 1994, e por força dessas reuniões houve as matérias, no final de setembro de 2007 várias matérias dos jornais dizendo que havia essa movimentação e que a Advocacia-Geral da União estaria analisando, e de fato está analisando, nós ainda não concluímos o texto final, mas eu por autorização do Advogado-Geral da União trago aos senhores algumas linhas de reflexão que vem sendo desenvolvidas na Advocacia-Geral da União nessa atual gestão que se iniciou em 2007 e 2008 sobre essa questão.

Bom, o primeiro aspecto que eu quero trazer aos senhores é que o foco dessa intervenção da Advocacia-Geral da União é, sem dúvida, a recepção ou não do § 1º do art. 1º da Lei 5.709 pela Constituição Federal. Esse é o eixo central de toda essa análise. Foi a interpretação de que não havia tido a recepção que gerou essa posição que permanece até hoje na administração pública federal. E nós com todas as versões possíveis àqueles que entendem de forma diversa, inclusive manifestação da própria Advocacia-Geral da União, entendemos que esse parecer merece sim ser revisto. E há alguns elementos que fazem com que nós cheguemos a essa convicção ainda que o parecer não esteja concluído. Mais uma vez faço essa ressalva aos senhores.

Primeiro, quando nós nos valem de recursos de hermenêutica, recursos de interpretação constitucional, especialmente os princípios da máxima efetividade da norma constitucional, o princípio da unidade da Constituição Federal, que impõe uma análise sistêmica de todos os dispositivos, nos leva a analisar que está colocado no capítulo da ordem econômica, especialmente o art. 170 que trata dos princípios gerais, 170 inciso I quando fala da soberania nacional, que é um corolário, que é uma consequência do princípio da soberania política que está lá no art. 1º, esse dispositivo cotejado com o dispositivo presente no art. 172 que não foi revogado pela Emenda 06 de 1995, que prevê a atuação do Estado Brasileiro na disciplina do



investimento do capital estrangeiro em áreas estratégicas em áreas de interesse nacional. O conceito de capital brasileiro também... De capitais estrangeiros é um conceito que está numa norma antiga, uma norma, se não me falha a memória, 4.131 de 64, diz capitais estrangeiros aqueles que são oriundos de pessoas residentes fora do País, pessoas jurídicas sediadas fora do País.

Então, o art. 172 combinado com o art. 170, inciso I que fala da soberania, o 172 que prevê a possibilidade do Estado Brasileiro fixar em lei e aí a participação fundamental do Congresso Nacional nessa discussão, daquelas áreas estratégicas em que há investimento do capital estrangeiro pode ser disciplinar. O art. 190 da Constituição que fala das restrições a aquisição de imóveis rurais por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, então, a análise cotejada desses dispositivos, buscando a máxima efetividade dessas normas no âmbito da ordem econômica da Constituição Federal brasileira nos leva a compreender que a interpretação literal do art. 190 da Constituição que fala das restrições para as empresas, para as pessoas físicas e pessoas jurídicas estrangeiras, é uma interpretação que deve ser ampliada tendo em vista o que está colocado no art. 170, inciso I, o que está colocado no art. 172 da Constituição Federal. E mais, quer dizer, a pessoa jurídica e a pessoa física estrangeira, o controle que ela exerce, a aquisição que ela faz pode-se dar diretamente como pode-se dar por interposta empresa no controle indireto. Esse é o primeiro fecho de argumentos que têm sido utilizados nessa análise atual da Advocacia-Geral da União.

O art. 172, e aí já é um detalhamento dessa interpretação, o art. 172, como eu disse aos senhores, prevê a disciplina do investimento do capital estrangeiro, o conceito de capital estrangeiro posto da Lei 4.131/1962 diz que é aquele que pertence ou que reside em empresas sediadas no exterior, o que demonstra uma compatibilidade com a regra que está colocada lá no § 1º do art. 1º da lei que disciplina aquisição. Fica claro nessa lei que aquisição não só de empresas estrangeiras como aquelas empresas brasileiras de controle acionário de estrangeiros. Há uma juridicidade, há uma organicidade nesses diplomas legais.

E por fim também detalhando o que tinha falado inicialmente o art. 190 ao falar, ainda que ao falar de pessoa jurídica e pessoa física estrangeira, o art. 190 como um capítulo da política agrária e de Reforma Agrária, Política Agrícola Agrária na Reforma Agrária no título da ordem econômica se submete aos princípios que estão colocados na parte inicial do capítulo em que é mencionada a soberania nacional e em que é mencionadas a necessidade do Estado Brasileiro

disciplinar consoante seus conceitos de oportunidade e conveniência uma combinação de manifestações do Poder Executivo e do Poder Legislativo do que é estratégico e qual o grau de limite e disciplina que deve ser imposto. Isso não significa, e aí concordo do Dr. Rolf quando ele fala que não é xenofobia, isso significa dotar o Estado Brasileiro de um instrumental legal a ser fixado pelo Estado Brasileiro pelo seu Poder Legislativo e Poder Executivo do que é estratégico e do que merece uma disciplina e um regramento.

Então, para concluir Senadora Presidente, eu peço desculpas aí pela extensão na argumentação, há na verdade pelo menos três situações aí a serem enfrentadas: Uma situação que seria a aquisição ou arrendamento de terras rurais de imóveis rurais por empresas estrangeiras ou por estrangeiros não residentes no País. Essa seria a primeira hipótese, e essa hipótese ela tem todo o regramento fixado pela Lei 5.709, pela Lei 8.623 parece que não há nenhuma dúvida com relação a essa legislação. Uma segunda situação seria as empresas brasileiras, e aí o conceito de empresa brasileira se extrai de forma indireta do texto constitucional, não está mais previsto, não está mais constitucionalizado esse conceito a partir da Emenda Constitucional nº. 06, essas empresas brasileiras controladas pelo capital estrangeiro, capital estrangeiro de não residentes, e de empresas não sediadas, com base no parecer da AGU não estaria submetida a esse mesmo tipo de controles e restrições. Parecer da AGU, ressalta-se parecer da AGU de 1994, reforçado pelo parecer de 1997 que agora nós estamos analisando. Então com bases nesse parecer essas aquisições de empresas brasileiras, controladas por empresas estrangeiras não teriam (soa a campainha) a possibilidade de controle pelos órgãos do Estado Brasileiro. Houvesse como nós pretendemos que haja e a manifestação final da Advocacia-Geral da União é que vai dizer isso, havendo a revisão desse parecer da Advocacia-Geral da União, essa situação também fica contemplada. Admitida a recepção desse § 1º em face do texto constitucional essas empresas brasileiras com controle societário estrangeiro também estariam disciplinadas pela legislação que foi citada.

E uma terceira hipótese que me vem à mente nessa questão seriam as empresas brasileiras que tivesse ou não participação de capital estrangeiro e tendo participação de capital estrangeiro esse capital estrangeiro não detivesse o controle acionário. Uma participação minoritária de capital estrangeiro ou então inexistência de participação do capital estrangeiro, e aí o fenômeno dos laranjas, entre aspas, citado pelo Dr. Segóvia, citado pelo Dr. Rolf que seriam áreas, essa terceira hipótese da inexistência do controle acionário

do capital estrangeiro e do capital... da inexistência do controle acionário e da inexistência do capital estrangeiro essas hipóteses não estariam contempladas pela legislação nem que o parecer da Advocacia-Geral da União seja revisto. Essa matéria é uma matéria que tem que ser disciplinada. Há uma iniciativa parece no âmbito da Câmara dos Deputados, não sei se aqui no Senado não consegui levantar aqui no Senado, mas na Câmara dos Deputados há uma iniciativa legislativa, se não me falha a memória Parlamentar do Estado do Pará e que busca disciplinar. Aí eu digo aos senhores que como o conceito de empresa brasileira não está mais no âmbito da Constituição Federal, é possível sim que no âmbito da legislação infraconstitucional essa discussão, essa ponderação, essas restrições sejam feitas sem nenhuma agressão ao texto constitucional. Na nossa interpretação, salvo com todo respeito interpretações em sentido contrário, é possível sim que tanto o Congresso Nacional como o Poder Executivo no encaminhamento dessas propostas disciplinem o investimento de capital estrangeiro na aquisição dessas terras no Brasil.

Peço desculpas pela extensão da manifestação e aguardo as perguntas, se houver, para que nós possamos aprofundar o debate. Muito obrigado, Senadora.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)** – Nós que agradecemos e acho que foi muito esclarecedor a sua fala e aí a gente vê o quanto é importante Senador Renato Casagrande essa Audiência Pública, principalmente quando a gente discute aí e vê quanto que o Congresso tem que avançar nessa questão, principalmente discutindo o que significa para nós e para nossa legislação a soberania nacional e os interesses estratégicos de desenvolvimento do País, tendo em vista que no mundo globalizado se nós pensarmos a União Européia que todos os países fazendo limites se cada um colocar sua fronteira 150 quilômetros não tem União Européia que agüente nem Mercosul que agüente. E aí haja o Rio Grande do Sul com a Argentina e Uruguai próximos. Mas aí são questões que terão que ser extremamente debatidas e eu fico muito contente com esse debate. Portanto, a palavra está com o Senador Renato Casagrande, um dos signatários da solicitação dessa Audiência Pública.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Obrigado, Senadora Marisa Serrano. Senadora Kátia Abreu, Senadores presentes. Agradeço primeiramente a presença do Presidente do INCRA, Sr. Rolf, o Ronaldo, e do Fernando. Muito obrigado pelas contribuições de vocês. As contribuições na minha avaliação foram muito esclarecedoras. Porque o tema é um tema que começou a surgir e a ser debatido com mais intensida-

de pela opinião pública brasileira nos últimos meses, nos últimos anos, até pela demanda e pela procura de áreas de terra por pessoas estrangeiras, pela valorização das nossas terras. Pelo uso das nossas terras. Eu acho que ter o controle do nosso território, eu tenho a mesma avaliação. É uma questão de soberania. Assim como a gente quer ter controle dos nossos meios de comunicações, a gente quer ter controle do nosso minério, a gente quer ter controle das companhias aéreas, a gente quer ter controle do mar, 200 milhas do mar territorial nosso... Nós regulamentarmos efetivamente a participação estrangeira, Presidente, Senadora Marisa Serrano, eu acho que é fundamental. E aqui tanto o Presidente Rolf como o Ronaldo, o Ronaldo principalmente nessa última parte, o Ronaldo fez um resumo do que a gente tem de avanço, só vou repetir para ver se é isso mesmo, estrangeiros pessoas físicas e estrangeiros pessoas jurídicas, têm toda uma regulamentação e um critério aquisição de risco, não é problema. Tiramos isso de problema. O nosso problema está nas empresas brasileiras com capital estrangeiro. Este é o problema principal nosso.

Então, o primeiro questionamento que a gente tem é se isso vai se resolver, vocês estão trabalhando num novo... Na revisão do parecer. Por que é que o Governo não trabalha um Projeto de Lei? Ao invés de uma revisão no parecer? Por que o Governo encaminha para cá um Projeto de Lei sobre este tema, sobre este assunto? Segundo questionamento, você citou, e eu estou com ele aqui, você já tem avaliação do projeto do Beto Faro(F), não sei bem como se pronuncia, o Deputado que apresentou o projeto lá na Câmara. Talvez se esse projeto for um projeto que interessa, o Governo precisa mandar o projeto para atender até a demanda do Osmar Dias que já tem um projeto bom aqui no Congresso tramitando que o Governo possa dar uma atenção para este projeto.

Terceiro questionamento. As empresas brasileiras podem ser vendidas para as empresas estrangeiras. Empresas do agronegócio brasileiras, por exemplo, podem ser vendidas para empresas estrangeiras. Qualquer parecer e qualquer legislação deve prever isso. Porque alguém pode adquirir uma empresa e essa empresa se tornar uma empresa brasileira com capital de controle estrangeiro. Externo. Nós estamos com alguns problemas, assim, agora aqui, não sei qual é a visão do Governo com relação à proposta do Senador Zambiasi. Acho que ele vai perguntar sobre isso. Mas, isso é um debate na imprensa nesses últimos dias para cá. A outra questão, a empresa como tem se comportado, qual é a avaliação de vocês? Uma grande empresa lá atuando no Rio Grande do Sul, na

área de reflorestamento, fará um grande investimento lá, acho que é Enzo...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – COOL EARTH. Isso. Essa empresa está se valendo desse vácuo e nessa lacuna legal? A outra questão. Você tem na internet esse tipo aqui de oferta, de uma entidade externa oferecendo terras para estrangeiros, COOL EARTH, oferecendo terra para estrangeiros. Compraram no Mato Grosso. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul... Isso é uma entidade estrangeira oferecendo terreno via internet para estrangeiros.

Então, acho que nós temos, assim, acho que temos uma lacuna, acho que devemos tentar resolver essa lacuna o mais rápido possível para que nós de fato possamos manter um controle e até o controle. Hoje nós não temos todas as informações. Até o controle... Até termos informações é uma questão essencial para nós. Porque sem informações ficamos com dificuldade de trabalhar. Como o cadastro do INCRA, como o Presidente disse, é um cadastro declaratório nós não temos decisivamente um controle, não temos essas informações sobre controle. Até isso é fundamental para nós, a legislação tem que estabelecer. A minha avaliação preliminar, estou entrando no debate agora, não tenho uma concepção formada, mas a minha avaliação preliminar é que de fato a gente vê avançar no Congresso Nacional, se fosse iniciativa do Poder Executivo melhor, para que a gente pudesse fechar essa lacuna legal que nós temos na legislação brasileira. Obrigado, Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS)** – Eu agradeço ao Senador Renato Casagrande. Gostaria de perguntar ao outro proponente, Senador Antônio Carlos Valadares se gostaria de fazer uso da palavra.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Sr<sup>a</sup>. Presidente, senhores convidados, Srs. Senadores, Sr<sup>s</sup>. Senadoras, eu inicialmente eu quero pedir desculpas pelo fato de não ter comparecido logo no início dessa Sessão em virtude ter sido autor também na Comissão de Justiça de uma outra proposta que exigia a minha presença, sem a qual ela não teria segmento. Ou seja, não teria tramitação normal e deixaria para outra Sessão. Então a minha presença foi fundamental de vez que a proposta foi aprovada pela Comissão, essa é a razão porque não estive presente logo no início. Pedindo desculpas aos eminentes convidados.

A atual Constituição Federal estabelece em seu art. 190 que a lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física

ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos em que dependerão de autorização do Congresso Nacional. Primeiro eu quero saber se o Senador Casagrande fez uma pergunta igual ou semelhante. Caso tenha feito, eu já vou desistir da pergunta.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS)** – Eu sugeriria que V.Ex<sup>a</sup> colocasse suas perguntas, mesmo se tiver semelhante não há problema.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Por sua vez, a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, mais conhecida como a Lei Agrária delimita em seu art. 23 que o estrangeiro residente no País e a pessoa jurídica autorizada a funcionar no Brasil só poderão arrendar imóvel rural na forma da Lei nº. 5.709 de 7 de outubro de 1971. Com base nessas informações formulo então dois questionamentos ao Advogado Geral da União. No caso, que é o Consultor Geral, Dr. Ronaldo.

Primeiramente. A harmonia do art. 190 da Constituição com as disposições da Lei nº. 5.709 de 1971 representa evidências suficiente da recepção dessa lei pelo texto constitucional. Ou em razão da revogação explícita do art. 171 da Constituição pela Emenda nº. 6/1995 é razoável falar em vácuo legal em relação à aquisição de imóveis rurais por grupos estrangeiros?

Segunda questão. V.Ex<sup>a</sup> já percebeu a pergunta. A segunda questão. Em se admitindo a legalidade da restrição ao arrendamento de imóveis rurais presente na Lei nº. 8.629/1993, como afastar restrição à venda indiscriminada desses imóveis a grupos estrangeiros, qual a estimativa do INCRA sobre o impacto que as recentes aquisições de propriedades rurais realizadas por grupos estrangeiros terão na concentração fundiária na cada País. Há estudos atualizados a esse respeito? Que ações o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem realizado para amenizar os impactos atuais e futuros da concentração fundiária decorrente da aquisição de imóveis rurais por grupos estrangeiros, sobretudo, nas regiões norte e nordeste? Pelos dados que dispõe o Ministério, a aquisição desses imóveis por grupos estrangeiros tem efetivamente contribuído para a melhoria das condições de vida do trabalhador do campo? E quanto ao meio ambiente, que melhorias os novos investimentos têm acrescido ao processo de produção?

Por último, no que tange ao princípio da soberania nacional, a que se refere o inciso I do art. 170 da Constituição Federal como o Ministério da Justiça avalia os investimentos estrangeiros em grandes áreas rurais da Amazônia? Há registro de investimentos estrangeiros nas áreas da fronteira entre o Brasil e outros países? Sr<sup>a</sup>. Presidente, eu encaminho à Mesa



estas perguntas para facilitar as respostas dos senhores convidados.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS)** – Obrigada, Sr. Senador. Eu queria fazer uma proposta à nossa Comissão. Se todos concordarem nós poderíamos fazer o bloco de três em três, depois a resposta agora aos nossos dois proponentes, aí então nós abriríamos de três em três. Se todos concordarem... Então vou passar a palavra para responder aos nossos dois proponentes e aí então os outros Senadores e Senadoras poderão fazer os seus questionamentos.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)** – Pela ordem. Eu gostaria de enfatizar o seguinte. Que este Requerimento na verdade foi inspirado pelo meu líder, meu eminente líder Senador Casagrande. Eu apenas o subscrevi, mas tive o cuidado de fazer um estudo para atender as pretensões do nobre Senador Casagrande, do Espírito Santo, Líder do PSDB.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS)** – Tenho certeza que V.Ex<sup>a</sup> enriqueceu a idéia e a proposta do Senador Casagrande. Com a palavra o Dr. Fernando Queiroz... Não, não. Dr. Ronaldo Jorge Araújo para resposta de seus questionamentos e depois o Dr. Rolf.

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Início pela manifestação do Senador Casagrande. Primeiro, de ressaltar a felicidade de ver a interpretação, a reflexão que o Senador faz com relação ao princípio da soberania, princípio específico da ordem econômica 170, inciso I e aí faço já uma ponte com a manifestação do Senador Valadares. Parece que concordamos que o princípio que norteia a ação do Estado Brasileiro no que diz respeito à disciplina do investimento capital estrangeiro na aquisição ou arrendamento de terras rurais, ele baseia sim no princípio da soberania, específico, que está colocado na ordem econômica como corolário do princípio da soberania política maior que está colocado no art. 1º da Constituição Federal.

De fato, Senador Casagrande, há uma lacuna, há um vácuo e o senhor está corretíssimo na sua avaliação no que diz respeito àquela terceira hipótese que eu falava. No caso de empresas brasileiras cujo controle acionário não seja de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras não residentes ou com sede no exterior, desde que esse controle acionário não seja majoritário, uma participação minoritária de capital estrangeiro ou uma empresa brasileira, ou a inexistência de participação direta do capital estrangeiro com fórmulas de simulação, de burla à legislação brasileira, essas hipóteses não há de fato disciplina na legislação brasileira. Ainda que o parecer da Advocacia-Geral da União seja revisto,

essa dimensão não está contemplada. Não alcança. E esse projeto do Deputado Beto Faro, do PT do Pará, ele faz uma tentativa de disciplinar essas hipóteses, de empresas brasileiras ainda que não possuam capital estrangeiro, ele cria aqui uma série de hipóteses em que ele busca e acho que é uma tentativa válida e essa tentativa que deve ser feita de uma forma consertada imagino entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional para se buscar a disciplina do que está colocado no art. 190, do que está colocado no art. 172 no sentido de fechar essas brechas e essas lacunas que de fato existem na legislação brasileira.

Quando o senhor menciona a hipótese da empresa brasileira que é adquirida por uma empresa estrangeira, quer dizer, se for direta essa aquisição e essa empresa passar a ser da titularidade dessa empresa estrangeira, eu sempre tento fazer esse raciocínio esquemático de colocar nessas hipóteses que eu estava tentando inicialmente formular. Se for uma aquisição e uma empresa estrangeira, sediada no Brasil, ela se submete às restrições que estão colocadas na Lei 5.709, no que diz respeito à aquisição e se submete ao que está colocado na Lei 8.623 no que diz respeito a arrendamento. Não há dúvida. Se houver uma participação no controle acionário por parte dessa empresa estrangeira, o que vige hoje na administração pública é o entendimento de que não haveria controle nenhum. Revisto o parecer da Advocacia-Geral da União, o controle acionário sim estaria contemplado e se submeteria às restrições que estão colocadas na lei. Só não teria e aí cairia naquela lacuna, naquele vácuo que o senhor mencionou inicialmente, se essa participação acionária fosse minoritária ou eventualmente não houvesse participação direta e aí os órgãos competentes teriam que avaliar se teria havido simulação, se teria havido burla à legislação brasileira, enfim. Mas a tentativa que nós fazemos, não é de hoje, é tentar buscar, enquadrar nesse esquema, nessas várias hipóteses para ver se há ou não disciplina legal. Mas eu ressalto e como o senhor faz sua intervenção essa manifestação de fato há um projeto, o projeto 2007 em que há uma tentativa de se disciplinar, de se estabelecer restrições de acordo com os conceitos de oportunidade, conveniência, interesse nacional do que seriam áreas estratégicas que mereceriam um olhar mais detido do Estado Brasileiro.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – O que vocês concluem a revisão do parecer... Desculpa, Sr<sup>a</sup>. Presidente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS)** – (pronunciamento fora do microfone) mas como o senhor não tinha dado, mais três minutos para o senhor encerrar.



**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Quando a Advocacia consegue concluir a revisão do parecer?

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Senador, é previsível. Estamos na parte final. Acho que mais uns 45 dias, 30 dias, 45, no máximo, a gente fecha essa análise. Enfim, acho que são essas questões que cabiam na manifestação do Senador Casagrande.

Na manifestação do Senador Valadares, muito me orgulha ver que o encaminhamento que o Senador faz no que diz respeito à fundamentação constitucional e jurídica ela é absolutamente convergente com o pensamento da Consultoria-Geral da União inicialmente que vai ser submetido ao Advogado Geral da União no que diz respeito à prevalência do princípio da soberania, no que diz respeito à recepção do § 1º, do art. 1º da Lei 5.709 que estende às empresas brasileiras com controle acionário estrangeiro as restrições que são aplicadas às empresas estrangeiras. E também caracterizar que há sim uma lacuna, um vácuo no que diz respeito às empresas brasileiras cuja participação acionária seja minoritária de grupos estrangeiros não residentes no País. Participação, controle acionário de empresas brasileiras por empresas estrangeiras, revisto o parecer da Advocacia-Geral da União, essas empresas se submeteria a essas restrições.

Então, quer dizer, a lacuna, o vácuo, como eu tinha dito anteriormente ao Senador Casagrande, ficaria no que diz respeito a essa participação minoritária de empresas estrangeiras e empresas brasileiras. Então concordamos que há o princípio da soberania, e eu tinha mencionado, Senador, na apresentação inicial o recurso ao princípio da máxima efetividade da norma constitucional e o conceito da unidade da Constituição. Então se no título da ordem econômica há princípios que velam pela soberania, que admitem o controle do Estado Brasileiro no investimento do capital estrangeiro naquelas áreas que ele considera estratégica e há previsão expressa de restrição a aquisição de estrangeiros todos esses conceitos convergem para a necessidade, sim, de uma disciplina mais rigorosa nessas questões.

(soa a campanha)

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS)** – Obrigada, Dr. Ronaldo. Passo a palavra ao Dr. Rolf e depois ao Dr. Fernando que quer fazer uma intervenção.

**SR. ROLF HACKBART** – Vou tentar ser breve a pedido da Mesa. Primeiro, dizer que assim, cabe ao INCRA cumprir o que a lei determine as normas, então para nós é muito importante que a AGU se posicione logo. Na minha opinião, para o INCRA seria muito importante normatizar através de uma lei. Um novo

parecer da AGU para nós é muito importante no curto prazo, mas eu não tenho dúvida nenhuma, gente, a agricultura brasileira mudou muito nos últimos anos. Os interesses por nossos imóveis rurais no País, mudou muito. Uma lei bem elaborada, atualizada, nos ajudaria muito também.

Segundo, eu não... Eu canso de receber grandes, médios produtores rurais no meu gabinete pedindo pelo amor de Deus que o Governo atue, que mude a legislação que eles não conseguem mais competir com investimento em imóveis rurais de investimentos estrangeiros no Brasil. Eles dizem isso. Grandes e médios produtores rurais brasileiros, grandes empresas. E vão no meu gabinete e dizem: Pelo amor de Deus, não dá. Na minha região eu quero ampliar o meu negócio, o meu empreendimento e os estrangeiros vêm e compram, cash e titulam. Muita gente.

Então, nós precisamos de uma regulamentação. Acho que o que puxa isso na verdade é a nova matriz energética, o preço das commodities, reserva de valor, a economia brasileira se o País receber agora o *investment grade* pela situação econômica brasileira sempre os grandes Fundo de Pensão vão tirar uma parcela para investir em imóveis rurais também no Brasil.

Outro aspecto, redução de faixa de fronteira. Nós do INCRA nós precisamos dar regulamentação. O que nós temos que aplicar é a lei que está funcionando hoje. Eu acho, já declarei isso aqui uma vez no Senado, a revisão dos 150 quilômetros eu acho que é cabível. Agora quanto vai ser? Nós do INCRA estamos esperando qual é a lei, a nova lei. E aplicar a lei e cuidar para que não aconteçam irregularidades. Sobre a concentração fundiária, em algumas regiões ela efetivamente acontece, Senador Valadares. O oeste da Bahia, Mato Grosso do Sul, sul do Pará, várias regiões... Compra de empresas brasileiras com capital estrangeiro cresce e tende a ter uma concentração fundiária. Os dados do censo agropecuário que vão sair agora em julho, agosto desse ano eles podem evidenciar isso ou não.

Sobre o impacto do meio ambiente, nós não temos estudos sobre isso, mas como um site aqui foi citado, o que a gente vê do ponto de vista do INCRA é aquisição de terras por estrangeiros desde aquele... Sei lá, o europeu rico que não sabe o que fazer com o dinheiro e compra 900 mil hectares no Pará ou tenta comprar para preservação ambiental e não tocar. Até aqueles que querem adquirir e querem explorar florestas, por exemplo, através da lei de florestas públicas. Então o interesse apareceu. O que eu faço um pedido aqui que vocês ajudem esse país, é que todas as relações que vocês têm e eu tenho dito isso para os INCRA regionais, para os proprietários, para a CNA

que está aqui presente, antes de adquirir um imóvel rural que as pessoas procurem o INCRA e perguntem, façam só uma pergunta: Em nome de quem está matriculada essa imóvel, área? É a matrícula que vale. Não o registro. Eu posso registrar em 15 cartórios. A matrícula está em nome de quem? E esse País precisa se encontrar na fiscalização fundiária. Eu fiquei muito feliz a semana retrasada quando o estoque de reservas do País supera o total de endividamento. O meu sonho é na regularização fundiária. Desde 1500 até hoje, o País precisa se encontrar. Esse recadastramento que estamos fazendo agora em 36 Municípios (soa a campanha) ele é o início de um trabalho que nós vamos dar segmento na Amazônia Legal, mas não só. É preciso dizer se a terra é pública, se é privada, se ela é pública estadual, se ela é pública federal, e dar um destino a essas terras. Para quê? Para dar legitimidade e titularidade a quem efetivamente ocupa essas áreas. Quer produzir, quer proteger o meio ambiente. Eu diria o futuro chegou. O futuro chegou. Tudo que os ambientalistas diziam, o futuro do Brasil em termos de agricultura... Ele está aqui. E nós precisamos da ajuda dessa Casa, do Congresso Nacional, para que órgãos como o INCRA, independente do gestor de plantão aplique uma lei adequada ao tipo de desenvolvimento que o País quer. Esse pra mim é o ponto central. Obrigado.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-  
RANO (PSDB-MS)** – Obrigada, Dr. Rolf. Passo a pa-  
lavra ao Dr. Fernando Queiroz.

**SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEI-  
RA** – Obrigado, Senadora. Eu gostaria de atender aqui até a solicitação do Senador Renato Casagran-  
de justamente até para, vamos dizer assim, colocar em termos práticos uma investigação que em razão até da demanda da questão da COOL EARTH que foi inclusive da Câmara dos Deputados foi encaminhado um documento pedindo ao então Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda que investigasse essa Organização Não-Governamental em relação à aquisição de terras e possível venda dessas terras para pessoas no exterior. Na realidade, essa ONG COOL EARTH, no dia 5 de junho de 2007, dia mundial do meio ambiente, ela lançou oficialmente seu programa de proteção às florestas tropicais no seu sítio COOL EARTH.ORG seu mote principal de atuação anunciou a venda de cotas de patrocínio para a preservação de florestas tropicais situadas no Brasil, nos Estados do Amazonas e Mato Grosso, além do Equador na região costeira no Estado de Esmeraldas. Informações disponibilizadas no site, no sítio da ONG afirmam que as florestas tropicais são feitas de carbono vivo, e que em um acre de floresta

tropical estariam armazenadas mais de 260 toneladas carbono. No período de um ano, segundo informações disponibilizadas, a destruição de florestas tropicais ao redor do mundo liberaria mais carbono na atmosfera contribuindo para o aquecimento global do que todos os Estados Unidos da América. Ainda conforme a COOL EARTH, 1/4 das emissões mundiais de carbono são originárias do desmatamento. Dessa forma, ajudar a COOL EARTH a combater o desmatamento seria o primeiro passo para resolver a questão do aquecimento global. O sítio ainda possui uma estrutura dividida em três partes principais. A primeira parte detalhada como funciona a iniciativa da COOL EARTH. Essa primeira chamada HOW IT WORKS, está dividida em três seções distintas: A seção de THE RESOURCE, detalhando a questão dos recursos florestais e a sua importância para o planeta; na seção THE PROBLEM é tratado o problema do aquecimento global ligando o desmatamento; e na seção THE SOLUTION é dada a solução para o problema apresentando as propostas da ONG para o desmatamento das florestas tropicais.

Tal solução seria de contribuir financeiramente com a ONG para que ela possa manter a floresta em pé, apoiando as comunidades locais. Em apoio às comunidades locais seria feito no sentido de fortalecer essas comunidades garantindo seu bem estar social empregando comunitários locais na proteção das florestas, construindo centros de saúde e educação.

Em 2007 havia durante o recebimento do patrocínio, se totalizaram aquisição de 32.112 acres na Amazônia. Em março 2006 os principais veículos de comunicação nacionais e estrangeiros deram destaque a proposta a compra maciça de terras na Amazônia por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. A campanha foi promovida pelo bilionário sueco, radicado no Reino Unido, John Eliasch. (soa a campanha) De acordo com o jornal inglês Sunday Times, ele tem um patrimônio de 355 milhões de libras esterlinas ou cerca de um bilhão e quatrocentos milhões de reais. Ele acha e tem afirmado publicamente que aquisição de todas as terras na Amazônia demandaria um volume de recursos estrangeiros na ordem de 50 bilhões de dólares.

Segundo fontes do Ministério do Meio Ambiente, é provável que Eliasch tenha adquirido as terras da madeireira GETHAL, aproximadamente 60 mil hectares, localizados nas duas margens do Rio Madeira, no Município amazonense de Manicoré. Com base nas informações obtidas nessas e nas outras fontes a hipótese que até o momento se sustenta para explicar é que a transação fundiária é que Eliasch teria adquirido controle acionário de uma das empresas controladoras da GETHAL Amazonas já que o próprio empresário sueco declarou a imprensa ter desativado

uma madeireira que funcionava em suas terras recém adquiridas na Amazônia. É importante acrescentar que a GETHAL que se encontra com suas atividades paralisadas desde o final do ano de 2006, tendo inclusive demitido mais de 700 empregados é atualmente controlado pela Brazil Forest Fund(F) Investment. Fundo de investimentos que adquiriu o controle da empresa em 2000 e é administrado pela empresa americana GMO, Renewable Resouces. É uma empresa especializada na compra e exploração de florestas em todo o mundo. Controlava cerca de 5.709 quilômetros quadrados em 2004, e hoje sendo 1.075 quilômetros quadrados de Amazônia brasileira. É uma divisão da GMO, LCC, Holding internacional de investimentos que administra mais de cem bilhões de dólares está sediada em Boston, Massachusetts, Estados Unidos.

Portanto é possível que Eliasch tenha na verdade adquiridos a maioria das cotas de participação acionária no mencionado Fundos de Investimentos da GMO-RR por meio de operações financeiras no exterior. E segundo a própria GETHAL, caso Eliasch tenha feito um negócio envolvendo a empresa, a transação se deu através da GMO no exterior, hipótese que explicaria a ausência de registros de transações fundiárias nos órgãos de fiscalização brasileira. É importante acrescentar também que segundo o representante do Banco Central do Brasil, em se tratando de aplicações no Brasil de fundos estrangeiros de investimento, é necessário o registro das mesmas, junto a autoridade fiscalizadora. No caso o próprio BACEN via registro declaratório eletrônico do sistema BACEN, ou junto à Comissão de Valores Imobiliários. Porém, no caso de investimento direto e não de aplicações do mercado financeiro, o que seria o caso do BFFI, pois esse último, conforme declarações da CVM não possui registro naquela instituição. Não é necessária a declaração da composição acionária do fundo, situação em que impediria o estabelecimento de uma possível vinculação direta entre Eliasch e o BFFI.

Isso é justamente para dar uma idéia de como a entrada de capital estrangeiro ela é até facilmente burlada pela falta de legislação que controlasse esses investimentos vindo diretamente através da aquisição de algumas empresas através de capital estrangeiro feito inclusive no exterior aonde não se passa por nenhum registro federal a compra dessas terras.

Temos alguns dados aqui inclusive quanto ao John Eliasch e aos outros, vamos dizer assim, membros da COOL EARTH que é onde vocês vão ver que na realidade toda a base de formação deles são em economia. E na realidade não teria muito direcionamento talvez nem vinculação à questão do meio ambiente.

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS)** – V.S<sup>a</sup> poderia nos deixar uma cópia desses documentos? Ou depois nós poderíamos solicitar? A gente poderia solicitar oficialmente porque acho que é importante para todas as nossas Comissões.

Portanto, agora vamos passar então à fala e a discussão dos Srs. Senadores. Primeiro o Senador Gilberto Goellner, depois o Senador Sérgio Zambiasi e depois o Senador Valter Pereira. E na segunda leva, Senador João Paulo, Osmar Dias e Flexa Ribeiro. Portanto, Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT)**

– Obrigado, Presidente, Senadora Marisa, componentes da Mesa que tão bem explanaram esse assunto. Eu gostaria de dar minha contribuição iniciando por caracterizar o motivo que tem levado alguns produtores brasileiros a até se desfazer dos imóveis para grandes grupos ou de produtores locais, ou até para investimentos estrangeiros que estão acontecendo aqui e que realmente, por trás disso aí, desse capital, existe interesse em fundos de investimento em outras bolsas mundiais e que estão vendo na agricultura brasileira uma grande oportunidade de negócio. De resultados econômicos. Por quê? Porque as bolsas cada vez com o decréscimo que existe dos negócios internacionais em todo mundo, estão vendo na possibilidade da agricultura brasileira uma oportunidade de negócio, de resultados.

Então, isso aí é um movimento muito intenso, muito intenso, grande grupos nacionais já se colocaram em bolsas do exterior, na bolsa brasileira também, a BMF, e estão tendo oportunidade agora de ter sócios de fundos que aqui vem para aplicar recurso, mas são fundos compostos pela... Como o senhor realmente colocou, não se sabe o tamanho do investidor. Desde a velhinha viúva, ou o velho lá dos Estados Unidos que sobram profissional liberal, todo mundo é acionista. E na Europa também e na Ásia. Hoje tem interesse do mundo inteiro do agronegócio brasileiro, principalmente olhando do lado do suprimento de alimentos que o Brasil terá ainda para o futuro, uma responsabilidade grande de fornecer alimento para o mundo, mas também no suprimento da bioenergia.

Então, em vista disso, já existem empresas que foram colocadas na bolsa. Já foram... Já têm sócios estrangeiros.

Então, não é uma especulação direta em ter um imóvel, em aumentar as propriedades, em se localizar uma pessoa física do exterior que está vindo para cá. São fundos de investimento, esses sim, estão vindo com muita vontade, que estão vendo que a transformação das pessoas físicas em pessoas jurídicas aqui



no Brasil, o produtor que fazia tudo em nome dele, dos filhos, ele agora passa a constituir uma empresa jurídica. Pra quê? Para poder inclusive receber parceiros. Mas, o grande questionamento que eu faço e isso aí então eu acho que o parecer da AGU vai ser importante porque esse capital é um capital aberto, acho que o Brasil não pode ter restrição principalmente porque já aconteceu o que nós já temos para não atingir a imagem do País quanto ao direito privado.

Agora, o grande questionamento é o seguinte: Por que não se coloca as mesmas condições desse capital estrangeiro que está vindo aqui para auxiliar a agricultura brasileira possivelmente com condições de recursos financeiros disponíveis em outros países e que aqui são aplicados, e o produtor daqui está se valendo dessa oportunidade para sair fora da situação em que ele se encontra. Ele se encontra normalmente endividado, e é por isso que ele está cedendo esses imóveis, ele se encontra endividado pela situação que ocorreram nos últimos anos, por decréscimo de renda, por ter investido, aumentado áreas de plantio, não vamos falar em desmatamento, não foi em desmatamento, são áreas de pastagem que foram às vezes incorporadas, a pecuária não está dando bom resultado, a agricultura passa a dar um resultado melhor.

Então, são oportunidades que estão acontecendo de capital, de entrada de capital melhor do que é oferecido internamente. Que os custos financeiros aqui do País, o custo financeiro é muito alto, e a agricultura se encontra numa situação delicada. Então esse movimento vai acontecer muito daqui para frente, e eu vejo que não é um movimento especulativo de compra de terra, e sim de negócio composto por negócio de bio-energia, por agroindustrialização, é um conjunto de... é um componente conjunto. Uma parte do etanol, na parte da industrialização, e na parte também de reflorestamento com aproveitamento da madeira para fins energéticos.

Então, eu vejo que é muito oportuno esse momento aqui para que realmente o parecer da AGU tenha esse parecer de 97 realmente tenha uma consolidação final, e esse assunto deve ser debatido, sim. Acho que é muito importante o momento e vamos ver o que podemos contribuir aqui no Senado Federal.

*(troca de presidência)*

**SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – O próximo Senador a usar da palavra é o Senador Sérgio Zambiasi, que aliás é autor da PEC que propõe a redução da faixa de fronteira de 150 para 50 quilômetros, que é um assunto de extrema importância. Lembrando que o Presidente do INCRA esteve aqui no dia 15 de maio do ano passado quando esse

assunto foi discutido e por um requerimento de minha autoria houve aqui um compromisso do Presidente do INCRA de solucionar ou pelo menos encaminhar solução para o problema de faixa de fronteira, que marcaria uma reunião da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e nada disso até hoje aconteceu, talvez fosse oportuno a gente tratar desse assunto também. Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** –

Obrigado, Presidente Osmar Dias. Cumprimento os componentes da Mesa, Dr. Fernando Rolf que para nossa alegria é gaúcho, portanto tem uma experiência grande na área, não por ser gaúcho, mas por ter trabalhado intensamente na área que hoje preside e Dr. Ronaldo da AGU. E efetivamente a PEC de minha autoria de 2006. E está havendo inicialmente, assim para deixar claro, uma grande confusão com relação à própria PEC. A PEC não está preocupada em discutir plantação de eucalipto ou presença ou não de estrangeiros. A PEC ela está muito mais voltada com uma questão de integração. O Dr. Segóvia sabe que dentro de mais alguns dias a Polícia Federal mais o Ministério da Justiça já deverá estar distribuindo o primeiro documento que começa a identificar o cidadão mercosulino, que é a carteira de fronteiriço. Parece que agora em abril saem as primeiras carteirinhas que estabelecem essa relação histórica que já existe nas fronteiras. Especialmente do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, os povos ali da Argentina e do Uruguai, especialmente.

Então, nós estamos tratando acima de tudo de uma relação de pensamento mercosulino, sul-americano, uma visão, um conceito de cidadania continental, regional que acho que nós vemos os europeus, não importa do País, se apresentarem como europeus. São europeus. Podem ser italianos, portugueses, ingleses, austríacos, mas são europeus. Os asiáticos também. São asiáticos. E nós não somos sul-americanos. Nós somos brasileiros. Nós não temos uma visão latina. Sul-americana. Isso é muito dessa relação de conflito com o conceito de fronteira. O primeiro conceito de fronteira nasceu com a lei das terras do império em 1850. Quando o império estabeleceu uma faixa de 10 léguas, ou do tiro do canhão, que dá uns 66 quilômetros. Estabeleceu um limite necessário para a época, inclusive, uma visão de proteção das nossas margens. Acho que a época, a lei realmente chegou numa hora boa. Posteriormente, em 1934, em 1937, foram na realidade os dois últimos movimentos efetivos que se tratou de faixa de fronteira. Em 1934 a faixa foi ampliada para 100 quilômetros e em 37 a Constituição... Foi a Polaca, se não me engano a 37, que ampliou para 150 quilômetros. De lá pra cá surgiram umas leis, mas o



conceito de faixa permaneceu nos 150 quilômetros. E a PEC finalmente traz, Senador Osmar, essa discussão para o Congresso Nacional porque esta é a nossa obrigação, trabalhar na questão da legislação que no próprio conceito do Presidente do INCRA, Rolf, está já ultrapassada. E, portanto, nós temos que de alguma maneira rever. Eu considero que há muito preconceito com relação às fronteiras. Que eu considero muito bem estabelecidos e guardados nas fronteiras mais habitadas, a nossa Polícia Federal faz o seu papel plenamente. Está lá vigilante, presente, e fazendo o seu trabalho, apesar... O nosso problema é o tamanho da fronteira que são 17 mil quilômetros. É muito fronteira. Portanto guarnece-la é realmente bastante difícil. Especialmente nos dias de hoje, não sei se o Osmar já fez a viagem que o Exército eventualmente proporciona a Parlamentares para conhecer a Amazônia. E a questão de guarnição de fronteira é uma coisa tão fragilizada que eu lembro do depoimento do General, o comandante é lá o quarto Exército da Amazônia, não me lembro agora o nome. General Augusto Heleno. É o atual, mas foi o anterior. Ele ao fazer a primeira palestra, nos acolher lá em Manaus, ele dizia o seguinte: Olha, provavelmente tudo que nós estejamos falando nesse momento alguém esteja ouvindo. Porque os sistemas de escuta hoje através dos satélites já não permitem mais muitos segredos. Realmente aquilo ficou muito marcado em mim. Então é para mostrar que realmente mudou tudo. Mercosul trata já de uma carteira de cidadão fronteiriço que dá condições ao brasileiro que more a 25 anos no Uruguai possa no Uruguai ter os direitos de um cidadão uruguaio. O brasileiro que more há 25 anos na Argentina tenha na Argentina, o protocolo já foi assinado não está em vigor ainda, mas já existe. Tem essa mesma condição, vem com o Paraguai, vem com a Venezuela, tão logo ela for membro pleno com direito a voz e voto no Mercosul, espero que logo aconteça, independente da presença do Chávez. Nós precisamos ampliar o conceito de Mercosul.

Mas o problema mais grave que eu considero Presidente, Presidente Rolf, é esta confusão que se estabelece quando nós estamos buscando mudar o conceito de faixa de fronteira e imediatamente se mistura com a questão da aquisição de terras por estrangeiros. Aliás, essa questão da aquisição de terras por estrangeiros, o próprio Presidente Rolf pode explicar aqui ao Plenário o quanto essa situação é complexa a medida em que tem um detalhezinho na lei que passa muitas vezes despercebido que chama-se de pesquisa de cadeia dominial. O Presidente Rolf poderia dizer aqui ao público até onde vai esta pesquisa. Até onde ela pode chegar retroagindo em séculos uma pesquisa dessas para o estrangeiro ser proprietário. Então a

própria exigência dessa pesquisa (soa a campainha) ela protege muito bem a questão da propriedade brasileira. E nesta mesma linha de discussão eu percebo que enquanto nós estamos restringindo investimentos de fronteira, nós olhamos para o litoral do nordeste brasileiro, dou apenas um exemplo aqui, lá a cem quilômetros de Recife, Praia do Porto, não conheço, onde uma empresa estrangeira adquiriu 500 hectares, vai construir quatro mil casas que vão ser vendidas para europeus.

(soa a campainha)

**SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Senador Zambiasi, como há vários inscritos, eu peço a V.Ex<sup>a</sup> que parta para a conclusão.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Estou concluindo, Presidente. Então eu queria só deixar... é mais uma questão de informação, Senador Osmar Dias. Eu quero completar, a pergunta eu já fiz para o Rolf. Quantos Municípios estão na faixa de fronteira no Brasil? 598. No nosso querido Paraná, 139. No Rio Grande do Sul, 198. No Mato Grosso, da nossa Senadora Marisa Serrano, Mato Grosso do Sul, 44. Mato Grosso, 28. Santa Catarina 82. Amapá 8, Pará 5, Roraima 15, Amazonas 21, Acre 22, Rondônia 27. A lei prevê prioridades de investimento. Na Amazônia, esse elemento básico, prioridade dois, urbanização, prioridade 2 urbanização, prioridade 3 demais setores. Nas demais regiões do País, nos Municípios de fronteira a União deveria... Ela dá como prioridade de investimentos Municípios de interesse de segurança nacional nas faixas de fronteira. Quais são? Municípios mais novos ou mais carentes? Quais são? Municípios fronteiriços, o que é Município fronteiriço, e demais Municípios na faixa de fronteira. Então ela estabelece uma espécie de discriminação com relação a Municípios que encontram-se em faixa de fronteira já criando enormes dificuldades. E é bom sempre saber que a faixa de fronteira ela não é só... Vou repetir, eucalipto. Ela é investimento em carvão. Que exige dos estrangeiros. Ela é investimento em energia eólica, que exige sócio-estrangeiro, ela é investimento em energia hídrica, que exige sócio-estrangeiro, nós ficamos concentrados apenas na propriedade da terra quando essa questão é muito maior. Acho que o debate é muito rico e necessário, até para que se esclareça se tire esse véu sobre estes conceitos de faixa de fronteira que como disse muito bem a Marisa Serrano, se a Europa fosse preocupar-se com faixa de fronteira não haveria, não existiria a União Européia. E nós estamos aqui defendendo a União sul-americana que seja através do Mercosul, ou de um outro instrumento que possa nos aproximar mais, inclusive para evitar conflitos como este que nós estamos vendo ali junto à Colômbia, o

Equador e a Venezuela, e cuja participação no sentido de minimizar esse tensionamento, o Brasil tem participação fundamental. É isso, Presidente.

*(troca de presidência)*

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado, Senador Sérgio Zambiasi. Primeiramente quero agradecer Senador Osmar Dias, que esteve aqui conduzindo, a Senadora Marisa Serrano, e vamos de imediato passar a palavra ao Senador Valter Pereira.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Sr. Presidente, senhores convidados, eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer algumas indagações pontuais, e obter as respostas também pontuais. Não estou perturbando V.Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente? Então, Sr. Presidente, o que eu suscitei aqui é o seguinte, é que eu gostaria de fazer algumas indagações pontuais e gostaria que fosse respondido no momento imediato. A primeira indagação eu vou me reportar ao Dr. Rolf, fuge um pouco a essa temática que foi desenvolvida durante essa primeira parte aqui desta Audiência Pública. Nós não poderíamos deixar de abordar a questão da Reforma Agrária quando a gente está aqui em companhia da mais alta autoridade sobre o assunto que é o Presidente do INCRA. E é a ele que vou fazer a primeira indagação. Quanto que o INCRA investiu no ano passado e quanto que pretende investir neste ano em assentamentos, incluindo não só indenizações por desapropriação, como compras de terras, e também na manutenção dos assentamentos. Se V.Ex<sup>a</sup> tem essa informação. É o que eu propus para fazer um pinga fogo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Eu pedi antes que faria um bloco de três, o senhor é o terceiro que está falando e depois terão a resposta de tudo que se foi feito com os demais porque falta a resposta dos Senadores anteriores ainda.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Por isso que eu suscitei aquela Questão de Ordem no início para que me fosse autorizado fazer esse tipo de abordagem, que é o mais adequado para fazer um diálogo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Então o senhor conclua todas as perguntas e depois já lhe dar as respostas, que é o ideal.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – A segunda indagação que eu gostaria de fazer é se o Governo tem feito assim um acompanhamento in loco da situação dos assentamentos, como estão os assentados, e se pode informar, por exemplo, o resultado desses assentamentos, dessa política de assenta-

mentos, de Reforma Agrária que têm sido implantada em nosso País. Inclusive, apontando um índice mesmo que não seja acabado, mas um percentual assim das emancipações desses assentados se o INCRA tem conhecimento que nesses assentamentos está havendo muita transação, o assentado que entra e vende, o assentado que entra e depois abandona, se tem esses números também.

O INCRA tem dois métodos, duas modalidades para adquirir a terra. Uma delas é a desapropriação e a outra é a compra. Eu gostaria de saber se o comando central do INCRA tem orientado as Superintendências quanto aos critérios que devem ser observados para escolher a compra ou a desapropriação. Se existe esse critério por parte do INCRA e se ele tem repassado para as Superintendências.

O INCRA, quando vai fazer uma desapropriação, ou fazer uma compra, tem que observar, pelo menos aqui no caso das compras, na desapropriação não vai ser diferente, o que dispõe o art. 3º do Decreto 433, que diz o seguinte: Não serão adquiridos imóveis rurais inadequados para a implantação de projeto de assentamento ou que por suas características e peculiaridades não devam ser utilizados em atividades agropecuárias. Segundo o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Renováveis. A resolução diz ainda no art. 5º, na letra A o seguinte. O Diretor de Recursos Fundiários do INCRA constituirá à Comissão composta lá nos termos do art. 7º desse Decreto para proceder vistoria e avaliação do imóvel ofertado. Aí vem lá aspectos da vistoria. A utilidade do imóvel para o fim de Reforma Agrária, suas características agrônômicas, topográficas, climáticas, hídricas e viárias. E a letra B. A existência na região de situação do imóvel de infraestrutura do serviço de saúde, educação, transporte, armazenamento, eletrificação e comunicação.

Então, qual é o peso que tem o laudo no momento em que se escolhe uma área para ser desapropriada ou para ser adquirida por compra? Se o senhor tem conhecimento de que essas regras estão sendo desobedecidas em algumas Superintendências, ou talvez na totalidade delas. Se o senhor tem conhecimento, por exemplo, que em Mato Grosso do Sul a Superintendência tem desobedecido essas regras e promovido tanto uma modalidade como outra de compra ou a de desapropriação de terras completamente estéreis, impróprias para a agricultura. E se isso não coloca em risco o investimento que está se fazendo, já que é sobejo por todos nós que uma terra estéril, uma terra imprestável para a agricultura exige investimentos, exige tecnologias para as quais os lavradores, os sem-terra não têm condições financeiras de bancar. Se o INCRA tem conhecimento que lá no Estado têm vá-

rias propriedades em péssimas condições que estão sendo adquiridas e que estão entrando num processo de assentamento, e deixando os lavradores em condições deploráveis, frustrando expectativas, frustrando sonhos, esperanças desses lavradores.

Outra indagação. Nos assentamentos que têm sido implantados em Mato Grosso do Sul, observa-se claramente a intenção de engordar as estatísticas de assentados. E para isso o que se faz é o seguinte. Onde se implantava parcelas de 18, 20, 22 hectares, hoje estão se implantando parcelas de 10 hectares, de oito hectares até. E pior, estão fazendo esse parcelamento em terras completamente imprestáveis para a atividade agrícola. Se o INCRA não entende que ao agir assim não está jogando dinheiro fora, não está colocando em risco os resultados da Reforma Agrária. Porque no nosso entendimento, a Reforma Agrária não pode cingir-se apenas a... distribuir a terra, mas sim a tornar, aquele que é lavrador sem terra em produtor rural. Ele se não conseguir a emancipação, ou seja, se ele não transformar, se ele não mudar a vida dele e passar a ser alguém que realmente deixa de ser um párea, deixa de ser um excluído e passa a ser um integrante, a Reforma Agrária perde completamente o sentido e o objetivo: Se o INCRA tem tomado conhecimento que nesses assentamentos há uma inobservância também das normas ambientais. Eu tenho aqui, Dr. Rolf, uma notícia de uma multa que foi aplicada pelo IBAMA ao INCRA de dois milhões de reais em Mato Grosso do Sul. Dois milhões de reais. Por quê? Porque no Estado as normas ambientais estão sendo transgredidas. E essas transgressões estão se dando com a leniência do próprio INCRA... com a leniência do INCRA que assiste a tudo e cria a condição para que isso aconteça. Eu vou aqui dar um exemplo para o senhor. Fazenda Teijin. Na fazenda Teijin, o INCRA colocou os lavradores antes do parcelamento, e isso também é uma prática muito comum lá no Estado, quando se faz a desapropriação, ou se adquire a propriedade, o INCRA já emite os lavradores na terra. Sem fazer o parcelamento, sem criar as condições. Por quê? Porque no momento que ele emite ele já começa a contabilizar que aqueles lavradores já passam a compor aquele número que é o que busca, que tem procurado buscar o INCRA. Aí, o que é que acontece? Os lavradores entram sem as mínimas condições, sem recursos, e começam a derrubar, fazer derrubadas. E lá fizeram derrubadas. E mais grave que isso, Sr. Presidente, instalaram dentro do assentamento, esse isso não é culpa dos lavradores, o sujeito está dentro do assentamento em condições de absoluta precariedade e sem recursos, instalaram lá carvoarias. Então dentro dos assentamentos, a exploração que se faz...

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Valter Pereira, me permite é quem estava presidindo antes, a Marisa Serrano, deu cinco minutos. Porque a quantidade de Senadores inscritos faz com que... Até porque daqui a pouco começa outra Sessão de Plenário. Gostaria que V.Ex<sup>a</sup> entendesse e pudesse encerrar ou completar.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Já vou encerrar. Então, se o INCRA tem conhecimento que estão sendo instaladas carvoarias, que estão sendo transgredidas essas normas ambientais que resultaram inclusive nessa multa. Eu acho que essas daqui são as principais indagações que eu gostaria de fazer.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Eu gostaria de colocar... Como o Senador Osmar Dias, ele me perdoe, que eu confundo com o irmão dele toda vez, embora que a amizade com ele é tão grande e maior até. Aqui foi colocado dois grupos para a Mesa dar resposta. Eu colocaria que fizesse num grupo só.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – A proposta era essa, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado. E que nós ouvíssemos os outros três Senadores, quatro, e depois os debatedores dão a resposta.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – V.Ex<sup>a</sup> adivinhou o que eu iria pedir pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Muito obrigado. Foi transmissão de pensamento do eminente Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Sr. Presidente, senhores que estão compondo a Mesa desta Audiência Pública, e de um debate tão importante, eu quero aqui começar registrando a atenção dos três Senadores que propuseram esse debate, e ele é um debate importante porque chama atenção do Senado da República, acho que essa matéria, nós devemos desdobrar em outras discussões, com todo carinho que eu tenho pelo Senador Valter Pereira, mas eu acho que nós precisamos retomar esse debate sobre a questão fundiária no Brasil, a questão fundiária no Brasil. Interessante que no que diz respeito à faixa de fronteira, a década de 30 ela foi duríssima. E lá foi um Presidente Getúlio, hoje nós temos um Senador gaúcho propondo uma outra faixa de fronteira e o Presidente do INCRA também gaúcho. Veja só. Então o que eu quero chamar atenção? É um debate importante. Acho que nós temos novos paradigmas, novos componentes para tratar esse tema. O tema do estrangeiro tendo acesso às terras.



Que terras? Terras públicas? Terras privadas? Aonde? Na área rural? Urbana? Acho que nós precisamos detalhar melhor isso, e não tratar isso de forma linear. Eu quero chamar atenção no que diz respeito a faixa de fronteiras. Tem uma PEC sendo discutida aqui, há 15 dias atrás eu acompanhei pelo rádio o debate, iniciativa do nosso colega Senador Zambiasi, e já é um avanço, mas para o Brasil de hoje, para a economia de hoje, para a sociedade de hoje ela ainda é tímida. Eu quero chamar atenção para isso. Propor 50 quilômetros e ele deixa a Amazônia com 150. Eu vou entrar nesse debate e vou propor a diminuição. Vou fazer uma PEC diminuindo. Eu tenho um outro conceito. Primeiro vamos entender isso. Quando o Brasil começa, quando os europeus chegaram aqui no Brasil nós já tínhamos uma faixa. Tratado de Tordesilhas. E sempre vêm grandes faixas, grandes concentrações. A concepção dos anos 30, veja só, a faixa de fronteira de 150, estou me atendo a essa questão, é a concepção da geopolítica, das relações econômicas, culturais, dos anos 30. O Brasil começava o seu parque industrial, o Brasil começava a ir para o interior do Brasil.

Então, nós precisamos romper com isso. E ter um número levando em consideração a nova realidade. Nós temos uma nova realidade. Então, veja só, agora, o estrangeiro... Qual é o contexto hoje dos estrangeiros em ter terras na Amazônia? Eu sou lá do Amazonas. Do maior Estado da federação, com aquela floresta imensa, com fronteiras, tem 20 Municípios que compõem a fronteira com Colômbia, com a Venezuela... (soa a campainha) Eu quero dizer o seguinte, nós precisamos ter rigor. Essa relação, por exemplo, informação dos cartórios, o padrão dos cartórios é de uma fragilidade, Presidente. Informa, não informa... Como é que é isso? Os cartórios, a política, a relação com o proprietário do cartório, o dono do cartório é muito frágil. Precisamos mudar isso. Na Amazônia, em terras públicas, nós precisamos aumentar o rigor do acesso a terras públicas a estrangeiros. Nós precisamos mudar isso. Por quê? A questão também não é mais a terra. Tem um setor que trabalha... Não é nem mais a terra. É a floresta, é madeira. É madeira. Não é a terra. Engana-se quem pensa que a discussão é só terra. Não é terra. É madeira.

Então, o nosso olhar do ponto de vista da relação dos estrangeiros com a territorialidade, nós temos que colocar o componente cultural, biológico, genético... Acho que são esses... E isso é novo. Como é que é? O estrangeiro vai ter 300 mil hectares de terra com potencial, com espécies ali que nós nem estudamos ainda. E fica por isso mesmo? Nós vamos ser bobinhos nesse debate? O componente ambiental tem que estar presente. Não tem jeito, Presidente Rolf, que é

um grande gestor do INCRA. O INCRA continua como instituição tendo um papel estratégico no Brasil. Estratégico. Principalmente na Amazônia. Principalmente na Amazônia brasileira. O INCRA joga um papel importante. Agora, não é só INCRA, não. Eu levantei anteriormente os cartórios. A gente precisa ter uma legislação nova. Nós precisamos. Todos nós. E eu penso que o Senado está chamado a enfrentar esse debate e nós disciplinarmos. Faixa de fronteira, tem que ser um outro número, tem que ser uma outra, porque a realidade é outra, econômica, social, geográfica, política... é outra. E terras estrangeiras com esse componente ambiental, genético, e de respeito também de reconhecimento que a sociedade brasileira não olhava para as populações tradicionais, até hoje olha com muita má vontade, o Estado Brasileiro, estou falando do Estado Brasileiro com má vontade às populações tradicionais, os povos indígenas, os ribeirinhos, o castanheiro, o seringueiro... Então nós temos que ter uma legislação fundiária levando em consideração esses elementos que compõem a nossa nação, e ter sim um padrão de rigor, de fiscalização, de critérios do ponto de vista do estrangeiro ter acesso às nossas terras. Porque não tem só terra. Não é só terra, não. É madeira. É vida. É riqueza. Nós precisamos fazer esse debate. Essa é a minha contribuição, a minha manifestação. Parabenizar o Senador Zambiasi pela sua proposta e todos Senadores que estão fazendo essa discussão. Nós temos divergência, eu sei que tem divergência com a nossa Senadora representante aqui ardorosa do agronegócio, mas vamos construir de forma democrática porque acho que é possível compatibilizar o agronegócio com a economia familiar. Acho que é possível compatibilizar isso, mas o tema é terra, acesso dos estrangeiros com às terras, e eu quero chamar atenção que não é só terra, tem riquezas, têm lagos, rios, tem florestas, têm as tradições, tem a cultura, e as grandes quantidades de terra, principalmente na Amazônia, nós precisamos ter muito cuidado do ponto de vista estratégico com esse território. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado João Pedro.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Presidente Neuto, uma Questão de Ordem só para esclarecer. A proposta de 50 quilômetros e de 150 quilômetros, para deixar bem claro, por que 50 quilômetros? Só tem só mais dois países da América do Sul com faixa de fronteira. Bolívia e Peru. São os únicos dois países. A exceção do Brasil que possuem faixa de fronteira. 50 quilômetros o Peru, 50 a Bolívia. É por isso que a Bolívia está usando está lei de faixa de fronteira para expulsar os brasileiros que estão lá. Esse é o conflito do nosso agricultor na Bolívia é este. A faixa de fronteira



boliviana está expulsando os brasileiros que lá estão. O Peru tem 50, o Brasil 150. A proposta de preservar a Amazônia com 150 quilômetros foi um debate feito com o Exército, com Ministério da Justiça, Ministro Tarso Genro com quem eu falei, com o Ministro Jobim da Defesa, mas obviamente qualquer contribuição para melhorar será realmente bem-vinda. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Tá bom, Senador Zambiasi. Senador Osmar Dias.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Sr. Presidente, senhores convidados, eu tomei aqui a justificção do Requerimento assinado pelos Senadores Valadares e Casagrande, em que citam uma entrevista concedida pelo Presidente do INCRA, a Vinícius Mansur da Rádio Agência NP no dia 8/8/2007, e eu fiquei assustado com que eu li aqui. Diz o Presidente do INCRA. Em entrevista concedida a Vinícius Mansur, ele lista três conseqüências da aquisição de terras por estrangeiros. A primeira: “Tende a aumentar o preço da terra e dificulta o INCRA a fazer Reforma Agrária”. A decisão que se tira disso é que o INCRA quer que as terras no Brasil se desvalorize e que o patrimônio dos brasileiros se desvalorize. Porque se essa é uma conseqüência que ele indica como negativa, eu tenho o direito de concluir isso, que o Presidente de INCRA deseja que as terras, que o patrimônio nacional seja desvalorizado. Segundo. “Tende a concentrar a propriedade da terra”. Aí eu concordo. Terceiro, “tende a não preservar o meio ambiente porque a tendência é a monocultura, e a monocultura tem se mostrado um grande incentivador de destruição do meio ambiente”. E aí tem uma manchete da Folha de São Paulo, jornal emprestado aqui pelo Senador Flexa Ribeiro, de 4 de março de 2008. “Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará”. A frase do Presidente do INCRA é completamente contraditória ao que está escrito na Folha de São Paulo, dia 4 de março. E o Presidente do INCRA, talvez não tenha olhado os números da balança comercial, os números que o agronegócio tem proporcionado ao País, e até quando o Presidente do INCRA cita as reservas, talvez ele não tenha se dado conta que em função exatamente do agronegócio e da balança comercial... Então há muita contradição nesse discurso, nessa retórica toda, mas eu fiquei preocupado mesmo com essas afirmações aqui porque acho que elas precisam começar a ser melhor discutidas, debatidas, principalmente por quem tem responsabilidade de ocupar um cargo público como é ser Presidente do INCRA. E por falar em responsabilidade o Presidente do INCRA esteve aqui em 15 de maio de 2007 e assumiu um compromisso público perante a nação brasileira, transmitido pela TV Senado de que faria uma reunião

na Federação de Agricultura do Estado do Paraná ou na CNA para a regularização, para a ratificação dos títulos daqueles proprietários que haviam feito todo o trabalho e esse trabalho, Presidente, custou dinheiro. Proprietários, pequenos proprietários no Paraná. Lá no Paraná são 139 Municípios, como disse o Senador Zambiasi, e 43 mil propriedades que estão na faixa de fronteira. Esses proprietários eles foram convocados pelo INCRA que exigiu deles que se fizesse todo trabalho de buscar cadeia dominial, eles fizeram esse trabalho buscando lá no começo do século passado, de onde veio essa origem, a origem do documento de propriedade que eles têm, muitos andaram por sete, oito, nove comarcas requisitando documentos, pequenos proprietários gastaram 10, 12 mil reais para fazer essa juntada de documentos, tudo pronto desde o ano 99, 2000. Nós estamos em 2008. O INCRA não fez a ratificação, exigiu que os proprietários fizessem essa documentação, mas não fez a ratificação.

Então, a pergunta que eu quero deixar, primeiro louvando aqui a proposta do Senador Zambiasi, que eu acho, e vou fazer a pergunta também ao senhor, que é a seguinte. Por que existe essa faixa de fronteira? Nós não estamos num... No Mercosul falando em integração dos países do Mercosul? Porque por que é que é necessária talvez até para polícia federal essa faixa de fronteira? Não seria interessante que o Governo Brasileiro se preocupasse em manter estruturas na fronteira e desconsiderar essa faixa de fronteira que pra mim não tem mais nenhuma razão de existir, porque quem está mais oferecendo segurança nessa faixa de fronteira são os proprietários dessas áreas que estão ocupando essas áreas. Eles estão lá garantindo a segurança da fronteira. E a Polícia Federal evidentemente com o Exército, eu penso até que a PEC do Zambiasi é melhor do que existe hoje, mas eu acho que não deveria mais existir é a faixa de fronteira. Eu não vejo mais justificativa para a existência da faixa de fronteira. Eu deixo essa pergunta para o Presidente do INCRA e pergunto: Por que não foram ratificados ainda os títulos de propriedade da faixa de fronteira e se eles serão ratificados e quando serão ratificados ou se todo esse trabalho dos produtores será perdido?

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado, Senador Osmar Dias. Passamos de imediato ao próximo orador inscrito que é o Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, Senador Neuto De Conto, Sr<sup>as</sup>. Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Convidados. Eu acredito, Presidente, que nós... E eu vou propor isso, nós precisamos fazer uma audiência, ou uma Comissão Especial para tratarmos exclusivamente da questão INCRA e

Reforma Agrária. Porque nós estamos tratando aqui nessa Audiência Pública da questão de terras adquiridas por estrangeiros, e tenho certeza que o Senador Valter Pereira não perguntou 20% do que ele gostaria de questionar a respeito da ação do INCRA no Mato Grosso do Sul. Eu digo, Presidente Neuto De Conto, que com relação ao Pará, que é o Estado que tem o maior número de assentamentos do INCRA na federação brasileira, eu iria ocupar três vezes o tempo que o Senador Valter Pereira ocuparia.

Então eu quero propor desde já que nós façamos, acredito que não uma Audiência Pública, eu vou conversar com o Senador Valter Pereira, vou conversar com os outros Senadores, Senador Romeu Tuma propôs isso no Plenário semana passada, criar uma Comissão Especial, que não chegue a uma CPI. Já temos muitas CPIs já para serem administradas, mas uma Comissão Especial que a gente trate especificamente, Senador Valter Pereira, da questão INCRA-Reforma Agrária. Porque eu tenho algumas questões a fazer e vou fazê-las, com relação à questão de aquisição por estrangeiros de terras na Amazônia, mas o Senador Osmar Dias já fez um questionamento que eu também faria porque está no Requerimento desta audiência, as afirmativas do Dr. Rolf a um repórter numa entrevista. E aí tem a Folha de São Paulo, no caso do Município de Tailândia, que está na mídia, o Município de Tailândia é um Município que fica a 220 quilômetros de Belém. Ele hoje está sendo ocupado pela Força Nacional, pelo Exército, pela Polícia Federal, pela Polícia Militar e pela Polícia Civil. É uma terra sitiada. É como se tivesse em estado de guerra. A população ordeira, trabalhadora daquele Município, tem medo até de sair à rua. Quanto mais de trabalhar. E aí vem a Folha de São Paulo e diz que toda essa ação que está sendo feita lá é em função de desmatamentos irregulares. E que ninguém concorda com isso. Não tem nenhum brasileiro que possa levantar a voz para defender o desmatamento ilegal. Agora, também nós não podemos penalizar uma população por omissão do Governo. Porque o Governo, e agora o Governo do meu Estado do Pará, porque ao final de 2006 a responsabilidade da aprovação dos projetos de manejo foi transferido do IBAMA para as Secretarias de Meio Ambiente, tem lá novecentos e tantos projetos parados na Secretaria de Meio Ambiente que não são aprovados. E não se diz porque é que não são aprovados. Isso já era com o IBAMA, já havia essa intenção deliberada do IBAMA, eu mesmo tive em várias audiências com o Presidente do IBAMA, com o Dr. Rolf, com a Ministra de Meio Ambiente, inclusive uma no Palácio do Planalto com o Subchefe da Casa Civil. E nada foi feito, e nada vai ser feito. Porque há uma intenção deliberada de não

se atender a questão do manejo florestal, a questão do uso consciente, racional, tecnicamente sustentável das riquezas florestais.

Então eu perguntaria, teria esse questionamento a fazer ao Dr. Rolf, que está provado, está provado que um dos agentes devastadores da floresta é, sem sombra de dúvida, a questão do assentamento. O assentado, por uma questão de sobrevivência, porque ele não é assentado, ele é abandonado à própria sorte. E não é deste Governo, não. Isso já vem de muito tempo.

Então, ele para sobreviver ele começa logo a vender a madeira, derrubar a madeira, e está aqui 150 mil hectares em Tailândia, exatamente onde está o conflito agora. Se formos para Santarém, aí vamos para um problema mais grave. O Superintendente, eu queria saber de V.S<sup>a</sup>, Dr. Rolf, tem conhecimento disso, de assentamentos fantasmas em Santarém. Inclusive o Superintendente do INCRA lá está respondendo a processo com relação a isso. Comprovado na estatística do Superintendente de Santarém de assentamentos inexistentes. E colocados como assentados para efeito de estatística. Nós não queremos saber, Senador Valter Pereira, qual foi o Governo que mais assentou. Nós queremos que dê dignidade àqueles assentados, que eles tenham sim o direito à terra, mas que eles tenham sim as condições de terem acompanhamento técnico e extensão rural, para que eles possam ter sobrevivência. Estradas para escoar os seus produtos. E o que nós vemos, lamentavelmente, é o uso eleitoreiro dos recursos no INCRA, no meu Estado do Pará. Não sei se nos outros Estados, mas no Estado do Pará é uso eleitoreiro. Vou repetir aqui o português bem claro das ações do INCRA no Estado do Pará.

Agora, com relação à questão das terras adquiridas por estrangeiros, e eu vou já deixar a proposta, vou fazer o requerimento para que se faça... Vou ver regimentalmente, Audiência Pública não resolve. Nós temos que criar uma Comissão para aprofundar a questão INCRA-Reforma Agrária. E não vai ser numa reunião, numa Audiência Pública somente. Aí eu perguntaria aos nossos convidados que considerando que pessoas jurídicas estrangeiras só podem adquirir imóveis rurais quando consta nos seus estudos objetivos vinculados a implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais ou de colonização, art. 5º da Lei 5.709/1971, como é feita a verificação pelo Executivo da vinculação do empreendimento aos objetivos estatutários da empresa. Ou seja, você faz a alienação para a empresa estrangeira ou para o cidadão estrangeiro vinculado a um projeto. Quero saber se o Executivo acompanha a implantação do projeto, se ele verifica se o projeto foi implantado ou se fica só na letra morta.

Você está com a terra para outros objetivos que não aquele que ele foi autorizado a adquirir.

Qual a estrutura física, pessoal e financeira de que dispõe o INCRA para o exercício de suas atribuições no tocante à autorização para aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira?

Terceira pergunta: Existe estatística relacionada ao número de pedidos de autorização para a compra de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira? Em caso afirmativo, ela está disponível? Como acessá-la? Como tomar conhecimento dessa estatística?

E a última, a imprensa, o Estado de São Paulo de 10 de junho de 2007 divulgou a intenção do INCRA de sugerir modificações na lei que dispõe sobre venda de terras objetivando maior controle sobre as negociações feitas por empresas estrangeiras. A matéria indicou ainda a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para analisar o assunto e apresentar proposta ao Congresso nesse sentido. Assim sendo, indago: Procede a informação? Em caso afirmativo, como anda os trabalhos do GT, do Grupo de Trabalho? Eram os questionamentos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. E como último Senador inscrito, é a Senadora Kátia Abreu.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Obrigada, Sr. Presidente. A última Senadora. Muito obrigada. Eu gostaria, Sr. Presidente, de em primeiro lugar agradecer a presença dos nossos convidados, que é uma oportunidade para o debate é sempre importante.

Com relação a essa questão da faixa de fronteira, e das propriedades que possam ser adquiridas por estrangeiros, nós temos que discutir muito a respeito disso. Eu me pergunto às vezes de onde tiram os números? De onde tiram os percentuais? 20 de reserva, noutro lugar 35, no outro 80. Baseado em quê? 60 de faixa de fronteira, depois é 100, depois 150. Aí é o índice que esse hoje é outro. Então assim uma variedade de estatística e de números que baseado não sei aonde, no que. Eu gosto muito da ciência, eu gosto muito da academia. Eu acredito muito que essas coisas têm que ter explicação. Explicação lógica. Se o assunto é produção, tem que ser agrônomo. Se o assunto é economia, tem que ser Economista. Então essa faixa de fronteira, na realidade eu me preocupo com as nossas divisas, acho que a questão de segurança nacional é importante, mas na atual circunstância, eu não sei se vejo importância na faixa de fronteira. Exigir um percentual, uma quilometragem de faixa de fronteira. Até sugiro ao Senador Osmar Dias, que tem um projeto que foi retirado anteriormente por um acordo, que onde ele coloca 10 quilômetros. Eu sou a favor de zero. Eu sou a favor

de zero. Você tem que fiscalizar as entradas do País, a Polícia Federal, fiscalizar as fronteiras, mas essa faixa e quem está nessa faixa é diferente, por quê? Baseado no que é que o produtor rural que planta soja a cem quilômetros da divisa é tratado diferente do que está fora da divisa? Outra coisa que eu gostaria de deixar aqui para reflexão é que o capital estrangeiro quando vem para o Brasil ele não é tributado. É zero. Agora, se um estrangeiro quiser vir ao Brasil, morar aqui, trazer sua família, investir, construir, aí é ruim para nós. Então eu acho que essas discussões, esses temas e esses preconceitos, esses paradigmas retrógrados eu gostaria muito de discutir a respeito disso.

Mas eu gostaria diretamente de falar com o Dr. Ronaldo. O senhor é Advogado. Claro. A função do órgão de V.Ex<sup>a</sup>, que é a Advocacia-Geral da União, é defender a União, e de preferência evitar que ela precise ser defendida. Eu pressuponho, se estiver errada me corrija posteriormente. Eu pergunto a V.Ex<sup>a</sup> se ultimamente os Decretos e Instruções Normativas do INCRA têm passado por V.Ex<sup>a</sup> ou pelo seu superior que é o Dr. Toffoli? Porque as informações que tenho pessoalmente do Dr. Toffoli são as melhores possíveis. De que é um Advogado bastante inteligente. E quando eu o vejo, não sou Advogada, sou psicóloga de formação, mas nós temos Assessoria de Advogados, de grandes constitucionalistas que nos orientam no dia-a-dia. Eu pergunto se V.Ex<sup>a</sup> viu o Decreto Quilombola antes de ser publicado, eu gostaria que V.Ex<sup>a</sup> respondesse se a Advocacia-Geral da União, além do Decreto Quilombola se ela viu e avaliou e deu algum parecer na Instrução Normativa 27 A, de faixa de fronteira. Eu gostaria que V.Ex<sup>a</sup> me respondesse se a Advocacia-Geral da União deu algum parecer à Casa Civil sobre o Decreto 6.321 das 36 fazendas da Amazônia. Porque no nosso entendimento, Dr. Ronaldo, nós temos ações do Supremo Tribunal contra todas essas ações, esses Decretos e essas instruções normativas. Porque na realidade, o INCRA no Brasil, na Presidência do Dr. Rolf, (soa a campainha) ele não respeita o Estado de Direito e nem respeita o direito de propriedade. E eu posso provar isso diante desses Decretos e Instruções Normativas que todos os dias ele nos impõe ferindo a Constituição Federal. Eu recomendaria ao senhor, Dr. Rolf, se o senhor não quiser comprar posso lhe enviar de presente um livro que chama a era da turbulência, de Alan Greenspan. Eu tenho a impressão que o senhor não deve detestar tanto Alan Greenspan porque ele é um monetarista assim como Henrique Meirelles que preside o Banco Central do Brasil do seu Governo. E eu recomendaria a V.Ex<sup>a</sup> o art. 12 desse livro, 12º capítulo que o senhor vai ali entender o que é que um dos homens mais brilhantes do mundo que administrou



o Banco Central americano por 20 anos o que ele tem a dizer sobre o direito de propriedade. Aliás, quase que todo o livro o senhor vai se deparar com essa expressão do primeiro capítulo ao último, aonde ele coloca que o fator fundamental e preponderante para que um País possa crescer fortalecido de verdade, com consistência e com sustentabilidade em primeiríssimo lugar é a preservação do direito de propriedade. Quando eu digo direito de propriedade, Dr. Rolf, não estou dizendo apenas dos produtores rurais. Eu estou dizendo os contratos, dos marcos regulatórios, das propriedades urbanas e das propriedades rurais. Na opinião deste cidadão que é respeitado no mundo inteiro, ele afirma, atesta como prioridade máxima esse direito preservado para que um País possa crescer.

Eu também gostaria, Dr. Ronaldo, que essa avaliação como disse o Senador Osmar Dias que está na faixa de fronteira, eu graças a Deus estou no centro do País, mas sou brasileira além de tocaninense também sou brasileira e me preocupo com os assuntos de todo o meu País. Essa faixa de fronteira, essa Instrução Normativa 27-A, o Presidente do INCRA Rolf Hackbart, ele coloca e impõe aos produtores da faixa de fronteira índices de GUT e GE antes da ratificação. O senhor me perdoe, Presidente, mas essa não ratificação e imposição de GUT e GEE, antes da ratificação. O senhor me perdoe Presidente, mas essa não ratificação e imposição de GUT e GEE, de índice de produtividade nessas áreas é desonesto com os produtores que estão nesse local. A lei é muito clara ao afirmar, a 1.414, é muito clara ao afirmar que apenas 50% de utilização nem precisa morar no local. É suficiente para que ele possa ser ratificado. Aí sim, depois da ratificação, honestamente o senhor pode mandar seus fiscais do INCRA ver se tem GUT e GEE, mas antes disso, o senhor me desculpa, mas é uma desonestidade sem medida e tamanho.

Quero ainda dizer a V.Exª que o senhor já tem em suas mãos 76% da Amazônia. Talvez não 76% porque nós temos áreas que são áreas indígenas, unidades de conservação que estão a cargo da Ministra Marina Silva, mas com certeza 50% são terras devolutas, arrecadadas pelo INCRA que estão sob a sua responsabilidade, sob a sua fiscalização, sobre a sua proteção esse patrimônio da União e da nossa biodiversidade. E me admira muito, Presidente Rolf, que seu grande sonho seja a regularização fundiária. Eu quero lhe pedir desculpas, mas dizer que não acredito no seu sonho. Eu não acredito porque já tivemos vários encontros em várias oportunidades para falar sobre titulação de terras nos Estados, aonde V.Exª poderia muito bem fazer convênios com os institutos de terras estaduais para essas titulações. No meu Estado do Tocantins, o

meu Instituto de Terra do meu Governo já titulou muito mais do que o INCRA que V.Sª preside. O INCRA Tocantins tem mais de 2.500 processos empilhados esperando que seu sonho seja realizado e que titule as terras desses produtores porque também o sonho deles é compartilhado por V.Exª. No Estado do Pará deve chegar de 15 a 20 mil processos esperando que o sonho de V.Exª seja realizado e que essas pessoas possam ser tituladas de verdade.

Então, quando V.Sª impõe aos produtores da faixa de fronteira uma irregularidade, uma contrariedade de lei, quando o senhor não permite que esses processos da região norte especialmente sejam titulados, quando V.Exª não caminha nessa direção, é que o senhor coloca em dúvida este grande sonho que V.Exª diz ter tanto.

Então eu quero dizer que a sua posição, do seu órgão INCRA tem sido uma posição retrógrada que recupera modelo socialista já vencido, Presidente. Um modelo socialista já vencido que nós não queremos mais discutir. E apenas para fortalecer o que disse aqui o Senador Osmar Dias, essa dívida que não foi paga, claro, mas que temos reservas que suportam essa dívida externa, o senhor tem que lembrar que 30 a 40% das exportações brasileiras, 1/3 das exportações brasileiras vêm do agronegócio brasileiro. E também não acredito que os médios e os grandes produtores, muitos, muitos, vão ao INCRA reclamar da produção da faixa de fronteira das empresas estrangeiras. Eu não acredito nisso. O INCRA não é o lugar dos médios e grandes produtores. Lá é o lugar aonde eles se sentem mais desprotegidos no Brasil. Aonde V.Exª todos os dias com a caneta na mão invade e agride o direito dessas pessoas, agride o art. 5º da nossa Constituição Federal.

Então eu gostaria muito de ter as respostas do Advogado Geral da União sobre esses Decretos e Instruções Normativas que nós estamos vivendo todo dia sobressaltado. Todo dia. Porque quando passa um Projeto de Lei nessa Casa, eu sou democrática, ganhou, ganhou, perdeu, perdeu, mas na caneta, na calada da noite, sem discutir nessa Casa regulamentar artigo de Constituição e Instrução Normativa mudando legislação aprovada nessa Casa, eu não acredito que a Advocacia-Geral da União possa ter visto esse material, possa ter visto isso antes mesmo dele ter sido publicado.

Então eu gostaria de ter muitíssimo essa resposta e reitero a pergunta do Senador Osmar Dias sobre faixa de fronteira. Quero que o Presidente do INCRA possa me responder a respeito deste assunto. Muito obrigada, Sr. Presidente. Por enquanto.



**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Com o encerramento da lista dos inscritos, Senadores e Senadoras inscritos, nós passamos então a palavra inicialmente ao Dr. Ronaldo, que também além das respostas, fizesse o encerramento da sua participação. Muito obrigado.

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria iniciar exatamente pela fala da Senadora Kátia Abreu, que diz respeito ao papel da Advocacia-Geral da União no Governo Federal. São diversos órgãos federais, são diversos Ministérios, são diversas autarquias. Hoje a Advocacia-Geral da União conta com cerca de 11 a 15 mil profissionais, não saberia precisar exatamente.

No que diz respeito a representação judicial, a Advocacia-Geral da União defende não só o Poder Legislativo como o Poder Legislativo e o Poder Judiciário em juízo e extrajudicialmente. Então o art. 131 da Constituição Federal impõe a Advocacia-Geral da União a defesa judicial e extrajudicial da União. Todos os seus poderes. E o Assessoramento jurídico, o aconselhamento jurídico ao Poder Executivo. Essa distinção é muito clara no texto do art. 131. Então no que diz respeito à consultoria, no que diz respeito ao assessoramento jurídico, cabe só ao Poder Executivo. No que diz respeito à defesa judicial e extrajudicial, a AGU atua na defesa não só do Poder Executivo como dos atos do Poder Legislativo como do Poder Judiciário.

No que diz respeito ao assessoramento jurídico que é o órgão ao qual eu pertencço e sou o principal gestor que é a Consultoria-Geral da União, todas as consultorias dos Ministérios elas integram como órgãos de execução um sistema de consultoria. É um sistema. Há um órgão central, e há os órgãos setoriais que estão nos Ministérios. E há também órgãos nos Estados que prestam assessoramento jurídico aos órgãos federais que estão descentralizados.

Então, Superintendência da Polícia Federal, Delegacia Regional do Trabalho, por exemplo, no Estado de V.Ex<sup>a</sup>, todos eles são assessorados juridicamente por um núcleo que é o núcleo de assessoramento jurídico que pertence também à estrutura da Consultoria-Geral da União.

A Lei Complementar, a Lei orgânica da Advocacia-Geral da União diz o seguinte, Senadora, que nos casos de controvérsia, de dúvida contra a fixação da interpretação da legislação, da constituição, das Leis Complementares, dos Decretos, das Instruções Normativas, Portarias, o Advogado-Geral da União pode ser provocado pelo Presidente da República, por provocação de Ministros de Estado para que fixe a interpretação daquela norma, para que dirima aquela controvérsia. O assessoramento jurídico cotidiano dos Ministérios

é feito pelas consultorias jurídicas. O assessoramento jurídico cotidiano nas autarquias, nas fundações é feito pelas procuradorias especializadas. Só chega ao órgão central da Advocacia-Geral de União, e tem que ser assim que se não fosse assim simplesmente haveria um acúmulo, um gargalo monumental no equacionamento das questões jurídicas do Governo Federal, só chega quando há uma provocação, quando há uma controvérsia, quando há dúvidas, divergências de entendimento no que diz respeito à constitucionalidade e juridicidade. A Advocacia-Geral da União não se manifesta quanto ao mérito. O mérito cabe, de acordo com a Lei 10.683, que distribui as competências pelos órgãos do Governo Federal aqueles órgãos aos quais as competências foram distribuídas.

Então, alguns dos Decretos que a senhora menciona, eu sinceramente não tenho de cabeça, alguns eu tenho e vou tentar dar a resposta direta para a senhora, alguns desses Decretos não tendo sido suscitada no âmbito da Administração Federal qualquer tipo de dúvida, qualquer controvérsia, consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente tem uma interpretação diversa da consultoria jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário que por sua vez se contradiz com o que está colocado pelo Ministério da Agricultura, essa questão não chega à Advocacia-Geral da União. Só chega ao órgão central da Advocacia-Geral da União se houver a provocação constada uma controvérsia. Caso contrário, os órgãos seguem cumprindo suas competências e as consultorias jurídicas e as procuradorias tem toda autonomia para no âmbito das suas competências fixar os entendimentos. A Advocacia-Geral da União vai ser acionada quando há o questionamento judicial, as ações, as diversas ações que os Democratas têm proposto, o PSDB, o PSOL, todos os partidos no exercício legítimo da provocação do Poder Judiciário para fixação da interpretação das normas, a Advocacia-Geral da União se posiciona. Judicialmente ou administrativamente quando há essa controvérsia.

Com relação ao Decreto 4.887 que a senhora mencionou que é o Decreto dos Quilombolas que disciplina o regulamento disposto no art. 68 do ADCT, esse Decreto de 2003 foi construído após um amplo processo de consulta, um amplo processo de debate envolvendo diversos órgãos de Governo, diversas entidades especializadas, e fixa uma política pública de Governo. 2003, quando foi editado o Decreto 4.887, havia 15 anos da promulgação do texto constitucional e ali havia um direito assegurado aos remanescentes das comunidades de Quilombo de ter a titulação das suas terras. A interpretação que os órgãos jurídicos do Governo fizeram à época, em 2003, era de que

não era necessário a mediação legislativa. Havia ali um direito auto-aplicável no art. 168 dos atos dos dispositivos constitucionais transitório da Constituição Federal que, portanto, cabia ao Poder Executivo meramente regulamentar essa política pública fixada no art. 68. Por Decreto.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – A Constituição Federal. Artigo da Constituição Federal.

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Por Decreto. Artigo da Constituição por Decreto, essa tese foi questionada pelo PFL inicialmente agora convertido para os Democratas, a Advocacia-Geral da União fez a defesa, fez a sustentação dessa tese do Governo de que era possível sim a disciplina direta do art. 168 porque era um dispositivo auto-aplicável na Constituição Federal. A Procuradoria-Geral da República se manifestou nos autos nessa ação direta de inconstitucionalidade defendendo a posição do Governo Federal, posição essa que tinha sido defendida anteriormente pela Advocacia-Geral da União. Essa matéria está concluída ao Ministro Relator, se não me falha a memória Ministro César Peluso com as informações prestadas pelo Presidente da República, por intermédio da Advocacia-Geral da União, e também já tem nos autos o parecer da Procuradoria Geral da República dizendo de que é sim constitucional o Decreto 4.887. A Advocacia-Geral da União nesse ano teve uma incumbência no meio do ano passado, uma incumbência direta pelo Sr. Presidente da República de coordenar um grupo de trabalho que visava disciplinar, eliminar supostas controvérsias na implementação desse Decreto 4.887. Há uma Instrução Normativa 20/2005 do INCRA que disciplina o Decreto 4.887. Então por provocação do Ministro de Estado, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional o Presidente da República determinou que o Advogado Geral da União coordenasse o Grupo de Trabalho envolvendo todos os órgãos que são afetados a essa matéria para que supostas contradições, controvérsias fossem equacionadas. Esse grupo foi coordenado por mim, de julho a setembro, em dois ou três meses, julho a outubro, não me lembro agora, esse grupo concluiu uma aposta de alteração da Instrução Normativa do INCRA, e aqui louvo a posição do INCRA em ter participado ativamente e aceito essa coordenação por parte da Advocacia-Geral da União. Esse grupo de trabalho contou com a participação do Gabinete de Segurança Institucional, Ministério da Defesa, IBAMA, Instituto Chico Mendes, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil da Presidência da República, Advocacia-Geral da União. Cerca de 20 órgãos trabalharam por cerca de três meses para promover os ajustes que entendemos necessários na implementação da política de demar-

cação de territórios de remanescentes de quilombos. Chegamos numa posição consensual no âmbito do Governo. Não houve uma deliberação sequer e digo para V.Ex<sup>a</sup> que no início dos trabalhos as posições eram bastante díspares. Conseguimos ao final desse trabalho sem qualquer deliberação, sem qualquer votação apenas na base do convencimento, do consenso, do debate amplo, a construção de um texto, de uma proposta de uma nova Instrução Normativa do INCRA, que entendemos adequada a disciplina do Decreto 4.887. Apresentamos ao Sr. Presidente da República e aos Ministros de Estado, Sr. Presidente da República e os Ministros de Estado aprovaram a proposta elaborada pelo grupo técnico, e agora estamos na fase de fazer consultas às comunidades quilombolas por determinação da Convenção 169 da OIT da qual o Brasil é signatário e que foi internalizada não me lembro exatamente o número do Decreto que internalizou. Então temos que fazer essa consulta.

Então estamos na fase, Senadora, de concluir essa consulta pública e temos certeza absoluta que a publicação dessa nova Instrução Normativa pela INCRA fruto desse grupo de trabalho, minimizará com certeza as divergências, as disputas que existem no que diz respeito a demarcação de terras de quilombos. Essas outras questões que V.Ex<sup>a</sup> traz...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Por gentileza, Sr. Presidente, apenas um aparte. Com relação a essa Instrução Normativa, ela é pública? Se está em consulta pública, nós temos acesso?

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Não. A Convenção 169 da OIT determina que o Governo consulte as comunidades envolvidas, as comunidades quilombolas envolvidas. Esse é o texto da convenção 169. Só por esse motivo que o Governo ainda não publicou a Instrução Normativa fruto desse Grupo de Trabalho. Nós somos obrigados pela Convenção 169 da OIT a consultar as comunidades que vão ser afetadas por uma nova regulamentação. Seja por medidas legislativas, seja por atos administrativos do Governo.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – E a convenção é a convenção expõe que são os quilombolas que tem que ser... As afetadas?

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – É. A Convenção 169 trata dos índios, trata de minorias, trata de povos tradicionais, então nesse caso essas comunidades que vão ser consultadas.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Produtor rural, não? Donos das terras não?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Há interpretação, divergindo na interpretação do Assessor

de V.Ex<sup>a</sup> de que essa conversão ela não poderia fazer menção, é uma convenção internacional da OIT, ela não poderia fazer menção aos quilombolas que é uma tradição...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Que ela é clara em dizer que é apenas indígenas e tribais, né?

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Não. É uma convenção internacional que deve ser ajustada à realidade nacional.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Ela está escrito claramente que ela trata a 169 da OIT para comunidades indígenas e tribais.

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – Sim, mas a Convenção 169...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Não quilombola. A não ser que mude a Convenção 169.

**SR. RONALDO JORGE ARAÚJO** – A Convenção 169 da OIT jamais poderia fazer menção expressa a um tipo de minoria, a um tipo de etnia de determinado País. São mais de 150 países signatários com realidades absolutamente distintas. É um entendimento que a Advocacia-Geral da União tem com relação a isso, que essa convenção se aplica sim ao caso. É entendimento que é partilhado também com a Procuradoria Geral da República, que sim é uma consulta que deve ser feita e o Governo está tentando minimizar os riscos de essa Instrução Normativa do INCRA publicada sem a devida consulta às comunidades seja objeto de questionamento em juízo. Temos certeza, Senadora, que essa Instrução Normativa corrige uma série de imprecisões da regulamentação anterior e trará com certeza com a sua publicação um grau de pacificação essa demarcação muito maior do que existe hoje.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Fico bastante contente e esperançosa com essas mudanças e gostaria que V.Ex<sup>a</sup> pudesse também ter uma preocupação com relação à Convenção da 29 da OIT para que ela também pudesse ter a mesma praticabilidade no País já que somos signatários, não só para alguns temas, nós somos signatários da OIT em tudo. Inclusive na 29. Gostaria que V.Ex<sup>a</sup> pudesse reparar a Convenção 29 que não está sendo praticada no Brasil que trata da definição do trabalho degradante, o trabalho escravo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Dando continuidade às respostas, ouviremos agora o Dr. Rolf. Por favor.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Sr. Presidente. Pela ordem. Eu gostaria que o Presidente Rolf do INCRA que vai falar agora, estou intervindo, ele procurasse abordar a fala anterior da... Não da Senadora, mas a fala anterior à fala da Senadora Kátia

Abreu no que diz respeito a responsabilizar, chegou a quase criminalizar, mas responsabilizar, os projetos de assentamentos por queimadas lá na Amazônia. Gostaria que o Presidente do INCRA abordasse isso, porque desmatamento, queimada e ilegalidade na Amazônia nós não podemos colocar na costa dos pequenos trabalhadores assentados.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Pela ordem, Sr. Presidente. O nobre Senador João Pedro está se referindo ao questionamento que eu fiz? Então, cite nominalmente.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Responda com clareza, Sr. Presidente, o Senador Flexa Ribeiro. Responsabilizar os assentamentos. Ele falou de Tailândia. Foi assentado que fez isso em Tailândia. Pelo amor de Deus, Senador.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Folha de São Paulo, terça-feira, 4 de março. Ontem. Vou encaminhar a V.Ex<sup>a</sup>.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Por favor, Srs. Senadores. Vamos ouvir as respostas do eminente Presidente do INCRA, Dr. Rolf.

**SR. ROLF HACKBART** – Eu vou tentar num esforço aqui tentar ser objetivo dentro do tempo estabelecido e agradecer de pronto a todas as perguntas e questionamentos que sempre contribuem para o debate. Ajudam a gente na gestão, e aumentam a responsabilidade de quem está nesses cargos, bem como do Poder Legislativo.

Eu acho que o Senador Zambiasi ele atirou no que viu e acertou no que não viu. Ao propor o projeto dele, de redução da faixa de fronteira, na época eu acompanhei, conheço o trabalho dele, o tema de aquisição de terras por estrangeiros em faixa de fronteira não estava tão em evidência, mas é importante que esse projeto, na minha opinião, com todo respeito a essa Casa, seja debatido, analisado e aprimorado. Acho que é um bom trabalho feito.

Segundo, Senador Zambiasi, um dos assuntos mais delicados e que envolve o caso do Rio Grande do Sul, mas não só, é chegarmos a efetivamente o destaque desses imóveis do patrimônio público na história brasileira. É isso que eu chamo de regularização fundiária e é isso que nós precisamos acertar. Mesmo no Rio Grande do Sul, no caso da faixa de fronteira, uma das grandes dificuldades no Rio Grande do Sul para quem não conhece é chegar ao efetivo destaque do patrimônio público. Quando foi feito muitas vezes nas sesmarias, outras vezes são títulos paroquiais, outras vezes não existe mais documento. E a sociedade brasileira precisa se encontrar nesse ponto, e nós do INCRA precisamos ter a legislação para cumpri-la.



Quero aqui de imediato tratar de um assunto. Precisa de faixa de fronteira? Eu penso duas coisas: Uma. Quem define conceito de segurança nacional não é o INCRA. Não é o MDA. Então tem que ter uma posição de Governo, o que é segurança nacional e se precisa da faixa de fronteira. Às vezes se pensa: não, não precisa mais nada. É que a sociedade brasileira no fundo precisa dizer o que quer com o seu território, como ocupá-lo e para que, com que projeto e para que. Esse é o ponto. Não cabe ao INCRA aqui dizer se precisa ou não precisa de faixa de fronteira. Eu acho também, a segunda parte, já falei várias vezes, 150 quilômetros na verdade para o trabalho do INCRA ele atrapalha. Na regularização fundiária, na obtenção de imóveis rurais na faixa de fronteira. Agora, se tem um tema de segurança nacional, não cabe ao INCRA se posicionar sobre esse tema. Cabe sim é um debate com o Poder Executivo e o Legislativo apresentar suas propostas.

Senador Valter Pereira, eu de imediato convido o senhor para uma conversa sobre Reforma Agrária, um despacho sobre Reforma Agrária envolvendo não só o Mato Grosso do Sul, mas o País inteiro. Eu não tenho dúvida nenhuma, eu não tenho os números aqui, mas alguns números nós poderemos citar que o trabalho do INCRA nesses últimos anos tem muitos resultados positivos e muitos desafios pela frente. A Reforma Agrária não é uma Disneylândia. Não é um presépio, todo mundo com a casinha, o crédito, a energia, tá tudo bonitinho. Não é. Evidente que não é. Os desafios são enormes. Ambientais... O tipo de pessoas, a característica dessas pessoas, como organizar a produção, como obter renda... Agora, eu não tenho dúvida que os conflitos têm diminuído, a paz no campo tem aumentado, as mortes têm diminuído... O trabalho no Mato Grosso do Sul é excelente o trabalho lá feito nessa última gestão. A sociedade toda...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Se é excelente de Mato Grosso do Sul, eu vou dizer sinceramente a V.Exª, eu faço idéia do que está passando fora de Mato Grosso do Sul. Se lá é excelente... Eu queria saber onde é que é ruim.

**SR. ROLF HACKBART** – Não é o que o povo do Mato Grosso do Sul diz.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Eu sou do Mato Grosso do Sul.

**SR. ROLF HACKBART** – Não é o que o Governo do Estado diz. Não é o que os trabalhadores rurais dizem.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Eu vou fazer uma pergunta. V.Exª foi em algum assentamento lá no Estado?

**SR. ROLF HACKBART** – Fui em vários, conheço.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Em qual o que V.Exª foi? Fala para mim?

**SR. ROLF HACKBART** – Eu fui na Itamarati, eu fui lá em...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Na Itamarati. Tem uma parte que é favela. Tem uma parte que é favela rural. O que está fazendo no Mato Grosso do Sul não é assentamento, é favela rural.

**SR. ROLF HACKBART** – Pergunte ao povo do Mato Grosso do Sul. O povo do Mato Grosso do Sul.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador...

(falas sobrepostas)

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Qual o instrumento que o senhor usou para consultar o povo do Mato Grosso do Sul?

(falas sobrepostas)

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Quem representa o povo aqui somos nós, Presidente.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Senadora Kátia, ele fez o convite. Eu aceito o convite.

**SR. ROLF HACKBART** – Ótimo.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – E eu vou trazer os representantes dos assentamentos para que V.Exª saiba o que é que está acontecendo nos assentamentos. Para ver se eu estou faltando com a verdade no momento em que eu falo que lá no Estado o que está acontecendo é um processo de favelização do campo. É essa a realidade.

**SR. ROLF HACKBART** – Não é verdade.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – V.Exª está muito mal informado.

**SR. ROLF HACKBART** – Estou bem informado.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – E nós vamos fazer aqui... Aqui fica a proposta, aqui já foi feita anteriormente para o colega, vou fazer uma Sessão aqui e aqui já foi sugerida pelo Presidente do INCRA para trazer aqui os interessados. Aí nós vamos saber o que é que está se fazendo nos Estados.

**SR. ROLF HACKBART** – Exatamente. Eu acho que é um bom momento para debater, ver os dados, e eu falei aqui que os desafios são enormes. Na área ambiental é um. O que nós fizemos na Teijin é intervenção junto com a Polícia Federal para acabar com as carvoarias. Dois carros do INCRA foram queimados. É esse o desafio nosso. Esse desafio está em todo o País. E os conflitos diminuíram. Não só no Mato Grosso do Sul, em vários. O INCRA tem gasto o orçamento inicial em 2003, 950 milhões de reais o orçamento geral do INCRA. No último ano chegamos a quase quatro



bi, geral. Incluindo tudo. Esses dados estão no CIAF. Então quem acompanha o orçamento...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Aproveitando, Presidente, por falar em orçamento, desses valores, quanto foi repassado em convênios para as ONGs?

**SR. ROLF HACKBART** – Muitos.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Quantos milhões, Presidente?

**SR. ROLF HACKBART** – Não tenho os dados aqui, mas muitos. E nós precisamos da parceria, assim como todos os Ministérios, baseado em leis, em normas do Tesouro Nacional, antigas. Nós fizemos parcerias com Prefeituras, governos estaduais, ONGs, sindicatos para executar o nosso trabalho lá na ponta. Onde tiver erro, tem que corrigir. Como vários. E eu sei que a senhora está com a matéria do IFAS, nós que cancelamos em novembro o convênio. Nós fizemos a tomada de conta especial para corrigir ...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Não, Sr. Presidente. O senhor está faltando com a verdade. Quem interrompeu esse convênio foi o Ministério Público Federal que denunciou e a Justiça Federal mandou suspender o convênio de seis milhões de reais. V.Ex<sup>a</sup> aceitou um convênio, assinou o convênio em 2006, e em dezembro, e aceitou receber o plano de trabalho em outubro de 2007. Nós estamos com todo o trabalho em Ata, as atas dessa instituição, dessa ONG de Goiânia que foi fundada pelo Sr. Delúbio Soares, o IFAS e a FETRAF-Brasil aonde o senhor repassou recursos sem plano de trabalho para uma ONG nova, que não tem tradição na qualificação profissional e o senhor conhece muito bem quais são os órgãos destes Países e estou aqui reiterando essa matéria da época porque nós precisamos sim de qualificação profissional para os trabalhadores do Brasil, para os assentados da Reforma Agrária, mas qualificação profissional que chegue de verdade. E não apenas para abastecer as ONGs do partido de V.Ex<sup>a</sup> que V.Ex<sup>a</sup> apóia. Isso aqui é um absurdo. Eu gostaria que com o mesmo rigor com que o senhor fiscaliza as propriedades rurais do Brasil, com o mesmo rigor que o senhor avalia os índices de produtividade, eu gostaria que com esse mesmo rigor V.Ex<sup>a</sup> pudesse verificar as ONGs que repassam dinheiro nosso, do nosso povo, desse povo que o senhor tanto falou agora pouco. Esses recursos repassados através de ONGs é que V.Ex<sup>a</sup> também tem que estar com o olho bem aberto. Mais do que atrás dos índices de produtividade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Eu gostaria de solicitar às Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que vamos ouvir as respostas. Porque o nosso tempo está se esgotando, nós temos Plenário

daqui a pouco e ele tem bastantes respostas para nos dar. E depois procurar contestar as respostas. Muito obrigado.

**SR. ROLF HACKBART** – Vamos fazer uma Comissão Especial. Acho que é importante. Vamos trazer o povo e ver a verdade. Ver os dados gerais do País.

Então, o orçamento, Senador, para a obtenção de terras no último ano foi de um bi e quatrocentos. Para obtenção de imóveis rurais. E não são duas formas de obtenção de imóveis para a Reforma Agrária destinar terra. Uma é a desapropriação, outra é a compra e a terceira é arrecadação de terras públicas ocupadas. Nós já arrecadamos na Amazônia Legal cerca de 25 milhões de hectares e damos destino a essas áreas. Todas seguem critérios técnicos, as normas, todo nosso trabalho é acompanhado pelo TCU, Ministério Público, todas elas são...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Gostaria que V.Ex<sup>a</sup> explicasse quais são os critérios que define, por exemplo, desapropriação e compra. Qual a orientação que o INCRA dá nesse sentido? Por exemplo, tem circunstância que o INCRA fala, aqui nesse caso vai ser compra, que é melhor. No outro caso vai ser desapropriação. Qual o critério que o INCRA se vale para fazer essa opção?

**SR. ROLF HACKBART** – Nós utilizamos todas as normas, todos os critérios para obtenção de imóveis rurais dentro da lei e dentro da norma. Nós iniciamos com processo de desapropriação, muitas vezes quando a área é produtiva, é melhor a compra. Essa é a forma mais eficaz de obtenção de imóveis rurais, nós vamos seguir sempre dentro da lei, dentro da norma. Com Audiência Pública e tudo.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Eu não sei se eu escutei certo. V.Ex<sup>a</sup> falou em desapropriação de terra produtiva?

**SR. ROLF HACKBART** – Não, não.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Compra.

**SR. ROLF HACKBART** – Quando ela for produtiva... na compra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Não. Iniciamos a desapropriação de terras produtivas e...

**SR. ROLF HACKBART** – Não, a forma de obtenção... Por isso que eu acho que vale a pena uma reunião mais longa. A forma de obtenção é através de uma vistoria, ou de uma oferta de um prioritário, como muitos fazem, o INCRA avalia, vistoria, se ela cumpre o GUT, o GEE ou não, se é passível de desapropriação. Não sendo passível de desapropriação, o outro instrumento é a compra. O importante nisso que tudo está sendo acompanhado, fiscalizado; Dois, para obtenção rápida geralmente mesmo via desapropriação

ou a compra, há sempre a busca é de um entendimento e de um acordo com o proprietário. O processo é mais rápido para ambas as partes. Trata-se de interesse público versus interesse privado. A viabilidade da área a partir de um estudo agrônomo, a partir dos biomas, da viabilidade. Qual é o outro lado? A pressão por aquisição de imóveis rurais dos movimentos sociais é muito grande. Outro aspecto importante, via de regra os imóveis que o INCRA obtém para Reforma Agrária estão degradados ambientalmente. E os assentados não estavam lá degradando. Via de regra, os imóveis que o INCRA obtém, são imóveis ruins. Não conseguem obter imóveis muito bons. Então existe um passivo ambiental, existe uma necessidade de recuperação de solos, a nossa tarefa junto com governos estaduais, municipais e entidades é viabilizar aquele assentamento que é um trabalho difícil, e longo. E esse conceito que o senhor usa de emancipação ele é antigo, nós estamos revendo esse conceito, em tese acho que ele é correto, o sentido dele é que a partir de um determinado momento aquele assentamento não necessita mais do apoio efetivo do Estado. Está emancipado. Nem os grandes produtores rurais desse País estão emancipados nesse sentido. Dependem de recursos, do Tesouro Nacional, do crédito, da EMBRAPA... Então isso estamos dispostos a discutir. Eu quero dizer o seguinte, eu não tenho a pressa, o INCRA... vamos emancipar. Emancipar pra quê? Há venda de lotes nos assentamentos. Claro que há. Ninguém está escondendo isso. A nossa estimativa a nível nacional nós fizemos em 2006 não chega a 10%. Por várias razões. Inaptidão, o Estado não consegue cumprir a sua parte, assentamentos antigos muitos, são 7.542 assentamentos hoje no País.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Estou me referindo a assentamentos novos. Assentamentos novos que estão sendo abandonado. O cara não consegue nem vender.

**SR. ROLF HACKBART** – Por várias razões. Isso existe, Senador.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Se o senhor tem a mínima intimidade com a terra, e se for no assentamento chamado Avaré lá nas imediações do município de Santa Rita do Pardo, V.Exª vai ver o seguinte, que está havendo um abandono. São 150 quilômetros de distância da Prefeitura, não tem estrada trafegável, a estrada...

**SR. ROLF HACKBART** – São problemas que nós enfrentamos, sim.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Mas enfrenta, por quê? Porque não há tem critério.

**SR. ROLF HACKBART** – Claro que tem critério.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Não tem. Se V.Exª tem a mínima intimidade com a terra e for lá, V.Exª vai entender o que estou falando. Vai saber que a terra é imprestável. E o pior que vou fazer uma revelação aqui, o INCRA, o Departamento Técnico dá um laudo que a terra é imprestável e mesmo assim o Superintendente promove a aquisição da área. Quer dizer, são essas coisas que...

**SR. ROLF HACKBART** – Esses casos nós vamos averiguar.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – São esses casos que eu quero dizer. E geralmente são terras que o agricultor ao entrar vai sofrer uma decepção e vai abandonar.

**SR. ROLF HACKBART** – Eu acredito, Senador, depende muito mais de assistência técnica, de novas tecnologias... Hoje a tecnologia existente ela ajuda muito mais a tornar uma área produtiva, há uma pressão social por obtenção de imóveis rurais.

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Mas se o senhor perceber... Das terras, V.Exª não conhece a realidade do Estado. Sinceramente V.Exª não conhece. Se V.Exª comparecer numa dessas áreas que estou falando, assentamento Mutum, se V.Exª fizer uma vistoria, designar uma equipe de agrônomos que conhece terra e mandar fazer uma vistoria nessas áreas, fazenda Itapeva, esse assentamento Avaré, V.Exª vai entender que o que o INCRA está fazendo é jogando o dinheiro fora, o dinheiro do contribuinte fora. Porque lá não dá nem calango. Nem calango não dá. É terra imprestável para qualquer tipo de agricultura e para qualquer tipo de criação.

**SR. ROLF HACKBART** – Então vamos debater, vamos conhecer. Espero também que o senhor colabore para o senhor para resolver...

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Eu gostaria que os Senadores pudessem cooperar, que nós estamos a 20 minutos para encerrar a Sessão. São duas horas. Daqui a pouco temos Sessão no Plenário e precisamos ouvir as respostas das indagações até aqui.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente, só que o... Eu também gostaria de ouvir a resposta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Então temos que dar oportunidade que ele as dê.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Mas o Presidente Rolf no seu pronunciamento acabou de dizer que as terras que o INCRA desapropria são terras esgotadas... Eu vou usar uma palavra que o Senador Valter Pereira usou, imprestáveis. Agora, ele diz que tem que ter tecnologia, tem que ter... mas, como? Cadê a

assistência para o pobre do brasileiro que é lá jogado? Se a aquisição dessa tecnologia não vai chegar nem perto do assentado do INCRA. Nem perto. Eu estou com o Senador Valter Pereira. Acho que tem que criar uma produção de calango lá para ver se sustenta.

**SR. ROLF HACKBART** – Nós estamos recuperando a capacidade operacional do Estado, nós temos um programa de assistência técnica, nós temos parceria com a EMBRAPA, em vários Estados, os desafios são muito grandes. Evidente que não é uma Disneylândia...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Que País o senhor está se referindo?

**SR. ROLF HACKBART** – Brasil. Eu convido o senhor em vários assentamentos...

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – O Brasil? Então Mato Grosso do Sul não tem.

(falas sobrepostas)

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – Os assentamentos estão abandonados. Quando eu perguntei da emancipação, é porque o INCRA emancipou os assentamentos todos lá. Não emancipou formalmente, mas na verdade os abandonou. E no momento que os abandonou há uma desesperança, há uma situação de perplexidade lá com todos os assentamentos. Quando eu pedi mudanças lá no INCRA foi alicerçado exatamente nas informações que eu tenho porque eu ando. Eu conheço os assentamentos. Eu não estou me baseando em informação de nenhum órgão, de nenhum técnico, eu vou lá nos assentamentos e eu os conheço.

**SR. ROLF HACKBART** – Bom, então estamos dispostos a continuar o debate, os desafios são enormes, nós precisamos resolver e promover o sustentável e conto com a colaboração do senhor. O Senador João Pedro tem razão de...

(falas sobrepostas)

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS)** – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Valter, eu entendo V.Ex<sup>a</sup>, mas deixa ele terminar as respostas, porque se não... Todos Senadores estão esperando respostas. Nós vamos encerrar a Sessão sem os Senadores terem as respostas. Eu quero que entenda e compreenda e V.Ex<sup>a</sup> vai ter as respostas. Esperamos...

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. ROLF HACKBART** – Posso ter o direito de comentar. Mas eu posso comentar?

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. ROLF HACKBART** – Não só a terra está sendo disputada como a riqueza, a biodiversidade, não só na Amazônia Legal, mas no País inteiro. Acho que o Senador João Pedro pela experiência que tem, pelo conhecimento pode contribuir muito no debate de faixa de fronteira, aquisição por estrangeiros e terras no Brasil.

Senador Osmar Dias. Primeiro, peço desculpas por não ter cumprido o compromisso que assumi aqui. Qual é a razão? Eu fiquei na mão da Procuradoria do INCRA. Finalmente agora está saindo uma normativa de como fazer a regularização no Paraná. São cerca de 33 mil pequenos agricultores, pequenas propriedades que precisam ser regularizadas. O INCRA do Paraná tem acordo com isso, eu tenho acordo, o que finalmente agora estou cobrando, esse é um desafio nosso, é um problema do INCRA, eu assumo ele aqui, é verdade, o parecer normativo da Procuradoria-Geral para que de imediato, do INCRA, Procuradoria do INCRA, para que de imediato se faça essa regularização em grande escala. Qual é meu compromisso, mais uma vez? É reunir lá na FAEP, convidar...

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Vamos marcar a reunião, Presidente.

**SR. ROLF HACKBART** – Podemos marcar.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Porque a outra vez eu assumi esse compromisso lá e fiquei com o pincel na mão. E eu fiquei mal.

**SR. ROLF HACKBART** – Nós estamos hoje... Mês de abril, com certeza. Até 30 de abril. A gente acerta a data até lá.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Eu fico aguardando a marcação da reunião, porque da outra vez o senhor prometeu não fez e quem ficou mal fui eu.

**SR. ROLF HACKBART** – E eu fiquei na mão da procuradoria. Eu reconheço isso.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Agora, não adianta só fazer a reunião também. Se a gente chegar lá e falar que não vai fazer aí fica pior pra mim. Tem que levar a solução.

**SR. ROLF HACKBART** – A determinação nossa é chegar com o parecer normativo discutir para fazer a regularização. E são milhares de processos, não só no Paraná.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Eu vou comunicar ao Presidente da Federação para ele entrar em contato com o senhor e ele marca com o senhor a reunião.

**SR. ROLF HACKBART** – Eu agradeço. Senador Flexa Ribeiro... Ah, Senador Osmar Dias, minha preocupação, meu comentário... pediria que o senhor não ficasse assustado, nem eu estou assustado, mas a pergunta que me foi feita no jornal à época é se em



algumas regiões do País pelo fato de algumas empresas estrangeiras estarem comprando terras, oferecendo em recursos, na verdade compete às vezes com o INCRA quando o INCRA quer obter o imóvel para fins de Reforma Agrária. Porque geralmente esses grupos internacionais pagam em dinheiro à vista. O INCRA entra com toda avaliação, benfeitoria... é um outro processo. Então realmente encarece para fins de Reforma Agrária.

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Mas o senhor não é contra que as terras valorize, não.

**SR. ROLF HACKBART** – Não!

**SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR)** – Ainda bem. Estava assustado com isso.

**SR. ROLF HACKBART** – Não se assuste tanto, Senador. Por favor. Senador Flexa Ribeiro, também já no debate aqui propondo nossas conversas sobre Reforma Agrária e INCRA, acho que já está encaminhado, nós estamos aguardando a datada, local, acho também que uma reunião não basta. Porque são muitos números, muitos dados. Acho também Senador que é bom às vezes lá na região debater, não só aqui. A gente pode fazer lá e aqui. Um desafio grande é o licenciamento ambiental. Nós do INCRA hoje estamos numa sinuca de bico muito grande. O TCU tem acórdão proibindo a criação de assentamentos que não tiveram licenciamento ambiental. Nós encaminhamos os projetos e agora em Santarém nós estamos encaminhando 85 projetos e agora em Santarém nós estamos encaminhando 58 projetos para a Secretaria Estadual. Diz que não tem condições. Ah, então tá. Vamos no IBAMA? Não, não é nossa competência. Isso é um nó enorme. Enorme. Não só para os assentamentos, acho que para vários setores da agricultura. Assentado desmata? Claro que desmata. Eu nunca disse o contrário. Ocorre que 80% do desmatamento levantado pelo INPE é de médios e grandes produtores. Na verdade, nem produtores, são os grandes grileiros, e todo mundo conhece.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. ROLF HACKBART** – Também. Nós estamos até baixando normas no INCRA. Todo desmate fora da lei, o assentado que fizer isso vai ser punido e na minha opinião tirado o assentamento. Evidente, o que puxa o desmatamento é o preço das commodities... Os senhores sabem disso. Isso é o ponto. Falta de assistência técnica, de infra-estrutura... Nesses assentamentos.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Presidente, pela ordem. Estou tentando me comportar para poder atender V.Exª que é um Presidente tão extraordinário que temos aqui, mas eu não posso ouvir uma coisa dessa e ficar calada, Presidente. Que preço de

commodity que ajuda o desmatamento na Amazônia, amigo?

**SR. ROLF HACKBART** – Da madeira, do gado, da soja.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Cadê as suas terras que você não dá conta de cuidar? Que tá cheia de madeireira irregular? Que você não consegue proteger?

**SR. ROLF HACKBART** – Nós estamos fazendo regularização, Senadora.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Cadê as suas madeiras nas suas terras que você deveria cuidar e não cuida?

**SR. ROLF HACKBART** – Nós estamos. Fechamos madeiras.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – E não venha responsabilizar as commodities. Estão em toda imprensa nacional. É o senhor sozinho falando sobre esse assunto.

**SR. ROLF HACKBART** – Mas é ler sobre esse assunto.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – O senhor e Marina Silva que nem fala mais. Que nem fala mais. É só o... Em todos os jornais. Os grandes responsáveis pela destruição da Amazônia são os madeireiros. Que preço de commodity amigo? Não diga isso que o senhor está sendo irresponsável, prejudicando o setor mais importante do País. Tira o agronegócio da balança comercial que o senhor vai ver o que vai dar.

**SR. ROLF HACKBART** – Isso é uma falsa discussão de agronegócio e agricultura familiar.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Sem protestar. Eu não aceito. O senhor pode dizer o que quiser que aqui é uma Casa democrática. Mas silenciosa eu não fico. O senhor não pode responsabilizar de forma irresponsável o agronegócio no desmatamento da Amazônia.

**SR. ROLF HACKBART** – Não estou falando isso. Estou falando do preço das commodities.

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – Isso não é verdade. Isso é porque o senhor é um mau cuidador, um mau zelador das terras públicas.

**SR. ROLF HACKBART** – Nós estamos combatendo a grilagem, regularizando. Agora nesses 36 municípios são 80 milhões de hectares, estamos retomando terra pública, nós vamos titular, fazer a regularização desses imóveis rurais, em todos esses 36 Municípios e muitos outros.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente Rolf, eu preciso... O senhor fala meia verdade...

**SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO)** – (pronunciamento fora do microfone)

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – V.Ex<sup>a</sup> deixa a Senadora Kátia mais braba do que ela já é...

**SR. ROLF HACKBART** – Já estou acostumado, já.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – E aí ela acaba extrapolando a defesa. Todos nós concordamos com ela. Não são as commodities, não são... é a questão da ausência do Estado. Lamentavelmente é isso. O Estado é omissor. E aí V.Ex<sup>a</sup> fala nos 36 Municípios. Quero dizer a V.Ex<sup>a</sup> que entre os 36 Municípios, melhor dizendo, na 23ª posição está o Município de Paragominas, como entre os mais devastados. Quero dizer a V.Ex<sup>a</sup> que dos setecentos e poucos hectares indicados pelo INPE como tendo sido devastados, seiscentos e tantos foram oficialmente autorizados a derrubada, porque é um projeto da Companhia Vale do Rio Doce.

Então, são essas estatísticas, essas afirmações, essa pirotecnia do Governo quando quer acusar, quando quer arranjar desculpa pela inoperância, pela falta de ação, pela falta de competência é que cria essas dificuldades todas. E transforma uma Audiência Pública numa Sessão de debate, e não de esclarecimento.

Então V.Ex<sup>a</sup> retire pelo menos Paragominas porque da forma como ele foi incluído, é uma injustiça. Porque hoje o Município de Paragominas é sem sombra de dúvida o Município que tem a maior área reforestada no Estado do Pará.

**SR. ROLF HACKBART** – Quem colocou, Senador, esses Municípios foi o IBAMA. Não foi o INCRA.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Colocou erradamente. V.Ex<sup>a</sup> sabe o meu conceito sobre o IBAMA.

**SR. ROLF HACKBART** – O trabalho do INCRA é regularização fundiária. Recadastramento.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Tenho exposto publicamente meu conceito sobre o IBAMA.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Senador Flexa Ribeiro, temos só dez minutos ainda. Temos ainda que ouvir o nosso Dr. Fernando para suas considerações finais e vou dar cinco minutos. Desses dez minutos, para o Dr. Rolf e cinco minutos para o encerramento. Termina a Sessão, sou obrigado a encerrá-la pelo regimento.

**SR. ROLF HACKBART** – Onde eu estava?

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – V.Ex<sup>a</sup> tem que sair de Paragominas. Saia e...

**SR. ROLF HACKBART** – O senhor perguntou sobre Santarém. Não existe assentamento fantasma. Nós destinamos terras públicas, nós criamos assentamentos nas portarias, fizemos acordo com o Ministério Público, não colocar as pessoas enquanto não tivesse licenciamento ambiental. Tem erros lá, Senador? Tem.

Nós estamos corrigindo. Nós estamos com força tarefa, nós trocamos o Superintendente. E não vamos deixar de destinar. Se tiver que cancelar alguma Portaria de criação de assentamento nós vamos cancelar. Acho que vai acontecer isso em alguns casos. Agora, para cuidar do patrimônio da União, tendo terra pública, nós vamos e o Ministério Público está acompanhando *pari passu* todo o nosso trabalho em Santarém.

Senadora Kátia, gostaria de ter dito para ela, que fique gravado. Eu li o livro do Greenspan, sou Economista também. Não concordo com muita coisa do livro. Acho que o Greenspan é um excelente Economista, não cabe a mim opinar sobre ele, também tenho certeza de que o que o Greenspan fez com a taxa de juros dos Estados Unidos e do mundo gerou muito desemprego e morte no mundo inteiro.

Quanto ao conceito de propriedade privada, nossa Constituição é clara. É garantido o direito de propriedade privada desde que cumpra a função social. Não é o direito por si. Tem que ler a Constituição como um todo. O sonho da regularização fundiária não é meu, é da sociedade brasileira. E é a titulação, é a regulação fundiária dos ribeirinhos. Vamos avançar muito nesse trabalho. Aliás, os 36 municípios agora nós já estamos recepcionando a documentação dos proprietários e poceiros dessas áreas. No geral...

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – V.Ex<sup>a</sup> confirma a declaração que deu à imprensa que em 30 dias vai fazer a regularização, demarcação desses 36 Municípios?

**SR. ROLF HACKBART** – Não. Às vezes a imprensa escreve. Nós vamos recepcionar. A Instrução Normativa é muito clara, Senador. São 30 dias para receber...

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Recadastramento.

**SR. ROLF HACKBART** – Isso. Para receber a documentação. Já existem produtores que já entregaram e já foram recadastrados. É um processo.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Aqui diz, o Presidente do INCRA, Sr. Rolf Hackbart disse em Cuiabá que o órgão cumprirá o prazo do Governo para recadastramento das médias e grandes propriedades ...

**SR. ROLF HACKBART** – Então está mal escrito. Está escrito no jornal.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – ...desmatamento da Amazônia. Recepcionar é muito fácil.

**SR. ROLF HACKBART** – Não, nós vamos recepcionar e analisar, e depois vai ter o processo de...

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Resolver é que é o problema.

**SR. ROLF HACKBART** – Evidente. Eu quero ver os grileiros parecer lá e entregar a documentação. Não vão. Nós vamos atrás das áreas, é um processo de retomada... Como um grande número de produtores já entregaram e já foram recadastrados. O certificado já foi validado. Nesses 36 municípios. Esse é um processo que vai continuar.

Estrutura física e pessoal do INCRA. Hoje à tarde nós vamos fechar um acordo com servidores, Ministério do Planejamento e INCRA para 2008, 2009 e 2010. Nós já contratamos e quando digo já quem está na máquina pública sabe a dificuldade com a nova chamada agora de 371 servidores novos, da nossa gestão, cerca de 1.700 servidores novos. Muitos computadores, GPSs, melhoramos as condições salariais. Essa estrutura ainda é pouco para que o País precisa, mas mais importante que a estrutura do próprio INCRA é fortalecer os institutos de terra que nós temos parcerias com os governos estaduais. O Governo do Mato Grosso é um exemplo, Governo do Pará é outro exemplo. Vários governos, que a colaboração dos institutos de terra ela é fundamental para a regularização fundiária e desenvolvimento dos assentamentos.

No geral, me coloco à disposição e convido os senhores, a forma melhor de fazer esse debate apresentar todos os dados do INCRA, mas não só o que o INCRA fez, mas o que vai fazer em 2008, 2009 e 2010, e faço um pedido último, que esta Casa aprove imediatamente o quanto antes o orçamento da União. É uma necessidade enorme para desenvolver os Municípios, recuperar os nossos assentamentos, desenvolver novos assentamentos, promover o desenvolvimento sustentável nesse País. Na minha opinião, o médio, o grande produtor nunca esteve tão tranquilo nesse País como nos últimos anos... Em termos de garantia dos seus direitos. Políticas públicas, renegociações de dívidas, novos créditos, assistência técnica, pesquisa, o setor se desenvolveu muito nesses últimos anos. E é um grande futuro para o País. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Obrigado, Dr. Rolf. Passamos então a palavra para suas considerações ao Dr. Fernando.

**SR. FERNANDO QUEIROZ SEGÓVIA OLIVEIRA** – Obrigado, Presidente, Senador Neuto De Conto, que em nome de quem eu agradeço o nome do Departamento de Polícia Federal e do Ministério da Justiça, a oportunidade de comparecer aqui nessa Comissão para prestar os esclarecimentos que foram na realidade solicitados ao Ministério da Justiça. Acredito que o Ministério da Justiça continua o trabalho justamente tentando buscar qualquer dúvida relacionado a qualquer empresa estrangeira ou pessoa física que venha a adquirir imóveis no território nacional que haja

qualquer dúvida sobre a... Inclusive a origem desse dinheiro ou a sua utilização. A Polícia Federal e o Ministério da Justiça estarão à disposição para esse tipo de investigação ou esclarecimento, e a gente espera apoiar qualquer pedido da Comissão aqui de Agricultura e... Polícia Federal está à disposição. E acho até louvável a questão da discussão da questão da faixa de fronteira, e da questão também da segurança nacional. Que são pontos importantes a serem talvez re-discutidos no Brasil a partir de agora. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Eu pediria aos nossos convidados que se fosse possível, por escrito, encaminhasse a respostas aos questionamentos que eu fiz a respeito da estatística sobre os pedidos de autorização de compra de imóvel, pessoa jurídica estrangeira, aquelas perguntas que eu fiz a questão da... Encaminhasse já que não foi possível a resposta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Colocaria para possibilidade de colocar por escrito.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – E por último parabenizar o Senador João Pedro. Pela sua competência, pela sua coragem, pela sua eu diria solidariedade, porque foi o único Senador do PT, pelo menos enquanto eu estive aqui, presente a esta Audiência Pública. Da forma partidária como tem que ser, eu quero louvar aqui e registrar... Ah, chegou o Senador Suplicy. Desculpe, Senador, é que V.Exª acabou de chegar.

**SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP)** – Achei de chegar porque... Se me permite Senador Flexa Ribeiro, eu estava em outras Comissões.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Eu então, de acordo com o horário, nós encerramos a Sessão, cumprimento a todos os Senadores que aqui se manifestaram, dizer aos nossos convidados, Dr. Ronaldo, Dr. Rolf, Dr. Fernando que esta é uma Casa política, democrática e aqui se discute os problemas do Brasil. Esperamos que a contribuição que nos deram seja de extrema valia para a nossa Comissão e para o próprio País. Por isso deixo nossos agradecimentos e encerro a presente Sessão.

*(Sessão encerrada às 13h55.)*



**Ata da 5ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de março de 2008.**

Às dez horas e dezessete minutos do dia treze de março de dois mil e oito, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as) – **SIBÁ MACHADO, PEDRO SIMON, HERÁCLITO FORTES, GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, E VALTER PEREIRA**. Deixam de comparecer os Senhores (as) Senadores (as) – Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, Expedito Júnior, João Pedro, Leomar Quintanilha, Kátia Abreu, Cícero Lucena e Osmar Dias. Deixam de comparecer por motivo justificado o Senador Jayme Campos e a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 5, DE 2008 – CRA. ASSUNTO** – Requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública conjunta da CRA com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, com o objetivo analisar e discutir o endividamento rural brasileiro. **AUTORES:** Senadora Kátia Abreu e Senador Gilberto Goellner. Iniciada a discussão, faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto, o seguinte Senhor Senador: Gilberto Goellner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO – Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão que participei do grupo de trabalho, juntamente com o Senador Gilberto Goellner, da reunião nesta terça-feira, dia 11 de março, no gabinete do Ministro da Agricultura, com a presença de vários Deputados e também técnicos daquele Ministério, a qual teve o objetivo de avaliar e propor medidas que contribuam para solucionar o endividamento agrícola.

Sobre a Mesa, o Ofício nº 36/2007 (ininteligível), datado de 12 de março do corrente, subscrito pelo Deputado Onyx Lorenzoni, o qual eu farei a leitura: “Sr. Presidente, cumprimentando cordialmente, comunico à V.Exª que esta Comissão aprovou o Requerimento nº 234/2008, desse Deputado, que propõe discutir as questões relativas ao endividamento rural brasileiro, juntamente com esta Comissão do Senado Federal, em Audiência Pública, no dia 25 de março de 2008, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, a fim de apresentar ao Governo Federal a nossa contraproposta, se necessário for. Segundo, com o objetivo de discutir as propostas das entidades representativas do setor produtivo, CNA e CONTAC, sobre o endividamento rural, que devem ser apresentados ao Governo, convidamos V.Exª, e todos os membros da Comissão de Agricultura do Senado, para participar de reunião de Audiência Pública Prévia, em 18 de março de 2008, às 14h30, no Plenário 6 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Terceiro, assim que obtivermos cópia das propostas do CNA e CONTAG, enviaremos à V.Exª e aos demais membros desta Comissão. Aproveitando a oportunidade para externar protesto de estima e consideração. Atenciosamente, Deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS).”

A presente reunião destina-se à apreciação do requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Gilberto Goellner, que passo a ler: “O requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu que requer que seja realizada Audiência Pública conjunta na CRA, com o objetivo de, com a Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, com objetivo de debater sobre questões relativas ao endividamento rural brasileiro”.

Colocamos em discussão. O autor do requerimento gostaria de fazer a defesa? Passamos a palavra ao eminente Senador Gilberto.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT)**

– Sr. Presidente, nós achamos oportuno e muito válida a preocupação desta Comissão do Senado e também em conjunto com a Comissão de Agricultura da Câmara Federal a realização dessa Audiência Pública. E eu estenderia, também, essa preocupação de realmente essa Comissão convidar todas as entidades de

classe, de todo o sistema da Confederação Nacional da Agricultura, do cooperativismo brasileiro, das entidades de classe por produto de todo o país, para que realmente sejam discutidos aqui, com a participação direta dos líderes de todas essas entidades e também de produtores, para que seja discutida, nessa oportunidade do dia 25, a grande preocupação de todos esses produtores rurais brasileiros que é o endividamento a curto prazo que se instalou na agricultura brasileira, cujo montante chega a 86 bilhões de reais. Essa é a grande dívida que precisa ser equacionada para que o produtor consiga continuar produzindo nesse país. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)** – Agradeço ao eminente Senador Gilberto. Não havendo mais nenhum Senador que queira discutir tão importante matéria, em que deveremos debater e sim encontrar soluções para esse setor tão importante para a economia nacional, eu declaro, não havendo mais nada a tratar, colocamos, então, em votação o requerimento. Os senhores e Sr<sup>as</sup> Senadoras permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião. Obrigado.

*(Sessão encerrada às 10h24.)*

### **COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

**Ata da 2ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro 2008**

#### **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e oito, na sala treze, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Sérgio Zambiasi, Presidente Eventual da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Expedito Júnior, Flávio Arns, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, registra a presença, para acompanhar a reunião do Senhor Senador João Pedro, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Marcelo Crivella, Ideli Salvatti, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres e João Tenório. Justifica a ausência o Senhor Senador Romeu Tuma. Haven-

do número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual Senador Sérgio Zambiasi submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 038, de 2007-CCT, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que requer "... nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre a criação e a implantação da TV Pública, nos moldes de Medida Provisória (MPV) nº 398, de 2007." e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 038, de 2007-CCT, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que requer "... requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao requerimento de minha autoria, no sentido de que seja também convidado o senhor Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, para participar da audiência pública que debaterá sobre a criação e a implantação da TV Pública, nos moldes de Medida Provisória (MPV) nº 398, de 2007 e, em conjunto com os demais convidados, abordarem, ainda, sobre o princípio da "Complementariedade dos Sistemas Privado, Público e Estatal de Radiodifusão, conforme prevê o art. 223, *caput*, da Constituição Federal". Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Franklin de Souza Martins, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação da Presidência da República; Maria Tereza Cruvinel, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; Helena Chagas, Diretora de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; Leopoldo Nunes Filho, Diretor de Programação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC e Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações. Antes de dar início a reunião, a Presidência registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, dos Excelentíssimos Senhores Tizuka Yamasaki, Diretora do Congresso Brasileiro de Cinema; Paulo Rufino, Presidente Congresso Brasileiro de Cinema e Wladimir Carvalho, Cineastr. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores, Flávio Arns, João Pedro, (não membro da Comissão), Eduardo Azeredo, Renato Casagrande e Antônio Carlos Júnior. O Senador Renato Casagrande, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item Único:** Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 027, de 2007-CCT, "Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao requerimento de

minha autoria, no sentido de que seja convidado o Senhor Aristóteles dos Santos, Ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, para participar da audiência pública que objetiva debater sobre o real valor das tarifas dos telefones pré-pagos.” O Senhor Senador Sérgio Zambiasi, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Havendo número regimental declarado aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, dia 26 de fevereiro de 2008.

Dando prosseguimento a esta reunião submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado.

Colegas, a presente Audiência Pública está sendo realizada por proposta de iniciativa do Senador Wellington Salgado, Presidente desta Comissão, e tem por objeto promover o debate sobre a criação e implantação da TV Pública, nos moldes da Medida Provisória 398/2007 e o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público, estatal, de radiodifusão conforme prevê o art. 223, caput da Constituição Federal.

Senador Wellington Salgado, por circunstâncias pessoais e... Permanece em Minas Gerais, não pôde estar presente esta manhã e delegou-me a responsabilidade de presidir a presente Sessão que muito me honra.

E para darmos início aos debates, solicito a secretária Égli que conduza às senhoras e senhores debatedores convidados a tomarem seus lugares à Mesa.

Enquanto recebemos o Ministro Franklin Martins, bem-vindo Ministro, registro... Enquanto os convidados tomam seus lugares à Mesa eu registro aqui correspondência do Gabinete do Senador Romeu Tuma... por (ininteligível) do Senador Romeu Tuma encaminho a S.Ex<sup>a</sup> para os devidos fins à cópia do requerimento no

qual S.Ex<sup>a</sup> requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa a fim de representar o Senado Federal no Simpósio Internacional de Segurança e Políticas Públicas sobre Drogas, período de 25 e 26 de fevereiro 2008 no Rio de Janeiro. Na oportunidade tivemos protestos de estima e apreço, atenciosamente, Lucélia Santos, Chefe de Gabinete do Senador Romeu Tuma.

Dando então início a esta Audiência Pública, já com as presenças dos nossos convidados, nós vamos imediatamente passar a palavra aos respectivos, pela ordem do Requerimento e aditamento do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que objetiva debater sobre a criação e a implantação da TV Pública nos moldes da Medida Provisória 398/2007 e o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão conforme prevê o art. 223 caput da Constituição Federal.

Cada convidado dispõe de 10 minutos para fazer a sua exposição inicial e logo após as manifestações dos nossos convidados nós estaremos abrindo então os microfones para o debate propriamente dito. Passo imediatamente a palavra ao nosso Ministro Franklin de Souza Martins.

**SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS:** Eu queria inicialmente agradecer mais uma vez ao convite aqui da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática do Senado, já tive aqui em outra oportunidade, já debatemos, trocamos idéias sobre o assunto, e evidente que de lá pra cá o debate avançou.

Eu gostaria, eu não vou me deter muito nas questões de programação, aquilo que diz respeito ao dia-a-dia da TV Brasil, da EBC, porque isso provavelmente será matéria da intervenção da Tereza, da Helena, do Leopoldo. Vou tentar abordar algumas questões mais gerais.

Primeiro, o seguinte, a Constituição ela determina que a televisão no Brasil terá em caráter complementar TV Pública, TV Estatal e TV Privada. A TV Pública no Brasil ela existe muitas vezes misturada com TV Estatal em alguns Estados, às vezes ela não consegue muito separar nitidamente o caráter público do caráter estatal. E, no entanto, por que é que a TV Pública, acho que é a pergunta que temos que fazer, por que é que até hoje nós não temos uma TV Pública forte no Brasil? Porque nas demais democracias no mundo temos TVs Pública muito fortes. É o caso da Inglaterra, é o caso dos Estados Unidos, é o caso da Alemanha, é o caso da França, é o caso de Portugal, é o caso da Espanha, da Itália. Ou seja, praticamente todas as grandes democracias do mundo ocidental nós temos TVs Públicas fortes muitas vezes geralmente funcionando em regime de complementaridade com a TV



Privada. Por que é que no Brasil nós não temos uma TV Pública forte? A TV Pública no Brasil ela surge no finalzinho da década de 60, 67, 68, e ela surge com um caráter um pouco de TV Educativa, e quando ela começa a se estabelecer se dá nesse momento uma renovação tecnológica extremamente importante no mundo da televisão no Brasil. Ou seja, a TV Privada ela migra naquele momento justamente para o modelo de rede nacional. É o momento que surge o Jornal Nacional, é o momento onde a Globo faz a Rede Globo, diferentes redes de televisão vão se constituindo, enquanto a TV comercial se constitui em grandes redes e adquiriu um caráter nacional e começou a falar de norte a sul do País com uma mesma programação, a TV Pública ela ficou com um caráter local. Ela não conseguiu se constituir em rede, e ficou em cada Estado isolado e com isso ela acabou o quê? Sem recursos, sem programação, sem dinheiro, sem apoio político e principalmente sem uma cara, sem uma identidade clara diante do País. Então ela ficou no gueto.

O que o Governo está querendo fazer com esse projeto é fazer com que nós tenhamos uma TV Pública nacional, uma rede nacional de TV Pública, evidentemente uma rede que não é uma rede centralizada como as redes comerciais, mas uma rede que num modelo de cooperação com os diferentes Estados, absorva a experiência que exista da TV Pública e dê um salto à frente. Constituindo uma rede, porque se não houver rede, nós somos um País televisivo, e um País televisivo porque temos rede nacional. Se nós não tivermos rede, nós não conseguiremos ter TV Pública. Vamos ter muito claro. Então, o projeto é nesse sentido.

Ao formatar esse projeto, nós procuramos enfrentar três problemas delicados: Que é o modelo de gestão, o modelo de financiamento e o modelo de rede. No modelo de gestão, se encontrar uma forma que garanta que a TV Pública ela não esteja sob controle do poder político. Que ela não seja na verdade uma TV Estatal. Para isso se criou mecanismos, foram criados mecanismos onde a sociedade vai ter a possibilidade não só de dar opinião, etc, mas de influir sobre a condução dos assuntos do cotidiano da empresa. Se criou um Conselho Curador, também não é uma invenção da roda, não é uma jabuticaba que só existe no Brasil, no mundo todo as TVs Pública se constituem como TV Pública tendo conselhos e mecanismos desse tipo. E é algo feito com pessoas representativas da sociedade, pessoas independentes, basta ler a lista, são pessoas que não são pau mandado do Governo, nem do partido do Governo, nem do partido da oposição, são pessoas que têm visão crítica, visão de País e capacidade para formular e ir monitorando o papel da TV Pública. Isso quer dizer que não existem riscos de

que a TV Pública seja manipulada. Eu gosto muito de dizer: Existem riscos de que a TV Pública possa ser manipulada, possa ser fruto de algum tipo de manipulação do poder político. Mas vamos ter claro, esses riscos também existem na TV Privada. A TV Privada também pode ser manipulada pelos grupos econômicos, e os interesses econômicos, empresariais, políticos, corporativos desses grupos podem prevalecer. Eu inclusive acho que seria ótimo se as TVs privadas adotassem um modelo semelhante. Ou seja, constituíssem conselhos curadores nos moldes do que está sendo constituído pela EBC para o quê? Monitorar a programação, ver se não está havendo viés partidário, se não está havendo parcialidade, para garantir a isenção... Reparem só como o problema é mais geral. A TV Pública está dando uma solução. É perfeita? Não. Pode ter problema. Vamos aperfeiçoar. Mas é evidentemente uma solução que encara de frente o problema e busca uma solução pactuada dentro da sociedade.

Segunda questão, modelo de financiamento. Quer dizer, o que está se buscando não é uma TV que viva da propaganda. É uma TV que tenha dotações orçamentárias, ao mesmo tempo ela vai poder prestar determinados serviços basicamente no âmbito das instituições públicas, herdando boa parte o trabalho que existe da RADIOBRÁS e no parecer feito pelo Deputado Walter Pinheiro introduz uma outra questão importante que é uma parcela do FISTEL, que seria destinado... TV Pública acho que é um aperfeiçoamento que melhora muito o projeto.

Quanto ao modelo de rede, uma questão importante que se procurou formatar é o seguinte, não se está pretendendo sair implantando a partir de Brasília ou a partir de um centro rede, televisões em todos os Estados. Nós partimos do pressuposto que existe uma experiência importante de TV Pública nos diferentes Estados. Experiência heterogênea e em muitos lugares a TV Pública é mais forte, é o caso de São Paulo, de Minas, um pouco Bahia, em outros casos a TV Pública é muito sucateada, em outros caso a TV Pública se confunde com TV Estatal. Ou seja, as experiências são extremamente diferentes. A idéia é o seguinte, partindo das experiências existentes, oferecer uma rede, programação e ao mesmo tempo recursos para reequipar, treinar e permitir que essas TVs sejam capazes de dar uma contribuição importante. Ou seja, então é uma rede que vai se construir um pouco de cima para baixo, mas muito de baixo para cima. E eu acho que é uma experiência que já está se mostrando exitosa nesse pequeno tempo de atividade que a TV Pública no Brasil, que a TV Brasil vem tendo.

Eu queria destacar para concluir dois aspectos que eu julgo extraordinariamente importante. O primei-

ro é a necessidade de estimular a produção regional. A TV Pública nasce no Brasil com o compromisso de estimular a produção regional e trabalhar para que num curto espaço de tempo, pelo menos quatro horas da produção da TV Pública seja local. Ou seja, toda a TV tenha quatro horas de produção local. Para dar uma idéia para vocês, na TV comercial isso não existe. Em média as TVs comerciais, quando muito, atingem duas horas de produção local. Que é o noticiário, o noticiário da manhã, o noticiário da hora do almoço, noticiário de noite, às vezes uma agenda e ela chega a duas horas quando transmitem campeonato de futebol local. Fora isso fica abaixo de duas horas. A idéia é o seguinte: Esse trabalho para que num prazo razoavelmente curto se tenha quatro horas de produção local. Significa o quê? Dar destaque à produção cultural local. Fazer com que os debates dos problemas locais também venham para a televisão e sejam exibidos ali. Então elas funcionariam em rede cada emissora, mas teria também durante quatro horas a produção de programação local. Isso é extremamente importante não só para a circulação do debate, circulação das idéias, circulação da cultura, mas ao mesmo tempo para ir estruturando uma indústria de audiovisual em cada Estado, e permitindo que isso vá se espalhando pelo País e não fique restrito aos grandes centros tradicionais de produção, como Rio, São Paulo, Brasília, etc.

Então esse é o primeiro ponto importante. O segundo ponto é de que nós devemos trabalhar para ter em torno de quatro horas de produção independente. Isso significa produção que é feita fora da própria TV Brasil. Produção que é feita externamente. E isso tem uma importância extraordinária a meu ver. Eu acho que isso é um dos aspectos mais importantes desse projeto. (soa a campainha) Por quê? O modelo de televisão no Brasil é um modelo basicamente centralizado. É um modelo que busca fazer o seguinte: Eu produzo tudo que eu divulgo. No máximo eu compro uns enlatados lá fora. O resto eu produzo tudo que eu divulgo. Isso faz grandes estruturas centralizadas, mas isso faz o quê? Bloqueia o atendimento que um amplo círculo de produção independente possa chegar à televisão. E não chega. Então a idéia é o seguinte de que nós tenhamos em torno de quatro horas diárias de produção independente. Isso permitindo o quê? Permitindo que nas diferentes regiões do País você vá fomentando a produção independente e essa produção independente promova uma renovação de forma, de conteúdo, porque a TV comercial brasileira, embora muito exitosa, ela é uma TV meio engessada, meio paquiderme. Ela tem muita dificuldade para inovar porque ela tem que perseguir audiência e patamares muito fortes então ela não mexe. Nós temos progra-

mas na televisão brasileira exitosos que duram 40, 50 anos. Daí um belo dia a gente descobre que não é tão exitoso assim. Está começando a fazer água. Mas por quê? Porque nós não conseguimos atrair a produção independente, a criatividade, o talento, etc, fica todo bloqueando lá fora. Eu acho que a TV Pública terá um papel extraordinário, pelo menos e esse é o objetivo, na captação da produção independente e na veiculação dessa produção para o conjunto do País. Então acho que são aspectos importantes que eu queria chamar atenção dos senhores.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Obrigado, Ministro Franklin Martins, passo imediatamente a palavra à jornalista Maria Tereza Cruvinel, que é Presidente da Empresa Brasil de Comunicação para que possa explicar o projeto.

**SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** – Bom dia a todos, agradeço na pessoa do Senador Sérgio Zambiasi mais essa oportunidade de avançar no debate da TV Pública aqui no Senado depois de muitas oportunidades que tivemos na Câmara nesse período que antecedeu à votação da Medida Provisória na Câmara, e acho que nesse curto período a gente pode intensificar aqui ainda no Senado outros encontros e outras conversas para esclarecer muitas incompreensões que ainda cercam esse texto da Medida Provisória.

Complementando o Ministro Franklin Martins abordou aspectos importantes da proposta, vou complementar abordando algumas questões que têm sido muito levantadas nas duas Casas. E começando pelo aspecto, queria começar pelo aspecto Medida Provisória. Na Audiência Pública da semana passada, na Comissão de Educação, alguns Senadores fizeram abordagens do seguinte tipo. Ah, eu sou a favor de uma TV Pública, acho que o País precisa, etc, acho que está tudo muito bem, mas uma Medida Provisória torna... Impossibilita o debate, interdita o debate, etc. Tenho dito que apesar da Medida Provisória, apesar do desejável de um Projeto de Lei, ele seria altamente inconveniente para a natureza do projeto que está em questão. E não tem impedido que o debate tenha sido muito intenso, como foi na Câmara, como espero que seja no Senado e começa a ser, e como tem sido, sobretudo, lá fora. Acho que houve em algum momento durante três anos e, sobretudo, no ano passado houve uma intensa discussão sobre a TV Pública, no âmbito do fórum, no âmbito dos grupos de trabalho, no âmbito da sociedade civil em geral, universidades, encontros, seminários, uma discussão que não chegou aqui. Mas nós temos suprido essa deficiência com um comprometimento e uma disponibilidade imensa para discutir essas questões.

Mas o aspecto central da Medida Provisória, disse lá na outra Comissão, é que ela envolve a delicadeza bastante conhecida de todo mundo dos processos de fusão ou de incorporação de instituições. E nós estamos tratando no caso de implantação do Sistema Público de Comunicação, previsto pelo art. 223 da Constituição Federal, nós estamos tratando de um sistema público de comunicação, não apenas da TV Pública, de um sistema que envolve rádio, internet, e a televisão, e que é composto, hoje, por instituições que operam isoladamente com culturas e organizações diferentes, organizações jurídicas como a RADIOBRÁS em Brasília, como a TVE do Rio de Janeiro, como a TVE do Maranhão, como a unidade de implantação em São Paulo. Os senhores podem imaginar o curso da incerteza, da insegurança, da instabilidade e mesmo os danos para operação e funcionamento do sistema quando nós se estivéssemos aqui, se tivéssemos aqui um Projeto de Lei tramitando por um ano, por tantos e tantos meses até se chegar à aprovação, como é da cultura da Casa, como aconteceria fatalmente com um projeto desse. Nós teríamos dificuldades maiores do que aquelas que já estamos enfrentando por estarmos operando a televisão e esse sistema com uma Medida Provisória que está no seu linear, que já estamos chegando perto dos 120 dias. Isso nos cria muitos embaraços, muitas dificuldades. Imagina-se com um Projeto de Lei.

Eu queria lembrar uma recente Audiência Pública na Câmara dos Deputados, onde o representante da ABERT, a Associação das Empresas Abertas de Televisão fez a seguinte observação, o Sr. Paulo Tonet. “Olha, o Governo, se quisesse, poderia estar implantando esse sistema público previsto constitucionalmente sem ter enviado uma Medida Provisória ou um Projeto de Lei ao Congresso”. Nós não estamos aqui defendendo ou partilhando esse argumento. Mas foi o que ele disse e juridicamente é correto. Aí eu queria corrigir o que se tem dito muito incorretamente que o Governo está criando televisão nova, criando canais novos, criando estruturas novas. Não. O Governo está pegando, propondo uma gestão nova, uma gestão pública constitucionalmente prevista para TVs que hoje têm natureza estatais. TVs, televisões, e emissoras de rádio, e mesmo uma agência de internet como é a Agência Brasil que funciona no âmbito da RADIOBRÁS. Se o sistema público, se o art. 223 prevê complementaridade entre estatal, privada e pública e nós nunca tivemos o público, quando o Governo propõe que os seus canais estatais passem a ser operados como públicos que se crie Conselho Curador, Ouvidor e outras instâncias de consulta e participação direta da sociedade na gestão desses canais, pelo contrário, ele está abdicando de

poder. Quando você pega o que poderia ser gerido de forma estatal, ou seja, por vontade única ou unilateral de quem ocupa o poder político, você está abdicando. Por isso eu digo que para fazer televisão chapa branca, aparelhar politicamente como se fala muito no debate político, o melhor é não fazer nada. Coloquem um preposto na RADIOBRÁS, outro na TVE, outro na outra televisão. O Governo tem quatro canais de televisão. E como disse o Ministro, queremos construir uma rede com as outras televisões do campo público que também precisam ter um destino. Essa Casa precisa dar um destino para esse sistema. Se não fosse esse, elas estão sendo sucateadas, elas estão perdendo condições de operar, elas vivem situações das mais díspares nos Estados, os senhores nos Estados sabem disso. As televisões terão uma oportunidade hoje de constituir juntamente com a EBC, a TV Brasil, uma rede pública a serviço da sociedade. Isso pelo contrário fala-se muito em gasto, não, acho que nós vamos otimizar esses recursos existentes e dar-lhes uma destinação mais em sintonia com que prevê a Constituição, constituir o sistema público, e um destino, digamos, mais social, um destino com mais serviço à sociedade porque hoje elas estão caminhando quase todas essas emissoras para o sucateamento, para o fechamento. Todo dia um Secretário de Estado ou alguém de um Estado pede socorro porque não tem mais condições de operar aquela emissora. Então essa também faz parte também da proposta da criação do sistema público, do sistema público de comunicação, dar uma melhor destinação a essa infra-estrutura que está se perdendo que foi criada quase toda ela durante o regime militar, quando de sistema público passamos a ter o estatal, de sistema privado passamos a contar com as emissoras de canais estatais, mas não chegamos nunca, apesar que já se vão tantos anos de promulgação da Constituição a implantar o sistema público.

Queria rebater também o argumento muito utilizado que é de que isso é um atraso falar em sistema público hoje ou em TV Pública porque a Europa fez isso 50 anos atrás no pós-guerra, quando a televisão que lá nasceu estatal, a sociedade civil lá muito fortalecida pela florescência democrática passou a exigir: Eu quero participar dessa televisão. Eu também quero saber o que o Governo da França, da Inglaterra, da Espanha, da Alemanha, está fazendo com a televisão. Assim surgiram as TVs Públicas da pressão da sociedade para serem também com a gestora daqueles canais que eram estatais.

Então, esse argumento tem sido, sim, eventualmente aparece na discussão. “Não, hoje não é mais tempo disso”. É tempo disso e tanto é que da América Latina tem surgido outras televisões públicas, estão



em construção televisões na Argentina, no México, no Equador. Eu queria contar uma pequena história para ilustrar porque a TV Pública ainda tem um papel muito importante entre nós, não apenas para cumprir o preceito constitucional, mas para dar mais pluralidade ao nosso sistema, para propiciar a oferta de uma programação como já mencionada pelo Ministro que se diferencie da oferta da que é oferecida pela TV comercial com sua vocação de busca da audiência como instrumento de buscar publicidade. Então só uma TV Pública pode oferecer um jornalismo que pode não ser melhor nem pior, mas ele será também uma oferta de maior pluralismo no direito à informação do cidadão também assegurado pela Constituição. O jornalismo que nós estamos praticando (soa a campanha) será apresentado pela diretora de jornalismo, Helena Chagas.

Eu queria... E também uma programação que expresse nosso País em sua diversidade, através de uma rede como apresentado rapidamente pelo Ministro, que incluía as diferentes regiões, os nossos sotaques, os nossos olhares, os nossos problemas e as nossas riquezas, a nossa riqueza cultural, sobretudo. Mas eu queria contar de uma senhora do morro do Rio de Janeiro que deu o seguinte depoimento numa reportagem sobre o “gato NET”, aquela ligação a cabo clandestino. A TV comercial passou a dar bons conteúdos na TV a cabo para atrair clientes que podem comprar o cabo. Mas no nosso País, com a nossa desigualdade conhecida de renda, o cabo é acessível a uma fração muito pequena da população. E uma senhora de um morro do Rio de Janeiro disse o seguinte: “Eu pago, sim, 30 reais ao traficante porque eu sou faxineira e deixo os meninos fechados no barraco. Com “gato NET” eu ponho a TV a cabo lá em casa – “gato NET” é o serviço do traficante” – e os meus meninos podem ficar fechados e ver o geográfico e aqueles outros canais bons do cabo”. Então para a grande maioria da população que não terá acesso ao cabo por nossa conhecida desigualdade e estrutura de renda a TV Pública pode suprir como TV aberta, oferecer essa programação diferenciada que dispensa inclusive os “gatos NETs” da vida. Depois aprofundamos e vamos falar mais sobre esses aspectos.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS)** – Senador Renato Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Sr. Presidente, eu estou com uma dificuldade que talvez deva ser a mesma de V.Ex<sup>a</sup>. Nós temos uma reunião de líderes agora às 11h que é para decidir pauta e não podemos estar ausentes dessa reunião

de líderes. Eu queria duas coisas rápidas: Primeiro o seguinte, não vou ter a oportunidade de debater, mas a minha concordância com aquilo que eu ouvi do Ministro, a Presidente Tereza, a minha concordância. Então vamos estar nesse debate com essa visão que hoje nós temos de fato da necessidade de uma TV Pública no País e um sistema público no País.

E queria pedir a V.Ex<sup>a</sup>, se possível, antes de eu sair, nós vamos ter uma Audiência Pública amanhã sobre tarifas de pré-pagos. E nós temos um aditamento a fazer no Requerimento, e gostaria de pedir para V.Ex<sup>a</sup> colocar se possível em pauta neste momento a votação deste Requerimento se for possível. Se não for possível, deixo aí para posteriormente após a Audiência Pública a gente coloca em votação esse aditamento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS)** – Já está, Senador Renato Casagrande, na Ordem do Dia, já na pauta, e nós já estamos dando como acolhida o seu Requerimento. Mas eu posso abrir rapidamente essa exceção e ler o Requerimento do Senador Renato Casagrande. Nos termos regimentais requiro aditamento ao Requerimento de minha autoria no sentido de que seja convidado Sr. Aristóteles dos Santos, Ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, para participar da Audiência Pública que objetiva debater sobre o real valor das tarifas dos telefones pré-pagos. Coloco já em votação. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Agradeço depoimento da Presidente Maria Tereza Cruvinel, e na ordem dos convidados para este... Para esta Audiência Pública passo a palavra à jornalista Helena Chagas, Diretora de Jornalismo da Empresa Brasileira de Comunicação.

**SRA. HELENA CHAGAS:** (pronunciamento fora do microfone) ... não estou acostumada, meu lugar é lá atrás, primeira vez que estou aqui na frente. Mas é uma grande honra ter sido convidada para falar com os senhores sobre o jornalismo na TV Pública.

Eu acho que a gente não pode falar do jornalismo que a gente quer fazer e que a gente até acho que já começou a fazer na TV Brasil sem enfrentar o debate que contrapõe jornalismo estatal com o jornalismo público. No caso aqui, eu detesto adjetivos para a palavra jornalismo. Jornalismo é uma palavra tão forte para mim que eu acho que ela dispensa, jornalismo ou você faz ou você não faz jornalismo. E jornalismo estatal muitas vezes é divulgação. Agora, o que eu queria colocar e que eu acho muito importante é que no projeto da Empresa Brasil de Comunicação essa questão está muito bem resolvida. Você tem uma Diretoria de serviços que ela vai se dedicar ao jornalismo de divulgação. É a Diretoria que vai se dedicar a fazer o que a RADIO-

BRÁS fazia, que é a divulgação do Poder Executivo, que tem um canal próprio, chamado NBR a cabo, de divulgação do Executivo, e que continuará prestando esse serviço que é um serviço muito importante e tem que ser prestado. E nós temos uma outra Diretoria, no caso aqui nesse momento estou ocupando que é a Diretoria de Jornalismo que vai tratar de fazer, já está começando, a fazer o chamado jornalismo público. E o que é que é o jornalismo público? É o jornalismo voltado para o cidadão. Nesse sentido também acho que qualquer jornalismo é público. Agora, nós numa TV Pública podemos ter um jornalismo com características um pouco diferente em relação à prestação de serviço para a cidadania. A gente costuma conversar muito que o nosso jornalismo está num tripé. Pauta, povo e praça. O que é a pauta? É a pauta do cidadão. Eu acho que a cada vez que um jornalista da TV Brasil, não só a TV Brasil, do rádio jornalismo também da EBC e também da Agência Brasil, já que a EBC ela congrega esses veículos todos, cada vez que o jornalista vai sair para fazer uma pauta ele tem que pensar o que isso vai mudar na vida do cidadão. O que isso é que é que isso é importante para a vida das pessoas. O que essa informação vai contribuir para mudar a vida de alguém, para ser compreendida de forma a que esse cidadão tenha acesso à informação e possa tomar suas próprias decisões.

Então, nesse sentido, a pauta é a pauta do interesse público. E como TV Pública que não tem que atender aos imperativos de audiência, não tem comerciais, eu acho que nós temos condições de dar espaço ao debate aprofundado desses temas. Nós começamos a veicular o nosso jornal telejornal noturno que se chama Repórter Brasil no dia 3 de dezembro. E nesses dois meses e pouco raro foi o dia em que nós não tivemos um debate ou uma entrevista de serviço público de utilidade para o cidadão dentro desse jornalismo. Nosso telejornal tem uma hora duração, ou seja, ele tem tempo suficiente para abordar esses temas de interesse do cidadão. E nós já debatemos lá o aborto, a pílula do dia seguinte, as FARC, os cartões corporativos sempre fazendo representar o máximo de pontos de vista possível, pessoas das mais diversas tendências, por exemplo, outro dia para debater o cartão corporativo teve lá o Ministro Paulo Bernardo e o Senador Heráclito Fortes. Nós não estamos nos furtando a enfrentar o debate de todos os temas. Semana que vem, por exemplo, o Supremo vai retomar o julgamento da célula tronco, da utilização da célula tronco. Isso não é importante para o cidadão saber, isso não é importante para ser discutido dentro de um telejornal com amplo espaço? Claro que é. Então nós vamos promover uma semana inteira de reportagem,

de debate, vamos levar pessoas para falar sobre o assunto. Isso é jornalismo público no nosso entender. Nós estamos engatinhando ainda. Acho que precisamos de mais recursos, precisamos em primeiro lugar que essa Medida Provisória seja votada, mas eu acho que o caminho não pode ser outro a não ser esse de uma TV Pública que tem uma prestação de serviço a fazer. Aí eu queria só observar rapidamente sobre os outros dois tripés aí eu queria passar um DVD para vocês com um apanhado que a gente tem feito. Mas antes disso queria só colocar o tripé é assim: Pauta é isso. É a pauta do cidadão. Povo. Povo é participação. Então, com uma digitalização, com a migração digital, cada vez mais a televisão vai ser um instrumento em que... Que vá permitir a participação do cidadão. Então nós queremos pegar essa onda e antes disso usar todo tipo de ferramenta possível, internet, 0800, para que o cidadão possa opinar sobre a pauta do jornal, possa fazer perguntas, quando levamos o entrevistado nós vamos às ruas saber o que o povo quer saber sobre aquele assunto... Eu não vejo sentido em jornalismo em que você não tenha esse tipo de participação. E mais, nós estamos tentando levar, assim, ao extremo essa participação. Nós fizemos um quadro no jornal chamado Outro Olhar, que é o olhar das pessoas, é a produção do cidadão sobre vários assuntos. Por exemplo, os pescadores do Rio Grande do Norte sobre a mudança do clima que está prejudicando a pesca lá do peixe que eles costumavam pescar. Eles fizeram um vídeo, mandaram e nós exibimos. Acho que o jornalismo público é isso. Aí a gente entra no terceiro pé dessa nossa base, que é praça. Praça no nosso jargão é Estado. Mas não quer dizer isso. Praça é Brasil. O jornalismo da TV Brasil, há um outro diferencial que a gente busca ter é que a gente veja o Brasil participando. Que a gente faça um jornal realmente nacional. E nesse... Sob esse aspecto, nós tivemos uma belíssima surpresa que foi que nesses dois meses e pouco de veiculação do repórter Brasil ele já está passando em 18 Estados, cidades, veiculado por TVs do campo público. Estatais, públicas, educativas, universitárias... E foi uma adesão totalmente espontânea. E acho que isso mostra muito como o Brasil estava sedento de aparecer na TV, de contribuir, de se ver na TV. Porque a gente está abrindo um espaço a produções que normalmente não apareceriam e isso colocado de um padrão diferente. Por exemplo, outro dia apareceu lá um VT... VT é uma matéria. E a repórter falava de um Estado e a repórter falava: a porta, o trator, e aí logo o pessoal que recebeu, aqui na redação, falou assim: "Pô, essa menina vai precisar de uma fonoaudióloga". "Não, de jeito nenhum. É um jornal de sotaques, é um telejornalismo, é um jornalismo de sotaques. Nós va-

mos mudar o paradigma, nós não temos que sentir o padrão centro-sul”. Nossa cobertura de carnaval, aí até o Leopoldo poderá até se estender mais nisso, porque foi uma coisa que foi conjunta entre jornalismo e programação, nossa cobertura de carnaval pegou o carnaval lá de Ouro Preto, o carnaval de São Luís... Claro, tem que pegar também de São Paulo e do Rio, mas o Brasil não é só o centro-sul. O Brasil não é só esse eixo. Então, a terceira perna do nosso jornalismo é Brasil. É rede, é o Brasil se vendo ali.

Eu queria, sobrou pouquinho tempo pra mim, mas o DVD que eu queria passar é bastante curtinho. Acho que seria essencial a gente mostrar para os senhores mais ou menos a cara do nosso jornalismo. Que está longe de ser o perfeito que a gente quer chegar, mas que eu tenho a pretensão de dizer que já é o embriãozinho do que a gente gostaria de fazer. Dá para passar?

(exibição em vídeo)

>> *TV Brasil. Você escolhe, você programa, você assiste. Três de dezembro de 2007. Está entrando no ar o Repórter Brasil. A partir de hoje você vai ver aqui de segunda a sábado às 9h da noite o jornalismo da TV Brasil. Sua TV Pública. O jornalismo que terá como foco o cidadão e o debate das grandes questões nacionais e internacionais.*

>> *Queremos que o Brasil se veja no nosso noticiário e que o Repórter Brasil seja reflexo da diversidade social, cultural e ética do País. E você vai ajudar a construir o jornalismo da TV Brasil. Pautando, comentando, sugerindo, criticando, envie sua colaboração para o endereço eletrônico WWW.TVBRASIL.ORG.BR.*

>> *E tem sido assim todos os dias desde a estréia, em 3 de dezembro de 2007. Ao longo de uma hora a partir das 9h da noite e de 45 minutos começando às 8h da manhã, o Repórter Brasil abre espaço para assuntos de interesse do cidadão. Âncoras no Rio, Brasília, e em breve em São Paulo, apresentam um noticiário isento, sem adjetivações. Linhas pré-definidas, influências da política partidária ou da lógica do mercado publicitário. Nos nossos estúdios, gente de vários matizes trata de temas controversos.*

>> *A paz interessa sim às FARC, agora, uma paz digna para uma força revolucionária.*

>> *A FARC é um bando de gangster.*

>> *Eu discordo muito fortemente do que disse o professor Cândido, exatamente porque*

*me parece que o fórum social, a despeito de ter o nome social, ele está estabelecido nas bases, nos princípios de modelos econômicos e políticos do passado e que não deram os resultados que são idealmente defendidos pelos militantes de movimentos sociais e de partidos políticos de esquerda.*

>> *O que nós estamos querendo é trazer a voz de gente. 2.500 pessoas reunidas em Davos não têm legitimidade nenhuma, mesmo sendo os donos do mundo a dizer quais são as soluções para nós. E eu não estou com isso defendendo regime esse ou aquele, simplesmente estou dizendo: Cidadania é gente na rua dizendo o que é quer.*

>> **SENADOR HERÁCLITO FORTES:**  
*A transparência é um instrumento positivo. E está fazendo vítimas dentro do Governo. A oposição não é contra o processo. A oposição é contra o abuso. A oposição é contra o gasto indiscriminado.*

>> *Vamos olhar no portal e ver o que foi. Vamos questionar. O Governo tem a obrigação de explicar. Agora, dizer que tem uma farra do cartão, que tem uma... Que o cartão serve para melhorar vida particular das pessoas, não é verdade.*

>> *Os assuntos que movimentam o dia-a-dia são tratados com mais tempo e mais detalhes, de forma muito clara e objetiva.*

>> *O cigarro mata cinco milhões e meio de pessoas por ano em todo o mundo. 80% delas nos países mais pobres. Esses números são do último levantamento sobre tabagismo da Organização Mundial da Saúde. Nesse mesmo trabalho o Brasil é apresentado como um exemplo positivo de País que tem políticas de controle do fumo.*

>> *O aumento da renda média do brasileiro e a ampliação dos investimentos, foram responsáveis pelo crescimento da produção industrial. O setor da indústria com maior destaque foi o de automóveis: Um crescimento de 15,2%. No ano passado foram fabricados três milhões de carros em todo o País. Essa atividade quando aquecida pelo consumo provoca um efeito dominó em outras áreas. Por exemplo, quanto mais carros forem produzidos aumenta a fabricação de pneus da indústria de borracha, aumenta também a fabricação de para-brisas na indústria de vidros, aumenta a fabricação de chapas de aço na metalurgia,*



sem contar as indústrias de refino de petróleo e de plásticos.

>> Para evitar abusos, a partir do ano que vem as escolas estarão proibidas de cobrar na lista de material escolar itens considerado de uso coletivo.

>> Aqui não há celas para mulheres. O local é improvisado. Segundo o Diretor da cadeia, a adolescente não tinha contato com os homens.

>> Está aqui. Estão em celas separadas, horários de banho de sol diferenciados. Então não tem contato. A adolescente foi presa em flagrante quando roubava esta farmácia. Na ocasião a família não foi localizada, e quem acompanhou a menina foi o Conselho tutelar.

>> O cupuaçu é uma planta nativa da Região Amazônica. A poupa da fruta é bastante usada na indústria cosmética e de chocolate. Brasília é um município acreano que apresenta maior produtividade.

>> O maior perigo que as populações ribeirinhas enfrentam com as enchentes é o contato prolongado com a água contaminada que pode provocar uma série de doença, como diarreias, hepatites e principalmente a leptospirose.

>> O Repórter Brasil também mostra com seriedade o País que precisa ser visto de forma caricata ou curiosa. Nossa preocupação é mostrar o Brasil como um todo. Como ele é visto pelos olhos da própria população.

>> É uma fortaleza, um muro construído pelo tráfico que torna os traficantes mais fortes. O senhor acha que isso não tem importância?

>> Nunca ouvi falar que o pessoal tem usado esse muro. A gente sobe lá direto e nunca usou, quer dizer, nunca houve nenhum problema. Por que é que isso está vindo à tona?

>> O que o senhor está me dizendo, então, é que a polícia está esperando que o muro venha a ser utilizado para depois então tratar de derrubá-lo?

>> O São Francisco foi descoberto em 1502 e é considerado o rio da integração nacional por ligar as regiões centro-oeste, sudeste e nordeste brasileira.

>> No último dia 31 de janeiro, o Governador em exercício do Estado do Alagoas, José Wanderlei Neto, decretou situação de emergência na segurança pública do Estado.

>> O Coronel Marco Jardim mal tomou posse e já está causando polêmica. Ele declarou que o início da ocupação da Polícia Militar no complexo do alemão para que se iniciem as obras do PAC será uma guerra.

>> Ele é o cartão de visita de Porto Velho, a capital de Rondônia. O Rio Madeira é essencial para a vida de quem mora aqui. É nele que serão construídas duas obras do PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento. Esse é um dos marcos da usina de Santo Antônio, que foi colocado pela empresa vencedora da licitação. As turbinas vão ficar exatamente nesse ponto, e daqui para cima será formado o lago da usina atingindo as populações ribeirinhas.

>> E por ser público, a população opina, pergunta e interfere diretamente no Repórter Brasil.

>> Até que ponto as leis americanas podem influenciar nas leis brasileiras em relação ao domínio da Floresta Amazônica?

>> Haveria problemas que eu não tenho como resolver durante o tempo que estou trabalhando.

>> É só reduzir o horário de trabalho a gente vai deitar e rolar.

>> A maioria das operadoras hoje te oferece um serviço e quando você vai atrás desse serviço eles não disponibilizam.

>> Eu ligo para a operadora, não me traz nenhuma resposta, eu fico horas esperando no telefone e sempre essa porcária. É uma pena que hoje no Brasil as telefonias estão desse jeito. Eles sabem que a gente depende deles, e por isso eles fazem isso.

>> O Repórter Brasil já chega a 19 Estados por meio de emissoras públicas parceiras. A maioria educativas. E já utilizou material de outras várias emissoras do campo público. Os assuntos internacionais têm mais espaço, e mais destaque para temas e regiões esquecidos no noticiário geral.

>> Entrevista exclusiva à TV Brasil, Ramos-Horta lembrou os esforços de seu Governo para manter a estabilidade do País. E falou da tentativa de acordo com o líder rebelde Alfredo Reinado, o mesmo que ontem tentou assassiná-lo.

>> Devido a esse diálogo que eu tenho mantido, o Sr. Major Alfredo Reinaldo, (ininteligível) não causaram um único problema durante o período eleitoral.

>> *O Repórter Brasil é o único telejornal do País que exhibe reportagens feitas diretamente pelo espectador. Não é só o nosso olhar que pauta os assuntos e conta as histórias.*

>> *Estamos descendo a Anchieta em direção à baixada. Para descer todo santo ajuda. Mulherada. São várias. As fontes de diversão. Motorista... (pessoas cantando) Praia Grande. É nós.*

>> *Entusiasmo não nos falta para continuar mostrando o Brasil para os brasileiros. Como foi no carnaval, por exemplo. O Repórter Brasil saiu dos estúdios para mostrar da Bahia os afoxés e os blocos afro. De Pernambuco trouxe os maracatus e o povo acompanhando os bonecos nas ladeiras de Olinda. E também foi a lugares como São Luís, Manaus, Ouro Preto e interior do Paraná, apresentando a face cultural da maior festa de rua do mundo.*

>> *Ousadia, criatividade, objetividade, comprometimento com os fatos. São os pilares da nossa missão de bem informar. São os elementos que combinados fortalecem a credibilidade do jornalismo da TV Pública, a TV Brasil, a TV de todos os brasileiros.*

(fim da exibição em vídeo)

**SRA. HELENA CHAGAS:** Acho que demorou um pouco, passou um pouco do tempo, mas não muito, né? Obrigada pela oportunidade de mostrar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Valeu a pena, parabéns. Muito bem feito, muito bonito. Mas, eu tenho uma reclamação aqui para fazer.

**SRA. HELENA CHAGAS:** Qual?

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Não vi nada do Sul. (risos)

**SRA. HELENA CHAGAS:** (risos) Mas tem. Tem. Tem. É uma falha. O narrador e editor deste documentário está ali, o Eduardo Castro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Faltou o Sul aqui. (risos) Mas, parabéns pelo trabalho, muito bonito, bem feito e profissional.

**SRA. HELENA CHAGAS:** Obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Agora, vou deixar registrado. Faltou o Sul aí.

**SRA. HELENA CHAGAS:** Mas o Sul entra no jornal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Não, mas mais ao sul um pouquinho.

**SRA. HELENA CHAGAS:** Assiste o jornal hoje à noite que vai entrar, tá?

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Obrigado. Eu quero registrar a presença aqui também do Paulo Rufino que é Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, da cineasta Tizuka Yamazaki que é diretora... além de cineasta é Diretora do Congresso Brasileiro de Cinema e do Vladimir Carvalho que é cineasta, além de todos os demais aqui presentes, muito obrigado.

Eu passo imediatamente a palavra ao Leopoldo Nunes Filho que é Diretor de Programação da Empresa Brasil de Comunicação.

**SR. LEOPOLDO NUNES FILHO** – Obrigado, Senador. Bom dia Senador Zambiasi, queria cumprimentar todos os Senadores, Ministro Franklin, diretores, Dr. Bechara, e a todos presentes. Saudar aqui, reiterar o Paulo Rufino, Presidente do CBC, e aos colegas e mestres Vladimir Carvalho e Tizuka Yamazaki que acompanham essa luta aqui há muitos anos.

Senador, eu queria inicialmente aproveitando um pouquinho, pegando o gancho na fala do Ministro, e da nossa Presidente, a Tereza, é só lembrar que entre 67 e 1988, o ano da Constituição, da nossa Constituição, então foram criadas ali cerca de nove emissoras educativas, nessa primeira fase, sendo a primeira delas de Pernambuco, a TVE de Pernambuco e depois a do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, depois a TV Universitária de Pernambuco, Amazonas, Rio de Janeiro, depois virou a Roquete Pinto, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, que era da Secretaria de Educação do Estado, e a TV Cultura de São Paulo.

Então, cada uma delas vinculadas algumas a Secretaria de Educação, outra a Secretaria de Cultura e três aqui ligadas ao MEC, o antigo MEC, Ministério da Educação e Cultura. E nesse período até 88 temos o desenvolvimento dessas empresas de forma diferente, com grande destaque para a fundação Padre Anchieta de São Paulo, que é modelo de TV Pública no Brasil e também a Roquete Pinto que depois vem se unir também ao Maranhão, aí no segundo momento.

Nesse período, o que está aqui na carta de justificativa da convocação dessa Audiência Pública, então vem a questão que de 88 para cá desse segundo momento passados quase 20 anos o sistema público praticamente não existe.

Então, a situação é das emissoras públicas são muito parecidas. Nós tivemos a oportunidade, o Executivo muito demandado pelo campo público de televisão para que se organizasse um fórum para debater a realidade e a situação das emissoras do campo público de televisão. E a partir de 95, então vem a criação, enfim, de emissoras de caráter estatal ou público na TV por assinatura, tem as TVs legislativas, as TVs Assembléias, depois as TVs comunitárias também nesse

momento, e as universitárias, e as abertas, que são as outorgas educativas aí todo o campo da ABPEC. Por incrível que pareça a situação é muito semelhante aí de todas as emissoras com raras exceções. Então um sucateamento e uma falta de estrutura de equipamento, tecnológica, um baixo investimento no desenvolvimento de conteúdos de produção, quase todas dedicadas a um jornalismo local muito vinculado ali ao Governo daquele momento, e por outro lado nós temos aí uma série, um conjunto de geradoras e retransmissoras que compõem a possível e sonhada rede pública aí de televisão.

Então, em 2006, 2007, então se realiza aqui em Brasília o Fórum de TVs Públicas onde, na verdade, é o resultado da consagração de um ano de trabalho onde cerca de mil entidades se reuniram em grupos de trabalho, distintos grupos de trabalho, para formular, refletir e pensar a realidade das TVs Públicas do campo público de televisão e onde se debateu modelo de financiamento, modelo jurídico, modelo de conteúdo, modelo de rede e foi consagrado com um documento, que foi subscrito por todas essas entidades chamada Carta de Brasília. Onde essas emissoras do campo público na verdade conclama ao Executivo, como disse a nossa Presidente, é uma responsabilidade constitucional aí que nos cabe a demanda expressa, cerca de mil entidades nesse fórum, para que o Executivo criasse, enfim, liderasse esse processo da criação desse sistema de integração de mídias, na verdade, do campo público de televisão.

Eu queria falar nesse sentido, mais na perspectiva do desenvolvimento, a possibilidade do desenvolvimento e da diversidade cultural. Porque nós vivemos num momento muito especial agora com a contingência da convergência tecnológica e da digitalização, então uma oportunidade única do campo público tem de se reequipar e se introduzir estrategicamente dentro das políticas de desenvolvimento de conteúdos brasileiros de língua portuguesa em grande quantidade e que dê resposta a toda essa diversidade cultura que representa esse País. Nós temos quase 200 milhões de habitantes, temos 27 sotaques, certamente somos o maior País de língua portuguesa, e situados na América Latina, onde todos os nossos vizinhos falam a língua espanhola, com grandes empresas, grandes conglomerados de mídias, principalmente na Venezuela e no México, e um novo modelo de negócio que se apresenta nesse momento da convergência que é a entrada das empresas de telecomunicação também na política e na circulação de conteúdos.

Então, a gente vai do momento da radiodifusão para o momento de convergência onde a telecomunicação passa a ter um aspecto estratégico, importante,

e o desenvolvimento de conteúdos brasileiros e língua portuguesa é fundamental para a nossa própria sobrevivência. Nós precisamos desenvolver, nos afirmar através do nosso capital simbólico, e é isso que a gente vem buscando organizar e entendemos isso como missão.

Então eu queria só lembrar que nós tivemos o apoio incondicional de todas as associações do campo público, inclusive as legislativas, as comunitárias, as universitárias, as abertas educativas, e todas as principais entidades da sociedade civil como o Congresso Brasileiro de Cinema, a ABPITV que é a Associação das Produtoras Independentes de Televisão, e dessa forma o Brasil todo, inclusive o Sul, se vê representado aí nessas associações subscrivendo essa missão, esse projeto, e acompanhando com muita expectativa os desdobramentos desse momento que nós estamos vivendo. Então é uma oportunidade incrível que se apresenta e nós na verdade não viemos para concorrer com o campo privado. A gente veio na verdade para desenvolver aquilo que o campo privado não se interessa e nunca se interessou.

Eu queria partir com uma definição conceitual entre o público e o privado, porque o privado, o principal produto é a mídia. É a valorização do horário de mídia. Enquanto a nossa missão do público é o conteúdo. O conteúdo em si.

Então, isso é absolutamente estruturante o campo público de televisão para o desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira e da sua cadeia produtiva. Se formos pegar hoje, por exemplo, os grandes mercados internacionais, você vai, por exemplo, no MIPCOM, na França, em Cannes que acontece em outubro, você vê representantes de países da Indonésia, do Oriente, numa situação de desenvolvimento semelhante a do Brasil com cerca de 150 estandes de produtores e de fornecedores de conteúdos e nós só viemos participar nos últimos quatro anos através de uma ação entre Governo e a iniciativa privada e a sociedade e o mundo todo ávido por conteúdos desenvolvidos no Brasil.

Então, esses conteúdos, por exemplo, o cinema de animação, o cinema documentário, o cinema de ficção, tele séries, telefilmes, não tem valor nenhum se ele não for demandado pela televisão. Quando nós agora nesse primeiro exercício de integração de rede entre o Rio de Janeiro e Brasília, e as outras emissoras do campo público fomos demandar o que havia de estoque de conteúdo no Brasil, por exemplo, não há desenvolvimento de série de animação infantil. Nós consumimos horas e horas de animação diariamente para nossas crianças e adolescentes e não temos animação infantil desenvolvida no Brasil. Tudo que existe são pilotos feitos espontaneamente pelos produtores



buscando uma oportunidade (soa a campainha) de ver surgir uma demanda para que esse conteúdo possa ser desenvolvido. Então, compramos tudo aquilo que havia de pilotos e já programamos lá dentro da nossa grade.

A mesma realidade com o cinema de ficção. O cinema de ficção ele cumpre economicamente com a participação da televisão aberta. Ele passa primeiro no cinema, ele vai para a televisão fechada, depois ele vai para o vídeo, depois para televisão fechada e por fim para televisão aberta como último elo da cadeia econômica.

Então, o papel que a empresa pública de televisão, que a televisão pública pode desempenhar na equalização dessa economia tão desinforme, e dessa atividade tão disforme e tão irregular no País é absolutamente essencial. E eu por fim queria destacar que a produção audiovisual é uma produção de alta tecnologia, de alto valor agregado, uma economia extremamente complexa e o Brasil há muito tempo vem demonstrando a sua capacidade, seu potencial de trabalhar com muito vigor nessa seara. Então não viemos competir com o campo privado, nós temos uma missão, e o momento de convergência é uma oportunidade inadiável para se reestruturar e repensar o sistema público de comunicação e o investimento e o desenvolvimento de conteúdos principalmente o conteúdo regional. Nós entendemos que todos Estados brasileiros têm profissionais e têm condições de serem desenvolvidos ainda mais de fazer investimento e gerar todo tipo de conteúdo seja os mais sofisticados, como a ficção e a animação, e o documentário, até o jornalismo, até os conteúdos colaborativos, livre, como tem se apresentado através desses pontos de cultura e toda essa sensibilidade que a mídia eletrônica digital proporcionou.

A Helena se referia aqui ao Olhar Brasil, são conteúdos, chama Outro Olhar, aliás, são conteúdos livres disponibilizados, fornecidos por equipamentos como câmera celular ou essas mini câmeras de mão e que hoje passa a ter um significado absolutamente importante na sociedade da informação.

Eu acho que são essas as questões principais e me coloco à disposição aqui para o debate a seguir. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Obrigado, Leopoldo. Eu estou sendo chamado para a reunião de líderes na Presidência, então convido o Senador Antônio Carlos Júnior, para presidir, mas antes de passar a Presidência, Senador, eu quero registrar em um minuto um conceito que eu acho interessante colocar no debate para exemplificar exatamente as diferenças entre a TV Pública e

TV Estatal, e está aqui talvez uma das pouquíssimas publicações sobre televisão pública que é do jornalista José Carlos Torves, gaúcho, jornalista, sociólogo, pesquisador e o trabalho que ele fez foi sobre a TVE do Rio Grande do Sul. Uma das poucas experiências, uma tentativa de transformá-la em TV Pública, ainda está num processo complexo, mas duas ou três frases que são muito pontuais e interessantes. Uma TV é considerada estatal quando está envolvida pela máquina burocrática do Estado, é sustentada pelo Estado, e sofre frequentemente intervenção do Governo. É chamada de pública quando não sofre ingerência governamental, tem compromissos com o interesse público, não depende de verbas publicitárias no mercado. E é importante fazer uma distinção entre Estado e Governo. O Estado é uma instituição permanente que tem como missão zelar pelo interesse público. Já Governo, é transitório.

Então, acho que é uma definição muito pontual, muito interessante que ele coloca nesta... Procurei pesquisar a respeito de publicações sobre TV Pública, elas são muito raras ainda, (risos) é uma das pouquíssimas, que ele editou ano passado em 2007. Gostaria que o nosso colega Antônio Carlos Júnior presidisse, eu lamento não poder ouvir o Dr. Marcelo, mas está iniciando a reunião de liderança da Casa, e estou sendo convocado pelo Presidente Garibaldi. Peço licença a todos.

*(troca de presidência)*

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Bom, com a palavra o Dr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações.

**SR. MARCELO BECHARA** – Exm<sup>o</sup>. Senador Antônio Carlos Júnior, Exm<sup>o</sup>. Ministro Franklin Martins, Presidente Tereza Cruvinel, demais companheiros de Mesa, é um prazer e uma honra estar falando sobre esse tema de extrema relevância para o País, extrema relevância mesmo.

O assunto da Audiência Pública de hoje, o debate da criação e implantação da TV Pública nos termos da Medida Provisória 398 e o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão nos termos do art. 223 da Constituição da República que agora o Senador Sérgio Zambiasi fez um belíssimo comentário de pouca informação que temos conceitual doutrinária sobre esse tema.

Como muito já foi falado aqui sobre a TV Brasil, por quem realmente faz a TV Brasil, as pessoas que fazem a TV Brasil ser uma realidade, uma realidade importante, eu queria focar então um pouco no outro pedaço da Audiência Pública que é o princípio da com-

plementaridade do sistema público, privado, estatal. Antes de mais nada, esse princípio da complementaridade nós temos que entender que os conceitos de público, privado e estatal em radiodifusão, nenhum desses três conceitos elimina, nenhum dos três, inclusive da radiodifusão privada, o interesse público do serviço de radiodifusão. A radiodifusão privada, pública e estatal, todas têm que ter, ser pautadas por um interesse público. Afinal de contas, no caso da privada, nós estamos falando de uma concessão pública. Então não tem como fugir dessa essência.

O que torna às vezes um pouco difícil, mas animado e emocionante, a tentativa de distinção desses três conceitos. Por exemplo, eu acho que é muito claro para todo mundo, que a TV Senado, vamos dar o exemplo da TV Senado porque aqui que estamos hoje, é uma TV Estatal. Afinal de contas, o Poder Legislativo integra o Estado e ali está representado através de uma televisão. Só que a TV Senado também presta um excelente e valoroso trabalho de radiodifusão pública. E cultural. Basta você ver alguns debates, alguns temas que são levados às vezes alguns documentários, inclusive um programa que eu gosto bastante que transmite música clássica na TV Senado.

Então, não é que... Todos os instrumentos de radiodifusão têm que ter um interesse público. Acho que a iniciativa privada inclusive deve ser pautada para isso, existe norma para isso.

Bom, o que nós estamos discutindo aqui hoje é uma coisa um pouquinho diferente. Estamos falando de uma TV Pública na sua essência, não só no objetivo do interesse público a ser alcançado, mas na sua própria concepção. Acho que a belíssima apresentação que foi feita do jornal que foi apresentado Repórter Brasil aqui perante todos, dá exatamente essa conotação do que é que é feito do público para o público. E eu acho que essa é a grande diferença da TV Pública.

Eu concordo em gênero, número e grau com o Leopoldo a questão da convergência tecnológica. A TV Pública, em que pese a Constituição de 88 já traga esse princípio da complementaridade, esse anseio, hoje só está sendo efetivamente possível colocar em prática a TV Pública por conta de um fenômeno chamado digitalização. A digitalização dos meios e dos conteúdos proporcionou através da convergência tecnológica a possibilidade da otimização, da utilização de espaços antes... Que continuam ainda sendo efetivamente, mas espaços escassos. Como é o caso do espectro. O espectro eletromagnético ele é escasso, e é um bem público limitado e ele tem que ser utilizado de forma eficiente e racional. Com a adoção do padrão japonês, e aí eu acho que foi uma das importantes decisões que foi tomada na adoção do sistema brasileiro de te-

levisão digital de utilização da modulação do padrão japonês, é que você ganha no mínimo mais nove canais. Os canais de 60 a 69. Hoje a TV Pública em São Paulo ela tem dois canais. O 68 e o 69. Um para transmissão analógica e um para transmissão digital. Nas últimas semanas o Ministro Hélio Costa ele esteve em cerimônias na Câmara, aqui no Senado e no Supremo fazendo o lançamento dos canais na TV Câmara, no aberto da TV digital em São Paulo, canal 61, o do Senado que salvo engano é o canal 64 e o da TV Justiça que é o canal 67. Só é possível colocar esses canais mais a TV Pública no aberto em São Paulo, que é o lugar mais complexo do ponto de vista da radiodifusão, graças à digitalização e a decisão que foi tomada. Eu acho que a questão da convergência tecnológica surge nesse momento. E tem que ser aproveitada no que a gente chama de conteúdo colaborativo. O YouTube, ele mostra um exemplo muito disso, dessa capacidade que o próprio usuário, que as próprias pessoas, a criatividade e a necessidade que as pessoas têm de expor suas idéias expressas em determinados tipos de conteúdo. Para nós assistirmos hoje todos os conteúdos que estão disponíveis no *YouTube* seria necessário no mínimo dois mil anos. Isso hoje.

Então, isso mostra a questão da utilização da portabilidade, TV por celular, da captação de imagens, isso fomenta efetivamente uma criação colaborativa. E eu acho que ganha muito a TV Pública já começando com esse sentimento de não só ver o interesse público, porque isso até estatal tem que observar, todas têm que observar, o interesse público sempre tem que ser observado, mas que mais do que isso, que o público seja parte da elaboração desse conteúdo. Acho que esse é o grande mérito e a necessidade da TV Pública. Concordo plenamente com a Presidente Tereza Cruvinel em relação ao instrumento Medida Provisória, de um instrumento da Medida Provisória, há sim relevância, há sim urgência, o debate ele está sendo pautado no âmbito do Congresso Nacional, fora do Congresso Nacional, a imprensa diuturnamente fazendo um acompanhamento quase que em real time dos acontecimentos em relação à Medida Provisória, e isso é muito bom. Acho que esse é o espírito da própria TV Pública. Não poderia a TV Pública começar sem ter esse espírito de debate. Eu acho que toda a disponibilidade que o Ministro Franklin Martins e a Presidente Tereza Cruvinel demonstraram, e olha que não foram poucos os debates, as Audiências Públicas que eles têm comparecido, demonstram exatamente isso, essa importância do debate.

Uma questão que eu acho que tem que ficar claro quando nós estamos falando dessa questão do princípio da complementaridade que está no artigo da

Constituição é que nós temos exemplos de radiodifusão pública de outras formas já existentes no País. A radiodifusão educativa é, na sua essência, uma radiodifusão pública, porque o seu conteúdo tem que ter a finalidade exclusivamente educativa. A radiodifusão sonora comunitária, porque você só tem radiodifusão comunitária no aberto em sons, não ainda em sons e imagens, em frequências moduladas FM. Também efetivamente tem uma lei própria, que a Lei 9.602/1998 é radiodifusão pública.

Então, a radiodifusão pública é um conceito impregnado dentro da nossa sociedade. O que faltava efetivamente é você ter uma estrutura coordenada, uma estrutura que efetivamente tenha uma rede nacional para que esses grandes esforços que estão sendo feitos com muita criatividade e pouco recurso, que é muita criatividade e pouco recurso, possam ser alçados e levados em nível nacional. E só a TV Pública vai ser capaz de fazer isso. (soa a campainha) Só a TV Pública vai ser capaz de pegar toda essa experiência, todo esse anseio que a sociedade tem em mostrar sua cara, em mostrar suas características regionais, essa carência que o País tem realmente de ter um espaço para divulgação da sua cultura. Eu acho que a TV Pública, é sim, um importante e urgente, urgente instrumento que vai fazer com que todos esses elementos tenham que ser colocados. E a Medida Provisória que já está em fase final de aprovação praticamente na Câmara dos Deputados ao ser submetida aqui à aprovação dos senhores, tem que ser muito levada em consideração isso. Que TV Pública é essa que nós queremos? Essa TV Pública não é a tal TV do Lula, como alguns gostam de dizer. A TV do Lula é a NBR, que amanhã vai ser a televisão de outro Presidente. Que mostra os atos do Poder Executivo, como tem a TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça. A TV Pública, não. Essa TV ela é feita efetivamente por essa contribuição, por esse anseio que a sociedade demonstra. Essa TV Pública que nós queremos acho que a Medida Provisória reflete isso em sua inteireza, principalmente quando observados os objetivos. Os objetivos que nela estão alcançados. Eu acho que o Brasil com essa medida entra num nível, um outro nível de comunicação. E mais, não num nível apenas de comunicação, eu acho que a concretização da TV Pública coloca o Brasil num outro nível de comunicação social. Que eu acho que é mais importante ainda. Que aquela que efetivamente faz com que a informação chegue à sociedade. E com que a sociedade também participe na produção dessa informação. São essas informações que eu queria trazer. Agradeço a todos, mais uma vez, muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Vou agora passar a lista

dos Senadores inscritos para que nós possamos então debater esse importante assunto aqui em pauta hoje. Senador Flávio Arns.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sr. Presidente, Senadores, quero em primeiro lugar cumprimentar os convidados, os expositores, o Ministro Franklin Martins, alegria tê-lo aqui na Comissão, Presidente Tereza Cruvinel e os demais expositores. Eu gostaria só em primeiro lugar em relação ao vídeo institucional só fazer duas observações também além daquela que o Senador Zambiasi já fez com uma ponderação em relação ao Estado do Rio Grande do Sul, a primeira em relação à acessibilidade para que a pessoa com deficiência auditiva tenha acesso ao vídeo institucional. Ou através de legenda ou através de uma janela onde a pessoa possa através da LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais, ter acesso a isso. Nós estamos inclusive tentando mudar, já que o Dr. Marcelo fez menção à TV Senado, a qualidade da programação da TV Senado, os meios de comunicação da TV Senado, aqui também para que todos os programas da TV Senado tenham ou a legenda ou a janela para LIBRAS. E uma frase, acho que ficou meio junto com a outra, me parece, não sei se entendi bem na parte das mulheres, mulherada, e várias formas de diversão e tal, porque apareceu, quer dizer, para o menos avisado você pode dar a entender ou dar outras interpretações que não seriam adequadas. Não sei se... Eu que... Me deu essa impressão...

**SRA. HELENA CHAGAS:** Posso falar? Não sei como é aqui... É o rap? Foi durante o rap no final, né? Eu não reparei. Vou assistir de novo. Se tiver dado isso vamos retirar. (risos) Esse vídeo eu gostaria de explicar, assim, não é um vídeo institucional que foi feito com tempo e cuidado, não. Foi uma coisa que nós fizemos assim de última hora. E enfim, até o Edu estava aqui para trazer aqui para vocês... pegamos alguns programas, nem procuramos todos no nosso arquivo e pegamos alguns trechos que mostrasse um pouco a nossa cara. Mas esse vídeo não necessariamente vai continuar circulando por aí. Podemos fazer outros mais aprimorados. (risos)

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Não, a gente entende a interpretação.

**SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** – Posso fazer um acréscimo? Senador, o senhor sabe que somo-me ao senhor, tive a oportunidade de trabalhar junto com o senhor na causa dos deficientes, e outras questões legislativas...

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sem dúvida.

**SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** – Mas felizmente nós temos uma boa notícia para o senhor. A TV



Brasil, e esse programa já vinha na TVE antes, ela é uma das poucas emissoras que tem na maioria da sua programação o recurso para os deficientes auditivos que é até uma parceria com a PETROBRAS que possibilita isso. Nem toda a programação, mas quando você entra no site, lá tem o sinalzinho que indica. Esse tem e esse não tem.

**SRA. HELENA CHAGAS:** É. O Repórter Brasil, tem.

**SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** – O jornal tem, o closed caption, e a grande maioria da grade, Leopoldo sabe dizer mais ou menos, quase toda programação, mas alguns programas ainda não passaram por esse recurso.

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Isso. E eu inclusive quero, Sr. Presidente, novamente destacar que o Senado Federal contratou intérpretes de LIBRAS e num assunto tão importante como é essa discussão sobre a TV Pública, nós não temos os intérpretes no dia de hoje aqui presentes na Comissão. Então se V.Ex<sup>a</sup> pudesse novamente levar para a TV Senado a ponderação, quer dizer, se nós vamos mudar no regimento, mas já poderia haver a boa vontade, só colocar uma câmera a mais lá atrás para captar a imagem dos intérpretes de LIBRAS. Que já estão contratados pelo Senado. Eu quero dizer que já tivemos uma reunião bastante interessante sobre o tema na semana passada, na Comissão de Educação, a Tereza Cruvinel esteve presente, outras pessoas estiveram, havia uma preocupação naquela ocasião em relação a alguns aspectos, foi levantada a questão da Medida Provisória, mas foi bastante debatido o assunto, e um debate que vem acontecendo na sociedade que como foi colocado nas falas, por alguma razão não aconteceu antes aqui no Congresso Nacional. Mas, de qualquer forma, foi um assunto muito debatido com todos os setores que possam estar envolvidos com essa causa, com esse assunto, e isso se refletiu inclusive nos documentos todos de apoio em relação à área.

Então, isso, vamos dizer, é um tema, assim, que virá à tona, por que por Medida Provisória, e não por um Projeto de Lei? Talvez até com urgência constitucional. Mas, então, a gente sabe, a gente já entendeu bem as explicações também. Eu gostaria só que novamente então voltasse ao tema, àquelas questões principais que aconteceram na Comissão de Educação na semana passada. Quer dizer, a TV a cabo, sei que o Relator Walter Pinheiro, teve alguma preocupação com aquela obrigatoriedade com a questão da publicidade, mas surgiu um fato novo também em relação àquilo que o Ministro colocou, e aliás, quero dizer assim realmente do respeito grande que todos nós temos pela sua pessoa, pela sua história, inclusive da sua esposa também, na

área da criança e do adolescente, mas em termos do horário, da quantidade, quanto exatamente que ficou definido que vai ser para a produção regional. O senhor... V.Ex<sup>a</sup> colocou como quatro horas... Quer dizer, colocou como produção local, regional, quatro horas de produção independente. Quatro horas significaria uns 20%, quase 20%. 15 a 20%. Agora, a pergunta que as pessoas estão fazendo é no sentido da produção por... Quer dizer, não só independente, produção regional, mas produção local. Isso está previsto? Está assegurado? Quer dizer, não deslocar uma equipe de Brasília, por exemplo, ou da própria TV Pública, TV Brasil, em termos de se levar a produção do programa regional. Quer dizer, que seja o programa regional, mas que seja o produtor local também. Isso está de alguma forma previsto nisso? Quando se coloca a questão do apoio cultural, uma coisa que o Deputado Walter Pinheiro procurou colocar no Projeto de Lei. Isso significa que a TV Pública ou a Empresa Brasil de Comunicação vai ter acesso à Lei de Incentivo Cultural? Quer dizer, não sei se tem acesso ou não. Se tiver acesso, senão... Já está resolvido. Mas se tiver acesso, a grande preocupação de toda a sociedade é no sentido, vamos dizer assim, entre aspas, de uma concorrência desleal com a sociedade. Porque naturalmente uma Empresa Brasil de Comunicação bastará ligar para a PETROBRAS, para o Banco, para a energia elétrica e tal e irá conseguir sem dúvida alguma o recurso com muito mais facilidade por ser Brasil de comunicação do que uma empresa pequena, regional, independente que já tem mil e um problemas para resolver essa captação de recursos dos órgãos públicos, não dos órgãos públicos, mas das empresas que possam destinar recursos para a produção do audiovisual em termos da lei existente. Quer dizer, essa concorrência que vai acontecer.

Então, eu gostaria de ter mais informações que pudessem subsidiar esse debate que eu também como Senador já fui procurado por entidades que estão prestando, emprestando apoio para o Projeto de Lei e de uma maneira vigorosa, mas que estão muito preocupadas, essas entidades, hoje em dia, pelo menos até semana passada, e a gente precisa aprofundar isso em termos desta produção local, regional, independente, local, como é que tudo isso... Porque a gente sabe que os grandes grupos podem perfeitamente deslocar alguém para o Amazonas lá e dizer que é regional, mas produzido por Brasília, produzido... Pega o sotaque, como a Helena Chagas colocou, tudo isso, mas não é o local. Quer dizer, fazer... Isso acho que, inclusive, isto vai assegurar se isso estiver na lei, talvez esteja equivocado, também, mas se estiver na lei isso vai assegurar o caráter público da TV, não só da TV, mas

da Empresa Brasileira de Comunicação, e isso deve perpassar todos os aspectos.

Eu li várias reportagens essa semana nos meios de comunicação questionando os dois mil e tantos funcionários que já vão fazer parte de imediato da TV Pública. Eu sei que esses já estão, vamos dizer, locados, já estão nas empresas atuais, e que virão e que terão que fazer concurso, naturalmente. Eu vi várias críticas em relação à questão de que não se preocupam com a audiência. Acho que isso aí existe naturalmente, não posso imaginar um jornalista, uma TV que não vai se preocupar com a audiência. Claro que vai se preocupar. Mas num enfoque diferente. Considero fundamental, na minha ótica, a organização da TV Pública. Nesse sentido eu considero uma iniciativa importante, necessária, com Conselho Curador, representativo da sociedade, e eu até diria, nós deveríamos discutir aqui dentro do Congresso Nacional a mudança nas TVs Educativas, por exemplo, para que elas tenham esse Conselho Curador também. Porque é demais. Eu cito o caso do meu Estado, como já citei semana passada o Paraná, onde se utiliza a TV Educativa para ofender os adversários políticos, as outras tendências, e isso jamais... Tanto que lá no caso a própria Justiça Federal determinou que houvesse a retratação na TV Educativa não impedindo-se o uso... Quer dizer, o uso da palavra, ou a liberdade de expressão. Mas impedindo-se, por exemplo, de se ofender, de se dirigir de maneira pouco respeitosa às outras pessoas, às outras entidades. Mas tendo um Conselho Curador, representativo da sociedade acho que pelo menos seria um mecanismo para se evitar que a TV Educativa também desande por caminho que a gente não quer que percorra.

Então a minha preocupação é nesse sentido, Ministro. E os próprios expositores, no sentido de como é que nós vamos garantir tudo isso, como é que não vai haver a concorrência desleal. E essas preocupações acho que já foi abordado também em termos da Medida Provisória, em termos dos funcionários, da publicidade, do orçamento, que são preocupações grandes também. Mas de uma maneira geral. Mas sou totalmente, acho que é uma iniciativa importante, necessária, e é importante para o Brasil. A exemplo do que acontece com outros países onde o processo democrático já é também bastante consolidado. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Fazer todos os questionamentos dos Senadores e depois os debatedores responderão a esses questionamentos. Então com a palavra o Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Bom, bom dia a todos e a todas. Eu considero importante o Senado dar continuidade nas Audiências Públicas com

a presença dos dirigentes desse grande projeto. Acho que esse é um Brasil novo. Eu considero essa discussão, a Medida Provisória que cria esse instrumento da sociedade civil, da sociedade brasileira, como novo. Eu considero isso uma conquista do nosso País. Não só do Estado Brasileiro, mas da sociedade civil. Eu penso que a construção desse instrumento de comunicação, de difusão, de educação, de unir o Brasil, de interpretar melhor o Brasil, isso pra mim é emblemático no momento em que nós estamos vivendo. Não só o momento em que o Brasil passa, mas a própria América Latina. E eu estou satisfeito. Lamentavelmente a agenda dos nossos colegas estão impedindo de um debate mais detalhado. Porque está saindo da Câmara, não sei se foram votadas todas as... Os destaques... Hoje. Está chegando aqui no Senado. E nós vamos ter alguns dias aí para fazer o debate. Mas eu quero destacar isso. Nós estamos vivendo um grande momento. Vocês lá fora já tomaram alguma... Construíram uma agenda de debates, longa, e o debate continua, e até a votação eu espero que nós possamos construir não só do ponto de vista abstrato, mas passos concretos na consolidação da nossa TV Pública. Da nossa TV Pública.

Então, eu sempre nos debates como esse que tem um caráter nacional, vai além do nacional, essa TV ela chega... Ela vai ser um instrumento internacional de destacar a minha Amazônia. A minha Amazônia. E colocar isso, eu penso que há uma... Ela nasce com uma elite da comunicação. Perdoe o termo “elite”, mas vocês, o Franklin, todos vocês, a Tereza, todos vocês que estão aqui participando desse debate formam uma geração positiva no Brasil, debatendo, polemizando, construindo o melhor do ponto de vista da informação.

Então, acho que já nasce com dirigentes importantes. Então nós precisamos nesse momento do debate das contribuições, consolidar isso na Medida Provisória. No texto. Deixar isso bem claro para que o texto perpassasse governos. Então eu espero que nós possamos isso. Quero destacar com isso o espírito da Presidente Tereza Cruvinel, no debate passado, eu estive na Audiência Pública, e estou voltando, e fiquei mais na televisão, (risos), em casa, da última audiência até hoje, demorei mais observando no sentido de participar dessa construção.

V.S<sup>a</sup> mencionou no que diz respeito ao que o nosso colega Flávio levantou da produção independente, V.S<sup>a</sup> levantou inclusive um percentual, na audiência pública. V.S<sup>a</sup> falou de 20% que poderia chegar a produção independente até 40. Mas o texto em discussão, o texto tratava de cinco. E já há o entendimento de elevar. Quero destacar isso. Mas nós precisamos, então, e aí é um ponto importante do ponto de vista do

espírito público da televisão. Nós definirmos mesmo esse percentual no texto. V.S<sup>a</sup>, quero destacar isso, já externou uma opinião. Que considero importante. Mas o texto era uma outra redação. E está chegando no Senado... está chegando no Senado e a gente precisa então até porque a matéria precisa da celeridade, eu entendo, mas nós precisamos então acordar um percentual para garantir de forma perene a participação da produção independente. E eu quero destacar isso. Acho que esse é um ponto fundamental nessa Audiência Pública, o que eu quero apresentar é nós precisarmos esse percentual no texto e que isso sirva para consolidar o espírito público da TV. E não é diminuindo a responsabilidade, mas essa questão da Amazônia, ela precisa ser trabalhada. Porque nós construímos uma República aonde o norte do Brasil sempre jogou... Principalmente as políticas públicas, elas foram para depois. Foi tratada de forma secundária, o norte do Brasil. Então eu penso que esse instrumento da sociedade ele deve ter um olhar com muito equilíbrio, com muita equidade às nossas regiões. Superar as diferenças regionais. Tem muita riqueza, tem muita cultura, tem muita diversidade, tem muita pluralidade na Amazônia brasileira. E eu espero que os ribeirinhos, que os povos indígenas, que a dança, que o folclore, que o boi-bumbá de Parintins seja tratado não de forma especial, mas de forma como dever ser tratadas as manifestações. O carimbó lá em Belém, a cultura ribeirinha, a culinária, o peixe. Enfim, essas questões todas. Não esquecer da imensa, significativa e resistente população indígena. Com todos os seus mitos, com a sua pintura, a sua relação com a fronteira dos países que compõem a Amazônia pan americana.

Então, enfim, eu espero que o projeto, que a medida seja votada, eu espero que a oposição compreenda este momento desse debate. E é isso, a televisão ela vai tratar dos governos. Mas ela não é do Governo do Presidente A, B, C. Acho que nós estamos construindo o novo. Rompendo com o velho, no ponto de vista de nós termos da sociedade brasileira ter o rádio, a televisão, a produção, a manifestação do nosso povo a serviço de todos. E para todos. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Sr. Presidente, a posição da oposição já é conhecida da maneira que nós temos ressalvas, restrições à forma como a TV Pública está sendo proposta, a Medida Provisória, inaceitável, porque não há necessidade de Medida Provisória para criar uma TV Pública. E a questão dos custos que também evidentemente preocupam. A questão até do uso político não nos preocupa, a mim

não me preocupa muito. Acho que isso vai ficar mais... Quem tiver uma mentalidade tacanha vai fazer uso político, quem tiver grandeza, tiver noção da democracia efetiva não vai fazer uso político da TV Pública. Para isso é importante que o Conselho também não seja um Conselho que seja formado de maneira política. Que ele tenha pessoas que participe a sociedade como um todo sem a participação partidária.

A questão até daqui a menos de três anos nós esperamos estar no Governo, então isso já até essa preocupação fica secundária, de maneira que não é tão urgente assim.

Agora, a questão da cultura regional, que já foi mencionada aqui, ela é fundamental. Porque a gente vive no Brasil, um País tão bonito, com a diversidade tão grande, e existe um desconhecimento das regiões brasileiras como um todo, as grandes redes privilegiam, sem dúvida algum a realidade Rio e São Paulo. Então a questão da cultura é fundamental. Quer dizer, caso seja aprovada a Medida Provisória ou o Projeto de Lei que realmente essa preocupação seja permanente. O Senador Flávio Arns, meu companheiro nessa questão toda da acessibilidade já falou aqui. Eu quero só endossar essa preocupação de que a acessibilidade esteja presente numa TV que seja pública.

A questão também do apoio aos brasileiros no estrangeiro. Essa é uma TV que tem versão de satélite e o número de brasileiros no exterior tem crescido. Ainda é um número bem pequeno em relação a outros países, temos três milhões de brasileiros para uma população de 190 fora do País é pouco. Mas já manifesta alguma preocupação, as dificuldades que eles enfrentam. Então essa TV Pública ela tem que ter essa preocupação com o que acontece com eles.

A questão da taxa, eu vejo aqui, em todo o material, não vejo de jeito nenhum essa questão da Inglaterra de aumentar, a pessoa tem que pagar... cada residência tem que pagar. Espero que isso não entre nas cogitações, eu vejo que não está. E o uso do FISTEL, ou quem sabe até do FUST, o Governo não consegue usar o FUST de jeito nenhum, mais de cinco bilhões, é uma provocação viu Bechara, tem mais de cinco bilhões de reais arrecadados com esse FUST, ninguém usa. Não consegue usar. O objetivo era colocar computador na escola, era levar comunicação a todos os locais do País. Então quem sabe pode usar um pedaço do FUST, do FISTEL. O FISTEL está se pensando usar.

E finalmente a questão aí que é um pouco... Ninguém gosta de falar, todo mundo tem medo de ser tachado de conservador. Espero que a TV não vá no mesmo caminho da licenciabilidade e da permissividade que nós temos na TV brasileira. Especialmente



as telenovelas. Esse é um assunto que todo mundo que tem filho, que tem jovem, tem que se preocupar sim. Não é possível continuar com a forma como tem acontecido.

Então, se a TV comercial vai insistir nessa linha, que insista, mas pelo menos a TV Pública tenha as portas fechadas para esse excesso seguramente o Brasil é o País mais permissivo em televisão no mundo todo. Não é igual em lugar nenhum é como acontece aqui. Então essa expectativa que nós temos aí e esperando que essa discussão possa continuar agora no Senado e que a gente tenha aí a possibilidade, quem sabe, de rediscutir a forma que seja através de Projeto de Lei, ainda tem Projeto de Lei com urgência, isso tudo tem condição de ser feito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Sr. Ministro. Eu já manifestei rapidamente a minha opinião e não quero fazer nenhuma pergunta. Tive oportunidade de fazer uma reunião com a Presidente, com a Maria Tereza Cruvinel, com a Diretora Helena Chagas, uma reunião longa que nós debatemos o tema e as dúvidas que eu tinha eu procurei tirar nessa conversa. Se nós pudermos usar como parâmetro, Ministro, só do Governo ter escolhido essas pessoas para estarem à frente da Empresa Brasil de Comunicação, já é uma demonstração clara daquilo que se quer construir em termos de um sistema público de comunicação. São pessoas com muita credibilidade, e com muita capacidade na área em que atuam. Naturalmente esse é um tema da disputa política.

Nós temos que ter claro, nós acabamos de ver um opositor moderado que é o Senador Eduardo Azeredo, mas já manifestando, apesar da sua moderação, manifestando uma opinião política. No início, no desenvolvimento do seu discurso, dando sugestões que já é um passo importante para um processo de debate como oposição aqui no Senado, onde a oposição é mais agigantada, vamos dizer assim, do que lá na Câmara. Mas o debate político, assim, ele está na sociedade. Algumas pessoas que me passam e-mail, que me abordam, ligam na minha assessoria... “Quero ver o voto do Senador Renato Casagrande, quero acompanhar, porque somos contra, não podemos ter mais gasto público com a TV do Presidente Lula...” Então o debate de oposição com o Governo forma um pouco de opinião, de que essa TV é uma TV de Governo, uma TV Estatal. Mas, os argumentos são muito convincentes. Porque nós já temos uma realidade de comunicação hoje, de estrutura de comunicação que

a Presidente Tereza coloca com muita clareza. Nós já temos a RADIOBRÁS hoje. Temos a TV do Rio, a TV do Maranhão, nós já temos uma estrutura hoje que ela é muito mais... Ela caminha muito mais para uma estrutura estatal do que aquilo que se propõe em termos de regulamentação de um sistema de comunicação.

Então, na verdade, a proposta é uma regulamentação para que a gente tenha um sistema nacional de comunicação na área pública. E que isso vai fazendo onda para os Estados. Diversos Estados têm empresas estatais de comunicação. Não tem nenhum controle de sociedade, nenhum Conselho que controla a programação, não tem nada. São empresas oficiais de governos. Então, nós já temos...

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– De Minas, não. A de Minas tem um Conselho e tem um controle.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Lógico que Minas é diferente do resto do Brasil. Como sempre, mas... Ainda mais que somos ali vizinhos e sabemos da importância de Minas. Não conheço a estrutura de Minas e confio na palavra com o Senador Eduardo Azeredo. Mas assim, eu conheço muitas que são estatais. São estatais efetivamente. Então acho que tem uma argumentação clara que é nessa direção.

O argumento que poderia pegar, Senador Eduardo Azeredo, é o argumento do custo. Vai gastar... Mas tem dois contra argumento para isso. Não tem democracia no mundo que não tenha uma empresa pública de comunicação. Toda democracia consolidada no mundo tem empresa pública de comunicação. E se quiser ser empresa pública tem que ter recurso do Governo. Porque senão vira uma empresa comercial. Se quiser ter uma empresa pública tem que ter recurso do orçamento para bancar essa estrutura de comunicação diferenciada. Para sociedade brasileira.

A segunda. Acho que o nosso Relator lá na Câmara, o Walter Pinheiro, a hora que propõe um percentualzinho do fundo, tira um peso do orçamento público, do orçamento fiscal, do Orçamento Geral da União. Tira um peso. Divide isso. Isso vai fazer com que a estrutura que a gente gasta hoje com a RADIOBRÁS é a mesma que a gente vai gastar mais ou menos com a nova estrutura.

Então, assim, eu tenho... Estou debatendo, a sociedade está debatendo o tema, porque virou um tema político, está debatendo, mas acho que nós que somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória, nós temos muitos argumentos convincentes, claros, cristalinos de que é perfeitamente possível fazer a defesa essa estrutura.

Então, sem nenhuma pergunta, Presidente, agradeço a atenção de V.Ex<sup>a</sup> conosco.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Obrigado, Senador Casa-grande. Eu farei também alguns comentários para que nós possamos então ouvir os debatedores.

Eu tenho três pontos a discutir: Primeiro, é a questão da Medida Provisória. Eu não vejo a questão da urgência. Embora tenha sido alegado que em função da TV Digital, eu não vejo essa questão de urgência. Acho que um Projeto de Lei seria melhor aceito no Congresso do que a Medida Provisória. Por quê? O Senado, principalmente no Senado, o Senado quando uma Medida Provisória chega ao Senado, ela chega vencida, trancando a pauta, e o Relatório lido por um Senador que é designado na hora da votação que ele nem conhece o Relatório, e que nós não temos tempo de discutir, de debater, nem sequer de emendar o projeto naquilo que fosse razoável emendar.

Então, além da carência de urgência, nós temos também o instituto da Medida Provisória que prejudica o debate. Então alguns Senadores se interessaram pelo debate, freqüentaram as Audiências Públicas, esses estão mais preparados para a discussão. Mas, a maioria do Senado não está envolvida nisso ainda. Quando chegar a Medida Provisória que vamos ter dificuldades.

Então, eu acharia um Projeto de Lei com urgência constitucional seria muito mais adequado a esse projeto. Eu não... A minha restrição fundamental é ele como Medida Provisória. Essa é a minha restrição absoluta e fundamental. As outras restrições são coisas discutíveis. Eu não sou, digamos, absolutamente contra a idéia. Eu gostaria de discuti-la melhor.

Então, acho que Medida Provisória não deveria ter sido a forma adequada para o envio, digamos, desse projeto ao Senado. Ao Congresso. Acho que poderíamos ter um Projeto de Lei e teríamos discutido, teríamos emendado naquilo que fosse razoável. O Senado teria uma participação maior porque praticamente não vai ter, exceto se começarem obstruções e... Fora disso, não vamos ter tempo de discutir. Isso eu lamento e ficou para um grupo seletivo de Senadores que têm uma vinculação maior com o ramo da comunicação, esses se interessaram e passaram a discutir. Mas infelizmente nem todos tiveram essa chance.

O segundo ponto seria a questão das receitas. Ora, nós temos uma sugestão do uso de recurso do fundo de telecomunicações, que também não tenho restrição maior porque ele não teve até agora nenhum uso específico, não tem maior restrição. Agora, no momento em que misturamos recursos de fundos arrecadados do setor de telecomunicações, aí entra apoio cultural e publicidade institucional, aí nós temos receitas que são receitas disputadas com o setor privado. Apoio

cultural, é claro, como falou o Senador Flávio Arns, é claro que a TV Pública, digamos, junto das empresas estatais ela leva vantagem do que qualquer um outro... Uma empresa de comunicação menor, regional, que pleitear a mesma oportunidade. Então nós temos aí... Se há recursos orçamentários, se há contribuições de fundos do setor de telecomunicações, por que é que nós teríamos também que ter receitas disputadas com o setor, com o próprio mercado privado? Essa é uma questão a ser discutida, a ser debatida. Então os custos previstos também... Claro, eu não estou dizendo que seriam absurdos em tese. Porém, precisamos discutir, precisamos ver de que forma esses recursos serão utilizados, qual será maneira de utilização desses recursos. E por fim, tem um outro ponto, esse foi inserido no projeto de conversão do Deputado Walter Pinheiro, e eu vejo esse um problema, que é a questão da cessão dos direitos de transmissão de eventos esportivos. Aí nós vamos ter um problema. Porque a negociação desses direitos com a emissora, com as emissoras, os clubes e as federações firmam contrato particular, relativo a relações comerciais entre entidades privadas. É preciso ter em mente que a aquisição de direitos de transmissão e eventos esportivos insere-se na estratégia empresarial das emissoras de televisão, já que são extremamente valorizadas pelo seu grande poder de geração de audiência e atração de assinantes. No caso de televisão por assinatura. Também não se pode deixar de lembrar que estamos tratando de situações em que há custos operacionais e comerciais envolvidos, e que é direito dos detentores, produtores e programadores de conteúdo decidir quem pode distribuir suas obras e de que forma.

Então, a exigência da detentora do direito ceda gratuitamente à EBC os direitos sob determinados eventos, pode ser questionado sob no ponto de vista de quebra de contrato, exploração de serviço de radiodifusão, e do não estabelecimento do equilíbrio das condições econômico-financeiras originalmente previstas. Nos casos em que a emissora prefira por estratégia comercial ou por falta de capacidade operacional não transmitir, ela poderia oferecer a outro interessado, mas mediante pagamento de valor compatível com o mercado. Então essa é uma preocupação que também eu tenho, foi adicionada no projeto de convenção. São pontos que também quero colocar para debate. Alguns outros pontos já foram colocados e não adiantaria repeti-los. Eu enfatizei a questão da Medida Provisória porque realmente eu não concordo de forma alguma com a forma com que foi apresentada. Então agora nós vamos ouvir os debatedores, primeiro o Ministro Franklin Martins.

**SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS:**

Bom, eu vou tentar dar minha opinião aqui sobre vários pontos levantados. Primeiro, alguns pontos levantados pelo Senador Flávio Arns a respeito... primeiro da produção local.

Eu pessoalmente toco um pouco no ponto que foi levantado pelo Senador João Pedro. Eu tenho minhas dúvidas se a gente ficar definindo na lei percentuais é uma coisa adequada, porque você trata com um setor que é um setor dinâmico. Acho que deve estar claro o princípio. O Relator, na Câmara, julgou por bem fixar determinados percentuais. Eu pessoalmente acho que se deve trabalhar para ter quatro horas de produção local, de produção regional, e quatro horas de produção independente. Venho dizendo isso há mais de um ano. O Relator adotou uma determinada percentagem, eu também acho às vezes repara só como é complicado, produção local tem que ser 20%. É impossível na maioria das emissoras locais fazer 20% durante o primeiro ano. Porque elas não estão com estrutura, com capacidade, com pessoal, com equipamento, com tradição. Então é um processo.

Então, no entanto eu acho que é uma questão essencial a questão da produção local. E a meu ver deve ser uma meta algo em torno de quatro horas diárias de produção local, da mesma forma que deve ser quatro horas de produção independente. Eu acho que, essa questão de audiência, eu queria tocar, eu acho que a TV Pública deve se preocupar em conquistar e ampliar a audiência. Eu só acho que o critério de conquista e manutenção de audiência é de uma natureza diversa da que existe na TV comercial. A TV comercial ela tem que trabalhar com determinadas formas que já deram resultado, ela repete aquilo o tempo todo porque ela não pode perder audiência. É uma ditadura da audiência. Já a TV Pública, a novela, deve ter uma construção de audiência de ela atingir o maior número de pessoas, mas tratando o telespectador como dão, e não como consumidor. E eu cito um exemplo como isso, esse exemplo mostra a diferença, esse exemplo foi citado outro dia numa conversa pelo Senador Cristovam Buarque. Ele dizia o seguinte. Não existe na TV comercial brasileira nenhum programa infantil para crianças com menos de cinco anos de idade. E por que é que não existe? Não existe porque a criança não atingiu ainda aquele grau de poder pressionar os pais para que compre tal coisa, tal coisa, ou tal outra, etc. Ou seja, ela ainda não é um consumidor. Ela é uma criança. Então ela é descartada pela TV comercial. E quem observou isso para o Senador é uma pessoa que entende do assunto. Foi a própria Xuxa. Ela disse o seguinte: "Não existe na TV comercial programação para menores de cinco anos de idade porque não é

consumidor". Acho que essa é a diferença básica. O telespectador ser tratado como um cidadão e não apenas como um consumidor.

Então, acho que deve buscar audiência, construir audiência, manter a audiência. No entanto não é a ditadura da audiência que você faz para captando audiência poder vender publicidade e em função disso remunerar o capital que foi ali empregado, etc.

Eu queria tocar um ponto, Senador, que é a questão do incentivo se a TV usará a questão do incentivo. Acho que a TV deve usar incentivo, Lei Rouanet, Lei do Audiovisual, etc. Mas isso não é uma concorrência desleal. Acho que o Leopoldo pode falar mais sobre isso depois, mas ao contrário, acho que isso organiza um setor que precisa ser organizado. Porque não é isoladamente, picotadamente um e outro, a pequena produtora que vão atingir grandes volumes. Elas precisam ter uma janela de exibição, elas precisam ter um programa que seja capaz de atrair. Qual programa que está sendo montado na TV Brasil no atual momento? Se captam recursos não é para uma obra específica que a TV Brasil está fazendo. Captam seus recursos para um programa que contrata produção independente. E contrata por licitação. Vai ter edital. Então você vai dizer: Queremos uma revista sobre a Amazônia com tais e tais características, etc e tal. Isso vai ser contratado por edital. Então, ao contrário, isso organiza a porta de acesso ao grande instrumento de divulgação dessa produção que é a televisão. Mas sobre isso o Leopoldo vai poder falar melhor.

A questão, o Senador Eduardo Azeredo levantou duas questões que eu considero importante, e uma terceira que eu considero tão importante que eu deixar para o final.

A primeira questão de apoio aos brasileiros no estrangeiro. Acho que é uma missão da Empresa Brasil de Comunicação e da TV Brasil. Com mais facilidade inclusive porque ela não precisa, porque não é a empresa privada se remunerar para estar em determinadas grades no estrangeiro, principalmente em TV a cabo. Sejamos claros, mas acho que é um objetivo e isso está colocado nos planos de trabalho, ao que eu sei, da EBC.

Segundo, aí eu toco a questão da... Não há nenhum objetivo de criar uma taxa como a que existe na Inglaterra. Politicamente é insustentável. Isso... A taxa na Inglaterra, ou a taxa na Alemanha, isso é fruto de um determinado momento político, pacto social democrata que se seguiu ao pós-guerra. Não se trata do caso brasileiro. Acho que a contribuição trazida pelo Deputado Walter Pinheiro, de uma parcela do FISTEL é extremamente interessante. Não está se criando nada de novo, está se pegando uma pequena alíquota ali e



destinando a TV, deixando claro o seguinte: Que o FISTEL não é inteiramente... hoje em dia utilizado. Estava lendo hoje uma entrevista que saiu nos jornais de um representante da Associação Brasileira de Celulares onde ele diz que como não é usado, nós vamos reivindicar que diminuam a taxa do FISTEL pra gente, etc e tal. Eu acho que ao invés de diminuir a taxa do FISTEL para as empresas de celular é melhor dar a destinações de caráter público. Acho que é uma fórmula feliz, que dá independência em determinado medida à TV Pública, torna, portanto, ela com mais capacidade de resistência eventuais pressões do Governo, acho que é um aperfeiçoamento dos mais importantes trazido pelo Walter Pinheiro. (soa a campainha).

Eu já falei aqui sobre as receitas, sobre o apoio cultural, etc e tal, eu queria tocar um ponto que foi levantado pelo Senador Antônio Carlos aqui, que é a cessão dos direitos de transmissão. Isso não consta da Medida Provisória original. Isso foi introduzido pelo Relator, diga-se de passagem, contribuição de um Deputado da oposição. Deputado do PSDB, Sílvio Torres, que trouxe isso e acho que ele levanta uma questão importante. Que é a questão é o seguinte: Se alguém compra direitos de transmissão de um determinado jogo e senta em cima, não o exhibe, não vende para ninguém, a hipótese de vender para alguém... Também não vende para ninguém. Visivelmente, frustrando a possibilidade do telespectador ter acesso àquela programação por causa de uma estratégia comercial é algo que a discussão da lei da concorrência poderia lidar com esse assunto. Acho que se tenta lidar aqui, é uma discussão, isso não foi colocado na Medida Provisória original, mas temos claro, isso é um assunto de interesse público e deve ser discutido publicamente e isso não é questão apenas de interesse desse ou daquele grupo empresarial. Se é permitido um determinado grupo comprar determinados direitos de transmissão, e para na sua disputa de concorrência, sentar em cima e impedir o telespectador a ter acesso a transmissão daquilo. Acho que é uma discussão extremamente interessante. E por último, então, eu volto à questão tocada pelo Senador Eduardo Azeredo, eu acho, Senador, não é uma TV de Governo. E eu acho que seria... Sempre com isso a gente tratasse essa questão como Governo e oposição. Porque na verdade o seguinte, essa discussão de Governo e oposição evidentemente ela organiza o jogo político, mas às vezes ela empobrece o debate público. O que nós temos que discutir é se é necessário um sistema público de comunicação, um sistema público de televisão no País. Sendo, ele não será do Governo hoje aqui e do Governo hipoteticamente, se vierem a ganhar a eleição, tem que combinar com os Russos antes... no futuro. Porque na verdade ela

tem que ser nem do Governo hoje nem do Governo de amanhã. Ela tem que ser pública. Para isso se cria um determinado mecanismo que é o Conselho Curador. Para que se garanta o caráter público. Pode-se aperfeiçoar isso mais, caráter público, garantir que tenha o caráter público também em novas indicações no Conselho. Acho que tudo isso aí a gente deve procurar discutir. Eu vou ser muito franco. Eu assisti, vi pela televisão todo o debate ocorrido na Câmara dos Deputados no dia da aprovação do texto base. E eu senti muitos Deputados do seu partido, do PSDB, um enorme constrangimento por terem estar se chocando com algo que faz parte do programa político lá atrás do PSDB. O PSDB nunca foi contra a TV Pública. Os Estados governados pelo PSDB têm TVs que se propõem, com as suas deficiências, as suas imperfeições, a serem TV Pública. Minas Gerais é isso. São Paulo é isso. Eu conversei com Deputados do PSDB, negocieei esse projeto o tempo todo, fui na Comissão lá, quer dizer, há uma participação, um empenho, há um carinho, há uma vontade de que ele seja aprovado. Mas essa disputa política muitas vezes gera... “Já que eu tenho que derrotar o Governo, eu tenho que criar embaraço para o Governo...” Criar embaraço não é do Governo, isso é do Brasil. Não vamos criar embaraço para o Brasil. A TV Pública, seja ela qual for, seja ela do jeito que vier, a sociedade não deixará que ela seja estatal. Estou convencido disso. O País é um País grandinho, é um País que tem sofisticação. Que vai ultrapassar miudezas, vai ser capaz de gerar consenso, o Governador do seu Estado ontem alertava a necessidade dos partidos entenderem que certas brigas não são eternas. Não vou dizer que a TV Pública é eterna, mas acho que ela pode durar mais que essas brigas.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Tem que só explicar pro pessoal do Governo também isso. Que a boa vontade da...

**SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS:** Bom, eu estou fazendo a minha parte...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Agora vamos...

**SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR)** – Sr. Presidente, só para esclarecer a questão da... Duas questões. Primeiro da FISTEL, que nós fizemos uma Audiência Pública aqui no ano passado com o Presidente da ANATEL para discutir outros assuntos e a arrecadação deste fundo do FISTEL estava em torno, de acordo com ele, de 2 bilhões e 200 milhões. E a ANATEL estava utilizando 300 milhões. E querendo utilizar estava pleiteando para o Governo para utilizar 600 a 700 milhões que seriam as necessidades da ANATEL inclusive para aspecto de fiscalização que a gente vê todo dia nos jornais nacionais aí a questão, por exemplo, das rádios

piratas, interferindo nos vôos comerciais, inclusive. E a falta de fiscalização de estrutura para isso. Então, na verdade, existe um bilhão e 500 milhões anuais não utilizados para finalidade para qual o FISTEL foi criado. Então é um dinheiro grande.

Em relação à criação da audiência, porque eu fiz a pergunta antes, eu concordo inteiramente com o argumento, e sei também que até fiz questão de dizer, que certamente a Empresa Brasileira de Comunicação vai buscar a audiência. Uma audiência diferenciada, com objetivos diferentes, e por isso que eu acho fundamental inclusive a Empresa Brasileira de Comunicação, a TV Pública, mas é um argumento que tem sido levantado nos meios de comunicação para, assim, se argumentar contra a criação da TV Brasil, TV Pública. Mas acho que o esclarecimento foi muito importante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Com a palavra a jornalista Tereza Cruvinel, Presidente da EBC.

**SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** – Das questões levantadas, as que não tenham sido abordadas pelo Ministro Franklin, quero só complementar na questão da produção independente, é verdade, Senador João Pedro e Senador Arns, falamos em 20 horas, falamos em 20% de uma programação hoje numa transmissão de 20 horas, nosso desejo, nosso compromisso de chegarmos a pelo menos 4 horas de produção independente. Estariam os tais 20% que mencionei porque pediram percentuais. A Medida Provisória em seu texto original não fixou cota. O Relator fez uma proposta de fixar um piso mínimo. Um piso que até mobilizou cineastas que estão aqui, como a Tizuka Yamazaki, o Prof. Vladimir e outros do setor reivindicando um piso mais elevado. Nós achamos, como já disse o Ministro Franklin, que era desnecessário esse tipo de engessamento, porque você tem conjunturas diferentes no setor que é muito industrial hoje. Mas hoje mesmo pela manhã o Deputado Bittar reuniu-se com os representantes do setor audiovisual, e chegaram a uma solução que é possível hoje lá num destaque estabelecer 10% de piso. Mas isso não significa que a TV Brasil vai ficar no piso. Nossa compreensão da importância da produção audiovisual, da produção independente, na construção da programação da TV Pública pelos dois aspectos. O aspecto da diversidade, da pluralidade, do olhar, e também da organização econômica de um setor em diferentes pontos do País, da descentralização do audiovisual nacional.

A fórmula que está lá na Câmara é esta. São 10% para produção local e 10% para produção independente, como piso. Piso não é teto. E nós esperamos ampliar bastante, construir com a produção independente e com as produções regionais muito mais do

que esse patamar. Senador João Pedro, eu também gostaria muito que nós possamos mostrar Parintins onde estive no ano passado, fiquei encantada, e nem pensava um dia estar numa televisão, e pensava por que não mostra toda essa beleza, esse encanto, essa festa tão esplendorosa no coração da floresta, acho aquilo gigantesco, a capacidade de fazer aquilo acho fenomenal. O Presidente francês Sarkozy acaba de produzir uma grande ampliação no sistema francês de comunicação pública, criando agora a televisão francesa internacional. Nós, Senador Eduardo, temos hoje um canal, Brasil Canal Integración que é um canal por satélite. O que a gente olha para o futuro e espera fazer uma televisão internacional, uma TV Brasil internacional, aproveitando esse canal que cumpra esse serviço que o senhor falou em relação aos nossos migrantes, e muitos outros, um canal desse de natureza internacional tem uma função importantíssima na afirmação de uma identidade, na afirmação de uma nacionalidade, o orçamento para quem fala do nosso orçamento aqui, a França está investindo este ano sete bilhões de dólares no seu sistema de comunicação ampliando o sistema de comunicação pública. Isso eu queria ter dito lá atrás quando dizem muito: “Olha, não é mais tempo de TV Pública”. É tempo de TV Pública, sim. É sempre tempo de ter uma oferta mais plural de veículos, e de oportunidades, tal como o art. 223 prevê a complementaridade, Senador Azeredo, queria lembrar que a grande maioria do PSDB, inclusive o saudoso Senador Mário Covas, a grande maioria do PSDB votou pelo 223 e a Medida Provisória nada mais faz do que implementar o art. 223. (soa a campainha) Só um minutinho que vou estourar, Senador. O FISTEL esse ano terá 1.6 bilhões e a ANATEL vai consumir 411 milhões apenas. Nós achamos da maior importância preservar essa fonte de receita, sobretudo, para ela garantir mais autonomia da TV Pública no futuro em relação aos governos que passam, uns vão gostar mais, outros menos do sistema público, e essa fonte será perene diferentemente da dotação orçamentária que pode variar.

O senhor falou, Senador, porque além de ter os recursos do FISTEL, recursos do orçamento e ainda vamos disputar publicidade. Publicidade institucional, apenas, proibida, está muito claro lá no texto, vedada a publicidade comercial de serviços e produtos. Isso é um texto que a própria ABERT está muito de acordo com esse texto, então a publicidade institucional é aquela que em que a empresa fala o seu conceito... fulana de tal uma empresa que protege o meio ambiente. Isso é residual na receita, no bolo publicitário global brasileiro. Não tem grande importância. Bom, os

meus colegas têm mais o que falar vamos parar por aqui mesmo, e eles complementam.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Eu agradeço à Jornalista Tereza Cruvinel e passo a palavra à jornalista Helena Chagas, que é Diretora de Jornalismo da EBC.

**SRA. HELENA CHAGAS:** Obrigada. Em relação à minha área acho que não teve nenhuma pergunta direta, graças a Deus. Mas, eu gostaria de observar duas coisas. Uma a preocupação que a gente nota nos Senadores em relação à questão regional, e eu queria fazer um relato do processo que a gente já começou um processo de trazer os Estados para dentro do telejornal. Nós não estamos ainda amarrados formalmente, contratualmente numa rede pública. Mas informalmente e dentro do jornalismo nós já estamos em rede. E quanto mais nós damos, quanto mais espaço nós damos a eles, mais eles têm colaborado. Às vezes em condições precaríssimas as televisões estaduais, mas é um esforço muito bonito. O Acre às vezes manda matéria pra gente por SEDEX porque não tem condição de gerar. Então esse é um processo muito legal que já começou e eu acho que só tende a crescer. Queria tranquilizar nesse sentido, Senadores, porque acho que isso aí a gente tem uma avenida para a gente ir em frente nessa integração com os Estados.

E a segunda coisa em relação à Medida Provisória é, assim, um depoimento muito pessoal. Nós não estamos... De gestora, não tem a ver exatamente com a minha área. Mas nós não estamos construindo uma empresa nova a partir do nada. Nós estamos pegando duas estruturas preexistentes. Nós estamos pegando dois mil funcionários. Mil de um lado, mil de outro. Nós estamos lidando com pessoas. Nesse período, com Medida Provisória, nós já enfrentamos uma... Não diria uma resistência, mas nós já enfrentamos um clima de insegurança imenso entre essas pessoas. De repente as pessoas dizem: “Olha, a empresa onde eu trabalho agora mudou de nome, mudou de tudo, e aí vou para a rua...” Quer dizer, o primeiro trabalho da gente quando chegou lá foi: Vamos acalmar, tranquilizar, vamos botar tudo no lugar, vamos trabalhar todos juntos. Vocês já imaginaram se fosse um Projeto de Lei, o grau de insegurança que com a Medida Provisória já houve. Imagina o grau de insegurança que haveria se fosse um Projeto de Lei que ficasse aí um ano sendo discutido. As pessoas já estão com os nervos à flor com a pele, com três, quatro meses de discussão da Medida Provisória. Então seria muito difícil de a gente trabalhar. Acho que é uma questão muito prática isso. Enfim, vou passar para o Leopoldo aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Leopoldo Nunes Filho, que é Diretor de Programação da EBC.

**SR. LEOPOLDO NUNES FILHO** – Obrigado, Senador. Eu também gostaria apenas de complementar o que já não foi anteriormente respondido pelo Ministro, pela nossa Presidente. Colocações muito pertinentes, Senador Flávio Arns, se refere à preocupação, à demanda da sociedade civil, da AVEC(F), especialmente do Paraná, sobre a possibilidade da televisão concorrer com produtor independente no uso de recursos fiscais, de renúncia fiscal. Lembrando que a lógica da renúncia fiscal, o princípio da renúncia fiscal é criado no Governo do Presidente Sarney, inicialmente, ele tem uma lógica de capital regulador. Ou seja, proporcionar aos mais fracos, desenvolver dentro da cadeia econômica, desenvolver o seu trabalho e seu talento, então esse é o princípio da renúncia fiscal.

Então, dessa forma, a televisão ela não capta recursos. Agora, com a Lei 11.437 que foi aprovada aqui nessa Casa em dezembro de 2006, quando foi da renovação da Lei do Audiovisual, então ela prevê a criação de programas demandados para a televisão, mas para o produtor independente. Então esse recurso é da produção independente. A televisão ela não tem sequer direito patrimonial sobre esse produto. Só que ele é demandado, é uma finalidade nova, aprimorada, debatida e discutida aqui nessa Casa com essa possibilidade de conteúdos específicos demandados pela televisão exclusivamente para o produtor independente. Nesse momento a Agência Nacional de Cinema está concluindo a redefinição do que é o papel do produtor independente, do que é TV Pública e o que é TV Privada. Por exemplo, não é, entendemos num debate que deve ter havido aqui, ou na Comissão de Educação também, uma TV comercial que vive do seu espaço publicitário se beneficiar de conteúdo viabilizado por renúncia fiscal. A TV Pública, não. Seu patrimônio maior é o próprio conteúdo e não a mídia veiculada por ela. Então a TV não concorre com produtor independente. Ela apenas ela regula, ela demanda o conteúdo de renúncia fiscal do produtor independente, esse recurso é um recurso sagrado do produtor independente.

Gostaria de comentar também aqui sobre o Senador... Lembrando, Senador Arns, que com relação a esse assunto tão colocado por todos aqui da diversidade cultural, diversidade regional, que o realizador do seu Estado, Marcos Jorge, foi o grande ganhador do Festival Internacional do Rio de Janeiro no ano passado com o filme Estômago, primeiro longa-metragem dele, ganhou cinco ou seis prêmios no Festival Internacional o que vem mostrar a vocação e o talento de que nós temos em todas as regiões do País. E um



dos poucos longas de animação que nós temos nesse momento para nossa programação infantil é do Paulo Munhoz que é o Brichos, que também lá do seu Estado. E Senador João Pedro, também eu gostaria apenas de comentar com relação... Nós temos uma relação muito profunda, não só com o Estado do Amazonas, mas com os Estados da Amazônia ali como um todo, e acompanhamos há muito tempo e recentemente, um ano atrás, vindo lá do seu Estado, e vi, por exemplo, três produções internacionais, três cases, digamos assim, como o filho do Jacques Cousteau, aquele nadador que veio do Peru até a fossa ali do Amazonas ou aquele documentarista do *Animal Planet*, então todos se servem, por digamos, o interesse internacional pelo Amazonas e pela Amazônia em geral, (soa a campanha) então isso não havia regulamentação para a entrada dessas pessoas, eram como piratas que vêm aqui. E então preterindo o desenvolvimento da realização do realizador local, vem aqui desenvolver conteúdos que serão comercializados em cadeia internacional econômica e sem qualquer regulamentação. Então entram com vistos de turistas, vêm e se servem de dois ou três produtores locais para entrar e tal, e construir lá ou desenvolver o seu projeto. Essa é a realidade, e acho assim muito oportuno nesse momento os programas que foram desenvolvidos, como o DOC TV que proporciona a capacitação e o desenvolvimento dos produtores locais para gerarem conteúdos eles próprios e a Amazônia tão diversa e tão rica como o senhor colocou. Então acho que a TV Pública e a TV Educativa, a TV Cultura do Amazonas então tem participado com essa preocupação e a nossa missão é instrumentalizá-la e proporcionar programas e investimentos nos produtores locais, trazê-los junto à televisão para fazer parte desse grande sistema e dessa equação toda que colocamos aqui como meta que a gente espera de percentual de produção independente e produção local dentro da rede pública. Lembrando também que o seu Estado é o Estado do Silvino Santos, o cineasta da selva, o cinema praticamente nasce também dentro do Amazonas e nos proporciona Djalma Batista que é um grande realizador brasileiro também de Manaus. E acho que por aí, dizer que dentro das preocupações colocadas aqui, nós temos um comitê de rede que está na Diretoria de Relacionamento, o Diretor Mário Borgneth onde são pactuados, são oferecidos esses conteúdos para a composição da grade do sistema público de comunicação.

Então, nós estamos partindo de uma forma vertical, mas o nosso objetivo, nossa meta é a horizontalidade. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Com a palavra, o Dr. Mar-

celo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações.

**SR. MARCELO BECHARA** – Bom, vou me ater a responder objetivamente as perguntas na ordem que foram feitas. O Senador Flávio Arns tocou na questão importantíssima da acessibilidade. Isso já é uma norma obrigatória, tanto na radiodifusão como parece que nas telecomunicações, porque é competência da ANATEL no caso da televisão por assinatura, mas na radiodifusão já existe uma norma que deu um prazo, nós estamos ainda nesse prazo para que seja implantada de forma progressiva ao longo da programação recursos de acessibilidade, como a questão da LIBRA, a linguagem de LIBRA e da closed caption, que é conhecido como legenda oculta.

Então, tanto a TV Brasil quanto as TVs privadas e educativas vão ter que seguir essa norma, porque ela é obrigatória. E torna-se cada vez mais fácil do ponto de vista técnico com a utilização da tecnologia digital. A tecnologia digital permite a utilização desse recurso de acessibilidade com mais eficiência e tranquilidade.

Em relação à questão da produção independente de conteúdo, o Senador João Pedro colocou, também estive na festa de Parintins na última, fiquei em êxtase com que vi lá e foi justamente a pergunta que eu me fiz: Por que é que o Brasil todo não está vendo o que estou vendo isso aqui em rede nacional? Foi exatamente a pergunta que eu me fiz. Eu acho que a TV Brasil ela surge para suprir, eu fiquei muito feliz quando eu vi ser coberta aqui, eu que nasci em Salvador, o carnaval de Salvador, mas não o carnaval de Salvador que é transmitido geralmente, mas aquele dos blocos afros, que é muito maravilhoso. Eu que sou de lá, sempre que vou no carnaval tenho o prazer de ver isso. E fiquei muito encantado. Acho que esse é o papel da TV Brasil, já que é Brasil mesmo que nós queremos.

Senador Azeredo, em relação à questão da Medida Provisória eu acho que o Ministro Franklin Martins e a própria Helena já trataram da questão, da relevância, nem da relevância, porque a relevância acho que nunca foi questão de discussão, da questão da urgência mesmo. Em relação à questão do FUST, duas questões. Primeiro em relação à TV Pública. Eu acho que no caso o FISTEL estaria muito mais adequado do que o próprio FUST, porque o FISTEL ele é recolhido por empresas de radiodifusão e de telecomunicações. Nós estamos falando de radiodifusão pública. O FUST ele é recolhido por empresas de telecomunicações para universalização. Já foram usados sim os primeiros recursos em acessibilidade, justamente numa questão que o Senador Flávio Arns falou, foram usados recursos para utilização de telefones que per-

mitam surdos-mudos fazer a utilização do STEFC. E outros oito projetos...

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Só interromper um minuto. Dos cinco bilhões utilizados, sete milhões, né isso?

**SR. MARCELO BECHARA** – Sete milhões no primeiro projeto piloto que foi utilizado.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Muito pouco. Sete milhões em cinco bilhões é pouco demais.

**SR. MARCELO BECHARA** – E outros oito projetos, Senador, que já foram encaminhados e estão sendo discutidos junto à ANATEL. E uma das questões que o senhor colocou em relação à questão da programação, enfim, de algumas inadequações aqui da programação, o Brasil avançou essa questão com a discussão da classificação educativa, é um projeto que partiu do Ministério da Justiça e teve um avanço muito grande. O Senador Renato Casagrande não se encontra mais aqui presente, mas ele foi brilhante nas colocações dele em relação à necessidade da TV Brasil, da TV Pública na Medida Provisória. Irretocável as colocações dele.

E em relação ao Senador Antônio Carlos Júnior, Presidente, eu reitero justamente também a questão da não possibilidade de utilização do FUST para esse atendimento porque o FUST tem outra destinação. O FISTEL se torna, dentre os fundos colocados, como o mais adequado. Até pelo recolhimento por causa das empresas de radiodifusão, a questão da cessão da transmissão de direitos esportivos eu acho que é um mérito do debate, de se discutir não só os direitos esportivos, mas outros eventos também que sejam de relevância para a população. E em relação à questão das receitas, eu acho que a Presidente Tereza Cruvinel colocou muito claro que o que se trata da questão da publicidade institucional. Eu acho que toda norma, toda a norma, seja ela advinda de uma Medida Provisória, um Projeto de Lei, ou seja, uma norma de menor esfera, um Decreto, uma Portaria, ela não pode abrir mão da sua clareza, da sua objetividade. E acho que o que vai dar segurança a essa questão em relação à TV Brasil e a TV Pública são efetivamente terem esses conceitos muito bem delimitados, muito bem apresentados. Porque aí realmente o jogo fica claro e evita maiores questionamentos futuros.

Em caso de eventuais questionamentos futuros, temos que lembrar que nós graças a Deus vivemos numa democracia e que temos diversos controles. Seja de CGU, Tribunal de Contas da União, o próprio controle judiciário, o Ministro Franklin Martins mostrou uma questão concorrencial via (ininteligível), então acho que o Ministério das Comunicações tem um papel em

relação também à questão da radiodifusão pública, no que tange a questão da fiscalização e na questão da implantação da rede e de determinadas situações de conteúdo, porque é radiodifusão também. Então acho que a democracia o País estão extremamente maduros e prontos. Eu acho que determinadas discussões, eu, Ministro Franklin Martins, quando a gente começou a debater a questão da TV Pública, achei que ia ser muito mais difícil. Eu achei que ia ser muito mais difícil do que está sendo. E sabe o que é que eu penso? Eu penso o seguinte, Ministro, quando a gente chega a uma conclusão, quando nós já somos quase unanimidades, é porque já estamos atrasados. Então, eu acho que como o debate tem sido muito fácil, e o convencimento tem sido realmente muito fácil porque a causa é nobre, acho que efetivamente é a prova de que a gente já está atrasado, que já devia ter começado. Então é urgente sim a TV Pública. Muito obrigado mais uma vez pela oportunidade.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)**

– Eu gostaria de, ao encerrar, eu gostaria de lamentar que esse assunto, inclusive que o Ministro Franklin Martins, a jornalista Tereza Cruvinel, os demais diretores da EBC tenham tido toda boa vontade de discutir, debater, o Dr. Marcelo, têm se disponibilizado sempre a discutir esses assuntos, quer dizer, isso... É pena que nós não tenhamos tempo dentro da... Digamos, da discussão legislativa, dentro da votação... Se fosse um projeto estaríamos discutindo nessa discussão o projeto, no mérito, depois estaríamos discutindo no Plenário, apenas não vamos ter tempo tenho discutir, isso eu lamento, por isso que isso agrava a situação da Medida Provisória, como Medida Provisória nos limita mais ainda a discussão, eu lamento, e inclusive hoje, quer dizer, aqui nós temos problema de domínio da difusão dentro das Comissões. Muitas Comissões funcionam ao mesmo tempo e a gente não pôde ter aqui hoje uma audiência maior que talvez facilitasse essa discussão. Mas de qualquer maneira eu acho que valeu a pena nós estarmos aqui discutindo, esclarecemos vários pontos, e eu gostaria de agradecer e dar a palavra aos debatedores, começando pelo Ministro Franklin Martins para seus agradecimentos e as suas considerações finais.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Pensei que V.Exª fosse declarar o voto.

(risos)

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Como Medida Provisória eu voto contra.

**SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS:** Bom, ainda temos alguns dias para conversar, né, Senador.

Bom, eu queria agradecer muito, de novo, o convite, a possibilidade de debater. E queria lembrar o seguinte. Nós já tivemos aqui, eu já estive em outra oportunidade aqui debatendo o projeto de TV Pública, e tivemos naquele dia um quórum muito alto, um quórum bastante alto. Hoje o quórum pode ter sido um pouco mais baixo, mas a qualidade dos debatedores supriu qualquer deficiência. Os debatedores que eu digo, não os que estão na Mesa, mas os que nos questionaram.

**SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** – Só tenho a agradecer a Comissão, os Senadores que compareceram. Acho que teve... A Sessão foi prejudicada pela reunião de líderes, mas não impede que nós continuemos, acho que o debate foi da melhor qualidade, todas as questões muito relevantes. E acho que até a votação, até quando a Medida Provisória aportar nós teremos outras oportunidades de continuar conversando com as bancadas, estamos todos muito disponíveis para, digamos, intensificar o debate para compensar o prazo que é curto. Obrigada a todos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Jornalista Helena Chagas.

**SRA. HELENA CHAGAS:** Gostaria só de agradecer a oportunidade de expor aqui um pouquinho do que nós queremos fazer, do que nós começamos a fazer, e me colocar a disposição também o jornalismo da TV Brasil está à disposição, a pauta é do cidadão, a pauta é do povo, é de todo mundo, então nós estamos à disposição para sugestões e críticas, sobretudo. Muito obrigada.

**SR. LEOPOLDO NUNES FILHO** – Senador Antônio Carlos, eu igualmente sinto-me muito honrado e coloco-me a inteira disposição para qualquer convocação dessa Casa, e como disse o Ministro Franklin, um País difícil de fazer pacto, e quando faz é difícil de desmanchar. Então nós temos uma expectativa, uma esperança muito grande, nós de todo o campo público e a sociedade através das suas entidades, suas organizações, em ver esse projeto analisado, debatido e aprovado por essa Casa. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Dr. Marcelo Bechara.

**SR. MARCELO BECHARA** – Queria agradecer mais uma vez em nome do Ministério das Comunicações por estar participando desse debate, e parabenizar essa Comissão, que é uma Comissão nova, mas que tem atuado de forma importante e efetiva nas principais discussões hoje em relação à comunicação, ciência e tecnologia no País, e que tem pautado todos os jornais, essa discussão da comunicação de modo geral. Essa Comissão tem feito trabalho um importante

nesse sentido e eu agradeço muito por estar fazendo parte disso. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Bom, agradecendo a todos, dou como encerrada a Sessão.

**Ata da 3ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de fevereiro de 2008.**

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e oito, na sala treze, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente, no exercício da presidência da Comissão, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, João Tenório, Eduardo Azeredo e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da presidência, Senador Marcelo Crivella submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 027, de 2007-CCT, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer "... nos termos constitucionais e regimentais, que sejam formulados convites a Sua Excelência o Senhor Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações, o Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Senhor Ercio Zilli, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL e o Senhor Ricardo Morishita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC, do Ministério da Justiça, a comparecerem a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em data a ser marcada, para debaterem sobre os valores das tarifas dos serviços de telecomunicações, mais especificamente as relativas a matéria veiculada no jornal Estado de São Paulo, sob o título: "Hélio Costa quer baixar tarifa do pré-pago", matéria do jornalista Renato Cruz, de 3 de outubro do corrente, publicada no caderno B, conforme cópia anexa", e ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 027, de 2007-CCT, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao re-



querimento de minha autoria, no sentido de que seja convidado o Senhor Aristóteles dos Santos, Ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para participar da audiência pública que objetiva debater sobre o real valor das tarifas dos telefones pré-pagos.” Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; Ercio Zilli, Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL; Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e Aristóteles dos Santos, Ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Renato Casagrande. O Senhor Senador Marcelo Crivella, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às onze horas e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Bem, vamos dar início a nossa Audiência Pública. Havendo número regimental declarado aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Dando prosseguimento a reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

Essa Audiência Pública está sendo realizada por proposta minha, para debater o valor das tarifas dos serviços de telecomunicações, mais precisamente aquelas contidas na matéria do jornalista Renato Cruz, veiculada no jornal Estado de São Paulo, caderno B do dia 3 de outubro de 2007 intitulada “Hélio Costa quer abaixar tarifas de pré-pago”.

Dando início aos trabalhos da Audiência Pública, peço que a Assessoria faça sentar e participar conosco aqui da Mesa, o Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, o Sr. Ercio Zilli,

Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadoras de Celulares, o Sr. Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações, e o Sr. Aristóteles dos Santos, Ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Muito obrigado pelas presenças de vocês, sejam bem-vindos. Essa Audiência Pública está sendo transmitida pela TV Senado, e como já disse, Senador e Senadora, essa Audiência Pública tem o objetivo de fazermos o debate sobre a cobrança, a tarifa do serviço de telefonia e de telefone pré-pago, que anunciado em matérias e anunciado que é um serviço com valor cobrado pela prestação do serviço muito superior às tarifas dos telefones pós-pago nós estamos querendo de fato fazer esse debate para que o Congresso, para que o Senado possa fazer esse acompanhamento, para que esta Comissão possa fazer este acompanhamento.

Nós vamos passar a palavra para os participantes dessa Audiência Pública, e pergunto se tem alguma ordem de fala que vocês acham mais adequada, e se for possível, vou passar a palavra de acordo com a ordem da minha pauta. Primeiro a falar seria o Dr. Marcelo Bechara, que é Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações e já é quase que um membro efetivo desta Comissão. Porque ele está com muita frequência participando conosco aqui, contribuindo conosco. Então Dr. Marcelo tem, por favor, até 10 minutos para a sua explanação, e desde já agradecendo mais uma vez a sua presença aqui nessa Comissão.

**SR. MARCELO BECHARA** – Bom dia, obrigado Sr. Presidente, é uma honra estar aqui mais uma vez, obrigado aos companheiros de Mesa, Zilli, Toti, Jarbas. Hoje até quem deveria estar aqui é o Secretário de Telecomunicações Dr. Roberto Pinto Martins, mas ele teve que fazer uma viagem de emergência para tratar dessas questões da TV Digital, e aí então fiquei na incumbência, na difícil incumbência de substituir o Secretário de Telecomunicações, um assunto que ele domina muito mais do que eu.

Bom, o tema hoje é a questão do: debater sobre os valores das tarifas dos serviços de telecomunicações. Bom, no caso dos serviços de telecomunicações, tarifa apenas no serviço prestado em regime público, STFC, no caso da telefonia móvel, o SMP, Serviço Móvel Pessoal ou celular, como é comumente conhecido, não temos tarifa, temos preço apenas para fazer esse ajuste do ponto de vista jurídico. Um preciosismo, mas é importante ser feito.

Bom, o Ministro Hélio Costa, salvo engano na última Futurecom, ele fez uma provocação, acho que estavam todos aqui presentes na Mesa, em relação ao preço, efetivamente o preço do celular pré-pago, que

é o que abrange a maior parte da população brasileira. Ele fez uma provocação, evidentemente, no intuito de... E convidou as empresas, isso aconteceu, para um amplo debate sobre essa questão da telefonia móvel, de um modo geral, mas que traz principalmente a questão do preço. E por que isso? Por uma razão muito simples. Porque hoje o principal serviço de voz que nós temos no Brasil é a telefonia móvel, é a telefonia celular. Não é mais a telefonia fixa. Há muito tempo. É o principal serviço de voz.

Bom, com a terceira geração de telefonia celular, ele vai se tornar talvez não o principal serviço de dados, mas um dos principais ou um importantíssimo também meio de acesso a informações e dados e comunicação de dados porque tem a grande facilidade da portabilidade. Acho que esse é o grande diferencial da telefonia móvel, e a razão da sua importância. Em que pese seja um serviço prestado em regime privado, não tem obrigações de universalização como tem a telefonia fixa, sem dúvida hoje é um serviço extremamente importante. Tanto é que na licitação das frequências de terceira geração de telefonia celular, a Agência Nacional de Telecomunicações, com o trabalho feito pelo Ministério do Dr. Roberto Pinto Martins, o Secretário Roberto Pinto Martins, colocaram como um dos critérios do processo de licitação a abrangência, ou seja, que efetivamente esse serviço chegue a toda a população dentro de um determinado prazo. Essa foi uma das condições preestabelecidas no processo de terceira geração da telefonia celular.

Queria passar alguns dados para vocês, essa vai ser a agenda. Vou tentar passar rapidamente. Bom, a telefonia celular no Brasil é um dos mercados que tem... é um dos maiores mercados do mundo, da telefonia celular, esse número certamente talvez já esteja um pouco maior porque apesar de ser um dado de janeiro de 2008 certamente já é um número maior, 122 milhões, 857 mil, 557 celulares registrados. A base de assinantes no Brasil é efetivamente no pré-pago, que é aquele que... O famoso celular de cartão, como é comumente conhecido para o telespectador que está assistindo, e acima de 80% do Brasil dos usuários são efetivamente pré-pago, a fonte é Merrill Lynch. O grau de utilização desse serviço no Brasil ele é muito baixo. Ele realmente está abaixo da média mundial. 79 minutos de uso por usuário/mês. Isso com dados de julho de 2007. E o Brasil tem uma receita média por usuário também abaixo da média. A receita gerada a partir desse serviço também é muito baixa. Efetivamente se indica que é um serviço caro. É um serviço efetivamente muito caro para o assinante.

Bom, aqui está efetivamente uma demonstração de... Em relação aos demais países, em que o Brasil

tem uma base de assinantes fortemente baseada no pré-pago, acima você tem países como Colômbia, África do Sul, Malásia, Tailândia... Podemos passar. Mais uma vez uma outra demonstração de que o... A base de assinantes o grau de utilização é baixo, nós estamos falando de uma média de 79 minutos por mês. É muito, muito, muito abaixo da média mundial como vocês podem observar. Abaixo do Brasil aí você tem o Marrocos, salvo engano. Em contrapartida também a questão da receita ela é muito também abaixo da média mundial, aquilo que é conhecido no setor como ARPO, ele é abaixo da média mundial, nós estamos falando de 14,74 dólares de receita média por usuário. O Brasil você pode observar no gráfico também bem abaixo. E efetivamente demonstrando que nós estamos falando de um serviço caro, equivalente a 0,18 dólares por minuto, segundo essas fontes desses gráficos que foram apresentados por mim e pela equipe da Secretaria de Telecomunicações do Ministério.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. MARCELO BECHARA** – Sim. Bom, então vamos... Agora deixa eu entrar um pouquinho na área que eu entendo mais. A Lei Geral de Telecomunicações. Bom, a Lei Geral de Telecomunicações ela estabeleceu para o serviço de telecomunicações duas modalidades. Nós temos aqueles prestados em regime público e aqueles prestados em regime privado. Na prática só existe um único serviço em regime público que é o STFC, que é aquele prestado pelas concessionárias, e que tem uma série de obrigações de universalização, etc, etc. O serviço móvel pessoal que é um serviço em questão, ele é prestado no regime privado. Em que nós não falamos de tarifa, nós falamos de preço. Em que há uma liberalidade muito maior do ponto de vista em tese regulatório, em que você tem efetivamente uma liberalidade maior no que tange a questão de mercado, e acho que apesar desses dados que foram apresentados aqui, que só demonstram efetivamente que nós precisamos tomar medidas importantes para que o brasileiro fale mais no celular, fale mais porque ele fala pouco, e fale mais pagando menos, porque ele fala pouco pagando muito, mas nós temos que reconhecer o papel de universalização que a telefonia móvel tem cumprido no Brasil. Realmente ela é um fenômeno importante que precisa ser olhado com muito cuidado, muito carinho, e efetivamente é um espaço talvez onde hoje nas telecomunicações você tenha mais competição. Onde tem efetivamente mais competição hoje seja na telefonia móvel. Agora, com a questão da portabilidade numérica, por exemplo, a capacidade de eu poder trocar de operadora sem precisar mudar o meu número, ou seja, levando o número comigo isso tam-

bém com certeza vai fomentar ainda mais o processo de competição nesse mercado importante.

Bom, esse é... Já que nós falamos de STFC, essas que são as regiões que nós encontramos aí no mercado da telefonia fixa. Então você tem aí, por exemplo, a região 1, (soa a campainha) hoje atendida pela Oi, a região 2 BRASIL TELECOM e a região 3 corresponde a São Paulo hoje atendida pela TELEFÔNICA isso para dar uma visão da situação da telefonia fixa. Agora vejam mais ou menos como é que é a situação na telefonia celular. Você tem realmente uma pulverização do ponto de vista dos players bem mais interessante, bem mais abrangente.

E aí, para concluir basicamente a minha apresentação eu gostaria de deixar aqui registrado quais são efetivamente os caminhos que nós entendemos para que você tenha uma redução no preço, uma melhora na qualidade dos serviços, não tem outro caminho se não ser a competição. A LGT ela é impregnada de competição do começo até o fim. Ela é... E esse é o papel do Poder Executivo, inclusive da agência reguladora. Aí vocês me perguntam, mas Marcelo, competição não é problema do CADE? Sim. O CADE garante a competição, mas o Poder Executivo e a agência têm o dever de promover a competição dentro do setor. Promover a competição. Então essa é uma... é um dos princípios que está efetivamente dentro da LGT. Então nós temos aqui desafios, no caso, por exemplo, da telefonia fixa, de romper o monopólio natural, a questão da introdução dos planos, maior competição, e no caso da telefonia celular regulação setorial e defesa da concorrência. Essa que acho que é a grande preocupação. O mercado de telefonia celular, telefonia móvel, vamos ser um pouco mais técnico, tem... apesar de ser prestado em regime privado ele tem passado por uma regulação pouco mais protetiva. Recentemente foi apresentado... Foi até divulgado pela ANATEL aí vários benefícios, novos benefícios aos usuários desses serviços, através do novo regulamento. A questão, por exemplo, do bloqueio que está amplamente divulgado aí na imprensa que tem que ser feito o desbloqueio, não pode mais a questão do bloqueio, uma das grandes vantagens. E uma coisa importante, nós precisamos efetivamente ter o modelo de custo implantado. Esse modelo de custo que está na política do Governo Lula desde 2003 ele precisa efetivamente ser implantado. Porque com esse modelo de custo que nós vamos efetivamente poder abrir essa caixa de pandora e a ANATEL ter instrumentos regulatórios e o próprio Governo tem instrumentos de política pública para atuar diretamente na questão do preço que é o que nós estamos discutindo aqui para que se chegue ao usuário. Essa que é a idéia da questão do modelo de custo. Porque isso reflete

em vários aspectos. Reflete na questão do custo de interconexão, reflete na questão do *umbundling* que não acontece, porque uma das justificativas para não acontecer o *umbundling* é porque acontece não foi implantado o modelo de custo, enfim, essa questão do modelo de custo ela não é só para atender o serviço móvel pessoal, é uma questão setorial que tem que ser colocada. E bom, algumas soluções para a ampliação da competição que é efetivamente o caminho. Soluções de mercado. O mercado ele é competitivo, ele... E nós temos que dar esse passo para que ele se torne cada vez mais competitivo, a atuação dos instrumentos regulatórios, a agência forte, independente, atuante dentro desse mercado, e a questão da convergência. Hoje, com a terceira geração da telefonia celular, é possível você... Como já foi colocado aqui, fazer transmissão de dados. E esse aparelhinho aqui ele efetivamente pode se tornar um grande instrumento de comunicação. Talvez o principal instrumento pessoal de comunicação. De muita gente hoje já é o telefone celular. Através do telefone celular hoje você já tem desde conexão à internet, em alta velocidade através da terceira geração, você tem sistema operacional, você tem acesso Wi-Fi, você tem GPS, e nós esperamos que seja implantada a TV Digital. A TV Digital aberta foi feita uma pesquisa recente, uma das grandes, das primeiras coisas que mais impactam as pessoas na TV Digital a primeira é a portabilidade. A segunda é a alta definição. O que mostra mais uma vez que a decisão pelo padrão japonês foi acertada. Então nós precisamos efetivamente ter esse serviço público também acessível à população e o instrumento mais adequado para isso é o telefone celular, nós entendemos que terceira geração de telefonia celular tem que contemplar novas tecnologias e o sistema brasileiro de TV Digital é uma delas. Eu coloquei aqui algumas apresentações, mas eu acho que já falei de tudo, já estourei meu tempo e queria mais uma vez agradecer ao convite para estar nessa Comissão. Espero ter contribuído de alguma forma já que o meu Secretário Roberto Pinto Martins é que deveria estar aqui no meu lugar. Grande abraço, obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Obrigado, Dr. Marcelo pela sua contribuição e passo a palavra ao Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadoras de Celulares, o Sr. Ercio Zilli. Com a palavra por até 10 minutos, Dr. Ercio.

**SR. ERCIO ZILLI** – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia Srs. Senadores, senhoras e senhores. Inicialmente gostaria de agradecer a oportunidade que nos é dada de estar aqui hoje, e trazer algumas informações para esclarecer aspectos associados à prestação de serviço móvel pessoal, em especial no tocante aos preços



e condições aplicáveis aos serviços. Vou tentar ficar dentro do tempo que me é dado.

Inicialmente gostaria de chamar atenção... Quando se fala em preço do serviço, e essa forma de avaliar o preço pelo preço do minuto, parece uma forma um tanto simplista de fazer avaliação, porque na prática existem inúmeras situações, necessidades dos usuários de comunicação que as empresas procuram atender na forma de planos diferenciados de serviço. Eu trouxe aqui uma síntese, um slide com uma síntese do que existe em termos de planos pré-pagos no mercado. Não vou falar dos pós-pagos porque parece que esse não é o foco da discussão.

Então, se nós olharmos no que está ofertado pelas empresas, e isso aí é resultado de uma pesquisa feita nos sites das empresas e da ANATEL, existem mais de 50 alternativas diferentes, combinações diferentes de planos mesclando validade, prazos de validade dos créditos e o valor das recargas. Então nós temos recargas com validade de três dias até dois anos. Valores que variam de um real a 164 reais. Os valores dos minutos, valores nominais que estão homologados variam de 29 centavos a 1,30, no caso de chamadas on-net, 92 a 1,99 off-net, quer dizer, chamada entre operadoras. Esses são os valores nominais, os valores praticados efetivamente são menores do que esses. Além disso, as empresas fazem as promoções, as bonificações e ali que é o espaço efetivo em que se dá a competição.

Então, aí tem alguns exemplos de bônus que são ofertados pelas empresas aos seus clientes no momento das recargas. Até... Desde valor adicional para ligações locais, até as chamadas de SMS ou minutos extras gratuitos.

Então, esse tráfego que é gerado a partir dessa bonificação, isso não é capturado naqueles indicadores que as empresas de consultoria financeira fazem para divulgar os seus... Aqueles seus relatórios.

Então, quando fala em minutos de uso, os minutos de uso que lá são considerados são os minutos origem de tráfego originado, tráfego tarifado, o tráfego bonificado não é considerado lá. E que nós... A informação que nós temos, as empresas, é que esse tráfego de bonificação é mais ou menos metade do tráfego total na rede.

Também questão de comparar valores do tráfego, quanto custo de chamadas do minuto no Brasil e outros países, nós temos dificuldades muito grandes por diversas razões. Primeiro por essa combinação de valores, de planos, a diversidade de situações geográficas, nós temos comparando o Brasil que tem regiões, tem áreas de prestação, áreas locais, como poderíamos chamar, enormes, maiores que diversos

países da Europa, e comparar com a situação nesses países da Europa ou mesmo aqui na América Latina ou outros países que são países de dimensões bem menores, bem diferentes. Então isso causa muita dificuldade, reduzir a comparação a um simples item. Nós procuramos fazer aqui uma mostra, valores nominais. Quer dizer, são os valores homologados, valores que estão anunciados no site das empresas e pesquisamos diversos países e os planos que estão lá ofertados e em vez de reduzir isso a quanto custa por minuto, qual é o valor máximo, qual é o valor médio, ou coisa assim, procuramos mostrar uma distribuição estatística desses planos nos diversos mercados, mostrando qual o menor valor, mostrando a mediana desses valores, quer dizer, aquele número que abaixo dele estão 50% dos valores anunciados e o terceiro, quarto, 75% dos valores estão abaixo desse número. Verificamos que o Brasil está em termos de valores nominais está alinhado com a maioria dos países, exceções aí da Argentina e Estados Unidos que têm situações muito específicas. Se nós considerarmos os valores reais, quer dizer, considerar que metade do tráfego na rede é bonificação, os valores reais que os usuários pagam no Brasil são bem menores do que se observa nesses outros países.

Outro ponto importante que nós gostaríamos de chamar atenção é que o usuário, no Brasil, ele pode se comunicar mesmo não tendo, vamos dizer, pago, não tendo carga de cartão. Por exemplo, esse exercício foi feito há alguns meses mostrando que para um cartão cujo valor de face seja 10 reais, e com validade de 90 dias, com as regras da... Baixadas pela ANATEL, esse cartão, com esse cartão de 10 reais, validade de 90 dias, na realidade o usuário pode receber chamadas, falar e receber chamadas durante até 90 dias. Desculpa, até cinco meses no total. São três meses da validade do crédito mais dois meses que ele tem depois de expirada a validade. Isso significa, simplificando muito, um custo de dois reais por mês para o usuário. O fato de ele estar ativo na base de assinantes já tem um custo para as empresas. Custo de manutenção dessa linha ativa foi calculado, estimado em 2005 pela Universidade de Brasília, com base nos números da época, em sete reais. Certamente essa conta hoje daria um número maior, mas como nós não tivemos chance de refazer o estudo, vamos usar essa referência. Quer dizer, temos custo real de sete... Um custo mensal de sete reais por mês por linha. O que acontece com um usuário nessa condição? Digamos que o gasto efetivo dele, comprou o cartão lá, seja dois reais por mês. Ocorre que esse é o valor bruto. Desse valor tem que se descontar de cara os impostos estaduais. Quer dizer, o ICMS que varia de 25 a 35% no Brasil. Quer dizer, de 50 a 70

centavos desses dois reais são ICMS. Além disso, tem PIS, COFINS, e impostos federais, o FUST, o FUNTEL que consomem no caso de dois reais por mês outros dez centavos. E temos o peso do FISTEL que incide linearmente (soa a campainha) sobre todos os aparelhos. Então as taxas de fiscalização, de instalação e de funcionamento que são valores fixos por terminal significam um custo mensal para as empresas de um real e oitenta e dois centavos.

Então, no caso do usuário que consome dois reais por mês ele gera... Isso sem falar ainda nos custos da operação. Só de impostos, de tributos já deixa a conta, o resultado da conta negativa. Considerando que essa não é a situação típica, não é a situação média, a situação média de consumo de tráfego originado na faixa de cinco reais, então isso significa tirando os impostos nós temos aí de um real e a 1,60 que sobra para as exercícios fazerem face a todos os seus custos. Então aqui temos uma alavanca importante para possibilitar se mexer nessa equação. As taxas do FISTEL elas são desproporcionais.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – (pronunciamento fora do microfone)

**SR. ERCIO ZILLI** – O FISTEL, só para lembrar, os valores foram estabelecidos na LGT, em 1997 e mantidos quando a base de celulares era de quatro milhões e meio de aparelhos e não existia o pré-pago. E a finalidade dessa taxa, vamos dizer, suprir o orçamento da ANATEL.

Então, só de taxa de fiscalização de funcionamento que são 13,42 por terminal por ano, nós tivemos uma base de... Fixo por terminal por celular é fixo. Por aparelho. Só disso aí, desse ano, é pago em março de cada ano, então na base do ano passado 120 milhões de celulares habilitados, isso aí vai gerar um pagamento de um bilhão e seiscentos contra um orçamento da ANATEL de um ano que era 411 milhões e foi agora reduzido um pouquinho ainda. Então tem um excesso de arrecadação aí que poderia ser direcionado para esse... Para resolver essa questão. É importante entender como é que funciona isso... Qual é a dinâmica do negócio nas empresas. As empresas quando colocam um usuário na sua base, realiza um gasto. O chamado custo de aquisição do cliente. Que vão desde subsídio de terminais, as comissões que são pagas, comissões comerciais, publicidade, a taxa do FISTEL de fiscalização de instalação, que aí é o dobro da outra, é 26 reais e 84 centavos e etc. Esse usuário vai entrar na rede e vai gerar uma receita, a sigla ARCO, que é a receita média por usuário, na sigla em inglês, e gera também despesas. O próprio FISTEL, as comissões de recarga no pré-pago, a comercialização dos créditos tem um custo para as empresas de distribuição

que varia dependendo do canal de distribuição, poderíamos considerar como uma média 10% do valor de face, e assim por diante. E todas as outras despesas. E qual é a lógica da coisa toda? É esse fluxo de caixa, quando o valor presente desse fluxo de caixa for zero significa que foi recuperado aquele custo inicial de aquisição. O valor que o cliente tem para a empresa é aquele período lá naquele triângulo azul que seria o valor positivo que ele geraria ao longo da sua vida, vamos dizer assim, dentro da empresa. Por que estamos falando em vida dentro da empresa? Porque o usuário permanece um certo período dentro da base e sai da base. Esse período pode ser... Agora a tendência é que ele se reduza com as mudanças regulatórias que foram introduzidas. Seja da portabilidade, seja a limitação da fidelização. Então a tendência do prazo de permanência do cliente na empresa é reduzir. Então é necessário que esse prazo de permanência dele na base seja maior do que o chamado período de *payback* se não vai gerar resultado negativo para a empresa. Ou seja, ele vai destruir valor para a empresa. Então mexer com essa questão dos preços temos que considerar essas alavancas. O que é possível se fazer para reduzir o custo de aquisição, o que é possível se fazer para reduzir as despesas operacionais, e quais são as alavancas que se tem no campo da receita. Eu estou usando aqui valores que foram utilizados por uma associada *acel(F)* lá no Futurecom, que eram esses números aí. O custo de aquisição de 80 a 120 reais, dos quais cerca de 30% disso é o FISTEL, os 26 reais é o FISTEL inicial, despesas mensais de 9 a 11 reais, onde uma parte importante é o FISTEL e outros custos que são decorrentes da regulamentação e uma receita média de 15 a 18 reais, que é a receita média do pré-pago. Acredito que o número que o Dr. Marcelo apresentou antes de 15 dólares é a receita média geral incluindo pós-pago.

Então, na verdade, se a situação é essa, o período de permanência do cliente na base aí na faixa de 30 meses que era o número que se tinha no ano passado, um período de *payback* de 20 a 25 meses. Se houver mudanças nessas condições o resultado final da conta vai ser afetado. É importante compreender isso para se entender onde é que se pode trabalhar para alterar as condições aplicadas.

Aqui é a questão das regras do novo regulamento que já foram aqui citadas, a questão do prazo de validade dos créditos, o prazo de validade é fundamental, porque se não houver validade aquelas condições serão prejudicadas.

Eu trouxe esse slide porque eu tenho visto ao longo do tempo manifestações no sentido de que o estabelecimento de prazo de validade para os créditos

tos feriria o Código de Defesa do Consumidor. Existem decisões judiciais dizendo que isso não é o caso. E para falar das questões das comparações internacionais que foram aqui mencionadas, queria chamar atenção para isso. EPTDA(F) é a geração de caixa das empresas. É a medida do resultado operacional. Quer dizer, a receita menos os custos de prestação do serviço antes da depreciação e do pagamento de juros e impostos.

Então, naquele conjunto de países que Merrill Lynch analisa, o Brasil é o último da lista. Quer dizer, isso significa que temos um problema aqui sim, o custo de prestação de serviço é alto, a receita é baixa e a receita é baixa porque nós... As condições, vamos dizer, sócio-econômicas do País não permitem que os usuários gastem mais. E é importante mencionar que a expansão que temos hoje do serviço nós estamos alcançando cada vez mais todo o crescimento da base se dá nas classes de renda mais baixa, onde a contribuição marginal para o resultado da empresa é ainda menor. Quer dizer, a receita média por usuário tende a cair e o custo de prestação de serviço tende a aumentar.

Essas eram as considerações que eu queria trazer, e evidentemente estou à disposição dos Srs. Senadores para...

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Muito obrigado, Dr. Ercio, e passo a palavra ao Superintendente de Serviços Privados da Agência... da ANATEL, Jarbas José valente.

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – Muito obrigado, Presidente, Senador Renato Casagrande, aproveitar para cumprimentar os membros dessa Mesa, Dr. Marcelo Bechara, consultor jurídico do Ministério das Comunicações, Dr. Ercio Zilli, Presidente da Associação das Operadoras Celulares, Dr. Aristóteles, colega e Ouvidor da nossa agência. Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que estão presentes ouvindo esse debate, senhoras e senhores presente, demais telespectadores.

Primeiro quero agradecer essa oportunidade por mais uma vez estar nessa Comissão em nome do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, que hoje não pôde estar presente, Dr. Sardenberg, mas a nossa idéia de passar um pouco do conhecimento que nós temos, a evolução desse serviço, a importância que ele tem no contexto nacional, tanto na inclusão social quanto na inclusão digital, a evolução dele, suas principais regras para que a gente possa entender como esse serviço funciona para depois discutirmos com mais detalhe a evolução dos preços do pré-pago. Para isso nós organizamos agenda, deixar claro que aquele serviço móvel pessoal, do ponto de vista legal, do ponto de vista de negócio, do ponto de vista social, até para

entendermos as comparações que são feitas com os demais países no mundo, a forma como está estruturada no Brasil, como evoluiu alguns pontos positivos, nossos desafios e a questão do pré-pago.

Como já foi dito é um serviço prestado no regime privado, é de interesse coletivo, ou seja, aberto a correspondência pública, está voltado e baseado nos princípios constitucionais da atividade econômica, princípio da intervenção do Estado e os preços são livres, porém todos homologados por nós da ANATEL. Então todos os preços em termos de teto nós da ANATEL que na fase final que homologamos todos seus índices. Aí são vários desses preços que são homologados por nós. O serviço móvel pessoal é sucedâneo do antigo serviço de telefonia móvel celular que era conhecido como SMC que operava nas bandas A e B. No início banda A que era em regime de monopólio e depois como duopólio. Ele é um serviço lógico prestado no regime privado de interesse coletivo possibilita a comunicação de estações móveis com estações móveis, qualquer outro tipo de estações e vice-versa, observadas as disposições constantes na regulamentação. Aí vem dois conceitos muito importantes que a gente quer caracterizar para definir o escopo da prestação de serviço, primeiro com relação à área. A área de prestação das operadoras que hoje atuam no País, é uma área geográfica composto por um conjunto de áreas de registro, vamos falar o que é essa área de registro, que é caracterizado no termo que é assinado com a ANATEL, suas obrigações, deveres e direitos tanto das operadoras quanto dos consumidores, na qual a prestadora está autorizada a explorar o serviço. A área de registro que é importante, é uma área geográfica contínua definida por nós onde hoje é prestado a SMP, tendo o mesmo limite geográfico de uma área de tarifação. Ou seja, dentro dessa área local como nós chamamos, uma área de registro que é tarifado o serviço, aí que foi a grande mudança que nós implementamos no SMP para diminuir o número de chamadas que eram consideradas chamadas de longa distância que passaram a ser chamadas locais.

Em termos de conceito é importante a gente caracterizar o que nós chamamos de remuneração de rede que isso é um conceito importante, que é o valor que remunera a prestadora por ser utilizada numa chamada originada ou terminada nela. E aí é a grande mola mestre que caracteriza a prestação de serviço pré-pago no Brasil que a maioria deles são usados para receber chamadas. A rede do SMP é importante caracterizar porque ela está constituída na área de prestação. Aí vem a questão da remuneração de rede, a rede então quando é remunerada, uma chamada, por exemplo, originada na rede da OI do Rio de Janeiro



para Manaus, por exemplo, operadora de... Longa distancia, vamos colocar aí, só remunera prestadora com única remuneração de rede. Isso para caracterizar a diminuição do preço final para o usuário.

Bom, parte do conceito do ponto de vista visual, uma área de registro hoje nós vamos mostrar o que é essa área de registro. As comunicações do SMP são comunicações locais, ou seja, entre um móvel para um móvel, um móvel para um fixo, e quando ocorre uma chamada entre uma área de registro uma e a outra área de registro dois, aí ocorre então uma chamada de longa distancia, não é mais uma chamada de SMP, mas sim uma chamada de STC de longa distancia onde existe o código de seleção da operadora. Aí a prestadora é selecionada a chamada a chamar. O que deixa claro, nós vamos mostrar no próximo slide, é que o Brasil foi dividido em várias dessas áreas de registro, essas áreas de registro vamos colocar o tamanho dela que aí que é importante e essa chamada dentro da área de registro passaram a ser chamadas locais. Por exemplo, no Rio de Janeiro está dividido hoje em área 21, que é onde tem o código de acesso para acessar a capital do Rio de Janeiro, a área 22, área 24. Dentro de cada uma dessas áreas, todas chamadas são consideradas chamadas locais, ou seja, não há interurbano. Entre elas, sim, há interurbano. Que aí já é um outro serviço, serviço de STC.

Portanto, o Brasil tinha da ordem de 500 áreas locais, eram áreas pequenas, ou seja, a quantidade de chamadas constadas de longa distancia era muito maior. Então o preço do serviço era muito acima do que é hoje. Hoje nós temos apenas 67 áreas, o tamanho dessas áreas aumentaram, como a gente pode ver, por exemplo, no próximo slide. Então, por exemplo, o Estado do Mato Grosso do Sul é considerado única área de registro. Então o Estado tem a distância, por exemplo, de 400 quilômetros, uma chamada no SMP para o SMP a chamada local que antes era chamada interurbana. A mesma coisa tanto do SMP para o STC e do STC para o SMP. Tudo é chamada local e quantas interurbanas vão ter entre os STC. Então isso fez com que o preço do serviço caísse não só do pré-pago como também no pós-pago, e principalmente do pré-pago. E assim o Brasil foi dividido nessas 67 áreas de tamanhos maiores para que o preço pudesse cair para o cidadão.

E aí nós conseguimos, que é importante, que é fundamental, competição. Para garantir competição tivemos que ter uma regulamentação forte que pudesse atrair o capital internacional também o capital nacional.

Então, hoje podemos dizer que temos quatro operadoras atuando no País todo, de norte a sul, de leste

a oeste, prestando todos os serviços, e a evolução é cada vez contínua. Isso é uma base importantíssima porque a competição fez com que o preço efetivamente caia para o cidadão.

Aí a evolução, mostramos, por exemplo, que 2002 tinha apenas 35 milhões de usuários, então de 2002 para cá nós chegamos a 123 milhões de assinantes. Mostra que o modelo é realmente um modelo ainda importante para o uso, e principalmente desse modelo vamos mostrar claramente quanto dos cidadãos que não têm renda que faz acesso a esse serviço. Já teve uma penetração que era muito baixa em 2002, da ordem de 16, 17, ou seja, em cada 100 brasileiros só 17 tinha acesso ao serviço, hoje de cada 100, 64 tem. E na nossa opinião, nos cálculos que nós envolvemos na ANATEL, em 2014 normalmente nós nunca acertamos esse cálculo, acontece antes, nós vamos ter um celular para cada brasileiro.

Aí mostra a relação, hoje nós temos 99 milhões de assinantes que são pré-pagos, ou seja, 100 milhões de brasileiros hoje usam pré-pago e da ordem de quase 24 milhões que usam pós-pago.

Em termos de ranking no mundo, termos de planta, o Brasil hoje é quinta planta mundial, provavelmente não seremos a quarta e vamos ficar por aí porque vai ser muito difícil alcançar Índia, Estados Unidos e China em termos de população. Isso é importante porque traz para o Brasil algo que nós não tínhamos no passado que é a escala. Então com escala nós podemos ter tecnologia nacional, produzir equipamento aqui e com isso o equipamento tornar mais barato e ter acesso pelo cidadão. Então isso é fundamental para termos uma indústria no País. Aqui a gente mostra a penetração nos principais Estados do Brasil, é interessante destacar aí comparando lá com o PIB por habitante, o PIB per capita aqui no Distrito Federal tem a maior quantidade de terminais por 100 habitantes, ou seja, tem mais de um celular por cada habitante, o Rio já chega a 80, o Rio Grande do Sul a 76, o destaque é que São Paulo ainda tem três operadoras, o importante agora vai entrar a quarta operadora no Estado de São Paulo que é a Oi. A gente espera que aquele número de São Paulo, 70, chega a constar no Rio e Brasília, pois nós apostamos que a tendência é ainda de crescer. Nós destacamos aí, por exemplo, Estados da região norte, como Rondônia e Amapá que tem uma densidade muito interessante. Alguns Estados do nordeste como Sergipe e Rio Grande do Norte pequeno, mas com uma penetração muito grande dentro da população.

Aqui a gente mostra o Brasil todo. Só para deixar aqui para que os Senadores possam olhar Estado por Estado, ver como é que está a penetração em cada

um deles. (soa a campainha) Aqui é só para mostrar o que o Dr. Zilli já falou, em termos de receita operacional, como tem evoluído. Em 2006 a receita líquida operacional de todas as operadoras móveis chegou a 35 bilhões, o ano de 2007 deve ter chegado na ordem de 42, 43 bilhões, realmente está mostrando. O passivo é muito grande em termos não só de investimento como pagamento das outorgas são feitos à ANATEL, o lucro dessas empresas não conseguirem ainda sair do vermelho, por isso que (ininteligível) dela como foi mostrado, é baixo, investimentos altíssimos, para poder conseguir universalizar essa planta do serviço, e infelizmente os tributos no Brasil cada vez aumenta mais.

Então esse é um ponto que a gente precisa discutir bastante. Os investimentos no ano passado ficaram em torno de 4.5 bilhões, os tributos do ano passado ficaram da ordem do mesmo tributo aí 12,3, 13 bilhões. É importante destacar o que é pago pelo FISTEL, o FISTEL no ano passado nós arrecadamos só nas novas(F), um bilhão e quase seiscentos milhões e esse ano deve ir para dois bilhões e cem milhões só oriundo das novas(F) em termos de TFI, TFF. Esse é um dado importante. Vou comentar no final da apresentação, uma sugestão que possamos discutir nessa Comissão como é que pode, revertido de alguma forma, que o não pagamento disso possa resultar em menores preços para a gente ter a universalização de fato não apenas de cobertura, mas de uso. Aí estão os valores que foram pagos. Só de outorgas. Exceto a banda A que via infra-estrutura, que foi oito bilhões, mas os últimos ali do J, F, G, I foi do ano passado, foi das faixas de terceira geração que deve modificar completamente o cenário, mas nós devemos completar esse ano recebendo esses seis bilhões no ano passado e vamos chegar a 26 bilhões. Se tirarmos daí os oito bilhões lá da banda A que vem infra-estrutura 18 bilhões foi só pelo vento.

Aí mostra a evolução da habilitação. Em 90 se pagava 22 mil dólares, hoje paga da ordem de 45 dólares para se ter acesso a uma linha quando se tem a habilitação e o preço efetivamente cobrado, ou seja, que e o preço praticado está na ordem de quatro dólares. Aí mostra a receita operacional líquida por acesso, como ela vem caindo, o que é natural em termos do aumento do acesso. Mas também reflete o preço que está sendo cada vez menor do minuto. Como vem na próxima. Aí mostra claramente a receita líquida por minuto que foi aquele que já foi apresentado, está na ordem ali de 55 centavos de reais, que é o preço médio da ordem de 25, 26 dólares. Isso para todos os serviços. O serviço móvel é aderente a necessidade, é importante como disse o Dr. Marcelo é questão de mobilidade, cresce mais de um milhão de acesso

mês. Hoje nós chegamos a 122 milhões, com edital nós fizemos o ano passado para terceira geração nós vamos garantir agora cobertura para 1.833 Municípios do Brasil que ainda não tem celular, e vai ter o serviço móvel pessoal nos próximos dois anos. Metade será atendido esse ano e metade no ano que vem. Então podemos dizer para o mundo que o Brasil é o primeiro País em desenvolvimento que vamos ter cobertura de celular em todos os Municípios. Lógico que ele está aderente para aquele que tem alta renda porque aumenta a sua produtividade, todo mundo hoje não vive sem um celular, gera economia de escala em todos os outros infra-estrutura, como educação, transporte, energia, saúde, etc. Daquele que não tem renda melhora a sua qualidade de vida, melhora sua condição de sobreviver com seu emprego, aumenta a segurança e traz facilidade da comunicação. Pontos positivos que a gente pode destacar. O sucesso do modelo, como aqui foi colocado, o Governo Federal, o Congresso Nacional define a política, nós implementamos, regulamentamos, a iniciativa privada opera. Com isso, como a gente mostrou nós temos procurado implementar o que é definido para que haja cada vez mais redução dos preços, melhoria da qualidade e que surge novas ofertas com competição. O crescimento da planta é aderente à sociedade, ou seja, cobertura demográfica de 80% da população hoje tem acesso, e 100% terá nos próximos dois anos. A penetração do serviço de localidades menos rentáveis, nós fizemos no projeto aquele que ganhou Estados que tem maior rentabilidade foi obrigado a levar a Estados com menor rentabilidade para que pudesse adquirir e ter isso nos próximos dois anos. Essa atualização tecnológica é fundamental, saindo do analógico para o digital, agora estamos saindo do digital para a banda larga. E a banda larga no móvel nós vamos mudar completamente a estrutura de preço que tem hoje na banda larga fixa. Isso aconteceu no mundo todo. E aí algo importante nós destacamos que com banda larga no móvel voz possa ser commodity. Então os preços de voz vão reduzir. Então o cidadão tanto no pré-pago quanto no pós-pago vão pagar um preço muito menor por minuto que isso tem acontecido no mundo todo e isso resulta nos dados que foram apresentados, por exemplo, nos Estados Unidos e outros países até como a própria Argentina por ter já relançado o serviço de banda larga. Os desafios são grandes ainda. A cobertura de áreas rurais e com destaque populacional dispersa, temos que imaginar como conseguir chegar lá, como cobrir todas as estradas do Brasil, novas ferramentas para aumento da produtividade dos trabalhadores a ter acesso a essas novas tecnologias e como é que a gente pode trabalhar para diminuir ainda os preços das chamadas

originadas e pagas ainda nos pré-pagos. Nós vamos colocar algumas das nossas propostas no final, que a gente acha que o pré-pago realmente possa ter cada vez mais ainda redução no seu preço.

Como manter a competição no País no cenário internacional, a gente está vendo consolidações e fusões, como manter isso, como garantir a competição, a competência nacional em matéria de telecomunicações, já que nós temos um universo maior, temos escala como desenvolver o País nisso. E isso é importante na inovação e desenvolvimento de serviço tecnológico. Logicamente o futuro de uma sociedade avançada são as estradas eletrônicas e nós não temos dúvida disso. Questão do pré-pago, vamos falar rapidamente. E aí está a distribuição que é importante destacar que as classes C, D e E hoje detêm 93% daqueles 99 milhões, ou seja, dos cem bilhões 93 milhões de brasileiros são da classe C, D e E. Então isso mostra que realmente não tem uma penetração muito forte nas camadas menos rentáveis da população. E aí é como é que isso é mantido. Ou seja, esses 93 milhões, hoje usuários pré-pagos que são dessas classes C, D e E, normalmente eles chamam a cobrar ou recebem chamada. Às vezes liga e aqueles que têm condições de pagar é que normalmente chamam de volta. Isso aí é aquela questão que mostrei da remuneração de rede. Então os usuários hoje do STC, do pós-pago são da ordem de 24 milhões e do pré-pago do próprio SMP que são das classes A e B dá um total hoje de 68 milhões de brasileiros que mantêm e as condições que esses 93 milhões de brasileiros possam falar. Logicamente nós estamos buscando cada vez que esses 93 milhões possam ter o minuto mais barato que eles também possam no futuro originar chamada. Por que isso? Porque as chamadas originadas nas camadas D e E é muito pouco da ordem de 28% e a maioria das chamadas são para receber ou a cobrar da ordem de 72%. Aí mostra uma pesquisa de satisfação de 2004, o usuário realmente um ponto que pega ainda é a questão da tarifa, do preço, no caso do serviço móvel, de maneira geral está mais ou menos atendido. Nós estamos fazendo uma nova pesquisa esse ano, vamos divulgá-la para que esses preços são fundamentais pra gente acompanhar o que tem acontecido, qual é a manifestação do cidadão. Essa foi feita o ano passado, só com usuários pré-pago e pós-pago que têm acesso à internet, então pessoal mais eu diria instruído, então mais exigente. Então o resultado quando se mostra na próxima... é que em termos de qualidade do aparelho não há reclamação, mas a gente pode ver que casos importantes a central do atendimento, um atendimento na loja das operadoras, conta e cobrança. E isso deve refletir também nas camadas que não têm acesso à

internet para a gente poder... não ouvimos o ano passado, vamos ouvimos esse ano e vamos mostrar por que é que o regulamento nosso foi nessa direção para atender esse anseio da população. Aí mostra valores que aqui foram mostrados, valor do minuto médio, já com os impostos incluídos, no pós-pago de um celular para celular da ordem de outro celular, de outra operadora que o Zilli chama de off-net, 53 centavos e no pré-pago em torno de um real e sete centavos. Se tirarmos daí os impostos, esse valor, por exemplo, de 1,07 cai para ordem de 0,70 centavos. Para se ter idéia, quando nós ampliamos as áreas em 2003, a área de registro, esse valor médio de 1,07 sem impostos, vamos trabalhar com 07, era da ordem de 1,4 centavos. Ou seja, 1, é da ordem quase 1,8, 1,9. Só com a abertura nós conseguimos reduzir esse valor praticamente a metade. Isso vale também para o pós-pago que aumentou o tamanho da área de registro, as chamadas que eram longa distância passaram a ser chamadas locais. A gente percebe claramente ainda que o pré-pago tem valores bastante acima dos valores do pós-pago. E aí a gente mostra que os valores variam muito, depende do plano, ou seja, o valor mínimo varia de 25 até 9 centavos, no pós-pago e lá no pré-pago em torno de 25 centavos, até 1,99 aqueles que criam barreiras para que ele não possa ter acesso a outro tipo de comunicação. Por exemplo, quer incentivar o uso basicamente só de ICMS, normalmente eles botam o valor do minuto mais caro para que ele possa usar o ICMS, e o ICMS no valor bastante baixo, torno de 15, 19 centavos que é a obrigação que tem no regulamento para que aqueles que têm deficiência física, só usa como mensagem, possa pagar um valor mais baixo do que os demais que não têm esse problema.

A comparação que aqui já foi colocado, esse trabalho feito pelo Instituto Observatório de Serviço de Telecomunicações, IOST, ficou praticamente idêntico ao colocado em termos de valor médio. 0,26 centavos de dólar um minuto que já foi aqui mostrado, mas nós queremos comparar, por exemplo, com a área local no Brasil como Mato Grosso do Sul, que é uma chamada local, lá em Portugal, Portugal tem várias áreas locais. Então a chamada, por exemplo, Lisboa para Fátima é muito mais caro de que uma chamada, por exemplo, de Mato Grosso, lá no Mato Grosso do Sul de Campo Grande para Dourados. Então lá é uma chamada local que é muito menor.

Então, é muito difícil comparar isso com o resto do mundo pela forma como é estruturado na forma de prestação de serviço. A gente comparou um plano da TIM, só para deixar claro que depende do tipo de escolha do usuário, muitas vezes quem usa, por exemplo, 10 minutos um num pré-pago sem recarga nenhuma



estaria pagando 13 reais. Quem usa com recarga, por exemplo, estaria pagando até mais, 33 reais porque aquele valor é fixo. E quem usa o próprio pós-pago para chamadas uma franquia de 60 minutos estaria pagando 38 reais. E assim vai. Então a gente vê claramente que com recarga no pré-pago ali a chamada pode ser mais barata. Não existe pré-pago realmente mais baixo do que o pós-pago. Como a quantidade de planos são muito grandes é importante, então, que tenha um acesso ao nosso sistema na ANATEL para que possa verificar e escolher aquele que seja mais útil.

Bom, é importante observar a estrutura desse pré-pago, a relação do preço do aparelho, o preço do aparelho hoje sem subsídio é da ordem de 100 reais com os impostos, os impostos no Brasil como aqui já foi colocado é realmente muito alto, tem uma barreira, por exemplo, só da TFI para cada aparelho habilitado operadora é obrigado a pagar 27 reais ANATEL. Então soma os 27 aos 100. São 127 e outras barreiras, ou seja, para ter entrada serviço da ordem de 150 reais. É importante ver o perfil do uso desses serviços, como ele é feito, perfil sócio-econômico do consumidor aqui a gente mostrou que 93% das classes C, D e E é que usa esse serviço, com oposição desses custos e os planos oferecidos pelas operadoras. Aqui a gente mostra o ranking das reclamações na ANATEL. Esse foi resultado de janeiro que a gente coloca no site da ANATEL, e é sazonal, cada mês uma operadora em destaque relação a outra, essa por acaso o CTBC deve ter tido algum problema, está em primeiro colocado, e a SERCONTEL lá está em último.

Ali a gente mostra o total de reclamações. Em função do trabalho que a gente tem feito em 2006 nós recebemos 396 mil reclamações no nosso call center. O ano passado recebemos 359 mil. Uma redução de 9,3 mostra que com a regulamentação nós estamos conseguindo atingir o objetivo um pouco melhor.

As conclusões. No regulamento da SMP é importante que saiu agora, como o Dr. Marcelo colocou, o prazo de validade dos cartões de crédito pré-pagos, nós criamos um prazo maior para 180 dias. Não botamos um prazo muito grande porque para evitar fidelização, ou seja, prazos menores é bom porque agora ele não perde jamais seus créditos e ele pode mudar de operadora porque tem ali a rescisão do contrato é feita em 24 horas. Antigamente era a maior dificuldade para rescindir um contrato, e mais importante, quando ele fizer uma reclamação, uma solicitação é criado automaticamente o número de protocolo e em até 24 horas é encaminhado com SMS para o celular dele dizendo que tipo de reclamação que ele fez, o tipo de solicitação dando a data e hora. E no caso da rescisão caso em até 12 horas, porque em 24 horas ele tem que

estar rescindido. Se não for rescindido, as chamadas passam a ser gratuitas. O fornecimento desse protocolo é obrigatório e é eletrônico. As obrigações dos setores de atendimento como a gente colocou, nós vamos ampliar o número, nós vamos chegar todas as microrregiões que englobam os Municípios com 200 mil habitantes em dois anos vai ter que ter um centro de atendimento pessoal para atender o cidadão daquela região, na cidade grande, conglomerados 400 mil habitantes tem que ter um centro de atendimento, um setor de atendimento pessoal, então em cinco anos nós vamos diminuir essa microrregião para 100 mil habitantes. Então nós pretendemos ter da ordem de 2.600 a 2.800, gera emprego no País todo, porque para cada centro desse que é criado o investimento é alto e o atendimento tem que ser personalizado. Não é atendimento por telefone. O edital de licitação que a gente fez ano passado e vamos assinar o contrato agora em março, termo de autorização, todos os Municípios brasileiros serão cobertos nos próximos dois anos, metade esse ano metade ano que vem, vamos ter cobertura nacional.

Agora, o que fazer então para diminuir o preço do pré-pago, para o pré-pago aproximar-se do pós-pago? Primeiro, lógico, implantar essas novas regras, fiscalizar para que essas regras no novo regulamento sejam realmente entendidas e aplicadas pelas operadoras, atualizar essas regras, a implantação dos novos serviços que virão com 3G que é banda larga, com a banda larga vai ter receita maior com isso, voz passa a ser valor muito menor commodity, e isso aconteceu no mundo todo com relação a isso o pré-pago deve aproximar muito em termos de voz do pós-pago. Vamos implantar a modelo de custo como aqui foi colocado pelo Dr. Marcelo, está prontinha, as operadoras já estão encaminhando para a ANATEL, a partir do ano que vem a gente implementa de forma definitiva para a gente ter consciência que valores são esses que estão sendo praticados pelas operadoras que vamos conhecer agora os valores elemento por elemento de rede que informa como o custo definido no modelo. E a questão que é importante também, a implantação da portabilidade numérica que a partir de agosto desse ano também entrará em operação comercial, isso é bom, porque está vinculado com os pré-pagos, com a representação de seus créditos e podendo mudar de operadora a qualquer momento, sem nenhum ônus, isso vai fazer com que a competição entre as quatro se acirrem e o usuário possa ter preços menores.

O outro ponto importante tem acontecido no mundo todo, nós vamos regulamentar também no Brasil esse ano que a regulamentação do serviço que nós chamamos MNVO, que é *Mobile Network Virtual Ope-*

rator que é o operador virtual, não tem rede. Aumenta muito a competição, porque você tem muitos outros vendendo serviço dentro dessa plataforma, como revenda de serviço. Isso faz com que o preço para o usuário final seja melhor porque eles vão atender as camadas mais valorizadas da população.

O outro ponto importante que nós colocamos ali é que a gente pode de repente proporcionar maiores benefícios aos usuários, prestadoras, como contrapartida eventuais e alterações no FISTEL. Como o FISTEL hoje as operadoras vão estar pagando para a ANATEL esse ano, só as móveis da ordem de dois bilhões e cem milhões de reais, imagina se criarmos um projeto, fazer um ajuste na lei do FISTEL de tal forma que seja delegado ao Presidente da República que possa implementar políticas públicas por decreto onde uma eventual redução desse FISTEL possa vir acompanhada da redução final do preço do pré-pago para que camadas que hoje da população não tem acesso porque não tem renda possa ter acesso ao serviço. Então acho que é política pública importante é uma sugestão que a gente traz ao Congresso, estamos trabalhando nessa linha já que a ANATEL tem essa capacidade de sugerir ao Executivo e/ou Legislativo alguma política. Me parece algo interessante. Obrigado, desculpe ter avançado um pouco do meu tempo.

*(troca de presidência)*

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Sr. Jarbas, nós é que agradecemos. Passamos imediatamente a palavra ao Sr. Aristóteles dos Santos, Ouvidor. Aliás, Sr. Aristóteles antes de vir para cá um funcionário do meu gabinete tão chateado jogou o celular no chão. Não sei o que houve, não vou saber detalhes, mas estava aborrecido. O senhor deve ter grandes coisas para falar a respeito das reclamações dos usuários.

**SR. ARISTÓTELES DOS SANTOS:** Bom dia Senador Marcelo Crivella, Srs. Senadores presentes, senhores e senhoras presentes, meus colegas de Mesa, Marcelo, Jarbas, Zilli, e obrigado pela oportunidade de estar aqui, pelo convite, e também pela provocação inicial. É importante dizer que eu tenho feito muitos debates e palestras desse tipo em diversos locais, e eu costumo falar que acredito que não existe uma família no País que usa o serviço de telecomunicações que não tem algo a queixar. Então nós temos muitos problemas, sabemos os problemas e a nossa missão é tentar trabalhar na perspectiva de sanar esses problemas e avançar. Eu aproveitei oportunidade de estar aqui, Senador, e como... é claro que a Comissão sabe muito bem porque convidou a ANATEL e também o ouvidor da ANATEL até pela sua provocação, está

claro isso, os Senadores sabem bem disso, mas para o público ligeiramente desavisado eu gosto de chamar atenção no início e falar um pouco da Ouvidoria e do papel da Ouvidoria. Para que entenda e também porque existe um Projeto de Lei o chamado PL das agências que está correndo na Câmara e daqui a pouco vem para o Senado que trata de forma muito sofrível no nosso entendimento esse aspecto da Ouvidoria das agências e nós precisamos de reafirmar da necessidade de sua existência pelo bem dos sociais, controles públicos e também da democracia no País. Nesse sentido, nós vamos falar rapidamente o nosso conceito de Ouvidorias Públicas, as Ouvidorias devem buscar a satisfação das necessidades dos cidadãos segundo o princípio da eficiência e atuar em prol de uma gestão pública democrática, transparente, eficaz, participativa e ética. A missão das Ouvidorias é garantir o direito de manifestação do cidadão usuário sobre a prestação de serviço, interagir de forma a melhorar permanentemente o funcionamento da instituição, elegendo a satisfação do cidadão como ponto central de referência. A Ouvidoria Pública, na posição da ANOP, vou fazer uma pequena explicação, a ANOP é Associação Nacional dos Ouvidores Públicos, circunstancialmente hoje estou assumindo a Presidência dessa associação, portanto, quem quiser debater mais sobre as Ouvidorias Públicas também pode nos acionar. Na nossa posição a Ouvidoria Pública ela ouve no sentido amplo o cidadão, atua como intermediador da solução de conflitos, auxilia os outros órgãos da instituição a ter uma visão mais focada nas necessidades de seu público, promove parcerias entre várias entidades, tem atuação estratégica no órgão, evita sobrecarga de demandas judiciais. Já em telecomunicações, no caso da Ouvidoria da ANATEL, o art. 45 da LGT diz o seguinte: O Ouvidor será nomeado pelo Presidente da República para mandato de dois anos admitindo uma recondução. Parágrafo Único o Ouvidor terá acesso a todos os assuntos e contará com o apoio administrativo de que necessitar competindo-lhe produzir semestralmente, ou quando oportuno, apreciações críticas sobre a atuação da agência encaminhando-a ao Conselho Diretor, ao Conselho Consultivo, ao Ministério das Comunicações e outros órgãos do Poder Executivo e ao Congresso Nacional fazendo publicá-las para conhecimento geral. Um pequeno parêntese, a anunciar para vocês que eu acabo de soltar uma avaliação crítica que nós chamamos de relatório analítico, nós temos a crítica como um instrumento de melhoria, a crítica tem que ser vista como uma ferramenta para a melhoria. Eu fiz questão de mandar para todos Senadores dessa Comissão, mas quem não tiver visto pode apanhar aqui comigo, eu trouxe mais uma meia dúzia

de exemplares e se não der para quem quiser a gente pode pegar o endereço e remeter posteriormente. Apenas para situar, ali no organograma da ANATEL, está logo em cima, Conselho Diretor e abaixo Comitês, Presidência, Superintendências, bem debaixo, diversas superintendências do gabinete, lá em cima ainda, dois lados, tracejado e não contínuo, está o Conselho Consultivo, do outro lado a Ouvidoria para deixar claro que a Ouvidoria, assim como o Conselho Consultivo dialoga diretamente com o Conselho Diretor sem relação hierárquica, nem para um lado nem para outro. Por isso eu costumo dizer que sou o super ego da ANATEL. Parâmetros básicos de Ouvidoria. Atuação autônoma sem atuação hierárquica interna, acesso irrestrito a todos os assuntos e a todas as instâncias de decisão, instituição de mandato, estrutura e orçamento compatível e formalmente assegurados. No exercício de suas funções o ouvidor da ANATEL participa das reuniões do Conselho Diretor, do Conselho Consultivo, reuniões gerenciais e outras; busca solucionar conflitos apresentados pela sociedade, recebe reclamações de usuários que não tiveram solução adequada na central de atendimento da ANATEL; elabora relatórios de análises críticas sobre a atuação da ANATEL fazendo inclusive sugestões de melhorias com base nas manifestações da sociedade; promove troca de experiências com o Ministério Público Federal, promotorias, entidades de proteção e defesa do consumidor, como DPDC do Ministério da Justiça e outras Ouvidorias. Sugere alterações em regulamentos, faz contribuições às consultas públicas.

Já falando sobre o serviço de telecomunicações, porque nós vamos chegar na questão de preços de SMP pré-pago, o art. 63 da LGT, ele estipula, acho que o Marcelo já passou por isso então podemos passar mais rápido e também acho que todo mundo aqui conhece. Quanto ao regime jurídico de sua prestação, o serviço de telecomunicações classificam em serviços públicos e privados. Eu vou saltar para a gente ganhar tempo, vamos para o próximo, onde ele fala dos serviços prestados em regime privado. Art. 28, já saltando para o segundo. Ao impor condicionamentos administrativos ao direito de exploração das diversas modalidades de serviços regime privado sejam eles limites, encargos ou sugestões, a agência observará a exigência de mínima intervenção na vida privada assegurando que: Inciso I, a liberdade será a regra constituindo exceção às proibições, restrições e interferências do Poder Público; II. Nenhuma autorização será negada, salvo por motivo relevante; III. Os condicionamentos deverão ter vínculo tanto de necessidade como de adequação com finalidades públicas, específicas e relevantes. E lá embaixo, art. 129 diz: O preço do serviço será livre, ressalvado

o dispositivo no § 2<sup>a</sup> do art. 136 dessa lei, reprimindo-se toda a prática prejudicial a competição, bem como abuso do poder econômico nos termos da legislação própria. Eu botei um parêntese embaixo, que a ressalva refere-se a: quando a outorga for obrigatoriamente por concessão e não por autorização.

Eu chamei atenção para esse artigo da LGT para dizer que nós vamos deparar com uma discussão, Senadores. A legislação ela define que para o serviço privado as tarifas são livres, mas ela impõe alguns limites. E eu acho que deve ser objeto de reflexão se esses limites estão hoje na Ordem do Dia para que haja uma alternativa, alguma iniciativa no sentido de definir com mais precisão algumas tarifas ou não. Essa transparência que já está aí, ela carece uma explicação mais ampla. Eu só trouxe 14 transparências, para poder concorrer que eles trouxeram 40, essa aí vale por cinco, ficar mais próximo. (soa a campainha) E aí para entender a transparência, é preciso dizer primeiro algumas informações, umas inclusive não estão aí.

Primeiro, a ANATEL hoje tem... A ANATEL, não, o SMP e na ANATEL hoje tem cerca de 2.040 planos alternativos. 2.040 planos alternativos, ordem de mais de 2 mil planos alternativos, imagina que é plano alternativo para ninguém conseguir acompanhar os limites deles, as possibilidades, e pra gente trabalhar até uma comparação. Como é que nós vamos comparar 2 mil, existe planilhas que só computador de médio porte para dar conta de calcular isso tudo.

Segundo, é que esses planos alternativos eles são homologados pela ANATEL e antes o Jarbas conhece esse debate entre nós que eu defendi ardorosamente que não fosse homologado por decurso de prazo. O que é que eu chamo. Vocês conhecem bem aqui nessa Casa o que se chama decurso de prazo. As empresas mandam a proposta do plano para a ANATEL e tem um prazo estipulado no regulamento que se a ANATEL não se manifestar entende-se que ele está acatado. No novo regulamento isso melhorou um pouco, nós entendemos que melhorou um pouco, mas ainda assim a ANATEL ele considera o plano já homologado, sendo que a ANATEL pode posteriormente revogar. De forma que o seguinte, nós temos um volume extraordinário de planos e isso acho que não ajuda. Acaba confundindo um pouco. Segundo, esses dados que nós trabalhamos aí, eles foram retirados do SGPS, Sistema de Gestão de Planos de Serviços. Os valores são todos valores aplicados para o Distrito Federal com impostos. E terceiro, os planos selecionados são exemplificativos, disponíveis no SGPS sem variação de preços em relação ao horário. Porque nós tivemos de fixar alguns parâmetros. Já viram o quanto é difícil fazer comparações. Então tivemos



que fixar alguns parâmetros para a gente poder fazer as comparações. Também o SGPS, sistema SGPS de acompanhamento de valores praticados pelas autorizadas só foi desenvolvido ao final de 2007, então nós não conseguimos pegar a sede histórica, e pegamos o que tem agora.

Por último, nós trabalhamos as quatro empresas que atuam no DF, fixas no DF. Então AMERICEL, BRASIL TELECOM, TIM celular e Vivo. Lá no primeiro do lado esquerdo nós temos os itens de serviços. Item de serviço, habilitação, valor de comunicação sem modulação erária por minuto. Critério, móvel fixo, móvel-móvel, móvel-móvel intra-rede e facilidades adicionais praticadas, caixa postal, e identificadores de chamada.

Então, seguindo aqui ainda no AMERICEL, nós temos o valor homologado e valor praticado. O valor homologado para habilitação é 91,54, o valor praticado é zero pelos planos oferecidos. Na prática, então, o valor é oferecido nos planos zero. Valor de comunicação sem modulação horário por minuto. O valor móvel fixo homologado é 1.66 reais, o valor praticado é 1.16. Móvel-móvel, 1.66 homologado e valor praticado 1.16. E móvel-móvel intra-rede, 1.66, valor 0,85. Intra-rede é dentro da mesma empresa. Está claro. E lá embaixo caixa postal homologado 9.9, identificador de chamada 8.3 e valor praticado, zero. Do lado direito na BRASIL TELECOM, comparando da mesma forma, eu vou... O valor de habilitação é 58 e o praticado é zero, móvel-fixo 1,26 praticado 1.10, 1.28, digo, 1.10... móvel-móvel 1.28, 1.10 praticado, e intra-rede móvel-móvel 1.28, 1.10 praticado e embaixo também valor homologado 7.7, valor praticado zero. Da TIM nós temos habilitação 88 e 29, praticado zero, móvel-fixo 1.61 homologado, praticado 0,99, móvel-móvel 1.61, praticado 0,99 e também não disponível o valor de caixa postal e valor de identificação de chamada e para a VIVO não encontramos disponível.

Eu faço questão de chamar atenção para essa discussão, nós fixamos alguns parâmetros, fixamos Brasília, fixamos sem modulação erária para a gente ter um valor que pudesse comparar. Agora eu discuto muito, viu Marcelo, que o crescimento da capilaridade do telefone móvel não resolve a questão da universalização do serviço de telecomunicações por motivo muito simples. Isso está no relatório que estamos discutindo como um todo. STFC que o telefone fixo nós tivemos uma retração de 40 milhões para 38 milhões, é um problema, acho que as tarifas são elevadas impedem... o (ininteligível) não deu certo, há toda uma discussão por aí. Há uma abrangência muito maior do telefone móvel, só que se a gente comparar a tarifa por uso, fi-

xando alguns valores, a tarifa por uso do telefone fixo, no plano básico é 0,104 centavos, 0,10 centavos, no pazu(F) é 0,039 centavos e a gente compara aí como na ordem de um real os preços mais baratos. Então é 10%. Então para a população de baixa renda isso justifica por que é que as pessoas não usam. Tem o aparelho só para receber e coisa desse tipo. Eu acho que essa é uma grande questão para ser discutida e trabalhada. Nós precisamos universalizar, precisamos universalizar a telefonia fixa. Precisamos de uma abrangência maior. Acho que foi muito positivo esse edital de 3G você trocar cobertura por preço de valor de outorga, mas nós precisamos pensar não só a universalização desse serviço, mas especialmente também na universalização de banda larga para banda larga de comunicação. Porque mais na frente eu queria até que a gente trabalhasse um pouco sobre isso, acho que os serviços de telecomunicações, no futuro próximo, não temos como separar o *bench(F)*. O *bench(F)* não sabe se ele é de voz, de texto, de dados, de telefonia móvel, de telefonia fixa, tudo cai na mesa digitalizada, nas mesmas redes. Então vamos ter que pensar. E vocês conhecem muito bem o grande conflito que tem aqui entre radiodifusão e telecomunicações. Pode vender serviço de telecomunicações, pode trafegar entretenimento, informação no outro, todo esse conflito acho que isso soluciona de uma forma natural se a gente trabalhar desagregação de rede e separação estrutural, o que está sendo feito já na Europa, Inglaterra e Itália com grande sucesso. Mas é um parêntese que nós temos que focar o tema de hoje, mas essa eu acho que é o grande debate que tem que fazer. Separação estrutural, desagregação de rede, universalização de banda larga, banda larga mesmo.

Eu defendo que a gente organize um Plano Nacional de Banda larga, que é um plano de largo prazo que não só inclua a nossa população numa plataforma para perspectiva da sociedade da informação, que condicione para você ter educação de qualidade, educação massiva, a longa distância de qualidade para todo o povo brasileiro, e em sumo para a saúde pública, para a Segurança Pública, com telecomunicações, com altíssima velocidade de tráfego, com a banda larga de alta velocidade e especialmente e com isso nós preparamos as condições no Brasil para a gente ter em alguns anos na sociedade informação e mais alguns anos a sociedade do conhecimento que é a disputa que nós vamos fazer nos próximos anos para dar qualidade de vida ao nosso povo.

Nós acreditamos que somente uma agência sólida, autônoma e imparcial com amplos poderes de atuação em sua área, nos seus órgãos jurídicos, econômico, técnicos, capacitados e motivados será capaz

de proporcionar satisfação efetiva à sociedade pelos serviços a ela prestados. Há um avanço muito grande no novo regulamento de SMP, citado aqui, mas nós ainda acreditamos que é um problema a questão da validade dos cartões. Validade do cartão tanto SMP como STFC eu quanto defendo que tem que ser reequacionada porque cartão não é um bem perecível. Aquilo o cidadão compra, através daquele cartão o direito à utilização para um serviço a ser prestado. Portanto, a validade do cartão que na prática permite que as operadoras acumulem o valor que não é devolvido apenas pela data de vencimento, não é um bem perecível, no meu entendimento isso significa um ganho imotivado, e que por outro lado a legislação coíbe outros lugares. Acho é um ganho por serviço não prestado. Então tem problema operacional, sim, como armazena esse dado, o tempo desses dados, mas eu acho que é uma questão a ser equacionada, em lugar nenhum também é previsto que este valor cumulado. Imagina que qualquer valor residual multiplicado por 140 milhões de usuários, isso dá um valor razoável e essa questão eu acho que tinha que ser reequacionada.

Por último, eu acho que os preços, nós temos que questionar se os preços estão justos, eu acho que os preços estão altos, tem dados que apontam que os preços estão altos. Naquele estudo que o Jarbas mostrou que tem o estudo do IOST, esse instituto fez uma avaliação muito interessante que pega por Estado, por empresas, diversos dados, e está o Brasil colocado em quarto lugar nos preços de ordem de grandeza dos maiores para o menor, quarto lugar acho que não é compatível com o nosso País, um País ainda em desenvolvimento com uma população que necessita desse serviço e que tem uma renda muito baixa.

O SMP com 150 milhões de usuários é hoje um serviço de utilidade pública, portanto, devemos questionar se deve continuar com preços plenamente livres. Eles de alguma forma não fazem a universalização, acho que não resolve a questão da universalização, mas pela sua abrangência e utilidade é um serviço de utilidade pública, talvez tenhamos que equacionar isso que é diferente de dez anos atrás quando foi estipulado isso. O modelo de custo foi citado acho que pelo Marcelo e acho que é da maior relevância que a ANATEL domine modelo de custo para a gente ter mais segurança dessas questões até dos modelos tarifários, já falei da designação de rede e separação estrutural, por último reafirmo que a universalização(F) de banda larga é o futuro que nós temos que pensar nisso. E finalizando de fato o último, muito obrigado a vocês por ter-nos ouvido. Estamos a disposição.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Nós que agradecemos, passamos

a palavra ao Senador Renato Casagrande, que é autor do requerimento e aditamento, para que possa fazer seus questionamentos. Com a palavra V.Ex<sup>a</sup>.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer a todos os convidados que deram uma contribuição grande para o nosso debate, para agregar algumas informações para o nosso trabalho aqui no Senado.

Mas eu, depois de a gente ouvir todos vocês, ouvimos o Ercio que representa as empresas, a gente acaba vendo um pouco como é a composição desses custos e a definição dessas tarifas. A pergunta que eu faço, o Jarbas, Dr. Jarbas disse que os custos são... Os valores, os preços são apresentados pelas empresas e homologados ou não pela ANATEL. Isso é feito o que, anualmente?

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – Caso a caso, Senador. Aí nós temos um prazo para homologar a cada plano de 15 dias. Se não homologar em 15 dias...

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Para cada plano.

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – Para cada plano.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Se a empresa vai lançar um plano.

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – Sempre a ANATEL homologa. E nós não perdemos nenhum prazo. Até hoje a ANATEL não deixou de homologar dentro de prazo ou não homologar, quando é o caso. Só que nós homologamos valores de teto, e não valor que elas vão praticar. Então normalmente eles são valores...

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– E a ANATEL homologa esses valores como teto com base em quê?

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – Com base nos estudos que a gente tem feito, não só a de *benchmark* internacional...

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Que não é o modelo de custo ainda.

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – ...comparando com as outras. Não é o modelo de custo ainda. Esse modelo de custo vai ser implantado definitivamente a partir do ano que vem. Nós regulamentamos a partir do decreto presidencial, política pública em 2003, e nós criamos argumentação que terminamos em 2006, esse ano nós estamos estruturando a agência e as empresas já estão mandando para a ANATEL um documento chamado: documento separação e locação de contas que aí vai estar definindo ponto por ponto, elemento por elemento, custo por custo, para que a gente possa verificar a estrutura que ela tem hoje, que a gente chama *top-down* para ela prestar esse serviço e uma que a gente vai criar baseado numa empresa hipoté-

tica para depois comparar uma com outra e ver qual é a realidade. Isso tem aplicado no mundo todo, a gente faz também hoje por benchmark que lá fora tem alguns países que já aplicam modelo de custo como Estados Unidos, alguns países da Europa, e nós agora estamos implementando. Logicamente que os custos no Brasil são diferentes, mas esse terá condições para a gente poder, quando for homologar esses preços homologar com valores bastantes...

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Com base no modelo de custo.

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – E não mais com *benchmark*, valores que não estão muito alocado por custo. A gente faz comparando uma operadora com outra. Por exemplo, quando nós aumentamos o tamanho da área de registro, que era uma área muito pequena, que era chamada local que ampliou, então chamada que a gente chama, por exemplo, DC2 que é a chamada de longa distância. Vamos supor, por exemplo, Formosa para Goiânia. A chamada no VC2 ano passado custava dois reais. Quando se introduziu CSP para essa chamada ela caiu, por exemplo, para um real. Como é que poderia ter uma chamada local, pré-pago, maior que um real? Então, por exemplo, nós não aceitamos. Então reduzimos para menos de um real. Então é assim que tem sido feito para que a gente possa ter um controle maior desses preços de teto. E as operadoras depois ao longo do tempo vai atualizando esses valores.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– É que hoje nós temos quatro empresas, como o senhor disse, que atua no Brasil todo. Estamos aí na possibilidade, até uma Audiência Pública nós estamos também tentando organizar para debater a fusão da BRASIL TELECOM e da Oi. Da compra da BRASIL TELECOM pela Oi. Passaríamos na verdade, caso isso se concretize, a termos três empresas.

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – Não. No celular, não.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Continuamos com quatro no celular. Tá. Mas de qualquer forma, uma quantidade a qual... Há no mundo todo uma tendência de concentração como houve também aqui no Brasil, uma tendência de concentração desses serviços em algumas empresas.

Eu, assim, pelo que eu consegui verificar na exposição que vocês fizeram, e do Ercio especialmente, nós temos... seja serviço de telefone como se diz de conta, que é o pós-pago, serviço de cartão que é o pré-pago, esse serviço aparentemente tem o mesmo custo. Retirado, como diz o Ercio, o valor médio das contas. E a utilização do telefone, que o Marcelo tocou neste assunto, que a base de utilização e a receita demonstram

claramente que o serviço é caro. E também o serviço é caro na outra argumentação inversa porque a base é pequena de utilização e a receita é baixa.

Então, se você se comunica com esse argumento. Mas tirando isso, o custo de... O custo de tornar ativo um telefone pós-pago num telefone pré-pago é o mesmo. A taxa do fundo é o mesmo, os tributos são os mesmos, o custo é o mesmo. Não é isso? Tem diferença de custo?

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – Praticamente são os mesmos. A diferença básica, Senador, entre o pós-pago e o pré-pago é no pós-pago você tem um valor prefixado. Ou seja, normalmente você vende a quantidade de minutos e você tem aquela conta paga mensalmente.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Você tem garantia de rentabilidade.

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – No pré-pago você não tem garantia nenhuma. Você simplesmente tem, ele pode usar ou não usar. Então se ele não usar nada, como praticamente acontece na originação, ele é viabilizado por chamadas a receber. Por isso que o valor de remuneração de rede no pré-pago e estando também no pós-pago é fundamental para ter equilíbrio esse da receita dela. Então quando ela subsidia um aparelho para que isso aconteça, a dificuldade é enorme.

Então, basicamente em termos de custos, às vezes a plataforma pré-pago dependendo da forma como é feito fica um pouco mais caro do que o pós-pago até pela distribuição que tem. Tem diler(F), tem... Inúmeros outros intermediários nesse processo faz com que o preço final também do cartão para o cidadão às vezes seja um pouco mais caro que a conta. Mas se comparar também que a conta tem que emitir a conta, mandar pelo Correio, então fica mais ou menos equilibrado. A diferença básica é isso. Um eu tenho certeza de um valor que eu posso vir a receber. Outro eu não tenho nenhum. Zero. A não ser que ele possa estar recebendo chamada que venha equilibrar minha conta. Isso que o Zilli mostrou no valor de uma chamada.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Mas tudo bem. Minha pergunta é porque assim, os exemplos que a gente viu aqui, seja os exemplos das próprias empresas, seja os exemplos que o Marcelo, que o Jarbas, que o próprio Aristóteles apresentaram para nós, mesmo considerando que você tem um custo para tornar um aparelho ativo maior no pré-pago, ainda nós estamos com uma média de preço ou de um valor cobrado no pré-pago acima desse risco que é a venda e se tornar ativo um telefone pré-pago. Minha impressão é essa, que poderíamos fazer uma comparação com o sistema financeiro brasileiro. O sistema



financeiro brasileiro diz que não pode reduzir os juros porque há um risco nas operações que são feitas. Mas a cada ano, não é a mesma situação das empresas. A cada ano os Bancos têm lucratividade mais exorbitantes. Então que risco é esse se os Bancos têm lucratividade exorbitante a cada ano crescente?

Então, comparando numa proporção menor, acho que a argumentação que a gente observa de que o usuário vai ter uma baixa utilização do seu aparelho não é justificativa para a gente ter, assim, podemos dizer o dobro. O dobro da tarifa de um pré-pago e um pós-pago. Talvez acho que essa composição de custo, essa modelagem de custo, esse modelo de custo poderá fazer com que haja esse debate da agência com as empresas. Talvez o Dr. Ercio possa fazer algum comentário sobre esse tema.

E a outra questão é com relação assim, a relação de fato do custo. Você tem hoje os tributos brasileiros são elevadíssimos, você tem o FISTEL que pelo que eu ouvi aí são 13 reais em torno de 13 reais por aparelho. É isso? É essa... 13...

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – Da ordem de... exato é 26 reais e 83 centavo para habilitá-lo a primeira vez. Chama-se Taxa de Fiscalização de Instalação. Tem que pagar isso a operadora, toda vez que cria.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**  
– Isso vai para o fundo.

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – Vai para o fundo. E todo ano para manter ele ativo, ela paga, o que nós chamamos, Taxa de Fiscalização de Funcionamento. Que é a metade dessa da ordem de 13 reais.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**  
– Então 26 e 13.

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – Isso. Se você pega 121 milhões de acesso que fechou o ano de 2007, o senhor multiplica esses 121 milhões por 13, mais ou menos. Vai dar um torno de um bilhão...

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**  
– Fora os acessos.

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – Esse ano deve entrar na base, vamos supor que cresça menos que cresceu ano passado, o ano passado cresceu da ordem de 21%, vamos supor que esse ano cresça menos 16%. Vão entrar mais 20 milhões de acesso. Esses 20 milhões o senhor multiplica por 27. Então elas vão pagar hoje, se isso acontecer, da ordem de dois bilhões, 100 milhões.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**  
– Então, assim, o orçamento da agência, quatrocentos e poucos milhões de reais, e a diferença.

**SR. JARBAS JOSÉ VALENTE** – Tem mais o Ministério das Comunicações também tem orçamento, também é bancado pelo FISTEL. E aí sobraria o valor

que esse quando sobra o Tesouro usa naquilo que ele acha melhor. Que a gente falou aqui na sugestão é que quem sabe a gente possa discutir com o Executivo uma proposta que esses incrementos que são feitos, em vez desses incrementos serem transformados em receita para o FISTEL, ele seria de alguma forma transformado em benefício para as camadas sociais. Teria que fazer um ajuste na lei, delegar o Presidente da República por meio de Decreto que ele possa implementar as políticas sociais para esse tipo de caso como é feito o Luz Para Todos, para ter a universalização de fato como são feitos outros projetos de inclusão social.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**  
– É uma proposta boa. Acho que é uma proposta que nós temos que discutir porque é uma proposta boa. Porque a cobrança de fato do mesmo valor é uma cobrança injusta. É injusta para as empresas e é injusta para o usuário que tem que pagar efetivamente esse custo na sua tarifa. Se você cobrar 13 reais ou 26 reais do acesso e 13 reais na renovação para quem tem uma média de consumo de 20 reais por mês e quem tem uma média de consumo de 300, 400 reais por mês, tem diferença de fato muito grande. Acho que esse debate é um debate que o Congresso pode ajudar nessa... Na busca de uma solução. Então eu... Pelo que eu vejo, assim, de fato telefonia é um serviço, como disse o Aristóteles, de utilidade pública. Todo mundo, toda a família, todo mundo ainda não, mas toda a família tem. Tem praticamente um telefone. E cada vez mais quem não tem vai ter. O cidadão que não tem vai ter.

Então, é um serviço que nós no Congresso Nacional e a administração pública nós teremos que acompanhar com muito carinho. Temos que acompanhar tarifa... Acho que essa Comissão aqui tem o papel de com frequência debater o serviço prestado. Seja com relação a tarifa, seja com relação às reclamações, nós fizemos uma Audiência Pública no ano passado tratando das reclamações, porque é o setor, até pelo volume de serviços prestados que tem mais reclamações, então nós fizemos um debate sobre a questão das reclamações, das denúncias feitas pelo usuário nos PROCONs e assim por diante. Mas nós temos que fazer um acompanhamento permanente dessa... Desse avanço, dessa evolução de preço. Se o senhor puder nos passar depois a evolução média dos preços. Porque o senhor disse aí que quando iniciou era um e pouco hoje já caiu pela metade, então essa evolução para que a gente possa ir acompanhando aqui na Casa é uma atividade importante para nós. Obrigada, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Nós que agradecemos, Senador Renato Casagrande, a verdade é que esse assunto

é candente, é importante, envolve a nós todos e eu gostaria muito de agradecer a presença do Marcelo sempre brilhante. O Jarbas, quero agradecer o Sr. Ercio Zilli e o nosso Ouvidor Aristóteles. Não havendo mais nada a considerar, dou por encerrada a nossa Audiência Pública. Obrigado a todos.

**Ata da 4ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 05 de março de 2008.**

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia cinco de março de dois mil e oito, na sala treze, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, e com a presença dos Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Gilvam Borges, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Expedito Júnior, João Ribeiro, Marco Maciel, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, João Tenório e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº. 607, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável, na forma do substituto oferecido, é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº. 151, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “Altera o caput do art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a mensagem publicitária conterá a expressão “informe publicitário.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 459 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 09:**

**Projeto de Decreto Legislativo nº. 405, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Central para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 420, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 002, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Altamira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 397 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Coração de Jesus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina.” A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti, e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo,” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi, e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 428, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização a Associação Mídia Comunitária de Caieiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 436, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos

favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 438 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 372, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 448 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora, Estado do Ceará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 01:** Projeto de Lei do Senado nº. 591 de 2007, **Item 04:** Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007, **Item 05:** Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 34, de 2007 – CCT, **Item 06: Requerimento e Item 07: Requerimento.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e dezenove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura que se realiza hoje, dia 5 de março de 2008. Dando prosseguimento a Ata, a esta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Srs. Senadores, eu recebi uma mensagem do Presidente dessa Casa, Senador Garibaldi Alves, re-

passando um comunicado da Ministra Ellen Gracie do Supremo, que eu vejo que eu tenho que ler essa mensagem aqui: Medida cautelar em arguição ao descumprimento de preceito fundamental partido democrático trabalhista, PDT argüidos Presidente da República e Congresso Nacional. A Ministra Ellen Gracie manda pelo Presidente Garibaldi que nos mandou para a Comissão. Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na Sessão plenária realizada em 27 de fevereiro de 2008, por maioria, conheceu da ação. Vencido o Sr. Ministro Marco Aurélio, também por maioria, referendou a liminar deferida pelo Relator para o efeito de surpreender a vigência da expressão a espetáculo de diversões públicas que ficarão sujeitas a censura na forma da lei, bem contido na parte inicial do § 2º do art. 1º da íntegra dos art. 3º, 4º, 5º, 6º e 65 da expressão e sob pena de decadência, deverá ser proposta dentro de três meses da data da publicação, ou transmissão que lhe der causa, constante da parte final do art. 53 do § 3º e 6º do art. 57, os §§ 1º e 2º do art. 60, da íntegra dos art. 61, 62, 63, 64 dos art. 20, 21, 22, 23, dos art. 51 e 52 todos da lei 5250 de 9 de fevereiro de 1967.

Vencido em parte os Srs. Ministros Menezes Direito, Eros Grau, Celso de Mello que desde logo suspendiam a vigência de toda a lei 5250/67 e o Sr. Ministro Marco Aurélio que negava referendo a liminar. O tribunal estabeleceu o prazo de 180 dias a contar da Sessão de 27 de fevereiro de 2008, para retorno do efeito para julgamento do mérito. Votou a Presidente Ministra Ellen Gracie. Comunico ainda a Vossa Excelência que na Sessão realizada em 28/02/2008 o Tribunal retificou a proclamação anterior para acostar que o referendo a liminar deferido também suspende a vigência do § 2º do art. 2º da lei 5250/67. Atenciosamente Ministra Ellen Gracie. Na verdade a Lei de imprensa foi aquela decisão tomada e a Ministra cordialmente repassou ao Presidente Garibaldi que nos mandou para a nossa Comissão para que tomássemos ciência. Eu acho que aqui vamos pedir a Secretaria para mandar uma cópia para cada um dos senhores e aí tem tanto artigo aqui que é só pegar as leis e ver os parágrafos. Vamos à pauta. O Item 1 é terminativo, então passaremos ao Item 2, porque não temos quorum. Dispõem sobre a regulamentação do exercício da profissão de analista de sistemas e suas correlatas. Cria o Conselho Federal e os conselhos regionais de informática e dá outras providências. Autoria Senador Expedito Júnior, relatoria do Senador Eduardo Azeredo. Está com o Parecer favorável na reunião, observação, da reunião de 13/02/2008, foi concedi vista ao Senador Renato Casagrande, observação dois, matéria terminativa na



Comissão de Assunto Sociais, CAS, a quem passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo. Já foi lido o relatório, não é Senador?

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– É, o relatório já foi lido. Não houve nenhuma manifestação, de maneira que mantenho o relatório que aprova o projeto. Aqui...(ininteligível).

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Bom, em votação. Em discussão o Senador Casagrande.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Sobre o projeto que regulamenta a profissão de analista e cria o Conselho Federal e os conselhos regionais não é esse, senhor Eduardo Azeredo? De autoria do Senador Expedito Júnior. Eu na verdade pedi vista e eu continuo manifestando algumas preocupações. A preocupação mais importante é preocupação com relação ao vício de iniciativa. Criação de Conselho Federal é a criação de uma autarquia federal e criação de autarquia federal é uma prerrogativa do poder executivo. Então, primeira observação que eu faço como decorrente do pedido de vista que eu fiz sobre o Parecer e o relatório do Senador Eduardo Azeredo que é um analista e que conhece muito mais a área do que eu, mas a criação de autarquia é uma prerrogativa do executivo e que certamente será, esse assunto terá que ser avaliado, esse projeto eu não sei qual a tramitação dele depois daqui?

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Terminativo na CAS.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Terminativo na CAS.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Assuntos Sociais.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Está certo. Mas ele tem esse problema que está até identificado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – E também vai ter o mesmo problema na CAS.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Vai ter o mesmo problema na CAS, esse projeto que tramita na Comissão de Justiça.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Ele é terminativo na CAS...

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Se ele tramitasse na Comissão de Justiça, certamente a Comissão de Justiça iria identificar esse problema, está certo? Então, assim eu estou querendo aqui ver se eu consigo ver o que é que a gente faz no diálogo

aqui. Um outro problema que eu acho que aí já é um problema, assim, de concepção. Nós estamos criando um Conselho Federal para, um Conselho Federal não tem nenhum prejuízo à administração pública, mas estamos criando um Conselho Federal para analista de sistema e para técnico de informática. Tem diversas outras profissões relacionadas a atividade e ao sistema. A minha preocupação é que a criação de conselhos federais elas acabam, elas podem passar a ser uma atividade, uma ação muito corriqueira nossa aqui e nós temos muitos conselhos, cada profissão teria que ter um Conselho, cada profissão teria que ter um Conselho Federal, não sei se é o correto isso, é uma questão que a gente devia avaliar. Com relação a regulamentação da profissão, nenhum problema, nenhuma dificuldade, concordo integralmente está certo com o Senador Eduardo Azeredo. Eu só manifesto a preocupação técnica com relação à prerrogativa de iniciativa no quesito de Constituição de um Conselho Federal, o ideal é que nós pudéssemos ouvir, se fizessemos um acordo, tivéssemos um acordo com o Senador Eduardo Azeredo, pudéssemos ouvir efetivamente a Comissão de Justiça ou que nós pudéssemos aprovar uma parte desse projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Senador Casagrande, alguém teria que fazer um Requerimento na CCJ puxando esse processo para lá para ser deferido. Não é?

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Deixa o Eduardo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Aqui no relatório eu já chamava atenção para esse aspecto, porque realmente nós já tivemos outras profissões foram criadas e foram vetadas por esse motivo. O turismólogo, por exemplo, o Conselho, foi criado um Conselho do Turismólogo, foi até na época, não chegamos a discutir com o então Ministro Walfrido Mares Guia que era favorável à criação da profissão e do próprio Conselho e depois acabou que o Governo vetou por causa disso. Então eu estava exatamente colocando aqui, outros aspectos do projeto, como a criação de conselhos e a repercussão trabalhista, estão afeitas ao mérito a Comissão de Assuntos Sociais como matéria terminativa. Mas nada impede que a gente já possa resolver isso, eu estou de acordo que retire a parte referente à criação de Conselho ou se fica só a regulamentação, aí quem fiscalizaria a profissão ficaria...

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – A entidade da profissão pode, naturalmente, optar pelo vínculo a um Conselho, não pode um desses conselhos existentes que tenham mais, tenham mais...?

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Conselho de administração hoje que está ligado, não é isso?

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Que tenham mais identidade com a atividade, alguma coisa, alguma coisa desse tipo assim. Porque senão se nós não vamos aprovar vai vetar, a gente parece que a gente acaba fazendo uma ação aqui que é uma ação já sabendo o resultado do jogo, já sabe o resultado do jogo, vai aprovar e vai vetar. Então, nós podíamos, nós podíamos, se o Eduardo pudesse retirar a parte do Conselho, facilitaria a nossa posição conjunta aqui junto com ele que é o que eu desejo.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Acho que é um acordo interessante.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Para discutir Presidente.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Presidente, da minha parte está ok, Presidente, eu acho que essa é uma boa solução. O Senador Casagrande tem razão e nós já resolvemos aqui, eu tinha previsto que esse assunto fosse discutido nos assuntos sociais, nós podemos já retirar a criação do Conselho desde já.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Os Srs. Senadores, estando de acordo, a presidência, o Senador Flexa deseja declarar?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – É só para ajudar na discussão e o Senador Casagrande, como o próprio Relator, Senador Eduardo Azeredo reconhece, nós iríamos aprovar algo que teremos a certeza que seria vetado mais à frente. Então, vamos regulamentar a profissão e com a aquiescência do Relator retirar a criação do Conselho e verificar aonde que eles se enquadrariam, os analistas de sistemas e os correlatos, em que Conselho já existente eles poderiam ser enquadrados. E mais adiante ver de forma se pode criar esse Conselho, já que é uma atribuição, como disse o Senador Casagrande, do Executivo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Com a palavra o Senador ACM Júnior.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu também acho que são pertinentes as colocações do Senador Casagrande e eu acho que a unanimidade aqui dos presentes a idéia de retirar a criação do Conselho, manter a regulamentação e depois, ou a profissão vai ser enquadrada em algum Conselho existente ou então se discute com o executivo o envio de uma mensagem para a constituição do Conselho. Então eu acho que

não há problemas, eu acho que a gente pode fazer esse acordo e aprovar o projeto sem o Conselho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Senador Azeredo, considerações finais? Então fica sem a criação do Conselho, é isso? Como é que fica então a...?

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Eu vou ter que modificar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Claro.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Mas então fica aqui a retirada desse...

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Então, o que os senhores acham melhor? Votamos? Eu queria entrar em fase de votação.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Vamos votar de uma vez e ganhar tempo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Votar de uma vez, então vamos votar. Então, os Senadores que estão de acordo. O Senador João deseja a fazer alguma declaração do assunto? Não? Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Nós temos agora uma série de projetos não terminativos, porém os Relatores não estão presentes, Senador Cícero Lucena, Senador Cristovam Buarque, Senador Valter Pereira, Senador Romeu Tuma e Senador Marcelo Crivella. Com certeza estão em outras Comissões. Os projetos terminativos exigem um quorum qualificado que são as rádios. Eu acho que a gente pode passar e passaremos a votação ao final. Os senhores que tiverem de acordo, nós vamos fazer, porque com certeza os outros Senadores estão chegando. Então, vamos aqui, o Senador, passaremos então aos terminativos, votaremos ao final o Item 9, o Senador Antonio Carlos Júnior, é o nove e o dez, o Item 9 e o 10. Deixa eu só ler, pegar aqui. O Item 9 é o Projeto do Decreto Legislativo número 405 de 2007, aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Rádio Comunitária e de Central para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central no estado da Bahia. É autoria do poder executivo, Relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior com o Parecer favorável. O Item 10 é o Projeto de Decreto Legislativo 420 de 2007 aprova ao ato que outorga permissão a Fundação Chico Florentino, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro, estado da Bahia. Autoria por executivo e ambos de Relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior, a quem eu passo a palavra.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)** – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Tendo em vis-

ta que o exame da documentação que acompanha o PDS número 405 de 2007 não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a cessão de rádio comunitária de Central a executar o serviço de radiodifusão na cidade de Central, estado da Bahia, na forma do projeto do Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto.

No Item 10, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS número 420 de 2007 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos contra os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga pela Fundação Chico Florentino para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins inclusivamente educativos, na cidade de Juazeiro, no estado da Bahia, na forma do projeto Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Em discussão o Item 9 e dez. Os Srs. Senadores, não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco ao final. Passaremos então agora o item, presente o Senador Flexa Ribeiro, o Item 11, Senador Flexa. É o projeto do Decreto Legislativo 002 de 2008, aprova o ato que outorga a autorização de Associação Rádio Comunitária de Altamira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, estado do Pará. A autoria do poder executivo. Relatoria do Senador Flexa Ribeiro, que, com certeza já passou por essa cidade, deve ter um carinho especial por ela. Palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Nobre Senador Wellington Salgado, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Srs. Senadores. É uma satisfação relatar a autorização de outorga a Associação Rádio Comunitária de Santarém para executar o serviço de radiodifusão comunitária, melhor dizendo, de Altamira, para executar o serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Altamira, estado do Pará. Senador Wellington, o município de Altamira é o maior município do mundo. Maior município do mundo. Tem o distrito que dista há mais de duas horas de avião, duas horas de avião da sede do município de Altamira. Nós temos lá a nossa prefeita Odileida, prefeita do PSDB, que faz uma grande administração e temos certeza absoluta que essa rádio vai ajudar bastante a informar aos munícipes de Altamira. E também para que os meus pares conheçam melhor o município de Altamira no estado do Pará, é ela que se baseia a hidroelétrica de Belo Monte, da

curva grande do Rio Xingú que será a maior hidroelétrica brasileira, porque Itaipu é bi nacional. Então, é uma satisfação relatar pela aprovação o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Altamira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, estado do Pará. Na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Eu espero que essa rádio comunitária chegue até Castelo dos Sonhos que é o distrito a que me referi ainda à pouco. Pela aprovação, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Em discussão a Relatoria do Senador Flexa Ribeiro do Item 11. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final. Vamos aproveitar, quórum, Senadora Ideli Salvatti, grande líder, estava com saudades de V.Ex<sup>a</sup>. nessa Casa, tenho notado que V.Ex<sup>a</sup>. está recebendo um tratamento bem, está assim diferente, tenho sentido assim, está alguma coisa acontecendo, mas não sei o quê que é! Vamos ao Item 12...

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – V.Ex<sup>a</sup>. não quer que eu explicito aqui o que está acontecendo, né?

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Não, de maneira alguma, de maneira alguma.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Ah, bom, obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Mas eu sinto que há algo diferente.

(risos).

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Não, não, antiga direção, mas bem administrada.

(risos).

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Item 12, Senadora Ideli Salvatti, Projeto de Decreto Legislativo 397 de 2007, aprova o ato que outorga a permissão a Rádio Coração de Jesus Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, estado de Santa Catarina. A autoria do poder executivo, Relatoria da Senadora Ideli Salvatti que corretamente, visto que é uma rádio do coração de Jesus. Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Muito obrigada Sr. Presidente, a Rádio Coração de Jesus não poderia ter outro tratamento, nós estamos dando parecer favorável a outorga para que a rádio Coração de Jesus possa operar em frequência modulada na cidade de Quilombo, cidade de Quilombo é um município do nosso querido oeste de Santa Catarina e é de fundamental importância a outorga da concessão para esta



equipe que comanda a Rádio Coração de Jesus. Então, o nosso Parecer é favorável pela aprovação, tendo em vista a legalidade de todo o encaminhamento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final. Passaremos então com a presença do nosso ilustre Governador, Senador, Vice-Presidente, Presidente de Comissão, quer dizer não dá nem para explicar tudo, Senador Marco Maciel. Passaremos ao Item 8. Relatoria do Senador Marco Maciel, projeto terminativo, Projeto de Decreto Legislativo número 459 de 2007, aprova o ato que renova a permissão outorgada a FM Rádio Independente de Arco Verde Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arco Verde no Estado de Pernambuco. Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Marco Maciel a quem eu passo a lavra.

**SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE)** – Sr. Presidente, nobre Senador Wellington Salgado, Sras. e Srs. Relatores. Passo a relatar em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo número 459 de 2007, 298 de 2007 na Câmara dos Deputados que aprova ao ato que renova a permissão outorgada a FM Rádio Independente de Arco Verde Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arco Verde, Estado de Pernambuco. É uma cidade pólo de uma região entre o agreste e o sertão.

Sr. Presidente, tendo em vista a análise que fizemos, o nosso voto é no sentido que tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS número 459 de 2007 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na resolução 3992 do Senado Federal e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a referida permissão outorgada a FM Rádio Independente de Arco Verde Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arco Verde, Estado de Pernambuco, na forma de Projeto Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Sr. Presidente esse é o meu voto que submeto a apreciação de V.Ex<sup>a</sup>. e aos demais membros dessa Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Em discussão o voto favorável do Relator. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final. Como nós temos hoje muitas atividades na Casa, temos algumas rádios que eu vou nomear alguns Relatores *ad hoc* para que possamos fazer o nosso trabalho porque as Comissões estão acontecendo, tem, inclusive, algu-

mas CPIs já funcionando. Passaremos então ao Item 13, 14, 15 e 16 que seriam de Relatoria do Senador Romeu Tuma e nada mais justo de que passar para um grande radialista nessa Comissão que começou como radialista e ainda continua com um programa de grande audiência no Rio Grande do Sul, com certeza. E estou sabendo que existem planos maiores, mas eu não posso ainda falar aqui nesta Comissão. Então, Senador Zambiasi, Relator *ad hoc* dos itens 13, 14, 15 e 16, por favor. Item 13.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Obrigado Presidente Senador Wellington Salgado. Se me permitir eu já apresento todos os itens.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Claro, permito sim para adiantar.

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – E dizendo que realmente eu me sinto muito orgulhoso em ser radialista e com um detalhe: eu não sou nem sócio e nem proprietário, eu sou profissional com carteirinha assinada como manda a legislação no caso para poder exercer, inclusive, a minha atividade parlamentar. Nada contra os proprietários, que acho que são fundamentais para que nós tenhamos a nossa carteira assinada. Mas tem a vocação para proprietário, outro para a carteira assinada, é o meu caso.

Presidente, são três itens, quatro itens. O Item 13, aprova o ato que renova a concorrência outorgada a TV Mar Ltda. para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo, autoria poder executivo, meu querido companheiro, nosso grande irmão aqui desta Casa, nosso conselheiro Senador Romeu Tuma, oferece Parecer favorável, o qual nós acompanhamos. Item 14. Projeto de Decreto Legislativo 428 de 2007, aprova o ato que outorga a autorização a Associação de Mídia Comunitária de Caieiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo. Autoria poder executivo. Relatoria Senador Romeu Tuma, dá Parecer favorável, nós o acompanhamos. Item 15, Projeto Decreto Legislativo 4362 de 2007, aprova o ato que outorga a autorização a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo. Autoria poder executivo, relatoria Senador Romeu Tuma. Parecer favorável, nós também acompanhamos. Item 16, terminativo, projeto Decreto Legislativo 4382 de 2007. Aprova o ato que renova a permissão outorgada a rádio Notícias de Americana limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana no estado de São Paulo. Autoria poder executivo, Relatoria

favorável do Senador Romeu Tuma, que nós também acompanhamos, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Os itens, Relator *ad hoc*, em discussão os PDS's, relatados. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação ao final depois da Relatoria *ad hoc* do Senador Zambiasi. Passaremos ao Item 17, Senador Flávio Arns não está Presidente. Relator *ad hoc*, Senador Expedito, o homem que está lutando pelo banco do seu estado e tem conseguido algumas vitórias.

**SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO)** – Estou lutando tanto que eu estou com a cara inchada, Presidente, de tanto que eu estou brigando.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Mas o quê que é? É o dente?

**SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO)** – Cirurgia.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Mas isso daí é com a luta que V.Exa. está travando aí, isso daí é pinto, com certeza vai resolver rapidamente. Com a palavra o Senador Expedito.

**SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO)** – Sr. Presidente, antes, porém, eu gostaria de agradecer a esta Comissão de ter analisado e ter aprovado o projeto de nossa autoria que dispõem sobre a regulamentação do exercício da profissão de analista. Eu sei que sofreu algumas mudanças aqui, mas com certeza as mudanças que sofreram aqui, acredito eu, que foram para a melhor.

Sr. Presidente, o projeto é de autoria do Senador, o Senador Flávio Arns é o Relator e, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto 372 de 2007 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na resolução de número 39/1992, no Senado Federal, e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade e de técnica Legislativa, somos pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Senador Expedito a Mesa pede perdão, pois não sabia que V.Ex<sup>a</sup> estava com uma operação e então passou a Relatoria como Presidente e acabou V.Ex<sup>a</sup> tendo que fazer um esforço para poder fazer essa Relatoria, porque acabou de sair de uma cirurgia. Mas, V.Ex<sup>a</sup>. está muito bem. Amanhã já vai estar bem.

**SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO)** – Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Em discussão o relatório do Senador Expedito, não havendo quem queira discutir passaremos a votação ao final. E por último o Item 18 da pauta, que seria a Relatoria do Senador Heráclito, PDS 448 a quem honradamente será relatado pelo Senador Casagrande. É o projeto de que aprova o ato que outorga a autorização Associação Comunitária Senhor Menino de Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Aurora, estado de Ceará. Autoria do poder executivo, Relatoria do Senador Heráclito Fortes, e Relatoria *ad hoc* do Senador Casagrande, a quem eu passo a palavra.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Obrigado Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras. Projeto Decreto Legislativo 448, Sr. Presidente, que outorga à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora no Ceará. O Senador Heráclito Fortes estabeleceu um Parecer favorável, e como Relator *ad hoc*, Sr. Presidente, eu acompanho e reafirmo o relatório do Senador Heráclito Fortes. Obrigado Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos a votação em bloco de todos os itens relatados terminativos. Como vota o senhor Renato Casagrande?

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Como vota Senadora Ideli Salvatti?

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Com o Relator, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Como vota Senador Antonio Carlos Júnior?

**SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BR)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Como vota o Senador de Minas, Eduardo Azeredo?

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Sim, com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Como vota o meu ilustre Presidente da Subcomissão de Resíduos Sólidos, Senador Cícero Lucena?

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Sim, Presidente, com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO** – Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

**SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)** – Sim.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Senador Expedito Júnior, como vota V.Ex<sup>a</sup>?

**SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO)** – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Senador João Ribeiro, como vota a V.Ex<sup>a</sup>?

**SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO)** – Sim, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Senador Flexa Ribeiro, como vota V.Ex<sup>a</sup>?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Com o Relator, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Senador Marconi Perillo?

**SENADOR Marconi Perillo (PSDB-GO)** – Com o Relator.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Com os Relatores. Então, aprovado todos os projetos por unanimidade. Temos aqui ainda o Item 3 da pauta. Relatoria do Senador Cícero Lucena, PLS 151 de 2006.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Pois não, Senador Cícero Lucena a quem eu passo a palavra.

**SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)** – Peço a V.Ex<sup>a</sup>. a retirada provisória desse projeto, em função já, inclusive, conversei com a Senadora Serys Slhessarenko de alguns argumentos que nos foram postos, tanto a mim como a outros Senadores, para que eu possa então apresentar esse relatório com um substitutivo. Então, era essa a minha solicitação, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Por ordem, o pedido do Relator é retirar de pauta o Item 3. Os demais itens, não está presente o Senador Cristovam, não está presente o Senador Valter Pereira, porque está em outra Comissão, vamos deixar bem claro. Não está presente o Senador Romeu Tuma, nem o Senador Marcelo Crivella, nem o Senador Flávio Arns. Então, estão adiados estes demais itens. Temos agora algum Requerimento?

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Só uma observação, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Senador Casagrande, a quem eu passo a palavra.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Com a permissão de V. EX<sup>a</sup>. Nós fizemos um Requerimento aprovado por essa Comissão, endossada por V.Ex<sup>a</sup>. de um convite ao Ministro Hélio Costa, Senador Hélio Costa e ao Presidente da ANATEL para que eles pudessem vir aqui fazer o debate sobre a possibilidade ou a perspectiva ou a operação de compra pela Oi da BRASIL TELECOM. Não tivemos ainda uma agenda desses órgãos, do Ministro da ANATEL, para que a gente pudesse fazer essa Audiência. Naturalmente a ANATEL deve ter uma preocupação porque a ANATEL tem que julgar a operação ou tem que tomar uma decisão com relação a operação a ANATEL deve estar receosa numa manifestação pública. Mas talvez se V.Ex<sup>a</sup>. pudesse entrar no circuito como Presidente da Comissão e buscasse uma, uma possibilidade da gente marcar essa Audiência, eu acho que seria importante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Senador, Casagrande, nós fizemos alguns contatos para ver se havia agenda, tanto da ANATEL quanto do Ministro. Estamos com problema de agenda. Agora ao mesmo tempo eu sinto que o Ministério está aguardando alguma decisão da ANATEL, porque não tem algo de contrato, de concreto aí. Essa está toda a cobertura da imprensa, a gente sabe que já está acontecendo alguma coisa, algo está acontecendo, mas parece que o documento oficial da ANATEL ainda não existe. Mas se V.Ex<sup>a</sup>. insistir que nós possamos sair na frente, pedirei a assessoria da Comissão que faça já a notificação para os dois oficialmente.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Não, eu não quero assim uma convocação. Eu acho que nós também nós temos que compreender se a ANATEL tiver num processo de decisão, eles não podem talvez vir aqui e antecipar uma decisão deles, mas numa reunião, numa reunião aberta. Mas eu acho que a Comissão precisa acompanhar essa operação, a operação é importante na área de comunicação no Brasil e a Comissão de Comunicação do Senado tem que acompanhar. O Ministério de Comunicação não tem colocado nenhum impedimento, a não ser de fato a agenda do Ministro. A ANATEL tem feito essa argumentação de que acharia mais adequado depois de uma decisão ou eles estarem aqui tomando essa, dando as explicações necessárias para a Comissão de Comunicação e Ciência e Tecnologia. Então eu queria que o senhor pudesse acompanhar de perto esse pro-



cesso para que nós não fiquemos apenas depois num processo de conhecer situações que a gente já passa a conhecer, na verdade, pela imprensa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Senador Casagrande eu estou de acordo com V.Ex<sup>a</sup>., eu parto até da premissa de que nós temos que ouvir antes de que aconteça alguma coisa, para que já tenhamos uma posição formada sobre um assunto que a decisão já venha, nós temos uma posição sobre que decisão virá, se é favorável ou não, e nós já temos uma posição. Eu mesmo estou muito interessado em conhecer isso profundamente. Durante a semana, agora, eu vou pedir a assessoria para manter o contato e reforçar a situação. Senão, faremos o Requerimento de convocação.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Assinarei junto com .Ex<sup>a</sup>.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)**

– Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)** – Nada mais tendo a discutir, declaro encerrada essa reunião.

*(Sessão encerrada às 12h20.)*

**Ata da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática conjunta com a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de março de 2008.**

#### **AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA**

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia doze de março de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos da Ala Senador Alexandre Costa, sala 19, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Sérgio Zambiasi, Flexa Ribeiro, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Raimundo Colombo, Gim Argello, Inácio Arruda, César Borges, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, João Tenório, Eduardo

Azeredo, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Romero Jucá, Pedro Simon, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Osmar Dias. O Senhor Presidente Eventual Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e à Comissão de Assuntos Econômicos a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 17, de 2007 – CCT e nº 32, de 2007 – CAE de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Marcelo Crivella e Jefferson Peres que requer “..., nos termos dos arts. 58, parágrafo 2º, incisos II e V, da Constituição da República e 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as seguintes instituições para, em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), discutirem a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na pessoa de seu Diretor-Residente, Dr. Dirceu Raposo de Mello; Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (CONAR), na pessoa de seu Presidente; Dr. Gilberto C. Leifert; Associação Brasileira de Agências de Publicidade (ABAP), na pessoa de seu Presidente Nacional, Publicitário; Dailton Pastore; Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), na pessoa do seu representante em Brasília (DF), Dr. Flávio Cavalcanti Filho; Câmara Americana de Comércio (AMCHAM/São Paulo) na pessoa do Presidente de sua força-tarefa nacional sobre a ANVISA, advogado Gustavo Moraes; Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), na pessoa do seu Vice-Presidente Executivo, Dr. Rafael Sampaio”, ao Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 017, de 2007-CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer, “..., em aditamento ao Requerimento nº. 17, de 2007, de autoria do eminente Senador Wellington Salgado de Oliveira, com apoio nos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Senhor João Carlos Saad, para, em Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, discutir a questão dos limites legais para a Regulamentação da Propaganda Comercial, e ao Aditamento nº 02 ao Requerimento nº 017, de 2007-CCT, de autoria

do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que requer “..., em aditamento ao Requerimento nº. 17, de 2007, de minha autoria, com apoio nos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Diretor Jurídico da Associação Nacional dos Editores de Revistas – (ANER), Dr. Lourival J. dos Santos, para em Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, discutir a questão dos limites legais para a Regulamentação da Propaganda Comercial. Comparecem a Audiência Pública os Senhores Maria José Delgado Fagundes, Gerente de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Stalimir Vieira, Assessor da Presidência Nacional da Associação de Agências de Publicidade – ABAP; Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação; Rafael Sampaio, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros das Comissões. Usa da palavra o Senhor Senador Inácio Arruda. O Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

**Ata da 6ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de março de 2008.**

Às dez horas e seis minutos do dia dezenove de março de dois mil e oito, na sala sete, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão, e com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam

de comparecer os Senhores Senadores Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Demóstenes Torres, João Tenório e Cícero Lucena. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão, Senador Marcelo Crivella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº. 102, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Valverde, que “Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios de telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.” A apreciação da Matéria foi adiada devido à obstrução declarada pelo Senador Eduardo Azeredo, em nome do PSDB. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº. 677, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ademir Santana, que “Dispõe sobre o compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é favorável. Aprovado Requerimento nº. 05, de 2008-CCT para realização de audiência pública, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. A matéria ficará sobrestada na Comissão até a realização da audiência. **Item 05: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Nos termos legais e regimentais requeira sejam convidados os Srs. Professor Antônio Manoel Dias Henriques, Ex-Presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, e o Sr. Nelson Martin, Ex-Presidente do Conselho Fiscal da FINATEC, para fins de prestar esclarecimentos acerca do uso irregular de recursos da Fundação destinados à pesquisa”. O requerimento é aprovado. **Item 06: Aditamento nº 03 ao Requerimento nº 17, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Em aditamento ao Requerimento nº 17, de 2007-CCT, de realização de audiência pública sobre o tema “Limites Legais para a Regulamentação da Propaganda Comercial”, e em vista do que dispõe o § 1º do art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal, requeira sejam convidadas a depor as seguintes pessoas: Dr. José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde; General Paulo Roberto Y. M. Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Sra. Marilena Lazzarini, Coordenadora Institucional do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e Presidente da Consumers International, Dr. Paulo Buss, Presidente da Fundação

Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. O requerimento é aprovado. **Item 07: Aditamento nº 04 ao Requerimento nº 17, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Cristovam Buarque, que “requer, em aditamento ao Requerimento nº. 17, de 2007, de minha autoria, com apoio nos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Associação Nacional de Jornais – ANJ, Sr. Nelson Sirotsky, para em Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, discutir a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial”. O requerimento é aprovado. Nesse momento, o Senador Flexa Ribeiro requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimento com o que todos concordam. **“Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 05, de 2008-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “..., nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 677, de 2007, que dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT – 1 – Sr. Mário Torós, Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil (BACEN); 2 – Sr. Jair Scalco, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS); 3 – Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); 4 – Srª Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PRO TESTE); 5 – Srª Kássia Corrêa, Diretora da Associação Nacional de Usuários de Cartão de Crédito (ANUCC); 6 – Sr. Luiz Eduardo Falco, Presidente do Grupo Oi; 7 – Sr. Marcos Vinicius Viana Borges, Superintendente-Geral da operadora de cartões de crédito Cabal; 8 – Sr. José Renato Hopf, Diretor-Presidente da GetNet Tecnologia”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 01:** Projeto de Lei do Senado nº. 591 de 2007 e **Item 03:** Projeto de Lei do Senado nº 542, de 2007. Ficam adiadas, em virtude da obstrução declarada pelo Senador Eduardo Azeredo, em nome do PSDB, as seguintes

matérias: **Item 08:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 445 de 2007, **Item 09:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 451 de 2007, **Item 10:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 457 de 2007, **Item 11:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 477 de 2007, **Item 12:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 480 de 2007, **Item 13:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 278 de 2007, **Item 14:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 294 de 2007, **Item 15:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 339 de 2007, **Item 16:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 353 de 2007, **Item 17:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 455 de 2007, **Item 18:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 479 de 2007, **Item 19:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 485 de 2007, **Item 20:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 338 de 2007, **Item 21:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 378 de 2007, **Item 22:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 001 de 2008, **Item 23:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 469 de 2007 e **Item 24:** Projeto de Decreto Legislativo nº. 481 de 2007. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura que se realiza hoje, dia 19 de março de 2008.

Dando prosseguimento a essa Reunião submeto a apreciação do Plenário, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. As Srªs. e os Srs. Senadores que concordam com os seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sobre a Mesa Requerimento, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal. Combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado federal, requeiro a realização de Audiências Públicas no âmbito dessa Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT para debater o Projeto de Lei do Senado PLS 677 de 2007, que dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito. Deverão ser convidados a expor os seus pontos de vistas as autoridades representantes das entidades nominadas



a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites a critérios dos membros dessa Comissão. Sr. Mário Torós, Diretor da Política Monetária do Banco Central do Brasil, Sr. Jair Scalco, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviço. Sr. Antônio José Domingos de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Sr<sup>a</sup>. Maria Inês Dulce, Coordenadora Institucional da Associação Brasileira e Defesa do Consumidor, PROTESTE. Sr<sup>a</sup>. Cássia Corrêa, Diretora da Associação Nacional de Usuários de Cartão de Crédito e o Sr. Luiz Eduardo Falco, Presidente do Grupo Oi. Sr. Marcos Vinícius Viana Borges, Superintendente Geral da Operadora de Cartão de Crédito, CABAL. Sr. José Renato Hopf, Diretor Presidente da Jetnet Tecnologia. O requerimento é de autoria do Sr. Senador Flexa Ribeiro e está em discussão. Com a palavra o autor.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente Senador Marcelo Crivella, Srs. Senadores. Sou o Relator do Projeto de Lei do nobre Senador Adelmir Santana, o Projeto de Lei do Senado PLS 677, que trata do compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito. O que é que significa isso? Hoje cada bandeira de cartão de crédito, precisa ter uma máquina para que seja processada a operação e o usuário do sistema, os comerciantes, precisam ter alugadas vários equipamentos, porque um equipamento não faz o processamento de uma outra bandeira. Então o Senador Adelmir Santana fez um projeto propondo que todas as empresas de cartões de créditos, compartilhassem o mesmo sistema, de tal forma que pudesse ter um único equipamento, e esse equipamento pudesse processar as operações das diversas bandeiras dos cartões de crédito, inclusive as nacionais, hoje já existem mais de dez empresas com o capital nacional, que tem cartões já no mercado. Existem três grandes que concentram mais de... em torno de 90% das operações, que é a Visa Net, o Credicard e o American Express. Esses três são bandeiras internacionais, que concentram as operações, mas temos as bandeiras nacionais.

Como nós fomos procurar pela associação das empresas operadoras de cartão, mostrando a dificuldade que poderia gerar a esse compartilhamento, achamos por bem fazer essas Audiências Públicas, chamando não só as operadoras de cartão, mas chamando o Banco Central, o usuário entraves da CNC e também a sociedade, para que ela pudesse ser ouvida no sentido de que o atendimento fosse prioritário para diminuir os custos e facilitar o acesso do usuário do cartão de crédito. Então essa é a justificativa para fazermos essa Audiência Pública, de tal forma que o

parecer fosse... Pois não, Senador Tuma, com muita honra.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – ...no meio do caminho, eu peço desculpas, como V.Ex<sup>a</sup> está pedindo para retirar de Pauta. É isso?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Não, eu estou justificando um Requerimento.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Não, para fazer uma Audiência Pública.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Isso.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Eu gostaria de que fosse incluído na discussão, por que é que o Governo criou um imposto extra para o cartão de crédito. Por quê? Porque tem muitas empresas de atividade média, restaurantes e outros, que estão oferecendo desconto para não usarem o cartão, em razão de uma série de consequências que surgiram depois da implantação do imposto sobre o cartão de crédito.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Isso tudo, Senador Romeu Tuma, será discutido na audiência, porque vai estar presente aqui o Banco Central e o Governo, as empresas que operam os cartões, a CNC e usuários também.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Muito obrigado.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Então essa é a justificativa e pedir a aprovação dos meus pares.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Os Senadores que aprovam, não havendo mais quem queira discutir, os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O Requerimento na Pauta de autoria do Senador Romeu Tuma, Item 05. Nos termos legais e regimentais requeira sejam convidados os Srs. Prof<sup>o</sup> Antônio Manoel Dias Henriques, ex-presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, e o Sr. Nelson Martin, Ex-Presidente do Conselho Fiscal da FINATEC, para fins de prestar esclarecimentos acerca do uso irregular de recursos da fundação destinados à pesquisa. Requerimento em discussão. Com a palavra o autor.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Sr. Presidente, a minha preocupação, Senador Flexa, Senador Eduardo Azeredo é a parte desse dinheiro que seria de ser emprego na pesquisa e na ciência foram desviados em tese, está sobre investigação na CPMI e sabemos as dificuldades que a CPMI está encontrando na investigação, porque a investigação é uma coisa difícil, Senador Eduardo Azeredo, ela não pode achar que já chega no finalmente antes de iniciar a investigação, ela tem um encaminhamento difícil. Você viu que ontem a

Marisa Serrano, nós temos que dar todo apoio a ela, porque é uma dificuldade natural, onde há uma oposição e o desejo de não ver sentado na cadeira para responder perguntas ou quebra de sigilo de pessoas ligadas a determinadas atividades que estão sendo investigadas.

Eu tinha feito isso antes da CPMI, esse Requerimento, porque eu me assustei, nós temos... V.Exª tem um trabalho brilhante na área de informática e sabe a grande dificuldade de investimento em pesquisa. Então eu peço, que o senhor testemunhe sobre isso, então se o senhor tem, principalmente na área educacional, tem dificuldade na área de pesquisa, por falta de verba, muitos médicos, por exemplo, do Hospital das Clínicas, eu sei que compram equipamento do próprio bolso, para não pararem da metade de uma pesquisa que estão fazendo, ou com medicamento ou com determinado tipo de tratamento. E pegar esse dinheiro para reformar apartamento, reformar não sei o que... comprar carro, é chocante para a gente. Então eu fiz esse Requerimento para que possa ter uma explicação, que pelo menos na tangente possa trazer uma justificativa, eu vejo a sua luta aqui, Senador Eduardo Azeredo para conseguir melhorar um pouco essa parte de informática há quatro anos, uma luta desigual, às vezes, com dificuldade, e vai vencendo, quem tem a disposição, o objetivo, é isso aí, vai, vai caminhando, vai convencendo os pares, e chega finalmente com um voto favorável. Então eu pediria que a gente pudesse trazer essas pessoas para que ela explicasse porque o dinheiro não é empregado com o objetivo final da aprovação, tem um desvio do dinheiro, não é nem de função, é da grana mesmo, desvio de dinheiro. Em função, então, nem se fala, é uma irresponsabilidade total. Então quando pensa em pedir mais dinheiro para a pesquisa, vai gastar para fazer outra coisa.

Então se os senhores concordarem, se podia com toda ética, com todo respeito, é claro, buscar a verdade e teremos aqui pessoas experientes, empresário, técnico em informática, eu chamo o senhor de técnico porque o senhor é mais... E ontem ainda falei numa reunião dos líderes empresariais, que estavam discutindo sobre inclusão digital nas escolas, e eu fiz referência ao seu trabalho. E o Diretor da HP, eu conheço o trabalho dele, eu falei, é uma pessoa importante para discutir com a gente também, quais são as dificuldades que ele está encontrando, porque a experiência que fala, realmente o que pode ou não ser feito em benefício de uma velocidade maior. Inclusive

ele tem uma idéia, pessoal para mim, aí tem que fazer um ofício para o Ministro ou para o Governo, convidar todas as empresas fabricantes, de produtos de informática de computadores, para fazer um popular sem onerar no custo operacional e fazer pelo custo real da mercadoria para poder fornecer aos estudantes. Com o financiamento da Caixa Econômica ou do BNDES, de qualquer órgão. Talvez a gente possa dar um passo mais à frente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Vamos votar, então? Eu pergunto... V.Exª quer falar?

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)** – Não, só cumprimentar o Senador Romeu Tuma e agradecer as suas referências, e dizer que realmente nós precisamos de ter um esclarecimento maior, porque o dinheiro que é enviado para as entidades de pesquisa é muito pouco, o Brasil está muito atrasado nessa questão de pesquisa basicamente pela falta de dinheiro, não é por falta de pesquisadores competentes. Então o pouco dinheiro que tem, tem uma destinação duvidosa, nós temos que ter o esclarecimento, não é Senador Tuma? Não pode. Quer dizer, o pouco dinheiro que tem está sob suspeita, então é muito importante que tenhamos essa discussão aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Em votação. Com a palavra V.Exª.

**SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)** – Só fazer uma observação, que o Brasil tem caído mundialmente no ranking de registro de patentes. Nós estamos cada vez indo para trás, por quê? A nossa pesquisa está parada, e nós temos que justamente usar o dinheiro que é para pesquisa, para pesquisa, para poder desenvolver o país. É isso que eu queria complementar, Senador, muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Em votação. Senadores que concordam com o Requerimento de Audiência Pública do Senador Romeu Tuma, permaneçam como estão. Aprovado.

Eu gostaria de consultar o Plenário, se poderíamos votar um projeto não terminativo de relatoria do Senador Cristovam Buarque, que é o Item 02 da nossa Pauta, é não terminativo, eu não sei se há obstrução para projetos não terminativos, até consulto o Senador Eduardo Azeredo para saber se há obstrução do partido de V.Exª com relação a não terminativos, porque nós podemos votar aqui, mas não é terminativo.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– É, o PSDB está em obstrução.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Mas não terminativos também?

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Também não terminativos?

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Só declarar, o senhor permite, que o sentido do Líder Arthur Virgílio é sobre tudo. É, inclusive, no funcionamento da Comissão. Então é global, se não me engano, pelo que eu entendi, na exposição dele.

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Somente nós vamos na Comissão de Constituição e Justiça apenas o nome do Ministro Gilmar Mendes do CNJ, e requerimentos, mas projetos em si, a orientação é que nós possamos pedir vista até que teríamos a definição sobre a questão de abuso de medidas provisórias. Basicamente é esse o posicionamento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Inclusive não terminativos.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – O difícil aqui não tem número suficiente para votar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Então proponho ao Plenário votarmos o Requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque, Item 06, aditamento nº 3 ao requerimento nº 17, de 2007 sobre o tema “limites legais para a regulamentação da propaganda comercial”, e em vista do que dispõe o § 1º do art. 94 do regimento interno do Senado Federal, requeiro sejam convidadas a depor as seguintes pessoas: Dr. José Gomes Temporão, Ministro da Saúde; General Paulo Roberto Uchoa, Secretário Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Srª. Marilena Lazzarini, Coordenadora Institucional do Instituto Brasileiro De Defesa Do Consumidor e Presidente da Consumers International; Dr. Paulo Buss, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Em discussão. Senador Romeu Tuma, com a palavra V.Exª.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Como fala aqui sobre os limites legais para a regulamentação da propaganda comercial, não sei se seria interessante convidar o Presidente do Conselho de Propaganda da própria empresa, que corta, quando a propaganda não condiz com o respeito à população ou com concorrência desleal. Talvez fosse bom qual é a linha que eles têm nesse aspecto privado de regulamentação da propaganda pelo menos pela televisão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Com a palavra o Senador autor do Requerimento, Senador Cristovam Buarque.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**

– Sr. Presidente, o Senador Tuma tem toda razão, isso não está incluído aí, porque eu estou supondo que vamos ter outra audiência, e que ele virá. Pouco até eu consultei a nossa consultora sobre se o CONAR estaria incluído e sim, vamos fazer outra audiência. Com a razão dessa proposta, desses nomes, aqui, na última audiência, eu estava aqui como Presidente dessa Comissão, e que nós vimos é que veio uma pessoa da área de saúde e muitos representantes das empresas de publicidade e das empresas de comunicação. Então eu tentei com isso colocar as pessoas da área de saúde para verem o que é que eles têm a dizer porque é muito polêmico, Senador Crivella, o assunto. É muito polêmico, porque alguns dizem que a publicidade tanto de remédio como de bebidas alcoólicas, não aumentam o consumo, apenas tira usuários de uma cerveja para outra. Diz que o número é o mesmo, eu acho que o número é o mesmo se a empresa não for competente, se ela for competente ela pode aumentar. Segundo medicamento também, segundo há muitas informações que eles trazem de que em outros países não houve redução do consumo, ao mesmo tempo as pessoas da área de saúde têm que nos dizer se há ou não o impacto da publicidade sobre a saúde da população. É nesse sentido que eu fiz a sugestão desses nomes, mas creio que sim, deve haver mais audiências até que nós cheguemos a uma posição, que não atrapalhe a saúde, não dane a saúde, mas também não crie problemas para o emprego, e de fato se todo mundo parar de beber cria desemprego, essa é uma contradição interessante. A sociedade nossa ficou tão desorganizada, que se melhorarmos o trânsito diminui a venda de automóveis e vai criar desemprego. Para conseguirmos proteger o meio ambiente, vamos ter que parar madeiras, e vai gerar desemprego. São opções difíceis de se fazer. Essas opções exigem a escuta de todas as pessoas envolvidas. Foi nesse sentido que eu sugeri esses nomes.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – ...Senador, me desculpe, que fala sobre analgésico para gripe. Se você tem o sintoma de dengue, não tome, como é que vai saber se é dengue ou se é gripe? Então não tome se você tem... O remédio tem que ter a receita, não tem jeito... máscara, você não pode tomar qualquer coisa que vai mascarar a doença, tem que passar pelo médico. Não, mas a propaganda fala também que tira essa dor aquela, você é louco. Então é o que eu digo, eles fazem advertência para fugir da responsabilidade



amanhã de responder a um processo. Se desconfiar que é dengue não tome.

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**

– Imagine Senador Tuma, propaganda de viagra, como se faz de cerveja, quantos velhinhos não vão morrer nesse país, viu.

(risos)

**SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)**

– Para nós que passamos dos 70 é um perigo, né?

**SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)**

– Vai se escrever em baixo: Tomar com moderação.

(risos)

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Mas é saudável saber que nessa Comissão, tenhamos ilustres cidadãos ainda no estado da lubricidade da adolescência e tal, mas meus queridos irmãos, eu coloco aqui em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Requerimento aprovado.

Passamos para o Item 07. Eu estou sendo vigiado de perto aqui. Requeiro, em aditamento ao requerimento nº. 17, de 2007, de minha autoria, com apoio nos arts. 58, § 2º, e 90, inciso V, do regimento interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Associação Nacional de Jornais – ANJ, Sr. Nelson Sirotsky, para em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, discutir a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial. Autor Senador Wellington Salgado de Oliveira, que hoje se encontra. Eu gostaria de dar aqui um aviso à Comissão, o Senador Wellington teve uma pequena infecção intestinal, segundo ele me adiantou, o irmão dele esteve aqui ontem, pedindo que justificasse a sua ausência hoje na nossa Comissão.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Com a palavra V.Exª.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)** – Eu também tomei conhecimento do problema de saúde do Senador Wellington Salgado, e ainda ontem à noite fiz um contato com ele, desejando um pronto restabelecimento, e queria aqui fazer esse registro, porque me parece que é um pouco grave o problema que o acomete. Então nós temos que, todos nós estarmos atentos a isso, mas ele me disse que já foi medicado, e que já estava em recuperação, e que semana que vem nós vamos tê-lo presente, presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia, como ele bem faz, mas V.Exª o substitui a altura.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Muito obrigado, muito obrigado.

(risos) Altura física, né? Eu gostaria de perguntar aos Srs. Senadores, se há alguém interessado em discutir esse Requerimento.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Só não queria coligado com o Senador Cristovam, ou é diferenciado?

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – O Senador Cristovam já subscreveu esse... é um aditamento, nós estamos votando o aditamento.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Não sei se tem o mesmo objetivo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – É o mesmo objetivo, é um aditamento. Nós estamos votando esses dois, são aditamentos, àquele Requerimento mãe, do Senador Cristovam Buarque, discutir as propagandas.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – É porque o dele é sobre saúde, e esse é regulamentação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Não, é a mesma coisa.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Pode casar, porque um vai dar o finalmente do outro.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Não, Senador Tuma, não é sobre saúde. Na realidade, o tema central é propaganda, que fala sobre a propaganda da saúde fundamentalmente.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – Os principais convidados são na área de saúde.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – Perfeito. Eu pergunto aos Senadores. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Requerimento aprovado.

Eu pergunto aos Srs. Senadores, se não deveríamos nós encerrar essa nossa Sessão, já que em obstrução, não poderemos, o partido do PSDB em obstrução não poderemos votar itens não terminativos e terminativos e os requerimentos que haviam sobre a mesa, em Extrapauta e sob a Pauta, já foram votados e nós temos agora uma Sessão na Comissão de Constituição e Justiça, que é a aprovação do nome de Gilmar Mendes ou não para o Conselho Nacional de Justiça. Senadores que concordam permaneçam como estão. Está encerrada a Sessão.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP)** – E boa Páscoa para todo mundo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)** – E uma boa Páscoa para todos.



**EDIÇÃO DE HOJE: 456 PÁGINAS**

(OS:11700/2008)